

PURCHASED

ARCHIVO
PORTUGUEZ-ORIENTAL

ARCHIVO PORTUGUEZ ORIENTAL

J.H. DA CUNHA RIVARA

6 FASCICULOS EM 10 PARTES

FASCICULO 1 EM 2 PARTES

FASCICULO 2

FASCICULO 3

FASCICULO 4

FASCICULO 5 EM 3 PARTES

FASCICULO 6

FASCICULO 6 SUPPLEMENTOS PRIMEIRO & SEGUNDO

ARCHIVO PORTUGUEZ-ORIENTAL

J.H. DA CUNHA RIVARA

6 FASCICULOS EM 10 PARTES

FASCICULO 3



ASIAN EDUCATIONAL SERVICES

NEW DELHI ★ MADRAS ★ 1992

ASIAN EDUCATIONAL SERVICES.

* C-2/15, S.D.A. NEW DELHI-110016

* 5 SRIPURAM FIRST STREET, MADRAS-600014.

930.109469

R 618a

V.3

THE ASIATIC SOCIETY
CALCUTTA-700016

Acc. No. 54572.....

Date 16.5.95.....

Price: Rs. 6500 (Set)

First Published: Goa, 1861

AES Reprint: New Delhi, 1992

ISBN: 81-206-0777-5

81-206-0782-1

SL No. 020721

Published by J. Jetley

for ASIAN EDUCATIONAL SERVICES

C-2/15, SDA New Delhi-110016

Processed by APEX PUBLICATION SERVICES

New Delhi-110016

Printed at Gayatri Offset Press,

A-66, S. No. 2 Noida, Distt. Ghaziabad (U.P.)

ARCHIVO

PORTUGUEZ ORIENTAL.



FASCICULO 3.º

QUE CONTEM
AS CARTAS E INSTRUÇÕES
(QUE RESTAM)

REIS DE PORTUGAL

AOS

VICE-REIS E GOVERNADORES DA INDIA

NO SECULO XVI;

E TAMBEM

S PROVISÕES, ALVARÁS REAES,

E OUTROS DOS VICE-REIS

COMPREHENDIDOS NA MESMA EPOCHA

COPIADO DO ARCHIVO DO GOVERNO GERAL DO ESTADO DA INDIA.



NOVA SGA



IMPRESSA NACIONAL

1861.

ADVERTENCIA

Quando se cita Livro sem mais declaração, entenda-se sempre Livro das *Monções*.

PROLOGO

ESTE 3.^o *Fasciculo do Archivo Portuguez Oriental* contém principalmente os Documentos, que nos *Livros das Monções* restam, pertencentes ao seculo XVI.

Chamamos na India em linguagem official *Livros das Monções* aos que são formados das Cartas originaes e mais Papeis da correspondencia entre o Governo Real de Portugal, e o Governo do Estado da India, porque só em cada *monção* era mutuamente expedida e recebida essa correspondencia.

Infelizmente não ha serie de documentos desta especie, senão do anno de 1584 por diante. Anteriores a este anno só apparece um documento avulso do anno de 1568 (a), e outro do anno de 1583 (b).

Todavia a existencia daquelle documento de 1568 deu occasião a se levantar irreflectidamente uma tradição não verdadeira, e que sem maior exame tem sido até agora acreditada, por se não ter attendido bem aos documentos da mesma collecção. Cremos que a base sobre que assentou a tradição, a que nos referimos, foi a auctoridade do Desembargador Secretario do Estado Diogo Vieira Tovar e Albuquerque, quando no Prologo do seu *Index alfabetico, chronologico, e remissivo dos Livros das Monções* existentes no seu tempo, (c) diz—

(a) São as *Instrucções* dadas ao Vice-Rei Dom Luis de Ataide, papel que forma o numero 1.^o deste *Fasciculo*.

(b) He o numero 2.

(c) Este *Index* conserva-se manuscripto, na Secretaria do Governo da India.

==,, Este Index comprehende as ordens e conta
 ,, acima mencionadas desde o anno de 1568 até o de
 ,, 1811; faltaõ as que se comprehendem nos 60 pri-
 ,, meiros livros, que abrangiaõ desde o principio da
 ,, conquista até aquelle anno de 1568, porque estes
 ,, livros foraõ remetidos á Corte em 1774, e apezar que
 ,, da Corte se expedio ordem para elles se tornarem
 ,, a enviar a esta Secretaria, nunca vieraõ. etc.==

Fundado sem duvida nesta auctoridade disse o ou-
 tro Secretario do Estado Claudio Lagrange Monteiro
 de Barbuda, nas *Notas*, que accrescentou ás *Instrucções*
d'ElRey D. José, de 1774, que fez imprimir no anno de
 1841, (pag. 72 das ditas *Notas*), o seguinte:

,, Quanto aos Tractados anteriores áquella epocha
 ,, (1615) e que constam da historia, suppomos que es-
 ,, taraõ registados, ou incorporados nos Livros antigos
 ,, da Secretaria, que se enviãram para Lisboa, por ordem
 ,, do Governo, e nos quaes estava colligido tudo quanto
 ,, era de maior interesse, desde a conquista até 1568.
 ,, Por Carta Regia de 10 de Fevereiro de 1774 se
 ,, mandaram remetter para a Corte todos os Livros an-
 ,, tigos da Secretaria de Goa; o que se cumpriu em 21
 ,, de Abril de 1777, remettendo-se os 60 Livros mais
 ,, antigos.—O Aviso Regio de 2 de Abril de 1778 man-
 ,, dou suspender esta remessa, e prometteu restitui-rem-
 ,, se os que já tinham hido; mas cá naõ chegaram; e
 ,, naõ sabemos onde param!—,,

Encostado ainda á mesma auctoridade o Sr. Felipe
 Nery Xavier, Official da Secretaria do Governo Geral
 da India, no 1.º Vol. do *Gabinete Litterario das Fon-
 tainhas*, 1846, publicando as *Instrucções a D. Luis de*

Attaide (d) repetio na *Nota*, de pag. 42:—Este he o „ mais antigo documento (*sui generis*) que existe na „ Secretaria do Governo Geral, por falta dos sessenta „ primeiros Livros, que foram levados para Portugal—„ E assim o diziam todos, como cousa que não soffria a menor contradicção. (e)

Porem os documentos, guardados na propria collecção das *Monções*, dizem o que se segue:

Carta d'ElRey ao Governador.

Dom José Pedro da Camara, Governador e Capitão General do Estado da India. Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Occorrendo aos grandes e disformes abusos que de longo tempo se haviam introduzido na forma do governo do mesmo Estado da India pela carta de Ley de 15 de Janeiro proximo precedente: e havendo-lhe estabelecido huma nova forma: cassel, e aboli todas as Leis, Regimentos, Ordens, e costumes porque se governava o mesmo Estado. Em consideração do que tendo ficado nelle inuteis as referidas Leis, e Ordens preteritas: Sou servido que remettais a este Reino, e á Secretaria de Estado dos Negocios do Reino: por huma parte todos os livros e papeis pertencentes ao Governo, e Secretaria do mesmo Estado sem excepção alguma: por outra parte todos os papeis das posses, juramentos, e assentos da Relação por mim abolida: por outra parte tudo o pertencente á administração do Governo Ecclesiastico pelo que diz respeito á chamada Junta das Missões, e exercicio da direcção e protecção do Meu Alto e Supremo Poder: por outra parte todas as Leis Municipaes, todos os Regimentos, Alvarás, Cartas, Resoluções, e Ordens, que pela sobre dita Carta de Ley se acham cassadas e extintas: e pela outra parte todos os Livros dos registos dellas; exceptuando só, e unicamente aquellas Leys, Alvarás, e disposições particulares, de que no Paragrapho Quarto da mesma Carta de

(d) He o já mencionado 1.º Documento deste *Fasciculo*,

(e) Diz-nos o Sr. Felippe Nery Xavier que depois do que escrevera no *Gabinete Litterario*, conhecera ser falsa a tradição, mas que ainda não tivera oportunidade de o fazer conhecer ao publico

VI

Lev. 12 meação. O mesmo fareis observar a respeito de Dio, Damao, e Macao. Escrita em Salvaterra de Magos em dez de fevereiro de 1774.

REV.

Para Dom José Pedro da Camara.

(Livro 132, fl. 68)

Resposta.

Senhor—Desejando eu dar inteiro cumprimento a esta Real determinação de V. Magestade na remessa de todos os livros e papeis nella mencionados, a arribada de Náo N. S.^a do Monte do Carmo, que devia seguir a viagem para esse porto, vendo-me por esta causa precisado a supprir a sua falta com o Navio mercante pertencente a Luis Cantoser, que girando nos portos da Asia, retira a sua propria carga para os de Portugal, me embarçou a execucao desta tão importante diligencia; especialmente quando me constou que em alguma accommodação que lhe restava, somente podia conduzir as fazendas do emprego de producto do Tabaco, e muito pouca porção dos negociantes desta Praça. A muito alta e muito poderosa Real Pessoa de V. Magestade Fidelissima Guarde Deos felicissimos annos. Goa 27 de Fevereiro de 1775

(Rubrica do Governador)

(Livro dito, fl. 69)

Para o Secretario de Estado Martinho de Mello e Castro

Ilm.^o e Exm.^o Sr.

Sendo preciso ver os Livros da Secretaria porque nelles se achão muitas Cartas e Tratados com os Reys e Regulos da Asia, que serão necessarios para os casos occorrentes, ainda se não poudo concluir a sua revista, e na meação proxima se hande remeter todos na forma de ordem de S. Magestade; o que participo a V. Ex.^a para que o dito Senhor seja servido de approvar esta deliberação. Deos Guarde a V. Ex.^a. Goa 6 de Maio de 1776.

(Rubrica do Governador)

(Livro 156, fl. 184)

Para o Sr. Marquez de Pombal.

Illm.º e Exm.º Sr.

Da Relação junta constão os Livros da Secretaria deste Governo que se remetem, e são 60, dos quaes ficaraõ algumas copias de Tratados e Convenções com as Regulas, do Padroado do Real Convento de St.ª Monica, e de algumas resoluções, que parecerãõ precisas para os casos occorrentes, em que pelas novas ordens se não dava providencia, e de algumas noticias das Terras d'Azia, que parecerãõ interessantes.

Na monção proxima se remetterãõ os que restaõ. Deos Guarde a V. Ex.ª muitos anos. Goa 21 de Abril de 1777.

(Rubrica do Governador)

(Livro 157. A 256).

Relação dos Livros das Ordens Reaes, que estão revisitas, e se remettem na presente monção de 1777 para o Reino de Portugal, na forma da Ordem de S. M.

Annos	Livros	Annos	Livros
1606	1	1620	1
1607	1	1621	1
1608	1	1622	1
1609	1	1623	1
1610	1	1624	1
1611	1	1625	1
1612	1	1626	1
1613	1	1627	1
1614	1	1628	1
1615	1	1629	1
1616	1	1630	1
1617	1	1631	1
1618	1	1632	1
1619	1	1633	1
1620	2	1634	1
1621	1	1635	2
1622	1	1636	2
1623	1	1637	3
1624	1	1638	4
1625	1	1639	1
1626	1	1640	1
1627	1	1641	1
1628	1	1642	1
1629	1	1643	1
1630	1	1644	1
1631	1	1645	1

1646	2	1649	1
1647	Falta	1650	Falta
1648	2	1651	1

Feliciano Ramos Nobre Mouraõ.

Aviso do Secretario de Estado ao Governador.

A Sua Magestade foi presente humá Carta de Dom José Pedro da Camara em data de 21 de Abril do anno proximo precedente, com humá Relação dos Livros da Secretaria do Governo da India remettidos para esta Corte, os quaes na Monção proxima seguinte se tornaraõ a mandar para esse Estado; e no caso de haver ordem para se continuarem estas remessas, ordena a mesma Senhora que ellas se suspendam. Deos Guarde a V. S.^a Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 2 de Abril de 1778. Martinho de Mello e Castro.

Senhor Dom Frederico Guilherme de Sousa.

(Livro 159, fl. 347)

Para o Secretario d'Estado Martinho de Mello e Castro.

Illm.^o e Exm.^o Sr.—Em Carta de V. Ex.^a de 2 de Abril de 1778 manda S. Magestade que havendo ordem para a remessa dos Livros da Secretaria, se suspenda, e que os remettidos pelo meu antecessor se tornaraõ a mandar para este Estado.

Executarei a Real Ordem, e he conveniente que tornem a vir os Livros da Secretaria que se remetteram, porque nelles se acham muitos monumentos precisos em muitas occasioes e he justo que naõ falte no Estado a memoria delles. Deos Guarde a V. Ex.^a. Goa 1.^o de Janeiro de 1780.

(Rubrica do Governador)

(Livro dito, fl. 348)

A' vista destes documentos naõ deixa de causar admiracão escrever o Secretario Tovar e Albuquerque que os 60 livros que foram para Lisboa abrangiam desde a conquista até o anno de 1568; 2.^o que foram remettidos á Corte em 1774. E considerando que este Secretario fez o *Index* de toda a collecção das Monções naõ he tambem pouco de admirar que diga que

a serie desta collecção se continua desde 1568 ate aos seus dias.

O Secretario Claudio Lagrange caio no mesmo erro em quanto a data dos Livros remettidos a Lisboa; e o que mais admira neste auctor he citar a verdadeira data da carta de remessa (21 de Abril de 1777) passando todavia para elle desaperebida a *Relação* que a acompanha, e ainda hoje esta encostada á mesma carta.

Diz ainda o Secretario Lagrange, e he cousa corrente na India, que se ignora onde param hoje aquellos 60 Livros remettidos a Lisboa, que de feito não foram restituídos a Goa, apezar da promessa feita no Aviso de 2 de Abril de 1778. Nós porem podemos dar aos amadores da historia da India a boa nova de que os ditos Livros se conservam perfeitamente encadernados no Archivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, sob o titulo de *Documentos da India*.

E ainda acerca do que diz o Secretario Lagrange observaremos que a collecção de Tratados, que existe na Secretaria, contem alguns anteriores a 1615, taes são, os Tratados com o Idalxá em 1572, em 1575, em 1576, em 1582. Não fallando de outros ainda mais antigos, que estam registados no Cartorio da Fazenda; e que nós temos visto.

Mas tornando aos 60 Livros que foram para Lisboa; sendo certo que elles não eram os mais antigos da collecção; resta saber como se acha hoje o corpo das *lunções* no Archivo da India marcado com numeros aguidos e não interrompidos, começando pelo numero e correndo até o numero 234. Para explicar isto, só nos podemos valer de alguma conjectura. A remessa dos referidos 60 Livros em 1777 foi sem duvida feita

no presupposto de que esses eram verdadeiramente os mais antigos, que existiam; porque os documentos de data anterior jazeriam avulsos e ignorados em algum escuro recanto do archivo. Depois, em tempo para nós incerto, mas talvez no do Secretário Tovar e Albuquerque, sendo aquelles papeis velhos descobertos, foram reduzidos a Livros, sem todavia se guardar ordem alguma, como agora se acham, e por occasião da formação do *Index* numerados com os seus actuaes numeros, que são os a que o mesmo *Index* se refere. Antes desta epocha, qualquer que ella seja, tudo indica que os Livros das *Monções* se distinguiam somente pela indicação do anno a que pertenciam e não por serie de numeros seguidos.

He tambem provavel que muitos Livros que ha na India compostos de documentos pertencentes a epocha dos que foram para Lisboa, fossem depois formados de papeis avulsos que se foram descobrindo, e talvez estes papeis falem na collecção de Lisboa.

O mesmo golpe que o Marquez de Pombal deu nos archivos civis da India deu tambem por outra Carta Regia da mesma data de 10 de Fevereiro de 1774 nos archivos ecclesiasticos. Manda pois ao Arcebispo D. Francisco da Assumpção e Brito que logo emasse, encaixote, e remetta com toda a segurança pelos primeiros navios, que forem partindo, todas as Bullas, Breves, Rescriptos da Curia de Roma, que della foram expedidos para esta Metropole de Goa, e Igrejas suas filiaes desde a invasão dos denominados Jesuitas, até ao fim do governo do Santo Padre Clemente XIII:—2.º todas as Cartas Regias, Alvarás, Resoluções, Provisões, e mais Ordens, que no mesmo periodo foram expedidas a esta

Primacial, Dioceses, e Prelazias della pela Secretaria de Estado, Mesa da Consciencia, Conselho Ultramarino, e pela inventada e capciosa Junta das Missões de Lisboa, etc.—3.º todos os registos, que na Camara Ecclesiastica, e Secretaria Archiepiscopal existirem de tudo o referido:—4.º todos os outros registos e papeis das Pastoraes, Mandamentos, Provisões, e Disposições dos Metropolitanos desde a referida epocha infeliz até ao fim do governo do Arcebispo D. Antonio Taveira. Exceptua porem as Bullas das fundações do mesmo Arcebispado Primaz, e das Dioceses de Cochim, Cranganor, Malaca, Macáo, e Prelazias da Costa Oriental da Africa.

O Arcebispo foi mais pontual no cumprimento desta ordem do que o Governador na que lhe dizia respeito. Porque não somente enviou os papeis das repartições, que immediatamente lhe eram sujeitas; mas ainda os que poude das Ordens Religiosas. A Circular do Arcebispo aos Prelados maiores, que ainda se conserva nos cartorios de alguns Conventos, dizia assim:

Depois que ElRey meu Senhor tanto por Carta firmada de Sua Real Maõ como pelas sabias, e paternaes Instrucçoens que foi servido dar-nos para bem podermos reger esta Metropole nos fez ver que o unico meio que lhe ficou livre para salvar os pequenos restos do antes vasto, opulento, e magnifico Estado da India Oriental consistia em apartar, e remover delle as ruinas que os perniciosos antecedentes abuzos-tinhaõ amontoado para assim fazer lugar á nova fundaçã com que o mandara reedificar e erigir ultimamente: cassando, e abollindo com este importante objecto todas as Leis, Regimentos, Ordens, Resoluções, Registos dellas, e Costumes, que até agora debaixo das apparencias de o regerem, destruirão o referido Estado. Foi servido o mesmo Senhor por outra sua carta firmada taõbem de seu Real Punho ordenar-nos remetessemos a Sua Real Presença.—Todas as Bullas, Breves, e Rescriptos da Curia de Roma que della foraõ expedidas para esta Metropole e Igrejas suas filiaes desde a invazã dos denominados Jeunittas até o fim do governo

de S. Padre Clemente 13 inclusivamente: como taõbem todas Cartas Regias, Alvarás, Resoluções, Provisões, e mais Orde que no mesmo periodo do tempo foraõ expeditas á Sé Primial de Goa, Dioceses, e Prelazias della pelas Secretarias Estado; pelo Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens; pelo Colcelho Ultramarino; pela inventada e capciosa Junta de Missõ de Lishoa; ou por outros expedientes quaesquer que elles fo sem: e por fim todos os outros Registos, e papeis das Pastoraes Mandamentos, Provisões, e Disposições dos Metropolitanos noss Predecessores, desde a referida Época infeliz athé o tempo, e que tomámos posse deste Arcebispado. O que tudo participam a V. P. Rm.^a para que em observancia das ditas Reaes Order fazendo colleger com toda a brevidade o que houver pertencer te ás classes assima indicadas nesse Convento (remetendo a mesmo tempo esta ao outro, e ás cazas, em que existirem individuos do seu sagrado Instituto para obrarem conforme a ella o que devem) reduzido a cathalogo, e emmassado com titulos separados, no-lo remeta para tudo ser por nós dirigido ao mesmo Senhor. Deos Guarde a V. P. Rm.^a Lisboa 30 de Janeiro de 1775

Arcebispo Primás.

Rm.^a P. Preposito da Congregaçã de S. Felipe Nery de Goa

E com effeito mandou o Arcebispo para Portugal todos os papeis que poudes, e hoje raro he o document que nas repartições ecclesiasticas da India se acha anterior á epocha indicada na Carta Regia. Estes documentos ecclesiasticos he que se ignora aonde param, provalmente jazem mais ou menos esquecidos em algum archivo de Lisboa.

Em quanto ao nosso *Fasciculo*; pareceo-nos opportuno pôr a par dos documentos das *Monções* os Alvarás dos ViceReis, relativos aos mesmos annos; pois estes Alvarás, alem de terem o mesmo valor legislativo que as Ordens da Corte; saõ tambem em grande parte complemento e execuçaõ dellas. Facil he de ver pelo exame chronologico dos documentos, que se perderam muitas cartas das *Monções* relativas á

epoca comprehendida neste *Fasciculo*; e igualmente que os Alvarás dos ViceReis, existentes no Livro delles, que hoje tem o n.º de 1.º tambem não são todos quantos nos respectivos annos se promulgaram, antes parece que este Livro contem só a compilação de alguns Alvarás mais usuaes. Mas nós não podemos supprir aquellas faltas. O Sr. Joaquim Pedro Celestino Soares n'uma miscellanea, que intitolou—*Bosquejo das Possessões Portuguezas no Oriente*—de que só conhecemos o 1.º vol. impresso em 1851, e o 3.º impresso em 1853, dá-nos noticia de um *Registo de Cartas para a India* existente no archivo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, comprehendendo desde 1589 até 1596, e pelas suas citações deprehendemos que a serie de cartas dos annos, a que o mesmo registo se refere, he a mais completa do que nos archivos de Goa. Desse registo podia-se tirar um curioso supplemento a este nosso *Fasciculo*. He porem digno de notar que nem em Lisboa, nem em Goa se conservam as Cartas da India para Portugal, desta epocha, mas só as que foram expedidas de Portugal para a India.

O systema pelo qual trasladámos os documentos foi este. Desfizemos as abreviaturas, escrevendo as palavras por extenso; evitámos as letras grandes fóra de proposito; e puzemo-las aonde eram totalmente necessarias segundo as regras hoje adoptadas. A demais orthographia conservámo-la com bastante fidelidade á vista do original, ou do registo donde trasladámos. As cartas das *Monções* estam escriptas com diversa orthographia nas differentes vias; e não he raro ainda que o mesmo escrevente, na mesma pagina, escreva a mesma palavra por diversos modos.

Por isso pode uma vez ou outra haver alguma pequena e insignificante differença nesta parte entre a nossa copia e o original.

Entramos nestas miudezas, porque vemos alguns es-
crupulosos conservar nas suas copias, ás vezes cheias
de crassissimos erros substanciaes, os horrores dos bre-
ves antigos, impossiveis aliás de reproduzir na typogra-
phia com fidelidade, e emaranhar o texto no labyrintho
das letras grandes desordenadamente envoltas com
as pequenas; de forma que fazem um papel repugnan-
te a ler, e quasi impossivel de entender.

Apezar da nossa diligencia estamos certos de que
nos escapariam não poucos erros e falhas; mas con-
fiamos que será para nós indulgente quem souber que
não achámos em Goa pessoa que podesse auxiliar-nos
nestes trabalhos com satisfação nossa; e que toda a ma-
teria dos nossos *Fasciculos* tem sido copiada por nossa
mão, e por ella tem corrido todas as provas typographicas.

Por ultimo pareceo-nos que não seria desagradavel ao
leitor, amante das antigualhas paleographicas e diplo-
maticas, achar aqui o *Inventario* dos livros e papeis da
Secretaria da India, que foram entregues no anno de
1590 pelo Secretario Duarte Delgado de Varejaõ ao seu
successor Antonio de Moraes de Oliveira, e deste pas-
saram no anno de 1592 ao Secretario Luis da Gama,
e he este:

*Translado do emventairo dos livros he papeis da Secre-
taria da Yndia que foraõ entregues a Antonio de
Moraes d'Olliveira pelo Doutor Duarte
Delgado de Varejaõ.*

It. Vinte e simco liuros das mercês geraes he do diabeiro,
comesados do, tempo do Comde do Redomde em que se fizeraõ,

e um d'elles atue o presente, com seus annuaes.

It. hum liuro das temças.

It. Simco cadernos d'ordinarias de Dom Luis detaide, Fernaõ Telles, Dom Francisco, Dom Duarte, he o Senhor Guouernador.

It. Hum caderno que o VisoRey Dom Luis fez no tempo da guerra do prouimento que deu pera as mezas que entaõ se dauaõ.

It. Dous liuros em que se registaraõ has mersês que ho Comde Dom Luis, e Dom Francisco Mascarenhas, Dom Duarte fizeraõ per alluará de Sua Magestade que pera iso trouueraõ, comuem a saber, hum o dito Dom Luis, e o outro de Dom Francisco e Dom Duarte.

It. Hum cadernozinho do Regimento do sellairo que se ade leuar.

It. Dous liuros dos acordos que se tomaõ neste estado pelos VisoReis e Guouernadores.

It. Outros dous, comuem a saber, hum do contrato das pa zes que neste estado se fizeraõ, e outro das menagens que se tomaõ aos capitães das fortalhas.

It. Noue liuros dos Registos gerais do tempo do VisoRey Dom Duarte, e o derradeyro meado com o Senhor Guouernador Manoel de Sousa Coutinho.

It. Quatro liuros gerais do Comde Dom Francisco.

It. Dous liuros do Guouernador Fernaõ Telles, e o primeiro delles meado co Conde Dom Luis.

It. Tres liuros de Dom Luis detaide da segunda vez, em que entra o meado asima de Fernaõ Telles, e outro meado com Dom Diogo de Menezes, que he o deradeiro.

It. Dous liuros de Dom Diogo de Menezes, hum meado com Antonio Moniz, e o outro ynteiro de Dom Diogo.

It. Sesenta e tres liuros dos Registos gerais do tempo do Guouernador Nuno da Cunha, em que se principiaraõ, e dos mais VisoReis e Guouernadores que se sosederaõ até o Guouernador Antonio Moniz.

It. Dous liuros, hum que fez ho Arcebispo Frey Visente feito em auzensia do Conde Dom Francisco, e outro de Dom Dionis Pereira Guouernador do Sull.

It. Hum liuro do Comde Dom Luis e Fernaõ Telles das prouisões que se registaraõ per despacho da Rollaçãõ.

It. Quatro liuros mais pequeninos em que se lausaraõ mersês de dinheiro do tempo de Garcia de Sá, Dom Affonso de Noronha, Dom Costantino, e Antonio Moniz.

It. Oyto liuros dos Registos gerais do tempo do Senhor Governador Manoel de Sousa Coutinho.

Listas.

It. Numa lista do anno de setemta e tres

It. Outra lista de setemta e simquo.

It. Outra de setemta e oito.

It. Outra de oytemta e hum.

It. Outra de oitemta e dous.

It. Outra de oitemta e tres.

It. Outra de oitemta e quatro.

It. Outra de oitemta e quatro.

It. tres mais de oitemta e simco.

It. Outra de oitemta e sete.

It. E asy mais sento e nouenta he quatro maços de sertidões de seruiços de pessoas particullares com os despachos que estaõ em segredo.

Hos coais liuros e listas he mais papeis tudo foi entregue ao dito Antonio de Moraes d'Olliveira, e elle os recebeo, se asinou aquy comigo José Correa escriptvaõ que ho escrepvy—*José Correa —Antonio de Moraes.*

Hos coais papeis e liuros tudo foy entregue ao Senhor Luis da Guama Secretario deste Estado, e pelos receber se asinou aquy comigo José Correa que ho escrepuy. (NB. Faltam as assignaturas).

O qual rol vay aquy tresladado do proprio que fica em poder do escriptvaõ que esta sohescrepveo hem e fiellmente sem acrescentar nem demenohir cousa allguã que duuida faça, e vay consertado com houtro ofisial aquy asinado no comserto, em Goa oje vinte e tres dias do mes de Dezembro etc.—José Correa escrevam ho soescreui ano do nacemento de noso Senhor Jhũ Xpõ de mil e quinhentos e nouenta he dous anos. Pg. nada.—*João Pinto da Amd... José Correa.*

(Livro 1.º fl. 135)



ARCHIVO PORTUGUEZ-ORIENTAL.

FASCICULO 3.^o

I.

Regimento jeral.

Eu elRey faço saber a vos Dom Luiz da Taide, do meu conselho, que ora emuo por meu Visorrey das partes da India, que considerando en nas cousas de que deueis de lenar meu Regimento, e do que aveis de fazer nas dittas partes, asi no que toqua a bom asento das cousas do trato das mercadorias, como da paaç e da guerra, ouue por bem vos dar o Regimento seguinte:

I. Primeiramente vós lenaes minha carta patente para Dom Amtain de Noronha, que ora estaa por meu Capitam mór e Visso Rey das dictas partes, pela qual lhe mamdo que vos entregue a ditto capitania mór e governança, e se venha nesta armada que lenaes com as náos que vam para vir com a carregua, e por virtude da dita minha carta lhe requerereis a ditto Capitania, e tomareis a posse dela, pasamdolhe vossa certidam em publico de como uos entrega a ditto capitania com declaraçam do estado em que toda a India estaa, e das fortalezas, náos, e nauioes, e artilharia, e de todas outras cousas com que vola entregar, porque asy ey por meu serviço que se faça.

II Vós lenaes meu poder pelo qual vsareis do poder, jurisdicam, e alçada, que por elle vos dou, e asy bem como espero de vós que façaes.

III. Depois do dicto meu Capitam mor e Visso Rey vos entregar a ditto Capitania mór e governança, vós ajuntareis os capitães das fortalezas que ahi ao tal tempo estiuere, e as pessoas que por minhas promissoes forem promissas das capitancias delas, e asy capitães das náos e nauio-

que se ahy ao tal tempo acertarem, fidalguos, canaleiros, escudeiros, e outros meus criados, e lhes notefiquay e fazez ler o poder e jurisdicam que vos don, e os amoestareis com as milhores palauras que vos poderdes a todos seruirem a deos e a mim, esforçandoos a todo bem fazerem, e damdolhes boa esperança do gualardam de seus serviços e trabalhos como sempre folguo de o dar áqueles que me bem seruem, como de todos deuo de confiar que o façam, e com todas outras lembranças e amoestações que vos bem parecerem, e assy bem como confio de vós que o sabereis fazer.

IV. A principal causa por onde ElRey Dom Manuel, meu Bisquô, que sancta gloria aja, quiz emtemder no descobrimento da India foi para nela se fazer a nosso Senhor muy grandes serviços no acrescemtamento de sua sancta fee, e trazer ao verdadeiro conhecimento dela as gentes das dictas partes, em que tanto se trabalhou e trabalha que desde aquelle tempo atéguora sam trazidos a ella e feitos christãos muy grande numero deles, e cada dia se trazem, nosso senhor seia louuado. E como fose sempre ante ele, e elRey meu senhor e avô, que sancta gloria aia, e seia ante mim a mais principal cousa daquellas partes, e pela qual somente procurey e precturo, e por ela tantos vassallos meus sam mortos, e tam grandes trabalhos pasados, e tamanhas perdas recebidas, que tudo he bem empregado, pois os tisourós que disso se tiraram sam grande numero dalmas convertidas, e tantos serviços feitos a nosso senhor no acrescemtamento de sua fee e louuor de seu nome, e he razam e muy grande obriguaçam minha querer eu que como tam principal, e maior de todas seia de meus Capittaes môres e governadores olhada e favorecida e gramgeada de tal maneira que se effectue e alcance o fim deste meu desejo, e saibam eles que este he o maior contentamento que daquelas partes posso receber, e o maior serviço que me nelas podem fazer; e confiando de vós que assy o fareis, vos encomendo muito que o mais principal cuidado de todos os vosos seia em procurardes e ordenardes que a conversam das gentes das dictas partes se faça e continue, tendo os ministros que nela em-

temderem tal modo nisso que todós os que se converte-
rem seja com tanta temperança e amor como a mesma
obra require, nam emtreinando nela por nenhuma via es-
candaloso nem força alguma; porque quando desta maneira
se fizesse, mais seria deservir a Deos, e impedir os que
buscarem sua fee, que trazelos a seu serviço, e ao conhe-
cimento dele; e daqueles que se converterem, e a que
nosso senhor der sua graça para o fazerem, deveis de ther
muy grande cuidado de ordenardes como seiam emsinan-
dos e doutrinaados em todas as cousas necessarias a ver-
dadeiros christãos, e de receberem sempre em suas pes-
soas, e no que lhes toquar, tanta honrra e fabor e bom
tratamento como he rezam que lhe façam, asi pelo eles
merescarem, como pelo bõo exemplo que será para todos
os outros, os quaes comuem que veiam claramente neste
modo que aveis de ther com os que se tornarem christãos
que não somente ganhaõ a saluaçam para suas almas,
mas ainda recebem grandes proveitos e fauores para suas
cousas. E porque os ministros que nessas cousas emtem-
derem, asy os Clerigos Reformados que a isso de qua
emuey, como os frades, e quaesquer outros Religiosos,
comuem muito serem ajudados e fauorecidos para que
nisso emtemdam com melhor vontade, e passem com mór
animo os trabalhos que nisso leuarem, que nam podem
deixar de ser muy grandes por terras muy apartadas e
alomguadas huñas das outras, vos emcomendo muito
que asy em suas pessoas particularmente, como em todas
suas cousas, e em suas necessidades sejam de vós sempre
muito hombrados, fauorecidos, bem tratados, e socorridos,
e lhes mostrareis muito contentamento em tudo como he
rezam que o tenhaes de obras tam sanças, e de tanto
serviço de nosso senhor; porque de o fazedes asy, como
tenho per certo que o fareys, ey de receber sempre muy
grande contentamento, e asy o receberey de muy parti-
cularmente me avisardes sempre do que em toda esta ne-
gociaçam passa, e os ministros que nela emtemdem, e
o fructo que se faz, e os que se convertem, e como sam
tratados e emcinados, e a maneira que nisso se them, e o
prouito que fazem, e toda outra particularidade (sic)

porque quanto mais particularmente me derdes esta informação, mais serviço me fareis.

V. O ensino de todos os que se converterem, e o que nisso ham de fazer aquelles a que for cometido o cuidado disso, as quaes deuem sempre de ser pessoas de muita virtude, e boão exemplo de vida, vos encomendo muito para que tenhaes muita lembrança de sempre queredes saber e como o fazia, e o fructo que se segue disso, e como sam tratados e providos os que aprendem, porque venhose que tendes disso especial cuidado, e quereis ther com elles conta particular como deve ser, trabalharam pelo fazerem melhor. E porque do Collegio da Comuersam, que se fez em Goa, se segue muy grande serviço de nosso Senhor, e nele aprendem, e se ensinam aquelles que nominamente se convertem, vos encomendo muito o boão provimento de todas as cousas que a ele forem necessarias, tendo muita lembrança disso, e de ordenar que se faça de tal maneira que sejam de tudo bem providos, como he necessario e comuem.

VI. As cousas das Igrejas desas partes, e como sam servidas e ministradas, e os ornamentos que them, e como viuem os clérigos delas, posto que a vós não toque o particular cuidado disso, pois o he do Arcebispo de Goa, e Bispos de Cochim e Malacca, a que pertence particularmente entender nestas cousas, e reformar e ordenar as que tiuerem disso necessidade, todavia comueo a vós tomardes informação das ditas cousas, e entender nelas geralmente, e lembrardes ao Arcebispo e Bispos que as prouejam (seindo necessario), como tenho por certo que o eles farão sempre. Emcomendouos muito que o fazeas assy, e que sciam de vós muito favorecidos e bem tratados, e recebaõ omra todas as pessoas ecclesiasticas, principalmente as que tiuerem calidades. asi pelo exemplo de suas vidas, como per seus carreguos em que cáiba fazerdes-lhe nisso mais differença; e aos Capitães das fortalezas, assy no tempo que para elas partirem, como em quanto nelas estiuerem, lhes emcomendareis muito emcarreguadamente as ditas cousas, e o boão tratamento dos Vigairos e Beneficiados das Igrejas das fortalezas, e que

vos avisem sempre de suas pessoas, e de como elas são servidas, e particularmente elles servem seus carreguos, e da informaçam que tiverem de suas vidas, para que aquelles que o nam fizerõ como deuem e são obriguados, sejam logo tirados pelo Arcebispo e Bispos de seus carreguos, e castigados de suas culpas conforme aos merecimentos delas.

VII. Das casas misericordias (sic), e ospitaes dessas partes, pelos muy grandes serviços que neles se fazem a nosso Senhor, e obras de caridade que se neles cumprem, comvem muito terdes muy grande lembrança, así para particularmente saberdes o que em cada huãa delas se faz, e os officiaes se servem bem e verdadeiramente seus carreguos, e a maneira que them em gastar suas esmolas, como em serem bem providos das que lhe dou de minha fazenda, e inteiramente paguos das que lhe dam ou deixam por seus falecimentos algũas pessoas. Muitos vos emcomendo que tenhaes disso muy grande e especial cuidado, e que os officiaes que nelo bem servirem sejam favorecidos de vós em suas pessoas, para folgarem de o bem fazer, e ser exemplo aos outros que nouamente entrarem nos ditos carreguos.

VIII. As cousas da justiça de ser feita e guardada inteira e igualmente a todos asy christãos como mouros e gentios vos emcomendo muito em particular porque he cousa de muy grãde obrigaçam minha e de muito meu serviço; e así vos emcomendo muito em particular que procureis por particularmente saberdes como a fazem os ministros dela e servem seus carreguos, e se guardam inteiramente o que são obriguados, e se leuão mais salarios ou penhas às partes do que lhe denem levar, e se lhe fazem nisso ou em qualquer outra coisa escandalos ou sem razões, e se vinem bem, e dam de sy o exemplo que deuem, e aqueles que tiverdes informaçam que nam fazem o que deuem, ou são culpados em cada huãa das sobreditas cousas. mandareis castigar conforme as suas culpas, e se pór elas vos parecer que os deuo de urar ou suspender de seus carreguos, faloeys na maneira que vos bem parecer e for meu serviço, e sempre

assy dos que me bem servirem ou fazerem o contrario folgarey de me avisardes.

IX. Huã das cousas mais principaes em que me aveis de servir he em ordenardes como todas minhas fortezas dessas partes estem sempre providas de todos os mantimentos necessaries e gente necessaria para sua defemsam, e assy darteilharia, bombardeiros, moniões, e armas, e de toda outra cousa que para defemsam e seguramça dela comprir, e aos Vedores da fazenda que hão de hir visitar as dittas fortezas ao tempo que tenho mandado que o façam, verão o como estam providas das dittas cousas, e a necessidade que nelas ha, e o recado em que estaa a artilharia e armas, e toda outra cousa desta calidade para as fazerem poer em toda boa arrecadação de tal maneira que se nam dane nã perqua, e leuaram recado vosso para o que falecer das dittas cousas e prouerem logno na maneira em que for necessario, para que em nenhuũ tempo posam estar em nenhuã necessidade, seão assy bem providas das sobre ditas cousas como conuem que seia. E por que será meu serviço visitardes vós as da India, e por vos mesmo verdes como elas estam, e a necessidade que ha em cada huã delas, vos emcomendo muito que quando boamente poderdes, e nam vos parecendo que sereis necessario para outras cousas de meu serviço, as visiteis por vós mesmo, tendo lembrança de quando o fizerdes ser com aquella armada que requerer a autoridade do carreguo que temdes, e credito que se dene ther da vossa pessoa; nam fazendo porem nisso tam grande despesa que seia mór inconveniente a meu serviço; e tenho por muy certo que em tudo thereis o resguardo que conuem; e olhareis o que mais comprir a meu serviço.

X. A guarda da pimenta que se nam leva para parte alguma e este toda em minha mão importa tanto a meu serviço que nenhuã cousa desta calidade me pode mais importar, pois dela se tira o com que a India se sustem; pello qual vos emcomendo muito que como sobre cousa tam principal prouejacs e tenhaes muy grande cuidado, mandando guardar a costa de tal maneira

que por nenhũa modo possa sair pimenta alguã para nenhũa parte; e se para isso comprir fizerdes alguã armada, falaeyas na maneira que vos bem parecer, e for meu serviço.

XI. Eu tenho mamdado que se apreguoasse em Cochy e em Calecut, e em todos os portos do Malabar que nenhũa pessoa de qualquer calidade que fosse asy echristão como mouro e gentio fosse ousado de carreguar nenhũa pimenta, pouca nem muita, nem a tirar fóra do Malabar, que a não ou navio ou parão, ou qualquer outro nauio em que fosse achada de meyo quintal para cima fosse queimado, e toda a fazenda que nela fosse achada perdida para mim, e as pessoas dos mouros que nestas náos e nauios foẽ achados forem captiuos, e deles se vsase como de captiuos de boa guerra; e que me prazia fazer mercê ao Capitão que o tal navio ou náos tomase com a dita pimenta da terça parte da fazenda que fosse achada nos taes nauios, mamdonos que posto que seia notteffiquado e apregueado, torneis a mamdar notteffiquar e apreguar o conteudo neste Capitulo, e guardar inteiramente o que por ele mamdo que se faça, e dar a execuçam as penas nele conteudas naquelles que nelas entorresem e forem comprehendidos. Potém declaro que anbandose a pimenta em alguũ nauio que não chegue ao dito meio quintal, não se perderá mais que a mesma pimenta, e a pessoa a que for achada sendo mouro seja captiuo.

XII. Por que a pimenta que vem a estes Reinos comvem que seia toda muito limpa e seque e asy boa que não possa auer nela quebra de que eu seia desseruido, vos emcomendo muito que proveiaes nisso de tal maneira como se faça asy; e por que o que cumpre mais a meu serviço he auer dela tanta soma que para estar seque e iunta ao tempo de fazer a carregha, e nam aver para isso falta della, vos emcomendo muito que trabalheis por se asy fazer como de vós o comho, e por esto tenho que entendeis bem o que nisso vay a meu serviço.

XIII. Vos emcomendo muito que sempre trabalheis

de com todos os Reis e senhores da India, e asy das outras partes de fóra dela ther toda boa paaz e amizade, e nela os conseruar, e escusar a guerra, e vos aprouciardes do trato daquelas cousas que em suas terras e senhorios ouuer que forem proueixosas, sem os costringerdes a pagar nenhũs tributos nem parias, resaluardo mouros imiguos de nossa féé que nam forem daqueles laguares que em minha paaz e amizade estinere: e quando os taes em minha paaz e amizade nam quizerem asemtar sendo para isso requeridos e feito cõ eles todo comprimento necessario, em este caso lhe fareis e mandareis fazer todo male dano que se lhe com segurança poder fazer para se asemtarem em meu seruiço e senhorio; e cada vez que no de paaz e amizade se quizerem asemtar, os recebereis a ela, mostrandolhes que como asy o quizerem fazer vos manddo que os recebaes, porque veiam e conheçam que minha vontade nam he guerra senam que sejam bem tratados e recebam proueito de minhas mercadorias e minhas feitorias das que se ouuerem mister para ella.

XIV. Muito vos encomendo o bom tracto da jemte para ser de vós tratada como he razam, porque asy tenham mais amor e vontade de me servir, e de inteiramente lhe ser ministrada justiça, por (a) delhe asy ser feito se segue muito meu seruiço. E asy mesmo vos encomendo e manddo que acerqua do castigio daqueles que alguns erros e malefeitos cometetem tenham grande cuidação para cada huñ aver sua emmenda segundo cõ direito e justiça merecer.

XV. E asi vos encomendo a jemte da terra asy christãos como jemtios e mouroos, que na terra viuem, para a todos ser guardada inteiramente razam, verdade, e justiça, e se lhe fazer fauor como justo e onesto seja, nam consentindo que lhe seja feito mal, dano, nem sem razão, porque do asy lhe ser feito muito proueito se segue em meu seruiço, e principalmente de se folguar com minha jemte na terra, e ainda sejam de vós

recebidos e tratados com todo fauor e guasalhado e bom tratamento.

XVI. Vos emcomendando muito e mando que tenhaes grande especial cuidado de se guardar a verdade nos tractos vendas e compras que aintre minhas jentes e os mercadores da terra se fazem, encurtándose os..... e longuras e escandalos, escusando demandas quanto possivel for, e sabida a verdade se faça justiça, porque desta maneira sey que a justiça se fará melhor, e em especial naquelas cousas que peramte vós se onuerein de julgar.

XVII. Porque he razam que aqueles que se tornarem christãos sejam sempre em todas suas cousas favorecidos com justiça, ey por bem por mais..... christandade que os ditos christãos e y homens como molheres quando forem comprehendidos em cousas tues per que com justiça deuan ser castigados que nam seia procedido.....
..... (a)

XVIII.

..... (b)
asy mamdeis nisso falar aos reis e Senhores dos lugares mandamdlhe dizer como en são

(a) Como o papel está corrupto e consumido neste lugar, não se pode ler o resto deste Capitulo. Aproveitaremos porem o extracto á margem feito pelo próprio D. Luiz de Ataide, que he o seguinte:

= Que os christãos da terra sejam bem tratados, e que contra eles se não proceda rigorosamente; e que sendo culpados em cousas leues passe por ellas sem os castigar com os amonestar; e que nos casos de morte, e outros graues maleficios se faça delles cumprimento de justiça =

(b) Pela mesma causa se não pode ler o principio deste Capitulo, cujo extracto á margem diz:

= Que não consinta que os Reis e Senhores das terras onde viuem christãos lhe tomem as fazendas, e tendo-as tornadas lhas tornem. Que faça represalia em quaesquer cousas onrendas dos Reis e Senhores que tomarem aos christãos o seu, e asy em suas ndos e pessoas, e que se notifique aos christãos da terra =

informado que se faz o que.....aos que asy se tornam christãos, e que lhes roguo emcomendo que tal não façam, antes por meu serviço sejam favorecidos e bem tratados, que mais razam he que se faça asy aos que se tornam christãos do que aos mouros que são inimigos de nossa fee e de meu serviço, e que certo eu não esperava deles que asy se fizesse sobre cousa de que eu recebo tanto contentamento, e que se alguma fazenda he tomada a alguã dos sobreditos lha mande logo tornar. E se eles o não prouverem e fizerem asy ao diamte, mandouos que lho não comintaes e proueda niso de maneira que não somente se não faça, mas que aqueles a que foi feito seja tornado o seu mandamdoos requerer para isso, e não o queremdo eles fazer, e neguando a restituição do que asy tiurerem tomado das ditas pessoas, então mandareis que se lhes faça por isso represarias em quaesquer cousas ou rendas suas ou náos e pessoas suas. Mandayo, nottefiquar asy a todos os christãos da terra.

XIX. Para que se conseguise meu desejo, acerca da christandade dessas partes, tenho mandado que em cada forteza se ordenase huã pessoa.....e de.....que tiuese cuidado de procurar por todos nouamente convertidos á fee para que fossem omrados, favorecidos, e bem tratados, e lhes não fosse feito agravo, nem sem razão.....comprise requere-se ao meu governador..... (a).

XX. (b).

XXI. Vos mando que nam deis nenhuã seguro a nenhuã não nem nauio da India que.....a Pacer e di para deintro, nem nauios do dicto Pacer, porque o ey por

(a) O resto deste Capitulo está consumido. O extracto a margem he este:

= Que em cada forteza haja uma pessoa que tenha cargo dos christãos, e que escreua a Sua Alteza quem são. =

(b) Está todo consumido.

O extracto he:

= Que faça guardar os seguros das pessoas que tiuerem poder para os dar. =

muito meu serviço, e vos mamdo que todas as núos e nãdios.....do dito Pacer, e dele forem os mamdeis tomar e fazer neles presas, e aos meus Capitaes das fortalezas da India mamdareis que nam dem os ditos seguros como vos mamdo que o façaes.

XXII. Asy mesmo vos emcometendo muito o bom reedado das fazendas dos defuntos, e de mamdardes ao prouedor mbr ou prouedores.....que tenham grande cuidado de fazerem seus inuentarios com toda fidelidade em todo o que tenho mamdado por meus regimentos, porque alem de nisso comprirdes com a obriguação que temdes per bem de voso carreguo, me fareis nisso muito serviço.

XXIII. Ey por bem e vos mamdo que se nam pague soldo alguu alguãa pessoa sem ser feito alardo das armas, e cada huu as mostrar, e sendo as ditas armas vistas, e sendo certo, que sam daquelle, lhe será paguo o dito soldo.

XXIV. Vos emcomendo muito que sempre mescrenaes a gente que convosco amda na India, e a cadidade dela, e armada que ha, e artelharia que nela amda, e asy me emeias os rões do que os vedores da fazenda acharem que ha das ditas cousas em cada huãa das fortalezas que hamde visitar nos tempos em que ey por bem, e lhe.....para que de todas as sobreditas possa ter uo particular.....como a meu serviço compre que tenha.

XXV. Porque são certificado que lá da India ha muita gente sem proueito asy como capateiros, alfaiates, e outros mecanicos.....(a).

XXVI. Me escrenereis as pessoas que fream por capitaes das fortalezas, alcaydes móres, feitores, escrinaes das feitorias, e todos os mais que nellas ha ordenados

(a) e restar não se pode ler pela razão sobredita.

O extracto á margem he este :

= Que os capateiros, alfaiates, e outros mecanicos, e os christãos novos, e aleijados mande ir para o Reino, e asy a outra (gente) que não prestar para servir, e parecendo bem que fiquem, que sejam riscados do soldo.==

declararão cada huũ por nome, e se estão nas dictas alcaidarias e officios por minhas prouisoões que diso leuassẽ, ou o modo em que nelas emtraram. Vos mamdo que em todas as armadas, prazendo a Deos, sempre por vossa carta me deis conta e razam de todas estas cousas e de cada huũa delas muito declaradamente parae com vosso recado prouer nelas asy como for mais meu seruico, e tereis diso gramde e especial cuidado e lembrança porque todas estas cousas importam e relenam muito a meu seruico.

XXVII. Se pela.....que a gente que laa na India anda nam he tamta ou nam..... como comuem para as cousas de meu sernico, auisarmeis asy mesmo em cada armada do que disse vos parecer que deuo fazer por meu seruico, e asy mesmo das armadas que laa ha, e das que vos parece que se deue prouer, e do estado de todas as cousas, para que acerqua de tudo prouesia asy como for mister, e por minguea de o nam saber nam deixar de ser prouidas em seus tempos devidos. Tomay de tudo isto tal lembrança como a necessidade de todo o requiere, e nam venha armada em que de tudo me nam deis inteira comta.

XXVIII. Pola necessidade que lá se them de bombardeiros, e pola que qua ha deles para minhas armadas comuem dar niso tal ordem como os aia laa, e se possa escusar.....de que vem pedirem-se de laa. Alem do proueito que se faria para minha fazemda.....tirar da despesa que se com eles faz e sua ida,e para laa melhor se poder auer deueis dordenar comocostume do que se faz em Lixboa; e huũa pessoa que tenha cuidado.....fazer hir a ela, e pera os que quizerem ser recebam nisso fauor e proueito; ey por bem que em cada huũ anno possaes mandar passar do soldo de homeẽs darmas ao de bombardeiro até cincoemta homẽs.

(a)

(a) O extracto deste Capitulo á margem diz:

= Que aja barreira de bombarda, e hũa pessoa que aella tenha cargo, e que cadaño se possã assentar por bombardeiros 50 homẽs dos que reucem soldo.=

XXIX..... (a)

XXX. Ey por bem

ordenados por nenhum respeito que para iso aia, pelo qual vos pareça que com razam e por meu seruiço se deua fazer, tirando os cincoemta bombardeiros que atrás neste Regimento ey por bem que acrescenteis em cada huñ anno, e asy mesmo vos maíndo que nam mamdeis asentar a nenhuñ escrano em soldo. (b)

XXXI. Mamdo que nenhuñ Capitam de não, nem nauio, guallee, ou outro de qualquer calidade que seia se nam pague de nenhuña fazenda minha que na tal não ou nauio trouner, asy de presas que se façam, como de qualquer outra calidade de soldo nem doutra nenhuña sorte que seia, nem de nenhuña outra pessoa que lho a ele deua, nem asy mesmo de nenhuña pessoa que com ele va e amde na tal não ou nauio, porque nam quero que por modo alguñ o posa fazer. E toda a fazenda minha que receber entreguará áqueles feitores e officiaes que por vós meu Capitam mór e VisoRey e pelo veador de minha fazenda lhe for mamdado para da maõ dos dictos officiaes se dispennder naquelas cousas que por vossos mamdados ou do meu veador da fazenda for ordenado. e por modo alguñ nam faram outras despesas, e se as fizerem nam lhe seraõ leuadas em conta, mas ey por bem que pelo mesmo caso perqua a capitania da tal não e nauio em que amdar. E para ser notorio vos mamdo que asy o façaes apreguonar e notefiquar.

XXXII. Vos tembro e emcoinnemdo muito e mando que nos prouimentos das capitánias das fortelezas, alcaldarias móres, capitánias de náos.....

(a) Todo consumido. O extracto á margem diz:

= Que a jente seja paga de seus soldos e mantimentos aos meses depois da carga das náos ser feita.==

(b) O extracto á margem he este:

= Que não acrescenta soldos tirando a bombardeiros de que atrás se falla.==

sorte de navios.....(a)

XXXIII. Porque.....
conuenientes para os ditos carreguos vos.....
quando das ditas capitancias ouuerdes de prouer seja em
pessoas de confiança e experimentados, e em q^{ue} ma^{is} as
calidades que para taes carreguos conuem. (b)

XXXIV. Eu sam imformado e certificado.....
.....vem a Cananor e Cochim e por todos
os lugares daquela costa, d'Ormuz.....
outras partes domde vem para se venderem em Nádinga
e nas outras partes que them necessidade deles, se se le-
uarem a Goa se faria muito meu seruiço na pague dos
direitos que para mim deles se arrecada, e que aprouci-
taria muito ao trato de Goa, e aimdá que se seguiria gran-
de proueito para aqueles Reys que o ham mister therem
de mim grande necessidade, e folgarem mais de estar
em minha paaz e amizade, fóra outras cousas proueitosas
que se seguiriaõ, e de muito meu seruiço, pelo qual ey
por bem e mamdo que todos os caualos vam a Guoa e
nam sejam levados a outra parte, sob pena daqueles q^{ue}
a outra parte os leuarem os perderem e serem tomados
por minhas armadas para mim, e asy se perderaõ os na-
uios em que forem, e asy vos mamdo que o façaes not-
tefiquar em Cochy e em Cananor e Calecut, e em todos
os outros lugares daquela costa para que a todos seja
notorio, e se nam possa aleguar ignorancia. E mamdo
que asy o façaes cumprir e guardar porque asy mey por
muito meu seruiço. E porque Dom Gracia de Noronha
sendo Viso Rey dessas partes fez contrato com o Ina-
samaluco sobre certos caualos que lhe auia de mandar
dar em cada huũ anno para sua terra, como vereis pelo
dito contrato, se o tempo dele ainda dura, guardareis
e compriteis o que pelo dicto contracto este abentando:

(a) O resto do Capitulo está consumido. O extracto a margem diz:
= Que os cargos que vagarem se dem aos creados de Sua A.
e depós elles aos outros.=

(b) O extracto a margem diz:
= Que se prouejam pessoas de confiança de capitães das
e navios quando se ouuerem de prouer =

XXXV... ..(a).

XXXVI. Eu sam certificado que as mercadorias em que os mercadores de Ormuz que trazem os caualos a Guoa tomam pagamento dos caualos que vendem lhes fazem tomar por aualiaçaõ, e que perdem nisso muito, e lhes he feito agrauo, e de se assy fazer ey o por inal feito: pello qual vos mamdo que loguo como embora chegar-des vos imfformeis disso, e achamdo que se lhe faz, manday que tal se nã faça, asi ao Capitaõ da forteleza como a meus feitores e officiaes, e que os preços das taes mercadorias seia a prazer das partes, e nam por aualiaçam, nem se faça em outra maneira, e temde cuidado de saber se se guarda asy, para que nam se guardando deis por isso aquele castigo a quem achardes culpado como vos parecer razam, e que nenhuũ meu Capitaõ, feitor, rector, nem escriuaõ, nem outro nenhuũ meu official, nem da cidade, se nam emtremeta nas compras e vendas dentre os mercadores, e liuremente os leixem comprar e vender por os preços que amtre eles for concertado sem eles nisso entreuirem nem therem que ver, porque asy o ey por meu seruico, e asy vos mamdo que o façaes comprar e guardar.

XXXVII. E asi estes mercadores que trazem os caualos a Guoa, que he cousa em que recebo muito seruico, como quaesquer outros que á dicta cidade trouxerem quaesquer outras mercadorias, e asi a todas as minhas feitorjas dessas partes, vos emcomendo muito e mamdo que sejam de vós fauorecidos, e asi ordeneis que o sejam de todos meus capitaes feitores, e officiaes aguualhaados, homrados, fauorecidos, e bem tratados, e lhe seia intellramento guardada verdade asy no quer toquar á compra e venda das mercadorias, como em toda outra cousa, e lhe naõ sejam feitos agrauos nem sem razoes, e cousas que nam deuan, por tal que vendm que com eles se them esta maneira folguem de trazer e acudir com as mer-

(a) Só se lem poucas palavras deste Capitulo. O extracto á margem diz:

= Que em Ormuz se tome fiança qua os cauallos uenhã a Guoa, e que cadano se saiba se as fianças se cõpriram, =

cadorias aos luguares onde delas ouuer necessidade, de que se seguirá muito meu serviço, e desserviço fazendo-se pelo contraio: e vós mamday lembrar aos ditos capitães e officiaes que asi o façam.

XXXVIII. Ey por bem e mamdo que os mercadores que vierem a Guoa que quiserem comprar e vender sem corrector, que o posam fazer, e lhe nam seia feito nisso comstrangimento alguũ, paguamdo eles porem a corretagem, que he huũ pardão somente, nem comsimtaes que mais se lhe leue; e tambem se ha hy outros direitos ordenados que mais aiam de pagar, nam comsimtaes que se lhe leue mais que o por mim ordenado, e ao corretor da dita cidade mamdareis que nam constranja aos ditos mercadores a comprarem e venderem....sob aquella pena que vos bem parecer, a qual será..... encorrer.

XXXIX. Por alguũs respeitos de meu serviço que me mouem mamdo que nenhuũ meu feitor nam compre arroz, açuquar, salitre, breu, orraquanem outra nenhuũa cousa de mantimentos a nenhuũ portuguez que as ditas cousas tenha para veinder porque naõ quero que o façam, soo pena que se o fizer perqua pelo mesmo feito sua feitoria, e seia posto por nós outro em seu lugare por que seia notorio esta defeza o mamdareis apregar e notefiquar, e vós thereis grande lembrança, e o meu Veador da fazemda em seus tempos mamdar comprar as ditas cousas e fazer o prouimento delas....omde se trazem asy para o que for necessario para as fortalezas estarem prouidas, como para a jemte das aygadas.

XL. Porque sam certteficado que alguũs meus feitores them feitorias suas por amtrepostas pessoas em alguũas partes em que ha tratos posto que lhe seia defeso por mim que nam tratem, mamdo que os ditos meus feitores por si nem por emtreposta pessoa não tratem nem tenham feitorias em nenhuũa parte que por eles comprem nenhuũa mercadoria nem mantimentos, nem outra alguũa cousa sob pena que semdolhe prouado perderem pelo mesmo feito suas feitorias, e nam seiam a elas mais

tornados sem meu especial mamdado, alem da mais pena que bem parecer, avendo respeito á calidade da culpa, e vós poreis em seus lugares outras pessoas que saibão bem servir até eu prouer de feitores. E porque seia notorio a todos o fazei apreguoar e notefiquar.

XLI. Ey por bem e vos mamdo que do cabedal que de qua for em todas as armadas, e asy de todo o dinheiro das minhas remdas dessas partes se nam faça despesa alguãa até se não comprar toda a pimenta que for necessaria para a cargua que ouuer de vir nas náos daquelle anno, e depois de toda comprada se paguaram os soldos á gemte que lá amda, os quaes não seraõ paguos senaõ por vossos mamdados somente, asy como por meu regimento tenho ordenado que se faça.

XLII. Porque posa saber a verdade da maneira que them os capitaes das náos e nauios de minhas armadas, e se fazem cousa alguãa contra minha defesa ou cousa imdiuida, vos mamdo que da torna viagem que as ditas náos vierem a Cochy ou a qualquer outro porto omde vierem, se tire inquirição por toda a companhia da dita não se fizeram alguãa tomadia ou presa de gemtes que lhe seia defeso, ou quebraram alguũ seguro que a alguãa fosse dado por quem tiuer meu poder de os dar, ou fizeram alguãa sem razão (?), e achamdo nisso em alguãa culpa o capitaõ, mestre, e companhia da não ou nauio day á execuçam as penas que por mim. em direito vos pareça que o merecem, fazendo restetuir ao danefiquado todo mal e dano que lhe fose feito, e temde diso tal cuidado que se nam posa fazer cousa mal feita de que não sejaes sabedor, e imteiramente seia loguo castigado com restetuição do damno a quem de de-reito se deua fazer como ditto he, e não sendo presente a parte a quem se o tal danno fizer mamdareis depositar a restituiçam do dano que lhe asi for feito em mãs de pessoas abonadas para lhe ser entregue tanto que vier, e asi mesmo se saberá no nauio que fose a tratar a alguãas partes, se alenamtarão os preços das mercadorias, ou fizerão nisso outra alguãa cousa com que danasem o trato, e se se achar que o fizeram, o estranha.

reis na maneira que vos parecer que o caso merece; ditho o castigo aos que achardes que nisto tiveram tal culpa per que o mereçam, e averá mandado vossô e todas as fortalezas que se fação as mesmas diligencias em qualquer nao ou navio que a elas for ther.

XLIII. A repartição que se hade fazer das presas he a seguinte, a saber, que das presas que fizerdes tirareis de vinte huũ do monte mór, e daquele que for cobrado e recadado das dictas presas, e carregnado em recepta sobre o ofical delas, e isto naquelas presas em que fordes em pessoa ou á vista, e daquelas em que vos nam acertardes em pessoa, ou nam estuuerdes á vista, só quero que ajaes ametade, e a outra ametade aja o Capitaũ que emtiardes ou for na frota que as dictas presas fizer.

E tirando asi de vinte huũ para vossa joia do monte mór, como dito he, emtam se tirará para mim o quinto verdadeiramente.

E tirado o dicto quinto se tirará para mim as duas partes pela armaçã.

E tiradas as ditas duas partes, a outra parte que fica se repartirá pelos Capitaes e gente darmada.

A saber :

Avereis vós alem da ditta joia que aveis de tirar na maneira que dito he das presas em que fordes, ou á vista, e nam em outra maneira, vinte e cinco partes..... xxv partes.

E cada huũ dos Capitaes dos navios dalto bordo dez partes..... x partes

E cada hum dos Capitaes das carabelas, seis partes ; vj partes

E cada hum dos Capitaes das guales. vj partes

E cada.....mestre e pillo. to quatro partes..... iiij partes

E cada mestre somente tres partes.. iiij partes

E cada marinheiro armado parte e meia..... j parte e meia

E cada homem darmas huũa parte e meia..... j parte e meia

E cada grumete huũa parte..... j parte

E cada marinheiro duas partes.... ij partes

E cada espingardeiro duas partes.. ij partes

E cada bombardeiro duas partes... ij partes

E cada besteiro duas partes..... ij partes

E nam averam partes alguñas salvo aqueles Capitães, pessoas, e companhia que forem no feito que se fizer, ou estinerem á vista segundo que sempre se costumou.

As presas que praxendo a Deos se fizerem vos mando que seão postas em todo bom recado, e será tudo entregue ao feitor delas perante seu escrivão, e tudo carreguara sobre ele em recepta, e tendo tal maneira que se não sen gue corra alguña, e tomy dy disto aquele cuidado que de vós confio, e naquilo que a mim pertencer do meu quinto e partes pela armazón prouera o meu veador da fazenda para se arrecadar segundo por bem le seu officio o deve fazer.

XLIV. Vos mando que nas náos que vam ordenadas para ir o vir com carregnas das especerarias, não tomeis nem mandeis tirar nenhũas armas nem artilharia das que letrarem.

XLV. Eu ey por muito meu seruiço, e bem de justiça que no tempo em que os Capitães das minhas fortalezas dessas partes saírem de suas capitánias por entravẽ odros em seu lugar, e asy os feitores e escrivães das feitorias, se tire deles inquiriçam de como servirão seus officios, e se inteiramente compriram e guardarão seus regimentos que por mim lhe sam dados, e se façam logo com eles judiciaes, (sic) e vejam jurar tẽste unilias, e que acabadas de tirar sejam cerradas e aseladas, e emniadas a este reio nas armadas que vierem por duas vias, para eu as mandar ver, e se fazer o que for justiça, porém se em alguña maneira toqnase a alguña parte que laa fiquẽ o que contra meu regimento se prouase que fizera, serão laa ouvidas com as tuas partes, e antes de sua partida, deles se faça comprimento de justiça.

XLVI. Outroy que sejam dados preguões de minha parte que se alguẽ se sentir agrauado dos ditos capitães, feitores e escrivães..... contra justiça se lhe fizesse, ou lhe forem devedores, em alguña cousa, o vão

requerer ao Ouvidor que com os sobreditos os ouvirá e lhe fará comprimento de justiça. Porem vos mamdo que quando ao diamte depois de serdes em pose da capitania mór e gouernança alguũs capitaães officiaes (*sic*) mamdar vir por irem outros, ou eles vierem por alguũs casos, o mamdareis asi cumprir, e tirarseam até trinta testemunhas, e isto cometereis ao Ouvidor da India que o faça, e mamdouos que com todo boõ cuidado se faça isto, porque o ey por muito meu seruico.

XLVII. Por alguũs justos respeitos que me a isso mouem, ey por bem e mamdo que por nenhuũ caso que aquecer possa se nam mate por justiça em Malaqua nenhuũa pessoa principal da dita cidade, a saber Rey nem Senhor da terra, nem seus filhos, nem gouernadores e officiaes principaes que forem postos por meus capitaães, nem mercadores riquos, e somente fazendo ou cometendo algum caso ou casos per que mereçaõ pena de morte me sejam emuiados preses a muito bom recado a meus reinos na primeira passagem que para elles vierem com os autos de suas culpas cerrados e aselados para os ver e mamdar fazer justiça asi como me bem parecer; e se for caso que parecer que as fazendas dos taes se perdem para mim por alguũs erros que tenham cometidos, ey por bem que se socrestem e embarguem e se faça deles imuentairo, e sejam postas em todo bom recado, e me seia emuiado o treslado do dito emuentairo com os autos de suas culpas para mamdar o que delas se faça.

XLVIII. Eu saõ informado que á ilha de Guoa vem Jogues que trazem bullas dos paguodes dos idolos dos jemtios, as quaes diz que dam gramde toruaçam a se os gentios da dita ilha comuerterem a nossa sancta fee, pelo que vos mamdo que mamdeis os ditos Jogues nam sejam comsemtidos na dita ilha nem nas outras ilhas darredor dela, e para asy se fazer ponhaes aquelas penas que vos bem parecerem, as quaes mamdaydar a executam naqueles que nelas mais forem achados; e para ser notorio o mamday apreguar.

XLIX. Porque se faça inteiramente justiça das pessoas que vem para estes reinos nas cousas ciueis de que algũa pessoas se podem queixar assy os christãos portuguezes, como a gente da terra, vos emcomendo e mamdo que loguo como embora cheguardes á India mamdeis apreguoar por todos os luguares omde tiuer gente e feitorias, que estem da maneira que posam a eles hir e vir recado até á partida das náos, que mamdo que todo christão portuguez, mouro, ou gentio a que o capitaõ mór da India que vós socederdes, ou o capitaõ da forteleza, ou de náos e nauios, ou outra pessoa que para qua se ouuer de vir, deuer alguũ dinheiro ou mercadoria, ou lhe tiuer algũa outra obrigaçaõ de fazemda, o uenha demandar e requerer por todo mez de nouembro para lhe ser feito comprimento de justiça.

L. Porque de náos que vem da India com a carregua da especiaria, que fazem seu caminho por demtro, se segue muito meu desseruiço em toquarem Moçambique, mamdo que nenhuũ Capitam de náe que venha com carregua minha da India para estes reinos nam vá a Moçambique saluo sendo em extrema necessidade, e quando com necessidade fose, em tal caso lhe mamdo que o mais em breue que seia possiuel se despache e partam, nam fazemdo mais demora que aquela que de necessidade nam poderem escusar sob pena.....alli sem necessidade, ou posto que com ela se vam, se detiuerem alli mais tempo daquele que necessario for, perderem por isso todo ordenado de sua capitania, e quintaladas se as tiuerem, e nesta mesma pena quero que emcorram o pilloto e mestre; e vós a todos os capitaes das náos que depois de vossa chegada á India prazemdo a nosso Senhor de laa partirem para estes reinos o mamday nottefiquar, e se fará disso auto, e alem disso o mamday apreguoar e notefiquar para que a todos seia notorio, e daquy em diante em todas as viagens se guarde asy sob a dita pena.

LI. A minha cidade de Malaqua como sabeis them sempre com os Reis e senhores seus vesinhos continua guerra, e por essa causa o tracto dela está muy danefiquado, e nam ha nela tantos mercadores como soya, e

para o que toqua á dieta guerra sendo necessario se fazer por meu serviço, ou nam se avendo de fazer, e assy em todas as outras de meu serviço naquelas partes, nam me pareceo que vos podia dar regra certa nem detreminação do que acerqua das ditas cousas ouueis de fazer, somente tudo o que toqua á dita Cidade, paaç ou guerra, guarda da costa e trato, leixo a vós que em cada cousa pronejaes e mandeis que se faça o que mais meu serviço vos parecer, tomando inteira informação das cousas e da necessidade delas, e acodindo ao que cumprir em seus tempos em tal maneira que se proneia o necessario em seu tempo devido, e escrevermeis declaradamente todo o que em cada cousa das sobre ditas proverdes e fizerdes.

LII. E porque Malaqua he cousa em que tanto serviço e proveito posso receber, como creio que sabais, sendo provida de todas as cousas, que para seu bom proveimento lhe forem necessarias, vos encomendo muito e mandado que tenhaes dela indito especial cuidado e lembrança para se lhe fizerem seus proveimentos em os tempos que se ouuerem de fazer, e daquelas cousas que virdes que comuem segundo os recados e nouas certas que tiverdes, assi para o que cumprir e for necessario para a guerra, se a tiver, como para a paaç e aseseño dela e das cousas do trato e mercadorias, que nam aia nisso falecimento algum.

LIII. Porque a cidade de Guoa he a mais principal que na India ha, e dos mercadores e naturaes dela sam sempre em todas as cousas muy bem servido, me parece que nela melhor do que em nenhũa outro lugar podeis inuerner, pella qual ey por bem que assy o façaes. E porem se vos parecer meu serviço inuernarles em qual quer outra cidade das que tenho nessas partes leixo a vós que o façaes como vos parecer melhor, e mais meu serviço.

LIV. Porque sam informado que na India, e nas outras partes fora dela ha officios e carreguos sobejos e sam necessitados, no que alem dos guastos que com os sam desservido em outras cousas, ey por bem que aquelles

que vos parecerem sobejos, e de que nam ouer necessidade os posaes tirar, e os nam aia ahi mais, e porque isto importa a meu serviço, tem-le disso toda lembrança.

LV. Alçada dos Capitães das fortalezas da India.

Posto que os Capitães das fortalezas da India leuem declaradas nas cartas de suas capitánias os poderes e alçada de que nelas han-le usar, ouuo por bem e meu serviço a lenardes neste Regimento, para saberdes os poderes que lhe dou, e de que deuem usar em suas capitánias que sam os seguintes.

Nos casos crimes lhe dou poder e alçada em todos os casos até morte natural inclusive, e sobre todas as pessoas de qualquer sorte e coindçam que sejam, e suas sentenças, juizos, e mandados em qualquer condenação que sobre os taes fizer por suas culpas até a dita morte natural inclusive, mamdo que dem a executam sem deles aver mais apelaçam nem agrauo, resaluamto porem que o dicto poder e alçada se nam entemderá em nenhũa fidalguos, nem no alcaide mór da fortaleza, nem meu feitor da feitoria dela, nem nos escriuões da dicta feitoria que eu de qua emuiar, nem nos Capitães das náos ou navios que na dicta fortaleza tiuer. Estes porem quando algũs casos crimes cometerem per que com justiça deũo ser presos, os premderá, e faram autos de suas culpas, e os emmarram cerrados e aselados a vós, ou ao meu Capitão Mór e Viso Rey para acerca deles, e dos seus casos pronordes como vos parecer justiça.

Nos feitos civijs dentro partes lhe dou poder e alçada até comtia de cincoemta mil reis, e ate esta comtia se darão suas sentenças a executam sem mais aver apelaçam nem agrauo e se algum feito passar dos ditos cincoemta mil reis em qualquer comtia que seja, combecerá dele e julgue o que com direito lhe parecer, dñdo somente nos taes feitos agrauo para vós, dñdo Capitão mor, o qual as partes iram seguir dentro do tempo que lhe seinar, e se as partes nos taes feitos não quizerem agrauar, darã a executam suas sentenças.

Poderam poer penas de dinheiro até cincoemta mil

zados nos casos em que virem que cumpre serem postas por meu serviço e bem de justiça, e as mãe executar naquelas pessoas que nelas emcorrerm sem mais delas aver apelaçam nem agrauo.

Porque podem aquecer alguãs casos per que seia com-
prido por meu serviço e bem de justiça comdenar alguãs
pessoas nobres culpadas em alguãs penas de dinheiro,
lhe dou poder que quamdo alguãs aquecerem porque lhe
parecer que deuem ser castigados aquelles que neles fo-
rem culpados, eles os poderaõ comdenar em pena de
dinheiro avemdo respeito ás calidades das pessoas que
forem em suas culpas, e esto até duzentos cruzados, e
daquy para baixo nas comtias que bem visto lhe for avem-
do os sobredictos respeitos, as quaes penas mandará
executar sem mais dele aver apelaçam nem agrauo. E
todas as penas de dinheiro aquy comteudas apropriado para
despesa do ospital da forteleza omde for, e para ele as
mandaram os capitaẽs executar.

È isto quamto aos Capitaẽs das fortelezas da Imdia e
das outras partes, tiramdo os Capitaẽs de Malaqua e de Ma-
luquo por estarem muy longe, que nos feitos ciueis am-
tre partes them jurdiçam e alçada até cem mil reis pelo
modo atrás declarado, e nos feitos crimes e penas de di-
nheiro que poderá poêr, e asy comdenar alguãs pessoas
em penas de dinheiro naõ them mais jurdiçam nem alçada
que cada huũ dos dictos capitaẽs das fortelezas da Imdia
no modo atrás declarado.

LVI. Porem sendo caso que alguãs pessoas que seiam
prouidas de capitánias de fortelezas nam leuem em suas
cartas das ditas capitánias declarado o poder e alçada de
que ham de usar, darlheis o trellado do dicto poder e
alçada aquy declarado asinado por vós, para por ele usa-
rem como ditto he.

LVII. Porque bem saibáes o poder e alçada que tenho
dada aos Capitaẽs móres das náos que em cada hum anno
vam para a Imdia, ouue por bem asy mesmo volõ man-
dar declarar neste Regimento, do qual poder ey por meu
serviço que usem os Capitaẽs móres das armadas que
laa fizerdes na India, e em que nam for vossa pessoa.

e lho mandareis dar por vosa carta asinada por vós.

Nos casos crimes lhe dou poder e alçada até morte natural inclusiue, e sobre todas as pessoas de qualquer sorte e comdiçam que seiam, e suas semtemças, juizos, e mandados em qualquer comdenaçam que sobre os taes fizerem por suas culpas até a dicta morte natural inclusiue, mandto que deim á execuçam sem deles aver mais apelaçam nem agrauo, resaluando porem que o dicto poder e alçada acima declarala se nam emternda nos Capitães das dittas náos de sua comserua, nem nos fidalguos e caualeiros, e outros mens criados, nem nos escriuaes das dittas náos, e porem quando estes fizerem alguis crimes per que com justiça denam ser presos os mandará premder e fará auttos de suas culpas como escriuam da não em que for, e os leuará á India, e os emtre guará a vós meu capitam mór e viso Rey dela para acerca deles e de seus casos prouerdes como vos parecer justiça.

Item. nos casos ciueis lhes dou poder que posam julgar sobre as pessoas que vam nas dittas náos atee cincoemta mil reis, e atee a dicta contra dará suas sentenças á execuçam sem apelaçam nem agrauo, e dos que mais pasarem de cimcoemta mil reis julguará o que com justiça lhe parecer, dando somente agrauo para o dicto Capitão mór, e poderá poer penas de dinheiro atee cincoemta cruzados nos casos em que vir que cumpre por meu seruiço serem postas, e as executará sem mais apelaçam nem agrauo, e asi de degredo por quatro annos para os luguares dalem.

Item. no poder que asi lhe dou nas penas acima declaradas, attee morte natural inclusiue, ey por bem que nam usem disso, somente quando alguñ cometer tal caso per que mereça morte, o premderá, e com os auttos e inquiriões de suas culpas que sobre isso fará, os emtre guará ao meu Capitam móre Viso Rey para nisso fazer o que lhe parecer justiça, e porem ele dicto Capitam mór e Viso Rey nam mandará dar á execuçam as penas que pelo dicto Capitam mór dada forem postas que em sua alçada nam couberem, se nam aquellas ou parte delas que lhe parecer justiça.

LVIII. Pelos grandes inconuenientes que se seguem dos Capitaes sairem fora de suas armadas e leixarem nelas com os ditos carreguos outras pessoas, vos mando que quando proverdes algũs Capitaes dalguãas armadas, lhe defendaes muito apertadamente nos Regimentos que lhe derdes que nã sayão delas; e porque pode acontecer algũ caso per onde lhe seia necessario sairem das dittas armadas, ey por bem e vos mando que nos dictos Regimentos lintheis logo os poderes de que aiam de usar as pessoas que eles em sua abseincia deixarem por Capitaes da ditta arma.

Scripta em Lixboa a xxbij de feunereiro. Pamtalyam Re-bello a fez de mil e quinhentos sesenta e oito.

REY.

Regimento que leua o Viso Rey Dom Luis da Taide.

(Livro 1.º fl. 137)

2.

Conde Visorey, amigo. Eu ElRey vos emnio muito saudar. Dom Francisco principe das Ilhas de Maldina me pedio que por seu respeito fose seruido fazer merce a Pero Garces e Joaõ Garces seus criados, a hũ do officio de escrinaõ da feitoria de Cochim, e ao outro de contador dos orsaõs, ambos em vida. E por fazer merce ao principe, ey por bem vos informeis destes seus criados, e achando terem as calidades que se requerem pera estes carguos, que pera elles pede, prouereis cada hum por tres annos de cada hum dos ditos carguos na vagante dos prouidos antes da feitura desta carta. E isto naõ sendo o carguo de contador da apresentaçã da cidade, porque minha temçaõ naõ he tirar ha cidade as liberdades que tiuer. E sendo da apresentaçã da cidade podeis prouer o criado de Dom Francisco pera que pretende o dito carguo doutro equualente a ele; o que asy fa-

reza, e cumprireis cõforme a esta carta, porque sey o
averey por meu seruiço. Escrita em Lisboa a xb de fe-
vereiro de 583.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Francisco Mascarenhas Conde da
Villa da Oita, do meu conselho, e Visorrey das partes da
India.

(Livro 2.º fl. 1)

3.

Viso rey amigo. Eu ElRey uos ennio muito saudar
Fernando de Aranda que, o ano presente vay pera as
partes da India, hey por bem que em quanto nellas an-
dar, e não for prouido de outra cousa, aja cada uno pera
ajuda de sua sustentaçãõ cincoenta mil reis, de que lhe
faço merce por justos respeito. Pello que vos encomen-
do e mando que lhos façais assentar onde delles aja bom
pagamento. Escrita em Madrid a onze de feuerreiro de 584.

REY.

Pera o VisoRey da India.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—Ao Visorey da India

(Livro 2.º fl. 9)

4.

Viso Rey Amigo. Eu ElRey vos ennio muito saudar.
Dona Britiz de Vela...my de Don Pedro de Menes-
ses, que Deos pordoe, que faleceo em Dia estando por.

Capitaõ, me enuiou dizer que por nam ficarem filhos dantre o dito Dom Pedro e Dona Luisa Coutinha sua mulher, e serem casados per carta dametade, era ella Dona Britiz herdeira uniuersal do dito Dom Pedro seu filho, e lhe pertenciam as duas partes de sua fazenda por elle testar de sua terça.....tudo estava em posse a dita Dona Luisa sua nora. Pelo que me pedia houuesse por bem de vos encomendar este negocio, e que se fizesse justiça nelle. E porque isto seja de tanta obrigaçaõ vossa com que creio cumprireis como deueis, me pareceo todania escreuernolo e encomendaruos que deis ordem como neste negocio se proceda com breuidade, e se faça nelle inteiramente justiça, porque receberey disso muito contentamento, e do que se fizer me auisareis. Scritta... a 11 de março de 1584.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, seu VisoRey das partes da India.

(Livro 2.º fl. 3)

5.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Dom Johaõ da Cruz, notario da See Apostolica, natural da Serra de Cochim, vay este anno para..... com intento de aproueitar na edeficaçaõ da christandade da pouoaçaõ de Saõ Thomé, e daquella Serra donde elle he natural, e lhe fiz mercee de trezentos cruzados cada anno. Encomendados muito vos informeis de como elle procede nesta materia, e mo escreuaes, e o fauoreças no que para este effeito for necessario, mandandoo aduertir do que cumprir. para que com seu exemplo e doctrina..... na christandade da Serra daquellas partes, e na conuersam do gentio, o fructo que se pertende. Scritta em Lisboa

a 16 de Março de 1584. E dos ditos trezentos cruzados leua a prouisaõ minha que lá vereis.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, seu Viso Rey da India—1.ª via.

(Livro 2.º fl. 5)

6.

Eu ElRey faço saber aos que este Aluará virem que eu sou enformado que sendo defeso que nenhnm fidalgo nem outra algũa pessoa se possa vir da India para estes Reinos sem licença do meu Visorey ou Governador daquellas partes, alguũs o naõ cumprem asy, e se embarcaõ sem a dita licença, o que he muito contra meu seruiço e muito contra o que conuem ás mesmas pessoas; e querendo nisso prouer hey por bem e mando que daqui em diante pessoa alguma de qualquer qualidade e condiçaõ que seja que andar em meu seruiço nas ditas partes da India se naõ embarque nem venha delas para estes Reinos sem licença do dito meu Visorey ou Governador, que quando lha der passara disso sua prouisaõ, per elle assinada, sendo certo que vindosse sem a dita licença assinada pelo dito Visorey ou Governador, lhe naõ hade ser aceitaada sua petiçaõ, nem se lhe dará despacho sem elle dar informaçaõ de seus seruiços. E posto que eu tenho assentado de mandar á India os despachos das pessoas que naquellas partes me seruem, e dou agora nova ordem pera se isso assi poder melhor cumprir daqui em diante por as ditas pessoas naõ deixarem de.....o seruiço, e escusarem o trabalho de virem cá requerer..... alguũs pessoas tiuerem causas bastantes para deueremas verã e lhe responderã conforme a ellas. Notefiscoo asy ao meu Visorey ou Governador das ditas

partes, e lhe mando faça publicar.....
 defesa na minha chancellaria da cidade de Goa.....
della sellado com o meu sello e asinado
 por elle nos.....da dita cidade, e enuiar outros
 trelados feitos na mesma.....das
 as fortalezas e cidades da India para se publicarem
noticia de todos.
 A qual ey por bem e mando que se cumpradaqui,
 em diante inteiramente como dito he, e derogo.....
 outras prouisoões que sobre esta materia sejaõ passadas..
uisaõ que mandou passar o senhor Rey Dom....
feita nesta cidade de Lisboa aos dese-
 seis dias do mez de Março do anno de mil quinhentos e
 sessenta e oytto, porque esta somente ey por bem e man-
 do que fique em sua força e vigor, e se cumpra e guar-
 de juntamente com esta que se publicará na minha chan-
 cellaria, e registará nos liuros de minha fazenda da Caza
 da India para se saber como asy o tenho mandado. A
 qual quero que valha, tenha força e vigor como se fosse
 carta feita em meu nome, por mim assinada e sellada
 com o meu sello, sem embargo da Ordenaçã do 2.º L.º tit.
 xx. que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais
 de hum anno passem per cartas, e passando per Aluarás
 não valhaõ. E esta mandei passar por tres vias. Sebas-
 tiaõ d'Alpharo a fez em Lisboa a desassete dias do mes
 de Março de mil quinhentos e oytenta e quatro.

REY

Miguel de Moura

(Livro 1.º ff. 1)

7.

Viso Rey amigo. En El Rey vos enuio muita saudade.
 Dom Fernando de Momroy (que Deos perdoe) seruiu
 nessas partes muitos annos com muita satisfacão dos se-
 nhores Reis meus predecessores (que estaõ em gloria), e
 hora por parte de Dom Francisco de Momroy seu irmão

morador em Beluis deste Reino de Castella, fuy emformado que o dito Dom Fernando faleceo sem filhos, e fez seu testamento em que testou de sua fazenda em conthia de mais de cem mil cruzados, e que o deixou por hum de seus herdeiros ou herdeiro in solidum, e que a fazenda ficou em maõ de differentes pessoas, sem até agora ser enuiada á Casa da India, nem ser enuiado o testamento do dito Dom Fernando, hauendo mais de quoaatro annos que hee falecido. Pello que vos encomendo muito que vos enformeis deste negocio, e mandeis fazer comprimento de justiça ao dito Dom Francisco, ou seus procuradores, para que o testamento e fazenda se enuey á Casa da India a Lisboa segundo ordenança, não consentindo que as pessoas que a tem em sy a detenhaõ, e pessuaõ com dilacões, senaõ que em tudo se lhe faça justiça cõ breuidade, como de vós confio. Escrita em Madrid a 19 de março de 84.

REY

Pera o Viso Rey da India

(*No sabrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, e Visorey das partes da India.—1.º via

(Livro 2.º fl. 11)

8.

Viso Rey Amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudat. Sou informado que nas partes da India anda ha muitos annos Jeronimo Correa, e tem sua mulher nesta cidade, e não vem fazer vida com ella como he obrigado. Encomendouos que o façaes embarcar nas primeiras naõs que

pera estes Reinos vierem, porque o ey assi por meu serviço. Scritta em Lisboa a 24 de Março de 1584.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

1.ª via—Para o Viso Rey da India.

(No sobrescripto)

Por El Rey.—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, Visorey da India.

(Livro 2.º fl. 7)

9.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. O arcebispo Dom Frei Vicemte da Fomsega mescreueo que achara esa terra em muita necessidade de ministros ecclesiasticos, e que á falta delles estanaõ muitas Igrejas das fortalezas dese Estado sem Vigarios nã confesores, pedindome que deste Reyno fossem allgũs, e pela muita falta que deles ha se naõ pode ordenar que fossem nestas náos, e se emtemder que com muito trabalho os persuadiraõ a hirem em outras allgũas. Ihe escreuo que averei por serviço de Deos e meu ordenarse hũ Syminario nesa cidade de Goa, do que se possaõ tirar os ministros necesareos ás Igrejas dese estado, e que vos peça pera iso ajuda e fauor necesareo; pelo que vos encomendo que como a cousa de tanta importância, e a que eu estou taõ obrigado, trabalheis por dar toda a ordem e remedio necesareo pera se efectuar, e emtretanto pedirei da minha parte aos preladados dos mosteiros desa cidade que como os Religiosos delles acudaõ a estas necessidades de tanta obrigaçaõ, aos quaes mandareis dar os ordenados que per meu regimento haõ daver os ministros que residirem nestas Igrejas em quanto nelas atualmente servirem.

II. Tambem me escreneo o dito arcebispo que pela casa de Sam Domingos estar em sitio muito decentio, e serem falecidos nela muitos Religiosos comuinha pasarse o Collegio e estudo que tem pera outra parte pera aver Religiosos letrados, de que nessas partes ha muita falta, e me pede hũ aluitre dos que custumaõ a dar os meus Viso Reys, o qual me não nomea, e asy pede pera os ditos Religiosos a remda dos pagodes desa Ilha de Goa, que se applicon pera os miñinos orfaõs e gentios em sua conversão, de que estaõ ã pose os padres da Companhia, que depois se pasaraõ a fazer cristandade nas terras de Salcete. e por não largarem a dita remda dos pagodes de Goa aos Religiosos de Sam Domingos que lho socederaõ na cristandade da dita Ilha, ficãõ padecendo muitas necessidades: pelo que vos ãcomendo que vos ãformeis destas rendas dos pagodes, ouvindo sobre este caso os ditos padres da Companhia, e vindo as provisões que tem, e mandeis ver no regimento que per meu mãdado fez Diogo Velho, meu Secretario, servindo me nese estado de Veedor de minha fazenda, o como ficaraõ reparidos os ditos rendimentos na dita Ilha, e de tudo me avisareis com voso parecer pera mandar niso prouer como for mais serviço de Deos e meu.

III. Na carta geral vos escreto sobre a emformação que me deu o Viso Rey das pazes que com ese estado tinha feitas El Rey de Jor per meio de seus ãbaixadores que foraõ contratadas neza cidade de Goa, e de quanta importancia era ter este Rei seguro namizade dele de tal maneira que fique de tudo quebrando com o Dacem. E por ter allgũs ãformações e ã especial da Cidade de Malaga que este Rey cometeo estas pazes com animo deferente, e que sua temção he fazer se poderoso, pera quando o tempo lhe der lugar se ordenar conforme a seus intentos; vos ãcomendo que na sua amizade procedaes cõ o resguardo e consideração que este caso pedir, procurando nã ter verdadeiras ãformações, porque não responde amizades feitas a tão pouco tempo lançar mão o dito Rey de Jor de toda a fazenda que viuha na nao da Ilha que deu em soco junto de sua

fortaleza, que não quis tornar numqa semdolhe mada-
da pedir pelo capitaõ Roque de Melo, e asy me escrevõ
terẽ auiso de fazerem os Jaos armada pera hirem sobre
a fortaleza de Maluco chamados por elRey de Ternate,
o qual se presumia que tambem estaua cõfederado com
elRey de Tidore; e que diso tinhaõ dado oõta ao dito
Viso Rey, no que creio que tereis prouido como conuem,
e nas naõs que este ano espero me avisareis do estado
em que ficam as cousas de Maluco, e as pazes que se
tratarãõ com elRey de Jor. E por ser eõformado que a
dita naõ que se perdeu foy por culpa e descuido dos
que vinhaõ nella, vos eõmemdo que particularmente
namdeis deusar sobre os culpados na perdiçaõ desta
naõ, e os castigueis cõforme ao que a calidade desta cul-
pa merece.

IV. Os moradores da dita fortaleza de Malaqa se
queixaõ que os capitaõs daquela fortaleza lhe naõ guar-
daõ suas liberdades, mas amtes por mui pequenas cou-
sas os premdem e afromtaõ, e lhe fazem outras vexaçõs
grandes que naõ poso crer: eõmemdouos que tomando
deste caso bastainte emformaçaõ ordeneis como aos
moradores desta fortaleza lhe sejaõ guardadas suas liber-
dades inteiramente naõ comsemtindo que lhe seja feito
agrauo nẽ sem justiça allgũa, porque alem do remedio
destas desordens ser tanto de vossa obrigaçaõ me auzei
de vós por bem seruido e o prouedes asy nesta forte-
aleza como nas mais dese Estado.

V. Sou eõformado que os Viso Reys que té ora foraõ
dele fixeraõ muitas merces de minha fazenda comra for-
ma de meus regimentos, porque somente os podem fazer
até comtia de doze mil cruzados, queremdohe pôr nome
de ordinarias, e outroy danaõ por aluitres as diuidas que
ficavaõ deuenndo os feitores e thesoureiros dese estado
que dauaõ comta do dinheiro que tinhaõ recebido de mi-
nha fazenda que direitamente pertence a ela posto que
a recadaçaõ das taes diuidas se dilatase per culpa dos
ditos Viso Reys ou dos veedores de minha fazenda. e
que as comdenaçõs pera o fisco real no caso da erezia
e outros casos, e das residencias que se tomavaõ que e

direito pertencem a minha fazenda taõbem as dauaõ per aluitres, e que se vendiaõ as diuidas velhas que se deuem nela, e ayy os cargos da justiça e da fazenda por dinheiro, e se guardauaõ até qui muito mal as prouisoões dos senhores Reys meus antecessores e as minhas, e se criauaõ officiaes desnecessarios a que se dauaõ excecuiuos ordenados á custa de minha fazenda, deixando de os pagar aos que saõ por mim prouidos e me seruem, paõ comsetimido que se registem as prouisoões que se pasaõ destas mercês e ordenados. E porque tudo isto saõ cousas de que me ey por muito deseruido, e ey de mandar tomar muito particular eõformaçaõ e residencia delas, me pareceo deueruolas apomtar lembramõnos que de correte nese estado estas desordens he a principal causa de serem muito mal pagos os soldados que me seruem nele, e aver tamias queixas dos prelados e ministros das igrejas, ospitaes, e misericordias desas partes sobre lhe deuerem muito de seus ordenados, e naõ posso cuidar que os Viso Reys dese Estado procurem por estes respeitos de afastar de sy os ministros que daqui mandõ, e buscar outras pessoas com que fazem as cousas da obrigaçaõ de seus carregos, o que naõ creio que será em yesso tempo. Pelo que vos emcomeindo que se naõ uze mais destas desordens tamto cõtra meu seruiço e de minha fazenda, e que quando algũ destes ministros tines faltas per omde naõ deua servir nos cargos de que os tenho prouidos, me auiseis pera niso mandar o que for mais meu seruiço.

VI. Eu tenho comcedidas a allgũas pessoas cartas de commendã, pera vós as quaes as mesmas pessoas a que se daõ leuaõ na maõ pera por sy as apresemntarem, e porque poderá ser irem allgũas delas em tal forma que vos pareça pela eõformaçaõ que de mais perto temdes de seus seruiços lhe naõ deuseis comceder o que leuarem pelas ditas cartas, ou se lhes deuse moderar e allgũ modo, me pareceo deuenuos escreuer sobre esta materia, e significaruos que nestes casos podereis fazer o que virdes que mais cõuier a meu seruiço. cõforme ao merecimento de cada hum, e do que nisto achardeis e fizerdes me auisareis mui particularmente

VII. Tambem sou efformado que quando os prouidos das fortalezas dese estado per minhas patentes vão emtrar nelas pedem aos Visoreis muitas prouisoões, todas affirm de seus particulares yntereses e ã dano dos moradores das ditas fortalezas, e finalmente contra o seruiço de Deos e meu, e porque não he justo que pelos proueitos dos capitães das taes fortalezas fiquẽ os moradores delas sem o remedio que he razaõ que tenhaõ resedindo nelas, e tendo obrigação de as defender, vos ecomemdo que com muita consideração e advertencia paseis taes prouisoões, tendo sempre muito respeito ao bem commum de meus vasallos e ao que comuẽ ao redimẽto de minhas allfandegas.

VIII. Matias Dalbuquerque Capitaõ da fortaleza dormus me escreueo que pelos quatrocentos soldados que saõ ordenados á dita fortaleza serem os mais deles inutilles que per nhũã cousa aproueito, e que andão cento e vinte chazcados nas galiotas que daõ guarda aos navios que vão do Cimde eõ fazendas á dita fortaleza, ficana muito soo, e que procurando por estes soldados se recolherẽ dentro nela (pera o que lhe mandara de nono comeciar casas pera sua viueda, e lhe ordenara dons pardaos e meo de seu mâtimento cada mes e seus quarteis pagos) os não pudera persuadir que se agazalhasẽ dentro na dita fortaleza, e me pede que pera se isto effectnar mamde que da gente darmas que for deste Reyno se prouieja dos soldados neccsarios que eẽendo que sôlgaraõ de residir nela mandamdoos logo e chegando a esas partes, e que desta maneira ficaria milhor prouida a dita fortaleza, e se atalhariaõ muitos males e desordens que comettem os soldados uinendo na cidade. E por esta materia ser de muita consideração pelas rezoões que aponta, vos ecomemdo lhe deis o remedio que virdes que mais comuẽ ao seruiço de Deos e meu.

IX. Taõbem me escreue que por falecimẽto de Rex Nordin que soy guazil naquelle Reyno, lhe ficara hũ filho legitimo de pouca idade que dá de sy grandes esperanças, que se chama Rex Dilamixa, o qual fora metido do pose do juizadego dallfandega daquella fortaleza por prouisoões do Comde Dõ Luis detaide, de que ora está d

pose Rex Xaraso seu irmão, a quê Fernão Telles de Menezes governando esse estado a mandou dar : e por este Rex Dalmixá ser filho legitimo lhe parece meo serviço mandar a Rex Xaraso que seque o dito cargo lhe dese de dous até tres mil pardãos cadaão pera seu sustentamento, e por que Rex Bixay may do dito Rex Delamixá se me queixou por sua carta do dito seu filho ser tirado da pose do dito cargo indiuidamente, eu lhe escrevo que vos mando que a ougaes, e vos esforçoeis do que requer, pelo quo vos encomendo que asy o façaes, e lhe guardeis inteiramente sua justiça, prouendo ao Raz Delamixá seu filho conforme a razão que tiver, por que diso me averei por bem servido de vós.

X. E por me ser pedido por parte do Santo Officio que mandase dar ordem como hum dos Desembargadores da Relação dessa cidade de Goa, qual os Inquisidores apontasê, servise de procurador dos prezos pelo Santo Officio, por se não acharem nessas partes outros letrados christãos velhos de que se possa confiar o segredo de se, vos recomendo que ordeneis como o desembargador que vos eles nomearê corra com esta obrigação tanto de serviço de Deus e meu como tereis entendido, e tereis particular lembrança de por este respeito lhe fazer merce, e posto que tenha escrito ao Viso Rey Dom Francisco sobre o pagamento dos officiaes do Santo Officio, e por minhas instruções que lenastes o ano pasado volo tenha recommendado particularmente, vos torno a recomendar que tenhaes e seus pagamentos a cûta que couê; e que todos os bens confiscados e que se confiscarê daqui em diante se despendaõ e pagamento destes ordenados se se fazer outra allgã despesa deles até serem pagos, e não bastando em todo ou em parte pera estes pagamentos, se acabaraõ de fazer por minha fazenda.

XI. O Bispo de Cochim, me escreveu como ele e o cabido da See da dita cidade, e os mais ministros das igrejas do dito bispado eraõ muito mal pagos de seus ordenados, e se lhe deviaõ deley mais de quarenta mil pardãos dos annos atraz, pedindo-lhe que mandasse fazer boës pagamentos; e posto que por minhas instruções va-

tenha êcomendado o pagamento dos prelados e ministros das igrejas dese estado, vos torno de novo a êcomendar o pagamêto do dito bispo, see, e ministros ecclesiasticos de sua obrigação. E ey por bem e mamdo que lhe sejaõ pagos seus ordenados pela remda do betre desa cidade de Goa, omde os senhores Reis meus amtecesores lhos tinhaõ mandados pagar, de que lhe foraõ pasadas prouisoês. E por ser êformado que a dita remda do betre está ê muita deminuiçaõ do que amtes remelia, vos êcomemdo que o que faltar nela pera cõprimêto de seus pagamêtos lhe ordeneis ê hũa das outras remdas desa cidade e Ilha de Goa omde melhor possaõ ser pagos. E quanto a muita comtia de dinheiro que lhes he deuvida dos anos atrás me auerei per bem seruido de vós dardêslhe allgũ remedio pera se lhe ir pagãdo, e espero saber per vosas cartas e do dito bispo como fica prouido imteiramente nestes seus pagamemtos.

XII. Nicoláo Petro Cochino, que mandei per Veedor da fazemda da carga das náos, me fez allgũas lembranças sobre a materia da pimemta, e posto que por minhas instruções vos tenha êcomendado o que nelas apomta, saõ de tamta emportância que me pareceo meo seruiço tornaruolas a emcomemdar, e que todos os anos ordeneis como se faça a carga de hũa das náos deste Reino nos portos do Canará pelas rezoês que nelas vos mandei apomtar, e que se já não está tirada a deuasa das pesosas que trataõ em pimemta nesas partes com tamta denssidaõ, que he a principal occasiã pera faltar pera a carga das náos, a mãdeis logo tirar, por ser cousa de tamta importancia como tereis êtendido.

XIII. Tambem me escreueo que na cidade de Cochim se pagaõ de ordinarias desoito mil pardãos ê cada hum ano, pera o que não tem mais remdimêto aquêla seitoria que cimco mil; e posto que tenho já dado ordem ao pagamento do Bispo e Cabido e mais ministros ecclesiastico daquela cidade pera o averem pelas remdas da cidade de Goa, vos êcomemdo que pera as mais ordinarias que ficaõ ordeneis como sejaõ pagas, temdose particular cõtaõ os pagamêtos das fortalezas de Conilaõ e Oranganer.

XIV. E así me escreue que achou a ribeira daquela cidade tão desbaratada e cheia de casas de pedra e cal que se fizeraõ em chaõ que os Viso Reys e Governadores dese estado deraõ a allgũas pessoas, naõ considerando quãto enporta a meu serviço estar a dita ribeira despejada pera o apercebimento e concerto das náos que vaõ deste Reino, e pera nela se fazerẽ outras e os navios que saõ necessarios pera a comércuação dessas partes, pelo que vos emcomendo que tomeis particular ãformação de como foraõ dados estes chaõs, e por que promissoes, e quãto tempo ha, e o dano que recebe a dita ribeira por respeito das ditas casas, e de tudo me aviseis com voso parecer pera prover neste caso como for mais meu serviço. E ao dito Veador da fazenda vos ãcomendo deis todo tauor e ajuda necessaria nas cousas de meu serviço, e que com ele tenhaes a cõta que he rezaõ e se deue ter com as pessoas que bem seruem, e lembreis a Dom Jorge Baroche Capitão daquela fortaleza o deixe correr inteiramente com a obrigação de seu cargo, e tenha cõ ele aquella conformidade que he rezaõ, e lhe emcomendo na carta que lhe escreuo.

XV. O Bispo de Macão me escreueo que ele e os ministros ecclesiasticos que o ajudauaõ naquelas partes eraõ mal pagos de seus ordenados, e por ese respeito o deixauaõ, e posto que por minhas instruções que leuastes, vos ãcomendei o pagamẽto dos ministros ecclesiasticos dese estado, volo torno ora a emcomẽdar, e que no pagamẽto deste Bispo e seus ministros deis toda a ordem que for posiuel, e como tenha os que lhe saõ ordenados, e a ele escreuo que así desta materia como das mais vos dê conta pera prouerdes em tudo como vos parecer serviço de Deos e meu.

XVI. Por ser ãformado que os moradores da cidade de Malaca tem muito trabalho na defensão dela pelas cõtinuas armadas que o Duche sobre ella manda, desejando por ese respeito lhes fazer mercê ey por bem e vos mandando que os officios que vagarem nesta fortaleza, de que os prouidos naõ forem presentes, deis as seruemtias deles aos ditos moradores que forem be-

nermeritos e men serviço amtepondo sempre os que forem meus criados, pera o que lhes pasareis as promissoes necessarias, e que a pessoa que se prouver do cargo de onnidor da dita fortaleza não seja da obrigação do capitão que onner de residir nela, pera que liuremente e sê respeitos nhãs possa administrar e fazer justiça; e de o asy comprirdes me averei por bem servido de vós.

XVII. O promedor e irmãos da Misericordia desta cidade se me queixaraõ por sua carta de algũas cousas que por eles vos seraõ apontadas; ecomendouos que os onçaes, e lhe deis todo o fanor e ajuda pera que possaõ bem cumprir cõ as obras de sua obrigação, que saõ tam ditas de ser fanorecidas e ajudadas como sabeis.

XVIII. Jorje Florim dalmeida, que foi feitor nesta fortaleza me escreueo que por hũ regimento antigo que nella avia tem obrigação os mercadores asy portugueses, Jaos, como de quaesquer outras naçoẽs que forẽ, pagarẽ do cravo, nós, e maça que á alfamdega dela trouxerẽ os terços pera minha fazenda, e que de muitos anos a esta parte se não recolhem os taes terços por conta dela, e os leuaõ e arrecadaõ os capitães da dita fortaleza; e porque não he decente que fazendo-se tantas despesas na defensão desta cidade como vos seraõ presentes, se deixẽ darrecadar nalfamdega dela os direitos que me pertencẽ; vos ecomendo que mui particularmente vejaes os regimentos e promissoes per onde se pagaõ estes terços a minha fazemyla, e saibais a causa porque se não recolhẽ agora por ella e os leuaõ os capitães, e de quantos anos e esta parte, e as promissoes que tẽ pera os poderem lenar, e o que poderaõ emportar e cada hum ano; e das promissoes que tocare a esta mueria me enlaeis os trasladoes cõ toda a mais eformação que dela tiverdes. e voso parecer, pera nisto prouer como for meu serviço.

XIX. Dom Anrique Bemdará desta cidade de Matyqa me pede por sua carta algũas cousas a que lhe não mandei responder por não ter ynda eformação vosa do que sobre ele vos mandei apontar nas instruçoẽs que leixastes, e porque a tenho boa do modo e que procede e

meu serviço, se nas náos que este ano espero ma não temdes mandada, vos êcomemdo que o façaes pera cõ ella e voso parecer lhe fazer a mercê que seus serviços merecem.

XX. Diogo Dias de Boavista morador nesta fortaleza sou êformado que foi com cartas minhas ás Filipinas, e que ha muitos anos que me serue nesas partes: emcomendouos que o fauoreçaes ê tudo o que poder ser, e me êformeis de seus serviços pera lhe fazer a merce que por eles merecer; e escreuerlheis como vollo asy êcomêdo, e que recebi a sua carta.

XXI. Per hũa carta particular vos escreuo sobre a materia do Dacheu, e o que ey por meu serviço que façaes com Ruy Gonçalves da Camara, e porque na que lhe escreuo ê repostas dallguãs cartas que tme suas nas náos do ano pasado lhe torno a dar licença pera que se posa vir pera este Reino narmada deste ano presente; ey por bem que vagamdo allgũa capitania das náos da dita armada lha deis pera poder vir melhor agazalhado, e naõ na avemdo lhe deis boõs gazalhados na náõ em que se êbarcar, e vos êcomemdo que asy o cumpraes, e ê todo que se offerecer tenhaes cõ elle a cõta que he rezaõ.

XXII. A Raynha das Ilhas me escreueo nas náos do ano pasado com a descõsolaçaõ da morte delRey seu marido aqueixamdose de lhe naõ serem dadas ê sua vida cartas minhas, e pedimdome mercês pera suas filhas; e queremdohe respomder me pareceo pela enformação que me foy dada que poderia ser que quando estas náos chegasẽ ter ella feito algũa mudança de sy, e seria mais cõveniente deixaruos o officio que com ella se ouuera de fazer de minha parte; pelo que vos êcomemdo que estamdo ê estado que deua ser tratada como molher delRey seu marido a mamdeys visitar de minha parte cõ a occasiã de seu falecimento, e com o recado que vos parecer que se lhe deue de dar dizemdo-lhe que sempre mamdei escreuer a seu marido, e que o ano pasado lhe foy carta minha de consolaçaõ sobre a morte do príncipe seu filho, e êtemdereis o que pre-

temde pera sy e pera suas filhas, e o que será rezaõ que se lhe comceda, e de todo me avisareis; e fazêdo allgũa mudança de sy tal que vos pareça que se deue ter comta com o remedio de suas filhas, o fareis, e as poreis omde milhor e mais recolhidamente poderem estar.

XXIII. Com as instrucções e despachos que vos mandei dar quando o ano pasado de qua partistes leuastes cartas minhas pera os Reys da Etiopia, Persia, e China, a que taõbem escreuy os anos atrás, e ã hũa das vossas instrucções vos êcomemdei o officio que por meu seruico avia que fizeseis cõ estes Reis êuiamdo-lhe com minhas cartas recados meus na forma e modo que vos parece-se que mais conuinha pera se eles persuadirẽ ao que deles pertendo. E posto que ymda ategora naõ tenho reposta alguã destas cartas, vemdo todavia o efeito que elas começaraõ a fazer, pois elRey da Persia, com a primeira minha que recebo me êuia seu êbaixador, me pareceo que taõbem este ano vos deuia mandar outras cartas pera estes tres Reis, pera lhas mandardes ou sospemderdes como virdes que mais conuẽ segimdo ã huã cousa e outra o que temdes êtemdido de minha temçaõ e yntemto nestas materias.

XXIV. Posto que por minhas ynsturções que leuastes vos tenha muito êcomemdado elRey de Geilaõ por ser christaõ, e pobre, e pela doaçaõ que tẽ feito a esta coroa daquele Reyno, he rezaõ volo torne a emcomemdar pera que sempre cõ ele se tenha comta per obras e demonstraçoẽs ã que o ele emtemda e conheça, e lhe faças fazer seus pagamẽtos aos tempos devidos. E porque ora me pede licemça pera mandar cimcoẽta quimtaes de canela a este Reino, e esta materia he de consideraçaõ he exêplo, a remeto a vós pera que vos êformeis da necessidade ã que está este Rey, e se ha outro modo de se acudir a ela, e naõ no avemdo e parecemdonos que se lhe deue de deferir ao requerimẽto desta canela me aviseis de quantos quimtaes lhe deuo comceder a tal licemça cõ tudo o mais que sobre yto se oferecer.

XXV. El Rey de Cananor me escreueo que auia muitos anos que lhe não pagauão trêzentos cruzados que tinha de temça e cada hum ano dos senhores Reys meus antecessores, e lhe não pasauão tantos cartazes como lhe custumauão a dar, e que os mercadores meus vasalos e e especial os moradores daquela fortaleza lhe não pagauão os direitos que lhe pertenciaão das fazendas que leuauão áquele porto, antes as desemcaminha-uão e dauão aos mouros seus vasalos. Emcomendouos que vos eformeis das prouisoões que tem da dita temça e cartazes que requiere, tendo a aduertencia que quando se ergeo o preço á pimemta que se faz em Cochim, e foi dada ao Rey desta cidade a copa que ha e cada hum ano de minha fazemda, se obrigou a pagar as temças que se damtes dauão per conta dela aos Reys e senhores daquelas partes por respeito da pimemta que dauão pera a carga das náos, e dahi por diamte se não pagaraão mais, e a eformação que desta temça, e cartazes achardes me euiareis cõ voso parecer, e no que toca aos direitos deste Rey de Cananor escrenereis ao capitaão desta fortaleza não comsymta que lhos leuem.

XXVI. Os moradores da cidade de Damaõ me enuiaraão apresenter hũs apõtamentos dalguãs cousas que me requerẽ, e porque o ano pasado vos ecomemdei muito particularmente esta fortaleza e espero que nas náos deste ano me eformeis do estado e que achastes, me pareceo lhe não deuia mandar respomder até ver o que nesta materia me escreneis: pelo que vos ecomemdo que se já me não temdes dada esta eformação o façaes nas primeiras náos.

XXVII. Eu escreuo aos Reys de Bumgo e de Arima e a Dom Bertolameu as cartas que vaõ nestas vias, de que vos enuio a copia, e huã das vias vay na não de Malaqua, emcomendouos que lhas euiéis a bom recado per via dos Padres da Companhia, ou como vos melhor parecer, e lhe escreuais taõbem pera os animardes, e remderem que vos saõ por mim ecomendados. Escrita

em Lisboa a xj de Feuereiro de mil bclxxxb (1585). E eu Diogo Velho a fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

2.^a via (*No Sobrescripto*)

Por ElRei.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, seu VisoRey nas partes da India.

2.^a via. (Livro 3.^o fl. 110)

10.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito sandar. Juliana Carnalha molher de Janamemdes Camelo que faleceo nesas partes me êuiou dizer que Antonio Monis Barreto governamdo esse estado lhe dera licemça em meu nome, pera se vir pera este Reyno com o dito seu marido em hũa das náos darmada do ano de 75, nas quaes lhe mamdaua dar gazalhados, pedimdome que por quãto não ouuera efeito a dita licemça, e o dito seu marido era falecido, oueêse por bem que ela se pudese vir nas náos darmada deste ano presente. E avemdo a yso respeito, ey por bem de lhe dar licemça peraque se posa vir nas ditas náos; e avemdo nelas allgûs gazalhados per conta de minha fazemda lhe dareis os que forem comuinientes pera sua pesoa, e não os avemdo lhe mamdareis dar cem pardãos de tamgas, de que lhe faço mercê pera ajuda de os comprar. Escrita de Lisboa a xx de feuereiro de mil bclxxxb (1585). E eu Diogo Velho a fiz escreuer.

REY. (a)

Miguel de Moura.

Carta pera o Viso Rey. Pera V. Magestade ver toda.

(*No sobrescripto*)

(a) Pelo costume que ElRey tinha de assignar—*Yo elRey*—assim se assignou nesta carta; mas depois elle mesmo riscou as palavras—*Yo el*—e deixou a palavra—*Rey*.—

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e Viso Rey da India.

(Livro 2.º fl. 15)

II.

Viso Rey Amiguo. Eu ElRey vos êvio muyto saudar. Manoel Caldeyra comtratador das náos da India me apresentou hũs apomtamentos de alguãs cousas de que se agraua de Nicoláo Petro Cochino, Veedor da fazenda da carga das náos, os quaes ouue por meu serviço que vos fosse lá apresemados. Emcomendouos que os vejaes ouuindo sobre as queixas que nelex se contem a Nicoláo Petro Cochino, e aos procuradores de Manoel Caldeyra, e prouereis em tudo de maneyra que secem as queixas, e se cumpra o comtrato das ditas náos na melhor ordem que puder ser de modo que não aja dilação na carga, e partida das náos, e na carregua, e arumações dellas se goardem os regimentos e prouisoões que são passadas, e procurareys de os concordar de maneira que amtre todos aja a boa correspondencia que cumpre a meu serviço, e bem do comtrato, mandando ter muyta aduertencia que as pessoas que se meterem por goardas das ditas náos, cumpraõ com verdade a obrigação de seus cargos, e não vendaõ os lugares, e gassalhados dellas, e nas primeyras náos me avisareis do que sobre esta materya fizerdes.

II. Sou emformado que Nicoláo Petro Cochino ordenou hum pezo nouo ê Coehim, no qual faz pesar todas as drogas e fazendas que se embarcaõ nas náos que vem pera este Reyno, e se leua ás partes simquo reis de cada quimtal que se pesa nele; e porque me foraõ feitas muitas queyxas desta noua obrigação, e se emtemde que não taõ somête he opressão das partes, mas poderá causar retardarse a carga e despacho das náos, vos emcomêdo que vos informeis deste caso muyto particularmente ouuymdo sobre ele o dito Nicoláo Petro Cochino, e as partes a que tocar, e o que nele vos parecer mays meu serviço e menos opressão para as partes, o dareys á

execuçãõ, avisam d'ome das rezoês em que vos fadmares.

III. Foime dito que será meu seruiço. fazeremse nestas partes allgũas náos pera seruyrem nesta viagem da India, asi pela espiriemoia que se tem das que se lá fazem durarem muyto mais tempo que as que se fazem neste Reyno, como taõbem por serem menos custosas e mais fortes, e irem faltando as madeiras pera as ditas náos; emcomendonos que vos informeis se averá pessoas nese estado que queiraõ fazer algũas per contrato asi nas partes do norte como ê Cochim, que sejaõ de quinhentas té seiscentas toneladas, e o preço porque daraõ acabadas cada hũa das ditas náos, e o que poderá custar posta á vela; de que me avisareis.

IV. O Viso Rey me escreueo o ano pasado que pelas queixas que auia dos Reys comareõs da Costa de Melimde pelas sem rezoês, tiranias, e roubos, que lhe fazem os capitães môres daquela oosta, trabalhãr por dar remedio a elas, e o naõ podêr dar, sendo elas de calidade que arreceaua que estes Reys chamasem Turcos pera se valerem deles; e posto que mandey que os despachos que se desem desta capitania, fosem a pessoas que comprimdo ynteiramente com sua obrigaçãõ a seruisem, sem darem occasiãõ a estas queixas, e sou emformado que ha muytas pessoas promidas desta costa, vos emcomendo que os que forem servir esta capitania amoesteys que procedaõ de tal maneyra que se naõ aqueixem mais os ditos Reys nê os visinhos da dita costa, e dos ditos capitães mandareys tirar residencia tamto que viesem de lá, pera procederdes contra os que achardes culpados como vos parecer meu seruiço, e avisareis aos ditos Reis que vos mandem apresentar os agraups que lhe foraõ feitos, e per que capitaes, e ao capitaõ de Moçãobique emcomendareys taõbem ysto muyto particularmente, e eu vôlo tenho emcomendado na terceyra ynstruçãõ que leuastes, capitulo seys.

V. Per ordem do Arcebispo de Lisboa Inquisidor geral d'este Reyno se mamda vir hum preso que está na Inquisiçãõ dessa cidade de Goa, que vos será lá nomeado pelo Inquisidor dessas partes, ao qual ey por

serviço que mandeys dar embarquação nestas náes, e que lhe seja dado regra pera a viagem á custa de minha fazenda, por ser informado que he este preso muyto pobre, e mo pedir asy o dito Inquisidor geral).

VI. Posto que por muytas vezes tenho mandado aos Viso Reys dese estado que dessem toda a ordem necessaria pera o dinheiro dos defuntos que nele falecem se arrecadar pelo Prouedor mór deles, e se mandar em cada hum anno a este Reyno cõforme a seu regimento, sou informado que não comprirão numqua com esta obrigação, mas antes obrigauão ao dito Prouedor mór que o dese a partes sobre fiança, e muyto dele dando per aluitre ás pessoas que queryão, o que he muito contra o serviço de Deos e meu; pelo que vos encomendo e mando que daqui em diante se ordene isto de tal maneira que o dito Prouedor mór dos defuntos possa liurementemente mandar a este Reyno em todos os annos o dinheiro que ouuer dos ditos defuntos, e se não dê mais a pessoa alguã com fiança, nem sem ella, pera o que mandei passar a prouisaõ que vos será apresentada pelo dito Prouedor mór, a qual ei por bem que guardeis inteiramente como nella se comtem. Escri-ta em Lisboa a xxij de feuerreiro de M. D. LXXXV. Eu Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Carta pera o Viso Rey. Pera Vossa Magestade ver.

2.^a via.

(No sobrescripto)

Por El Rey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, seu Viso Rey das partes da India.

2.^a via.

(Livro 3.^o fl. 118)

12.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos emuo muito saudar. Foi me dada hũa carta do Viso Rey Dom Francisco Mascarenhas sobre os serviços de algumas pessoas, a que dei.

xe y de responder por a ordem que vos dey de verdes la seus papeis primeiro, e me auisardes dos merecimentos de cada hum, e do que vos parecesse que se lhes deuia responder cõ parecer do Arcebispo, e de dous fidalgos, como se conthem no ultimo capitulo da iij^a instrução que leuastes; pello que vos encomendo muito que ponhaes em exequção o que acerqua deste particular se conthem na dita instrução de maneira que entendaõ que se tem lembrança de seus seruiços, e que escusem de vir qua requerer, pois disso lhes resulta trabalho e despesa, e fazem falta em meu seruiço, e quando por alguõs respeito derdes licença a algũa pessoa pera vir ao Reyno, lhe dareis tambem a informaçã na mesma forma, porque sem ella naõ lhe será recebida sua petição, e cumpre a meu seruiço que isto seja notorio a todos, e nesta conformidade vos encomendo muito que procedaes nesta materia. Escrita em Çaragoça a xv de março de M. D. lxxx e cinco.

REY.

Pera o Viso Rey da India sobre despachos das pessoas.....

4.^a via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses seu Viso Rey das partes da India do seu Conselho do Estado.—4.^a via.

(Livro 2.^o fl. 17)

13.

Viso Rey Amigo. Eu elRey vos enuio muito saudar. As quebras da pimenta vaõ em tanto crescimento que naõ deixa de se presumir que no peso e carga ha engano, e parece cousa fora de ordem naõ hauer quem a receba pera se lhe carregar em receita, e dar qua conta della, pello que escreuo ao Cardeal Archiduque meu sobrinho e irmão que mande hũa pessoa de confiança em cada não pera tornar nella que receba a pimenta, e a veja

pesar, e meter na naao pera qua a entregar na casa da India, advertindo as tais pessoas que fazendo o contrario que haõ de ser castigados como merecerem, e porque he ysto taõ perto da partida das náos que pode ser que naõ aja lugar de mandar as ditas pessoas, vos encomendo muito que tanto que as náos chegarem vos mandeis informar se vaõ nellas, e naõ indo, que as enfeiais vós tais que o bem saybaõ fazer, advertindoos de todo o sobredito, e do mais que vos parecer que o negocio requiere, porque nisso me haurey por bem servido de vós e vollo agradecer muyto. Escrita em Çaragoça a xv de março de M. D. lxxxv.

REY.

Pera o Viso Rey sobre as pessoas que haõ de receber a pimenta na India e vir nas náos com ella. 4.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses seu Viso-Rey das partes da India do seu Conselho do Estado.

4.ª via.

(Livro 2.º fl. 27)

14.

Viso Rey Amigo. Eu ElRey vos enuo muyto saudar. Bras Ferreyra me enuyon dizer que yndo por embaixador ao Idalcão por mñlado de Antonio Montz Barreto governando esse estado, lhe foraõ tomados algũs cavalos e outra fazenda, de que té ora naõ pudera aver pagamento, e que nas pazes que o Conde Dom Luys dataido fez cõ elle, se pusera per cõdição que pagnase o que lhe asy fora tomado, pedindome o mandase prouer; pelo que vos encomendo que vos enformeys particularmente da perda que tene, e o que y odia eportar, e causa porque a recebeo, e se ao tal tempo estava ynda por embaixador, e constandonos por verdadeira enformação serlhe tomada a fazenda que diz, procurareis pelos modos mais seguros e decentes a meu serviço como o dito Bras Fer-

reyra seia paguo do dito Idalcaõ, mandandolhe vós falar nisto cõ as rezoões da justiça da parte, ou metemndose esta restetuiçaõ è alguãs capitulaçoẽs se as fizerdes cõ o dito Idalcaõ cõforme ao que o dito Bras Ferreyra diz que tinha asentado o Conde Dom Luis dataide; e parecendoos difficultosa esta restetuiçaõ, ou que de se procurar se posão seguir algũs ynconvenientes a meu seruiço, em tal caso o satisfareys da perda que vos constar que teue per alguũ aluitre, ou outra cousa yquitualente nessas partes, que naõ seja das rendas desc estado; e do qho nisto fizerdes de huã maneyra ou dontra me avisareys. Escrita em Lisboa a Xb. de Março de M. D. LXXX e cinco. Eu Diogo Velho a fiz escreuer.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey sobre Bras Ferreyra.

Pera Vosa Magestade ver.

2.ª via (No Sobrescripto)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado seu Viso Rey nas partes da India.

2.ª via.

(Livro 2.º fl. 29)

NR.

No mesmo L.º fl 31 está outra 2.ª via com data de xij de Março. E a fl 33 a 3.ª via com a mesma data de xij de Março.

15.

Viso Rey Amiguo. Eu ElRey vos enuio muito saudar Pera o contracto nouo da pimenta continha yr nestas néos cabedal pera se fazer no inuerno a mais que pudesse ser, como he costume, e porque antes da partida dellus naõ se pode concluir o dito contracto, por se naõ poder a occasiaõ de se fazer a pimenta mandei ver se com justiça podia mandar empregar nella ametade dos sobejós dos cabedais que estaõ nessas partes, que per-

tencem a minha fazenda por o assêto que se tomou com os contractadores sobre os ditos cabedais, de que se vos enuiará a copia. E porque, como por ella vereis, se havião de empregar todos os ditos sobejos em drognas para minha fazenda hauer ametade dellas, e os contractadores a outra metade forra de direitos, pareceo que com justiça podia tomar em dinheiro a metade que pertence a minha fazenda, e que resulta em beneficio delles, por em effeito escusar o trabalho de comprar e beneficiar a metade que toca a minha fazenda, e comprando a sua somente a compraraõ e venderaõ em preços mais favoraveis, e isto ficando-lhe liberdade de empregar a sua parte nas ditas drognas sem paguarem direitos dellas. Pello que vos encomendo muito que mandeis dar toda a boa ordem que puder ser para que no interno depois de partidas as náos para o Reyno se empreguem em pimenta toda a parte do cabedal, que me pertencer, que devem ser ao menos setenta e cinco mil cruzados, antes mais que menos, como vereis por a conta delles, que irá neste despacho para mandardes cotejar com os liuros de lá, communicando tudo com Nicoláo Petro Cochino, e cometendolhe a execuçaõ disso por a ordem que com elle assentardes, e conforme a seu regimento, do qual confio que fará effectuar tudo como conueir a meu serviço, para o que ordenareis e passareis as prouisoões, que vos parecerem necessarias. E porque sou informado que o cabedal anda fóra dos cofres de maneira que não havia nelles dinheiro para a carga das náos quando Nicoláo Petro Cochino chegou a Cochim, lhe escreuo que faça notificar aos feitores dos contractadores que lhe entreguem todo o que pertencer a minha fazenda de maneira que se possa empregar em pimenta tanto que se as náos partirem, e que não lhe dando-se entregará por o cabedal que hay nestas náos que toca a parte dos ditos contractadores, mandando do tudo fazer agtos bem declarados, e de maneira que sempre se veja que se procedeo com elles conforme a direito, e que lhes não fica rezaõ de agrao, e assi vos encomendo muito que o fa-

çais effectuar. E sendo esta materia de tanto meu serviço tenho por certo que tereis della a lembrança necessaria, e escuso encomendaruola com mais palauras. Escrita em Çaragoça a 16 de Março de 585.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses seu Visorey das partes da India do seu Conselho do Estado—2.^a via.

(Livro 2.^o fl. 19)

4.^a via—L.^o dito fl. 24.

*Terlado do asemto, que se nesta caza fez
sobre o dinheyro dos cabedaes da pimenta (a)*

Em xxij de março de Belxxx (1585) foraõ chamados a esta casa da India Joam Baptista Reuciasco, Antonio Fernandes d'Elnas, Tomas Ximenes, e Luis Gomes per si, e' como procuradores dos mais seus acosiados, e sendo presentes o prouedor e officiaes da caza da India, e assy o Doutor Francisco Carneyro procurador da fazenda de Sua Magestade, peramte todos foi lida a conta dos cabedaes atras escrita da pimenta que elles eraõ obrigados mandar a India nos cymquo annos, que eraõ corrydos de seu comtrato, que comesaraõ ho anno de Belxxx (1580) e acabaraõ por vimda das naos que vieraõ ho anno passado de Belxxxiiij (1584), e pela ditta se achou que elles eraõ obrigados mandar as ditas partes tanto dinheyro nos dittos que lá se fizessem hum conto duzentos sesenta e cymquo mil' xerafins de trezentos reis o xerafi pera compra dos cento e cymquoenta mill quintaes de pimenta que nos dittos annos heraõ obrigados comprar a rézaõ de trinta mill quintaes por annõ, como se uio pelas contas que das ditas partes (*sic*), e preços que os dittos annos a ditta pimenta custou, dos

(a) Posto que com data um pouco posterior, parece este documento ser um dos que acompanharam a carta antecedente.

quoaes abatydos hum conto oytenta e sete mill quaa-
trocentos e homze xerafins, que se auiaõ despellido
na compra da pimenta que hos ditos cymquo annos se
comprou nas ditas partes, e assy allguãs despezas que
fizeraõ per conta do ditto cabedal.....que a este
reyno tornou a arribar do que emuiauaõ ás dittas
partes, e o que se perdeu na não São Luis, achou-se
pella ditta conta que ficauaõ na India cento setenta
e sete mil quinhentos oytenta e noue xerafins; e logo
pello ditto Doutor Francisco Carneyro foi ditto aos dit-
tos contratadores que elles eraõ obrigados fazer bom o
ditto dinheyro na India pera se delle fazer emprego
em drogas e mercadorias, e auer a fazenda de Sua
Magestade a metade do procedido dellas conforme ao
asento que sobre isso he feito, e atrás neste liuro fica
registado. E não se achamdo nas ditas partes toda a ditta
comthia portestaua de a auer de suas fazendas como se ue-
ra empregado na forma do ditto asento com todas as per-
das e danos que por isso vierem a fazenda do ditto Senhor;
e ellos ditos contratadores responderaõ que o dinheiro
que pella ditta conta se mos.....de pois da partyda
da armada que ueo ho anno passado de Belxxxiiij (1584)
.....no cofre de São Francisco de Cochim como em po-
der dell Rey de Cochim.....o vedor da
fazenda daquellas partes.....
que nas dittas partes e pessoas fazem bom a ditta com-
thia, e que saltando algũa parte, a sopriarõ, e sobejando
lhe será entregue. E por quanto na conta atras escri-
ta está hũa adiçaõ per que lhe são leuados em despeza
e abatydos dos dittos cabedaes nouemta mill xerafins
pellos cymquoemta e quatro mil cruzados de dez reales
o crusado, que arribaraõ ho anno de Belxxxij (1582) na
nao São Filipe, e na nao de Maluca sobre que pende
demanda, se fez declaraçãõ que não auendo melhora-
mento do despacho que sobre este dinheiro soy dado
na meza da fazenda, em tal pazo seraõ obrigados fa-
zerem bõs hos ditos nouemta mill xerafins na India pera
se delle fazer emprego conforme a mais conthia dos

sobejos do ditto contrato; declararaõ hos ditos contratadores que hem easo que sejaõ condemnados nos ditos cymquoenta e quatro mill cruzados os entregariaõ nesta caza pera hos mandarem ás dittas partes, e com isso ficariaõ desobrigados delles. E assynaraõ aquy todos no ditto dia.—Foy concertado: . . . assento com o proprio que fica nesta casa omde todos asinaraõ. Oje 28 de Março de 1585.—*Fernão Rodrigues Dalmada—Luis Lopes—* . . . *Soares.*

(Livro 1.º fl. 7.)

16.

Viso Rey amigo. Eu ElRey uos enulo inuito saudar. Depois de assinar a carta geral em que darei ordem no capitulo 24 pera naõ deixardes desembarcar as pessoas da naçaõ que fossem nas naaos, e os fizesseis tornar pera o Reyno, e que os que lá andaõ servindo de soldados fizesseis tambem embarcar e os naõ permittsseis andar nesses estados, me pareceo aduentiruos que sobresteis na exequçaõ disso no que toca aos que lá andaõ servindo, por alguns respeitoz que se me offereceram de serviço de Deos e meu. E quanto aos mais, se a ordem, que uos dey na dita carta, e a que já lá tendes uos parecer contra meu serviço, podereis tambem sobrestar até me avisardes, e assy uos encomendo, e mandando que o façaes, sem embargo do que se contem na dita carta. Escrita em Çaragoça a 16 de Março de 1585.

REY.

Ao Visorey sobre os da naçaõ — 2.ª via. (a)

(No sobrescripto.)

(a) O extracto, que na India poseram nas costas desta carta (a semelhança de todas as outras desse tempo), he este = *Diz* *Christão novo peno seu remedio* =.

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses, seu Visorrey das partes da India, do seu Conselho do Estado.

2.^a via

(Livro 2.^o fl. 23)

17.

Eu ElRey faço saber a vós meu Viso Rey e governador das partes da India, e ao Veedor de minha fazenda em elas da carregua das naos, que en oure por bem que os contratadores da pimenta pesão trazer empregados em drogas e outras fazendas a comtia do dinheiro que nessas partes estiuor do sobejo dos cabedaes da dita pimenta que pertemse a sua amoade, e porque cumpre a meu seruiço verficuar-se a comtia e custoda das fazendas que os ditos contratadores carreguarem em cada hum anno. e se lie do proprio dinheiro do remanecente nos cabedaes que cabe a sua parte, ou alheo, ey bor bem e vos mando que se ordene na feitoria da cidade de Cochim hum livro em que se registre e asentem as fazendas que deste cabedal mandarem em cada hum anno, com declaraçã do peso, comtia, e calidade delas, e do custo e despesas que fiderem até serem embarcadas, e os asentos que se no dito livro fizerem serão assinados pelo Veedor da fazenda da carregua das ditas naos, e delles virá o traslado no caderno da cargua das em que se embarbaram as suas fazendas com a dita declaraçã do peso, comtia, e calidade delas, e do custo e despesas que fizerem até serem embarcados como dito he. E por este mando ao provedor e officiaes da casa da India que tanto que as ditas fazendas a ela tierem as lancem em hum livro separado pela carregua que se delas for na India com a mesma declaraçã conforme a comtia do Veedor da fazenda da carregua das naos que ha de vir no dito caderno, para se em todo o tempo saber a comtia que empregaram os ditos contratadores na amoade do sobejo dos cabedaes que pertemse a sua parte, e não poder carregar mais comtia da que lhe pertence pela

dita maneira, e a dita fazenda antes que lhe seja entregue se posará na dita casa para se ver se he mays da que se carregou na India. e achandose mays pagaráõ dela os direytos que pertencerem a minha fazenda. Noteficoo asy ao dito Viso Rey, e governador, e ao veedor dela da carregua das naós, e ao provedor e officiaes da casa da India, e lhes mando que cumpraõ e goardem este meo alvará, e o façaõ cumprir e goardar ynteiramente como se nele contem, que será registado na dita cassa e no principio do liuro em que ey por bem que se lancem as taes fazendas, e asy nos liuros da feitoria de Cochim, para se em todo o tempo saber que o ouue asy por meu seruiço; o qual quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta em meu nome por mim asinada e passada pela minha chancelaria, posto que por ella não pase, sem embargo da ordenaçã do 2.º Liuro, titolo vinte, que o contrario dispoem. Manoel de Torres o fez em Lisboa a xxx de Março de M. D. LXXXV. E eu Diogo Velho o fiz escrever.

O CARDEAL.

.....do em que Vosa Magestade ha por bem que os contratadores da pimenta embarquem da India para este Reyno o sobejo dos cabedacs que lhe pertencer empregados em drogas e outras fazendas.—Pera Vosa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 5)

18.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Posto que leuastes a cargo asy por escrito como de paura o particular estado que vos ecomemdei que ti-neseis de ymquirir e eender se avia nessas partes al-gũas pessoas suspeitosas a meu seruiço do tempo das allterações passadas, asy Seculares como Religiosos, me pareceo tornarmos a ecomemdar de nouo esta materia pela ymportancia dela, e para que nas auos desta ar-

mada ordeneis que se faça particular dilligencia sobre as pessoas que nela vão em toda disimulaçãõ e segredo pera âtemderdes se ha allgũs destes sospeitosos, e achaindo que o saõ, ou avencidos nesas partes dos que nelas estaõ, os fareis embarcar pera o Reyno, e me avisareis nas vias de quẽ saõ, e do que achastes contra eles, cõ tudo o mais que vos parecer que sobre isso me deveis escrever. Escrita em Lisboa a ij de abril de mil belxxxv (1585) E eu Diogo Velho a fiz escrever.

O CARDEAL.

Miguel de Monra.

Para o Viso Rey—Pera Vossa Magestade ver.—3.ª via
(*No sobrescripto*)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Viso Rey da India. 3.ª via.

(Livro 2.º fl. 25)

19.

VisoRey, Amigo. En ElRey vos êvio muyto saudar. Vendo com quanta continnaçãõ correo todos estes anos o despacho das pessoas que me servẽ nesas partes, e as muytas rezoẽs que ha asy por ysto como por outros respeitos de muyto meu seruiço, e bem das mesmas partes pera por ora se ao-prender o despacho delas, asemtey que este anno o naõ ounese, crendo que até dos may ynteresados nesta materya naõ poderá deyxa de ser ela taõ bem entẽdida como saõ vistos e considerados os justos respeitos que a ysto me moneraõ, que me pareceo escrevernus por esta carta pera o saberdes, e dizerdes ê particular e geralmente omde e como vos melhor parecer, de maneyra que todos vejaõ que a causa principal de se deferir por ora a resposta que ê seus requerimentos podem esperar os que a pretendem, he pera lhe poder ser dada a tẽpo may conveniente, e ê que a merces que lhe fizer seja mayor, porque sempre o meu

yntemto e vomtade será fazela aos que me seruem, com forme a lembrança que he rezaõ que de seus seruyços tenha, e vos êcomêdo muyto que na que me fazeis delles continueys sempre conforme a vosa obrigação certificando lhes quanto mays lhes hade momtar fazerdes por eles este officio com me fiquarê servimdo nessas partes, que virem elles requerer por sy ao Reyno. Escrita em Lisboa a xb de Janeiro de M. D. Lxxxvj.

REY.

Miguel de Moura.

Carta pera o Visorey da India.

Pera Vossa Magestade vcer.

3.^a via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorey da India. 3.^a via.

(Livro 2.^o fl. 37)

20.

Visorrey amigo. Vi a carta que me escrenestes sobre o estado e que até êtaõ tinheis êtendido que estauaõ as fortalezas dessas partes, e quaes eraõ os capitaes que nelas residiaõ, e foy bem feito e conforme a vossa obrigação avisardesme de tudo como o fareis sempre, tendo taõ particular cuidado do que toca á fortificaçaõ de cada hũa das ditas fortalezas, como sabeis que conuem, e vollo tenho taõ êcarregadamente êcommendado por minhas ynstruçõs e cartas, e taõbem folgei de me êuiardes êformaçaõ das pessoas de que na mesma carta madaes que me seruem nessas partes, de que terey lembrança (tornandoma vós taõbem a fazer) como estiver êdespacho da India, que este ano naõ ha pelos rêspeitos que vos escreuo per outra carta. E quando me asy êuiardes estas emformaçoẽs virá juntamente com elas o vosso parecer e das pessoas de que vos tenho

mandado que o tomeis sobre o merecimêto de cada hum conforme tudo á ordem que sobre esta materia vos tenho dada pera nela me poder milhor resolver, êtendendo os que me seruê nessas partes que com vossa êformaçã e parecer lhes ey de mandar responder a seus requerimentos, e que pera ysso naõ he necesario virê eles apresenta-los per sy no Reyno.

II. Mandey ver os contratos que se fizerã com elRey de Cochim sobre o asento da alfandega daquela cidade, e o que sobre esta materya me escreuestes, e asy a queixa que elRey de Cochim me faz do segundo contrato que com elle fizestes ; e entendy que no primeiro contrato que com ele se fez pelo Conde Dom Francisco lhe concedeo que os casados daquela cidade lhe pagassem de direitos de todas as mercadorias que a ela trouxesẽ a seys por cento de êtrada, e outro tanto de saida, pagando dantes a quatro por cento das drogas e roupa somente, sem serẽ ouvidos, que foy occasiã das ymquietaçõs que ouue. E que ele antes de vossa chegada a a essas partes fora á Camara daquela Cidade e disera nela pois os moradores estauã agrauados daquele contrato feito pelo Conde Dom Francisco, ele naõ queria senaõ o que fosse rezaõ, e depois asentou com vosco fazerse o segundo contrato ê que cõsentio e asinou. E porque sempre folguey de ê tudo se guardar justiça a este Rey vos êcomendo que pretendendo ele ter algum direito o ouçaes com os casados sobre os ditos direitos serem mayores, que he o que ele pretende, e vejaes ê Relaçã com os desêbargadores dela sendo vós presente a razaõ que tem, e lhe façaes fazer no casso comprimêto de justiça.

III. E quanto ao officio de Juiz desta alfandega ê que se consentio nomearse por apresentaçã delRey de Cochim ao Licenciado Francisco de Frias ê sua vida, que no segundo contrato fica declarado que o aueria avendoo eu asy por meu seruico ; e o naõ ficou seruindo por respeito de o asy pedirem os moradores, e en ora mãdo que se venha pera este Reyno, ey por bem que este officio

se não dê a vida aos que dele ounerê de ser providos, se não de tres a tres annos, e que a dada dele e dos mais officiaes dalfandega seja minha, e não do Rey de Cochim, que somente poderá ter nela dous officiaes seus gentios pera que escrevaão o lhe arrecadem seus direitos.

IV. Das inquietações e motins feitos pelos moradores daquella cidade sobre a materia da alfandega a tempo do Conde Dom Francisco me oune por muyto deservido; e posto que o caso mereça o castigo que he razão, por me escreverdes que connê a meu serviço não mandar proceder nissa como o caso requeria, o deixo de mandar fazer por ora. E entendaão de vós os moradores que o faço por vosso respeito, e creio que dareis nestas consas o remedeo que per vossas cartas me escreueis; e que quando e como vos parecer que conuem tirareis de Cochim os mais culpados no caso.

V. E quãto ao contrato das pazes que o Conde Dom Francisco Mascarenhas fez com o Çamorim, e me dizeis que ficas indeterminado nelas pelas rezoões que a vossa carta me apontaes, mandei ver os pareceres que sobre esta materia vos foraão dados pelos Capitaães e fidalgos desas partes, e asy algũas cõformações de pessoas que o anno pasado vieraão delas; e ey por bem que comprindo o Çamorim as condições com que se fizeraão as guardeis, tendo respeito às ter juradas o Conde Dom Francisco a meu nome, e entregando os arrefens que tem promettidos pera estarem na cidade de Cochim, ou na de Goa pela pouca segurança que se etende que averá nestas pazes estando estes arrefens a Tanor. E que a feitoria que pede que se faça a Calecú se ordene na fortaleza de Panane depois de feita, por quaõ arriscada ficará a Calecú por qualquer inquietação que sobrevier, obrigandosse a dar nela pimenta pera carga de duas náos como promete no dito concerto. E que os cartazes que lhe são concedidos os dê o capitão que residir a Panane, e não o feitor. E edificandosse esta fortaleza a parte que possa ser bem socorrida quando for necessario. E antes que se comece a edificar me avissareis do sitio em que

vos parecer meu seruiço que deue estar, e do custo que se pode fazer ã cada hum ano cõ o capitão e gente de gornicaõ que nela hade resedir, trabalhando todo o posiucl por se derrubar a fortaleza de Cunhale antes que se comiece esta de Panane pelas rezoões que se apõtaraõ nos pareceres que mãdey ver. E que ètre elRey de Cochim nestas pazes, e naõ se comcordãdo nelas com o Camorim. e avendo guerra antre eles, o possa en mãdar ajudar e fauorecer pelas rezoões que pera yso ha. Pelo que vos ãcomendo prossigais nesta materia como a ymportancia della o pede, e como o leuastes perminhas ynstruçõs quãdo deste Reyno partistes. Escrita ã Lisboa ao derradeiro de Janeiro de mil belxxxvj (1586).

VI. E procurareis (tendo nisso o modo que vos mi-lhor parecer) por se auea artelharia de Challé, procedendo nisso conforme ao que vos tenho mandado.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.

Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 3.º fl. 150, 1.º via—Livro djto fl. 124, 3.º via)

2I.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos ãuie mnyto saudar. Os moradores da pouoacaõ de Manar me escreuerãd nas naõs do ano passado que por estar taõ vizinha do Rajú ymigo desse estado, tinha necessidade de se fortificar e aver nela algũs nauios de remo, o que naõ podia soprir o rendimento da pescaria, por naõ emportar mays hũs anos por outros que noue iny pardãos, valendo as despesas que se faziaõ ã cada hum ano de xbiij para xx mil pardãos. E posto que nas cartas do ano passado vos tenho ãcomendado esta pouoacaõ, e que vos ãformaseis se tem necessidade de se fazer em outra parte pella muita falta que tã de agoa ã caso que

a cerque o Rajú, e me avisaseis; volla torno ora de nouo a encomendar, e que me êueis muy particular êformaçaõ do que vos parecer que he necessario que se lhe faça pera com ela me resolver, e mandar nisso o que ouuer por meu seruico.

II. A camara da Cidade de Baçaim me escreuio que o Conde Dõ Luis Detaide sendo Visorrey dese estado lhe ympusera cõtra vontade do pouo dela hum trebuto nouo nos mantimentos que daquela cidade e seus portos saysem, pera fora, e hum por cento das mercadorias que êtrasem e saysem, e que andauaõ ora arrendados os taes direitos em quatro mil quatrocentos cincoenta pardãos, os quaes applicara pera a fortificaçaõ daquela cidade tirãdo lhe doze mil pardaos que lhe estauaõ dados por elRey Dom Joaõ meu senhor, que santa gloria aja; e que avendo mais de trinta anos que he começada, corre com tanto vagar que não ha nela baluarte acabado, nem pano de muro fecho: pedindome lhe mandase perfazer das rendas dese estado o que faltaua pera aver e cadano os ditos doze mil pardãos como dantes tinhaõ pera a dita obra e fortificaçaõ yr por diante: e asy me pedem, mais que mande prouer aquela fortaleza de artilharia, porque sendo tamanha e taõ fronteira aos ymigos naõ tinha ao presente mais que sete peças; e aqueixase taõbem que por respeito das sarrafagens que o dito Conde Dom Luis acrescentou nas moedas e que se pagaõ a minha fazenda os foros das aldeas daquela cidade, estaõ os moradores dela e muita pobreza, dizendo que naõ foraõ ouvidos quando se lhe fez o tal acrescentamento. E porque nas naõs do ano passado vos mãdey escrever o muito que ymporta correrse com esta fortificaçaõ e acabarse a obra dela, e arrecadarem-se as diuidas que se lhe deuem: e assy sobre a queixa que os moradores daquela cidade fazem sobre as ditas sarrafagens, e volla tenha encomendado na segunda e terceira ynstruçõs que leuastes, volo torno de nouo a encarregar, e que me enuiois as informaçoẽs que nestas materias tiuerdes, posto que o teyhaes feito nas naõs que se esperaõ este ano, pera com

elas e voso parecer mandar responder a esta cidade o que ouuer por meu seruiço. E encomendouos que mandeis proper esta fortaleza da artelharia necessaria como requiere a ymportancia dela como confio que fareis.

III. A Camara da cidade de Damaõ me enviou hũs apontamentos em que me pede que lhe faça merce de hũa viagem de Japaõ pera a poderem vender pera com esta ajuda se acabar de fortificar aquella cidade; e mandar lhe passar carta e que a aja por cidade, e lhe conceda os privilegios da cidade Devora; e que o Conde Dom Francisco proueo o officio de Juiz dos orfaõs da da mesma cidade que era de sua apresentaçã: e aey me fazem lembrança que as aldeas e terras, que ficaõ por mórte dos moradores daquela cidade, as daõ os capitães a criados seus que não tem caualos nem armas, nem cumprem com as obrigações dellas, deixando de as dar aos filhos e mulheres dos que morrem em meu seruiço, pedindome a presentaçã dellas: e queixase esta cidade que de doze anos a esta parte padecem muitas opressões por causa dos Visorreis darem aos capitães que vão entrar naquela fortaleza prouisoã pera tomarẽ todo o dinheiro dos orfaõs, tratandoos na execuçaõ disso com muito rigor e escandalo, pedindome mande que se lhe não tome este dinheiro, e que ande nos moradores daquela cidade pera remedearem suas necessidades e pobreza (a). E aey me dizem que as aldeas e terras da dita cidade per regimento haõ de ser aforadas cõ obrigaçaõ de caualos e espingardas, e a pessoas que residã nellas: e que os VisoReys per suas prouisoões tem tirado muitas obrigações destas, e que comem o rendimento daquellas terras pessoas que viuem e Baçaim, Goa, e em outras partes, que he e muito prejuizo de meu seruiço e defensaõ daquela cidade. E finalmente me pedem nos ditos apontamentos lhe mande cumprir hum contrato que fizeraõ com o Comde Dom Luis detaide sobre as guar-

(a) Aqui diz á margem uma nota de letra contemporanea
 = e se perderem os orfaõs =.

das daquelas terras : e lhe mandei responder que para seus requerimentos poderem correr em melhor forma vos denem falar neles, ou presentarnos estes apontamentos; pelo que vos encomendo que ouçars os moradores desta cidade, e tendouos já eu mandado dar ordem sobre algũas das cousas que eles pedem, lhe respondeas conforme a isso, e das que ynda não estinerẽ resolutas tomeis informaçã e ma ênieis com vosso parecer, pera ã tudo mândar prouer como for meu serviço, e no que toca ao dinheiro dos orfãos pronereis conforme ao que nisso vos tenho mandado por minhas cartas e ynstruções que leuastes. E quanto o obrigaço que os possuidores das aldeas tẽ de cõ elas terẽ caualos, fareis cumprir o regimento que sobre yso he feito ynteiramente sem per nhũ caso dispensar nelle pelo muyto que ymporta a guarda e defençã daquela cidade não se quebar.

IV. Per vossa carta me dizeis que com a materia da conuersão tereis tanta conta como he a obrigaço que eu tenho de vola êcomendar, e que a elRey de Cochim salastes particularmente nela; e que posto que vos respondeo que folgaria sempre de a fauorecer, tinheis sabido que secretamente a hia encontrando asy por ser bramene e br, como por lhe parecer que estendendose a conuersão em seus vassallos, e rednizindose os christãos da Serra, que taõbem o saõ, nos costumes da Igreja Romana, podera ser occasiã de perder seus Reynos; pelo que me pareceo serviço de Deos e meu (suposto o que delle me escreueis) êcomendalhe êcarecidamente o que toca a conuersão dos gentios a nossa sãta fee. ã carta particular, pera que a não ympida aos que alumiados per noso senhor quizerem vir ao conhecimento dela; e vos ecomêdo que de vossa parte o procureis, e que sobre ysto lhe façaes as lembranças que vos parecerem necessarias.

V. Foy me apresentada hũa pattente feita ã meu m. e assinada por vós, e ontra do Conde Dom Francisco Mascarenhas do tempo do seu governo, ambas do cargo de escrivã da fazenda ã Goa a Rodrigo Monteiro, e suposta a emformaço que tenho de seus serviços e o que

vy pelas mesmas patentes, ouue por bem de lhe fazer a merce que sabereis, e juntamente ouue por meu seruiço mandauos advertir que escuseis passar patentes dos cargos pera que não tiuerdes ordein minha pera os poder prouer, ynda que seja com presoposto de as partes me pedirem confirmação deles, e quando entenderdes que em alguãs pessoas ha seruiços e merecimêto pera lhe eu deuer fazer merce, me fareis diisso lembrança por vossas cartas, e vereis taõbem suas petições no modo ê que vos tenho mandado que o façaes, pera com vossa êformação e parecer lhes fazer a merce que ouuer por bem.

VI. Dona Violante Caldeira mulher de Dom Aluaro de Castro que Deos perdoe me emuyou dizer por sua carta como o dito seu marido falecera na fortaleza de Maluco, de que lhe eu tinha feito merce, sem estar nela mays que corenta dias, e que lhe mataraõ Dom Christouão seu filho com Dom Gilianes Mascarenhas, pedindome a dita fortaleza pera cazamento de hũa sua filha, e algũa tença pera sua sustentação: eu lhe mandei responder á sua carta e não a seu requerimento, por este ano não aver despacho da India pellas rezoês que por outra carta minha vos escreuo, e lhe mando escreuer que vos apresente suas auçõs, que vos encomendo vejaes, e o que alega e pede, tendo nisso a forma e modo que leuastes por minha ynstrução sobre os requerimentos das pessoas que pretendem despacho, e me êniareis a vossa êformação e parecer pera lhe mandar responder, e a ella o mandareis taõbem asy dizer de minha parte, e entre tanto vos êcomendo lhe deis todo o fauor que ouuer lugar e for rezaõ no que se offerecer conforme a sua calidade e procedimento e aos seruiços de seu marido e filho. Escrita em Lisboa a sete de feureiro de mil quinhentos oitenta e seys.

REY.

Miguel de Moura

Pera o Viso Rey—Pera Vossa Magestade ver,

(No sobrescripto)

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, e seu Viso Rey da India.

(1.ª via L.º 3.º fl. 144—3.ª via, fl. 138—4.ª via fl. 130)

22.

Viso Rey Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Ayres Falcaõ fidalgo de minha casa me mandon apresentar hũa certidãõ vossa, feita a tres de dezembro de 84, de como aceytaua o despacho que lhe foy na lista, feita a virtedous de março do mesmo ano, da capitania de Cofala, pera pela dita certidãõ se lhe passar carta em forma: e porque por falta de quem o requeresse, poucos dias antes da partida das naos se apresentou a certidãõ estando eu em Valença onde não hãya ordem de se poder fazer a carta: Hey por bem que vos lha passeys em meu nome, seyta pollo secretario desse Estado com o traslado do capitulo da lista inserto nella, e cõforme a elle, a qual carta virá registada ao Reyno de verbo ad verbum no liuro das merces de vosso tempo pera sempre se sabet como assi o ouue por bem. E sendo caso que a alguil das outras pessoas contendas na lista do dito ano, e dos outros, cayba entrar no cargo de que for proutido sem ter carta, segbireis a mesma ordem; e alem de virem registadas no liuro das merces, me avisareis disso na carta geral. Escrita em Almança a dous de março de 1586.

REY

Pera o Viso Rey da India.

1.ª via

(No sobrescripto)

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorey nas partes da India.

(Livro 2.º fl. 19)

23.

Viso Rey, Amigo. Eu El Rey vos emuio muito saudar.

Pellas duas naos São Francisco e São Alberto, que são as que soamente viaçam ho anno passado de 86, receby vossas cartas, e por ellas vy o que tendes feito em meu servico, e como nelle procedeis conforme a nova obrigação e a muita e particullar confiança com que vos mandey a ese estado, crendo que nelle farieis o que tenho entendido que em huas cousas tendes feito he em outras esperanças de fazer, de que receby aquelle contentamento que he rezaõ que tenha de taes serviços como são os vossos, e por muy certo tenho que a elles terreis ja acrescentados outros, e os proseguireis sempre de tal maneira que mereções por elles fazermos as merces que sera rezaõ, e de que eu sempre terey muita lembrança.

II. Posto que me escreuaes que as materias da pimenta são da obrigação de Nicollao Petro Cochino, Veedor da fazenda de Cochim, e elle nellas proceda com diligencia e zello de meu serviço, hem sabeis vos que pela importancia de que são, he esta hũa das principaes obrigações dos Viso Reis, sendo a pimenta a substancia da India tão necessaria pera se acudir as cousas substanciaes della: pello que vos encomendo com todo ho emparecimento que isto pede que por todos os modos e meynos possiveis e descentes a meu serviço procureis quanto em vós for que não falte pimenta pera a carga das naos asy no peso da cidade de Cochim como nos portos do Canara, em que se fez a pimenta que trouxe ha nao São Francisco, e que qua se tem por boa, e de menos quebras, procurando que se faça muita cantidade no inverno, de que resultará embarcarsse a pimenta mais seca e com poucas quebras. e as naos partirem a tempo que possam fazer sua viagem com menos risco e trabalhos dos que tem quando partem tarde; e a este preposito de as naos averem de partir cedo me parece por cima de ter por certo quaõ presente vos sera materia tão entendida, e em que tanto vay, encomendarnolla de nouo. tendo ha experiencia mostrado a segura e breue viagem que fazem as naos que partem cedo, e o que as

mais das vezes acontece ás que partem tarde, como a não São Lourenço, que queira Deos que inuernasse.

III. E porque me escreneis que Nicollão Petro procede com ElRey de Cochim e outros Reis de que espera pimenta per uia de bramdura e dadiuas fazendolhe em tudo a vontade, e que não temdes este caminho por boa pera aquella gente, e vos parece que se quetem antes por mal que daquella naneira, por usarem seiope de suas imuenções e manhas, eneomendouos que nesta materia procedaes conforme aos tempos e hocações de tal maneira que se consiga averse toda a pimenta necessaria pera as náos.

IV. Pellas náos que deste Reyno partiraõ ho anno passado vos mandey escrever como ficaua feito nuno contrato sobre o trazer da pimenta a este Reyno com João Baptista Revalasco, de que nas mesmas náos se vos enuiou a copia do mesmo contrato, e nellas f y o dinheiro necesario pera a compra dos trinta mil quintaes de pimenta que he obrigado a comprar em cada hum anno; e porque forçadamente ha daver muytos sobejos dos cabedaes que foraõ no tempo do contrato passado da parte que pertence a minha fazenda, que os procuradores dos contratadores allegaõ que entraõ no que deue ElRey de Cochim, vos encomendo os mandeis pôr em artecadação na melhor ordem que vos parecer asy do Rey como dos procuradores dos contratadores, guardandose a todos justiça, e pois elle ja veu em se pagar aos merçadores no pezo de Cochim a pimenta que a elle trazem, se deue de continuar o pagamento nesta ordem, e escusarse dar o dinheiro a ElRey nem a seus Regedores, e desta maneira se atalhará não lhe fiquar tanta soma de dinheiro na mão da compra desta pimenta, e tão duuidossa de se arrecadar como me escreneis.

V. E posto que nas náos do anno passado se nao ordenaraõ pessoas a que se entregase a pimenta, que se nellas cortegou pera cá darem conta della pellas razões que em nossa carta apontaes, são tantas e as quebrar

que se achão nella, aymda que a descarga se fáz com todo o resguardo e vigillancia necessaria, que ey todavia por men serviço que se guarde a ordem que vos tenho mandado escreuer sobre o recolher e entrega da pimenta nas náos, pello muyto que importa a minha fazenda atalhar-se a estas quebras.

VI. Por uosa carta enteny que por não chegarem ho anno de oitenta he cinco a essas partes mais que duas náos, e tardar a não São Lourenço, tinheis feito delligencia pera se aver de comprar outra, e que pera semelhantes subcesos vos parece meu serviço fazerem-se nesas partes duas ou tres náos pera virem a este Reyno quando não chegarem a esse estado as que de cá forem, como aconteceu naquelle anno, e tem acontecido em outros, e por estas rezoões, e ayy pella falta de madeiras que ha neste Reyno, como pello muito mais tempo que duraõ as náos que se fazem nesas partes, tenho mandado que no contrato que se ora novamente hade fazer das náos se metta por condiçã fazerem-se alguãs nesas partes, e se deõ ordem como deste Reyno vá ha artilharia, bombardeiros, e marinheiros necesarios pera as viagens que ounerem de fazer.

VII. Posto que da diuisã que dizeis que tem entre sy alguãs Reys vesinhos amigos dese estado resulte algum impedimento pera a negoceaçã da pimenta, todavia por ser materia de tanta importancia como tereis entendido, vos torno ha encomendar muyto emcarecidamente que en todas as cousas e dependências da carga della façaes as preuenções posuieis pera que as náos possaõ partir pera este Reyno tambem carregadas e a taõ bons tempos como he necessario.

VIII. Tive contentamento de saber por uosa carta que os ministros de Santo officio da Inquisiçã tem o cuidado devido de comprirem com suas horigaçõs, como he rrazã, e que ho Inquisidor Ruy Sobrinho procede bem com as de seu cargo, e dá de sy bom exemplo, e da me escrevendo a mesma informaçã do Licenciado Andre Fernandes, Deputado daquelle mesa, e descom-

bargador da Relação, e de mandardes fazer bom pagamento aos ministros do Santo Officio, e vos encomendo que sey o vades continuando ao diante, e os saupreças no que se oferecer pera somprirem inteiramente com as obrigações de seus cargos, e entendaõ elles de vos como vollo asy sempre encomendo.

IX. E por as materias da justiça serem de tão grande fundamento pera todo bom gouerno, e porisso volla encomendar tanto, e asy hos ministros della, folgey de me escreuerdes que procedem em suas obrigações com ha inteireza e verdade que comuem, e vos torno a recomendar os façaes senpro proceder como deuem, e pelle boa emformação que delles me daes, a que dono deferir antes que a outras, que não faltaõ, de desordens, em que espero que tereis prouido, Ey por bem de fazer meoce aos desembargadores da Relação desse estado que ajão em cada hum anno cem mil reis mais cada hum delles allem dos ordenados que ora tem, em quanto ho ouuer por bem e não mandar o contrario, e nas assinaturas não avertaõ acrescentamento nouo, e as avertaõ da maneira que até aquy as levaraõ.

X. E porque em uosa carta me dizeis que posto que he Vaeador da fazenda Janalures Soares he bom homem e continuo em seu officio, lhe faltaõ muitas partes para tamanho cargo, e o mesmo me diaris pello Secretario João de Faria, ouue por meu serviço mandar vir o dito João de Faria pera este Reino, e posto ho muito tempo que la está, e prouer em seu lugar no dito carregue o *Doutor Duarte Delgado que serve da Ouvidor geral do Crimé* (a), de quem comfio que me servirá nelle de maneira que vos ajude e desoance nas obrigações do seu cargo, e antea de mandar vir pera este Reino e Janalures Soares, me pareceo meu serviço recomendarvos morescruas as causas e defaitos particulares que nelle ouuer, por que mo não deue servir nessa carrega em que esto.

(a.) Ao levar a carta delixeram em branco o lugar, onde depois escreveram o nome, que vai em italico.

XI. Tive contentamento de ordenardes mesa pera as informações que vos mandey que tomasseis dos fidalgos e pessoas que me servem nessas partes, pera com ellas e voso parecer lhes mandar cá no Reyno dar os despachos que ouuer por meu serviço, e de assistirem nellas ho Arcebispo com quatro fidalguos como leuastes por meu regimento; encomendouos que as quatro pessoas que enllegerdes pera estas informações em que haõ de concorrer com ho Arcebispo tenhaõ muyta experiencia e inteireza e as mais partes que se requerem em materia de tanta substancia, e que nas taes informações se declare muito particularmente a callidade das pessoas e dos serviços que tem feitos, e em que partes os fizeraõ, com as mais declarações que uos parcerem necesarias, e que as partes se naõ dem as suas informações na mão, e venhaõ nos cadernos que emuiardes a este Reino, declarandolhes somente como vem nellas pera mandarem requerer seus despachos e tirarem suas provisões, que naõ ey por meu serviço que se lhe passem lá n'esse Estado por alguõs justos respeito, mas que se guarde nesta materia a ordem que se té q'ue tene.

XII. E quanto ao que me escreueis sobre aver gallés ou gallenês nesse estado, ey por bem pellas razões que apontaes que aja o numero de gallés he gallenês que vos parecer mais meu serviço e que seraõ de melhor efeito pera as armadas e socorros que se fazem nessas partes; encomendouos que me awiseis das galles e galliões que ha chastes feitos quando vos foy entregue esse estado, e dos navios desta callidade que depois mandastes fazer, com que conuem que se tenha sempre muita conta, pois ha força das armadas comestê a reputaçã e conservaçã dese estado.

XIII. Tivestes bom fundamento em naõ dar licença à Camara de Goa que mandase a este Reyno a pessoa pera que volla pedir, e foy bem feito confirmardeslhe o meu nome os privilegios que tem; encomendouos que ha favoreçaes no que for rezã e as pessoas da governança della, e folgatey de me avisardes pera que

cousas e feito queria mandar a dita pessoa.

XIV. Porque da fugida de Sufocão pera a terra firme tine desprazer, e asy do que me escreueis que depois lhe sobcedeo, vos mandey escreuer ho anno passado tomaseis muito particular informaçã do modo em que foy e das pessoas que foraõ nella culpados, e espero que sobre esta materia me respondeas pellas primeiras nãos, e se naõ tiuerdes feita ha delligencia que vos mandey, vos encomendo a façaes com toda ha brevidade posinel.

XV. Sobre a vinda dos Cristaõs nouos pera este Reino e defera de seu trato e dos respondentes desta naçaõ que lá andaõ, vos encomendo que vejaes ho que vos tenho escrito nas nãos do anno passado por duas cartas minhas deferentes hũa da outra, e conforme a ellas e ao que virdes que comuem a meu serviço procedaes neste negocio como espero de vosa prudencia pera se poder conségir o que comuem sem escandalo nem alteraçã.

XVI. E porque sempre averei por meu serviço favorecerdes as cousas da Cristandade nessas partes como a mais principal de minha obrigaçã em todas, vos encomendo que os Cristaõs da terra tenhaõ em nós ho favor e ajuda naquellas cousas em que entenderdes que convem que se lhe dee, conformandouos com o seu talleto, minor, e inclinações.

XVII. Por a fortaleza de Malaca ser taõ importante a este estado tine contentamento da ordem que tendes dado nas cousas della, e sobre a materia das drogas encomendouos que della tenhaes taõ particullar cyddado como comuem e he fezaõ que se tenha de fortaleza que taõ amende he visitada dos inimigos, que tem por vestinhos sendo elles no que sabeia.

XVIII. Entendy por vosa carta como ho Raje estere mal de peçomba que lhe doraõ, e que naquelles dias ouvera treguas entre o Capitaõ da fortaleza de Ceillaõ e elle, e que mandandouos embaixadores não consentira o Capitaõ que fossem a vos e ficanaõ de guerra, com que naõ pesaõ ao mesmo Capitaõ nem aos moradores daquella fortaleza. E porque será meu serviço ter paz.

tiacular enformaçãõ da caussa porque naõ consentio irem a vós hos embaixadores do Raju, e de vir bem ao Capitãõ a guerra, vos encomendo me emueis toda a enformaçãõ que destas materias tiuerdes, e do que se'deue prouer pera naõ estarem os cerquos e inquietaçõs desta fortalca (em cuja defenzaõ se consume tanta parte do rëndimento dese estado) na vontade dos capitaes pellos proueitos que por esta uia pretendem, e naõ he minha tençaõ que pera remediardes estas cousas espe-reis por reposta minha, senaõ que de tal maneira prouejaes nellas que tenhaõ com a breuidade, que conuem, ha emmenda que requerem, como creio que o tereis já feito neste caso.

XIX. E porque me escreueis que por o tempo vos naõ dar llugar naõ entendestes na fortificaçãõ de Manar que he bem necessaria por estar taõ vezinha do Raju, de cujas embarcaçõs sou emformado que he muitas vezes molestada, emcomendouos lhe ordeneis a fortificaçãõ de que tiuer mais necesidãde, tomando nesta materia enformaçãõ e parecer do engenheiro Joaõ Bautista que nesas partes me anda seruindo.

XX. E por ser informado que faleceo Jorje Toscano Capitãõ da fortaleza de Cananor, fiz merce da Capitania desta fortaleza a Dom Fernando de Meneses que neste Reino amdaua requerendo, em lugar da Capitania de Baçaim de que era provido, em quanto naõ entrar em hũa viagem da China de que lhe tambem fiz mereê, ha-vendo respeito a seus seruiços e callidade, e ha ser alleijado do braço deryto.

XXI. Em quanto ha naõ vos parecer necesario visitar-des as fortalezas do norte em pessoa pellas razõs que apontaes em vossa carta, eu o tenho asy por meu seruiço, e vos encomendo que neste particular façaes o que vos tenho mandado escrever pellas nåos do anno passado.

XXII. Tive contentamento de espedirdes ho embaixador do Equebar, que achastes nesa cidade, e do bom tratãmento que lhe fizestes, e de procurardes saber seus desenhos pera acodirdes ha fortaleza, e terras de Da-

maõ, e asy ás mais dese estado, a que entenderdes que pode hofender, porque aynda que he imiguo de lomje, toda ha preuençaõ que com elle tiuerdes será necessaria. Encômendonos que nesta materia sigaes a ordem que vos tenho mandado dar nas Instruções que leuastes, e me auisareis do sobceso que ouuer em todas as cousas dos Mogores, e en especial nas que estão mouidas antre elles he o nouo Rey que se aleanitou em Cambaya.

XXIII. E asy tине contentamento das delligencias que mandastes fazer sobre a recadacaõ da fazenda que ficou por morte do Conde datougea, que Deos perdoe, que vos torno a encomendar pera que venha a boa arrecadaçaõ; e asy de dardes ordem pera o prouedor moor dos defuntos cumprir inteiramente com as obrigações de seu cargo emuiando a este Reyno todo o dinheiro que delles for recolhendo conforme a seu Regimento, como tambem vollo tenho encomendado nas Instruções que leuastes.

XXIV. Do Rey das Ilhas de Maldina proceder inquietamente, e terse com elle trabalho na cidade de Cochim omde está, como me escreueis, tине discontentamento. Encomendouos que vades remedeando suas mocidades, pera que se atalhem, dando ordem como recolha suas rendas, comtanto que pague a minha fazenda hos quinhentos bares de cairo de pareas que seu pay pagou sempre. E porque en vosa carta me dizeis que será meu serviço recolheremse as rendas destas Ilhas peillo Veedor da fazenda de Cochim, e satisfazerse a este Rey a parte que tem nellas, me auisareis do que monta a renda que recolhe este Rey; e em caso que se tomase pera a minha fazenda por rezaõ do cairo que podera ser necessario pera as armadas, e para as náos da carreira que se la fizerem, em que se lhe pode dar satisfação e quyvalente a ella.

XXV. E tenho por de muito meu serviço encomendardes a Joaõ da Silva Pereira Capitaõ da fortaleza de Malaca que promese os officios que vagassein nella nos moradores daquella cidade que fosem pera isso, pois estão oferecidos de contino aos cerquos e molestias dos Dachens; e de mandardes a ella por Ouvidor pessoa de

que me escreueis que tendes tanta satisfação. Encomendouos que asy nesta fortalleza como nas mais desta calidade se provejaõ os officios que nellas vagarem por esta ordem. E que com Dom Amrique Bendará de Malaca mandeis que se tenha a conta que por seus seruiços e pessoa merece. E o Ouvidor qua o anno passado mandei a esta fortalleza servirá nella seu cargo conforme a ordem que tenho dado para todas as fortalezas.

XXVI. Por ter por emformaçaõ que não fundirá nada ha ElRey de Ceillaõ a licença que me pede pera poder mandar a este Reyno sincoenta quintaes de Cañella forros de direitos, e que poderá acontecer usar outrem deste aluitre, hey por bem de lhe fazer merce em lugar delle de mil cruzados por hũa vez somente, que lhe mandareis dar das rendas dese estado.

XXVII. E pelas rezoões que en uosa carta me apontaes pera não aver capitaõ na pouoaçaõ de Macao que tenho por boas, ey por meu seruiço que ho não ája, e se governe pelloas capitaõs da viagem da China e Japaõ, como até aquy se fez, e vos escrevy nas naas do anno passado. E como está taõ remota e afastada dese estado me pareceo emuiar a ella por Ouvidor o Licenciado Alexandre Rabello pella boa emfôrmaçaõ que delle tenho, pratica, he experiencia que elle tem de semelhantes cargos, em que me seruiou nas Indias da Coroa de Castella.

XXVIII. Tine contentamento de mandardes fazer as delligencias que me escreueis sobre as dinidas que ho Idalxá: deue a Bras Ferreira, e a outras pessoas, e me parece bem a ordem que tendes dada pera se pagarem, e vos encomendo que asy o façaes, se inda estiuierem por cobrar.

XXIX. He de tanta importancia pera a comseruaçaõ dese estado (allem da hobraçãõ que tendes de a todos se fazer inteiramente justiça) não se fazerem sem rezoões aos Reis vesinhos delle, que tenho por muito necessaria a satisfação que destes ao Rey de Mellinde das queixas que vos mandou dar dos Capitaõs daquella costa. Encomendouos que os que forem despachados com este cargo.

os aduirtaes pera que asy cumpraõ com o que deuem que as não possa aver delles.

XXX. Folgey de saber a satisffaçaõ que receberaõ os fidalguos e pessoas que me seruem nesas partes dos despachos que lhes mamdey dar ho anno de oitenta e cinco, e posto que este ano não aja despacho, tiue lembrança de lhes fazer as merces que uereis pella lista que vai nas náos deste anno.

XXXI. E porque me escreuestes que mandastes Agostinho de Soutomayor mineiro resedir em Baçaim por vos dizerem que ha naquellas partes muitos sinaes de ferro, e asy de cobre, e prata, folgarey de me avisardes se achou algũa cousa destas. E porque sou informado que a sua estada nessas partes he de pouco efeito, he he casado na Noua Espanha, e sua mulher padece necessidade, vos encomendo que ho façaes vir pera este Reyno nestas náos, e o acomodeis nellas como vos bem parecer.

XXXII. E quanto ao que me escreueis que vos pede ho engenheiro mór Joaõ Bautista que lhe mandeis pagar sen ordenado a rezaõ de dez reales o cruzado pella valia deste Reyno, correndo nesas partes ha oyto reales, a cujo respeito se pagaõ nellas os mais ordenados, não ey por meu serviço que com elle se faça nonidade em seus pagamentos. Mas parecendouos que por seus serviços se lhe deue fazer mais mercê, eỹ por bem que aja dozentos cruzados nas rendas dese estado por hũa vez somente.

XXXIII. Sobre o Lecemceado Francisco de Frias, e o officio de Juiz dalfandega de Cochim de que estaua prouido, vos tenho mandado escrever pellas náos do anno passado o que ey por meu serviço, como tereis visto. Sobre o mais que toca a dita alfandega vos escreuerey por outra carta o que niso ouuer por bem que mais façaes.

XXXIV. Tiue particular contentamento de saber a grande comuersaõ que he feita nas Ilhas de Solor por meyo dos Relligiosos de Saõ Domingos, e vos agradeço o fauor que lhe days pera proseguirem nella, e vos encomendo que asy a estes Relligiosos come aos mais que se occuparem nesta obra tanto do serviço de Deos e de

minha obrigação, os ajudeis e fauoreças como eu de vós o tenho por certo.

XXXV. E porque sou enformado que ha causa porque ha tanta falta de artilharia nese estado he pellos Capitães das fortalezas delle a trazerem em náos de seus tractos, nas quaes se tem perdida e consumida muita, e os almoxarifes dos meus almazens desas partes ha emprestarem e alugarem, como o tereis já visto por experiencia, e pollas Instruções que leuastes vos encomendey deseis remedio ha esta tão grande desordem, e aguora de nouo vos torno ha encarregar que as defesas que sobre ella me escreueis que tendes feitas e publicadas se dem ha execucao na forma que apontaes conforme a justiça e ao bom gouerno com todo o rigor que esta materia pede, pois tão pouco tem até aguora aproneitado os outros remedios que se procuraraõ, que não foraõ de nenhum effeito, nem parece que ho auerá senão com procedimento riguroso que tão justificado será em materia em que ha culpas tão graues he tão dinas de exemplar castigo.

XXXVI. E porque me escreueis que não são bastantes os doze mil cruzados que são ordenados pera as merces que haõ daver os fidalguos e mais pesoas que me seruem nesse estado, sendo applicados os sonegados, abintestados, e descaminhados pera a obra da See dessa cidade, que dantes se despendiaõ com os mesmos fidalgos e soldados: Ey por bem que posaes despende mais oytto mil cruzados em cada hum anno nestas merces allem dos doze que já estaõ ordenados pera ellas, pera serem vinte mil cruzados por todos, em quanto durar a obra da See a que estaõ applicados os ditos sonegados, abintestados, e descaminhados, e os VisoReis dese estado não podem dispôr delles. E por outra carta minha vereis o que ordeno sobre os ditos abintestados.

XXXVII. Ho Regimento que mandastes fazer sobre não tratarem os officiaes desas partes (a), e outras cou-

(a) Diz á margem por letra contemporanea.—Nam os Capitães devião tratar, se fosse possível.

sas que me enuiastes, tenho mandado ver, he em outra carta vos mandarey escrever o que ouner por bem que se faça no comprimento delle.

XXXVIII. Tine contentamento de saber quanto procurastes ho emparo das orffaãs que naõ deste Reino, e que as ydes casando com pessoas homradas dessas partes, e as promesas que em meu nome lhe fezestes von vindo, e lhe mandarey responder a ellas como ouner por meu seruico; e vos encomendo muyto que procedaes nesta obra de tanto seruico de Deos como he rezaõ, e eu de vos confio.

XXXIX. Tenho por muito acertado mandardes nas armadas dessas partes comfesores, e asy a algũas fortalezas omde os naõ ha, pello muyto que comuem ser isto asy. Encomendouos que procedaes nesta materya como me escreueis, e nas naõs que forem deste Reyno mandarey que vaõ Capellaes como sohia a ser pellas rezoes que em uosa carta apontaes.

XL. Mpito vos agradeço o cuidado com que procuraes as peças que escreueis que desejaes de me emuiar; e allem do que sobre isto tendes a cargo, receberey contentamento de me emuiardes algũs animaes, e passaros, e outras cousas estranhas neste Reino, como mais particularmente vello escreuera de minha parte Miguel de Moura, do meu Conselho do Estado, e meu Escriuaõ da puridade, como o tem feito hos annos passados.

XLI. E quanto aos presentes que se mandaõ a esse estado, que os Padres da Companhia largaraõ por dous mil cruzados que se lhe daõ a custa de minha fazenda, de que se mostraõ queixosos: ey por bem que daquy em diante ajaõ hos ditas presentes como dantes auiaõ, e se lhe naõ dem os dous mil cruzados de minha fazenda.

XLII. Tine contentamento de emuiardes a meus al, mazens as trinta pipas de salitre que vem na naõ São Lourenço que naõ he chegada a este Reino, que parece que emuernaria; e por ser cousa tão necessaria para minhas armadas, e de que ha muyta falta neste Reyno, vos encomendo muyto encarecidamente que ho mandeys

desas partes sempre, e que em todo o caso não venha nenhũa não sem elle, procurando-se ho mais he melhor que poder ser, porque vindo refinado pejará menos lugar nas náos, e poderaõ trazer mais cantidade. Escrita em Lixboa a dez de Janeiro de MDLxxx e sete.

REY.

Miguel de Moura.

Pera ho VisoRey. Pera V. Magestade ver. 2.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorey da India. 2.º via.

(Livro 3.º fl. 188)

24.

VisoRey, Amiguo. Eu ElRey vos emuio muyto saudar. Por vossa carta de trinta de dezembro de 85 soube como ha não São Francisco das da armada que naquelle anno partio deste Reyno pera essas partes chegou a esa Cidade de Goa em vinte doutubro do mesmo anno, e as náos Santo Alberto, e São Lourenço foraõ ter a Cananor, e ha Cochim no mes de nouembro seguinte. E porque a causa principal destas náos chegarem taõ tarde foy por partirem deste porto de Lixboa com taõ roim tempo que lhe sobreveio, que as deteu ha vista desta costa muytos dias; e cumpre tanto como sabeis partirem de cá e delá a seus tempos devidos, mamdo dar ordem como deste Reyno partaõ quando comuem; e vos encomendo que as façaes partir dessas partes taõ cedo que possaõ bem fazer sua viagem, e vir com ajuda de Deos a saluamento. E tme contentamento de Antonio Godinho de Sousa hacoõdir tambem ha não Santo Alberto que me escreueis que esteve muyto arriscado nos baxos de Chilão, e que com sua ajuda ha liurou Deos delles, o que lhe mando agradecer por minha carta.

II. Posto que as necessidades em que se haõ esse es-

tado me sejaõ taõ presentes como he rezaõ, vendo juntamente as muytas despessas que saõ feitas nas armadas que ordenastes, saõ todavia taõ precisas as destes Reynos, que vós muyto bem sabeis quaõ grandes e de que callidade saõ, que se vos naõ pode até aguora emuiar nenhum dinheiro; mas tanto que o tempo der lugar ha poderdes ser melhor prouido, terey diso lembrança. E espero que cheguem as náos que dessas partes haõ de vir ha taõ bom tempo, e tambem carregadas que vos possa mamdar prouer como pedis. E porque sou informado que nesas partes se deue muito dinheiro ha minha fazenda, vos encomendo muyto bo mandeis pôr em boa arrecadação, pera que com elle possaes hacudir ha algũa parte das despessas desse estado.

III. Vy vossas cartas que me emuiastes por terra, e chegaraõ antes da vimda das náos do anno passado, e vos agradeço o que fizestes nas materias de que nellas me destes conta, que he tudo conforme ha muita confiança que de vós tenho. E porque da fortalleza que dizeis que faz ho Dachein en Pera podem resultar muytos dannos ás náos e galliões que forem da India pera a fortalleza de Mallaca, e ás mais partes do Sul, e asy ás que della vierem pera ha India, vos encomendõ muyto que trabalheis por impedir fazerse esta fortalleza na forma que enterderdes que mais comuem pera isto ter effeyto, e se atalharẽ as perdas e dannos que receberaõ meus. vasallos tanto contra a reputação dese estado, se aquella fortalleza se fizesse e comseruase.

IV. Foy bem feyto mandardes Artur de Brito Capitão da viagem de Malluco por embaixador ha ElRey de Ternate, e com presentes pera elle, e pera os Reis vizinhos, e folgarey que me aviseis do effeito que teue esta embaixada. E porque na armada que ho anno de 85 foy pera essas partes vos mandey escrever que naõ avia por meu serviço terem os Castelhanos comerciõ nenhum nas partes da China e Malluco, nem os Portuguezes nas Fellipinas, como entendeis que comuem, senaõ soamente boa correspondencia hũs com os outros; e asy ho man-

dêy escreuer ao Viso Rey daquelas partes que ho avia por meu serviço, vos torno ha encomendar ho faças asy guoardar inteiramente no que vos toca pello muyto que sou informado que importa a esse estado.

V. E porque tiue informaçaõ que ymde Duarte Pereira de Sampayo tomar posse da Capitania da fortaleza de Tidore de que foi prouido tiuera com elle differenças Dioguo dezambuja que entaõ estava na dita fortalleza, vos encomendo que mandeis denassar das passauras e dyferenças que niso oune, e achandose culpado Dioguo dazambuja na denassa que se tirar de culpas que mereçaõ prisaõ, ho mandeis ir preso ha India, e de tudo ho que sobre esta materia achardes me avisareis.

VI. E quanto ao que me escreveis que ha clarezza e resolluçãõ com que trataes as materias del Rey de Cochim ho persuade ser mãis amiguo dese estado he vosso, e que por vos escreuer algũas vezes sobre lhe mandades dinheiro, gente, e muniçoẽs pera a guerra do Camorim lhe mandastes quatro mil pardãos e algũas moniçoẽs, e escreuestes ao Capitaõ e á Camara de Cochim que ho ajudasem e acompanhasem, folgára de me avisardes se lhe destes este dinheiro e mais cousas, ou lhas emuiastes por emprestimo; pello que vos encomendo que de tudo me aviseis muyto particulharmente, e faças sempre en particular en todas as materias desta callidade respondendo ás objeições dellas de maneira que pera se entenderem claramente naõ seja necesario mais informaçaõ como ha que agora vos escrevo que me emuiçis; e asy vos encomendo que as muniçoẽs que se derem desse estado seja con tanta consideraçaõ como comuem; e que com a fortificaçaõ daquella cidade corraes com o resguardo e da maneira que vos mihor parecer, pera naõ aver descontentamentos com este Rey, que sempre se deuem escusar; e me aviseis se de lhe comceder ha viagem da China que pede poderá resultar pagar elle do proveito della o que dene dos cabedaes da pimenta. E pella boa enformaçaõ que me daes de Itacanachamena seu Regedor, e que corre bem con todas as materias de meu serviço,

e que he a sua ajuda importante pera a carga da pimenta, ey por bem de lhe fazer merce de dozentos pardaos de tença em cada hum anno en quanto ho ouuer por bem, e naõ mandar o contrairo. E eu lhe escreuo, e a carta ira nestas vias com a copia della.

VII. Do modo em que procedestes na materia das pazes, que asentastes com ho Camorim tiue contentamento, e pois dellas resultaõ halem dos beneficios geraes de meu seruiço taõ utilles a meus vassallos ficarem as forças dese estado mais liures pera se poder enpregar en tantas outras cousas importantes á conseruação e aumento delle, vos encomendo que de vosa parte as taças guardar inteiramente, e trabalheis por se leuar a ante a fortaleza que fazeis en Panane fortificandoa de tal maneira que se já naõ for acabada (posto que se naõ fora começada ynda ounera nisto que considerar) fique taõ defensauel como comuem á reputação dese estado. E eu respondo a carta do Camorim no modo em que vereis pella copia da minha que com ha propria ira nestas vias.

VIII. E así tiue contentamento da armada que mandastes fazer pera ho estreito, e de nomeardes nella por Capitão moor Ruy Gonçalves da Camara pellos intentos que vos a iso moueraõ, que tiue por acertados; e espero que della resultem taõ bons subcesos que me aya por bem seruido, e por muy bem empregados os gastos que nella fezeistes, a que sempre deuem precerler taes considerações que seja o descurso dellas tam bem visto como o creio de vos en tudo.

IX. Tenho por muito necessario procurardes saber sempre os desenhos dos Reis vezinhos dese estado pera vos acharem apercebido, e poderdes com tempo hacoirdir as fortallezas delle com todas as preunções necessarias nos cercos e trabalhos que se offererem. E soy bem feito trazerdes espias em Cambaya e no Bellagate pera vos aduertirem das determinações do Mogor e de mandardes con tam boa armada como me escreueis de que soy por Capitão Mór Ruy Guomez da Gíria prouet he visitar as fortallezas do norte, e de armar as Ma-

noel de Miranda Capitão de Dio do descuido com que consentia a gente e capitães de Mudafar naquella fortaleza; e vos encomendo que nestas materias procedaes sempre com ha vigillancia e consideraçaõ que conuem como fazeis. E tenho por boa a vossa lembrança que cumpre a meu serviço e segurança dese estado prouenirse as fortalezas delle, e principalmente as tres e esta de Dio em pessoas de muyta experiencia e partes, no que mandarey ter toda aduertencia necesaria, tendo mais conta com ha defensaõ e segurança dellas que com outras respeitois.

X. A armada que mandastes fazer pera hacudir as fazendas do jumco que veyo dar em Nagapataõ pella informaçãõ que tiuestes de irem algũs cosairos malauares demandallo haquella costa. foy muito acertada, e vos encomendo que en casos semelhantes, procedaes sempre de maneira que se comsigna ho que entenderdes que mais comuem a tudo. E per carta de Dom Joaõ Ribeiro Bispo de Malaca soube que o junco em que se embarcou o Bispo da China pera ha India, de que me escreueis que se naõ sabia parte, tornou harribar aquella fortaleza com o mesmo temporal com que foy ho outro a Negapataõ.

XI. Tive por bem leyto mandardes os dous galliões como me escreuestes ha fortaleza de Malaca pera com os mais nauios darmada daquella fortaleza andarem em guarda della, pois he agora tantas vezes visitada do Daqhein; e asy folguey de saber que foy tam bem prouida a fortaleza de Ceillaõ como dizeis, que he conforme ao preito cuidado que de tudo tendes. Emcomendouos que me aviseis do efeito que fizeiraõ estes dous galliões, porque sou informado que naõ foraõ de nenhum has armadas que os annos passados foraõ aquella fortaleza, e que só serviraõ dos capitães della trazerem muytas mercadorias a fretes nos meus galliões; custando tanto ha ha percebimento delles a minha fazenda; pello que vos encomendo naõ comsintaes se procurem estes proueitos em mynhas armadas, pois delles resulta tanto discredito deos

estado, e se não comsegir ho bom effeito pera que se armaõ, de que ho anno passado vos avisey.

XII. E tiue contentamento de mandardes visitar por Joaõ Baptista Engenheiro Mór as fortalezas do norte, e se comsegir de sua yda fazerse tanta obra e taõ acertada nas fortificações dellas como me escreueis, e que esperaes que se acabaraõ com breuydade. E porque principalmente se deue procurar fortificar-se ha fortaleza de Damaõ por estar mais fraca, vos encomendo que tenhaes della particular lembrança; e sobre ha viagem da China que pedem os moradores desta Cidade, espero nas primeiras náos reposta vossa para com ella me resolver, e lhes mamdar responder a isto como ouuer por meu scruiço. E tenho por cousa muito necessaria pera a comseruação dese estado trabalhades por vnir os Reis vizinhos contra ho Equebar, pera que lhe resistão, e se atalhem os trabalhos que muytas vezes daa áquella fortaleza de Damaõ. E vos encomendo que nas materias desta calidade tenhaes seupre aquella vigilancia que conuem.

XIII. Foy bem feito mandardes com Dom Jorge de Menezes Alferes Mór os soldados que me escreueis que foraõ pera vigia e defensão da fortaleza de Mosambique; e tiue descontentamento do desastre acontecido aos moradores delle que os negros mataraõ recolhendose taõ descuidados como me escreueis: pello que vos encomendo a vigilancia que he rezaõ que se tenha naquella fortaleza, e en todas as mais: e ao Alferes Mór mamdey escrever quanto importa a comseruação daquella fortaleza, e que de tal maneira proceda na guarda della que lhe não aconteçaõ semelhantes desastres nem outro algum. E pareceo-me meu seruiço mandarnos lembrar quanto importa segurar-se a Ilha do Comaro, pera que nella não entrem turcos nem mouros, de que possa resultar prejuizo algum. E vos encomendo vos informets do que será meu seruiço ordenar-se nesta Ilha, porque sou informado que se tira della muyto gengibre, e pode dar outros proueitos.

XIV. E porque o descobrimento da Ilha de São Lourenço tenho por cousa de muita ymportancia, e sou informado que foraõ emuiados a ella algũs Padres da Ordem de São Domingos pera ally começarem a plantar a vosa tanta fée; e que en tempo que guouernaua esse estado Antonio Moniz Barreto ha mandou descobrir por hum Francisco Rodrigues Momdragão pella banda de leste, vós encomendo que particularmente vos informeis se se proseguio este descobrimento, e do fruito que naquellas partes tem feito os Rellegiosos de São Domingos; e o que em ambas estas cousas comuem fazerse, em que procedereis como virdes que mais comuem.

XV. Ordenarensse os moradores da pouoação de Macão con guouerno de Camara e menistros della, como o tem as cidades dese estado, me parece que comuem pera melhor se comseruarem; e asy lho deneis aprouar. E por que sobre as materias de que me auisaes que se queixaõ, e me escreuestes por Fernão de Aranda que veyo por terra, tenho prouido como vollo escreuo por esta Carta, e outras que vos mandey escrever nos annos passados. naõ he necesario tornarvillo a referir.

XVI. Receby desprazer de naõ achardes despostos os moradores da cidade de Chaul no que toca ha alfandega della; e porque tenho por informaçã que será muyto importante a mynha fazenda ordenarse esta alfandega pello muito rendimento que della resultará a esse estado, vós encomendo vades despondo as cousas que tocarem a esta materia com o tento e resguardo necesario conforme ao que vos mandey escrever ho anno de oitenta e cinco, e ao que leuastes pella segunda Instrucção que vos mandey dar quando deste Reyno partistes. Escrita em Lisboa a xxj de Janeiro de MDLxxx e sete. E sobre esta materia da alfandega de Chaul vos mandarey escrever mais particularmente o que ouuer meu verulpo que della façais.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey. Pera V. Magestade ver.

2.º via,

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dô Duarte de Menezes do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India. 2.º via.

(Livro 3.º fl. 162)

25.

Viso Rey, amigo, Eu ElRey vos empenjo muito saude. Por ser informado que as fazendas dos abintestados, que estão applicados pera as obras da See dessa cidade de Goa se não arrecadaõ, e o Arcebispo por sua carta me pede que em recompensa delas lhe faça merce de tres mil cruzados en cada hum anno pagos na alfamdega della pera a dita obra, vos encomendo que vos informeis muyto particularmente da contia de dinheiro que se tem arrecadado pera as ditas obras, e o que monta nos abintestados que estão arrecadados depois que se applicaraõ pera ellas, e me aviseis. E ey por bem que daquy em diante se recolhaõ as ditas fazendas destes abintestados per vossa ordem, e o dinheiro que se nellas fazer se tenha a todo bom recado sem se bulir nella com fiança nem sem ella, e o mandeis a este Reyno per letra de pessoas abonadas pera se entregar ao tisonreiro dos defuntos a que pertence conforme ao que se vssa nas fazendas dos abintestados de Guiné.

II. O Arcebispo Dom Frey Vicente da Fonseca me escreueo nas náos dos annos passados que as Igrejas dessas partes estauaõ muyto pobres e tinhaõ necessidade de se prover na fabrica dellas, pedimdo-me lhe mandasse applicar pera ysso algũa renda, e que os feytores das fortalezas desse estado fizessem nellas as despesas que lhe fosse mandado pelos Prellados e seus visitadores. E posto que ho anno passado vos mandey escreuer particularmente fereceis reparar estas Igrejas, me pareceu tornauos de nouo ha encomendar que fazedosse as visitações com a consideração que comuem, as fazeas compir, pera que as Igrejas desse Estado sejaõ tambem re-

pairadas e prouidas do que iuerem necessidade como he rezão que sejaõ.

III. Sou informado que nos Capitaes das fortalezas desse estado, e ministros da justiça delle á muytas desordens em danno de minha fazenda, e em muyto de meus vasallos, e por ser materia a que tenho obrigação de mandar prouer, posto que em geral me escreuaes que os ministros da justiça cumprem com sua obrigação, todavia será meu serviço maõdar tomar particular informaçãõ de como cada hum delles procede. Pelo que vós encomendo ordeneis como hũa pessoa de cõfiança em que comcorraõ as partes que comueem tome informaçõs particulares por escrito dos ditos capitaes, e ministros da justiça como o segredo que entenderdes que he necessario, pera o que lhe dareis a ordem que vos parecer, as quaes me emuiareis pera nesta materia mamdar prouer como ouuer por meu serviço.

IV. Pello muyto que ymporta aver a vegia necessaria nas náos que vãõ deste Reyno quando estaõ á carga na barra de Cochim, mandey passar a prouisaõ que se vos emuiou na armada do anno do 85. pera que os marinheiros e officiaes das ditas náos as vegiassem asy nessa barra como na de Cochim, que tereis vista. E porque hõ Veedor da fazenda Nicolao Petro me escreue que a descendaõ de vigiar em as náos, e poderá acontecer põr esse respeito algum desastre nellas, vos encomendo mandeis guardar esta prouisaõ taõ inteiramente que per nenhum caso falte esta vegia

V. Ho dito Veedor da fazenda me escreue que tem começada hũa cassa sorte no peso da pimenta de Cochim a qual podia servir de fortaleza em tempo de necessidade, de que vos tinheis satisfacão; e que em Coullaõ ordenara hũz cassa pera recolhimento da pimenta, e fõra aquella fortaleza qutetar os Reys vezinhos que estauão diuisos, por respeito de se poder auer pimenta pera as náos. E porque creio que procede em sua obrigação com zelo de meu serviço, vos encomendó que nestas obras ho fauoreças e ajudeis pera me poder servir nelas como

comuem, e ordeneis como elle possa pagar os materiaes e achegas que mandou pera se começar a fortalleza de Panane. como creio que ho tereis feyto.

VI. E porque elle me pede licença pera se vir pera este Rayno, pella boa imformaçaõ que tenho de como procede bem nas obrigações de seu cargo, ouue por meu seruiço suspenderlha; pelo que vos encomêdo que com elle esca tratamento tenhaes a conta que he rezaõ, e se deue tercom as pessoas que me bem seruem, e en taes cargos. E pello enydao que tem de procurar pimenta pera a carga das náos, e despesa que fez nas ydas do Canará e Coullaõ, ey por bem de lhe fazer merce de mil cruzados por esta vez soamente, que lhe mandareis dar do rendimento desse estado (a).

VII. Tambem me escreue Nicoláo Petro que os Reis de Coullaõ trataõ mal e avexaõ os cristãos que residem em suas terras, a que o capitaõ daquela fortaleza naõ pode acudir por estar deneficada e caída; e porque della resulta tanto proneyto a minha fazenda por rezaõ da pimenta que se nela faz, e com a fortificaçaõ della me escreue que se podem aproneitar duas legoas de terra junto dela, que se poderaõ dar aos christãos da terra com obrigaçaõ de prantarem aruores de pimenta que poderaõ dar dous mil bares, e aver outras comodidades e proueitos pera aquella cristandade, vos encomendo que deis isto á execusaõ naõ avendo incomuenientes que ho inpidão, que por ora se me naõ offerecem.

VIII. E asy fez lembrança que será meu seruiço fazeremse fortallezas nos rios de Saõgicer e de Barcelos

(a) A'margem está esta

Verba

==Em vertude deste Capitulo ouue já o Vedor da Fazenda Nycoláo Petro Cochyno os myl' cruzados que por este Capitulo Sua Magestade lhe faz merce, pagos no Feitor de Cochy Francisco.... per mandado feito a xxij de Julho de 88. E por tanto se pos aqui esta verba oje xxx de Julho de 88. (assignado)..... de Varejaõ.==

de que resulte muyto rendimento a minha fazenda pelas rezoões que aponta, polo que vos encomendo que sobre estas materias ho ouçaes como ya o deueis ter feyto, e tomeis particularmente informaçã que me emuiareis, pera com ella e vosso parecer vos mandar escrever o que ey por meu seruico que façaes nellas.

IX. Sou informado que Damiaõ de Solis, que seruiõ de feitor na cidade de Cochim e ficana seruindo de Juiç da alfamdega della, naõ procede bem no dito carguo, e he muyto prejudicial nelle a minha fazenda, pelo que ey por bem que tanto que esta receberdes naõ sirua o dito Damiaõ de Solis mais o dito carguo, e naõ yndo deste Reyno pessoa que aya loguo de entrar nelle prouida por minha prouissã, ho prouereis em algum criado meu de calidade e partes pera isso necesareas; e vos encomendo que trabalheis por se naõ prouerem estes cargos nem nenhũs outros de minha fazenda em pessoas da naçaõ, porque sempre me auerey por deseruido disto, avendo outros criados meus que nessas partes me seruem em que mylhor podem caber.

X. He de tanta ymportancia a fortalleza d'Oñmuz, e taõ necessaria pera suprimiento das despesas desse Estado o rendimento da alfamdega dela, que sempre será meu seruico terse muyta conta com ha defemsaõ e conseruaçaõ desta fortalleza, na qual sou informado que hos marchadores comcederaõ hum por cento de todas as fazendas que trazem aquella alfamdega, pera com o rendimento delle se poder trazer hũa armada naquele estreito com que se segurassem as fazendas que nela vem pagar direitos; e porque sou informado que com este rendimento se traziaõ armadas duas galés que eraõ de muyto e feyto pera este yntento, e ora as naõ ha, recolhendo sempre este rendimento do hum por cento, vos encomendo muyto emoresadamente que dela ordẽm com que aja estas duas galliões pera guarda e defemsaõ dos navios que nauigaõ fazendas pera aquella alfamdega, pera que o possaõ fazer com a segurança que comuem, e vos ynfomeis muito particularmente de que ymporta este

rendimento do hum por certo e o em que se gasta não avendo estas gallés que dantes avia, e do que nisto fizerdes me avisareis. E porque Matias dalbuquerque me escreue que eraõ perdidas tres fustas com temporal que lhe deu das que amdauaõ naquele estreito sendo capitão delas hum Alvaro do Avellar, vos emcomendo que façaes reformar esta armada de tal maneira que possa comsegir ho effeyto pera que se faz.

XI. O prouedor e irmãos da Misericordia da cidade de Goa me pediraõ lhe mandasse fazer pagamento dos mil pardãos de soldo que haõ daver per prouisoens em cada hum anno, e dos omze pardãos que se lhe costuma dar de esmola todas as sextas feiras do anno nos bazarucos que se lauraõ na ribeira dessa cidade, e posto que os annos passados vos tenha emcomendado lhe mandeis fazer pagamento destas esmolas, vollo torno de nono ha encomendar. E porque se queixaõ que os Padres da Companhia fazem hũa cassa no meo da cidade, com que lhe empedem as esmolas com que se sustentão os pobres que se remedeiaõ por aquella cassa da Misericordia, tratareis este negocio com ho Provincial dos ditos Padres da Companhia pera que não lhe sendo necessaria se escusse. E de se fazer esta cassa se me emuiou tambem queixar ho Costodio de São Francisco, pelo que vos emcomendo que vejaes este negocio, e com satisfaçaõ das partes tomeis resolução nelle. E asy me pedem que aya por bem que ás orfaãs da obrigaçaõ daquella cassa da Misericordia lhe faça merce de algũas feitorias e escreuaninhas das fortalezas desse estado casando com pessoas benemeritas; e posto que estes carguos ey por bem que se dem somente pera casamento das orfaãs que vaõ deste Reyno; hoferecendosse todavia casar algũa orfãa filha de criado meu que me tenha servido nessas partes com pessoa benemerita, e de cavidade, mo escreuereis pera com uossa informaçãõ e parecer lhe mandar por esse respeyto fazer a merce que ouuer por bem.

XII. O Licemceado Gaspar de Menelao a que mandastes correr com as deuasas da pimenta me escreueo

que no rio de Barcellor ha hũa ylha da banda do Coquely cercada dagoa que remde dez mil pagodes ao São-car-não, Boto, senhor dela, e que cortamdolhe trinta passos de terra de hũa ponta que vem ter a costa, se podia ordenar hum forte nela muyto defensauel com hũa alfam-dega de muyto rendimento, alem de se poderem haver pera minha fazemda os dea mil pagodes que esta ilha ora remde, e porque sobre esta materia me escreue tambem o Veedor da fazemda de Cochim vos encomendo que a trateis e partiqueis com pessoas que ha bem entendaõ, e me emvieis ha informaçãõ que disso tomardes com vosso parecer, pera vos mandar escrever o que ouuer por bem.

XIII. O padre Costodio da Ordem de São Francisco me emuiou dizer que os Padres da Companhia faziaõ agora hum collegio em Vaýpim Cotta junto ao de Cramganor, que está debaixo de sua administração, e em prejuizo dele; encomendouos que tomada ha informaçãõ neceçarea e ouuidas as partes os acomodeis de maneira que naõ possa aver deferença antre elles. E o mesmo padre Costodio me pede faça esmolla ao seu Comuento de hũas casinhas pequenas que estão ao pee do seu dormitorio-omde diz que estão hũas tauernas, pela inquietaçãõ que os Religiosos daquelle Comuenta recebem da gente que a ellas vay, e sendo asy como diz de que vos informareis, ey por bem de lhes fazer esmolla das ditas cassas as quaes poderaõ meter dentro da cerca do dito mosteiro, e naõ pertencendo a mynha fazemda se pagaraõ á custa dela ha pessoa cujas forem.

XIV. Por algũas cartas do anno passado fuy informado que hũa das principais causas porque ha tanta falta de pimenta no pesso de Cochim era por dener El-Rey da Cochim muyto dinheiro dela aos mercadores que a trazem, e lha pagar com mercadorias em mayores preços do que valem; e posto que viesse em se pagar aos mercadores no pesso ao tempo da entrega desta pimenta, lhe manda tomar algum deste dinheiro na ponaçãõ de Cochim de cima, e os obriga a venderem esta pimen-

ta ás boyadas que a leuaõ pela terra dentro ; e porque esta materia he de tanta comsideraçã como sabeis, e a que será meu seruico acodir-se com o remedio necessario, vos encomendo vos informeis muyto particularmente do como este Rey corre nella, e procureis como se traga ao pezo toda a que se poder aver atalhamdo leuar-se pella terra dentro ; e do que sobre isto fezerdes me avisareis. Escrita em Lixboa a seis de feuerreiro de MD-Lxxx e sete.

REY

Miguel de Moura.

Para o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—4.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, e seu Viso Rey da India. 4.ª via

(Livro 3.º fl. 172 ; (a))

26.

VisoRey, amigo. Eu ElRey vos emuio muyto saudar. Receby vosas cartas de 13 de Dezembro de 85, e de 11 de Janeiro do anno pasado, e uy o que nelas me escreueis sobre a fortaleza que mandastes fundar em Panane por Ruy Gonçaves da Camara, e ordem e moddo com que o fizestes, que he conforme á muita confiança que de vós tenho, e naõ sendo aynda acabada, o que creio que estará feito, vos encomendo que façaes yr continuando na obra della até se acabar. E asy tme contentamento da armada que ordenastes pera o estreito de que foy por capitã mór o mesmo Ruy Gonçaves, e os yntentos com que a mandastes e escreuestes ao Xa Rey da Persia e ao Preste Joã que tudo ouue por de muito meu seruico ; e espero que nas náos deste anno me escreuaes taõ boas nouas dos sucesos della que possa ter deles

(a) Na Nota a pag. 68 a assinatura final deve ler-se—Duarte Delgado de Vazjão.—

muito contentamento, e me pareceo deueus advertir que pelas necessidades que me escreueis que tem esse estado, e por todos os outros bons respeitoes se deuem ordenar estas armadas com tanta consideração como conueem, e creio que precederá sempre em todas as cousas que forem ordenadas por vós.

II. E porque me escreueis que hum dos principaes yntentos que vos moueraõ a mandar aquella armada ao estreito foy pera fazerdes entender ao Xa Rey da Persia que a mandastes por quebrantar as forças que o Turco tynha naquelas partes, e creio que conforme a ysto tereis feito com ele todos os bons officios pera conseruação de sua amizade, me pareceo meu serviço continuar com o que lhe tenho escrito, e lhe mandar agora outras cartas na mesma conformidade das passadas acrescentando nelas o desprazer que tme de não chegara mim o seu embaixador, como volo tenho mandado escrever per outra carta com que vay a copia da minha pera o dito Rey da Persia, em que lhe taõbem digo quanto contentamento tme cõ as nouas que me escreueis de ser desbaratado o exercito do Turco pelos seus capitães (o que Matias dalbuquerque me certefica per suas cartas), e encomendouos que de todas as que tuerdes daquelas partes me aviseis.

III. Foy boa a ordem com que procedestes com os dous Italianos que vos enuiou Matias dalbuquerque d'Ormuz, e o bom tratamento que lhe fizestes, e de os mandardes pôr em hum porto do estreito do mar Roxo com as cartas que leuauõ pera o Preste, e de obrigardes ao capitão do navio em que foraõ que souberse das galés de Moça e nouas do mesmo estreito, e vos encomendo que tenhaes particular cuydado de as procurardes sempre daquelas partes e dos desenhos dos Turcos que nelas ha, pera conforme a ysto yrdes ordenando as precauções necessarias pera atalhardes o que sem ellas poderie soceder.

IV. Tme contentamento de me escraverdes que se convertera a nossa santa fe a ora del Rey de Ormuz, yrmã

de Rax Delamixa guazil daquelle reyno, e do bom' officio que com ella fizestes. Encomendoues seu emparo e casamento e que seya com pessoa com que se conserve nesta sua conuersaõ, e conforme a opiniaõ que tiuerdes de como está nas cousas da fé, fazendo para este effeito a eleiçaõ da pessoa com que vos parecer que será mais meu seruiço casardella.

V. E quanto a elRey d'Ormuz se lhe averem de dar tutores como parecia ao Conde Dom Francisco Mascarenhas gouernando esse estado e a Matias dalbuquerque, por entender por vossa carta que os Capitaes daquela fortaleza tem muita jurdiçaõ nele, ey por meu seruiço que se lhe naõ dem, e por mo vós assy escreuerdes; e vos encomendo que naõ consintaes que lhe seyaõ feitos nhũs agrauos, e se lhe tenha o respeito que he rezaõ, como volo tenho mandado escrever pelas naõs do anno passado.

VI. E quanto ao que me dizeis que porachardes boa enformaçaõ de Simaõ da Costa, corretor mór d'Ormuz que estava seruindo naquela fortaleza de Veedor da fazenda o prouestes de superyntendente dela sem ordenado, naõ avendo por meu seruiço que seruisse de Veedor da fazenda por vos ter mandado per minhas ynstruçõs que os naõ aya nas fortalezas desse estado, a tenho por bem feito pelas rezoês que me apontaes; e folguei de ver a advertencia que tendes em naõ aver Veedores da fazenda.

VII. E pois vos parece que o guazil d'Ormuz naõ deue dar nhũa pensaõ a Rax Delamixa seu yрмаõ do ordenado de Juiz dalfandega daquela fortaleza sobre que trazem demanda em quanto se naõ determina, vos encomendo que façaes detriminar esta causa com muita breuidade, e se lhe guarde ynteiramente sua justiça.

VIII. Tiue contentamento de entender per vossas cartas o cuidado com que procurais saber nouas de Saes e das cousas do Preste Joaõ, e me avisardes como das baratam o Barnagaes aleuantado e outro capitaõ turco que resedia e suas terras, e se conueteraõ a nossa santa fé os trezentos geniceros, e ficauaõ á sua obediencia: eu

lhe mando escrever quanto me alegraraõ as boas novas que soube de suas vitorias, e vos encomendo que ordeideis como lhe seya dada minha carta, e que sempre me aviseis das cousas daquelas partes que entendordes que sera meo servico ter dellas enformaçaõ.

IX. Tive desprazer de fugirem os quatro ymgreses que me escreveis que Matias dalbuquerque mandon d'Ormuz presos a essa cidade de Goa em tempo do Conde Dom Francisco Mascarenhas, e que se foraõ per diferentes partes, e tinheis enformaçaõ que dous deles eraõ mortos, e os outros dous viuos. E porque conuem entenderse a causa de sua yda a essas partes, vos encomendo que trabalheis pelos aver a maõ, e se tenhaõ a bom recado, e que mandeis tirar devasa das pessoas que foraõ culpadas em sua fugida, e procedaes contra elles, e do que nisto fizerdes me avisareis.

X. E tenho por muito bem feito ordenardes de se fortificar o sitio de Mascate que vos tenho taõ encomendado per minhas cartas e ynstrucçoẽs pelas causas que nelas vos mandey apontar, e terei contentamento de me escreuerdes se esta ya acabada esta fortificaçaõ, se pelas nõs deste anno o naõ tiuerdes feito, e se ficou nela por Capitãõ Francisco Velho que me dizeis que tinheis ordenado pera esse effeito, e o tempo per que o prouestes. E folguei de saber como tinheis ordenado mandar com João Gomes da Silva a fortaleza d'Ormuz a gale e navios que me escreueis pera defensaõ dela. E posto que per outra carta minha vos tenho mandado escrever que aya naquella fortaleza a armada que conuem pera segurança das fazendas que vaõ a ella, volo torno de nouo a encomendar.

XI. Tive por muito bem feito mandardes a Gonçalo de Souza e a Nunalvrez datougua nos dous navios que foraõ com outros dous da cidade de Cochim em companhia do Veedor da fazenda Nicolao Petro Cochino pelo respeito que me escreveis da segurança da fortaleza de Coulaõ, e de se conseguir taõ bom effeito de sua yda como me dizeis e ele me significa por suas cartas; e porque sem-

pre conuem terse muita vigilancia nestas matérias, volas encomendo pera que prosigaes nelas conforme ao que requiere a importância dellas.

XII A eleição que fizestes de Ruy Gomes da Grã em lugar de Dom Jeronimo Mascarenhas pera assistir com gente na fortaleza de Panane tñue por taõ bem feita como espero de vós que as fareis em todas as cousas de tanta ymportancia em meu seruiço, e comfio que procederia taõ bem nisto como dele espero que o faça sempre em todas as cousas de que o emcarregardes.

XIII. Por outra carta minha vos mando escreuer como ey por bem dar licença ao Licenciado Joaõ de Faria que serue de Secretario desse estado pera se poder vir pera este Reyno nas náos deste anno pellas causas que vos mandey declarar, pelo que vos encomendo que dos gazalhados que nas ditas náos se podem dar per conta de minha fazenda lhe mandeis dar gazalhado conuiniente pera sua pessoa e matalotagem.

XIV. ElRey Chamganate de Coulaõ me enuiou dizer por sua carta lhe mandasse pagar as dadiuas acostumadas que lhe té ora naõ saõ pagas, e lhe enuiasse nũa prouisaõ pera lhe serem pagos nalsandega de Cochim quinhentos cruzados que lhe eraõ devidos das ditas dadiuas até o anno de 84, e que naquela fortaleza está em costume seruir de lingoa hũ gentio seu vasalo, e que seruiuo sempre nela e em Calecoulaõ, e que hum Pero Gomez pera quem me pedira lhe fizese merce do dito cargo naquela fortaleza seruia somente ametade, e a outra ametade dera o Veedor da fazenda Nicoláo Petro a outra pessoa; pedindome ounese por bem que o seruisse todo per ynteiro o dito Pero Gomez. E porque sou enformado que todas as enças e dadiuas que os Reis da pimenta tinhaõ se tiraraõ ao tempo que se alenanton o preço dela a rezaõ de Xbiiij^o Santomé e meio o bar, vos encomendo que muito partientarmente vos enformeis desta materia pera com uossa enformação e parecer lhe mandar responder a ella como ouner por bem. E porque o anno pasado a requerimen. dos Padres da Companhia Sz

merce a dous christãos daquelas partes dos officios de linguas dos pesos de Conlaõ e Calecoulaõ, sendo estes os que pede este Rey, mandareis fazer com elle o officio que vos parecer por via do Veedor da fazenda de Cochim pera que se naõ escandalize conforme a necessidade que entenderdes que delle ha pera a carga da pimenta, e escreuo a este Rey a carta que vereis pera lha enuiardes ou suspenderdes como vos parecer mais meu seruiço.

XV. Manoel Pereira de Lacerda, Lionel de Brito Coutinho, e Jeronimo Carualho Fogaça me escreuerão pelas náos do anno passado, e por naõ serem capitães de fortalezas nem tratarem em suas cartas de cousas particulares de meu seruiço, me pareceo que não requeriaõ reposta senaõ a que merecem por seus seruiços nos requerimentos que tiuerem. E tendo eles procedido de maneira que vos pareça que lhe deueis dizer de minha parte que me ey por bem seruido deles o fareis, tendo nisto o moddo que virdes que mais conueni.

XVI. Sou enformado que na fortaleza de Malaqa se yntroduzio de algũs annos a esta parte daremse mantimentos aos soldados que nela residem alem de seus soldos ordinarios contra forma do Regimento da dita fortaleza, encomendouos que vos enformeis da causa per que se ora daõ, e naõ sendo tal que vos pareça que será meu seruiço e necessario pera a defensaõ daquela fortaleza darense estes mantimentos, se escusem pello muito que de minha fazenda se despende neles. Escrita em Lisboa a 12 de feuerreiro de 1587.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey da India.

1.º via

(No sobrescripto)

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Viso Rey da India.

1.º via.

(Livro 3.º fl. 202)

27.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Os Religiosos da Ordem de Sancto Agostinho dessas partes me imuiaraõ dizer que por serem muito pobres se naõ podiaõ sustentar, pedindome lhes mandase fazer algũa merce pera ajuda de sua sustentaçãõ; e porque antes de lhes mandar respoinder a este seu requerimento me pareceo meo serviço ter vosa imformaçãõ, vos emcomendo vos emformeis das casas que ha nesas partes desta Ordem, e dos Padres que residem nelas, e se he bastante o prouimento que cada hũa tem pera sua sustentaçãõ, e se alem dele será necesario mandarlhe dar algũa ordinaria em cada hum ano per conta de minha fazenda conforme as casas e lugares em que estiuerm, e o que haõ por comtadela, e porque prouisoẽs e mandados: informandouos outroy do que tem de minas Ordens de São Domingos e São Francisco desas partes cadano pera sua sustentaçãõ; e de tudo me emuiareis muito particular imformaçãõ pera com ela e vosso parecer mandar nesta materia o que ouuer por bem. E emtretanto prouereis de minha fazenda esas casas de Sancto Agostinho conforme as suas necesidades, e ao que vos parecer. Escrita em Lixboa a ij de Março de MDLxxbij. E do que lhe asi derdes conforme ao que vos por esta escreuo me avisareis tambem.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.^a via.
(*No sobrescripto*)

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e VisoRey das partes da India. 2.^a via.

(Livro 3.^o fl.^o 278 A.)

28.

Vis Rey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar.

Mandey ver o Consilio prouincial que nesses partes se celebrou o anno de 85, e todos os Decretos dele; e posto que minha tençaõ he que se dê a sua deuida execuçaõ em todo o que for seruiço de nosso Senhor e men, e bem desse estado, me pareceo que se denia sobrestar nela em algumas cousas que aqui yraõ apontadas até ver vossa emformaçaõ e parecer. pera que feitas todas as diligencias necesarias pera se entender bem o que mais convem, mande o que for melhor pera tudo; e nesta conformidade escreuo tãobem ao Arcebispo: as quaes co são as seguintes.

II. No Decreto 3.º da Acçaõ 2.ª em que se contem que pelos ynconvenientes que ha em aver na cidade de Ormuz sinagogas de yndens, mesquitas, e templos de mouros e jentios naõ somente de estrangeiros, mas naturaes, e outros menistros da ydolatria, que estes templos e sinagogas se denem derribar e destruir, principalmente hum que se edificou no meio da cidade yunto da fortaleza: pareceome que no que toca aos mouros se naõ deue ymnouar cousa algũa do que ategora se usou, nem vós o comsintaes; e que qanto ao mais que se contem no dito Decreto vos emformeis do modo que nyaso se corre e correo ategora com os ynfeis, e residentes em Ormuz, e o estado em que estas coussas estaõ, e se conuem prouersse em algũa delas, e em que forma, e de que achardes me anysareis muy particularmente por vossas cartas, e con voso parecer.

III. No 4.º 5.º e 7.º Decretos da mesma Acçaõ em que se me pede mande proibir sob graues penas aos brauemes e outros ynfeis meus subditos naõ ydefiquem em seus reinos comarcaõs templos de ydolos que nesse estado lhe foraõ destruidos, nem os sostentem com o dinheiro que ganhaõ, e que os ditos brauemes naõ tragaõ os fios que seõ a trazer dependurados do ombro direyto ao ombro esquerdo, e que ao menos os tragaõ cubertos de maneiro que se naõ veyã: e que se faça ley com graues penas que naõ tornem a gentildade os ynfeis meus

suditos que de sua liure vontade pedem o sacramento de baptismo, e em quanto se ynstruem e ynseiaõ na doutrina christaã tornaõ a retroceder, e fazem alguãs serimonias: pareceome que antes de prouer no que se me pede me deueis anisar do que vos parece que conuem que nisto se faça, e se resultaraõ ynconuenientes ao estado de se executar o que se contem nos dytos Decretos. Emcomendouos que assy o façaes, e naõ consintaes que entretanto se faça nouidade alguã.

IV. E porque no Decreto 10 da mesma Acçaõ em que se me pede mande proibir que se naõ façaõ em publico as serimonias que os yentios costumaõ fazer em seus casamentos pelo escandalo que recebem os nouamente convertidos: me pareceo que se deuia niso prouer; e asi vos emcomendo que paseis as prouisoões necessarias com as penas que vos parecer por que defendaes que os gentios naõ façaõ estas serimonias em publico, mas fazendoas eles em secreto lho podereis premetir, e naõ proceder contra eles.

V. No Decreto 12 da mesma Acçaõ em que se me pede cometa aos prelados a execuçaõ da ley que fez o Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu sobrinho, que Deos tem, pera se tomarem os filhos orfaõs dos ynfieis até ydade de 14 annos, a qual execuçaõ está cometida aos juizes dos orfaõs: pareceome que lho naõ deuia conceder; e podereis responder de minha parte que requieraõ a execuçaõ da dita ley ás minhas justiças, e vós ordenareis como elas asy o cumpraõ.

VI. Tãobem se me pede confirmaçaõ do Decreto 15 que defende que os yudeus naõ possaõ entrar nas fortalezas nem cidadea desse estado; e que quando por alguãs causas lhe for necessario averem de entrar em Cochim ou em outras, naõ entrem em nhuã casa saluo a do prelado, ou do governador, na alfandegua, Relaçãõ, e audiencias publicas; e naõ me pareceo que comuinha a meu seruiço confirmar este Decreto, nem vós consin-

taes que se dê á execuçaõ. (a) Somente defendereis que os Judeus naõ entrem nas fortalezas.

VII. Taõbem me parece que se naõ deue executar o Decreto 21 da mesma Acçaõ que trata dos infieis que passaõ pelas cidades e fortalezas a mim sogeitas com escrauos taõbem ynfieis, e que se podem yr fazer muros; nem a lei que nesta conformidade diz o Decreto que he feita; nem aver nisso novidade alguã fóra do que até qui se costumou, até me vós ynformardes do que neste particular se faz com vosso parecer pera eu mandar o que mais convem.

VIII. No Decreto 29 se contem que aos pupilos e menores deyxão seus paes fazenda pera sua sustentaçã, e que se gasta nas diligencias que os yuizes dos orfaõs sobre ysso fazem; e que eu mande prouer nisso; emcomendonos que vos emformeis do que nisto passa, e me aviseis com vosso parecer pera mandar prouer como convem.

IX Na Acçaõ terceira no Decreto 8 se pede que ao Arcebispo de Arngamale se dê hum companheiro Religioso de autorydade pelas causas no dito Decreto declaradas, e pareceome que seria mais a preposito darenlhe seis Religiosos da Companhia de Yessu, ou os que boamente puder ter; e sobre ysso escreveu ao seu Prouincial, e a vós emcomendo deis a este negocio toda ayuda e fauor para que aja effeito.

X. No Decreto primeiro da Acçaõ 4.ª se trata do Seminario dos Clerigos pera bom gouerno ecclesiastico desse Estado fundadõse no Consilio Tridentino: encomendonos muito que vos ynformeis muito particularmente, e me ayuseis do que vos parece.

XI. No Decreto 7.º da Acçaõ 5.ª em que se pede que vós mandeis pôr preço ás mercadorias que vem de Ma-

(a) As palavras que se seguem neste capitulo sãõ escriptas de outra letra, e visivelmente depois de concluida a Carta. Dõde se colhe que houve grande debate nos conselhos de Illey sobre esta materia.

laça, e doutras partes; como não seja materia do Conselho fareis nisto o que vos bem parecer, e que mais convem a bom governo desse estado.

XII. E no Decreto 8 da mesma Acção se me pede mande prouer nas muitas e graues yniusticas que os capitães das fortalezas e viagens fazem nessas partes em muyto desperuiço meu e dano do pouo; e que mande tirar disso devasa com muyta diligencia, e porque este particular he materya de ystiça que toca tanto a minha obrigaçã, vos encamendo muito que proujaes niso como entemdeys que conuem, e me aulseis que yniusticas são as que os ditos capitães das fortalezas e viagens fazem, e como vos parece que eu deuo niso mandar prouer.

XIII. No 2.^a Decreto da Acção 3 me pedem faça merce de mil cruzados pera ayuda da sustentaçã dos Sacerdotes que administração os sacramentos em algũas parrochias em que ha congregaçã de christãos, e não ha dizimos de que bastantemente se posã sustentar, os quaes hey por bem que por esta vez se dem dos rendimentos desse estado pera esse effeito, que mandareya entregar ao Arcebispo de Goa para ele os aplicar ou repartir pelos ministros das ditas parrochias que lhe parecer que mays conuem. Escrita em Lisboa a cinco de Março de M. D. Lxxxvij.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vosa Magestade ver.—2.^a via,
No sabrescripto.)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India, 2.^a via.

(Livro 3.^o fl. 275)

29.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. A materia da matricula dessas partes he hũa das cousas

de mayor ymportancia delas, como sabeis, e estaa de todos entendida sem ategora se lhe acabar, de dar o remedio de que ha tantos annos que se trata, e antes que deste reino partiseis pratiquei esta materia em conselho sendo vós presente, e a leuastes por ynstrucçaõ (sobre que taõbem depois vos esereuy) a que me respondestes, com a vinda das náos do anno de 86 que hieis tratando de reduzir a gente d'armas dessas partes em ordem de bandeiras, que he o que se apontaua por melhor remedio de todos, asy pera a aver prestes e certa pera meu seruiço, como pera se euitarem os grandes ynconvenientes da matricula em tanto perjuizo das conciencias de muitos, e em tanto dano de minha fazenda; e porque nas vias do anno passado me não escreueis sobre esta materia, vos encomendo muito que o façaes sempre, e espero que nas náos que haõ de vir este anno me auiseis de terdes feito nisto tudo o que vos mandey, que será hum dos particulares seruiços que me podeis fazer, e de que mais satisfação e contentamento receberey.

II. Per carta de Luis de Goes de Lacerda, Prouedor mór dos defuntos dessas partes, emendi as causas porque se não arrecadauã suas fazendas comforme a obrigaçaõ que ele tem de o fazer, de que yá vos terá dado conta, e nelas tereis prouido como convem a meu seruiço e bem dos erdeiros dos defuntos pera lhe virem suas fazendas a este reino, como sou emformado que nas náos do anno passado começaraõ a vir; e porque na mesma carta se queixa que correndo com a diligencia que lhe mandey fazer sobre a recadaçaõ da fazenda que ficou do Conde datouguia, fora ameaçado por esse respeito na ygreja de São Paulo onde estaua ouuindo missa, de que logo vos dera conta. vos emcomendo e mândo que me escreuaes o que nisto passa e prouestes, e como se procedeo contra os culpados, em que cumpre se faça o que o caso merece com a demonstraçaõ que ele pede.

III. Baltesar de Sousa Capitã da fortaleza de Cranganor se queixa que por aquela fortaleza estar mal provida de gente, munições, outras cousas necessarias pera

a defenſaõ dela, lhe naõ tem tante respeito os Reys vaeſinhos como atequi tiueraõ, e he reſaõ que ſeja : em que creo tereys prouido como conuem, e vos encomendo que aſi o façaes.

IV. O Biſpo de Cochim me emuiou dizer que ſe lhe naõ goardauaõ as prouiſoẽs que mandei paſſar pera lhe serem pagos ſeus ordenados e dos miniſtros daquelle Biſpado na renda do betre deſſa cidade de Goa, e que lhos mandauéis pagar nas rendas dalfandegua de Cochim; e poſto que me parece que pelo muyto rendimento que tem poderaõ ſer muito bem pagos, vos emcomendo que avendo algum ynconueniente pera deixarem de o ſer lhe façaes conprir as prouiſoẽs que tem, e trabalheis como ſejaõ taõ bem pagos de ſeus ordenados como volo tenho já mandado per minhas cartas e ynuſtruçoẽs que leuaſtes.

V. E porque ſou ymformado que quando o galeaõ da carreirã de Maluco vem daquelle fortaleza com orauo que ſe nela carregua, de que pertence a minha fazenda os terçoſ e choqeis, ſe tomaõ deſes a mayor parte na fortaleza de Anboino com occaſſiaõ de ſer neceſſareo o dito orauo pera prouimento dela, que ſe hẽde ao capitaõ e officiaes da dita fortaleza e do meſmo galeaõ por preçoſ muito baixos, em que minha fazenda recebe notauel perda, vos emcomendo que trabalheis quanto ea vós for por tirar eſte abuſo tanto contra meu ſeruiço, dando ordem como aquella fortaleza ſeja prouida a tempo conueniente pera que de todo ceſe eſta occaſſiaõ que procuraõ pera ſe aproneitarem deſte orauo, e venha todo a eſſa cidade de Goa, omde ſempre veio pera ſe nela recolherem os ditos terçoſ e choqeis que pertencem a minha fazenda.

VI. E porque averei por coſa muyto util a ela contrataremſe eſtes terçoſ e choqeis com os capitaõs prouidos das viagens de Maluco, como ſou ymformado que algũas veſſes ſe contrataraõ, com que ſe poderã atalhar as deſordens que atequi niſſo oue, vos emcomendo muito particularmente vos emformeis de poſſoas de experiencia neſtas viagens, e parecendouos que ſerã meu ſeruiço e proueito de minha fazenda fazeremſe os traç

contratos, os façoas, e me aviseis do modo em que nisso procederdes. Escrita em Lisboa a 6 de Março de 587.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—1.ª via.
(*No sobrescripto*)

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India. 4.ª via.
(Livro 3.º fl. 154)

30.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar. Sendo eu informado de algũas cousas desses estados em que conuinha a meu serviço que se promese por a muita importancia de que saõ, vos quiz avisar dellas por esta carta, porque ainda que tenho por muy certo de vossa prudencia, e da muita vigilancia e euidado com que procedeis em tudo o que toca a vossa obrigaçaõ, e ao bom gouerno e conseruaçaõ desse estado, que tereis provido nas mais dellas ou em todas como visseis que a necessidade dellas o pedia; naõ me pareceo que deuia deixar de vollar escreuer, pera que se tiuerdes já dado remedio nas que o requeriaõ, se vos acretece o gosto que com rezaõ deneis ter de terdes preuenidas todas as informaçoẽs que se me podiam dar, e se por falta de vollar naõ darem a vós, ou por outros impedimentos o naõ tiuerdes feito, pronejaes em tudo da melhor forma que vos for possivel, como confio de vós que o fareis sempre.

II. Primeiramente sou informado que todas as fortalezas do norte estaõ muy danificadas, e com muito pouca ou nenhũa vigia, e que isto procede do muito descuido e negligencia dos Capitaẽs dellas que attendem mais a seus tratos e mercadorias que ao que conueem a meu serviço, nem á conseruaçaõ da fortaleza de que tem dado monagem, e que com tiranjarem os mercadores que a elas vem, e vadarem que nenhũa pessoa trate nem na-

uegue suas mercadorias, senão nas suas mãos, ou depois de ellas carregadas, levando elles os fretes dobrados, se empobrecem meus vassallos, e as minhas alfandegas rendem menos, e as dos inimigos se vão acrescentando e enriquecendo por se passar a ellas. O trata, fugindo os mercadores mouros e gentios de vir aos meus portos por rezaõ das vexações e perdas que recebem dos capitães; e que isto mesmo passa em Malaca, e com muito mais deusssidão por estar mais longe de vos, onde o dano fica sendo mayor, porque tudo o que escorre de Malaca vay dar no Achem e em Pôr, que são inimigos tam prejudiciaes como sabeis.

III. E que de se prouerem as Capitánias de Bacaim e Damaõ com a madeira procede não se poderem fazer os navios de minhas armadas senão muito caros, e com mores difficuldades, comprandese a madeira aos capitães das ditas fortalezas a muito maiores preços do que poderiaõ valer, se elles não tivessem os tratos delas.

IV. E que conuinia muito a meu serviço ordenarse hũa armada de seis navios aventureiros como a ouue ja em outros tempos, de que resultaram muito boës effeitos, e que em Mangalor e Bracalor, e outros lugares vizinhos que dão arroz se ponha guarda de oytos navios, que inuernem no ditto Mangalor, pera que em Agosto sayão ao mar, e tomem a navegação aos cosseanos e Malauares, e que com isto podia ser a armada do Malauar de menos navios, porque auendo as ditas duas armadas ficaria ella sernindo somente de impedir a carga das naos de Mequa.

V. E que os Capitães mores das armadas que se mandão a Malaca o principal cuidado que tem he grauegar fretes pera a sua nao per meo do seu feitor. procurando com os mercadores que mandem nella sua fazenda, e que tanto que chegaõ a Malaca mandão buscar fazendas a Pôr nos navios da armada que tambem trazem de lá fretes até Malaca, onde estão curtos até a monção de se tornarem pera a India com fretes que seu feitor grangea; e quando isto não basta, defende o capitão mor que nenhuma nao tome carga ate a sua nao ser carregada; e que

com estas desordens se não segue ha annos fructo algum das armadas que se mandaõ a Malaca, podendo esperarse dellas muitos e bons effectos em acrecentamento daquella fortaleza e perda dos inimigos que tem tam vezinhos.

VI. E que por o commercio se ir passando dos meus portos aos dos inimigos pelas rezoões acima dittas tem crecido muito Dabul onde vão os mercadores estrangeiros que navegaõ com cartazes, e algũs cavallos de Ormuz; e que por ser este porto muy capaz e muy aparelhado pera colheita de inimigos estrangeiros se devia fazer nelle hum forte em hum morro que estaa sobre a barra da banda do sul com conraça até o rio, com que fique senhoreada a entrada delle.

VII. E que por se ter passado o tracto de Dio a Chaul, porque o Nizamuluco franqueou as entradas e saídas do mar a conta de acrecentar os direitos da terra, e que esta liberdade chamou altas fazendas, se devia isto remediar com se mandar que este commercio se torne a Dio como dantes soia ser, quando não se pudesse fazer alhagoga em Chaul, que seria o milhao de tudo.

VIII. E que por agora auer muitos fidalgos nessas partes que andaõ em meu serviço, e quererem os mancebos e pobres ter tanta casa e despesa como os velhos e ricos, com que se indiuidaõ e empenhaõ, e de que procedem desordens com que se impossibilitaõ pera meu serviço; vos encomendo muito que provejaes nisso em alguma forma conueniente pera se dar a isto remedio; e que o mesmo façaes em todas as cousas sobre que nesta vos escreuo. E posto que pudera apontarvos em algũas o que me parecia, tme por melhor deixar tudo em vossa prudencia, porque por as itaxentes entre mãos podeis bem ver o que se nellas deue e pode fazer. E do que em tudo vos parecer e tinierdes feito me avisareis particularmente per vossas cartas. Escrita em Madrid a treze dias do mes de Marco de mil quinhentos e oitenta e sete annos.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.º via.

(Livro 3.º fl. 180)

31.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuiro muito saudar. Antonio darauio de Carualho que o anno passado veio desas partes, e ora torna pera elas nas náos deste anno, me apresentou hûs apontamentos largos sobre a ylha e fortaleza de Ceilaõ, em que aponta a ordem em que lhe parece que será meu serviço fazer-se guerra ao Rayú, e yrse despondo esta materia de maneira que se posa conquistar aquella ylha; e lembra yuntamente que será de muita ynportancia fazerse hum forte na ponta de Gualle da mesma ylha pela virem demandar todas as náos que vem de Benguala e das mais partes do sul; os quaes apontamentos me pareceo meu serviço enviarnos com as vias pera que os veyaes e oucaes sobre eles ao dito Antonio darauyo, e depois de o verdes praticardes com pessoas de experiencia daquela fortaleza e com as mais que vos parecer se será bastante remedio o que diz das nyto fustas com os trezentos soldados, com que se afirma por-se fazer o effeito que aponta; e achando que se pode conseguir este yntento, dareis pera isso a ordem que vos parecer. E sobre o forte de que trata que se deue fazer na ponta de Gualle, taõbem vos enformareis, e do que achardes, e vos parecer mais meu serviço me avisareys. Escrita em Lisboa a xxj de Março de M. D. Lxxxvij.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey. Pera Vosa Magestade ver—4.ª via

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado
e seu Visorrey da Imdia. 4.ª via,

(Livro 2.º fl. 39)

32.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. He de tanto ymconueniente pera minha fazemda fazerem os Vysoreis desse estado merces em meu nome aos Capitães môres e Capitães das naaos que deste Reino vão pera essas partes assy do rendimento dele (avemdo tantas cousas e taõ ymportantes pera que he necessario) como em aluitres de que neste Reyno não ayaõ de pagar direitos, e vão em tanto crescimento, que me pareceo mandaruos escreuer que não hey por meu seruico que daqui em diante vós nem vossos sucesores façaes nhũas merces aos Capitães môres e Capitães das náos como atéqui se fizeraõ, porque quando eles chegarem a este Reyno eu mandarey conhecer das rezoões que cada hum tiuer quando as alegarem pera lhes mandar responder como ouuer por bem; pelo que vos emcomendo e mando que assi o cumpraes e goardeis inteiramente, e que façaes registrar esta minha carta no principio do liuro das merces, de que tem cargo o Secretario desse estado, e nos liuros dos contos dele pera os Visorrey e gouernadores que vos succederem saberem como o assy tenho mandado. Escrita em Lisboa a vinte e hum de Janeiro de mil quinhentos oitenta e oytó.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.º via.

(Livro 1.º fl. 9)

33.

Visorey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Recebi as vossas cartas de dezembro de 86 pelas naos Santhome e Nossa Senhora da Conceição que somente chegaram a este reyno da armada em que o mesmo anno foi por capitão mor Dom Jeronimo Coutinho, e por ellas entendi o estado em que ficavaõ as cousas das partes, nas quaes espero que tereis dado o remedio que mais compsties com a consideraçã, modo, e diligencia que a importancia delas requeria, e o tenho por certo de vossa prudencia, e do que tenho entendido do vosso bom procedimento.

II. Das armadas que os dous annos de 85 e 86 foraõ pera essas partes, sendo de cinco naos cadaũa, não chegaram a este reyno mais que duas em cada huma delle, e como a principal segurança desta viagem depois de Deos está em as naos partirem cedo de Cochim, que he cousa muito entendida e esperamentada, e aver muita pimenta feita de inverno para o poderem fazer, me pareceo por cima de vos não poder dizer nisto de noua cousa que vos não seja presente tanto pelo que tendes entendido de minhas instruções e cartas, como pelo que a experiencia vos tem mostrado, encomendavos que deis pera isso de vossa parte todo o bom aviamento como sou certo que fazeis, e tive contentamento do que destes ás náos da armada do mesmo Dom Jeronimo, e que assy o fazeis sempre, e mandeis que as naos venhaõ tam bem apercebidas como comuem pera se poderem defender dos cosairos que as cometerem; e porque não inporta menos á segurança da viagem das mesmas naos não virem sobre carregadas conforme ao Regimento que sobre ysso he feito, que taõ mal se cumpre, vos encomendo que muito de proposito trateis de o fazer ynteiramente goandar, porque ynda que isto, e o que toca á carga da pimenta pertença particularmente ao Veedor da fazenda de Cochim, todavia sendo estas cousas taõ principaes, ao meu Visorey pertencem mais

direitamente pera lhas eu encaminhar, e lhe dar o agradecimento, e ele me dar conta delas.

III. E quanto ao que me escrevesteis que hũa não de cartax do Samorim arribara na entrada do ynuerno do anno de 86 a fortaleza de Coulo com muita quantidade de pimenta e gengibre, e que as pessoas que hião nela receberão bom tratamento do Capitão daquela fortaleza, e do Veedor da fazenda Nicolao Patro Coshino, posto que tenho por bem feito mandardeslhes entregar as mercadorias que vinhão na mesma naao, e o bom modo que com a gente dela tinnão meus officiaes, pudessem escusar daselhe também a pimenta, que fora melhor por todas as vias recolherse pera a carregua das naaos, pois he de crer que a pimenta desta naao se auia de leuar ao estreito de Mequa, que he em tanto perjuizo da que vem a este Reyno, e de meu serviço, alem da reputação que nisso se perde; pelo que vos encamendo que em casos semelhantes se não faça mais entrega da pimenta que as taes naaos trouxerem, e se tome por perda, ynda que por alguns boos respeitoos se ayaão de entregar as outras mercadorias como se agora fez nesta não, porque pimenta sempre deve ficar escituaã.

IV Sobre a demanda que Ayres Falcaõ teue com Dõ Manoel da Sousa sobre querer antes entrar logo na fortaleza de Dio de que era prouido, que esperar a de Cofala, de que lhe tinha feito merce, vos mandey escrever o anno pasado o que auia por meu serviço que fizesses com Dom Manoel pelas razões que em vossas cartas me apontastes de não ter as partes que comuñha áquella fortaleza; e a ele também mandey escrever que se viesse pera este reyno, como creio que virá nas naaos que se esperão este anno; e que Ayres Falcaõ devia acabar de servir os tres annos por inteiro na mesma fortaleza de Dio pera não entrar na de Cofala; e porque antes de chegarem as naaos em que me escrevestes como ficaram servindo em Dio tinha yá tirado a patente de Cofala, lha mandareys pedir e a compereis; e tendo alguns registros nestas partes se otão nelas verbas como os se mandet por neste Reyno.

V. Per vossa carta soube como era falecido o Licenciado Paulo Affonso, que deste Reyno foi prouidô com o cargo de Ouvidor Geral do crime desas partes, e como prouestes nele o Doutor Duarte Delgado; e porque nas náos do anno passado vos mandey escrever como ayla por meu seruico que ele ficasse seruindo de Secretario desse estado por mandar licença ao Licenciado Joaõ de Faria pera se vir pera este reyno nas mesmas naaos, e vos nomeey os letrados que ayla por meu seruico que seruitem os officios donuidores do crime e ouel, e assy de Juiz dos feitos da Coroa e fazenda, como o tereys yá posto em efeito, escuso tornarulo a mandar referir nesta.

VI. Tive por bem feito o officio que fizestes com o Licenciado Francisco de Frias sobre se embarcar pera este reyno, e o modo com que procedestes nesta materia com ElRey de Cochim, que he cõforme ao que vos mandei escrever pelas vias do anno de 86; e a não em que sou emformado que se ele embarcou não chegou ynda a este reyno, e se entende que envernarya em Moçambique; mas sendo casso que tornasse á Yndia, ou que nela se não embarcasse o dito Francisco de Frias, e estê ynda nessas partes, o que creio não será, o fareis embarcar nestas naaos pelo moddo que tiestes na outra sua embarcação. E emcomendouos que no que tōca ao officio de Juiz dalfandegna de Cochim e mais cargos dela gardeis o que vos tenho mandado escrever o mesmo anno.

VII. Tive contentamento de saber com quanto cuidado folgaes de prouer as Ygreias desse estado de ornamentos e mais cousas neceareas por ser cousa tanto de minha obrigaçãõ, e de que comuem terse sempre muito particular lembrança, e assy vos emcomendo que a tenhaes daqui em diante, e que a recadaçãõ das rendas das terras de Bardes, de que o Arcebispo dessa Cidade e mestros das Ygreias dela haõ daver pagamento de seus ordenados, vá correndo como atégora correaõ sem niso se fazer nhũa mudança. E folgei de saber o bom tratamento que fizestes aos Sacerdotes que deste reyno foraõ o anno

de 86, como he rezaõ que o façaes sempre aos que procederem conforme a suas obrigações.

VIII. Tenho por de muito serniço de Deos e meu o modo em que se procedeo com o Arcebispo damgamale, quando veyo ao Sinoddo de Goa, e de hir enmendado em algũs abussos vsados naquela Cristandade da Serra, e assy de mamdardes acodir às afrontas que ElRey de Paru fez às Ygreias dela, e aos Padres da Companhia de Jesu, que naquelas partes residem, e vos emcomendo que trabalheis por se de todo queitar aquela Cristandade, e se pôr em efeito o Siminario damgamale pelo muyto fruito que espero que com ele se faça nesta Cristandade.

IX. E quanto aos presentes que se mandaõ a esse estado e se arrecadaõ pelos Padres da Companhia de Jessu, pelos quaes Fernão Teles de Menezes sendo governador lhes deu dous mil pardãos cada anno, e por se queixarem a min que valiaõ mais os ditos presentes que a dita contia, vos mandei escreuer nas naos de 86 que lhos fizeseis tornar pera eles os arrecadarem como dantes, e que naõ ounesem mais de minha fazenda os ditos dous mil pardãos; e ora me escreueis que lho tendes dito, de que se naõ mostraraõ contentes, tendosse queixado de ficarem enganados nos dous mil pardãos, pelo que vos mandey que se lhe tornassem os presentes; ey por bem que nesta materia se proceda conforme ao que vos tenho escrito o mesmo anno, e se naõ faça nela nhã outra mudança.

X. He de tanta ynportancia a esse estado aver nela muita cantidade de cobre da China, assy pera se poder correr com as fundiçoẽs da artelharia necesarea como pera se bater moeda na ribeira de Goa pera pagamento dos officiaes que nela trabalhaõ em minhas armadas, de que se segue tanto proveito de minha fazenda como te-reys entendido, que en todos os annos parados vos mandei escreuer que fizescis contratos deste cobre com pessoas que se obrigatem ao trazer, e trabalhaseis que os mercadores que viessem da China trouxessem tanta can-

tidade dele que bastasse pera pagamento dos direitos que deuessem em minhas alfandegas das fazendas que trouxerem daquelas partes pera tambem por esta vya se poder aver mais cobre, pelo que vos encomendo que trabalheis per todos os modos posiueis com que se traga todo o que puder ser, e por se efetuar o comtrato que me escreueis que fazeis com Antonio Caldeira que Janalurez Soares Veedor da fazenda e algũs Religiosos ympidiraõ pelas rezoẽs que apontaes em vosa carta, que naõ sã bastantes pera se deixar de fazer este contrato todos os annos. E quanto aos 12 quintaes de cobre que pedem os Padres da Companhia pera poderem trazer da China cada anno por tempo de dez annos forros de direyos, naõ hey por meu seruiço de lhes conceder, nem de dar des licença a nhũa pessoa que o possa laurar em moeda por sua conta na mesma ribeira nem fóra dela aynda que sejaõ Religiosos, pois me escreueis que sã tantas as necesidades desse estado a que minha fazenda naõ pode acodir, que sempre será mais comuenyente ter ela os proueitos desta moeda, que comcederensse às partes.

XI. E assy hei por escusado comceder aos ditos Padres da Companhia que andaõ na Serra antre os cristãos de Santhome o acrecentamento que pedem de seus ordenados, e que por ora se deuem contentar com os quinhentos cruzados que me escreueis que lhe déstes em meu nome; e ey por bem que tendo ao diante necessidade, os proueyaes no modo que deue ser, e como vos parecer mais meu seruiço.

XII. E quanto ao que os ditos Padres me requereraõ sobre lhes mandar pagar todas as merces e esmolas que nesse estado tem de minha fazenda nos lóros que pagã á mesma fazenda das aldeas e mayr propriedades que tem nessas partes, me pareceo meu seruiço naõ lhes mandar responder até naõ ver a deligencia que me escreueys que tendes mandada fazer pelo Juiz dos feitos sobre este particular. que espero me enuieys nas primeiras naos, pera com ela me resolver aisto como ouner por bem.

XIII. E posto que os annos passados vos escreui que teria contentamento de entregardes a superintendencia e administração do ospital de Goa aos Padres da Companhia de Jessu, vendo ora por vossa carta as rezoões que tiueraõ pera o não aceitarem, e o bom modo em que nele procedem o Prouedor e Irmãos da Misericórdia da mesma cidade, a que o tendes entregue: hey por bem que elles corraõ com administração do dito ospital, e vos emcomendo tenhaes sempre muito particular cuidado dele, pois he o principal remedio dos soldados pobres que adoecem nesses partes, e que trabalheis que as eleições dos Prouedores sejaõ em pessoas taes quaes comuem pera boa administração do mesmo ospital, e das maye obras que concorrem naquella casa da Misericórdia.

XIV. He de tanta ymportancia a fortaleza de Malacca pera a cõservação desse estado que sempre será necessario terse muita conta com ella, e despecial agora que El Rey de Jor se tem declarado por ymigo estando taõ vespinho e com tanto poder como me escreueis, e que se pode arrecear tanto ou mais que o Dacchem, e foi muito acertado mandardes áquella fortaleza Dom Antonio de Noronha com os trezentos e cincoenta soldados em dous galeões e quatro naaos pera se ajuntarem á mais armada que andaua naquellas partes; e espero que pelas náos deste anno me esereuaes que foi este socorro de tanto effeito que com rezaõ possa cuidar que não poderá este Rey de Jor leuar adiante os yntentos com que pretende ympedir a nauegação do estreito de Cincapura, e que não venhaõ áquella fortaleza as naaes e juncos com as drogas e mercadorias que a ella sempre vieraõ pagar seus direitos; e seu emformado que os obriga a yrem com estas mercadorias a hũa alfandegua que tem feita na fortaleza de Jor: pelo que vos emcomendo tenhaes muito particular cuidado de atalhar a ysto como a qualidade e a emportancia deste materia requere, trazendo sempre naquella fortaleza a armada necessaria pera poder reprimir assy este inimigo como ao Dacchem; e que man-

deis a ela o engenheiro Joaõ Bautista pera que vessite a fortificação que se está fazendo naquela fortaleza, e deixe ordenado o que ao diante nela se ouner de fazer, e me avisareys do estado em que a achar o dito Joaõ Bautista com relação e traça do que nesta fortaleza estiver feito e se ouner ymda de fazer.

XV. Foi bem feito mandardes a armada em que foi Antonio de Sousa Godinho por capitão mór a segurar o commercio que tem meus vasallos nas partes de Bengala e Pegú, e pera lançar delas as gualés do Dachem que me escreueys que o pretendem; e espero que nas náos deste anno me escreuaes o bom effeito que esta armada fez naquelas partes; e emcomendouos que se não tiuerdes ymda mandada a ElRey do Pegú a carta que lhe mandei escrever, o façaes logo continuando com sua amizade pelo muito que ymporta á conservação da fortaleza de Malaca, e á quietação desse estado ter este Rey por amigo.

XVI. Tive desprazer das diferenças que me escreueis que o Alferes mór tiuera com Nuno Velho Pereira depois de lhe entregar a posse da fortaleza de Moçambique de que foi capitão sobre materyas de retenções de fazendas e dinheiro, a que se não pode dar boa desculpa, e com pessoa a que ele foi soceder na capitania em que está. E posto que me escreueis que chegou o negocio a se pôr em justiça com escandolo e queixas do mesmo Nuno Velho sobre que se quizera vir pera este Reyno, e tinheis tomado nisso hum meio com que ficaua mais quieto, vos encomendo e mando que vos emformeis muy particularmente do modo em que este caso procedeo, e façaes fazer justiça a quem a tiver muy inteiramente, e me escreuaes o que sobre ele tiuerdes feito.

XVII. E foi muito acertado mandardes áquella fortaleza soldados e mantimentos, e preuenirdes o Alferes mór das nouas que tiuestes de yrem as gualés de Moça á costa de Melinde pera estar tão apercebido como comuem áquella fortaleza, e em especial sendo agora aquella

costa vyzitada de Turcos. E folgei de saber que Martin Afonso de Melo que me escreueys que mandastes a ela com huã armada leuou ordem pera saber o como estaua aquella fortaleza e se tinha algũa necessidade da mesma armada:

XVIII. No que toba a alfamdegua que vos parece que sera meu serviço fazerse em Chaul sobre que tambem me escreuestes nas náos do anno de 86, me foraõ apresentadas alguãs rezoẽs assy por parte daquela cidade como por enformaçoẽs que mandey tomar; pelo que me pareceo mandaruos escrever nas vias do anno passado que deixaua tudo a vosa prudencia pera que nesta materya fizeseis o que vises que mais comuinha ao serviço de Deos e meu, gardando justiça ás partes, porque semdonos tudo presente poderieis milhor ver o que se nisto deuia fazer; o que de nouo vos torno a encomendar, e á camara daquela cidade mando escrever a carta que vay com estas vyas pera lha dardes ou suspenderdes conforme a resoluçaõ que tomardes neste negocio.

XIX. Tiue contentamento de saber per vossas cartas o bom modo em que se procede nas fortificaçoẽs das fortalezas desse estado por ser cousa que tanto ymporta á reputaçã e comseruaçaõ delle, e vos encomendo que tenhaes taõ particular cuidado delas como a emportancia desta materya o pede. E as traças e relaçaõ que me escreueys que me emuiou o engenheiro mór com as vias do anno passado peja as mandar ver, me naõ foraõ dadas; pelo que deuem vir sempre as traças e relaçoẽs das fortalezas sobre que me escreuerdes com as mesmas cartas, e por tantas quantas forem as vias, pera vos mandar escrever o que ouuer por bem que se faça nas materyas delas; e assy as deussas que tirardes, por naõ virem neste anno alguãs que me escreuestes que mandastes tirar de algũs officiaes desse estado.

XX. He de tanta obrigaçaõ serem bem pagos os soldados que sã seruem nas armadas desse estado que sempre me avey por bem seruido de se lhe pagarem

seus soldos, e principalmente aos que continuão nas mesmas armadas e serviço; e títue contentamento de me escreuerdes que quando se recebem temdes cuidado de lhes mandar pagar hum quartel, e de os acomodardes pera poderem passar o ymuerno, o que será de muyto efeito pera se acharem e não faltarem no serviço; e vos encomendo que assy procedaes sempre com eles, e trabalheis polos yr yntroduzindo a bandeyras, como vello tenho mandado pelas Instruções que letuastes, e pelas cartas que vos mandey escreuer os annos passados.

XXI. Do cuidado e diligencia que tendes em procurar salitre pera enuiardes a este Reyno, como vello tenho mandado per minhas cartas e ynustruções, recebi muyto contentamento, e vos encomendo muyto encarecidamente que em todos os annos mandeys todo o que puder ser passando por todas as difficuldades que ouuer pela necessidade que dele ha pera minhas armadas; e nas duas náos Santhome e Comesiçãõ deste anno não veio nenhum; e a nao São Lourenço em que me escreueys que mandaeis algum salitre, não passou de Mopadique, como yá tereis sabido.

XXII. Sempre averey por meu serviço não consentirdes que desse estado venha nhũa pessoa por terra se não aquelas que vós enuiardes com cartas vossas, ou vyerem por via do capitão d'Ormuz, pelas razões que em vossas cartas me apontaes, e vos encomendo que assy procedaes daqui em diante nesta materya; e no cuidado com que presuraes ter espias nas partes de que comuem terdes avises como vello tenho tanto encomendado.

XXIII. E por que pelas vias do anno de 86 vos mandey escreuer o modo em que avya por serviço de Deus e meu que se procedesse nas materyas de consciencia, vos encomendo que assy o façaes cumprir, e nos casos que se nela tratarem em que mandava que assistisse o Arcebispo. Dõ Frei Vicente da Fomssequa, hey por bem que assy sempre o Arcebispo de Goa que agora ha e ao diante for, ou o Bispo de Cochim quando governar a porfama da Guoa.

XXIV. Foy muito acertado escreuerdes ao capitão de Ceilão sobre Dom Joaõ Rey daquela ylha, que está recolhido na fortaleza de Columbo, querer casar com hũa mulher natural da mesma ylha, pera que o deixasse fazer nisto o que lhe parecesse por obrigação de sua combiencia, que he conforme ao que vos mandey escrever nas naos d'armada de 86.

XXV. Escusaremse os fidalgos e soldados que andaõ nestas partes de me servir nas armadas e mais cousas de que os encarregas he materya de que muito me desaprouxe, e que requere darselhe o remedio que comuem, e castigaremse os que nisto forem desobedientes ao meu Visorrey; pelo que vos encomendo e mando que contra os que não quizerem servir nas armadas e mais cousas de que os encarregades procedaes como virdes que comuem até lhe tirardes as merces que tiverem de mym conforme a calidade dos casos de desobediencia pera não poderem usar delas sem especial e noua merces minha, de que mandei passar a prauisaõ que vay nestas vyas, que mandareis publicar nessa cidade de Goa, e nas mais fortalezas desse estado pera a todos ser notorio como assy o ey por meu serviço.

XXVI. E posto que por minhas prouisoões e regimentos tenho mandado que nhum fidalgo nem soldado que me servir nestas partes se não venha pera este Reyno sem licenca minha ou do meu Vysorrey, por ter por emformação que em todos os annos se vem muytos sem licenca, vos encomendo e mando não consentaes que se embarque pera este Reyno nhua pessoa sem ella, por que vindo sem licenca se não hade tratar de seu despacho, posto que tenha serviço, e os ey de tornar a mandar servir a estas partes sem elle; e particularmente a não dareys aos fidalgos de que por suas calidades e experiencia se puder presumir que podem estar nomeados nas successões, os quaes se não poderão embarcar pera este Reyno sem especial licenca minha.

XXVII. E quanto ao que me escreueys sobre consistir principalmente o poder, credito, reputaõ, e conser-

nação desse estado nas armadas e continuação de audarem no mar pelas rezoês que apontaes, me parece bem o discurso que nesta materya fazeis, mas como nesas partes ha tantas cousas a que acodir, sempre será necessario tratar-se primeiramente de comseruar o ganhado que de procurar nouas ympezas atento que a guerra ofensiuua tem muytos yncomuenientes, como se uio na armada em que mandastes por capitão mór Ruy Gonçaluez da Camara ao Estreito, que alem de não ter os bons efeitos e socesos que se esperauão, não seruió mays esta tão grande e ymfrutuosa despesa que de espertar os Turcos, e perderemse tantos fidalgos e soldados com tão pouca aduertencia na ylha de Quelu, com tanto discredito desse estado; e se esta armada se empregãra na ympeza de Ceilaõ ou da fortaleza de Yor, podera ser que os tiuera: pelo que vos encomendo e mando que não emprendaes estas armadas senão em cousas forçadas, ou quando volo eu mandar, tendo cuidado de me auisardes das que vos parecer que será meu seruiço fazeremse, e as causas que pera isso ouuer com as considerações e discursos que nelas fizerdes.

XXVIII. Tenho por acertado não aver mays contos nesse estado que Cranganor, Damaõ, e Panane pelas rezoês que em vosas cartas apontaes, e hey por bem que não aja outros; e que destessamente se vsse.

XXIX. Nas vias do anno passado vos mandey escrever que por ser de pouco efeito e muyta despesa yrem os Visorreyes desse estado visitar as fortalezas do norte se denia escusar, e folguei de me escreuerdes este anno como volo assy parece, que aprouo, e de nouo vos torno a encomendar que se escuse esta despesa, pois ha tantas cousas nesas partes a que he necessario acodirse e para que se dene poupar o rendimento delas. Escrita em Lisboa a xxj de Yaneiro de M. D. Lxxxviii.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera V. Magestade vossa—2.^a via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado,
e seu Visorrey da Imdia. 2.º via.

(Livro 3.º fl. 255)

34.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Os vereadores e mais officiaes da Camara da Cidade de Goa se me enuiaraõ queixar que os xarafins de prata que os Visorreys passados mandaraõ laurar na moeda da mesma cidade, e correm nela por cinco tangas cada hum naõ tendo mais de prata que tres e mea, e hum e mea de ligna, que era em notavel dano dos moradores daquela cidade por ser occasiaõ de os mercadores gentios deixarem de trazer mercadorias a ella, e traserem antes a moeda que corre antre elles por na sarrafagem dela ganharem a corenta e a cincoenta por cento, pela qual causa estaua aquele pomo desbaratado e minhas alfandegas com pouco rendimento, pelo que vos emcomendo que pratiqueis esta materia com letrados e pessoas que a bem entendaõ, e asentando com elles que estes xarafins denem valer somente o que tem de prata, o deis logo á execuçaõ naõ consentindo que se laurem mais com ligna sem ella, e naõ vos concordando nisto me avisareis pera mandar prouer neste caso como vir que he meu aerniço e bem de meus vasallos, como volo ja mandei escreuer nas vias do anno de 85 de que naõ tñue reposte vosa, e folgarei de saber o que nisto entaõ fizestes ou deixastes de fazer, e as causas que pera isso ouue.

II. Taõbem se queixaõ de aver nessas partes muita gente da naçaõ, que he occasiaõ de se aleuantarem os preços das drogas e mercadorias dalas, pedindome que a mande vir pera este Reino, e porque sobre esta materia vos tenho mandado escreuer pelas vias dos annos passados, vos emcomendo que deis á execuçaõ o que por ellas vos te-

nho mandado, fazendo embarcar todas as pessoas da nação que forem deste Reyno sem minha licença, e asy os que nessas partes forem perjudiciaes ao meu seruiço, e bem da repubrica, e não sey o que nesta materia tendes feito pois me não escreueis sobre ella sendo da ymportancia que sabeis.

III. Saõ-me feitas muitas queixas dos capitaes das fortalezas desse estado tomarem pera sy todas as mercadorias que a elas vão, e não poderem meus vassallos que nessas partes me seruem terem nenhũa cousa delas senão por mão dos feitores dos mesmos capitaes, que he semjustiça muito grande, e a que deuo mandar dar o remedio necessario; e posto que nas vias dos annos passados vos tenho mandado que façaes fazer justiça ás pessoas a que os capitaes fazem agrauos e ympedem seus tratos, e por respeito de seus interesses fazem particulares a sy os commercios das fortalezas dese estado, não se podendo aproueytar deles os moradores delas que as ajudão a defender, volo torne de noue a encomendar, e que nas residencias que se tomarem aos capitaes se pergunte particularmente por este caso, e achandose comprehendidos nele, mandareis proceder contra eles como for justiça; e no liuro do Regimento da Relação fareis quando fordes a ella registrar perante vos este capitulo, e assinareis o registro dele, pera que se saiba em todo o tempo como asy o tenho mandado.

IV. E porque sou enformado que nesse estado ha muitos abusos e gastos excessiuos nos fidalgos e soldados que nele me seruem asy nos trajos de suas pessoas como nos homens de pé e pagens que de pouco tempo a esta parte costumão trazer consigo, que he occasião de fazerem grandes gastos e se yndividarem, e de pedirem aos Visorreis merces pera elles; pelo que vos encomendo e mando que trateis de dardes remedio a estas sobexições, e que entendão os fidalgos e soldados que nessas partes me seruem que se se não moderarem e restringirem nos gastos sobejos de que vão, que fize não aueis de fazer nhũa merce em meu nome; e asy vos mando en-

presamente que lha não faças, e taõbem entendaõ de vós que quando me pedirem despacho por seus serviços, e alegarem terem neles gastado muito, ey de mandar particularmente tomar enformação e ymquerir se foraõ culpados neste caso cujo remedio tenho por taõ ymportante que não sey se aynda com o que sobre yssõ vos digo neste capitello volle acabo de declarar como quizesa.

V. Os Procuradores dos Mesteres da cidade de Cochim me pediraõ por sua carta lhe mandasse guardar seus privilegios, e dar ordem á fortificação daquella cidade, e boa preuisaõ nos mantimentos que a ella vem, e sobre a confirmação de hum aluará de privilegio concedido aos macanicos daquela cidade, e lhe mando responder que acudaõ a vós; encomendouos que os ouçaes e lhe faças justiça e rezaõ nas cousas em que conforme a ella vos poderdes resolver; e sobre as outras me escrevereis o que achardes com vosso parecer.

VI. Tive descontentamento de saber que os capitaes da fortaleza de Mallaqa fazem muitas avexações aos meus vassallos desse estado, e principalmente aos moradores da cidade de Cochim que a ella vaõ com suas mercadorias, não lhas deixando vender nem comprar as que vem áquella fortaleza, e tomandolhas per seus feitores em taes preços e de tal maneira que ficão gozando os proveitos de suas fazendas; e posto que em geral vos tenho encomendado que não consistaes fazeremae semjustiças a meus vassallos pelos capitaes das fortalezas desse estado, volo torno a encomendar de novo, e que particularmente o procureis naquella fortaleza, pera que não venha mais esta queixa a mim, pois taõbem resulta desta desordem e semjustiça aver muitas quebras no rendimento de minhas alfandegas..

VII. Dom Jorge de Menezes Alferez me me escreveo que pela nova que tinestes de yrem os Turcos a costa de Malinde, tanto que chegara a Mocambique ordenára hum baluarte no yllhao da Santo Antonio com que ficava ympedindo a desembarcação que tem aquella ylha pela outra parte da fortaleza onde se enuma o Burgo, e

com que a mesma ylha ficaua agora segura dos arrebates que atégora tiueraõ os moradores dela de poder ser cometida por aquella parte ; e que dera a capitania daquelle baluarte a Pero de Sousa Camelo casado e morador naquella fortaleza, pedindome que lhe quisesse fazer dela merce em sua vida ; e antes de lhe aprouar este baluarte que diz que ficaua fazendo, nem lhe defferir ao particular da capitania que dele me pede pera Pero de Sousa, me pareceo deuer ter primeiro vossa enformaçaõ; pelo que vos encomendo vos enformeis se he de tanto efeito este baluarte como parece ao Alferes mór, e se será meu seruiço acabarse e terse nelle capitaõ e gente necessaria pera sua defenzaõ, e avendo de ser, se tem Pero de Sousa as partes que conuem pera lhe fazer merce da capitania dele, de que me aviesareis.

VIII. E azy sou enformado que no Rio de Cuama ficarão dous fortes ou feitorias do tempo em que Francisco Barreto andou na conquista das minas de Manamotapa, nas quaes se prouem alguãs pessoas, e porque será meu seruiço entenderse o de que seruem estas feitorias, e se se deuem de perpetuar ou não, porque se não yntroduza cousa que depois se aya de deixar, vos encomendo que vos enformeis disto, e me escreuaes tudo muyto particularmente com vosso parecer.

IX. E porque sou enformado que as occasiões de que nacam não terem bons sucesos minhas armadas nessas partes e principalmente as do anno de 86 são prouerense os nanios dellas de capitaes moços chegados de nouo deste Reino sem nhũa experienciã nem pratica da ordem militar, e não terem obediencia aos seus capitaes móres, e os soldados a não terem taõbem a seus capitaes, e correrem os fidalgos que me seruem nesse estado com taõ excessiuos gastos que empregão nisto todas as merces que lhe fazeis em meu nome, e o mais que podem aver, de que vem faltarem aos soldados o fauor e abrigo que nas taes pessoas se costumaua achar nos tempos passados, por cujo respeito se tiraõ de meu seruiço e se espalhaõ por Bengala, Pegú, e outras partes onde não fazem ahi a Deus,

vos encomendo que em todas estas cousas deis o remedio que ellas pedem e he necessario pera se conseguirem em minhas armadas taõ bons effeitos como per todas as vias se deve procurar, e sobre tudo deveis ter muita aduertencia em atalhades os muitos ynsultos e mortes á treição que sou enformado que ha nesse estado, e principalmente na cidade de Goa (onde não ouuera aver nhũas) causadas por faltar o castigo que por ellas se devia dar com tanto rigor como estes cassos o merecem e pedem, e não perdoes que facilmente haõ dos meus Vissorreys tanto contra o serviço de Deos e meu; pelo que vos encomendo que em todas estas cousas tenhaes a consideração que connem e he tanto de vossa obrigação pera se castigarem e emendarem todas estas desordens e semjustiças, porque se não podem esperar bons sucessos darmadas onde se embarcãõ omecidas e malfeitos perdoados de cassos em que avia daver exemplares castigos, que Deos tem cuidado de dar quando na terra se não cumpre com esta obrigação taõ deuida.

X. He taõ necessario não se deixar perder nhũ rendimento desse estado pera se poder acudir ás necessidades delle, que posto que os annos passados vos tenha mandado escrever que deseis ordein como se arrecadasem os terços do crano que vem de Maluço á fortaleza de Maluça por pertencerem a minha fazenda, e se paguem sempre nela (o que de algũs annos a esta parte se deixa de fazer) e sou enformado que se aproneitaõ delles os capitães e Veedores da fazenda daquelas partes, me pareceo meu serviço tornaruolo de novo a encomendar pera os fazerdes pôr em arrecadação, e porque nas embarcações dos Jãos e doutras pessoas estrangeiras que vem ter aquella fortaleza com mantimentos vem muito crano de que taõbem pertence o terço a minha fazenda, que arrecadandosse delles poderia ser occasião de se escandalisarem e não tornarem mais a ella com os mantimentos de que tanta necessidade tem, fareys dar ordem como nos prezos em que se avaliarem as drogas que trouxe-

rem se fique cobrando parte da vallia dos terços que eraõ obrigados pagar.

XI. A cidade de Cananor me mandou apresentar por sua carta as necessidades da fortificação daquella fortaleza por estar aberta por muitas partes, e asy a falta que tem de gente e moniçoës e mais cousas necesarias para a defensão della; e posto que nas vias dos annos passados vos tenha encomendado que mandeis reparar esta fortaleza pela enformação que tinue de estar muito dinificada, vola torno de nouo a encomendar, e que tenhaes particular cuidado de lhe mandar acodir e prouer no que virdes que conuem para segurança della.

XII. ElRey das Ylhas se queixa per huã carta que me escreueo dos moradores da cidade de Cochim lhe não terem o respeito deuido, e porque sou emformado que procede com alguãs mocidades e ynquietaçõs, que será per ventura occasiã de não terem com elle a conta que he rezaõ, vos encomendo que nisto mandeys dar o remedio necessario de tal maneira que se não possa aquiescer, e o advirtaes das mocidades que tiner para proceder em tudo conforme a sua obrigação. E sobre suas pretençoës lhe mandey escrever o anno passado e este que volas apresente para com vossa enformação e parecer lhe mandar responder a ellas como ouuer por meu seruiço.

XIII. Dom. Felipe principe de Candia me escreueo pelas naos do anno passado sobre o que pretende asy em o mandar pôr naquello Reyno com gente e armada necesaria, como de huãs duas ylhas junto a Manar que pede; em tudo o remeto a vos para no que toca as ylhas vos enformardes da valia e rendimento delas, e de quem as pusue, e me avisardes com a enformação que delas tuerdes e vosso parecer e quanto a licença que me pede para vir a este Reyno não ex. por meu seruiço conceder-lha, nem vos consentireis que venha, como vollo, já mandey escreuer pelas naos do anno passado que o fizeis asy com elle como com as pessoas desta cidade.

XIV. Alguãs cidades e fidalgos dessas partes me escreuerão o anno passado que não tiveram resposta de suas

cartas, de que me espantey porque a todos mando responder quando me escreuem, e mandando agora fazer nisso dilligencia se achou ysto no registo das cartas que qua fica: e porque todas as cartas vaõ nas vias deregidas ao meu Visorrey como sempre se costumou e he rezaõ que seia, pera depois de elle ver as que lhe escreuo mandar dar as mais ás pessoas pera quem vaõ, me pareceo mandaruos avissar do que nisto passa pera dardes tal ordem no dar das ditas cartas que vos possaes certificar disso e escreuerdesme de como se deraõ. Escrita em Lisboa a xxbiiijº de Janeiro de mil belxxxviiij.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—1.ª via.
(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—3.ª via. (sic)

(Livro 3.º fl. 308—2.ª via Livro/dito fl. 312)

35.

Carta d'ElRey ao VisoRey de 5 de Fevereiro de 1588, escrita em Lisboa.

Está toda corrupta e desfeita pela tinta.

Do extracto geral, que traz na frente da Carta, combinado com alguns extractos á margem dos Capítulos vê-se que continha o seguinte:

Capitulo I. Sobre as nouas da Persia.

Capitulo II. Sobre o Raju, e conquista de Ceilaõ.

Capitulo III. Sobre o que pede ElRey de Ceilaõ para João Correa, Tome de Sousa, d'Arronches, e informação para se enuiar ao Reino, e para o dito Rey de Ceilaõ.

Capitulo IV. Sobre o que João Correa diz que tem gastado na fortaleza de Ceilaõ, e pagamento disso, e que lhe veja as obras para se escrever ao Reino, e prouimen-

to da dita fortaleza, e os salarios dobrados de que se queixaõ os moradores, e viagem que pedem pera a China, tudo com enformação para o Reino.

Capitulo V. Sobre o cobre da China, e licenças pera bater moeda, e enformação de tudo pera o Reino.

Capitulo VI. Sobre o Governador Manoel de Sousa. (a)

Capitulo VII. Sobre Santopá, e outros gentios; enformação pera o Reino, e pera se chamarem.

Capitulo VIII. Sobre o provimento de Caranganor, e mais fortalezas.

Capitulo IX. Sobre a Camára de Goa, e homem que que-rem mandar ao Reyno.

Capitulo X. Sobre o hum por cento de Goa, e que se mande enformação ao Reino do estado da fortificação.

Capitulo XI. Sobre a Casa nova dos Padres da Companhia.

Capitulo XII. Sobre ElRey de Ormuz, guazil &c.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.^a via.

(Livro 3.^o fl. 267)

36.

Eu ElRey faço saber a vós meu Viso Rey e Gouvernador das partes da India que ora sois e ao diante fordes.....meu serviço que me a isso mouem; ey por bem e mando que daqui em diante os capitães, mercadores, e quaesquer outras pessoas que

(a) Assim diz no extracto geral que precede a carta, e á margem do capitulo diz=*Encomenda ao Senhor Governador*=

Sendo porem a carta da data que lhe assignamos, que ainda está perfeitamente legivel, e sendo dirigida ao VisoRey D. Duarte de Meneses, não faça duvida chamar-se no extracto Governador a Manoel de Sousa Coutinho, que succedeo a Dom Duarte em Maio deste anno, porque era de feito Governador quando a carta foi recebida.

trouxerem ou mandarem trazer por sua conta fazendas da China sejaõ obrigados a trazer tanta cantidade de cobre quanta bastar pera poderem pagar em minhas alfandegas no mesmo cobre todos os direitos que nelas deue-rem das ditas fazendas, e assy mando aos meus officiaes a que o conhecimento pertencer que os ditos direitos se naõ recbaõ nas ditas alfandegas senam no dito cobre, o qual se carregará em receita ao thesoureiro da cidade de Goa pera se laurar em moeda na ribeja della no modo e maneira que se sempre fez, tomando-se por uosso mandado a parte que delle for necessarea pera as fundiçoẽs da artelharia: e o dinheiro que se fizer no cobre que se laurar se carregará outrosy em receita ao dito thesoureiro conforme ao que responder cada quintal feito em moeda. E outrosi ey por bem e uos mando que nam deis licença a nenhuã pessoa de qualquer qualidade e condiçaõ que seja pera que possa laurar nessas partes moeda de cobre nem de calaim, e que toda a que se laurar seja per conta de minha fazenda. E tendo algũas pessoas licenças minhas ou uossas pera poderem laurar algum cobre seu em moeda, suspendereis o effeito das ditas licenças atee me anisardes disso conforme ao que uereis per minhas cartas, e eu mandar o que ouuer por bem que se faça sobre as taes licenças. Noteficonolo assi e uos mando que na forma que se neste contem o façaes cumprir e goardar inteiramente, o quoa se registará na casa dos contos dessas partes, e nos lintos das alfandeguas dessa Cidade e Cochim, e se publicará nos luguares publicos dellas e fixará o treslado delle autentico nas portas das ditas alfandegas pera a todos ser nõtorio. E ey por bem que valha como se fosse carta passada pela Chancellaria sem embargo do segundo Livro titulo vinte que o contrario dispoẽ. Jeronimo de Barros o fez em Lisboa a... de feureiro de mil e quinhentos oitenta e oito. Diogo Velho o fez escrener.

REY.

Miguel de Moura.

Sobre o cobre. Pera V. M. ver.

4.ª via.

(Livro 1.º fl 12)

37.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Em outra carta vos escrevo que parecendo a todos os aos mais fidalgos, a que o communicades em conselho, que a fortaleza de Panane se não deve largar, que suspendaes a fabrica da obra della, e me aniseis emuiandome os pareceres dos ditos fidalgos assignados por elles por vias. E porque poderia ser de inconueniente não se ordenar que o que estiuier já feito na dita obra da fortaleza esté defensauei. vos quis escrever por esta que em caso que any pareça que a dita fortaleza se não deve largar, mandeis correr com o reparo de faxina que for necessario pera ficar com defensa sem se lhe fazer nenhuã obra de pedra e cal, até eu vos escrever o que niso houver por mais meu seruiço. Escrita em Madrid a 22 de febreiro de 588.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.ª via

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e VisoRey da India.

(Livro 2.º fl 43)

38.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuiio muito saudar. Pelas vyas do anno passado entemderyeis a minha resolução sobre a empreza do Dacheu, e vos mandar este anno o que de qua fosse necessario pera se ela conseguir, e ynda que não ouuera esta tão ymportante materya bastaua o estado em que me apresentaes que estão as mayr cousas dessas partes pera as mandar logo prouer com mayr gente, náos, e moniçoas das que custumaõ yr cada ano,

mas a armada com que o anno passado foy ás Ilhas o Marquez de Santa Cruz, que Deos perdoe, por geral dela, e a outra mór armada que se fica acabaõdo da aperceber pera que saõ yuntos grande numero de nauyos de todas as sortes e tanta gente, moniçoẽs, e petrechos de guerra como sabereys com a chegada destas náos, consumem tanto em sy tudo, que não foi por nhum çasso possível (posto que nisso muyto se trabalhou) yrem mais que as cinco náos desta armada, e nem pera Malaca ou ue não que se podesse aperceber, mas o que agora não pode ser será querendo nosso Senhor como derem pera yssso, lugar as cousas de cá que saõ de tanto seu seruiço, taõ uniuersaes, e de taõ grande ymportancia a Cristandade, e ao bem geral e particular de todos meus Reynos e senhorios que foi necessario e forçado darlhes por agora a precedencia, posto que as desas partes me sejaõ taõ presentes que as anteponho a muytas outras como he rezaõ que seja e o eu desejo pelas muitas que pera yssso ha. E porque podereis ter feito alguãs preuençoens pelo que vos tenho mandado escrever nas vyas do anno passado sobre esta materya do Dacheim, ficaraõ seruiudo pera as cousas que estaõ mouidas nesse estado acodindo primeiro ás que tiuerem mais necessidade e podem correr perigo na tardança, como saõ as da costa de Melinde, e del Rey de Yor, e Ceilaõ, sobre que vos escreuo por outras cartas, e pera estas taes necessidades e taõ presentes mandey que se vos emuiasem nestas naos cem mil cruzados em dinheiro tomados a cambio por se não podereis porora aver dontra maneyra, e ynda que a este proposito vos pudera tratar larguamente de que tenho entemido das rendas dessas partes, e que poudosse em boa arrecadaçaõ e não se fazendo dola despesas escusadas se poderya suprir tudo melhor do que com estas desordens he possível fazeirse, nem estas rezoẽs quis que por ora ympedissem mandarseuos este dinheiro, de que tambem qua ha grande necessidade, mas yuntamente vos emcarrego e mando expresamente por esta carta particular que por nhum çasso que seja se distorde nada cousa alguma deste dinheiro fora d'elles taõ ve-

gentes necessidades pera que o mando, e assy o goar-
dareis e comprireis precisamente e me escrevereys par-
ticularmente o que nisso fizerdes emnyandome com vos-
sas cartas hũa folha bem declarada das cousas a que apli-
caes este dinheiro e quanto a cada huã e porque modo.
Escrita em Lisboa a xxiiij de feunereiro de M. D. Lxxxviiij.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.

2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu conselho do Estado,
e seu VisoRey da India—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 239)

39.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar.
Por ElRey de Cochim se queixar de lhe não ser gourdado o primeiro contrato que fez sobre o asento da alfandega daquela cidade com o Conde Dom Francisco Mascarenhas lhe mandei escrener o que vereys pela copia da carta que yrá nas vyas deste anno, e porque faz estas queixas com palauras yndecentes, e se entende do seu procedimento que tudo resulta em artificio pera suas pretenções, vos mando que deis ordem como este Rey não proceda em seus requerimentos nesta forma, e o mandeis assy sinificar a Bento Ferreira seu secretario (a quem já deveis ter dado o despacho que pera ele vos mandey) pera que entenda ElRey que se se desuiar do que cumpre a meu seruico e quietação desse estado nas materias que com elle tratardes, mandarey entender no remedio delas como for meu seruico; e eu escreuo a ElRey de Cochim o que vereis pela copia da dita carta pera ele antes de lha emviardes pera estardes de tudo advertido e saberdes como com ele aveis de proceder.

II. E sobre aver de prouer por hũa só vez o officio de

Juiz dalfandega em que tinha apresentado o Licenciado Francisco de Frias conforme a hum capitulo do asento que com ele e os moradores daquela cidade fizestes, e se queixá que lhe não he goardado e que se prouia por vós este carregio; posto que pelas vyas do anno passado vos mandey escrever que não se prouesse em vida senão de tres em tres annos, tendo agora todanya respeito ao dito Rey por condiçã do mesmo asento poder apresentar nele por huã vez somente em uida o dito Francisco de Frias como vy pelo treslado do asento que me emuiastes, e eu mandar vyr pera este Reyno o dito Francisco de Frias, lhe mandey agora escrever pela dita carta de que vos vay a copya como hey por bem que em lugar do dito Francisco de Frias possa apresentar outra pessoa das partes necesareas pera o seruir sendo a meu contentamento; pelo que vos encomendo que apresentando ele pessoa em que caiba este carregio e não aya yncomueniente que o ynpida, o deixeis servir e me aviseis disso pera mandar o que ouner por meu seruiço.

III. E porque por huã carta vossa que veio nas náos do anno passado entemdy que tratava este Rey de ympedir averse pimenta pera a carregua das náos, e presumieis que tinha elle nesta materya alguãs ynteligençias secretas com os Reys de Coulaõ, de que me taõbem avissou o Capitaõ daquela fortaleza (como vos yá tenho mandado escrever por outra carta) vos encomendo que nesta materya que he da consideraçaõ que vedes, procedaes de tal maneira que dandolhe o remedio que ella pede trateis da comcernaçaõ damizade deste Rey como fazeis, entendendo elle porem de vós quanto desprazer receby em ele correr com cautelas e royns modos nas cousas de meu seruiço, e trabalheis por saber se alguãs pessoas moradores daquela cidade o aconselhaõ neste seu procedimento e o desnyaõ de meu seruiço, de que me avisareys, não deixaõdo, em quanto eu nisto não mandar prouer, de fazer de vossa parte assy nas promeçaõs com ElRey de Cochim como no castigo dos

culpados (pelo modo que deve ser) o que vides que mais conuem ao bem de tudo.

IV. Os annos passados vos mandey aduertir nas vias sobre as cartas de encomenda (que mandaua dar a alguãs pessoas que mas pedia) de como era minha temção procederdes no effeito delas dando favor ou negando conforme ao que achaseis que as mesmas pessoas mereciaõ, e o mesmo vos torno agora a encomendar pera que assy o façaes como volo tenho escrito. Escrita em Lisboa a 26 de feuerreiro de. 583.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.ª via.
(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 225.)

40.

VisoRey amigo. Eu ElRey nos ennio muito sandar. Sou enformado que todo o dinheiro e fazenda das condemnações do fisco, que pertencem a minha fazenda se daõ pellos Visoreis desse Estado aos genrros e parentes dos condenados, e outras pessoas contra forma de hũa prouisaõ que está na Casa do Santo officio, sendo alem disso materia de escandalo e mão exemplo, de que receby muito desprazer: pello que nos encomendo e mando que inteiramente se guarde a dita prouisaõ e se não faça merce em meu nome de dinheiro e fazenda destas condemnações, e se despenda nas necessidades desse Estado, pois são tantas como me escreueis, e para que se deue procurar remedio por todas as vias e modos possiveis, quanto mais tirarlhe as ajudas que para isso ha.

II. Tambem sou informado que as Aldeas e outras terras de Bacia e Damaõ, e Mangonias desse Estado

se aforaõ pelos Visoreis e Governadores delle a fidalgos e outras pessoas em menos preços do que dantes andavam, e muitas destas propriedades em fateosim, contra forma de meus Regimentos, e do que deue ser, e em muito dano de minha fazenda, deueosse procurar o acrecentamento do rendimento dela, e porque esta desordem vay en tanto crescimento, vos encomendo e mando que trateis muito de proposito que as rendas destas Aldeas se acrecentem quando se innouarem, e per nenhum caso se dem enfateosim senaõ em vidas, de huã ou duas, até tres quando muito, sem per nenhum caso serem maes, pois he o remedio que se pode dar as pessoas que ennelhecem em meu seruiço nessas partes; e que por hum desembargador dessa Relaçã mandeis ver como estaõ dadas estas Aldeas, terras, e mandouins, e outras quaesquer propriedades que pertenceõ a minha fazenda, e por que prouisoões as possuem, e que de tudo faça autos muito declarados, que me enuiareis per vias com o traslado das ditas prouisoões e informaçã plenaria de tudo.

III. E porque he de muita consideraçaõ terse muita aduertencia no modo e pessoas com que se contractaõ as rendas de minhas alfandegas e outras desse Estado, vos encomendo que naõ consintaes que se dem a pessoas de que se naõ tenha muita segurança e satisfaçaõ, e se contractem e arrendem com aquellas em que maes certo e seguro estiuero pagamento delas, posto que sejaõ gentios, que sou informado que fazem bons pagamentos das que lhe saõ arrematadas, e as tomã sempre com crescimento pera minha fazenda; e isto naõ parecendo que he contra o direito canonico arrendarensse as taes rendas aos gentios, sobre que consultareis os letrados que nos parecer, e mandareis por em arrecadaçaõ o que de todas estas rendas se deuer, e em especial o muito que sou informado que deue hum Pero Soares do contracto que com elle foy feito da Alfandega de Diu pelo Licenciado Henrique da Silva, Ouidor geral que foy dessas partes.

IV. Pelas vias dos annos passados vos tenho mandado escrever que dela remedio a se naõ consumir tanta

quantidade de artelharia como se tem perdida nesse Estado nas náos e navios dos capitaães das fortalezas delle, em que mandaõ fazer suas fazendas, pois he cousa de que tanto casso se deue fazer, e taõ necessaria pera a defenção do mesmo Estado; e ora sou informado que naõ taõ somente se naõ dá a isto remedeo denendose tanto procurar, mas que em lugar de obrigarem as pessoas que deuem esta artelharia que entreguem outra tanta feita na casa da fundição de Goa como a que tem perdida, para que naõ haja a falta que della ha nesse Estado, se lhe faz quita e mercê della em meu nome, que naõ posso crer que seja, sendo o casso de tanto espanto pera eu delle ter muito desprazer; pello que nos mando que daquy em diante se naõ quite nenhũa artelharia, e façaes obrigar aos capitaães e pessoas que a estinerem deuendo a minha fazenda que a tornem com effeito, porque me hauerey per deseruido de todo o descuido que nesta materia houuer, e alem disto procedereis no casso com o castigo que elle requere, conforme ao que vos tenho escrito.

V. Naõ posso deixar de vos estranhar muito em tempo que me escreueis que fica esse Estado com tantas necessidades, e me pedis se vos enuie deste Reino dinheiro pera ellas, excederdes tanto o limite das merces de dinheiro que de doze mil cruzados que por meu regimento nellas podeis somente despende, vy pelo caderno que veo nas náos do anno passado que despendestes no anno de 86 maes de cento e cincoenta mil cruzados nessas merces (afora muita copia de bares e outros aluitres) feitas a muitas pessoas que as conuertem em muitos abusos, delicias, e máos custumes, a que tendes tanta obrigação de atallar e remedear, e de entenderem os fidalgos e pessoas que me seruem nessas partes que naõ haõ de achar nenhuma merce em vós aquelles que virem com estas desordem e abusos, e somente lhas auçis de fazer quando atualmente me forem servir ou derem mesa aos soldados pobres: pelo que vos mando que nesta materia vos restrinjaes de tal maneira que naõ passeis da conta dos vinte mil cruzados que pellas náos do anno

passado uos mandey escreuer que auia por bem que despendesseis nestas mercês entrando na dita contia os doze mil cruzados que atégora foraõ somente concedidos aos Viçoreis ; e bem vedes que este tamanho excesso me obriga inda a mais demonstraçaõ que vello estranhar

VI. Joaõ Gomez da Situa Capitaõ de Ormuz me escreneo pellas nãos do anno passado que tinha tomado assento com os mercadores que vem com suas fazendas á alfandega daquella fortaleza que pagariaõ maes hum meo por cento de direitos dellas do que dantes paganaõ pera se melhor poderem suprir as despesas das armadas que se fazem pera segurança das fazendas que vem áquella alfandega, e assy pera se pagarem a elRey de Lara huns tres mil pardãos que antigamente se lhe dauaõ por deixar passar liuremente por seu reyno as cassillas que vem a Ormuz, o que hora empedia por de alguns annos a esta parte se lhe naõ darem estes tres mil pardãos, a que chamaõ—mocarrarias—; e porque acrecentaremse direitos nouos em minhas alfandegas he materia em que se deue ter muita consideraçaõ, me pareceo meu seruiço mandarhe escreuer que se vos já naõ tem dado conta disto, o faça, como creio que terá feito, e o deue fazer em todas as maes que se mouerem naquella fortaleza: pello que uos encomendo que no que toca a este nono direito uos enformeis se as causas e rezoões que teue Joaõ Gomez pera o pôr saõ justas e em meu seruiço e proueito dos mercadores que o pagaõ, e se he com consentimento delles, e se ainda que alguns o consentissem, os maes o naõ pagaõ de suas vontades, e se será occasiaõ pera naõ virem as mercadorias áquella alfandega em tanta quantidade como vinhaõ antes que se possesse ; e que achando pella enformaçaõ que assi tomardes que será meu seruiço leuarse o dito direito sem poder hauey nisso inconueniente de consideraçaõ mandeis que se leue, e doutra maneira naõ ; e auisarmeis de tudo o que nisso ordenardes ; e porque dos tres mil pardãos que elle diz que havia em cada hum anno ElRey de Lara pello respoito sobredito naõ tite nunca nenhuma informaçaõ vossa,

nem dos Capitães daquelle fortaleza, a tomareis muito particularmente disto; e se este dinheiro se lhe dava antigamente, e se era a custa de minha fazenda, e quando e como se introduzio e a causa porque se lhe deixou de dar, e se será necessario pera se não empecerem estas caſſillas tornarse-lhe a dar, e se ha nisso alguma indecencia de ponderação, e de tudo me auisareis com vosso parecer pera nesta materia mandar prouer como houuer por meu seruiço.

VII. E posto que pelas vias dos annos passados nos tenha tão encomendado que se escuse mandarem-se Veedores da fazenda ás fortalezas desse Estado, e que não haja outros senão aquelles que por mym forem prouidos, e me tenhaes escrito que vos pareceo meo seruiço ter a superintendencia de minha fazenda em Ormuz Simão da Costa, que naquella fortaleza serue o officio de Corretor mór, me pareceo tornarnollo de nouo a encomendar, e que escuseis o dito Simão da Costa deste cargo de superintendente, que em effeito he o mesmo que Veedor da fazenda, mandando ao feitor que servir naquella fortaleza que nas duas monções que se della nauegaõ pera a India, vos mande todo o rendimento daquelle alfandega, e não cumprindo inteiramente com a entrega delle o mandareis suspender ou castigar como vos parecer meu seruiço.

VIII. El Rey de Ormuz se torna a queixar de lhe serem feitas algũas extroções sobre não trabalharem seus vassallos os Domingos e Santos, e assi sobre algũs Religiosos yrem as naos e navios que vem aquella fortaleza tomar os filhos e criados dos mercadores mouros pera os fazerem christãos; e porque não he este o modo que se deue ter na conuersão, vos encomendo que façaes aduertir disso os ministros della, e mandeis que não fação aos ditos mercadores neahũa das forças nem molestias de que se queixaõ, e que se proceda de maneira com elles que não tenhaõ rezaõ de escandalo nem queixa justa, e na que toca a não guardarem os vassallos daquelle Rey mouros e gentios os Domingos e dias de festa, e trabalharem

nelles, mandareis que das portas adentro da minha fortaleza não trabalhem os taes dias os ditos mouros e gentios, nem isso mesmo trabalharaõ fóra della por mandado de christãos, porein fóra da fortaleza por mandado do dito Rey e de outros infieis poderaõ trabalhar nos ditos dias, e assi mandareis que se faça, e ordenar com que cessem queixas, e não haja occasiaõ dellas entre os christãos e mouros. E pello que me dizeis sobre El-Rey de Ormuz não trato de ontras cousas, não deixando porein de vos encomendar que nas em que elle tiver rezaõ o favoreças e desagraveis como connem e se lhe deve. E de Joaõ de Sousa e Ambrosio Gomez moradores em Ormuz, sobre que me escreve, tomareis informaçãõ pera com ella e vosso parecer lhes mandar responder como houuer por meu serviço.

IX. Nicolao Petro Cochino me escreve que he de muito inconveniente pera a carga das náos servir de arrumador dellas hum Jeronimo da Silua que de cá foi promovido do dito cargo per hum minha prouisaõ; e parecendo-nos que o que diz Nicolao Petro he o que convem a meu serviço e bem das naos, mandareis que o dito Jeronimo da Silua nem outra alguã pessoa não sirva maes o dito cargo, porque assi o hei por bem. e que o Vedor da fazenda da carga das náos ordene os arrumadores que lhe parecem necessarios pera a arrumacãõ dellas, pois pella obrigaçãõ de seu cargo as deve visitar e fazer arrumar de maneira que não venhaõ taõ sobre carregadas como as dos annos passados; e mandareis chamar o dito arrumador, e recolhereis a promizaõ que tiver do dito officio, e lhe dareis outro algum equivalente que nelle caiba.

X. O Cabido da Sé da cidade de Goa me enuiou hũs apontamentos em que me pede agrecementos de seus ordenados, e assy algũs ornamentos, rata e cousas necessarias pera aquella Se á conta de seis mil pardãos que dia que seõ devidos a fabrica della, e posto que por outra minha carta vos tenho mandado e ordenar lhe ordeis pagamento do que diz que lhe he devido de seus orde-

nados dos annos átraz, vos encomendo que particularmente lhe façaes fazer pagamento destes seis mil par-dãos da fabrica sendolhe devidos, pera com elles se fazerem os ornamentos e mais cousas que pedem, pois o rendimento da dita fabrica foy applicado pera este effeito; e mandareis dar ordem com que se não despenda por elles maes que nas cousas acima ditas, e no ácrecentamento de seus ordenados me pareceo não lhe deuer por hora mandar responder por lhe ser já acrecentado os annos passados, e mandareis chamar o dito Cabido a que direis o que sobre esta materia vos escreuo.

XI. Entendy por vossas cartas não serem dadas as minhas que mandey escrever os annos passados ao Preste Joaõ, Emperador da Ethiopia, posto que foraõ na armada em que foy ao estreito Ruy Gonçalvez da Camara; e porque tambem me escreueis que está com algũa desconfiança na amizade desse Estado, me pareceo tornar-lhe a escrever outra carta que vay nestas vias para o disuadir desta desconfiança, e vos encomendo que deis ordem com que lhe sejaõ dadas todas as que lhe tenho escritas, e a que agora vay, e se haja delle a resposta dellas, e de tudo o que nisto fizerdes me auisareis.

XII. E não escreuo nesta anno ao Soffi Rey da Persia porque me parece que bastaõ as cartas dos outros annos, e as que particularmente lhe escreuy o anno passado como pela copia delas tereis visto, e bem creio que tendo nós entendido quanto importa pera todos os bons effeitos terse muita conta com este Rey, e entender elle quanto desejo sua amizade, e comprazelo em tudo, não he necessario encomendarvos de noua materia que taõ encarecidamente e por tantas vezes vos tenho encarregado.

XIII. E o mesmo vos digo por El Rey da China e cartas que os annos passados lhe escreuy de que atégora não tenho resposta nem sabido os officios que se com ellas fizeraõ, de que me auisareis taõ particularmente como estas materias o pedem. Escrita em Madrid ao primeiro de Março de 588.

REY.

Pera o Viso Rey da India. 2.º via.

(No sobrescripto)

Por El Rey.

A D.º Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.º via.

(Livro 8.º fl. 231)

41.

Visorey amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar. Per outra minha carta vereis o que ey por meu serviço que ordeneis sobre a defensão da costa de Melinde polla vinda dos Turcos a ella. E assym comb he razão que se castiguem os Reis e Senhores della, que os recolheram, assym tambem conuem que entendaõ os que forem de meu serviço o contentamento que tiue do seu bom e deuido procedimento, e lho mande significar com demonstraçoẽs de patauras e obras. Pello que mandey escrever aos tres Reis de Melinde, e de Pate, e de Quillife as cartas que uão nestas vias, e ine pareceo daremse de minha parte alguãs dadiuas a El Rey de Melinde, e que deuiã ser (polla enformaçoẽ que se tomou) veludos, sedas, e grãns, e empregaremse nisto dous mil cruzados, que tudo irá nas náos deste anno entregue ás pessoas que vereis polla carta geral da Casa da India. Encomendouos que ordenéis como estas dadiuas seiaõ entregues a El Rey de Melinde por pessoa de confiança com a carta que lhe escreuo, e assym as cartas que uão pera os outros dous Reis, e escreuais e mandeis dizer a todos tres como vos tenho mandado que castigueis todos os agraos e extracçoẽs que son enformado que tem recebido dos capitães mórẽs daquella costa, e que procedaõ de tal maneira daqui em diante que me aja por bem servido delles, porque en tudo o que se oferecer folgarey de os comprazer, fazendo com elles todas as mais demonstraçoẽs de amizade e agardecimento, en que me remeto ao que vos milhor parecer.

II. Eu mando ora dar ordem como na pautoação da costa do Brasil se faça o que conuem a seu beneficio pera todos os bons efeitos, e vaõ ora algũs moradores áquellas partes com Francisco Giraldes, que enuo por Governador dellas; e porque sou enformado que será muito meu serviço, e proueito comũ virem dessas partes algũas pessoas que fhem e teçaõ algodaõ polla muita quantidade que delle ha em toda aquella costa, de que se poderaõ fazer muitas cotonias pera velas, e outros panos de diferentes sortes, vos encomendo que nestas naos façais vir algũs pessoas da terra que o bein saibaõ fazer, e podendo ser casados (pera melhor se arreigarem naquellas partes, onde podem viver abastados) sera de mais efeito pera tudo. Escrita em Lisboa a 12 de Março de 1588.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey da India—2. via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, Visorrey da India.—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 289)

42.

Viso Rey, amigo. Eu ElRey vos enuo muito saudar. Por ser informado que nesse estado vaõ em gande crecimento os delictos de mortes, adulterios, e assuadas, e outros insultos graues, e muitos abusos, e excessos nos trajes, e guastos superfluos introduzidos nouamente contra o que se costumaua nos tempos passados, o que todo rezulta em muito prejuizo de meu serviço, e em dano, e perda de meus vassallos, me pareceo, que posto que em outra carta minha das vias deste anno vos escreuo que deis remedio a estas desordens, e pudera pera isso bastar o que della entenderéis, vos denia mais particularmente significar por esta o muito desprazer que disse tenho.

e quanto contentamento lewarey de tudo o que fizerdes pera remedio destes excessos; e ainda que se apontaua que seria meu seruico yrem de qua algũas prematicas feitas, pareceome mais conueniente deixar tudo a vos, de quem conho que de tal maneira procureis remediallo, que me deua eu hauer por tam bem seruido de vos neste particular como o sou em todos os mais.

II. E sendo de tanto desseruico de Deos e meu os delictos de mortes, e assuadas, e adulterios, uos encomendo muito encarecidamente que procureis que nessa Cidade, e nas mais fortalezas desse Estado, e nas armadas se castiguem muito regurozamente sem excepção algũa, e de maneira que entendaõ os que forem comprehendidos nellos que naõ haõ de hauer perdaõ delles com a facillidade, com que costumauaõ haello ategora, o que tenho por muy prejudicial a boa adinistração da justiça, e contra a igualdade com que ella se deue fazer a todos.

III. E no que toca aos adulterios, alem de procederdes no castigo delles conforme as ordenaçõs, uos informareis dos que viuerem nelles, e os procurareis tirar disso pella via e meos que vos parecer que conuem sem hauer escandalio das partes, e significando a todos que dos que viuerem nos taes adulterios meauéis de dar cadano per vossas cartas muito particular informacão, e que tenhaõ por certo que se naõ hade tratar de sen- despachos, antes os hey de mandar granemente castigar.

IV. E quanto aos excessos e abusos dos trajes proneis nisso defendendo que naõ se tragaõ sedas deste Reino, nem telas, e brocados, e que nos feitiõs haja toda a moderacão, e assy nos acompanhamentos de criados, e cavallos, e nas outras despesas, procurando reduzir tudo ao costume antigo da India; sobre que ordenareis as leis e prematicas que vos parecer que conuem, de que me emuiareis o trelado per vias.

V. E porque a principal e mayor parte do remedio de tudo consiste no vosso bom exemplo, de que dependem todos os fidalgos, e mais pessoas que me seruem

nessas partes; e será elle de mais effeito pera isso que deffendersse pellas leis e prematicas, me pareceo encomendaruollo, posto que o não tenho por necessario; e creio muy bem de vós que será elle sempre tal qual conuém a seruiço de Deos e meu, e á edificação e proueito do pouo. Escrita em Madrid a 14 de Março de 1588.

REY.

Pera o Viso Rey da India,

2.^a via.

(No Sabrescripto)

Por ElRey—A D^o Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India.

2.^a via.

(Livro 3.^o fl. 209.)

43.

VisoRey Amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Recebi a vossa carta em reposta da que vos escreui por Esteuaõ da Veiga, e tudo o que nella me dizeis conforma bem com a muita e particular confiança que sempre tinue de vós, e com a antiga e verdadeira lealdade de vossos antepassados, e he o que sempre esperey de uossa prudencia, e do amor e zelo que sey que tendes a meu seruiço, e conforme a isso podeis tambem estar certo de que vos farey sempre em todas as occasiões, as honras e merces que mereceis; e não vos digo sobre isto mais, por quanto mais vos deue obrigar a tudo esta tam grande confiança que de vós faço, que todallas merces que de mim podeis pretender, ainda que deuidas a vossas boas qualidades, e merecimentos.

II. E porque eu tive ora auisos per diuersas vias que *oba selbemb 3gt. rbm fembc ob ueslb* (Dom Antonio que foi Prior do Grato) uendo a pouca conta que se faz delle *ta mepasttes* (em Inglaterra) depois que *re s tns fsdbg ot rceus* (a ella pason de Franca), e entendendo a pouca confiança que pode 'er da seguridade de sua pessoa, e tambem por sua natural inconstancia e liuidade endurecido em sua contumacia, e esquecido já de todo da

óbras de christão *lcls et dt fjdsc s lgc3gms* (trata de se passar a Turquia) pera dahy com *scasos t rsgbc obl lgc 3gbd mellelse ot fjdse s tldd fscldd* (armada e fauor dos Turcos intentar de passar a esas partes), vos quis dar conta desso, e encomendaruos como faço que *tdltmd db-ict sgmab* (esteis sobre auiso) e apercebido de tudo o que uos puder ser necessario em caso que isto seja, e que procureis ter sempre *ubelmegbd sgmbdb* (continuos auisos) de ambos os *tdletmbd* (estreitos) de *al3gs t isubca* (mequa e baçora) pera que possais aperceberuos com tempo sendo necessario, naõ deixando de ter preuenido tudo o que o pode ser pera qualquer accidente apresado, *t dt b vmlb nba selbemb fjdse s tldd fscldd t b fcteo-ctold bgotdisalscotd* (e se o dito Dom Antonio passar a essas partes, e o prenderdes ou desbaratardes) como espero e confio de vós, em tal caso *thtuglscldm et nt sftes et abclt eslgcsn* (executareis nele a pena de morte natural) sem dilação algũa pella via que uos parecer que mais seguramente se pode fazer conforme ao que uos esereui por Esteuaõ da Veiga, sem per nenhum caso deixardes de o fazer assi por grandes e urgentes que sejam as rezoês que em contrario se uos offrecerem, porque esta *thtugura* (execuçam) deue preceder a tudo.

III. E importando tanto pera tudo isto estar a capitania *osrbelsniqs* (da fortaleza) de *bcagg* (Ormuz) provida em pessoa de muita confiança, e da experiencia, entendimento, e esforço que connem, vos encomendo que sendo caso que o Capitam que nella estiver ao tempo que esta receberdes, ou o que nella ouuer de entrar a servir, naõ for tal, o tireis della, e ponhais outro em que concorraõ todas estas partes, e que seja tal pessoa que seguramente possais descansar sobre ella; e aoque assi tirardes, ou naõ deixardes entrar a servir, podeis segurar que eu lhe mandarey dar muy inteira satisfacão e fazer mercee de maneira que se aja por muy satisfeito, e tirarlheis a capitania com tal titulo e cõr, que elle naõ fique perdendo credito e reputaçã, nem se entenda a causa e respeito perque se faz. E se uos parecer que por se occoerem inconvenientes

e queixas bastará mandardes a *bcagg* (Ormnz) hum fidalgo em vosso lugar por superintendente no gouerno e cousas da guerra, e a que o capitão da fortaleza obedeça, fareis nisso o que uirdes que mais conuém, porque tudo deixo a nossa prudencia.

IV. E porque sou informado que o fauor que os Turcos tiueram na costa de Melinde procedeo das muitas uexações e molestias que os moradores della recebem dos capitães que andaõ nella prouidos per mim, e pelos senhores Reys meus predecessores, mandareis assi mesmo proner nesta costa de tal capitão, que naõ na a ella com animo de tirar dinheiro, e hauer esta capitania por satisfacão de seus seruiços, senão por lugar e occasião em que possa merecer muitas outras merces, e que conserue em pax e quietação, e em men seruiço os Reys e senhores della, fazendo a todos muito bom tratamento sem auexar nem tyrannizar os nauios que a ella forem, deixando nauegar liurementemente os que a ella o podem e deuem fazer, porque este sera o mayor remedio e de mais effeito e utilidade que todos os outros, e se pode com isso escusar fazerse fortaleza em Mombaça, nem em outra parte daquella costa por as difficuldades que nisso hauerá, e pollo pouco fruto que della pode resultar pera effeito de conseruar aquella costa, e naõ yrem a ella Tarquos nem outros imigos, pois ha outros portos em que se podem recolher; e assi naõ tratareis de fazer esta fortaleza, posto que em outra carta minha uollo escrena, e as pessoas que estiuierem prouidas desta capitania e nos parecer que naõ deuem servir, dareis aquella satisfacão que uirdes que he rezaõ, e cabe em suas pessoas e seruiços.

V. E sendo de tanta qualidade e importancia cada hũa das cousas sobre que nesta uos escreuo, escuso encomendaruollas com palauras, que hey por desnecessarias pera vosso bom entendimento, e tambem porque estou certo de uos que de tal maneira procedereis nellas, que alem de fazerdes inteiramente tudo o que cumpre a men seruiço, deua eu com muita rezaõ hauer por muito bem empregado.

dá esta tam grande e particular confiança que em nos tenho. Escrita em, Madrid a 14 de Março de 1588.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India. 2.ª via.

(Livro 3.º fl 213) (a)

44.

Viso Rey amigo. Eu ElRey nos enuio muto saudar. Vy o que me escreueis sobre a deuassa que mandastes tirar dos officiaes da justiça e fazenda, e tenho por certo de vós. que as causas e rezoês que nos moueraõ a

(a) As palavras, que nos Capitulos II e III desta Carta estam em cifra, naõ se acham nella decifradas; e por isso devemos declarar como chegámos a decifra-las. Meditando no contexto do Capitulo II, pela leitura do que nelle he patente, e pela data, tivemos logo um forte presentimento de que se referia a D. Antonio. Mas infelizmente naõ ha nesta Carta, como ha em outras muitas daquelle tempo, extracto, ou nota, que nos illustrasse. Contudo depois de algum tempo de perplexidade viemos a descobrir nas costas da Carta a palavra *Ormus* em letra contemporanea. Concluimos que em algum Capitulo della se devia fallar em Ormuz; e como naõ era nos Capitulos patentes, claro estava que o era em algum dos dous que tem palavras em cifra, e com segurança no III, aonde só se podia adaptar o nome de uma fortaleza da India. Facíl foi por tanto tentar se depois da palavra *capitania* seria possível ler na cifra as palavras *da fortaleza de Ormus*; e esta leitura quadrou taõ bem que naõ so nos deu o sentido completo deste Capitulo; mas nos levou logo a achar toda a chave da cifra, que he como se segue:

Letras da cifra—*a b c d e f g h i l m*

Vale—*m o r s n p u x b t i*

Letras da cifra—*n o p q r s t u x a*

Vale—*l d g z f a e c h q*

tiralla seriaõ todas fundadas em meu seruiço e em pro-
e utilidade de meus vassallos que me nessas partes ser-
uem; e porque eu fico vendo a dita deuassa, e me naõ
pude resolver nella antes da partida destas náos, pollas
do anno que vem de 89 uos escreuerey o que acerca della
houuer por bem.

II. E porque nellas hey de mandar pessoa que sirua o
cargo de Chanceller da Relação, e tirar outra deuassa geral
de todos os officiaes da justiça e fazenda, pera conforme
ao que della constar fazer merce e honrra aos que bem
seruirem, e se tratar do castigo dos que fizerem o con-
trario, direis de minha parte aos desembargadores em
Relação, e fóra della aos mais officiaes, que posto que
confio delles que seruiraõ sempre com aquella inteireza
que conuem a meu seruiço, que para elles folguarem
de o fazer com mais promptidaõ entendendo que me hade
ser dada taõ particular informaçã do procedimento de
cada hum delles, como he a que pellas deuassas se col-
lige, hey de mandar tirar de todos a dita deuassa, e que
conforme a isso procurem de servir seus officios de ma-
neira que me naõ possa chegar delles cousa que de-
minua a confiança que eu tenho de cada hum delles, e
mereçaõ tella eu sempre muito mayor, e fazerlhes muita
merce e honrras, e em particular aduertireis os desem-
bargadores que procedaõ com muito segredo nos nego-
cios que por elles correrem, e que naõ tenhaõ tratos nem
mercancias por serem estas duas cousas das maes princi-
paes e necessarias aos ministros da justiça.

III. E mandareis tomar residencia a Luis de Goes de
Lacerda, Prouedor mor dos defunctos, e prouer os liuros
e papeis da sua receita e despesas, e todas as contas que
tiner tomado, e meter no cofre dos defunctos o dinheiro
que tiner arrecadaõ, fazendosse sobre isso toda a deli-
gencia e exame necessario pello liuros e officiaes de
seu cargo; e achandosse que elle deue algũa cousa aos
defunctos, ou a minha fazenda, lho fareis restituir, e
mandareis que qualquer pessoa que entender terlhe o dito
Luis de Goes algũa ubrigaçã, o possa demandar pe-

rante o Ouvidor geral do crime, e que até elle dar satisfação ás partes daquillo que conforme a justiça for obrigado, se não possa vir pera este Reino: o que todo assy hey por bem e meu serviço por respeitos justos.

IV. E tambem fareis tirar de uossa do Licenciado Francisco de Frias pelo dito Ouvidor geral, e ma enuiareis per vias.

V. A Joana Alvarez Soares, Veedor de minha fazenda, ouue por bem de mandar vir pera este Reino, e prouy do dito cargo a Antonio Giralte caualeiro fidalgo de minha casa, por ter bem servido nas cousas de que foy encarregado por my e pellos Reis meus predecessores, e confio delle que assy o fará sempre; e a Joaõ Alurez Soares mandareis tomar residencia pello Ouvidor geral do crime, e em caso que seja culpado de culpas que o mereçaõ, lhe mandareis notificar que se venha apresentar ante hum dos Corregedores do crime de minha corte para nella se liurar dellas, e enuiareis o traslado de sua residencia per vias.

VI. De hauer deferenças entre Dom Jorge de Meneses e Nuno Velho Pereira recebi desprazer por as qualidades e serviços de ambos, e ser rezaõ que entre taes pessoas as não haja, e posto que tenho por certo de vós que tereis feito todo o bom officio pera se elles quietarem, me pareceo encomendarvollo, e que os façaes compôr de maneira que não haja entre elles contendas nem desgostos, significando pera esse effecto a ambos que receberey eu disso muito contentamento, e do contrario me hanerey por deservido.

VII. Vy o assento que se tomou sobre se darem doze por cento de quebra aos mercadores que trazem a pimenta ao peso de Cochim á custa dos contractadores, e o que vós me escreueis sobre isso e sobre o mais que toca a esta materia de se hauer pimenta; e por as rezoões de vossa carta, e as mais que se contem no dito assento hey por bem que se dem os ditos doze por cento de quebra á custa dos contratadores; e porque todavia se não deixaõ de apontar algus inconvenientes de consideração

principalmente dizersse que naõ resultou proueito alguã dos crecimentos que já se fizeraõ no preço da pimenta pera effeito de ella vir em mais quantidade, nem melhor do que soya a vir antes disso, e que pello tempo en diante será o mesimo, e viraõ a pedir mais crescimento no preço, encomendonos que considereis bem se será meu seruiço darenssse todauia os ditos doze por cento ou naõ, e façaes nisso o que virdes que mais conuem pera tudo, porque por estardes ao pee da obra, e terdes experiencia e conhecimento do negocio, podeis ver mais facilmente o que he melhor, comunicando tudo com Nicoláo Petro Cochino.

VIII. E ainda que em outra carta das vias deste anno vos escreuo que procureis haver toda a pimenta que for possiuel, e tenho por certo que tereis disão todo o cuidado deuido, importa tanto a meu seruiço, e ao beneficio de minha fazenda vir muita pimenta, que vollo quis tornar a encomendar nesta, e que procureis pera isso todos os remedios possiueis pera que naõ haja falta na carga das náos, e que se ajunte sempre no inuerno toda a mais que puder ser pera que naõ haja dilaçaõ na sua partida.

IX. O treslado que me enuiastes dos auctos que se trataraõ nessas partes entre os moradores da Cidade de Baçaym auctores e o procurador de minha fazenda mandey ver, e por algũs respeitos de meu seruiço me naõ pareceo que se deuia determinar a causa neste Reino; pello que vos encomendo que mandeis que se detreminem em Relaçã conforme as senctenças que já estaõ dadas no caso como for justiça guardandosse inteiramente assy aos ditos moradores como a minha fazenda. E porque pellos ditos auctos consta que o dito meu Procurador ueo ao libello dos ditos auctores com excepçaõ peremptoria dizendo que a causa era finda por sentença, e que em Relaçã se mandou que contrariasse vista hũa minha Carta que eu esoreuy ao Conde de Villadorta sendo VisoRey, em que lhe dizia que ounisse os ditos auctores e lhes fizesse justiça, e que sendo chamados pello dito VisoRey

pera os ouvir, vieraõ com o dito libello; e porque eu naõ fuy informado quando escreuy a dita carta que a causa estaua sentenceada e passada em cousa julgada, nem por dizer geralmente nella ao dito VisoRey que os ouvisse e lhes fizesse justiça parece que se podia entender que a causa já finda e julgada se tornasse a tratar, pois era necessario que fosse por via de reuista, mandareis que tambem se veja este ponto, aduertindo delle ao dito meu Procurador, e que em tudo se faça justiça ygual a cada hũa das partes, como acima digo. Escrita em Madrid a 14 de Março 88.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.ª via

(*No sobrescripto*)

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 297)

45.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos inuio muito saudar. A Dona Caterina minha prima tenho feito merce que possa mandar trazer da India em cada hum anno trezentos quintaes de drogvas forros de direitos em sua vida, a saber, cem quintaes de crato, cento de canella, e cento de nós. E por minhas prouisoens que diz que vos ja foram apresentadas, tenho mandado que em todos os annos se dê embarçaõ pera seus procuradores poderem embarcar nas náos, que uem pera este Reino estas drogvas. E ora me inuiou dizer que por lhe naõ ser dada embarçaõ pera ellas, auia alguns annos que lhe ficaua a maior parte dellas na India por embarcar. Pello que lhe mandei passar outra prouisaõ per que ey por bem que se goardem as passadas, e se embarquem estas drogvas repartidas pellas naos que em cada hum anno uierem pera este Reino; e uos encomendo que inteiramente lhe façaes goardar as ditas prouisoens segundo forma dellas, e deis ordem como em Cochim as cumpram os officiaes

a que pertence, e que o Veedor da fazenda da carga das náos dê todos os annos embarcação pera estas drogvas significandolhe que de o assi naõ fazerem me auerei por muito deservido delles.

II. E assi ouue por bem de lhe mandar passar prouisaõ pera seus feitores podereim comprar os cem quintaes de canella na fortaleza de Ceilaõ pello preço que na mesma fortaleza valler, que outrosi vos encomendo lhe mandeis goardar segundo forma della.

III E tambem me inuiou dizer que Antonio Fernandes Xemenes e Gaspar Xemenes estantes nessas partes corriaõ por sua ordem com a compra e beneficio destas drogvas, pedindome ouñesse por bem que pera este effeito elles podessem liurementemente per si ou pellas pessoas que nomeassem mandar o dinheiro que lhe inuia pera a compra dellas a quoaesquer partes que lhe bem parecesse, onde se ouñesse de fazer este empreguo sem embargo de quoaesquer prouisoens de defeza, que sobre isto sejaõ passadas. Pello que vos encomendo que naõ auendo nisso alguns inconuenientes, lhe deixeis fazer o dito empreguo nas partes em que ella possa receber mais proueito deste aluitre, que lhe tenho concedido; e isto de tal maneira que naõ inuiem mais dinheiro que o necessario pera a compra destas drogvas, e auendo causas pera lhe suspenderdes o que nisto pretendem, me auizareis dellas pera nisto mandar o que ouuer por meu seruiço. Escripta em Lisboa a xbj de Março de MDLxxx e oito.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visbrey.—Pera Vossa Magestade ver—3.º via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Menezes do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India. 2.º via.

(Livro 3.º ff. 247.)

46.

VissoRey amiguo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. He de tanta importancia pera a conseruaçaõ da cidade de Cochim, e quietaçaõ delRey de Cochim, e moradores daquella cidade, e pera o bom auiaamento da compra da pimenta (em que consiste poderem as náos partir a seus tempos pera este Reino, e fazerem sua vingem a saluamento) auer na dita cidade capitaõ das partes que conuem pera todos estes bons effeitos, que pella confiança que tenho de Dom Jeronimo Mascarenhas, que este anno torna pera essas partes, ouue por bem de lhe fazer merce desta capitania pera a servir atee entrar na Dormuz, de que he prouido, como uereis pella prouisaõ que lhe mandei passar, por Dom Jorje de Meneses Baroche ter muita idade, e naõ se accomodar ElRey de Cochim bem com elle sobre que tambem me escreuestes, e lhe mandey que se deixasse ficar neste Reiuno com intento de lhe fazer por este respeito as merces que ouuer por bem, alem das que por seus seruicoz lhe tenho feitas.

II. Persinal Machado me pedio lhe fizesse merce da seruentia do cargo de Jaiz dalfandegua de Cochim em quanto durasse o impedimento de Francisco de Frias que delle estava prouido, de que lhe mandei passar prouisaõ; e porque depois mandei uer o contrato que se fez coim ElRey de Cochim sobre esta alfandegua, e ouue por meu seruico que elle podesse apresentar por esta uex outra pessoa (como vollo já tenho mandado escrever nas vias deste anno) mandei que se recolhesse a prouisaõ que já tinha mandada passar ao dito Persinal Machado, que ey por bem que se lhe naõ goarde, nem elle sirua este cargo, por que lhe mando responder com outras merces; e naõ tendo elle culpas nessas partes, nem deuendo nellas nada a minha fazenda, vos encomendo e mando que o ocupeis em meu seruico nos cargos que uagarem e nelle couberem conforme a seu talento e seruicoz.

III. Nas naos desta armada mandei que os soldados que nellas se assentaraõ fossem repartidos per bandeiras e capitancias, de que encarreguei alguns fidalguos que naõ embarcados nas mesmas naos, pera me nisto servirem assi na viagem como depois de serem chegados a essas partes, pera o que allem de seus ordenados lhes mandei fazer merce de ajuda de custo. E porque auerei por meu serviço acabarsse de introduzir esta ordem de bandeiras nesse estado (como uollo mandei por minhas Instruçõs que leuastes, e nas vias dos annos passados) vos encomendo que acabeis de ordenar como todos os soldados que nelle me servem, assi nas armadas como na goarda das fortalezas, em que por regimento haõ de resedir, estem em ordem de bandeiras, e se naõ pague nenhum soldo senaõ aos que por esta ordem o uencerem, assi pera os soldados que me servirem serem bem paguos de seys soldos, como pera se escurearem as muitas desordens que correm na matricolá, que he hum cano por onde indiuidamente se consume muita parte do rendimento desse stado. E depois de chegadas estas náos fareis alhojar os soldados que nellas vaõ na cidade de Goa, e nas mais fortalezas dessas partes como vos parecer mais meu serviço. E me avisareis particularmente da ordem que nisto derdes, e de como nella se procede. E tornouos a encomendar de novo esta materia por ser hũa das pincipaes em que mais me auerei por servido de vos.

IV. Posto que mandei tratar de ir nestas naos pessoa da confiança e experiencia que conuem pera me servir no carreguo de l'rouedor mor dos contos nessas partes, naõ pode ser ir nellas, e pello muito que importa a minha fazenda servir este carreguo pessoa em que bem caiba, e por ter boa informação de Francisco Paes, casado e morador nessa cidade de Goa, de me ter bem servido nas cousas de minha fazenda de que foi encarreguado, e no carreguo de Vedor da fazenda de Ormuz em tempo do Governador Dom Diogo de Menezes, ey por bem de me servir d'elle nesta carguo de

Prouedor mór dos contos em quanto não mandar deste Reino pessoa prouido delle, que leuará o Regimento da ordem em que se hade proceder nos ditos contos, o que agora não pode ser por se não acabar de uer o Regimento que me inuiastes a tempo de poder ir nestas náos, e mandareis chamar o dito Francisco Paez, e lhe direis como me quero servir delle no dito carreguo, pera o que lhe passareis a prouisaõ necessaria, e do que disto fizerdes me auisareis. Escrita em Lisboa a xbj de Março de M. D. Lxxx e oito.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 243)

47.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pella boa informaçã que tenho de Dom Mathews Bispo de Cochim, e boa conta que tem dado naquella Prelazia, e partes que nelle concorrem de virtude e letras e ontras, como tereis sabido, me pareceo seruiço de Deus e meu a-presentalo ao Sancto Padre para o Arcebispaço de Goa que está vago, e yraõ as letras nestas náos. Pello que nos encomendo que lhe mandeis logo recado e embarcaçã segura para que se passe de Cochim a tãoa, onde lhe entregareis as ditas letras, e o recebereis com as demonstraçoẽs devidas a sua dignidade, e ao que he rezaõ que todos de vós entendaõ, para que melhor possa cumprir com sua obrigaçã pastoral, e seja com o vosso exemplo respeitado; e eu lhe escreuo sobre o modo em que dene proceder para entre vós e elle aver toda conformidade, que com vossa prudencia, e bondade do Arcebispo não poderá deixar de se conseruar, de maneira que não

haja cousa algũa das passadas ; e naõ chegando as letras a essas partes por algum caso (o que Deus naõ permitta) lhe mandareis tambem logo recado e embarcaçaõ segura para que se venha logo a Goa a entender no gouerno do dito Arcebispaço conforme ao Breue Apostolico que ha para os Bispos de Cochim gouernarem a Prelazia de Goa, Sé vagante, como se já fez outras vezes. E porque tambem tenho appresentado a Sua Sanctidade para Bispo de Cochim o Padre Frey André de Santa Maria da Ordem de S. Francisco dos Recoletos, que reside no mosteiro da Madre de Deus, se me offerecia em caso que tambem as suas letras naõ cheguem lá, ficar elle desagora no gouerno do Bispaço de Cochim, pois hade soceder nelle, e isto na forma em que o Bispo pudera deixar nelle outra pessoa ; e vos encomendo que assi o ordeneis com ambos a qnté o escreuo, e me auiseis do que se fizer.

II. O Deaõ e Cabido da See de Cochim me enuiaraõ dizer que elles tinhaõ o mesmo ordenado que de principio se ordenou àquella See, e pellos tempos irem diferentes no custo das cousas se naõ podiaõ sustentar, pedindome lhes fizesse merce de lhe mandar acrescentar os ditos ordenados; pello que hey por bem de acrescentar aos Conegos daquella See vinte mil reis a cada hum alem dos corenta mil reis que tem de seu ordenado para hañerem sessenta mil reis por tudo ; e ás outras dignidaes vinte mil reis a cada hum mais alem dos cinquenta mil reis que ora tem de seu ordenado para que tenhaõ setenta mil reis por tudo ; e aos Vigairos das Igrejas daquelle Bispaço dezoito mil reis alem dos doze mil reis que tem de ordenado para que hajaõ ao todo trinta mil reis ; o qual acrescentamento assey lhe fareis naõ hauendo nisto alguns inconuenientes de consideraçaõ, e em caso que os haja suspendereis esta merce até me anisardes delles com toda a enformaçaõ que tiuerdes com vosso parecer.

III. Per vossa carta de 16 de Dezembro de 86 me dizeis que he em prejuizo de minha fazenda e do gouerno desse estado fazeremse as viagens de Maluquo por

conta della, pello muito que se nellas consume de gualioês, artelharia, e contra fazenda, e que áquelle tempo ficauaõ cinco gualioês naquellas partes com a melhor artelharia desse Estado, e que vos parecia deuerensse de fazer estas viagens per conta dos prouidos dellas contractandosse com elles; e por ser materia em que me naõ deno resolver sem muito inteira e particular informaçãõ, vos encomendo que ma enuieis com as rezoês que honner pera se deixarem de fazer, ou se fizerem, e o que danaõ a minha fazenda os prouidos dellas, quando se com elles contratauaõ, que se poderá ver pellas contas que os tales capitaẽs deraõ de suas viagens e contractos que se com elles fizeraõ, e o que daraõ hera a minha fazenda os que as houuerem de fazer que estaõ prouidos dellas, pera com a dita informaçãõ e vosso parecer que me tambeem enuiareis vos mandar escrever o que houuer por meu seruiço que se nisto faça.

IV. Posto que per Joaõ Baptista Engenheiro mór desse estado tenho sabido a lembrança que tendes da fortificaçãõ de Baçaim, me pareceo deuernola de nono encomendar, e assy as mais dessas partes, pera que de todas a tenhaes taõ particularmente como a importancia desta materia o pede.

V. Dom Affonso Noradim filho do Guazil de Ormuz me pedio lhe mandasse pagar o que lhe era devido de huncorenta mil pardãos que diz que o Conde Dom Luis de Attayde sendo Viso Rey desse Estado mandou tomar da fazenda de Dom Gonçalo de Menezes que foy Capitãõ daquella fortaleza, por lhe constar que os recolhera da fazenda que ficou por falecimento do pay do dito Dom Affonso, e os mandára levar a essa cidade de Goa, sobre o que diz que se tratou demanda por sua may e mais herdeiros, e tiueraõ sentença contra o Procurador de minha fazenda nessas partes; pello que vos encomendo e mando que todo o dinheiro que per sentença final em que naõ haja duuida alguma for denido a estes herdeiros do Guazil, de que inda naõ tiverem auido pagamento, lho façaes pagar em quatro anos nos rendimentos da Alfandega

da dita fortaleza de Ormuz, tanto em hum ano com em outro, e que escreuaes ao Guasil que hora he que terey contentamento de elle casar sua filha com este Dom Affonso querendosse ella fazer christã, por mó elle assy pedir, e como o dito Dom Affonso está inda nouo na fé, me pareceo deueruos auisar que vejaes se será bom entretello algum tempo nessa cidade recebendo de vós fauor no que for rezaõ, porque poderia acontecer fazer-lhe dano a conuersaçã de seus parentes, se logo se tornasse pera Ormuz, assy como ao diante podia ser de effeito pera a conuersaõ delles veremno naquella terra. *Rescrita em Madrid a de Março 588 (a).*

REY.

Pera o VisoKey da India. 2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElKey.—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, Visorrey da India—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 285)

48.

VisoKey amigo. Eu ElKey uos inuio muito saudar. Posto que pello que vos escreui os annos atraz sobre uós aduertirdes nas pessoas culpadas nas alteraçoes passadas podera escusar tornaruos a encomendaristo, mormente naõ se offerecendo de nouo cousa particullar nem cuidando que a aja, pois me naõ auizais disso, me pareceo todavia, sopposto a callidade da materia, naõ deixar de nollo tocar, e sempre seraa bem que me escreuais tudo o que disto entenderdes, ou de hũa maneira, ou de outra, que creio seraa conforme ao que deuo esperar de tais uassallos.

II. Nestas náos uai embarcado hum Dom Thomas (que diz ser Arcebispo em Armenia, e que ueo em romaria a

Santiago) por me pedir licença pera se ir nellas, e por via da India se passar a Armenia. Encomendouos que tanto que chegar o façais logo partir pera sua terra, porque nam ey por meu seruiço que faça nenhũa demora nessas partes.

III. Nas mesmas naos uay Dom Sebastião de Moraes, Bispo do Japaõ; e porque de sua assistencia naquellas partes espero que resultem muitos seruiços de Deos, e aumento daquella christandade, que foi a consideração que tiue em deuer ser da Companhia de Jesu. o prellado della, vos encomendo que tanto que chegar a essas partes deis logo ordem a sua embarcação pera Japaõ, pera que seia com a mais breuidade que for posiuel, e que pera isso se façaõ com muita diligencia as cousas de que lhe fiz merce pera o pontefical contheudas na minha prouisão, que vos apresentaraa, per que ouue por bem que se fizessem nessas partes por naõ auer tempo pera as leuar de cá por as letras deste bispado virem de Roma tam perto da partida destas naos, e a embarcação seraa pera elle, e pera os Padres, e mais pessoas de sua obriguação que consiguio leuar, e que o haõ dacompanhar em Japaõ; e lhe fareis dar o necessario pera sua matalotagem; e por hũa minha prouisão que uos apresentará, lhe mandei declarar o que mais ha dauet em cada hum anno allem dos duzentos mil reis do dote ordenado ao dito bispado, o que tudo lhe fareis assentar em hũa das rendas desse estado em que seja bem paguo, e lhe possa ser inuiado em todos os annos pera sua despeza como lhe resaõ que seja.

IV. E por serem chegadas as bullas que se esperauam de Roma do arcebispo de Goa na pessoa do Bispo de Cochim, e do Bispado de Cochim no Padre Frei André de Sancta Maria, sobre que vos tenho escrito per outras cartas, vaõ com estas vias, a saber, as proprias bullas na primeira via que leua Joam de Toar capitaõ mór na naõ Saõ Christouãõ; e os treslados autenticos de todas as dittas bullas de ambas as prelazias vaõ nas naos Sam Thomé e Sancta Maria, pera pôr el-

las se poder fazer obra quando faltassem as proprias. E com a primeira via naõ as bullas do pallio e o mesmo pallio pera o Arcebispo; e com o elleito Bispo de Cochim fareis todo o bom officio pera que se anime e esforce pera esta nova obriguacão, como lhe encomendo por minhas cartas que naõ nas vias que lhe dareis como uolloy já tenho mandado escrever por outra carta; e tambem escreuo ao elleito Arcebispo de Goa sobre as suas letras por outras cartas que vaõ nas vias, que lhe dareis, e lhe mandareis logo recado pera que se passe a Goa, tudo conforme ao que vos já tenho escrito.

V. Trabalhandose muito por este anno ir Chancelter para a Relação dessas partes, naõ foi possivel ir nestas naõs, e iraa nas do anno que vem (Deos querendo), e entretanto ey por bem que sirua o Licenciado Luis Gonçalvez, que ora estaa no dito carguo. E porque o Licenciado Jorge Monteiro, Ouvidor de Goa, me inuiou ora dizer que eu lhe mandara passar hãa prouisão per que ouue por bem que lhe fosse dado o primeiro lugar de dezembargador extrauagante que uagasse na dita Relação, tendõ a isso respeito ey por bem que auendo lugar nagno entre nelle por extrauagante, e ãa dita Ouvidoria hum dos letrados que de cá forem nestas naõs, que uos melhor parecer; e em caso que nellas naõ vá quem succeda na dita Ouvidoria, a ficará o dito Jorge Monteiro servindo atee eu deste Reino mandar letrado prouido della. Escrita em Lisboa a xxij de Março de MDLxxxviiij.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.^a via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dõ Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, VisoRey da India—2.^a via.

(Livro 3.^o fl. 281)

49.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuoio muito saudar. Nas nãos deste anno vão oito orfaãs das que estão recolhidas por meu mandado no mosteiro das orfaãs desta cidade. Encomendouos muito que tanto que as nãos chegarem, as facaes logo recolher, e deis ordem como casem o mais breuemente que puder ser com pessoas conforme a suas calidades, e em que bem caibam os officios que lhe derdes em casamento daqueles que podeis nomear pera semelhantes cazamentos conforme a como volo tenho mandado por minhas cartas e prouisoês, porque alem de isto ser seruiço de noso Senhor terei eu contentamento de o vos assy fazerdes, e me escreuereis o que fizerdes.

II. Naõ acabey inda de ver a materia (que ficou já do anno passado) sobre as prouisoês que os Visorreis desse estado (a exemplo e por custume de huns em outros) pasão ordinariamente aos Capitaes das fortalezas quando vão entrar nelas, sendo muitas das ditas prouisoês em grande prejuizo da justiça e de minha fazenda, e em muito dano das partes, e contra o bom governo de tudo, pello que vos encomendo e mando que conforme ao que já vos tenho escripto nas vias do anno passado vós advirtaes nesta materia em quanto vos naõ mando a resolução dela, de maneira que a vades emcaminhando e dispondo a naõ aver nela tantas desordens, e pello menos terem emmenda algũas mais prejudiciaes em que pode aver muitos escrupolos de consciencia: e pois tenho desencarregado a minha na vossa, bem vedes a obrigação em que estaes, e de nouo vos ponho. Escrita em Lisboa a xxbiiij. de Março de MDLxxxbiiij.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey—.A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India. 2.º via.

(Livro 3.º fl 302)

50.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muyto saudar. Caterina Leitao que estaua recolhida no mosteiro das orfãs desta cidade vay ora per meu mandado nestas nãos em companhia doutras orfãs. Encomendouos que a façais recolher, e vos lembreis de seu emparo e remedeo homeando-lhe pera seu casamento quando casar algũ carrego dos que pera este efeito podeis nomear conformẽ ao que vos tenho mandado que façais sobre semelhantes orfãs. Escrita em Lisboa a xxbiiij de Março de mil belxxxbiiij.º (1588)

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vosa Magestade ver.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey—.A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 41)

51.

Visorey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar. Tive agora auiso (por via de Marrochos ao tempo que estas naos querem partir) que per hũa galeota que de Argel veo a Tetuão se entendia que en Constantinopla se praticaua querer o Turco mandar hũa armada a essas partes, sendo o seu principal desenho Ormuz, e que fazia isto a requerimento da Baxa de Bassora, e de mouros dos que residem en diuersas partes desse Estado; e posto que este auiso não seia tão certo que se aja de fazer del- le muito fundamento, me pareceo todauia enuiaruo lo ho

modo em que o tenho, suposto que se não perde nisso nada, antes se ganha estardes preuenido, como tenho por certo que vos acharão sempre todos os socessos não esperados, quanto mais aquelles que sempre foram antevistos nesse Estado dos que o gouernarão como hũa das principaes obrigações do mesmo gouerno que consiste em preuenção do futuro quando he contingente, mormente quando assym está tudo que quando faltassem necessidades em hũas partes, não deixa de as auer em outras. E no particular de Ormuz me remeto ao que vos escreuo per hũa das cartas da data de Madrid, e ao que com vossa prudencia podeis considerar nesta materia; e assym me não parece necessario dizeruos nella mais. Escrita em Lisboa a 29 de Março 1588.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey da India—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India. 2.ª via.

(Livro 3.º fl. 293)

52.

Eu ElRey faço saber a vós meu VisoRey e gouernador das partes da India que ora sois e ao diante fordes que en são enformado que quando os Capitaes a que tenho feito merce das capitarias das fortalezas desse Estado vão entrar nelas, e asy outras pessoas em seus cargos, se lhes passão pellos Vissorreis d'elle algũa prouisoão pera poderem tomar per emprestimo certa contia de dinheiro dos orfãos das fortalezas em que haõ de seruir para seus tratos e proueitos, e que o não tornão a entregar, nem no fim de seu tempo, senão com demandas, e dando muito trabalho às partes na recatadaõ d'elle, do que se segue dillatar-se o emparo e remedio dos orfãos enjõ e dito dinheiro he, e outros muy perjudiciaes ya-

conuenientes de grande desserviço de Deos e meu; e querendo nisso prouer de maneira que se evittem, ey por bem e mando que tanto que esta minha defessa virdes; dahi em diante vós nem vossos successores naõ passeys mais prouisoões aos ditos Capitaães e officiaes nem a nenhuma outra pessoa de qualquer calidade e comdição que seya pera poderem tomar nhũ dinheiro dos dittos orsaõs em nhuã cidade e fortaleza dessas partes, e o que for tomado façaes logo com effeito e sem dilação algũa tornar aos cofres donde se tirou, nem se poderá por via algũa emprestar a nhuã pessoa nem tomar pera meu seruiço por mais precisa necessidade que aya, nem ynda que seya por tempo muy breve e limittado, e com comsinação de pagamento certo. E asy ey por bem e vos mando que a nhum dos ditos Capitaães e officiaes paseys prouisaõ que se entenda que encontra o bem comum, e seya em dano e prejuizo particular de meus vassallos, e com que elles recebaõ extroçoões, ynjustiças, e agrauo. Noteficouollo asy, e vos mando que cumpraes e guardeis esta minha defessa ynteiramente como se nella contern, a qual se registará nos Livros de minha fazenda, e da casa da India, e nos Livros das merces desse Estado, e na casa dos Contos delle, e nos Liuros das camaras das cidades e fortalezas dessas partes, pera a todos ser notorio, e se saber o que nisto mando. E quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome por mim asinada e sellada com o meu sello pendente, sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispõe. João de Torres o fez em Lisboa a xxj de Janeiro de mil' bclxxxix (1589). E eu Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Aluará per que Vossa Magestade ha por bem que os Vissoreis e Governadores da India naõ passem prouisoões aos capitaães das fortalezas daquellas partes, nem a outras pessoas dellas pera poderem tomar nhũ dinheiro dos orsaõs, nem que encontre o bem comum, pela maneira

acima declarada.—Pera V. Magestade ver todo.

(1.º via Livro 1.º fl. 25—3.º via Livro dito fl. 16 —
4.º via Livro dito fl. 26)

53.

Eu ElRey faço saber a vós meu VisoRey e gouernador das partes da India que ora soes e ao diante fordes que por ser certificado das muitas desordens e conluyos que atee aguora ouue no uencimento e pagamento dos soldos da matricula das ditas partes tanto contra o serviço de Deos e meu, e em damno de minha fazenda, e em perda das pessoas que os vencem, como tudo he notorio, e querendo prouer nisso de maneira que se euitem estas tam grandes e prejudiciaes desordens, ey por bem e me praz que tanto que este virdes façaes loguo ordenar nesas partes liuros novos em que se escreuam e matricullem todas as pessoas que oye andam em meu serviço nesse estado, e as que ao diante entrarem nelle, declarandose em seus titolos allem do que atee aguora se custumou alguns sinaes do rosto, e outras confrontaçõeõs per que as proprias pessoas se posaõ conhecer sem niso poder auer engano algum; e que os pagamentos que se ouuerem de fazer pellos dittos liuros se naõ façãõ senaõ ás mesmas pessoas justificando primeiro judicialmente onde e como seruiram, e quanto tempo; e outrosy ey por bem e mando que os liuros uelhos da ditta matricula se recolhaõ em parte onde estem bem guardados, seguros, e fechados, e que por elles se faça pagamento do que for devido as proprias pessoas que o requierem (sic), ou a seus herdeiros atee o tempo que se fizerem os dittos liuros novos, por quanto dahi em diante se hade pagar por elles aos que seruirem e estiuerm nelles matricullados, justificando como e onde seruiraõ pela maneira acima declarada, sem per nenhũ caso se pagar soldo velho nem nouo a pessoa algũa que naõ for a propria que o uenceo, ou a seus herdeiros, e que elles o naõ posaõ pasar, vender, nem doar a pessoa algũa, nem dar por esmollas, nem vós nem os VisoReis e gouerna-

dores vossos subcesores dareis licença pera isto por quanto por esta minha prouisaõ desagora pera entaõ Ey por bem que naõ aya effeito a tal licença, e de suspender e derrognar nesta parte os poderes que vos tenho concedido e conceder a vossos subcessores, pera asi se poderem evitar tantas desordens em tanta perda das partes e em tam grande prejuizo de meu seruiço e de minha fazenda. Noteficonollo asi e vos mando, que na forma que se nesta minha prouisaõ conthem, a cumpraes e guardeis, e façaes cumprir e guardar ynteiramente, a qual outrosi cumpriraõ vossos subcessores, e se registará nos liuros de minha fazenda, e da casa da India, e no principio dos liuros novos que se ordenarem da ditta matricula, e no fim dos liuros velhos della, e assi na casa dos Contos desas partes, pera se a todo tempo saber que o ouue asi por bem, e quero que ualha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada, e passada pella Chancellaria, posto que por ella naõ pase sem embargo da Ordenaçãõ do segundo liuro, titulo 20, que o contrario dispõe. Joaõ darahuyo o fez em Lisboa a 23 de Janeiro de MDLxxxix. E eu Diogo Velho o fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Alnara per que V. Magestade ha por bem que se fação na India liuros novos da matricula, e que se matriculem todas as pessoas que naquellas partes seruem a V. Magestade, e daqui em diante seruirem nellas, e que se naõ venda, nem trespase soldo, nem se dem desmolla pela maneira acima declarada, e que valha como carta.—Pera V. Magestade ver todo.

(3.ª via, Livro 1.º fl 14—4.ª via Livro dito fl 29)

54.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos enuo muito saudar. Per huã vosa carta de 28 de Nouembro de 87. me dezeis. 3t. fbc, snpgsd, u-cisd, facimngusctd, flogbd, rbdtd, sgmdsob, 3t, obasulbemb. fembc, 3t, rbm, obucab, tea,

demob, ot, mapnsaltes, aba, maltelb, ot, sfbc, gms, ot, gletqs, dtsdsc, subdscelm, eofnst, 3t, fbdlb, 3t, nxi, otldid, fbgub, uctomlb, fbc, esba, ltcoitd, tdlit, sgndb, fbc, usels, amexs, gbd, cidbngtctmd, ta, aseose, dtuctlsatelt, ftegm, ot, bcagp, xga, amuc, selbern, gletqtseb, sisimnbems, tsntfb, sd-site, h3t, emdlb, sgms, tlmgt, sctgtiansba, 3t, rmqtdlid, etdlit, fclmngnsc, fbc, otagmlb, atg, dtcginub, tubarbeat, sbqtnb, tugmosob, 3t, ltaotd, ot, ialgob, bfcngcsc, tbdlb, 3t, eltpbs, esbm, sms, emdlb, ubgds, ot, ebgb, ita, xt, 3t, talbbd, bldusdbd, ube lmaptalid, otld, asltms, tdlitmd lba, sogtclnob, tot, dbict, agindo, ubab, gtotd, 3t, tnsbfot, fbmd, dshb, ot, lsela, masbels, eums, ubab, ltctmd, tal-, teomob, (qe por algũas cartas particulares pera vós fostes auisado qe Dom Antonio Prior qe foi do Crato era saido de Inglaterra com intento de por uia de Veneza se pasar a Constantinopla, e qe posto qe lhe destes pouco credito por naom terdes este auiso por carta minha nos resolueis em mandar secretamente per uia de Ormuz hum Miser Antonio Venezeano a Babilonia e Alepo a saber qe qe nisto auia; e tme a preuemçao qe fizestes neste partionlar por de muito meu seruiço, e conforme ao zelo e cuidado qe temdes de em tudo o procurar; e posto qe ategora naom aia nisto cousa de nouo, bem he qe em todos os casos contingentes desta materia esteis taom aduertido e de sobre auiso como uedes qe ela o pede, pois saom de tanta importancia como tereis entendido). E allem do que fizerdes conforme ao que os annos passados vos escreui, me auisareis sempre de tudo, e dareis resguardo ao que souberdes destas nouas. fto, gms, ot, gletqtsebd, fbc, 3t, dt, taltaut, 3t, osd, ubgd, oslge3ms, sdesba, oscsba, ege3s, utolsd. (per uia de Venezeanos, porqe se emtemde qe das cousas de Turquia as naom daraom nunca certas; (a) Escritta em Lisboa a 24 de Janeiro de 589.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—3.º via.

(a) A cifra he a mesma que fica explicada na Nota de pag 147

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 45)

55.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito sandar. Por huã vosa carta das vias do anno passado entendy que pelas muitas desordens com que procedeo Dõ Luis de Meneses na fortaleza de Damaõ os tres annos que seruió de Capitaõ dela, e por vos serem feitas muitas queixas dele, asy de não cumprir as promisoões que pera ele passastes, como de outros cassos exorbitantes que contra meu seruiço e contra o decoro que se deve a minhas justicas tinha cometidos mandastes ao Licenciado Gaspar de Menelão desembargador da Relação dessas partes devassar d'elle e suspendelo da dita capitania, posto que foy ya no fim dos tres annos que nela avya de residir, na qual deuassa e residencia que se lhe tomou sou taõbem ymformado que cometeo muitas desordens e excessos contra meu seruiço, e que na deuassa que se tirou dele se não procedeo com o rigor e deligencia que suas culpas merecião; pello que vos mando que tanto que virdes esta minha carta façaes logo prender o dito Dõ Luis em prizaõ segura, e o enuieis prezo e a bom recado a este Reyno com a deuassa que dele tirou o dito Gaspar de Menelão, que vos foy entregue, e com os treslados de quaesquer autos ou sentenças que neste caso seyaõ dadas, e ysto sem embargo de ser lá dada sentença no caso, e o dito Dom Luis esteja por ella liure dele, porque asy o ey por meu seruiço; o que ynteiramente comprireyis em todo caso sem duuida nem embargo algum, porque asy volo mando expresamente.

II. E outrossy ey por bem e mando que o dito Gaspar de Menelão se venha nas mesmas nãos pera este Reyno por algũ respeito de meu seruiço; e ey por bem que lhe seiaõ dados nessas partes os treslados de quaesquer

autos, denassas, e papeis que elle pedir, e os estromentos e certidoões que elle disser que lhe são necesarios pera seu descargo, o que tudo comprireis tão inteiramente como de vós confio.

III. Nas vias do anno de 87 vos mandey per hũa minha prouisaõ mandaseys deuassar particularmente de Dom Joaõ da Gama pelo Licenciado Diogo dalbuquerque Ouvidor gsal desse estado sobre as materias de Cosmo de Ruão, e o enuiaseys preso nas náos que o anno passado vieraõ dessas partes pellas quaes me escreueys que o dito Diogo dalbuquerque hia continuando com a deuassa do dito Dom Joaõ, e que elle era ydo fazer hũa viagem da China por seu yрмаõ Dom Migel, e me enuiastes a deuassa que o dito Diogo dalbuquerque delle tirou: e sendo este caso de tanta consideraçaõ e exemplo, não posso deixar de vos estranhar muito não terdes procedido nele conforme a vossa obrigaçaõ, e ao que vos tenho mandado escrever que fizeseis no castigo de hũ delitto tão atroz, tão publico, e de tanto tempo como o dito Dõ Joaõ tem cometido; e que em se lhe disimular atégora se den ocassiaõ a se yrem cometendo outros tantos contra o seruiço de Deos e meu, e ao que conuem á conseruasaõ da justiça cuja autoridade consiste ynda mais no modo e na breuidade com que se nela procede, que em se fazer ynteiramente; pelo que vos mando que tanto que o dito Dom Joaõ chegar da China o façaes prender em ferros, e que com eles sem se lhe tirarem na viagem seya embarcado pera este Reino nas náos desta armada em que virá a bom recado (não o tendo feito nas do anno passado) ou nas primeiras depois de sua chegada da China, e lhe mandeis socrestar toda sua fazenda e entregar a pessoa segura e abonada e sem sospeita por ynuentario (que me enuiareis per vias) pera della dar a todo tempo conta com entrega; o que asy comprircis sem contradicãõ algũa e com taes demonstraçoẽs que seya sua prisãõ e o modo della notoreo nessas partes.

Escrita em Lisboa a bj de fenereiro de mil belxxxix
(1589).

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vosa Magestade ver—3.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.—A Dõ Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, e seu VisoRey da India—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 48)

56.

Visorrey amigo. En ElRey vos ennio muyto saudar. Vy o que me escreuestes em carta de 28 de nouembro de 87, sobre o modido em que procedeo Martim Afonso de Mello que Deos perdoe na armada em que o mandastes por capitaõ mór a costa de Melinde por quão auenturado estaua tudo o daquelas partes a dar muito trabalho a esse estado; e receby muito contentamento de entender quão bem nisto comprio com sua obrigaçaõ e como se ouue com os Reys e Senhores daquella costa; e posto que deixase castigados os reueys e que foraõ contra meu seruico, porque podera acontecer tornaremse a reuelar por quão vezinhos tem os Turcos que os podem yncitar a yisso, vos encomendo que trabalheis por saber sempre os yntentos destes Reys e o modo em que estaõ e procedem nas cousas de meu seruico pera acodirdes a tudo como virdes que conuem. E da morte de Martim Afonso de Mello me pesou; e de sua mulher e filhos de que me fazeis lembrança a terey pera lhe mandar responder conforme ao merecimento de seus seruicos.

II. De a nao Saluador yr ter aquella costa de Melinde estando nella a armada em que hia Martim Afonso tme por meree de Deos, e por descuido muito grande deixala partir da India estando taõ fraca e perigosa, como sou enfermado que estaua, e vindo taõ sobre carregada como as outras que se perderaõ; e foi bem feyto ordenar Joaõ Gomez da Sylua capitaõ de Ormuz outra não em que

pudesse vir a carga della pera este Reyno como me escreueys e elle taõbem me diz por hua carta sua, por chegar esta não Saluador taõ desbaratada que com muito trabalho se pode leuar áquella fortaleza de Ormuz, e se a nao em que se pãssou a carga della partio pera este Reyno (aonde não he chegada até ora) se pode cuidar que lhe aconteceria algum desastre ou tornaria arribar.

III. E receby contentamento de Symaõ da Costa leuar a essa cidade de Goa a armada de Martim Affonso de Mello seu gemrro, que lhe foy entregê depois de seu falecimento, e pelo que de suas partes e seruiços me escreueis terey lembrança de ver sua petição e lhe mandar responder a ela como ouuer por meu seruiço.

IV. E asy tine contentamento de Afonso Vaz Viegas que me escreueis que foy por capitão mór de huã armada á Ilha de Barem ser bem recebido do capitão della e asy os mais portuguezes que com elle foraõ não querendo antes disto recolher nella ao guazil d'Ormuz seu yrmão, e que dissera ao mesmo Afonso Vaz que sempre teria aquella fortaleza por esse estado como leal e verdadeiro vassallo delle; e vos encomendo que aviseys ao capitão d'Ormuz que sempre tenha muito particular cuidado de conseruar em meu seruiço esta Ilha de Barem porque sou enformado que por alguãs vezes foraõ galês de Turcos a ella.

V. E quanto ao que me dizeis que despendestes no apercebimento da armada de Melinde perto de setenta mil pardaos a fora a despeza que depois se fez com ella em Ormuz com as merces ordinarias dos capitães e pagas de soldados por enuernarem naquella fortaleza; e que o mesmo se fizera com a armada de Ruy Gonçalvez da Camara, e que posto que nestes prouimentos se não despendesse a quarta parte do rendimento da mesma fortaleza fora occasião pera o capitão e mais officiaes dela vos não mandarem depois que la estão nhum dinheiro, deueys ordenar se o ya não tendes feito de mandar tomar conta do rendimento desta fortaleza e das rendas das mais fortalezas desse estado.

que forem obrigadas acodir com ella a Goa pera que se ponha tudo em taõ boa arrecadaçaõ como conuem e as necessidades do mesmo estado o pedem; e foi bem feito escreuerdesme a despesa que se fez com a armada que enuiastes á costa de Melinda, e vos encomendo que me enuiays nestas náos hũ caderno das despesas feitas com todas as armadas de vosso tempo em que se declare particularmente a despesa de cada hũa dellas, e o mesmo cuidado tereys das que daqui em diante fizerdes.

VI. E asy vi o modo em que me escreueis que se despende o hum por cento naquella fortaleza de Ormuz que tenho por bem feito, e vos encomendo que asy o mandeis fazer daqui em diante.

VII. E quanto ao que me dizeis que se não deuem de dar titores a elRey d'Ormuz como vos tenho mandado escreuer, e que está o capitão João Gomez da Sylua tanto deste parecer que vos escreue que se deue conceder a este Rey jurarse seu filho por erdeiro daquelle Reyno, sobre que o mesmo Rey faz grande ynstancia e vos escreueo que vos daria por ysto corenta mil pardãos pera o estado, e que posto que não estaeis em tempo de engeitar dinheiro sendo as necessidades delle taõ grandes não vos pareceo cousa justa nem de meu serviço concederlho por esta via, e taõbem porque andaua em Goa Xequé Yoette requerendo sua justiça sobre a pretençaõ daquelle Reyno, e posto que tenho mandado ver os autos destes processos pera delles ter enformaçaõ, ey por mais meu serviço que se determine esta materia na Relaçãõ desse estado pois estão lá as partes que haõ de requerer nelle sua yustica, que vos encomendo façaes guardar ynteiramente a qualquer delles que a tiuer, e foy bem feito não aceitardes os corenta mil pardãos que vos offerecia elRey d'Ormuz, porque nunca averey por meu serviço que per tuas moddos se façaõ estas cousas, mas que o será entenderem todos o que nisto he bem que saibaõ.

VIII. E taõbem vy por vossa carta o cuidado que tendes de saber os avisos das galés que se armaõ no es-

veito de Meqa e em Baçorá, e com que yntentos, que he materia de taõ grande importancia pera todo como sabeis, e que per sy mesma se encomenda, e asy me naõ pa rece necesario repetirnos o que sobre ella vos tenho encarregado, e folgarey de me avissardes do caminho que yntentaraõ as galés que me escreueis que ficanaõ em Adem, e trabalhardes por dar ordem como se queimem avendo pera yeso ocassiaõ, que se deue procurar por todos os bons moddos que ouuer.

IX. E quanto ao que me dizeis que o Alferes mór vos escreueo que hia acabando o baluarte nono que fez na ylha de Moçaõbique com que afirma que ficará de todo deffensauei, e que fizera grande dilligencia sobre o descobrimento da ylha de São Lourenço, e tinha feita pax com elRey de Masolaga que dera em seu Reino hum sittio muito acomodado pera feitoria pera que tinha nomeado feitor, e que era hum porto muito grande e seguro, e muito acomodado pera se ter nellè commercio; sobre que taõbem me escreueo o mesmo Alferes mór; materia he esta pera antes de me resolver nela querer de vós mais larga enformaçaõ, e em quanto a naõ tenho, ey por meu seruiço que se naõ faça neste porto nhũ forte nem casa pera feitoria, e somente se deue continuar o tratto delle pera com esta ocassiaõ enuiardes áquellas partes algũs Religiosos e os yrdes conseruando nellas pera poderem promulgar e dilatar o evangelho, que he o que principalmente pretendo de todas minhas conquistas; e com este primeiro yntento premita Deos que pello tempo em diante se consigaõ deste descobrimento tantos proueitos e commodidades a esse estado que obrigem a se fazer muita conta delle pera tudo o may.

X. E asy me dizeis que mandastes cumprir o que vos mandey escreuer acerca dos Regimentos sobre o trato das fortalezas de Çofalla e Moçambique de que logo avissareis o Alferes mór; e que avia nisto algũs ynconuiientes a que os officiaes daquellas partes naõ podiaõ dar saída, porque o que se costumou ha corenta annos agora com a mudança das cousas e do tempo ficaua danosso,

naõ declarando em particular quaes seyaõ estes ynconu-
nientes que senifficaes; e porque naõ conuem a meu ser-
uiço tratar-se desta materia pera somente dela formarem
ocasiaõ os capitaes daquella fortaleza pera me alegarem
que recebem perdas, como yá o começa a fazer o Alferes
mor, sem se dar a execuçaõ o comprimento dos Regi-
mentos della, vos encomendo que os façaes guardar e
compzir na milhor forma e ordem que puder ser, que naõ
faltara remedeo ao que he tanta rezaõ que o tenha, e dos
ynconuinentes que nesta materia se vos offerecerem me
avissareys pera vos mandar sobre elles escreuer o que
may's ouuer por meu seruico que se faça.

XI. Taõbem me dizeis que tiuestes o anno atraz car-
tas dos Religiosos e cristãos que estaõ na Ethiopia e do
Iffante Dom Joaõ, tio do Preste, em que se mostra de-
seyoso de se aquele Reyno remedear, pera o que pede
armada e poder, e diz que com o seu, e com o que tem o
Bernagais que taõbem he affeioado a meu seruico ayu-
dara a deitar os Turcos daquellas partes, e fara outras
cousas de ymportancia; pelo que vos encomendo que
asy a este principe como aos cristãos que residem nas
terras do Preste vades animando com car as e esperan-
ças até que o tempo e as necessidades do estado dem lu-
gar pera se poder acodir a esta cristandade, cousa taõ
desejada dos senhores. Reis meus antecessores, e que
eu sumamente desseyo prosseguir.

XII. E asy me dizeis que saõ taõ incertas as novas da
Persia que em lugares muito vezinhos e em poucos dias
se daõ hũas muito diferentes das outras, e como seya de
tanta ymportancia avisardes-me sempre de todas as que
pudeis ter será muito meu seruico procurardes as mais
certas, e vos encomendo que asy o façaes, e foy bem fe-
to mandardes ao Xá a carta que lhe escreuy per via do
capitaõ de Ormuz, e por que lhe tenho mandado escreuer
pelas náos dos annos passados alem das que foraõ em ou-
tros annos de que ynda naõ tenho reposta, me pareceo
o naõ deuer de fazer pellas deste anno ate naõ vet repor-

ta sua, e trabalhareis por ter com este Rey, toda a boa correspondencia que poder ser.

XIII. É sobre o que me escreueis do aviso que ti. nestes sobre Dom Antonio que foi Prior do Cratto, em carta particular vos mando escreuer, sobre esta matteria.

XIV. Tambem me dizeis que pella via de Dyo e outras partes tinheis mandado espiar o estreito de Meca pera antes de entrar o ynuerno poderdes saber se sairaõ alguãs gales e o que fizeraõ, que foi acertado, e asy o será procurardes per todas as vias de ter sempre aviso das cousas deste estreito. E sobre os quatro ymgresses que em tempo do Conde Dom Francisco Mascarenhas foraõ a India, de que me dais conta que eraõ mercadores, e pasaraõ aquellas partes ao com esse yntento, e que saõ morttos tres delles, e que o que ficou era pintor e cassado nellas, todavia por cima desta enformação que me daes vos torno a encomendar que facaes mais delligencia por saber o yntento de sua yda, e dos culpados na fogfda dos tres, como vollo mandey escrener pela armada do anno passado em que já tereis procedido.

XV. E quanto ao que me escreueis que vos eraõ chegadas castas do capitaõ de Columbo em que vos daua conta como ficaua aquela fortaleza muito apertada do Rajú e cometida por muitas vezes com ympitto e determinação continuando com as minas e entulhos, ao que logo mandastes acodir com armada e socorros de soldados e mantimentos, e que finalmente fazieis prestes Manoel de Sousa Coutinho com outra grossa armada e de muita gente pera yr descerqar esta fortaleza; foy tudo muy bem feito e conforme a grande confiança que de vós tenho e a vossa obrigação em tal caso, em que me ey por mui bem seruido de vos, e comfo me escreuaes pellas primeiras naos que vierem que do cuidado e diligencia com que acodistes a esta fortaleza se conseguiraõ todos os bons effeitos que se esperaõ.

XVI. E taõbem me daes conta que tendo mandado a hum Antonio Borges pera servir de Juiz dalfandega de Cochim por ter partes pera yssso e ser bemquisto naquella

cidade e entenderdes que folgaria elRey de Cochim que servisse elle antes este cargo que outrem, avendo dous ou tres messes que estava de posse se moveraõ duuidas entre hum dos escriuais daquela alfandega e outro que era criado de Nicoláo Petro Cochino a que tinheis provido deste officio em vida por elRey de Cochim e elle vollo pedirem ao fazer do contrato da mesma alfandega; e que entendendo Nicoláo Petro que naõ podia este seu criado deixar de ser desaposado do cargo pela patente que mandey passar ao que foi provido por mim, e lei mandado que se naõ prouessem estes carregos senaõ por tres annos somente, negoceara com elRey de Cochim que se mostrase diuto enfadado, e naõ consentise que Antonio Borges servisse de Juiz pela promissaõ que lhe pasastes nem o escriuaõ pella minha que tinha; sobre que Nicoláo e este Rey fizeraõ algũas jũtas em que soltara pallauras com muita arrogancia, e me affirmas que tem ynteligencias com o Raju e com Cunha. le ymigoz desse estado: e vos parece que sera meu serviço desenganarse este Rey pera que entenda que o naõ pode ser senaõ em quanto o eu mandar fauorecer e ajudar; e posto que aya resoẽs pera se vsar com elle na forma em que vos parece, por outras que se me offerecem vos encomendo que procedaes com este Rey com muito tento e disimulaçaõ e na melhor forma que puder ser ficando a autoridade e reputaçã de meu serviço no lugar que se lhe deue soposto o muito que ymporta em caminhallo e conserualo, porque nao conuem a meu serviço nem ao bem desse estado romperse de todo com elle, e inda que pareça que por ora se esquece em algum modido da sua obrigaçaõ em meu serviço e da que erdon de seus antecessores, he rezaõ que eu me lembre da que lhe esta Coroa tem tanto pelas merces que della tem recebido como por serviços feitos a ella pelos de que ella decendo. E por este moddo guiado com vosa muita prudencia he de crer que elRey de Cochim torne em sy, e que ynd por contas de interesse entenda quanto mais ganha em fazer o que he obrigado, e quando outra com-

sa fosse, entaõ elle mesmo seria quem mais tiuesse contra sy. Escrita em Lisboa a bj de feureiro de de mil quinhentos oitenta e noue.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—2.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(1.ª via—Livro 3.º fl. 374 4.ª via—Livro 3.º fl. 380).

57.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muyto saudar. Antre outras cartas voasas que receby pelas vias que vieraõ pelas náos do anno passado a que vos mando responder por outras que vaõ nestas vias, vy as que me escreuestes em 23 de nouembro de 87, e foi muito acertado mandardes a este Reyno pela via de Ormuz a Juliaõ da Costa com as nouas do bom successo que Martim Afonso de Melo que Deos perdoe tene na costa de Melinde com a armada de que o encarregastes, e asy do aperto e trabalhos da fortaleza de Malaqa, posto que chegou muito pouco tempo antes da vinda das náos. E pelos riscos que ha nas cartas que vem por terra sempre deuem vir em cifra as materias de segredo, e os particulares doutras, ynda que seyaõ pubricas, e escusaremse estas viagens da terra quando naõ ouuer tempo pera serem mays breues que as do mar, por que avendo de ser ambas casy no mesmo tempo como agora foi com a vinda de Juliaõ da Costa, naõ ficaõ sendo de muito effeito.

II. Do moddo em que procedestes e acodistes ao cerco e aperto de Malaqa com a armada de que foi por capitãõ mór Dom Paulo de Lima estando taõ ympossibilitado esse estado do necesareo pera ella como dizeis, e tendo antes disto feitas as duas armadas em que foi

Ruy Gonçalves da Camara e Martim Affonso de Melo, e diligencia e brevidade com que se esta armada ordenou que a necessidade daquela fortaleza pedia, foi conforme á muita confiança que de vós tenho, e de tudo receby muito contentamento; e espero saber muito cedo per cartas vossas o successo e vitorea que esta armada tene del Rey de Jor de quisme certifficou Sumão d'Abren de Melo que nela foi, e vinha com cartas de Dom Paulo que se perderaõ, como yá tereis sabido, e aos fidalgos que nesta armada me forãõ serdir mando escreuer o contentamento que disso tiue, e como me ey por bem sendo deley, e as cartas vaõ nas vias; encomendando que lhas mandeis dar. (a)

III. E como el Rey de Jor he vezinho da porta da fortaleza de Malaqa e hia em tanto crescimento seu poder, e chegou a tanto aperto aquella fortaleza como me escreueis, que se pode aver por mais prejudicial ymigo dela e mais pera se arrecear que o Dacchem, pois naõ somente a pos em cercos e apertos muitas vezes, mas de todo vay tirando os rendimentos da mesma fortaleza, obrigando a todas as naos e juncos de mercadores que leuem suas mercadorias e vaõ pagar seus direitos a Jor, em caso que Dom Paulo de Lima tenha desbaratado este Rey e posta porterra a sua fortaleza como espero que me escreveis que esta feyto, vos encomendo que dels ordem e procureys como o dito Rey a naõ posa mays refazer nem fortificar. E porque me foi ditto que seria muito conuiniente pera segurança da fortaleza de Malaqa mandar fazer hum forte no mesmo sittio de Jor, em que residãõ algũs soldados, vos encomendo que sobre este particular tomeis os pareceres de algũs fidalgos e pessoas de experiencia daquellas partes, e com vosso parecer me escreuaes se será meu serviço e segurança de Mallaqa fazerse este forte em Jor; e ou se aya de fazer ou naõ, vos torno a encomendar de nouo que se naõ torne a fortificar este Rey

(a) Dis a margem com letra contemporânea: Estas cartas de fidalgos naõ chegaram.

nem refazer a força e pouoação que tinha naquella parte.

IV. E quanto ao que dizeis que será serviço meu o proueito de minha fazenda contrataremse os terços e choqueis do crauo que vem de Maluço com os capitaes das viagens pela muita despesa que se faz no apercebimento dos galeões em que se vão fazer sem resultar a minha fazenda proueito algum como ya mo escreuestes pelas naos do anno de 87; sobre o que vos mandey que me enuiaseis algũas enformações que espero que venhaõ nas primeiras naos; tanto que as tiuer vos avissarey do que ouuer por meu serviço que se nesta materia faça.

V. Poy a pouoação de Macao esta com nome de cidade como me escreueis, bem se pode com esta occasiã ordenar que procedaõ com gouerno que se deue de procurar per todos os moddos posiuéis, pera o que ouue por meu serviço mandar nas naos do anno pasado o Licenciado Rodrigo Machado Barbosa pera nella me servir de Ouidor, que he o meyo com que se pode equietar a gente daquella pouoação, e evitaremse os bandos que me escreueis que ha nela. E a este letrado vos encomendo deis todo o fauor necessario pera que possa proceder em sua obrigação como conuem a meu serviço e quietacaõ dos moradores daquella pouoação.

VI. Receby desprazer do que me escreuestes sobre Frei Martinho Ynacio de Loyola cometer na pouoação de Macão as liuiandades e desmanchos que dizeis, pondo em muitos trabalhos, e arriscando a entrada dos Religiosos da Companhia de Jesu na China, que vão fazendo muito fruito naquellas partes. E posto que o anno pasado vos mandey escrever que não consintiseis entrasse na China, e o fizeseis vir com seus companheiros a Malaqua pera o Bispo daquela cidade lhe limitar os lugares em que aviaõ de pregar o evangelho; por o dito Frei Martinho vir ter a estes Reynos pela via do Peru depois da chegada das naos do anno passado, vos avissarey por outra carta do que a elle toca, e com os vossos companheiros que la ficaraõ se procederá na ordein

e maneira que vos mandey escrever o anno passado.

VII. E quanto ao que dizeis que o Bispo da China fora enuernar o anno de 87 a Cochim, e depois se foi a Goa requerer o pagamento de seus ordenados, com que o acomodastes pera se aver de tornar logo pera Macão, tenho por acertado o moddo com que procedestes com elle. E receby contentamento do fruto que me escreueis que fazem os Religiosos da Companhia naquelas provincias da China, e de mandardes os fidalgos Japoês que vjeraõ a este Reyno pera o Japaõ com o Padre Alexandre de Valinhano, que pera lá foi por Vissitador. E por que tenho entendido o muito fruto que naquelas partes se faz na conuersaõ dos gentios delas, vos encomendo fauoreçaes e ajudeis os ministros que andaõ nesta obra tanto de scruiço de Deos e meu em tudo o que puder ser conforme a como vos tenho encomendado toda esta materia da conuersaõ em geral e em particular.

VIII. E do que trataes acerca destes Religiosos da Companhia serem mormurados pelos tratos com que correm naquelas partes, de que o Bispo da China e alguãs outras pessoas vos deraõ enformaçaõ, tiue descontentamento, por que asy como nas obras com que procedem no seruiço de Deos he rezaõ que seyaõ fauorecidos e ajudados pera milhor as poderem proseguir, asy taõbem conuem que nas que com rezaõ se pode ter delles algum escandalo se moderem e atalhem, e ambas estas cousas vos encomendo pera que tendo fauor em huas tenhaõ taõbem aduertencia em outras de maneira que naõ aya deles as inormuraçoẽs que me escreueis.

IX. Tiue por acertado mandardes recado a Antõto de Sousa Godinho que anda nas partes de Bemgalla pera acodir a fortaleza de Columbo, e pelo cuidado e zello com que me escreueis que elle procede nas cousas de meu seruiço, e por vós lhe saõ encarregadas, lhe mandey escrever a carta que vay nestas vias, e vos encomiendo que com elle tenhaes a conta que he rezaõ.

X. Btiue contentamento do modo com que correis com o Rey de Ceilã, e de lhe mandardes fazer pagamento

dos mil pardãos que cadanno tem de merce, que como a Rey christão, e que não tem outra cousa de que se sustente, he rezaõ que lhe não falte, e que delle tenhaes particular cuidado, e que entenda por obras e palauras que vollo tenho mandado encomendar; e sobre o dinheiro que ele dá a alguãs pessoas á conta do que se emprestou ao Vissorrey Dom Afonso, não tenho que de nouo vos tratar porque pelas náos do anno pasado vos mandey escreuer que por nhum caso se fizesse pagamento de nhum dinheiro deste, por ser enformado que se tinha pago muito grande cantidade a pessoas a que o deu com muita largeza sem deste dinheiro aver livro de receita nem despesa, sobre que mandey passar huã prouisaõ minha, que vos enuiey os annos passados, que fareis guardar ynteiramente como se nela contem.

XI He de tam grande ymportancia procurar-se por todos os modos possiueis pimenta pera a carga das náos, que não he necesareo exagerar de nouo cousa taõ entendida, e em que se tem ditto e escrito tanto; mas por cima de tudo, volo torno a encomendar, e que se vá proseguindo em se fazer pimenta na costa do Canará, pois resulta de se fazer nella poderem as náos vir com tanta carga como trouxeraõ as da armada do anno pasado, que vos agradeço muito. E receby muito contentamento do cuidado e dilligencia com que me escreueis que procuraes que se faça nella em todos os annos muita pimenta, porque não taõ somente resultará disto muito proueito a minha fazenda, e poderem vir as náos a seu tempo, mas taõbem seruirá ysto de entender elRey de Cochim que se podem carregar as náos, ynda que se elle descuide de dar pimenta pera ellas, como tem feito estes annos atrás, que tenho por de muita consideraçaõ, e que por isto principalmente se dene pretender fazer-se toda a que for possiuel nas fortalezas do Canará. E porque fui enformado que ynda ficou alguã pimenta feita que se pudera embarcar na não Santo Antonio em que foi por Capitaõ mór Francisco de Mello que não trouxe a carga que pudéra

trazer, vos encomendo que deys ordem como as náos tragaõ toda a pimenta que se fizer em cada hũ anno e vós aduirtaes em poder acontecer que os procuradores dos contratadores que contrataraõ com minha fazenda os direitos das drogas, procurem antes de as náos as trazerem que muita pimenta.

XII. Foi bem feito mandardes a elRey de Belegim por Antonio Teles capitão de Onor a carta que lhe mandei escrever e tratardes de se fazer tanta pimenta na costa do Canará como me dizeis que ouue o anno passado, e moddo em que procedeis com este Rey, e com o Saõ carnao Boto, e Rainhas de Baticallá e Guarçopá, que he o que conuem pera se aver pimenta pelas rezões do capitulo atrás. E vos torno a encomendar que procureis que em todos os annos se faça nesta costa toda a pimenta que for possivel pera a carga das náos. E a Antonio Teles mando escrever que corra nesta materia com o cuidado e dilligencia com que me escreueis que me serue, de que tenho contentamento, e me ey por, bem servido delle.

XIII. E quanto ao que me dizeis que vos não parece meu seruiço mandar defferir aos requerimentos delRey de Cananor por dar muito pouca pimenta pera a carga das náos, e com muito trabalho, e consentir que sayão de seus postos muitos cossarios, de que meus vassallos recebem grandes roubos e danos; ey por bem que porora se lhe suspenda a resposta deles como vos parece, até ter vossa enformação de como procede nestas cousas depois de lhe mandardes a carta que dizeis, e Dom Fernando de Menesses estar em posse da fortaleza de Cananor, pera conforme a que tiuer lhe mandar deffender a eles como ouuer por meu seruiço.

XIV. ElRey de Repelim me mandou dizer por hũa carta sua que queria em cada hum anno dar pimenta pera a carga de hũa nao com tal condição que elRey de Cochim não entendesse nela nem pretendesse os direitos que costuma leuar da que vem do porto do mesmo Cochim, como thabem me dizatt que velle encareno, e

que tihbeis mandado ao Doutor Luis de Goes e Nicolao Petre fazerem as dilligencias necessareas para este negocio vir a effeito, pelo que vos encomendo que trabalheis por aver esta pimenta de tal maneira que se não dê materia da queixa com ração a elRey de Cochim, procurando todos os meios possiveis para que se aja, e me enjussareis se ha, dá em milhores preços do que custa a que se recolhe no porto de Cochim.

XV. Tenho por muito acertado tratar-se de em todos os annos aver em Coulaõ toda a pimenta que for possível para a carga das naos, e de ser pimenta velha resultará a minha fazenda aver poucas quebras, nela como se enxergou na carga das naos do anno passado em que ouve pouca quebra em comparacão de muita que téhe a pimenta que trouxerao as naas dos annos atras. E vendo o que me escreueis que fortes avisado pelo capitão daquela fortaleza que yndo elRey de Cochim algũs vezes ver os Reys de Coulaõ com nome de os a pasignar em suas differencas e negociar pimenta para a carga das naos, o fizera pelo contrario encontrando com disimulacão tudo o que nesta materia conuinha a meu serviço, como taõbem me escreuestes pelas naos do anno de 87, me parece materia para se yr tratando do que nela se deue fazer, e por ora vos encomendo que vades encaminhando este Rey com muito tento e consideracão que ha o mesmo que vos escreuo per outra minha carta.

XVI. E quanto ao que me dizeis que mandastés ver em Relacão as deusas que os Licenciados Luis de Goes e Gaspar de Menelao tiraraõ da pimenta, e que se não castigaraõ as que se acharaõ mais culpados nelas por serem mortos; e que por isto estar tanto a vosa conta poderey ver que não são necessareas as lembranças que sobre yssso me fez Gaspar de Menelao, todavia por esta materia ser de tanta consideracão, sempre será meu serviço ouvir as lembranças que sobre ella me fizerem, que sendo de muitos alguns atinaraõ com o que convém, posto que das vossas sempre farey mais conta que de todas

como he rezaõ; e vos encomendo tenhaes particular cuidado de saber as pessoas que trataõ nesta pimenta e a deçencaminhaõ pera serem castigados com o rigor que o caso pede.

XVII. He de tanta ymportancia carregaremse as náos que vem pera este Reino conforme a meus Regimentos, e aos que saõ dados de muitos annos a esta parte, que posto que algũas vezes vos tenho mandado escrever que na carga dellas os façaes guardar ynteiramente, volo torno de novo a encarregar com todo o encarecimento, e que particularmente ordeneys que a pessoa que me servir de veedor da fazenda da carga delas que depois de se começarem a carregar até partirem as veyra muito a mende pera saber como se carregaõ, e se os guardas que nellas se poem cumprem com o Regimento que lhe he dado, e naõ consinta que estas náos se façãõ á vella com muito numero de pipas arriçadas pelas enxarcias e meças de guarniçaõ, e com o conués taõ pejado e sobre-carregado que ficãõ ocasionadas pera se perderem e soçobrem sem fazerem viagem, como aconteeço á não Reliquias, e empossibilitadas para se marearem e lhe acodirem nas tromentas que lhe sobrevierem, e finalmente quero e mando que os meus Regimentos feitos sobre ysto se guardem á letra sem eyceiçaõ algũa.

XVIII. E quanto ao que me dizeis que elRey da Cochim tem em sy mais de trinta mil pardãos dos cabedacs da pimenta, e alem deles quatro mil que lhe emprestastes do rendimento dalfandega do mesmo Cochim com algũas moniçoẽs que vos mandou pedir, e que estaes desconfiado de se aver de todo este dinheiro pagamento, por quaõ mal toma este Rey falarem-lhe nele, e que vos naõ parece meu serviço conceder-lhe a viagem da China que me pede, asy por este respeito como por se ter dele pouca satisfaçaõ nas cousas de que me daes conta, me pareceo conformarme nisto com o que me escreueis, e vos encomendo que daqui em diante lhe naõ seya emprestado mais nhum dinheiro nem outra algũa coisa de minha fazenda, tendo-se ali modo no que se lhe negar.

que não ynfra o contrario do que por ora coñuem que se lhe dê a entender.

XIX. E terey sempre por muyto acertado trabalhar des por concordar e aquierrar os Reys dessas partes que procedem bem em meu serviço como dizeis que procuraes de fazer com a Rainha que socedeo no Reyno de Chamganatte, e sobre o prouimento dos carregos de limgoas daquelas partes me parece meu serviço procederdes na ordem que me escreueis.

XX. E quanto ao que me dizeis que a cidade de Cochim vos mandou hum seu procurador sobre algũs negocios, e principalmente pedirnos me escreueseis sobre as duas viagens da China que diz que tem por promissoes do Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu sobrinho, que esta em gloria, pera a fortificaçaõ daquela cidade, e que hũa dellas he pera se poder fazer logo, e a outra pera quando lhe couber, e vos parece que esta fortificaçaõ he a mays ymportante cousa dessas partes pelas rezoẽs que em vossa carta me apontaes, e asy o moddo em que coñuem tratar della com menos escandalo del Rey de Cochim, posto que pellas causas e rezoẽs que apontaes me parece que será muito meu serviço e segurança daquella cidade cercarse, he esta materia de tanta consideraçaõ, e offerecemse nela algũs inconuenientes a que se dene ter respeito, que a tenho mandado ver e pratticar, e vos mandarey escrever em carta particular o que nella ouner por meu serviço que se faça.

XXI. Vy o que me dizeis sobre vos ter mandado encomendar o bom pagamento do Bispo e Cabido da See de Cochim, e que ateora se lhe tinha feitto com muito fauor, e vos parece que o deuem ter nalfandega daquella cidade, pois esta no seu bispado, e he necesarea a remda do betre da cidade de Goa em que dantes estaua applicado, pera o pagamento dos Desembargadores da Relaçãõ daquella cidade, e que lhe deno conceder os dizimos que pede por algũs annos por ymportarem pouco, e pelas rezoẽs que me apontaes, ey por bem de fazer merces ao Bispo que ora for de Cochim dos dizimos daquella

cidade por tempo de cinco annos, e avisarméis do que neles monta ao justo, e que o pagamento de seu ordenado e das mais pessoas do Cabido da See da dita cidade se lhe faça nalfandega della, e vos encomendo que sempre se tenha muito particular cuidado de lhe serem feitos bons pagamentos de seus ordenados. E quanto ás queixas que me escreueis que tem a Misericordia de Cochim do Bispo daquella cidade obrigar a se receberem as orfãos que cassão com as esmolos daquella casa na See da mesma cidade, em que me dizeis que não tem rezaõ por asy estar detriminado na Relação dessas partes, ey por bem que se guarde nisso a detriminação que nesta materia está tomada.

XXII. Taõbem me daes conta como elRey das Ilhas cassou com hũa yrmã de Antonio Teixeira de Macedo que foi deste Reyno em vossa companhia com as orfãos, e que o fez contra vossa parecer, e que por nelle aver muitos desmanchos, e se ordenar mal neste cassamento, lhe não dereys a carta que lhe mandey escrever na armada do anno de 87, e vos parecia meu seruiço não se correr com elle se não tiuer muita emenda, e vendo o que me dele escreueis, me pareceo bem feito não lhe dardes minha carta, e deuernos encomendar trabalheis por encaminhar este Rey (que he de tanta pouca ydade como subey) em todas as cousas de meu seruiço, e nas mais que lhe conuem pera se saber bem gouernar.

XXIII. Per vossa carta entendi como era morto o Samorim com que os annos passados se fizeraõ as pazes, e vos parecia que conuinha a meu seruiço mandar a carta que lhe eu mandey escrever ao Rey que o socedeb com algum presente, que tenho por bem feito: e vos parecia que se deuia mudar a fortaleza de Panane do lugar em que se começou a outra parte pelo mar ter comido muita da em que se fundou esta fortaleza; e porque sobre esta materia vos tenho esorito pelas mãos do anno passado o que ey por bem que se faça, me pareceo escusado tornaruoillo a dizer nesta. E por ser ynfornado que na fortaleza de Canhale se armaõ muitas galioas

de casarios que fazem nesse estado muitos roubos e insultos com muitas mortes de meus vassallos, vós encomendo que lembreis ao Samorim que ora he que hum dos capitulos per que se fizeram as pazes ante esse estado e seu antecessor foi obrigar-se elle a derrubar esta fortaleza do Cunhale, o que até ora se não fez, e o preanadaia e obrigaes a dar ysto a execucao deuida pelo muito que conuem a meu serviço; e a quistuação e reputação desse estado, fazendo de vossa parte nesta materia todo o bom officio que puder ser, e do que nelle se fizer me avisareys.

XXIV. Dom Filipe principe de Castella me emnou pedir por hũa carta sua que lhe fizesse merce de lhe mandar dar de tenca dous mil e quinhentos pardãos que Dom João principe de Ceilaõ tinha de renda em cada hum anno nas rendas do amfião e sabaõ, e lhas casas pera viços, e hum cavallo em Ormuz, e aey lhe fizesse merce de lhe confirmar o cargo de lingoa do capitaõ de Negapataõ e mocadaõ dos patamates, que lhe dereys pera casamento de hũa Dona Lucrecia da Cunha; e porque em vossa carta de cinco de dezembro de 87 me dizeis que lhe tendes dado sesenta pardãos de entretimento por me aalem doutras peças e merces que lhe fazeis per muitas vezes, lhe mandey responder que de tudo o que me pedia vos desse conta pera com vossa enformação lhe mandar responder como ounesse por meu serviço; pelo que vos encomendo que pois esse estado tem tanto a que acodir lhe deys a entender que não he este o tempo em que deue pedir nouas merces, antes contentarse com as que em meu nome lhe tendes feitas; e quanto aos officios de que tratta me avisareys se os destes a pessoa para quem mos pede, e da calidade della e dellês.

XXV. Frei Gaspar de Lisboa Custodio de São Francisco nessas partes me pede ordinareas pera algumas casas em que os Religiosos de sua Ordem fazem conversão por lhe responderdes que lhas não podieis dar sem licença minha; e eu lhe mandey escrever que vós apresentasseis as causas que de presente ha pera lhe mandar

acrecentar as ordinarias que pede pera com vosa enfor-
mação lhe mandar responder como ouuer por meu ser-
uiço : encomendouos que particularmente vos enformeis
destas casas que diz e do lugar em que estão, e se tão
necesareas pera o beneficio da conuersão, e o que será
bem que ordene a cada hũa, de que me enuiareys par-
ticular relação. Escrita em Lishoa a bj de feuerreiro de
myl quinhentos oitenta e nove.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—1.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conse-
lho do Estado, e seu Visorrey da India—1.ª via.

(Livro 3.º fl. 322—3.ª via, fl. 390)

58.

Visorrey amigo. En ElRey vos ennio muyto sandar.
Vy o que me escrenestes em carta de 20 de dezembro de
87 sobre a duuida que se moueo antre Diogo Rodrigues,
que elRey de Cochim tinha apresentado por escriuaõ
dalfandega de Cochim em vida, conforme ao contrato
que se com elle fez da dita alfandega, e a pessoa que
o mesmo anno foi prouido por mim do dito cargo por
tempo de tres annos, e pelo que vos mandey escreuer nas
vias do anno de 89 que os officios daquella alfandega se
seruissem de tres em tres annos, vos parecia meu seruiço
naõ seruir o dito Diogo Rodrigues mays que os tres an-
nos somente; e porque minha tenção he guardasse o con-
trato que se fez com elRey de Cochim, e elle podia no-
mear hũa pessoa que seruisse de escriuaõ em vida, naõ
se entendia neste aquella limittação de tempo senaõ nos
mays cargos que se na mesma alfandega aviaõ de
prouer, ou depois de vagar o dito officio prouido em vi-
da por esta vez, pelo que vos encomendo que deixais

servir ao dito Diogo Rodrigues o dito cargo em sua vida. E no que toca ao de Juiz da dita alfandega, em que o mesmo Rey tinha nomeado o Licenciado Francisco de Frias taõbem em vida conforme as condiçoẽs do dito contrato, que pello mandar vir a este Reyno vos mandey escreuer nas vias do anno passado de 88 que deixaseys nomear a elRey de Cochim outra pessoa em seu lugar pera servir o dito cargo de Juiz, como yá deue ter feito, ey por bem que a pessoa que nele estiuier nomeado por elRey de Cochim o sirua com se declarar na prouisaõ que lhe pera yssso passardes que será em quanto dar a ausencia ou o ympidimento do dito Francisco de Frias.

II. São de tanta consideraçaõ as despesas que se tem feitas de minha fazenda com a fortaleza de Panane, e tem resultado ategora dela taõ poucos effeitos de meu serviço e quiettaçaõ desse estado, pois me escreueis por carta de 23 de nouembro de 87 que naquêle veraõ armara o Cunhale doze galliotas bem apercebidas com que correrá a costa de Malauar com yntento de roubar as naos que hiaõ de Cochim com fazendas pera a China, ou queimar as deste Reyno que estauão na barra daquela cidade, a que vos fora forçado acodir com duas gales pera lhe darem guarda e ao Veedor da fazenda que leuaua dinheiro pera a compra da pimenta do Canará, que me pareceo tomar nesta materia noua resoluçaõ; e posto que pello que me escreueis, e mais informaçoẽs, que tinue dos danos e roubos que fizeraõ estas doze galliotas, e principalmente pelo Samorim naõ pôr nunca em effeito derubar a fortaleza de Cunhale, como está obrigado pela capitulaçaõ das pazes que fez com esse estado, se pudeira de todo romper com ele, todanya por auer nele tantas cousas e de tanta ymportancia a que de necessidade se deve acodir, por ora não ey por meu serviço que se quebrem, mas que pela melhor ordẽ, mays honrroso modõ e de mais reputaçaõ que puder ser largueis de toda a fortaleza que se começou em Panane recolhendose della toda a artilharia, moniçoẽs, e mais cousas que tiver, e

sey toda a madeira que se dela poder tirar, e se arraze de todo; e posto que o Samorim vos ofereça outro algum lugar mais conuiniente pera ella, não ey por men seruiço que se faça fortaleza no dito Panane, porque não seruirá de mais que de se lhe dar hum penhor pera se lhe sofrarem muitas cousas, e se lhe deixar nauegar pimenta para Meqa, que cada huã destas he de tanta ymportancia que seria a fortaleza pera fortifficarlhe com ella seus yntentos; e depois de a terdes extingida e recolhidas as ditas cousas, ey por bem e vos mando que tragues armada naquella costa como ate qui andou pera se castigarem os coasas que neia andarem, e se ympedir que não naueguem naos e outros nauios de esporaõ pera Meqa e outras partes sem cartazes, que he conforme ás condiçoẽs das mesmas pazes. E porque se tem entendido que o que sobre tudo conuem a meu seruiço he desfazerse e extingir-se de todo a fortaleza de Cunhale, vos encomendo e mando que com toda a breuidade possinel deys ordem como se faça, pois vedes que vay crescendo em poder este coasario e molestando esse estado, e que quanto mais se dilatar o remedeo disto, sera mais difficultoso poder-selhe dar, e alem de tudo ysto se deuer logo esfeutuar por ser de tanto meu seruiço, o averey por muito grande reputaçã desse estado.

III. O Licenciado Simão Perpira que ora serue de Juiz dos meus feitos nessas partes me escreueo que conforme ao Regimento da Relaçã dellas se lhe não dá, pera o despacho dos ditos feitos mays que hum dia em cada semana; e que por serem muitas as partes, que letigaõ naquele juizo recebem muita perda na dillaçã de seu despacho; e pera que as partes o possaõ ter com a breuidade que comuem, vos encomendo que façais dar ao dito Juiz dos feitos os dias que lhe mais forem necessarios pera o despacho delles.

IV. Pelas vias do anno passado vos mandey escreuer o desprazer que tinha de aver differencas antre Dom Jorge de Menesses Alferez mor e Nuno Vello Perreira pelas callidades e seruiços de ambos, encomendandouos, que

os compusesseis de maneira que as não ouuesse entre elles. E porque nas náos d'armada que o anno passado veo dessas partes me enuiou dizer o dito Nuno Velho que nos autos da querela que dera do dito Dom Jorge se tinha pernunciado na Relaçãõ dellas que ficassem as culpas deles pera o tempo que se tomasse residencia ao dito Dom Jorge, pedindome que mandasse vir a este Reyno a dita quérrela e os mais autos que se processaraõ sobre esta matteria, ey por bem e vos mando que me enuiays pelas naos desta armada a querella e todos os mais papeis que vos elle pedir e requerer por vias pera os mandar ver neste Reyno, e se prouer na materia deles como for justiça; e de nouo vos torno a encomendar quaõ encarecidamente pode ser o mesmo que vos ya escreuy sobre estas differenças que se deuem de todo acabar, pois o negocio está posto em justiça, e eu a ey de mandar fazer ynteiramente a quem a tiuer, e o que passou foi ante dous capitães, hum que entraua e outro que acabaua, e não pode em materia de cargos aver queixas pesoaes, e quando ysto não fosse parte pera serem logo amigos (que he o que deseyo que procureys mostrando-lhes o contentamento que disto receberey, e que ygnalmente vos achaes amigo dambos sem ser mais suspeito per hua parte que pella outra, como he razaõ que hum meu Visorrey o faça, e com taes pessoas) ao menos deuem aver por homrra, por primor, e por obrigaçãõ mui diuida não se embaratarem nem em palauras, nem em outros procedimentos, e esperarem com muita queitaçãõ e confiança o que nisto se julga, e a cada hum deles direis que asy lhe mando expresamente. Escrita em Lisboa a bj de feureiro de 89.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey da India.

1.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por El Rey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.

1.ª via.

(Livro 3.º fl. 352.)

59.

Visorrey amigo. Eu EllRey vos emuo muito sandar. Pellas cinco náos que o anno passado de 88 vieraõ dessas partes da India recebi vossas cartas, e por ellas v'y o que tendes feito em meu seruico, e que procuraes de proceder nelle conforme a vossa obrigaçãõ, e á muito particular confiança que de vós tenho, que he tudo conforme ao que de vós espero, e ao que até qui tendes feito, de que receby tanto contentamento como he rezaõ que tenha de taes seruicos como saõ os vossos, e por mui certo tenho que tereis acrescentados a elles outros, e os prosigireis sempre de tal maneira que mereçaes por elles fazerus as merces de que terey sempre muita lembrança.

II. De se proceder com o nouo Regimento da casa da Relaçãõ dessas partes na forma em que o tenho mandado, e os desembargadores della cumprirem com suas obrigaçoẽs como me escreueis, tiue muito contentamento, e do boim modo que nisto tiuestes, e vos emcomendo muito que assy na guarda delle como em todas as mais cousas que vos parecerem necessarias pera boa admenistraçãõ da justiça tenhaes muito particular cuidado de as fazer cumprir e guardar trabalhando que naõ aja falta nela, conforme ao que por mim vos he emcomendado em todos os annos por ser cousa tanto da minha obrigaçãõ; e com fio que assy o fareis.

III. De a náõ Reliquias soçobrar no porto de Cochim em dando a vela pera este Reino, e se ir ao fundo com toda a artelharia e fazenda que tinha, tiue muito descontentamento, por ser desastre nunca acontecido, e causado do muito descuido que se teue em a deixarem sobre carregar de tal maneira que se perdesse, sobre o que mandei fazer alguãs diligencias pera neste caso mandar prouer como a importancia delle o requera, de que vos avisarey por outra carta minha; e vos emcomendo que deis ordem como na carrega destas náos se tenha a vigilancia necessaria pera que naõ venhaõ sobre carregadas como vieraõ todas as dos annos atras, que foi causa pere

algũas dellas se perderem, e não chegarem a este Reino, e as que chegaraõ o anno passado lhe acontecera o mesmo desastre, se não tiueraõ taõ boa viagem como trouxeraõ, porque vieraõ taõ sobre carregadas como as dos annos atrás. E he cousa espantosa, e digna de grande e rigoroso castigo, sendo a importancia disto taõ grande e taõ intendida, e taõ bem provida por meus Regimentos, não se guardarem, de que se não podem escusar de culpa todos meus ministros dessas partes, a que isto toca.

IV. E quanto aos adbentestados e mais aluitres que concedi pera a obra da See da Cidade de Goa se arrecadarem sempre pelo Arcebispo, e dizeis que será muito difficultoso poderse saber o que disto he arrecadado e despendido, e me afirmaes que não he feita nhũa obra nesta Igreja, nem ha pera este efecto nhũ dinheiro destes aluitres, sendo muito o que cêtes importaõ, ey por bem que daqui em diante o Prouedor mór dos defuntos dese estado cobre todo o dinheiro dos adbintestados, e que de sua maõ os entregue a hũa pessoa de confiança que vós pera isso ordenareis, sobre a qual se carregaraõ em receita, pera com elles a mesma pessoa correr com a despesa da obra da See por ordem do Arcebispo, com declaraçaõ que o não despenderá em nhũa outra cousa, senaõ na obra desta Igreja; e vos emcomendo que todavia ordeneis logo de se tomar conta do rendimento e despesa delles dos annos atrás, porque inda que isto seia difficultoso, rezaõ he que procureis saber o que se fez delles, pois dizeis que importaõ muito, e de tudo me avisareis sempre.

V. E ao que me dizeis sobre o Arcebispo Dom Frei Visente d'Affonseca, que Deus perdoe, me ter pedido que mandasse aplicar rendas pera a fabrica das Igrejas desse estado, e que os feitores das fortalezas fizessem todas as despesas que pellos visitadores lhe fosse mandado; pella informaçaõ que tenho das Sees de Goa e de Cochim terem cada hũa delas cada anno cem mil reis pera a fabrica, e outras algũas ygreias a rezaõ de dez mil reis.

ey por bem que os feitores de cada hũa das fortalezas compraõ algũas cousas de pouca despesa que lhe forem mandadas fazer por visitacão nas Igrejas que não tiverem ordenado algum pera a fabrica; mas que nas despesas de sustancia que nelas por visitacão se mandarem fazer, antes de as darem a execução vollo foraõ primeiro a saber pera as mandardes cumprir parecendoos que he serviço de Deus e meu, e me parece que nas Igrejas desse estado que não tiverem fabrica deueis de ordenar como aião a dez mil reis por anno, ou lo que vos parecer conforme a calidade de cada hũa dellas. e de tudo me avisareis.

VI. Vy a folha que me emuiastes das rendas que os Religiosos da Companhia de Jesus tem de minha fazenda nesse estado. de que vos encomendo lhe mandeis fazer sempre bons pagamentos. E pera poder ter informacão de toda a fazenda que posuem nessas partes, vos encomendo que me enueis outra folha de todas as rendas, aldeas, e propiedades que os ditos Religiosos tiverem por qualquer outra via, inda que não seia de minha fazenda, assy por erança como por compra. ou por lhe ser deixada em testamento, e assy me avisareis de quantas casas, e collegios tem nas ditas partes, e dos Religiosos que residem nelas.

VII. E porque os annos atrás vos tenho mandado façaes entregar aos ditos Padres os presentes que vierem a esse estado. e ora me escreueis que elles os não querem receber dizendo que haõ de ser primeiro ouvidos, vos encomendo que com effeito lhos. façaes tornar, e em caso que os não queiraõ accitar, lhes mandareis declarar que se os não quizerem receber, os não haõ dauar mais, nem os douz mil pardãos que por elles lhe dauaõ da minha fazenda, e assy o fareis cumprir.

VIII. E quanto a doacão que me escreueis que Dom Pedro de Castro fez a estes Religiosos de algũas aldeas de Salcete que lhe em meu nome nomeou o Conde Dom Francisco Mascarenhas governando esse estado (a), não

(a) O extracto á margem declara que as aldeas são as de Coculim.

ey por bẽm quẽ aja effeito à tal doaçãõ pellas rezoẽs que apontaes em uossa carta, e por outras muitas de meu sêruiço naõ conuem que os ditos Religiosos tenhaõ as ditas aldeas, nem a doaçãõ que o dito Conde fez a Dom Pedro, e que tuet feita a qualquer outra pessoa das ditas aldeas pode ter effeito sem especial licençã minha e confirmaçãõ, nem o mesmo Dom Pedro podia fazer doaçãõ delãs a estes Religiosos, nem a prouisaõ que elles dizem que tem pera poderẽm tẽr e comprar propriadades de d. 600 ou ditz mil pardãos pode aver lugar nas aldeas e fõros realengos; pello quẽ ey por bẽm que a tal prouisaõ naõ aia effeito até se me apresentar, e eu a confirmar, ou mandar o que mais oitubr pör meu sêruiço, e assy lho fareis notificar, e que vos tragaõ a dita prouisaõ de que me enlatareis o trelado autentico asinado pelo Secretario desse estado que a copiarã tã propria.

IX. Quanto às desavenças quẽ estes Religiosos da Companhia tem com os de São Francisco sobre a casa noua quẽ fazem em Goa, de que me daes conta (a), e que a obra dellsa váy já muito avante; e que inda que o Custodio e frãvels o sentiaõ muito, naõ quiserãõ contrariãla pör ordem de justiça; sem a qual se naõ podia mandar sobre esta obra como elles queriaõ, nem os puderẽis concertar com os Religiosos da Companhia sobre o Collegio que fizeraõ em Vaipincotã, pello muito que estes Religiosos tem jã gastado nesta Igreja nova que fizeraõ, e fructo que me escriveis que fazem no Collegio de Vaypincotã, e mais consas quẽ me apontaes, ey por bẽm que acabem a dita casa e Collegio sem lhe ser posto a isso quiddã nem contradiçãõ algũa como vos parece; e ao Custodio e Religiosos de São Francisco fareis equietar nisto, e lhe direis as causas que me moueraõ ao assy aver pör bẽm, e quanto conuem ao sêruiço de Deos e meu aver muita conformidade antre os Religiosos dessas partes.

(a) O extracto à margem declara que a Casa he a do Bom Jesus.

X. E' tñe contentamento de me escreuerdes como fizestes esmola em meu nome de trezentos pardãos pera ajuda da fundaçã do Collegio de Angamale, e de terem já aquelles Relegiosos applicado a elle renda pera sustentarem trinta estudantes da terra que se nelle haõ de doutrinar e criar vera clerigos, e assy pera os mestres que õs haõ de emsinar, e pera dous Relegiosos que haõ de asestir com o Arcebispo do mesmo Angamale como se detriminou no Cinodo que se selebrou em Goa; e porque espero que desta obra se consigaõ muitas de seruiço de Deus, vos encomendo que a fauoreçaes em tudo o que for rezaõ.

XI. Folgney de saber que o ospital de Goa se gouerna bem pello Pronedor e Irmaõs da Misericordia della, e vos encomendo que tenhaes muito particular cuidado de serem muito bem providos e curados os doentes d'elle mandadolhe acodir com todo o necesario, pois he o remedio que os soldados que me seruem nessas partes tem em suas doenças, alem da obra em sy ser taõ pia.

XII. E quanto ao que me dizeis que tendo os Relegiosos da Ordem de Saõ Dominguos que andaõ promulgando o Evangelho nas Ilhas de Solor e Timor cincoenta pardãos cada hum de ordinariã por anno, e pedindo depois mais lhes foi acrescentado a dozentos pardãos a cada hum, que vos parece despesa exceciua e demaziada pellas rezoẽs que apoutaes, ey por bem que naõ aiaõ daqui em diante os dozentos pardãos, e que samente se dee a cada hum delles em cada hum anno de oitenta até cem pardãos como vos bem parecer que he ordinaria e proçaõ com que se comodamente podem manter.

XIII. Foi bem feito mandardes comprar as casas que estauaõ juntas ao dormitorio de Saõ Francisco de Goa como vos escreuy pera se meterem dentro no dito mosteiro pella desemquietaçaõ que com ellas tinhaõ os Relegiosos do mesmo mosteiro.

XIV. E quanto ao que me dizeis que por muitas rezoẽs vos parece que se deuem de separar as casas Recoletas dessas partes das outras que ha da mesma Ordem

de São Francisco, e auer diferentes Custodios, por ser materia que conuem tratar-se com o Geral da mesma Ordem, tanto que se lhe conçultar vos avisarey do que ouuer por bem que se nisto faça.

XV. E pellas rezoões que vos moueraõ a fazerdes merce em meu nome ao filho mais velho de Mamede Gão de quinhentos pardãos de tença em cada hum anno dos mil que vagaraõ por morte do dito seu pai, ei por bem de lhe confirmar a dita merce como vos parece, e principalmente por se fazer christaõ, da qual lhe mandei pasar prouisaõ minha que hira nas vias destas náos.

XVI. E tiue muito contentamento de me escreuerdes que fauoreceis os menistros do Santo Officio dessas partes, e de o elles assy merecerem procedendo bem em sua obrigação, vos encomendo muito que assy o façaes sempre como por mim vos he encarregado.

XVII. Das desordens com que procedeo Nuno Fernandez de Sequeira, que o Arcebispo Dom Frei Visente d'Afonsequa, que deus perdoe, deixou por Visitador nas partes do Norte com poderes largos e isentos do gouernador do Arcebispado de Goa; e assy de os ecclesiasticos quererem entrar na jurdição secular, tiue desprazer, e vos encomendo que quando ouuer alguãs desordens me aviseis dellas pera se lhe dar o remedio necessario, tendo com os ministros ecclesiasticos toda a boa correspondencia que puder ser, e emcaminhandoos a elles acertarem a sua, e me enuiareis hũa relação particular das desordens e abusos com que dizeis que procedem as pessoas ecclesiasticas metendose na jurdição secular, e usando de excomunhoẽs e outras penas, e em que casos, porque estas cousas comuem que especefiquem pera se milhor prouer nelas.

XVIII. Entendy por vossa carta o modo em que se corre com o hum por cento das fortalezas de Dio e Ormuz, e que com todos os mais das outras fortalezas da India, onde se pagaõ, correm os officiaes das Camaras por ordem de contratos, e que em alguãs destas fortalezas ha pouco rendimento deste hum por cento, de que

muitas vezes se aproueitaõ os moradores delas, e q^{ue} tendes procurado remedear este abuso e desordem em que tendes trabalho pellas condiçoens com que se concede este hum por cento; e p^{or}que conuem que se naõ gaste senaõ no pera que foi applicado, vos encomendo que prosigaes nos remedios que procuraes, e me aviseis que taes saõ, e as cousas que com elles pretendeis remediar.

XIX. Tenho por acertado mandardes o Engenheiro mór ver o que estana feito nas obras das fortificaçoens das fortalezas desse estado, e vos encomendo que trabalheis muito por se acabarem taõ depressa como a importancia dellas o pede, e que nas primeiras náos me mandeis particular traça do estado em que cada hũa destas fortalezas ficar, porque em quanto as de Damaõ, e Baçaim naõ estiuerm em estado defençauel, naõ conuem negarensse de todo os cartazes que pedem o Egebar, como me escreueis que será meu serviço fazerse, mas tanto que estas fortalezas estiuerm seguras, me avisareis pera vos mandar escrever o que ouner por bem que se faça sobre se darem ou negarem estes cartazes.

XX. E assy folguei de saber como a cidade de Baçaim armara os cinco navios á custa do hum por cento com a diligencia e vontade que me escreueis por lho vós assy emcomendardes pella necessidade que avia de segurarem aquella costa de cozairos, dos quaes fora por capitaõ mór Dom Ruy Gomez da Silua, e tiue contentamento da vontade com que nisto procedeo esta cidade, a que o mando agradecer por minha carta, e a D^om Ruy Gomez o que da sua parte fez; e porque tenho mandado ver os autos que me emuiastes sobre as sarrafagens dos fóros que se pagaõ a minha fazenda das aldeas de Baçaim, vos mandarey escrever em outra carta minha o que ouner por bem que se nesta materia faça.

XXI. E quanto ao que dizêis sobre Baltesar de Sousa Capitaõ de Cranganor, e da causa perque se agrauou de seus pagamentos, e das desauenças que teue com ElRey de Cochim, de que ElRey se vos mandou agrauar delle; tenho por bem feito tudo o que nestas materias fizestes

e vos emcomendo me aviseis de como o dito Baltesar de Sousa procede nas cousas de meu serviço, e com esto Rey.

XXII. E assy vy as causas que vos moueraõ a não mandardes Francisco Velho a Mascate tẽdoo vós nomeado por capitaõ daquele forte, que tiue por acertado; e pella boa informaçaõ que me delle daes, e que está liure do omezio que teue, ey por bem que elle me vaa servir no dito forte tanto que Belchior Calaça que ora está serviado acabar o tempo por que foi provido, tudo como me escreueis, pera o dito Francisco Velho servir no dito forte o tempo e pella maneira declarado na prouisaõ que desta merce lhe mandei passar.

XXIII. E quanto ao que dizeis que Antonio de Sequeira que servio de Prouedor mór dos contos desse estado, vindo na não Reliquias pera este Reino perdera nella sua fazenda, e que querendo embarcarse nas náos de que foi por capitaõ mór Francisco de Mello falecera, pela importancia deste carregó tenho mandado tratar de pessoa que deste Reino me vaa servir nelle nas naos deste anno presente, e pellas do anno passado vos mandei escreuer como avia por bem que servise este carregó de Prouedor mór dos contos Francisco Paes casado e morador em Goa pella boa informaçaõ que delle tiue, em quanto eu não mandasse deste Reino pessoa prouida do dito carregó; emcomendouos que me aviseis do modo em que nele procedeo.

XXIV. Vy o que me dizeis sobre a ordem com que se proue o ospital de Cochim, e como conuem não faltar o remedio necessario pera os doentes que nelle se curam, e vos emcomendo que tenhaes no prouimento delle taõ bom cuidado como me escreueis que tendes de lhe mandar acodir em suas necessidades.

XXV. Ha tantos annos que se procura o remedio das muitas desordens que correm nos liuros da matricula desse estado e pagamentos que se por elles fazem tanto contra meu serviço, e em dano de minha fazenda, e das conciecias dos meus ministros, sem atégora se dar nhũ

a estas desordens, que conformandome com o que sobre esta materia me escreueis em quanto as pessoas que me seruem nessas partes se não asentarem debaixo de bandeiras pera se lhe fazerem seus pagamentos quando se fizerem as resenhas ordinareas pera nelas não aver os enganos que até ora correraõ como vollo mandey quando deste Reino partistes, e nas vias da armada do anno passado, ey por meu seruiço que se reduza a dita matricula em liuros novos e se não fação nhũs pagamentos por elles senão pella ordem e forma que vereis por huã minha prouisaõ que vay nestas vias, a qual vos encomendo e mando que façaes cumprir e guardar tão inteiramente como por ella taõbem o mando.

XXVI. E quanto ao que escreueis que pera os socorros e armadas que foy forçado fazerdes vos faltou sempre o dinheiro necessario pera ellas, e que o esperaueis deste Reino, foraõ tantas as occasiões das armadas e despesas que se atégora fizeraõ nelle que não foi possivel poderense mandar mais que os sesenta mil cruzados que foraõ repartidos pellas náos da armada do anno passado; e a este preposito e fóra d'elle me pareceo deueruos aduertir que quando ha tanta falta de dinheiro pera os accidentes e armadas ordinarias desse estado que sempre deuem preceder a tudo, vos deueis restringir e estreitar mais nas merces que em todos os annos fazeis com tanta larguesa como se ounera dinheiro sobejo, sobre o que vos tenho mandado escrever em todos os annos, e de nouo volo torno ora muito inquarecidamente a encomendar remetendome ao que tereis visto pelas outras minhas cartas.

XXVII. A lenbrança que me fazeis de quanto importa a meu seruiço e ao bem desse estado escolherence capitães pera algũas das fortalezas d'elle que tenhaõ todas as partes e calidades que ellas requerem, tendose mais respeito a isso que ha satisfação de seruiços, me pareceo muito boa e sempre se isto assy emtendeo, e conforme a isto tenho mandado que se tenha muita aduertencia no prouimento das fortalezas, e principalmente nas cinco que apõtaes.

XXVIII. Vy o que me escreuestes sobre o Equebar andar occupado em guerras com os Tartoros e Patanes, e em fazer algũas fortificaçoẽs com que começa aver mudanças em Cambaia por parte delRey Modafar e seus liados, e como nestas mudanças e alteraçõẽs se podem oferecer algũas occasiõẽs de se poder tomar Surrate que de tantos tempos a esta parte se deseja e procura, vos emcomendo muyto que nas que virdes que se naõ deue deixar passar trabalheis por se fazer esta empreza tanto de serviço de Deus e meu.

XXIX. Vy o que me dizeis que a cidade de Goa me quizera mandar os annos atrás e tambem o passado hum procurador seu com alguns apontamentos de suas pertençoẽs e confirmaçoẽs de priuilegios, e que lho impedistes por vos parecer assy meu serviço; e porque com esta cidade he rezaõ que se tenha a conta deuida, ey por bem que querendo ella todavia enuiar a este Reino. algũa pessoa pera que me requeira suas cousas, lhe deis licença pera o fazer. E porque se queixa que lhe naõ foraõ dadas os annos passados cartas minhas mandandolhe escrever sempre nos maços das vias, de que tiue desprazer, vos emcomendo que vos informeis das pessoas per quem lhas mandastes entregar, se lhas deraõ, ou o deixaraõ de fazer, e deis ordem como en todos os annos lhe seiaõ dadas, e o emcarregueis particularmente ao Secretareo desse estado, e que de tolas as cartas minhas que forem nas vias se cobrem certidoẽs das pessoas a que se deraõ de como as receberaõ, e saiba a camara de Goa como mando que se faça esta diligencia sobre as cartas que lhe escreui, de que me avisarais, e avendo nisto culpa de alguem fareis proceder nisto.

XXX. Pelas informaçoes que tiue do procedimento de Janalurez Soares no cargo de Veedor da fazenda de Goa em que me scrufa emuei nas náos do anno passado a Antonio Girálte pera o soceder no dito cargo, e confio que procederá nelle como conuem a meu serviço, emcomendonos que o fauoreças no que for rezaõ pera melhor poder cumprir com a obrigaçaõ de seu car-

rego. E o Secretareo Joaõ de Faria que me escreueis que vinha pera este Reino, faleceo na viagem; e folguei de saber que o Doutor Duarte Delgado que ficou em seu lugar procede no mesmo cargo conforme ao que d'elle confio.

XXXI. E quarto ao que me dizeis que depois de vossa chegada a esse estado me tendes mandado informação dos nauios que nelle achastes de minhas armadas, e que depois o emcomendastes ao Veedor da fazenda que particularmente mo escreueste, porque nas náos que dessas partes vieraõ o anno passado não tiue nhũa relação dos galioes, galés, e outros nauios de remo que andaõ no seruiço, vos emcomendo nha emueis nestas náos.

XXXII. Foy bem feito o modo com que procedestes em se começar a fortificar a fortaleza de Manar pera cuja obra me dizeis que os moradores daquela costa daõ amedade do custo; emcomendouos que façaes acabar de todo esta fortificação e tenhaes particular cuidado das mais fortalezas desse estado que tiuerem a mesma necessidade, e agradeçaes de minha parte áqueles moradores o que nisto fazem.

XXXIII. Nas náos da armada do anno passado vieraõ as vinte pipas de salitre que na vossa carta dizeis, e pella muita necessidade que neste Reino ha d'elle pera minhas armadas, vos tenho emcomendado que em todos os annos enueis nas náos todos o mais que se puder aver, e fez muita falta não chegar o que uinha na náõ Salvador, pello que de nouo vos torno a emcomendar que trabalheis todo o posiuel pera que em todas as armadas venha o mais que puder ser, e trateis disto como de pimenta porque com o mesmo emcarecimento vos emcomendo salitre.

XXXIV. He de tanta importancia pera a conseruação desse estado não lhe faltar a artilharia necessaria pera as armadas que se nele fazem, materia de que ha tantos tempos que se trata, que deueis procurar como se façam muitas fundições dela, pois ha tanto aparelho pela es-

aver o cobre necessario pera isto sem ir deste Reino; e posto que me escreueis que tendes mandado fundir muita artelheria, vos emcomendo muito emcarecidamente que mandeis fazer a mais que puder ser, pera o que tenho mandado que vaõ nestas náos os dous fundidores que pedistes, por Francisco Diaz que seruia de fundidor estar doente e acabado.

XXXV. Tive contentamento de me escreuerdes o cuidado que tendes de emparar as orfaõs que vaõ deste Reino, e bom modo com que procedeis em seu remedio; e vos emcomendo que assy o façaes sempre, e terey lembrança da que me fazeis no despacho da confirmação das merces que fazeis em meu nome ás pessoas que cazaõ com ellas pellas rezoões que em vossa carta apontaes.

XXXVI. Com os brincos que mandastes comprar e me enuiastes nas náos do anno de 87 conforme ao que entaõ vos escreui folgei muito, e vos agradeço o cuidado que tendes de me fazer este seruico.

XXXVII. Prouerdes a Dom Filipe principe de Camdea com sesenta pardãos cada mes pera seu intertimento, e naõ consentirdes que venha a este Reino, posto que me escreueis que o deseia muito, me pareceo muito acertado, e vos emcomendo que inda que elle vos torne a pedir e requerer licença pera o fazer lha naõ concedaes.

XXXVIII. Folguei de saber por vossa carta como naõ fazeis merces em meu nome de báres forros, por volveu assy mandar no Regimento que leuastes; e vos emcomendo muito que assy o façaes daqui em diante.

XXXIX. Importa tanto amizade del Rey de Pegu pera a conseruação da fortaleza de Malaca que tenho por muito acertado emuiardes lha com minha carta o presente que na vossa dizeis, e uos emcomendo que com elle tenhaes toda a boa correspondencia, e se eutem todas as occasioões que o puderem desviar damisade desse estado.

XL. Do modo com que procedestes com os embaixadores do Idalcaõ, Nizamalúco, e Cotamalúco, tive contentamento; e vos emcomendo que sempre trabalheis por

conseruar estes Reis na amizade com esse estado pello muito que importa tela com os vizinhos delle; e porque me escreueis que o Cottamaluco se obrigou por contrato dar todos os annos trezentos candis darroz em Maçulapataõ pera prouimento da fortaleza de Ceilaõ, folgarey de me auisardes do preço em que se fez este contrato.

XLII. E quanto ao que me dizeis que o que Nicoláo Petro e Gaspar de Meneláo me escreuerão sobre algumas legoas de terra que se podem aproneitar junto a Coulaõ, e se fazerem fortalezas no Sangicer e Barcelor são emunções pelas rezoês que em vossa carta me apontaes, todauia sempre será meu serviço tomardes em todas estas materias as informações necesareas, e emuiardesmas com vosso parecer, porque posto que as principaes occupaões e trabalhos de vossa obrigação vos não deixem muito tempo pera outrás de menos inportancia, o zelo e cuidado que tendes de tudo o que toca a meu serviço vollo facilitaraõ pera o fazêdes em todas as ocaziões que se offecereim de que vos parecer que me deueis dar conta.

XLIII. E sobre se averem de tirar as madeiras aos Capitaães das fortalezas de Baçaim e Damaõ, ou largar-lhas pelas rezoês que em vossa carta me apontaes, vos mandarey escrever em outra o que ei por meu serviço que se nisso faça. Escrita em Lisboa a seis de feueireiro de mil quinhentos oitenta e nove.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—3.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Viso Rey da India.—3.ª via.

(Livro 3.º f 334)

60.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuyo muito saudar. Pelo que me escreuestes pelas vyas do anno passado sobre deueer mandar outro Visorrey a essas partes que vos succedesse na gouernança delas e licença pera vos virdes embora, e por me parecer yá tempo de virdes des-camsar, e entemderdes que tenho lenbrança de uos mandar vyr sem ser necesareo fazerseeme por vossa parte como volo mandey dizer antes que partiseis (quando não oune por meu seruiço limitar uos tempo), e volo escreuy depois, q isera este anno enuyar VisoRey, o que não pode ser pelo tempo se yr gastando com outras occupaões que foraõ tambem causa de este anno não yrem mais náos, gente, e moniçoës, posto que nas cimqno desta armada (por serem grandes) tenho mandado que vaõ dous mil homens darmas; mas pera o anno que vem, prazendo a nosso Senhor, vos mandarey sucesor e licença pera vos tyrdes embora, e com esta esperança certa podereys milhor pasar até entaõ os trabalhos desse gouerno, que não podem deixar de ser taõ grandes como me sinificaes em vossas cartas, de que tenho muita lenbrança, e a terey pera com vossa boa uimda me resolver nas merces que ouner por bem de vos fazer, crendo que entaõ tereys acrescentado a vossos seruiços outros mercimentos pera eu folgar mais de volas fazer como he razão. Escrita em Lisboa a quinze de feureiro de 589.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—3.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—3.º via.

(Livro 2.º fl. 58)

61.

Visorrey amigo. En El Rey vos enuio muito saudar. Na materia dalfandega de Chaul e de se deter ordenar naquella cidade vos tenho mandado escreuer pelas armadas dos annos passados, e porque em huã vossa carta das náos do anno passado de 88 me dizeis que pera se effetuar esta alfandega cumpre a meu seruiço mandaruolo expresamente por minha prouisaõ, antes de me nisto resolver mandey tomar alguãs emformações e ouuy sobre yssso alguãs pessoas de experiencia dessas partes, e porque naõ ha rezoões pera deixar de aver alfandega em Chaul, pois as ha em todas as mais fortalezas dellas, e as necesidades desse estado saõ taõ grandes como me escreueis, naõ se deue de regular esta materia somente pelo respeito particular daquella cidade e de pessoas ynteresadas nella, se naõ pello que conuem ao bem geral desse estado que está taõ fulto e necesitado como sabeys; e taõbem sou enformado que nos Capitulos das pazes que se fizeraõ com o Yzamalugo quando teue cercada aquella cidade se declarou que o que tocava a esta alfandega ficaria ao que o meu Visorrey dessas partes ordenasse, pelo que ey por meu seruiço que asenteis a dita alfandega pellos milhores, mais suaueys, e conuinientes modos que vos parecer pera se fazer com satisfaçã daquella cidade e sem escandallo, duuida, nem alteraçã, á qual escreuo sobre esta materia a carta que vay nestas vyas que lhe dareys parecendo asy meu seruiço, ou a suspenderays se virdes que may conuem, e pera se pôr a dita alfandega mandey passar a prouisaõ que vay nestas vyas, na execuçã da qual taõbem sobrestareys se vos parecer que conde asy a meu seruiço, e bem a quietaçã desse estado; naõ estando as cousas dele despostas pera se poder yntentar ysto até me avisardes particularmente de tudo. Escreffo em Lisboa a 18 de febreiro de 89.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dô Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 64 1.º via,—e fl. 46 3.º via)

62.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enule muito saudar. Per hũa carta delRey de Cochim, que recebi nas vias do anno passado me diz que tem particular cuidado de fauorecer e ayudar a conuersaõ da christandade em seus Reinos; e porque nas vossas cartas das mesmas vias me certeficaes quanto ao contrario disto procêde nesta materia, e elle se queixa de os ministros que andam nella procederem de maneira em que elle recebe escandallo e perda de sua fazenda, vos encomendo que se vá despondo este Rey de maneira que não impida esta obra da conuersaõ, e o pratiqueis com o Bispo de Cochim e com o Prouincial da Companhia de Jesu, aos quaes mando escreuer sobre esta matteria pera que em tudo se dê a maes conueniente ordem que for possiuel per que modos e meios poderá azer peraque conseguindose o effeito principal que sempre deue preceder a tudo se satisfaça e quiete ElRey de Cochim, pois isto tambem conuem pera o mesmo effeito.

II O mesmo Rey me escreue que sempre procedeo em meu seruico com a uerdade e limpeza que he obrigado mostrando que seus Reinos estão a ninha obediencia, e dizendo em resoluçaõ que numqua de seus portos sahiam cossairos a roubar nem naueguam pera Mequa, Dachem, e Ceillaõ, como fazem os Reis uezinhos com que os meus VisoReis tem amizade, e a que mandam presentes; e em conclusaõ me pede que lhe mande apontar as cousas em que me deesserve pera se ordenarem todas como conuem a meu seruico. E peço que de vos

as cartas tenho entendido o contrario, conuem todavia que se vá com este Rey continuando em tal forma que sem se quebrar com elle entenda que o que maes que tudo lhe conuem ne proceder elle de tal maneira em todas as cousas de meu serviço que me deua eu satisfazer muito delle nellas; e posto que em outra carta que vay nestas vias feita antes desta vos trato desta matteria a preposito tambem de Cochim me pareceo ella de qualidade pera vos tornar a fallar nella, porque a teho por de grande ymportancia, consideraçoão, e discurso p'ellos pontos que conserua em si que vos não particularizo por quam presentes vos deuem ser; é o rematte de tudo isto consiste em se entender bem ElRey de Cochim, e que não pode fazer em meu serviço cousa que não seya interesse proprio seu acertar nelle; e posto que este seia o caminho que maes approuo, não deixareis de yr uendo se ha outro pera me auisardes de tudo e me resolver no que for maes meu serviço.

III. Nas náos do anno passado tiue hũa carta do Samorim em que me diz que está muito prompto pera compir as pazes que esse estado fez com o Samorim seu irmão, e me pareceo meu serviço mandarlhe responder per outra carta minha de que com esta vos envio a cópia; e porque nella me pede que os cartazes que passardes a seus vassallos pera poderem nauegar se dem a elle na sua naõ pera os repartir por elles, remetto isto a vós pera o ordenardes como vos parecer maes serviço de Deos e meu; e me pareceo deuenos aduertir que os treslados que vierem com as oilas que os Reis gentios desse estado me ynuiaem, uenham maes autenticos do que o he nirem feitos pello escriuaõ da feitoria, mormente quando as cartas tratam de pessoas interessadas a que elle pode ser suspeito.

IV. Como as cousas desse estado estão tam prouidas em especial aqueles carreguos de que qua tenho maes enformaçoão auendo outros muitos nelle de que se podem prouer as pessoas que me la seruem, vos encomendo e mamdo que façaes fazer hum caderno de todas as capi-

tancias, é maes carregnos que nele se prouem por minhas prouissoês e pellos VisoReis desse estado e capitaes das fortallezas delle, no qual caderno se declarará os ordenados que cada hum delles tiuer por meus Regimentos, ou prouisoês dos VisoReis e guouernadores desse estado, que me ynuiareis por uias nas náos desta armada, feito tudo com taes declaraçoens que com ellas se responda a tudo o que se offerecer preguntarsse nesta materia.

V. E posto que os annos passados vos tenha mandado escreuer ynuiasseis narmada de cada hum delles as drogvas e yncenso necessario pera pagnamento das ordinarias que per conta de minha fazenda se paguam aos mosteiros e casas de Relligiosos destes Reinos, atee aguora as naõ trouxeram, fazendose com estas ordinarias hũa mui grande despeza em minha fazenda por se comprarem as drogvas pera o paguamento dellas pellos preços que uallem neste Reino, que se poderia escuzar uindo dessas partes como vollo tenho mandado escreuer; pello que vos encomendo e mando que dos rendimentos da alfandegna de Cochim façaes em cada hum anno comprar a quantidade de drogvas e yncenso que por hũa certidaõ do Prouedor e officiaes da casa da India (que vos será dada por vias) constar que sam necessarias pera o paguamento das dittas ordinarias que ynuiareis repartidas pellas náos de cada hũa das ditas armadas e entregues aos mestres dellas que se obriguaram a mandarem conhecimentos em forma dos thesoureiros da especiaría pera o official sobre que forem carreguadas, e se fará declaração no caderno das dittas náos das que uierem em cada hũa dellas.

VI. Julliaõ da Costa que dessas partes ueio por terra me apresentou hũa petiçaõ de Isaque Judeu morador em Babilionia na qual me pede que auendo respeito aos muitos anizos em que tem servido e pode servir lhe faça merce que elle se possa tornar á fortalleza de Ormuz donde dantes viaia, e dos dereitos da settima parte de sua fazenda que despachar naquella alfandegua, e que depois de ter paguo nella os dereitos da entrada e saida os Ca-

pitaês não tenham que entender com sua fazenda, e que liuremente a possa lenar ou mandar pera fora; e que lhe mande passar prouisaõ pera que ElRey de Ormuz nem suas ystiças entendam com elle, e que somente responda e estê a d'reito diante de minhas ystiças, e que elle e seus filhos e genrtros possam trazer no ditto Reino sombreiros de sol, e que os aposentadores da Cidade de Ormuz lhe não tomem suas cazas d'apostentadoria porque receberá nisso notavel damno, e sobre tudo me pede lhe faça merce de o mandar vir per hũa carta minha; e porque antes de lhe mandar responder a esta sua petiçaõ me pareceo deuer ter ynformaçã vossa, vos encomendo a tomeis muito particullar destê lsaque, e se será meu seruico mandallo vir pera a fortalleza de Ormuz; e como procedeo nella o tempo que ahi resedio, e se por elle se tinham alguns auizos necessarios ao bem desse estado, ou se auerá ynconueniente tornar elle áquella fortalleza, e se será decente concederlhe as cousas que pede, ou algũas dellas e quaes, pera com vossa ynformaçã e parecer lhe mandar responder como ouuer por meu seruico.

VII. O procurador dos Relligiosos da Companhia dessas partes me apresentou huns apontamentos em que me pedem aya por bem fazerlhes esmolla de lhe mandar dar algũa renda certa pera os Relligiosos que residem na conuersaõ da China e Japaõ, e mandar prohibir que nenhuns nauios de meus vassallos vaõ aos portos dos limguos d'elle dos que não premittem entrar o Euangelho em suas terras; e antes de lhe mandar a ysto responder vos encomendo vos ynformeis muito particullasmente de quantos Relligiosos residem naquellas partes, e se tem nellas algũa boa commodidade de se poderem sustentar sem estas rendas que pedem, e auendoselhes de dar nellas algũa d'ouso quanto deue ser, e se procedem na conuersaõ daquelle Reino com o respeito devido ao Viso Rey desse estado pera se ella melhor conseruar e augmentar, e se ha ynconuenientes d' quaes pera a prohibiçaõ que pedem de não yrem os dittos nauios a terras de imigraçã;

e de tudo me auizareis particnllarmente pera com vossa enformaçã e parecer me resolver na reposta que ouuer por bem de lhes mandar dar.

VIII E outrosi me pedem licença pera trazerem da China em cada hum anno doze quintaes de cobre pera se laurarem em moeda na ribeira de Goa, o que naõ hey por meu seruico pello dano que minha fazenda recebe em se laurar nella outro cobre senaõ o que for per conta della, e nos encomendo e mando que nesta materia guardeis inteiramente o que yá vos tenho mandado per carta de 21. de Janeiro do anno passado.

IX. O Prouedor e irmaõs da Misericordia da fortaleza de Coullaõ me ynuiaraõ dizer per carta de 16 de Dezembro de 87 como aquella casa estaua muito necessitada asi pera socorrer aos pobres nouamente conuertidos como pera o remedio dos doentes que se curam no hospital della que muitas vezes morrem ao desamparo, pedyndome os mandase prouer com algũa esmolla em cada hum anno nalfandegua da Cidade de Cochim, e antes de lhe mandar responder ao que asi pedem me pareceo que denia ter ynformaçã vossa, pello que vos encomendo a tomois do fructo que se colhe daquella casa e hospital, e se será seruico de Deos e meu fazerlhe algũa esmolla em cada hum anno como pedem, e quanta, de que me auizareis.

X. ElRey das Ilhas me escreueo pellas náos do anno passado, e se queixa que os mouros de Cananor são senhores absolutos daquellas Ilhas, e as desfructam de tudo o que ellas daõ, e que Nicullão Petro védor da fazenda de Cochim lhe naõ respondeo a hum protesto que lhe fez com a decencia deuida, e em geral se agraua de o tratarem com pouco acattamento, a que me pareceo naõ lhe deuer mandar responder por me escreuerdes em carta de 23 de Nouembro de 87 que sendo cazado com hũa yrmam de Antonio Teixeira de Macedo, que foi deste Reino em vossa companhia com as orfãs procedia de maneira e com tantos desmanchos que vos naõ pareceo meu seruico dardeslhe a carta que naquelle anno lhe escreui, e assi naõ lhe escreue nestas uias; e posto que já

vos tenho mandado escreuer que trabalheis pello yr encaminhando nas cousas de meu seruiço e obriguação de sua pessoa e nome que tem, vollo torno de nouo a encomendar, e que no que se offerecer e for rezaõ o fanoreçaes, dandolhe tambeñ a entender que por naõ ter boa ynformação de seu procedimento naõ me pareceo deuerlhe responder, mas que por sima diso vollo encomendo neste modo.

XI. E posto que sobre a demanda que ha antre ElRey de Ormuz e Xequê Joette que pretende a subcessaõ daquelle Reino vos tenho escriptto que se detremine esta causa, na Rellaçaõ dessas partes, por este negocio ser de grande ymportancia me pareceo meu seruiço tornarnos auisar que façaes ouuir com as partes o procurador dos meus feitos nesse estado, e que os iuizes a que pertencer o conhecimento destes autos ponhaõ suas tençoẽs por escriptto e que cada hum entregue a sua serrada e sellada que me ynuiareis com o traslado dos dittos autos com vosso parecer sobre o que entenderdes desta demanda, e se poderá causar algũa alteraçã no Reino de Ormuz em caso que se sentenceasse contra ElRey pera mandar ver tudo, e conforme as tençoẽs e ao que parecer justiça tomar nesta materia a resoluçaõ que uir que maes conuem. E porque o ditto Xequê Joette me ynuiou pedir que lhe mandasse passar prouisoẽs de seguro do dito Rey de Ormuz por se temer que por rezaõ da ditta demanda o mandasse matar, mandei passar a que vay nestas vias, e parecendoos que nao ha ynconueniente algum a se noteficar ao ditto Rey de Ormuz o fareis fazer pollo modo que vos melhor parecer, porque auẽdo e por bem que se lhe naõ dee o ditto seguro nem saiba que lho mandei passar, e me auisareis do que neste caso, vos parecer maes meu seruiço.

XII. E porque son ynformado que ynuiarensse às fortalezas desse estado pessoas com nome de Vedores de minha fazenda sempre he em damno della, e que os que ynuiastes a Cochim sobre os direitos das naos de Maluqna e China que naõ poderam passar a cidade

de Guoa se poderam escusar, e os sellairos que por esse respeito lhe destes e especialmente por naquella cidade auer Védor da fazenda prouido por mim, vos mando expressamente que escnzeis prouer estes carreguos como vollo ya mandei escreuer nas uias dos annos passados, o que entenderéis assi á letra sem outra interpetração alguã.

XIII. E assi sou ynformado que estando o Lecenceado Luis de Goes de Lacerda na cidade de Cochim tirara deuassa sobre a uinda del Rey de Cochim a ella e doutras cousas, a qual atee aguora me naõ foi inuiada, pello que vos encomendo que vos enformeis se por ella consta serem culpados alguãs pessoas, e na ynuiéis com toda a maes ynformação que disto tiuerdes.

XIV. Pellas uias do anno passado de 88 vos mandei escreuer como tinha apresentado no arcebispado de Guoa a Dom Matheus Bispo de Cochim, e lhe mandei as letras do Sancto Padre pera ser promovido á ditta prelazia, e porque poderia acontecer (o que naõ creio) que ou uesse entre uós e elle algum desgosto sobre as matetrias que correram em Cochim, e conuem que estando elle agora maes perto de vós e na principal prelazia desse estado tenhaes com elle toda a boa correspondencia, vos encomendo que assi o façais como de vós confio.

XV. E porque me foi ditto que mandando o Bispo de Cochim hum uigario ao porto de Teuenapataõ onde está yá feita huã ygreia fõram ali ter alguns Religiosos Capuchos da Ordem de Sam Francisco e usurparam a yurdição daquelle uigario, e escandallizaram o Naique senhor daquelle terra, vos encomendo que particullarmente vos ynformeis deste caso, e sendo assi como se diz aduirtaes ao Custodio daquelle Ordem que ponha nisto o remedio necessario, e a ynformação que disto tiuerdes me ynuiareis.

XVI. E posto que nas uias dos annos passados vos tenho mandado tomeis ynformação da queixa que ha entre os Relligiosos da Ordem de Sam Francisco e os da Companhia de Jesu sobre o Collegio que fazem em

Valpincotta, e pellas nãos do anno passado me este-
nestes que neste Collegio ora nouamente começado se
fazia fructo, e se esperana que ao diante se fizesse maes,
todavia por ser ynformado que se pode escuzar, pois na
cidade de Cochim ha Collegio com mantimento á custa
de minha fazenda, vos encomendo que vos torneis a en-
formar se conueem auer este de Vaipincotta e as pessoas
que se nelle yncinaõ, e se he necessario para a conuer-
saõ daquellas partes, de que me auisareis.

XVII. E porque por uossa carta e outras particullares
de pessoas desse estado soube como matiraram a Dom
Pedro Arel na cidade de Cochim alguns Portuguezes
e mestiços omeziados que residem em Cochim de sima,
e se cuida que foi por ordem del Rey de Cochim e seus
Regedores, procedendo o dito Dom Pedro sempre em
meu seruico, vos encomendo e mando que com todo o
rignor e dilligencia mandeis proceder contra os culpa-
dos, e trabalheis por se auerem a maõ, e se castigarem
como a qualidade deste caso o pede, e sem se dar a en-
tender a el Rey de Cochim que he auido por culpado
nelle, o obrigueis pol bons modos que dê o officio de
Arel a hum filho do ditto Dom Pedro.

XVIII. En carta de seis de feuerreiro que vay nestas
vias vos escreuo sobre as cousas del Rey de Jôr, e que
me auizeis se se deue fazer hum forte em Jôr, e tor-
nando agoura a uer esta materia, pella ymportancia de
que he, me parece que não consiste o remedio della em
se fazer o ditto forte senão em se procurar atalhar que
se não torne a fortificar aquelle Rey, e faça outra fortal-
leza no porto em que a tene, e que para tudo ysto será de
grande effeito andar naquellas partes a armada que for
necessaria e pera tambem segurar a nauegação dellas,
e assi vos encomendo que o ordeneis. Escrita em Lis-
boa, a 22 de feuerreiro de 1589.

REY.

Miguel de Mouta

Pera o Viso Rey.—Pera Vosa Magestade ver—3.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por El Rey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—Terceira via.

(Livro 3.º fl. 360)

Memoria do que se ha mister pera as ordinarias dos Mosteiros, e cousas de que S. Magestade tem feito, merce. (a)

It. de pimenta.....	36:2:20
„ de crauo.....	19:1:20
„ de canela.....	28:2:10
„ de gengiure.....	17:3:15
„ de beijoim.....	3:3:16
„ dencenço.....	30:3:14
„ de maça.....	1:3:18
„ de nós.....	2:0:06

Ysto crece cada dia porque por hũa prouisaõ geral todos os mosteiros que se fazem neste Reino tem certa ordinaria, e naõ entraõ aquy os mosteiros dos Capuchos que por esmola está en custume darselhe o que pedem principalmente pimenta, beijoim, o incenço, e asy aos frades Castelhanos desta Ordem quando aquy acertaõ de vir, o que certifico en Lisboa oje seis de feureiro de 1589—*Fernam Rodrigues Dalmada—Fernam Gomes da Gama.*

(Livro 1.º fl 165, e fl 167)

63.

Visorrey amigo. En El Rey vos emuiõ muito saudar. Comuem tanto ás grandes e continuadas despesas que

(a) Este he o documento a que se refere o Cap. V da Carta antecedente.

se fazem com os continuos cerquos que o Raju poem á fortaleza de Ceilaõ, que posto que peillas naos do anno de 87 vos emuey hãs apontamentos que me foraõ dados sobre o que conuinha fazerse nisto pera com vossa informaçãõ e parecer me resolver nesta materia, a que ainda me não respondestes, me pareceo meu seruiço mandar tomar resoluçãõ nella, pello que vos emcomendo e mando que logo ordeneis oito fustas bem apercebidas de soldados, artelharia, monicoens, com hum capitão mór e capitães de que se entenda que somente tratareõ de aquerir nesta armada merecimento pera eu lhe fazer por esse respeito muita merce procurando com ella e com os nauios que andaõ armados por ordem do capitão de Manar (que tambem hey por meu seruiço que se ajuntem nesta armada e debaixo da bandeira della) impedir de todos os commercios daquella Ilha, e emfraquecerem com isso o inimigo trazendo tam bem guardados os portos da dita Ilha que não possa entrar nem sair nenhũa embarçaõ delles, e isto com tanta continuaçãõ, vigilancia, e cuidado, que se fique consigindo todos estes efeitos que se pretende; e posto que pareça que com esta armada se fara hũa despesa continua, não pode ser tanta que muito maiores despesas se não façãõ com as grandes armadas que de necessidade se enuiaõ de socorro os mais dos annos a descerquar aquella fortaleza, e peraque tudo isto se faça milhor e mais inteiramente e os capitães daquella fortaleza monidos de alguãs pertenças suas que não he de crer que tenham, mas he bem que se atalhem, a não desuiem do que conuem, hey por bem que a pessoa que emcarregarde de capitão mór desta armada vos dee a menagem della, e fique fora da jurdiçãõ do Capitão da dita fortaleza, nem penda o prouimento nem admenistraçãõ da dita armada senãõ do Capitão mór della, e vos seja em tudo emediato, pera o que ordenareis ao dito Capitão mór o Regimento e ordem de como liade proceder na mesma armada, e de tal maneira que sia ante elle e o Capitão da fortaleza toda a conformidade nas cousas de meu seruiço, pera o que dareis a ambos a

ordem que conuem prouendose como a esta armada llye naõ fáltem os mantimentos necesareos e o dinheiro pera as paguas dos soldados que me nella seruirem, porque se ouuesem de ir bñscar este remedio a ontras^{as} partes e deixassem os portos daquella Ilha liures da mesma armada, seria de pouco effeito os que se della pertende que he infraquecer o imiguo e hir dispondo as cousas desta Ilha pera se melhor effeituara conquista della quando o tempo der lugar pera isso, e franquear esta armada a ponta de Gualle onde sou informado que o Raju tras algũs nanios armados por virem demandar aquella ponta todas as náos que vem de Bengala e das partes do Sul, onde já tomaraõ hum junco, e naõ se atalhando isto irá cada dia fazendo mores danos; e vos emcomendo vos informeis se será comueniente pera a segurança da nauegaçaõ do sul fazerse algum forte na mesma ponta de Gualle, e em caso que vos pareça necessario me avisareis da despesa que pode fazer, e dos soldados que deuem residir nelle.

II. E porque de todo fique desenganado este imigo de poder tomar por cerquo aquella fortaleza, ey por bem e mando que logo ordeneis como se recolha a fortaleza dentro em mil braças em ambito, e se atalhe com hum muro de mar a mar, que sou informado que poderá ser de quatrocentas braças, e cercado com hũa caua que sempre esteia cheia d'agua do mesmo mar, e naõ será de emconueniente ficar de fora desta fortaleza a mais grandura da que ora he com as mesmas cercuas com que atéqui esteue, pois se pode ordenar em caso que o imigo ponha algum cerco recolherense na mesma fortaleza o tempo que elle durar onde se deue recolher toda a artellaria depois que for auxiliada na forma em que hey por bem que se faça, o que mandareis ordenar por pessoas praticas e que o bem entendã assistindo a isso o engenheiro mór com a breuidade que este caso pede, de que me avisareis muito particularmente.

III E porque sou informado que daquella fortaleza se naõ recolhe nenhũa panela pera minha fazenda por respeito do Raju naõ acudir com as peças que ora

obrigado a dar, e de entãõ pera qua se faz muita cantidade della pellos piaês a quem se dá mantimento á custa de minha fazenda sem ficar resultando pera ella cousa algũa por se conuerter tudo em beneficio dos Capitaês, me pareceo deueruos mandar que particularmente vos emformeis da causa porque se naõ rocolhe esta canela por minha conta; e se será meu seruico fazerse algum contrato della peraque possa vir a este Reino, e em que forma o deuo mandar fazer, pera com vossa informaçãõ mandar ordenar o que ouuer por bem. Escrita em Lisboa a sete de março de lxxx e noue.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—3.^a via.

(No sobrescripto)

Por ElRey

A Dõ Duarte de Meneses do seu concelho do estado, e seu Visorrey da India—3.^a via.

(Livro 2.^o fl. 50.)

64.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Os vereadores e maes officiaes da Camara de Goa se aggrauam do contrato do annil que neste Reino se fez per conta de minha fazenda dizendo que recebem niso perda e damno em suas fazendas, sobre que tambem me vós escreuestes nas nias do anno passado; e porque as drogvas dessas partes sempre foram resernadas a minha fazenda para as poder mandar contratar como quizee, e do annil foi yá feito contrato por mandado do senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho (que Deos tem) no anno de 74, afora outros mais antigos, e naõ tem rezaõ de se agrauarem, lhe mando escrever que mandarei ver a justiça que tiuerem neste caso para lha mandar fazer inteiramente, e vos encomendo que da minha

parte assi lho dignaes, e que vos apresentem suas rezoês para mas enuiardes.

II. Tambem se aqueixam que mandastes laurar xarafins de pratta com tamanha ligua que de necessidade resultaram muitos damnos a esse estado e não auerá quem os queira leuar no preço das mercadorias que venderem, e será occasiõ para se uirem a leuantar as sarrafagens das moedas estrangeiras que lá correm; e porque nos annos passados vos tenho mandado escrever que não auia por meu seruiço que se laurasse esta moeda com a ligua com que corre, vollo torno de nouo a mandar, porque não he rezaõ que se remedeem as necessidades deste estado com dano commum delle.

III. E assi se queixam de auer Prouedor das guallés nessas partes que não seja morador naquella cidade, e de prouerdes em meu nome o cargo de escrivão da Camara della que esteja uagno sendo de sua apresentaçõ, e assi me podem que os escriuaes dos orfaõs da mesma cidade se prouejam em vida, e pera estes carreguos se elegam pesosas que os siruam em que aya merecimentos e partes pera elles; e porque ouue por meu seruiço não lhe mandar responder a estas cousas sem particullar enformaçãõ vossa, vos encomendo que me ynueis muito particullar de todas ellas com uosso parecer, pera com isso tomar nellas a resoluçãõ que ouuer por bem.

IV. E asi me pede esta cidade lhe manda guardar os preuilegios que em meu nome lhe foram confirmados por Fernão Telles de Menezes, gouernador que fui desse estado; e se queixa da casa que os Padres da Companhia fizeram do terreiro dos guallés dessa cidade de que recebem alguns damnos em especial os Padres da Ordem de Sam. Francisco a que por esse respeito faltam esmolas, e que queixandose disto a vos lhe não destes nenhum remedio, e posto que pollas uias do anno passado me enuieis que por estar a obra desta ygreia muito auante, e estarem ja nella despendidos mais de 20 mil parças, não parecera seruiço de Deos e meu empedirilha, vos encomendo que particullarmente me auizeis das pro-

villegios de que trata; e se será meu serviço confirmar-lhos como vello yá mandei escreuer pellas uias do anno passado, e particulamente me auizareis se conuem deixar-se acabar a ditta ygreia aos Padres da Companhia, para em tudo mandar prouer como ouner por meu serviço.

V. Pella boa enformaçã que tenho do Lecenceado Simão Pereira desembargador extrauagante da Relaçã de Goa ouue por bem de me servir delle no officio de procurador da fazenda da coroa dessas partes de que lhe mandei pasar minhas prouisoês, e porque na mesma Relaçam pello Regimento della hade auer quatro desembargadores extrauagantes (de que estaõ dous uagos, e hade ficar outro do ditto Simão Pereira) Hey por bem e vos mando que prouējaes nelles tres Ouuidores das fortallezas desse estado de que se tiver maes satisfaçã por terem dado boas residencias.

VI. A cidade de Cochim me ynuinou pedir por sua carta ounese por bem que podese fazer loguo hũa das duas uiagens da China que diz que tem para a fortificaçã daquella cidade por prouisoês do Senhor Rey Dom Sebastião meu Sobrinho que Deos tem por lhe entrar loguo, como tambem mo escreueis por carta de 23 de Nouembro de 87, e porque esta materia da fortificaçã de Cochim he de tanta consideraçã como tereis entendido, e sobre ella vos escreuo muito particularmente por outra carta, me parece que será meu serviço que conforme ao asento que se nisto tomar lhe deixeis fazer a ditta viagem, ou iha suspendais, e em caso que se faça sera com dardes a iso tal ordeim e forma que o proueito della seja todo para a mesma fortificaçã sem se poder por nenhum caso applicar cousa algũa delle para outra nenhũa despesa qualquer que seja. E assi me escieue que fez de despesa com a não que se mandou daquella Cidade carreguada de mantimentos á fortalleza de Mallaqua maes de 16700 pardãos, com que ficou muito empenhada (como tambem o entendi por uossa carta); e que estes mantimentos se deram de graça aos moradores da mesma fortalleza de Mallaqua; e porque sempre auem

per meu serviço gratificarenses estes socorros semelhantes, vos encomendo me auizeis em que modo fizeram esta despeza que dizem, e o que importou, e como se procedeo na repartição dos mantimentos daquella nao pellos moradores da fortalleza, e se entenderam que lhos dauão de graça, e a merce que vos parece que por esse respeito deuo fazer a Cidade de Cochim. E así me pede lhes faça mercee de quinhentos piques pera a armada que em cada hum anno fazem pera a guarda dos náuios que vem de Bengalla e da costa de Choromandel demandar o Cabo do Comorim; e porque não tenho enformaçã de como estão prouidos delles os almazens desse estado lhe mandei escreuer que acudissem a vos para conforme ao que puder ser os mandardes fauorecer e ajudar. E tambem me escreue que no tempo de Dom Jorge Temudo Bispo de Cochim foram passadas ollas pelo Rey que então era em fauor dos christãos que se faziaõ em suas terras pera poderem pesuir as honrras e liberdades e fazendas como se fossem gentios, o que se não guarda pello Rey que hora he, e porque se se gardarem será causa de se conuerterem muitos a nossa sancta fee; vos encomendo que o prestadaes ao fazer, pois he cousa tanto de serviço de Deos e meu.

VII. A cidade de Baçaim se queixa que as obras da fortificação della não correm com a presteza que conuem a meu serviço e segurança da mesma cidade, e que em tempo del Rey Dom João meu senhor (que está em gloria) se dauam na feitoria della doze mil pardãos cada anno para as obras da ditta fortificação que no anno de 80 lhe tirou o Conde Dom Luis detaide sendo Viso Rey, e lhe pusera nouo tributo nos mantimentos em que recebiaõ muita oppressão; e porque dizem que se poderá segurar e quasi acabar aquella fortaleza com oito mil pardãos de despeza, e me pedem lhe faça mercee de quatro mil pardãos cada anno que já me ynuíaram pedir o anno atrás e sobre que vos escreui, vos encomendo que se a este particullar me não tendes respondido o façais pellas náos deste anno, e me auizeis se será meu serviço concederlhe

isto que me pedem, e que desta fortificação tanhaes tam particullear cuidado como a ymportancia della o requera, e vollo tenho emcarreguado.

VIII. E assi me pedem lhe mande guardar huã pronsaõ que lhe pasastes em meu nome para naquella cidade se fazer poluora como se dantes fazia, por auer nella muita commodidade pera isso, e os materiaes maes baratos, e que muitas uezes por falta de poluora se deixaram de fazer muitas armadas de muito meu seruiço; e que haquelle fortaleza estaua muito falta de artelharia; pelo que vos encomendo que em huma cousa e em outra deis o remedio e ordem que maes conuem a meu seruiço e segurança da mesma cidade. E porque tambem ella se queixa do contrato e estanco do annil (asi como o faz a cidade de Goa sobre que vos escreuo nesta carta) lhe podereis mandar dizer nisto o mesmo que se ha de dizer á camara de Goa.

IX. Dom Joaõ Rey das Ilhas de Maldiva me ynuiou dizer como fizestes merce em meu nome a Dona Francisca de Vasconcellos com quem he cazado, por ser huã das orfãs que deste Reino foram no anno de 84, de 500 pardãos de tença cada anno em sua uida, os quaes aueria no que elle era obrigado pagar a minha fazenda de pareas das dittas Ilhas com declaracão que mandaria confirmar a ditta merce por mim dentro de tres annos pedindome que auendo respeito a ser casado com a ditta Dona Francisca lhe fizesse merce de lhe mandar confirmar e acrescentar maes 200 cruzados em cada hum anno pera a ditta sua mulher se poder sustentar conforme a qualidade de sua pessoa; e porque pellas nossas cartas do anno pasado de 88 me dizeis que lhe naõ destes a carta que lhe mandei escreuer por se naõ ordenar bem com a ditta sua mulher e naõ proceder conforme sua obrigacão e decensia de sua pessoa, me pareceo meu seruiço naõ lhe mandar differir a este seu requerimento sem primeiro ter vossa informacão do modo de seu procedimento, para com ella lhe mandar responder como ouuer por meu seruiço; e parecedouos que

em quanto me inuiardes a dita enformação deve auer os ditos 500 pardãos lhos mandareis dar pella prouisaõ que lhe passastes. Escritta em Lisboa a oito de Março de MDLxxx e noue.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey—Para V. Magestade ver—1.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India—3.ª via (sic).

(Livro 3.º fl. 346)

65.

VisoRey amiguo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Por uossas cartas do anno passado me dizeis que com as cousas do Sancto Officio dessas partes e menistros dellas tendes a conta que he rezaõ, e os fauoreceis em seus pagamentos; e posto que na carta geral que vos mandei escreuer vós signifiço o contentamento que tiue de o assi fazerdes, me parebão deuenos tornar a encomendar que assi o façais sempre, e que auendose de fazer algũa dilligencias nas fortallexas e terras dese estado pellos Inquisidores ou outros quaesquer menistros do Sancto Officio os fauoreças e ajudeis em tudo o que por elles vos for requerido para bem das dilligencias que ouuerem de fazerem, porque em asi o fazerdes me auerei por bem seruido de vós. Escritta em Lisboa a onze de Março de MDLxxx e noue.

REY.

Pera o Viso Rey da India—3.ª via.

(*N sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 54)

66.

Viso'Rey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Por ter entendido que por outras vias poderia chegar a essas partes a noua do successo que teue a armada com que sahio o Duque de Medina Cidonia o anno passado de 88 contra Inglaterra differentemente do que passou, me pareceo enuiarvos a Relaçã particular disso que yrá com esta pera a verdes e terdes entendida a verdade do caso, e conforme a ella o dizerdes quando e como vos parecer, o que confio de vós que fareis pello modo mais acertado e conueniente a meu seruico. Escrita no Pardo a 20 de Março de 89. (a)

REY.

Pera o Viso Rey da India.—4.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

Ao VisoRey da India—4.ª via.

(Livro 2.º fl. 60)

67.

Viso'Rey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Jorge de Camara filho de Rui Gonçaves de Camara que Deos perdoe me inuiou dizer que nessas partes ficara muita fazenda do ditto seu pay entregue a alguãs pessoas, e temia que se não podese arrecadar delles sem interuir niso vosa ajuda e favor, pedindome vos mandase escrever lho deseis a seus procuradores para se pôr a ditta fazenda em arrecadação; encomendouos que tanto que vos esta for dada os fauoreças em tudo o que ouner lugar para que a ditta fazenda se arrecade dos deve-

(a) Esta foi a chamada *Inuencivel armada*, que se perdeu nas costas de Inglaterra. Deuia ser curiosa a ~~relação~~ deste grande desastre dada pelo proprio Philippe II; mas infelizmente perdeu-se, e não achamos vestigios della no archívo da India.

dores procedendose niso asi como os presentes como com os ausentes conforme a direito de maneira que venha toda a que for devida ao dito Rui Gonçalves a boa arrecadação, e a faças embarcar nas náos deste anno repartida por ellas e entregue a pessoas seguras e abonadas. Escrita em Lisboa a 23 de Marco de 1589.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey sobre Jorge de Camara—Para V. Magestade ver.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—1.º via.

(Livro 2.º fl. 62)

68.

Eu ElRey faço saber aos que este aluara vyrem que eu mamdey ora ordenar hum Regimento sobre a ordem que daqui em diante ey por bem que se tenha no negocio dos contos das partes da India, e por quanto não hey por meu serviço que os Contadores e officiaes dos ditos contos ayaõ as merces que até ora avyaõ pelas contas que tomavaõ aos tisoureyros, feitores, e a outros officiaes das ditas partes, e temdo a ysso respeito, e por outros que me a ysso mouem, Hey por bem e me praz que do dia que este for apresentado na cassa dos contos da cidade de Goa em diante os officiaes dos ditos contos ayaõ em cada hum anno o acrescentamento seginte alem do mantimento que tem por Regimento, a saber, avera o Prouedor dos contos e das ementas vynte mil reis d'acrescentamento em cada hum anno, e o emxecutor de minhas diuidas averá outros vynte mil reis d'acrescentamento por anno, e aos contadores averá cada hum deles d'acrescentamento por anno vynte mil reis, e os escriuaes dos ditos contos dez mil reis alem do mantimento que tem com os ditos carregos, e lhas se-

raõ pagos no tisqueiro da cidade de Goa assy e de maneira que lhes hade pagar seus ordenados. Notifico assy ao meu Vysorrey e governador das partes da India, e aos Veedores de minha fazenda delas, e lhes mando que na maneyra que se neste contem o cumpraõ e goardem, e façaõ cumprir e goardar ynteiramente como se nele contem sem a yssso ser posto duvida, embargo, nem contradicãõ algũa, por que assy o ey por meu seraiço, o qual hey por bem que valha como carta, e que naõ passe pela Chancelarya sem embargo da Ordenaçãõ do segundo Liuro, Titulo xx, que o contrayro dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a 23 de Março de 1589. E eu Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o VisoRey—Pera V. Magestade ver todo—3.º via.

(Livro 1.º fl. 23)

69.

VisoRey amiguo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Antre as petiçoẽs que me foraõ apresentadas este anno de pessoas que me seruem nesses partes vierãõ algũas das estantes nelas a que mandey porora suspender a reposita por me parecer necesario ter primeiro vossa informaçãõ, pelo que vos encomendo e mando vos informeis de Agostinho Antunez e de seus seruiços, e conforme ao que achardes delles o prouereis no que ouuer lugar e vos parecer rezaõ; e así tomareis informaçãõ de Migel Duraes de Barbuda e de seus seruiços, e hachando que tem seruido (depois que foy prouido com o carregõ de escriuaõ da feitoria de Goa) e que merece o carregõ de feitor de Dio lho declarareis, o qual seruira por tempo de três annos na vagante dos prouidos antes de 16 de feureiro deste anno; tambem tomareis informaçãõ dos seruiços de Domingos d'Oliveira de Lemos, e de Antonio Coelho, e de Manuel Esteuez morador em Cochim, e da calidade deles e de suas pessoas; e se he este

Manoel Estevez de nação, e me emuiareis nestas náos a informação que achardes com vosso parecer para lhes mamdar responder a suas petições como ouuer por bem. Escrita em Lisboa a xxiiij de março de MDLxxx e noue. E en Diogo Velho o fiz escrever.—E os ditos Agostinho Antunes e Miguel Duraes enuiaraõ tirar a este Reyno confirmação minha das repostas que lhes derdes por bem desta carta que virá encorporada nas patentes que lhe passardes.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o VisoRey da India.—Pera Vosa Magestade ver—1.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu VisoRey da India.—1.º via

(Livro 2.º fl. 56)

70.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Nas náos desta armada vaõ para essas partes por meu mandado oito orfãs das que estão recolhidas no mosteiro daleaçoua desta cidade, encomendouos que as façaes recolhez, e vos lembreis de seu emparo e remedio nomeandolhe para seu casamento quando casarem alguns dos carguos que para este effeito podeis nomear conforme ao que vos tenho mandado escrever os annos passados que façaes sobre semelhantes orfãs; e estas se chamaõ Dona Bernarda Pereira, Dona Illena detaide, que nessas partes tem seu pay Dom João detaide (a.), Viçência Rebella, Dona Mecia Pereira, Dona Maria de Me-

(a) He digna de reparo esta circumstancia n'uma donzella que se diz orfã.

neses, Joanna d'Affon-requa, Caterina Alvez Godinha, e Maria Alvez Valente. Escrita em Lisboa a 25 de Março de 1589.

O CARDEAL

Miguel de Moura.

Pará o VisoRey sobre as orfãs.—2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—2.ª via

(Livro 2.º fl. 52.)

71.

Dom Phelipe per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, seuñor de Guiné e da conquista, nauegaçaõ, commercio la Ethiopia, Arabia, Persia, e da India & * Faço saber a vós meu Vissorey e gouernador das partes da India que ora soes e ao diante fordes que sendo eu informado das desordens e injustiças e modos ilicitos que alguñs capitães das fortalezas das ditas partes, esquecidos de sua obrigaçam cometem no tempo que seruem as ditas capitánias, e dos notorios inconuenientes e escandalos que disso se seguem muito contra o seruiço de Deos e meu, e em grande perjuizo de suas consciencias, e nolaueo danno de meus vasalos, e considerando eu a obrigaçaõ que tenho de lhes mandar fazer justiça, e quanto conuém pera bem de tudo mandar prouer nisso de tal maneira que se evitte estas taõ grandes desordens, mandei ver o caso e fazer primeiro todas as diligencias que pera verificaçaõ delle cumpriaõ, e sendome de tudo dado inteira informaçaõ se emtendeo que os ditos Capitães naõ dauaõ suas residencias das cousas per que deuiã ser particularmente perguntados nelas, venãõ de outras diferentes, e en certo modo alieas de sua obri-

gação, e que também tinhaõ algũs intrudições (sic) de que usauão susiciuamente de hũs em outros que se hjaõ perpetuando hũas com os costumes dellas e outras com prouisoẽs vossas, e conformandome com o que nisto deue ser pera remedio de tudo, ouue por bem e meu seruiço mandar fazer capitulos de residencia porque se tome aos ditos capitaẽs nas que derem de suas capitancias e carregos que servirem na maneira seguinte.

1. It. Primeiramente se perguntará se todos os capitaẽs das fortalezas das ditas partes fauoreceraõ a conuersaõ dos gentios a nossa sancta fé e os ministros della, ou tiueraõ nisso algũa culpa ou descuido, e que tal foi a dita culpa e descuido.

2. It. Se tomaraõ a jurdição do Ouvidor da fortaleza, ou lhe impediraõ que não fizesse justiça, ou o iniuriaraõ de obra ou palaura, ou lhe fizeraõ outra algũa ave-xação na pessoa ou na fazenda.

3. It. Se deixaraõ de fazer justiça nos casos crimes em que conforme a dita jurdição podem ter voto, ou em a fazer foraõ negligentes, e por que respeitos, e se foraõ interçados nelles.

4. It. Se passaraõ cartas de seguro nos casos em que as não podem passar, ou deraõ omiziados em fiança nos casos crimes em que os não podem dar, ou se prenderaõ sem culpas obrigatorias ou com ellas, e se nos casos em que não tem jurdição mandaraõ soltar.

5. It. Se não acudiraõ pella minha jurdição, e deixaraõ levar ao Ecclesiastico a que não era sua, ou tomarão ao Ecclesiastico a que lhe não pertencia.

6. It. Se receberaõ dadivas, peitas, ou presentes das pessoas que com elles tiueraõ negocio, ou de outras a a que era defeso tomalas por minhas ordenações.

7. It. Se foraõ infamados com mulher que com elles tivessem negocio ou requeresse justiça, ou com outra algũa de que se recebesse notorio escandalo ou mau exemplo.

8. It. Se avendo na terra antre fidalgos ou outras pessoas de calidade deferenças e brigas publicas não acudiraõ

a ellas, e os não apassiguaraõ, ou não castigaraõ sendo as culpas pera isso, e cabendo na sua alcada.

9. It. Se tomaraõ mantimentos, e outras cousas pera sy por menos do que comumente valiaõ na terra, ou as não pagauaõ.

10. It. Se fizeraõ ou mandaraõ fazer pagamento dos soldos velhos a seus parentes, amigos, e criados, ou a algũas outras pessoas.

11. It. Se fizeraõ e os de sua familia algũas forças ou estoçoens ao pouo tomandolhe suas mercadorias contra suas vontades e por menos preço do que valem comumente, ou lhe fizeraõ comprar as suas, e impediraõ que não comprasem outras.

12. It. Se tratareaõ em mantimentos e os compraõ na terra pera os tornarem a reuender, ou repartiaõ os que tinhaõ pello pouo fazendolhos tomar contra sua vontade.

13. It. Se proueraõ os officios da justiça e fazenda em criados seus ou em outras pessoas não lhe pertencendo o prouimento delles por bem do Regimento dos Ounidores das fortalezas.

14. It. Se tomaraõ o dinheiro dos orfaõs pera tratarem com elle ou pera qualquer outra cousa, inda que fosse com necessidade urgente, e por emprestimo de pouco tempo.

15. It. Se tomaraõ a artelharia dos precidios e lugares onde estaua pera armarem suas náos e nauios, ou pera qualquer outro usso seu particular, não sendo pera cousas de meu seruiço sem outro algum respeito.

16. It. Se proueraõ as fortalezas do necesario, ou se de o não fazerem lhe succedeo, ou podera sobrevir algum trabalho, e que tal foi ou podera ser.

17. It. Se entenderaõ em minha fazenda per algũa via, ou prenderaõ e auexaraõ os officiaes della, ou os injuriaõ e maltratarao nas pessoas ou fazendas.

18. It. Se tiueraõ feitores bramenes, banianes, mouros, ou judeus, que o Synodo prouincial de Goa defende, e os Senhores Reis meus antecessores tem deffeso per suas prouisoões.

10. It. Se os creados que têm por Regimento pera residirem naquella fortaleza os mandão em seus navios feitorisar suas fazendas, e lhe fazem pagamento de seus soldos como se residissem na tal fortaleza.

20. It. Se impediraõ a nauegação, e que os mercadores não carreguasem suas fazendas onde e como quisessem, e se os obrigaraõ que as carreguasem em seus navios, e se lhe leuãraõ maiores fretes do ordinario, ou que as não carregasem ate os seus terem carreguados.

21. It. Se tratareaõ em pimenta, canela, crano, madeira, ferro, aso, e outras mercadorias defesas pera o mar Roxo e outras partes, e se tineraõ algus tratos illicitos e defesos com os imignos daquelle estado.

22. It. Se fizeraõ ou cometeraõ outro algum caso que pellos Regimentos deste Reino ou da India deuaõ ser castigados.

23. It. Se tomaraõ algũa fazenda a alguãs pessoas por força contra suas vontades dizendo que as tomaraõ pera suprir alguãs necessidades das ditas fortalezas, e pera outras cousas de meu seruico.

Estes seis Capitulos abaixo se haõ de perguntar mais alem dos vinte e tres acima apontados aos Capitães de Çofala e Moçaõbique.

1. It. Se tratareaõ em mercadorias defesas pellos Regimentos das feitorias de Çofala e Mocaõbique. ou mandaraõ alguãs de resgate a Çofala e as minas do seu distrito alem daquillo que expresamente podem fazer por bem dos ditos Regimentos.

2. It. Se tratareaõ em marfim, e o mandaraõ por sua conta á India contra forma do Regimento.

3. It. Se proueraõ nos navios que vaõ por conta de minha fazenda fazer resguate as minas criados seus por capitaes delles, tirando os que o feitor manda, ou perque não ha fazenda minha pera resguate mandaõ a sua; sendolhe tudo defesso pelo dito Regimento.

4. It. Se defenderaõ que ninguem fosse aos Rios do Cabo de Boa Esperança pera elles somente lá, manda-

rem, e se tomaõ o marfim que de lá vem sem o deixarem entregar ao feitor conforme ao Regimento.

5. It. Se defendem aos officiaes da feitoria e outras pessoas que por Regimento tem licença de mandar certas corjas de roupa no nauio do resguate que as não mandem, pera elles as mandarem.

6. It. Se impediraõ a nauegação da Ilha de Saõ Lourenço, ou do Cabo das Correntes, ou da costa de Melinde aos que com seus nauios querem nauegar e pagar os quintos a minha fazenda, pera elles somente irem ou mandarem, ou obrigaõ as pessoas que vaõ em seus nauios.

Estes seis Capitulos abaixo se hão de preguntar aos Capitães da fortaleza d'Ormuz alem dos 23 Capitulos primeiros conteudos nesta prouisão.

1. It. Se aceitaraõ delRey de Ormuz a dadina costumada e de muitos annos defendida da renda das orraquas, ou de outra alguã renda, ou dadina, ou peita, ou lhe fizeraõ alguã avexação por isso ou sem isso.

2. It. Se tolheraõ que ningen comprase caualos na Ilha de Ormuz sem sua licença, ou até elles comprarem primeiro, ou os tomaraõ aos que os tinhaõ comprados por sy ou pellos seus feitores, ou tolheraõ ás partes que os não embarcasem nos nauios que quisesem, ou os fez embarcar nos seus contra suas vontades, e se lhe pôs mais frete do que lhe leuauaõ em outros nauios, ou se fizeraõ o mesmo em quaesquer outras mercadorias.

3. It. Se aos mouros mercadores que vem da Persia, ou da Arabia, ou de Baçora per sy ou por seus feitores fizeraõ avexaçoes nas mercadorias que trazem tomandoas por força e por menos do que valem, ou pello justo, ou lhe empedem a compra de outras, ou a venda das que trazem fazendolhes máo tratamento nas pessoas e nas fazendas, ou lhes empedem que não comprem até o seu feitor não comprar.

4. It. Se tolheraõ que não vaõ mercadores ás ilhas adyacentes comprar mercadorias reseruandoas o dito capitão pera sy, ou lhes fazem por seus feitores alguã avexaçoes nas pessoas e nas fazendas.

5. It. Se os mantimentos que nas suas náos mandaõ vir de Bengala, do Cind., Barcelor, e outras partes da India aquella Ilha de Ormuz os vendem ao pongo por maior preço do que commumente valem, e se empedem a venda dos alheos pera melhor venderem os seus, ou quando os não podem vender se os repartem pellos mercadores da terra fazendolhos tomar contra suas vontades.

6. It. Se tiueraõ algum comercio ou trato com os Turcos que residem em Baçora, ou lhes mandaraõ ou deixaraõ lenar cousas defessas, ou se tiueraõ com outros imignos do estado algũs tratos ilicitos ou defessos.

Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Damão alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.

It. Se obrigon aos ortelloens da pouaçãõ de Tarapor, e das mais Tanadarias, a lhe venderem contra suas vontades o betre que colhem em suas ortas, ou se lhes fazem por isso alguãs avexaçõs.

Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Goa alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisam.

It. Se leuaraõ mais direitos dos que se podem lenar das chapas e licenças que dam aos que saem e entraõ na Ilha de Goa.

Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Sam Thomé alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.

It. Se tomandose alguã nao ou fazenda per de presa, ou fazendas defessas per perdidas, se as puseraõ em arrecadação não avendo official meu prouido pera isso, ou se dessemcaminharaõ alguã cousa.

Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Crilaõ alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisam.

It. Se tomaraõ arros e outros mantimentos que vem de Bengala e outras cousas que vem de Malaca e outras partes ter aquella fortaleza contra vontade de seus donos pera sy ou por conta de minha fazenda, dizem-

do que são necesareas pera meu serviço, sem os pagarem loguo pelos preços que valem.

Estes seis Capitulos abaixo se haõ de preguntar mais aos Capitaes da fortaleza de Malaca alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.

1. It. Se mandaraõ per seu feitor ou pelo alcaide do mar, ou per outras pessoas atrauesar as mercadorias que os Jáos trazem a Malaca, a sâber, crauo, nós, maça, e pimenta, e outras drogas e mercadorias, e mantimentos sem deixarem vir tudo á alfandegua, e as compraraõ atrauesaraõ todas pellos preços que quiserãõ, e por muito menos do que valiaõ, e depois as venderãõ ao pouo por muito maiores preços, em que ganharaõ muito sem tirarem dinheiro da bolsa nem o arriscarem.

2. It. Se compraraõ as ditas fazendas sem consentirem que outras pessoas as comprasem, e fizeraõ os preços por que as compraraõ, e por elles se pagaraõ os direitos nalfandega, e naõ pello preço porque logo as venderãõ as taes fazendas, em que a minha recebeo notauel danò alem do prejuizo das partes.

3. It. Se impediraõ a navegação pera Bengala, Solor, Quedá, Sunda, Jaoa, Siaõ, Japaõ, e outras partes do sul, e que nenhuã pessoa fosse a ellas senaõ elles, ou as que quiserem.

4. It. Se mandaraõ fazer alguãs viagens pera alguã parte do sul em prejuizo dos prouidos, e contra forma de minhas prouisoões e regimentos.

5. It. Se tomaraõ algum crauo do que vem de Maluco nos meus galeões pera sy, ou com achaque de alguã necessidade daquella fortaleza.

6. It. Se mandaraõ a Maluco ou a Banda carregar de crano manchuas contra meus regimentos.

Estes quatro Capitulos se haõ de preguntar mais aos Capitaes de Maluco alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.

1. It. Se fauoreceraõ a carregua dos galeões que por conta de minha fazenda foraõ áquella fortaleza carregar de crauo.

2. It. Se venderão cravo aos Jaos, ou lho deixaraõ comprar na terra porlendolho impedir.

3. It. Se atraesaraõ as roupas que da India vaõ á quella fortaleza, e se as que vaõ a ella por conta de minha fazenda fizeraõ vender e as compraraõ pera depois se tornarem a vender á mesma minha fazenda por maiores preços, ou compraraõ todo o cravo com ellas pera outrossy o venderem por maior preço a meus offiçaes e ás partes, o que seria em notavel dano de minha fazenda, e se tolheraõ ao meu feitor que o naõ comprasse livremente.

4. It. Se mandaraõ cravo, nós, maça pera a China, ou á Jaoa, ou a Siaõ, e a outras partes posto que fosse a troquo de mantimentos, e com isso defraudaraõ a carga dos meus galeões.

Pello que ei por bem e mando que tanto que qualquer Capitaõ de fortalezas de qualquer calidade e condicaõ que seja acabar de servir a sua capitania se lhe tome logo residencia della pellos ditos capitulos e pellos mais que a ella toqnarem, os quaes se lhe leraõ ao tempo que o Vedor da fazenda das ditas partes lhe der a posse da dita capitania pera irem mais aduertidos na obrigaçaõ delles. Notificonolo assy a vós dito meu Vissorrey e governador, e vos mando que cumpraes e guardeis, e façais cumprir e guardar inteiramente esta minha prouisaõ sem embargo de todas as outras prouisoõs e Regimentos quaiquer que forem que em contrario aia; e que naõ passeis nenhũa prouisaõ que por algum modo encontre os ditos capitulos de residencia ou algum deles, ou lhes dee diferente interpretaçaõ do que elles soaõ em parte ou em todo, porque minha tençaõ e ventade he defender como por esta prouisaõ ei por deffendido aos ditos capitaes tudo o que for contra os ditos capitulos, sob pena de pellas culpas delles serem regurosamente castigados como o caso merecer, por quanto ei por bem que os capitaes que forem culpados nas taes residencias lhe seja dada toda a pena que per direito merecerem, e que logo se execute nelles sem app-

lação nem agrauo; e socedendo nas ditas fortalezas algũs casos particulares que não vão aqui expresos e declarados que vos pareça que também se deue perguntar por elles nas taes residencias, mandando que assy se faça, e se proceda contra os culpados pella maneira sobre dita. E esta quero que valha, tenha força e vignor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e selada do meu sello pendente sem embargo da Ordenaçãõ do segundo liuro, titolo vinte, que o contraíro despoem; e outrossy se cumprirá posto que não passe pella chancellaria sem embargo da mesma Ordenaçãõ; e mando que se registre nos liuros da Relaçãõ de Goa, e nos das Camaras das cidades e fortalezas das ditas partes, e o traslado de tudo autenticado se dará ao Veedor de minha fazenda de Goa pera o ler, ou fazer ler perante sy aos Capitaẽs ao tempo que lhe der a posse das taes capitãias, e pera isso se registrará também nos liuros de minha fazenda das ditas partes. Jeronimo de Barros o fez em Lisboa a vinte e cinco de março de lxxxix. E eu o Secretareo Diogo Velho o fiz escrever.—E esta prouisaõ uai escrita em cinco meas folhas com esta assinadas ao pé de cada hũa por Miguel de Moura do meu conselho do estado, e meu escriuaõ da puridade.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Aluarã e Capitulos de Residencia pellos quaes V. Magestade ha por bem que se tome daqui em diante residencia aos Capitaẽs das fortalezas da India pella maneira que se nelles contem. E este valha como carta, e que não passe pella Chancellaria.—Pera V. Magestade ver todo.

(Livro 1.º ff 159)

72.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito sandar. Vendo en a matteria das prouisaõs que os VisoReys dessas partes ordinariamente costumam passar aos Ca-

pitães das fortallezas quando nellas entram, não auendo em muitas das dittas prouisoões maes rezoões que respeito particulares, e fazer o Capitão que succede exemplo com seu antecessor, que he mui prejudicial a meu serviço e ás partes, me pareceo toda esta matteria de muita consideração e de particullar obriguação minha para nella mandar prouer e juntamente em outrós abuzos de que usão os Capitães pellos terem yntroduzidos em suas Capitánias, e que o melhor remedio e maes conueniente, juridico, e ynda suauo seria dar forma e ordem na residencia dos ditos Capitães, porque sou ynformado que nellas se pergunta per muitas cousas alheas de sua obriguação que ficam somente em serimonia de residencia, e que por iso quasi todos as daõ sempre boas sendo notorio as culpas que nellas tem, que he outro nouo escandallo, allem do que dellas se recebe. Pello que ouue por meu serviço mandar formar Capitulos proprios para as taes residencias conforme as culpas que se tem entendido que os ditos Capitães comettem, e emcorporaremse em huã minha Prouisaõ que uay em todas as uias destas náos deregida a vós, e vos encomendo e mando que façaes ynteiramente cumprir conforme aõ que por ella vereis a que me remetto; e depois da ditta Prouisaõ ser registada onde mando que se registe, ordenareis que das vias della tenha huã o Secrettario desse estado, e outra se ajunte ao Regimento da Reliação, e outra tenha o Veedor da fazenda de Goa com obriguação de elle e o Secretario a entregarem a seus sobcesores.

II. Tambem vos mando nestas vias tres Regimentos para os Contos dessas partes, hum maior que conthem em si a ordem geral que se hade goardar nas contas dellas e em todas as dependencias desta materia; e outro sobre o despacho particullar das peticoens dos negocios dos ditos Contos; e outro sobre o correr das ementas dellas. Emcomendonos que ordeneis como logo se proceda nos ditos Contos conforme aos ditos Regimentos, e se cumpram inteiramente. E porque este anno não

pode inda yr a pessoa que hade seruit de Prouedor mór dellea, yrá querendo Deos o anno que vem; e me escreuereis como corre com a obriguacão do ditto cargo Francisco Páez Albernaz que o anno passado vos mandei escreuer que auia por bem que o seruise em quanto de cá naõ fosse o proprietario. Escritta em Lisboa a 26. de Março. de 1589.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey.—Para Vossa Magestade ver—1.ª via.

(*Na sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu concelho do estado, e seu Visorrey da India—1.ª via.

(Livro 3.º fl. 368.)

73.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos enuo muito saud. &c. Vy o que me escreuestes em carta de 23. de nouembro de 87 sobre a fortificaçã de Cochim, e as ponderaçõs que sobre esta matteria fazeis que todas sã de muita consideraçã, porque por huã parte me lembraes o muito risco em que estam todas as fazendas que do Sul vem áquella cidade que de todo está aberta e sem nenhuma defençaõ, e pella outra se vos offerece que tratarse da fortificaçã della e ordenar de se fazer huã das viagens da China que lhe concedeo o Senhor Rey Dom Sebastião, meu sobrinho, (que Deos tem) pera este effeito, porá ElRey de Cochim em termos de desconfiança sua que obrigue a se romper de todo com elle, que por nenhum caso connem; e porto que começarse a fortificar aquella cidade pello campo de Sam Joã atoe o peso da pimenta será segundo son ynformado de mae effeito, e o que conueir para segurança della, he de crer que o estoruará ElRey de Cochim, cuidando que por

seu respeito se faz esta fortificação, e que não faltaram pessoas que por seus respeitos particulares lho façam así entender e procurar como elle a impida. E porque conuem que se tire toda a occasião de rompimento com este Rey así, pela conta que sempre com elle mandaram ter os Senhores Reis meus predecessores, como pello estado em que estão as cousas presentes desas partes, me parece meu serviço que se deue começar esta fortificação pella banda do mar fazendo-se alguns balluartes que respondão huns a outros, e deffendam toda aquella parte, dizendose a El Rey de Cochim que se fazem pera segurança do porto daquelle cidade e do peso da pimenta e dalfandegua em que elle tem tanta parte de rendimento, e fazendo-se por esta maneira dellé fiel, como o deue ser, e interessado, como ho he, e vendo que se faz conta dellé, e que se lhe communica tudo, e que pella parte da terra lhe fica a cidade aberta, parece que se quiettará maes; e com a occasião destes balluartes se podem ajuntar materiaes pera toda a obra, e com qualquer outra obra ou occasião que o tempo pode offerecer se podera yr continuando com os mais balluartes pella outra parte da cidade em correspondencia igual huns dos outros, e he de crer que este Rey se facilitará maes a consentillo depois que vir a cidade fortificada pella parte do mar, e os lanços de muro de balluarte a balluarte se poderam depois fazer maes facilmente, pello que vos encomendo que procedaes nesta obra por este modo, e com todo o resguardo necesario, e trabalheis por encaminhar este Rey a lhe parecer bem esta fortificação dandolhe a entender que se faz pera com ella se segurar a cidade dos accidentes que lhe podem sobrenir pella banda do mar; e de tudo o que nisto fizerdes me avisareis. Escrevta em Lisboa a 26 de Março de 1589.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Para o Viso Rey.—Para Vossa Magestade ver—1.º via.

(No sabrescripto)

Por ElRey.

A Dom Dnarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—1.º via.

(Livro 2.º fl. 66)

74.

Eu ElRey faço saber aos que esta aluara virem que Eu ey por bem e me praz que leuando nosso senhor a saluamento ás partes da India as cinco náos que com a sua ajuda ora pera lá haõ de partir, se lhes dê a carga quando das ditas partes uierem pera este Reino pela ordem seguinte: a náõ Madre de Deos capitaina será a primeira em carga, e a nao Santo Alberto a segunda, e a náõ São Bernardo a terceira, a náõ Santo Antonio a quarta, e a náõ Nazare a derradeira em carga. Noteficoo assy ao men Viso Rey ou Governador nas ditas partes, e ao Veedor de minha fazenda em ellas que entender no negocio da carga e descarga das ditas náos, e a todos os officiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, e mandolhes que cumpiraõ e goardem, e façaõ cumprir e goardar este meu aluará assy e da maneira que se nelle contem posto que naõ passe pela Chancelaria, e do theor delle se passaraõ cinco pera hirem per cinco uias, de que este he a primeira, auendo hũa effeito as outras naõ seraõ de nenhum uigor. Manoel Marquez o fez em Lisboa ao primeiro de Abril de MBelxxxix (1589) Pero de Páua o fez escreuer.

O CARDEAL.

João Gomez.

Aluara pera v Magestade uer,

(Livro 1.º fl. 20—2.º via Livro dito fl. 18)

75.

Viso Rey amigo. Eu ElRey nos enuio muito saudar. Sendo eu informado como Dom Luis Lobo fidalgo de

minha casa andava na India em meu serviço ao tempo que seu pay Dom Ruy Diaz Lobo, que Deos perdoe, cometeo o crime da rebelião de Dom Antonio Prior que foy do Crato pello qual foy justicado na cidade de Lisboa o anno passado de 89, como sabeis, e confiando d'elle que saberá conhecer e servir toda a merce e honrra que lhe fizer, houve por bem de o habilitar, e que a dita sentença o não prejudique em cousa algũa, de que lhe mandey passar prouisaõ por mym assinada. E pera que elle se anime e saiba merecer e estimar a merce que lhe fiz, vos encomendo que tanto que embora chegardes á India o mandeis chamar, e lhe digaes que o que principalmente me moneo a lhe fazer esta merce he a boa informaçaõ que d'elle houve, e ter por certo que procederá sempre em meu serviço de maneira que corresponda á lealdade de todos seus antepassados taõ inteiramente que mereça esquecerse o descuido da falta de seu pay, como d'elle espero e confio que o faça, e que conforme a seu procedimento e serviços que fizer pode esperar e ter por certas as merces que merecer; e do que com elle passardes, e de seu procedimento e partes me avisareis por vias. Escrita em Madrid a 19 de março de 590.

REY.

Pera o Viso Rey da India.—1.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Viso Rey da India—1.ª via.

(Livro 2.º fl. 390)

NB.

Daqui por diante seraõ os Documentos de cada anno repartidos em duas Series; a 1.ª contendo as Cartas da *Mouçã de Reinis*, a 2.ª as *Alvarás dos Vies-Reis*.

1591.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

76.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito sandar. Posto que o anno passado vos mandei per minhas Instruções, que foraõ tantas e tam largas (como por ellas nistes antes de vossa partida, que pera isso vallas mandei loguo entaõ mostrar) o que me pareceo que conuinha a meu seruiço, e espero que nas naos que este anno presente haõ de vir dessas partes me escreuaes o que tendes feito nas materias que nellas vos encomendõ com tam boss nouas de tudo como seei que procurareis e soluwareis de mas mandar, vos tornarei a tratar de algũas dellas e responder a outras sobre que me escreueo o Governador Manoel de Sousa Continho nas quatro náos que uieraõ dessas partes o mesmo anno, e tenho muita confiança que no comprimento de todas as de vossa obrigação comprireis inteiramente sempre com ella.

II. O ditto Governador me escreueo como naõ cheguára a essas partes a nao Santo Antonio deque foi por Capitaõ Dom João da Cunha, que he hũa das cinco da armada em que foi Bernaldim Ribeiro por Capitaõ mór, que premitirá Deos que inuernaria em Moçambique, e a trará a saluamento a este Reino, e que na ordem da cargua das náos que lhe tinha particulamente encarregado mandaria fazer as diligencias necessarias, e que se comprissem os regimentos que sobre esta materia saõ passados, o que tambem encarreguara a Manoel de Medeiros Vedor da fazenda da cargua das mesmas náos. E posto que nas Instruções que lenastes vos encarreguo tanto esta materia por ser da importancia que sabeis, me pareceo tornaruolla a encomandar muyto encarecidamente pera que trabalheis por se expedirem as naos tam cedo, que possam fazer sua viagem com a segurança que conuiera pois a experiencia tem mostrado que como de la partem cedo permite nossõ Senhor que uenhaõ bem navegadas.

III. E assi me escreve que no Canará se fez a maior parte da pimenta que ueo nestas naos, e que entende que ao diante se fará cada uez maes, que será de muito effeito pera o auimento da carga de cada anno, e que trabalhaua por ter contentes os Reis daquella costa por respeito da pimenta que daõ, de que a maior parte he das terras de Saõ carnao Botto, o qual tratára auia poucos dias como o Idalxa pera lhe entregar algũas fortalezas suas, o que naõ queriaõ consentir os Reis uezinhos, e que seria isto de muito dano asi pera a pimenta como pera as fortallezas que tenho naquella costa, e que por esse respeito o mandára auisar per suas cartas que naõ tratasse de se sogear sendo liure, e que posto que lhe naõ respondera hia temporisando com elle, e porque o comercio da pimenta daquella costa he de tanta importancia como sabeis, e tella certa pera a cargua das naos, volla encomendo mi encarecidamente. E sobre a materia de Samcarnão Botto que he de tanta consideraçaõ como se deixa bem entender pello discurso della vos encomendo tenhaes muita vigilancia, e que em nenhum modo consintaes entre-guarensse aquellas fortalezas ao Idalxá procurando de lho estoruar, por todas as vias que poder ser tendo nisso tal modo que com se fazer este effeito naõ se mouaõ novos descontentamentos com o Idalxá.

IV. E assi me diz que ElRey do Bangel e o d'Olala fazein anre si guerra, e que destes Reis se auia muita pimenta pera as naos, e que pello de Olalla ter posto em muito aperto o de Bangel e quasi desapossado de seu Reino mandára inuernar na fortaleza de Mangallor Dom Joaõ d'Azevedo e outros fidalguos com gente e nauios, e que com ordem de Antonio Teixeira de Macedo Capitão daquella fortalleza se fizeraõ algũas entradas nas terras de Olala, e que posto que este Rey se justificasse com elle escreuendo-lhe que era amigo desse estado e meu vassallo fizera naquelle inuerno hum sorte naõ longe daquella fortalleza que ao diante naõ deixaria de dar trabalho pello lugar em que estava, e que se lhe naõ pudera impèdír por ser inuerno, e assistir este Rey ao

fazer delle com trinta mil homens de pelleia, e que dava ordem ao Capitam mór que andaua no Mallauar pera que pessoalmente fosse a Manguallor, e tratasse de fazer amigos estes Reis, e que em todo caso derrubasse este forte, porque inda que encarecidamente encarreguara a reconciliação destes Reis ao ditto capitaõ mór lhe mandana expressamente que não querendo o de Olalla aquietarse lhe fizesse guerra, o que me pareceo dener apronar, e encomendaruos acudaes a isto com o cuidado, dilligencia, e consideração que conuem, e que todas as cousas desta qualidade as trateis sempre em conselho com os fidalguos de partes pera isso, e outras pessoas de experiencia desse estado, e me escreuais sempre de como o asi fizestes com declaração do notto de cada hum. E posto que o ditto Guouernador uão escreue que procedeo asi neste caso, cuido que o faria, e que o forte que fez ElRey de Olalla estará já desfeito pello inconueniente que he deixar criar fortalezas de nouo que de necessidade haõ de dar trabalho a esse estado.

V. Tambem me escreue que ElRey de Bellegim acoode com muita quantidade de pimenta á fortaleza de Onor, e se entende que o não deixará de fazer sempre pella boa ordem que niso dá Antonio Telles capitaõ da quella fortaleza, de que nisto me tenho por bem servido delle como lho mando escrever, e assi ao dito Rey agnardecer o bom modo em que nisto procede, e vos encomendo que trabalheis por conseruar a amizade deste Rey e o comercio que com elle se tem da pimenta, pera que não somente esteja certa a que sempre dá, mas que folgue de acudir cada anno com muita maes.

VI. E assi me diz que não tem satisfação da Rainha de Batioalá, que tambem o he de Guarçopá, porque allem de não dar a pimenta que he obrignada aos feitores dos contratadores lhe não entrega o dinheiro della que em si tem, e fauorece Malogi cossairo alleuantado do Sangucier, e lhe dá marinheiros e embarcações com que sahe todos os annos a roubar, sobre o que a tinha auizado e mandado ao Capitaõ mór que andaua no Mallauar

que não dando de sua parte satisfação lhe fizesse em suas terras todo o dano que pudesse ser, que me pareceo deuer tambem aprouar, e encomendarnos que proceda^{as} nesta materia com as considerações que ella pede.

VII. E assi trata de ter escrito ao Idalxá os danos e roubos que fazem nesse estado os cossairos que saem do Sanguicer, pera que mandase pôr cobro niso, e tinha sabido que elle tinha despedido gente com hum capitaõ sobre o levantado Mallogi; e que posto que outras vezes o tiuesse feito sempre este cossairo ficana em pee e sem castiguo por partidos que fazia, ou peitas que dana, e que detreminaua não tomando o Idalxá a detreminação neste negocio, de mandar entrar o rio e fazer fortalleza naquelle lugnar, posto que o elle tomasse mal, porque allem de com isso se tirar dally aquella ladroeira, serviria de muito effeito aquella fortalleza assi pella muita quantidade de pimenta que se pode fazer nella, como, pella muita madeira que dará pera a ribeira de Guoa com muito pouca despeza desse estado, porque com o rendimento das uarzeas e outras propriedades que tem se poderaõ sustentar o capitaõ e soldados que nella ounerem de resedir; pello que vos encomendo que trabalheis por de todo extinguir aquella ladroeira pello modo que for mais conuiniente e assentardes por melhor, e que se escuzem nouos guastos com nouas fortalezas e castellos, como vollo tenho mandado pella quarta Instrução que leuastes Capitulo 37.

VIII. Tambem me escreue o ditto Governador que pella entrega que o São carnaõ Botto faz ao Idalxá de suas fortallezas fica a de Barcellor com maior sobroço por estar danificada e quasi de todo arruinada, pello que mandára inuernar nella Joaõ de Valladares de Soutomaior com quarenta^º soldados, e a tinha mandado uer per officiaes pera se reparar, posto que não detreminaua fazer muita obra nella por não estar em sittio pera isso; e porque assi como não conuem fazerem^{se} nouas fortallezas nesse estado, he necessario acudirse ás que estão feitas pello credito e reputação delle, e se pre-

nehir o que poderia acontecer não estando defensiva, e vos encomendo que com esta de Barcellor tenhaes a conta que conuem e pede a uezinhança que hora diz que tem.

IX. E tambem diz que ElRey de Cananor não he poderoso pera impedir que não sayão ladroões de seus portos posto que entende que os consente pella parte que têm das prezas que fazem; e que por esta causa, e por dar pouca pimenta lhe pôs por condição nos cartazes que lhe concedeo que saindo alguns cossaios de seus portos lhe não ualleriaõ e ficariaõ de preza os natios que os leuassem, e que Dom Fernando de Meneses capitão daquella fortalleza tratava com Cuhicopra, mouro principal naquelle Reino, sobre dar alguma pimenta, o que tenho por de meu seruiço, como sempre o sera todo o bom modo de se auer mais pimenta, e vos encomendo que procedaes nesta materia toda nesta conformidade.

X. E assi me escreue que se fizeraõ muitas diligencias com ElRey de Repellim pera dar pimenta como mo tinha escrito e prometido ao VisoRey Dom Duarte; e se offereceo Niculão Petro a lhe ordenar pezo pera ella dentro nas suas terras sem ir a Cochim, mas que se tinha entendido que este Rey não tem possibilidade nem comodidade pera poder dar pimenta, pello que não deueis de tratar della senão quando a elle tuer e quizer dar de boa vontade.

XI. E asi me diz que o Samorim pello interesse que tem dos cartazes, e por outros respeitoz lhe mandara aquelle muerto muitas ollas em que lhe pedira perdaõ se contra meu seruiço cometera algum erro, e que estava prompto pera dar satisfacão de sy tanto nisto como no comprimento das pazes que seu antecessor fizera com esse estado, ao que elle lhe não respondera reservando tudo pera aquelle ueraõ; e por o ditto Samorim escrever o mesmo a Dom Jeronimo Mascarenhas, e a Niculão Petro mandara ao dito Niculão que se miste com elle, o que fizera levando em sua companhia Balthazar de Sousa Capitão de Cranganor, e que ante outras cousas

que com elle tratara fore que mandando o Governador aquella anne armada bastante ao Mallauar, elle iria por terra juntamente pera se desfazer a fortaleza de Cunhalle, com condiçaõ que se lhe desse ametade da artilharia e dinheiro que se nella tomasse, a que respondera que a artilharia auia de ficar pera o estado por quasi toda ser tomada em nauios de Portugueses; e que assi se offerecja a dar outro sitio pera se fundar fortaleza em lugar da de Panane, e por feitoria em Calcut; e por ser materia de consideraçaõ, me pareceo antes de vós responder a ella mandar tomar alguã enformações; e ey por meu serviço que se fação pazes com o Samorim com as condicoões apontadas asi no contrato feito com seu antecessor como nas praticadas de presente com elle, e com declaraçaõ que não hade ter parte alguã na artilharia de Cunhalle conforme a reposta do ditto Governador pera elle sobre este ponto; e que pera poderem ficar firmes deveis tratar muito de proposito de extinguir e arrazar a fortaleza de Cunhale, porque inda que se fação pazes, ficando esta fortaleza em pee sempre ficará em acolheita de cosairos, como haguora o he; e procurareis que o mesmo Samorim a ajude a desfazer, porque não conuem á reputaçã e quietaçã desse estado dissimularse per nenhum caso com elle; e quanto ao sitio que offerece pera se fazer outra em lugar da de Panane deveis aceitar o seu offercimento nisto por authoridade somente desse estado, e o lugar em que se faça, mas não fazella; e da feitoria em Calcut se não deve per nenhum caso tratar, porque não servira de mais que de penhor pera se dissimullarem ao Samorim todas as desordens que quiser cometer; e porque se entende que as naõs pera que pede cartazes leuã pimenta a Mequa, se lhe deuem de conceder com condiçaõ que achau do que a leuã lhe não valhaõ, e assi se declarara expressamente não somente no contrato das dittas pazes; mas se pora por clausula nos mesmos cartazes.

XII. Tambem me escreue o ditto Manoel de Sousa que por offercimento que lhe mandon fazer o Samorim

que iria por terra a ajudar a desfazer a fortaleza de Cunhale lhe pareceo que era tempo de não perder tamanha occasião como esta pera se acabar de destruir, e desarraigir de todo aquelle imigo tam prejudicial ao estado, e ordenara hũa armada de tres guallés e trinta e duas gnalleotas e fustas de que encarreguára por Capitão mór Thomé de Sousa seu irmão pera se yr pôr sobre Cunhale no tempo que fosse auisado pello Samorim, e que hia dispendo per ordem do Capitão de Cananor aos Arioles, que são senhores de uassallos poderosos, uezinhos de Cunhale que lhe podem dar socorro ou impedirliho que lho não dem, e que esperaua que com estas preuenções se arrazase aquella fortaleza, e se castigasse aquelle cossairo; e porque tudo isto me pareceo ordenado conforme ao que conuem a meu serviço e á reputação desse estado, vos encomendo me auiseis do successo que teue esta armada, e se se conseguiu o intento porque se fez, e não estando inda arrazada esta fortaleza, o fareis effectuar pera que se acabe de extinguir de todo aquelle cossairo.

XIII. E assi me diz que mandára seu filho Jeronimo de Sousa ao cabo de Comorim por capitão de hũa armada de oito nauios por ser enfermado que eraõ lá passados parcos de Cunhale, pera juntamente mandar apregoar as pazes que se fizeraõ em Coullaõ com os Reis de Trauancor; e porque alguns contratos que se fazem nessas partes são muitas vezes pouco firmes, vos encomendo procureis que os que se fizerem daqui em diante o sejaõ, propondo e ordenando o necessario pera isso, que a experiencia deue ter bem mostrado.

XIV. Nas Instruções que o anno passado vos mandei dar uos tratei particullarmente da alfandegua de Chaul, e uos encomendei ordenasseis de logno se por, se o Governador Manoel de Souza a não tinesse já arrentada, pera o que me escreueo pellas naos do anno passado que se ficaua fazendo prestes; e porque os moradores daquela cidade me escreuerão sobre esta materia apontando algumas razões pera se não deuer fazer a ditta al-

fundegna fundados maes em seus particulares interesses que em justiça que pera isso tenhaõ, lhe mandei escrever a carta que nai nestas uias, de que uos inuio a copia, pera que useis della ou naõ, e procedaes nessa materia na forma que vos mandei declarar nas dittas Instruções. (a) E sobre esta materia vos escreuerey em outra carta, a que me remeto.

XV. E assi me escreue o ditto Governador que o Samorim cumpre mal com a pimenta que ficou de dar, e naõ quis tornar aos contratadores o dinheiro que a essa conta tinha recebido, e que insistindo nisso Dom Jeronimo d'Azeuedo que andava por Capitão mór no Malauar aquelle anno, lhe entreguara quatro mil e tantos pardãos somente, ficando ainda deuendo seis mil pardãos, e que parecendo ao ditto Dom Jeronimo que poderia o ditto Samorim nauagnar pimenta pera Mecca depois de recolhida a sua armada, se deixara andar naquella costa até se lhe guastar a monçaõ, que foi causa de naõ partir hũa naõ que tinha prestes, e que hia dissimulando com estas cousas até uer se pode acabar de desfazer Cunhulle, e que com isto feito trataria da forma e modo das pazes que o Samorim offerece, e parecendo-lhe que cumpria a meu serviço assentaria feitoria em Calicut, ou onde melhor parecesse. E porque consentir ao Samorim que nauagne pimenta pera Mecca he de tamanho inconueniente como se sabe, vos encomendo quaõ encarecidamente pode ser que pera este effeito procureis todos os remedios necessarios, de que se pode aprouar o de que usou Dom Jeronimo d'Azeuedo, posto que seia custoso, mas quando naõ ouuer outros que fação o mesmo effeito, forçadamente se hade acudir ao que maes importa; e quanto ao lugar que offerece o Samorim em hum de seus portos pera se fazer fortalleza o deueis aceitar, mas naõ fazella, nem feitoria em Cal-

(a) As seguintes palavras deste Capitulo são postas depois, e em entrelinha.

lecut, como uolo já diguo atrás no Capitulo XI desta Carta pelas causas que nelle se apontaõ.

XVI. E assi me diz que ElRey de Cochim procede bem em meu ſeruiço, e no que toca á fortificaçaõ daquella cidade me escreueo o dito Guouernador em carta particular que se eu mandar escreuer ao ditto Rey sobre esta fortificaçaõ pera se auer de fazer por ordem sua mostrando ter delle a confiança que cuida que suas obras merecem, que consintirá nella, e a ajudará com todo o necessario, porque sem sua vontade entendia que não era possiuel poderasse intentar; e por esta materia ser da consideraçaõ que tereis visto, e tenho tomado resollucaõ nella na forma que mandei escreuer no anno de 89 ao ditto Manoel de Sousa, me pareceo pello que ora sobre ella me escreue aduirtiruos que entendendo uós que se pode ter algũa segurança deste Rey correr bem com a fortificaçaõ daquella cidade, como Manoel de Sousa discorre, se poderia tratar com elle na forma que aponta pera ElRey dar pera ella as ajudas que se lhe pedissem, e quando uos parecer que não consintirá nella, procedereis neste negocio conforme ao que tenho mandado nas uias do anno de 89, que em hũa de vossas Instruçõs vos tenho mandado que cobreis, mas allem disso pera estardes inteirado nesta materia, e a poderdes logo uer toda juntamente, com esta carta quando a receberdes se vos inuiará com ella a copia do que o ditto anno de 89 sobre isto escreui ao ditto Manoel de Sousa.

XVII. Por a cidade de Cochim me pedir lhe mandasse fazer paguamento de hñs dezaseis mil e tantos pardãos que dizem que despenderaõ com os mantimentos com que socorreraõ a fortalleza de Mallaca, antes de lhe mandar responder mandei ao Guouernador me inuiasse a enformaçaõ que disto tinha. E posto que por ella entendi que os moradores daquella cidade não deraõ este dinheiro de suas casas, e que esta despeza foi feita do rendimento do hum por cento, e se fez naquellõ anno a armada pera o Cabo de Comorim á custa de minha fazenda: ey por bem de fazer merce a esta cidade

de duas viagens de Choromandel, pera Mallaca na vanguarda dos prouidos antes de 27 de Outubro do anno passado de quinhentos e nouenta pera se uenderem per ordem do Pronedor e Irmaõs da Misericordia daquella cidade, e se casarem com o dinheiro dellas alguãs orfãs; e a pessoa ou pessoas a que as uenderem mandareis passar certidão vossa do conteudo neste Capitullo pera com ella se fazerem as prouisoões necessarias.

XVIII. Tambem me diz o ditto Manoel de Sousa que encomendou particularmente aos Capitaes das fortallezas e ás justiças dellas inquirã se ha pessoas que tratam em pimenta, e lhe inuiem prezos os culpados pera se proceder contra elles com rigor, e porque me diz maes que com todas estas delligencias naõ falta quem trate nella (caso graue, e digno de riguroso castigo, pois nelle se esquecem os homens tanto do que deuem a meu seruiço, e sua honra) vos encomendo que procureis de ter intelligencias para saber os que saõ culpados nisto, e os castigueis com rigor e effeito conforme a meus regimentos, e ao que mandei pella Instrução particular sobre a materia da pimenta.

XIX. E assi me diz que eu lhe mandei escrever que auia por meu seruiço que deste Reino naõ fosse não a Mallaca por ser em prejuizo desse estado, pello que mandara levar a Guoa a pimenta que estaua feita pera a carga da mesma nao; e porque naõ ha lembrança que lhe eu mandasse escrever isto, antes ey por cousa de muito meu seruiço e necessaria ao bem daquella fortalleza ir cada anno não a ella como este anno uay, uos encomendo que uejais a carta que diz que sobre esta materia lhe escreui, e me inueis nestas náos a propria; e naõ auendo maes que huã visá essa em hũa não, e a copia della nas cutras, e bem tereis entendido quanto conuem a meu seruiço irse continuando com esta viagem a qual fauerecereis e ajudareis de vossa parte em tudo o que for necessario pera se della conseguir tudo o que pretende.

XX. Tambem me escreus que Dom Frei André de Santa Maria Bispo de Cochim fôra aquelle anno visitar

aquelle Bispado, e por guastar muito tempo naquella visitaçaõ se fizeaõ muitas despezas de minha fazenda, e se aniaõ de fazer outras com os Inquisidores da India que hiaõ visitar as fortalezas do norte, e que asi se fazem muitas outras com os prellados das Relligioẽs daquellas partes, e com muitos Relligiosos naturaes deste Reino que se nem pera elle podendo ficar nellas, de que se segnia despeiaremsse os mosteiros, e ficarem nelle os nacidos nesse estado, que naõ tem tanta religiaõ, de que muitas nezes naciaõ grandes desconcertos, e porque a principal e primeira obrignaçaõ minha nessas partes e em todas he de tudo o que toca á christandade e ampliaçaõ do Evangelho nellas, naõ convem que salte a despeza necessaria aos ministros per quem isto ouuer de correr tendose nella a moderaçaõ que em todas cumpre que aja, maiormente nas larguezas que com tam grande excesso e desacostumado abuso e tamanho espanto se tem feito atégora de minha fazenda dos rendimentos desse estado consumindose tam grande parte delle tam infrutuosamente como he darse a muitas pessoas a que os VisoReis e Governadores o deraõ naõ o podendo fazer, em que naõ ha nenhum modo de desculpa (materia de que mandarey tratar tam particulamente como por todas as vias cumpre a meu seruiço, e entendereis pella promisaõ que irá nestas vias, e per outra minha carta); e no que toca aos Relligiosos nacidos nesse estado e á pouca satisfaçaõ que se tem do seu procedimento, vos mandarei escrever per outra carta o que por ella uereis.

XXI. E assi me escreue que ania alguns dias que mandara prender em Guoa a ElRey das Ilhas, e o principe seu irmão por cometerem em Cochim e fora delle crimes muito grandes e dignos de exemplar castiguo, de que se scandalizou toda a India, e que ha muito tempo que este Rei está apartado de sua mulher, e que querendo mandár proceder contra elles e dar á execuçaõ as sentenças que se dessem na Rellaçaõ de Guoa, lie forraõ á mão os Desembargadores dizendo que o naõ podia

fazer sem primeiro me dar conta; pello que suspendeo este negocio até eu mandar nelle o que ounesses por meu serviço, que foi bem feito sopposta a qualidade das pessoas, pella qual e por outros respeitoey por bem que se suspenda a execuçaõ neste Rey e seu irmão inda que suas culpas mereçaõ morte natural, e que os façaes pòr em prisãõ apartada e segura ate minha merce, e os autos de suas culpas, e a sentença que nelles se der ma inuiareis por uias pera os mandar uer, e prouer no caso como me parecer maes meu serviço; e asy ey por bem de confirmar a mulher deste Rey os quinhentos pardaos que lhe o Viso Rey Dom Duarte deu em meu nome, e de lhe fazer merce de mais duzentos, pera que ao todo aja sette centos pardãos de tença cada anno em quanto for minha merce, auendo respeito á enfermãçaõ que tenho de suas necessidades, e por outros respeitoys.

XXII. E asi me diz que tendo o Viso Rey Dom Duarte dado ordem como se fortificasse a fortalleza de Manar por ser cousa de muita importancia pera a nãuegaçaõ do Sul, a naõ principiou Joaõ de Mello capitãõ della dando os moradores dous mil pardãos pera este effeito, e que tinha mandado a Nuno Fernandez d Attaide que hia entrar nella que a comescasse logo, pera a qual allem dos dittos dous mil pardãos lhe applicára outros dous mil pardãos do rendimento dos cartazes pera se effectuar com breuidade; e porque me hey por bem servido do que nisto estaua ordenado vos encomendo que façaes proceder nesta fortificaçaõ de tal maneira que se acabe com a presteza que cõnuem, e que peçaes conta ao ditto Joaõ de Mello da causa porque naõ fez o que lhe era mandado, e entendaes se fez o Governador com elle esta dilligencia a qual se fará sempre com todos os capitaes, menistros, e pessoas que tinerem a seu cargo cousas que naõ façaõ, naõ ficando nunca estas em caso omisso quando nelles se cometem omissoes que requerem riguroso procedimento.

XXIII. E assi me diz que tendo experiencia do muito que minha fazenda guasta com a fortalleza de Co-

lumbo assi nos cerços como no provimento della, lhe pareceo que não conuinha a meu serviço que ficasse aos Capitaães daquella fortalleza todo o proueito da canella, e que fez contrato com Simão de Brito que o anno passado fora entrar nella pera que desse os terços de toda a que fizesse pello preço e custo da sua somente, de que resultaria hum pedaço grande pera ajuda das despesas da mesma fortalleza a que applicára logo esta canella; e me pareceo deuer aprouar o que o Governador fez nesta materia e encomendaruos que procedaes nesta forma com os Capitaães que forem entrar na ditta fortalleza, e me auizeis do beneficio que desta ordem resulta a minha fazenda, como vollo já tenho mandado nas Instruções que leuastes, em que tambem uos trato desta materia.

XXIV. Tambem me escreue que tem particullar cuidado de mandar pagar a ElRey de Ceillaõ os mil par-dãos que lhe mando dar em cada hum anno de minha fazenda de que se sustenta, e lhe mostra per obras e pal-lauras o que lhe tenho encomendado, de que tiue contentamento, e vos encomendo que com este Rey procedaes sempre desta maneira; e posto que me tambem diz que se não fará pagamento de nenhum dinheiro do que este Rey costumaua dar sem ordem nem fundamento a muitas pessoas dizendo que o emprestou ao VisoRey Dom Affonso de Noronha, sobre que mandei pasar hum prouisaõ que entãõ foi com as vias, sou enformado que depois de ser na India se fizeraõ alguns pagamentos deste dinheiro; pello que uos encomendo e mando que não somente façaes inteiramente guardar a ditta prouisaõ sem com ella se dispensar per nenhum caso que seja em muito nem em pouco, mas que tudo o que se achar que se pagou depois da ditta prouisaõ se passar (que se uerificará mui bem) façaes tornar a minha fazenda com effeito, e me escreuaes tudo o que se nisto fizer com declaraçãõ das partidas dos ditos pagamentos em que pessoas se fizeraõ e per eua ordem e mandado.

XXV. Tambem me escreue que acomodou na fortal-

leza de Manar a Dom Fellipe Princepe de Candea com a tença que lhe deu o Viso Rey Dom Duarte e com alguãs cousas maes pera ajnda de sua sustentaçãõ, e que lhe dizião que detreminaua passar ao Reino de Candea, o que naõ duuidana porque o naõ tem por bom christaõ nem bem acostumado, e porque tinha por certo que pasando lhe mandaria loguo o Raju cortar a cabeça, tinha mandado ao Capitaõ daquella fortalleza que trouxesse tento nelle, e que tendo alguã sospeita de isto assi se'r'o mandase loguo a Cochim. E porque o Bispo Dom Frei André tem nisto contraira opiniaõ, e me inuiou nas naos do anno passado hum protesto que este Princepe de Candea fez de nossa santa fee, que tem aceitado, e me diz que he chamado pellos daquelle Reino para leuatarem por Rey com determinaçãõ de fazer christaõs todos seus vasallos, e o ficar elle meu, vos encomendo que se já estiuer em posse daquelle Reino, e proceder em sua christandade como conuem, lhe inuiéis a carta que lhe mandei escreuer, e sendo o contrairo a suspensões e me auiseis de seu procedimento, e atalheis pello melhor modo que uos parecer os inconuenientes que nisto ouuer pera que se naõ signaõ delles outros maiores.

XXVI. E porque sobre a fortificaçaõ de Ceillaõ, e armada que nella mando que aja, e fortalleza que se deue fazer na ponta de Gualle, e cortarse a de Collumbo pera se poder conseruar sem se fazerem as grandes e excessiuas despezas que quazi cada anno se fazem nos socorros que a ella se enuiaõ, vos tenho mandado muito particullarmente pellas Instruçõs que leuastes o que ey por meu seruiço que se nestas materias faça, que todas se trataraõ antes de uosa partida, e o Governador Manoel de Sousa me responde a ellas o que uereis pella copia de alguns Capitulos de huã sua carta que uay nestas vias, vos encomendo que as pratiqueis com pessoas praticas e experimentadas nellas a que pedireis seus pareceres per escrito per elles assinados do que em todas ellas lhes parecer, os quacs me inuiareis com o voso que será muito particullar sobre as mesmas materias

como a muita importancia dellas o pede.

XXVII. Tambem me escreue que aduertio os procuradores dos contratadores da pimenta que a negoceassem conforme o seu contrato empregandose nisso maes que nas drogvas que enuiaõ a este Reino, e que entende que fazem todo o possivel por auer muita pimenta, e posto que nas Instruções que uos mandei dar uos trato desta materia muy particularmente, me pareceo tornaruola a encomendar por quaõ importante he, e que a estes procuradores façaes as aduertencias necessarias.

XXVIII. E assi me diz que procura que se façã muitas fundições de artelharia nesse estado por se auer mister muita pera as armadas e fortallezas d'elle, e que por maes que se faça não pode deixar de auer sempre muita falta della, e que trabalharia que se tiuesse neste particular a conta que he rezaõ, e porque connem que acabe de ter ista o remedio que por todas as vias se deue procurar, que parece será facil pois vem tanta quantidade de cobre da China todos os annos e ha tanto aparelho pera se fazerem muitas fundições, vos encomendo e mando que ordeneis como se façã, e pera este effeito servirá o fundidor que foi deste Reino, e Pello Diaz filho de Francisco Diaz a quem o Viso Rey Dom Duarte proueo deste cargo que ouue por bem de confirmar; e tambem sera de grande effeito executarsse o que tenho mandado sobre a artelharia que anda fora das fortallezas e de minhas armadas em que se deue proceder com todo rigor.

XXIX. E posto que todos os annos tenho mandado se inuie todo o salitre que puder ser nas náos que uierem pera este Reino pella necessidade que d'elle ha pera minhas armadas, não ueo nas náos do anno passado nenhum, e me escreue o Governador Manoel de Sousa que deixou de uir por se ter gastado muito nas armadas e prouimento das fortallezas desse estado, mas que tem feitos contratos em diferentes partes de que esperaua grande quantidade de salitre, e porque allem de naõ uir salitre nas duas naõs sou enformado que á partida

dellas auia muita falta de poluora pera as armadas, vos encomendo e mando que tenhaes muito particular cuidado de prouer como a aja em muita abundancia, e que me auizeis da que achastes nos almazens dessas partes á uossa chegada, e inuieis em todos os annos nas náos que uem pera este Reino todo o salitre que puder ser conforme como vollo encomendo em vossas Instruções, e a grande necessidade que delle ha neste Reino, por onde o auerei por mui particular serviço que nisto me fareis.

XXX. E asi me diz que Antonio de Sousa Guodinho me tem bem servido em Bengualla, e que fez trebutarea a esse estado a Ilha de Sundiua, e ganhou o forte de Chatignão á força de armas, e que o Rey faz alguns offerecimentos pera se fazerem alguns fortes em suas terras (e sobre outras cousas particulares de que uos terá dado conta) e porque nouas fortallezas quando não são mui necesarias ficam infructuosas e de muitos inconvenientes pera esse estado, em que conuein auer maes armadas pera se augmentar e conseruar que sobejas fortallezas pera se guardarem e diuertirem as forças do mesmo estado, não ey por meu serviço que se aceitem a este Rey os offerecimentos dellas pera se effectuarem, e bastará somente terasse com elle boa correspondencia. E posto que a Antonio de Sousa mando escrever como me ey por bem servido delle no modo em que procedo nas cousas que me esereue o dito Governador, lho aguardareis tambem de minha parte tendo com elle a conta que por seus serviços he rezaão.

XXXI. Tambem me escreueo que corre com muita amizade com ElRey de Pegú, e que se deue ter e conseruar sempre com elle assi pello que importa a esse estado, como por quam bem elle e seus antecessores trataram sempre os Portuguezes, e que por este Rey uir desbaratado do reino de Sciao estando sobre aquella cidade com maes de quinhentos mil homens, e estar determinado tornar sobre ella, entendendo que a não poder tomar se não tiver armada pera impedir o socorro

que lhe mandar ElRey de Cambaia (a), e que o Dache-
chem lhe mandara offerecer armada bastante pera este
effeito, e que elle quis primeiro saber de Manoel d'Es-
couar, Capitaõ daquella viagem de Pegu, que naquella
conjunçaõ se achou aly, se esse estado lhe poderia dar
armada pera este intento, e o mandára a elle Gouverna-
dor com recado, e lhe escreuera duas cartas (de que
me inuiou as copias) com as quaes chegára em Julho
do anno atrás passado, e que logo em Agosto seguin-
te o despedira com resposta em que lhe offerecia em
meu nome a armada necessaria, e ficaua esperando o
que lhe respondia, posto que lhe deziaõ que não lança-
ria maõ deste offerecimento, e que somente fizera a-
quelle officio pera se reterficar da amizade dos Portugue-
zes: e que o dito Manoel d'Escouar procedera nisto muito
bem deixando os intereses de sua uiagem; e por eu ter en-
tendido quanto importa a amizade deste Rey a esse estado
e em especial á fortalleza de Malaca a que sempre em suas
necessidades socorre com mantimentos, vos encomendo
que se trabalhe muito por se conseruar, pello qual
respeito me ey por bem seruido dos offerecimentos que
o Gouvernador lhe fez, e auisarmeis do que sobre elles
mandou responder, e se se ordenou armada pera ir em
seu fauor; e pareceome mandar escrever a este Rey
huã carta de aguardecimentos, e assi de offerecimentos
pera o que lhe cumprir desse estado, que lhe manda-
reis pello mesmo Manoel d'Escouar, pera que per todas
as vias se dessuada da amizade do Dachechem, e ao ditto
Manoel d'Escouar direis como me ouue por bem seruido
do que nisto fez, e lhe fareis por isso o fauor que for rezaõ.

XXXII. E asi me escreue que o anno atrás pasado me
escreuera larguamente que lhe não parecia meu ser-
uiço deixarense de fazer as uiagens de Maluco pellos
prouidos, e que inda agora estaua no mesmo parecer,

(a) Assim está no original; mas he claro que o official que
fez a Carta escreueo Cambaia por Cumboja, que he a verdadeira
lezaõ.

e nem embargo disto que me escreue ey por meu ser-
uico que se contratem as ditas uiagens na forma que
vollo tenho mandado na quinta Instruçã que leuastes.

XXXIII. E asi me diz que ElRey de Masulapataõ
depois de ter alguns cartazes que lhe dera o anno atrás
pasado se arrependera de dar os trezentos candis de
arroz pera a fortalleza de Malláca, a que se obrigou em
forma de pareas, mas que depois vendo que podiaõ cor-
rer risco as suas náos que tinha mandadas os tornara
a prometer por hum formaõ por os cartazes leuarem de-
claraçã que lhe naõ uallessem se naõ entreguasse o
arroz, que foi bem feito, e vos encomendo que orde-
neis como estes trezentos candis de arroz se leuem cada
anno a fortalleza de Mallaqua.

XXXIV. E asi me diz que deu a Manoel de Medeiros,
veedor da fazenda de Cochim, huã das uias do rol do
encenso e drogas que mando que se comprem do rendi-
mento da alfandegua daquella cidade pera pagnamento
das ordinarias dos mosteiros destes Reinos, que deuiaõ
importar muita quantidade de dinheiro, e que por as des-
pesas que entã carreguadas sobre o feitor da mesma
cidade serem muitas, arreceaua faltarlhe dinheiro pera
a compra destas drogas e encenço. E porque tenho en-
tendido quam pouco podem custar nessas partes em
comparaçã do muto que custã neste Reino onde se
compraõ á maior uallia pera as ditas ordinarias, vos en-
comendo que em todo caso as façaes embarcar todos os
annos como o tenho mandado nas vias do anno de 89,
e alguns dos annos atras, e naõ se pode auer por boa
rezaõ a que se dá de poder faltar dinheiro pera huã cou-
sa tam necessaria quando tanto contra rezaõ se fazem
tantas e tam desordenadas despesas.

XXXV. Tambem me diz que o hum por cento das
fortallezas de Dio e Ormuz e das maes do estado se des-
pende nas obras a que está applicado paguandosse delle
os ordenados aos officiaes que o arrecadaõ; e porque sobre
esta materia vos trato largamente na quarta Instruçã
que leuastes, vos encomendo que cumpraes inteiramen-

te o que por ella vos mando sem outro entendimento nem replica.

XXXVI. Com as vias do anno passado me inuiou o ditto Governador hum caderno dos gualleões, guallés, e maes nauios que aua nesse estado feito per ordem de Antonio Giralte Vedor da fazenda em Guoa, e outro das capitancias e officios que nelle ha e de nouo se criaraõ, e o debuxo do forte que o Alferes mór fez em Moçambique; e porque inda quisera este maes ampliado, e sera meu seruiço ter todos os annos muito particular enformaçaõ de tudo o que se faz nesse estado, vos encomendo me inuieis sempre hum caderno per vias em que se declare allem do acima dito as armadas que se em cada hum anno fizerem, e o que se despende em cada huã dellas de minha fazenda; e posto que o Governador aproua este forte que o Alferes mór fez em Moçambique, vos encomendo que naõ consintaes fazerse fortalleza nem outra obra alguã de nouo sem meu especial mandado ou ordem uosa, como o tenho mandado per huã prouisaõ que sobre isso mandei pasar, e nas Instruçõs que leuastes.

XXXVII. Tambem me escreue que encarregou ao Ouvidor geral, e aos maes desembargadores desse estado que fizesem huã rellaçaõ particullar das desordens e abusos com que procedeim as pessoas ecclesiasticas delle metendose na jurdiçaõ secular, usando por muy leues cousas e pallavras de excoimunhoes contra os ministros seculares que executaõ com muito rigor, e que os que andaõ na conuersaõ dessas partes tem troncos publicos, e fazem outras nexaçõs estando defezo pello Concillio, e posto que a ditta rellaçaõ me naõ foi inuiada pera por ella uer as cousas e desordens de que o dito Guouernador tratta, me pareceo mandarnos aduertir que se as cousas que os ecclesiasticos fazem sãõ contra as Ordenaçõs deste Reino, que os desembargadores e justicas desse estado deuem usar dos remedios necessarios conforme as mesmas Ordenaçõs, e sendo outras differentes fareis fazer dellas huã rellaçaõ que me inuiareis pera

mandar prouer em tudo como for justiça, e eu escreuo sobre estas rellações ao Chanceller, e ao Ouvidor geral a que as entomendareis.

XXXVIII. E asi me diz que a deusasa que o Licenciado Luis de Guois tirou em Cochim da vinda delRey áquella cidade estana no cartorio dos escriptas della, e que emuiandolha a tempo ma mandaria nas vias do anno passado, e que escreuera a Dom Jeronimo Mascarenhas capitão daquella cidade que ma inuiasse pellas náos do mesmo anno, e mandaua proceder contra os culpados nella com rigor, e porque esta deusasa me não foi mandada pelas náos do anno passado, vos encomendo que ma inuiéis nas primeiras náos com toda a enformação que tiuerdes deste caso se o já não tiuerdes feito pellas que com ajuda de Deos haõ de uir este anno, e não de nota estar a ditta devassa no cartorio dos escriptas nem sair da mão do desembargador que a tirou até se proceder contra os culpados.

XXXIX. Tambem me diz que antre o Alferes mor e Lourenço de Brito ouuera differenças e desordens, que se puderaõ escuzar, e que hia procurando de remedear as queixas de hum e do outro, pera que ficasem quietos, e que o mesmo fazia com Nuno Velho Pereira, que ficaua prezo em sua casa pella residência que se delle tyrou, e que mandando noteficar a elle e a Dom Jorge o que lhe mandei esofeuer sobre serem amigos, responderã ambos que fariaõ o que lhe eu mandasse, e que trabalharia pello concordar, posto que com difficuldade poderia auer antre elles amizade; e porque na terceira Instrução que leuastes vos tenho mandado o que nesta materia ey por meu seruiço que façaes, volla encomendo pera que nella procedaes conforme a ditta Instrução como uedes que esta materia pede.

XL. E asi me diz que ordenava que o Prouedor mor dos defuntos tomasse conta dos rendimentos e despesas dos abintestados e mactuitres applicados pera a obra da Sta da Cidade do Goa, e mandaria entregar este dinheiro ao ditto Prouedor pera correr com as despesas

daquella obra per ordem do Arcebispo, que he confor-
me ao que sobre esta materia tenho mandado, e porque
diz que acabandose esta conta a tempo ma nuitaria nas
náos do anno pasado, e naõ ueo nellas, nos encomendo
ma inuieis nas primeiras que pera este Reino uierem,
e façaes inteiramente comprir o que nisto tenho mandado

XLII. Tambem me escreue que casou o filho maes ve-
lho de Mamede Cão, que se chama Dom Joaõ de Me-
neses, com huã molher nobre de Guoa pera o aquietar,
e lhe fez merce em meu nome, mas que tudo naõ foi
bastante pera deixar sua ma natureza, e que depois de
huã uez ter fogido pera a terra firme lhe pedira perdaõ
que lhe concedeo, mas como era inquieto escreuera a
alguns capitaes do Idalxá que lhe pertenciaõ os Reinos do
Bellaguante, o que sabido por elle mandara ao Naique
junto do Sanguicer onde este Dom Joaõ estaua recolhi-
do que logo lho entreguasse, o que naõ queria fazer sem
primeiro lhe dar agnãs terras que pede, e que arrecea que
lho entregue, e que o Idalxá o mande matar ou tirar os olhos
segundo seu costume, mas que faria todas as diligencias
possiveis por o auer á maõ e naõ ser entregue ao Idalxá.
Encomendonos que se inda este Dom Joaõ estiuere tendo
o peccas ao Naique e o ajaes, pois he christaõ e casado nes-
sa cidade, e dahi em diante procedereis com elle pello mo-
do que uos parecer maes conueniente pera sua queta-
çaõ e emenda.

XLIII. E assi me escreue que Francisco Paes seruia
bem o cargo de Contador mór dos contos de Goa de
que o encarreguei, e que Antonio Giralte Védor da fa-
zenda o cansaua muito, porque posto que era bom ho-
mem naõ tinha experiencia das cousas daquelle estado
que era causa de dar pouco expediente aos negocios:
e assi me diz que Duarte Delgado tem procedido bem
na obrigacaõ de seu cargo e em todas as maes de meu
serviço, e que o ajuda e descança. E posto que Anto-
nio Giralte me mandou pedir licença para se vir me
naõ pareceo (do que o Governador delle escreue) o con-
ceder-lha até naõ uer a enformacaõ que dille me daes

pesta ter ategora boa delle por outras cartas particulares; e a este preposito me pareceo denervos aduertir que nao ey por meu seruiço que o cofre em que se mette o dinheiro do rendimento desse estado esteia dentro na casa dos VisoReis delle, mas no luguar, forma, e modo que tenho mandado per meus regimentos, e que se guarde infalliuemente o que deste Reino inuiei nas vias da armada do anno de 89 pera os Contos de Guoa, e que se entregue logo ao Prouedor mór delles, e se registre nos liuros dos mesmos Contos, e me auisareis da causa porque se não fez maes cedo, e usandose ja do ditto regimento (como creio que será) me escrenereis tambem o mesmo, e em que tempo se começou a effectuar, e auendo nas materias de que trata algumas duuidas se apontarão e mas inuiareis pera mandar prouer nellas como ouuer por meu seruiço, não se deixando porem de guardar inteiramente o ditto regimento. E porque sou informado que Jorge Martins e Dioguo Vieira contadores nesses Contos são mui prejudiciaes nelles, e foram alguns vezes suspensos per culpas que em seus cargos cometerão, vos encomendo e mando que logo os tireis dos dittos cargos, e façaes deusar delles, e proceder pellas culpas que delles se acharem pela mesma deusassa, que me inuiareis auisandome juntamente de tudo o que nisto fizerdes.

XLIII. E porque cohuem acodir com apressado remedio a materia tanto contra seruiço de Deos e meu como he paguarensse nesse estado per mandado de meus VisoReis e Governadores muita copia de dinheiro de diuidas velhas a pessoas que as compraõ a cujas ellas são por muito pequenos preços e em tempo que me escrenem que ha tantas necessidades nesse estado, e que não somente se pagaõ estas diuidas mas que inda se presume que se tiraõ muitos papeis de contas de feitores mortos que ja são paguos per minha fazenda pera se tornarem a auer por ella as contias delles, e que estes contadores que asima diguo e os outros seruem maes nesta materia, e em buscarem outros que os VisoReis dão

de dinheiro que thesoueiros e feitores que uem dar suas contas deem a minha fazenda, que de me servirem em seus carguos com a uerdade e limpeza que são obrignados, vos encomendo e mando muito encarecydamente que de todo em todo não aja per nenhũ caso maes estas desordens, e que daqui em diante se não paguem a nenhũ Capitaũ que vá entrar em sua fortalleza, nem a nenhuma outra pessoa de qualquer quallidade que seja diuida nenhuma alhea, porque assi o ey por meu seruiço, e uello mando expresamente, e que somente se pague a seus proprios donos quando puder ser e ouuer lugar. E ao contador mór mandareis tenha muita aduertencia se não tirem papeis nenhũs das contas dos thesoueiros e feitores, e outros officiaes mortos, e obrigue seus herdeiros a que as dem, e não as auendo nos contos as faça entrar nelles e tomar no estado em que estiuerm, e recolher todos os papeis que fizerem a bem de suas despesas pera que em todo o tempo se saiba que são leuados em conta e se euitarem cousas tal malfeitas que tem inda peor nome que grandes desordens, porque o que propriamente lhe cabe são rombos manifestos.

XLIV. E asi me lembra o ditto Guouernador. que na elleição dos desembargadores e Ouuidores que não deste Reino pera a Relação de Guoa e fortallezas desse estado deão mandar ter muita aduertencia por se ter pouca satisfação de alguns que de qua foraõ, e que outros deraõ trabalho em desordens que cometeraõ, porque as cousas que se piovem naquellas partes são de muita importancia, e que esperava pelo Chanceller Francisco Alurez Sanbudo pera mandar tirar denasa dos desembargadores daquella Relação; e por que o remedio com que se podem atalhar as desordens que estes desembargadores cometem, de que muito me derapone, he tirasse esta denasa delles como tenho mandado, e suspender os culpados dos carguos que servirem, e proceder contra elles conforme a suas culpas, vos encomendo que em caso que o ditto Francisco Alurez a não tenha tirada, a faças logo tirar, e não sendo elle chegado ainda,

a fareis tirar per outro algum letrado que nessas partes ouuer de maes confiança e inteireza. E porque sou informado que todos estes letrados tem Bramenes gentios com que fazem suas mercancias (cousa mui prejudicial pera a administração da justiça, e tam contraira á autoridade della), vos encoinnendo e mando que per nenhum caso consintaes que nenhũ destes letrados se siruaõ destes Bramenes conforme a huã prouisaõ que sobre isso mandei passar que uai nestas vias. E peraque os ditos desembargadores se naõ possaõ desculpar com que por respeito de lhe naõ pagarem seus ordenados buscaõ remedio pera se manterem, ey por meu seruiço que façaes assentar todos os ordenados dos ditos desembargadores em huã renda particnllar em que tenhaõ certo e a seus tempos deuidos o pagamento delles.

XLV. Tambern me escrene que Dom Rodrigo de Castro que foi prezo no norte fora degollado per sentença da Rellação per culpas greues e grandes que lhe acharaõ; e porque as sentenças desta quallidade posto que conforme a derecho e bom gouerno se executem, naõ deue nunca esquecer enuiarensen e os autos dellas com as mesmas sentenças, vos encomendo e mando que daqui em diante em casos semelhantes se acontecerein me inuieis os ditos autos e sentenças, e que o contendo neste Capitulo façaes registrar no regimento da ditta Rellação pera que a todo tempo se saiba que assi o ey por meu seruiço.

XLVI. E assi me escrene que fez concerto com a cidade de Baçaim sobre as sarrafagens com parecer dos desembargadores e dos officiaes da fazenda desse estado de que diz que manda o traslado; e porque não ueo pelas náos do anno passado, vos encomendo me enuieis nestas pera se ver e mandar niso o que ouper por bem. E diz maes que os moradores daquelle cidade livremente me fizeram seruiço dos direitos da imposição pera a fortificação della sobre que traziaõ litigio, e que tem ordenado fizesse poluora na dita cidade como o tenho mandado, e que espera que em mui pouco tempo

se acabe de todo a fortificação della, pera o que Dom Gileanes de Noronha seu genro que então nella estaua por capitaõ tinha cobrado seis ou sette mil pardãos, e que por a comarca daquella cidade ser muitas vezes roubada e molestada de ladroẽs da terra do Colle, Rey uesinho e imigo desse estado, ordenara o ditto Dom Gileanes as uegias e guardas da Saibana; e porque em todas estas materias vos tenho mandado nas Instruções que leuastes o que ey por meu seruiço que se nelas faça, escuzo tornaruollo a referir agora nesta carta.

XLVII. E assi me diz que foi cousa muito necesaria mandar eu que se fizessem liuros novos da matricula, e que conforme a prouisaõ que inuiei no anno de 89 tem ordenado que se proceda neste negòcio, que sendo de tanta importancia como tendes entendido e visto, me parece que posto que vollo tenho tanto encomendado nas Instruções que leuastes, vos deuia tambem tratar disso nesta carta remettendome ao que uos diguo sobre este particular nas dittas Instruções que nos ey de nouo por repetido, e vos encomendo que nas primeiras nãos me inuieis a reposta de todos os particulares e dependencias desta materia, pera com uosa reposta uos mandar o que ouuer por meu seruiço.

XLVIII. E tambem me diz que he fallecido Xequê Joete depois de ter ordenado que se uise o seu negocio em Rellação na forma que lho tinha mandado, e que o ouuera per perda pera a fortalleza de Ormuz, porque allem de se entender que tinha justiça era mancebo de boas partes e bemquisto dos mouros, e que lhe ficara hum filho de mui pouca idade a que deuia ficar a aução de seu pai, e asi vy o que sobre esta morte de Xequê Joete me escribis sua may, e porque no que toca a esta sentença tenho ja prouido na forma que leuastes per uossas Instruções, espero que asi se ordene e oorra neste particular; e quanto a successão que a molher requere para seu filho mandareis uer este caso pellos desembargadores dessas partes que me inuiaraõ hum relleção por elles assinada da justiça que entenderem que tem nelle

com a sentença que tiverem dada, e me avisareis se se noteficou a ElRey de Ormuz o seguro que lhe mandei dar delle, e se se presume que o mandou matar compeconha como sua, mai diz em sua carta, e ordenareis que o ditto Rey não lance mão da fazenda que delle ficou. E porque nas mesmas Instruções vos mandei que constandonos que o Xequé Joette tinha necessidade lhe fizesseis alguma merce em meu nome pera sua sustentação, a fareis a sua mulher constandonos que a tem.

XLIX. E asi diz que o Capitão de Barem tem aquella fortaleza de tam bom modo que a não entreguará aos Turcos, nem deixará de receber, bem os Portuguezes que forem a ella, e que o Guazil de Ormuz seu irmão lhe escreuera muitas satisfações de seu procedimento, e que pello estado das cousas presentes hia disimulando com elle, e tratando de o confirmar em meu serviço, e que este mesmo cuidado deu ao Capitão de Ormuz; pello que vos encomendo que procedaes com elle de maneira que se conserve em meu serviço, e porque pella experiencia que tendes de Ormuz e de todas estas cousas (basta dizernos pouco nellas) uollas não exagero mais.

L. E porque Isaque Judeu morador em Babilonia me mandou pedir licença pera se poder pasar a Ormuz, mandei ao Governador me inuiase a enformação que delle achasse, e me avisase se seria meu serviço conceder-lha, e me escreueo que pella enformação que delle achava seria muito proveitosa sua estada naquella fortaleza porque por sua via poderia o estado da India ter muitos avisos importantes como já costumou fazer algumas vezes, e que bastaria ser chamado per carta do meu VisoRey, e mandar aos Capitães daquella fortalleza que não entendessem com sua fazenda, e que liurementa a podess mandar pera onde quisesse e se lhe não tornassem suas casas de aposentadoria; e que com isto entendesse que se auera por satisfeito. E posto que por esta enformação que o Governador me dá, parece que lhe deuo conceder estes fauores que diz, todavia me pareceo re-

meter esta materia a vós, así pello lugar em que me seruis, como pella experiencia que tendes daquella fortaleza pera verdes se conuem a meu serviço estar este Judeu em Ormuz ou fazerlhe as merces que pede estando em Babilonia, e conforme ao que nisto vos melhor parecer podereis proceder, e auisarme de tudo.

LI. Também me escreue que mandou a Ormuz e a Mascate o engenheiro mór Joaõ Baptista, e que depois de ter visto a fortaleza de Ormuz e traçado as obras que lhe pareceraõ necessareas pera sua defençaõ, ordenára em Mascate como se fizesse hum balluarte pequeno em hum cabeço fronteiro á fortaleza noua donde se lhe podia fazer dano com a artilharia, e que as obras de Ormuz mandára por entaõ sobrestar, porque allem de custarem muito lhe não pareceo conjunção bullir com elas quando se não ouuessem de acabar com a breuidade necessaria auendó todos os annos nouas de guallés de Turcos que estaõ ameaçando aquella fortaleza, e que o ditto engenheiro mór procedia bem em sua obriguação, e que pretendia de o mandar na monção de Abril daquelle anno a Ceillaõ e a Mallaqua; e posto que Joaõ Baptista me escreueo pellas náos do anno passado huã carta largua sobre as fortalezas desse estado, todavia pera se saber a uerdade e certeza do que está feito, e modo de que se nella tem procedido saõ necessarias muitas enformações com todas as particularidades dellas; pello que vos encomendo façaes correr com as fortificações dellas, em especial com a de Ormuz e Mascate, e me inuieis as traças de tudo como uollo tenho mandado pella primeira Instrução que leuastes, e que com o dito Joaõ Baptista tenhaes a conta que he rezaõ e lhe façaes fazer tan bom paguamento de seus ordenados com o mais fauor que ouuer lugar que folgue de proceder bem nesta sua obriguação como conuem a meu serviço.

LII. E assi me escreue como a cidade de Guoa pretende alguns preuilegios e a apresentação do officio de escriuão da Camara della e do cargo de Provedor das guallés pello contrato que a mesma cidade fez em tem-

po. do VisoRey Dom Luis dataide por se obrignarem por elle a fazer em cada hum anno do hum por cento quatro guallés com as condiçoẽs do dito contrato, e quanto a apresentaçãõ do officio de escriuaõ da Camara lhe direis de minha parte que folguarei sempre de fazer merce delle á pessoa sobre quem me escreverem, e que estando Affonso Monteiro casado com a orfan sobrinha de Antonio de Souto maior, pera quem o pedia a mesma cidade e a Misericordia della, e o VisoRey Dom Duarte de Menezes, ey por bem de lho confirmar, e assi todos os preuilegios que foraõ dados pellos Senhores Reis meus predecessores (que santa gloria ajaõ) á mesma cidade, e quanto ao officio de Prouedor das guallés ey por bem que quando se fizerem per conta do hum por cento seja posto pella mesma Cidade, e que quando se fizerem per conta de minha fazenda o Vedor della que entende em minhas armadas entenda tambem nas dittas guallés como uollo mandei declarar na quarta Instrucção que leuastes.

LIII. Tambem me diz que teue carta do Xá de que me inuiou o treslado nas vias do anno passado, em que pedia embaixador, e queria renouar a antiga amizade que seus antepassados tiueraõ com esse estado, e que detreminaua de lho mandar em meu nome tanto que tiuesse occasiaõ pera isso, e que posto que lhe escreue que tem auidas muitas vitorias contra o Turco, he informado do contrario, e que naõ deixaria de lhe ir escreuendo mostrandolhe quanto contentamento terei de seus bons sucesos nendo quam necessaria he sua amizade naõ somente pera o que toca a esse estado, mas pera a christandade, e pois pede embaixador que he o que sempre se dezeiou, se deste Reino o naõ mandar nestas náos, achando uós nesse estado pessoa de confiança e experiencia, ordenareis como lene as cartas que lhe mando escrever fazendo nesta materia com este Rey todos os bons officios que entenderdes que conuem a meu seruiço pera se conseguirem todos os intentos que desta amizade e communicaõ della se podem pretender.

LIV. E assim me diz que o Viso Rey Dom Duarte, trabalhou muito por abrir caminho pera se comunicar com o Emperador da Ethiopia escrevendo-lhe muitas vezes e aos principes de seus reinos, mandando-lhe algumas peças pera por esta via tratar com elle de se reduzir á obediencia da Igreja Romana, e que por esta obra ser de tanto serviço de Deos e meu foi continuando nella até que uo em me escrever e ao Santo Padre cartas que me inuiou o anno passado com outras dos Portuguezes que estão naquellas partes, pellas quaes entendi que a mai deste Emperador o incita a não consentir que vão Portuguezes a suas terras dandolhe a entender que tratão de lhas tomar. E así me diz o ditto Governador que o anno passado mandara dous Relligiosos da Companhia, o Monsarrate e outro companheiro seu, per ordem do seu Provincial com hum presente e cartas pera o mesmo Emperador pera taõbem com sua presença animarem os catholicos, e que mandara dar a estes Relligiosos quinhentos pardãos paguos em Dio pera sua manutença em quanto lá resedisem; e que posto que o ditto Emperador lhe pede officiaes de fazer arcabuzes e outras armas avia de ir disimulando com isso ate ver em que parava sua detreminação. E porque nesta materia ha duas cousas principaes e de muita consideração, huma que toca a christandade, e a outra mandar eu acodir aos christãos que estão naquellas partes, se deve procurar a amizade do Preste pera com ella o reduzir a Igreja Romana, e o ter por amigo contra os Turcos, e não me parece que será serviço de Deos nem proueitozo aquella christandade mandar recolher os Portuguezes que estão naquellas partes como mo pedem em suas cartas, antes seria em muito perjuizo do que se pretende pello que se deusam ir ampliando com mais gente e Relligiosos a que se dá alguma tença cada anno á custa de minha fazenda desse estado, e eu mandei escrever ao Preste uma carta em resposta da sua que lhe inuiareis com algumas armas e outras cousas; e así escrevo a Rainha sua may persuadindo á redução da Igreja

Romana, e segurandoa de seus receos, pois naõ trato senaõ de seus uerdadeiros bens como bom amigo, de-zeiando de lhos conseruar e augmentar como proprios, e que pera isto por taes os tenho, peillq que uos enco-mendo que nesta conformidade e conforme a grandis-sima importancia desta materia procedaes nella sem se perder tempo nas cousas em que pode auer perigo na tardança, e auizandome de todas muito particularmente.

LV. E assim me escreue que na barra da cidade de Guoa tem mandado fazer hum forte que fique seruido de couraça á fortalleza de Bardes á custa do hum por cento que está applicado á fortificação, que he obra muy necessaria e de muito effeito pera seguranca da-quelle rio e barra, e que detreminaua de fazer huã for-talleza da outra banda da barra tambem a custa do hum por cento pera de todo ficar segura, e porque me ey por bem seruido do que o Guouernador fez nesta ma-teria, vos encomendo que nella procedaes conforme ao que uos tenho mandado na segunda Instrução que le-uastes.

LVI. Tambem me escreue que o forte que o Alferes mór principiou em Moçaõbique o deixou acabado quan-do fora pera a India, e que era obra proueitosa pera a deffença daquella Ilha, de que me inniou o debuxo, e por ja dantes eu ser enformado que naõ era de nenbũ effeito lhe mandei pellas vias do anno de 89 que o naõ deixasse fazer; encomendouos que me auisejs deste for-te e do effeito delle, e que daqui em diante se guarde neste particullar o que leuastes em uossas Instruçõs e vos diguo atraz nesta carta.

LVII. E assi me da conta das gualles que sahiraõ do estreito pera a costa de Mellinde, e como tigura anizo que em Sués e Moqua eraõ feitas alguãs e cheguaya madeira acertada pera outras, e que ficauaõ em Adem sette carreguadas de monçoẽs que dauaõ em que cui-dar, e me lembra que seria de muita importancia pera a conseruação desse estado fazersse fortalliza em Mom-baça, e por esta materia ser de tanta consideraçã co-

mo tereis entendido me pareceo deuer tomar sobre ella alguãs enformaçoẽs e depois de vistas vos mandarei escreuer nesta carta adiante o que ouuer por meu seruiço que se nisto faça.

LVIII. Tambem me diz que escreneria a ElRey de Cochim como eu ouuera por bem que Aluoro Vaz Coutinho que elle Rey tinha nomeado no cargo de Juiz dalfandegua daquella cidade o seruisse somente em quanto durase o impedimento ou ausencia do Licenciado Francisco de Frias primeiro nomeado nelle pello ditto Rey, e mandara fazer. declaraçaõ no carguo de escriuaõ da dita alfandegua que serue hum Diogno Rodrigues pera que o tiuesse em uida conforme a nomeaçaõ do mesmo Rey, e que com isto o hia dispondo pera a obra da fortificaçaõ pello muito contentamento que entendia que destas cousas receberia, que me parece bom caminho pera se conseguir o effeito que se pretende; e que o dito Rey tinha entregues alguns culpados na morte de Dom Pedro Arel, e antre elles o matador que depois fogio da prisad; e que por este caso ser tam atroz tinha mandado proceder contra estes culpados. pera se castiguarem, e que o ditto Rey dera loguo o officio de Arel ao filho do morto, que lhe mando aguardecer na Carta que lhe escreuo, e uos encomendo me auiseis se se tem procedido contra os culpados na morte do ditto Dom Pedro, e naõ estando ainda castigados procureis que o seiaõ logo com effeito, e me auiseis do que niso tiuerdes feito.

LIX. E porque com esta segunda ida das gualles dos Turcos á costa de Mellinde se fortificou Miralebeque, capitaõ mór dellas, em hum forte que está na entrada da barra da Ilha de Mombaça e se meteo nelle com sua gente, me pareceo por esta materia ser de muita consideraçaõ deuer ter alguãs enformaçoẽs de pessoas de experiencia dessas partes e daquella costa, e pello que nella apontaraõ se entende que será muito conueniente fazerse huã fortalleza na Ilha de Mombaça asi pera a segurança daquella costa de Mellinde, como pera se

desmaginarem os Turcos de a poderem fazer nella como se infere do que agora intentaraõ que o dezeiaõ muito, na qual me affirmaõ que se poderã ordenar alfanlegua de cuiõ rendimento se faça a despeza da gente de guarniçaõ que nella estiuier; e porque pellas dittas rezoẽs e outros respeitos o aprouo asi, vos encomendo muito que tudo façaes logo efeituar, e das terras da dita Ilha fareis entregar ás pessoas que resedirem nesta fortalleza a parte que uos parecer necessaria pera dellas tirarem os mantimentos que lhe forem necesarios. E pella lealdade com que atégora procedeo ElRey de Melinde em meu seruiço ey por bem que se lhe entregue a cidade e Ilha de Mombaça pera que a tenha de minha naõ e em meu nome emquanto o eu ouuer por bem e naõ mandar o contrario. perã se pasar com sua gente pera ella por me escreuer o Gouernador Manoel de Sousa que a mandaura pedir pera se yr aposentar nella, e lhe seraõ dadas todas as maes terras da dita Ilha que ficarem das que se haõ de dar aos que resedirem na ditta fortalleza como atraz fica dito, na qual ey por meu seruiço que seiaõ capitaõs os prouidos da costa de Melinde. E antes de dardes isto á execuçaõ tratareis esta materia com os fidalguos e pessoas de pratica e experiencia dessas partes, e naõ achando contradiçaõ, tratareis logo de se ordenar e fazer a ditta fortalleza no lugar onde estaua o forte, ou na parte daquella Ilha onde melhor ficar pera todos os effeitos que della se deuaõ e possaõ pretender, e mandareis armada quo vos parecer necessaria pera se naõ impedir a obra della, na qual irá o engenheiro Joãõ Bautista; e quando estas pessoas forem de opiniaõ de se naõ fazer esta fortalleza sobrestareis nella e me inuiareis nas primeiras naõs as rezoẽs em que se fundarem per escrito asinadas por elles com uoso parecer, pera tudo uer e uos mandar o que ouuer por maes meu seruiço. Escrita em Lisboa a 12 de Janeiro de 594.

P. S.

LX. E pello que vos digo atrás no capitulõ 45 acerca da

execuçãõ da morte que se fez em Dom Rodrigó de Castro pella sentença que se contra elle deu, deneis entender que minha tençaõ e vontade he que as semelhantes sentenças dadas em Rellaçaõ se executem contra quaesquer fidalgos e pessoas como convem que seja pera bom governo e boa administraçaõ da justiça, e depois disso se me enuiaraõ os auctos e sentenças pera eu ter por ellas verdadeira e inteira informaçaõ de tudo, mas naõ se sobrestará na execuçaõ das ditas sentenças.

REY.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey —4.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e VisoRey da India— quarta via.

(Livro 3.º fl. 406)

77.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar. Posto que per outra carta (que he a primeira e mais comprida das que vaõ nestas vias) vos escreuo largo sobre as materias que por ela vereys, ficaraõ para esta carta outras de meu seruiço de que o Governador Manoel de Sousa me dá conta per suas cartas que tambem vieraõ na armada do anno passado.

II. Sobre a materia de Jor que he da importancia que tereis entendido me dis o dito Governador que depois de ficar arrassado pela armada em que foraõ Dom Paulo de Lima e Dom Antonio de Noronha, mandára o Rayale pedir pazes a Dom Diogo Lobo capitaõ de Malaca, a que naõ deferira per entemder que se hia fortificando em hũ sitio muito forte pelo ryo dentro quatro legoas domde fora a primeira pouoaçaõ, e que mandára a Francisco de Soussa Pereira capitaõ mór daquelle mar e a Dom Amrique Bemdará, e a Antonio d'Amdria casado

naquelle cidade com huã gualé e outras embarquações, e que deraõ em huã tranqueira que o Rayale já tinha feita naquele lugar e lha queimaraõ com alguãs embarcações e juncos com mantimentos e drogas, e se tomaraõ vinte peças d'artelharia, e que como este Rey se saluara com sua gente e tisouros arreceaua que sempre mouese nouas inquietações áquela fortaleza de Malacca porque depois lhe escreuera o Bispo dela que se tornaua a fortificar no mesmo lugar que lhe queimaraõ; pelo que vos emcomendo que tenhaes muito particular conta com aquella fortaleza de Malacca pera que esteja sempre taõ bem provida d'armada e moniçoës como a importancia della o requiere, e o que muito ymporta he impedir-se per todas as vyas e modos (com que se possa atalhar) naõ se tornara fortificar El Rey de Jor, porque se ouese descuydo nisto (que per nhũ caso creio que aja soposto a materia e circumstancias dela) veria o mesmo descuido da parte dessestado a fortificalo mais que suas proprias forças, com que seria necesario tanto ou mayor apercebimento pera o desfazer que a armada e gente com que foi desbaratado a primeira ves, e por isso com se as cousas anteverem e preuenirem naõ soimente se fazem em seu proprio tempo, e se naõ pasaõ as ocaioens que mal se cobraõ depois, mas se forraõ despesas que sendo maiores saõ muitas vezes infrutuosas.

III. Tambem me escreue que os moradores de Malacca me seruiraõ bem nesta destruiçaõ de Jor e que seria de parecer lhe fizesse particulares merces e lhes comcedese preuilegios e liberdades, e vendo pela carta que eles me escreueraõ pelas náos do anno passado (a que lhe mando responder como nisto me ouue por bem seruido deles) que naõ pedem liberdades, antes se queixaõ dos capitaës daquelle fortaleza a trauesarem todas as fazendas que a ela vem e as tomarem para sy, e os naõ deixarem nauegar com suas fazendas pera nhũ parte impedindo-lhe todo o remedio que podem buscar pera sustentarem suas mulheres e filhos, queixa que de muitos anos a esta parte vem a mym e en todos eles temho

mandado que se ponha nisto remedio, e por numqua se dar mandey depois passar alguãs prouisoẽs sobre o mesmo remedio, vos emcomendo e mando que as façais inteiramente cumprir e dar a sua deuida execuçaõ fazendo em conformidade delas tudo o mais que for necessario de maneyra que naõ aya mais estas queixas.

IV. E assy me diz que eu lhe escreui que raõ convinha a meu serviço fazerse forte em Jor, mas que am-dase de contino huã armada naquele mar para defenssaõ dos navios que nauegaõ por ele; e porque ainda o hey assy por meu serviço, vos emcomendo que nesta materia cumprais e goardeis tudo o que tenho mandado em carta de 22 de feuerreiro de 89 que vereys nas vias do dito anno que vos tenho mandado que cobreys.

V. Tambem me diz que as cousas do Dachem esta-uão ao presente em estado que com menos forças e poder se poderaõ comsegir grandes efeitos por se afirmar que o Rey era morto; e porque esta materia he da importancia que tendes entendido, e que sendo vós presente se tratou em meu conselho, vos emcomendo muito emcarecidamente que naõ deyxéis passar as occasioẽs que o tempo vos oferecer e que se possaõ efetuar com o que esse estado puder dar de sy, e nestas poucas palauras sendo esta materia de ealidade para nela vos dizer muitas em carta que se disso tratasse vos hey por dito tudo suposto o que com vosque tratey antes de vossa partida, e o que a mesma materia por sy apresenta a quem está nesse vosso lugar, inórmente tendo vós dela tanta experiencia do tempo que andastes em Malaca.

VI. Tambem me escreue que pelas desordens que Dom João da Gama cometeo na China mandara áquelas partes o Licenciado Ruy Machado que deste Reyno foi prouido de Ouvidor da Cidade de Macáo; e que ante as cousas que leuára per regimento fora que todos os Castellhanos seculares e ecclesiasticos que achase naquela cidade fizesse embarcar pera essas partes, ou pera os Luçoens de maneira que naõ ficasem em Macáo senaõ os Portugueses moradores antigos por se atallar o per-

jnyso que nisto recebiaõ meus vasallos Portuguezes e principalmente a Religiaõ (ristam por se entender que seriaõ causa pera de todo se sarrar a porta-daquelle Reyno á promulgaçaõ do Evangelho por procederem com soltura naõ goardaõdo minhas promissoes sô color da mesma Religiaõ, e que juntamente dera por regimento ao dito Onuidor que restetuisse aos Religiosos de Saõ Francisco da Custodia da India a cassa que em Macão tinhaõ Frey Martin Inacio e seus companheiros por set sua dantes, e escreuera ao Bispo de Malaca que imdo aõter estes Religiosos companheiros do dito Frey Martin lbes asynase no destrito do seu bispado lugares-ein que prégasem o Evangelho como lho eu tinha mandado escrever pelas náos do anno de 89; e porque isto me pareceo assy bem, vos encõmendando que procedaes nesta materia na conformidade em que o ordenou o dito Manoel de Sousa pelas rasoẽs que se apontaõ.

VII. E assy me escreue que dos tres Ingreses que pasaraõ a essas partes no tempo do Conde Dom Francisco Mascarenhas eraõ dous delles mortos, e o outro estava em Goa usando do officio de pintor sem se entender dele numqua outro pençamento; e porem pois está defesso que naõ vaõ a essas partes estrangeiros, nem se consintam nelas, naõ hey por meu serviço que fique este sendo Ingres, e o mandareis solto nas primeiras náos para este Reyno pera dali se ir para sua terra se quizer.

VIII. E assy me escreue que tene cartas do capitaõ de Maluco, que a Ilha de Maquiem que he do senhorio d'ElRey de Ternate (que he grande e de muito rendimento de cravo) ficava alienantada, e que aquele Rey por ese respeito lhe comestura a fazer guerra, e que desejava muito estar ese estado em tempo para mandar huã armada áqueilas partes para com esta occasiaõ se poder cobrar a fortaleza de Ternate; e posto que na primeira Instrucaõ que leuastes vos tenho mandado o que neste particular hey por meu serviço que façaes, volo torno de novo a encõmentar.

IX. Tambem me escreueo que João da Silva, capitaõ

que, foi de Malaca, e Artur de Brito, capitão da viagem de Maluco, faleceraõ ambos no mar, e que o dito Artur de Brito segundo lhe disseraõ tiuera culpa em não estar oje por mim a fortaleza de Ternate por tratar mais de seus interesses do que comvinha a meu serviço, e não correr com aquele Rey como era resaõ, nem lhe entregar o presente que o VisoRey Dom Duarte lhe mandara por ele; e porque esta materia he de tanta consideração como sabeis, vos emcõecendo muito que ofeçendose occasiã pera se poder cobriar esta fortaleza, faças nisso o que vedes que tanto cumpre a meu serviço, e mandeys tirar devassa do que se diz de Artur de Brito, e constando que não entregou o presente a ElRey de Ternate se cobre a valia dele per sua fazenda, e se proceda contra ela com qualquer outra comdenação que se julgar depois de ouvido o meu procurador e seus erdeiros.

X. E assy me diz que alguns Reys Arabios a que chamaõ Gisares pediaõ com grande efficacia armada pera lhe segurar certo paço do Rio Eufrates por onde tinhaõ entemido que os Turcos de Baçorá esperauaõ socorro para a guerra que eles lhe faziaõ, sem o qual se não poderiaõ sustentar, e que este mesmo requerimento trouxeraõ com o VisoRey Dom Duarte, e que pelos trabalhos do estado numqua se ordenara poderse lhe mandar esta armada, e que pomdo este negocio em conselho se asentara que se deuiaõ de despedir os embaixadores destes Guisares com cartas de boas palauras e esperanças deste socorro ate se ter mais certa enformação do poder que tem e do efeito que podera fazer esta armada, pelo que me pareceo deuernos mandar que por ahaes esta materya em concelho de fidalgos e pessoas de partes e experiencia pera volo saberem dar, e sendo de parecer que se lhe deve dar este socorro mo fareis saber primeiro, e emayareis a copia dos pareceres das pessoas que se acharem neste conselho, e me avisareys muito particularmente do vosso, e das causas principaes desta materia fazendo nela o discurso que pede, porque he de tanta consideração incitar-se o Turco contra esse estado

quando o dano que se lhe fizer não puder ser tão grande que lhe enfraqueça de todo o poder contra elle, que será mais acertado não se intentarem cousas que sendo de pouco momento em beneficio do estado resultem em mayor dano seu.

XI. Tambem me diz que lhe escreuera o Visitador da Companhia pelas náos da China da monção pasada que se aleuantara naquelas partes hum tirano que em breues dias se fizera senhor de todas as Ilhas e Reynos de Japam, e mandara notificar a todos os Religiosos que andauão na conversão daquelas partes que se saísem logo fora delase não prégasem o Evangelho por ser ley contra a de seus antepassados, tomandolhe os collegios e queimando as Igrejas que tinhaõ, e que eles se escondessem em alguãs terras de Reys e Senhores cristãos até verem o termo desta perseguição, e que ha esperanças que não faltará naquellas partes a fee catholica porque no mór feruor destes trabalhos se comuerteraõ muitos Japoens, e que o Visitador Alexandre de Valinhano lhe pedira esmola pera ajuda daqueles Religiosos, que faria nisso o que pudesse; pello que vos emcomendo que em tudo o que puder ser fauoreças aquella cristandade pera que se torne a restaurar como espero em nosso senhor de ter nas primeiras náos, ou muyto cedo recado que está já quieta, e nem por isso estar em tal estado deue aver menos feruor no prosegimento daquela cristandade que tanto hia florecendo, antes se pode cuidar que o quer nosso Senhor depois de assy a ter fundada cultuiar pelo modo que teue com a premetiua Igreja que com as perseguições dela lançou móres raizes para depois vir a dar dobrados fruytos, e com esta esperança diante dos olhos, e com cada hum os pôr na sua obrigaçãõ se facilitaraõ os trabalhos tiraõdose deles gloria pera Deos e merecimento pera os homens, e pola calidade da materya me pareceo dizeruos nela este pouco de que podereys inferir o muito que será razaõ que sempre se nela digua.

XII. Tambem me diz que eu lhe mandára me auizasse do numero dos Religiosos da Companhia que andauão

na cristandade de Japam, e o que seria bom darselhe para sua sustentação, no que não se resolveu para mo escrever até não cessar a perseguição daquelle tyrano, e me lembra que estes Religiosos são merecedores de todo o favor e ajuda por serem pobres e pelo muito fructo que fazem nessas partes; e que advertindo ao seu Provincial e a alguns outros Religiosos da Companhia que se deixassem dos tratos que traziaõ na carreya de Japam pelo escandalo que nisto danaõ, lhe affirmaraõ que a muita necessidade em que viaõ em Japam fora occasião de hum procurador seu lhes mandar algã ceda na náõ daquela viagem, mas que isto secára já havia muitos tempos passando por este respeito muitas necessidades, e que tem entendido que não tornaraõ a usar may's desta grangearia. E porque ao presente não está esse estado para apresentar ordenados, vos encomendo que vades ajudando estes Religiosos com alguãs esmolas segundo os tempos e a necessidade, que tenho por de menos inconueniente para minha fazenda que daremse tenças com tanta largeza como se até qui fez.

XIII. E ahy me escreue que será muito serviço de Deos e meu não irem embarcações de Portuguezes a outros portos senão aos acostumados de Japam como se pede por parte dos mesmos Religiosos da Companhia por alguãs rezões que apontaõ, e antes de sobre esta materia vos mandar escrever me pareceo deuer ter alguã enformação de pessoas praticas daquelas partes, e por elas entender que por respeito dos typos que ha naquela viagem não poderiaõ tomar as embarcações particulares o porto de Langacaqui onde vay ter a náõ de viagem, e me pareceo cometer esta materia a vós para que tomeia sobre ella as enformações necesarias e mas enuieys com vossop parecer para mandar tomar nisto a resolução que ouner por meu serviço.

XIV. E ahy me enuie nas vias do anno passado hũa folha de todas as casas, collegios, remdas, aldeas, e propriedades que estes Religiosos tem nesse estado, e o numero deles que residem nas ditas casas e collegios.

de que me ouue por seruido por aver alguns annos que tinha mandado se me envyasse.

XV. E asy me escreue que os annos passados ouue alguãs desavenças antre estes Religiosos e os de São Francisco sobre a cassa noua que fizeraõ em Goa as quaes estauaõ já casse acabadas, e que declarára ao Custodio de Sam Francisco as causas que me moueraõ para mandar que se naõ tratassè mays daquela duuida, e que ouuesse antre eles muita conformidade, e me diz que o Colegio que os mesmos Relegiosos da Companhia fizeraõ em Vaipimcotta era de grande effeito pera o beneficio da Crístandade e reduçaõ dos cristaõs da Serra á Igreja Romana por alguãs rezoõs que sobre isso me aponta; e porque sobre estas materias vos mandey declarar o que hey por meu seruico que se faça (na terceira Instrucaõ que leuastes) vos emcomenda que conforme a ela procedaes nelas.

XVI. Tambem me escreue que sobre a fabrica das Igreias desse estado tem mandado aos feitores que cumpiraõ alguãs cousas que lhes forem mandadas fazer per visitaçaõ nas Igrejas que naõ tinhaõ fabrica, e que vay fazendo diligencia pera ordenar o que haõ daver pera de tudo me avisar, emcomendouos que nesta materia cumpraes o que sobre ela tenho mandado escrever o anno de 89, e o que se contem na terceira Instrucaõ que leuastes.

XVII. E asy trata do cuidado que se tinha dos ospitaes e dos soldados que se neles curaõ, e em especial do de Goa omde. o Prouedor e Irmaõs da Misericordia fazem este officio com grande caridade, e que se tinha particular cuidado de o prouer, e assy ao de Cochim como lho tinha mandado per minhas cartas, e por isso ser couza tanto de vossa obrigaçaõ, posto que na primeira Instrucaõ que leuastes vos tenho mandado que tenhaes particular cuidada destes ospitaes e da cura dos doentes deles, volo torno de nouo a emcomendar.

XVIII. E assy diz que fauorece os menistros do Santo officio, e que tudo he bem empreguido neles e especialmente nos Inquisidores Ruy Sodrinho (sic) e Frey

Tomas Pinto os quais cumprem inteiramente com sua obrigação, e porque sou informado que estes ministros não são bem pagos de seus ordenados, e que os Governadores e Visoreys desse estado lhes falaõ e intercedem por alguãs pessoas culpadas e prezos pelo Santo Officio, que he materia muito perigossa, e de que se podem resultar muitos imconuenientes, hey por bem e mando que vós nem nhum outro vosso sucesor nesse gouerno fale aos ditos Imquisidores por nhuã pesoa nem causa de que aja culpas no Santo Officio, e vos emcomendo que aos ministros dele ordeneis como sejaõ bem pagos de seus ordenados, e os trateys e respeiteis como lhe he deuido por ministros de tal menisterio, e conforme o como já tenho mandado que se faça.

XIX. Tambem trata do cuidado que tem de se empararem as orfaãs que vaõ deste Reyno, e que são já cassadas muytas a que deu cargos e fez outras merces em meu nome, e que nessas partes avia tambem orfaãs filhas de Canaleiros criados meus que morreraõ em meu seruiço a que com a mesma rezaõ se puderaõ fazer as merces que se fazem ás que vaõ deste Reyno; e porque sobre esta materya tenho mandado o que hey por meu seruiço na terceira Instrução que leuastes, vos encomendo que nesta conformidade procedaes nela, aduertindouos muito que assy como he rezaõ que se trate do emparo das orfaãs, comuem que seja isto dentro dos limites da mesma rezaõ, e não com taõ demasiada largueza pouco conueniente a tudo como já tereys entendido pela dita terceira Instrução a que me remeto.

XX. E asy diz que praticou com o Prouincial da Companhia e com outros Relegiosos dela sobre as queixas que ElRey de Cochim diz que tem dos ministros da comersaõ que andaõ em suas terras, e que tem entendido que he grande o fruito que estes Religiosos fazem e nhũa a perda que este Rey recebe em sua fazenda por alguãs rezoës que aponta, e juntamente vy a carta que ElRey de Cochim me escreueo e o que sobre elle trata, e me pareceo deverlhe agradecer o que me disse

sobre esta materia da conversão e animalo pera que va continuando com fauorecer e ajudar os menistros dela que tambem vos hey por emcomendados.

XXI. Tambem me diz que tratou com o Custodio de São Francisco sobre a jurdição que hum Religioso Capucho tomou ao Vigario de Teuenapatao posto por ordem do Bispo de Cochim, e que lhe respondera que tudo estaua já quieto, e que assy o tinha entendido per outras vias, e que comuem muyto pera bom gouerno é quietação desse estado darse ordem com que não sejaõ taõ ausolutos, e que o Bispo de Cochim Dom Frei André de Santa Maria escomungára pubricamente a Nicoláo Petro Cochino Veador da fazenda da cargua das náos por não lhe pagar á risqua seus ordenados, pelo que vos emcomendo trateis com o dito Bispo que de tal maneyra proceda assy no que toca á christandade como a tudo o mais, que seja conforme a sua obrigação, e lhe estranhareys escomungar o Veador da fazenda por casso taõ leue como foi o de seu pagamento, de que me espantey muito asy pola calidade do casso como por se emtemder das partes. do Bispo que tiuesse nele outra consideração.

XXII. Tambem me diz que avisou ao dito Bispo da merce que lhe fiz dos dizimos daquela cidade por tempo de cinco annos, e que podem valer em cada hum deles de setecentos até mil pardãos, e que lhe mudou o seu pagamento e o do Cabido dalfandegua daquela cidade onde o tinhaõ pera Goa; e porque não conuem que residindo eles em Cochim vão buscar o pagamento de seus ordenados a Goa, vos emcomendo que lho façaes fazer na alfandegua da mesma cidade como o tenho mandado (a), e até El Rey de Cochim me escreueo sobre isto.

XXIII. E asy me escreue que huãs casas que estão junto ao dormitorio de São Francisco dessa cidade de Goa que ha alguns annos que tenho mandado que se com-

(a) O resto das palavras deste Capitulo são escriptas de outra letra, e depois de concluida a carta.

prem para se meterem dentro da cerca do mesmo mosteiro ficauão já avaliadas em dous mil e quinhentos pardãos, e que por naõ aver atégora aquele dinheiro se naõ tinhaõ entregues aos ditos Religiosos, de que me espantey, porque quando se isto asy diz se despense de minha fazenda todos estes annos em outras cousas que se puderaõ bem escusar, como tenho visto pelo liuro das merces que se nele fizeraõ, pelo que vos emcomendo e mando acabeys de entregar estas cassas ao dito mosteiro de São Francisco.

XXIV. E asy me escreue que Cunhale armára muitos nauyos o anno de 88 que foraõ per diuerssas partes dessa costa da India, e que pera as do norte mandara doze galiotas em que entrauaõ tres grandes com muita gente escolhida e por capitaõ mór delas hum sobrinho seu, e que emcomtraraõ com elas duas gualés que hiaõ pera o norte de que eraõ capitaes Dom Francisco Mascarenhas e Joaõ de Soussa com que tiueraõ huã brigua muito trauada em que eles ficaraõ muito feridos e os imigos cassy desbaratados se recolheraõ a Carapataõ, e sendo ele Gouvernador informado disto mandára logo Jeronimo de Sousa seu filho com muitas embarcações e alguns fidalgos com outras que cometeraõ os imigos e lhe tomaraõ todos os nauyos, artelharia, e alguãs armas; e por este successo ser da calidade que tereys entendido tiue muito contentamento dele, e vos torno a emcomendar alem do que leuastes em Instrução e vos escreuo nestas vyas que trabalheis por se extinguir de todo este cosario pelo muito dano que faz na costa da India, e despesa que por esse respeito he forçado que se faça com as armadas que saõ necessareas pera a goarda dela, e principalmente pelo que toca á autorydade e reputaçã do estado sendo em taõ grande perjuizo dele premetirse ha tantos annos hum cosayro taõ molesto e taõ vezinho que tendo cresido tanto se pode aver por afronta.

XXV. Tambem me escreueo sobre o successo que teua armada que mandou á costa de Melinde (de que foi por capitaõ mór Thomé de Soussa seu irmão, que era de

dous galioens, cinco galés, seis gualiotas, e seis fustas com mais de mil soldados) e gualés de Turcos que se tomaraõ e may's sucesos desta viagem, da qual vitoria tiue tanto contentamento como foi a importancia dela; e vos emobmendo que tenhaes sempre muita vigilancia em saber os desenhos das gualés do Turco para estardes preuenido en tudo o que comuem para a defemsaõ e segurança dese estado; e a Thomé de Sousa e aos mais fidalgos que nesta yornada com ele foraõ mando escrener e agradecer o que nela fizeraõ, e assy a Mateus Mendes de Vasconcellos capitaõ mór daquela costa de Melinde que son informado que en todo este successo me seruió muito bem, e tenho mandado ao Secretareo Diogo Velho que me apresente os papeis em que estas pessoas reque-rem merce por seus seruiços para os ver e lhes mandar responder. E assy me escreue que me seruiaraõ bem nesta jornada Bras d'Aguiar, e Manoel da Silua, e tambem avendo papeis seus em que requeiraõ despacho os mandarey ver e responderlhes (a). E a ambos direis assy, e que me ouue nisto por bem seruido delles.

XXVI. E posto que em outra carta vos ouuera de tratar sobre a materia das gualés do Turco (em que já vos comesey a escreuer pelos nauios que de qua partiaõ no inverno, porque inda que entãõ vos escreuesse taõ breuemente deyxando tudo pera as vyas destas náos, naõ me pareceo dilatar pera nhũ tempo por abreniado que fosse cousa de tanta mayor inportancia que outras muitas auidas por principaes) me parece que com isto deue acabar esta segumda carta (com que ficaõ respondidas todas as que me escreueo o dito Gouernador) que posto que me desse conta das gualés que se dizia que o Turco mandaua fazer em diuerssas partes, imda quisesa que falára nisso may's particularmente naõ somente sobre os avissos que tinha, mas juntamente nas pre-

(a) São escriptas depois as palavras que se seguem neste Capitulo.

uenções que fazia e determinaua fazer, porque sendo a materia tão grande e que leua apóss sy todo o cuidado, mal podia ficar em caso omisso, pedindo tantas considerações, tantos discursos, e tantas adueriências; e imda lhe de crer que ele as teria, e que acharieis os efeitos desta pratica tão avante que terieys pouco que acrescentar nela, todauya bem fora que de tudo me dera muy particular conta tanto dos avissos como das prevenções, como asima vos digo, e asy naõ somente vos escreuo estas cousas para mostrar desprazer do passado, mas para remedio do presente, e aduertencia do futuro, avendovos por tão emcomendada e entregue esta materya com todas suas dependencias que possa descansar no que sey quenela tereys feito e fareis sempre dando presedencia dela a outras materias, pois a tem, e asy en todas as desta calidade de que me auisareys sempre muy particularmente. Escrita em Lisboa a 12 de Janeiro de mil qinhentos nouenta e hum.

REY.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey—2.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu Viso Rey da India—2.^a via.

(Livro 3.^o fl. 450—4.^a via fl. 460)

78.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Sou informado que Dioguo Lobo de Sousa capitão de Bardes naõ procede bem em seu cargo nem ainda na obriguação de sua pessoa, fazendo naquellas terras que estão a seu cargo muitas uexações aos moradores christãos e gentios que nellas viuem, e que o Governador Manoel de Sousa lhe tem dado nos rendimentos das mesmas terras (que tenho mandado applicar ao pagamento da See e clerezia do Arcebispado de Guoa) maes de

dous mil pardãos de renda cada anno; pello que vos encomendo e mando que loguo lhe façaes tirar as ditas terras e renda pera que a maes não receba nem arrecade, e lhe façaes tornar a minha fazenda estes dous mil pardãos (ou o que for de todo o tempo que os tiuer cobrados) e juntamente façaes deuassar delle per hum letrado inteiro e sem suspeita, e achando delle culpas procedereis contra elle como for justiça, e foime ditto que lhas acharão nos annos atrás, e fora já suspenso daquella capitania, e do que nisto fizerdes que sera loguo com effeito me avisareis e inuiareis a ditto deuassa com a sentença que se der pera a mandar ver.

11. Sou informado que no anno de 87 em dia de Sam Bartholameu sé, fez na fortaleza de Damaõ hũa briga antre os moradores della deuedidos em bandos mui travada e escandaloza, e que por esta tamanha desordem ficar sem castigo loguo no anno seguinte acontecera o mesmo na cidade de Baçaim, e que se dizia que em Cochim ouuera outra briga antre os moradores della dentro em hũa Igreja de que resultara matarem sette delles á espingarda, e sendo todas estas brigas muy escandallozas e que puderaõ pôr aquellas fortalezas em notavel perigo, se não mandou fazer nenhũa deligencia sobre ellas, nem se castigaraõ as cabeças destes bandos, nem tiue nenhũa informação dellas pellas vias dos annos passados, de que me espantei tanto como do acontecido, e porque são casos a que se deue acudir com rigurozo e exemplar castigo, vos encomendo e mando que particularmente mandeis deuassar delles não estando já isto feito na forma que taes casos requerem, e proceder contra os culpados como for justiça, e porque tambem sou informado que de alguns annos a esta parte se mattaõ muitos homens á espingarda sem nisto por parte da justiça se acudir com os remedios e procedimentos della (o que pede tambem o remedio e procedimento necessario) vos mando que atalheis logo esta diabolica nouidade tanto contra o serviço de Deos e meu procedendo contra os culpados com rigurosos casti-

guos dados loguo á execuçaõ segundo forma das leis e ordenaçõs.

III. O Prouedor e Irmaõs da Misericordia da fortalleza de Dio me pedem vos mande escreuer que os 350 moradores que per regimento ha naquella fortalleza sejaõ primeiro paguos de seus ordenados que os maes officiaes por serem muito pobres e muy continuos na guarda da mesma fortalleza, por que os maes soldados da obriguaçaõ della se embarcaõ e andaõ darmada todos os ueroes, e que no inderno se recolhem naquella cidade 600 soldados, e como naõ podem ser todos paguos pello regimento por naõ serem da obriguaçaõ da fortalleza fazem mutins e roubos, e que naquelle anno quiserãõ entrar as casas de alguns moradores que remiraõ sua auexaçaõ com pratta e joias de suas molheres, e porque destas extroçoẽs me ey por muito desserruido, vos encomendo que prouējaes de modo nisto que se enittem, e que se naõ introdusaõ casos tam desaforados de entrarem os soldados per casa dos homens casados e lhe fazerem forças, e se dê ordem como os soldados daquella fortalleza seiaõ bem paguos, e fareis saber aos officiaes da ditta Misericordia de minha parte como vos tenho mandado que prouējaes loguo nisto.

IV. A cidade do Nome de Deos da China me inniou dizer per hũa sua carta de 20 de Nouembro de 88 que o Licenciado Ruy Machado Ouuidor naquellas partes seruia tambem o carguo de Juiz dos orfaõs que em todas as cidades desse estado se prouiaõ por nomeaçaõ dellas nas pessoas que conuinha, pedindome que ounese por bem que o mesmo podesse aquella cidade fazer, e asi me pedem lhe mande passar prouisaõ pera se naõ dar dinheiro ao guanho aos capitaẽs da uiagem de Japaõ por ser grande oppressaõ pera os moradores da terra, e que o dinheiro dos orfaõs nem os mesmos orfãos sejaõ constrangidos a passar á India saluo quando forem com suas mãis e com parecer de seus titores, e porque sobre este dinheiro dos orfãos se naõ dar aos Capitaẽs das fortallezas nem das uiagens desse estado tenho mandado

passar hũa prouisaõ que foi nas vias do anno de 89, conforme a ella lhe mandareis guardar sua justiça, e no que toca a poderem nomear Juiz dos orfãos naquella Cidade como dizem que o fazem as maes desse estado informaruoseis se ha prouisaõ per que geralmente se concedesse este preuilegio a todas, ou se particulamente o tem algũas e quaes, e as causas porque lhe foi dado, de que me auisareis, e tambem sobre o maes que pedem acerca de o ditto dinheiro, dos orfaos e os mesmos orfaos naõ passarem á India, pera conforme ao que conuier a tudo lhe mandar responder como ouuer por meu seruiço.

V. Os officiaes da Camara de Cochim me pedem per sua carta aja por bem que das fazendas das nãos da China que por respeito de naõ poderem pasar á cidade de Guoa se despachaõ na alfandega daquella Cidade possam leuar o hum por cento pera despeza da armada que todos os annos fazem pera o Cabo do Comorin, e porque este hum por cento esta applicado as obras da fortificaçaõ de Guoa lhes mandei escrever que acodissem a vos pera os ouuides com os officiaes da mesma cidade pera com a informaçã que deste caso achardes e vossõ parecer que me inuiareis lhe mandar como o ouuer por meu seruiço.

VI. El Rey de Ormuz me escreneo muitas queixas do modo em que os Capitaes daquella fortalleza procediaõ com elle, e posto que ateguará se lhe deraõ algũas culpas de descuidado em sua obriguaçã, me escreneo o Governador Mannel de Sousa que com as nouas que ouue de gualles de Turcos fizera algũas preuencões e metera naquella cidade mil e quinhentos homens com os quaes despendera oito mil cruzados, e asi me inuiou huns apontamentos em que requere muitas cousas que me pareceo remeter a vos e naõ lhe deferir a ellas sem primeiro ter nossa enformaçã, que vos encomendo me enuieis de todas as que se contem nos mesmos apontamentos com vossõ parecer, e que ordeneis como a este Rey se faça muito bom tratamento e o deixem

usar em seu reino do que seus antepassados usaraõ e naõ for contra o que conuem a meu seruiço e segurança daquella fortalleza.

VII. A Cidade de Damaõ me escreueo como nella fallecera Luis Vieira que estava prouido do carreguo de Juiz dalfandegua de Guoa, e por sua morte lhe ficaraõ dous filhos e hũa filha muito pobres, e que tambem fallecera Fernaõ Cardoso que estava prouido de Tanadar de Maym, pedindome ounesse por bem de fazer merce ás filhas destas pessoas dos carguos que uaguaraõ por seus pais pera seus casamentos, e que a pessoa que casase com a filha do ditto Luis Cardoso (sic) desse a cada hum dos outros filhos do rendimento do ditto cargo mil pardãos. E assi me escreue que na mesma cidade fallecera Pero de Sousa Pereira que estava prouido com a fortalleza de Baçaim de que ficaraõ tres filhas e dous filhos e sua molher muito pobres, e me pedem que em satisfação dos seruiços do dito Pero de Sousa faça merce da ditta fortalleza a seu filho maes uelho pera com ella poder emparar suas irmãs e irmãos, a que lhe mando responder que acudaõ a vós pera com uosa enformação mandar prouer em tudo como ouuer por bem; e tambem no que toca a Manoel Vaz morador naquella cidade que me escreuem que serue na fortificação della com muito zello e cuidado, e vos enformeis e me auiseis com uoso parecer.

VIII. E assi me pedem em seus apontamentos que me enuioa que mande se naõ pague a Ramo de Rana Rey vezinho daquella cidade maes que os onze por cento que antigamente tinha do rendimento daquellas terras, e que o ditto paguamento naõ corra pellos capitães da fortalleza por ser por elles aquelle Rey mal pago e resultar diso serem os moradores da cidade molestados; e porque sou informado que sempre se entendeo que conuinha ter boa correspondencia com este Rey, porque inda que pequeno em poder, como uia em montanhas e matos asperos e fragnosos se naõ pode nunca entrar, vos encomeado que em quanto nisto se naõ dá outra ordem,

ordeneis como aja os onze por cento que lhe pagão os foreiros daquellas terras, os quaes ey por bem que daqui em diante arrecade o feitor daquella cidade, e por sua via e não dos capitaes se entregue o que niso montar ao dito Rey, e deste dinheiro se lhe fará receita pera na conta que der de seu cargo a dar também delle, e se poder saber como o tem entregue ao dito Ramo de Ração. com declaração que he foro das terras possidas por quem as grangea, e não cousa algũa que se lhe dê de minha fazenda.

IX. E assi se queixa a dita cidade que dos vinte e dous mil e quinhentos xerafins per que o Viso Rey Dom Duarte mandou uender huã uiagem da China de que lhe fiz merce pera a fortificação della tinhaõ cobrado somente noue mil, pedindome lhe mandase entregar a demazia pera se poder ir correndo com a dita fortificação; pello que uos encomendo vos enformeis particulamente em cujo poder estaõ os treze mil e tantos xerafins desta uiagem, e lhe façaes fazer delles pagamento com a breuidade que este caso pede, ordenando como se entreguem. e faça receita delles pera se não despendem em outra cousa algũa senão na dita fortificação, e o que sobejar estará em deposito até eu mandar o que quier por meu seruiço, e de tudo o que nisto fizerdes me auisareis.

X. E asi me pede a dita cidade lhe faça merce dos direitos de trinta cauallos arabios, e que os posam mandar trazer de Ormuz, e por ser materia que encontra o que sobre ella leuastes em uossas Instruções, e que não he de maes effeito pera a cidade, que interesse de que se não segue outro beneficio, não ey por men seruiço concederlho, e asi lho podereis mandar significar com as razões disto que são sabidas, e sobre a confirmação dos priuilegios que me pede uos tenho mandado nas Instruções que leuastes me auiseis se será meu seruiço concederlho, e de nono volo torno a encomendar.

XI. E asi me diz que alguns foreiros daquellas terras com não verdaderas esformações oueraõ supprimeo dos

VisoReis pera não residirem nellas com suas pessoas e caualllos; e por isto ser da importancia que sabeis vos mandei que tomaseis enformação desta materia, mas pela que agiora tenho vos encomendo que obrigueis os foreiros daquellas aldeas e terras que uão resedir nellas com suas armas e caualllos pera acompanharem o capitão da fortalleza na guarda dellas conforme as suas obrigações sob pena de perderem as dittas aldeas e terras, porque não he justo que tendo dellas tam groços rendimentos como tem, andem espalhados por esse estado fazendo seus proueitos, e que os que residem naquella cidade lhe guardem suas aldeas.

XII. E asi me pede a ditta cidade aja por bem que os moradores della que tiraõ madeira para Cambaia não paguem mais que os déreitos da alfandegna somente e não sejaõ obriguados a pagar os tributos nouos que os capitaes daquella fortalleza recebem delles e lhe acrescentaraõ de seu poder absoluto; e por ser informado que por os moradores daquella cidade serem pobres e continuos no seruiço se lhes pode conceder licença pera somente tirarem daquellas terras agueiros e forquilhas pera Cambaia contanto que não seja madeira que sirua pera nauios, vos encomendo que prouējaes neste caso como vos parecer rezaõ, e me auizeis.

XIII. E así me dizem que naquella fortalleza ha muita falta de artelharia pellos capitaes della a terem consumida em suas náos, e porque esta queixa ha muitos annos que dura así nesta fortalleza como nas inaes desse estado, em que tenho mandado prouer por minhas provisões, e ultimamente no anno de 588, vos encomendo muito particularmente as faças dar á execução com tanto rigor como a importancia deste caso o pede, e me auizeis nas vias de cada anno do que neste caso fizerdes, porque todavia não poso deixar de receber disprazer e me auer por mal seruido de chegarem estas informações e queixas da artelharia a mim, tendo eu já niso prouido bastantemente, e podendo antes disso ter dado os Viso

Reis e Governadores remedio a huã cousa tão importante ao estado devida a sua obrigação.

XIV. E así me escrevem que conuem a meu serviço não se sustentar a fortalleza de Saügens que está legoa e maa daquella cidade pella muita despeza que faz, e por ser enformado que esta fortalleza he muito forte, e não faz muita despeza que huã Tanadaria daquella cidade a que, com ella mando satisfazer alguãs pessoas qua me remem nesse estado, vos encomendo que vos enformar e me aviseis do que será meu serviço fazer-se neste particular.

XV. E así me diz a ditta cidade que conuem a meu serviço escouzar-se o capitaõ do Campo, que tem de ordenado mais de cem mil reis allem da despeza que se faz com os piãens por não ser necessário depois que ouve guardas, e porque sobre esta materia mandei tomar enformação per que se achou o mesmo que a ditta cidade aponta, vos encomendo que entendendo vós así escrezeis este Capitaõ e a despeza que se niso faz, auisandome do que niso fizerdes.

XVI. E así me pede a ditta cidade aja por bem de mandar aforar, emfathyota as aldeas que os moradores della tem em duas vidas, e que andem sempre nomeadas em huã só pessoa que responda com o foro e obrigações de seus aforamentos, e por ser materia de consideração mandei tomar enformação della, e me parece que não será meu serviço conceder-lhe o que pedem pelos inconuenientes que diso podem resultar, e que somente se lhe poderião innovar em huã vida quando se acabassem as duas porque as tuas em aforadas e ouvere serviços que o mereçam, mas também nisto vos encomendo que me envieis uosa enformação e parecer.

XVII. A ditta Cidade de Damaõ me escreve que huã das causas porque se tomou aquella fortalleza foi pera as fazer nella alfandega que tem por de maa importancia pera meu serviço que todas as outras commedidades que nella ha, porque soubirá a ella todo o trato e commercio de todo o Mallabar e partes do Sul que a

gora acode a Cambaia, e que poderá importar o rendimento desta alfandegua pera minha fazenda cada anno cento e cincoenta mil pardãos (porque muito mais ual Cambaete aonde tudo isto aguora acode) e que se ateguora isto se não pôs em effeito foi por estar aquella fortalleza aberta per muitas partes, mas que já está deffensauel pera poder resistir aos accidentes que seraõ certos por respeito da perda que, Cambaete nisto hade receber, e que será necessario auer alguns nauios armados que corraõ daquella cidade até Dio, así pera o que pode subceder como pera obrigar os nauegantes a ir áquella alfandegua; e por ser materia de tanta consideração como tereis entendido me pareceo deuer ter algũas enformações della de pessoas de experiencia dessas partes, e posto que por algũas dellas tenho entendido que será difficiloso introduzirse esta alfandegua, e que poderia por uentura tambem ser em perjuizo da de Dio, e que somente deuo mandar que todos os nauios que leuarem mantimentos ou mercadorias a Cambaia os uão descarregar na fortalleza de Damaõ, porque será occasião pera uirem ahy os mercadores uezinhos com suas mercadorias, me pareceo que me não deuia de resolver de todo nesta materia, nem de hũa maneira nem de outra, sem uossa reposta, e assi ouue por mais meu serviço cometeruola pera della vos informardes muito particulamente, e discorredes de mais perto as dependencias e indiuiduos de tudo isto, e me auisardes así do que achardes como do que uos parecer escreuendomo muito particularmente, e em caso que se aja de pôr alfandegua em Damaõ, se são necesarios ou se podem escusar os nauios armados que dizem que conuem que andem naquella costa pera fazerem ir a Damaõ os que por ella nauuagarem com mercadorias e fazendas de que ajaõ de pagar dereitos, e o que farão de custo estes nauios, e o que poderá render esta alfandegua, e se será em perjuizo do rendimento da alfandegua de Dio, e tambem da de Chaul, com tudo o mais que entendodes desta materia de maneira que

Assi venha tudo declarado que fiquem respondidas todas as objeções claras e tacitas dellas, pera sem maes outra diligencia nem interlocutoria me poder resolver nisso como for meu serviço.

XVIII. A Cidade de Guoã se me queixou que recebiaõ os moradores desse estado em se proceder no contrato que estaua feito do annil muito danno, e por ser materia em que se naõ intentou nouidade, e que muitos annos antes esteue contratado, lhe mandei escreuer nas uias do anno de 89 que se quietassem nisto e porque nas naõs do anno passado me tornaõ a fallar nesta materia e apontaõ muitas rezoões em seu fauor e algumas em que mostraõ que naõ será meu serviço ir por diante este contrato, vos encomendo que os ouçaes neste caso e tomeis as maes enformações necessarias, e do que vos parecer me auiseis pera nelle lhe mandar responder como for rezaõ.

XIX. Tambem me requerem que aja por bem que os officios de Juiz e escriuaes dos orfaõs daquella cidade sejaõ prouidos em vida e naõ por tres annos por alguã rezoões que pera isso apontaraõ, e requerendome o mesmo per cartas do anno de 89 lhe mandei responder pelas vias do anno passado vos dessem disto conta, e assi lho torno a mandar escreuer aguora; pello que vos encomendo que saibaes o que nisto passa, e o que já lhe foi respondido por mim ou pelos senhores Reis meus antecessores, que Deos tem, sobre este particullar. do que sou enformado que se tratou em outros annos, e de tudo o que achardes me auisareis com uosso parecer.

XX. E assi me faz lembrança de quanto inconueniente he darensse a fidalgos mancebos que uiaõ deste Reino a capitancias dos navios de minhas armadas sem primeiro seruirem nesas partes de soldados pello menos quatro ou cinco annos como sempre se custumou pera nelles se exercitarem e terem alguã experiencia da guerra, e porque he materia esta de tanta consideração, como se deika bem entender, e se vio no desastre de Niquilã,

accede á mesma fortalleza muita quantidade de pimenta, e que se se tolhesse aos Chinceos que a naõ fossem buscar a Sunda, Patane, Pam, Jambiz, Andrigir, e a outras partes, acudiria áquella fortalleza grande copia della; e por ser materia esta de consideraçãõ, e de que deueis ter tanta experiencia como das maes consas daquellas partes, me pareceo meu seruiço mandaruollo escreuer pera fazerdes nella o que uirdes que cumpre, de que me auisareis.

XXV. Com a chegada das náos deste anno fui informado que indo, nellas daqui pera a India Fernão d'Alures do Oriente se descompusera em dar nouas trocadas destes Reinos em perjuizo delles e de meu seruiço, e por tal modo, e com demonstração de tal humor, que estou muito espantado chegando estas cousas (por serem publicas e notorias) ao Guouernador Manoel de Sousa Coutinho, e sendo de taõ máo exemplo pera se deuerem castigar, e quando menos mandasse o ditto Fernão d'Alures logno a este Reino, naõ somente naõ se fazer isto sendo taõ ordinario em casos de muito menos momento, mas antes occupalo em meu seruiço e em negocio tanto contra elle e defeso por mim, como mandalo a Ormuz por Vedor da fazenda, que naõ creio inda que mo affirmaraõ, que se asi fose seria muito pera estranhar. ao dito Guouernador (como o fizera maes largamente se esta carta fora pera elle, posto tambem com elle falo estando elle ainda nesse guoneino); pello que uos encomendo e mando que na primeira embarcação que ouner pera este Reino façaes nella uir o ditto Fernão d'Alures procedendo niso per tal modo que em todo o caso uenha sem auer falta nem dillação algũa, porque se outra cousa ouuesse (que bem creio que per nenhũ caso será) seria peor caso o segundo que o primeiro E tambem uos encomiendo e mando que auendo outro tal naõ espereis íruos recado meu pera pordes em effeito o que agora mando que façaes neste presente; sobre que me escreuereis o que fizerdes.

XXVI. Da mãi de Xeqe Joete ãue huã carta nas naos

do anno passado a que lhe mando responder como uereis pela carta que uai nestas vias, e porque não pude ter enformaçã de sua quallidade e procedimento, me pareceo deuernos enuiar a mesma carta pera conforme á que tiuerdes se lhe dar ou deixar de dar. E nai aberta porque na carta que me escreueo não diz o seu nome nem se pode saber neste Reino como se chama pera em caso que se lhe ouuer de dar lhe mandardes pôr seu nome. Escrita em Lisboa a de Janeiro de 591. (a)

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.

(No Sosbrescripto)

Por El Rey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, seu Visorrey da India.

(2.º via. Livro 3.º fl. 430—1.º via fl. 438)

79.

Visorrey amiguo. En El Rey vos emño muito saudar. Nas ynstruçõs que lenastes e em huã carta minha que vos escreuo nestas vias vos trato muito particularmente das muitas desordens com que procedem os Capitaes das fortalezas desse estado tanto contra o seruico de Deos e meu e em dano do bem comun de meus vasalos e grande peryuizo de suas conciencias e homrras, sobre que mandey passar alguãs prouisoẽs em que particularmente defendo que os meus VisoReys e Governadores lhe não concedaõ nhuã que encontrem as cousas sobreditas e dependencias delas, sobre que pera melhor ordem e declaraçã de tudo mandey fazer algũs apontamentos pera por eles lhe serem tomadas suas residencias, de que se pasou outra minha prouisaõ; e porque será de pouco efeito telas passadas

(a) Em ambas as vias que restam desta Carta seta em branco o dia do mez.

naõ se dando á sua deuida execuçaõ com se proceder nela taõ ynteiramente como conuem em efeitos taõ ymportantes e necesareos a hũa sustancia taõ grande em em que consiste tamanha parte da verdadeira comser-naçaõ desse estado posta em bom e prudente descurso, que he materia que comserne em sy muitas cousas e dependencias delas que se deixaõ bem entender de animos desapaixonados que com zelo christaõ e homrrado naõ poderaõ deixar de ver quanto ysto cumpre pera nosso Senhor ajudar e assistir nas cousas dese gouerno; vos torno de nouo a emcomendar muito emcarecidamente e a mandar expressamente que façaes goardar as ditas prouisoões pera que se cumpiraõ ynfaliuamente sem des-pensassaõ algũa, e aduirtaes o Chanceler e desenbargadores da Relaçã de Goa do que deuem fazer declarandolhes que assy como ey de ter por muito particular seruiço o que neste caso me fizerem pera lhes fazer merce, me ey de auer por mui desseruado de qualquer descuido que ouuer (o que naõ creio) para mandar tratar tambem de seu castigo como o pede esta materia que he taõ ym-portante e de tanta obrigaçaõ minha. E este Capitulo lereys estando em Relaçã aos ditos Chanceler e desenbargadores, e o fareis registrar no liuro do Regimento dela ao pé do qual registo se fará hum asento do dia, mes, e anno em que com elles fizestes esta diligencia, e asinareis nelle e somvosco todos os ditos ministros que forem presentes.

II. Manoel de Medeiros Veedor da fazenda da cargua das náos em Cochim em hũa carta que me escreueo pelas do anno passado me faz muitas lembranças nas materias da pimenta; e porque sobre elas vos mandey dar quando deste Reino partistes hũa ynstruçã muyto largua, me pareceo que de nouo naõ tinha que vos dizer nelas, somente emcomendaruolas tanto como a ynportancia delas o pede, e que ao dito Manoel de Medeiros mandeis a copia da dita ynstruçã pera conforme a ela proceder nestas materias, e vos lembrar nelas o que for necesareo com emformaçaõ do que passar em Cochim,

e entender do procedimento delRey. E porque elle tambem me escreue que pera beneficio da cargua da pimenta e a trazerem os mercadres ao pesso he de muita ynportancia serem fauorecidos e bem tratados d'ElRey de Cochim; e ordenar ele como se atalhe e ympida leuar-se esta pimenta pela Serra em bois, me pareceo que alem de muito particularmente lhe ter encomendado esta materia da pimenta em hũa carta que lhe mando escrever nas vias deste anno, vos denia tambem encomendar que particularmente lhe escreuaes sobre tudo ysto significadolhe a obriguaçaõ que tem pera o fazer, e o muito contentamento que disso receberey, e me auisareys do que nesta materia fizer, e estiuer feito de vossa parte e da sua.

III. O Arcebispo de Goa Dom Matheus me escreueo nas náos do anno passado algũas cartas a que lhe mando responder, e porque por pessoas que deŝas partes vieraõ, e assy per cartas de outras tiue emformaçaõ que por sua muita idade e yndesposiçoẽs naõ podia acudir a algũas desordens que se cometiaõ pelos clerigos e seculares de seu arcebispado, e fazendoseme lembrança que seria seruico de Deos prouerse em outrem a dita prelazia, me pareceo emcomendaruos me auiseis muito particularmente de seu procedimento, e entendendouos que he assy como se me tem certificado, o uades despondo per modo comueniente e suaue pera que queira renuciar nas maõs do Santo Padre o dito arcebispado e recolher-se com algũa porçaõ comoda, pois per sua idade naõ podera uir pera este Reino, e sendo necessario ter pessoa comsigo das letras e partes que comuem pera lhe ajudar a gouernar o arcebispado, lhe persuadaes tambem e procureys que asista com ele, e que nestas naos seja contente de emuiar a dita renuciaçaõ com cartas suas pera o Santo Padre e pera mim sobre esta materia.

IV. O dito Arcebispo e o Cabido da See de Goa me emuiaraõ huns apontamentos de algũas cousas que requerem, e porque entre elas trataõ da fabrica das ygreias do dito arcebispado em que tenho prouido bastantemente nas vias

do anno de 89 o que por elas tereis visto, vos encomendo a execucao disso. E assy me pedem licenca para poderem laurar na moeda da ribeira de Goa mil quintaes de cobre, e que lhe antecipe huã viagem da China que dizem que tem pera as obras daquela See, e naõ ouue por meu seruiço deferir-lhe nem a huã nem a outra, por naõ poder ser anticipar-se a dita viagem em perjuizo dos prouidos, e ter defendido per minha prouisaõ que se naõ laure uhum outro cobre senaõ per conta de minha fazenda pelos ynconuenientes que disso resultaõ como sabeis. E assy me apontaõ que as Igrejas daquele arcebis-pado se deuem curar e servir per Clerigos e naõ per outros Religiosos, e porque sou informado que atégora se administraraõ as ygreias de toda a Ilha de Goa assy pelos Religiosos da Companhia como pelos mais Religiosos frades dessas partes que as tem repartidas antre sy pela falta que sempre ha nesse estado de bastante numero de Clerigos suficientes, e se acharem neste Reino com muita difficuldade pera yrem a ele. vos emcomendo que pratiqueis esta materia com o mesmo Arcebispo e a compo-nhaes com ele, e do que ambos asentardes me auisai is pera o ver e vos mandar escreuer o que ouuer por mais meu seruiço. E porque tambem sou informado que os Religiosos que residem nestas ygreias tem nelas meyri-nhos e troncos priuados em que metem os cristãos da terra que se conuertem a nossa santa fee, de que resultaõ muitos incomuenientes, o que o Conde d'Atougia que foi Viso Rey desse estado prohibio per huã sua prouisaõ feita em 16 de Março de 79, encomendonos que a veyaes e deis ordem como estes Religiosos naõ usem mais dos ditos troncos e se castiguem os delitos destes cristãos da terra pela via ordinaria a que directamente pertence. E porque em hum dos ditos apontamentos se queixaõ que por os Religiosos dessas partes comprarem muitas fazendas de que resulta yrem-se desfraudando os dizimos que pertencem ao Mestrado da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, ordenareys com que se de a execucao huã minha prouisaõ que ora pasei sobre esta ma-

teria que vay nestas vias, e que o Procurador de minha fazenda desas partes requeira a justiça que entender que ela tem neste particular perante a pessoa que o Com-servador geral dos Mestrados deste Reino nomea nessas partes em huã sua comisaõ que vay nestas vias. E tam-bem pede o dito Arcebispo se lhe enuie deste Reino hum mestre de obras de pedraria pera se acabar a See de Goa, o que se pode escusar por ser informado que nessas pastes amda hum mestre de obras que se cha-ma Antonio Argueiros que ha muitos annos que reside nelas, e hum mestre Simaõ lá nacido que foi mestre das obras da casa noua da Companhia, pelo que vos emco-mendo que para se acabar a dita See lhe ordeneis hum dos sobreditos mestres ou outra pessoa sufficiente na ar-quitectura, que possa correr com a obra dela e a ponha na perfeiçã que convem, pois ha tantos annos que dura.

V. O dito Arcebispo me escreue sobre seus pagamentos e dos menistros ecclesiasticos de seu arcebispado, e por-que o Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu Sobrinho, que Deos tem, lhos tinha mandado consinar nas rendas de Bardes e nos dizimos da ylha de Goa por suas prouisoẽs que eu ouue por bem de confirmar, vos emcomendo que lhas façaes goardar inteiramente, e em caso que naõ fa-lassem no Arcebispo Dom Mateus, ou fosse dadas com limitaçã de annos que já fossem acabados, vos infor-mareis de tudo isto e me avisareys, e em quanto vos naõ mandar escrever o que nesta materia hey por meu seruiço se lhe goardaraõ as ditas prouisoẽs e averaõ por elas seus pagamentos nas ditas rendas de Bardes. Escrita em Lisboa a oito de feuerreiro de M. D. nouenta e hum.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.

(No sobrescripto)

Por ElRey.—A Mathias de Albuquerque do seu Con-selho, seu Visorrey da India.

(2.º via Livro 2.º fl. 98—4.º via fl. 102).

80.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito sandar. Vendo e considerando a grande quantidade de merces de dinheiro que os VisoReis e Guouernadores desse estado fazem em meu nome de poucos annos a esta parte no tempo de seus gouernos com desordenada largueza a fidalgos e a outras pessoas que andaõ nestas partes allem dos uinte mil cruzados que pera ellas lhe tenho concedido e limitado cada anno, excedendo niso o modo de tal maneira que passaõ todos os limites da rezaõ e do bom gouerno, de que se seguem grandes danos e inconuenientes a meu seruico e ao bem do mesmo estado, e fica minha fazenda quasi impossibilitada pera poder acudir às armadas necessarias pera conseruação e deffençaõ delle, e se toma a de meus uasallos por causa desta taõ prejudicial desordem pera prouimento das dittas armadas e outras cousas de meu seruico, porque (segundo tenho sabido) he bastante o rendimento do estado tratando-se com ordem de se beneficiar, arrecadar, e despende como deue ser, ouue por meu seruico por todos estes respeitos e pellos maes que delles se podem inferir, mandar passar huã prouisaõ pella qual ey por bem e mando que da chegnada destas náos a essas partes em diante nenhum VisoRey nem Gouernador dellas possa despende nas dittas merces de dinheiro que fizer em meu nome per qualquer via e modo que seja maes que trinta mil cruzados que lhe hora concedo e limitto cada anno posto que aja poucos annos que lhe acrescentei oito mil cruzados allem dos doze que até entãõ somente lhe eraõ concedidos, e isto pera os dittos vinte mil cruzados entrarem na contia dos trinta que lhe hora limitto pera os naõ excederem em cada hum anno per nenhum caso que seja como ditto he, sob pena de se auer pella fazenda do tal Visorrey e Gouernador tudo aquillo que maes despende nas taes merces allem dos dittos trinta mil cruzados, como tudo largamente he declarado na ditto prouisaõ que uay nestas vias, e naõ ha mandei

passar maes cedo esperando que ounese emenda nas desordens que nisto ouue nos annos atraz, mas entendendo com a chegada das náos do anno passado que hya en crescimento (de que me ouue por tam desservido que na culpa passada mando prouer per outra via) me pareceo que não conuinha dillatar maes o remedio de huã taõ grande desordem e tam perjudicial a meu seruiço, e que posto que deua crer que em uoso tempo a não aueria e bastaria para isso entenderdes que allem de não poderdes passar o limite da concessão dos uinte mill cruzados cada anno, uos obrigauão tambem as outras rezoões de gouerno e bom exemplo que conuinha que deixasseis a uossos subcessores, que todauya a vós e a elles conuinha tornauos a declarar minha tençaõ e mandado pella ditta prouisaõ, e que posto que a desordem passada requeresse estreitar antes a comissaõ dos uinte mil cruzados (de cuyo acrescentamento se taõ mal usou) que fazer agora logo outro acrescentamento o não deuia suspender pera outro tempo pois esta culpa não era do uosso, e asi tendo nisto tanto respeito a uos fazer merce como a outros que me a isso mōueraõ, o ouue asi por meu seruiço, e uos encomendo e mando que de tal maneira cumpraes a dita prouisaõ sem outra interpretaçaõ alguã que não somente se faça assi taõ inteiramente como o deueis á particular confiança que de vós tenho, mas que inda no modo deixeis tal exemplo a uossos sucesores que inda que não ouuera esta minha defeza os pudese o mesmo exemplo obrigar á consideraçaõ de quanto maes conuem ao bom gouerno desse estado e a suas consciencias e honra terem dinheiro pera os accidentes substanciaes que pera o darem pera cousas em que se elle taõ mal despende, importando tambem maes (inda que o dinheiro se não ouuera mister pera o que se elle deue poupar) tirarem elles os homens de gastos infructuosos e que os incitaõ a maos costumes que socorrellos em suas necessidades, que quando não forem fingidas nem superfluas se podem bem suprir com os ditos trinta mil cruzados, e asi o poreis em pratica e exemplo pera que

o fique de uós nisto como das outras cousas de que espero que o deixeis. Escrita em Lisboa a 16 de fevreiro de 591.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—4.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—2.^a via (*sic*)

(Livro 2.^o fl. 72)

81.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuoio muito sandar. Nestas vias vos escreuo sobre todas as materias de meu seruiço como por ellas vereis, e esta carta será pera vos dizer que folgey muito de entender pellas vossas da paragem da Ilha da Madeira e da linha quaõ bem hieis nauegado, como tambem depois o soube per hum nauio do Brasil que partio daqui em uossa companhia, e vos deixou ao mar daquella costa a tempo e de maneira que se pode crer que com ajuda de Deos chegareis a essas partes quasy ao tempo ordinario das náos que leuaõ boa uiagem, e assy quererá elle que seja, e que este anno me emuiareis taõ boas nouas de vós e de tudo como as espero, e nestas náos vaõ as munições e cousas de que tendes feito lembrança que uereis por hũa folha dellas feita pello Prouedor e officiaes de meus almazens. Escrita em Lysboa a 16 de fevreiro de 1591.

P. S.

Inda que creio de vós que sem vos escreuer sobre esta materia naõ deixareis de comprir nella com vossa obrigacão em meu seruiço, me pareceo todavia aduertiruos della encomendandouos que corraes com ElRey de Ormuz no modo que connem, esquecendouos de cousas passadas de quando estinestes por Capitão na-

quella fortaleza, e lembrandonos do que deveis a meu VisoRey desse stado, e que com a mudança dos carregos se mudaõ tambem as cousas e a obrigaçaõ dellas, posto que em todo tempo e lugar naõ deixa ella de ser em sustancia hũa mesma igoal pera tudo. E folgarey de me escreuerdes o que nisto fizerdes.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o VisoRey Mathias de Albuquerque.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu consefho, e seu Visorrey da India.

(4.ª via Livro 2.º fl. 90—2.ª via fl. 92)

82.

Honrado Visorrey amigo. Inda que depois que de cá partistes me desse muito cuidado a uossa naueguacão, mormente sendo arribadas as quatro náos das cinco de uosa armada (como vollo escreuy pellos nauios que foraõ no inuerno) todauia entendendo que a causa da arribada foi maes culpa dos Capitaães e officiaes das náos (cõ os quaes se procedeo como conuinha) que outra cousa, bem entendi que naõ podia auer esta falta na uosa náó indo vós nella, e bem se confirmou isto depois com as nouas que deu da uosa boa naueguacão hum nauio do Brazil que foy em uosa companhia até aquella costa onde vos deixou ao mar della a tempo e de maneira que prazendo a Deos farieis tam boa uiagem como nelle espero, e o mesmo me tinha tambem já parecido com o que da linha me escreuestes que selguei muito de uer, e em quanto naõ tenho outras cartas vossas (que quereirá Deos que sejaõ de vosa boa chegada a essas partes com taõ bom principio nas cousas de uossa obrigaçaõ como dezeio) naõ se offerece maes que significarvos este meu, e remeterme ás vias destas

nãos em que ueréis o que ElRey meu Senhor por ellas vos manda escreuer com tanta confiança em vós como he a com que vos enuiou a essas partes onde tenho por certo lhe façaes taes seruicos que com elles respondeas a esta tam particular confiança, dos quaes (alem do principal que he o que conuem a esse estado) receberei eu grande contentamento de serem feitos por vós e terdes com elles maes merecimento ante Sua Magestade, e nesta sustancia vos ey por ditto tudo o que vos pudera escreuer com maes pallauras. Nosso Senhor vos aja em sua guarda. De Lisboa a 19 de feuerreiro de 591.

O CARDEAL.

Pera o Visorrey—2.^a via.

(*No sobrescripto*)

Ao honrado Mathyas de Albnquerque do conselho delRey meu Senhor, e seu VisoRey da India.—2.^a via.

(Livro 2.^o fl. 94)

83.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Sou enformado que depois de ter mandado nas uias do anno de 89 que na Rellação de Guoa se detreminasse a duuida que ania antre o meu procurador e os foreiros de Baçaim sobre os cinco larins que lhe mandauão pagar conforme as sentenças que neste caso estauão dadas em fauor de minha fazenda, e que se guardassem as que eraõ pasadas em cousa julgnada, e que pedindose pello dito meu procurador que judicialmente se resolnese este negocio se concertou com elles o Gouvernador Manoel de Sousa peraque paguasem quatro larins e meo, o que o ditto procurador reclâmou (protestando não consentir no ditto conserto) que me pareceo bem, pello que vos encomendo e mando que uejaes esta materia em Relação ou com alguns desembargadores della, e façaes nisto o que vos parecer justiça ouuindo no caso o ditto meu procurador.

II. Tambem soube como depois de ter pasado hũa minha prouisaõ pera se naõ pagar dinheiro nenhum á conta do que ElRey de Ceillaõ dezia que emprestara ao Visorrey Dom Affonso de Noronha por ser pago de minha fazenda grandes contias delle que o ditto Rey com muita largoeza deu a pessoas de muitos annos a esta parte sem se fazer declaraçaõ algũa da contia do tal emprestimo, e do que era pago á conta delle de maneira que se paguaraõ muitas contias contra forma da ditta prouisaõ com se dizer que a prohibiçaõ dos taes pagamentos se entendia do dinheiro que se emprestára ao Visorrey Dom Affonso, e naõ do que dantes diso estava emprestado, pello que uos encomendo e mando muito encarecidamente que nenhum dinheiro desta qualidade em qualquer tempo que fosse emprestado a minha fazenda se pague a nenhũa pessoa a que o ditto Rey de Ceillaõ o tiver dado e ao diante der, e façaes inteiramente comprir a ditta prouisaõ e outra que uai nestas vias que mandei pasar sobre esta declaraçaõ, e conforme a ella façaes arrecadar logo com effeito e sem dilaçaõ algũa todo o dinheiro que se pagou depois da dita prouisaõ ser cheguada a esas partes das pessoas que o receberaõ, e me auiseis da contia que achardes que foi paga depois da ditta prouisaõ e da que se arrecadar.

III. E asi sou enformado que os contratadores do annil defraudaõ a minha fazenda em cada hum anno perto de uinte mil pardãos por naõ pagarem nas alfandeguas desas partes maes de hum direito de entrada deuen-do dous do ditto annil, e que com disimullaçaõ deste contrato trazem outras muitas fazendas como se fossem da obrigaçaõ delles, e de que tambem naõ paguanaõ direitos da saida, sendo as mercaatorias de pessoas partionllares deste Reino de que saõ respondantes, o que tudo he em muito perjuizo de minha fazenda por serem obrigados por bem do mesmo contrato a paguarem ambos estes direitos, pello que vos encomendo naõ consentaes que daqui em diante deixem de pagar o direito da saida asi do ditto annil como de qualquer outra fazenda

que trouxerem, pois pella forma do contrato são obrigados a pagar estes dous dereitos, e deis tal ordem asi per prouisoões uossas como encarreguandoo particularmente aos officiaes a que pertencer que se tire por isto de maneira que aja effeito.

IV. E porque tambem sou enformado que se passaõ muitas portarias de merces que os Visorreis e Governadores desse estado fazem per diferentes pessoas que não são os ministros per quem deuem passar, de que nace muitas duuidas e enganos que resultaõ em muita perda de minha fazenda allem da descencia e desordem da mesma materia, vos encomendo e mando que daqui em diante vós e uesos sucesores as não mandeis passar senão pellos officiaes a que pertencer, e o treslado deste Capitulo terá o Secretario do estado no liuro das lembranças que serne diante de vós.

V. E porque he de muito inconueniente darense aos capitaes môres e capitaes das náos deste Reino á tornaiagem todos os guazalhados que nellas se pedem dar per conta de minha fazenda, tendo elles os seus ordinarios nas mesmas náos que uendem, vos encomendo e mando que daqui em diante se não dem os taes guazalhados, e fiquem pera se repartirem pellas pesosas que nessas partes me seruem, e com minha licença se vem pera este Reino, porque quasi sempre acontece comprarense per conta de minha fazenda pera este effeito; e inda que asi não fora, não conuem introduçoẽs nouas em quaesquer cousas que forem que não tem depois por sy maes rezaõ que a do costume, que muito se deue evitar.

VI. E porque tambem sou enformado que de se não guardarem os contratos que se fazem nessas partes com minha fazenda resulta fazerense grandes quitas do que delles se hade pagar, e conuem atalharse a iso pella perda que ella niso rescebe, e pellos maes inconuenientes da materia, vos encomendo os façaes guardar inteiramente, e que antes que se façã precedaõ primeiro todas as consideraçoẽs e prenençoẽs que forem necessarias.

VII. E posto que por minhas Instruções e prouisoões

enho dado ordem pera se evitarem os grandes danos e conluicos que atégora ouue nos pagamentos da matricula desas partes em tanto prejuizo de minha fazenda e da consciencia dos interessados nellas, não somente se dá á execuçaõ isto, mas antes sou enformado que se buscaõ nouos modos de desordens na mesma materia mandando os Visorreis e Gouernadores desse estado fazer uencimentos de soldos a quem os não tem pera depois lhe fazerem delles merces (cousa que mal se pode crer), pello que vos encomendo e mando que muito precisamente façaes guardar o que sobre esta materia tenho mandado, e que daqui em diante se não faça maes huã tal cousa que bem se deixa entender o que he e o nome que tem.

VIII. Soube tambem que nas partes do norte andaõ muitas terras foreiras a minha fazenda de arrendamento, e outras dadas emfateosim pera sempre com fóros muito pequenos contra forma de meus regimentos, do que resulta aueremnas as pessoas que as trazem por tanto suas que nem os fóros dellas querem pagar, de que se pode seguir soneguarensse e perpetuarensse na posse dellas de maneira que seja depois muito difficiloso requererse contra elles justiça; e por isto ser materia de tanta consideraçaõ como tereis entendido, vos encomendo e mando que ordeneis como se faça tombo de todas as aldeas, terras, e propriedades foreiras a minha fazenda, e que todas se aforem e redusaõ aos aforamentos que conforme a meus regimentos se podem fazer, uereficandose todas as aldeas e terras que andarem soneguadas e sem titulos ordinarios, pera o que ordenareis que o Licenciado Simaõ Pereira, Procurador de minha fazenda nese estado, ou qualquer outro desembargador que uos parecer maes conveniente, vá fazer esta dilligencia a qual fareis acabar de todo mandando ver os foraes e regimentos que sobre isso são passados, ordenando hum liuro de tombo em que estas aldeas e propriedades se lancem com todas as confrontações necessarias, e pessoas que as trazem, e fóros que dellas se

pagaão, como maes larguamente se contem em huã minha prouisaão que uai nestas uias. E porque muitas nezes tenho mamdado que se naõ inuiem Vedores da fazenda ás fortallezas do norte e a outras desse estado de que naõ resulta a meu serviço nenhum, senaõ fazerensse nouas despezas a minha fazenda, e hora sou enformado que naõ somente se mandaõ estes Vedores da fazenda mas juntamente Ouuidores geraes com nouos ordenados, auendo nas mesmas fortallezas Ouuidores letrados, vos encomendo que de todo euíteis esta tamanha desordem dando vós nisto exemplo a uosos subcesores.

IX. E porque ey por de muito inconueniente a meu serviço e fazenda pasarensse mandados pellos Visorreys e Governadores desse estado per que deroguaõ meus regimentos e prouisoões, vos encomendo que daqui em diante se naõ passem; sobre o que tenho mandado prouer per huã minha prouisaão que uay nestas uias que guardareis inteiramente como nella se contem.

X. E porque sou enformado que o Governador Manoel de Sousa tratou de se pasar á casa da Rellação fóra do aposento dos Visorreys e Governadores desse estado; o que naõ ey por meu serviço pellos inconuenientes que d'isso podem resultar, vos encomendo e mando que per nenhum caso se mude do lugar em que sempre esteve, e em caso que quando esta uos for dada se tenha feito nisto alguã mudança, a fareis logo mudar ao lugar donde dautes estaua.

XI. E asi sou enformado que o mayor rendimento que minhas alfandeguas dessas partes tem he das fazendas que uem da China e do Sul, e que pello ouro nese estado se regular como fazenda proueo o Conde d'Atouguia sendo Visorrey, que do que uiesse da China se paguasem direitos na alfandega de Malaca por estar em costume antigo pagarensse do que a ella uinha de Monaõcabo e de outras partes antes que viesse da China, e que nesta posse estene minha fazenda, e que hora a requerimento dos officiaes da Camara da Cidade de Mallaca se pasára huã prouisaão para se naõ pagar

rem estes direitos, e pello meu Procurador dessas partes acudir niso pasára o Governador Manoel de Sousa outra prouisaõ per que renogára a que estaua passada pera se naõ pagarem os taes direitos, e que se os ditos officiaes pretendiaõ ter justiça a requeresem ordinariamente, e por se ter entendido que libertandose dos ditos direitos o ouro da China naõ traraõ os mercadores outras fazendas de que paguem direitos, e samente traraõ o ditto ouro, e que minha fazenda receberá notauel perda, vos encomendo que no que toca ao ouro da China e maes partes que uem a Mallaca se naõ inuoue cousa alguma, e pague os direitos como dantes se fazia, e que no que uem de Monaõcabo trateis se com o libertarem dos direitos tornará a uir á dita fortaleza como dantes uinha, e o deixaraõ os Monaõcabos de leuar ao Dachem como sou enformado que hora fazem, pera que em huã cousa e outra deis a ordem, que entenderdes que maes conuem a meu seruiço, e do que nesta materia ordenardes me auisareis.

XII. Na quarta Instruçãõ que leuastes vos mandei declarar como o Governador Manoel de Sousa me escreuera que tinha asentado com Simaõ de Brito que hya entrar na fortaleza de Ceilaõ que desse per contrato a minha fazenda a terça parte de toda a canella que fizesse em cada hum anno que seruise a ditta Capitania com condiçaõ que uiese este terço com a maes canella delle capitaõ a Cochim pera se entregar a meu feitor daquella Cidade pera do procedido della se prouer a fortaleza de Columbo sem per nenhum caso se despende em outra cousa por precisa que fosse, e porque sou enformado que alguã canella que se recolheo deste contracto se deu a pessoas sem se uender pera prouimento da dita fortaleza como estaua asentado, de que me ouue por mal seruido, vos encomendo e mando que cumpraes o que vos sobre esta materia tenho mandado pella dita Instruçãõ, como ereo que tereis feito, e que ordeneis como se faça orçamento do que pode importar em cada hum anno o terço desta canella pera

minha fazenda, e trateis se será maes conueniente para ella darem estes Capitaes antes huã cousa certa cada anno que este terço, e do que nisto nos parecer me auisareis com as rezoões que para -iso ouner.

XIII. E asi sou enformado que os Visorreis e Gouvernadores desse estado perdoão com muita facillidade muitos casos de morte e degredos perpetuos contra forma de minhas ordenações e do Regimento que mandei dar á Rellação de Guoa, e porque huã das maes principaes obrigações que tendes nese gouerno he a guarda e inteireza (a) com que deueis proceder em todas as materias da justiça, porque destes larguos perdões procede não auer emenda nenhuã em casos muito atrozes que se cometem nesas partes, vos encomendo e encárreguo de nouo muito encarecidamente façaes nisto o que de uós espero e tenho por certo.

XIV. Posto que por minhas cartas tenho mandado que se não laure a moeda de Xerafins de que atégora se usou nesas partes com ligua nem sem ella pellos grandes danos que diso resultaõ a meus vasallos desse estado, sou enformado que o Governador Manoel de Sousa sem embargo dessa defeza os mandou laurar tomando por occasiã as necessidades do mesmo estado (não se lembrando dellas para no mesmo tempo deixar de fazer tam excessiuas e desordenadas merces como fez _pello que de nouo vos encomendo e mando que per nen hũ caso que seja se não laurem mais os taes Xerafins com ligua nem sem ella, como o tenho mandado.

XV. E porque nas cartas que tiue pellas náos do anno passado me foraõ feitas muitas queixas de os Visorreis e Governadores desse estado não deixarem fazer as elleições dos Vereadores da Cidade de Guoa e dos maes officiaes do regimento della pelo pono como sempre se costumou, e se fazerem conforme a uontade dos mesmos Visorreis e Governadores, de que nasce muito escan-

(a) Assim está; mas sem dauida deve ler-se= a grande inteireza=

daio, vos encomendo que deixeis liuremente fazer as dittas elleições conforme como sempre se fizeraõ.

XVI. Eu mandei nas vias do anno de 89 que o feito per que Xequê Joette pretendia a suceção do Reino de Ormuz se uise pellos desembargadores da Rellação de Guoa, e me enuiasem as tenções que nelle dessem por escrito por vias pera as mandar ver e se pronunciar no ditto feito como fose justiça por ser materia de tanta importancia como tereis entendido; e porque se me não inuiou o ditto feito com as dittas tenções pellas náos do anno pasado em que ounera de uir, vos encomendo e mando que se não uier nas deste anno mo inuieis com as dittas tenções nas primeiras náos que pera este Reino vierem; e asi como he rezaõ que se castiguem os menistros da justiça que se descuidarem de suas obrigações, vos deueis tambem lembrar de fauorecer os que procedem nella com uerdade e inteireza, e uos ey por encomendado seu bom tratamento, como confio que fareis, e que oucaes o Licenciado Simaõ Pereira nas cousas de que lhe mando vos faça lembrança. Escrita em Lisboa a 22 de feuerreiro de 591.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.

(2.º via Livro 3.º fl. 474—4.º via Livro dito fl. 480)

84.

ViseRey amigo. Eu ElRey vos emuiõ muito sandar. Pelas náos que o ano passado vieraõ dessas partes me escreueo o Governador Manoel de Sousa Coutinho como por não aver em minha fazenda doze mil pardãos que

eraõ: necesareos pera compra das mercadorias que conforme a meus Regimentos se auiaõ de resgatar nas fortalezas de Sofala e Moçaõbique per conta dela, contratara os resgates daquelas fortalezas com Jeronimo del-Rio por tempo de cinco annos com obrigaçaõ que pagaria em cada hum deles a minha fazenda setenta e cinco mil pardãos como o vy pela copia do contrato que fez; e porque naõ tinha licença minha pera o fazer nem contratar os ditos resgates, e somente tinha mandado ao Visorrey Dom Duarte de Meneses, que Deos perdoe, em carta de 12 de fenereiro de 87 que até eu naõ mandar tomar resoluçaõ na conquista das minas de Manamotapa ou no trato dos resgates daquelas fortalezas se goardasem os Regimentos delas, que El-Rey Dom Joaõ meu senhor, que Deos tem, mandou dar a Vicente Peguado que foi Capitaõ delas, pera conforme a eles se resguatasem as mercadorias que per conta de minha fazenda se deuiaõ resgatar; e vendo tambem que o dito contrato naõ he proveitosso a minha fazenda mas antes em grande dano dela pela forma e condiçoẽs com que se fez; hey por bem e vos mando que tanto que esta vos for dada naõ aja efeito o dito contrato, nem se usse mais dele, e deixeis servir os capitaães prouidos daquelas fortalezas na forma e modo em que atégora as serviraõ seus antecesores, naõ mandando eu antes disso o contrairo, e vos encomendo que loguo veiaes com pessoas de experiencia desas partes e menistros de minha fazenda delas a que pertencer tódos os ditos Regimentos dados áquelas fortalezas, que deuem estar registados nos liuros da fazenda e contos de Guoa que tratem desta materia, e a trateis com todos mui particularmente, e se deuo mandar acrescentar ou demenvir alguãs cousas nos ditos Regimentos, e dos incomvenientes que sobre eles se ofecerem, de que me emuiareys nestas náos huã relaçaõ muito particular doim vosso parecer e o treslado dos mesmos Regimentos pera a ver e vos mandar escreuer o que ouuer por mais meu serviço que se faça em toda esta materia, na qual procedereis como vedes que a

importancia dela o pede, e eu de vos confio. Escrita em Lisboa a 20 de Março de M. D. nouenta e hum.

O CARDEAL.

Pera o VisoRey.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu VisoRey da India.

(2.ª via Livro 2.º fl. 84—4.ª via Livro dito fl. 82)

85.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muyto saudar. Tine á poucos dias aviso que em Ynglaterra se faziaõ prestes algũs nauios com fundamento de yr á ylha de Santa Ylena esperar as náos que dessas partes vem pera este Reino; e por ser materia de tanta consideraçaõ como vedes, e em que se representaõ muitas difficuldades e ynconuinentes asy em tomarem as náos esta ylha pelo risco que podem correr em caso que achem aqueles nauios nella, como pello dano que receberiaõ em a naõ tomar, he necessareo resoluçaõ no que porora for de me nos ynconuiniẽte que segundo tenho entendido (pella pratica desta materia, discurso, e comferemcea dos avisos della) será mandar que estas náos naõ tomem Santa Ylena; e ordenardes como venhaõ taõ bem prouidas de agoa que o possaõ escusar sem a falta que tem as náos que a naõ tomaõ. E por ser cousa em que conuẽterse muito segredo, me pareceo que naõ conuinha mandallo declarar aqui ao Capitaõ mór e capitaẽs desta armada, nem fazerse mnuança nas instruções particulares que leuaõ que trataõ do modo em que viraõ demandar aquella ylha, e que seria melhor declarardeslhe vos o que nisto agora ordeno, e dardeslhe entaõ as cartas que lhe mando escrever que vaõ com esta, pelo que vos encomendo que tanto que vos for dada façaes logo com elles es-

te officio, e lhe deis as ditas cartas, e mandeis ao Veeder da fazenda da carga das náos lhe faça meter a agoa e mantimentos necesarios pera toda a viagem com este intento de não averem de fazer aguada em Santa Ylena nem em outra alguã parte, e que tome pera yssos outros lugares em que venha a dita aguoa alem dos ordinarios, peraque as ditas náos venhão demandar a ylha do Coruo onde mandarey armada que conuem pera as yr esperar e lhes dar guarda; e taõbem ordenareis ao dito Capitaõ mór e capitaães que sendo caso que alguã destas náos lhe sobreuenha alguã necessidade tal per que lhe seya forçado tomar terra, vá demandar o porto de Angola que sou emformado que he capaz de poderem ancorar nelle e serem aly providas do necesareo. E de tudo ysto dareis ao dito Capitaõ mór e capitaães ynstruções asynadas por vós, em que será tudo bem declarado, e de como lho eu asy mando sem embargo do que se contem sobre este ponto nas outras ynstruções que de qua leuaõ, e me auisareis do que nisto fizerdes enuiandome nas vias a copia das ditas Instruções. Escrita em Lisboa a 26 de março de 591.

O CARDEAL.

Pera o Vísorey.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de] Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.

(2.ª via. Livro 2.º fl. 74—4.ª via Livro dito fl. 76—5.ª via Livro dito 106).

86.

Visorrey amigo. En ElRey vos emuiou muito saudar. Seu informado que os capitaães da fortaleza de Chaul com muita deuasidaõ mandaõ embarcar publicamente pera a costa de Melimde muito grande cantidade de ferro e aço que nela se uende a mouros e negros imi-

gos desse estado; e não contentes de terem este tão ilícito proveito tanto contra o que comuem á comseruação dele, mandaõ também muito grande copia de aço ao estreito de Meca, que se desembarqua na cidade de Xael, que dizem estar pelos Turcos; e que posto que de huã coussa e outra se fizesem queixas aos Visorreys e Governadores desse estado atégora não procuraraõ de dar nhum remedio a esta tamanha de ordem tanto contra o seruiço de Deos e meu; pelo que vós emcomendo que tomando disto a emformação necesarea prohibaes de todo este abusso de tal maneira que se não use mais dele mandando fazer nisto todas as diligencias que a inportancia desta materia o pede, e do que nisto fizerdes me auisareis. Escrita em Lisboa 'a 27 de Março de M. D. nouenta e hum.

O CARDEAL.

Pera o VisoRey.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India.

(2.º via Livro 2.º fl. 86—4.º via Livro 1.º fl. 88).

87.

VisoRey amiguo. Eu ElRey vos emuiõ muito sandar. As desordens com que procedeo Manoel de Sousa Coutinho no gouerno desse estado, e a excecua larguesa com que despendedo minha fazenda tão necesarea pera as armadas e accidentes do mesmo estado foraõ tamanhas e de calidade que comuem a meu seruiço procederse contra ele precedendo a deuassa que sobre esta casso e outros dele mando tirar, como vos emformará o Liceriado Francisco Alures Sanhudo, Chanceler da Relação de Goa, a quem sobre esta materia mando o que hei por meu seruiço que faça nela, e pera o melhor poder cumprir vos emcomendo lhe deis todo o fauor e ajuda ne-

cesarea asy pera a dita devassa, como pera o socresto que lhe mando fazer, e em caso que seia ausente ou empedir-lo o dito Chanceler Francisco Alures, mando que faça estas diligencias o Licenciado Sîmaõ Pereira, desembarguador da dita Relação, e Procurador dos meus feitos, e em sua ausencia o Licenciado André Fernandes, desembarguador da dita Relação, pera que nos ditos casos ou hã ou outro as fação conforme a carta que lhes mando escrever, e interrogatorios que vão com ella; e posto que mando ao dito Chanceler me auise do que nisto fizer, e a mesma obrigação fica aos que em sua ausencia ouuerem de correr com estas diligencias, vos emcomendo muito que de tudo o que se nelas fizer me auiseis tão particularmente como se vos somente o ouueréis de fazer. Escrita em Lisboa a 27 de Março de M. D. noventa e hum.

O CARDEAL.

Pera o VisoRey—4.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—4. via.

(Livro 2.^o fl. 96)

Vissorey amiguo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Nestas naos de que uay por capitaõ mór Fernão de Mendonça vão per conta de minha fazenda quarenta e quatro mil cruzados e auiso dos contratadores da pimenta para seus procuradores que tem nessas partes entreguarem os sobejos dos cabedaes dos annos passados que emprestaõ á ditta minha fazenda pera com os quarenta e quatro mil cruzados se fazer a pimenta de inuerno depois de partilas estas naos pera o Reino, porque pera a compra da que nellas hade uir uão nellas cabedaes bastantes, de que me pareceo auisarvos peraque mandeis logo cobrar os 44 mil cruzados, e así os ditos sobejos dos ca-

bedas dos annos passados sobre o que os ditos contratadores escrevem a seus procuradores, e na arrecadação delles mandareis fazer as diligencias que vos parecerem necessarias, e vós encaminando muito encarecidamente que todo este dinheiro faça em reguar em pimenta no inverno seguinte, e que seja tão limpa e secca que não tenha neste Reino quebra nenhuma, como tenho entendido que será tendose diso o cuidado devido, e deis ordem para que Manoel de Medeiros Vedor da fazenda da carga das náos o posa así fazer dandolhe para iso toda a ajuda e favor como nelles que cumpre a meu serviço, e em caso que todo este dinheiro não seja bastante para se fazer no inverno toda a pimenta necessaria, mandareis ao Provedor mór dos defuntos que do dinheiro que ouuer de inuiar ao Reino conforme ao seu regimento entregue o necesario para suprimiento da compra da dita pimenta, e a contia que entregar se carregará em receita sobre o official ou pessoa que hade correr com a compra da dita pimenta de que se pasaráõ conhecimentos em forma per uias para o Provedor e officiaes da casa da India entregarem a contia que nelles montar ás pessoas a que este dinheiro pertencer, que lhe será pago do procedido da pimenta e direitos das fazendas que uierem nas náos que este anno não para essas partes, de que me avisareis para mandar que o ditto dinheiro se pague sem falta alguma.

II. E porque sou enformado que os contratadores das náos ordenão que cada hum de seus procuradores tome a cargo o concerto de hũa destas náos, me pareceo meu serviço advertirvos disto para que enformandoos se poderá ser de inconueniente fazerse este concerto de náos per cada hum em particular, e não de maõ comum como atéqui o fizeraõ, lho não consintaes, e lhes mandeis que não fação novidade no concerto e apercebimento das ditas náos senão em se auentajarem em o fazerem malhur e com mais cuidado do que atégora niso proceda, não, e entendendo todavia que será de effeito repartirem, nas entre sy para com mais brevidade a melhor auerem

bidas poderam fazer sua viagem, e de mais fazer ali-
sando me do que nisto aprouderes e fzerdes. Escrita em
Lisboa a 28 de Março de 591.

O CARDEAL.

Pera o Viso Rey.

(*No Sobrescripto*)

Por El Rey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vi-
so Rey da India.

(Livro 2.º 2.ª via fl. 78—4.ª via fl. 80)

1591.

SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREI

89.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este
afluara virem que eu sou ynformado que os nauios de
remo que vem do norte e do sul e tomaõ esta barra se
vão metter dentro no rio de Bardes aonde descar-
regam e carregam fazendas defesas e outras furtadas aos
direitos; e outros pera o mesmo effeito tomaõ terra nas
bahias detras de Nossa Senhora do Cabo, e na ponta
da mesma Senhora do Cabo athé a ponta do palmar de
Ignacio Monterro, o que hee em muito peyjuizo do seruiço
de Sua Magestade e perda de sua fazenda e querendo
a isso prouer ey por bem e mando que da publicaçãõ
deste em diante nenhum nauio tome terra nas ditas bahias,
nem entre no rio de Bardes, nem tome a dita praia, e
dereitamente venhaõ surgir á franquia de Pangim hunde
poderaõ entrar se quizerem com seus nauios e fazen-
das pera fazerem seus despachos, e querendo tñnar e
sair despacharaõ os ditos nauios pelo capitao e alfandega,
e as fazendas, os quaes despachos dellas, e dos nauios
apresentaraõ no passo de Pangim aos officiaes delle
conforme ao Regimento, sob pena que quem o contrario

foy prout cousta e outta prender os ditos navios para a
 sibeira de Sua Magestade, e pagar quinhentos pardões
 anetaes para os batucos, e outta metade para quem os
 accusar. E mando ao Capitaõ de Batdes que com muita
 diligencia mande vigiar o ditto rio, e tomar os navios
 que nelle entrarem antes de virem a Goa, dos quhes
 mandará prender os capitães dos ditos navios, e os
 enviará a esta cidade; e o mesmo mando faça o Tanadár
 de Pangim e não nos podendo prender farão os ditos
 entes para nella. O Ouvidor geral do crime pronunciar
 como forjistaça. Noteficos assy aos disse Ouvidor geral
 do crime, capitaõ de Batdes, Tanadar de Pangim, e ás
 reais justicias e pessoas a que pertencer, e lhes mando que
 assy o cumprão e guardem, e fação compris e guardar da
 maneira que se neste contem sem duvida nem embargo
 algum. Quatvlierb como esta sem embargo da Or-
 denaçã em contrario. E para que a todos seja notorio
 mando que este se apregos nos lugares publicos desta
 cidade, e em Ghaut, Taná, Bacaim, Damaõ, nas
 mais fortalezas do sul, e os feytores das ditas for-
 talezas sendo-lhes apresentado o farão apregoar, de que
 mandará fazer termo nas costas deste e sendo feita
 a dita diligencia em huma fortaleza o feytor della p
 mandará a outra attis que de tudo seja apregoado no
 norte, e o de Damaõ que adezer o derradeiro mo tor-
 nara a enviar. Francisco da Costa o fez em Goa ao der-
 radeiro de Mayo de 591. Antonio de Moraes o fez es-
 crever. — O Viso Rey.

(Livro M de Alvaras fl. 21.)

90.

O Visorrey de India &c. Mando que pennha, pessoa
 de qualquer realidade e condicão que seja não tire for-
 quetes, que não para dar altura de duas lanchas por esta
 cidade, nem nos arredores della ilhada Bangany the
 Santa Luzia, sob pena que toda annella que for achado
 tirado, se a dita segueres em nam elles na mão sendo ca-

ptino ser degradado pera as guallés, e alem disso pagar seu senhor vinte pardãos ametade pera os catinos, e sendo forro ser preso pera as ditas guallés, e sendo Portuguez ser preso no tronco e estar á minha merce. E este será apregoado nesta dita cidade, e nos arrebalde della, e pelos lugares acostumbrados, de que se fará termo nas costas deste pera que ninguem alegue inorancia, e este pregaõ se entenderá doje até o dia de São João á noite, e as penas se executará sem remisaõ. Notificou asy ao Ouvidor Geral do crime, e ás mais justiças e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprã e guardem, e inteiramente façã cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum. Francisco da Costa o fez em Goa a xxij de Junho de 591. E este valerá posto que naõ seja registado nem passado pela Chancelaria. Antonio de Moraes o fez escrever — *O Viso Rey*.

Mando que o Alvara acima se cumpra e guarde inteiramente este anno como se nelle contem, e que as penas sejaõ dobradas nos que forem achados e lançarem bombas, foguetes, ou qualquer outra cousa de fogo, na rua das guallés ou na ribeira; e esta se cumprirá posto que naõ passe pela chancelaria. Luis da Gama o fez em Goa a onze de Junho de 1592.— *O Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 36)

91.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. faço saber aos que este meu alvará de defesa virem que por justos respeitoes que me a isso mouem do seruico de Deos e del Rey meu Senhor, e bem e concernẽdo deste estado, ay por bem e me praaiz, e por este mando em nome do dito Senhor que nenhũa pessoa de qualquer qualidade e condiçaõ que seja aude em patanquim sem minha expressa licenca selua aquelles que passarem de setenta annos que principio a justificarã, perante o Ouvidor geral do crime terem des

ditas sesenta annos pera cinco; sô penna: que quem o contrario fizer pagar duzentos cruzados, a metade pera os cativos; e os palanquys com seu feto serão perdidos, e os bois ou mouços que leuarem os tays palanquys serão degradados pera as gallés de Sua Magestade.

II. E outrosy mando e defendo que nenhũa pessoa de qualquer calidade que seja caualgue com gualdrapa, salvo prellados clerigos, sob penna de perdimento da caualgadura pera a casa da poluora achandose com a dita gualdrapa.

III. E assy mando por cumprir ao serviço do dito Senhor que ninguem tragua moços diante de sy, tirando Capitaães das fortalezas que as servizem já, ou estiuerm prouidos dellas, e estes poderaõ trazer dous moços somente sob penna de perderem fazendo o contrario os tays moços pera as gallés. E naõ se entenderá esta defesa nos Ouidores geraes do crime e ciuel, nem Ouvidor da Cidade, porque os poderaõ trazer aquelles que lhe forem necessarios pera bem de administrar a justiça como ministros que sãõ della; e o Vedor da fazenda trará os que lhe elRey meu Senhor concede per seu regimento.

IV. E outrosy defendo e mando em nome do dito Senhor por assy o aver por seu serviço que nhũ moço ande com armas, nem bordoës, nem adaguas, e crissas, e achandoos com qualquer das ditas cousas sejaõ degradados por dous annos pera as ditas gallés, e os donos dos tays moços pagaraõ aos meyrinhos que os prenderem mil reis. E andando com seus mos poderaõ trazer suas espadas.

V. Notifecoo assy ao Ouvidor geral do crime, e a todas as mayes justicas e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem e inteiramente façãõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algũa. E pera que a todos seja notorio mando que este alvará seja apregoado nos lugares publicos e acostumados desta Cidade pera que ninguem em

tempo algum alegue ignorancia. E se fara assento nas costas deste de sua publicação. Francisco da Costa o fez em Goa a xxij de Junho de 591. Antonio de Moraes o fez escrever. E a mesma licença dou a Antonio de Moraes Secretario do Estado.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 21 v.)

92. (a)

Mathias d'Albuquerque &c. Faco saber ao que este meu alvará uirem que por justos respeito que me atheno mouem do seruico de Deos e del Rey meu Senhor, e bem e conseruaçaõ deste estado, hey por bem e me praz, e por este mando em nome do dito Senhor que nenhuma pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja ande em palanquins sem minha expresa licença salluo aquelles que passarem de sesenta annos que primeiro o justificaraõ serem dos ditos sesenta annos pera cima perante o Ouider geral do crime, sob pena que querendo o contrario fazer pagar trinta cruzados, hum terço pera o meyrinho e os dous pera a fabrica de Nossa Senhora da Conceiçaõ, e os palanquins com seu fato seraõ perdidos pela dita maneira, e os bois ou moços que leuarem os tais pallanquins serãõ degradados pera as galés de Sua Magestade por hum anno.

II. E outrossy defendo e mando que nenhuma pessoa de qualquer calidade e condissaõ que seja çualgne com qualldtapa salluo prelados clerigos sob penna de perdimento da caualladura, pera a casa da palmora achandosse com a dita qualldrapa.

III E assy mando por assy cumprir ao seruiço do dito Senhor que nenhuma das ditas pessoas itaga diante de sy nem detras mais que dous moços da casa e

(a) Este Alvara que parece ser da mesma data do antecedente de a elle igual na substancia, mas com algumas variantes, que merecem especial attenção.

espada, os quaes não trarão aquellas pessoas que andarem no serviço de Sua Magestade que não forem casados ou tiverem servido fortalezas, ou estiverem despachados com ellas, sob pena de perderem os moços que trouxerem para as gallés, e elles serem presos, e áherem as mais penas que me parecer; o que se não entendera nos Ouvidores geraes do crime e civil, e na cidade porque poderao trazer os que quizerem para bem de administrarem a justiça; e o Vedor da fazenda poderá trazer os naiques que tem per regimento.

IV. E outrossy dêfendo e mando em nome do dito Senhor por assy o áher por seu serviço que nenhum moço ande com armas nem bordões nem adagas e crises, e achandoos com qualquer das ditas cousas seraõ degredados por hum anno para as ditas gallés e os donos dos taes moços pagaraõ aos merinhos que os prender mil reis, e andando com os seus amos poderaõ trazer suas espadas como já fica dito. E estes estilos se não entendera nos homens casados que forem de noite com suas molheres, porque estes poderaõ levar os que quizerem com suas lãncas e çhuças. E os mesmos fidalgos despachados quando se recolherem onde estiverem para suas casas para sua guarda e defensão.

V. Nôficôo assy ao Ouvidor geral do crime, e a todas as mais justiças, officiaes, e pesoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guoardar da maneira que dito he sem lhubida nem embargo algum. E para que a todos seja notório mando que este aluará de defesa seja apreghendo nos lugares publicos e accustomedos desta Cidade, para que ninguém em tempo algum alegue ignorancia, e se fará assento nas costas deste de sua publicação; e este valera como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordepação do 2.º Livro em contrario. Francisco da Costa o fez em Goa a xxij de 591. Antonio de Moraes o fez escrever. — O Rey.

93.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. A quantos este meu alvará vierem faço saber que por justos respeito que me a isso mouem do serviço de Sua Magestade e bem geral, e por bem e me praz de perdoar livremente toda a penna a toda a pessoa que tiver vendido diuidas velhas que lhe Sua Magestade deuer, com declaração que em termo de quinze dias hiraõ ter com o Prouedor mór dos Contos de clamar as diuidas que venderaõ, e a contra dellas, e o que por isso receberaõ, e as pessoas que lhas compraõ, e e não indo no dito tempo lhe não valerá este perdaõ, e isto se entenderá nos que forem presentes nesta cidade, porque para os absentes mandará o Prouedor mór dos Contos o traslado deste alvará a todas as fortalezas para que no mesmo tempo façaõ a mesma declaração diante dos feitores, os quaes as enuiaraõ feytas á mesa dos Contos com breuidade. Notificoo assy ao Ouvidor geral do crime, e a todas as mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum. E pera que a todos seja notorio este alvará mando que seja apregoado nos lugares publicos e acuetuados desta cidade, e nas mais fortalezas onde o Prouedor mór dos Contos mandar o traslado deste, de que se fará assento nas suas custas, e valerá posto que não passe pela Chancelaria sem embargo da Ordenaçãõ em contrario. Francisco da Costa o fez em Goa a vij de Julho de 591. Antonio de Moraes o fez escrever.—O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás. fl. 27)

94.

Em Goa a iij de agosto de 591 se passou alvará por que mandou ao capitão de Malaua em nome de Sua Magestade que não consinta que do dito porto se em-

barque em nenhuma embarcação lojas de, qualquer calidade que sejaõ pera Santhomé e Negapataõ, nem pera outra parte alguã senaõ pera esta cidade de Goa, ou pera a de Cochim, sob penna de toda a pessoa ou pessoas que o contrario fizer hir contra esta defesa perderem todas as ditas lojas que lhe forem tomadas pera a fazenda de Sua Magestade, e alem disso ser condemnado na mais penna que lhe bem parecer. E pera que a todos seja notorio e naõ aja poderse alegar ignorancia, mandou que seja este apregoado pelos lugares publicos da dita cidade de Malaqua, e se registará na feitoria della de que se fará de huã cousa e outrã assento nas costas delle, e o dito Capitão quando as náos ou embarcações que no dito porto de Malaqua estiuerm quizerem partir, terá muita lembrança e cuidado de as mandar ver e fazer as mais diligencias pera se saber se vaõ nellas as ditas lojas pera se 'comprir o acima dito como confia delle que assy o fará pelo muito zello que tem das cousas do serviço de Sua Magestade, avendo taõ bem respeito ao muito engano que nisto ania, e ao notavel perjuizo que se seguia ao serviço de Deos e do dito Senhor. E esta se apregoará em Santhomé, e se registará no livro a que pertencer pera se saber o que nisto tenho mandado, e valerá como carta.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 22 v.)

95.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, VisoRey da India &c. Faço saber aos que este alvará virem que o dito Senhor ha muitos annos que tem mandado por seu regimento e defende que os VisoReys e Governadores deste estado naõ dem a pessoa nenhuma de qualquer calidade e condicãõ que seja licenças de bares de cravo forros por assy ser seu serviço, e pelo grande desprousito que he de sua fazenda, e a mim muy particularmente me encomenda que fizesse comprir o dito regimento; e querendo eu cumprir o que Sua Mage-

tade assy manda, e satisfazer sua vontade, e em nada tirar fora disso e das cousas de seu serviço, ey por bem e me praz e por este mando em seu nome a Pero Lopes de Sousa Capitão e Vedor da fazenda da fortaleza de Malaca que ora he, e aos que pelo tempo ao diante forem, mande notificar e notifique aos Capitães dos galeões da carreira de Maluco que á dita fortaleza vierem ther, e já forem vindos, e de quaesquer outros navios e embarcações. e assy a todos os officiaes delles que não desembarquem cráo nenhum em terra que seja forro per licença ou não, e auendo algum já desembarcado o tornem logo a embarcar nos ditos galeões e sobreditas embarcações, e feito isto mande fechar as escutilhas e pregellas de modo que não possam abriremsse senão nesta cidade de Goa pellos officiaes e pessoas que eu ou o Vedor da fazenda de Sua Magestade ordenar e mandar. E porque pode acontecer que na viagem antes da chegada a esta dita cidade os ditos galeões e embarcações se possam abrir as ditas escutilhas, fizesseá termo no tempo que se ellas fecharem e pregarem do modo que vem, em que se asinaraõ os sobreditos capitaes e officiaes com os da dita fortaleza de Malaca, que mo enviaraõ pera quã eu proceder contra quem abrit ou mandar abrir as ditas escutilhas. E dado caso que algumas pessoas casados em Maluco ou Malaca tenhaõ desembarcado algum cráo e pago delle os terços e choqueis a alguãs pessoas, que o trouxeraõ em seus gasalhados, as tais pessoas tornaraõ os ditos terços e choqueis e se embarcaraõ logo nos ditos galeões e embarcações carregado em recépta sobre o feitor delle pera quã em Goa se entregar ao official a que pertencer. E por quanto sou informado que dos ditos galeões tanto que chegaõ a Malaca os capitaes delles não pertendem virensse logo pera a India, mas antes fazem muita detença em carreguarem nelles outras muitas fazendas, que he causa isso de muitas vezes não virem a esta cidade de Goa por partirem tarde, e arribarem a Cochim como cada ora se vê, e entre o desoursso da viagem fazem o mesmo em Ceyllaõ e no dito Cochim, e

outros portos que tomaõ, que he grande perita e desproveito da fazenda de Sua Magestade, e y outrossy por bem que tanto que os ditos galeões chegarem á dita fortaleza de Malaca os farão partir no tempo e monção denida obrigando aos capitaes delles que assy o fação sob penna que não o fazendo assy e socedendo por suas causas não nirem a esta cidade de Goa e arribarem a Cochim ou a outra parte pagarem á fazenda de Sua Magestade todas as perdas que ella receber e alem disso encorrer na mais penna que me bem parecer, e de todas as fazendas que carregarem nos ditos galleões assy em Malaca ou onde quer que as tomarem que os donos dellas ajaõ de pagarem fretes, se arrecadarem pera a fazenda do dito Senhor. E pera que a todo tempo se saiba o que assy mando e se cumpra com effeito, e este será registado na feitoria da dita fortaleza de Malaca e na alfandega della de que se fará assento nas costas delle.

Notifico assy ao dito Capitaõ de Malaca, e aos da carreira de Maluco, e mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he e neste se contém sem duvida nem embargo algum que a elle seja posto, por quanto assy o ey por bem e serviço de Sua Magestade e meu. O qual valerá como carta passada em seu nome e selada de seu sello pendente sem embargo da Ordenação do Livro 2.º Tit. 20 que o contrario dispõe. Antonio Velho o fez em Goa a bj de Agosto de 1591. Antonio de Moraes o fez escrever.—O *Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 23)

96.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. Faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que nas cidades e fortalezas de Chaul, Baçaim, Damão, e Dio, e nas mais partes do norte por falsas presunções e informações

tem concebido que trago ordem delRey meu Senhor para mandar extinguir e abater a moeda dos Xarafins de prata e encerrando os bazarucos, laris, e mais moedas de que se tem seguido grandes necessidades e oppressão nos ditos pousos, e querendo nisso prouer como cumpre ao serviço do dito Senhor e hein geral, ey por bem e mando que da notificação e publicação deste em diante toda a pessoa de qualquer calidade e condiçã que seja receba os ditos Xarafins em conta de tudo que se comprar ou trocar, ou em pagamento das diuidas que se deuaõ sob penna de quem o contrario fizer ser preso e degradado por dous annos, se for peaçõ pera as galés, e de qualquer outra calidade pera Ceilaõ, ou pera onde me parecer pagando mais de pena pela primeira vez cem pardãos ametade pera os catiuos, e outra ametade pera quem os acusar, e pela segunda pagaraõ quinhentos pardãos applicados pela dita maneira, e das mais penas que me parecer, e alem de tudo os devedores que fizerem pagamento dos ditos Xarafins e os seus acredores lhos naõ tomarem naõ seraõ obrigados a em nenhum tempo lhe pagar outra moeda. E outrossy mando que os mercadores e xarrafos e quaesquer outras pessoas que tiverem bazarucos e os naõ trocarem encorreraõ nas ditas pennas. Noteficoo assy aos capitães, ouvidores, e mais justiças, e a todos os officiaes e pessoas das ditas fortalezas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e façã inteiramente comprir e guardar, e dar á execuçaõ o conteúdo neste aluará como dito he, sem duuida nem contradiçaõ algũa; e pela mesma maneira mando aos feitores e recebedores de Sua Magestade e aos rendeiros que recebaõ os ditos xarafins em pagamentos do que for devido á fazenda, do dito Senhor, e que nas mesmas façã pagamentos a quem deverem, e finalmente tudo corra como sempre até aqui correo sem nhuã alteraçã nem demenuiçaõ. E pera que a todos seja notorio mando que este seja apreçoado nos lugares publicos das ditas eidades e fortalezas de que se fará assento nas costas deste que se re-

giatará no Livro da Camara e feitoria das ditas cidades, e tanto que estas diligencias forem feitas na cidade do Chaul será entregue este aluará aos officiaes da Camara pera que elles o mandem aos de Baçaim, e assy irá correndo as mais, e depois de feito as diligencias em todas as partes os officiaes da derradeira fortaleza aonde acaba mo tornaraõ a enuiar pera eu saber que em tudo he cumprido o que nelle mando. E este valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenaçãõ em contrario, e sem embargo de naõ ser passado pela Chancelaria pelo fazer em Pangim, e mandar com muita breuidade por cumprir assy ao serviço delRey meu senhor. Francisco da Costa o fez em Pangim a xiiij de Agosto de 591. Antonio de Moraes o fez escreuer—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º Alvarás fl. 26.)

97.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluará virem que auendo eu respeito aos muitos doentes que ordinariamente ha nesta cidade no ospital de Sua Magestade, e quanto importa serem taõ bem curados como o dito Senhor encomenda, e os Irmaõs da Misericordia della por serem taõ occupados no comprimento das outras obras pias de sua obrigaçaõ naõ poderem cumprir com esta como elles desejaõ, entreguey a administração delle aos Padres da Companhia, que elles aceitarãõ só por cumprir ao serviço de Deos e de Sua Magestade, e porque pera serem bem curados os doentes com limpeza e abastança de todo o necessario conuem ter o dito ospital ordenado bastante, em nome delRey meu Senhor ordeno, e mando, e aplico pera os gastos e despesas do dito ospital as rendas dos mantimentos, sabaõ, e anfiaõ desta cidade, que andaõ arrendadas quassy sempre em onze mil seis centos e trinta pardãos, que he o que me pareceo que podia bastar pera as despesas do dito ospital, com declaraçaõ que abatendo as ditas ren-

das alguas cousas desta conta ou gastando mais o dito ospital, mandarey perfazer tudo da fazenda de Sua Magestade de modo que não lhe falte nada pera a cura dos doentes; pelo que mando ao Vedor da fazenda e mais officiaes della não entendaõ nas ditas rendas mais que em as arrendar em pregaõ como rendas de Sua Magestade a quem por ellas mais derem; e não quebrarem por ellas pagamento algum, por quanto as ditas rendas as applico pera o dito ospital como dito he, as quaes depois de arrendadas se cobraraõ e recolheraõ no dito ospital, e se despenderaõ por ordem dos ditos Padres pera cura, serviço, limpeza, sustentação, e mais cousas necessarias ao dito ospital e doentes sem os officiaes da fazenda de Sua Magestade terem nas ditas rendas mando, poder ou jurisdicção alguma, porque por serviço de Sua Magestade e beneficio dos ditos doentes lhes tiro e anullo algum se nellas tinhaõ, e dou e trespasso nos ditos Padres para o exercitarem e delle usarem pera o dito efeito. E ey outrossy por bem e mando pera melhor andamento do serviço do dito ospital e despesas delle que as avenças que se fazem com os avençaes das botiquas que daqui em diante se façaõ pelo escriuaõ das ditas avenças, catual, e rendeiro, estando sempre presente a ellas o recebedor das rendas do dito ospital que os Padres ellegeraõ, por quanto confio delles que será tal qual courem pera o serviço de Deos e de Sua Magestade, e sem o dito recebedor estar presente se não faraõ as taes avenças, e logo se lançaraõ em liuro toda a conta da dita auença, e não em caderno como atégora se fez, e quando se tirarem os escritos para se arrecadarem dos avençais sejaõ assinados pelo escriuaõ das ditas avenças, e pelo recebedor do dito ospital, e sem isto nenhum chito nem escrito se tirará nem se passará, o que notificará ao escriuaõ das ditas avenças pera que o notifique aos avençaes, e fazendo o contrario que eu não espero, ser por inym estranhado como o caso merece. E pera melhor arrecadação das ditas rendas, e o dito ospital ser bem servido, e nelle não faltar cousa algu-

ma, mando em nome de Sua Magestade aos meyrinhos e officiaes da justiça fação com brevidade todas as diligencias que lhes requerer o recebedor ou o procurador do dito ospital, porque sendo negligentes por este os ey por suspensos de seus cargos, e pagaraõ cincoenta pardãos pera as obras do dito ospital visto ser cousa de tanto serviço de Deos nosso Senhor que ade preceder a tudo. E porque sou informado que a pauta velha das meyzinhas do dito ospital está algum tanto confusa, mando ao fisico mór e mais fisicos delle que fação huma pauta noua de maneira que as purguas huma por outras venhaõ todas a hum preço, e assy de todas as cousas compostas, e isto pera mais clareza das contas quando as fazem pelos cadernós, visto como pela maneira que corre ninguém as pode fazer senão o botycairo ou o medico. Noteficon assy ao Vedor da fazenda del Rey meu Senhor, medicos do dito ospital, ecriuaõ das auenças, catual, meirinhos, e mais justiças e officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e fação cumprir e guardar da maneira que se neste contém sem duvida nem embargo algum que a elle seja posto, por que assy o ey por serviço de Deos nosso Senhor e Je Sua Magestade; e este valerá como carta passada em nome do dito Senhor, sellada de seu sello pendente sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, Tit. 20 que o contrario dispoê, que diz que as cousas cujo effeito ouner de durar mais de hum anno passando por aluarás naõ valhaõ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xij de Outubro de 591. Luis da Gama o fez escrever.

— *O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás ff. 30 v.)

98.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que estão aluará virem que sou informado que os Capitaes da fortaleza de Barcellos contra forma do regimento e de hũa prouisaõ que o Governador que foy Manoel de Sou-

sa Continho passou sobre esta materia leuaraõ e leuaõ aos mercadores mouros que á dita fortaleza vaõ buscar m'antimentos cimquo larins por cada corja darroz que nella compraõ pondolhes nisto impossicaõ noua, e querendo eu prouer pera que se euitem estas desordens taõ prejudiciaes ao seruiço delRey meu Senhor, e do trato dos ditos moradores, ey por bem e me praz, e per este mando e defendo em nome de Sua Magestade ao Capitaõ que ora he da dita fortaleza de Barcellor, e aos que pelo tempo em diante forem que per nenhũa via usem da dita ympossicaõ noua, nem por ella leuem aos ditos mouros mercadores os cimquo larins que lhe leuanaõ por cada corja darroz, antes compraõ o dito regimento e a prouisaõ que o dito Governador pasou; e sendo caso que na dita fortaleza aja algum regimento ou costume antiguo perque sejaõ obrigados os mercadores que a ella vaõ pagar alguns direitos, mando que todos elles quaesques que forem se arrecadem per conta da fazenda de Sua Magestade, e se carreguem obre o seu feitor da dita fortaleza para dar conta e rezaõ nos contos quando a derem de seu cargo sem o Capitaõ della se entremeter na tal arrecadaçaõ sob penna que fazendo o contrario se aver por sua fazenda tudo o que arrecadar contra a forma deste meu aluará, o qual lhe será notificado pelo feitor e officiaes da dita fortaleza, e registado no livro de sua receita de que se fará assento nas costas delle pera a todo o tempo se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeito. Notifiquo assy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, e ao Capitaõ que hora he da dita fortaleza, e ao feitor della, e a todos os mais officiaes e pessoas a que petencer que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o compraõ e guardem como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e este valerá como carta sem embargo da Ordenaçaõ do Liuro 2.º Tit. 20º em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xiiij d'Outubro de 591. Luis da Gama o fez escreuer.—@
Viso Rey.

(Liuro 1.º de Alvarás fl 29 v.)

99.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade &c. Faço saber aos que este alvará virem que por justos respeito que me a isso mouem do seruiço del Rey meu senhor, ey por bem e me praz que nenhũa pessoa de qualquer palidade e condiçaõ que seja compre na fortaleza de Barcelor nenhũ arroz enfardellado senaõ os que tiverem tantas maõs quantas tinhaõ no tempo antigo, o que se saberá per exame que o Capitaõ dellã mandará fazer per pessoas entendidas e sem sospeita a que dará juramento na forma ordinaria sob penna de todo o que comprar arroz em fardos que naõ sejaõ da dita copia o perder pera a fazenda de Sua Magestade; e mando ao Capitaõ da dita fortaleza e ao feitor do dito Senhor em ella façaõ apregoar esta minha defesa nos seus lugares publicos, e notificar aos chatins de Barcelor de sima para que saibaõ o que assy mando, e naõ aleguem inorancia; e de hũa cousa e outra cousa se fará assento nas costas deste, e taõbem se registará no Livro dos registos da dita feitoria. Notifico assy ao Capitaõ e feitor da dita fortaleza e a todas as mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem; e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e façaõ cumprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e este valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do Livro 2.º em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbiij de Outubro de 591. Luis da Gama o fez escrever—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 28 v.)

100.

Dom Filipe &c. A quantos esta minha carta de ley-virem e o conhecimento dela com direito pertencer que sendo eu informado dos VisoReys e Governadores que foraõ no estado da India, e por carta dos officiaes da Camara da cidade de Goa das grandes e notaveis perdas

que meus vassallos e pousos do dito estado recebiaõ na comérçio de suas fazendãs e mercancias, e na compra dos mantimentos e cousas necessarias para prouimento de suas casas e familias principalmente os moradores da cidade de Goa e da Ilha em que está situada por nella os não aver em abastança e a maior parte lhe virem de fóra, e as mesmas perdas receberem as minhas alfandegas nos direitos que nellas se me pagaõ por causa das sarrafagens que ha nos Realles que com ellas se alteraõ os preços das cousas especialmente nos xarafins de prata que correm, e que os meus VisoReys e Governadores passados fizeraõ laurar com ligua excessiua pelos respeitos que aleguaõ nas prouisoões que sobre yso passaraõ fundadas todas em cumprir assy a meu serviço, com o que por todas as vias os infieis ficauaõ ganhando na compra e venda das ditas cousas em menescabo de minha fazenda e da de meus vassallos, pelo que mandei por algumas vezes escrever ao VisoRey Dom Duarte de Menezes e ao Governador Manoel de Sousa Coutinho... que os ditos xarafins não corressem nem se laurassem com a dita liga nem sem ella; e vendo eu o grande descuido que ouue em se não dar esta execuçaõ, de nouo encomendei a Mathias d'Albuquerque, do meu Conselho, que o anno passado de quinhentos e nouenta euyrei às partes da India por VisoRey dellas, o fizesse cumprir inteiramente, e neste presente de noventa hum em hum capitulo de huma Instruçaõ que lhe mandei o torno a encomendar muy encareoidamente como se ve do mesmo Capitulo de que ho traslado he o seguinte:

—» Per alguãz veses mandey escrever ao VisoRey Dom
 » Duarte de que a ultima foy nas náos do anno de oyten-
 » ta e oyto per alguãz rezoẽs de consciencia e bom gouerno
 » que não avia por bem que se laurassem os xarafins
 » de prata com a liga que se lhe botava nem sem ella,
 » sobre que tão bem me escreueo a Camara da cidade
 » de Goa e tiue outras informações, e porque tenho en-
 » tendido que não tão somente resulta de se laurar es-
 » ta moeda muito dano a meus vassallos, mas tão bem

« nos direitos das alfandegas, e ficar sendo occasiã para
« nos mantimentos e mercancias crescerem os preços tan-
« to em danno do estado, recebi muito desprazer de meu
« Governador escreuerme que se tornaraõ a laurar, e me
« espantey disso, e posto que pelas náos do anno passado
« de oitenta e noue lhe torney a mandar escrever que
« naõ avia por meu seruiço que se laurassem os ditos xa-
« rafins me pareceo deveruos mandar per esta Instruçãõ
« que por nenhum caso se laure mais a dita moeda com
« liga nem sem ella nem se use mais della, o
« que comprireis inteiramente sem exceyçãõ alguã posto
« que a isso vos obriguem as necessidades do estado que
« naõ conuem que se remedeem por modo taõ contrario
« a como em sy ha (sic) e a tudo o mais que entenderéis
« deste capitulo; e melhor pela mesma materia=

E visto pelo dito meu Viso Rey o tal capitulo, e o que por elle, e quando se destes Reinos partio o anno passado lhe encomendey sobre este negocio, querendo dar á execu-
çãõ por assy cumprir a meu seruiço o communicou com o
Capitaõ e Vreadores da dita cidade, que juntos na Caidara della com os Religiosos, letrados, creliguos, Juiz dos feitos de minba fazenda, meu Procurador della, e desembargadores da Relaçãõ das ditas partes, com que taõbem o communicou, depois de bem examinado, fundandose nos respeitos acima declarados por serem dos printipaes, e que se contem na defesa que o Viso Rey Dom Luis d' Ataide fez no anno de quinhentos sesenta e noue sobre as moedas douro e prata, e eu mandar que se naõ laurassem nem correesem mais os ditos xarafins por ser a causa principal das sarrafagens que os Realles tinhaõ. as-
sentaraõ todos com commun conhecimento e parecer que naõ ounessõ as tais sarrafagens nos Realles em todo o estado da India, que se entenderia da ponta de Dio. the ás Ilhas de Nicobar, que por estes dous annos primeiros seguintes, que se acabariaõ na monção de Setembro do anno que vem de nouenta e tres, correesem os ditos Realles, que a rezaõ de quinze por cento. elles naõ valessem mais que quatro centos reis o pardão de Realles,

e que dentro nos ditos dous annos se desfizesse o pouo dos ditos xarafins que eraõ laurados; e auendo eu a tudo respeito, e ao muito que cumpre a meu seruiço e bem de minha fazenda e dos moradores e pouo do estado da India darsse isto á execuçaõ pela obrigaçaõ que tenho de fauorecer a meus vassallos, e de lhes dar moedas correntes para seu uso, e por se euitarem as alteraçõs que nellas ouue thé o presente, e por outros justos respeitos que me a isso mouem, e que se contem no capitulo acima tresládado, ey por bem e me praz, e por esta mando que o dito assento se cumpra muyto inteiramente, e que em todo o meu estado da India, que se entenderá da ponta de Dio the ás lhas de Nicobar, naõ tenhaõ os Realles nenhuã sarrafagem, nem pessoa alugma de qualquer calidade e condicaõ que seja os compre nem venda nem dê em pagamento do que comprar e vender mais que á rezaõ de quatro centos reis por cada pardão de Realles e mais naõ, isto passados estes dous annos primeiros seguintes que se acabaraõ na monçaõ de Setembro que vem do anno de nouenta e tres, dentro dos quaes correrãõ os ditos Realles a razaõ de cada oem pardãos de Realles e quinze reis que he a sarrafagem que em consciencia pareceo justo darlhe de ganho delles por estes dous annos somente, os quaes passados naõ terãõ mais valia que de quatrocentos reis por cada hum pardão de Realles como dito he, sob penna de que toda a pessoa que o contrario fizer e for contra esta minha defesa e ordem della em parte ou em todo de perder assy: o comprador como o vendedor a valia dos Realles que der, vender ou comprar, e ser degradado por dous annos pera Damaõ, e sendo contratadores por tres annos pera as armadas, e sendo gentios por cinco annos pera as gallés do estado alem de perderem o dito dinheiro como dito he, o que se dará á execuçaõ sem remiçaõ alguã. E assy mando e defendo pelos mesmos respeitos que da publicaçãõ desta ley em diante se naõ laurem em nenhũs das cidades e fortalezas do dito estado mais nenhuns xarafins de prata com ligua nem sem ella, nem corraõ nas

ditas partes por moeda pelo prejuizo e grande dano que disso se tem seguido e se pode seguir a minha fazenda e á de meus vassallos, e os que são feitos correrão como correrão thegora por tempo dos ditos dous annos somente que se acabaráõ na dita monçaõ de Setembro de nouenta e tres, que he o tempo que limito aos ditos meus vassallos e pouos para se poderem desfazer delles, os quaes pasados não terãõ valia alguma de moeda, nem correrãõ mais em tempo algum por moeda, por serem os xarafins causa de se introduzirem as ditas sarráfagens, e por esse respeito alterãõ os preços dos mantimentos e das mais cousas como dito he, que he conforme ao parecer que tomei de creligos, e letrados, e mais officiaes acima declarados. Notificoõ assy ao Vêdor de minha fazenda, Capitaõ da cidade de Goa, Vreadores della, Ouvidores geraes do crime e ciuel do estado da India que ora são e ao diante forem; e lhes mando que assy o cumpraõ e inteiramente façaõ cumprir e guardar esta minha carta de ley e defesa da maneira que se nella contem sem duuida nem embargo de qualquer outra ley, regimento, prouisoões, e defesas que sobre isso sejaõ passadas, e ao diante se passarem que ey todas por nenhũa e de nenhum effeito, somente esta quero e mando que se cumpra e guarde pera sempre com as clausulas nella declaradas sem exceyçaõ de tempo nem de pessoas alguãs por assy cumprir muito a meu seruiço e bem de minha fazenda e de meus vassallos. E esta será apregoada na cidade de Goa pellos lugares publicos della, e registada nos liuros dos acordos da Camara della, e dos registos de minha fazenda dos Contos, e na Chancelaria. donde se enuiaráõ os treslados asinados pelo Chanceler dellas e das feitorias pera a todos ser notorio, e se saber como assy o mando e ordeno pellos respeitos nella contheudos. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xx de Outubro. ElRey Nosso Senhor o mandon por Mathias d'Albuquerque, do seu con-

selho, VisoRey da India &c. Antonio da Cunha fez anno de 591. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 3.)

101.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade &c. Faço saber aos que este virem que sendo Sua Magestade informado que nas fortalezas deste estado falta muita artilharia groça e meuda por os capitães a tomarem e meterem em suas náos onde se perdia, e os feitores e almoxarifes a emprestarem e venderem, e por esse respeito não havia pera as armadas, e ficavam as ditas fortalezas arriscadas por falta della, e querendo o dito senhor prouer nesta tão grande desordem mandou por sua prouisaõ que nenhuã artilharia se tirasse das suas fortalezas e almazens, nem se emprestasse, e aquella que se devesse a paguasem as partes a vinte mil reis o quintal pera da dita valia se fazer outra tanta com que se soprise a falta da perda, e sabendo que contra forma da dita prouisaõ e seus regimentos os ditos Capitães e os feitores, e os almoxarifes a vendiaõ e emprestavaõ, e do que ficavaõ a deuer se lhes fazia quita ou mercê, ou a pagavaõ em diuidas e outros descontos, querendo que se remediasse tão grande falta no anno de oytenta e oytto na Instrução que veo ao VisoRey Dom Duarte de Meneses mandou hum Capitulb, de que ho treslado he o seguinte.==

(Aqui vai tresladado o Capitulo IV, do n.º 40 deste Fasciulo.)
E como o intento de Sua Magestade he atalhar a desordem que até agora ouue me mandou que promettea de modo que daquy em diante se não tirasse nenhuã artilharia das suas fortalezas e almazens em nome do dito senhor, e que nenhum capitão das fortalezas deste estado daquy em diante por nenhum caso tire dellas nhũa artilharia groça nem meuda nem tome emprestada sem prouisaõ e licença dos VisoReys e Governadores sob pena de mil cruzados pera a ribeira das gallés sem remissaõ e pagarem o que ficarem devendo a trinta milreis

quintal, e na mesma pena encorrerão os feitores e officiaes que venderem alguma artelharia ou emprestarem sem a dita licença, e defendo a toda a pessoa de qualquer estado e condição que seja que não compre nem tome emprestada nenhũa artelharia de Sua Magestade; e sendo-lhes achada em suas casas ou nauios se cobrará pera o dito senhor, e pagaráo de pena quinhentos cruzados ametade pera a dita ribeira das gallés, e outra ametade pera quem a descobrir, e toda a artelharia que se deuer do tempo atras e ao diante se emprestar per prouisoões de licenças dos VisoReys e Governadores se arrecadará das pessoas que a não entregarem e de seus fiadores a razão de vinte mil reis o quintal, como Sua Magestade tem mandado, e per nenhum caso se lhe fará quita nem merce della, nem se tomará em pagamento de nenhuns descontos de diuidas que a fazenda de Sua Magestade deua, inda que seja a propia parte, por quanto do dinheiro da dita artelharia se ade fazer outra de nouo pera se sobprir a falta dela, e os feitores e almoxarifes seraõ avisados quando apresentarem algũas prouisoões de Sua Magestade ou dos VisoReys e Governadores por que se mande emprestar alguma artelharia quando entregarem sem primeiro tomarem fianças seguras e muy abonadas a tornarem ou pagarem a dinheiro pelo dito preço de vinte mil reis o quintal, e as fianças não seraõ alevantadas sem primeiro se arrecadar o dinheiro e estar carregado em recepta sobre o official a que pertencer, e fazendosse algũas quitas, merces, ou descontos se não comprirão nem averaõ effeito por ser contra o mandado de Sua Magestade, e com tanto perjuizo de sua fazenda, e os contadores não leuaraõ em conta as tais prouisoões de quita nem merces, e o faraõ logo saber ao Prouedor mór dos Contos pera mandar arrecadar as contas que nisso montar das pessoas que as deuaõ, e não se podendo arrecadar dellas faraõ carregar sobre o executor o dito dinheiro e o mandara na carta geral ao Reyno pera Sua Magestade o mandar lá arrecadar pela fazenda dos VisoReys e Governadores se contra seu

mandado e regimentos fizeram a tal quita e merces. E este será apregoado nos lugares publicos desta Cidade de Goa pera se saber geralmente esta defesa, e não alegarem inorancia, e se registará no Livro do Regimento dos ditos Contos pera o dito Prouedor mór e Contadores o cumprirem sob penna de perdimento de seus cargos. Noteficoo assy ao Vedor da fazenda e mais officiaes a que pertencer, e mando que assy o cumpião e guardem, e o fação inteiramente cumprir e guardar sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade e sellada de seu selo pendente sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, Tit. 20 que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum annò passem per cartas, e passando per aluarás não valhaõ. Francisco Pereira o fez em Goa a hijj de Nouembro de 591. Luis da Gama o fez escrever.—*O VispRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 32).

102.

Matthias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluará virem que eu sou informado que os pagueis que vem do Malauar ao porto de Chaul trazem pimenta e leuam muita artelharia que se faz em Chaul de riba por terem pera isso os apparelhos necessarios, e auendo respeito ao muito que importa a este estado não se nauegarem cousas tão prejudiciaes ao seruiço de Deos e de Sua Magestade e bem de seus vassallos, ey por bem e me praz que tanto que ao dito porto chegar paguel de qualquer pessoa que seja o não deixe hir pera Chaul de riba sem o alcaide do mar e o escriuaõ da feitoria irem a elle buscarem, e não achando nelle cousa defesa ou das sobre-ditas o deixaraõ ir liuremente, e pela mesma maneira seraõ vistos antes de sairem para fora, e achadoos com as ditas fazendas ou com outras alguma defesas seraõ

todas perdidās ametade pera os captivos e a outra ametade pera quem o acusar, e pera os ditos dous officiaes, tirando a artelharia que he sempre pera a fazenda de Sua Magestade, e os donos dos pagueis seraõ presos e cativos pera as galés do estado. Noteficoo assey ao Capitaõ de Chaul, ouuidor, e mais ôfficiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assey e cumpraõ e guardem, e façaõ inteiramente cumprir e guardar dando pera isto todo fauor e ajuda que lhe for pedida sem duvida nem embargo algum, e este se registará no livro da feitoria, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do Livro 2.º Tit. 20 que diz que as cousas que ouuerem de durar mais de hum anno passem per cartas e passando per alvarás naõ valhaõ, e posto que naõ passê pela Chancelaria valerá sem embargo da dita Ordenaçã Antonio da Cunha o fez em Pangym a tres de Dezembro de 1591. Luis da Gama o fez escrever.—O *Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 34)

103.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluará virem que por justos respeitos ey por bem e me praz de dar licença a todo o nauio e embarcaçã de Portugueses, christaõs da terra, mouros, e gentios que quizer hir carregar fazendas a Majasiraõ o posa fazer naõ levando nem trazendo cousa alguã defesa, e pagando os direitos na fortaleza de Mangalor de que traraõ certidaõ, sob penna de todo o nauio e embarcaçã que for achado com fazendas defesas, e que naõ pagou os direitos em Mangalor pella primeira vez perder a embarcaçã com toda a fazenda que nella for achada, e pela segunda alem do sobredito será degradado por cinco annos pera Ceyllaõ dono do nauio, e estará á mais pena que me parecer, e este será apregoado nos lugares publicos desta cidade, e onde mais cumprir pera a todos ser notorio, de que se fará assento pera se saber como e assey ouue por bem Sua Senhoria, e valerá como carta,

e valerá outrossy posto que naõ passe pela chancelaria por ser por seruiço de Sua Magestade. (a)

(Livro 1.º de Alvarás fl. 34 v.)

1592.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

NB.

As cartas da *Monção* deste anno naõ apparecem. O fragmento que aqui vai foi enviado por copia em outra monção subseqüente.

104.

Capitulo de uma Carta de S. M. ao Viso Rey da India de 18 de Janeiro de 1592.

E assy uos mandei escreuer nas mesmas vias que entendia o ditto Máoel de Sousa por cousa muito necessaria mandareu que se fizessem liuros da matriculla, e que conforme a prouisaõ que emuei o anno de 89 tinha ordenado que se procedesse neste negocio, que sendo de tanta importancia como tereis entendido e visto, me pareceo tornaruollo a encarregar nesta, posto que vollo tenho escriptto nas uias do anno passado, e taõ particullarmente encomendado nas Instrucoẽs que leuastes que uos ei de nouo por repetidas como no principio desta carta vollo digo, e espero que nas primeiras nãos me emuyeis a reposta de todos os particulares e dependencias desta materia, pera com isso uos mandar mais o que ouuer por meu seruiço.

(Livro 2.º fl. 271 e fl. 286)

(a) Como o official que registou este alvará o naõ registou todo em forma, escapou-lhe pór a data, a qual deve ser de anno de 1591.

1592..

SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL.

105.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Visorrey da India &c. Faço saber aos que este meu aluará virem que pola experienciã e informaçãõ que tenho das cousas deste estado sey que os mais dos moradores das fortalezas delle foraõ de parecer e consentimento que se desse nellas hum por cento pera a fabrica e fortificaçaõ dellas sem se poder despender cousa alguma do dinheiro que do dito hum por cento se cobrasse em outra alguã despeza por necessaria que fosse, e vendo quaõ justo he que se cumpraõ as condiçoẽs de semelhantes contratos assy ao serviço de Deos, e de Sua Magestade, como á defensãõ e fortificaçaõ e bem comum de seus vassallos, ey por bem e mando em nome do dito Senhor que em Damaõ se naõ faça obra alguã do dito dinheiro em quanto naõ forem acabadas as obras da fortificaçaõ della, posto que aja prouisoẽs em contrario, e que todas acheguas de pedra, chumambo, e outras quaesquer que ouuer que puderem servir pera a dita obra que sejaõ uindas ou vierem á dita fortaleza por conta da Sé, da Camara, e do collegio dos Padres da Companhia, ou do mosteiro de Saõ Domingos, ou do tronco, se guaste e despenda assy na fortificaçaõ do dito Damaõ, na qual trabalharaõ todos os pedreiros que aly forem moradores ou residirem, e nas aldeas anexas obrigadas ao dito Damaõ, sem se occuparem em outra alguã obra se naõ for retelhar casas, porque depois de acabada a fortificaçaõ que tanto cumprẽ a todos, tempo averá pera as obras particulares, pelo que mando que todo o pedreiro que se occupar em outra alguã obra depois da publicacaõ deste seja degradado pera as galês por cinco annos, posto que seja captiuo. Notificoo assy ao capitaõ da dita fortaleza, aos Padres administradores da

dita obra, ao Ouvidor, officiaes da Camara, e mais officiaes a que o conhecimento deste pertencer, e mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se nelle contem, e pera que venha á noticia de todos se publique na praça e lugares publicos dessa fortaleza e terras a ella anexas, e da publicação se passará certidaõ, e tudo se registará no livro da Camara do dito Damaõ pera a todo tempo se saber o que nisto tenho mandado, e se cumprir, e mando ao escriuaõ da Camara que de tudo passe certidaõ que enuiará com diligencia ao Secretario deste estado, e outrossy mando em nome de Sua Magestade que o thesoureiro que té ora seruió do dito hum por cento acabe de servir seus tres annos sem embargo de ser no dito cargo prouido hum Gaspar Peixoto porque assy o ey por seruiço do dito Senhor e bem das ditas obras, e este valerá como carta posto que o efeyto delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação em contrario, e não passará pela Chancellaria sem embargo da dita Ordenação. Luis Gonçalves o fez em Goa a xij de feueireiro de 592. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 2.º de Alvarás fl. 35)

106.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ao grande e notauel danno e perjuizo que se segue ás minhas alfandegas e ao bem comum do estado da India de se leuarem Realles para a terra de infieis por os mercadores que os vem buscar não trazerem outras fazendas mais que Pagodes com que os troquaõ dando por elles excecinos preços, não querendo os tais mercadores asi naturaes como estrangeiros pella mór parte tratarem noutras mercadorias, e auendo eu a isso respeito, e querendo a tudo prouer por se euitarem as ditas desordens, conformandome com o parecer dos desembargadores da Relação que pera isso tomey, ey por bem e me praz e por esta-mando e defen-

do por assy o aver por meu seruiço e bem de minha fazenda, e proí comum dos moradores do dito estado, que daquy em diante nenhuma pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja assy Portugueses, como christaõs da terra, nem nenhuma outra pessoa tire Realles desta cidade por mar nem por terra pera nenhuma parte sem os registrar perante o meu Juiz dos feitos desta Corte o qual lhe dará juramento ao tempo do registo dos santos evangelhos que declare cujos saõ os ditos Realles, e pera onde os leua, e sendo achados quaesquer Realles sem o dito registo fóra desta cidade e seus arreballes ou embarcados em qualquer embarcaçaõ seraõ perdidos ametade pera a fazenda de Sua Magestade, e a outra ametade pera quem os tomar, e o mesmo se entenderá prouandose que os leuaraõ sem o dito registo fóra desta cidade, ou de qualquer outra deste estado, em que taõbem se praticará e guardará esta minha ley com declaraçaõ que o registo nas cidades e fortalezas fóra desta se fará perante os Ouvidores dellas, e onde os naõ ouuer perante os Juizes ordinarios pera o que todos teraõ seus liuros. E outrossy ordeno e mando que nenhum ynfel de qualquer calidade e condiçaõ que seja possa mandar nem levar os ditos Reales pera fóra com registo nem sem elle sob penna que sendo achados nos ditos lugares, a saber, fóra desta cidade e seus arreballes ou embarcados serem perdidos pela maneira que dito he, e a pessoa que os leuar ser degradado por cimquo annos pera as gallés, e nas ditas pennas de degredo encorreraõ todas as pessoas que derem ajuda ou fauor a passarem os ditos Realles, e os Tanadares dos passos seraõ suspendidos de seus cargos athé a minha merce prouandoselhe que per elles passaraõ com seu consentimento. E para Cambaya os poderaõ leuar as pessoas que naõ saõ prohibidas, registandoos primeiro pela maneira sobredita, e os contractadores que por bem de seu contrato os podem mandar a Cambaya. E porque para a China e Malaca na monçaõ seria grande opressaõ para os que vaõ para as ditas partes se ouuere de registrar, ordeno e mando que

neste caso somente, e para a dita China e Malaca não sejaõ a isso obrigados os que para as ditas partes forem durando a dita monçaõ, não sendo pessoa de naçaõ, por que estes os não poderaõ levar nem mandar para as ditas partes nem para nenhuma outra saluo sendo casados, não sendo respondentes, e todavia os ditos casados e solteiros da naçaõ os poderaõ levar para a China registandoos primeiro, e os casados para as cidades e fortalezas aonde forem moradores para onde taõbem os registaraõ. Noteficoo assy a todos os Capitaes, Tanadares desta cidade e das mais cidades, e fortalezas deste estado, Védor da fazenda de Sua Magestade, e Juiz dos seus feitos, Ouuidores geraes do crime e ciuel, e a todos os mais Ouuidores, justiça, officiaes, e pessoas a que o conhecimento pertencer, que ora são e aos que ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta ley contem sem duuida nem embargo algum, a qual se apregoará nesta cidade pelos lugares publicos e acostumados della, e se registará nos passos desta Ilha pera a todos ser notorio e não aleguarem ygnorancia, e as mesma diligencias se faraõ nas outras cidades e fortalezas deste estado pera onde se enviaraõ os treslados autentiquos tirados da Chancelaria e asinados pelo Chanceler delle. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a dez de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Luis Gonçalves a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil he L Rij (1592). Luis da Gama o fez escreuer.—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 7 v.)

107.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que eu sou informado que muitas pessoas que nas partes da India recebem pera me servirem

em minhas armadas depois de receberem huns se deixão ficar sem se embarcarem, e outras se desembarcãõ dellas, e ficaõ muitas vezes sem gente ou com tão pouqua que naõ somente deixaõ de conseguir os efeitos pera que as mando fazer, mas andaõ arriscadas a receberem dano dos inimigos, e avendo a tudo respeito ey por bem e mando que da feitura desta em diante toda a pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja que receber pera as ditas armadas e se naõ embarcar nellas, ou depois de embarcado se vier sem licença do capitaõ mór da dita armada, morra morte natural, e acontecendo que depois de ter recebido adoeça de tal enfermidade que naõ possa embarcarse se apresentará ao Ouvidor geral do crime do estado, e justificará a dita doença antes de partir a armada, e a dita justificaçaõ despachará em Relaçãõ, e neste caso seraõ excusos da dita penna se se pronunciar em mesa que naõ tem obrigaçaõ de se embarcar. Notificoo assy ao Ouvidor geral de crime do estado da India, mais Ouvidores, juizes, e justiçaes, officiaes e pessoas a que pertencer que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar sem duuida nem embargo algum, e o traslado deste enviará, o Chanceler deste estado pelas cidades e fortalezas delle pera a todos ser notorio o que assy mando e ordeno. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas rcaes da Coroa de Portugal a dez de Março, ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, seu VisoRey da India &c. Luis Gonçaves a diez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de MDLxxxij (a). Luiz da Gama o fez escrever.—E isto se entenderá em toda a India.—O VisoRey .

(Livro 1.º de Alvarás fl. 6)

(a) O registe diz por engano MDLxxxij.

108.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que eu sou informado que no estado da India se cometem algũs delitos graues nos quaes por as pessoas ofendidas naõ querelarem se deixa de proceder pelas minhas justiças por conforme as minhas Ordenações nelles a iustiça naõ haver lugar naõ auendo querella por outrossy naõ serem os ditos 'casos de deuassa, entre os quaes hum dos principaes e que mais comumente acontece he dos que tiraõ com pistoletes, pelo que ey por bem e mando que da feytura desta em diante as ditas justiças deuasem tanto que á sua noticia vier de toda a pessoa ou pessoas que com pistolete tirar, quer aja ferimento quer o naõ aja, e pelas ditas deuassas procedaõ com os culpados que encorreraõ nas pennas da extrauagante 4.^o Capitulo, Tit. 2. Ley XI, sem embargo de qualquer ley ou Ordenaçãõ em contrario; e assy ey por bem e mando que toda a pessoa que tirar com espingarda encorra nas penas em que encorrem os que tiraõ com bêsta conteudas na Ordenaçãõ Livro 5.^o Tit. X. § 3, assy e da maneira, e com as distincões e declarações da dita Ordenaçãõ, de que outrossy se deuassará posto que os casos que acontecerem de deuassa naõ sejaõ. Noteficoo assy ao meu Ounidor geral do estado da India, e mais Ounidores, Juizes, justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum, e o traslado desta enuiará o Chanceler deste estado a todas as oidades e fortalezas delle por elle asinado pera a todo ser notoria o que assy ordeno e mando. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das azmas reaes da Coroa de Portugal a dez de Março. El Rey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, e seu VioRay da India &c. Luis Gonçalves

a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e dous. Luis da Gama a fez escrever.—O VisoKey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 6 v.)

109.

Dom Felippe &c. a quantos esta minha carta de ley nirem faço saber que auendo eu respeito as naos que da China, e Malaca partem pera a India nirem comumente muito arriscadas por dellas se desembarcarem os mercadores portuguezes e mais gente que nellas vem antes de chegnarem e surgirem na barra da cidade de Cochim e da de Goa deixandoas comtaõ pouca gente que naõ bastaõ pera as defender de qualquer perigo e contraste que lhes possa acontecer. como de tudo foy informado o meu VisoKey que ora he da India e a experiencia o tem demonstrado, e querendo en nisto prouer pera que se evitem estas desordens taõ perjudiciaes que tegora ouue contra o seruiço de Deus e meu, e do bem comum dos meus vassallos, ey por bem e por esta mandado e defendo que da publicacaõ della em diante nenhuã pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja que vier nas ditas naos da China ou Malaca se desembar. que dellas the naõ surgirem na barra da dita cidade de Goa ou na de Cochim quando por algum caso fortuito naõ poderem passar a Goa, sob penna de todo o que o contrario fizer e for contra o que mando e ordeno nesta defesa ser preso the minha merce ou do dire meu VisoKey da India, e da prisãõ pagar quatrocentos cruzados, ametade para o resgate dos cativos, e a outra ametade para as despesas da minha ribeira, nos quaes seraõ executados sem remissaõ, e por quanto as ditas naõs que da China e Malaca vem, e outras de Bengalia tomaõ Ceilaõ, e daly e de Malaca trazem muitas pessoas sem licença dos Capitaes daquellas fortalezas, e por essa causa ficarem ellas sempre quasi sem gente estando de guerra, e tendo della tanta necessidade pera

a sua defensão, outrossy mando e defendo por assy o auer por muito meu seruiço que nenhuã das ditas náos nem qualquer outra embarcação tragua das ditas fortalezas de Ceylaõ e Malaca pessoa alguã quer seja fidalgo, soldado, pedreiro, canoqueiro, como qualquer outra que seja que nellas estiquerem e residirem sem expressa licença dos capitães das taes fortalezas, sob pena de pagar o capitão da não ou nauio em que alguã das ditas pessoas acima declaradas vierem trezentos cruzados sem remisaõ, ametade pera as despesas da dita minha ribeira, e a outra ametade pera o resgate dos catiõs; e pera que a todos seja notorio, e não possa aleguar ignorancia mando que esta minha carta de ley e defesa se apregoe na dita cidade de Goa pelos lugares publicos della, e se registre na minha chancellaria donde se enuiaraõ os treslados asinados pelo meu Chanceler do estado da India á cidade de Cochim e á de Malaca pera nelas outrossy ser apregoada e registada no liuro dos registos das suas feitorias e camaras. Notifico assy ao meu Ounidor geral do crime, e ao dito Chanceler do estado da India, e a todos os mais Ouidores, Juizes e justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhês mando que assy o cumprã e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algũ. E outro treslado se enuiará tambem á fortaleza de Ceilaõ pera nela se fazerem as mesmas diligencias acima. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes de Coroa de Portugal a sete de abril. ElRey o mandou por Mathias d' Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Luis Gonçalves a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil belRij (1592) Luis da Gama o fez escreuer.— *O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 12 v.)

110.

Dom Felipê &c. a quantos esta minha carta de ley perpetua virem faço saber que os Vreadores e officiaes da Camara da minha cidade de Goa me fizeraõ a saber por sua petiçaõ em nome de todo o pouo que os casados e moradores dela recebiaõ gande perda e opressaõ dos capitaes mões da China e doutras partes quando succede falecer algũa pessoa por quem elles mandaõ seu dinheiro de que os ditos capitaes lançaõ maõ como Prouedores dos defuntos, naõ lhes valendo terem seus procuradores na terra, e hir o dito dinheiro com seu signal e marca e letreiro dizendo que haõ os taes procuradores dapresentar os proprios conhecimentos dos defuntos, os quaes naõ se custumaõ mandar ás ditas partes por ficarem em poder do dono do tal dinheiro pera sua guarda e segurança, pedindome mandasse fazer ley pera que todo o dinheiro que se achar de partes em poder de algum defunto que na terra tenhaõ procuradores ou procurador constando do dono delle per conhecimento ou lembrança do dito defunto, ou letreiro nos saços do tal dinheiro, o deixe cobrar aos ditos procuradores; e vendo o dito meu VisoRey a dita petiçaõ ser justa, com parecer dos desembargadores de minha Relaçãõ assentou que o dinheiro que se achar a algũa pessoa das que vaõ pera a China, e falecer, se entregue aos procuradores da pessoa cujo o dito dinheiro constar que he ou per conhecimento, ou liuro de lembrança, ou chitos que vaõ dentro nos saços, ou letreiros postos de fóra, e que o capitaõ nem o prouedor dos defuntos se naõ entrometá nisso nem outra pessoa algũa nem o Ouvidor, sob penna de pagarem os intereces e o proprio á parte, e pagarem outro tanto do que tomarem para a ribeira da minha cidade de Goa. E visto por mym o dito parecer e asento dos ditos desembargadores e o fundamento delle, ey por hom e me praz, e por esta faço ley, ordeno, e mando que daqui em diante se cumpra o que acima he

declarado, e pela mesma ordem e modo se corra com o dito dinheiro com effeito sob as ditas penas que se executaraõ nos que nellas encorrerem sem embargo de qualquer pronisaõ, defesa, ou outra qualquer ley que aja em contrario, porque todas ey por derogadas e de nenhum valor nem vigor, a qual será apregoada na cidade de Macao na China, e registada na camara della, e na da minha cidade de Goa, de que se fará assento de tudo nas costas della pelos officiaes a que pertencer. Notifico assy aos Capitaes inóres das viagens da China, mais capitaes, provedores dos defuntos, Ouvidor geral com alcada das ditas partes, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que acima he declarado sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xx de abril. Rey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil belRij (1592). Luis da Gama o fez escrever.—O *Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 9)

III.

Dom Felipe &c. a quantos esta ley e defesa virem faço saber que os Vreadores e mais officiaes da Camara da cidade de Goa me enviaraõ a dizer por sua petiçaõ que muitos mouros e gentios da dita cidade e da de Chaul, e doutras das partes da India mandauaõ muita copia de dinheiro e fazendas a Malaca e a China por maõ dos Portuguezes, no que a minha fazenda recebia notauel perda, e se seguia muito prejuizo a meus vassallos e ao bem comum dos povos dellas, porque alem de se alterarem os preços das fazendas na China pelo muyto cabedal que a ella vay, perde minha fazenda os direitos das saidas dellas que os mouros e gentios aviaõ

de comprar depois de serem despachadas pelos Portuguezes, que ora se não faziaõ pelas despacharem por suas; e visto por mym seu pedire dizer, e informações que do dito caso Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, Viso Rey da India, tomou sobre esta materia, por atalhar a hũa desordem taõ prejudicial ao meu serviço e ao bem comum de meus vassallos, ey por bem e me praz, e por esta minha ley mando e defendo que daquy em diante nenhũ Portuges de qualquer estado, calidade, e condiçaõ que seja, nem qualquer outra pessoa leue dinheiro nem fazendas a Malaca ou á China de gentio, ou mouro, ou juden, sob pena de perdimento de toda a dita fazenda, e de quinhentos xarafins, ametade para os captiuos, e a outra para quem os acusar e obras da ribeira que pagaraõ sem remiçaõ algũa. E pera que a todos seja notoriõ, e em tempo algum se não possa alegar ynorancia, mando que seja apregoada na dita cidade de Goa pelos lugares publicos e acostumados, e registada nos liuros da Camara della, e assy sera apregoada na cidade de Malaca, e de Macháo, e registada pela dita maneira. Noteficoo assy a todas as justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xxiiij de abril. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Viso Rey da India &c. Luis Gonçalves a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil bclRij (1592). Luis da Gama a fez escreuer.—O *Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 10)

112.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem face saber que auendo eu respeito ao grande pa-

riguo que se ofrece ás minhas armadas do estado da India cada anno por se desembarcarem dellas os soldados que nelas recebem, e se deixarem ficar outros em terra que se não embarcã tendo recebido, sobre o que mandey fazer ley pera que os sobreditos encorraõ em pena de morte, a qual alguãs vezes se não pode executar por minhas justiças não acharem os ditos soldados pera os prender, e querendo eu prouer, ey por bẽm que alem da dita penna nenhum capitão mór passe certidão a soldado algum de qualquer calidade e condiçã que seja que o não acompanhar depois que desta barra partir até tornar a ella, sob penna de pelas ditas certidões se não fazer obra alguã e serem avidas por falsas, e o capitão mór que as passar pagar quinhentos cruzados, ametade pera a minha ribeira da Cidade de Goa, e a outra pera os catiuos; e pera milhor se poder saber se os ditos soldados cumprem com suas obrigações e andã como os capitães com que se embareaõ, ordeno e mando que os capitães mōres das minhas armadas façã todos os quinze dias alardo, e tomem a ról os que acharem presentes, e os que faltarem, pera a todo o tempo se saber os que encorreraõ na pena desta ley. E porque podẽ acontecer que alguns soldados adoeçaõ de tais enfermidades que não possaõ continuar com a armada, ey outrossy por bẽm que constando ao capitão mór de como assy sã doentes lhe possa dar licença pera se curarem, e que esta ley não aja nos taes doentes lugar, nem nos feridos na guerra, e se lhes poderá dar certidão, a qual passará só o Capitão mór darmada, ou o capitão da fortaleza a onde for de socorro ou innernar assistindo o seu depido nela. Noteficoo assy aos ditos Capitães mōres e a todas as minhas justiças, e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e façã cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum, e esta se apreçoará nesta cidade pelos lugares publicos dela, e nas minhas cidades e fortalezas deste estado para o que o Chanceler mandará o traslado dela por elle assinado ara se saber como o assy mando e ordeno por ley. Da-

da na minha cidade de Goa sob meu sello das armas
reaes da Coroa de Portugal a xij de mayo. El Rey o
mandou por Mathias d'Albuquerque do seu consello,
Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno
de mil bel Rij (1592). Luis da Gama o fez escreuer
—O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 10 v.)

113.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta de ley virem
faço saber que os Vreadores e officiaes da Camara da
cidade de Goa pella sua petição atrás ymuiarõ dizer
a Matias d'Albuquerque do meu consello, e Viso Rey que
ora he das partes da India, que Dom Pedro Mascaren-
has sendo outrossy Viso Rey dellas fizera ley de que
se usara té o presente pela qual taxara os alugueys das
casas que na dita cidade se alugauão a rezaõ de tres
tangas por mes daluger por cada cem pardãos de va-
lia, e isto em tempo que valiaõ todos os materiaes, a
saber, madeira, pedra, chunambo, e asy os feitos mais
baratos moço por meo do que ao presente valem, pelo que
se não podia usar de tal ley e taxa, pedindo mandasse
fazer outra noua no que parecesse justo conforme ao
tempo presente e ao crescimento da valia dos materiaes,
e que dela não gozasem mais que os soldados que au-
toalmente andassem em meu serviço, a qual petição com
o requerimento aqy junto de todos o pouo da dita ci-
dade foi visto pelo dito Viso Rey na dita mesa da Re-
lação presente os desembargadores della, e mandou que
a dita cidade elegesem duas pessoas de confiança e sem
suspeita, pera que nouamente taxassem segundo Deos e
suas conciencias os mes alugueres conforme ao tem-
po e valia das casas, e que depois de feita a dita deli-
gencia tornasse á mesa pera nela se lhe dar o despacho
que conueniente fosse, e visto como a dita cidade elegeo
pera o dito feito a Gaspar Barbosa e a Diogo Rodrigues,
Freyes cidadãos e moradores della, os quaes tomadas in-

formações em sua consciencia declararaõ que lhes p^{er}ressia que se deuia fazer nouo regimento e taxa no qual se mandasse que os avaliadores avaliassem as casas a rezaõ de quatro tangas por cada cem pardaos por mes, por quanto as cousas todas estauaõ alteradas quasi em dobro do que valiaõ no tempo que o dito VisoRey Dom Pedro Mascarenhas fizera a dita taxa, e as casas ser a raiz que os homens faziaõ e compravaõ pera rendimento de que se valiaõ, e custauaõ muito dinheiro, e porque desta liberdade naõ usaõ mais que os homens que andauaõ em meu seruiço e que tinhaõ pouco de sen, como tudo mais largamente consta do parecer dos ditos eléytos a requerimento do pouo e petição da dita cidade aquy junto, e avendo respeito as muytas perdas que tem recebido as donos das casas que andaõ daluger e podem receber por se usar da dita taxa e p^{er}stura que fez o dito VisoRey Dom Pedro por ao presente valerem todas as cousas quasi em dobro do que entaõ valiaõ, e os alugadores quando despejao as taes casas as deixarem muito danificadas como se tem visto e a experiencia mostrado, e conformandome com o parecer dos ditos eléytos pela cidade e com o atrás dos mesmos desembargadores da Relação, ey por bem e me praz per todos os ditos respoitos e outros justos que me a isto mouem, e por assy o aver por meu seruiço e bem dos fidalgos, canaleiros, e soldados, e outras pessoas que me seruem nas ditas partes da India, e dos mercadores e pouo comum da dita cidade da Goa, que a dita ley do VisoRey Dom Pedro se naõ cumpria nem se use mais della, por quanto por esta a deroguo e hey por derogada e por de nenhum efeyto e vigor no que somente toqua á taxa pela tal ley imposta, e mando que da publicação desta os avaliadores da dita cidade que ora são e ao diante forem avaliem as casas que se alugarem a rezaõ de quatro tangas por mes daluger por cada cem pardaos de valia dellas, que he o preço que ora nouamente taxa e limito, e a esta mesma rezaõ os donos das taes casas as alugaraõ a fidalgos, canaleiros, criados meus, soldados, e pessoas ou

trás que actualmente andarem em meu serviço, e por mais naõ, sob as pennas declaradas da dita ley do Viso Rey Dom Pedro que neste particular se comprira somente, as quizes se executaraõ muita inteiramente nas que o contrario fizerem, por quanto naõ he minha tençaõ que usem desta liberdade mais que os que andarem actualmente em meu serviço nas ditas partes, visto outrossy como por esse respeito fazem muitas despesas, e naõ terem para poderem pagar groços alugueres. Noteficoo assy aos ditos Vreadores e officiaes da Camara, ouvidores geraes do crime e ciuel, aposentador da dita cidade, e avaliadores dela, e a todas as mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar esta minha carta de ley da maneira que se nella contem sem duvida nem embargo algum, a qual sera apregoada pelas ruas publicas da dita cidade, e registada no livro dos registos da Camara dela, pera a todos ser notorio e a todo o tempo se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeitoes acima e atrás. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xvij de Junho. El-Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Viso Rey da India &c. Antonio Barbosa, a fez anno do nacimiento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil bel Rij (1592) Luis da Gama o fez escreuer.— *O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 14)

114.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem, faço saber que os Gancares da ldea de Moromby o pequeno me enviaraõ a dizer por sua petiçaõ (atras escripta) que elles naõ tinhaõ outro remedio para satisfazerem o foro que me deniaõ se naõ das vargeas salgadas estando ellas seguras e fortes dos vallados, o qual remedio lhes tiravaõ os Mundacares e pessoas que viuem nos palmares dos fidalgos e Portugueses poder-

sos que tem palmares na dita aldeia, cortando os vallados e o salgudo que nelles criauão; e querendo nisto prouer de maneira que não se cortem daquy em diante os ditos salgados pela perda e oppressão que recebem os ditos Gancares; ey por bem, ordeno, e mando que da publicação desta minha ley em diante nenhuma pessoa de qualquer validade e condição que seja corte ramos nem lenha nos salgados dos vallados das vargas sob penna que cortandoos, se for negro catiuo ser degradado quatro annos pera as gallés do estado, e sendo gente da terra dous annos pera as ditas gallés, e sendo Portuguez ser condemnado em trinta pardãos pera as despesas da Relação pagos do tronco sem remição. Notifico assy ao Ouvidor geral do estado das causas criminaes, mais justiçaes e officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum, e esta se apregoará onde cumprir, e se fará termo nas costas della para a todos ser notorio. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xxx de Julho ElRey nosso Senhor o mandou por Matias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil quinhentos nouenta e dous Luis da Gama o fez escrever.—O VisoRey.

(Liuro 1.º de Alvarás fl 15 v.)

115.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por justos respeitoes que me a isto mouem, e por se evitarem muytas desordens que se tem cometidas e ao diante podem cometer na fortaleza de Cananor e seu porto em prejuizo do serviço de Deos e meu e em defraude de minha fazenda, e por asy o parecer aos Desembargadores da Relação das partes da India atrás asinados, ey por bem e mando e defendo que da publicação desta carta de ley em diante que nhũ na-

uio assy de Portuguezes como de infieis que não forem vassallos do Rey de Cananor, que for ao dito porto de Cananor vã aportar nem surgir ao bazar dos montes sem primeiro ir ao sorgidouro e luguar dos Portuguezes que está do ribeiro da demarcação té á fortaleza, onde poderaõ fazer seus bahçaes, e venderem suas fazendas e mercancias a quem quizerem, e dali ir tomar sua carga pera se partirem com o fazerem a saber ao capitaõ da dita fortaleza primeiro que partaõ della, o qual mandará ver os taes navios e dar busca nelles pera que não leuem nenhũa cousa das defesas por meu regimento, e disso lhe passará suas certidoes que seraõ feitas pelo escriuaõ da feytoria da dita fortaleza que não levará mais de seu salario que dez reis por cada huã dellas, sob penna de todo o que assy não comprir e for contra o que mando e ordeno nesta carta de ley perderem os taes navios com tudo o que nelles se achar, as duas partes pera minha fazenda e a outra pera quem os acusar, que se executará nos culpados e reueis muito inteiramente. Noteficoo assy ao capitaõ da dita fortaleza de Cananor, Ouvidor geral do crime da corte da India, feytór della, mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e inteiramente façãõ comprir e guardar da maneira que se nesta dita carta contem sem dunida nem embargo algum, a qual será apregoada na dita fortaleza de Cananor e seus lugares publicos, e registada na sua feytoria pera a todos ser notório, e se saber a todo o tempo como assy o mando e ordeno pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sellõ das armas reaes da coroa de Portugal a vinte seis de nonembro. El Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Viso Rey da India &c. Antonio Barbosa a fez anno da nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e dons. Luis da Gama o fez escrever.—
O Viso Rey.

116.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta virem fáco saber que auendo eu respeito aver muitas pessoas que em nauios ligeiros seus, e de banianes, mouros, e gentios navegaõ pêlo mar da costa da India e pera os nossos porto e lugares do norte e sul trazendo os taes nauios soldados e marinheiros canarins e tambonas desesquipando as minhas armadas dellas, e alem disso taõ desafortadamente trataõ em pimenta contra fortuna das minhas defesas, que resgataõ e compraõ com outras fazendas em Batequala, Rio da pedra, Carnate, Ilheos de Santa Maria, Bacanor, Magiçiraõ, Cumbio (sic); Canhároto, Melichiraõ, Marabia, Baleapataõ, Trinapataõ, Maim, e Rio do Sal, Chalé, e Tanor, e outros portos e lugares do Canasá e Malauar donde não ha fortalezas minhas, leuando a elles mantimentos e outras fazendas de que os seus moradores tem necessidade sem de huma e outra cousa me pagarem direitos nenhuns pelos usurparem as minhas alfandegas. e recebendo nos ditos portos os Portuguezes e vassallos meus que a elles vão fazer o tal resgate dos seus moradores muitas afrontas e avexações que desimulaõ pelos grandes interesses que tem em tratar nos taes portos em pimenta e outras fazendas que leuaõ a Cambaya e mais lugares do norte donde as embarcaõ pera o estreito de Mequa e portos de inimigos do meu estado da India sem pagarem direitos dellas nas minhas alfandegas, sendo muitas vezes tomados dos Malquares e d'outros inimigos com que enriquecem e se fazem mais poderosos, como de tudo foy informado o meu Viso Rey que ora he da India, e a experiencia de muitos annos o tem mostrado, e querendo nisto prouer da maneira que se entem estas desordens taõ prejudiciaes a meu serviço e ao diante podiao acontecer, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçao della em diante nenhum nauio ligeiro asy d'esporeaõ como

calamutes, e cotacoulloës, e sanguiceres nauéguem nem possaõ nauégua do norte pera o sul, nem do sul pera o norte sem expreça licenca do meu Viso Rey que ora he da India e sem primeiro registrar com o guarda-mor da cidade de Goa, e ser visto por elle na franquia do porto della, e leuarem sua certidaõ que lhe passará nas costas da dita licença, da qual certidaõ naõ leuará mais sallario que o que lhe esta ordenado per regimento, e azendo de nauégua com a dita licenca pera o sul o poderãõ fazer e ir carregar aos portos somente onde ouner feitorias minhas, e naõ a algum dos acima declarados que lhes prohibo e defendo, e apresentaraõ escritos dos capitaes de como a ellas foraõ, que naõ valeraõ mais que até os entregarem em tempo conueniente no porto da dita cidade de Goa ao dito guarda mor della sob pena de toda a pessoa que assy o naõ comprar e for contra esta defesa perder o tal nauio, e os que forem achados nelle, com pimenta morrerem morte natural, e os marinheiros serem catiõs para sempre para as minhas galles sem remissaõ, e os nauios que forem achados nos rios, e portos desesos por esta minha ley, e trouxerem soldados ou marinheiros das minhas armadas sem expreça licenca do capitaõ mor dellas, serem perdidos: e tomados como se foraõ nauios de piteas com as fazendas que nelle se acharem, ametade para as despesas do dito estaplo da India, e a outra para quem os accusar, e sendo pimenta se lhes dara de minha fazenda a valia da parte que lhe couber em dinheiro de contado, nas quaes penas ey por encorridos os ditos nauios e as pessoas que nelles andarem sendo logo tomados, mas a todo tempo que constar e se lhes provar que foraõ contra esta minha defesa, para cujo effeito mando que se deuassee sobre isto todos os annos; e asy seraõ perdidos os nauios que constar serem de paneanes, assy d'esporaõ, como calamutes, como cotacoulloës, posto que nelles andem ou se achem Portuguezes, e toda a pessoa que os accusar ou descobrir averaõ para sy um nauio de merce, e sera perdoado da pena em que encoirres por ter andado nel-

le, dando todavia a terça parte da valia do dito navio que aplico pera os resgates dos captivos das ditas partes da India, que será entregue na Misericordia da Cidade de Goa ou na de Chaul aos provedores e irmãos da dita casa pera os despendar nos ditos resgates e não em outra cousa de que apresentará certidão. Notifico assy ao meu ouvidor geral do crime do estado da India, e a todos os capitães môres das minhas armadas, capitães das fortalezas das ditas partes, ouvidores dellas, e mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se contem nesta minha carta de ley e defesa sem duuida nem embargo algum por quanto o ey por bem e muito serviço de Deos e meu, a qual será apregoada na cidade de Goa e em todas as mais cidades e fortalezas minhas da costa do norte e do sul, e registada nos livros dos registos das suas Camaras e feytorias pera que seja notorio a todos e sempre se sayba como assy o mando e defendo pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a x de Dezembro. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India. &c. Estevão Nunes a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e dous. Luis da Gama a fez escrever—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 17)

1593.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

117.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emnio muito saudar. De vosso procedimento no gouerno desse estado espero ter sempre tais nouas e tão boa enformação que respon-

deu em tudo á grande confiança com que vos encarreguei delle, crendo que vossas obras o manifestarão assim claramente, e que de vossos intentos nellas fundados nesta vossa tamanha obriguacão soubera se tinera cartas vossas pellas náos do anno passado, de que atégora não he cheguada ao porto desta cidade mais que a náõ São Christouão, de que veio por capitão João Trigueiros, e não ha ainda nouas das náos Bom Jesu e São Bernardo que prazera á Deos attribuião a Moçambique, e será seruido trazellas a saluamento, e a náõ Santa Cruz foi cometida de muitos cosairos na paragem da Ilha do Coruo per tal modo que uendosse que se não podia salvar delles o capitão della Antonio Teixeira de Macedo lhe fez pôr fogo e a queimou, procedendo nesta resolução com accordo e de maneira que me ouue delle por bem seruido, e a náõ capitania que depois veio ter á dita Ilha foi demandada dos meemos cosairos com que pelleion por muito espaço de tempo fazendo muito dano nellos que preuilecerão tanto por serem muitos que a renderão, não sendo inda cheguada áquella paragem huã grossa armada que mandei fazer per conta da coroa de Castella, podendo já então lá ser conforme ao tempo em que partio e ordem que mandei dar ao capitão mór e capitães della, deixando de a mandar a outros effeitos mui importantes pera que era muito necessaria, por segurar as náos da India que antepus a tudo, demonstracão pera os meus vassallos deste Reino e desse estado uerem quanto folgo de mandar acodir ao que lhes conuem inda em tempos que ha outras cousas que obriguão a se ter tanta conta com ellas como com todas as de mór obriguacão. E por o capitão mór se não ir logo direito á Ilha do Coruo aconteceraõ estes desastres, de que elle se escuzou com que nas outras Ilhas onde se detene cursaraõ os ventos contrarios com que não pudera demandar logo aquella paragem. E quanto mais e isto procurou preuenir com remedio necessario e bastante, e tanto á custa de minha fazenda, tanto mais uenhi, sendo pera isso huã das principaes causas a desconuillação e perda que receberão meus vassallos, que por

que tambem fosse grande pera minha fazenda, a sua delles ouue por mais particullar. E pera que naõ succedaõ ao diante semelhantes desastres tenho ordenado que seja todos os annos armada desta coroa de tantos, taõ bons navios; stãõ bem apercebidos como õnquerem, pera que andem no mar desde Abril até Outubro; e mais se mais for necessario; e que quando comprir se juntem a ella mais navios da armada da coroa de Castella, e seja o capitão mór, capitães e fidalgos criados meus, e soldados que nella forem taes como os que agora naõ na armada que se porto desta cidade se uay acabando de apesceber pera logo partir, de que todos meus vassallos se deuem contentar e satisfazer muito sabendo que esta ordenado que aja todos os annos armada portugueza pera se empregar em dar guarda e recolher as naõs que vem dessas partes; e aos mais navios dos senhores e conquistas deste Reino, e assi aos que tem comereios nelles. E posto que com a chegada destas naõs se entenderã mais largamente tudo o que nesta vos diguo asi sobre o que he passado como acerca do que de nouo mandei ordenar, sera bem que o saibaõ de vós naõ somente os fidaigues e pessoas a que isto mais depressa pode chegar, mas tambem as cidades e povos com que por meu seruiço se deue ter conta escreuendolhes sobre isso, e comunicandoo as ditas pessoas, significando a todos a huns de pallaura, e a outros por cartas que eu uolo mandei. E porque a naõ Saõ Christouaõ naõ trouxe vias nenhuas e as que uinhaõ nas duas que seperderaõ se naõ saluaraõ, naõ tãe das cousas desse estado, a enformação que conuinha pera vos poder mandar escreuer o que sobre as materias delle ounessa por meu seruiço sendo todas de tanta importancia como tereis entendido. E porque alguã sobre que vos tenho ja mandado escreuer os annos passados de 91 e 92 de que naõ pude ter resposta, nessa, saõ de quallidade pera vallas deuer tornar, e encomendar em quanto naõ sei de effeito dellas, e ha tambem outras de que mandei tomar alguã entormações, me pareceo mandarnos nesta o que ey por bem que se nellas faça; e vos encomendo e mando que daqui

em diante não venha não nenhuma dessas partes sem trazer huã via das cartas e papeis que me enuiardes por que não possa ficar sem ellas como aconteceo nas náos deste anno, que foi inda mais pera sentir por tambem o anno atrás não ter vias; e pera que sempre tenhaes as minhas tenho mandado que em todas as náos vão tambem de cá, como se começa a fazer este anno, e confio que no comprimento de todas as cousas de nossa obrigação procederéis sempre tão inteiramente que não faça nenhuma falta não vallas mandar escreuer tão particularmente como fizera se este anno tivera cartas vossas.

II. Per cartas e outras enformações de alguns fidalgos e pessoas que me seruem nesse estado e delle uieraõ entendi que sentiaõ a perda que desiaõ receber de eu ter mandado que se não passassem aos capitaes que uão entrar em suas fortalezas alguã das prouisoões que os Visorreis e Governadores delle lhe costumauão passar; e porque antes de me resolver nesta materia se uio tudo o que nella auia com intento de mandar fazer nisto justiça aos moradores das fortalezas em cujo perjuizo eraõ as taes prouisoões com dano das consciencias dos que o deuiaõ evitar, porque inda que he muita rezaõ fauoreceremse os capitaes em suas fortalezas, sempre se isto deue entender salua a principal obrigação, vos encomendo e mando que façais guardar muito particularmente o que nisto tenho ordenado sem dispensação alguma, dando a entender aos interessados nisto quanto mór interesse he o da consciencia propria e justiça deuida ás partes que redundam tambem em fazenda, pois a má aquerida se logra peor, de que não deixa de auer exemplos, e folguaria em que com uossa doutrina nisto os ouesse daqui em diante ao contraio dos pasados pera se deuerem imitar e seguir.

III. E assi tiue enformação de como os moradores de Chaul recebiaõ assentarsse alfandega naquella cidade, e porque entendi que faziaõ sobre isto algumas queixas torneia mandar uer alguns pareceres que estauã tomados sobre esta materia antes de me resolver em se

asentar a dita alfandegua ; pello que de presente não ha que tratar deste negocio até não uer reposta uossa ás cartas que sobre isto vos mandei escreuer nas náos dos annos de 91 e 92, pera com ella vos mandar o que nisto ouuer por meu seruiço, e espero que mo tenhaes feito em este negocio estar quietamente acabado.

IV. Tambem me pareceo que deuia saber a causa porque se não socorreo a Dom Fellippe princepe de Candea depois de ser aleuantado por Rey ; e porque pellas enformações que disto mandei tirar se não pode entender o estado em que ficaua aquelle Reino, inãa que se deue esperar que com a chegada das náos deste anno me escreuaes que as cousas delle estão como se espera, me pareceo mandaruos encommendar muito encarecidamente acudaes a esta materia como a importancia della o pede conforme ao que vos tenho mandado escreuer largamente nas vias dos ditos annos.

V. E porque fui enformado que por causa do muito dano que a moeda dos Xerafins tinha feito nesse estado ordenareis que na dos Realles de prata que não deste Reino não ouuesse mais serrafagem que a rezaõ de 15 por cento, vendo o muito dano que esta taxa fará ao dinheiro do contrato da pimenta e ás partes que o leuaõ á India, vos encomendo e mando que loguo tireis a dita taxa, e se torne a uallia da sarrafagem dos Realles e mais moedas que correm nessas partes ao estado em que estanaõ quando chegastes a ellas até me enformardes muito particularmente das rezoões que ha pera auer esta taxa ou deixar de auer, e vos mandar esereuer o que ouuer por mais meu seruiço que se nisto faça, e no que toca a se extinguirem os Xerafins vos tenho mandado por minhas cartas que se não laurem de nenhũa maneira com ligua nem sem ella, e de nouo uolo torno a encommendar por ser materia de que tenho entendido que resulta muito dano a meu seruiço e aos morádores desse estado, e espero que me escreuaes que a tendes remedeada.

VI. E por ser de tanto enconueniente a meu seruiço

e á reputaçãõ desse estado, como tereis entendido, deixar-se fazer á Rainha da Olala a fortaleza que fez junto á de Mangalor, vos mandei escrever nas vias dos annos de 91 e 92 que procurasseis com effeito de se derrubar, e acabasseis de fortificar de todo a de Mangalor, que por ser da importancia que tereis entendido me pareceo deuernolo tornar de nouo a encomendar.

VII. Tambem quis ser enformado se se fizeraõ pazes com o Samorim, e se tinha entregue o dinheiro que lhe fora dado pera a pimenta, e estava derrubada a fortaleza de Cunhale, sobre o que vos tenho mandado escrever nas duas armadas passadas; e porque de todas estas materias naõ tiue bastante enformaçãõ, inda que creio que em todas ellas tereis procedido conforme ao que vos tenho mandado por serem de tanta consideraçaõ, me pareceo tornaruola tambem de nouo a encomendar muito particularmente.

VIII. O Gouernador Manoel de Sousa me escreueo em resposta do que lhe mandei nas náos do anno de 89 sobre se cercar a cidade de Cochim que eu deuia escrever a El Rey de Cochim sobre esta fortificaçaõ pera se dener fazer por ordem sua mostrando ter delle a confiança que cuida que suas obras merecem, porque contra sua vontade entendia que naõ era possiuel poderse intentar, e posto que mandei tomar resoluçaõ nesta materia na forma que tornei a escrever no mesmo anno ao dito Manoel de Sousa, me pareceo pello que sobre ella me tinha escrito advertirnos nas vias do anno de 91 que entendendo vós que se podia ter alguma segurança deste Rey correr bem com a fortificaçaõ daquella cidade se tratasse com elle na forma que mo tinhaõ apontado, e que quando vos parecesse que naõ consentiria nella, procedesseis neste negocio conforme ao que tenho mandado; e por ter entendido depois da chegada da náõ São Christouãõ que naõ he feita nenhuma diligencia com El Rey de Cochim sobre esta fortificaçaõ, vos encomendo que cumpraes inteiramente o que sobre esta materia mandei nas vias dos annos de 89 e 91.

IX. E porque he de taõ grande importancia deffenderse por todas as uias naõ auer nenhum trato em pimenta nas fortalezas desse estado, cousa que se deuera já acabar de entender de todos por taõ contrairá á honra propria como a meu seruiço, mandei ao Governador Manoel de Sousa fizesse sobre isto tirar deuassas e as mais diligencias necessarias, e me escreueo que encomendara particularmente aos capitaes das fortalezas e justiças dellas fizessem estas diligencias, e lhe enuiassem presos os culpados para se proceder contra elles. E porque tambem me escreueo que com todas estas preuenções naõ faltaua quem tratase em pimenta, que he caso grave e digno de rigurozo castigo, pois nelle se esquecem tanto os homens do que deuem a meu seruiço e a sua honra, vos mandei escrever nas vias do anno de 91 que procurasseis de ter intelligencias pera saber os que saõ culpados nisto e os castigasseis com rigor conforme a meus regimentos e ao que vos mandei pella Instrução particular que leuastes sobre esta materia da pimenta, que de nouo vos torno a encomendar, e em especial que tenhaes particular cuidado de mandar deusar das pessoas que se acharem comprehendidas e proceder contra os culpados nella sem moderação nem excepção algũa, as quaes devassas me enuiareis per uias, e vos encoinoando outra ues que procedaes nisto conforme ao que pede a quallidade deste caso e com taes demonstrações em effeito que se acabe de dar no remedio disto.

X. Pellas uias dos dous annos passados vos mandei escrever como entendi por carta de Manoel de Sousa que tendo o Visorrey Dom Duarte dado ordem como se fortificasse a fortaleza de Manar por ser cousa de tanta importancia pera a naueguação do sul, naõ fizera nisto nada Joaõ de Mello que entaõ era capitão da mesma fortaleza dando os moradores della dous mil cruzados pera este effeito, e que tinha mandado a Nuno Fernandes de Ataide que hia entrar nella que a comesase logo a fortificar, pera a qual allem dos ditos dous mil cruzados applicara dous mil pardãos do rendimento dos car-

tazes, encomendandouos que fizesseis proceder nesta fortificação de tal maneira que se acabase com a brevidade que conuinha; e pedisseis conta ao dito João de Mello da causa por que não fez o que foy mandado, e entendesseis se fizera o dito Governador com elle esta diligencia a qual se devia sempre fazer com os capitães e ministros que tivessem a seu cargo cousas que não fizessem, porque este he o officio de quem governa pera não ficar com a mesma culpa dos inferiores, e porque pelas enformações que depois tiue tenho entendido que não he feito nesta materia cousa algũa, vos encomendo procureis que se faça esta fortificação.

XI E tambem me enformei do que estaua feito na fortificação que mandei fazer na fortaleza de Ceillaõ, e como se procedera na uiagem da China de que fiz merce pera este effeito, e se andaua algũa armada em guarda daquella fortaleza como tinha mandado, e porque sempre se entendeo que a fortaleza de Ceillaõ he de muita importancia, e que se deve conseruar por todas as vias, vos encomendo e mando muito encarecidamente que cumpraes inteiramente o que sobre esta materia vos tenho mandado escrever, e deis á execucao esta fortificação guastandose nella tudo o que resultar desta uiagem da China sem se alterar nisto cousa alguma do que tenho mandado, de que me auisareis particulamente.

XII. E porque o dito Governador me tinha escripto pellas naos que dessas partes uieraõ o anno de 90 que procuraua que se fizessem muitas fundições de artilharia nesse estado por se auer mister muita pera as armadas e fortalezas delle, e que inda assi não podia deixar de auer sempre muita falta della, lhe mandei escrever que trabalhasse de se ter nesse particular a conta que he rezão, e que pois vinha tanto cobre da China todos os annos e auia tanto aparelho pera se fazerem muitas fundições, procurasse de as fazer, pera o que lhe foi deste Reino hum fundidor allem do outro que auia nessas partes filho de Francisco Dias; e porque sou enformado que ha muita falta de artilharia nesse estado, sendo materia tão impor-

tante pera a conseruação delle, vos encomendo muito encarecidamente trabalheis por se fazerem as mais fundições que for possível e de prohibir que se não armem nenhũa náos dos capitães e mercadores com minha artelaria, e neste particular façaes cumprir inteiramente a prouisação que sobre isso tenho passado com todo o rigor della, porque se así se não fizesse, que não creio, não vos podereis queixar de falta de artelaria pois em vossa mão estaua auella em abastança.

XIII. E porque em todos os annos tenho mandado escrever aos Visorreis desse estado e a vós nas armadas dos dous annos passados que em todas as náos que uirem pera este Reino se enuie a meus almazens todo o salitre que puder ser, e ha alguns annos que não uem nenhum, nem uinha nas náos da armada do anno passado, segundo se tem entendido, sem se saber a causa que se pode mal dar a não uir algum em cinco náos quando não pudesse ser muito, vos encomendo que em todo caso procureis de mandar o mais que puder ser pella muita necessidade que delle ha neste Reino pera minhas armadas.

XIV. E por ter entendido quanto importa á conseruação desse estado, e em especial á fortalleza de Malaca procurarsse por todas as uias, a amizade del Rey de Pegú, e tersse com elle toda a boa correspondencia, posto que nas armadas dos dous annos passados uolo tenho así mandado escrever, por ser esta materia de muita consideração me pareceo deuerola tornar a encomendar de nouo, e que particularmente me aniseis de como procede este Rey com a amizade do estado, e se ouue nas guerras que os annos passados teue com El Rey de Sião; e posto que no pasado ouuesse algum descuido da sua parte (de que atégora não sei nada) ordenareis a sua redução em meu serviço per modo que o segureis nelle.

XV. E posto que pela armada que pera essas partes foi o anno passado tenho mandado prouer nas desordens que corriaõ no pagamento que geralmente se faz nelleas de diuidas uelhas com tanto dano de minha fi-

zenda e das pessoas a que se deviaõ correndo nisso per modos muito illicitos e contra o serviço de Deos e meu, e vos mandei escreuer que se não paguassem senão a seus proprios donos quando as rendas desse estado o permitissem, porque auendo nisto igoaldade nem as partes uenderiaõ seus papeis, nem aueria quem lhos comprasse, e se contentariaõ com o que se lhe delles podese pagar, e de esperarem tempo e coniunção pera isso, vos encomendo que nisto tenhaes tanta aduertencia como este caso pede.

XVI. E porque pellas armadas passadas vos tenho mandado escreuer que por alguãs rezoões que me a isso moueraõ auia por bem que as uiagens de Maluco se contractassem com os prouidos dellas por se auer este meio por mais conueniente allem de uolo ter assi mandado na quinta Instrução que leuastes, vos torno de nouo a encomendar que nesta forma procedaes com todos os prouidos destas uiagens, e me auiseis dos que as foraõ já fazer por este modo e do que resultou dellas a minha fazenda.

XVII. E por me o dito Gouernador escreuer que tinha feito concerto com a cidade de Baçaim sobre as serrafagens com parecer dos desembargadores e officiaes da fazenda desse estado, de que dizia que me mandaua o treslado que não ueio, vos mandei nas vias dos annos passados mo enuiasseis pera o mandar uer e prouer nisto como ouuesse por bem. E assi me escoeneo que os moradores daquelle cidade me fizeraõ liuremente serviço dos direitos da imposição pera a fortificação da mesma cidade sobre que traziaõ letigio, e que tinhaõ ordenado de fazer poluora nella como o tenho mandado. E assi me deu conta de outras alguãs materias da mesma cidade, a que pellas armadas dos annos passados vos mandei escreuer o que auia por meu serviço que se nellas fizesse. E porque conuem mandar ver o concerto que se fez com a dita ciadde, em caso que mo não tenhaes enuiado nas mãos que este anno se esperaõ, vos encomendo que por vias mo enuieis nas primeiras..

XVIII. Tambem me escoeneo que fora coisa muit

necessaria terlhe mandado que se fizesem liuros novos da matricula, e que conforme a prouisaõ que mandei no anno de 89 tinha ordenado que se procedesse neste negocio que, pör ser de tanta importancia como tereis entendido, e nisto, uolo encomendei particularmente nas Instruções que lenastes; e porque sou enformado que naõ he feito atégora nesta materia cousa alguã sendo de tanta consideraçã darse remedio a ella pellos muitos danos que minha fazenda recebe de se proceder nos pagamentos desta matricula como atéqui se fez, allem dos outros maiores das consciencias dos que nisto se descuidaõ, vos ey de nouo por repetidas as ditas Instruções, e vos encomendo, que nas primeiras nãos me enuieis a repostã de todos os particulares e dependencias desta materia, que espero sera de correr em execuçaõ o que nisto por tantos e bons respeitoos tenho mandado.

XIX. E por ter entendido que era fallecido Xequé Joete depois de se ter ordenado que se uisse o seu negocio em Rellaçaõ como o tinha mandado, e lhe ficára hum filho de pouca idade a que pertencia a auçaõ de seu pai, e sua mai me escreuer tambem sebre esta materia em que tenho já provido na forma que leuastes por uossas Instruções, vos mandei escreuer pellas nãos passadas que o caso da successã que sua molher pede pera seu filho o mandasseis uer pellos desembargadores uessas partes, e que me enuiassem huã relaçaõ da justica que tem no Reino de Ormuz com a sentença que tiuessem dado, e que me adisasseis se se noteficou a ElRey de Ormus o seguro que lhe mandei dar delle, e se se presumia que o mandara matar com peçonha como sua may dizia em sua carta, e ordenasseis que o dito Rey naõ lançase maõ da fazenda que delie ficou; e assi vos mandei que constandonos que a molher do dito Xequé Joete tiuesse necessidades sem remedio pera ellas lhe fizesseis alguã merce em meu nome pera sua sustentaçã, o que tudo de nouo vos torno a encomendar.

XX. Tambem me escreueo o dito Gouernador que mandara a Ormuz e a Mascate Joaõ Bautista engenheiro

mor, e que, depois de ter liato a fortaleza, e traçado as obras que lhe parecerão necessarias pera sua deffensão ordenara em Mascate, como se fizesse hum baluarte pequeno, em hum cabeço fronteiro da fortaleza noua donde se lhe podia fazer dano com a artilharia, e posto que o dito João Baptista me tenha escrito pelas mãos do anno de 90 huã carta larga sobre as fortalezas desse estado, todavia por se saber a uerdade e certeza do que estaua, feito e modo em que nellas se tinha procedido era necessario ter muitas enformações com todos os particulares dellas, pello que vos mandei escrever pellas armadas dos dous annos passados fizesseis correr com as fortificações das ditas fortalezas, e em especial com as de Ormuz e Mascate, e me enuiasseis as traças de tudo como uolo tinha mandado pela primeira Instrução que leuastes, o que de nouo vos torno a encomendar, e porque tenho entendido que a que se fez na fortaleza de Mascate he necessaria pera sua deffensão, a fareis acabar de toda com breuidade se isto assi já não estiuer feito.

XXI. O dito Governador me escreueo tambem que tiuera huã carta do Xa Rey da Perssia de que me enuiou o tresiado na qual pedia embaixador, e queria renouar a antiga amizade que seus antepassados tiuerão com esse estado, e que detremina de lho mandar em meu nome tanto que tinesse occasião pera isso, e lhe iria escreuendo mostrandohe quanto contentamento terei de seus bons sucesos uendo quam importante he sua amizade pera tudo, e eu vos mandei escrever pellas armadas dos dous annos passados que pois pedia embaixador, que he o que sempre se dozeiou, que se deste Reino o não mandasse achando vós nesse estado pessoa de confiança e experiencia ordenasseis que leuasse as cartas que lhe mandei escrever fazendo nesta materia com este Rey todos os bons officios que entenderdes que conuem a meu seruiço, e posto que não tiene mais enformação do estado em que ficaua nas guerras com o Turco que cuidasse que está com algũa quebra de

nouo vos encomendo que ordeneis de lhe enuiar embaixador como o tem pedido que tambem lhe leuará ás cartas que lhe escreuo pellas náos deste anno pera melhor se poderem conseguir todos os intentos que desta amizade e communicacão della se podem pretender.

XXII. E por não ser de menos consideracão antes de mais obriguacão terse enformaçã do estado em que está o Preste João nas cousas da christandade e na amizade desse estado, e ter entendido que o Visorrey Dom Duarte trabalhou muito por abrir caminho pera se comunicar com elle escreuendolhe muitas ueses e aos principes de seus reinos pera por esta via tratar de o reduzir á obediencia da Igreja Romana, vos mandei escrever nas vias dos annos passados que por esta obra ser tanto do seruico de Deos e meu fosseis continuando nesta mnteria porque tambem me escreueo o Gouernador Manoel de Sousa que mandára de Ormuz Religiosos da Companhia de Jesu com presente e cartas pera o mesmo Preste João, e pera com a presença delles se animarem os catholicos, e por esta materia ser da importancia que uedes, vos encomendo muito encarecidamente que procedais nella na forma em que uolo tenho mandado e leuastes por nossas Instruções, e vos enformeis muito particularmente se por uia da costa de Melinde se poderá por ventura com mais facilidade pasar ao Preste e aos Portugueses que residem em suas terras, o que ordenareis logo se ponha em ordem se for posiuel, pois os portos do mar do dito Preste estão occupados pello Turco, e de tudo o que nisto passar e fizerdes me auisareis.

XXIII. E porque fui informado que estando Dom Jorge de Meneses Alferes mór em Moçambique fizera hum forte auendo que era obra proueitosa pera a deffensã daquella Ilha que depois soube que não era de nhũ effeito mandei escrever ao Gouernador Manoel de Sousa nas nias do anno de 89 que o não deixasse fazer, e vos mandei nas vias dos annos passados me auisasseis deste forte, e do effeito delle, e que dahy em diante se guardasse neste particular o que leuastes em nossas Instruções de que

espero nessa reposta, e de nouo vos torno a encomendar façaes inteiramente guardar a promissaõ que vos tenho enuiada per que deffendo que os capitaes naõ fação obras nenhũa em suas fortallezas sem especial mandado meu ou licença dos Visorreis desse estado.

XXIV. Pellas uias dos annos passados vos mandey escreuer que tinha entendido que na segunda ida de gual-lés de Turcos á costa de Mellinde se fortificára Mirale-beque capitão mor dellas em hum forte que estaua na entrada da Ilha de Mombaca, e se metera nelle com sua gente, pello que pareceo que seria muito conueniente fizesse huã fortalleza naquella Ilha assi pera a segurança da costa de Mellinde como pera se desmaginarem os Turcos de a poder fazer nella como se infere do que entaõ intentaraõ, e me affirmaraõ que se poderia ordenar nella alfandegua de ouio rendimento se fizesse a despeza da gente de guarniçaõ que nella estivesse encomendados que o fizesseis logo effectuar, e que pella lealdade com que procedera ElRey de Mellinde em meu seruiço auia por bem que se lhe entreguasse a cidade e Ilha de Mombaca em meu nome em quanto eu o ounesse por bem por me ter escrito o Governador Manoel de Sousa que a mandára pedir pera se aposentar nella, e que fossem capitaes da dita fortalleza os pronidos daquella costa, e que antes que desseis isto a uerdadeira execuçaõ tratasseis esta materia com os fidalguos e pessoas de experiencia dessas partes, e naõ achando contradiçaõ nella se fizesse logo esta fortalleza no lugar onde estaua o forte ou na parte daquella Ilha onde melhor ficasse, e quando naõ fossem de opiniaõ de se fazer sobrestivesseis nella e me enuiasseis nas primeiras naos as rezõs em que se fundassem por escrito assinadas por elles com vosso parecer pera uos mandar o que ounesse por meu seruiço, e porque fui enformado que ElRey de Quelfie se meteo naquella cidade de Mombaca e naõ quis despejar mandandolho vos requerer quando de Moçambique passastes pera a India por aquella parte, sobre que deuis ter já feito nesta materia o que conuem, vos encomendo

que deis á execuçaõ o que sobre ella vos tenho mandado pera que com effeito se meta de posse daquella cidade e Ilha a El Rey de Mellinde.

XXV. E assi uos escreui pellas uias dos annos passados como me auison o dito Governador que depois de ficar arrasada a fortaleza de Jor pela armada em que foraõ Dom Paulo de Lima e Dom Antonio de Noronha mandara o Rajalle pedir pazes a Dom Diogo capitão de Malaca a que naõ deferira por se entender que se hia fortificando em hum sitio muito forte pello rio dentro donde fora a primeira pouoçaõ, e que como este Rey se saluara com sua gente e thesouros arreceaua que sempre mouesse novas inquietaçõs, e por esta materia ser da importancia que tereis entendido vos mandei pellas mesmas uias tiuesseis muito particular cuidado daquella fortaleza de Malaca pera que estiuessse sempre tam bem pronida de armada e muniçoẽs como sem esta necessidade e occasiãõ compria, quanto mais ajuntandose de nouo ás passadas, e o que sobre tudo importa he impedir-se por todas as uias que se naõ torne a fortificar El Rey de Jor pellas rezoẽs que naquellas cartas se apontaraõ, pello que uolo torno de nouo a encomendar, e que procureis de atalhar os desenhos com que este Rey intenta fazer a dita fortaleza pera que ao diante naõ seia occasiãõ de dar novos trabalhos a esse estado.

XXVI. E porque inda he de mór importancia a materia do Dachem que com uosco tratei antes que de cá partisseis, e vos tenho escrito pellas uias dos annos passados e encomendado muito encarecidamente que naõ deixeis passar as occasiões que o tempo vos offerrecer, e que se possaõ effeituvar com o que esse estado puder dar de sy; vendo hora pellas enformaçoẽs que sobre isto mandei tomar que este reino do Dachem está na mesma deuisaõ que dantes estava, tenho por mui certo que tereis taõ particular cuidado de pôr por obra em qualquer occasiãõ que se offerrecer o que por tantas rezoes e fundamentos importantes e claros cumpre tanto a meu seruico, como he a grande confiança que té-

nho de acabardes esta empreza que sendo por este modo de se não pasarem as occasiões presentes, o auerei inda por nór serviço que se a fizessais com os apercebimentos que em outros tempos ella requeria e que forçadamente uiraõ a custar se o Dachein tornar ao estado primeiro.

XXVII. Tambem nos aui sei com me tinha escrito o Governador Manoel de Sousa que tiuera cartas do capitão de Maluco que a Ilha de Maquiem que he do senhorio delRey de Ternate era grande e de muito rendimento e ficaua aleuantada, e que por este respeito lhe começaua a fazer guerra ElRey de Tidore dezeiando de mandar huã armada aquellas partes pera com esta occasiã se poder cobrar a fortalleza de Ternate e posto que pela primeira Instruçã que leuastes e pellas nias dos annos passados vos tenho mandado o que neste particular ey por meu serviço que façaes, vos encomendo tambem agora que nesta materia tenhaes a uigilancia e cuidado que ella pede, e em que confio que tereis feito todo o bom officio.

XXVIII. E porque alguns dos Reis Arabios a que chamaõ Guizares pediaõ com grande instancia socorro a esse estado contra os Turcos de Baçorá, que se lhe não concedeo por se não auenturar a incitar o Turco contra o mesmo estado sem resultar disso nenhum bom effeito pera elle, nesta materia não tenho de nouo que vos encomendar senão que procedaes nella como vollo tenho mandado pellas vias dos annos passados.

XXIX. De alguns annos a esta parte se escreue pella uia da China que se levantará na Ilha de Japão hum tirano que em breues dias se fizera senhor de todos aquelles reinos, e mandara noteficar os Religiosos da Companhia que andauam naquellas partes promulgando o Euangelho se sabissem loguo fóra dellas e o não préguassem contra a lèy de seus antepassados, pelo que vos encomendei que em tudo o que pudese ser fauorecesseis aquella Christandade tão importante, em que tanto se tinha trabalhado com tanto fruito nella pera que se tornasse a restaurar; e porque por cartas de

Pero Martins, Prouinçial da mesma Companhia nessas partes, e de Alexandre de Valinhano que foi com os Japoês que a este Reino uieraõ, entendi que os Relligiosos da Companhia ficauã com esperança de este tyrano os deixar proseguir na dita conuerssaõ, recebi diso taõ particular contentamento como mo daõ todas as cousas desta qualidade, e vos encomendo muito de nouo que procedaes em tudo isto na forma em que os annos passados uolo tenho mandado escrever.

XXX. Pellas uias dos annos passados vos mandei escrever como era enformado pella cidade de Damaõ que huã das causas porque se tomára fora pera se fazer nella alfandega, que se tinha por de mais importância pera meu seruico que todas as outras porque acodiria a ella todo o commercio do Malauar e partes do sul que agora uay a Cambaia, e que poderia importar o rendimento desta alfandegua pera minha fazenda cento e cincoenta mil pardãos porque muito mais uallia a de Cambaete, e porque sobre esta materia vos tenho mandado escrever vos enformaseis muito particularmente della e me auisasseis do que achasseis com uosso parecer, se por as. náos que este anno se esperaõ o não tiuerdes feito, ou ficasse ãnda alguã cousa de que me auisar, vos encomendo que pellas primeiras o façaes taõ particular e meudamente como este caso o pede.

XXXI. O aluitre de Dona Catherina minha prima auei por encomendado na forma em que vollo mandei escrever os annos passados pera conforme ás prouisoões porque delle lhe fiz merce se lhe dê todo o bom despacho e auiamento. Escrita em Lisboa a 15 de feuerей de 593.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrei da India—segunda via,

(Livro 2.º fl. 126—5.º via fl. 195)

118.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pellas vias dos aunos passados vos tenho encomendado muito particularmente faoreças os menistros do Santo Officio nas materias de sua obrigaçaõ pera que possaõ proceder nellas taõ inteiramente como conuem. E por ser enformado que os Visorreis e Governadores desse estado costumauaõ a lhes fallar e enterceder por alguãs pessoas dos culpados e prezos (materia muito perigosa, e de que podiaõ resultar muitos inconuenientes) vos mandei escreuer que vós nem vossos sobcessores nesse gouerno fallaseis em causa de pessoa alguã de que ouuesse culpas aos ditos Inquisidres, e vos encomendei que os respeitasseis como lhes he deuido por menistros de tal ministerio, e que ordenasseis como fossem muito bem paguos de seus ordenados, o que tudo de nouo vos torno a encomendar mui encarecidamente. E porque possaõ ficar mais liures na administraçaõ de sua obrigaçaõ, ey por bem que daqui em diante lhe façais assentar e consinar os ordenados que por minhas prouisoẽs haõ de auer de minha fazenda em huã das rendas da cidade de Guoa, e do que em tudo isto fazedes me auisareis particularmente. Escrita em Lisboa a 15 de feuerreiro de 593.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Vissorey—2. via.

(*No subscripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India—2.^a via.

(Livro 2.^o fl. 217—3.^a via fl. 123—5.^a via fl. 208)

119.

Visorrey amiguo. Eu ElRey vos enuio muito sandar. O Bispo de Cochim Dom Frei André de Santa Maria me enuion huns apontamentos de alguãs cousas tócentes a See daquelle cidade, e primeiramente se queixa de lhe não ser feito pagamento de seu ordenado, nem dos que de minha fazenda haõ de auer os menistros daquelle See; e posto que elle prétende lhe seiaõ paguos na renda do Betre como escrette que os annos atras se uella paguauaõ, entendendo que não pode ser, porque sou enformado que esta renda está applicada aos pagamentos da Relaçã de Guoa; pello que me pareceo encomendarnos que ordeneis que na alfandegna de Cochim seiaõ os ordenados do dito Bispo e Cabido taõ bem paguos que não chegue mais a mim esta queixa, nem seia ella causa de o dito Bispo mandar sua procuraçã a este Reino pera renunciar o Bispado, sendo rezaõ que onde elle e seus menistros residem se lhe paguem seus ordenados.

II. Também diz que naquelle See ha muita falta de ornamentos por serem quasi acabados todos os que nella ania que se deraõ em tempo delRey Dom João meu senhor que Deos tem, pedindome que deste Reino mandasse fosse provido dos necesarios que se não podem esençar pera o culto diuino. E porque auendo nesse estado tantos brocados, brocadilhos, e cedas de que se elles podem fazer á custa das rendas do mesmo estado, he pera estranhar pedirensse de qua estas cousas, nem he pera admetir dizersse que pera ellas falta dinheiro, quando ha tantos aluitres de que se isto pode fazer em falta do rendimento de minha fazenda, uos encomendo.

mando deis ordem como se façã os ornamentos necesarios pera esta See precedendo primeiro inteira enformaçã dos que ha nella, e dos que ao presente tem necessidade, o que asi fareis de qualquer aluitre que ouuer, deixando em vós a execuçã que entenderdes que se deue dar neste particular, e o mesmo cuidado vos encomendo que tenhaes das outras Sees e igrejas de minha obriguaçã.

III. E assi me foraõ dados outros apontamentos dos frades da Ordem de São Francisco, e antre outras cousas que nelles me pedem he que aja por bem que não entrem outros Relligiosos no reino de Ceilhaõ senaõ os daquella Ordem pela muita confusaõ que diso recreceria, que me pareceo denerlhe conceder pellas rezoens que pera isso ha, e vós encomendo que assi o façaes cumprir.

IV. E porque ha muitos annos que tenho escrito aos Visorreis desse estado que façã comprar huãs casas que estaõ encostadas ao dormitorio do seu mosteiro de Guoa pera se poderem meter dentro no mesmo mosteiro, vos encomendo que logo façaes comprar estas casas por sua justa uallia, porque não conuem em cousa desta quallidade ser necessario escreuer sobre ella ha tantos annos sem se azabar de dar á execuçã o que nisto tenho mandado.

V. E assi ouue por bem de lhe mandar confirmar por minha prouisaõ os tres mil reis que aniaõ cada mes á custa de minha fazenda pera paguarem as mesinhas que se guastaõ na cura dos doentes daquelle mosteiro.

VI. E porque tambem me pedem lhe mande dar alguã sustentaçã pera os Relligiosos que andaõ na conuersaõ de Coulaõ e Callecoulaõ, vos encomendo que conforme as necessidades que tiuerem lhe mandeis acodir da renda dos paguodes, que sou enformado que está applicada pera os christaõs nouamente conuertidos, com o que vos parecer necessario pera sua porçaõ, e não auendo naquellas partes esta renda dos paguodes de que lhe possa applicar o necessario pera sua sustentaçã, os proucreis de alguã esmolla pera poderem ir por diante desta conuersaõ.

VII. E porque tambem trataõ de pedirem esmolla pera se fazerem alguãs casas da sua Ordem que estaõ por fazer e outras cubertas de olla, vos encomendo pera as que tiuerem necessidade de se lhe acodir com concerto appliceis algum aluitre com que se possam reformar e concertar do necessario.

VIII. Dom Frei Matheus Arcebispo de Guoa me escreueo que por respeito de sua idade e indisposiçoẽs lhe seria necesario mandarlhe deste Reino hum Bispo Coadjutor ou outro algũ de anel pera por elle uisitar as partes mais remotas do seu arcebispado; e porque em huã cousa e outra se offerecem inconuenientes, me pareceo deue-lhe significar em huã carta que lhe madei escreuer que seria mais conueniente fazer elle renunciaçãõ em forma do dito arcebispado como se delle tem entendido que he disto contente, de que me pareceo auisaruos pera que nesta materia façaes com elle todo o bom officio se uos parecer necessario pera o conseruardes em seu bom proposito, e de maneira que receba elle disso consolaçãõ pois ha tantos annos que procede com virtude e exemplo, e do que com elle nisto passardes vos encomendo me auiseis.

IX. Eu sou enformado que o hospital dessa cidade de Guoa está de todo arruinado e quasi pera uir ao chaõ, e que nelle se curaõ cada anno de 400 até 500 doentes, e que allem de estar neste estado estaõ as enfermarias e officinas delle taõ mal repartidas e apertadas que os doentes padecem nelle incomudidades quasi sempre e falta lugar pera se poderem curar os que a elle uem de nouo, e por esta materia ser taõ pia e necessaria pera o remedio dos soldados pobres que me seruem nas armadas desse estado vos encomendo e mando ordeneis logo como se faça de nouo o dito hospital no proprio sitio e chaõ onde hora está, que sou enformado que he bastante e muito a preposito pera se nelle fazer esta obra, ordenandolhe a traça que vos parecer conueniente e mais comoda pera a cura dos doentes. E sendo necessario como me he dito hum lanço de casas pequenas que estaõ junto delle as comprareis pera mais perfeitamente se poder or-

denar, as quaes sou enformado que poderaõ custar até novecentos pardaos. E para esta obra em quanto ella durar se applicaraõ todas as penas da Rellaçaõ dessa cidade; o que asi cumprireis inteiramente porque de o asi fazerdes receberei muito contentamento, e me auisareis nestas náos do que nisto tiuerdes feito.

X. Pelas uias da armada do anno de 91 vos mandei escreuer que aua muita falta em meus almazens de pedra de ceuar pera as agulhas de marear que seruem em minhas armadas, e porque inda dura a mesma necessidade, vos encomendo que nesta armada mandeis toda a que for possiuel repartida pellas náos della.

XI. Pella boa enformaçã que tenho do Licenciado Simão Pereira, Desembargador da Rellaçaõ de Guoa e Procurador dos meus feitos, proceder bem em sua obrigação em meu seruiço, ey por bem de lhe fazer mercê do cargo de Ouvidor geral do ciuel da dita Rellaçaõ, e ao Licenciado Antonio Fernandes Maciel, Desembargador della, de que tambem tenho a mesma enformaçã, ey por bem de o prouer do cargo de Juiz dos meus feitos da Coroa, e vos encomendo os metaes em posse dos ditos officios, e lhos deixeis servir em quanto o eu ouuer por bem, e não mandar o contrairo. Escrita em Lisboa a 10 de Março de 593.

REY.

Miguel de Moura

Pera o Visorrey.—2.º via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India —2.º via

(Livro-2.º fl. 140—3.º via fl. 154)

120.

Visorrey amigo Eu ElRey vos enuio muito saudar. O Papa Gregorio XIV de gloriosa memoria, e depois delle o nosso mui Santo Padre Clemente VIII hora Presidente na Igreja de Deos concedeo a minha instancia a Bulla da Santa Cruzada por tempo de tres annos com muitas graças e indulgencias aos que derem suas esmolas pera sustentação e defensão dos lugares das partes de Affrica, e nomeou por Commissario geral della a Dom Antonio Matos de Noronha, Bispo de Eluas, do meu conselho, e da Inquisição geral, o qual a tem já feito publicar nestes Reinos, e pera que tambem possa correr nessas partes subdelegou no mesmo officio ao Arcebispo de Guoa, e pera este effeito lhe mânda as Bullas que parecerão necessarias; pello que vos encomendo lhe deis todo o fauor e ajuda naquellas cousas que vos requerer pera que a dita Bulla se dea a sua deuida execução, e se possa pôr em boa arrecadação as esmolas dellas, e o dinheiro que se cobrar das ditas Bullas se não despenderá em cousa alguã inda que seia de muito meu serviço, por quanto por ordem do Arcebispo se hade enuiar por letras ao Bispo Comisario geral, e sendo necessarias alguãs prouisoões uossas pera effeito deste negocio ter melhor expediente, as fareis logo passar na forma que o Arcebispo uollas requerer, e de oasi fazerdes terei muito contentamento. Escrita em Lisboa a 14 de Março de 593.

O CARDEAL.

Pera o Visorrey—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—2.ª via

(Livro 2.º fl. 230—5.ª via fl. 212)

121.

*Capitulo de uma Carta de S. M. ao Viso Rei da
Índia de 14 de Março de 1593.*

Tambem me escreueo que fora cousa muito necessaria mandarlhe que se fizessem liuros nouos da matricolla, e que conforme a prouisaõ que mandei no anno de 89 tinha ordenado que se procedesse neste negocio que por ser de tanta importancia como tereis entendido e uisto uollo encomendei particullarmente nas Instruções que leuastes, e porque sou informado que naõ he feito nesta materia coussa alguma, sendo de tanta consideraçaõ darse remedio a ella pellos muitos danos que minha fazenda recebe de se proceder nos pagamentos desta matricolla como atéqui se fez, allem de outros maiores das consciencias dos que nisto se descuidaõ, que espero haja de correr em execuçaõ o que nisto por tantos e bons respeito tenho mandado.

(Livro 2.º fl. 271)

122.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pelas náos dos anos de 91 e 92 vos mandey escreuer que por ter aviso que em Inglaterra se faziaõ prestes algũs nauios com fundamento de yr á Ilha de Sancta Ilena, esperar as náos que dessas partes vem pera este Reyno ordenasseis como naõ tomassem a dita Ilha. E porque sou informado que inda tem o mesmo intento e isto he materia de tanta consideraçaõ como vedes, e em que se representaõ muitas difficuldades e inconvenientes assy em tomarem as náos esta Ilha pelo risco que podem correr em caso que achem aqueles nauios nela, como pelo dano que receberiaõ em a naõ tomar, he necessario resoluçaõ no que porora for de menos inconueniente, que segundo tenho entendido (pela pratica desta materia, discurso, e conferencia dos avisos dela)

será mandar que estas náos não tomem Sancta Ylena e ordenardes como venhaõ taõ bem providas de agoa que o possaõ escussar sem a falta que tem as náos que a não tomaõ, e por ser cousa em que conuẽm terse muito segredo, me pareceo que não conuinha mandalo declarar aqui ao Capitão mór e capitaẽs desta armada, nem fazersse mudança nas ynstruções particulares que leuaõ que trataõ do modo em que viraõ demandar aquella ylha, e que seria melhor declarardeslhe vós o que nisto agora ordeno e dardeslhes entaõ as cartas que lhe mando escrever que vaõ com esta; pelo que vos encomendo que tanto que vos for dada façaes logo com eles este officio e lhe deis as ditas cartas, e mandeis ao Veedor da fazenda da cargua das náos lhe faça meter a agoa e mantimentos necessarios pera toda a viagem com este intento de não auerem de fazer agoada em Sancta Ylena nem em outra algũa parte, e que tome pera isso outros lugares em que venha a dita agoa alem dos ordinarios pera que as ditas náos venhaõ demandar as Ylnas dos Açores onde mandarey armada que conuẽm pera as ir esperar e lhes dar goarda, e tambem ordenareis ao dito Capitão mór e capitaẽs que sendo caso que ha algũas destas náos lhe sobrevenha algũa necessidade taõ precisa que lhe seja forçado tomar terra, vá demandar Agoada de Saldanha omde se prouera da agoa necessaria, e de tudo isto dareis ao dito Capitão mór e capitaẽs ynstruções assinadas por vós, em que será tudo bem declarado e de como lho eu assy inando sem embargo do que se contem sobre este ponto nas outras Instruções que de qua leuaõ, e me auisareis do que nisto fizerdes emuiandome nas vias a copia das ditas Instruções. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 593.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey sobre as náos não tomarem Sancta Ylena.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque dó seu conselho, e seu Visorrey da India.—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 223—3.ª via fl. 148—5.ª via fl. 214)

123.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Vendo como nas fortallezas de Çofalla e Moçambique se não guardaraõ atégora meus regimentos, e que não somente não tinha minha fazenda nesse estado nenhum rendimento dos resguates daquellas fortallezas, antes era necessario que á custa da mesma fazenda se pagassem as despezas que com ellas se fazem, vy e tra-tei esta materia muito particularmente com os do meu conselho e outras pessoas de experiencia, e me pareceo deuer dar ordem e forma de como se procedesse com os resguates das ditas fortalezas, e que tiuessem os capitaães dellas e meus uassallos dessas partes comercio geral nellas de que recebesem utilidade e proueito e minha fazenda algum rendimento pera as obriguações e despezas das mesmas fortallezas, e os capitaães dellas ficassem com parte bastante pera tirarem e fazerem nellas seus proueitos, pello que asentei de mandar passar a prouisaõ que uai nestas vias per que ey por bem que da publicaçãõ della nessas partes em diante se abraõ loguo os resguates do ouro da fortaleza de Çofala, Rioe, e portos donde atéqui se resgatou pera que todas as pessoas de qualquer quallidade e condiçãõ que seiaõ o possaõ ir resgatar paguando de todo o ouro ou prata que resguatarem o quinto a minha fazenda, e pera que aos capitaães daquellas fortalezas possaõ ficar alguãs cousas de que recebaõ proueito e utillidade, ey por bem que elles somente possaõ resgatar todo o marfim, ambar, breu, e cairo daquellas partes liurementem sem destas cousas paguarem a minha fazenda deroito algum, e que

ajaõ a decima parte de todos os quintos do ouro que se cobrar pera minha fazenda, e pera este modo de trato e commercio geral ey por meu serviço que se assente alfandegua na fortalleza de Moçambique, e se paguem nella de todas as fazendas que entrarem naquelle porto e a elle uierem a seis por cento de entrada como se paguaõ em todas as outras alfandeguas desse estado a minha fazenda quer sejaõ do capitaõ e officiaes da dita fortalleza como de quaesquer outras pessoas que á ella uierem com mercadorias, e que entrem todas na dita alfandegua e sejaõ nella despachadas e selladas, e paguando os ditos direitos como dito Le as poderaõ tirar, e achandose as taes mercadorias sem sello da dita alfandegua se tomaraõ por perdidas, e os ditos quintos do ouro se paguaraõ na dita alfandegua e carreguaraõ em receita sobre o feitor da fortalleza de Moçambique que juntamente servirá de Juiz da mesma alfandegua, a qual receita se fará pello escrivaõ da dita feitoria que tambem ey por bem que sirua de escrivaõ da dita alfandegua, como tudo mais largamente se contem na dita prouisaõ. E porem entendendo vós que aos Capitaes se dá muito nisto que ey por bem que ajaõ, ou que he pouco, e se lhe deue dar mais, mo auisareis com uosso parecer, e entretanto se usará nos resgates da dita fortalleza em tudo do que se contem na mesma prouisaõ que logo fareis dar á execuçaõ sem duvida nem embargo algum.

II. Vendo como inda este anno naõ hay quem sirua de Chanceller da Rellaçaõ desse estado de que tinha prouido o Licenciado Francisco Alurez Sanhudo (que se perdeo na viagem) e que o Licenciado André Fernandes Maciel que o serue he occupado em cargos ecclesiasticos, ey por bem que o Licenciado Simaõ Pereira, desembargador da mesma Rellaçaõ (que por outra carta feita antes desta vos escreuo que encarregueis de Ouvidor geral do ciual) sirua o cargo de Chanceller da Rellaçaõ em quanto eu naõ prouer outrem delle, ou naõ mandar o contrario, porque pella bo a enformaçaõ que

delle e de seu procedimento tenho, confio que o servirá bem, e, dirhoeis de minha parte com pallauras que o adurtaõ e obriguem ao fazer de maneira que me aja del-
le por bem servido.

III. Por parte de Dona Catherina de Castro filha de Dom Guarcia de Castro, que Deos perdoe, me foi apresen-
tada huã provisãõ de aforamento emfatiota pera sempre que
o Conde Dom Francisco Mascarenhas sendo Vissorrey des-
se estado lhe fez em meu nome das rendas das orraças da
cidade de Chaul que até entãõ andauãõ arrendadas per
conta de minha fazenda em mais contia que os dous
mil duzentos e cincuenta pardãos de quatro larins o par-
dão per que lhe foraõ aforadas, tomando o dito Vi-
sorrey por fundamento pera fazer este aforamento que
a dita renda hia demenuindo, pedindome a dita Dona
Catherina lhe fizesse merçe de lho confirmar, e por ser
materia de muita consideraçaõ aforarẽse as rendas des-
se estado que saõ taõ necessarias pera as despezas das
armadas e accidentes que de continuo nelle ha, me pa-
receo naõ lhe deuer differir a este seu requerimento até
naõ ter muito inteira enformaçaõ desta renda, pelo que vos
encomendo que a tomeis muito particular do estado em
que está, e parecendouos que se deue arrendar como as
mais rendas desse estado, o fareis fazer á pessoa que por
ella mais der como se costuma fazer, e entendendo nós
que naõ conuem arrendarensse, e que será de mais pro-
ueito pera minha fazenda darsse esta renda das orraças
de aforamento, se naõ dará por mais tempo que de tres
nidas, e á pessoa que por ella mais der, e do que nes-
ta materia fizerdes e vos parecer me auisareis por uos-
sa carta, e tambem do que uos parecer que se deue res-
ponder á dita Dona Catherina, de cuja pessoa e procedi-
mente me auisareis.

IV. As cinco náos da armada deste anno de que uai
por capitaõ mór Dom Luis Coutinho fidalgo de minha
casa se aprestaraõ per conta de minha fazenda, e como
he necessario beneficiarensse nessas partes per conta del-
la, e com a breuidade que conuem pera fazerem sua via-

gem tão cedo que se possa esperar virem a este Reino a saluamento, mandei dar ordem como depois de sua chegada ouvesse dinheiro para as despesas que se com ellas hão de fazer, e pella de Thomas Ximenes e seus parceiros contratadores da trazida da pimenta para este Reino se entreguaraõ nessa cidade de Guoa e na de Cochim tanta contia de Realles que fação trinta mil cruzados da moeda desse estado como mais largamente vereis pella carta geral da casa da India, e por que para o concerto das ditas náos se entende que se ha mister para cada huã de dez até onze mil cruzados, a demasia que faltar para o dito concerto se tomará dos cincoenta mil cruzados que no anno de 91 se mandaraõ per conta de minha fazenda deste Reino para se empregarem em pimenta que por uirtude do contrato feito com os ditos contratadores se mandou entregar a elles toda a que estivesse feita do dito dinheiro, o qual elles tornaraõ a entregar pella pimenta que estava feita e lhe foi entregue por meu mandado com declaraçãõ que delles se não faria despesa nenhuã senão nas cousas que eu mandasse, como mais largamente se verá per huã carta que sobre esta materia mandei escrever o anno passado, e iuda que se me fez lembrança que do rendimento da alfandega de Cochim, e asi do mais desse estado podia eu mandar fazer a despesa destas náos, todavia por se lhe não tirar esta contia que será necessaria para as armadas e accidentes que sobrenem ao mesmo estado, pue por meu seruiço que se fizesse antes por esta maneira, e vos encomendo que do remanecente dos ditos cincoenta mil cruzados que ficar se não faça despesa algũa sem meu especial mandado, e iuda que mando escrever a Manoel de Medeiros, fidalgo de minha casa e Vêdor da fazenda da carga das náos em Cochim, como se hade dar este dinheiro para a despesa das ditas náos, e lhe encomendo o breue despacho e auisamento dellas para este Reino, em ellas chegando a estas partes dareis ordem como se lhe ennie o dito dinheiro para o apercebimento dellas, e em tudo o que a vós tocar lhe dareis todo o fauor e ajuda para que possa com-

pria inteiramente com esta sua obrigação, o que vos ey por muito encomendado pois tendes entendido que o mais certo penhor das náos terem boa uiagem he partirem muito cedo desas partes. Escrita em Lisboa ao derradeiro de Março de 593

P. S.

V. E' do cargo de Ouvidor geral do cyuel que ounera de seruir o Licenciado Simão Pereira se não fora occupado no de Chanceler como atras nesta carta se contem encartegareis outro desembargador até eu nisso prouer.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—2.ª via.

(*No Sobrescripto*).

Por El Rey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 226—3.ª via fl. 122—5.ª via fl. 118)

124.

Eu El Rey faço saber a vós meu Visorrey e Gouvernador das partes da India que vendo e considerando como nas fortalezas de Choffala e Moçaõbique se não guardam agora meus Regimentos, e que não somente não tinha minha fazenda nesse estado nhũ rendimento dos resgates daquelas fortalezas, mas antes era necessario que a custa dela se pagassem as despesas que com ellas se fazem, de que se não podem escusar de culpa os officiaes da administraçã dos ditos resgates, e querendo nisso prouer de maneira que minha fazenda cujos elles todos são tenha algum rendimento pera suprimimento das obrigações e despesas das mesmas fortalezas, e os capitães delas fiquem com parte bastante pera seus pronsitos e os recebam juntamente meus vassallos ey por bem e mandado que da publicaçã desta minha prouisaõ nessas

partes em diante se abraõ logo os resgates do ouro da fortaleza de Çoffala, rios, e portos donde atequi se resgatou pera que todas as pessoas de qualquer calidade e condiçaõ que sejaõ o possaõ ir resgatar, e prata se taõbem a ouuer, pagando de todo o ouro ou prata que asy resgatarem o quinto a minha fazenda; e taõbem me praz que os capitaes daquellas fortalezas por mim prouidos delas possaõ resgatar todo o marfim, ambar, breu, e çairo daquellas partes liurementesem destas cousas pagarem a minha fazenda direito algum, e que nhũa outra pessoa as possa resgatar senaõ elles. E asy ey por bem fazerlhes mais merce que ajaõ a decima parte de todos os quintos do ouro e prata que se cobrar pera minha fazenda. E porque pera este modo de trato e commercio geral conuem que aja alfandega na fortaleza de Moçaõbique, a fareis logo asentar nella onde se pagaraõ de todas as fazendas que entrarem naquelle porto e a elle vierem (que naõ forem deste Reyno) a seys por cento de entrada como se pagaõ em todas as outras alfandegas desse estado a minha fazenda quer sejaõ do capitaõ e officiaes das ditas fortalezas ou de quaesquer outras pessoas, as quaes entraraõ todas na dita alfandega e seraõ nella despachadas e selladas, e pagando os ditos direitos as poderaõ tirar, e achandosse as taes mercadorias sem selo da dita alfandega seraõ perdidas as duas partes pera minha fazenda e a outra pera quem o denunciar; e outrosy todo o ouro e prata ou qualquer outro metal que se resgatar se tirará a dita alfandega e nella se pagaraõ os quintos de tudo, e se carregaraõ em receita sobre o feitor de Moçaõbique que juntamente será Juiz da dita alfandega pelo escriuaõ da dita feitoria que tambem seruirá de escriuaõ della; e a dita receita se fará em titulo apartado que se chamará dos quintos com declaraçaõ dos nomes das pessoas, que os pagaraõ, e com todas as mais necessarias pera mais clareza deste negoceo pera o qual fareis fazer regimento que se comprirá em quanto eu naõ mandar dar outro, e me enuiareis nestas nãos a copia delle em que se tresladará

esta prouisaõ de verbo ad verbum; e todo o ouro e prata que fica. ás partes depois de asy terem pago os ditos quintos se marcará com as armas reaes desta Coroa nas pontas das barras e no meyo dellas: e achando-se algum sem ser marcado se perderá pera minha fazenda as duas partes e a outra pera a pessoa que o denunciar. Pelo que mando que abraes logo os ditos resgates e asenteis a dita alfandega na maneira sobredita, e cumpraes effaças inteiramente guardar esta prouisaõ como se nella contem, a qual se registará nos livros de minha fazenda, e dos contos dessas partes, e se publicará nos lugares publicos de Goa, e se fixará nas portas da cidade pera a todos ser notorio, e vallerá como se fosse carta feita em meu nome por mim asynada e passada pella Chancelaria posto que por ella naõ passe sem embargo de Ordenaçaõ do segundo livro, titulo xx que o contrario dispõem. João de Torres o fez em Lisboa ao derradeiro de Março de mil belRiij (1593). E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer. E o que asy ey por bem por esta prouisaõ que ajaõ os ditos capitães de Çofalla e Moçambique será em quanto o eu ouuer por bem e naõ mandar o contrario.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Prouisaõ sobre se abrirem os resgates do ouro e prata de Çofala, e se pagarem os quintos á fazenda de Vossa Magestade, e se asentar alfandega em Moçambique, e sobre o que haõ de aver os capitães das ditas fertelezas. Pera Vossa Magestade ver toda.—1.ª via.

(Livro 1.º fl 32—5.ª via fl. 34)

125.

Homrrado Viasorrey, amigo Inda que por naõ virem vras vossas o anno passado naõ aja materias de repostas, naõ faltaõ ellas nesse estado pera se tratar do remedio dellas, e asy vos manda escreuer. ElRey meu Senhor so-

bre algũas de mais importancia em que por seu ser-
viço vos pudera exagrar o que callo, que tereis taõ bem
considerado e decorrido. que escussarey de vollo enca-
recer, porque com vossa muita expienciã, particular
zello, e taõ grande cuidado como he o que deveis a
vossa tamanha obrigaçaõ. procedereys em tudo de ma-
neira que vossas obras sejaõ as que fallem mais. que
vossas cartas; e parece-me que bem declaro nisto qual
seja o meu desejo no que por serviço de Sua Mage-
stade deveis fazer, e qual o muito contentamento que re-
ceberey de vós terdes este merecimento ante elRey meu
Senhor por taõbem isso vos poder procurar as merces que
portaes serviços deveis esperar de Sua Magestade a cujas
cartas que vaõ nestas vias me remetto; e nellas vos en-
comenda. ElRey meu Senhor as cousas do Santo Offi-
cio que pella obrigaçaõ que a ellas tenho naõ posso
deixar de vellas encomendar muito; e taõbem que me
escreuaes muitas nouas de vós que folgarei que sejaõ
sempre muito boas; e de nosso Senhor vos dar a saõ-
de que podeis desejar. Escrita em Lisboa ao primeiro de
abril de 593.

O CARDEAL.

Pera o Vissorrey. Pera V. A. ver.—1. via

(*No sobrescripto*).

A Mathias de Albuquerque do Conselho delRey meu
Senhor, e seu VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 210.—3.º via fl. 221.—4.º via fl. 191)

126.

VisoRey amigo. En ElRey vos ennio muyto sandar.
As cinco náos da armada do anno presente que nosso
Senhor lenará a saluamento a essas partes da India se a-
prestaraõ neste Reino e vaõ per conta de minha fizen-
da, as quaes lhe he necessario o concerto que ordinaria-
mente se lhes costuma fazer; e haõ mister nesses partes
pera torna uiagem a este Reyno, que segundo infirma-

ção deuem bastar pera isso cincoenta mil cruzados pera os quaes ha trinta mil cruzados que são obrigados dar lá na India os contrattadores da trazida da pimenta do contratto que ora corre a conta do frette della, e os vinte mil cruzados comprimento dos cincoenta daraõ os ditos contrattadores do que deuerem a minha fazenda pela pimenta que se lhe deuia entregar o anno passado procedida dos cincoenta mil cruzados que o anno de 91 se enuiaraõ a essas partes pera a compra della, ainda que lembrava que das alfandegas de Goa e Cochim se poderia fazer esta despesa, todavia ey por bem que seja da maneira que digo, e vos encomendo que deis ordem pera que com toda a diligencia e breuidade as ditas náos se aprestem nessas partes de tudo o necessario pera torna viagem dellas a este Reino ahonde as Deos trará a saluamento e possão dellá partir cedo, por que bem sabeis o que nisso uay e quam necessario he, e nellas enniareis empregados nas drogas e cousas que o Prouedor e officiaes da casa da India screuem na carta geral que enuiaõ a essas partes que são necessarias pera as ordinarias da dita casa tres mil cruzados, e todo o restante que ficar do emprego dos ditos cincoenta mil cruzados e procedido delles em pimenta que os ditos contrattadores haõ de pagar se não fará delle cousa alguã sem meu especial mandado e estará depositado em maõ de algum meu official que seja pessoa de confiança que pera isso ordenareis. Scrita em Lisboa a dous de Abril de nouenta e tres. E assi enniareis mais perlastro das ditas náos todo o salitre, madeira pera calceses, cadernaes, cannas de leme, eixos destrincas, cairo, e fio de amarras quanto disto poder vir. Pero de Pains o fez escreuer.

O CARDEAL.

O Conde.

Pera o VisoRey da India.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e VisoRey da India.—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 219)

127.(a)

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Luis Fernandes Duarte que está na corte delRey Xariffe me escreueo como em Marrocos estaua hum Ingres mercador de credito naquellas partes que fallaua nas cousas desse estado como quem tem alguã experiencia delle posto que lá não tem ido, e isto com intento de em Samatra e em Pegú que são partes remotas desse estado e em que não ha fortallezas minhas asentarem feitorias e terem comercio com os moradores dellas, e pera este effeito procura de leuar estromentos autenticos do dito Xariffe de como os Ingreses são imiguos capitaes dos Hespanhoes e grandes amigos dos Mouros, e onde os achaõ os trataõ como companheiros, e aos Mouros que achaõ catiuos os resguataõ e leuaõ aos portos de Berberia e lhe daõ liberdade, pera eom estas justificações se ir a Inglaterra pôr em execuçaõ esta uiagem que detremina de fazer do Cabo de Boa Esperança por fóra e não por Moçambique, pera o que tem feito roteiro de que o dito Luis Fernandes me enuiou a copia, e porque esta materia he da consideraçaõ que tereis entendido inda que no que este Ingres intenta ha muitas difficuldades pera poder uir a effeito, mas he de crer que no que for possiuel procuraraõ os Ingreses tudo o de que lhes resultar algum proueito posto que seia em partes remotas pella falta que nestas tem de comercio, me

(a) Nas costas do papel tem em letra contemporanea esta declaração:

—Copia do que se escreueo em cifra por terra—

pareceo dener loguo auisaruos por terra como tambem o mandarei fazer na armada do anno que vem pera que tenhaes grande vigilancia neste particular fazendo todas as prenenções necessarias nas partes que apontaõ e nas maes que vos parecer necesario, e prouer em tudo de maneira que por nenhum caso possaõ estes Ingreses pôr pee em terra, comseruando os Reis daquellas partes na amizade que tem com esse estado, e aos que a naõ tiuerem ordenareis que faça com elles este officio o Rei mais vezinho que a tiuer com o mesmo estado.

II. Foi bem feito auisardesme por uossa carta de 14 de Abril do anno passado de 92 que ueio por terra do estado em que ficauaõ as cousas dessas partes depois de partidas as náos daquelle anno, posto que se detineraõ tanto no caminho que chegaraõ a esta cidade em 17 de Junho deste anno presente, e porque nas náos que ora se esperaõ dessas partes haõ de vir as nias com auisos nossos das cousas dellas vos mandarei responder pellas náos do anno que vem a esta carta que ueio por terra. Escrita em Lisboa a 6 de Agosto de 93.

III. Tambem conuein que saibaes como por via do mesmo Ingres se entendeo que pode auer pouco mais de dous annos que de Inglaterra partio pera essas partes o capitaõ Pé de páo de que por terra tinhaõ auiso de ser lá cheguado, e que tomara dous guallioes, e bem uedes quanto importa acudirse, e auisarmeeis de tudo.

(Livro 2.º fl. 282 e fl. 284)

1593.

SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREI.

128.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley uirem faço saber que por justos respeitoz que me a isto

mouem do serviço de Deos e meu, e por se evitarem os inconuenientes que se podem seguir, ey por bem e mando e defendo que da publicaçãõ desta em diante nhuã pessoa de qualquer qualidade e condiçãõ que seja que uiuer e residir nas partes da India e nas fortalezas e lugares dellas, e ás ditas partes for ter, e que naõ for natural deste Reyno de Portugal, e dos mais Reynos e senhorios desta Coroa, nauegue nem possa nauegar nem ir para as partes do sul, nem a terra dos mouros, nem os Armenios que está em costume ir a ella, nem a Cambaya sem minha expressa licença ou do meu VisoRey que ora he e ao diante for da India, sob penna de todo o que o contrario fizer ser preso e degradado para sempre para as gallés do dito estado da India e perderem todas as suas fazendas e bens que se achar lhes pertencer e serem seus, as duas partes para as despezas da minha ribeira de Goa, e a outra para quem os acusar, que tudo se executará nos culpados e reueis sem remissaõ, e esta ley se entenderá taõbem nos Portugueses que ha muytos annos que uiuem em outros reynos e senhorios. Noteficoo asy ao Ouuidor geral do crime do meu estado da India, e a todos os mais ouuidores, justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se nesta minha carta de ley contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apregoada na cidade de Goa e nas mais fortalezas das ditas partes da India, e registada nas suas feitorias e camaras para que a todos seja notorio e sempre se saiba como o assy mando e ordeno pelos ditos respeito, para cujo effeito se enuiaraõ ás ditas fortalezas os treslados desta ley tirados de chancelaria onde taõbem será registada asinados e autorizados pelo meu chanceler das ditas partes. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da coroa de Portugal a oito de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha o fez annode

mil belxxxiiij (1593) Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl 11 v.)

129.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley uirem faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem do seruiço de Deos e meu ey por bem e me praz e por esta mando e defendo que da publicaçãõ della em diante nenhum nauio de qualquer parte que seja de Portuguezes nem de outros vassallos meus vaõ com fazendas e mantimentos a Cambaya nem a nenhum dos portos daquelle Reyno, nem passem da fôrtealeza de Diu pera auaute sem minha especial licença ou do meu Viso Rey que ora he da India, sob penna de todo o que o contrario fizer e for achado em cada hum dos ditos portos sem a tal licença ou se lhe prouar que sem ella nauagaraõ e foraõ a elles ser perdido com as fazendas e mantimentos que nelle se acharem ou se justificar que leuaraõ, ou sua justa valia, e pagar o capitaõ e dono do tal nauio quinhentos pardãos e alem disso ser degradado por cimquo annos pera Ceillaõ, e os marinheiros serem catiuos pera as minhas gallés do estado da India pera sempre, a quaes penas acima conthendas que por esta imponho seraõ executadas sem remissãõ nos culpados e reueis, ametade pera o resgate dos captiuos das ditas partes da India, e a outra ametade pera quem os acusar. Noteficoo assy ao Ouuidor geral do crime do estado da India, e a todos os capitaes mores, capitaes das fortalezas delle, ouuidores e justiças, mais officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando em geral e a cada hum em especial que cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar esta minha carta de ley, e dar á deuida execuçaõ as pennas nella contheudas sem duuida nem embargo algum que a elle seja posto por quanto ho hey assy por muito seruiço de Deos e meu, e esta dita carta será apreguoadã na

minha cidade de Goa e nas mais fortalezas e cidades do norte e sul, e registada nos liuros dos registos de suas camaras e feytorias pera a todos ser notorio e sempre se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeitos, pera cujo efeito se enuiaraõ os treslados desta ley tirados da Chancelaria e asinados pelo meu chanceler da India nas ditas fortalezas do norte e sul. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a vinte de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Esteuaõ Nunes a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil belRijj (1593). E a metade das ditas pennas que assy applico pera o resgate dos catiuos se entregará na Misericordia da cidade de Goa ou na de Chaul pera o dito efeyto com certidaõ autentica da conthia dellas. Luis da Gama o fez escrever. E naõ valerá licença de capitaães nem cartazes daquy em diante.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 19)

130.

Dom Felipe &c. faço saber aos que esta minha carta de ley virem que eu sou informado que alguns capi aães que vaõ fazer as uiagens de Japaõ esquecidos de sua obrigaçaõ e do bem comum por seus intereces particulares depois de se verem no dito Japaõ se deixaõ lá ficar invernando, o que he cauea de os prouidos das ditas uiagens as naõ poderem ir fazer no tempo que lhes cabe entrar no que ficaõ perdendo muito pelos grandes gastos e despesa que ficaõ fazendo na China alem do graue perjuizo do pouo que fica perdendo os intereces de seu dinheiro, e querendo eu nisso prouer, ey por bem e me praz que da feytura desta minha ley em diante nenhum capitaõ das ditas viagens ynuerne no dito Japaõ, e que tanto que for monçaõ pera a China se tornem logo como sempre foi costume, posto que naõ tenhaõ vendido todas suas fazen-

das, e quem o contrario fizer será degradado cinco annos pera Ceylão e perderá os fretes da dita uiagem pera a minha fazenda, e pagará ao prouido todas as perdas que por esse respeito lhe der. Noteficoo assy ao Onuidor geral do crime do estado da India, mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apregoada na cidade de Goa e na da China pera que a todos seja notorio e se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeitos. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xxx de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Luis Gonçalvez a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e tres. Luis da Gama o fez escrever. — *O VisoRey.*

Postilla.

E sô as pennas na ley acima declaradas ey por bem e mando que os ditos capitaes môres não possaõ invernar na China no tempo que são obrigados fazer sua uiagem sem embargo de qualquer impedimento que para isso possaõ aleguar, pelo muito perjuizo que disso se segue ao bem comum e fazenda de Sua Magestade. E esta postilla á ley acima se publicará pelos lugares publicos e acostumados desta cidade de Goa e da de Macão, e da publicação se passará certidão nas costas della. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu VisoRey da India. Estenuão Nunez a fez em Goa a xj de Abril anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama o fez escrever. — *O VisoRey.*

131.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. Faço saber aos que este alvará uirem que auendo eu respeito á falta que nesta cidade á de bazarucos, e os officiaes da Camara della me pedirem prouesse muito como fosse mais proueito dos moradores e pouo da dita cidade, ey por bem e me praz, e por este mando e defendo em nome de Sua Magestade que nenhuã pessoa de qualquer callidade e condiçaõ que seja leue daqui pera fora pela barranhũs bazarucos sem licença da cidade sob penna de serem perdidos ametade para a pessoa que os tomar, e a outra ametade para os captiũs, e ey outrossy por bem sob a dita penna que naõ sayã pelos passos desta Ilha sem os Tenadares e capitaẽs delles buscarem e examinarem com muita diligencia as embarcaçoẽs e pessoas que per elles onuerem de passar, deixando levar comtudo aos gallinheiros hum pardão em bazarucos somente a cada hum, e aos regatoẽs de fruta meo pardão em bazarucos, e achandoos em quaesquer embarcaçoẽs fóra do registo dos ditos capitaẽs e Tenadares seraõ perdidos pela dita maneira, aos quaes encomendo tenhaõ muita uigia que nenhuã pessoa traga da terra firme bazarucos por enitãr que se naõ falssifiquem saluo aos moradores de Salssete e Bardes, e isto com licença e exãme..... das ditas terras que será o que cada hum ouuer..... a mercadoria que a ella uier buscar, e seraõ os que se agora lauraõ por ordem da cidade que saõ de ley de vinte e oytto pardãos xerafins o quintal, sob pena de todos os que forem achados forã desta ordem serem perdidos, e os que os trouxerem presos e degradados por dous annos para as gallés, e este será apregoado nesta cidade para a todos ser notorio, e registado nos passos pellos escriuaẽs delles. Noteficoo assy a todas as justiças de Sua Magestade, capitaẽs, e Tenadares dos passos desta Ilha e cidade, mais officiaes e pessoas a que pertencer, e luez mando

que assy o cumpraõ e guardem, e façaõ comprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e este valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do Livro 2.º Tit. 20, que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno passem per cartas, e per aluarás naõ valhaõ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbij de Abril de 1593. Luis da Gama o fez escreuer. — *O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 37 v.)

132.

Mathias d'Albuquerque &c. Mando que nenhuã pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja naõ tire fogetes de rabo, nem com bômbas, nem traques, nem faça outro algum genero de fogo com poluora por esta cidade nem pellos arreballes della desde Bangany thé Santa Luzia, sob pena que todo aquelle que for achado tirando os ditos fogetes, ou com elles na maõ, sendo catio ser degradado pera as gallés e alem disso pagar seu senhor uinte pardãos ametade pera quem os acusar e a outra ametade para os captiãos, e sendo forro ser preso para as ditas gallés, e sendo Portugues ser preso no tronquo té a minha merce, e este será apregoado nesta dita cidade e nos arreballes della, e pelos lugares publicos e acostumados, de que se fará termo nas costas delle. Noteficoo assy, ao Ouuidor geral do crime, e ás mais justiças e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ comprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá posto que naõ passe pela Chancelaria. Luis Gonçalves o fez em Goa a xxij de Junho de 1593. Luis da Gama o fez escreuer. — *O Viso Rey.*

Postilla do Senhor Conde Almirante.

A xj de Junho de 97 ouue cumpraste do dito senhor Conde, per que manda que se cumpra esta provisãõ aqui registada da maneira como se nella contem.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 37)

133.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta virem
faço saber que eu fuy ynformado que no porto pequeno de Bengalla e seus limites andaõ muitos omiziados com perigo de suas almas e vidas cometendo muitas desordens em perjuizo do seruiço de Deos e meu sem se quizerem vir pera as minhas fortalezas por se temerem serem presos pelos delytos que tem cometidos, e querendo eu nisto prouer, ey por bem e me praz de dar seguro real como de feyto por esta dou a todos os ditos homiziados que naquellas partes de Bengalla andarem por quaesques casos que tiuerem cometidos pera que seguramente se possaõ vir dellas pera a India sem serem presos pelas minhas justiças das minhas fortalezas e lugares dellas por onde pasarem ou vierem ter em tempo de quatro annos que lhes dou e limito pera se poderem liurar, e aver perdaõ de seus delytos, com declaraçãõ que os omiziados que asy vierem se vão primeiro matricular perante o Ouvidor do dito porto de Bengalla, que lhe passará tisso sua certidaõ com o trespado deste seguro pera que se sayba como vem della, e he omiziado, e mando a todas as minhas justiças que apresentandolhes os ditos omiziados a tal certidaõ e o trespado desta minha carta de seguro naõ entendaõ com elles nem nos prendaõ pelos ditos delytos que asy tiuerem cometidos, antes os deixem liure e seguramente andar negoceando seus liuramentos e perdoẽs no dito tempo de quatro annos, que lhes pera isso limito como dito he. Noteficoõ assy ao Ouvidor geral do crime, e ao capitaõ mór e ouvidor do dito porto de Bengalla, e a todos os mais capitaõs, ouvidores, justiças e officiaes a que pertencer, que ora são e ao diante forem. e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duvida nem embargo algum, a qual será apregnoada no dito porto de Bengalla e seus limites, e registada no cartorio

da Ouidoria della pera que a todos seja notorio, e se saiba a todo o tempo como asy o ey por bem. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xxbiiij de Julho. ElRey o mandou por Matias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India. &c. Esteuaõ Nunes a fez em Goa ano do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1593. Luis da Gama o fez escreuer. E assy será apreguoadá nesta cidade antes que vá pera Bengalla, de que se fará termo nas costas.—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 38 v.)

134.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, VisoRey da India &c. faço saber aos que este aluará for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, como por muy justos respeito do seruiço de Deos e de Sua Magestade o dito Senhor manda que se façãõ liros novos da matricula, pelo que mando que toda pessoa de qualquer quallidade e condiçaõ que for que andar ou estiuer occupado nestas partes em seruiço.....se venha a esta fortaleza matricular.....até a uinda das náos que este anno esperamos que nosso senhor traga a' saluamento, por que cada dia da somana á tarde das duas oras até a noite occuparãõ os officiaes da matricula perante mim qu o Vedor da fazenda neste novo assentamento, sendo certo que a pessoa que se naõ uier assentar no dito termo ficarã sem titulo no liuro da matricula deste estado, e pera que venha á noticia de todos mando que se apreguoe nesta cidade e terras de sua jurisdicaõ pelas praças e lugares publicos dellas, e da publicaçaõ se passará certidaõ nas costas desta. Luis da Gama o fez em Goa a xbij d'agosto de 1593.—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 39.)

135.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley nirem faço saber que auendo eu respeito aos muitos delictos que na minha cidade de Goa se cometem contra o seruiço de Deos e meu, e querendo eu nisso prouer, ey por bem e me praz que toda a pessoa de qualquer qualidade e condiçaõ que seja que for achado de noute pellas ruas da dita cidade e seus arrebaldes com molher solteira publica pague cimquo pardãos e a dita molher outros cimquo todos para o meyrinho que os achar; e outrossy ey por bem que toda a pessoa que vender algum fato ou qualquer outra cousa no pellourinho velho, ou no bazar, ou na rua dos..... da dita cidade, ou fizer ajuntamento nos ditos lugares, ou for achado no tal ajuntamento perqua tudo o que assy vender ou estiuer vendendo pera quem o acusar naõ aparecendo o dono do fato que se vender, e mil reis mais para o meyrinho que o tomar nos ditos lugnares, e sendo captiuo a pessoa que assy for tomada, e naõ querendo seu senhor pagar a dita penna, lhe seraõ dados ao pé do pellourinho vinte açoutes, a qual execuçaõ mandaraõ fazer o Ouvidor geral do crime da India, ou o Ouvidor da dita cidade verbalmente sem appellaçaõ nem aggrauo; e todo o moço catiuo que for achado jugando qualquer jogo nas ruas da mesma cidade averá de penna uinte açoutes que lhe seraõ dados ao pé do pellourinho, e naõ querendo seu senhor que lhos dem pagará quinhentos reis pera o meyrinho que o tomar jugando, que tambem lhe seraõ julgados uerbalmente pela maneira acima. E outrossy ey por bem que toda a pessoa que tirar com panella ou qualquer outra vasilha de sugidade a qualquer pessoa, sendo o que assy tirar captiuo, lhe seja decepada huã maõ e açontado publicamente com barão e pregaõ, e sendo liure e da terra será degradado por cimquo annos para as galés do estado da India, e sendo Portuguez nos mesmos cinco annos de degredo pera Ceylaõ, e pag. raõ a

pena de dinheiro em que forem condenados conforme a qualidade das taes pessoas, e nas mesmas pennas encorrerão os que mandarem tirar com as ditas panellas ou vasilhas, e pera effeito de se ellas darem á devida execução mando aos ditos julgadores que tanto que vier á noticia de cada hum delles que se tirou a algũa pessoa com a dita panella ou vasilha, tirem logo de uassa e procedaõ contra os culpados, e façaõ executar nelles as ditas pennas na forma desta minha ley. Noteficoo assy ao dito Ouvidor geral do crime do estado da India, ouvidor da dita cidade de Goa, e a todas as mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apregoada na dita cidade e suas ruas publicas, e registada na minha chancellaria della pera que a todos seja notorio e se saiba como assy o mando, e ey por bem pelos ditos respeitoos. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas heaes da Coroa de Portugal a xx de agosto. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez em Goa anno de mil e quinhentos nouenta e tres. Luis da Gama a fez escrever—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 39 v.)

136.

Mathias d'Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, seu VisoRey da India &c. faço saber aos que este alvará virem que por justos respeitoos que me a isto mouem, ey por bem e me praz e por este mando que da publicação d'elle em diante nenhuã pessoa de qualquer calidade e condição que seja venda arroz nem outro algum mantimento na fortaleza, e cidade de Baçaim nas terras de sua jurisdição sem minha licença, posto que seja para a fortaleza de Diu, sob penna que a pessoa que

assy vender ser preso, e sendo piaõ morrer morte natural, e sendo fidalgo ser degradado pera todo sempre pera Ceylaõ, e perderem as aldeas que tiuerem de sua merce, e em nenhum tempo mais as poderem aver; e a pessoa que comprar o dito mantimento o perder, e a embarcação, e pagar mais cem pardãos, ametade de tudo pera os catiuos, e a outra ametade pera quem os acusar, e os marinheiros seraõ captiuos pera sempre pera as galés do estado, e este se apregoará na dita fortaleza e cidade, e nos lugares e terras de seu limite para a todos ser notorjo e naõ se poder alegar ignorancia, e da publicação delle se passará certidão nas costas deste que se registará nos liuros da Camara da dita cidade. Notifico assy ao capitaõ da dita fortaleza, Ouvidor, Vreadores, mais justiça, officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façaõ cumprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenação que o contrario dispõe, e naõ passará pela chancaria pela breuidade, e por ser do serviço de Sua Magestade. Luis Gonsalves o fez em Goa a bj de Outubro de 1593. Luis da Gama o fez escreuer.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 41)

137.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley virem faço saber que uendo eu os muytos inconuenientes que se causaõ das molheres publicas solteiras viuerem entre os casados, e querendoos enitar de modo que seja nosso senhor seruido, e os moradores da minha cidade de Goa viuaõ quietos, ey por bem e me praz que as tais molheres de qualquer idade, calidade, e condiçaõ que sejaõ naõ viuaõ em ruas publicas, e os Vreadores e officiaes da Camara da publicação desta minha ley em diante a dez dias primeiros seguintes lhes nomeem ruas, e bayrros apartados em que ellas viuaõ; e toda a molher destas solteiras viuião nelles e naõ em alguã outra par-

te sob penna de dez pardãos pagos do troneo todas as vezes que forem achadas pousarem fora do lugar donde asy morarem ametade pera quem as acusar, e a outra ametade para os captiuos, e o meyrinho ou executor da justiça que claramente se lhe prouar que dessimula com as tais mulheres, será suspenso do cargo para nunca mais em tempo algum o servir, e será degradado para Ceylaõ por cinco annos, e pagará cincoenta pardãos ametade para os catiuos e a outra metade para o acusador, e ey outrosy por bem que da publicaçãõ desta minha ley em diante nhũa molher destas e quẽ viua como tal ande por esta cidade e Ilha de Goa em palanquim cuberto sob penna de perder o palanquim em que andar e cinco pardãos de penna para quem a acusar e catiuos; e esta se apregoará na minha cidade de Goa nos lugares publicos della, e se registará nos liuros dos registos da Camara, de que se fará assento nas costas della para a todo tẽpo se saber que o assy mandey. Notifico assy ao Ouvidor geral do crime da India, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façãõ cumprir e guardar em todo esta minha carta de ley como se nella contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xbiij de Outubro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu VisoRey da India. &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil e quinhentos nouenta e tres. Luis da Gama a fez escreuer.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 41 v.)

138.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta virem faço saber que auendo eu respeito á muita oppressãõ que os negoceantes da minha cidade de Goa recobem por os officiaes viuerem longe e apartados e a terra ser grande, e querendo prouer e ordenar nisto de maneira que

os moradores e as mais pessoas que vierem negociar doutras partes não leuem tanto trabalho, ey por bem e ordeno por ley e mando que da publicaçãõ desta em diante os taballiaẽs e todos os outros officiaes do prouimento da cidade quaiquer que sejaõ, e escriuaẽs, e emqueredores, e os officiaes semelhantes prouidos por mim residaõ e estejaõ des sete oras de pella menhã até às dez, e as tardes das duas até as quatro na casa que a Cidade mandou fazer por cima dos açougues para aniamento das partes sob penna de dous meses de suspensãõ de seus cargos, e estarem á mais penna que parecer ao meu VisoRey da India; e esta minha carta de ley se apregoará na minha cidade de Goa, e se registará no liuro da Camara della. Noteficoo assy a todas minhas justiças, que ora saõ e ao diante forem, a que o conhecimento desta pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e façaõ inteiramente cumprir e guardar como se nesta contem sem dauida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas Reaes da Coroa de Portugal a iij de nouembro: ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India. Antonio da Cunha a fez anno de 1593. Luis da Gama a fez escrever.—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 42 v.)

1594.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

139.

VisoRey amigo. En ElRey nos enuiuo muyto sandar. He de tanto inconueniente pagarensse nesse estado tanta quantidade de diuidas uelhas ás pessoas a que se não deuem, havendo tanta falta de dinheiro para as armadas e accidentes que sobreuem nelle, como uollo já mandei escrever nas uias dos annos passados, que tme contenta-

mento escreuerdesme que não consentieis pagarensse ne-
nhuãs destas dinidas senão ás proprias pessoas a que se
deuiaõ, e que até aos capitaes a que se costumaua pagar-
ensse quando hiaõ entrar em suas fortalezas o negaueis;
encomendouos que assi o façaes por ser materia muyto
prejudicial ao que conuem a meu seruiço.

II. E posto que me dizeis que o mais seguro reme-
dio que ha para se atalharem as desordens que correm
nos liuros da matricula dessas partes que he o cano por
onde se consume muyta parte do rendimento desse esta-
do, seria queimarensse todos, e fazerensse ouĩros nouos;
por ter nesta materia prouido bastantemente como uollo
mandei escreuer nas uias dos annos de 92 e 93 de que
com esta irá copia (a), vos encomendo que façaes guar-
dar o que nisto hey por meu seruiço que se faça.

III. Tive contentamento de saber por uossas cartas
como enuiastes ao Xá Rey da Persia as cartas que lhe
tenho mandado escreuer por Dom Iheronimo Mascare-
nhas quando foi entrar na fortaleza de Ormuz, e que
tinhẽis sabido delle que lhas tinha mandado, e por que
me pareceo que lhe não deuia hora escreuer té não ter
reposta sua destas cartas, vos encomendo que tanto
que o dito Xá me escreuer me auiseis logo com as no-
uas que delle e de suas cousas tiuerdes, como em outra
carta uollo tenho mandado escreuer.

IV. Comas corenta pipas de salitre que vem nas náos
da armada do anno passado que ainda não são chega-
das a este Reino, e Deos trará a saluamento, folguei muy-
to pella necessidade que delle ha pera o pronimento de
minhas armadas. Encomendouos que em todas as náos
enuieis o mais que puder ser. E assy tuiue por muyto acer-
tado enuiardes nas mesmas náos as drogas necessarias
pera as esmollas que faço dellas ás Religioes do Reino,
e assi o deueis fazer em todos os annos.

V. E tenho por de muita importancia procurardes de
defender a jurdição secular, como uollo tenho mandado,

e de hauer emenda nesta materia em que havia alguma largueza. no que uos encomendo vades proseguindo como conuem a meu seruiço, bem e quietação desse Estado.

VI. E tiue contentamento de me escreuerdes que ficaneis aprestando huã armada pera a costa de Melinde, e pera se fortificar a Ilha de Mombaça, por terdes nouas que em Moqua se faziaõ prestes duas galés e huã fragata, e se emtendia que demandariaõ aquella costa, e que ficaneis com cuidado de acudirdes áquella parte onde entendesseis que ellas hiaõ, que he conforme a vossa obrigação e á muita confiança que de vós tenho, e em outra carta minha que vai nestas vias vos escreuo o que he y por bem que se ordene nas cousas e repartição das terras daquella Ilha.

VII. E no que toqua a fazerdes uir pera o Reyno as pessoas da nação que andaõ nessas partes, de que alguns uieram já nas náos do anno de 92, me houue por bem seruido, e vos encomendo que cumpraes inteiramente o que neste particular vos tenho mandado.

VIII. Da ordem que destes ao Veador da fazenda da carga das náos pera prouer as do anno passado bastantemente dagoa e mais cousas necessarias pera a viagem me hey por bem seruido, e terey lembrança do que me escreueis sobre os capitaes que houuerem de ir nas náos pera que procedaõ na forma que me escreueis que o fez Eras Correa capitão da náao Nazaret, e assy se terá particular euidado de se prouerem com muyto exame os ~~cargos~~ dos homens do mar como apontaís, por se ter entendido que de se prouerem nelles pessoas de pouca ~~suficiencia~~ nesta arte saõ alguãs náos perdidas, e na cava da India se terá muyta aduertência no assentar da ~~gente~~ ~~para~~ ~~essas~~ partes para que se enite o engano de se ~~apresentarem~~ ~~homens~~ e se embarcarem meninos em seu lugar, sobre que também me fazeis lembrança.

IX. Tenho por muito acertado naõ concederdes nenhum perdaõ sem parecer dos desembargadores da Relação na forma do Regimento que lhe tenho mandado dar, por ser de muyto inconueniente darense com a largueza que até hora se costumou.

X. E porque me dizeis que mandastes ao Secretario que comvosco serue que tresladasse o assento da alfandega de Ormuz e mais direitos e tributos que..... pagauão a minha fazenda. e que por ser a escritura muyta se não pod..... nas não do anno passado, encomendouos que se não forem uindos estes papeis nas que se esperaõ este anno, mos enuieis, nas primeiras que nierem dessas partes.

XI. E quanto ao que os Relegiosos da Companhia se queixaõ de se lhe não guardar huã prouisaõ que lhe foi passada para os gentios dessas partes não fazerem suas cerimoniaes de maneira que se lhe possa prouar com testemunhas, e que procuraes que se guarde inteiramente, e assy o que neste particular está assentado pello Sinodos que se celebraram nesse estado, tenho por certo e creio que assi o fareis, e vos encomendo o cumprimento desta prouisaõ pello muito danõ que de se não cumprir podem receber os nouamente conuertidos á nossa sancta fé, e foi bem feito mandardes ter aduertencia que não tratem nem tenhaõ communicaçãõ com os gentios, e de aduertirdes ao Veedor da fazenda e ao Procurador dos meus feitos nessas partes para que se lhe não innouassem mais direytos que os que dantes pagauão.

XII. E assy fareis guardar inteiramente a prouisaõ que tenho passada per que defendo que nenhuã das pessoas que me seruem nessas partes possaõ uir pera o Reino sem minha licença, ou do VisoRey e Governador desse estado.

XIII. E quanto ao que me escreueis que posto que entendieis quam necessario era pera o augmento da christandade dessas partes derribarensse todos os pagades e mesquitas que os gentios e mouros tiuessem nas fortalezas desse estado. tirando no Reyno de Ormuz, não poderia isto haüer effecto na fortaleza de Din porque se despoouaria de todo e não haueria commercio nenhum; encomendouos que façais tratar esta materia muito particularmente com alguns theologos e canonistas dessas partes, e ver e tratar os inconuenientes que por huã e outra parte houuer (por que não se me deixaõ de offrecer alguns

por ambas as partes), e do que assentarem fareis fazer huã relação em que elles assinem, e ma enuiareis por uias com vosso parecer, e entretanto não se inuouará cousa alguã do estado em que atégora e ao presente estinerem em Dinos ditos pagodes até eu ver a dita relação e mandar o que houuer por mais seruiço de Deus e meu que se faça.

XIV. E posto que nas vias dos annos passados vos tenho mandado escrever que por ser informado que se tomauão alguns gancares e christãos da terra contra sua vontade pera remarem nas galés e outras embarcações de minhas armadas, não consentissem que se usasse desta desordem em vosso tempo, por esta materia ser de escandalo e contra justiça, vos torno de nouo a encomendar que não consintaes por nenhum caso que se fação estas estorções maes.

XV. E posto que me dizeis que fazendosse muita deligencia pera se saber da demanda que os moradores de Salseje traziaõ com meus officiaes sobre os foros que paguaõ, se não achara nenhum rasto della, todauia vos encomendo que se torne a fazer mais deligencia, e achandose este feito lhe façais fazer justiça nelle.

XVI. Tenho por bem feito ordenardes que os Christãos da Costa da Pescaria nomeem as pessoas que lhes parecer para Ouuidores daquella Costa sem a isso os persuadirem os Relegiosos da Companhia nem outras quaesquer pessoas, que he conforme ao que vos tenho mandado escrever nas vias dos annos passados sobre esta materia.

XVII. E no particular de Lourenço de Brito que veo nas náos da armada de 92 sobre que me escreueis, e que me enuiarieis alguns papeis que não vieram com a via que tiue pellas náos do anno passado, vos encomendo que se já não forem vindos mos enuieis nas primeiras náos com declaração da contia de diaheiro que dizeis que estaua em deposito em Sanct Francisco, e que haueria letigio entre elle e o Alferes mór, para uos mandar escre-

uer o que houuer por bem que se delle faça. Escrita em Madrid a 3. de feueireiro de 1594.

REY..

Pera o Visorrey da India.—3.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey..

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 273)

140.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pella não São João que o anno passado chegou a este Reino dessas partes recebi a terceira uia de uossas cartas que nella me enuiastes, e chegou tambem a não São Pantalliaõ, e as tres, capitania, Santo Alberto, e Nazaré não são uindas nem ha nouas dellas; premitiria nosso Senhor que inuernariaõ em Moçambique, e que as trará a seu tempo a saluamento; e como pella não São Christouão que chegou somente a este Reino das cinco da armada do anno de 92 não tiue cartas uossas, folguei de saber por estas, e assy pella que me escreuestes por terra em doze de Abril do dito anno o que dezieis que tendes feito nas cousas de meu seruiço, que he conforme á muita confiança que de uos tenho; e a uossa obriguação, e como de uós espero, de que tiue o contentamento que he rezaõ, e por certo tenho que tereis acrescentado a estes seruiços outros, e de tal maneira proseguireis nelles que mereçais fazervos por todos merce de que terei sempre muita lembrança, e vos encomendo que por todas as náos me escreuais pera que não possaõ faltar uias e nouas que sempre deuo ter desse estado, como uollo tenho mandado escrever pellas náos do anno passado, e por que cuidaui que já disso estaueis aduertido me espantei vir a não São Pantalliaõ sem uias.

II. E quanto ao que me escreueis que o Arcebispo de Guea fez chamamento dos Prellados dessas partes e começou o Sinodo em doze de Janeiro de 92, e que não fora de tanto effeito como a necessidade delle o requeria, e que pello Procurador de minha fazenda e Juiz dos meus feitos desse estado mandareis fazer as lembranças que uos pareceraõ que conuinhaõ, remetendouos á carta que sobre isto me escreuia o dito meu Procurador; por que não tinue carta sua, nem me enuiastes o sumario das cousas que se trataraõ no dito Concillio, não tenho neste particular que uos dizer senão que per desencia se me denera dar conta delle antes de se publicar, e pôrem as cousas delle em effeito como dizeis que se fez; e vos encomendo que me enueis o dito sumario nas primeiras náos que dessas partes uirem, se o já não tinerdes feito, e uos aduirtaes daqui em diante em uos não remeterdes no que me escreuerdes a outras cartas senão quando as mesmas cartas uierem juntamente com as uossas, e tambem em todas as vias das uossas cartas uiraõ vias dos papeis de que nellas tratares, pois sem tudo junto eu não posso ser inteiramente enformado de todas as materias das mesmas vias pera me resolver nellas; e vos ir reposta do que ouner por meu serviço, sendo de tanto prejuizo a elle dillatarensse.

III. E assi me escreueis tambem que pellas náos do anno de 92 e pellas do anno passado de 93 me enuiaueis a renunciação que Dom Frei Matheus Arcebispo de Guea fez daquella perlazia, a qual não ueio sendo de tanta importancia; pello que vos encomendo que ma enuieis nas primeiras náos (se não uier nas que se este anno esperaõ) feita na forma que se requiere pera se poder enuiar loguo a Roma e fazer obra por ella; e sobre esta renunciação que não acaba de chegnar vos escreuo tambem agnora na carta que vay por terra.

IV. Tinue mui particullar contentamento de me escreuerdes que a cristandade dessas partes vai crescendo com tanto aumento que he o que por todas as vias e com todas as forças se deue procurar, despondesse todas as cousas que a isto tocarem de maneira que se possam ter grandes

esperanças de em breue tempo se reduzirem muitas mais gentes ao gremio da Santa Madre Igreja, e posto que tereis muito particullear cuidado (como eu de uós creio) de fauorecer e ajudar tudo isto e os Relligiosos que andaõ nesta conuersaõ de que me daes conta por cousa tanto de minha obrighnação como por minhas Intrnções que leuastes uolo tenho taõ encarreguado, uolo torno de nouo a encomendar, pois esta he a principal cousa com que se deue dar principio e fim a todas as mais de que se naõ pode tratar senaõ com este primeiro fundamento dellas e de todas.

V. Foi bem feito dardesme conta do procedimento dos Bispos de Cochim, Mallaca, e China, e do modo com que procedem em suas obrighnações, e por que sempre será necessario fazerdeslhes de uossa parte as lembranças que conuem pera melhor comprirem com as mesmas obrighações, vos encomendo que assi o façais.

VI. Tenho contentamento de me escreuerdes que tendes particular cuidado de mandar pagar aos Prelados, Inquisidores, e Religiosos desse estado suas ordinarias e tudo o mais que tem por minhas prouisoões, e vos encomendo que assi o façais sempre pello muito que importa serem bem paguos de seus ordenados e ordinarias pera poderem cumprir melhor com suas obrighações. E no que toca á necessidade que a fortalleza de Ormuz tem de ser uisitada pellos ministros do Santo Officio pellas rezoões que em uossa carta apontaes, se tem feito lembrança ao Cardeal Archeduke meu sobrinho e Irmaõ como Inquisidor geral que he, que mandará nisso prouer como lhe parecer seruiço de Deos e meu, de que sereis auisado.

VII. E porque conuem tanto pera conseruação e augmento desse estado administrarsee igualmente a todos justiça sem respeito nem exceição de pessoas, tiue tambem contentamento de me escreuerdes como se admenistra assi na Rellação de Guoa como nas fortallezas dessas partes pellos Ouidores dellas, e que de uossa parte fazeis nisso todo o bom officio que conuem como uollo tenho encarreguado, e de nouo uolo torno a encomendar.

VIII. E pello que me dizeis das indisposições que tem o Licenciado Lopo Alurez de. Moura, Ouvidor geral do crime dessas partes, e uos parece que por esse respeito lhe deuo dar licença pera se uir pera este Reino, e assi por auer dez annos que serue nesse estado, posto que por ser enfermado que procede bem em sua obriguacão se lhe pudera dillatar, vendo o que sobre isto me escreueis e por lhe fazer merce, ey por bem que elle se possa uir pera este Reino nas náos da armada deste anno em que lhe fareis dar a embarcaçã e guazalhã de costumado; e no que toca aos mais letrados sobre que tambem me escreueis e me dais particullar conta vos mandarei escrever em outra carta minha o que com elles ouuer por meu seruico que se faça.

IX. O liuro de receita e despeza de todo o rendimento desse estado do primeiro anno do uosso governo que me dizeis que me enuiaueis naõ ueio com a uia que trouxe a não São João, e somente uieraõ dous liuros, hum das merces de officios e aluitres que deu o Governador Manoel de Sousa o derradeiro anno que governou este estado, e o outro da mesma qualidade do primeiro em que o começastes a governar. E porque sempre folgua-rei de saber o que rende em cada hum anno o mesmo estado e as despesas que se fazem do rendimento d'elle, vos encomendo que todos os annos me auiseis deste particular como volo já tenho mandado pellas vias do anno passado, e até que naõ veia este liuro vos naõ poderei mandar responder aos particulares que sobre esta materia me escreueis.

X. E porque he de tanta consideraçã como se sabe tratar-se com muito cuidado e diligencia da compra da pimenta vos agradeço o que tiuestes de buscar diñheiro pera a compra da que se carregou nas cinco náos do anno passado antes de chegar o cabedal que hia nas mesmas náos pello muito proveito que resulta a minha fazenda de se comprar esta pimenta no innernc de que se tem experimentado naõ auer tamanhas quebras como na que se faz depois que as náos chegã a essas partes;

e vos encomendo muito encarecidamente que assi o façais sempre, e que procureis por todos os modos possiveis que se faça no Canará toda a pimenta que poder ser como me escreueis, e se entende da cargua que uinha este anno e o passado que são das boas dos tempos antigos; e a Manoel de Medeiros Vedor da fazenda de Cochim mando escrever como me ouue por bem seruido d'elle no que me escreueis que fez neste particular, que soube somente pellas uosas cartas, porque d'elle as não tiue'o anno passado, e foi bem feito mandardes buscar a pimenta que estaua feita na fortalleza de Mallaca tanto que soubestes que não hia deste Reino não pera a trazer, e pellas rezoões que sobre isto me tambem apontaes, e bem quisera que este anno fora não a Mallaca, mas não pode ser, e procurar-seá que uá o anno que uem, Deos querendo.

XI. E pello bom modo que me escreueis em que procede Fancisco Paez, Prouedor mór dos contos dessas partes, nas cousas de meu seruiço e experiencia que tem dellas, foi bem feito mandardes por elle nisar as fortallezas do norte, como me escreueis que o fizestes, e trazer dellas as cousas necesarias pera os almazens de Guoa, por quaõ necessario he estarem sempre prouidos pera as armadas ordinarias desse estado e accidentes que lhe sobreuierem.

XII. E foi bem feito mandardes ás partes da China a Luis da Silva por Ouvidor geral pera deuassar dos que achasse culpados na cidade de Macáo na desobediencia que fizeraõ ás justiças e ao Capitaõ da uiagem de Japaõ que reside na dita cidade, e mandasse os culpados pera a India, porque não se poderá conseruar esse estado se se não tiuer o respeito deuido ás justiças e capitaes das cidades e fortalezas d'elle.

XIII. Tiue descontentamento de saber como fora ter á Ilha de Macáo a não castelhana de que me daes conta, de que era capitaõ hum Dom Rodrigo de Cordoua, com muita copia de dinheiro de mercadores pera empregar em fazendas da China; e posto que tenho já prohibido

per minhas prouisoões passadas pella Coroa de Castella o commercio das Indias occidentaes pera a China, o torno de nouo a fazer pello muito prejuizo que se entende que resulta deste commercio a ambas as Coroas naquellas partes, e vos encomendo que no que a uós toca façais nisto todas as preuençoēs que uos parecerem necessarias pera que de todo se euite o dito commercio, e o dinheiro que se lhe embarguou ao dito Dom Rodriguo se lhe naõ ouuera de restituir pello ter perdido, e o Capitaõ lhe naõ poder nem deuer dar seguro contra minhas prouisoões.

XIV Foi muito acertado naõ responderdes ao criado do Gouernador de Manilha que foi ter á fortalleza de Mallaca em huã embarcaçaõ pequena sem cartas suas em que diz que uos pedia fategas e ancoras por que (*sic*) fingir que lhas tomaraõ, e ir de Mallaca a Ceillaõ e dahy á Costa da Pescaria e Cochim parece que faz certo este tamanho rodéo que fez nir tentar estes portos pera nelles ter commercio, como me escreueis; pello que vos encomendo que por nenhum modo consintaes que o aja das Indias Occidentaes pera esse estado.

XV. He de tanta importancia procurarsse muito cobre pera as fundiçoēs da artelharia desse estado, e pera a moeda dos bazarucos com que se faz a despeza do seruiço da ribeira de Guoa, que sempre seraõ de muito effeito todas as delligencias que fizerdes por se auer, pello que tiue contentamento de me escreuerdes que tinheis mandado empregar dez mil pardãos de Realles nelle per conta de minha fazenda por naõ achardes quem o contratasse com as condiçoēs que conuinha a meu seruiço, e pello muito que importa á conseruaçaõ do mesmp estado naõ auer a falta de artelharia que me dizeis que nelle ha, vos encomendo muito encarecidamente que por todos os modos que forem possiveis procureis de auer todo o cobre necessario pera as ditas fundiçoēs, e se laurar a dita moeda, e do que nisto fizerdes me anisareis.

XVI. Tiue contentamento do cuidado com que procurastes mandar armada ao mar de Mallaca, de que foi por capitaõ mór Dom Bernaldo Continho, por a dita

Cidade e Pero Lopez de Sousa capitão della vos mandarem pedir socorro, e de ir em sua companhia o gualleão de Mallneo tam bem prouido de mercadorias como me escreneis. de que espero que resulte mais proveito a minha fazenda do que até qui teve destas viagens.

XVII. Posto que he do mór inconveniente que pode romperse o segredo das cousas que nesse estado se trataõ em conselho, pois as mais dellas ou quasi todas são de muita consideração e importancia, o que dizeis que não pode deixar de ser por se chamarem ao dito conselho muitas pessoas, e vos parece que será mais men serviço communicardes as materias de mór importancia com poucos, como o fizestes quando mandastes que Cosmo de Lafetá que estaua em Manar fosse tirar Simão de Brito da fortaleza de Ceillaõ por se ordenarem contra elle alguns motins, todavia ey por mais meu serviço que nos conselhos que fizerdes uades seguindo o costume antigo com os resguardos necessarios de maneira que fazendo-se os bons effeitos que se pretende se não escandalisem os fidalguos que me servem nesse estado, e eu confio de vós que uos auereis nisto de modo que cessem inconvenientes, e eu fique tam bem servido como por todas as nias se deue procurar.

XVIII. E quanto ao que dizeis que indo Mathews Pereira pera entrar na fortaleza de Ceillaõ de que lhe tinha feito merce fallecera antes de chegar a ella e lhe ficaraõ sua mulher, filhas, e huma enteada muito pobres. a quem dizeis que deno fazer merce de huã viagem da China que tinha o dito Mathews Pereira pera do proce-dido della se paguarem as diuidas que delle ficaraõ, e o remanente se partir por seus herdeiros; auendo respeito ao que sobre isto me dizeis, e uagar por elle a dita fortaleza de Ceillaõ, ey por bem de fazer merce a sua mulher, e filhas da dita viagem na forma que apontaes na uagante dos prouidos antes de dezoito dias do mes de dezembro do anno passado de quinhentos nouenta e tres em que lhe fiz esta merce.

XIX. Foi bem feito não procederdes descubertamente.

contra os culpados no motim que se fez contra Simão de Brito capitão da fortaleza de Ceillaõ pellas causas que apontaes, e encomendardes este negocio a Pedromem que entãõ hia entrar na dita fortaleza, e não concederdes ao Rajú as pazes que vos pedia, por terdes entendido que as pretendia pera se refazer, e com mais poder molestar depois a mesma fortaleza.

XX Das inquietações com que corre ElRey de Cochim nas cousas de meu serviço tenho desprazer porque procedendo assi não poderá deixar de auer alguã difficuldaes de sua parte pera se tratar da fortificação daquelle cidade tão necessaria pera a conseruação della como tenho entendido, e pello que me escreueis, e conforme ao que se deixa entender parece que está este Rey em differentes termos dos que se deuem procurar pera o ganhar e elle se não perder, e cessarem os inconvenientes que poderaõ resultar de se fazer fortificação contra sua uontade, e sendo esta materia de tanta consideração uos mandarei escrever em outra carta o modo em que ouner por meu serviço que nisto procedaes.

XXI. He de tanta importancia pera a conseruação desse estado fazerensse em todos os annos nelle as armadas necessarias, que sempre auerei este por hum dos mores serviços que nessas partes me podeis fazer, e com a pertençaõ de juntamente se poderem fazer alguns bons effeitos e com menos despeza e risco como seria tomarssse a fortaleza de Olala parece que inda as armadas com estes intentos seraõ mais utilles; pello que vos encomendo muito encarecidamente que neste modo procedaes neste particular pera que se não perca o occasiaõ que se offerecer de se poder tomar esta fortaleza, de que se podem anteuer tantos danos a esse estado como elle tem recebido da que tem feito Cunhallo, e que ha tantos annos que se trata de se extinguir, e que tambem de nouo vos torno a encomendar pera que o penhas em effeito se já o não tiver auido tanto que o tempo uos offerecer occasiaõ, pois se passaraõ atéguaõra alguã em que ambas estas cousas puderaõ estar acabadas.

XXII. E assi me dizeis que o Samorim trabalhou por todas as vias possiveis que se lhe fizessem pazes tomando por terceiro ElRey de Bangel e a Nũno Velho Pereira que andaua por capitaõ mór da armada do Mallauar, fazendo as mesmas instancias comousco por meio dos capitaes de Cochim e Cranganor, e Vedor da fazenda da carga das náos, enuiando a isso seus embaixadores, e que posto que os leuou a Guõa o dito Vedor da fazenda, por não irem na ordem em que tinheis asentado, e por tambem não cuidar o Samorim que a diligencia que na embarcaçã dos ditos embaixadores fizera Antonio de Sousa Guodinho fora por se dezeiarem estas pazes da parte desse estado, vos pareceira mais meu serviço não os ouir e os tornar a mandar a Cananor, o que me pareceo muito acertado pellas rezoês que sobre isto apontaes pello muito que importa quando se tratar destas pazes fazerensse em muita cautella e segurança por não acontecer nellas o que se uio nas que se fizeraõ os annos atrás.

XXIII. E tambem pareceo deueruos aprouar remeterdes a resposta das pazes que a Rainha de Olala vos mandou pedir ao Capitaõ mór do Mallauar pera a ouir e tratar dellas, e em caso que esta pratica uá por diante vos encomendo me auiseis de que resultar della, e uindo a termo de se concluirem se não faraõ sem se derrubar primeiro a fortaleza que esta Rainha tem feito.

XXIV. Foi bem feito encarregardes a Dom Aluoro d'Abranches de capitaõ mór da armada que dizeis de onze fustas, e a Dom Vasco Mascarenhas e a Joã Cayado de Guãboa das outras de que me daes conta, e espero que nellas me tenhaõ servido de tal maneira que por esse respeito e dos outros seus serviços folgue de lhes fazer merces, e vos aguardeço muito o cuidado com que ordenaes e proueis as cousas a que conuem acodir com as ditas armadas, e confio de uós que todas as que forem necessarias não faltaraõ em voso tempo.

XXV. E tambem me pareceo bem não dardes licença a Fradique Carneiro pera ir a este Reino pellas causas

que allegnaes por que em tempo que ha tanta falta nesse estado de pessoas das suas partes não conuem a meu serviço deixarensse vir senão com mui licitas causas, e lhe direis de minha parte que me ey por bem servido de se elle deixar ficar nessas partes, e que terei lembrança de lhe mandar responder a sua petição.

XXVI. E ao que dizeis que fizestes Capitaõ mór da armada do Mallaur a Dom Jeronimo de Azeuedo, posto que em Moçambique matará sua mulher por adulterio de que não estaua liure por faltarem alguãs solenidades á sentença que em seu fauor deu o Ouvidor da fortalleza de Moçambique, inda que nelle concorraõ as partes que escreueis pera o encarregardes desta armada, he de tanta consideração não estar liure da morte de sua mulher que me parece deueruos mandar que façaes nisto toda a diligencia necessaria a bem da justiça, e foi acertado tractardes este negocio na Relação de Guoa, e sempre auerei por meu serviço que em casos semelhantes se façaõ todas as diligencias que conuem pera justificação e clareza da justiça e das partes que a tiuerem se por uentura faltar quem por ellas se requeira pello desemparo que muitas uezes ha nestas taes cousas, e da resolução que se nesta materia tomar vos encomendo me auiseis, e que ajaes por hum dos principaes pontos de governo assi na paz como na guerra darsse á justiça o primeiro lugar que consiste em se ter mais respeito a ella que a outras cousas que inda que necessarias ficaõ accessorias.

XXVII. E assi me pareceo bem ponderado dizerdes me que a mais segura fortificação que pode auer nesse estado são as armadas, e vos encomendo muito encarecidamente que procureis sempre de as ordenar a seus tempos pera se conseguirem os effeitos que conuem sendo esta materia tão clara como todos o sabem, e vós inuito melhor com uossa experiencia e obrigaçãõ.

XXVIII. Tine contentamento de pordes em execuçãõ fazersse fortalleza em Mombaça, e por muito boa eleição a que fizestes em Matias Mendes de Vasconcellos pera esta obra pella experiencia que tem da costa de

Mellinde onde me tem bem servido, e no filhamento de fidalguo de que me escreueis lhe deuo fazer merce por seus seruicos me pareceo deuer preceder ter enformaçaõ uossa do modo em que procedeo em Mombaça onde o tendes mandado, de que me auisareis, e todas as mais cousas em que prouestes naquella costa de Mellinde as ey por bem ordenadas por uós, e assi meterdes de posse a ElRey de Mellinde da cidade de Mombaça e das terras que nella lhe destes, e ser tudo isto feito com parecer dos fidalguos desse estado de quem o tomastes, e posto que dizeis que mos enuiaes com a uossa carta me naõ foraõ dados, e deniaõ de uir nas outras vias, e vos encomendo que todas as materias desta qualidade trateis sempre com os fidalguos e pessoas de experiencia dessas partes, e os seus pareceres que sobre ellas vos derem viraõ em todas as náos com as uias como volo tenho mandado.

XXIX. De o Moguor ir crescendo em terras e poder como sinifficaes em uossa carta, e que se uai senhoreando do serto da costa da India, e ultimamente do Reino do Cinde que tem tomado, tenho por de muito inconueniente pera esse estado, e desastre mui grande estarem differentes o Dialcaõ e o Izamaluco pello muito que importana confederareense contra o dito Moguor; e sendo esta materia de tanta consideraçaõ, e que com rezaõ se deue muito arrecear, vos encomendo muito encarecidamente procureis de concordare unir estes dois Reis pera se melhor poderem defender do Moguor, e tenho por muito acertado a preuençaõ que dizeis que tendes feita com os Reis vezinhos pera naõ consentirem entrar o Moguor por suas terras, pello que uos ey por entregue esta materia pera fazerdes nella todos os bons officios que uos parecerem necesarios como tenho por certo que os já tereis feitos e ireis proseguindo, e assi me ey por bem servido do cuidado que tendes de saber dos desejos e intentos dos Moguores, porque como estaõ naõ vezinhos da fortalleza de Dio como dizeis, conueni que aja nella tanta vigilancia como a importancia duto

o pede, e a Pero d'Anhaia mando agradecer o bom modo com que me escreueis que procedia na dita fortaleza, e conforme a isto me ey por bem seruido dos intentos com que Dpm Joaõ Pereira e Dom Jeronimo Mascarenhas capitães da fortalleza de Ormuz procuraraõ de dar socorro a ElRey do Cinde contra o Mognor, e o mesmo que vos encomendo sobre Dio anei por dito sobre as mais fortalezas especialmente as do Norte pois tem tal vezinho.

XXX. E agradeçonos a diligencia com que procurastes de mandar tirar o dinheiro da não do Izamaluco que se perdeo defronte de Aguaçaim vindo de Mequa pera Chaul, e tençaõ com que o fizestes, e foi bem feito mandardes Coye Abram ao mesmo Izamaluco com o recado que lhe leuaua Antonio da Rocha, e pella boa enformação que se me tem dado deste Judeu me parece acertado meterdello nestas cousas e que o será fauorecedello no que ouuer lugar quando dellas der boa conta, e saber elle como assi volo escreuo.

XXXI. E foi bem feito o concerto que Francisco Paez por uossa ordem fez com os moradores de Tarapor pera se cerearem de muralha e baluartes para sua defensão, e folguei de saber como procuraõ os moradores das fortallezas de Chaul e Damaõ por se acabarem de fortificar, o que vos encomendo procureis que seia com a maior breuidade que puder ser pella importancia de que isto he.

XXXII. E porque a materia dos resgates de Çofalla sobre que vos mandei escrever nas vias do anno passado he da consideração que vos será presente, e em que aneirei por meu seruiço tomarsse a resolução que conuem, e espero vossa reposta, vos encomendo que se ma não tiuerdes enuiada nas nãoas que se esperaõ este anno ma enuieis nestas e com taõ clara enformação de tudo que não seia necessario outra diligencia para me em resolver nesta materia.

XXXIII. E quanto as que me dizeis que huã nao Ingreza foi ter a Tilangone seis leguoa de Mocambique, e que Dom Jeronimo de Azenedo que estaua por capitão daquella fortalleza lhe defendera a aguada que

estava fazendo, me ey por bem servido no modo em que nisto procedeo, e asi na ordem que nós destes pera se aquietar o aluoroço em que inconsideradamente se pudera por este estado com as nonas que esta não deu de irem outras muitas a elle; e pois estes cosairos começaõ a ir a essas partes, conueni muito por tudo o que uos será presente que façaister muita uigilancia nisto pera que se procure por todas as vias que vos forem possiveis por se tomarem as que forem ter aos portos desse estado, ou se desbaratarem de tal maneira que não somente não posaõ ir auante com seus intentos, mas que se arrependaõ muito de os terem cometidos, e não ousem tornar outra vez a elles, como confio de vós que o fareis.

XXXIV. E assi me ey por bem servido do concerto que ordenastes que se fizesse na não Saõ Joaõ que o anno passado ueio a este Reino pera poder trazer a carga da não de Mallaca em que uinha por Capitaõ Diogo Nunez Gramaxo por estar encapaz de poder fazer viagem, e bem se uio o effeito de que isto foi com a não Saõ Joaõ chegar cá a saluamento, e uir nella Dom Joaõ Pereira por capitaõ que a deffendeo muito bem dos cossarios que o cometeraõ como lá sabercis, e vos agradeço a lembrança que fazeis sobre o contrato das náos que uaõ deste Reino pera essas partes em que mandarei prouer como ouner por mais meu seruiço e a importancia desta materia o pede.

XXXV. Posto que o intento com que me escreueis que será seruiço de Deos e meu ordenarssse na cidade de Guoa hum mosteiro de Relligiosas he de louuar, todavia por ser esta materia de quallidade que traz consigo muitos inconuenientes, e que em ues de se ordenar pera recolhimento das donzellas desse estado será por uentura occasiã do contrairo pella quallidade da terra e liberdade de qua usaõ os soldados, me pareceo que não conuem fazarse este mosteiro como vello já mandei escrever nas vias dos annos passados, e materia he praticada de muito tempo e que sempre se entendeo que não conuinha,

XXXVI. E assi entendi por uossas cartas como alguas pessoas particulares ajudadas dos Relligiosos da Companhia de Jesu trataraõ de instituir na casa dos Professos que tem na cidade de Guoa huã noua confraria em que se assentassem todos os soldados que andauaõ nessas partes em meu seruiço, e naõ outra pessoa, e que sabendo isto os Irmaõs da Misericordia e officiaes da Camara da mesma cidade vos pediraõ naõ consintisseis fazersse esta confraria, apontando pera isso as rezõs que na mesma carta se contem; e auendo respeito ao que nella se allegua, ey por bem que de todo se extingua esta confraria pellos inconuenientes que della podem resultar, e naõ consintaes daqui em diante que se façaõ outras semelhantes, e aos ditos Relligiõs da Companhia podereis aduertir da minha parte que inda que o seu intento nestas cousas seia tao bom como eu delles creio, que naõ conuem meterensse nellas sem ordem vossa, e que assi ouueraõ de proceder nisto.

XXXVII. De muita consideraçaõ he a lembrança que fazeis do grande prejuizo que pode ser a meu seruiço e á conseruaçaõ desse estado a muita communicaçãõ de Venezeanos, Armenios, e outra muita gente estrangeira que por nia de Ormuz vaõ a essas partes, a que parece que conuem mandar fazer alguã prohibiçaõ pera que naõ passem da dita fortalleza pera diante, e mandem somente suas fazendas como apontaes, e vos encomendo que tenhaes nisto tal modo que se se faça e effeitue assi sem escandallo dos mercadores e prejuizo do trato dessas partes.

XXXVIII. E quanto ao que me dizeis que a alfandega de Guoa naõ he capaz pera aguazalhar as fazendas que vem a ella, e que he necesario acrescentarse ou fazersse outra maior, pedindome alguã ajuda pera despeza desta obra por ser taõ necessaria como me escreueis, vos encomendo ordeneis como se faça com a mais breuidade que puder ser applicando pera ella alguas condenaçõs e aluitres quando naõ bastate o que será declarado no capitulo seguinte.

XXXIX. E porque tambem me esereueis que ha muita necessidade de se acrescentar a casa do hospital de Goua pellos muitos doentes que ordinariamente se nella curaõ, pera o que me pedis mande aplicar o dinheiro per que se uenderhuã niagem da China e faça pera isto merce della, e tendo eu a tudo isto respeito ey por bem de lhe fazer merce da dita niagem pera que do proceffido della se faça e redêffique de nouo o dito hospital com enfermarias bastantes pera se nelle poderem curar todos os doentes dessas partes, e que naõ nas naõs do Reino quando lá cheguaõ, ordenandosse as enfermarias de tal maneira que os doentes possaõ ser bem curados e prouidos assi no espiritual como no temporal, por ser enformado que as enfermarias que hora tem allem de serem pequenas pera se poderem curar todos os doentes que acedem ao dito hospital, naõ estaõ em molto conueniente: e o dinheiro que sobrejar desta obra será pera a obra da fundegua de Guon, a que vos respondo no Capitulo atrás, e quando ficase algum remanecente depois de feitas as ditas obras o fareis despender em outras semelhantes começando pellas de mais obriguacaõ. (a)

XL. Os inconuenientes que me dizeis que procedem das trespassaçõs que se fazem das fortalezas dessas partes que muitas uezes acontece ser em pessoas de pouca idade, e de nenhuã experiencia dellas, me parece materia de consideraçãõ, e mandarei prouer nella como conuem pellas rezoẽs que sobre iso apontaes que me saõ presentes.

XLI. E tenho por de muito meu seruico a lembrança que me fizestes de mandar embarcar pera essas partes

(u). *Verba á margem.*

— Sua Magestade per Aluará feito em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1397 omne por bem que esta viagem da China se fizesse diante de todos os prouidos dellas sem embargo de suas prouisoẽs e do prejuizo que podem alegar que disso recebem; e por o dito Aluará requerer esta verba a puz. Em Goa ao derradeiro de Agosto de 1600, E o proprio Aluará ficou em poder do Senhor Conde Almirante Viso Rey—Luis da Gama.—

os fidalguos que estão despachados pera ellas pella muita falta que ha de gente nesse estado, e em especial de fidalguos e pessoas de quallidade, e tenho mandado dar ordem pera que nestas náos se embarquem todos os que estão despachados, e procurar-seá que uão ou a maior parte delles.

XLII. E vendo as lembranças que me fazeis sobre as fazendas que uão de Malaca pera São Thomé costumando dantes irem á alfandegua de Guoa onde paguauão os direitos a minha fazenda, o que agora se não faz, me pareceo mandar passar prouisaõ pera as taes fazendas que se naueguarem pera São Thomé onde não ha alfandegua minha paguarem na de Mallaca os dereitos que ouuerão de pagar e dantes paguauão na alfandegua de Guoa. E a ditta prouisaõ vay nestas uias.

XLIII. Tive contentamento das nouas que me escreueis do Xá Rey da Perssia pella muita importancia de que são todos os seus bons sucessos contra o Turco, e vos encomendo que sempre me escreuais dos que aquelle Rey tiuer contra elle, e lhe enueis as cartas que quasi em todos os annos vos mandei pera esse effeito, que por serem lá tantas sem inda vir reposta de nenhũa, não uão aguora outras nestas náos; e se todauia lá faltarem as ditas cartas me auisareis pera irem as que forem necessarias, em que não ha que ponderar se responde com breuidade ou dillação (sendo a distancia do caminho tamanha) quando ellas fossem de effeito, que he o a que somente se deue atender.

XLIV. Foi bem feito mandardes os quatro nauios e duas gualleotas nouas pera a fortalleza de Ormuz com repairos e madeiras pera ella, e bem creio de vós que em todas as cousas desta quallidade procedereis assi como quem entende a importancia desta preuenção.

XLV. Folguei de saber o cuidado que tendes de prouer os Christãos Portugueses das terras do Preste João pellas necessidades que elles e os dous Religiosos da Companhia que estão com elles padecem, e como orde-naueis que lhe fosem quinhentos pardãos de esmolla, e

vos encomendo muito que tenhaes particular conta com esta gente, e auizarmeis se corre inda com esta correspondencia hum Luis de Mendonça de Dio a que fauorecereis pera que continue com ella, e por ser informado da muita difficuldade que ha de se leuar este prouimento por mar, enformarouseis se da costa de Mellinde poderá auer communicaçã pello certaõ dentro com aquelle Reino onde estes Christaõs estaõ, de que me auizareis, porque de se abrir este caminho me auerei por muito bem seruido como cousa de que podem resultar grandes effeitos, e como tal vola torno a encomendar outra ues.

XLVI. Por não ser cheguada a não capitaina em quem Francisco de Mello vos não pode ir reposta ao que me escreueis sobre ho engenho que fez hum Frances que reside na cidade de Guoa pera com elle se poderem leuar com facillidade as uergas das naaos que seruem nesta carreira, que por ser cousa que dá tanto trabalho aos que uão nas mesmas náos, vos encomendo que lá façaes experimentar este engenho, e achando que he de tanto effeito o façais trazer em cada hũa das náos que vierem desse estado; e ao mais das vossas cartas vos respondo com outras que uão nestas vias. Escrita em Lisboa ao primeiro de Março de 1594.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey da India.—3.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 245.º)

141.

Viso Rey, amigo. Eu El Rey uos ennio muito sandar. Posto que por outra carta que he a primeira das que vaõ nestas irias (a) vos mando escreuer largo sobre as materias que por ellas vereis, ficaram pera esta outras de meu seruiço de que tambem me daes conta per vossas cartas que vierom nas náos do anno passado.

II Depois de vos ter mandado escreuer que naõ era qua chegada a renunciaçaõ do Arcebispo de Goa se apresentou com cartas suas, mas foi taõ tarde que se naõ pode fazer por ella obra antes da partida destas náos, e posto que vos tenho mandado responder ao particlular do Sinodo de que me destes conta, me pareceo aduertiruos no que toca ás duuidas que ouue entre os Bispos de Malaca e Cochim sobre a presedencia naquelle Sinodo que daqui em diante nestes casos precedaõ os Bispos que primeiro forem sagrados, como he costume.

III. E quanto ao que dizeis que o anno atrás vós tinheis remetido as cartas de Pero Lopes de Sousa capitão de Malaca, e que assi o fazieis nas que me enuiaueis pella armada do anno passado sobre o estado em que estaõ as cousas daquella fortaleza. por que estas cartas naõ vierom nestas duas armadas posto que o dito Pero Lopes me deuia dar de tudo muito larga informaçã, todania sempre nestas materiaa a deueis tomar muito particular de mais que de huã pessoa, e inuiardesma com cartas que me escreuerdes.

IV. Tambem me dais conta que pellos inconuenientes que em vossa carta apontais se naõ ordenou a fortaleza que tenho mandado que se fizesse na ponta de Gaspar Diaz pera defençaõ da barra de Goa, e que assentareis com parecer de muitas pessoas desse Estado de cercar aquella cidade, pera o que se começauaõ os alicerces, e tirando pedra para esta obra de que me enuiaueis a traça,

(a) He a primeira das que tem data de Lisboa, mas a segunda das desta monçaõ.

e assy ontras das fortalezas dessas partes; e por que não vierom com a via que tuue, encomendouos mas ennieis em todas as náos para com isso vos poder mandar escreuer o que neste particular houuer por mais meu seruiço.

V. E posto que em outra carta minha que vay nestas uias vos tenho aprouado darense a ElRey de Mellinde ametade das terras de Mombaça por ser conforme ao que vos tenho mandado escreuer, me pareceo aduèrtiruos nesta que as terras que assy lhe derdes sejaõ das de dentro da Ilha, e que das de fóra della se lhe não dem nenhuma sem primeiro me enuiardes informaçã da qualidade dellas, e sobre se dar ao dito Rey alguã renda na alfandega que se ordena naquella Ilha me parece que somente se lhe poderá conceder a redizima dos direytos que se nella pagarem, por quanto por este respeito trabalhará por uirem muitas fazendas a ella, e ser de mais rendimento.

VI. Vy o que me escreuestes sobre vos parecer mais meu seruiço applicarensse ametade das condemnaçoẽs da justiça dessas partes pera os Portuguezes que se captiuão nellas pellos não poderem resgatar as Misericordias desse estado, antes que enuiarensse a este Reino pera o resgate dos captiuos delle, pello que hei por bem que o dinheiro se applique para o resgate das pessoas que se captiuarem nesse Estado; e nestas náos se vos enuiaraõ regimentos do modo que nisso se deue ter.

VII. E assy me dizeis que as mais das pessoas que pagaõ direytos a minha fazenda os sonegaõ fundados em dizerem que lhes tenho obrigaçã pellos seruiços que nessas partes me tem feitos, e que geralmente os absoluem os Religiosos dellas, em que minha fazenda recebe muita perda e dano, e que para se atalhar esta desordem deuia impetrar breue do Sancto Padre pera que os confessores não pudessem absolver as tais pessoas saluo no artigo da morte; e por ser isto materia em que pode haer muytos inconuenientes me pareceo que se não deuia tratar deste breue, e encomendouos que procureis particularmente que se tenha muyta vigilancia para se não sonegarem os tais direytos.

VIII. Na falta que dizeis que ha de desembargadores da Reilação de Goa por terdes mandado alguns pera o Reyno cujos lugares fiquarom vagos, se naõ pode agora prouer. mas ficasse tratando disso, e nas primeiras nãos yraõ alguns, e entretanto hey por bém que por esta vez prouejais os lugares de desembargadores que estiuereim vagos nos Ouuidores letrados que me seruem nas fortalezas desse estado que mais partes tiuerem pera isso, por que desta maneira se entenderem que haõ de ser melhorados folgaraõ de me ir servir nos ditos cargos de Ouuidores.

IX. Foi bem feito auisardesme de alguãs materias tocantes ao Sancto Officio desse estado, em que o Cardeal Archiduque meu sobrinho e irmaõ dará a ordem que conuem, como entenderéis pello que sobre isto escreue aos Inquisidores e mais ministros dessas partes.

X. E assy me dizeis que déstes em dote ao Licenciado Francisco de Campos que seruia de Ouuidor de Goa o cargo de Juiz dalfandega da mesma cidade por casar com huã das horfaãs que por meu mandado forom do Reyno, e tendo a isso respeito, e á boa informaçã que me dais de seu procedimento em meu serviço, ey por bem de lhe confirmar o dito cargo conforme a prouisaõ que lhe delle passastes, posto que seja de mais qualida-de dos que ordinariamente se costumaõ dar para casamento das horfaãs. (a)

XI. E assy vy o que me escreueis sobre a falta que ha na casa dos contos de Goa de contadores, de que tam-bem me dá conta Francisco Paez Prouedor mór delles, e como vos parece meu serviço aposentarensse alguns, pello que hey por bem que se aposentem os contadores Antonio do Prado, Aluaro Mendez, Tristaõ da Noua, e

(a.) Tem á margem esta verba.

= Por virtude deste Capitulo se passou Carta ao Licenciado Francisco de Campos Tavares em 16 de Agosto de 1597 do cargo de Juiz dalfandega de Goa, que por outra Carta lhe tinha dado o VisoRey Mathias d'Albuquerque - João d'Abreu =

Antonio da Costa, e que a todos quatro deis satisfação conueiente com consideração da qualidade de seus serviços e merecimentos, do que me avisareis, e tenho mandado que nestas uías se enuieia dous contadores para alguns lugares destes que se aposentão, posto que tambem qua ha falta delles, e pellos inconuenientes que me dizeis que ha de seruirem naquella casa alguns mistiços, vos encomendo que os não occupeis em cargo algum dos ditos contos senão muito raramente, e em pessoas muito benemeritas e confidentes; e no particular de se tornar a admitir a elles Diogo Vieira que nas vias do anno de 90 mandei suspender, vos encomendo vos informeis da causa que trouxe para tornar a servir e assi de seu procedimento do que tambem me avisareis.

XII. E assy me dizeis que por terdes sabido que o Hizamaluquo tinha prometido ao Mogor o Reyno de Barar mandareis por esse respeito uisitalo por Coje Abrahaõ judeu, e pera vos trazer nouas do que se lá tratasse sobre este particular, e por ser informado que este judeu sempre tratou verdade em materias semelhantes em que os VisoReys desse estado o occuparom, ey por bem de lhe fazer merce de duzentos pardãos de tença em cada hum anno não tendo elle hauido a merce que lhe o Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho (que Deus tem) mandou dar na pensão que paga Joaõ da Costa Peleja da Tanadaria de Pangim, ou alguma outra merce depois disso em equiualencia della, e me hey por bem servido na diligencia que fizestes com o Hizamaluquo pello muito que importa não deixar chegar tanto a esse estado o Mogor, e vos encomendo muyto encarecidamente que por todas as vias estroueis este intento que tem em tudo o que puder ser, como uollo tambem tenho mandado escrever por outra minha carta que vay nestas uias.

XIII. O cargo que dizeis que he necessario prouersse de Juiz dos Caualeiros das Ordens Militares que residem nessas partes para determinar suas causas como se costuma no Reyno, hey por bem que se prouea em hum dos desembargadores da Relação de Goa que tenha o

habito de Nosso Senhor Jesu Christo, e as partes necessarias, e pera isso irá a prouisaõ feita e assinada por mim nestas vias com o nome em branco pera vós lho pordes lá, e irá tambem com eila hum regimento feito pella Mesa da Consciencia e Ordens do modo em que se liade proceder no dito cargo.

XIV. E assi me dizeis que será meu seruiço que o rendimento da Ilha de Salsete de Goa se applique todo para as despesas da ribeira della pello muito que importa a meu seruiço naõ hauer falta no pagamento dos officiaes que trabalhaõ nas armadas e nas maes cousas necessarias para ellas, e vendo o que sobre isto me escreueis, hey por bem que o dito rendimento se applique para as ditas despezas e se naõ despenda em outra cousa.

XV. E assi me dizeis que quando fostes para esse Estado vos mandey que naõ consentisseis ir euallos de Ormuz ao Canará, Cochim, e aos mais lugares daquella costa, e que todos se leuassem a Goa dando fiança em Ormuz ao fazerem assi, mas que isto tinha abatido tanto nos direitos dos cauallos que rende esta renda a terça parte menos do que dantes rendia, e tendo respeito ao que sobre isto me escreueis, hey por bem que daqui em diante se naõ use mais da prouisaõ que sobre esta materia mandey passar, e vos excomendo muito enoacrecidamente que deis ordem como logó se contratem os direitos destes cauallos para se naõ perder o rendimento delles. Escreita em Madrid a 3 de Março de 1594.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.^a via.

(Livro 2.^o fl. 243)

142.

Vissorci amigo. En ElRey vos enuio muito saudar. O Licenciado Aluoro de Moraes Prouedor mór dos defunctos nesse estado me escreueno que por auer muitos annos que que serue, e estar nelhe, e com muitas indisposições, me pedia lhe fizesse merce de lhe dar licença

pera se pode vir pera este Reino dar remedio a suas filhas, e lhe mandasse fazer pagamento de tres mil pardãos que lhe eraõ deuidos de seus ordenados, e vendo ò que sobre isto diz, e por lhe fazer mercê, hey por bem de lhe dar licença pera que se uenha nestas náos onde lhe mandareis dar gazalhado conueniente como se custuma, e fazer pagamento do que lhe for deuido de seus ordenados.

II. O Arcebispo de Goa Dom Frei Mateus me escreueo que os Relligiossos dese estado continuauão em terem prissoẽs particulares e meirinhos, e castigarem de sua autoridade os christaõs da terra, e lhe tomarem sua jurdiçaõ, e muitas uezes entrarem pella minha; e por que vos tenho mandado escrever pollas uias dos annos passados vos informasseis muito particularmente deste abuso tanto contra o seruiço de Deos e men, e me avizasseis, uollõ torno de nouo a encomendar pera que se o não tendes feito pellas náos que este anno se esperaõ o façais pellas primeiras dando ordem pera que se enite este tal procedimento.

III. O Bispo de Cochim Dom Frei André me enuiou dizer por Frei Manoel da Piedade seu procurador que cada dous e tres annos vai visitar aquelle Bispado em que gasta mais de seis mezes, e fazendo nisso muita despesa, e com muito risco de sua pessoa por causa dos cosairos que andaõ no mar, pedindome lhe mandasse dar luã fusta com marinheiros e soldados necessários á custa de minha fazenda; encomendouos que vos informeis do modo em que se procedeo nestas uisitaçoẽs com os Bispos seus antecessores, e constandouos que se lhe dauaõ embarcaçaõ e gente pera o acompanhar á custa de minha fazenda se procêda assy com elle pera que não aia falta nas uisitaçoẽs que ouuer de fazer, e se não poderein escusar.

IV. E assy me pede o dito Bispo mande acudir com breuidade aquella See de Cochim antes que se uenha ao chaõ de muito velha; e por ser enformado que foi huã das primeiras Igrejas que se fizeraõ nessas partes depois do descobrimento dellas, e que está taõ velha e danificada que se lhe não acudirẽ se uirá de todo ao chaõ,

vos encomendo que deis ordem como se reforme esta igreja, e do que nisto ordenardes me avizareis.

V. E tambem tracta de se prouer a dita igreja de ornamentos pella falta que delles ha, e serem gastados os que lhe foraõ dados quando se ordenou aquella See; e posto que sobre este particular vos tenho mandado escrever pellas uias do anno passado, uollo tornò de nouo a encomendar pera que das sedas e brocadilhos que das fortalezas de Ormuz e Dio, e China vem a essas partes ordeneis que se lhe façaõ os ornamentos necesarios pera o culto diuino.

VI. Hum Gonsallo Soares Cardim que ha muitos annos que está com os Christaõs que residem na Ethiopia nas terras do Preste Joaõ escreueo huã carta larga a Duarte Delgado, secretario que foi desse estado, em que lhe pede me apresente mande pôr cobro em mais de mil almas catolicas que estaõ naquelle Reyno da Ethiopia padecendo muitas necessidades receosso que como lhe faltarem dous Relligiosos que rezidem com elles, e dez pessoas das antigas que inda saõ uiuas, que de todo se perca aquella cristandade por se ter entendido do Preste que de todo desfauorece aquella gente e a desseja ver acabada, por se temer que se for em crescimento o obrigaraõ a se reduzir á igreja Romana, e que em tanto está desuniado da amizade que dantes tinha com esse estado que affirma este Gonsallo Soares que naõ tem o respeito deuido ás cartas que lhe mando escrever, nem se dispoem a me responder a ellas, e somente tracta de recolher alguns presentes que em meu nome lhe enuiaõ os VisoReis desse estado. E por que conuem ao seruiço de Deos e meu, e reputaçã do mesmo estado naõ deixar perder aquella christandade que poderá ser caminho por onde se reforme a daquelle taõ grande Reino, e se naõ perqua de todo o lume que tem da fee; sendo tambem obrigaçã tratar do remedio daquelle gente, vos encomendo que por todos os modos que uos forem possiveis os prouejaes assy de dinheiro pera suas necessidades como de relligiosos que os conueruem em bone

christãos. E por que em outra carta minha vos encomendo o remedio desta cristandade, e que procurasseis por se intentar se por uia de Mellinde se lhe poderia mandar algum socorro, vendo ora por esta carta de Gonssallo Soares (que se deu depois de uos ter escripto a outra) como elle affirma que por aquella uia não podem ser socorridos por respeito de huã gente que chamaõ Gallas que tem senhoreado a terra toda, e estar perdido o commercio que auia em Braua ha muitos annos, e se perder tambem a estrada dos mercadores que por ella uinhaõ áquelle Reino da Ethiopia, me pesou disso tanto como he rezaõ; e porem inda confio que pois já aquelle caminho esteue aberto, abrirá nosso Senhor algum sendo vós disso o instrumento pera que se torne a facilitar o que agora parece difficultoso, em que uos encomendo muito procedaes com todo o cuidado e diligencia,

VII. E por que diz que por uia de Luis de Mendoça morador na cidade de Dio tiueraõ reposta das cartas que escreuiã e assy os socorros que ihe mandauã desse estado em tempo de treze annos que com isto correo, o que agora lhes falta por se mudar em outra pessoa, vos encomendo ordeneis como este seu socorro vá encaminhado pello dito Luis de Mendoça, por que allem desta informaçã tenho tambem a mesma por outras uias, e será rezaõ que o dito Luis de Mendoça entenda que por esse respeito folgarei de lhe fazer merce, e terá certo o uosso favor e ajuda, e ao dido Gonssallo Soares mandareis escrever animandoo e auisandoo de come a sua carta pera Duarte Delgado chégou a mim, e folguei de saber como elle procedia no que de sua parte podia fazer.

VIII. ElRey de Gundra me escreueo nas náos do anno passado huã carta em que me significa que tem muita amizade com esse estado, e me pede lhe mande confirmação della pera todos seus descendentes; e por que entendi por Nicollão Petro Cochino, Vedor que foi da fazenda em Cochim, que a amizade deste Rey será de importancia assy pera a conseruação da fortaleza de Conllaõ, como pera a carga da pimenta, vos encomen-

do que uos aproueiteis della nas cousas de meu serviço principalmente na carga da pimenta, mostrandolhe como vos he por mim encomendado, (e eu mando responder á sua carta remetendome a vós) e me aniseis de que effeito será a amizade deste Rey e conservallo nella, porque esta he a primeira vez que soube que pode ser de muito momento pera estas cousas; e assy me pede o dito Rey merce pera Fernaõ Jacome, e pera Fernaõ Monteiro que deuem rezidir naquella fortaleza de Coulaõ; informaruoseis da callidade destes homens, e se me tem servido nessas partes de maneira que por esse respeito lhe deua fazer merce.

IX. A molher do Rui Gomes da Gram, que Deos perdoe, me escreueo nas náos do anno passado pedindome merce pellos serviços de seu marido; encomendouos que a mandeis visitar de minha parte por este seu noio, e vos lembreis de a fauorecer nas cousas que for rezaõ, e isto conforme ao que permitirem as mesmas cousas e o seu procedimento della, significandolhe que terei leimbrança de mandar uer sua petição pera se responder a ella como ouuer lugar.

X. O Licenciado Simaõ P'reira que ora serue de Chanceler desse estado me escreueo que na deuassa que lhe mandey tirar de Manoel de Sousa Coutinho, Governador que foi desse estado, chamando pera testemunhar nella Antonio Giralté, Vedor da fazenda de Goa; e a Jorge de Lemos escriuaõ della, e Aluero de Moraes, o naõ quise-raõ fazer tendo pera isso mais obrigaçaõ que outras pessoas por serem ministros de minha fazenda, e de que se tinha entendido que sabiaõ particularmente as muitas desordens que nella se faziaõ, de que me tenho por des-servido; e uos encomendo que assy lho signifiquéis e os reprendaís de naõ cumprirem nisto com sua obrigaçaõ em meu serviço.

XI. Pello que me escreueis de Francisco Paes, Pro-nedor mór dos Contos de Goa, me hei por bem servido delle nas diligencias que tem feitas nas fortalezas do norte nas materias de minha fazenda, de que em uossas

cartas me dais conta, e porque trata de alguã desordens que correm nas mesmas fortalezas pellos Relligiosos da Companhia de Jessus, vos encomendo pronejais nisto como uirdes que conuem, e vades continuando nos tomboos que mandais fazer das terras e rendas que pertencem a minha fazenda, e que particularmente façais fazer tombo das de Goa, Salcete, e Bardes, e das mais rendas que tiver minha fazenda nas fortalezas desse estado. E porque o dito Francisco Paes me escreue que o Contador Aires de Mendoça que deste Reino foi pera servir de Contador nos contos de Goa procede bem em sua obrigação, vos encomendo o fauoreçais no que ouuer lugar, e em especial no pagamento de seu ordenado, e lho façais consignar em parte onde o aja com effeito, pera com isso poder melhor cumprir com a ditta sua obrigação, como uollo tenho mandado pellas vias do anno de 90.

XII. E assy me diz que os ditos Relligiosos da Companhia se queixaõ de lhe naõ renderem os presentes que lhe tenho concedidos dous mil pardãos, mas antes muito menos; e porque pellas vias do anno de 89 em huã das cartas della, capitulo 7.º (a) mandei escrever o que auia por meu seruiço que se fizesse sobre esta materia, de nouo naõ ha que tratar della senaõ esperar reposta uossa do que nisto estiuier feito.

XIII. Sîmaõ de Brito capitaõ que foi de Ceillaõ me escreueo como saira daquella fortaleza pobre e com diuidas pedindome lhe mandasse fazer pagamento dos ordenados que nella venssera; encomendouos que sendo assy como diz lhe façais fazer pagamento delles.

XIV. ElRey de Ceillaõ me escreueo que se lhe naõ daua embarcaçaõ pera uma certa cantidade de canella de que lhe tenho feito merce; e porque sempre será rezaõ que se tenha conta com elle, e se fauoreça em suas cousas assy por ser christaõ como por suas necessidades, vos encomendo lhe deis toda ajuda e fauor que ouuer lugar, e que seja respeitado em suas cousas pera que

assy se aquiete e naõ tenha rezaõ de poder fazer queixas. Tambem me pede lhe faça merce de confirmar a Manoel Gomes Raposso o officio de Juiz dalfandegua de Dio que o Conde Dom Francisco Mascarenhas lhe deu pera casamento de huã sua filha, e antes de lhe mandar responder a este particular me pareceo deuer ter informaçãõ vossa deste Manoel Gomes e de seus serviços, de que uos encomendo me aviseis.

XV. ElRey de Ormuz me escreueo nas náos do anno passado queixandosse de mandardes por Dom Jeronimo Mascarenhas quando foi entrar naquella fortaleza hum Regimento pera que se embargassem suas rendas e estivessem depositadas em maõ de Rás Xarrafo, Gazil daquelle Reino, e se recolhessem em hum cofre de tres chaves de que teria huã o Capitaõ, outra o Vedor da fazenda, e a outra o dito Gazil, e que corresse por sua maõ o gasto deste Rey; e posto que lhe mando escrever que ordenarieis isto assy por entenderdes que lhe conuinha e ao mesmo reino tersse esta ordem com o rendimento delle, bom fora que tinera disto enformaçãõ per u. sas cartas, e assy o será que mo escreuais. E tambem se queixa que hum Antonio d'Oliueira dera sentenças contra elle de contia de mais de sasenta mil cruzados; encomendouos que uos informeis deste particular e lhe façais fazer justiça em tudo o que a tiuer, porque assy como se deue dar remedio ás desordens deste Rey naõ deueis consentir que se lhe faça nenhum aggrauo nem enjustiça. Tambem me pede faça merce por seu respeito a Gil do Prado e a Francisco de Aguiar, e antes de lhe mandar responder a isto me pareceo deuer ter informaçãõ vossa da callidade destas pessoas e de seus serviços, encomendouos que ma enuieis.

XVI. ElRey de Cochim em huã carta que me escreueo se aggrana de se criar de nouo na alfandegua daquella cidade o officio de corretor mór de que está prouido Fernão Rodrigues de Maris, sobre que dá alguãs rezoões, encomendouos que uos informeis muito particularmente disto e me aviseis se para se aquietar este Rey conuem a

meu serviço estinguirse este officio. E também se queixa que o Onvidor daquelle cidade lhe toma sua jurdição conhecendo das causas ante seus vassallos, e que os Vereadores do anno de '92 fizeraõ alguãs prematigas contra os ditos vassallos, e tolheraõ irẽm a seus reinos os mantimentos ordinarios; e que os moradores da mesma cidade escandalizavaõ os mercadores Bramenes que hiaõ a seus reinos e lhẽ pagavaõ direitos, e que com medo naõ ouzuõ de vir a elles, e lhe dauaõ muita perda: encomendouos que vos enformeis de todas estas cousas, e lhe façais inteiramente justiça em tudo o que a tiuer, e o auizeis de como volve assy encarreguo.

XVII. Também me escreue que os contractadores da pimenta lhe embargaraõ os direitos que lhe pertencem dos cazados pello dinheiro que deue e lhe foi entregue pera a compra da pimenta que diz fica já á conta de minha fazenda, pedindome que lho quite, ou lhe conceda huma viagem da China pera o poder pagar, materia que ha annos que dura; encomendouos que uos informeis muito particularmente do estado em que isto está, e do dinheiro que deue, e se he a minha fazenda, ou aos contractadores, pera com vossa informação lhe mandar responder como ouuer por meu serviço.

XVIII. Também se queixa na mesma carta de hum recado que lhe mandastes sobre a materia de se auer de cercar aquella cidade, e posto que tenho entendido que naõ vira nisso pellas rezoẽs que em uossa carta me apontais, todavia lhe mando escrever alguãs das que me mouem a desejar que isto se effectue, e me pareceo dizeruos que naõ conuem a meu serviço nem a conseruação desse estado chegar a rotura com este Rey, e que será de mais effeito ille disponde suauemente, e que pella amizade que ategora o estado teue com elle, de onios principios conuem que aja lembrança, se lhe dẽ ter o respeito que os Senhores Reis meus predecessores mandauaõ que se tivesse aos Reis seus antecessores.

XIX. Pera hum Mathens Vaz christaõ de São Thomé da Serra a que diz que tem muitas obrigações me pede

o abitto de Christo; e posto que tenho por informaçã que se deuia a alguns Mallavares que no serviço das armadas se ventajaraõ tanto que ficaraõ merecendo esta merce e honrra, todavia me pareceo que antes de lhe conceder esta merce deuia ter informaçã das partes e serviços deste Matheus Vaz, que me enuiareis, e a ElRey de Cochim ireis entretendo neste requerimento de maneira que receba bem a dillaçã. Escrita em Lisboa a 3 de Março de 94.

XX. E porque o ditto Rey de Cochim se queixa sobre a não da China que diz que Diogo Soares de Mello leuou pera Goa, vos informareis deste caso, e mo escreuereis.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey—3.^a via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque de seu conselho, e seu Visorrey da India.—3.^a via.

(Livro 2.^o fl. 261)

143.

VisoRey amigo. En ElKey nos enuio muito. sandar. A falta que ha de náos no Reyno pera a carreira da India he muito grande como deueis ter sabido por se terem perdido muitas, e irem faltando as madeiras para ellas; e porque sou informado que nessas partes se podem fazer muitas náos que são melhores e mais convenientes pera esta carreira que as que se fazem no Reyno encomendones que procureis (como já vos tenho escrito outras vezes) por hauer algumas náos que estejam feitas de particularer, novas, e boas, que possã servir nesta viagem, e ordeneis que se vão fazendo em todas, e a paga dellas consignareis em algumas rendas minhas dessas par-

tes não tendo dinheiro prompto pera se pagarem, e de qua se vos ajudará com algum depois que me auisardes das que fordes comprando e contractando, e do custo dellas. E por ElRey de Cochim ter em seu Reyno muita copia de madeiras e officiaes, e se entender que lhe custaraõ menos as ditas náos a fazer que outra nenhuma pessoa, encomendonos que trateis com elle que dê toda ajuda e favor pera estas náos se fazerem, e se com elle mesmo quizerdes contractar que as dê feitas, seja com todas as seguranças necessarias, e sem lhe entrar dinheiro na mão até elle dar as náos feitas por se euitarem alguns inconvenientes, e as náos que comprardes e contractardes seraõ dos rumos e vitolas de que se vos enuiará por vias com esta huã relação dos officiaes dos meus almazens, e não passaraõ de quinhentas toneladas ate quinhentas e cincoenta o mais, que he o porte mais conueniente pera a melhor e mais segura nauegação dellas, e sendo esta materia de tanta importancia como he, espero de vós que me seruireis nella com muito cuidado e de maneira que a obra responda á confiança com que eu de vos fio do que nella fareis por meu serviço. Escrita em Madrid a 3 de Março. 1594.

REY

Pera o VisoRey da India.—2. via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey

A Matias de Albuquerque do seu conselho, e Vissorrey da India—3.ª via (*ric*)

(*Livro 2.º ff. 276*)

144.

Viserrei amigo. Ea ElRey uos enuio muito saudar.

Posto que em outra carta destas vias vos escrevo sobre a materia dos presentes concedidos aos Religiosos da Companhia de Jesus dessas partes remetendome ao que em 6 de fevreiro de 89 escrevi sobre isto ao Vissorey Dom Duarte de Meneses, que Deos perdoe, me parece (pera mais declaraçaõ, porque poderia ter-naõ se achar aquella carta, e ficar com isso esta resulluçãõ confuza) enviareos incorporado nesta o Capitulo que disto trata tirado da copia das uias daquelle anno que diz o seguinte :

(Aqui o Capitulo VII do Documento n.º 59 deste Fascículo)

E o que me escreue Francisco Paes em carta de 10 de Outubro de 92 he o seguinte.

—Tambem vai certidãõ de como os presentes naõ rendem mais que quinhentos, seiscentos pardãos cadano, e já que os Padres alleguaõ que lhe rendiaõ tres mil, deue V. Magestade mandar que tornem a tomar os presentes e poupará cadano a sua fazenda mil quinhentos pardãos, e se euitará o engano que nisto ha contre ella, e outros muitos inconuenientes contra seu serviço—.

E naõ sei como des no anno de 89 tégora, se naõ pôz em effeito o que entãõ mandei, pello que vos encomendo que allem de o fazerdes assy logo comprir sem dillaçaõ algũa vos informeis do que nist' passa, e me avizeis de tudo.

II. E porque na carta delRey de Ormuz de que uos trato em outra que uos escreuo diz na queixa das tres chaues do cofre do linheiro que huã dellas se entregou ao Vedor da fazenda de Ormuz, e naõ sei como ally aja Vedor da fazenda, tendoos eu defendido nas fortalezas, me dareis rezaõ disto, aduertindo uós no que sobre esta materia tenho mandado pera assy se comprir inteiramente.

III. Sobre o aluitre de que tenho feito merce a Dona Catharina minha prima uos ei por ditto e encomendado o que nas uias de todos os annos vos mando nisto eserevera que me remetto, pera que conforme as prouisoẽs do ditto aluitre lhe façais dar embarcaçaõ e o fauor necessario, de que tambem avizareis de minha parte o Vedor

da fazenda da Cochim. Escrita em Lisboa a 3. de Março de 594.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey da India.—3.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 241)

145.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Pato que tereis emtendido de quanta importancia he não se despenderem os cabedaes que deste Reyno vão pera a compra da pimenta em nũa outra cousa por mui importante que seja senão na compra della, e que nas vias dos annos passados uolo tenho assy mandado; por ser informado que nesto se procede de maneira que se possa arrecear que se despenda este cabedal em outras cousas, e que os contratadores da trazida da pimenta ou seus procuradores nesse estado tratem mais de seus particula-reo interesses que da compra della; me pareceo deuenos emcomendar muito emearecidamente, como o faço, que deis ordem como todo o dinheiro do cabedal que deste Reyno for pera a compra da pimenta, e os ditos contratadores mandarem nas naes deste anno, e nas dos annos segintes, se não despenda em outra algũa cousa senão na compra della pera que se emua conforme a obrigação que tem, porque do contrario se seguem muitos inconvenientes em perjuizo da minha fazenda, e não se poder comprar a dita pimenta a seus tempos, de que resulta tantas outras perdas e quebras como se tem visto, e confio de vós que vendo o muito que isto importa a meu

serviço lhe procureis o remedio que convém. Escrita em
em Lisboa a cinco de Março de 594.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—2. via

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—3. via (*sic*).

(Livro 2.º fl. 267)

146.

Eu ElRey como governador e perpetuo administrador
que sou das Ordens e cavalaria dos mestrados de Nosso
Senhor Jesu Christo; Santiago, e Avis, faço saber aos que
este alvará virem que pela confiança que tenho de
Frei (a)

Cavaleiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo,
do meu desembargo, desembargador da Relação da
Cidade de Goa nas partes da India, que no officio de Juiz
das ditas Ordens me servirá com a inteireza, verdade, e
deligencia que cumpre a meu serviço e bem da justiça,
ey por bem e me praz de lhe fazer mercê do dito officio
de Juiz das ditas Ordens militares nas ditas partes da
India pers que conheça das causas dos Cavaleiros dellas
que naquellas partes andarem na forma e manjeira que
lhe mandei ordenar por hum Regimento feito por meu
mandado na Mesa da Conciencia e Ordens militares que
com este alvará lhe será entregue; e mando ao meu Vi-
sorrey nas ditas partes que lhe dê a posse do dito officio,
e lho deixe servir, e dele usar, e aver os ordenados, proes,
e percalços que lhe deritamente pertencerem sem nisso

(a) Está em branco este logar no original. (Veja-se o Documento 141, Cap. XIII.)

lhe ser posta duvida nem embargo algum, dandolhe primeiro juramento dos santos Evangelhos que sirva bem e verdadeiramente o dito officio goardando em toda a mim meu serviço e ás partes seu direito; e da sobredita posse e juramento se fará assento nas costas deste alvará em que ambos assinarão (a). O qual quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada e passada por minha chancelaria, posto que por ela não passe sem embargo dos Regimentos das ditas Ordens que o contrario aja (*sic*). Francisco Matozo o fez em Madrid a V de Março de M. D. nouenta e quatro. Antonio Moniz da Fonseca o fez escrever.

REY.

Geor. Epis. P.

Aluará pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 44)

147.

Eu ElRey faço saber aos que este meu Aluara virem que por muitos respeitos de serviço de Deos e meu e bem de meus vassallos de ambas as Coroas de Portugal e Castella: mandey prohibir a nauegação e commercio da India oriental e partes dellas pertencentes á Coroa de Portugal pera as Indias occidentaes da Coroa de Castella e mais partes a ellas pertencentes, e dellas pera as orientaes, como tudo mais largamente he declarado nas prouisoões da dita defeza passadas por ambas as ditas Coroas; e vende hera quanto importa a meu serviço guardarente as ditas prouisoões, hey por bem de as confirmar e corroborar de nouo; e mando que inteiramente se cumprão, e que de todo cesse este commercio, e que o não haja de nenhũa das partes que estão sob o governo e

(a) Falta este assento, que provavelmente se fez em outra via do mesmo Alvará, na qual se escrevesse o nome do Desembargador.

administração dos Castelhanos para as dos Portuguezes, nem de huás a outras sem especial licença minha dada por prouisação por mim assinada, e não por meus Viso Reis ou Governadores, por que elles hey por bem que não possam dar as taes licenças. E pella mesma maneira hey por bem e me praz que quando algum capitão, mestre, e pilotos de qualquer embarcação que seja nauegar com a dita licença minha para as Ilhas Filipinas, que são das ditas Indias occidentaes, não possam trazer dellas Religioso algum Castelhanao para as Cidades de Machão e Mallaca, nem para a India, se não tendo o tal Religioso ou Religiosos expressa licença minha passada pellos ministros da dita Coroa de Portugal para poderem yr ás ditas partes, sob pena de quem o contrario fizer encorrer em perdimento das ditas embarcações e das mercadorias e fazendas que nellas trouxer, e as partes para minha fazenda e a outra para a pessoa que os accusar. E mando ao Viso Rey e Governador das ditas partes da India, e a todas minhas justiças dellas que cumprão e guardem este meu alvará, e o fação cumprir e guardar inteiramente como se nelle contem, o qual se publicará nos lugares publicos de Goa, Cochim, Malaca, e Machão, e se fixará o traslado delle nas portas das ditas cidades para a todos ser notorio o que nisto mando, e não se poder em tempo algum allegar ignorancia, e se registará nas Camaras das ditas Cidades; e hey por bem que unha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada, e passada por minha Chancaria, posto que por ella não passe, e que o effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação do segundo Livro, titulo xx, que o contrario dispõem. Thomé de Andrada o fez em Madrid a nove de Março de 1504.

REY.

Alvará para V. Magestade ver.—5. via.

(Livro 1.º fl. 384)

148.

Vizorei amigo. Eu El Rey nos envio muito saudar. Vendo de quanta importancia he a conservação desse estado (pera nelle se poder bem fazer o serviço de Deos e meu, que resulta tambem em beneficio geral e particular de meus vassallos) não se uirem logo pera este Reino os capitaes das fortalezas depois de nellas acabarem de servir, pois entao ficau com mais experiencia e fazenda pera acudir aos accidentes que nunca deixa de aver em partes tao remotas e tao cercadas, e inuejadas dos inimigos do mesmo estado, me pareceo materia de muita consideração. prouer nisto por modo que eu fique bem servido e os fidalgos com a satisfação que he rezaõ, pois allem de seus serviços ja feitos desejaõ e procuraõ tanto acceitar outros, qua sempre a isto tem mais respeito que a tudo como ao seu maior e mais particular interesse; e confiando delles que o que lhes eu nisto mandar aheraõ que he o que lhes mais conuem para eu folgar de lhes fazer novas merces, vos encomendo que alem do que está ordenado do tempo em que os ditos capitaes são obrigados a residir na India depois de acabados os tres annos de suas fortalezas, lhes digais de minha parte que se não venhaõ sem recado meu, e vos e elles me escrevareis as causas que cada hum tiver pera se deuen vir mais cedo, mas não despensareis nellas sem respeito minha, e ao Vizoray ou Governador que vos auer e entregareis esta carta que cumprirá como se pera elle em particular fora dirigida, e aos ditos fidalgos encomendo muito que folgem tanto de me servir nisto como en delles confio e espero. Escrita em Lisboa a 9 de Março de 94.

REY.

Pera o Vizoray—3.º via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India —3.ª via

(Livro 1.º fl. 40.)

149.

Visorey amigo. Eu ElRey vos enuiuo muito sandar. Por minhas cartas das uias dos annos passados tereis entendido a resoluçaõ que tomei que as náos que viessem desas partes pera este Reino não tomassem a Ilha de Santa Elena como dantes faziaõ, por ter entaõ antiso que alguns cosairos a pertemdiaõ demandar pera nela agoardarem as ditas náos avemdo que as tomariaõ de supito e desapercebidas, mas atégora não se tem sabido que elles posesem em effeito este seu intento, e he de crer que ainda que o tuessem e fosse algũa vez áquella Ilha não tornariaõ a fazer viagem tam trabalhosa, incerta, e infrutuosa, mórmente temdose visto que mandey todos estes annos mudar a derrota das náos e que viessem da India tam bem prouidas d'agoa e de tudo que escusassem tomar porto algum no caminho, e quando lhes fosse forçado, fossem a Angola; e porque nas instruções particulares que leuaõ os capitaens destas tres náos lhes mando (como por ellas vereis) que á torna viagem pera este Reino sigaõ a ordem que lhe derdes per instruções asinadas por vós e volas peçaõ de minha parte, vos encomendo que asy aos capitaens das ditas tres náos (que são o Capitão mór Ayres de Miranda, Sebastião Gonçalves d'Arvelos, e Luis do Souto) como a qualquer outro capitão ou capitães das mais náos que ordenardes que venhaõ em companhia destas tres com carga, deis instruções particulares em segredo asinadas por vós e escritas da letra do Secretairo desse estado, cerradas, e seladas, com ordem por escrito nas costas que cada capitão abra a sua perante o escriuaõ da sua náao na paragem do Cabo de Boa

Esperança fazendose diso asemto nas costas da dita Instrução, pela qual lhe mandareis de minha parte o seguinte: =Que elles tomem a Ilha de Santa Elena e nela esperem huls nãos por outras até vinte de maio, e que quando a demandarem vão em ordem de poder pelear com inimigos se os acharem na Ilha, fazendolhes pera este caso as mais aduertencias que vos bem parecer.=E a causa do segredo com que ey por meu seruiço lhe deis estas Instruçoes he por que não deixem de uir tam bem prouidos dagoa e de tudo como se não ouvesem de tomar Santa Elena; pelo que ordenareis que tragaõ toda a que poder ser; e de Santa Elena partiraõ juntas, e se não apartaraõ mais por nhũ caso que ajea. O Secretario Diogo Velho a fez em Lisboa a xj de março de 94.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey da India.—Pera Vosa Magestade veer.—3.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 289)

150.

Vissorey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. ElRey de Cochim me escreueo sobre os Relligiosos da Companhia de Jesus que residem em hũ Igreja de Sancto André que está nas terras delRey de Marjete e ilegoas de Cochim se queixarem de hum seu regedor que aggrauara a huns christãos que no dito reino viniaõ; e que uendõ qanto lhe en tinha encomendado a cristandade do seus reinos, posto que a culpa não era tão grane como estes Relligiosos a faziaõ, lhe dera toda a satis-

fação que nelle fera, e isto perante huã pessoa que o Capitão de Cochim a isso mandou: e prossopondo que assy seria, pois mo elle appresenta por serviço, lhe respondo com os agradecimentos do que nisto fez; encomendouos que uos informeis do que neste negocio se passou, e me avizeis.

II. Nestas náos não pode ser irem Vedores da fazenda pera Cochim e Goa, posto que pello que me escrevestes se procurou que fosse sucesor ao de Goa, mas pera o anno, Deos querendo, mandarei dar ordem pera que vão estes cargos prouidos.

III. Por terra uos tenho mandado escrever em sifra sobre alguãs materias de importancia o que vereis pella copia da carta que me pareceo emuiaruos com esta, pera que em casso que não chegasse a mesma carta vejaes o que por ella uos tenho escrito (a).

IV. Depois de uos ter mandado escrever nestas vias como nellas não escreuia a ElRey da Perssia por serem lá muitas cartas minhas pera elle que parecia bastavaõ pera os officios que comuinha que com elle se fizessem, e ate agora não ter reposta sua de nenhuã recebi huã de Dom Jeronimo Mascarenhas capitão de Ormuz do primeiro de nonembro de 92 (com a chegada da não São Pantalliaõ neste mes de março ao porto de Lisboa) com taõ boas novas de ElRey da Persia (como o ditto Dom Jeronimo tembem dellas vos avisaria) que foraõ pera mim de muito contentamento pella importancia de que saõ, e me pareceo deuer todavia escrever outras cartas ao ditto Rey da Persia com a ocaziãõ destas novas, as quais vão nestas vias, e as mandareis ao ditto Dom Jeronimo com a copia dellas que tambem vai pera que com ellas faça todo o officio necessario como lho escrevo, e uós o fareis tambem ajudando qanto em uós for o que

se nisto deue pertender e procurar. Escrita em Lisboa a 12 de Março de quinhentos 94.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey—3.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorey da India.—3.ª via

(Livro 2.º fl. 291.)

151.

VisoRey amigo. Eu ElRey nos emuo muito sandar. Mouendosse o Turco contra o Reyno de Ungria e prouincias delle sujetas ao Emperador meu Sobrinho, se houuerom contra elle alguãs victorias grandes, e de muita importancia, e taes que se deuem dar por ellas a Deús muitas graças, e por serem estas vos quis enuiar a Relação dellas (que irá nestas vias) pera que a vejaes, e possaes comunicar ao Arcebispo de Goa, e aos Capitães e fidalgos que vos bein parecer pera que o saibaõ todos e se alegrem com isso como he rezaõ polle bem da Christandade, e em particular daquellas prouincias. (a). Escrita em Madrid a 15 de Março 1594.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e Visorey da India—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 280)

(a) Não apparece a Relação.

152.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. A^q Dom Nunalvarez Pereira mandey prender em chegando por vós me escreuerdes que naõ quizerá seruir no que lhes ordenastes, e que se embarcara pera o Reyno estando preso sobre sua menagem sem licença vossa, e sendo ouuido se deu no caso a sentença de que se vos enuiará o treslado com esta pera o verdes e entenderdes os fundamentos com que os Juizes o absoluerom, e do que sobre elles vos parecer me avisareis. E quando me escreuerdes sobre semelhantes cousas me enuiareis os papeis e autos que dellas houuer e procurareis que venhaõ bem autenticados e muito no certo pera que se possa qua julgar por elles, e naõ se achem contrarios aos papeis que as partes trazem pera suas descargas. Escrita em Madrid a 11 de março 1594.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.^a via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Matias de Albuquerque do seu conselho, e Vissorrey da India.—3.^a via

(Livro 2.^o fl. 278)

Acordam em Rolação &c, que vistos estes autos, libello do Promettor da justiça, a contrariedade do Reo Dom Nunalvarez Pereira, culpas, e papeis juntos, e pronuncia dada: mostrasse o VisoRey da India Mathias d'Albuquerque escreuer a Sua Magestade que mandara prender o R. em sua casa por naõ querer seruir o dito Senhor na forma que lhe ordenaua para della se embarcar e uir dar conta a Sua Magestade da causa porque deixaua seu serviço; e que estando assi preso sobre sua omenagem a quebrara, e se fora a Cochim sem sua licença; a qual omenagem pella carta do Ouuidor geral das ditas partes

justificada que o Reo apresentava consta não somente não lhe ser tomada, mas o dito VisoRey lhe dar licença para se embarcar; nem o Promotor mostra autos nem outras culpas por onde o Reo deua ser condenado em pena: o que visto, e como se proua o dito R. proceder na India os annos que nella residio como conuinha ao serviço de Sua Magestade, e o mesmo VisoRey assi o confessar em sua carta, e virse della por se partir para este Reyno seu irmão Dom João Pereira que nas ditas partes o sustentava, e ficando lá sem elle não podia correr no serviço de Sua Magestade, como deuia, com o qual seu irmão se embarcou para pedir satisfação de seus serviços, o que licitamente podia fazer, pois se não mostra judicialmente ser preso, nem o dito VisoRey lhe defender a sua vinda: ao que tudo hauendo respeito, e ao mais que dos autos consta, absoluem o dito R. de todo contra elle pella justiça pedido em seu libello, e pagas as custas de seu liuramento mandaõ seja solto da omenagem em que está. Em Lisboa a 17 de feuerreiro de 1594.—Antonio Carualho. Luis Lopes de Carualho. Lopo de Barros.

(Livro 1.º fl. 42)

153.

Treslado do Regimento dos Mamposteiros da Rendição dos Captiuos, de que se manda usar no Estado da India.

NB.

Pareceo desnecessario pôr aqui o dito Regimento, por se encontrar na legislação geral do Reino.

Veio, ao que parece, acompanhado de uma Provisão da Mesa da Consciencia e Ordens, cujo preambulo falta, e só se acha o encerramento no fim do treslado do Regimento, nestes termos:

E treslados assi os ditos Regimentos dos Mamposteiros mōres dos catiuos, e dos mamposteiros pequenos, e os ditos aluarás pella maneira que dito he, eu mandei dar este treslado delles nesta carta de Regimento concertado com os propios a Diogo Velho, fidalgo de

minha casa e meu Secretario, pera os emuiar per duas vias ás partes da India pera delle nellas se usar conforme a ordem que ao Viso Rey das ditas partes tenho escripto. El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Deputados do despacho da Mesa da Conciencia e Ordens, que por seu mandado tem cargo de prouer e despachar as cousas da rendiçaõ dos catiuos e seus officiaes. Fernaõ Marescos Botelho o fez escrener em Lisboa a 26 de Março de M.D.Lxxxxiiij.—*Bertholameu do Valle Vieira.*—*Lopo Soares d'Albergaria.*

———— (Livro 1.º fl. 103.)

Preço que se dá na Mesa da Conciencia pellos catiuos do dinheiro da Redençaõ.

Treslado do Regimento que Sua Magestade costuma fazer desmolas per suas prouisoões aos captiuos.

Capitaes.....	ij ^o onças
Alferes.....	ij ^o onças
Sargento.....	ij ^o onças
Capelaes de Sua Magestade...	ij ^o xx onças
Moços da Camara.....	cento cincoenta onças.
Moços da Capela.....	cento xxx onças
Caualeiros dos lugares d'Africa	cento xx onças
Caualeiro fidalguo.....	ij ^o xx onças
Escudeiro fidalguo.....	ij ^o x onças
Caualeiro da Casa de Sua Magestade.....	ij ^o onças
Soldado arcabuzeiro.....	LR (90) onças
Soldado piqueiro.....	Lxxx onças
Ferreiro ou sarralheiro.....	cento onças
Reposteiro.....	LR (90) onças
Azemel.....	Lxxx onças
Barbeiro.....	Lxxx onças
Homem da guarda de El Rey.	cento onças
Espingardeiro de caualo.....	cento xx onças
Bombardeiro.....	(90?) onças
Escuta.....	cento onças
Cabo, desquadra.....	cento cincoenta onças

Caporal.....	cento cincoenta onças
Monteiro de cavallo.....	cento onças
Armeiro.....	cento onças
Atalaya.....	cento onças
Escudeiro.....	cento LR (190) onças
Mestre de seu navio.....	cento xxb onças
Todo o official macaniquo de algum officio que não seja ar- meiro, ou ferreiro, ou sar- ralheiro, se dará	oitenta onças.

Certifico assy. Em Lisboa a dezãoue dias do mes de
Março de M. D. Lxxxxiiij annos—*Jorge Coelho de An-
drade.*

(Livro 1.º fl. 46)

1594.

SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL

154.

Dom Phelippe &c. A quantos esta minha carta virem
faço saber que por justos respeitoes que me a isto mouem ey
por bem e me praz, e por este mando que nenhuã pessoa
de qualquer calidade e condiçaõ que seja, morador
e estante da cidade de Cochim tragua pedra para as
obras da dita cidade e dos moradores della, nem a
compre se não as que forem da marca antiga de
quatorze bureis de comprido e de larguo
e tres de altura, pelo dano e perjuizo que disso se segue,
sob pena de cem cruzados e dous annos de degredo para
Damaõ, e os cruzados ametade para quem os acusar
e a outra ametade para as despesas da ribeira desta
cidade, asy a pessoa que a comprar como a que
trouver fóra da dita marca asima declarada, e for
buscar á pedreira, senão aquellas pessoas que a cidade
ordenar, e o official pedreiro que trabalhar com pedra
contra da dita marca será preso e degradado por dous an-

nos para as galés do estado. Notefiquoo asy ao Capitão e Ouvidor da dita cidade, mais officiaes e justiças a que pertencer, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e façaõ cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum; e esta se apregoará na dita cidade nos lugares publicuos della pera a todos ser notorio, e se registara na Camara della. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas Reais da Coroa de Portugal a iij de Janeiro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M.D. Lxxxiiij. Luis da Gama o fez escreuer.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 43)

155.

Dom Phelippe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que avendo eu respeito a Mathias d'Albuquerque do meu conselho, men VisoRey que ora he da India, pôr em parecer dos desembargadores da Relação della o pouco serviço que era de Deos e meu ir nenhum homem da nação á China, Malaqua, Ormuz, Bengala, e qualquer outra fortaleza do sul, e os ditos desembargadores assy o assentarem, ey por bem e me praz, e por este mando e ordeno que da publicação desta minha ley em diante nenhum homem da nação vá ás partes acima nomeadas e declaradas nesta carta pelo grande prejuizo que disso se segue ao serviço de Deos e meu, e por outros muitos e justos respeitos que me a isto mouem, sob pena de perdimento de todos seus bens e ser degradado para Ceilaõ por seis annos, e ey outrosy por bem que os capitaes, ouvidores, e mais justiças das partes do sul, que ora são e ao diante forem, obriguem sob as mesmas penas aos que lá estiuerm a se embarcarem para a minha cidade de Goa, e por esta minha carta de ley renogo e ey por renogada toda e qualquer outra prouisaõ que em contrario estiuer passada, e ey por nen-

huã e de nenhum vigor, e só esta quero que valha e tenha força, e outra alguma não. E esta se apregoará na minha cidade de Goa para a todos ser notorio, e se registará na Camara della, de que se fará assento nas costas desta, e o Chanceler do estado mandará passar seus treslados ás fortalezas do Sul. Notificoos asy ao Ounidor geral do crime do estado da India, e'a todas as mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer das partes do Sul, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xbiij de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. Lxxxxiiii. Luis da Gama o fez escrever.—O VisoRey.

(Livro I.º de Alvarás fl 44)

156.

Dom Felippe &c. A quantos esta minha carta de ley virem e o conhecimento della com direito pertencer faço saber que por justos respeito de meu serviço, bem e guarda das fortalezas de Chaul, Baçaym, Damaõ, e suas terras ey por bem e me praz que toda a pessoa que for morador em Chaul, Baçaym, Damaõ, e suas terras, ou tiver aldeas, da publicaçã desta em diante se vá inveterar e residir nas ditas fortalezas, cidades e suas terras, e não em outra parte algũa, sob pena de dons annos de degredo pera Ceilaõ, e de ficarem devolutas para minha fazenda as aldeas que asy tiuerem, e esta será apregoada nesta cidade de Goa, e o Chanceler do estado passará treslados della autenticos para ser apregoada nas ditas fortalezas e suas terras para a todos ser notorio, e não se poder alegar ignorancia, de que se fará assento nas costas desta. Notificoos asy a todos as minhas justiças, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente

façaõ comprir e guardar como se nella contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a iiij de Março (?). ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias de Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. Lxxxxiiij. Luis da Gama o fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1º de Alvarás fl 45)

157.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem ey por bem e mando que da publicaçaõ desta minha ley em diante nenhũa pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seia nesta cidade de Goa e seus arrebaldees naõ jogue os galos sob pena do que for achado jugando, ou lhe for prouado que jugou, sendo catiuo ser degradado tres annos para as galés do estado, e sendo forro cimqo para Ceilaõ, e perderem todo o dinheiro ou qualquer outra cousa que jugarem para os meirinhos; e a pessoa em cujo challe ou casa se jugarem os ditos gallos será degradado quatro annos para Damaõ e pagará cincoenta cruzados, ametade para o meirinho e outra ametade para o catiuos sem remissaõ: e esta minha ley se apregoará nesta cidade e seus arrebaldees para a todos ser notorio e ninguem poder alegar inorancia, e se fará asento nas costas desta de como se apreguou. Noteficoo assy ao Ouuidor geral do crime. mais justias, officiaes, e pessoas a que pertencer e lhes mando que cumpram e guardem, e inteiramente façam cumprir e guardar esta minha carta de ley como se nella contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xbiij de Mayo. ElRey nosso Senhor o mandou por Matias d'Albuquerque do seu Conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha o fez ano

de mil boLRilij* (1594) Luis da Gama o fez escrever
—O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 45 v.)

158.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluárá virem que eu sou informado que alguns fidalgos e soldados que estão asentados na matricula geral destas partes da Índia recebem nas armadas e nas fortalezas maiores quartéis do que vencem por seus títulos, e por esta causa deuem dinheiro á fazenda de Sua Magestade, pelo que não tratão de sua justificação como tenho ordenado que fação nos livros novos da matricula que ordeney fazer por mandado de Sua Magestade que han-de correr deste anno de 94 em diante. . . . se dar fim a esta desordem. ao serviço de Sua Magestade e bem. ey por bem e mando ao escriuão da matricula geral e aos contadores della que ora são e ao diante forem não fação pagamento a pessoa alguma de qualquer qualidade que for nos livros velhos nem nos novos thé fazerem conta no titulo de cada huã pessoa em particular do que tem vencido e recebido conforme aos pagamentos ordinarios e cadernos que vem das fortalezas e o regimento novo da dita matricula, e feita a dita conta na verdade se a tal pessoa ficar devendo algum dinheiro faráõ lembrança d'elle no titulo novo, e não se lhe fará desconto sem a fazenda de Sua Magestade ser de todo satisfeita, e por esta maneira se lhe passará certidão na Matricula pera as fortalezas pera onde as partes as requererem sob pena que o escriuão, contador, e qualquer outro official que constar que descontou algum dinheiro contra a forma desta l'provisão pagar de sua fazenda o que constar não deo a desconto, e aver a mais pena que me parecer, e este quero que valha e tenha força e vigor como carta per regimento passado em nome de Sua Magestade posto que o effeito dala aja de durar mais de

hum anno e não passe pela Chancelaria por ser de serviço de Sua Magestade. Noteficoo assy ao Vedor da fazenda, Provedor mór dos contos, escriptão..... e mais officiaes e pessoas e que esta for apresentada e o conhecimento della pertencei, e lhes mando que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar, e será registado nos Livros dos contos, e o proprio se ajuntará ao Regimento novo da matricula pera a todo o tempo se ver o que nisto tenho mandado e se cumprir. Esteuão Nunes a fez em Goa a xxbij de agosto de 1594. Luis da Gama o fez escrever.—
O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 46)

159.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que muitos soldados nestas partes esquecidos de sua obrigação se tiraõ do serviço delRey meu Senhor por andarem em navios de chatins ficandolhes seus titulos correntes para a todo tempo poderem requerer satisfacão de seus serviços e soldos, e por enitar esta desordem tão prejudicial a seu serviço e fazenda, ey por bem e manto que nhuã não, navio, nem outra alguã embarcação de Chatins se deixe partir do porto e barra desta cidade sem apresentar certidão..... matricula de como no..... dos..... soldados casados ou outras..... estão assentados nella,..... presente nas ditas embarcações..... será posta verba em seus titulos para..... receberem em nhuã fortaleza nem armada de Sua Magestade sem lhe ser aleuantada, sob pena de quem o contrario fizer o Capitaõ da não pagar pela primeira vez cincoenta pardãos, e pela segunda cento, e pela terceira quinhentos pardãos, as duas partes pera os catiuos, e a outra pera o hospital dos pobres desta Cidade, e outra pera quem o acusar, e o capitaõ ou senhorio do navio ou outras quaesquer embarcações pagar pela primeira vez

cincoenta pardãos, e pela segunda cento, e pela terceira perder os tais nauios, as duas partes pera os ditos capitãos e a outra pera o mesmo hospital, e outra pera quem o acusar, o que tudo se executará nos culpados sem remição; e pera que a todos seja notorio, e não se possa alegar inorancia mando que este seja apregoado nesta cidade, e em Pangim e Bardez, de que se passará certidão nas costas deste que outrossy se registará na Chancelaria. Notefieeo assy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, escriuaõ da matricula, guarda mór, tãtadar de Pangim, Capitaõ de Bardez, e a todas mais justiças, officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar como se nelle contem sem duuida nem embargo algum; e valerá como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, Titulo 20 que o contrario dispõe. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxix de Agosto de 1594. Luis da Gama o fez escreuer. E esta será registada nos contos, e trasladada no Livro do registo novo que fiz per ordem de Sua Magestade.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 47)

160.

Dom Felipe &c. faço saber a quantos esta minha carta de ley virem que sendo eu informado do grande excesso que tégora ouue nas partes da India acerca do aluidramento do serviço que alguns homens, pagens, officiaes macanicos, e outros não macanicos, fisicos, e cirurgioes pediaõ por falecimento das pessoas a que servirão, e dos muitos inconuenientes que disso recresião em grande perjuizo de meus vassallos, e outrosi considerando como a experiencia na India tem claramente mostrado mente fazem os pagens não que possa ser demandado em ria compensa-

do com os alimentos.mento que de seus amos recebem e os.homens que são familiares e do serviço das ditas pessoas e chegados a suas casas boas obras que nelas recebem se dão em suas vidas per satisfeitos e contentes já que em outra cousa com elles se não contratão, e querendo eu ora prouer neste caso, tendo primeiro tomado parecer e informação de pessoas doudas e de conciencia com que o mandei comunicar, ouue por bem de fazer a ley seguinte. Que daqui por diante nenhuma pessoa de qualquer callidade, condição, idade que seja sirva a outra alguma sem primeiro fazer avença ou partido com ella do que ade aver pelo serviço ou cousa que lhe assy fizer, e não avendo o dito contrato ou avença antre elles ey por bem e mando que não possam em tempo algum demandar seus serviços, e que se guarde a Ordenação do Livro 4.º Titulo xix no principio, e que os que antes desta ley estiuerm servindo se possam concertar em preço certo da publicação desta a dous meses, o que se entenderá nos ditos pagans, homens familiares, officiaes macanicos e não macanicos, fisicos, e cirurgiões, e em toda a outra pessoa que viver per arte, sciencia, ou officio, sendo certos que não o fazendo no dito tempo não terão depois acção pera os requerer. Notifico assy o ao meu Viso Rey, que ora he das partes da India e pelo tempo em diante for dellas. desembargadores da Relação. Juizes, justicas, mais officiaes e pessoas das ditas partes que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar esta ley como se nella contem sem embargo de qualquer outras leys, Ordenações, promissoes, e costumes em contrario, e da Ordenação do Livro segundo, Titulo 49, que diz que se não entenda derogar nenhuma ordenação se da sustancia dela se não fizer expressa menção e derogação, e mando ao Chanceler mór que a publique na chancelaria e envie os trasladoes dela sob meu sello e seu sinal aos Ouvidores das fortalezas das ditas partes da India, aos quaes mando que nellas a publiquem tanto que lhe for apresentado pera nir á noticia de todos, e esta se registará no Li-

vro da Relação. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a onze de Outubro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque seu VisoRey da India &c. Estenuão Nunes a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil belRiiij. (1594). Luis da Gama a fez escrever.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 48.)

161.

Mathias d'Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, VisoRey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que auendo eu respeito á desordem que ha na carga das caixas forras, escravos, gengibre, e outras cousas que se carregão nas náos que vão pera o Reyno, ordeney este regimento em forma de ley no modo seguinte.

Mando ao escriuaõ da fazenda de Cochim, que ora he e ao diante for, não despache para o Reino callidade alguma de caixas forras, escravos, gengibre, e outras cousas que se carregão, assy dos que vão para o Reino com licença minha como dos que as podem carregar por regimentos e alvarás cada anno trespassandoas ou vendendoas a outras pessoas que não forem as proprias que as tem vencido, sem lhe mostrarem escrito da venda ou procuração publica ou rasa assinada pelo proprio com duas testemunhas.

E o escriuaõ da fazenda da carga nas náos lançará no Livro da não em que carregarem a dita liberdade como tégora se fez com toda a materia e declaração necessaria, e declarará mais o anno em que a venceo, e como a tal pessoa a carregou pela comprar ou como seu procurador bastante como nio da procuração ou venda publica ou rasa feita em tal dia, mez, e anno per foaõ, taballaõ, de que foraõ testemunhas foaõ, e isto tudo em regra no dito livro, e não per conta nem na margem da dita liberdade, sob pena de não ter vigor, e o escriuaõ

ser culpado na pena da ordenaçãõ que dá ao guardarãõ seu regimento a parte a perda que nisso.

Partidas as náos o dito escriuaõ da fazenda treslaçarã o assento das ditas liberdades cada hum per sy em tno. lo separado, e concertado com hum dos escriuaes da feitoria de Cochim, e asinado pelo Vedor da fazenda e por elles, e os enviará á casa da matricula bem acondicionados e entregues a pessoa fiel de que cobrárá conhecimento para os entregar ao escriuaõ da matricula geral que outrosy passará conhecimento de como os recebeu, que o dito escriuaõ da fazenda guardará, porque cada tres annos se lhe ade pedir conta dos ditos conhecimentos pelo Vedor da fazenda da carga das náos a quem encarrego e mando que assy o faça, condenando ao dito escriuaõ da fazenda na pena que lhe parecer se não tiner os ditos conhecimentos como por este ordeno.

O escriuaõ da matricula geral aceitará os ditos cadernos e passará conhecimentos de como os recebeu, e os guardará e mandará ajuntar e encadernar huns com es outros assy como lhe forem dados como lhe melhor parecer com seus titulos de cada anno no rosto delles, e os entregará quando acabar seu tempo com os mais liuros como he costume sob penna da ordenaçãõ.

..... Deos não permita que se perea. pessoas que carregaõ nella as ditas liberdades farãõ sua petiçaõ em forma ao Vedor da fazenda de Goa como está per custume e tiraraõ certidaõ do dito caderno, que na matricula hade estar, a ordem como se carregon, que será tresladdo na dita petiçaõ per mandado do dito Vedor da fazenda, e com o treslado do assento do dito caderno, e as mais diligencias necessarias lhe dará o despacho que for justien, e não estando feito o dito assento na forma neste Regimento declarada lho não dará, e a parte averá a perda que nisso receber pelo escriuaõ da fazenda que r comprio a ordem que per este Regimento lhe dou, que mando que se cumpra e guarde como se nelle contém.

Noteficoo assy ao Vedor da fazenda de Goa e Cochim, e ao escriuaõ da fazenda, e escriuaõ da matricula geral, Prouedor mór dos contos, mais officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e será registado no Livro do dito escriuaõ da fazenda de Cochim, e na casa da fazenda dos contos deste estado, e nos da matricula, e valerá como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, Titulo 20.º que o contrario dispoẽ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xij de nouembro de 1594. Luis da Gama o fez escrever.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl 49 v.)

1595.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

162.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pela não São Felipe que o anno passado chegou a este Reyno dessas partes receby a primeira via de vossas cartas que nela me escreuestes, e a não São Pedro de sua conserua foi dar á costa no Brazil junto á capitania de Pernambuco, e naõ sem culpa do capitãõ e officiaes della. Falta a não São Christouãõ de que se naõ sabe; premitirá Deos que emuernaria em Moçaõbique. e a trará a saluamento a seu tempo; e que será chegada a essas partes a não São Bertolameu, e que virá este anno com a não São Francisco que ficou nesse estado em companhia das tres da armada do anno passado.

II. Vy o que fizestes na fortaleza de Moçaõbique quando chegastes a ella, e assy nas mais cousas daquelle costa; de que me dáes conta, que tudo me pareceo muito acertado e conforme a muita confiança que de vós

tenho, e no que toca ao forte que Dom Jorge de Menezes Alferes mór fez na ponta de Santo Antonio sendo capitão daquella fortaleza pelas resq̃es que em vossa carta apontaes, e informações que sobre isto mandey tomar, ey por meu serviço e mais segurança da mesma fortaleza que não aja o dito forte; e que o mandeis logo desfazer e recolher os materiaes dele, para que acontecendo virem navios de inimigos áquella parte não intentem tomalo a fazer.

III. E tenho por acertado mandardes á lha de Mombaca a armada de que me daes conta pera se ordenar a fortaleza que vos tinha mandado fazer nela, e aiue por muito boa a eleição que fizestes de Mateus Mendez de Vasconcelos pera este effeito por ter de seu serviço e em especial deste que foi fazer a Mombaca muita satisfação, e pela que vós mostraes do modo em que serve lhe mandou escrever a carta que vai nestas vias, e tenho mandado que apresentandose petição sua se veja em despacho pera lhe fazer a merce que ouuer por bem.

IV. Tenho por matéria de muita importancia deve- rense de examinar muito as pessoas que ouuer de prouer de capitães das fortalezas desse estado pelas causas que com rezaõ me apontaes, e suposto que os despachos se dão por merecimentos de serviços, e não pode ser presente as partes e talento que ha nas tais pessoas pera conforme a elas lhe darem as ditas fortalezas ou lhas aguararem, se fará neste particular toda a diligencia que puder ser.

V. E assy me pareceo devermos aprovar o intento que tendes de ver se podeis abrir algum caminho por terra pela costa de Melinde pera o Reino de Preste João, e se poderem por ele prouer os christãos que nele estão, que tenho por cousa de muito serviço de Deus e meu, e vos agradeço o cuidado que me dizeis que tendes dele, e emcomendo muito procurais com muita instancia por se abrir este caminho pera se remedear aquella christandade e não padecer tantas misérias como se entende de suas cartas que padeco.

VI. E no que toca a fortaleza de Mascate de que me dizeis que está por capitão Antonio de Sousa Falcão; e do forte que junto a ella ordenou Dom Jeronimo Mascarenhas, que Deus perdoe, vos encomendo que se dê fim a elle como uolo tenho mandado, e pelas rezoês que apontaes sobre deuer ficar sogeita esta fortaleza de Mascate á de Ormuz, por alguns incomuenientes que nisto se me offereceraõ me parece que por ora se não deue intentar nisto nenhuma novidade, mas ordenareis que em todas as cousas de meu seruiço que sobreuierem ou se ouuerem de fazer naquella fortaleza de Mascate as comoniquem os capitães dela com os da fortaleza de Ormuz, a que tambem encomendareis muito particularmente que tenhaõ com eles a conta que he rezaõ pera milhor se conseguir a goarda e conseruação dela. E foi bem feito avisardes logo ao dito Dom Jeronimo da noua que tiuestes de se armarem em Moca as gualés e fraguata de que me daes conta, e vos encomendo que destas materias tenhaes sempre muito cuidado pela importancia de que saõ.

VII. E tiue contentamento de saber a diligencia com que procurastes que fossem ao Xá as cartas que lhe mandey escreuer pela importancia de que he conseruarse amizade deste Rey pera o ir presuadindo e incitando a ter guerra com o Turco, e ilo devertimdo por essas partes pera se não empregar nestas, me pareceo escreuerlhe a que vai nestas vias que vos encomendo procureis que lhe seja dada, e de maneira que responda a ella, porque imda que lhe tenho escritas muitas nos annos atrás, atégora não tenho reposta de nhuã delas, e avisarmeeis o como ficon da guerra que tem com os Usbeques, e se da raõ ainda as tregoas que tem feitas com o Turco por este respeito.

VIII. E ao que me dizeis que governando o Reyno de Cambaia hum Agos Coca, capitão e colação do Equebar, por ter intento de se passar a Meca, pera se poder entreter até vir monção pera isso, fingira rompimento com a fortaleza de Dio, e escreuera cartas muito arrogantes a Pero d'Anhaia, capitão da mesma fortaleza, pedimdo con-

sas muito extraordinarias, e que tratara com hum Baneane morador naquela cidade de tomar a fortaleza supitamente, que por se descobrir se fizera justiça deste Bramente, e que depois mandára o dito Agos Coca pedir licença ao dito Pero d'Anhaia pera poder na mesma fortaleza carregar huã não, e se ir nela com sua mulher e filhos pera Mequa, prometendolhe que largaria os Portugeses que estauão reteudos em Cambaya com suas fazendas, como de feito fez, e se foi na mesma não pera Mequa. E por que em materia desta calidade se deue proceder sempre com muito tento e conselho porque se pode cuidar que desta licença que se deu a Agos Coca se ressinta o Mogor, e possa ser occasiã de quebrar com esse estado, a que não faltaõ sempre accidentes em que os que o gouernão se empregem e a que conuem acodir-se, vos encomendo que em materias semelhantes vades sempre procedendo com muita consideraçã dandolhe todos os resgoardos que elas pedem. E foi bem feito mandardes defemder que nhum nauio de Portugesses fosse a Cambaya neste tempo, porque acontecendo rompimento com os Mogores por este respeito lhe não ficassem nas mãos; e tambem o foi a preuemçã que mandastes fazer na fortaleza de Damaõ, que como está taõ ocasionada pera receber molestias e emcom-tros dos Mogores, vos encomendo muito emcarecidamente que na fortificação e mais cousas dela tenhais sempre muita aduertencia como a importancia desta cidade o pede.

IX. E assy me parece deuernos emcomendar a fortificação da fortaleza de Baçaim que sou informado que corre vagarosamente pelas desordens que ouue atêgora no modo em que se despendia o dinheiro do hyr por cento que está aplicado pera ela, para que trateis com muita diligencia desta fortificação, e neste tempo em que tambem sou informado que com a occasiã da fortaleza que o Melique fez no morro junto a Chaul os seus capitães comem as terras e aldeas daquela cidade de Baçaim, e

que tambem deueis procurar o remedio que esta materia pede.

X. E no que toca a Dom Manoel Pereira capitão daquela fortaleza, não querer ir com a gente de canal dela e com os 150 soldados que lhe daua Fradique Carneiro da sua armada castigar o Babugi pelos danos que tinha feitos e morte de Diogo Sereijo, tñe descontentamento; e quanto ao que me dizeis que assy do dito Dom Manoel como de Joaõ Gomes d'Azeuedo que o foi succeder se têm pouca satisfação, e que posto que emtemdieis que cumpria a meu serviço e á comseruação desse estado acodirdes a isto e atalhades os danos que sempre causa o roim governo dos tais capitais, ficauéis sempre atado ao parecer dos desenbargadores da Relação de Goa que dizem, que semelhantes materias se haõ de tratar nas residencias dos tais capitães, e por esta ser de consideração, por outra minha carta vos avisarei do que ouuer por meu serviço que se nisto faça, e não posso deixar de vos dizer que a caussa dos capitães das fortalezas procederem taõ mal em suas obrigações, he a muita largueza com que os Visorreyes desse estado lhe perdoão as comdenações que lhe daõ nas residencias que se lhe tomaõ por culpas que nelas se lhe proua, o que tenho por de muito inconueniente pera o que conuem a meu serviço e bom governo desse estado e comseruação dele.

XI. A fortaleza que o Melique tem feito no Morro de Chaul de que me daes conta sou informado que he tanto inconueniente e dano pera as fortalezas do norte que com rezaõ se deue procurar de desfazer ou tomar, e comfio de vós que quando estas náos chegarem a essas partes a tenhaes já tomada, e não o tendo feito vos emcomemdo muito encarecidamente o procureis e façaes, pera que disto resulte ficar o estado com esta fortaleza e podela possuir com seguramça de todas as mais vezinhas a ella. E ey por bem feitos os officios que fizestes com o Idaloão pera atalhades virem rompimento com o mesmo estado por terdes sabido que o Melique o persuadia a isso, e nesta conformidade ireis sempre procedendo com ele.

XII. E tins contentamento de me dizerdes que por achardes as fortalezas do Canará faltas de munições e fracas as mandareis prouer e fortificar, e vos emcomendo que assy o façaes sempre com elas e com todas as mais desse estado.

XIII. E ao que me dizeis que no primeiro anno de de vosso gouerno elegestes por capitaõ mór da armada do Malauar a Nuno Velho Pereira por sua prudencia e partes e bom modo em que procedeo no reparo e concerto das fortalezas daquela costa, e assy nas mais cousas de que me daes conta, tins contentamento, e assy de mandardes por capitaõ mór de outra armada a Antonio d'Azeuedo pera goarda das fortalezas do norte, pelo que dele me dizeis, e de quaõ bem cumprio nela com sua obriguação em meu seruiço.

XIV. Tenho por acertado confirmardes as pazes com ElRey da Serra e Rainha de Olala, como me dizeis, e no que toca ao Samorim yntentar por muitas vias fazer prazes com esse estado, e que por emtemderdes que isto eraõ mostras somente pera se poder prouer do nece. ario mandareis tanto que se abraçã as barras algumas fustas e outras embarçações, de que fora por capitaõ mór Diogo de Miranda pera de monte Dely até a costa do Canará impedirem naõ se prouer de mantimentos, tins por muito acertado por ser informado que he a mór guerra que desse estado se lhe pode fazer, e por ter entendido que Diogo de Miranda tem inda pouca idade pera cargo de tanta importancia, me pareceo deuenos aduertir que os capitaes móres de minhas armadas naõ deuem ser de taõ pouca idade pera poderem dar delas taõ boa conta com comuem.

XV. E no que dizeis que ElRey de Cochim tent guerra com o Samorim em que ouue rompimento de batalhas com morte de muita gente de parte e parte, e que setas Reys vos mandaraõ pedir algumas cousas pera a mesma guerra que entendeis que comecaraõ de novo, me pareceo deuenos avissar que a ElRey de Cochim acudir somente conforme ao que esse estado poder dar de sy

pela conta que sempre se deve ter com ele. E porque sobre o particular do officio de Corretor mór daquela cidade de que se queixa, vos tenho escrito vos emformeis se coõuem estingirse ou se se deve ussar dele, posto que em parte aprouaes avelo na alfamdegua de Cochim, vos emcomendo me emvieis particular emformaçaõ deste caso para conforme a isso mandar reasponder ao dito Rey.

XVI. E quanto ao acontecido nos Reynos de Ceilaõ e de Candea de que particularmente me daes conta, he esta materia de tanta importancia que se pudera desejar empregasse todo o cuidado e poder desse estado nela, pelo que vos emcomendo muito emcarecidamente que procureis por todos os modos que forem possiveis por ir ganhando aquella Ilha, e especielmente atañhando os desenhos de Dom Joam Modeliar que se tem aleventado com o Reyno de Candea, por se ter entendido que ainda que tenha recebido agoa do sancto bautismo naõ dá mostres de Cristaõ, e que será mór inimigo desse estado do que foi o Raju. E porque esta materia he da importancia que se deixa ver, e foi sempre naõ desejada a occasiaõ em que ora está o Reino de Ceilaõ, escusso os mais encarecimentos que sobre ela vos pudera escrever.

XVII. E no que toca ao pouquo segredo que dizeis, que se tem nas coussas que tratais no conselho desse estado, por serem chamados todos os fidalgos que nele ha conforme ao que sempre se ussou, e que por vos parecer que seria de mais segredo tratardes alguãs materias de importancia com poucos, tinheis ordenado de fazer conselho privado de quatro fidalgos velhos, Veedor da fazenda, e Secretario desse estado; vendo o que sobre isto me escreueis, me pareceo adiartimos que nos conselhos que fizedes naõ usseis de conselhos privados, antes sigaes o costume antigo e que sempre se ussou chamado a elle as pessoas que deuem acharse nelles, e naõ as que particularmente vos parecerem, como nãõ tenho mandado escrever nas vias do anno passado.

E constam-douos que alguãs das taes pessoas rompem o segredo das coussas que se trataõ os repremdereis e castigareis na forma que vos parecer que mais comuem a meu seruiço pera emenda deste abusso tanto contra ele.

XVIII. E ao que me dizeis que por morte de Mateus Pereira que estaua respondido com a capitania de Ceilaõ que naõ seruio, e lhe ficaraõ muytas diuidas, e sua mulher e filhas sem remedio, e me pedis lhe faça merce, por me terdes já feita esta lembrança nas náos do anno de 93 lha fiz de huã viagem da China, como já tereis visto pelas vias da armada do anno passado.

XIX. E posto que nesta carta vos tenho emcomendado muito particularmente que procureis de naõ perder a occasiaõ que se oferece pera se conquistar de toda a Ilha de Ceilaõ em que com menos custo e trabalho se pode fazer com a morte do Rajú e devissaõ que com ela ficon naqueles Reynos e nos moradores deles, e he esta materia de tanta consideraçaõ e taõ importante a u meu seruiço e ao bem desse estado que ela por sy está pedindo vola emcomemde, e encarregue muitas vezes, e nõ que toca a fortificaçaõ da fortaleza de Columbo pera o que tenho feito merce de huã viagem de Japão que me escrencis que temdes vendida e gastado o dinheiro dela, vos emcomemdo que logo se ponha por obra a dita fortificaçaõ pois pera este efeito comcedi e apliquei a dita viagem.

XX. E assi me daes conta da armada em que foi Joaõ Cayado de Gamboa impedir e estoruar que as náos de Maçulapataõ naõ fossem ao Reyno do Pegú e máo successo que teve, e me dizeis que com aquelle Rey anda hum Fernão Rodrigues Caldeira que impide a liberdade de alguns Portugueses da mesma armada que, tem castiños, emcomendouos que trabalheis por todas as vias que puder ser por aver á mão este Fernão Rodrigues.

XXI. E assy me dizeis que a gente que viua na pougaõ de Santhomé e costa de Choramandel cada ues he mais desobediente aos Capitães e justiça daquellas partes, e porque isto he materia a que se deve acudir com

remedio, vos encomendo que procureis e trabalhais por todas as vias que pudesdes, pelos reduir a obediencia que deuem ter aos Capitães e justicas.

XXII. Tambem me dizeis que sendo sempre de muita importancia o commercio, e tratado do Porto pequeno de Bemguala se vay perdendo por respeito dos Mogores serem senhores daquelas terras, e por ter em temido que as roupas que as naos trazem a este Reyno saõ calasse todas das qua yem daquela porto, vos encomendo muito emprehadamento que deis toda a ordem que for possivel para se não perder este commercio.

XXIII. E assy vi o que apontas das baussas por que as naos do Reyno de Pegu não leuaõ fazendas nem roupas esse estado, e como o Ruy, daquelle Reyno vos tinha mandado embaixadores per que vos pedia socorro de ajuda armada para impedir a barra do Reyno de Slaõ com que estava de guerra; e por que comnem a meu serviço e ao bem desse estado, comseguar-se amizade deste Rey, e assy por se não perder o socorro de mantimentos que sou informado que manda sempre a fortaleza de Malauca, vos encomendo procureis que se comseguir; e que emtemda ele que uolo tephõ assy mandado.

XXIV. E assy me dizeis que pela informação que oardeu Thome de Sousa de Arronches que foi de socorro a Maluco, e por cartas do capitão de Tidore se habestes como aquella fortaleza e a de Amboino estãã em aperto, pelo que lhe mandareis hum gualiaõ com o prouimento necessario, de que me oune por bem servido, e vos encomendo que procureis de mandardes todos os annos poder e socorrer aquellas fortalezas como a necessidade delas o pede...

XXV. E o que trataes da gente que mora na pousada de Mapão nas partes da China ser desobediente a minhas justicas, e como por esse respeito mandareis a ella por Ouvidor geral o Licenciado Francisco de Campos com ordem de mandar a Goa os que achasse culpados com sua cassa e familia, me pareceo acertado, e vos em-

comendo muito particularmente a quietação e bom governo daquela pouoação, e no que toca em não aver mais nela que duas Religioens, os da Companhia e Capuchos, pelas rezões que para isso apomtaes de seruiço de Deos e meu, por outra minha carta que irá nestas vias vos mandarey escrever o que nisto ouuer por meu seruiço.

XXVI. E por que pelas náos do anno passado vosteinho mamdado escrever sobre a defessa que mandei que ounesse pera não aver comercio das Felipinas e Noua Espanha pera a China por ser materia tão prejudicial pera os rendimentos desse estado como me sinificaes, tiue descontentamento de saber como fora ter hũa não castelhana á pouoação de Macáo, em que hia por capitação hum Dom Rodrigo de Cordoua com muita copia de dinheiro de mercadores pera empregar em fazendas daquelas partes, pelo que vos emcomendo muito emcarecidamente deis á execucao esta minha defessa procuramdo com todos os remedios que forem possueis pera que de todo se atalhe este comercio, e que somente ussem dele meus vassallos Portuguezes que me seruem nesse estado.

XXVII. E tiue contentamento de me escreuerdes que o filho de Xequé Joaze que pretemde o Reyno de Ormuz se fizera christão, que ora se chama Dom Jeronimo, e vos emcomendo deis ordem pera se detreminar a caussa antre ele e ElRey de Ormuz sobre a pretenção daquelle Reyno com a consideração que pede caso semelhante, e achandosse que pertence este Reyno ao dito Dom Jeronimo, me emuiareis o traslado dos autos e sentença que se neles der por vias, antes de se escrever no processo e se publicar, pera vos mamdar neste caso o que ouuer por meu seruiço, porque a calidade da materia dele pede que se veja muito bem o que nela se deu fazer, e vos emcomendo que ao dito Dom Jeronimo fauoreças em tudo o que ouuer lagar. Escrita em Lisboa a 18 de fenereiro de 1595.

REY.

Para o Visorrey—2.^a via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vissorey da India.—3.º via

(Livro 3.º fl. 529—4.º via Livro 5.º fl. 579—5.º via Livro 3.º fl. 537)

163.

Vissorey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Vy o que me escreuestes em carta de 20 de dezembro de 93 sobre a chegada a essas partes das quatro náos que deste Reyno foraõ aquele anno, e ordem que dístes pera o concerto e carregua delas, de que tiue contentamento; e vos emcomendo que assy procedaes sempre com todas pela grande importancia de que saõ.

II. E quanto ao que me lembrais que vaõ nas naos muitos meninos asemçados em soldo com que se faz muita despeza e naõ seruem nesse estado senaõ de pagges de fidalgos que nele amdaõ, que he materia a que com rezaõ se deue procurar remedio, e posto que tenho mandado que na Cassa da India se naõ assentem estes moços, sou informado que se assentaõ homes em seus nomes, e nos alardos aparecem os mesmos moços, que he emguano que se naõ pode acabar de atalhar e remedear, mas procurar-sea por todos os modos possiueis por se tirar este abusso tanto contra o que comuem a meu seruiço e á conservaçaõ desse estado.

III. E assy me dizeis que á instancia da Cidade de Goa com parecer de theologos e letrados, e dos officiaes de minha fazenda dessas partes se fez ley sobre a sarrafagem dos Reales pera se estingirem de todos os Xarafins de prata, que naõ ouue effeio por alguns incommenientes, e vendo o que sobre esta materia me escreueis, e emformaçoẽs que dela mandey tomar de pessoas de experiencia dessas partes, me parece que naõ conuem a meu seruiço que aja esta sarrafagem nos Reales pelo

muito dano que disso se conseguirá a minha fazenda, e assy aos contratadores da trazida da pimenta, como volo já tenho mandado escrever, e vos encomendo e mamdo que trabalheis por de todo se extinguirem estes Xarafins como leuastes por minhas escriptoões:

IV. E quanto a Cassa dalfamdegua de Goa que me escreueis que he muito pequena, e que será meu serviço. a crecentar-se e aplicar alguma cousa certa pera a obra della, porque nas vias do anno passado vos tenho mamdado escrever que ordenasseis de alargar esta Cassa dalfamdegua, e que se fizesse esta obra de qualesquer aluitres que nesse estado se oterecessem, ou do remanecente da viagem da China de que ouue por bem fazer merce pera a obra do Ospital da mesma cidade, vos torno de nouo a encomendar que procureis que esta alfandegua se acrescente, e se ponha no estado que couuem pera sua guarda e despacho das fazendas.

V. Tambem me dizeis que nessas partes são falecidos muitos homens fidalgos e de outras calidades que nelas eraõ casados servindome muitos annos, e lhe ficaram filhas sem nenhum remedio senão o das merces, que esperauão de mim por seus serviços, e vos parece que seria serviço de Deos e meu mandar que não não deste Reyno orfãos, e que se trate da obrigação das que ha nesse estado e do remedio dellas, com que se saraõ os incomuenientes que resultão de se lhe não dar, e pelas rezoões que apontaes mandarey, que não vão mais orfãos deste Reyno, e vos encomendo me aviseis das que ha nessas partes, e a que tenho maior obrigação por respeito dos serviços de seus pais, e da qualidade das, reconimento, e virtudes com que procedem, e da merce que vos parecer que deuo fazer a cada hua delas, pera seu remedio, e emparo, para com isso lhe mandar responder como ouuer por meu serviço, e no despacho das orfãs naturais dessas partes hey por bem que vos e os VissoReys que vos succederem procedais na forma que se fazia com as orfãs que hão deste Reyno, e

para isso mandey passar huã minha prouisaõ que irá com esta por vias.

VI. E no que toca ao que dizeis que ha muitas mulheres nesse estado que de sua natural inclinaçaõ são onestas, e que folgariaõ de se recolher em Religiaõ, e que podiaõ cessar muitos e grandes incommodos se em Goa se fizesse hum mosteiro de freiras; por ser materia que se tem tratado muitas vezes, e em que se oferecem rezoẽs pera se naõ deuer ordenar, vos mandey escrever nas vias do anno passado como naõ avya por serviço de Deos nem meu fazersse este mosteiro; pelo que de nouo naõ ha nesta materia que vos escreuey.

VII. Eoutambem me dizeis que o anno 92 me deris conta como alguns pessoas particulares trataraõ de instituir na casa professa dos Religiosos da Companhia de Jesus huã noua confraria, em que assemantassem todos os soldados que andassem em meu serviço nessas partes, e que com parecer dos desembargadores desse estado mandeis que se naõ procedesse nesta confraria até me dareis conta do que se denia fazer neste casso, que foi muito acertado, e por alguns incommodos que podem resultar deste modo de confraria, e pelas rezoẽs que o anno passado se apontaraõ, e agora me escreueis, vos mandey nas vias do mesmo anno que de todo se extinguisse esta confraria; e assy volo torno de nouo a mandar, e que a naõ aja mais.

VIII. E assy me escreueis que temdes dito ao Comissario geral da Ordem de São Francisco que busque algum alitre pera ajuda da fabrica das Igrejas de sua Ordem, e pera compaarem as casas que estão junto ao dormitorio do seu convento de Goa, e lhe mandais acudir com as mesmas necessarias pera a enfermario do mesmo Convento, e que aos Religiosos que andão no seu convento de foytandade da Conhaõ e Calacõhaõ idos a estabelecerem alguns remedia, porque da renda dos pagodes que está applicada para este effecto se lhe naõ pode dar nada, isto e, que com estes Religiosos temdes visitado, e por de meu serviço, e vos em-

comemdo que assy procedaes nestas materias, e que se acabem de comprar as cassas que estaõ junto ao dito dormitorio como o tenho mandado de algũs annos a esta parte.

IX. Tambem me dizeis que ElRey de Ceilaõ he velho e pobre, e que lhe deuo comceder em cada hum anno alguns bares de canela que ouuer por bem sem os capitaes daquela fortaleza emtemderem com ele nem com os seus, posto que fique isto em algũa quebra no contrato que se faz com os mesmos capitaes quando vaõ entrar naquela fortaleza, e que daes ordem como se lhe vaõ paguando os mil pardãos de ordinaria que de minha fazenda tem cada anno, e pelo que me dizeis deste Rey he rezaõ que se tenha conta com ele, e no que toca a estes mil pardãos de ordinaria vos emcomendo que guardeis o que sobre isto tenho mandado, e quanto aos bares de canela que pede cada anno vos emcomendo lhe ordeneis os que vos parecer que lhe saõ necessarios, e me avissareis de tudo o que nisto fizerdes.

X. E assy me daes conta que per cartas de Pedromem Pereira, capitão da fortaleza de Columbo, souberes como o Mudiliar Bique Narçingua se fora para aquella fortaleza com 500 almas, e deu obediencia a ElRey de Ceilaõ e ao dito Pedromem, e que por ordem sua estava com sua gente e com mais alguns Portugueses de posse da tramqueira grande, e que asentareis no conselho desse estado que se lhe mandassem dozentos homens de socorro, que tenho por de meu serviço; e porque vos tenho emcomendado muito emcarceadamente as cousas daquele Reyno de Ceilaõ por estar occasionado para com facilidade se ir ganhando, e ser esta materia da esaludade que se deixa, vey, vey torne de nouo a emcomendar.

XI. E ao que me dizeis que as rondas das eruanas de Chaul que foraõ aforadas emfatiota a hui Dona Caterina de Castro, e que se deuem tornar arrendar per conta de minha fazenda, e daroselhe nota por via de tampa a conta conforme a tempo que o Conde Visconty Dom

Francisco Mascarenhas teue quando lhas aforou, porque assy se lhe fará justiça, e esta remda irá em crecimento, e vos parece que o mesmo se faça com todas as outras pessoas que daforamemto tiuerem semelhantes cousas, que me pareceo lembrança de meu seruiço, e do que coñheem a conseruação das remdas desse estado, pelo que vos encomendo e mando que precedendo todas as informacoões necessarias ordeneis nestas materias o que vos parecer mais meu seruiço.

XII. E assy vy o que me dizeis sobre o bom modo em que sempre procedeo em meu seruiço Nuno Velho Pereira em todas as cousas que se ofereceraõ nessas partes, de que tenho ha muitos annos a mesma informação, e terey lembrança de por seus seruiços lhe fazer a mercee que ouuer lugar, e vos agradeço a que sobre ele me fazeis. Escrita em Lisboa a 18 de Feueireiro de mil quinhentos nouenta e cinco.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

Mathias de Albuquerque do seu conselho, e Visorrei da India.—3.ª via.

(Livro 6.º fl. 545—4.ª via fl. 549—5.ª via fl. 553)

164.

Eu ElRey faço saber aos que este meu aluará virem que eu mandey ver o Regimento que por meu mandado fez na India o Visorey Mathias d'Albuquerque em dezoito de dezembro de quinhentos nouemta e tres sobre a matricola daquelas partes, e por estar conforme ao que coñheem a meu seruiço, ey por bem e mando que se compra e goarde inteiramente com as declaraçoões seguintes. Primeiramente se trasladará no imtreito do dito Regimento a Promisaõ que sobre esta materia man-

dey passar em vinte e tres de janeiro de oitenta e nove; e no terceiro Capitulo dele se declarará logo no começo que se farão e ordenarão liuros novos conforme a dita Provisão lançamdosse neles todo o tempo que constar que os soldados tem servido nas ditas partes até o que se achar pelos liuros velhos da matricola que atualmente serviraõ nas armadas ou fortalezas daquele estado; e fazendosse conta do que tiuerem recebido do dito tempo conforme a dita provisão, e que pelos mesmos liuros da matricola velha se faça ponta no titulo das pessoas que forem mortas até o tempo que por eles constar que atualmente serviraõ, e do que se achar que lhes he devido em seus titulos se fará hum caderno separado que se chame dos defuntos para seus erdeiros poderem requerer o pagamento do que lhes for devido na forma do dito Regimento; e que se faça outro caderno em que se lancem todas as diuidas que pelos ditos liuros se achar que se depem a minha fazenda, assy de ordenados como de soldos que alguãs pessoas tenhaõ auidos sem os terem vencidos; pera se arrecadarem das taes pessoas ou de seus erdeiros sendo já falecidos. E no quarto Capitulo ey por bem que se acrecente que os soldados possaõ tambem vender seus soldos nas fortalezas de Bacoim e Chaul, e isto com licença do Visorrey, ou Governador, levando certidão da dita matricola. E no Capitulo vinte e seis se declarará que os descontos de que ele trata se farão conforme a meus Regimentos e provisões que sobre isto são passadas, e não por provisões nem mandados dos ditos Visorreys e Governadores. E com estas declarações hey por bem e mando que se cumpra e guarde o dito Regimento como dito he sem diuidas nem contradicção alguma, por que assy o ay por meu serpleo, e este quero que valha, topha lreya e vigor, como se fosse carta senta em meu nome, por mim assinada, e passada pela chancelaria posto que por ela não passa, e em embargo da Ordenação do 1.º Liuro, titulo xx, que o contrario dispõe; Manoei de Torres o fez em Lisboa a 22 de fevereiro de

M. D. nonenta e cinco. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Aluará per que V. Magestade ha por bem que se cumpra e goarde inteiramente o Regimento que o Visorrey Matias d'Albuquerque fez na India sobre a matricula geral daquelas partes com as declaraçoẽs acima declaradas.—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 51)

165.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emujo muito saudar. Por vossas cartas vy o que nelas me dizeis sobre as matérias de minha fazenda dessas partes, e dos ministros e officiaes que nela se occupão, e mudança que fizestes das cassas dos contos e matricula pera a fortaleza onde residem os Vissoreys pera com mais diligencia se correr no despacho delas, o que fize por acertado, e me ey por servido da mudança que fizestes destes tribunaes, por se entender que será isto de muita utilidade assy pera a boa arrecadação de minha fazenda como pera o despacho das partes.

II. E assy me dizeis que vistes os Regimentos do Visorrey Dom Antaõ, e o que fez o Secretario Diogo Velho sendo Veedor da fazenda nesse estado por Provisão delRey Dom Sebastiaõ, que Deos tem, sobre a recadação de minha fazenda dessas partes, pelos quaes ordenastes que se fizesse outro de nouo, e por não virem com as vyas do anno passado, vos encomendo que se já os não tiuerdes emuiados pelas náos que este anno se esperaõ, o façaes pelas primeiras pera os mandar ver, e escrever o que ouner por mais meu serviço que se neles faça.

III. O Regimento nouo que me escreueis que fizesseis pera ordem que se deue ter na matricula geral dessas partes vy muito particularmente e o tenho por de meu

serviço por ser materia em que com rezaõ se deve de procurar que se ordene de maneira com que se atalhem as muitas desordens que até qui correraõ nela tanto em dano de minha fazemda, e me pareceo deuêlo apronar com as declaraçoẽs que mandey apontar em huã prouissaõ minha que vay nestas vyas, e com as mesmas declaraçoẽs mandareys que se ememde o dito Regimẽto no qual yrá emcorporada esta 'minha prouissaõ, pela qual ey por bem e mando que daqui em diante se goarde e usse dele na forma e modo que se nele comtem.

IV. Tambem me dizeis que por Antonio Giralte que me serue de Veedor da fazemda de Goa não ser tão deligente como conuem a meu serviço, e que por este respeito tiuestes alguns desgostos com ele, e que o mandastes visitar as fortalezas do norte, o que aceitou de boa vontade, e posto que pelo que dele dizeis e de sua parte me ser pedida licemça pera se poder vir pera este Reyno mandey que nestas náos lhe fosse successor, se não pode ordenar, mas terey lembrança pera que lhe vá nas do anno que vem.

V. E o que me uizeis de Francisco Paes, Prouedor mór dos contos desse estado, e bom modo em que procede em todas as coussas de meu serviço assy no prouimento da ribeira de Goa como na vissita que por vosso mandado foi fazer ás fortalezas do norte e tombos que ordenou das aldeas e propiedades daquelas partes, posto que lho mando agradecer por minha carta o que nestas matérias fez, lhe direis de minha parte que me ey por bem servido dele, e vos emcomendó que ordeneis que faça tombo de todas as propiedades e foros da Ilha de Goa pola importancia de que he estarem as propiedades e remdas de minha fazemda lamçadas neles pera que se não possaõ em nhum tempo sonegar.

VI. E no que toca ao que me escreueis sobre o contador Diogo Vieira que foi com o dito Francisco Paes por escriuaõ de seu cargo e o ajudou nas coussas que naquelas partes fez, posto que me dizeis que procedeo nisto com zelo de meu serviço, pelo que o deuo tornar

admitir ao officio de contador que seruia, de que o mamdey suspender, todavia me pareceo que por ser materia de exemplo o naõ devia conceder sem primeiro me emuiardes huã relaçaõ das culpas perque foi suspensao pera a mamdar ver, e vos mamdar responder e este particular como ouuer por meu seruico

VII. E como importa tanto terse sempre particular cuidado de se comtratarem as Alfandegas e mais rendas desse estado pois do rendimento delas resulta o proximo de minhas armadas e fortalezas dele, tiue contentamento de terdes contratado a alfandegua de Malaca com tanto crescimento como me escreueis, e no particular de que trataes que por naõ terem lagimas os officiaes de alguãs alfandegas dessas partes he causa de naõ yr a mór parte do rendimento delas á receyta, por ser materia de acrescentar direitos a tenho mandado ver, e em outra carta vos mandarey responder o que ouuer por meu seruico que se nisto faça.

VIII. E tambem me dizeis que vindo dous galeões de Maluquo pera Goa por hum deles fazer muita agoa se baldeara na fortaleza de Malaca a cargua que trazia no outro e em huã naõ de Pero Lopes de Sousa capitão da mesma fortaleza, e que ussaindosse de muito rigor nos direitos que da fazemda que traziaõ se aviaõ de pagar não importara mais pera ela que 50 mil pardãos de tamgas, pelo que vos parece que naõ he possivel comtrataremse estas viagens com os capitaes delas como volo tenho mandado, pelos mais deles não terem cabedades pera as poderem comtratar, todavia me parece que deueis de procurar por se comtratarem estas viagens com os capitaes, por ser informado que ficará sempre isto de mais utilidade pera minha fazenda, como volo tambem mamdey escrever pelas vyas do anno passado.

IX. E assy me dizeis que por as duas naõs que no anno de 93 vinhaõ da China pera a cidade de Goa naõ poderem chegar com a força dos noroestes á barra dela arribaraõ á de Cochim, e que por naõ dardes azo a combalos e desordens que se lá podiaõ mais facilmente fazer

em dano de minha fazenda mandastes que se não despachassem as que vinhaõ nas ditas náos, e se leuassem á alfamdegua de Goa conforme ao Regimento da dita alfamdegua, que me pareceo deveruos aprovar, e emcomendar que em semelhantes casos se proceda nesta conformidade.

X. E assy me pareceo mandarvos aprovar emuiardes dinheiro á China por conta de minha fazenda pera vyr empregado em cobre pera as fundiçoẽs da artilharia desse estado, que por se perder na não de Dom Francisco d'Eça destes ordem como se contratasse este cobre em Macáo, e porque como tereis emtemdido e a esperiencia o tem mostrado convem tanto á comservaçaõ do mesmo estado aver muito cobre nelẽ pera as fundiçoẽs da artilharia pera minhas armadas, e pera o pagamento dos officiaes que nelas trabalhaõ, vos emcomendõ que procureis por todos os modos que vos forem possiveis para que em todos os annos se mande trazer daquellas partes por contrato ou por conta de minha fazenda.

XI. Os Regimentos que me dizeis que fizestes e ordenastes pera os resgates e commercio das minas de Cuama e Cofala, e assy o que se fez pera a noua alfamdegua de Mombaca, não vieraõ com vossas cartas como me escreveis, e não vimdo nas náos que este anno se esperaõ mos emuiareys nas primeiras, e no particular que toca aos resgates das ditas minas fico veindo, e do que sobre isto me parecer vos mandarey per outra carta minha o que ouuer por mais meu serviço que se faça.

XII. E tme contentamento de me escreuerdes como no veraõ passado esperaueis de fechar de todo a fortificaçaõ de Damaõ, e que tanto que se fizesse, ordenarieys de se asentar naquella cidade alfamdegua, como volo tenho mandado, obrigando vyr a ella todas as fazendas que ounerem de ir a Cambaia, e não forem á fortaleza de Dio, com a qual vos parece que se poderá escussar a de Chaul, o que vos emcomendõ que ponhaes por obra, e com a emformaçaõ que me mandardes do rendimento e effeito desta alfamdegua de Damaõ, vos

mamdarey responder ao que me escreueis que se pode escusar a de Chaul.

XIII. Tambem me pareceo aprouarnos mamdardes tirar devassas, e fazer todas as mais diligencias necessarias pera se saber e descobrirem as pessoas que tratassem em pimenta, e posto que me dizeis que não achastes nhũs culpados nisto, vos emcomendo que tenhaes sempre nesta materia muita vigilancia pela importancia de que he.

XIV. E ao que dizeis sobre impetrar Breue do Santo Padre, pera se não asoluerem as pessoas que tiuessem sonognado os direitos que deuerem a minha fazenda, o que tambem me escreuestes pelas náos do anno de 93, por ser materia muito incomueniente e perigo das almas das pessoas que nisto forem comprehendidas, me não pareceo que o deua de impetrar, como volo já mandei escrever nas vyas do anno passado. E vos emcomendo que deystoda a ordem que for possivel para se não desemmcaminharem estes direitos, e se tenha nisto muita vigilancia.

XV. Tambem me dizeis que a remua dos canais que vem a esse estado abateo muito do que dantes remdia por eu defender que os não leuassem ao Canará nem a Cochim, e fossem todos a Goa, e por me terdes já isto escrito nas náos do anno de 93, vos mamdey responder nas vyas do anno passado que avia por bem que dali em diante se não usasse mais da prouissaõ que sobre esta materia mandey passar, e vos emcomemdey muito emcarcidamemte que desseis ordem como logo se contratassem os ditos direitos, o que de nouo vos torno a emcomendar, pera que desta maneira se não diminua o rendimento delles.

XVI. E tenho por muito acertado o que me dizeis que depois que governaes esse estado não passastes aos capitães que vão entrar nas fortalezas de que estão prouidos as prouissoes que mandey defender por muitos incomuénientes que pera isso se me ofereçaõ, e me pedis queira prouer as muitas queixas que sobre esta materia

fazem os ditos capitaães, sobre o que algũs me escreuerão, e posto que sobre isto me apontaes algũs rezoẽs fundadas no zelo com que procedeis em todas as cousas de meu serviço, vindo como antes que fizesse a defessa destas prouissoẽs mandey tomar sobre a materia delas muitas emformaçoẽs, e se trataraõ todos os individuos delas, e por constar que eraõ passadas contra minha fazemda e remedio de meus vassallos dessas partes mandey defender as taes prouissoẽs, pelo que naõ conuem a meu serviço nem á conseruaçaõ desse estado tornaremse a passar, e vos emcomendo que assy o deis a entender aos ditos capitaães.

XVII. E quanto ao que dizeis que por vos parecer rigurossa a prouissaõ que foi nas náos do anno de 91 pera os Vissoreys e Gouernadores desse estado naõ darem tenças e tirem as que tiuessem dadas, e mandarem arrecadar as que fossem pagas ás pessoas que as tinhaõ de todo o tempo que as receberaõ sem serem cõfirmadas por mim, no que sobrestiuestes com parecer dos Bispos e Prelados dessas partes por a todos parecer que denieis sobreestar nesta execuçaõ té me dardes comta, o que tiue pór acertado; posto que por ter entendido que os annos atrás se foraõ dando muitas tenças por conta de minha fazemda a muitas pessoas a que os Vissorreys e Gouernadores as quiserã dar por seus particulares respeitos e amizade com muyta largueza e em tanto dano das rendas desse estado, mandey passar a prouissaõ de que me daes comta, e vos agradeço o que sobre esta materia me lembraes, por quẽ sempre me averey por bem seruido de se darem ás veuvas que procedem omrrada e recolhidamente cujos maridos tiuerem gastadas suas fazemdas em meu serviço e defensaõ desse estado, e aos pobres velhos e aleijados que gastaraõ a vida no mesmo serviço, como em vossa carta me lembraes, comformandome com as rezoẽs que sobre isto me daes, ey por bem que ás taes viuvas e velhos se vaõ dando algũas tenças com que possaõ remediã suas necessidades, que mandaraõ confirmar por mim, e vos emcomendo que a distribuiçaõ delas se tenha tençaõ somente ao remo-

dio, das taes pessoas, e ao que se deue dar á armadas e accidentes desse estado pera o que comuem conseruarse o rendimento dele, e das que estiuerm dadas se não arrecadaraõ os rendimentos de que trata a mesma Provisão, com declaração que as viraõ confirmar por mim dentro no tempo que para isso lhe limitardes, e fareis fazer hum caderno em que venhaõ lançadas todas as remças que nesse estado forem dadas, e a que pessoas, e os respeito por que se lhe deraõ, pera por ele com menos opreção das mesmas pessoas mandar confirmar as que ouuer por bem.

XVIII. E ao que me escreueis dos gualcoës, gualés, e mais nauios de remo que achastes nesse estado, e a diligencia com que procurastes de acreseentiar a eles 24 fustas, tres gualiotas, huã manchua, huã escussa gualé, e duas gualiaças, e outros nauioz, me pareceo vos deuia agradecer, e emcomendar que assy procedaes no cuidado que se deue sempre ter de não faltarem gualés, galiões, e mais nauios de remo nesse estado pelo muito que importa á conseruação dele não faltarem pera as armadas que ordinariamente se fazem e são necessarias.

XIX. Tambem tiue contentamento de ver o muito cuidado com que procuraes que aja nesse estado salitre em abastança e poluora necessaria pera prouimento das ditas armadas e fortalezas dessas partes, pois he huã das mais principaes monicoës pera a defemssaõ delas, e por se ter por experiencia nestes reynos que he de muito mais efeito ussar-se de poluora despimgarda na artilharia de toda a sorte na cantidade comueniente que de poluora de bombarda como se té qui ussou, vos emcomendo que se usse nas peças de artilharia da dita poluora despimgarda, e me avissareys se se vay usando dela, e se he nessas partes de tanto efeito como se qua tem visto.

XX. E assy me daes comta da artilharia que achastes na casa da fundição e da que mandastes fundir depois que governaes esse estado de que me hey por bem seruido, e vos emcomendo prossigaes nesta fundi-

ção pela importância de que he incomueniente que sera aver falta dela pera as armadas desse estado.

XXI. E não posso deixar de vos agradecer e apionar não se pagar nhum papel de diuidas velhas no tempo do vosso governo, como volo: também tenho mandado nas vyas do anno passado, polo muito incomueniente que disto resultava a minha fazenda, e vos encomendo que daqui em diante se faça assy sempre como me escreueis que o temdes feito.

XXII. E assy me parece muito de meu serviço e bem desse estado terdes ordenado como as cidades e fortaleza dele mandem buscar cobre á China pera sua fofteficação e defemssaõ, e que as de Goa e Chaul o tem já feito, e por ser materia de que resultará sempre muito proueito ao mesmo estado, vos encomendo que ordeneis como assy se vá procedendo daqui em diante.

XXIII. Os tombos das terras da cidade de Bacaym e aldeas forciras a minha fazenda que me emuiastes por vias o anno de 93, por faltarem alguas náos daquelle anno em que deviaõ de vyrr não cheguaraõ a este Reyno, e por que folgarei de os ver, vos encomendo mos emuiays nas primeiras que dessas partes vierem. Escrita em Lisboa a 24 de feureiro de mil quinhentos nouenta e cinco.

REY.

Pera o Visorrey.—2.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por El Rey.

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, Visorrey da India—3.^a via.

(Livro 3.^o fl. 672—4.^a via, Livro 4.^o fl. 609—outra via, Livro 4.^o fl. 606, faltando-lhe a assignatura Real)

166.

En ElRey faço sabera vós meu VissoRey e Gouvernador das partes da India que en sou informado que Diogo do Couto morador na Cidade de Goa escreue a istoria da India, e que pera poder ir continuando e proseguindo lhe são necessarios alguns papeis que estão em poder do Secretario dessas partes, pello que vos mando que tanto que este uirdes, sem dillação alguã lhe façaez entregar todas as cartas e papeis que pedir, e lhe forem necessários pera ordenar a dita istoria e ir com ella avante, e porque comuem a meu serviço e augmentação desse estado aver nele huã casa que sirva de torre do tombo, vos mando outrosi que a ordeneis logo dentro nas casas de voso apoussento na parte mais commoda que vos parecer, na qual se recolherão e lançaraõ todos os papeis, cartas, provisões, e regimentos das vias dos senhores Reis meus predecessores e minhas, e es antos das posses das fortallezas e regimentos dellas, contratos de pazes, parias, vasalagens, embaixadas, e registos da chancellaria dessas partes, e todos os mais papeis que tocarem ao mesmo estado, e outrosi ey por bem que o dito Diogo do Couto seja guarda desta casa da torre do tombo sobre quem se carregaraõ em receita todos os ditos papeis pello modo e ordem que se tem na torre do tombo desta cidade, o qual cargo servirá em quanto ho en ouer por bem, e não manter o contrario, e averá em cada hum anno que o servir trezentos pardãos de ordenado, que começará a vencer do dia que lhe for dada a posse da dita casa e entrega dos ditos papeis em diante, os quaes trezentos pardãos lhe seraõ pagos na feitoria de Goa aos quarteis com certidão vossa onde vossos subcessores de como serve o dito cargo, e em tudo se cumprirá este meu aluará inteiramente como se nele contem, que quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada pela chancellaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordenação de 2.º Liuro, Titulo xx, que o contrario dispoem, o qual

se registará na casa dos contos dessas partes pera se a todo tempo saber que ho ouue assi por bem. Ambrosio d'Aguillar o fez em Lisboa a vinte e simquo de fenereiro de mil e quinhentos nonenta e simquo. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Ha Vossa Magestade por bem que se entreguem a Diogo do Couto morador em Goa que escreue a historia da India todos os papeis que pedir pora poder ir continuando a dita historia, e que se faça huã casa na dita Cidade que sirua de torre do tombo em que se recolhaõ todos os papeis, cartas, e regimentos que ouuer naquele estado, e que seja o dito Diogo do Couto guarda della, e aja trezentos pardãos de ordenado cada anno.—Pera Vossa Magestade ver. (a)

(Livro 1.º fl. 52)

(a) Pareceo-nos pôr já aqui outra Provisão, que confirma e corrobora esta, posto que por sua data haja de ter cabimento em outro *Fascículo*. He a seguinte.

—Eu ElRey faço saber a vós meu Vissorrey e Governador das partes da India que ElRey meu senhor, que Deos aja, passou huã prouisão no anno de 95 por que ouue por bem pelos resptos nella declarados que se fizesse na cidade de Goa huã Casa que seruisse de torre do tombo em que se recolhessem todos os papeis, cartas, prouisoões, regimentos, vias, autos das posses e regimentos dela, contratos de pazes, pareas, vassalagens, embaxadas, e registos da Chancellaria dessas partes, e todos os mais papeis que tocassem ao mesmo estado, e que Diogo do Couto morador na cidade de Goa fosse guarda dell, por ser informado que escreuia a ystoria da India pera a ir continuando e proseguindo, e que lhe fossem entregues todos os papeis que pera effeito disso lhe fossem necessarios, como mais largamente se contem na dita prouisão, de que o traslado he o seguinte.

(Aqui a Provisão acima)

E sendo eu ora informado que a dita prouisão se não den a execução atégora em parte nem em todo tanto contra meu serviço e ao que por ella era mandado, e que comtinha a elle mandar declarar outras cousas que não estauão nella tão bastantemente declaradas como era necessario, e querendo nisso prouer, ey por bem e

167.

Eu ElRey faço saber aos que este alvará virem que em sou informado que nas partes da Índia ha muitas orfaõs filhas de homens nobres que morrerãõ em meu seruiço taõ desemparradas e pobres que he justo darcelhe remedio pera seõ emparo, e queremdo nisso prouer pellos ditos respeitos e por outros que me a isso mouem, ei por bem e me praz que daquy em diante os VissoReis e Gouernadores da Índia possaõ casar e dotar as ditas orfaõs na forma e maneira em que casavaõ e dotavaõ as que hiaõ deste Reino conforme a hum meu alvará que sobre ellas mandey passar em vinte e quatro de novembro de 583, com tal declaraçaõ que as orfaõs que assi casarem e dotarem serãõ filhas de pessoas omrradas e nobres que morrerãõ em meu seruiço nas ditas partes e naõ outras, e que as naõ possaõ casar com pessoas da naçaõ por estirpe masculina, antes procuraraõ de as casar com homens que amdarem em meu seruiço e benemeritos nele, pera que assi fiquem ellas bem casadas e os cargos prouidos em pessoas d'inos deles, e nas cartas e promissaõs que lhe os ditos VissoReis e Gouernadores passarem dos cargos e officios que lhe derem em dotte e casamento, se tresladará o dito alvará e assi esta minha promissaõ que em tudo se cumprirá inteiramente como se nella comtein, a qual se registará nos liuros da casa da Im-

mando que tanto que vierdes esta minha promissaõ façaes logo com effeito e sem dilaçaõ ylgua entregar ao dito Diego do Couto huã casa dentro no nosso aposento que for mais conueniente e a proposito pera servir de tombo deas estãõs, e que lhe sejaõ logo entregues todos os papeis e mais escripturas de que trata a dita promissaõ nesta inserta, e asy todos os liuros dos registos da chancellaria della do tempo que nessas partes a comecou a seõ atégura, e neste modo se procederá daqui em diante com todos os liuros da dita chancellaria tanto que acabarem seu tempo os VissoReys e Gouernadores da Índia; e isto sem embargo do que o escripto da dita chancellaria que ora he e au diante for pderia alegar em seu perjuizo que naõ he cumprido o mandado que imporia a meu seruiço e ao bom gouerno

dia e nos dos contos das ditas partes pera se a todo tempo saber que ho ouue assi por bem, e quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e pasada pela chamoellaria posto que por ella naõ passe sem embargo da Ordenaçaõ do 2.º Livro, titulo xx, que o contrairo dispoem. Ambrosio d'Aguillar o fez em Lisboa a vinte e simquo de fenereiro de mil quinhentos noventa e simquo. E eu o Sécretario Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

desse estado estarem os ditos liuros na dita casa do tombo, em que taõbem se recolheraõ todos os tomboes das aldeas asy da Ilha de Goa como das circumuezinhas, e das terras de Salcete e Bardes, posto que estejaõ em poder dos Vigarios de suas freguesias, por que naõ ey por meu seruiço que estejaõ fora de minha jurdiçaõ, e naõ os querendo os ditos Vigarios entregar, mândo ao Arcebispo de Goa os obrigue a isso com penas e sensuras, pelloz ditos papeis estarem mais seguros na dita cassa que em outra parte, e taõbem por se evitarem muitos inconuenientes de seruiço de Deos e meu, e se carregaraõ taõbem em receita ao dito Diogo do Couto pelo modo delarado na dita prouisaõ. E outrosy ey por bem que todas as listas dos despachos que os Senhores Reys meus predecesores enuiaraõ a esse estado alégora se entreguem na dita Cassa do tombo, e as que daqui em diante forem se registaraõ nella em hum liuro separado que ey por bem que aja pera isso, com declaracão que as certidoes que as partes pedirem dellas de seus despachos se lha naõ passaraõ senaõ per ordem do Secretario dessas partes nas costas da petiçaõ que cada huã das pessoas vos fizer pera lhe mandardes passar a tal certidaõ, por quanto naõ ey por meu seruiço que o guarda da dita casa a passe, somente servirã o dito registro pera as ditas pessoas saberem que tem ali o seu despacho e vos tequererem certidaõ delle. E asy ey por bem que quando alguã pessoa for à dita casa do tombo renuerer o traslado de alguns registros dos ditos liuros da Chamoellaria, e dos ditos tomboes, ou de outros papeis que naõ forem das vixas, o dito guarda lha naõ passará sem vossa especial mandado assinado por vós como se costuma neste Reino, e passendolha fóra desta ordem, que naõ creio, ey por bem que se naõ guarde nem se lhe dê fé nem credito algum, e das couzas tocantes às vixas se naõ passará nunca certidaõ a pessoa alguma inda que lho toque, por estas couzas serem de segredo, e naõ conueni serem comunicadas senaõ

Ha Vossa Magestade por bem pellos respeitos acima declarados que os VissoReis e Gouernadores da India possaõ casar e dottar as orfãs filhas dê homens nobres daquellãa partes que morrerãõ no serviço de Vossa Magestade na forma em que casauãõ as orfãs que hiaõ deste Reino conforme a hum aluará que Vossa Magestade sobre ellas mamdou passar no anno de 83, pela maneira acima declarada—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 48)

168.

Visso Rey amigo. Eu ElRey vos emuno muito sandar. Vi vossa carta de Goa de 13 dabrill do anno passado que me emuiastes por terra, e posto que das maes das cousas que por ella me daes conta o temdes feito na primeira via das cartas que trouxe o capitão mór Dom Luis Coutinho, vos tenho mamdado escrever o que ey por meu serviço que se nellas faça; vos respomderei por esta ao que por ella me daes conta.

es ministros de que eu fío as materias dellas. Pello que mando que em tudo cumpraes e guardeis esta minha provisãõ e a que nella vai trealadada, e a façaes cumprir e guardar inteiramente como se nela contem, a qual se registrará na dita casa do tombo para se saber a todo o tempo que o ouue así por bem, que quero que valha, tenha força e rigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada e passada pela chancellaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordeuação do 2.º Livro, título xx, que o contrario dispoem. Joãõ de Torres a fez em Lisboa a xij de feuerreiro de mil seiscentos e duas. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Provisãõ sobre a casa do tombo que Vossa Magestade ha por bem que seja em Goa, e que se recolhaõ nella todos os papeis, livros da chancellaria, e tombo das aldeas de que faz menção pela maneira acima declarada. E que valha como carta, e não passe pela chancellaria.—Pera Vossa Magestade ver.—1.º via.—

(Livro 80 fl. 134)

II. A' lembrança que me fazeis de se não deverem assentar na casa da Índia moços de pouca ydade pelas rezoês que já me apontastes; tenho mandado prover, e que não se deixem ir nas náos que forem para essas partes nenhuns de menos idade que de 15 annos.

III. Também me pareceo lembrança de meu serviço a que me fazeis sobre os desembargadores e letrados que me servem nessas partes, e ho inconveniente grande que ensemdeis que he casaremse nellas, e pellas rezoês que sobre isto me apontaes e informações que sobre esta materia tenho, mandey passar a provissão de defessa que se enviou nas vias dos annos passados para os ditos desembargadores e letrados não poderem casar nessas partes sem especial licença minha ou dos Visso Reis e Guouernadores delas, e vos emcomendo que a façaes guardar inteiramente e registrar nos liuros da Rellação de Goa e Camara della para em todo tempo se saber que ho ouue assi por meu serviço.

IV. E a que me fazeis sobre se deuerem de examinar muito as pessoas que ouner de prover de capitaes das fortallezas desse estado pella importancia de que he serem taes de que se possa fiar a defemsa e guouerno dellas, terei a lembrança que isto pede, como volo já mandey escrever per outra carta das que vaõ nestas vias.

V. E' de tanta consideraçõ ter o Melique feito fortalleza no morro de Chaul e estar taõ fortificada e com tanta artilharia, e por esse respeito aquella fortalleza cercada e taõ oprimida que sou informado que pella barra grande della não pode entrar nãio nenhum por ligeiro que seja sem muito risco de o meterem ao fundo, he posto que sobre esta materia em que me falais taõ socintamente vos tenho tratado em outra carta das destas vias, he ella de calidade que me pareceo deuernos emcomendar com ho emcarecimento que a mesma materia pede procureis por desfazer ou tomar esta fortalleza buscandmo para isso todos os modos que vos forem possiueis, e se quando estas náos chegarem a essas partes o não tiverdes feito como de uós confio que o fareis será

forçado irdes em pessoa a esta impressa com a prevemção e poder da gente necessaria, e de tal maneira que não se fique arriscando esse estado; e como a materia de yrdes em pessoa com o poder e força dele sobre esta fortalleza do morro he de tanta importancia he consideração, a tratareis em conselho com todos os fidalgos e pessoas de experiencia que se custumaõ chamar aos conselhos desse estado em semelhantes accidentes, e do que nele se assentar sobre a mesma materia dareis logo á execussão tomando os pareceres de todos os que se acharem no dito conselho por escrito que me emuiareis por vias com particullar informação do que fizerdes, que espero que seja de terdes de todo acabado esta impressa como comuein ao remedio da fortalleza de Chaul e das mais adjunctas a ella e reputação dese estado, porque de ho asi fazerdes me averey por muito bem servido de vós.

VI. E tenho por acertado terdes feito pazes com El-Rey da Serra e Rainha de Ollala depois de se pôr por terra a fortalleza que esta Rainha fez e sustentou tanto tempo com discredito desse estado; mas porque sou informado que em effeito não foy esta fortalleza de Ollala desfeita como devia ser, e lhe ficaraõ os alicerces em pee, e de maneira que em poucos dias e com pouca fabrica se pode pôr no estado que dantes estaua, vos encomendo que façaes derrubar e desfazer de todo os alicerces desta fortaleza pera que possa cessar este inconveniente.

VII. E no que dizeis sobre a fortificação da cidade de Cochim em que vos parece que não consentirá este Rey pelas rezoês que apontaes, em outra carta minha vos mandarey escrever o que ouuer por bem que se faça nesta materia.

VIII. E sobre o Rey de Jasanapataõ possuir aquele Reino em meu nome, e o ter de vossa mão, de que se deuiaõ fazer contratos, vos encomendo os mandeis autenticos per vias a este Reino pera se lançarem na torre do tombo como comuein que se faça em todas as cousas desta qualidade.

IX. E no que toca a Dom João Momdeliar que tiranicamente está de posse do Reino de Camdia cometer este Rey de Jafanapatao que se juntasse com elle para com mais facilidade se defenderem e fazerem senhores dos Reynos de Ceita Avaca e dos mais da Ilha de Ceilao, e que por atalhardes a estes desenhos e se poder ir ganhando aquella Ilha nesta occasiao mandareis Pero Lopes de Sousa capitao que foi de Malaca com trezentos homens a esta empresa, e porque de seu entendimento e experiencia das cousas desta calidade tenho a mesma informacao que dele me daes, me pareceo devernos apronar estao tao boa elleicao, e espero que dessa se consiga todos os bens e frutos que se desejao.

X. O modo em que procedestes com os embaixadores dos Reis de Pegu e de Jor, e os entreterdes com esperanca de socorro que vos pediao, tive por acertado pela necessidade que esse estado tem de os ter por amigos, e em especial a El Rey de Pegu de que depende o proximo da fortaleza de Malaca, que como apontaes comuem estar sempre tao abastada e provida de mantimentos que possaõ os capitães della acudir ás de Maluco e Amboina com o proximo necessario pella commodidade com que se della pode acudir a estas fortalezas por estarem tao distantes da cidade de Goa, me pareceo devernos emcarregar mui emcarcoidamente tenhaes muito particular conta de as proner com tempo para que quando lhe sobrevier algum trabalho se naõ achem em faltas para sua defensao, como confio que o fareis.

XI. E porque me daes conta que me naõ enviaestes por terra as cartas que me escrevia o filho de Gomez Perez das Manilhas (a), sobre a desestrada morte de seu

(a) Parece-nos ser exacto o nome de Gomez Perez, posto que as escripturas o alterassem, em pouco. Assim na 3.ª via desta Carta está *Rezes*. Na 4.ª via *Jesús Regis*. E na 5.ª via está outra vez *Rezes*. Mas á margem desta ultima via ha em letra contemporanea um extracto que diz = *Subre as cartas do filho de Gomez Perez governador das Filipinas* =.

pai, por não virem em sifra pelo perigo de se poder saber o que nellas se escreuia, me pareceo hacertado, mas pois vós tinha dado conta deste desastre, mo ouueréis de escrever nesta vossa carta.

XII. E no que toca a não irem aos Reinos de Japão promulgar ho Evangelho e cultiuar a sementeira de nossa sancta fee que já está feita naqueles Reinos senão os Relligiosos da Companhia de Jesu que ha tantos annos que trabalhaõ nesta cristandade, o tenho já mandado por via desta coroa de Portugal e assi pela de Castella, e o mandarey prouer de nouo pellas rezoões que sobre isto me escreueis; e assi vos encomendo que por via dese estado não consintaes que vão outros nenhuns Relegiosos áquellas partes. Escrita em Lisboa a 26 de feureiro de 595.

REY.

Pera o Vissorey—3.º via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vissorey da India —3.º via.

(Livro 5.º fl. 562—4.º via fl. 566—5.º via fl. 559)

169.

Visorrey amigo. En ElRey vos emito muito saudar. Diogo Lopes Coutinho. Capitaõ de Ormuz me escreueo que quando fora entrar naquella fortaleza a achara falta de soldades, e muitos delles velhos e doentes, e que por alguns rigores que se usauaõ com eles não hiaõ emuer nar a ella como sohia. En lhe mando escrever que de tudo isto uos dese conta, e uos encomendo que pella importancia de que esta fortaleza he procureis que lhe não falte a gente de sua obrigação, e a que ouuer de rezidir nella seja tal que a possa defender e acudir aos accidentes que lhe sobreuierem.

II. Tambem me dis que pellos muitos deseuidos com que procede ElRey de Ormuz está posto em grandes dinidas, e que tem dado suas rendas a muitas pessoas em vida, de que procede não poder prouer as fortalezas daquele Reino, e lhe parece que será comueniente tiraremse estas rendas ás pessoas a que ele as tem dado; emcomendonos que uos informeis muito particullarmen-te desta materia, e acudaes a ella com o remedio que ella pede.

III. E asy me dis que ha muitas queixas nos merca-dores que uem com fazendas á alfandegá daquella forta-leza pellos Visitadores que estão nella lhe tomarem por força seus criados e e-crauos catiuos pera effeito de lhoz fazerein christãos, e posto que lhe mandey escreuer que avisase disto ao Arcebispo, me pareceo deuernolo em-comendar pera que trateis esta materia com ele, e se lhe dê o remedio necessario pera que conseguindosse o ef-feito que se pretende do bem daquellas almas, se ordene isto por modo que não impida virem os mercadores com suas fazendas áquella alfandega de que pode resultar muita perda a minha fazenda.

IV. ElRey de Ormuz me escreue que uão em diminui-ção as rendas daquele Reino, e me pede prouissão e fa-uor de gente e artelharia pera ir em pessoa torpar a for-taleza do Lostão e outras vizinhas a ella, sobre o que lhe mandei escreuer que acudisse a uós. E porque Diogo Lopes Coutinho me escreue deste Rey ter suas rendas todas empenhadas, que por pouco dinheiro que lhe daão na mão dá muita cantidade dellas em pagamento, vos encomendo que asy nas coussas que requiere como nas desordens em que uiue, tomada informação do dito Diogo Lopes, lhe deis o remedio que comuem pera de todo se não acabarem de destruir as rendas daquele Reino.

V. E porque ha muitos annos que tenho mandado se comprem huã butica que estão junto ao dormitorio de São Francisco de Goa pella desinquietação que com ellas recebem os Religiosos, e sendome escritto os annos atrás que o tinhaõ feito sem atégora se acabarem de comprar,

de que me espanto, vos encomendo que deis ordem como isto não uenha mais a mim, dando logo á execução a compra dellas. E porque sou informado que o uinho e azeite de que faço esmolla a estes Relligiosos em cada hum anno, e assy aos mais que rezi lem nessas partes, se lhe compra do refugo do que leuaõ os capitaes mōres e capitaes das naos deste Reino, mais com intento de, se dar proveito aos mesmos capitaes que do beneficio dos ditos Relligiosos, não custando o ditto uinho e azeite menos por esse respeito a minha fazenda, vos encomendo que procureis que se não use mais deste modo na compra destas ordinarias.

VI. A cidade de Goa me pede mande uir dessas partes os homens da nação por alguas rezoões que pera isso apontaõ, e pera lhe não consentirem ter commercio nellas, e vendo como o do mar he liure a todos, e se premite a mouros, gentios, e judeus, me parece que se não pode tolher aos da nação, e que somente uos deuia de mandar que quando entendeseis que auia algus perjudiciaes, precedendo particular enformação das cousas em que csaõ, me auizeis particullarmente disso pera uos mandar nesta materia o que ouuer por men seruiço.

VII. Tambem me escreue a ditto cidade que comuem á segurança della fortificarse a ponta de Gaspar Dias, e posto que me escreueis que será de pouco effeito pera defenção da barra; vos encomendo que uos informeis particullarmente desta materia com pessoas de experiencia dese estado, e vendo pellos pareceres que tomardes que esta obra se deue fazer, a dareis logo á execução avizandome do que nisto fizerdes, enuiandome juntamente por uias os dittos pareceres.

VIII. E assy me pede lhe mande fazer pagamento dos des mil pardãos que os moradores daquella cidade emprestaraõ pera o apercebimento da armada com que Dom Páullo de Lima foi sobre Jor, e porque comuem fazerse sempre boim pagamento dos taes empréstimos, vos encomendo deis ordem como seiaõ paguos estes des mil pardãos.

IX. Tambem me pareceo deuenos encomendar que mandeis guardar aos moradores e cidadões da cidade de Goa o preuillégio que tem dos infançoẽs nos cassos que podem ussar delle.

X. He de tanta importancia seruir o cargo de escriuaõ da fazenda de Goa pessoa que tenha muita noticia e experiencia dos contractos e mais cousas que correm por ella, que me pareceo naõ deuer confirmar alguns annos que se deste cargo deraõ em dote a pessoas, pello que em caso que vos requeiraõ que os metaes de posse dello o naõ fareis sem verdes confirmaçaõ minha, e o deixareis seruir a Jorge de Lemos posto que tenha acabado o tempo de suas prouisoẽs, em quanto eu naõ prouer este cargo em outrem por prouissãõ minha.

XI. E porque sou informado que atégora se quebraraõ muitos pagamentos de diuidas e ordinarias, que por regimento ade pagar o thesoureiro de Goa, nas alfandegas de Ormuz e Diu contra forma do mesmo regimento, vos encomendo e mando que daqui em diante se naõ quebre nenhum pagamento nas taes alfandegas, e uenha o rendimento dellas a Goa.

XII. Tambem sou informado como a cidade de Goa e alguãs mais dese estado se queixaõ de naõ terem cartas minhas estes annos atrás, tendolhe eu mandado escrever em todos eles, e naõ posso deixar de estranhar muito naõ lhe serem dadas, e me avizareis das caussas que onue pera isso, e vos encomendo e mando que todas as cartas que daqui em diante forem nas vias faças dar ás ditas cidades e pessoas a que as mando escrever, de maneira que nenhuã das uias fique em uoso poder, de que me enuiareis certidoẽs pera por ellas poder saber que se faz o que nisto tenho mandado.

XIII. Diogo do Couto morador em Goa me escreueo que ele hia continuando a historia da India do tempo em que tomei posse deste Reino (governaõdo ese estado Fernaõ Telles de Menezes) em diante, e dis que pera esse effeito lhe era necessario uer todas as cartas e papeis que estiuessẽ em poder do Secretario dese estado pera

hir com a ditta historia avante, e por me parecer materia que se deuia fauorecer e ajudar lhe mandei passar huã prouissão que vai nestas vias por que ey por bem e mando que lhe seiaõ entregues todas as cartas e papeis que pedir e lhe forem necessarios, como por ella vereis, e uos encomendo que o liuro que diz que tem feito do ditto tempo até o do Governador Manoel de Sousa me emnieis pera o mandar uer e empremir neste Reino, e lhe fazer por isso a merce que parecer. E outrossy lhe encarregareis que ordene comesar a istoria das coussas dessas partes do tempo em que a deixaraõ de escreuer Joaõ de Barros e Fernaõ Lopes de Castanheda, até o em que ele a começou de escreuer, porque disso terey muito contentamento pela callidade de que esta obra he. E por que sou informado que os contratos de pazes, e outras doações, e regimentos, vasalagens, embaixadas, papeis, e prouisoões de muita importancia a meu seruiço, e bem desse estado, se naõ puseraõ tégora em boa arrecadação por serem entregues ao Secretario dele, que como saõ triannaes, nas entregas de hum a outro se perdem, e he de crer que se deuiaõ perder quassy todos, ey por meu seruiço e uos mando que dentro nas casas de uoso aposento ordeneis huã que sirua de torre do tombo na parte mais comoda que uos parecer, na qual fareis recolher e lançar todos os papeis asima declarados e todos os mais que tocarem a ese estado, e os liuros dos registos da Chancellaria dessas partes, de que o ditto Diogo do Couto será guarda, sobre quem se carregaraõ em receita pello modo e ordem que se tem na torre do tombo desta cidade; o qual cargo servirá em quanto o eu ouuer por bem e naõ mandar o contrario, e auerá com ele de ordenado em cada hum anno trezentos pardãos, como tudo mais largamente se contem na ditta prouissão. Emcomendonos que lhe deis em tudo o fauor necessario, e em especial a se logo ordenar esta casa pera torre do tombo e se recolherem nella os dittos papeis.

XIV. Francisco Paes, Pronedor mór dos contos, me escreueo que na fortaleza de Damaõ se podia fazer em

cada hum anno huã não pera servir na carreira da India assy pella bondade da madeira como porque custaraõ muito menos do que custaõ neste Reino, pera o que se podiaõ aplicar os oito mil pardãos que se daõ pera as obras da fortificação daquelle fortaleza por se entender que naquelle ueraõ se acabará de fechar, e que pera a obrado parapeitto bastará o dinheiro das imposições que está aplicado pera ellas, pera o que tambem lembra alguãs cousas que se podem aplicar, e assy me diz que se deue de fazer contracto com os capitaes de Baçaim, Manorá, ou Aserim pera fazerem cadano hum galiaõ, ou galleça pera as armadas desse estado, e por que huã cousa e outra he materia da importancia que se deixa ver, vos encomendo que procureis por se fazer esta não que poderá vir pera este Reino carregada, de que resultará a minha fazenda muito proueito, e que deis por contracto o dito galleaõ ou galleça pera servir nessas partes, e outrossy vos encomendo que em todos os annos se faça contracto do cobre pella importancia de que he pera a artelharia dese estado, e pagamento dos officiaes da ribeira de Goa como leuastes por minhas Intrueções, e volo mandei escreuer nas vias dos annos passados, e vollo escreuo em outra carta minha que vay nestas vias.

XV. E porque pellas mesmas Instrucções vos tenho mandado e he defesso por regimento se naõ dem bares forros de crano, de nouo volo torno a emcomendar, e que se naõ dem mais que os do capitaõ e officiaes da viagem e os de Maluco e Amboyne conforme ao ditto regimento com declaração que seraõ comprados por seu dinheiro.

XVI. E assy sou enformado que he em grande dano de minha fazenda aforarende os mandonis dese estado que propriamente são alfandegas em que se recolhem os direitos, reacs, emcoindouos que deis ordem como cesse este abuso, como volo já tenho escrito em outra carta destas vias.

XVII. E porque no regimento nouo que se ordenou pera a casa dos contos de Goa mandei que se fizesse li-

nro de jombo de todas as cousas da India que pertence-
sem á Coroa, e outro dos contractos das pazes e embaxa-
das, por ser isto coussa que pertence ao bom governo
dese estado, vos encomendo que se já não está feito, o
mandeis ordenar pera se meter na casa que ey por bem
que se faça pera recolhimento de todos estes papeis, como
nesta carta volo mandando.

XVIII. E porque me dizem que os rendeiros e contrac-
tadores de minhas rendas dessas partes requerem que se
lhe abattaõ dos pagamentos que haõ de fazer os di-
reittos das coussas que se compraõ pera o prouimento de
minhas armadas, e de outras que são propriamente mi-
nhas, por ser informado que he estylo e ordem muy an-
tigua não se pagarem os taes dereitos, mandey passar
huã prouisseaõ que uay nestas vias por que mando que
inda que se não declare nos contractos que se fizerem de
minhas rendas dese estado que as coussas que, se com-
prarem pera minha fazenda não paguem direitos, se aja
por declarado neles, e encomendouos que a façaes com-
prir como se nella contem.

XIX. E porque tambem sou enformado que os desem-
bargadores da Relaçã de Goa obrigaõ a se pagar ava-
rias do que se molha, furta, ou se lança ao mar nas mi-
nhas náos, como se usa nas dos mercadores, de que resul-
ta fazerense muitos comilluos contra minha fazenda, não
se custumando nos tempos atrás pagarense as taes ava-
rias, mandei pasar tambem sobre esta materia a prouisseaõ
que vai nestas vias, a qual ey por bem que se garde inteiri-
mente, e vos encomendo o comprimento della.

XX. E assy vos encomendo e mando que não deis su-
primimento de soldos e outras despesas que os capitaes das
fortalezas dese estado fazem contra meus regimentos
principalmente em se pagar mais gente do que he orde-
nado a cada huã dellas por serem os taes pagamentos
fantastigos, e ordeneis que se não leuem em conta paga-
mentos de soldo fora da ordem do dito regimento.

XXI. E assy ey por bem que a prouisseaõ que tenho
pasada pera os Visorrey dese estado poderem dispende

com os fidalgos e pessoas outras que me servem nele em merces trinta mil cruzados em cada hum anno se registre nos liuros dos contos, e que o Secretario dessas partes tenha hum liuro separado do registo das taes merces, e se me enuiará o tresllado dele em cada hum anno por vias, e não entraraõ nesta contia os ordenados que os Vissores derem aos capitaes quando me forem servir em minhas armadas.

XXII. O ditto Francisco Paes me escreve que no regimento particullar da mesa do despacho dos Contos de Goa se declara que assistiraõ nella o reuedor das contas e hum contador dos mais antigos da casa, e que tendo o Governador Manoel de Sousa provido este lugar ao Contador Dioguo Vieira o requerera Tristaõ da Noua por mais antigo, e porque sempre será comuiniente comprime-se meus regimentos em todas as causas, me parece que foi bem julgado pellos desembargadores o que determinaraõ, e ajuntasse tambem a isto teruo eu mandado escrever nestas vias que antes de admitirdes o ditto Diogo Vieira a seu officio me emueis as culpas que dele se deraõ por que foi suspenso, e vos encomendo que aos contadores mandeis fazer pagamento de seus ordenados muito particullarmente assy do deuido como do que forem vencendo dahy em diante.

XXIII. E assy sou informado que comuem a meu serviço verense os regimentos de todas as fortalezas desse estado e as despesas que se introduziraõ depois, pera se declarar neles as que se não puderem escuzar, e se tirarem outras muitas que se não deuem permitir, encomendouos que deis ordem que se faça com a brevidade que comuem.

XXIV. E porque sou informado que o officio de escripturaõ da matricolla desse estado tem muito grandes percalços, e que se occupaõ dous e tres contadores na escriptura dos liuros della, de que lhe resultaõ os ditos percalços, os quaes tem de minha fazenda outro tanto ordenado como os contadores dos contos, e que por esse respeito no regimento que mandey fazer quando deste Reino foy o

Secretario Diogo Velho por Vedor de minha fazenda desas partes se tiron o ordenado ao ditto officio de escriuaõ da matricolla, mandei que nas prouisoẽs dos prouidos dele de Janeiro d'este anno de 95 em diante naõ aja o tal ordenado, de que me pareceo avissarnos pera disto se fazer declaraçaõ nos liuros do registo dos Contos e da ditta matricolla.

XXV. E por a fortaleza de Diu ser da importancia que tendes entendido, e ser informado que tem por nissinhos os Mogores que he de crer que intentaraõ por todas as uias que puderem de a entrar como a expiriençia o tem mostrado já quando Agis Coca intentou de o fazer por engano por uia do Brãmene que por ese respeito foi morto, vos encomendõ ordeneis como todos os soldados da obrigaçaõ desta fortaleza durmaõ dentro nela e lhe façaõ guarda á porta como temõ que tereis já mandado fazer pella muita importancia de que he.

XXVI. E porque sou informado que será de proueito pera ese estado terse ElRey de Porcaa por amigo por que inda que se naõ esteja com ele de guerra se tem entendido que consente fazerem agoada em suas terras os cossarios Malauares, pello que vos encomendo que depois de tratardes esta materia ordeneis nela o que uos parecer que comuem mais a meu seruiço.

XXVII. O Bispo de Japaõ que o anno pasado foi pera a China como me screnestes me emuiou dizer que lhe naõ eraõ pagos seus ordenados e dotte, encomendouos que se inda lhe saõ devidos lhe ordeneis o pagamento deles e asy o que for devido do dotte de seu antecessor, porque naõ comuem que se deixem de pagar aos perlados os ordenados que lhe mando dar, e de que se haõ de sustentar.

XXVIII. A Camara da fortaleza de Damaõ me escreueo que tendosse contratado antigamente ElRey de Sarcete de lenar do chouto das terras daquella cidade a doze e meio por cento se fora introduzindo pagarem-lhe muito mais dellas. e que screnendo vós ao dito Rey e a Francisco Paes sobre esta materia estando naquelas

partes do norte servindo de Vedor da fazenda, ele dissimulara com este negocio por cinco mil pardãos que dizem que por esse respeito lhe foraõ dados; e por ser materia a que se deue acodir, vos encomendo que tomeis della muito particular enformaçoõ pera prouerdes neste casso como a importancia delle o pede, e procurareis por se confirmar por ElRey de Sarcete este contracto que está feito com ele de doze e meio por cento.

XXIX. A Camara da fortaleza de Cananor me escreueo que pella muyta falta que naquella fortaleza auia sempre de mantimentos lhes fazia dissimular com os agraos que recebiaõ do Rey vezinho daquella fortaleza e de seus vasallos, porque sucedendolhe algum cerquo o naõ poderiaõ suster por naõ auer nunqua nella mantimentos pera hum mes, e porque comuem estar prouida de maneira que lhe naõ aconteça outro tal desastre como o de Challé, vos encomendo que deis ordem como naõ falem mantimentos nesta fortaleza, e se reformem os muros della de tal mameira que possaõ rezistir aos accidentes que lhe sobrevierem, e aey uos encomendo façaes pagamento a Dom Fernando de Meneses capitaõ della de seus ordenados e ordinarias de que diz se lhe deuem seis mil pardãos. Escritta em Lisboa a 27 de feuerreiro de 595.

REY.

Pera o Visorrey.—3.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India—3.^a via.

(Livro 3.^o fl. 490—4.^a via fl. 497—5.^a via fl. 505 (a))

(a) Esta 5.^a via naõ tem assignatura Real, mas traz a declaraçoõ seguinte:

= Por naõ aver tempo pera Sua Magestade asinar esta carta que vay na quinta via das vias darmada deste anno me mandou que foye justificada e assinada por mim.—O Secretario, *Diogo Felho*. =

170.

VissoRey amigo. Eu ElRey vos emuiio muito saudar. Sou informado que hos bombardeiros e gente do mar que serue nas armadas dessas partes se tiraõ de meu seruiço e se embarcaõ em nauios de mercadores e outros per causa de se lhe naõ pagarem mais que dous quarteis cada anno de seus ordenados e soldos com que se naõ podem remedear, e porque he rezaõ que toda esta gente seja bem paga pera que folguem de me seruir, vos emcomendõ dees ordem como sejaõ pagos per inteiro de seus soldos e ordenados pera com isso naõ poder aver falta nas armadas.

II. ElRey de Cochim me escreueo que avia muitos annos que se lhe naõ pagauaõ as copas que em cada hum anno se lhe dauaõ de minha fazenda, e porque he rezaõ que se lhe faça dellas bom pagamento, vos emcomendo que todos os annos se lhe paguem e assi as que lhe forem denidas; e porque me diz tambem que os officiaes da camara da cidade de Cochim tolhiaõ a seus vasallos irem buscar em suas embarcações mantimentos pera a mesma cidade e pera aquele Reino, por ser matteria noua me pareceo naõ lhe dever responder e auissarvos pera que no que entemderdes que tem justiça neste particullar lha façacs,

III. Tambem me pedio quissese mandar ao Bispo de Cochim Dom Frei Amdré de Santa Maria dése a Bento Ferreira que serue de seu secretario algum letrado ou outra pessoa que em seu lugar seja Juiz em o feito que se trata de divorsio antre ele e sua mulher, que por ser irmãa de hum frade de Saõ Francisco fica sendo suspeito nele; emcomendonos que falleis nesta materia ao dito Bispo emcomeindamolhe de minha parte lhe faça compromisso de justiça neste caso.

IV. E porque me mandou pedir licença pera poder emuiar a este Reino o dito Bento Ferreira, a qual lhe concedo na carta que mamdo escreuer nestas vias, o deixareis vir quando o elle quizer mandar.

V. E assi se queixa que os officiaes daquella cidade fazem alguãs forças aos Bramenes que uiuem em seu Reino, e que alguns moradores da mesma cidade em publico soltaõ muitas palauras contra elle; emcomendouos que constandouos que he isto assi lhe deis o remedio que comvem,

VI. A cidade de Baçaim me escreueo que os foreiros das aldeas recebiaõ muyta vexaçã em os obrigardes ir a Goa pagar o foro que deviaõ, pedindome que mandasse dar a isto algum remedio, pelo que vos encomendo que no que tiuerem justiça lha façaes guardar, e que pelo que deuerem sejaõ requeridos na mesma cidade de Baçaim omde saõ mcradores damdosse hapellação e agraou ás partes pera que se naõ possaõ queixar de naõ serem ouuidos.

VII. E porque son informado que ha alguns letrados e desembargadores dese estado se tem passados aluarás de lembrança pera se lhe darem alguãs das aldeas que vagarem, por ser matteria de muito imcomueniente promessas em letrados que aõde ser juizes das duuidas que ouuer sobre o pagamento e outras dependencias das ditas aldeas, vos encomendo que daquy em diante se naõ passem os taes aluarás de lembrança, e que procedaes nestes aforamentos conforme ao que vos mandei escrever nas vias dos annos passados.

VIII. O Provincial da Ordem de Sãcto Agostinho deste Reino me apresentou huã certidão de Jorge de Lemos escriuaõ da fazenda de Goa per que consta ter o Conuento de Nossa Senhora da Graça dela de minha fazenda em cada hum anno oito pipas de vinho em que entra huã de moscatel, e huã pipa d'azeite de Portugal, e vinte camdis de trigo, 25 fardos darroz giraçal, dezoito camdis e simqo maõs darroz preto, 50 peixes sêrras, hum camdil de manteiga, meio camdil de cera, hum camdil d'azeite de coço, seis corjas de cotnnias, dous fardos de asucar, e dez caixas de marmellada, pedindome que por quanto esta esmola era muito menos que a que se faz nessas partes ás Relegioens de São Fsançisco, São

Domingos, e da Companhia de Jessu, fizesse merçe áquella Provincia de a quersar igoalar com estas Religioês tiramdo o Mosteiro de Santo Agostinho de Ormuz, e porque sou informado que estes Relegiosos de Santo Agostinho são em numero muito menos que os ôutros, e que tem poucas casas nessas partes, e alguãs fazendas que erdaraõ com alguns Relligiosos que receberaõ nellas, vos emcomendo vos informeis se com esta esmola que tem de minha fazenda se podem remedear, pera com vossa imformação mandar respqndera este requerimento como ouner por bem.

IX. O Bispo de Malaqa me escreue que as Ilhas de Color estaõ muito desinquietas pellos Chimcheos que a ellas vaõ buscar samdallo pera o levarem á China, de que tambem minha fazenda nessas partes recebe dano, e me diz que pera se evitarem ir áquellas Ilhas he necessario emuiarensse a ellas duas fustas de 60 soldados, e porque esereuendome já sobre esta materia os annos passados lhe mandei que acudissem na vós pera prouerdes nisto, posto que os accidentes desse estado volo naõ deixariaõ fazer até agora, vos emcomendo que deis ordem pera que se evitem os danos que recebem aquéllas Ilhas destes Chimcheos pelo muito que comuem comseruarse a cristandade dellas, que sou informado que vai em crecimento. Escrita em Lisboa a 28 de Fevereiro de 1595.

REY.

Pera o VisoRey —3.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India.—3.º via

(Livro 5.º fl. 589—4.º via fl. 591—5.º via fl. 593)

171.

Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que eu sou enformado que he ordem e estillo mui antigo não se pagarem direittos alguns das coussas que se compraõ pera meu seruico e apercebimento de minhas armadas, e que os rendeiros e contractadores de minhas rendas das partes da India requerem se lhe abata do preço por que lhe foraõ arrendadas e contratadas o que se monta nos taes dereittos contra a ditta ordem e estillo; e querendo nisso prouer, ey por bem e me praz que de todas as coussas que se comprarem nas dittas partes pera meu seruico e apercebimento de minhas armadas se não paguem direittos alguns, nem os dittos rendeiros e contractadores os passaõ requerer, nem sejaõ nisso ouvidos, posto que nós taes arrendamentos e contractos se não faça esta deolaração, por quanto dagora pera sempre o ey por espreço e declarado neles, e mando ao Vissorei e Gouvernador da India, que ora he e ao diante for, e ao Vedor de minha fazenda em ella que cumpraõ e guardem este meu aluará, e o façaõ comprir e guardar inteiramente como se nele contem sem duuida nem contradicaõ algũa, porque assy o ey por meu seruico, o qual quero que ualha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e pasada pella Chancellaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrario dispoem, e se registará no liuro dos registos dos contos de Goa pera se saber a todo o tempo que o ouue assy por bem, e nos liuros da fazenda della. André Pereira o fez em Lisboa a vntoito de feureiro de quinhentos nouenta e sinquo. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Ha vossa Magestade por bem que de todas as coussas que se comprarem nas partes da India pera o seruico de Vossa Magestade e apercebimento de suas armadas se não paguem direittos alguns, nem os rendeiros e con-

tractadores os requeiraõ, pela maneira asima declarada.
—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 58)

172.

En ElRey faço saber aos que este aluará virem que eu sou informado que as minhas justiças da India obriguão a se pagar avarias das fazemdas que se carregão nas ditas partes em galeoẽs e náos minhas, como se ussa e cóstuma pagar nas náos e nauios de mercadores, que he contra a ordem e costume antigo que nisso avya, e queremdo nisso prouer ey por bem e me praz que daqui em diante se naõ paguem as tues avarias das fazemdas que se carreguarem em nauios e náos minhas, è mamdo ás ditas minhas justiças que naõ conheçaõ deste casso, nem se processem autos, nem se dê sentença nele, porque assy o ey por meu serviço, e cumpraõ e goardem este aluará inteiramente como se nele comtem sem duuida nem embargo algum, o qual se tresladará na Relação de Goa e na cassa dos contos dela pera se saber a todo o tempo que o ouue assy por bem, e quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nõme por mim assinada e passada pela Chancelaria, posto que por ella naõ passe sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Liuro, titolo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa ao derradeiro de feureiro de 595. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer.

REY.

Ha Vossa Magestade por bem que daqui em diante se naõ paguem avarias das fazemdas que se carreguarem na India em galeoẽs e náos de Vossa Magestade. pela maneira assima declarada.

Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 48)

173.

Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar. Por ter alguãs emformações de pessoas de experiencia dessas partes dos incomuenientes que resultaõ ao bem dos resgates de Çofala e Rios de Cuama, e á comseruação dos mesmos resgates, teremse abertos e serem comũs a todos, por ser materia de inuita consideraçaõ me pareceo deuer acudir a ela com o remedio que pede, e vendo examinando as causas que me inoueraõ pera mandar abrir estes resgates, e as que de nouo me foraõ apresetadas pera os mandar cerrar e correrem como dantes, mandey passar a prouissaõ que vay nestas vias, pela qual ey por bem e mando que se cerrem, e se contratem os ditos resgates com os capitaẽs prouidos das fortalezas de Çofala e Moçaõbique pagando eles á sua custa as ordinarias daquelas fortalezas, e dando mais a minha fazenda huã contra certa de dinheiro que parecer justo; de que me pareceo darvos na mesma prouissaõ comissaõ pera o poderdes assy fazer e contratar com os capitaẽs que forem entrar nestas fortalezas pelo preço que vos parecer justo, como mais largamente vereis pela dita prouissaõ, pela qual ouque por bem de reuogar a que se passou em o derradeiro de março de 93 sobre se abrirem os ditos resguates, pelo que vos encomendo e mando que façaes goardar inteiramente a dita prouisaõ na forma que se nella contem. Escrita em Lisboa a 7 de Março de 595.

REY.

Pera o Vissorrey.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vissorrey da India —3.º via

(Livro 2.º fl. 299—4.º via fl. 303)

174.

En El Rey faço saber a vós meu Vissorrey e Governador das partes da India, que ora soes e aos que ao diante forem que o mandey passar hũa minha prouissão feita nesta cidade em o derradeiro de março de nouenta e tres. per que aya por bem pelos respeitos e causas nela declaradas que se abrissem logo os resgates do ouro da fortaleza de Çofala e portos d'ella até tanto se resgatana, e fossem comũs a todos, e porque sou ora informado que esta ordem era em grande dano de minha fazenda e prejuizo dos ditos resgates, e querendo nisso prouer como conuem ao bem de tudo, ey por bem e me praz que da publicaçãõ desta prouissãõ nessas partes em diante se tornein logo a cerrar com effeito e sem dilaçãõ alguã os ditos resgates e corra o trato e commercio deles na forma e modo em que dantes corria, e se contratem com os capitaes prouidos das fortalezas de Çofala e Moçaõbique pagando eles á sua custa as ordinarias das ditas fortalezas, e dando mais a minha fazenda hũa contia certa de dinheiro que parecer justo, e que se não usse mais da dita prouissãõ, e a ey por renogada e de nhum effeito; pelo que vos mando que façais logo cerrar os ditos resgates, e que não sejaõ mais comũs a todos, e os contrateis com os ditos Capitaes como dito he, e cumpraes e façaes inteiramente goardar esta prouissãõ como se nela contem, a qual se registrará nos liuros de minha fazenda e contos dessas partes, e se publicará nos lugares publicos de Goa, e se fixará o traslado della nas portas da dita cidade pera a todos ser notorio, e se trasladará nos contratos que se fizerem com os ditos capitaes, e valerá como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada e passada pela chancellaria posto que por ella não passe sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a 7

de Março de 595. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer.

REY.

Ha Vossa Magestade por bem que se cerrem logo os resgates do ouro de Çofala e corra o trato deles na forma e modo em que dantes corria, e se contratem com os capitaes daquela fortaleza e de Moçaõbique paguando eles as ordinarias delas, e dando á fazenda de Vossa Magestade huã contia certa de dinheiro que parecer justo, e que a prouissão que se passou no anno de 93 sobre se abrirem os ditos resgates naõ aja efecto, pela maneira assima declarada.

Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 30)

175. (a)

Vissorey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar. Vi o que me escrevestes sobre a cristandade dessas partes, que como he materia tanto de minha obrigaçaõ foi e he a primeira que mais encarecidamente vos tenho encomendado, e tiue contentamento de me dizerdes por uossa carta que uay em muito crescimento, e que se pode dizer que está esta sementeira madura, e que se pode esperar que em pouco tempo se ueja recolhida nos celeiros da Sancta Madre Igreja, e me dizeis que nesta obra tem o primeiro lugar os Rellegiosos da Companhia, e os mais lugares os de São Francisco, e outras Ordens, aos quaes deueis agradecer de minha parte o cuidado com que procedem nisto, e animallos pera que uaõ continuando nesta obra tanto do seruico de Deos e de minha obrigaçaõ.

(a) O logar deste Documento era verdadeiramente sob o n.º 169, mas escapou estaõ, e vai agora aqui; do que se naõ segue inconveniente.

II. E assy me dizeis que em Japão padessem os Religiosos da Companhia de sete annos a esta parte grande perseguiçã por defenderem e conceruarem o Euangelho que tem promulgado e os christãos que já tem feitos naquele Reino, e que lhe são destruidas oito casas principaes e desaseis residencias com cento e quarenta e seis igrejas que tinhaõ feitas, e que com tudo não deixaõ de ir cultiuando aquella cristandade, e sustentaõ ainda seis casas principaes e deoitto rezidencias com duzentas e sete igrejas; e assy me dizeis que para ajuda da sustentação destes Religiosos lhe mando dar de minha fazenda em Malaca mil cruzados cadano, e que outros mil se lhe deraõ no rendimento das terras de Salcete por tempo de sinco annos que se acabaraõ em agosto de 93, mas que lhos ys dando té uerdes o que sobre isto uos mandaua; e assy me dizeis que pelo que tendes entendido da christandade daquellas partes da China e Japão vos parecia que seria seruiço de Deos e meu mandar ordenar hum Collejo na cidade de Macão para se poderem nele recolher estes Religiosos em perseguições semelhantes a esta que ora padecem e ficarem mais a preposito para a conceruação daqueles Reinos; e vendo o que sobre isto me escreueis ey por bem de fazer merce aos ditos Religiosos da Companhia que aiaõ os ditos dous mil cruzados que atégora ouneraõ em Malaca e em Salcete por tempo de mais cinco annos que se começaraõ do dia em que se acabaraõ os annos por que os tinhaõ; e no partiellar de se fazer Collejo em Macão como apontaes, por outra minha carta uos mandarey escreuer o que ey por meu seruiço que se nesta mattéria faça.

III. E assi me dizeis que ao tempo de uossa chegada a esse estado achares os Religiosos dele desinquiotos, e que os de São Domingos, e de Santo Agostinho com a ida de seus Prouinciaes que deste Reino foraõ se aquietaraõ, e que por os de Santo Agostinho vos apresentarem no primeiro ano de uosso gouerno hum carta minha lhe acrescentareis as ordinarias até leuarem confirmação minha, e porque atégora me não foi requerida de sua parte cousa

nhuã sobresta materia, quando me for apresentada vos mandarei escreuer o que ey por meu seruico que se nella faça.

IV. Tambem me daes conta da morte do Arcebispo Dom Frei Matens, e do bom procedimento de Dom Frei André Bispo de Cochim que ficou governando ese Arcebispaço, que lhe mando agradecer, e qanto ao que me dizeis que o Arcebispo e Cabido da Sé de Goa tem pagamento de seus ordenados no rendimento das terras de Bardez por tempo de des anos que se acabaraõ daqui a pouco tempo, e que pretende que lhe faça a mesma merce por outros des anos, e que o perlado ponha os officiaes pera a recadação deste rendimento; e vendo o que sobre isto me dizeis mandey pasar prouissaõ pera que o Arcebispo, Cabido, e suas igrejas averem seus ordenados nesta renda de Bardes, mas os officiaes desta arrecadação seraõ postos por ordem dos ministros de minha fazenda, e se recolheraõ pera ella os crecimentos desta renda depois de pagos seus ordenados.

V. E assy me dizeis que quebrareis o pagamento que se fazia ao Bispo e Cabido de Cochim na alfandega de Goa na renda da moeda de prata e douro da mesma cidade por uolo pedir o ditto Bispo e mais ecclesiasticos daquelle bispado, de que tiue contentamento, e vos encomendo que mandeis sempre ter muita conta com o pagamento do dito Bispo e Cabido.

VI. E quanto ao que me escreueis sobre o Bispo de Malaca e seu procedimento, e que particularmente pede acrecentamento pera o seu Cabido polla terra ser muito cara, pello que sobristo me dizeis e por fazer merce ao ditto Cabido ey por bem de acrescentar ás dignidades e conegos daquella Sé vinte mil reis mais a cada hum em seus ordenados do que atégora tiueraõ, com declaração que o mantimento e crdenado da dignidade e conego que faltar se reparta em distribuições cotidianas que aiaõ e acreção ás dignidades e conegos presentes e interequentes aos officios diuinos somente, pera que a dita Sé seia

bem servida, que he conforme ao acrecentamento que mandei fazer ao Cabido da Cidade de Cochim.

VII. E no que toca ao Bispo da China que se perdeu na náo em que Dom Francisco d'Eça hia pera aquellas partes, e estar retendo na Ilha de Samatra tiue desprazer, e vos encomendo que procureis de o pôr em sua liberdade; e quanto ao que me dizeis que se deue de extinguir aquelle bispado pellas rezoês que apontaes, e auer nele administrador sùgeitto ao Bispo de Malaca, por alguãs rezoês que ha em contraio e forina da bulla da creação deste bispado me parece que se não deue extinguir sendo sua creação taõ moderna e durando ainda oje as caussas dele, e pois o ditto Bispo não tem obrigação conforme ao Concilio Tridentino de uir de taõ comprido caminho como he da China á cidade de Goa, poderseão escuzar os gastos que faz com suas vindas e idas.

VIII. E assy me dizeis que o Bispo de Japão se partira na monção de abril de 93 pera aquellas partes com prouissoes e ordem do Arcebispo Dom Mateus, que Deos perdoe, pera rezidir em Macão em quanto o proprietario não fosse liure, e as guerras de Japão lhe não dessem lugar pera pasar, e tenho por acertado o que sobre esta materia se fez.

IX. E assi me daes conta do Sinodo que o mesmo Arcebispo celebrou em Goa, e pellas detriminações dele não virem nas náos dos anos pasados de 93 e 94 como me escreueis, vos encomendo mas emuicis nas primeiras náos pera mandar responder a ellas como vir que he mais seruiço de Deos e meu, e no que toca ás differenças que ouue antre os Bispos de Malaca e Cochim sobre as precedencias e assento no ditto Sinodo, de que me daes conta, ey por bem que nestes actos preceda o Bispo que fer mais antigo ha dignidade, como volo já mandei escrever nas vias do anno pasado.

X. Tiue contentamento de me escreuerdes que tendes mandado fazer pagamento aos menistros da Inquisição de seus ordenados, e não ey por meu seruiço que eles mandem prender os officiaes per que corre a recada-

ção e pagamento dos dittos ordenados por não ser de sua jurdição; e ao que me escreveis sobre os inquisidores Rui Sodrinho e Frei Tomas Pinto, e auer numero certo de familiares na Inquisição dessas partes se dará ordem a tudo isto pello Cardeal Archiduque meu sobrinho e irmão; e pello que me escreveis sobre as diuidas que ficaraõ da Frei Tomas Pinto, que Deos perdoe, hũ dos inquisidores, e vos parece que lhas deuo mandar pagar per conta de minha fazenda pellas rezoões que sobristo me apontaes, ey por bem que lhe apliqueis pera ellas algum aluitre, ou outra conssa de que seiaõ paguas.

XI. E foi bem feito ordenardes como a Casa da Misericordia da cidade de Goa fosse paga das ordinarias que lhe mando dar, e assy de terdes entregue a administração do hospital della aos Relligiosos da Companhia, e no que toca á viagem da China que me pedis pera se alargar e fabricar o ditto hospital, pellas uias do anno passado vos tenbo mandado escrever como auia por bem de fazer merce della pera este efeito, e vos encomendo que o dinheiro que se della fizer se recolha em hum cofre, e se despenda por ordem dos dittos Relligiosos que deuem de ter a superintendencia nesta obra, e vos agradeço o cuidado que me dizeis que tendes dos hospitaes dese estado.

XII. E assi me dizeis que sobre os pagamentos que vos mandei se fizesem aos hospitaes e Misericordias dese estado de diuidas uelhas e soldos uencidos que lhe deixauaõ algũs defuntos me tinheis escriptto que não era possiuel poderemse fazer, por uos parecer mais meu seruiço acudirdes antes ás faltas e necesidades que os almazens e ribeira de Goa tinhaõ, o que tenho por acertado, mas todauia uos encomendo que se procure algum remedio pera se irem pagando estas diuidas.

XIII. E quanto ao Licenciado Lopo Alurez de Moura que ha anos que serue de Ouvidor geral do crime nessas partes, e licença que pede pera se uir pera este Reino com sua mulher e filhos, pellas rezoões que sobre isto me daes ey, por bem de lhe conceder a ditta licença como vos parece.

XIV. E assy me daes conta do bom modo em que o Licenciado Aluoro de Moraes, Prouedor mór dos defuntos, proceda na obrigação de seu officio, e que receba grande quebra nele com a prouisaõ que mandei passar pera o dinheiro dos defunctos correr pellos Irinaõs da Misericordia, pello que uos encomendo que uos informeis da perda e rezaõ que ha pera por ese respeito lhe fazer merce, e me auizeis do que vos parecer que se deue fazer com elle.

XV. E assi apontaes os incomuinientes que se uos offerecem em irem deste Reino letrados mancebos pera seruirem de Ouidores das fortalezas dese estado, e uos parece pellas rezoẽs que apontaes que deuem seruir estes cargos homens cazados e uelhos como se dantes fazia, porque seraõ de mais utilidade e menos escandolo que letrados mancebos, e porque tenho mandado tratar esta materia com a concideraçã que ella pede, em outra carta minha vos mandarei escreuer a resulluçã que nella tomar.

XVI. Tambem me dizeis que nos contos desas partes se guarda a ordem que uos tenho dada, que foi grande remedio pera os Christaõs culpados que com temor da justiça se pasauã ás terras dos infieis, e que tendes mandado passar seguro em meu nome pera que os unizados que andarem em Bengala se possaõ uir pera as fortalezas dese estado e negociarem nelas seus liuramentos e perdoẽs, de que me tenho por bem seruido, e de uão terdes pasado em uoso tempo prouisoẽs com clausulla que naõ pasem pella Chancelaria, como me escreueis.

XVII. E asi me daes conta que algũs desembargadores da Relaçã de Goa tem liberdade de caixas, o que uos parece que se deuia conceder a todos os que nella seruem, e pello que sobre isto me dizeis, ey por bem que assem desta merce todos os desembargadores

que na ditta Relação servirem. Escritta em Lisboa a 26 de fenereiro de 595.

REY.

Pera o Vissorey.—3.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India—3.^a via.

(Livro 3.^o fl. 515—4.^o via fl. 519—5.^a via fl. 523 (a))

✠

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar. Dom Antonio de Matos, Bispo d'Eluas, Commissario geral da Bula da Santa Crusada, me emuiou dizer que querendo Frei Francisco de Faria, Vigario geral da Ordem de São Domingos dessas partes, e Commissario das ditas Bulas nelas, arrecadar ás penas ecclesiasticas do arcebispado de Goa que pela mesma Bula estão applicadas pera a sustentação e defensão dos lugares d'Africa, o Bispo de Cochim Dom Frei André de Sancta Maria que administra o dito arcebispado lhe fora á mão e lhas não quissera deixar cobrar; e porque isto he em prejuizo da dita Bula e contra o que comuem a meu serviço, vos encomendo favoreças ao dito Frei Francisco na administração dela, e que assy o encomendeis de minha parte ao dito Bispo de Cochim.

II. Também diz o dito Frei Francisco, que os Religiosos de Malaca o avysarão que o Bispo daquela cidade deuia dous mil cruzados á Bula passada de que se entregára sendo Commissario naquelas partes, e

(a) Esta 5.^a via em logar da assignatura. Real traz a seguinte declaração.

—Por não aver tempo pera Sua Magestade asinar esta carta que vay unquinta via das uias darimada deste anno mandou que fosse justificada e asinada por mim—O Secretario, *Diogo Velho*.—

que ele Frei Francisco tinha conhecimento desta diuida, emcomendouos que constandouos ser assy, façaes pôr em arrecadação estes dous mil cruzados, e que se enuiem a este Reyno por letras seguras, e me avisseis a que pessoa vein dirigidas pera se cobrar este dinheiro.

III. Por parte de Frei Aleixo, eleito Arcebispo de Goa, me foi pedido ounesse por bem que mandaõdo ele Vissitadores às partes desse arcebispado a que não pudesse ir pessoalmente lhe fizesse merce pera sua embarcação conforme aos lugares a que fossem pera poder com isso achar quem com boa vontade fosse fazer esta obra, que por ser taõ necessaria pera o bem das almas que tem á sua conta, vos emcomendo que deis aos taes Vissitadores todo o favor e ajuda que puder ser pera efeito de se fazerem as taes vissitações. Escrita em Lisboa a 8 de Março de M. D. nouenta e cinco.

REY.

Pera o Visorrey.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 321.—4.ª via fl. 323)

177.

Eu ElRey faço saber aos que este meu aluará virem que por justos respeitoos de meu serviço que me a isso mouem e proueito dos moradores da cidade de Goa, hey por bem e mando que as eleições dos officios e cargos que a Camara da dita cidade pode prouer de qualquer qualidade que forem se fação daqui em diante por todos os officiaes da dita Camara e pessoas que nas taes eleições se custumaõ achar, e que se prouejão nas pessoas que mais votos leuarem, e que em caso que se trate de se tornar a eleger outra vez as ditas pessoas pera con-

tinuarem o serviço dos ditos cargos em que primeiramente forem electos, estas taes reeleições se não possaõ fazer senão sendo todos os votos conformes, porque hauendo algum em contrario ainda que seja singular não se poderá fazer; o que assi hey por bem por se euitarem os sobornos e outros meos illicitos com que se procuraõ estas reeleições, e não andem os cargos sempre em huãs pessoas, e possaõ vir a todos igualmente. Pello que mando aos Vreadores e procuradores, e maes officiaes da dita Camara que cumpraõ e guardem este aluará inteiramente como se nelle contem sem duuida nem contradicção alguã porque assi o hey por meu serviço, o qual quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha chancelaria, posto que por ella não passe, sem embargo da Ordenação do segundo liuro, titulo xx, que o contrario dispoem. Thomé d'Andrada o fez em Madrid a xiiij de março de mil quinhentos nouenta e cinco.

REY..

Aluará sobre as eleições dos officios e cargos que a Camara da cidade de Goa pode prouer.

Pera Vossa Magestade ver.

(4.ª via, Livro 1.º fl. 50,—5.ª via fl. 56)

178.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudaõ. Por parte de Diogo de Sá capitão da fortaleza de Chaul, me foi apresentada huã petição em que me pede lhe faça merce de outros tres annos daquella fortaleza avendo respeito ás perdas que tem por respeito da fortaleza do Morro e cerco que o Melique tem posto á de Chaul, e antes de lhe mandar responder me pareceo que deuia ter emformaçãõ vossa do dano que por este respeito recebeo; pelo que vos emcomendo que sobre esta materia a tomeis muito particularmente, e me emueys pera com

ela tomar nisso a resolução que ouuer por meu serviço.

II. Por parte d'ElRey de Gumdra me foi dito que elle fizera assento de paz e yrmandade com o Gouernador Manoel de Sousa, pedimdome que ouuesse por bem de lha mandar confirmar, e lhe fizesse merce de huã bandeira das minhas armas pera com ela emtrar nas guerras a que fosse em pessoa; e vemdo o que sobre ysto me pede, e a emfcrmação que tenho de ser necessario pera a pimenta que se tira de suas terras comseruarse com ele esta amizade, ey por meu serviço que lhe confirmeis esta yrmandade, e que lhe emueis a dita bandeira, sinificomdolhe de minha parte que em tudo o que ouuer lugar folgarey de o comprazer.

III. Os Religiossos da Ordem de São Domíngos dessas partes me emuiaraõ pedir confirmação das ordinarias e outras merces que os Vissorreys e Gouernadoaes desse estado lhe foraõ acrescentaindo, que por ser materia de consideração a fico vemdo, e em caso que na armada deste anno naõ leuem prouissaõ minha do que ouuer por meu serviço que se com eles faça sobre as ditas ordinarias, se correrá com eles no pagamento delas na forma que atégora se fez. Escrita em Lisboa a 15 de março de 595.

REY.

Para o Vissorrey.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Matias d'Albuquerque do seu conselho, Vissorrey da Imdia—3.ª via.

(Livro 4.º fl. 597—4.ª via fl. 599—5.ª via fl. 601)

179.

Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar. Por vossas cartas emtemdy como occupastes no cargo de capitão mór do Malauar a Dom Jeronimo d'Azenedo,

que he de tanta ymportancia como tereis emtemdido, estando ele culpado em duas mortes de que não estaua liure nem psto em liuramento, temdose asemtdo na Relaçã dessas partes por duas vezes que lhas não perdoasseis; o que não posso deixar de vos estranhar, pois em materia de justiça e em que ha partes, tenho tanta obrigação de a mandar fazer; e por tanto vos mando que o façais logo liurar das ditas mortes, e que não ocupeis mais em meu seruiço culpados em delitos desta calidade antes de se liurarem deles por ser muito contra o que comuem á boa administraçã da justiça. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 595.

REY.

Para o Vissorrey.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Vissorrey da India—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 325—4.ª via fl. 301—5.ª via fl. 319)

180.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuio muyto sandar. A Manoel de Medeiros que seruia de Veedor de minha fazenda de Cochim, tendo respeito a seus seruiços e aos annos que ha que nessas partes está, mando licença pera se vir para o Reyno nestas náos que ora vão, e nellas emuio ao Licenciado Francisco de Frias, do meu desembargo da Casa da Supplicaçã, para me servir 'no dito cargo em quanto o eu houver por bem e' não mandar o contrario, conforme a prouisaõ minha que para isso leua. E resoluime em fazer esta eleiçã pella muita experiencia e conhecimento que o dito Francisco de Frias tem das cousas dessas partes e dos negocios de minha fazenda, e pella muita amizade que tem com ElRey de Cochim que poderá ser meo pera o fazer correr nas cousas de meu seruiço no modo que conuem; e confio delle que

procederá nisto, e nas mais obrigações do dito cargo conforme a esta confiança que delle faço. Pelo que uos encomendo que lhe façais logo dar a posse do dito cargo e toda a ajuda e fauor que necessario for pera o poder bem servir, e a Manoel de Medeiros vos encomendo que façaes dar os galhados que sempre se derom aos outros Veedores da fazenda na não em que vier, e sendo caso que estê vaga alguã capitania de não das que uaõ deste Reyno, ou de alguma noua que dessas partes uenha, lha dareis a elle, e não a outrem, porque assy o ey por meu seruiço,

II. A Antonio Giralte naõ emuiõ successor nestas náos, mas yrá o anno que vem, e entretanto seruirá o seu cargo de Veedor da fazenda de Goa, e lhe dareis toda a ajuda e fauor que necessario lhe for para me poder melhor servir. Escrita em Madrid a 21 de março 1595.

REY.

Pera o VisoRey da India—3.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India.—3.ª via

(Livro 2.º fl. 313—4.º via fl. 315—5.º via fl. 317)

181.

VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuiõ muito saudar. A Cidade de Cochim enuiõ a mim a Manoel de Faria por seu procurador com huã carta e com o treslado dos autos e sentença que contra ella se den em fauor da cidade de Goa sobre o direito do hum por cento, o qual me deu esta carta e papeis a tempo que o naõ houue para se poderem ver com o exame e ponderação que a qualidade do caso pede, e mandey dizer ao dito Manoel de Faria que o anno que vem mandaria responder a este particular, e que entretanto cumpria a dita Cidade

e faça o que uós sobre esta materia lhe ordenardes; e o mesmo escreuo á dita Cidade como vereis pella copia da carta que yrá com esta, e tambem yraõ as mesmas cartas pera ordenardes que se lhe dem, e em conformidade do que nella lhe escreuo vos emcomendo que estranheis á dita cidade de minha parte naõ se ter dado á execuçaõ inteiramente a sentença da minha Relaçãõ como era justo e deuido que se fizesse, e lhe direis que eu hey por bem que a dita sentença se guarde em quanto naõ houuer reposta minha ao que sobre esta materia me tem escrito, a qual yrá na armada do anno que vem, e que podem ter por certo que na determinaçãõ que se tomar sobre 'a dita sentença terey todos os bons respeitoz que com justiça e razãõ se poderem ter pera sua satisfacão, pois cada huã das ditas cidades saõ de meus vassallos, e todos estimo e amo igualmente, e tratareis tudo isto com a dita cidade pello bom modo que virdes que comuem pera ella, se entender em sua obrigaçaõ, e se quietar. Escrita em Madrid a 21 de Março 1595.

REY.

Pera o Vissorey.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vissorey da India —3.ª via

(Livro 2.º fl. 297—4.ª via fl. 311—5.ª via fl. 305)

182.

Senhor.—Em huã das cartas que V. S.ª escreueo a Sua Magestade o anno passado diz que por algũa desordens com que corriaõ os desembargadores da Relaçãõ de Goa ordenara V. S. de tirar huã devassa delles que traria consigo quando viesse para este Reyno, e que com esta occasyãõ fizera V. S.ª embarcar pera ele o Licenciado Simão Pereira que Sua Magestade tinha prouido de Chanceler da dita Relaçãõ. E porque tendo

V. S.ª sabido que Sua Magestade se não ounera por seruido da que tirou Dom Duarte de Menezes sendo Vissorey desse estado dos mesmos desembargadores, nem mandára reualidar a dita deuassa por muitos inconvenientes que pera isso se lhe ofereceraõ, estranhou muito de V. S.ª tirar a dita deuassa sem preceder primeiro Prouissão sua, ou especial mandado seu, por não conuir a seu seruiço amdarem os ditos desembargadores e officiaes da justiça tão temidos dos Vissoreys e Governadores dessas partes que não ousem de a fazer nos cassos que correm por elles senão conforme a vomtade dos mesmos Vissoreys; e que também fora decente quando V. S.ª embarcou a Symão Pereira pera este Reyno emular as culpas que V. S.ª diz que achara dele pera ver a caussa que mouera a V. S.ª a isso, pera conforme a elas mandar proceder com ela, e espera Sua Magestade que nestas náos lhe emue V. S.ª muito particular emfermação deste casso, e que em outros semelhantes não proceda nesta forma sem especial ordem sua. E porque he informado que V. S.ª tira outras deuassas sem ela, quer Sua Magestade saber o como V. S.ª procede nistosem seu mandado, e me mandou que por esta minha carta significasse tudo yssto a V. S.ª cuia nida e estado nosso Senhor acrecente por muitos annos. De Lisboa a 27 de Março de 595.—Bejo as mãos de V. S.—*Dio-go Velho.*

(Livro I.º fl. 60)

183.(a)

VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito sandar. A. Cidade de Cochim enuiu a mim a Manoel de Faria por seu procurador com huã carta e com o treslado dos autos e sentença que contra ella se deu em fauor da cidade da Goa sobre o direito do hum por cento, o qual me deu esta carta e papeis a tempo que o não houue para

(a) Esta carta he em parte identica com a do n.º 181.

se poderem uer com o exame e ponderaçã que a qual-
 dade do caso pede, e mandey dizer ao dito Manoel de
 Faria que o anno que uem mandaria responder a este par-
 ticular e que entretanto cumpra a dita cidade e faça o
 que uós sobre esta materia lhe ordenardes, e o mesmo
 escreno á dita cidade como vereis pella copia da carta
 que irá com esta, e tambem irãõ as mesmas cartas para
 ordenardes que se lhe dem; encomendouos que por bom
 modo estranheis á dita cidade da minha parte naõ se ter
 dado á execuçaõ inteiramente a sentença da minha Relaçã
 como era justo e deuido que se fizesse, e direilhe que
 ey por bem que até ir reposta minha e ordem do que se
 neste negocio ouuer de fazer se sobrestê na execuçaõ
 da dita sentença, e que se torne tudo ao estado em que
 estaua antes de se esta dar, e isto assy no que toca
 ao direito do hum por cento que pretende a cidade de
 Goa, como nas lagimas dos officiaes da alfandega
 de Cochim, e para assy se fazer passareis a prouisaõ
 que necessaria for, e quietareis as differenças destas duas
 cidades de Goa e Cochim, e dos officiaes das alfandegas
 dellas pollo bom modo que uirdes que conuem, e se uos
 parecer que será milhor naõ alterar nada do estado em
 que estas cousas estiuereem ao tempo em que esta rece-
 berdes, e que naõ correndo nesta forma até ir a minha
 reposta, fareis o que tiuerdes por mais conueniente, por-
 que eu o deixo a uossa prudencia, de que confio que da-
 reis nisso tal ordem e por taõ bom modo que eu fique bem
 seruido. Escrita em Madrid a 28 de Março de 95.

REY.

Pera o Viso Rey da India—4.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Vissorey
 da India—4.ª via.

(Livro 2.º fl. 309—5.ª via fl. 307)

1595.

SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL.

184.

Dom Felippe &c. A quantos esta carta de ley. virem
faço saber que anendo eu respeito aoñ Chins naturaes
e moradores nos reynos e portos da China se queixare m
muito dos Portuguezes vassallos meus que residem em Ma-
cáo e nas fortalezas e cidades do estado da India compra-
rem e furtarem os tays Chins, e os catiuarem e traze-
rem para suas casas, e se servirem delles, e venderemnos
para outras partes, e com isso se arriscar o commercio que
os ditos meus vassallos tem de muitos annos a esta parte
nos ditos reynos e portos da China com tanta quietação
e familiaridade, de que tem resultado grandes prouei-
tos assy ás minhas alfandegas como aos ditos meus vas-
sallos, como se tem visto por experiencia, e foy ymfor-
mado Mathias d'Albuquerque do meu conselho e Viso-
Rey que hora he da India, e querendo eu nisto prouer
pelo que cumpre ao serviço de Deos e meu, e para que
o dito commercio permaneça e vá avante com a mesma
quietação e sem escandalo dos ditos Chins, e por assy
o assentarem os desembargadores da Relação da India
em mesa perante o dito meu VisoRey, ey por bem e
me praz. e por esta mando e defendo que da publica-
ção dela em diante nluã pessoa de qualquer calidade
e condição que seja traga da China nem compre nem
por outra alguã via aja a seu poder Chin algum assy
homem como mulher, nem o catiuem nem tragaõ em suas
embarcações sob pena de tudo o que o contrario fizer
perder mil cruzados, hum terço para quem o acusar, e
os dous terços para as depezas da dita Relação da India,
e alem disso serão presos e degradados por dous annos
pera a fortaleza de Damão, as quaes penas se executa-
rão nos culpados muito inteiramente. Noteficoo assy ao

Ouvidor geral do crime do dito estado da India, e ao Capitão mór do porto da China, Ouvidor dele, e a todos os mais capitães, justiças, e officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contém sem duniça nem embargo algum, a qual será apregoada nos lugares publicos da cidade de Goa, e registada nos livros dos registos da Chancelaria dela e asy em Malaqua e na China, e registada tambem nas suas camaras e seytorias para a todos ser notorio, e a todo tempo se saber como asy o mando, e ey por bem pelos ditos respeito. Dada na dita cidade de Goa sob o meu sello das armas reays da Coroa de Portugal a onze de março. El Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Viso Rey da India &c. Antonio Barbosa a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama a fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl 51)

185.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito aos grandes gastos que os meus vassallos que residem nas partes da India asy fidalgos caualeiros criados meus, soldados, casados e cidadãos fazem com os pagens portuguezes que trazem mais pera aparato e fausto. que por terem delles necessidade para seu serviço, de maneira que por os sustentarem a exemplo e competencia doutros se endiuiaõ e não podem cumprir muitas vezes com outras obrigações de mais serviço de Deos e meu, como se tem visto por experiencia dalguns annos a esta parte, e querendo eu nisto prouer pera que os ditos meus vassallos com menos custo se sustentem e tenham comodidade pera outras obras mais pias, e por outros justos respeito, e por o asy assentarem na mesa da Relação das ditas partes

os desembargadores della perante Mathias d'Alboquerque do meu conselho e meu Viso Rey da India, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçãõ della em diante nenhum soldado nem homem solteiro de qualquer calidade que seja tragua pagens portuguezes excepto os fidalgos escuteiros (*sic*) e que não forem casados, e os capitães das fortalezas e viagens posto que fidalgos não sejaõ, porque cada hum destes poderá trazer thê dous pagens portuguezes e mais não; e isto taõbem se entenderá nos capitães dos nauios de minhas armadas em quanto actualmente andarem nellas em meu serviço por capitães, e o cidadão de qualquer das cidades das ditas partes poderá trazer hum pagem portugez, e os fidalgos despachados com a capitania de Goa; e de Ormuz, Cofala, Malaca, Diu, Chaul, e Damão poderá trazer quatro pagens portuguezes cada hum delles, e os Vedores de minha fazenda, Secretario do estado na India, e desembargadores dous e mais não, sob pena de todo o que o contrario fizer, e for contra esta minha ley e defesa pagar pela primeira vez cincoenta pardãos, e pela segunda cento, ametade para quem o acnsar, e a outra ametade pera as despesas da Relaçãõ, e alem disso ser degradado por dous annos pera Damão por cada huã das ditas vezes em que for comprehendido, e os pagens seraõ presos e aueraõ a mais pena que em Relaçãõ parecer que merece, as quaes penas se applicaraõ inteiramente nos culpados. Notifico assy ao Ouvidor geral do crime do dito estado da India, e a todos os Ouvidores das fortalezas e cidades delle, mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer. que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardãr da maneira que se nesta contém sem duvida nem embargo algum, a qual será apregoada pelos lugares publicos da cidade de Goa, e registada na chancelaria donde se enuiaraõ os traslado autenticos às ditas fortalezas e cidades do dito estado pera o mesmo effeito, e pera se registarem nas

suas camaras e feytorias pera a todos ser notorio e sempre se saber como assy o mando e defendo pelos ditos respeito, e das ditas diligencias se passará certidão nas costas pelos officiaes que as fizer. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reays da Coroa de Portugal a nze de março. Ei Rey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu concelho, seu Viso-Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama a fiz escreuer.—*O Viso Rey.* (a).

(Livro 1.º de Alvarás fl. 52 v.)

186.

Dom. Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ao grande perjuizo e danno que se tem seguido aos moradores das cidades e fortalezas das partes da India e seus tratos por as mais das fazendas para elles necessarias correrem por mãos de Baneanes e infieis, e tratarem nelas para outros reynos especialmente para Portugal, Moçambique, costa de Melinde, e para o Sul, pelos muitos interesses que lhes disso resultaõ, e por essa causa os ditos moradores as não poderem aver para seu uso e trato em preços acomodados, e receberem nisso notauel perda como de tudo soy informado Mathias d'Albuquerque do meu

(a) Verbas á margem :

= Acordaõ em Relação que esta ley não aja efeito mais que nos soldados que não poderaõ trazer pagens portuguezes sob as penas nella declaradas. Em Relação xb de março de 95—*de Moura—Paez—Murkado—Morues.*=

Outra verba :

= Ey por serviço de Sua Magestade que sem embargo do despacho da Relação acima se cumpra esta carta de ley inteiramente em tudo o que nella se contem, e que o Chanceler a passe pela chancelaria. Em Goa a xb de março de 96—*O Viso Rey*=

= R isto mando assy por Sua Magestade mo mandar e encomendar por suas Instruções e regimentos—*O Viso Rey.*=

conselho e meu VisoRey que ora he da India, e se têm visto por experiencia, e querendo eu nisto prouer de modo que se euite esta desordem taõ prejudicial a meu serviço e ao bem commum, e por assy o assentarem em mesa os desembargadores da Relação da India perante o dito meu VisoRey pelos ditos réspeitos e por outres justos que me a isto mouem, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçãõ della em diante nhum Baneane nem outro algum infiel de qualquer cabilidade e condiçãõ que seja, posto que vassalo meu, que resida em minhas fortalezas e cidades das ditas partes per sy nem pór intrepоста pessoa tenha trato nem mande fazendas alguãs para Portugal, Moçambique, costa de Melinde, nem para as fortalezas e lugares do Sul, sob penna de todo o que o contrario fizer, e for contra esta minha ley e defesa perder todas as fazendas que assy mandar e em que tratar, os dous terços pera minha fazenda, e o outro para quem o acusar, e ser degradado para as minhas gallés da India por quatro annos; e a pessoa que mandar as tays fazendas ou tratar nellas sendo dos ditos Baneanes e infieis pagará mil cruzados, os dous terços pera minha fazenda, e o outro pera quem o acusar; alem disso será degradado pera Damaõ por outros quatro annos, e as ditas penas todas se executaraõ nos culpados e reueis tanto que se lhes prouar que foraõ contra esta minha ley e defesa. E por que os ditos Baneanes e infieis naõ fiquem de todo sem terem trato para sustentaçãõ sua, ey por bem que possaõ mandar suas fazendas pera Ormuz, Sindé, Malauar, e Cambaya, e tratareaõ pera as ditas partes que lhes assy limito e concedo somente em todas as fazendas que naõ forem prohibidas e defesas pelos sagrados concílios, leys, ou regimentos meus sem encorrerem nas ditas penas acima declaradas, por quanto pór lhes fazer graça e merce o ey assy por bem. Noteficoo assy ao Ouvidor geral do crime e ciuel deste estado da India, e ao Juiz dos feitos de minha fazenda em elle, e a todos os capitães môres, mais capitães, e pessoas a que pertencem, que ora saõ e ao diante forem,

e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação comprir e guardar da maneira que se nesta contin sem duvida nem embargo algum que a elo seja posto, a qual será apregoada pelos lugares publicos da cidade de Goa e registada na minha chancelaria donde se enviaraõ os treslados autorisados pelo Chanceler do dito estado às fortalezas do Sul, e á de Moçambique e Bombaça; honde outrosy será apregoada e registada no Livro dos registos de suas camaras e feytorias pera a todos ser notorio e sempre se saber como assy o ey por bem pelos ditos respeito, e das ditas diligencias se passará certidaõ nas costas desta, e dos treslados que della se passarem. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a onze de março. ElRey nosso senhor o mandou por Matias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno de mil quinhentos nonenta e cinco. Luis da Gama a fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 54)

187.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que Pondea Chatim, rendeiro da moeda do ouro desta cidade de Goa me enviou dizer por sua petiçaõ atrás escripta que a elle fora arrematada a dita renda por preço e contia de sete mil pardaõs asõra quinhentos que montaõ os ordenados dos officiaes, a qual elle acceytara com as condiçoẽs de seu contrato, e porque eu ora mandára passar prouisaõ e lançar pregaõ que os Saõ Thomés douro naõ corressem por mais de oito tangas e meia sob graues penas, o que hera em grande perda e perjuizo delle rendeiro, e ser causa bastante de se elle perder com a dita renda por as pessoas que tem oõro o naõ quererem laurar na moeda em Saõ Thomés pois o naõ podiaõ vender como sempre venderaõ a sua avença e de quem lhos compranaõ, pelo que me pedia mandasse passar prouisaõ per que todas as pessoas que tiuessem

São Thomés donro os poseaõ vender pelo que quizerem, ou que os pagodes nouos que se a esta cidade trazem naõ corraõ por mais preço daquillo que elles valerem, que seria o que se detreminasse por pessoas que o entendaõ, e receberia mercê: da qual petiçaõ mandey dar vista aos Vereadores e officiaes da Camara desta cidade, e per seu asinado responderaõ que naõ tinhaõ duuida ao que o dito rendeiro pedia em sua petiçaõ no que toca aos Santhomés pela informaçãõ que se por elles tomou, e que podia mandar que corraõ pela ordem que correm as outras moedas em sua sarrafagem, o que tudo visto e o parecer do Vedor da fazenda de Sua Magestade ey por bem e me praz, e por este mando que os Santhomés que se batem na casa da moeda desta cidade de Goa corraõ pelo que valerem na terra sem limitaçaõ do preço como correm as mais moedas do ouro que se trazem de fora a esta dita cidade visto como ella naõ tene duuida a isso como consta da sua certidaõ e reposta atrás na outra mea folha de papel, e ser um prol da fazenda de Sua Magestade. Noteficoo asy aos ditos Vereadores e officiaes da Camara, mais justiaças do dito Senhor a que pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e façaõ comprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, titulo 20 em contrario, Antonio da Cunha o fez em Goa a xix de março de 1595. E pera que venha á noticia de todos mando que este se apregoe pelos lugares publicos e acustumados desta cidade, e que a prouisaõ que o anno passado mandey passar a requerimiento dos officiaes da Camara sobre os Santhomés naõ valerem mais que oyto tangas e mea se naõ guarde daquy em diante porque por esta a derogo, e ey por bem que naõ tenha força nem vigor em juizo nem fora delle. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

188.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito aos Reynos de Pegú estarem de guerra e aver nelles grandes deuisoês, e por essa causa estar aquella nauegação impedida, e as náos que della vieraõ este anno presente virem sem carga conuo de tudo soy informado Mathias d'Albuquerque do meu conselho e meu VisoRey que ora he da India, e a experiencia o tem mostrado, e cumpre ao seruiço de Deos e meu, e bem de meus vassallos estinguirse por ora a tal nauegação, por todos os ditos respeitos e outros justos que me a isto mouem, e por assy parecer aos desembarcadores da mesa da Relaçã das ditas partes da India, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçã della em diante nenhũa pessoa de qualquer calidade e condiçã que seja vá a nenhum dos portos de Pegú nem nauegue para elles em embarcações suas ou alheas sob pena de todo o que o contrario fizer perder as tais embarcações e fazendas que nellas forem, e os bens que posuirem a todo o tempo que se lhe prouar, ametade para quem os acusar, e a outra ametade para as despesas de minha ribeira de Goa, e esta defesa se cumprirá e averá effeito pella dita maneira em quanto o dito meu VisoRey que ora he da India ouuer por bem e não mandar o contrario, a qual será apregoada na cidade de Goa e na de Cochim, e em Negapataõ e Santhomé para a todos ser notorio e se saber como assy o mando e ey por bem pelos ditos respeitos. Noteficoo assy a todos os capitaês môres, mais capitaês, Ouvidores, justiça, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duvida nem embargo. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a treze de Abril. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Luis

Gonçalves a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama a fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 57 v.)

189.

Dom Felipe &c. aos que esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ao asento que perante o meu Viso Rey da India se tomou pellos desembargadores da mesa da Relação e por justos respeitos do bem comuna dos moradores da cidade do Nome de Deos das partes da China, por esta minha ley mandando e defendo que da publicação della em diante nhuã pessoa de qualquer sorte e condição que seja não leue nem mande a Jappaõ ceda alguã fóra do contrato que se fizer na dita cidade, pelo grande perjuizo que os moradores della disso recebem, sob penna de ser perdida toda a ceda que for achada fóra do dito contrato, e mando outrosy ao Ouvidor de Macháo que todos os annos tire particular deuassa das pessoas culpadas nesta minha defesa, e proceda contra ellas até final sentença, dando apellação e agtano em toda a contia que passar de vinte cruzados que só neste caso crime lhe dou alçada, e a ceda que constar pela deuassa ser perdida applicará toda para a minha ribeira da cidade de Goa, e constandolhe per denunciação fóra da dita deuassa applicará o terço para os catiugs, e o terço para a dita minha ribeira, e o outro terço para a dita cidade de Macháo e para o acusador. E esta minha carta de ley se apregoará nos lugares publicos da dita cidade de Macáo para a todos ser notoria, de que se fará assento, e se registará nos liuros da Camara. Notificoo assy ao dito Ouvidor, mais justicias, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e dar a devida execução como nela he contendo sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa

sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xliij de Abril. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil bclRb (1595). Luis da Gama a fez escreuer.— *O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 58 v.)

190.

Dom Felipe &c, a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por justos respeitos que me a ysto mouem de meu seruico e bem comum da fortaleza de Maluquo, e por assy o assentarem os desembargadores de minha Relaçãõ perante o meu VisoRey que ora he da India, ey por bem e me praz que todos os annos se elejaõ na dita fortaleza de Maluquo pelo pouo della cimquo homens casados em presença do Ouvidor e o Padre Rector da Companhia de Jesus pera os ditos eleytos hirem fazer crauo e mantimentos nas Ilhas que naõ estiuerm de guerra per conta de todo o pouo, e por elle se repartir a respeito da familia e calidade de cada hum per ordem do dito Ouvidor e Rector, e os ditos eleitos se reuezaraõ em cada hum anno para que naõ sejaõ sempre eleytos as mesmas pessoas, e o dito crauo e mantimentos poderaõ hir buscar como dito he os ditos eleytos a todas as Ilhas posto que estejaõ de tregõas excepto a Manilha onde naõ poderá hir ninguem por nhum caso, e o capitaõ da dita fortaleza de Maluco, que ora he e pello tempo em diante for, naõ poderá impedit aos ditos eleitos em cada hum anno hirem fazer o dito crauo e mantimentos, sob pena de pagar mil cruzados para as despesas da Relaçãõ, e auer o dito pouo por elle as perdas e danos que receber, e se lhe dar em culpa em sua residencia; e para que a todo tempo se saiba o que por esta minha ley mando e ordeno será apregoada em Maluco, e registada na seytoria da dita fortaleza, e no cartorio do juisso da Ouvidoria della, de que os officiaes

passaraõ sua certidaõ. Noteficoo assy ao dito Capitaõ, Ouvidor, mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assey o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas Reais da Coroa de Portugal a xbiij de Abril. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d' Albuquerque do seu conselho, e VisoRey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno de mil bclRb (1595). Luis da Gama a fez escreuer.—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 59)

191.

Prouisaõ em forma de Regimento para o Hospital de Goa.

Mathias d'Albuquerque, do conselho de Sua Magesta. de, VisoRey da India &c. aos que esta minha prouisaõ em forma do Regimento virem faço saber que eu fuy informado do muytos inconuenientes e perjuizos que se seguiaõ ao seruiço de Deos e de Sua Magestade das visitaçoẽs que se faziaõ aos doentes do hospital per pessoas que com elles tinhaõ razaõ de parentesco ou de amizade em dano dos mesmos doentes por lhes leuarem e mandarem cousas que lhe elles pediaõ de seu appetite e desejo contra ordem do fisico ou cirurgiaõ e do moradome, com inquietaçaõ dos mais officiaes por sobirem huãs e decerem outras todos os dias pella menhã e a tarde, e entre ellas ás vezes alguãs pessoas com perposito de vinganca como já aconteceu levando armas secretas, e querendo em tudo prouer com bastante remedio, me pareceo dener ordenar este Regimento para se guardar sem duuida nem contradicãõ alguã juntamente com o outro que se guarda no dito hospital em beneficio dos mesmos doentes.

1. Nenhũ pessoa de qualquer qualidade e condiçaõ

que seja hirá ao hospital, visitar emfermo algum nem se porá ás razões com o porteiro para lhe abrir a porta, e querendo entrar por força, e dizendolhe sobre isso palaura ou palauras escandalosas, mandará o enfermeiro mór a tal pessoa á cadea, fazendo o escriuaõ do dito hospital hum auto primeiro da causa de sua prizaõ, o qual remeterá ao Ouvidor geral do crime para proceder contra a dita pessoa, e a condenará em dous annos de degredo para Damaõ.

2. Se todavia o homem que for uisitar no dito hospital algum emfermo constar que he seu pay ou irmaõ, poderá fazer a dita vesitaçaõ tendo licença do enfermeiro mór, e sendo primeiro bem visto pello porteiro do dito hospital que naõ leue espada nem adaga, nem outra arma ofenciua nhuã; e se contra este exame quizer entrar, á porta da escada será da mesma maneira preso, e condemnado no dito degredo. E se depois de feito o dito exame for achado com alguã arma emcorrerá tambem na dita penna, e aduirtirseá o dito porteiro que quando abrir a dita porta pera alguem sobir tendo licença, e sendolhe o dito exame feito, que lhe feche logo a porta com a dita chaue; e ao decer o deterá hum breue espaço primeiro que lha abra olhamdo para cima se vem apoz elle braudando algum official, porque sendo asy, lhe tenha fechada a porta thé que seja preso e castigado conforme a calidade do delicto que tiuer cometido.

3. E as ditas pessoas que assy forem visitar por razaõ do parentesco que declarey, e da licença que tiuer do dito enfermeiro mór, naõ poderaõ sobir inda que estejaõ vistos, nem o porteiro lhes poderá abrir a porta senaõ depois que o fisico e cirurgiaaõ forem idos pera fóra, assy ás menhaãs como ás tardes, porque naõ conuem que andando elles fazendo sua obrigacaõ com os enfermos tenhaõ perturbaçaõ com visitaçoẽs, e no tempo do sillencio por nhũ caso abrirá a porta a ningem, saluo a pessoa do proprio enfermeiro mór, se lá for.

4. Naõ deixará tambem o dito porteiro levar a nhuã destas pessoas mimos algũs aos emfermos que visitarem,

nem comida se lhe quizerem mandar, porque as mais das vezes he diferente da que lhe o fisico ou cirurgiaõ manda dar, inda que os ditos mimos sejaõ bons em sy, e a comida melhor guisada quando não for nociua como pode ser, senão se o enfermeiro mór dei licença do fisico ou cirurgiaõ pera se lhe darem, pera o que se lhe apresentaraõ primeiro que se aceytem ou se engéytem, e sem embargo disto as ditas pessoas aprofiaem em querer mandar os ditos mimos e comida por seus moços para por via doutros do dito hospital se darem aos ditos doentes, seraõ os ditos moços assoutados dentro no dito hospital não passando de quinze annos, e se passarem emcorreraõ em pena de degredo por hum anno pera as gallés, e a mesma pena teraõ os moços e seruidores do dito hospital que aceitarem os ditos mimos e comida sem a licença do dito enfermeiro mór, ou se comprarem fruta per mandado dos ditos emfermos e lhe leuarem.

5. Nem menos deixará o porteiro leuar escrito nhũ de ningem a doente algum, e se o moço que o leuar depois de ser pola primeira avisado que se vá e não tragua mais cartas nem escritos tornar com elles, será assoutado no dito hospital, e se tiver idade encorrerá em pena de degredo por hum anno pera as gallés, por comprix muito ao seruiço de Deos e de Sua Magestade e á quietacaõ dos ditos doentes não terem nem receberem cartas nem escritos de fóra, salvo com licença do enfermeiro mór vendooos primeiro pera os mandar dar ou romper se lhe parecer.

6. Sendo caso que algum escrito destes seja de mulher que não for sua mulher ou may do enfermo para que hia, ou de sua irmã, encorrerá a dita mulher em pena de dez pardãos pera as despesas do dito hospital; e lembresse o porteiro que não ey por bem que se dê escrito nhũ a nhũ enfermo, inda que seja de sua propria mulher ou de sua may, sem primeiro o leuar ao enfermeiro mór, e elle dar licença para se poder entregar ao enfermo, porque vão nelle escritas algũas cousas que o podem melenconizar e inquietar, e se lhe acrescentar

com isso a enfermidade, e se os servidores do dito hospital leuarem ou trouxerem secretamente recados, cartas, ou escritos encorrerão em degredo pera as gallés por hum anno tendo idade para servir nellas, e se a não tiuerem serão assoutados no dito hospital. E terá o dito porteiro cuidado de saber quando o phisico, cirurgião, e outros officiaes entrarem se os moços que leuão são seus, porque não o sendo não subão com elles, e se o forem, que não leuem cartas nem escritos aos doentes, nem as tragaõ, porque sendo achados com elles encorrerão na pena sobredita.

7. E se o dito porteiro deixar entrar e sobir algũa pessoa, e leuar mimos e comida aos ditos doentes, recados, cartas, e escritos sem licença do dito enfermeiro mór, e não guardar em tudo a ordem deste Regimento, de que estão libertos os Relegiosos, será por qualquer culpa destas em que for comprehendido, privado do dito cargo, e encorrerá em penna de degredo de dous annos para Damaõ.

Noteficoo assy ao enfermeiro mór, que ora he e aos que pelo tempo em diante o forem, e ao enfermeiro, escriuão, porteiro, e mais ministros do dito hospital, e lhes mando que esta prouisaõ em forma de Regimento cumprão e guardem, e a fação inteiramente somprir e guardar sem duuida nem embargo algum, a qual valerá como carta começada em nome de Sua Magestade e aselada de seu selo pendente sem embargo da despossição em contrario do 2.º Livro da Ordenação titulo 20. E se publicará no dito hospital para que a todos seja notorio, e se não possa alegar ignorancia, e se registará no Livro das lembranças que nelle ouuer para que a todo tempo se saiba que c ordeney e mândey assy por serviço de Deos e de Sua Magestade, e bem dos doentes, como dito he. Antonio da Cunha a fez em Goa a xxix de Maio de mil quinhentos noventa e cinco. Eu Jorge de Lemos a fiz escreuer.—O Viso-Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 60)

192.

Mathias d'Albuquerque &c. aos que este meu aluará virem faço saber que eu fuy informado por alguns Irmãos desta Casa da Santa Misericordia zelosos do bem della que ouuera nas eleições passadas destes annos atrás desordens prejudiciaes ao serviço de Deos e de Sua Magestade e ao credito e reputação da irmandade della acerca dos votos que se dauão para os eleitores que auiaõ de eleger os officiaes e irmãos da mesa da dita Casa, que são doze em numero para servirem nella hum anno, como he custume, cada hum no officio para que foy eleito, e querendo atalhar as ditas desordens de que ouue escandalo no poço com necessario remedio para as não aver mais daquy em diante sobre os ditos votos que os Irmãos em geral da nobre e romenos condição dão para na conformidade delles se eleger os officiaes e mais irmãos da dita mesa, pratiquei nellas com pessoas graues, e com seu parecer as-reintei passar este aluará como proteitor da dita irmandade nestas partes em nome de Sua Magestade, pelo qual ordeno e mando que no dia que ora vem da Visitação da Virgem Nossa Senhora a Santa Isabel, e em todos os tais dias que pelo tempo em diante se seguirem em que ouuerem de fazer as ditas eleições, se não dem votos nenhuns para eleitores aos officiaes e mais irmãos da dita mesa que annualmente serviraõ este anno té o dito dia da Visitação nem nos que serviraõ nella o anno proximo passado, porque votandosse para eleitores em outros Irmãos fique sua eleição, e a que elles fizerem depois de eleitos para officiaes e irmãos da dita mesa do anno seguinte, sendo mais canoniquas e puras sem se entender nem ver nellas afeição nem odio a despeito ou comprazimento daquelles que por respeito bons ou máos pretendem ou desciã ser officiaes e irmãos da dita mesa o dito anno, visto como he esta a tenção do Compromisso e do juramento que para este effeito se lhes

dá, que emtaõ se fiqua mais inteiramente guardando quando se naõ daõ os votos para eleitores nos que de presente seruem ou seruirãõ o anno, atrás senaõ naquelles irmaõs que podem seruir por se votar liurementenelles sem pejo de sua presença ou ausencia de pouqu tempo. Notefiquoõ asy a todos os Irmãõs da dita irmandade para que votem liuremente conformandosse com suas consciencias a esta minha ordenança feita em nome de Sua Magestade pelas sobreditas causas que me moneraõ fazella como seu VisoRey e proteitor della pela mesma razãõ nestes estados, e Irmãõ da dita irmandade, a qual ordenança os ditos officiaes e mais Irmãõs da dita mesa, que ora saõ e pelo tempo em diante o forem, guardaraõ infaliuemente sem duvida nem contradicãõ alguã por muito justa e correspondente ás do Compromisso da dita Casa, e emeomendo ao Padre Danyã da Sé desta cidade, irmaõ da dita irmandade, da parte de Sua Magestade, e em seu nome lhe mando a elle, ou a quem assistir na aceitaçãõ dos votos que se derem para eleitores naõ aceite nenhum que for para os presentes da dita mesa nem para os do anno passado, e o Provedor ao alimpar da pauta dos eleitores naõ mandará tirar da mesa os mais Irmãõs como se já fez sem pouquo escandallo (sic), por quanto do contrario, que eu naõ espero pelo desprazer que Sua Magestade pode ter de se naõ guardar esta dita ordenança que em seu nome fiz, se seguirá mandar eu que se naõ guardem as ditas eleicoes, nem se faça obra por ellas, e que se proceda contra os culpados como me parecer, e se ordenem outras na forma que entender que cumpre ao serviço de Deos e de Sua Magestade e á honra da dita irmandade; e este dito alvará valerá como carta comestada em nome de Sua Magestade e selada de seu selo pendente sem embargo da disposicãõ em contrario da Ordenaçãõ do 2.º Livro, titulo 22, e posto que naõ passe pela chancelaria sem embargo da dita Ordenaçãõ por o Chanceler ser fora de cidade, e a materia naõ requerer esperarse por elle por ser em maior beneficio da dita irmandade e se

aver de effeitoar logo, e se apregoará á porta da dita Misericordia asy ás vesporas da Visitação como ao dia antes de comensarem os officios para a todos ser notorio o que asy ordeno no dito alvará de que se fará assento nas costas, e se registará depois no Livro dos registos das prouisoões que ha na dita Casa fixandosse primeiro na dita porta acabados os ditos dous pregoões a que assistira hum meirinho com seu escriuaõ para fazer as ditas diligencias e naõ consentir que se tire da dita porta, e feitas o emtregará ao escriuaõ da dita mesa estando presentes os officiaes della e irmaõs com o dito Dayaõ para que o lea e o guarde para o registrar, e se pôr com os outros aluarás ou prouisoões que estão na dita Casa. Estenaõ Nimez o fez em Goa a xxblij de Janho de M. D. Llib (1595). Eu Jorge de Lemos a fiz escreuer.—
O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl 63 v.)

193.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este aluara de ley virem que por justos respeitos que me a isto monem e seruico de Sua Magestade, bem de suas armadas que neste estado traz para guarda e defemção delle, ey por bem e me praz, e por este maodo e defemdo em seu nome que da publicação delle em diante nenhum navio de qualquer sorte que seia e de qualquer peassa, calidade, e condição naõ navegue nesta costa da India com marinheiros Canarins e Tambonas, sob pena de emcorrer em perdimento do dito navio, ametade para quem o acusar, e a outra ametade para se comprarẽm captivos para as galés do estado, e o dono do dito navio ser degradado cincoo annos para Ceilaõ sem tentisaõ avendo outrosy respeito a muita grande falta que fazem os ditos marinheiros ás armadas de Sua Magestade quando os ditos navios os trazem; e este sera apregoado nesta cidade e nas terras de Salcete e Bardes, e onde mais compjir para a todos ser notorio, e da publicação

se fará assento nas costas delle. Notefiquoo asy ao Ouvidor geral do crime, e ás mais justiças, officiaes, e pessoas a que comprir, e lhes mando que o cumprad e guardem, e façãõ inteiramente comprir e guardar como se nelle contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta comesada em nome de Sua Magestade sem embargo da desposiçaõ da Ordenaçãõ do Liuro 2.^o titulo xx em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa ao primeiro de Julho de 1595. Eu Jorge de Lemos o fiz escrever.—O *Viso Rey*.

(Livro 1.^o de Alvarás fl. 65 v.)

Segue-se este assento:

=No Liuro 7.^o fl. 80 está registada a Ley sobre muitas falsidades e conluios que os Cristãos da terra e gentios moradores nesta cidade e nas terras de Saloet e Bardez tem cometido e cometem ordinariamente nas demandas crimes e ciueis.=

194.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que avendo eu respeito aos fazazes que seruem de alimpar e pemssar os cauallos dos fidalgos, officiaes delRey meu senhor, e dos cidadõs desta cidade, e doutras pessoas que a ella vem de fóra e aquy residem, naõ querevem servir sem primeiro lhe pagarem dantemaõ tres pardãos que de quatro annos a esta parte custumauaõ lenar de sua bata e muxara, naõ sendo este o estillo e presso antigo, mas conforme a elle averem os bazaruquos de sua bata cada dia para comerem, e acabado o mes hum pardão doure, o que he causa de gastarem a tal muxara antes de a venderem em seus vicios e custumas desordenados, e de naõ servirem bem, e muitos fogirem som ella, como de tudo fuy informado, e a experiencia o tem mostrado; e querendo eu nisto prover pelo que cumpre ao serviço de Sua Magestade e ao bem comum de seus vassallos, e dos moradores desta dita cidade, e por asy parecer aos desembargadores da mesa a Relaçãõ, ey por bem e me praz, e por este mando

mandando em nome de Sua Magestade que daquy em diante nenhũa pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja que tiverem farazes ou os quizerem ter para se servirem delles em seus cavalloos lhes naõ paguem muxara alguã adiantada, somente lhe dê a sua bata de cada dia para seu mantimento, e no cabo do mes depois de a terem vencida hum pardão douro da maneira que se fazia antigamente, e isto se naõ entenderá nos farazes que nesta cidade tiverem suas mulheres e filhos, porque a estes como a mais seguros lhes poderaõ dar adiantado hum pardão para dez dias para se sustentarem, e mais naõ, sob pena de todo o que o contrario fizer e for contra o que mando perderem a muxara que derem ou tiverem dado adiantada aos ditos farazes sem mais terem direito contra elles nem os poderem obrigar a lha tornar nem a servirem o tempo que lhe faltar fogimdohe com ella, e para que a todos seja notorio mando que esta seja apregoadada pelos lugares publicos desta dita cidade, de que se passará certidaõ nas costas della. Notefiquero asy ao Ouvidor geral do crime desta corte, e a todas as mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, o qual será outrosy registado no camara desta dita cidade para sempre se saber como asy o mando e ordeno pelos ditos respeitoos, e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sellada de seu sello pendente sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, titulo 20 que dispoẽ o contrario. Antonio Barbosa o fez em Goa a xiiij de Outubro de 1595 Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 68)

195.

Mathias d'Albuquerque &c. faco saber aos que este meu alvará virem como Sua Magestade mui particular-

mente me emcomenda que'dê ordem como na fortaleza de Diu por ser fronteira aja vigia de soldados na porta della e quartos como se fazem em Ormuz, e que dentro nella viuaõ os que pôderem para millhor segurança e guarda da dita fortaleza, pelo que ey por bem e me praz que o Capitaõ da dita fortaleza de Diu faça viuer na dita fortaleza os casados e soldados que lhe bem parecer, e de huns e outros faça alardo e repartirá todos os que achar pelo dito alardo por quartos para vigiarem a porta da dita fortaleza, huns pela menhã té o meo dia, e outros desde huã ora até o sol posto com suas armas que para este efeito mandará que leuem e tenhaõ consigo na mesma porta, e em quanto não vierem estas vigias não estará a porta de todo aberta mais que o postigo pequeno, e os porteiros ordenados á dita porta teraõ tal aviso que por nhũ caso deixem entrar pessoa alguã que por curiosidade o quiser ver sem deixar as armas, e querendo o dito Capitaõ sair fora da fortaleza não ficará a porta aberta nem menos o acompanharão os que tiuerem obrigação de a vigiar aquelle dia; e ordenará o dito Capitaõ quatro corporais (sic) soldados de confiança, e a que os outros tenhaõ respeito, e repartirá todos os casados e soldados por elles tanto a hum como a outro, entrando neste numero seus proprios criados que tiuerem idade pera servir, e asy ordenará hum apontador que faça rol e ponto de todos para que não possa faltar algum na dita vigia sem saber. E hum dos corporais (sic) vigiará pela menhã com a gente que lhe for ordenada, e outro á tarde, e outro dia logo seguinte os outros dous, de modo que cada dia aja duas vegias como fica dito. E faltando algum casado ou soldado na dita vigia não estando doente, o dito apontador lhe porá ponto para se lhe descontar aquele dia que falta quando se lhe pagar o quartel. E aos ditos corporais (sic) se lhes daraõ mais hum quartel pelo trabalho que ande ter em seus cargos, aos quaes o dito Capitaõ passará suas promissoes por virtude desta como se usa em Ormuz, e os obrigará que vaõ á dita vigia e cumpraõ com suas obrigações inteiramente, e esta mesma ordem

teraõ e cumpriraõ os Capitaẽs que pelo tempo em diante forem, por Sua Magestade o aver assy por muito seu serviço. E para uir á noticia de todos mamdo que esta se apregoe na dita fortaleza de Diu e pelos lugares publicos della, e será registada no liuro da feitoria de Sua Magestade para que fique por ordinaria a paga do quartel que se ade dar mais aos ditos corporais (sic), e para se leuar em conta ao feitor que ora he, da dita fortaleza e aos que pelo tempo em diante servirem o dito cargo. Notefiquoo asy ao dito Capitaõ, Ouvidor, e Officiaes, e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer e aos que ao diante forem, e lhes mando que asy o cumprã e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum, posto que o efeito della aja de durar mais de hum anno. e nao passe pela Chancelaria sem embargo das Ordenaçõs em contrario por ser do serviço de Sua Magestade. Joãõ de Freitas a fez em Goa a xiiij de Outubro de M. D. LRb (1595). Luis da Gama o fez escreuer.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl 66 v.)

196.

Mathias d'Albuquerque &c. aos que este meu aluará virem faço saber que auendo eu respeito a ser da obrigação dos feitores das fortalezas deste estado mamdarem á casa da fazenda dos Contos cadernos dos pagamentos dos soldados para se lhes dar despacho e descontarem na matricula, o que alguns não fazem, nem cumprem nestes parte particular o Regimento de Sua Magestade, de que resulta não se poder com tempo atalhar muitas desordens que ha e fazem nos tais pagamentos, asy em se pagar mais gente da que he ordenada a cada fortaleza como em matriculas de pessoas que não residem nellas, o que he em muito préjuizo da fazenda de Sua Magestade e perda della, pelo que em seu nome mando a todos os feitores de dito senhor em geral e a

cada hum em particular que cumpraõ o dito Regimento inteiramente fazendo os pagamentos pela ordem nelle declarada, e tanto que forem feitos os mande logo ao Vedor da fazenda ficamdo-lhes o traslado autorisado, sob pena que naõ os mandando tudo o que se nelles depois achar que foy pago fóra da ordem do dito Regimento e das prouisoões que sobre isto saõ passadas aey em se pagar mais gente da que he ordenada á tal fortaleza como em duuidas que aja na matricula aos descontos por qualquer via que seja, o tal feitor pagar em dobro á fazenda de Sua Magestade tudo o que nisso montar sem lhes ser recebido escusa alguã por que deixaõ de comprir o dito Regimento e mandar os ditos cadernos, e tudo affirm de pedirem depois suprimentos e retardarem as contas logramdosse do dinheiro, e'mando ao Vedor da fazenda que tanto que vierem os ditos cadernos e constar por por elles que se pagou mais gente da que he ordenada á tal fortaleza, ou que na matricula se deixaõ de fazer alguns descontos, faça logo carregar em receita sobre o executor geral o dobro do que nisso montar para ter cuidado tanto que o dito feitor vier dar sua conta ser logo executado em sua pessoa e fazenda pela dita comtia, e a mesma diligencia e arrecadação fará o Prouedor mór dos contos ao tempo que os feitores vierem dar suas contas sem lhes esperar o fim dellas, e apresentando elles certidão que foraõ constrangidos pelos capitaes a pagar mais gente da que he ordenada fará logo carregar em receita por lembrança sobre o dito executor o dobro do que nisso montar para o arrecadar dos ditos Capitaes e por sua fazenda. E por quanto Sua Magestade lhes tem mandado e defeso em seu Regimento que per nenhuma via se entrometaõ em sua fazenda, nem mandem fazer despesa alguã posto que tenhaõ poderes de Vedor da fazenda, e a mesma ordem teraõ os feitores no pagamento dos cadernos dos parentes e criados dos Capitaes naõ pagando a cada hum mais que a comtia que lhe constar por certidão do escriuaõ da matricula que vemce de quartel

mandando os cadernos pela maneira acima a esta fazenda de Goa, ou certidão do escrivão da feitoria de como lhe lembrarão que os mandasse descontar por ser obrigação sua, e constando ao Provedor mór da casa da fazenda dos Contos que se pagou por elles mais contia do que tinhaõ de quartel, ou que alguém não tinha vencimento para se descomtar fará logo carregar em receita sobre o executor o dobro do que receberão para o arrecadar pela fazenda dos ditos capitaes. Notefiquo asy ao dito Vedor da fazenda, Provedor mór dos contos, feitores, mais officiaes e pessoas a que pertencer e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e se registará na casa da fazenda dos contos para quando vierem os cadernos a ella dos ditos feitores se fazer o nelle declarado; e valerá posto que não passe pela Chancelaria por ser do serviço de Sua Magestade, e o efeito dello aja de durar mais de hum anno sem embargo das Ordenações em contrario. Esteuão Nunes o fez em Goa a xxv de Outubro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 69)

197.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará uirem que avendo eu respeito aos moradores da cidade de Chaul não consentirem na alfandega que está solenemente assemtada por mandado de Sua Magestade, antes persenerarem em motins, lenantamentos, e desordens de grande escandallo e desserviço do dito Senhor, e o assemto que sobre este particular se tomou pelos desembargadores da mesa da Relação, ey por bem e me praz por virtude do dito assemto que todas as fazendas que sairem de Chaul para qualquer fortaleza deste estado ou para qualquer outra parte que não leuarem certidão feita pelo escrivão dallandega ou feitoria assinada por elle e pelo feitor de Chaul para ser valiosa de

como as pessoas que as mandaõ por sua conta pagaraõ direitos dellas por entrada, e saindo por conta doutras pessoas de como pagaraõ por saída na dita alfandega de Chaul, sejaõ todos perdidas para a fazenda de Sua Magestade sem remição alguã, o que se entenderá nas fazendas que deuem direitos por bem do Regimento da dita alfandega, os quaes seraõ carregados em receita sobre os feitores das ditas fortalezas, e as embarcações em que as taes fazendas se carregarem seraõ taõbem perdidas naõ mostrando o capitaõ da embarcação certidão do feitor de Chaul de como pagaraõ as partes dos direitos devidos na dita alfandega, e se alguã armada do estado achar alguãs embarcações depois de sairem de dito Chaul e nellas achar fazendas sem certidão de como pagaraõ direitos pela maneira que dito he, o capitaõ mór da dita armada as tomará e fará logo inventario ao tempo que se tomarem, e as mandará a esta cidade onde se carregaraõ em receita sobre o feitor de Sua Magestade, e tomarão se as ditas fazendas em alguã das fortalezas, a quinta parte se repartirá pelos officiaes da alfandega della pelo modo que se declara por outra prouisaõ, e tomándose no mar por algum navio da armada a dita quinta parte se repartirá pelo capitaõ e soldados pelo modo que se declara na mesma prouisaõ, e esta defesa se naõ entenderá nas fazendas do Melique e de seus vassallos as quaes liuremente poderaõ nauegar como sempre fizeraõ sem pagar direitos na dita alfandega sem embargo de se ter mandado o contrario no Regimento da dita alfandega que foi feito em tempo que elle estava de guerra com este estado, porque Sua Magestade ha por bem que o dito Melique e seus vassallos sejaõ desobrigados dos taes direitos, e as pessoas que comprarem fazendas em Chaul as naõ compraraõ sem os vendedores lhe darem certidão de como pagaraõ por entrada, porque naõ trazendo a dita certidão seraõ obrigados os ditos compradores a pagarem os ditos direitos de entrada posto que os tenham pagos por saída. Notefiquo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade,

e a todas suas justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ comprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum. E para a todos ser notorio, e ninguem poder alegar ignorancia este será apregoado nesta cidade e na de Chaul, e registado na Casa da fazemda dos contos, e na feitoria de Chaul, e nalfamdega della, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do Liuro 2.º titulo xx, que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum anno passem per cartas, e per alvarás naõ valhaõ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxbj de Outubro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 71)

198.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Visorrey de India &c. aos que esta certidaõ virem faço saber que em huã carta que ElRey meu Senhor me escreveo este ano presente de nouenta e cinco feita em Madrid a treze de março (?) do dito ano está hum capitolo que trata das filhas de Francisquo Velho que foi capitaõ de Mascate, de que o treslado he o seguinte :

—E asy me dizeis que estando Francisquo Velho por capitaõ da fortaleza de Mascate falecera mui pobre tendo muitos seruiços, e lhe ficara hum filho e duas filhas taõ deseparadas que mouido de piedade hum cazado de Ormuz lhe recolhera as filhas em sua casa, e que por en ter feito merce a seu pay do officio de corrector mór daquela fortaleza que... devia fazer merce delle a huã de suas filhas para seu casamento, e á outra de outro officio equualente para seu casamento, e vendo o que sobre isto me escreueis, ey por bem de lhes fazer as ditas merces, e nomeareis á segunda o cargo de que lhe deuo fazer merce, de que a ambas passareis certidaõ para..... a este Reyno requerer suas prouisões, e estas mercés que lhe asy faço averaõ efeito casando com pessoa nuptas,==

E. por me ser pedrão esta por parte das filhas de Francisco Velho lha mandei passar com o traslado do capitulo acima. Antonio Barbosa a fez em Goa a 24 de novembro de mil e 639 (1639). Luis da Gama o fez escrever.—O Viso Rey.—Luis da Gama.

Certidão das filhas de Francisco Velho já defuncto da merce que lhes Sua Magestade fez pelo Capitulo acima trasladado.

Pera V. S. ver

Verba à margem.

Por esta carta se não fará obra em tempo algum, por quanto a Francisco Nunes (por haver sido cazado com Catharina Reimoa filha de Francisco Velho contendo nella) se lhe passou carta patente da Capitania da fortaleza de Mascate em vertude de hum aluará de Sua Magestade feito em Lisboa em o primeiro de Dezembro de 604 pello qual fazia merce á dita Catharina Reymoa para seu casamento da dita Capitania, e por o dito aluará requerer esta verba se pôs aqui para a dita Catharina Reimoa não haver effeito do cargo de Corretor mór dos caualos de Ormuz com que estaua despachado seu pây o dito defuncto Francisco Velho, de que se faz menção no mesmo álúara. Goa a 24 de Janeiro de 1639.—*Amauro Rodrigues.*

(Livro 5.º fl. 578-bis)

199.

Mathias d'Albuquerque &c façosaber aos que este meu aluará virem que auendo eu respeito ao muito que importa á defenssão da cidade de Chaul e a sua fortificação estarem afastadas do mufo della as casas que se fizerem fóra da dita cidade, ey por bem e mando em nome de Sua Magestade que hũa casa se faça fóra da dita cidade sobradada, e as terras que se fizerem sejaõ de paredes fracas afastadas setenta até oitenta braças crauellas, ou quando menos as que o Viso Rey Dom Duarte de Meneses mandou per sua prouisão estúessem apar-

tadas do muro da dita cidade, e fazendoas dontra, maneira, ey por bem e mando que sejaõ derribadas e postas por terra. Noteficoo assy ao Capitão que ora he da dita cidade e ao diante for, Juizes, e Vereadores, Ouidor, e feitor della, mais officiaes, e pessoas a que este for apresentado, e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e fação cumprir e guardar inteiramente sem duvida nem embargo algum, sob pena de se lhes dar em culpa em suas residencias, e lhe ser muito estranhada. E para que venha á noticia de todos e se não possa alegar ignorancia, mando que seja apeggado na dita cidade de Chaul pella praça e lugares publicos della, de que se passará certidão nas costas desto, e será registado no liuro da Camara da dita cidade e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade e selada de seu sello pendente sem embargo da Ordenaçã do Liuro 2.º titulo 20 em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a x de nouembro 1595. Luis da Gama o fez escreuer. E estando alguã feitas as fará logo derribar.—*O Viso Rey*:

(Livro I.º de Alvarás fl. 73)

200.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que o mar que bate na praya da cidade de Cochim a vay comendo de maneira que chégana á fortaleza e á casa da alfandega della, pelo que ey por bem e mando aos Vereadores e procurador do conselho da dita cidade que do dinheiro do hum por cento concertem o caes e entulhem e fortifiquem aquella banda da praya, e fação nella toda a obra que for necessaria para que a dita fortaleza, alfandega, e almazens fiquem seguros, e não se abraõ e arrunhem por causa da vezinhança do mar, e mando ao thesoureiro dos dito dinheiro do hum por cento dê para a dita obra todo o dinheiro que os ditos Vereadores per acordo e acerto determinarem ser necessaria para ella, e por

mandados seus e conhecimentos das pessoas que o receberem feitos em forma mando aos contadores que lho leuem em conta. Noteficoo assy aos ditos Vereadores, thesoureiro do hum por cento, e lhes mando que o cumprã e guardem, e façãõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum. Antonio da Cunha o fez em Goa a xiiij de nouembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever. E isto mesmo faraõ e guardaraõ os Juizes e Vereadores, e procuradores do Conselho que enlegerem em Janeiro do anno de 95 (*sic*)—*O Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 73 v.)

201.

Mathias d'Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, Visorey da India &c. faço saber ao Juiz e officiaes dalfandega da fortaleza de Diu e a todos os mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer que sendo eu informado que na dita alfandega se faziaõ despachos dos direitos das fazendas, ouro, e prata que a ella uinhaõ contra ordem do Regimento da dita alfandega, que os officiaes della naõ queriaõ cumprir nem guardar, e corriaõ com os ditos despachos a seu aluedrio fundados em seus proprios interesses. de que se seguiaõ grandes inconuenientes contra o seruiço de Deos e de Sua Magestade e perda de sua fazenda, e os moradores eraõ auxados pelas ditas desordens em que consentiaõ os contratadores por nesse modo receberem proueito deixando de vir á receita toda a renda que a dita alfandega rendia, pelo que mandey em nouembro de 92 ás fortalezas do Norte Francisco Paez, Pronedor mór dos contos com poderes de Vedor da fazenda, dandolhe por instruçãõ que fosse á dita fortaleza de Diu, e achando que se naõ guardaua ho Regimento da alfandega, e se cometiaõ excessos nos despachos que se nela dauãõ se fizesse o despacho de modo que em tudo se comprisse o seruiço da Sua Magestade

viado á recadação sua fazenda, e guardandose justiça ás partes, em cujo comprimento o dito Francisco Paez fez o dito Regimento declarando nelle tudó o que compria ao serviço de Sua Magestade para a boa ordem do despacho e se fazer justiça inteiramente ás partes, e feito o deixou na dita alfandega entregue ao juiz e officiaes della para o comprirem sob as penas nelle conteudas. E porque ora sou informado que alguns officiaes da dita alfandega, e os contratadores della e outras pessoas contra o serviço da Sua Magestade não querem guardar nem cumprir o dito Regimento, e contra forma delle fazem os despachos cometendo desordens em evidente perda da fazenda de Sua Magestade, e dano e engano das partes, e querendo eu nisso prouer para que daqui em diante não aja semelhantes enleos, e se guardé o dito Regimento como compre,ey por bem de confirmar e por este confirmo tudo o que se contem no dito Regimento, e mando ao Juiz da dita alfandega e a todos os officiaes della, e aos mais a que o conhecimento deste pertencer que cumprão e guardem o dito Regimento inteiramente e conforme a ordem delle, e fação os despachos sem excederem o modo em cousa alguma nem lhe darem outro entendimento, sob pena de o official ou contratador que o contrario fizer ou consentir ser prezo, privado do cargo que tiuer, e ser castigado com as penas crimes e ciueis conforme ao dito Regimento, e alem disso pagar mil cruzados para os catiuos e acusador. Noteficoo asy ao Capitão da dita fortaleza de Din, Ouvidor, Juiz, e Officiaes, e Contratadores, e ao feitor de Sua Magestade, mais pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem sem duvida nem embargo algum, e este valerá como carta posto que o efeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação em contrario; e para que venha á noticia de todos, e não aja quem possa alegar ignorancia se apregoará pela praça e lugares publicos de Din e na alfandega della, e se registrará no Liuro em que está o dito Regimento, e de tudo se passará certidão nas costas desta, que o dito Juiz da alfandega me tornará a emuiar sob

pena de suspensão de seu officio. Joaõ de Freitas o fez em Goa a xb de nouembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 75)

202.

Mathias d'Albuquerque &c. taço saber aos que este meu aluará virem que eu fuy informado que nas náos do Reyno que desta cidade partem para na costa do Canará, Cochim, e Coulaõ tomarem a carga que amde leuar de pimenta para o Reyno leuaõ nos payoes e gasalhados dellas drogas e outras fazendas de pessoas particulares em tanta cantidade que com trabalho podem tomar sua carga de pimenta, e alem disto muita da dita fazenda naõ he vista em Cochim para se poder saber se traz pagos os direitos que deue nas alfândegas de Sua Magestade, pelo que ey por bem e mando que daqui em diante nas náos do Reino que forem desta cidade fazer carga á costa do Canará, Cochim, Coulaõ e qualquer outra parte naõ leuem fazenda alguã no corpo das ditas naos ou em outro algum lugar mais que nos gasalhados dos capitaes, officiaes e marinheiros dellas sob pena de toda a fazenda de qualquer calidade e sorte que for que se achar nas ditas náos fóra dos ditos gasalhados ser perdida ametade para a fazenda de Sua Magestade e a outra ametade para o accusador, e a fazenda que per esta maneira for nos ditos gasalhados será tirada em terra em Cochim para ser vista e se saber se tem pagos os direitos sob as ditas penas. Noteficoo sey ao Vedor da fazenda da carga das náos, capitaõ mór, e capitaes das ditas náos; e aos das fortalezas de Sua Magestade, mais officiaes e pessoas a que pertencer. e lhes mando que cumprão e guardem, e inteiramente facão cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e será apregoado nesta cidade e nas ditas fortalezas do Canará e cidade de Cochim, e nas mais onde cumprir, e valere como carta sem embargo da Ordenação do Lauro

2.º titulo 20 que o contrario dispõe. Esteuaõ Nunez a fez em Goa, a xh. de novembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

Postta do Senhor Viso Rey.

E as fazendas que forem nos gasalhados dos capitães e mais officiaes das náos seraõ suas proprias, e sendo alheas e doutras pessoas teraõ as penas declaradas nesta prouisaõ, e com esta declaraçãõ mando que se cumpra. Luis da Gama o fez em Goa 16 de nouembro de 1595.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 76)

203.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. faço saber aos que este meu aluará virem que auendo eu respeito a Sua Magestade ter reservado para sua fazenda o trato da pimenta destas partes e defendido sob graues penas que a não possa comprar senão os contratadores della para por este respeito se poder auer mais barata, e ora o Vedor da fazenda Francisco de Frias me informar dos grandes inconuenientes que auya de hirem Portuguezes pela terra dentro da costa do Canará fazer a dita pimenta per conta dos ditos contratadores sem nesta sua ida se intereçar cousa alguma para a fazenda de Sua Magestade, antes com ella se dar occasiã aos moradores daquellas partes se atreuerem a fazer afrontas aos Portuguezes que commumente andanaõ nesta negociaçãõ e meneo, pelo que se concertara com Santopá o grande morador nesta cidade e Matigo Synay que se obrigaraõ dar cada anno ao peso nas fortalezas de Sua Magestade que estaõ na costa do Canará tres mil candis de pimenta, pedindome mandasse passar prouisaõ para serem conhecidos por estes, e elles e seus feytos ajudados e favorecidos dos capitães das ditas fortalezas e mais officiaes de Sua Magestade, e visto per mym seu padre dizer ser justo, por este cy por bem e mando que nãuã

pessoa de qualquer qualidade e condiçao que seja estorue nem impida aos ditos Santopá e Mango Synay, nem as pessoas que mostrarem poder e procuraçã sua, tratarem em pimenta nas ditas fortalezas pelo tempo que o dito Vedor da fazenda declarar per seu asinado, e nhuã outra pessoa nellas compre pimenta sob as penas declaradas no regimento e prouisoẽs que sobre esta defeza são passadas saluo os ditos contratadores e seus procuradores e agentes que a traraõ ao peso como dito he para nelle lhe ser paga per conta da fazenda de Sua Magestade, sem a poderem embarcar nem levar para outra alguã parte. Noteficoo assy aos capitaẽs das ditas fortalezas, Onnidores, feitores, juizes, justicas, officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façaõ comprir e guardar inteiramente como se neste contem sob pena de pagarem á fazenda de Sua Magestade e aos ditos contratadores todos os interesses danos e perdas que por isso receberem. E para que venha á noticia de todos, e naõ aja pessoa que possa alegar ignorancia, mando que este seja apregoado pollas praças e lugares publicos das ditas fortalezas do Canará e onde mais comprir. Antonio da Cunha o fez em Goa a xb de nouembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl 77)

1596.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

204.

Eu ElRey faço saber a vós Conde da Vidigeira, Almirante da India, do meu conselho, que ora emuo á queilas partes por meu Visorrey delas, que por esta Instruçã (que he huã das que leuaes) vos mandarey declarar o que ey por men seruiço nas materias do que o Visorey Mathias d'Albuquerque me deu conta por suas

cartas que vierão nas vyas do anno passado de nouenta e cinco.

I. Pelas quaes entendi como o Bispo de Cochim que ficava governando o arcebispado de Goa procedia bem nisso, e tinha visitado as Igrejas daquelle arcebispado, e fizera reparar a See com o dinheiro das penas e condemnacões e a prouera de algũs ornamentos, e tinha applicado as condemnacões e penas do mesma arcebispado a obras piass e posto que lhe mando agradecer tudo isto por minha carta vos encomendo que taõbem lho digaes de minha parte emformandoos primeiro do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Meneses do que achou feito nestas cousas; e a estes dous Prelados e aos mais da India favorecereis em tudo o que for rezaõ tendo particularmente conta com o Arcebispo de Goa pela calidade desta prelazia e de sua pessoa e boas partes.

II. E assy me diz que creceo muito a fabrica da See noua que em Goa se faz em que se dá muita presa com o dinheiro per que se vendeo a viagem da China e outro que se descobrio de desaminhados, que tudo se despemdo nela, de que se toma muy meuda e estreita conta, o que dantes se não fazia; e tambem o mando agradecer na mesma carta ao dito Bispo de Cochim; e com o Arcebispo de Goa tratareys esta materia, e com seu parecer dareys ordem como se guarde esta que está dada que parece boa, ou a que ambos entenderdes que será mais conyeniente para tudo.

III. Tambem me escreueo o dito Mathias d'Albuquerque que o Bispo de Japão Dom Pedro Martins procedia com diferente modo do que se esperaua da Religião em que se criou; encomendandoos que tomels informação d'isto porque já poderia ser que a não teria taõ certa Mathias d'Albuquerque, e achamto cona que receira aduertencia; ordenareys omti parecer do Arcebispo de Goa que se lhe faça tanta humano for necessário por via do Prouincial da Companhia; ou como se entender que será mais conueniente.

IV. E assy me deu conta que os Frades da Ordem

de São Francisco se occupão com grande cuidado nas terras de Bardes e outras partes que lhe cabem na conversão do gentio, e fazem nela muito fructo, e serviço a nro Senhor, e que os de São Domingos fazem o mesmo em Solor e Timor e outras partes vizinhas a Malaca, e que os Religiosos da Companhia nas terras de Salcete, Serra, e na Costa da Pescaria fazem o que deuem e tem muito cuidado desta obra que trazem entre mãos da conversão dos infieis, e que por todas as outras partes onde residem fazem nisto ventagem nelas, e a procuraõ, e que asy o seu Provincial que está na China como o Visitador procedem com grande satisfação; e tudo isto folgei muito de saber porque estas são as novas que mais desejo daquellas partes e o que principalmente delas pretendo, e deste mayor interesse podem resultar todos os outros que por grandes que sejam não tem comparação com ele, e conforme a este incremento vos ey por emcomendada esta materia e o favor que deueis dar a todos estes Religiosos.

V. E porque me diz que os de Santo Agostinho são mais necessitados que todos, e que por sua pobreza lhe deula em fazer alguma merce no acresentamento de suas ordinarias mórmente ao convento que tem em Goa, otue por bem de lhe fazer esmola além das ordinarias que tem de minha fazenda de mais huã pipa de vinho de Reyno, e de hum candil e quinze mãos d'artoz preto, e de cinco fardos de arroz giracal, e de tres candis de trigo, e de hum candil dazelle de coco, e de meo candil de cera, de que lhe mandey passar provisão.

VI. Emcomendouos que a todos os prelados, cabidos, ministros do Santo Officio, e Religiosos daquellas partes mandeys pagar seus ordenados e ordinarias na forma em que o tanto mandado, e que entendaõ eles de vos como ye disto emcarregado, e que não sera necessario emniataremna daquy em diante queixas disto como o fazem todos os annos.

VII. Tambem me escreve o dito Matias d'Albuquerque

que os Religiosos da Companhia tem em Goa cuidado do Ospital, e que por ser cassa pequena e em que os enfermos padecem trabalho, lhe fiz merce do procedido de huã viagem da China para se fazer outra cassa mais espaçosa, pelo que vos encomendo que se achardes que a dita viagem imda não he feita, ordeneis como se faça conforme a prouisaõ dela sem embargo dos prouidoz, que he a ordem que se tem quando estas tais viagens se concedem pera obras e cousas publicas, e esta he tão útil e necessaria em beneficio do bem comum de todos como por ela se vê.

VIII. E porque sou ynformado que o Licenciado Pero Bárreto que serve de Ouvidor em Damão anda em diferenças com o capitão da dita fortaleza, emcomendouos que se quando chegardes os achardes na mesma diferença, saibaes a causa dela e procedaes nisso segundo o caso, e vos informeis se ha outros semelhantes para tambem prouerdes neles, porque estas cousas conuem que se atalhem no principio, ou compondose ou castigandose segundo os casos e as pessoas.

IX. E porque os ministros da justiça e todos os mais que comprirem bem como suas obrigações deuem de ser fauorecidos e animados, vos encomendo que os que achardes que merecem por isto agradecimentos lhos deys de minha parte, e que na prouisaõ que com o Arcebispo e Chanceler da Relaçã de Goa fizerdes das seruentias dos cargos vagos tenhaes lembrança do Licenciado Manoel d'Abreu, sacerdote que o anno de 93 foi deste Reyno, achando que per suas partes e merecimento o merece, e digaes ao Arcebispo que se informe de como procedeo o Licenciado Antonio Simões no cargo de Vigário Geral do arcebispado de Goa, pera conforme ao que achar se ter tambem conta com ele na dita prouisaõ. E muito vos encomendo que com o Licenciado Pero da Silva que emuiõ nesta armada prouido do dito cargo de Chanceler tenhaes a conta que he rezaõ dandolhe todo o fauor e ajuda pera elle poder bem cumprir com a obrigação do dito cargo.

X. Como a materia da pimenta seja da importância que geralmente se tem entendido, e que vós mais particularmente sabeis, quanto menos palavras dela vos disser, por mais emcomendada vola ey, e asy tenho por certo de vós que nela e em todas as outras juntareis á obrigação de meu serviço o desejo natural de proseguirdes o que o Conde Almirante vosso vassauó, que Deos perdoe, descubrio, e conforme e esta confiança que de vós faço, espero que procureis por todos os meios necessarios que se aja pera a carga das náos toda a pimenta que nelas se puder carregar defendendo o commercio dela por mar e por terra (como em outra minha Instrução volo mando) castigando com muito rigor os culpados em taõ grave culpa, e tanto contra meu serviço e contra a honra dos que nisto se esquecem da sua, que só por ella, quando não ouuera outra cousa, se ouueraõ de aver por afrontados de incorrerem neste genero de culpa, e será bem que de vós o entendaõ asy.

XI. Mathias de Albuquerque me escreueo que o cabedal da pimenta que foi o anno de 94 nas tres náos de que foi por capitaõ mór Ayres de Miranda se metera logo no mosteiro de São Francisco de Goa, como se costuma fazer todos os annos, e que depois de feitas as contas do que deuiãõ os contratadores do dinheiro que tinhaõ tomado a pessoas particulares para a compra da pimenta se entregaua aos agentes do contrato o dinheiro que auiaõ mister pera prouer as feitorias, e porque parece esta ordem conueniente pera se empregar todo o dito cabedal em pimenta, e não usarem dele pera outras cousas de seus proueitos, vos emcomendo que nesta forma façaes proceder nesta materia pela importancia de que he.

XII. O dito Mathias de Albuquerque me escreueo que na receita e despeza do rendimento daquelle estado que vem ao thesouro tem continuado com muita ordem e emunado a este Reyno todos os annos por vias os livros de tudo como lhe mandey que o fizesse, pelo que vos emcomendo que nesta forma procedaes nisto, e me emdeys

sempre outros taes liuros em que distintamente venha declarado todo o rendimento e despesa de cada hum anno sem faltar cousa alguma.

XIII. E asy me diz que as forças daquelle estado mais importantes são as armadas de cadano, e que cada dia se oferecem fâzerse outras de nouo, e asaz entendido he isto até dos que o podem discorrer de longe e muito conuem que se considere que o anuamento das armadas a tempo he de tanta importancia como elas mesmas, e que não cumpre menos escusarensse as desnecessarias, e para que elas sejaõ de efeito, e por meu seruiço que o rendimento das terras de Salsete se applique pera a despesa da ribeira de Goa (como o mando ora por huã prouisaõ minha que vos será dada.) e que se não despenda o dito rendimento das terras de Salsete em outra cousa alguma por muito precissa e necessaria que seja porque huã o pode ser mais que estas despesas da ribeira, com declaraçaõ que se não tirem destas rendas os pagamentos que nelas estiuereem asentados da cloreia, ministros da justiça, fazenda, e contos, que tambem são cousas de muita obrigaçaõ, mas de nouo se não asentaraõ outras imda que seiaõ semelhantes a estas.

XIV. Huã das cousas mais importantes, a meu seruiço e conseruaçaõ daquelle estado se entende que he guardarse bem o nouo Regimento que mandey ordenar sobre o modo em que se deuem fazer as despesas dele, pela que vos emcomendo o façaes guardar inteiramente como se nele contem, e me escreuaes todos os annos como asy se cumpre.

XV. Indo de algũs annos a esta parte em muita diminuiçaõ a renda dos direyos dos caualos que vem de Ormuz mandey dar licença para que se pudessem trazer ao Canará, Cochim, e outras partes, e que se arremdassem os direyos deles; sabeis o que aisto he feito, e dareys ordem como sempre se arremdem os ditos direyos como tenho mandado, da que me auisareys.

XVI. Pelas rias do anno passado de 95.º mandey por prouisaõ minha que com elas foi que se tornasse a estar

os resgates que tinha mandado largar nas ruínas de Cnema da fortaleza de Cofala, e que se contratassem com os capitaes prouidos por mim daquela fortaleza; emcomendouos que deys ordem para que se guarde a dita prouisaõ como se nela contem avisandome do que achardes que será mais conueniente a meu seruiço e ao respeito que tenho de fazer merce aos ditos capitaes, e esta emformaçaõ podereis tomar quando pasardes por Moçaõbique de quem virdes que com menos sospeita vós poderá dar.

XVII. E porque por meu mandado se asentou alfandegua na fortaleza de Moçaõbique, e sou informado que rendeo o anno de 94 cinco mil cruzados dos direitos das fazendas que foraõ da India alem do hum por cento, ey por meu seruiço que se va continuando com esta alfandega e pondo em arrecadaçaõ os direitos dela a que da-reys ordem, e me escreuereys o que nisto fizerdes.

XVIII. E outrosy ey por meu seruiço que a alfandegua que se asentou na noua fortaleza de Monbaça se naõ extinga per nhũ caso, e vos emcomendo que emcarregéis aos capitaes da dita fortaleza que conseruem os rendimentos da mesma alfandegua pera as despesas e ordinarias da dita fortaleza, sobre o que mandey pãsar a prouisaõ que vos será entregue com esta instruçãõ.

XIX. E porque sou informado que os annos passados ouue pouco rendimento na alfandegua de Ormuz sendo hum dos mayores daquele estado, e me asoreue Matias d'Albuquerque que o anno de 94 vieraõ em agosto trinta mil pardãos somente, vindo sempre daquela fortaleza muito grandes contias com que se pedia ás armadas e accidentes que sobreuinhaõ ao estado, da que deua ser causa quebraremse pagamentos ao rendimento daquela alfandega, vos emcomendo que daqui em diante se naõ faça nhũã despesa deste rendimento na dita fortaleza se naõ as antigas ordinarias que naõ podem deixar de ser, e que todo o mais venha á India como sempre se costumou, e vos informeys da causa que ouue para esta diminuçãõ no dito rendimento.

XX. Tambem entendi pelas vias do anno passado como por meu mandado se fizerao os tombos das terras de Damao e Baçaim, e que conforme aos ditos tombos ficarao muitas devolutas pera minha fazenda, e outras em que ella tem direito, pelo que vos encomendo que saibaes se está dado á execucao do o que pelos ditos tombos estiver verificado, e ponhaes em effeito o que imda nisto não sou feito pois he tão necessario não se deixar perder nhum rendimento nem fazenda daquele estado. E Mathias d'Albuquerque me escreveu que por auer muita diversidade de aforamentos naquelas terras pedira pareceres a' letrados pera qua os eu mandar ver, e com iso se detreminar como se denem entender e a ordem que se deve guardar neles; e porque não vierao com as vias do anno passado (que denia ser por esquecimento, cu por depois se tirar a duvida) vos encomendo que se inda a ouuer me enchieys os ditos pareceres nas primeiras não com o vosso, e em quanto não tiuerdes minha resposta se faça o que na Relação de Goa (onde proporeis o caso) se entender que he mais conforme á justiça.

XXI. El Rey de Cochim se aqueixou de eu mandar proner officio de corrector mór da alfandegua de Cochim; no que se entende que não tem razão, porque no contrato que se fez com ele quando se ella se deu se declarou que eu ou o meu Visorrey criaria no todos os officios que ha nas outras alfandegas daquelle estado, e por este ser muito necessario para se não cometerem conluys e enganos na avaliação das fazendas, e ter eu já prouido o dito cargo em Fernão Rodrigues de Maris por seus serviços, mandey passar a prouisaõ que vuy nestas vias, que vos encomendo façaes cumprir, e que a El Rey de Cochim emcaminheys nisto no melhor modo que puder ser para que se quiete com a razão de elle a não ter, mostrandolhe quanto eu solgo de lhe fazerem tudo merce.

XXII. Mathias de Albuquerque me escreveu que na não que partio pera Malaca em Setembro de 94 mandara prouisaõ e regimento pera que as fazendas que naquella fortaleza se embarcasem para Santhomé, Negapatao,

e todos os mais portos daquela costa, Bengala, e Pegú, pagassem a seis por cento de saída conforme a huã promisaõ que naquele anno mandey, a qual vos emcomendo façaes goardar inteiramente como se nela contem.

XXIII. E asy me escreueo que per naõ achar quem quisesse contratar o cobre que vem da China se comçertara com os capitaẽs de duas nãos que aquele anno para lá foraõ que dos direitos que á vinda aviaõ de pagar na alfandegua de Malagua das fazendas que trouxesem tirasse cada hum deles em Macão seis mil cruzados e empregassem todos os doze mil em cobre juntamente com os seis mil xerafins que Dom Francisco d'Eça fiõra devendo a minha fazenda da não que se lhe vendeu em Goa para ir fazer a viagem da China. e que pasara prouisoẽs pera se tomarem em pagamento os ditos doze mil cruzados aos contratadores da alfandegua de Malaca, e posto que o que nisto fez Mathias de Albuquerque fosse o que por entaõ pode ser, o que ey por mais meu serviço he contratar-se sempre o dito cobre com os capitaẽs da dita viagem, e vos emcomendo que asy o façaes, e ao que toca á alfandegua de Malaca tanto que embora chegar' se á India sabereis como se gasta o rendimento dela, e por que naõ vem o remanecente a Goa, em que prouereis de maneira que tenha inteiro effeito o que nisto cumpre a meu serviço, de que me avisareis, e tambem do que resultou do emprego dos doze mil cruzados e seis mil xerafins que se aviaõ de fazer em cobre.

XXIV. E asy me diz Mathias de Albuquerque que fizera com a cidade de Goa que do dinheiro do hum por cento que lhe pertence mandasse seis mil xerafins pera se empregarem em cobre pera com eles se fundir a artilharia necessaria pera fortificaçãõ daquelle ilha que me pareceo taõ acertado como o mandosse fazer a dita cidade a que taõbem dareys os agradecimentos disto da minha parte, e vos emcomendo que com este bom exemplo de Goa ordenseis que por conta das d'outras cidades e fortalezas se faça outro tanto de hum por cento que nelas ha significandolhes por quaõ seruido me averey disto, e a

este preposito vos emcomendo tambem muito que ~~tenhaes~~ muita vigilancia em se naõ trazer em nãos de mercancia, artelharia alguã de meus almazens e fortalezas, e que se cumpraõ inteiramente minhas defessas neste caso, e especialmente a da ultima prouisaõ que sobre ela ma idey passar.

XXV. Tambem me escreueo que em todos os annos de seu governo teue cuidado de mandar a meus almazens deste Reyno o mais salitre que pode, e posto que he de crer que lhe naõ seria posinel nisto mais do que fez, asy ey esta materia por importante a meu seruiço que me pareceo necesario dizeruos neste capitulo que espero d vós que vos ventageis nela com muita diferença do que se atégora nisso fez, e vos emcomendo muito encarecidamente que todos os annos mandeys toço o salitre que puder vir nas nãos repartido por elas.

XXVI. E asy me escreueo que mandaua na nao Chagas hum engenho que naquelas partes se ordenara para com facilidade se poder leuar a verga grande acima, o qual naõ chegou a este Reyno; emcomendouos que nas primeiras nãos o emueys em maes que em huã só para se ver o efeito dele.

XXVII. Eu mandey a Mathias de Albuquerque que mandasse fazer tombos das terras e propriedades da Ilha de Goa, Salcete, e Bardes, e outros lugares daquele distrito, ao que me respondeo nas vias do anno pasado que se naõ podia isto fazer, senaõ depois da entrada do inverno emcomendouos que tanto que embora chegardes saídes que nisto está feito, e ordeneis como se acabem os tombos se inda ouuer que fazer neles, e me deis foy. Onta.

XXVIII. Mathias d'Albuquerque me escreueo que tirára de seu cargo Antonio Giralte, Veedor de minha fazenda em Goa, e proueta dele a Vicencio de Brune, que foi contra o que lhe eu tinha mandado por minhas cartas, e eicesso e culpa grande de que tme desprazer pela calidade dela e circumstancias que teue; pelo que vos emcomendo que tanto que chegardes á India o torneis

logo sem dilação alguã a restetuir ao dito cargo que se uirá até se embarcar nas náos em que hie, em que lhe mando licença pera se vir embora como ma tem pedido por alguãs vezes, e nelas lhe fareis dar os guasalhades costumados a semelhantes ministros, e de minha parte estranhareis ao dito Matias de Albuquerque o que nisto fez asy em tirar de seu cargo o dito Antonio Giralte como em prouer dele Vicencio de Brune, cujo talento e nacimiento não era conveniente para tal cargo; e eu mando escrever á cidade de Goa o muito desprazer que tiue destas desordens, e que mandarey prouer com justiça para que se satisfaga o escandolo que delas ouue; e tambem ordenareis logo em chegando como Matias d'Albuquerque pague a minha fazenda todos os ordenados que tiuer leuado o dito Vicencio de Brune des o dia que o pôs no dito cargo até o em que for tirado dele; e que tambem pague a Antonio Giralte á sua custa todos os ordenados e percalços dos tempos que não seruió; e estas dnas cousas ordenareis que se fação logo e com effeito antes que se embarque para este Reyno, e lhe direis que lhe ficará seu direito resgoardado pera poder qua requerer sua justiça se entender que a tem, e me enviareis certidoes por vias de como se fez o que por este Capitulo mandò.

XXIX. E asy me escreueo que a causa porque deixou servir o contador Diogo Vieira seu cargo, posto que lhe eu tiuese mandado que o tirasse dele; foi por ter de Francisco Paes, Prouedor mór dos contos, diferente informação da que dele me tinha emujado; e sem embargo do que nisto me escreue, vos encemendo façaes comprir o que neste caso tenho mandado, e enuieis as culpas que achardes do dito Diogo Vieira, e sendo elas taes que se não dena dilatar o castigo delas, procederéis nisso como asentardes em. Rolação que he justiça.

XXX. E asy me diz que indo a náó São Christouão de Moçaõbique para Goa se perdera com toda a fazenda e artellaria que trazia podendose embarcar tudo isto nas náos de viagem que o dito anno foram ter áquella fortaleza, e isto por culpa de meus officiaes; pelo que vos em-

comendo que tanto que embora chegardes a Moçaõbique tireis muito particular informaçãõ dos culpados neste caso contra os quaes fareis proceder com todo o rigor que ele merece, de que particularmente me dareis conta por vossas cartas; e naõ tomando vós a dita fortaleza fareis fazer esta diligencia tanto que chegardes a Goa.

XXXI. E asy me deũ conta que tratara com os officiaes da ribeira de Goa e com outras pessoas praticas onde se podiaõ melhor e mais comodamente fazer alguãs náos para a carreyra da India pela forma e medida que tenho mandado, e que parecera a todos que cadano se poderiaõ fazer duas náos, huã em Damaõ, e outra em Cochim pela comodidade que ha nestas duas partes de madeiras e officiaes, e porque as deste Reyno vaõ já faltando, e as náos que se dellas fazem saõ de pouca dura sendo taõ necessarias, vos emcomendo que ordeneis como se façãõ estas duas náos cadano nas ditas fortalezas, por que de qua mandarey que se vos emuiem ancõras, entenas, cordoalha, estufada, e alguã ajuda de dinheiro, que he o que se diz que conhem que vá deste Reyno, e naõ deixareis de o lembrar de lá em vossas cartas, e deixar qua em lembrança pera que ma façãõ disso cada anno, e agora leuareis o que disto puder ser que tambem lembrareys.

XXXII. Tambem me escreue o dito Mathias de Albuquerque que tendo o Cotta Maluco catiuos treze soldados Portugueses que ficaraõ da armada em que áquelas partes foy Joaõ Caiado se resgatareaõ por meio de Antonio de Sousa Godinho sem se descobrir que vinha por ele, e lhe deu a entender quanto lhe couinha ter paz com a-quele estado para o trato e commercio do seu Reyno, com que naõ somente largou os ditos soldados com suas fazendas, mas ainda ofereceo pagar as parias que denia dos anos atrás, e ordenaua de lhe mandar embaixador, o que tudo foy bem feito e ordenado, e vos emcomendo que procureis por conseruar o dito Cotta Maluco namizado do estado, e a Antonio de Sousa dareis de minha parte os agradecimentos do que nisto fez.

XXXIII. E asy me escreue que o commercio do porto grande de Bengala está prospero, e que o Rey da terra largaua aos Portuguezes dos direitos que pagauõ tres por cento para com mais vontade acodirem a ele, o que tambem vos emcomendo procureis que se conserue pela utilidade que delle poderá resultar a meu seruiço e vasallos, e isto mesmo vos emcomendo no que tocar a todos os tratos e commercios do estado.

XXXIV. E asy me diz que chegára á cidade de Goa hum galeão de Maluco, e por cartas que nele vieraõ soubera que ficaua a fortaleza de Tidore quieta, e pelo contrario a de Amboino de guerra com os vesinhos, e que receua que crecesem os trabalhos dela, e que tinha dado ordem a Francisco da Silua que hia entrar na fortaleza de Malaca a socorresse com gente e mantimentos, e posto que creio que com este socorro estaraõ estas cousas com diferente estado, e que as fortalezas que mais longe estiuerm de vós tereis mais presentes para lles acodirdes, vos emcomendo estas do Sul, e juntamente com elas todas as maes como se de cada huã delas vos tratasse em particular.

XXXV. Tambem me diz que depois que os moradores de Macão emtenderaõ que ele mandaua emprazar pera a India algũs inquietos e cabeças do bando daquela Ilha cesaraõ (posto que naõ de todo) as disenções publicas que entre eles avya, e que arreceaua que se remedeem difficulosamente, pelo que será muito meu seruiço emformardes uos do estado destas cousas, e applicardelhes o remedio que for mais conueniente e apressado de que me avissareis.

XXXVI. Taõbem me diz que por via de Manilha se soube que o tirano de Japaõ estaua algum tanto mais brando, e tinha dado licença aos Religiosos da Companhia pera tornar a levantar a igreja de Naõgasaqui e abitarem livremente naquelle porto, e que se esperaua que com a chegada do Visitador da Companhia a sua corte com o presente que por ele lhe mandaua restetuisse de todo estes Religiosos á liberdade que dantes tinhaõ

na conversão da gentildade daquelas partes, que seria de muito effeito pera este tão grande negocio, e asy será hem que por esta mesma via e por todas as outras proce-reis a redução deste tirano, e ponhaes nisto todo o cuidado, endustria, e bom modo, avisandome sempre de como nesta cristandade de Japão se procede.

XXVII. E asy me diz que hum Sebastião d'Aguiar que naquele estado me tinha servido dez annos de soldado é depois de capitaão fora a Ceilaão com Pero Lopes de Sousa por capitaão de hum nauio, e que na tomada das tranqueiras do Reyno de Candea pelejando com muito esforço acabou, e ficára sua may com duas filhas, e que lhe parecia que ela merecia por sua vertude e pelos ser- niços deste filho morto e de outro que audaun servindo, duas viagens de Goa pera Moçaõbique pera cassamento das ditas suas filhas, huã viagem a cada huã, e que a ela deuia eu fazer mercê de cem pardãos de tença cada anno em sua vida, e avendo eu respeito ao que me o dito Matias de Albuquerque asy escreue sobre isto, ey por bem de fazer estas merces á may e irmaãs do dito Bastião d' Aguiar, e que as tenhaes em segredo até que com o Arcebispo Dom Frei Aleixo vos informeis destes serviços, e parecendo a ambos que o despacho se lhe deue dar, se lhe dará, e de outra maneira naõ; avisarmeeys do que nisto fizerdes com as rezoês em que vos fun- dardes pera a publicação do despacho, ou pera a suspen- são dele, e avendo de aver logo effeito lhe pasareis portaria com declaração que lhe fiz estas merces em vinte e tres de Outubro do anno passado de nouenta e cinco.

Esta Instrução vay escrita em dez meas folhas com esta asinadas. por meu mandado em cada huã delas por Miguel de Moura, do meu concelho do estado, meu es- criuaõ da puridade, hum dos Governadores destes Rey- nos. Escrita em Lisboa a dous de Janeiro de M. D. no- uenta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que V. M. manda dar ao Conde da Vidigueira.—Pera V. Magestade ver toda.—2.ª via.

(Livreto 4. d. 717—5.ª via fl. 671)

205.

Eu ElRey faço saber aos que esta provissão virem que eu mandey fazer na Ilha de Mombaça da costa de Melindê huã fortaleza por assi cumprir a meu serviço pera segurança daquella costa, e dos nauios de meus vasalos que por ella nãuegaõ, e avendo eu respeito às muitas despesas que são feitas e comuem que sempre se fação na dita fortaleza pera conservação dela, e às muy grandes e continuas do estado da Índia pera que não basta o rendimento dele, ouue por meu serviço que se assentasse logo alfandega na dita fortaleza de Mombaça como a ha em outras fortalezas da Índia, pera do rendimento dela se poder suprir alguã parte das despesas ordinarias da dita fortaleza; pelo que ey por bem e mando que a dita alfandega aja effeito e se não extinga por nenhum caso, e se paguem nela os direitos de todas as fazendas que a ella vierem a rezaõ de seis por cento assi como se pagaõ em todas as mais alfandegas da Índia sem nisso aver duuida nem alteraçãõ alguã, e que o rendimento da dita alfandega se carregue em receita ao feitor da dita fortaleza pera ajuda e suprimento das ditas despesas como diço he. E mando ao meu Visso Rey e Governador das partes da Índia, que ora he e ao diante for, que cumpra e guarde esta minha prouissão, e a faça cumprir e guardar inteiramente como se nella contém, e valera como se fosse carta feita em meu nome e passada pela chancellaria, postõ que nor ela não passe sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, titulo xx. que o contrairio dispõe, a qual se registara nos liuros de minha fazenda e dos Contos de Goa, e assi nos liuros da dita alfandega. Ambrosio d'Aguilar

a fez em Lisboa a xx. de fevreiro de M. D. noventa e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Alvará per que Vossa Magestade á por bem que ha alfandega da fortaleza de Mombaça aja escito e se naõ extinga pera do rendimento dela se suprir alguã parte das despesas ordinarias da dita fortaleza, pela maneira acima declarada.—Pera V. Magestade ver.—2.ª via.

(Livro 1.º fl. 70—5.ª via fl. 74)

206.

Conde Almirante, Visso Rey, amigo. Mathias d'Albuquerque me escreueo que per cartas de Dom Pedro de Sousa capitaõ das fortalezas de Sofala e Moçaõbique soubera como ele estaua no rio de Cuama com perto de 80 soldados dos que leuara consigo pera lançar por força daquelas terras hum negro que perturbaua o comercio delas, pelo que vos emcomendo que quando passardes por aquela fortaleza de Moçaõbique saibaes ho estado em que está esta guerra e deixeis nisto a ordem do que se deue fazer, e naõ tomando vós Moçaõbique ordeneis nisto tanto que chegardes á Imdia o que virdes que mais conuem.

II. E assi me diz que mandou á fortaleza de Mombaça huã galeota grãde com socorro de dinheiro assy pera as despessas da fabrica, dele como pera prouimento dos soldados e officiaes e nauios darmada que nela, estão e tambem pedreiros e outros officiaes que della lhe pediraõ que tudo chegara a saluamento e soubera que a fortaleza de todo ficaua acabada de que tiue satisfação pela breuidade com que se fez em que diz que me tem bem seruido Mateus Mendez de Vasconcellos, e por ser esta fortaleza da importancia que se tem emtempido, vos emcomendo vos informels do estado em que estas pera nisto fazeis e que virdes que mais conuem

a meu seruiço, e do dito Mathias Mendez tereis lembrança pera ho ocupar e fauorecer, porque sou informado que tam talento e partes pera se fazer dele conta.

III. Tambem me escreue que ElRey de Melimde nos dias que lhe cabiaõ da somana vinha com sua gente fazer certos caminhos de pedra pera a fortaleza de Mombaça, e que entre elle e Mathens Memdez ouuera sempre amizade por cuja causa se acabara esta fortaleza em taõ breue tempo, e que ho hia subceder nela Antonio de Sousa Godinho de que se tinha satisfacaõ, pelo que vos emcomemdo vos informeis tambem de como esta prouida a costa de Melimde, e que naõ corremdo bem nisto Antonio de Sousa ou qualquer outra pessoa que nela achardes tenhaes muito respeito ao que comuem áquella costa naõ negamdo a satisfacaõ deuida aos prouidos, e este intento tereis sempre nos capitaes que emuiardes á dita fortaleza assi pela importancia dela como por ser plantada nouamente.

IV. E assi me diz que as cartas que mamdey escrever ho anno de 84 ao Emperador da Ethiopia lhe emuiara, e com ellas outras suas que ele mandara logo tresladar em sua lingua, e que como vira que naõ hiaõ os officiaes que pedio pera lhe fazerem espimgardas, e douradores naõ quizera tomar as cartas na maõ nostrandosse disso muito sentido, e que os annos atrás corria com estas cousas hum Luis de Memdomça, emcomendouos que vos informeis dos Religiosos da Companhia se corria bem com a Cristandade daquelas partes o dito Luis de Memdomça de que ha boa informacaõ pelo Comde de Santa Cruz e por outras vias, ou-se corre melhor com ella Amador da Costa de que trata Mathias d'Albuquerque pera conforme ao que achardes ordenardes nisto o que vos parecer mais util e conveniente a meu seruiço e beneficio daqueles desterrados, e aprouando vós com esta informacaõ antes a Luis de Memdomça o fauorecereis conforme a seu seruiço e merecimento, e lhe fareis dar a carta minha que irá nestas vias, e porque por sua via tme ho anno passado car-

tas dos ditos Cristãos per que entendi ho estado em que estaõ de que se queixaõ como vereis pelas mesmas cartas que pera isso vos entregará o Secretario Diogo Velho, e lhe escrevereis em resposta dellas e das mais que vos forem dadas no modo que vos bem parecer cõsollamdoos e animamdoos, e informaruoiseis se lhe foi dada huã carta minha que lhe escreui os annos passados, e com o Preste correreis per modo que ele se entenda e respõda á cartas que lhe foraõ dadas, porque antes disso não será rezaõ que lhe vaõ outras minhas.

V. E assi me escreue que tratou com os Religiosos da Companhia que mãdasem dous deles para curarem as almas dos que estaõ naquelas partes do Preste, que com muito gosto elegeraõ logo para se irem embarcar a Dio na momçaõ de Março que folguey de saber por ser esta materia da calidade que he, e vos emcomemdo que procureis de se abrir o caminho de Melimde para o Preste como já ho emcomendey a Mathias d'Albuquerque para esta Cristandade ser milhor prouida e se seguirem disso outros móres beneficcios, e que de minha parte deis agardecimentos ao Prouincial da Companhia do que nisto faz, e que quando ouuer necessidade de outros Religiosos faça o que eu delle comfo.

VI. Tambem me diz que nas naos de Meqa crega-raõ a Goa algũs Portugueses que os Turcos capti-naraõ na costa de Melimde, e lhe deraõ por nouas que naquelas partes não havia mais que duas galés arma-das velhas que ordinariamente residiaõ em Adem, e que ante os Turcos e Arabios avia deferemças e esta-naõ muito atribulados com as perdas que tiveraõ em Ungria, e porque sempre será de muito effeito emvia-remseme todas as nouas que ouuer daquelas partes, vos emcomendo procureis de as ter e mas estener todos hos annos, e de dardeis na India as que de sã Jenaes conta o Turco em Europa, e porque de huã car-ta que o dito Luis de Mendonça escreueo a Miguel de Moura, que tambem se vos dará com as outras dos

Cristãos do Preste entemdereis como ele tem intelligencia pera saber estas nouas, bem será que alem das outras vias que ordenareis pera as terdes certas emcarregueis tambem de minha parte disto ao dito Luis de Mendonça cuja petição mandarey ver e responder a ella antes da vossa partida como ho ouuer por bem.

VII. E posto que Mathias d'Albuquerque me diz que a fortaleza de Mascate está quieta, vola emcomemdo pela importancia dela, e que nunca vos quieteis em coussas que a mudança delas pode inquietar.

VIII. E assi me escreue que na fortaleza de Ormuz crecem cada dia mais queixas contra aquele Rey por respeito de seus descomcertos, e que se faltára a ordem que deu a Dom Jeronimo Mascarenhas quando foy emtrar nela de todo estiuera perdido aquelle Reyno; e porque tambem o mesmo Rey se tem queixado de Mathias d'Albuquerque, vos emcomemdo vos informeis de tudo o que toca o estas materias, e que ordeneis que não seja o dito Rey oprimido sem causa, e tambem vos informareis dos termos em que está a demanda que Coje Zoete trazia com ele, e procedereis nisto na forma em que o tenho mandado nas vias do anno passado de 95 que pera prouerdes no que tenho mandado nelas e nas dos annos atrás, tenho mandado que vejaes as ditas vias na India e leueis de cá hũa copia delas como entemdereis por outra Instrução minha.

IX. Tambem me escreue que ElRey de Lara mandara hum seu embaixador a Diogo Lopez Continho, Capitão de Ormuz, pera confirmar as pazes que tinha feitas com Dom Jeronimo, e que foraõ por ele confirmadas e apregoadas como he costume; emformar-noseis destas pazes, e sendo necessarias as acabareis e me enviareis a forma delas, tendo advertencia que quando nese estado se fezerem pazes com os Reis vizinhos dele me emvieis sempre a copia dos capitulos delas.

X. E assi me escreue que ho anno de 94 chegara á Cidade de Goa hum embaixador delRey da Persia,

e lhe mandara por elle huã carta sua de que me emuiaua o traslado nas vias, pelo qual se entendia que desejaua ter amizade com aquelle estado e emuiarme hum embaixador, e que o que fora a elle recebera com muita festa e o tratara com as omras devidas, e disse a algũs fidalguos que o fossem visitar como fizeraõ, e que leuaua outra embaixada ao Idalcaõ e ao Melique, e depois de fazer naquella corte mais detença do que elle quisea esperando licença pera passar a elle lhe foi concedida pesadamente e se aproueitou dos avissos do embaixador que tinha lá mandado e fora mi-lher recebido do que se cuidaua, e no cabo de tres meses fora respondido pouco contente segundo mostraua, e que a embaixada que dera ao dito Mathias d'Albuquerque hera da substancia da mesma carta fazendo grandes emcarecimentos da amizade que o Xá tinha comigo e desejos de a pôr por obra em coussas de meu seruiço, e que aos Reis vezinhos naõ mandara outra embaixada senaõ visitalos persuadindo ao Idalcaõ que naõ largasse a ley que seus antepassados guardaraõ, e posto que nas vias do anno passado naõ vieraõ as ditas cartas del Rey da Persia bem se entemde pelas de Mathias d'Albuquerque e por outras do Capitaõ de Ormuz que vieraõ por terra ho estado das coussas daquelle Rey em que cumpre tomarse o assento que comuem que será antes de vossa partida, e o que nisso ouuer por meu seruiço leuareis em outra Instruçãõ.

XL. Tambem me escreueo Mathias de Albuquerque que a sua embaixada ao Idalcaõ fora que se ajuntasse em amizade com ho Melique pera se defenderem do Magor, e pera que melhor viessem nisso lhe acrescenda- ra muitas rezoãs mostrandolhe o evidente perigo em que estauaõ de se perderem de todo se se naõ ligassem e fizessem poderosos contra o Magor, o que de vossa parte deueis ir persuadindo a hum Rey e a outro, e agora se poderá fazer isso melhor com o Melique pois saõ atten- tadas as pazes com elle conforme ao aviso de Mathias d'Albuquerque que veyo por terra.

XII. E tambem me diz que a fortaleza de Dio estiuera, ho anno atrás quieta, o que se deuia atrebuir mais á prudencia de Pero de Anhaya, capitaõ daquela fortaleza, que ha natureza dos Magores que he inquieta e arrogante, e que a tem sempre bem prouida de mantimentos, e moniçoës, que he o que mais importa á comseruação daquela fortaleza, que uos emcomemdo muy emcarecidamente pela importancia de que he, como o foy sempre em todos os tempos, quanto mais nestes mais perigosos que os passados temdo por vezinho imigo taõ poderoso, e porque tambem me diz que no que tocana ao commercio de Cambaya lhe pareceo mais meu seruiço correr em embarcaçoës de Baeanes que nas dos Portugueses pelo risco em que se pusseraõ muitas vezes de serem reteyndos naquele Reyno e tomado suas fazendas, vos emcomendo que procedaes tambem assi nesta materia naõ achando outra coussa taõ clara per que se deua fazer o contrario, de que me auissareis.

XIII. E assi me diz que hum capitaõ de Cambaya lhe escreuera que ho Equebar lhe entregara hum Armenio por nome Antonio porque querendoo elle casar com huã Armenia cristaã ho naõ quizera fazer, e se casara eom huã moura filha de hum Mogor, e que por aquello veria a vontade que ho Equebar tinha aos Portugueses, pelo que vós emcomendo que lamceis maõ desta occasiaõ e doultras semelhantes que se offerecerem pera as agradecerdes ao Mogor e com isso ho obrigardes a proseguir neste modo procedemdo com ele com as mesinas demonstraçõs, guiandoas todas ao fim do que com elas deveis preteinder.

XIV. Tambem me escreue o dito Mathias d'Albuquerque que teue aviso por via do Gasil de Ormuz que a instancia de Agis Coca mandára o Baxá de Judá pedir ao Turco lhe deixasse fazer cem galés pera passar á Imdia e a subjectar toda oferecemdo a maior parte da despesa, e que por estarem as coussas do Turco taõ abatidas lhe naõ deferio a nada, pelo que vos emcomendo tenhaes vigilancia com este Agis Coca visto o que se

diz dele, e ainda que não aja de fazer tanto como apregoa, muito menos disto poderá dar grande trabalho á Índia.

XV. E assi me diz que ho Equebar lhe escreveu algumas cartas e entre ellas huã que mandou por hum Armenio cristaõ, o qual lhe deu relação do poder deste Rey, e do estado de todas suas cousas descorrendo que ho prospero em que de presente estaud não duraria mais que em quanto ele viuesse, e que entre outras coussas que o dito Equebar pede he que lhe mande algũs homens letrados, e que se queixa de virem taõ cedo de lá os Religiosos da Companhia que Manoel de Sousa Coutinho sendo Governador lhe tinha mandado, e que por esta materia ser de consideração a tratára com alguns Prelados e Religiosos que foraõ de parecer lhe mandasse dous Religiosos letrados, e que o Provimcial da Companhia de Jesu hoferecera logo os seus com o mesmo zelo do serviço de Deos e meu com que deu os outros dous e hum leigo, que folgey muito de saber, e vos encomiendo que de minha parte ho agardeaeis ao dito Provimcial assi como atrás vos digo que o faeas pelos que deu pera ha Ethiopia, e que fauoreaeis estas coussas, e me aviseis sempre de effeito delas pela calidade de que saõ.

XVI. Tambem me diz que mandou á fortaleza de Damão dous capitaes com soldados pera imvernarem nela e estar mais prouida pera qualquer caso que sobreviesse, e que as obras daquela fortificação foraõ aquelle anno muito pouco avante. E em outra Instrução a que me remeto vos encomiendo esta fortificação.

XVII. Tambem me deu largamente conta do proedimento que se teue nos assaltos que se deraõ ao exercito do Melique que tinha em guarda da fortaleza do morro de Chaul, e de como se ella entrou por força de armas, alcançandosse huã victoria desopostumada, por que dey muitos graças a noso Senhor, recebendo esta Merce de sua, poderosa mão, e como esta istoria por dila de se imprimir por ser materia de tanta substancia e de tão impore

tante pera a comseruação daquele estado da Imdia, e vos emcomendo que a Cosmo de Laffettá que Mathias d' Albuquerque mandou por capitaõ mór daquela empresa, e a Diogo de Saa, capitaõ da fortaleza de Chaul, e a Fernão Rôdrigues de Saa seu primo, e a Dom Alvaro d' Abramches, e aos mais fidalgos e capitães que aly se acharaõ agradeçaes o que nesta guerra tem feito e eulhes mandou escreuer.

XVIII. Tambem me diz que vindo ter huã não do Melique muito rica á boca do rio Baty defronte de Caranjá, terras de Baçaim, que vinha de Meca, fora a ela Dom Alvaro d'Abramches que naquelas partes andaua por capitaõ mór de huã armada, e não deixára desembarcar os mouros dela e lhe pusera gardas, mas que os soldados da mesma armada e Joaõ Gomez d'Azeuedo, capitaõ de Baçaim, a sequearaõ, sobre que diz que tem mandado tirar devassa, emcomendouos que tanto que chegardes a vejaes, e vos informeis muito particularmente desta desordem pera se castigarem os culpados como merecerem não somente pela perda de tanta fazenda mas principalmente por se não guardar o seguro dado por Dom Alvaro ha mesma não, e ey esta materia por de muita consequencia pera exemplo de outras semelhantes.

XIX. E assi me escreue que parecendolhe antes que se tomasse o morro o tempo disposto pera assentar ha alfamdega em Chaul na forma em que lho eu tinha mandado, nomeara pera este negocio o Licenciado Alvaro de Moraes, Pronedormór dos defuntos, que entaõ seruia de Chanceler, que assentou a dita alfamdega, em que pudera aver alguã nouidade se não acudira a isso o Capitaõ Diogo de Saa a que ho agradecereis de minha parte, e que folguey de saber e de entender que sendo as pazes feitas com ho Melique depois não teraõ os moradores de Chaul já que dizer com as suas rezoës apparentes e em preiuzo da dita alfamdega cujo foral que me emuiou Mathias d'Albuquerque tenho mandado ver pera levardes a resolução do que ouuer por meu serviço que se nele faça.

XX. Tambem me diz que mandou ho Idalcaõ alguns capitães seus sobre os Reis e Senhores do Canará a instantia da Rainha de Batticalã, e que tomavaõ duas fortalezas no Gati se b' alienamento do irmão do dito Idalcaõ b' naõ obrigára aos mandar chamar, no que o dito Visso Rey fez o que lhe pareceo que cumpria a meu serviço, e vos emcomendo que com a informaçãõ deste caso procedaes tam bem nele como comuem, e assi no que toca á morte del Rey da Serra a que diz que subcedeo hum irmão, e me avisareis.

XXI. E assi me escreve que ho Samorim obrigado pela guerra que lhe fazia Dom Jeronimo d'Azevedo am-dando entaõ por capitãõ mór do Malauar tolhermolhe os mantimentos e commercio da pimenta trabalhara por fazer pazes com ho estado sobre as quaes mandara seus Regedores muitas vezes ao dito capitãõ mór pedimdo tempo pera entregar ha artelharia de Chalé e deribar a fortaleza de Cunhale, e lhe parecera mandar ordem ao dito Dom Jeronimo pera que naõ consentisse salarem-lhe em nenhum concerto com o Samorim se naõ promettese pôr logo por obra tudo aquilo que se obriga a fazer dando os refecõs e seguramça necessaria, com que o dito Samorim suspendera as diligencias que dantes fazia, pelo que vos emcomendo que conforme aos termos em que achardes esta pratica e com has consideraçoẽs que sempre se tiueraõ por importantes na paz ou guerra do Malauar procedaes nela, e nisto ey que vos digo tudo em materia em que ha muito que dizer.

XXII. E particularmente vos informareis se o dito Dom Jeronimo está livre da morte de sua mulher em que ho culparaõ, sobre que ho anno pasado escreui ao dito Visso Rey, e juntamente vos informareis do procedimento do dito Dom Jeronimo em meu serviço, por ser informado que tem continuado nele com muita satisfaçãõ, e de tudo me avisareis e ireis procedendo com ele conforme ao que achardes, separando a materia da justiça da outra do merecimento proprio, dando

a cada cousa o lugar que se lhe deue sem hñ perju-
dicar ha outra.

XXIII. Tambem me escreue que tem emcomendado
ao capitaõ de Ormuz que sem escandalo defenda que
naõ passem á India Venezeanos, Armenios, e outra gen-
te estrangeira, como lho tinha mandado, de que me
ouue por bem seruido, e vos emcomendo que nesta for-
ma procedaes nesta materia.

XXIV. E assi me diz que eu lhe mandey que sendo
costume darsse ao Bispo de Cochim huã fusta armada
á custa de minha fazenda pera nella mais seguramente
poder ir fazer as visitações de seu bispado se naõ dera
ao Bispo Dom Frey André porque té entaõ naõ fora
costume, mas somente o acompanhauão alguns navios
da armada quando os auia pera outro effeito, e posto
que diz que naõ deuo innouar nisto cousa alguã do
costumado, me pareceo deuernos mandar que todas as
vezes que os Bispos dese estado ounerem de ir visitar
seus bispados lhe deis segura embarcaçã pera esse effeito.

XXV. Tambem me escreue que tratou com theologos
e outras pessoas doctas sobre aver ou naõ misquitas de
mouras e ritos gentiliquos na fortaleza de Dio sobre o
que lhe pediu seus pareceres, e que quanto a ele lhe pa-
recia que se naõ deuia innouar nesta materia cousa
alguã com aquella gente por alguãs rezoões que sobre isso
aponta, e que no particular de estarem na mesma cida-
de misquitas e igrejas naõ tinhaõ nisso culpa os mouras
e gentios pelas rezoões que tambem sobre isso dá; e
por toda ser de muita consideraçã, vos emcomendo
trateis todas estas materias mui particularmente com o
Arcebispo Dom Frey Aleixo de Meneses tomando ambos
as informações necessarias sobre o que nelas mais con-
virá á quietaçã das terras, conservaçã do comercio, e
principalmente ao serviço de Deos e meu, e do que a
ambos parecer façaes huã relaçaõ por ambos assinada
que me enviareis por vias pera ha eu mandar ver, e vos
mandar escrever o que ouner por bem que sobre ella se

faça. (a) E até terdes reposta minha não inovareis nem consintireis inouar cousa alguma no estado em que atégora estiueraõ as ditas mesquitas.

XXVI. Tambem diz que ex the mamdey escreuer que bastaria darse a ElRey de Melimde a redizima dos direitos que se págarem na Ilha de Mombaça a minha fazenda, o que lhe parecia muito pouco pera se poder sustentar como ele o merece por alguãs rezoẽs que me apõntou, e que assy pede carta de irmandade que me pareceo deverlhe comceder se for já passada aos Reis antes dele, de que me informareis e tambem do que será bem que se lhe dê alem da redizima, e de tudo me avisareis, e porque tambem me pede lhe mande dar terras da outra banda da Ilha me pareceo deverlhe tambem conceder, e lhe dareis em meu nome aquelas que vos parecer precedendo todas as informações necessarias.

XXVII. Eu tenho informaçõ particular que muitos Religiosos da Companhia se interhetem na India não somente no governo e meneo de todas as cousas, mas em serem juizes interior e exteriormente antre os homens, e que algũs deles contra ordem do seu Provincial (que se tem por Relegioso de vertude e prudencia) deraõ pareceres secretamente a algũs moradores de Chaul que com boa comciencia podiaõ resistir ao hasentar da alfamdega e sonegar os direitos que a ela devesem em quanto a isso não dessem seu consentimento chamamdohe tributo nouo (e que já poderia ser que disso nacesse a pertinacia dos ditos moradores) e se dizia que o mesmo fezeiraõ em Baçaim e Tanaa com os que saquearaõ a não do Melique dando rezoẽs pera o dinheiro e mercadorias dela não pertencer a minha fazenda, e que se podiaõ entregar nisto da perda que todos tivessem recebido na guerra sem incorrer nas excomunhoẽs que o Bispo de Cochim passou a requerimento do Procurador da Coroa,

(a) As palavras seguintes deste Capitulo são postas por outra letra, e depois de concluida a carta, em ambas as vias que della restam.

e que foy isto cauza da minha fazenda receber hũa grande perda, porque não appareceo cassi nada da riqueza daquela não que se afirma ser muita; e tambem entendi pela dita informaçãõ particular que algũs dos ditos Religiosos sustentauãõ que a artilheria e moniçoẽs que se tomaraõ na fortaleza do morro de Chaul não pertenciaõ a minha fazenda, nem a excomunhaõ comprehendia aos que tinhaõ estas cousas em si, por onde as que se cobraraõ por meus officiaes foraõ com força e rigor de justiça, e que de tudo isto não somente resultaua a perda presente mas a que sempre poderia aver no futuro, e a outra maior de andarem os homens errados á sombra desta opiniaõ e o escandalo que se daua a outras Religioens e a homens letrados que as entemdiaõ; materia foi esta de que me espantey e a não crera se a via per que tiue esta informaçãõ não fora tal que parece que se não pode duuidar dela, e posto que me foy apontado manddar avissar disso ao Geral da Companhia que reside em Roma pera elle prouer no casso com o rigor que ele pede, me pareceo ter nisso porora outro modo por se comseruar a boa reputaçãõ dos ditos Religiosos, e así vos emcomemdo muito que tanto que embora chegardes á India vos informeis particularmente desta materia com tento e resguardo sem se entemder que ha imquiris, comunicamdo a com ho Arcebispo de Goa, e depois de ambos a tratardes, com ter noticia do que nela passa, em que ele tambem por sua parte fará deligencia, chamareis o Provincial da Companhia sendo ho Arcebispo tambem presente, e lhe referireis o que neste Capitulo vos digo, ou lho lereis, e que eu confio dele que ele dará tal ordem á ememda e castiguo deste tão descuidado e imprudente caso, que não aja mais esta culpa se nele a ouue, e seus subditos tratem soamente do ministerio que está á sua conta, e não se intermetaõ em outros diferentes em que não comuem que eles entemdaõ, nem como Religiosos nem como prudentes; e na carta que mando escreuer ao dito Provincial lhe toquo algũa cousa disto remetem. dome a vós; e bom será que ho advirtaes na merce que

faço á Companhia em escusar por ora que o seu Geral soubese destas cousas querendo eu antes o remedio e castigo delas por uia d'elle Provincial. Escrita em Lisboa a 29 de Janeiro de 1596

E esta Instrução vay escrita em oito meas folhas com esta asinadas em cada huã por Miguel de Moura, meu escripturaõ da puridade, do meu conselho do estado, hum dos Guouernadores destes Reynos. E eu o Secretario Diogo Velhoa fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que Vossa Magestade manda dar ao Conde Almirante que ora emuia por VissoRey da India.—Pera Vossa Magestade ver.—2.ª via.

(Livro 4.º fl. 697—5.ª via fl. 627)

207.

Conde Almirante, Vissorrey, amigo. Pellas uias que vieraõ da India o anno pasado de 95 emtendi por cartas do Visorrey Matias d'Albuquerque e por outras de alguãs pessoas particullares, o estado da conquista de Ceillaõ que antes da morte de Pero Lopez de Sousa que a ella emuiou o dito Vissorrey se pôs em estado de que se esperaua que se acabasse com isso os grandes trabalhos e naõ menores despesas que ha tantos annos que esta impresa tem dado ao estado da India, e posto que com a morte do dito Pero Lopez e dos fidalgos e soldados que ally foraõ mortos e catyues tornou a dita impresa atrás, se cuidaua que com o socorro que lhe tinha mandado o Visorrey com Dom Jeronimo d'Azenedo se melhorasse como se pretendia, e nestes terminos ficaua á partida das náas, e depois tiue cartas do dito Visorrey feitas em feuerreiro que uieraõ por terra com muito melhores nouas das ultimas, e com esperanças bem fundadas de naõ somente se restituir

perdido, mas de se ganhar o desejado, de que recebi tanto contentamento como foi o desprazer do acontecimento contrairo.

II. He taõ grande esta materia de Ceillaõ pella calidade e sustancia della, e pella importancia das circumstancias que tem, que me pareceo trataruos della somente nesta Instruçãõ particollar, e pera uolla encarecer ha muitas rezoẽs, e basta aquella geral e antiga, entendida e praticada sempre dos experimentados na India que chegaraõ a dizer que se ella em algum tempo se perdesse, que de Ceillaõ se podia tornar a cobrar, pello lugar em que está, e abundancia, e fertilidade de tudo o necessario, e riquezas da propia terra. Tambem la antre esta e outras rezõs de presente aquella que muito obriga do direito que minha Coroa tem naquelle Reino pella renunciação e doaçaõ feita a ella por Dom Joaõ Rey de Ceillaõ com tanta solemnidade que a mandey lançar na minha torre do tombo onde está; e sopostas todas estas consideraçoẽs e rezoẽs de muito mais força que quaesquer outras que possa aver em contrairo (de que naõ sei nhuã senaõ as que me apresentastes que vy cren-do que saõ do zello devido a meu serviço da maneira que cada hum he obrigado a me lembrar o que entende quando lho pregunto, e a fazer depois inteiramente o que por mim lhe for mandado) vos encomendo e mando que prosigaes a dita empreza e conquista, se já naõ for acabada, fazendo niso tanto de vosa parte que veja eu e seja notorio a todos que qanto menos fostes desta opiniaõ, tanto mais uos empregaes nesta materia sem nunca a interpretardes em cousa alguã diferentemente do que por esta Instruçãõ vollo mando expresamente como tambem particularmente vollo mandey dizer em Madrid de palaura nesta mesma conformidade, e com a obra ser esta naõ vos desobrigo de me escreuerdes o que se uos oferecer inda que naõ seja nesta conformidade, e espero que me mandeis taõ boas novas do que achardes feito e fordes fazendo que naõ seja necesario tratar-se de mais que da conceruação do ganhado e dar-

nosey os agradecimentos disto. Escritta em Lisboa ao primeiro de Março de 596. E en o Secretario Diogo Velao a fíz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Instrução particular e expreça que leua o Conde Almirante sobre a conquista e empreza de Ceillaõ.—Pera Vossa Magestade ver.—5.ª via.

(Livro 4.º fl. 637)

208.

Conde Almirante, Vyssorey, amigo. A empreza do Dachein he huã das mais importantes coussas do estado da India, e que mór cuidado tem dado nelle depois que aquele imigo começou a crescer em poder nas partes do sul, e sempre se tratou de como esta conquista se poderia fazer, e com este intento ordenou o Senhor Rey Dom Sebastião, meu sobrinho, que Deos tem, de separar o gouerno da India com dous Governadores, hum em Goa e outro em Malaca; coussa que se principiou e não ouue effeito, nem vollo digo senão pera encarecimento do caso prese te, cujo effeito parece que depende mais de boas occassioẽs, que não faltaõ quando se não deixaõ passar, que de apercebimentos grandes que se acabaõ de fazer tarde, e não são nunca com tanto segredo que se não aperceba primeiro o imigo que delles se pode temer. Isto que nos tempos passados não pode ser parece que nos presentes se vay facilitando segundo as nouas que per cartas do Vissorey Matias de Albuquerque, asy as que vieraõ nas náos do anno passado como depois por terra, tiua do Dachein por que se entende quam disposta está aquella terra para se emprehender o que tanto ha que se deseja e procura, e que tinha feito paz com Malaca, e se mostrava amigo do estado, a que deu bom principio a intelligencia que com ele teue Pero Lopez de Sousa sendo capitão de Mal-

laca; e não deuem de encontrar as pazes a conquista, porque asy como os mouros são pouco firmes nellas senão somente em quanto lhe vem bem comprillas, asy não conuem que da parte de meus ministros se lhe dê nellas mais segurança que a necessaria pera sem escrupullo de injustiça se proceder com elles no modo que mais cumprir a meu serviço, e fazendosse isto asy não serão as pazes de impedimento para a empresa, antes proveitosas pera ella, e no tempo que durarem se poderão por meio dellas saber muitas coussas de importancia pera o mesmo effeito. Entendido cuido que tereis deste breue discurso minha tenção e vontade que he pôruos em obrigação de que os trabalhos e cuidados do norte vos não deuittaõ para deixardes de os repartir com as coussas do sul, trazendo sempre os olhos no Dachim, aproveitandoos das occasiões presentes que ainda se podem despôr milhor para o futuro, como espero em nosso Senhor que seja, e o tem agora mostrado em Ceilaõ e Chaul; e não ha mais que vos dizer nisto senão lembraruos o pera que vos mando á India, e o que deueis a esta minha confiança que de vós faço para responderdes em tudo a ella como de vós espero.

II. Em outra Instrução vos trato da materia da fortificação de Cochim que na tantos annos que se se deseja cercar, que já o intentou o Governador Dom Amrrique de Menesses que succedeo na governança da India ao Conde Almirante vosso visseuõ, que Deos perdoe, mas não deraõ os tempos poderse depois pôr isto em effeito, e com este intento mandey o anno passado por Veedor da fazenda de Cochim o Licenciado Francisco de Frias, que por ser aceito a El Rey de Cochim me pareceo que o poderia encaminhar a se acabar de persuadir a consentir nesta fortificação, como creio que o terá feito, inda que pelas suas cartas (que vieraõ o anno passado a que agora lhe mando responder) se mostra queixoso e desconfiado desta preposta que já lhe era feita, mas por cima de tudo isto parece que se váy chegando a hora

de aver effeito coussa que tanto se tem procrizado, por-
que por huã carta de Dom Antonio de Noronha, capi-
taõ de Cochim, que trazia no sobrescrito que me fosse
dada em minha mãõ, soube que elle entendera do
Principe de Cochim que nisso lhe falou em segredo
perante Jorge de Crasto da Companhia, Reitor da Casa
de Vaypimcotta, quanto desseiaua que esta fortificação
se fizesse, e que de sua parte a procuraria todo o possivel,
asegurandolhe que quando descubertamente o pudesse
pôr em effeito não faltaria, o que logo não fazia por
não parecer a ElRey seu irmão que elle o contra-
riava na sua opiniaõ, com que se não alcançaria
iaõ facilmente o que se pretendia, apontando mais
Dom Antonio que eu deuia de mandar agradecimentos
disto ao Principe por minha carta e que elle corresse
com elle neste negocio, e sendo falecido se cometesse
ao dito Religioso Jorge de Crasto; e de tudo isto se co-
lhe que conuem procederse neste particullar da pratica
que o Principe de Cochim teve com Dom Antonio de
Noronha com o segredo que o mesmo Principe quer que
lhe tenhaõ do que promete fazer; e porque aprovo o
que Dom Antonio nisto aponta, escrevo ao Principe e
aos ditos Dom Antonio e Jorge de Crasto as cartas que
pera elles vos seraõ entregues com esta Instrucaõ, que
saõ breues, remetidas ambos a vós, e vos encomendo que
tanto que embora chegardes á India mandeis chamar a
Goa o dito Dom Antonio (se vos parecer pellos termos em
que achardes esta materia que asy conuem, e que este não
fará falta de consideraçãõ com sua ausencia), e ou de
palavra ou por escrito sabereis dele tudo o de que for
necessario que vos inteireis, e com sua emformaçãõ e pa-
reçer lhe dareis a ordem do que cumpre que faça, dan-
dolhe a minha carta para o Principe e as outras duas pera
ele e Jorge de Crasto, com o qual tratareis a materia
sendo Dom Antonio falecido, ou sendo mais convinien-
te vir ambos a vós o dito Jorge de Crasto pelo qual lhe
podereis comunicar o que for necessario, e sabereis del-
les se pera esta effeito se poder melhor conseguir será ne-

cessario ou não communicarse com Francisco de Frias o que se tem passado com o Principe, e se folgará elle com isso; e procedereis neste ponto conformandouos com ambas estas considerações de se fazer bom negocio e se guardar o segredo alheio, e em caso que se elle não possa nem dena comunicar a Francisco de Frias, ordenareis que elle por sua via corra com ElRey de Cochim conforme á ordem que de cá leuou e lhe derdes como mais virdes que conuém a meu serviço; e he esta 'materia tão grande que asi como nella vos pudera dizer muito, basta também o que nella vos pode ser presente pera a averdes por quam encomendada he rezaõ que a tenhaes; e asi hũa só cousa vos direy que tanto que se tirar o impedimento de ElRey de Cochim para com sua vontade se fazer esta obra, não será rezaõ que daquelle dia em diante ella se dillate hum só mais por nhum caso que seja, porque o seu umor variauel lhe poderia fazer depois mudar a vontade se onuesse vagar 'nesta obra, para a qual não deue faltar dinheiro, nem em tal caso como este tão importante e precisso se pode dar nem aceitar esta desculpa, e me aviesareis muito particularmente do que em tudo isto fizerdes, e também escreuo a Francisco de Frias remetendome em tudo a vós.

III. E posto que em outra Instrução vos digo como ouue por bem que o officio de Corrector mór da alfandega de Cochim ouuesse effeito em Fernão Rodrigues de Mariz que nele está prouido, por cima de ElRey de Cochim me pedir com muita instancia o contrario, me torna a parecer que lhe deuo fazer a merce que uisto me pede se entenderdes que asi conuém para se elle quietar e que seria isto parte para com as mais que de mim recebe se persuadir melhor da fortificação; e inda que da carta que lhe escreuo possa entender que o escusso desta pretensão do officio, não deixa por isso de ficar asy mais accommodada a resposta ou para se lhe negar o requerimento fundado em justiça sem ter queixã de vós, ou para lho concederdes da minha parte quando así vos parecer como acima vello digo, mostrando-lhe como de-

pois de feita a minha carta para elle o ouue asy por bem, que he o que, nisto passa, e em caso que Fernão Rodrigues de Mariz não fique com o officio de Corretor-mór e se lhe deya por isso satisfação delle lhe dareis iquivalents no modo que vos milhor parecer, de que me avisareis.

IV. Ao Principe de Cochim mandareis pelo dito Dom Antonio ou Jorge de Crasto hum recado muito formal na sustancia da minha carta para elle conformandouos com o meu umor.

V. A Dom Antonio avnado respeito a seus serviços e idade e taõham ao que tem feito, espero que fua nesta occasiã ouve por bem de lhe fazer a merce que se vos committará como me resolves nella antes da vossa partida para lhe vós darídes este despacho.

VI. Em huã das Instruções que leuaes onde vos trato de El-Rey da Persia vos digo que o que mais nesta materia expresse por bem volo mandaria declarar em outra Instrução como agora será nesta. Eu quissera enviar hum embaixador aquelle Rey que fosse deste Reino com minhas cartas e recados, como já foi outro em tempo do Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que Deos tem, depois da batalha naval e victoria que no anno de 71 se ouue contra o Turco, e en lhe escreui entã pelo dito embaixador que leuou taõhem breves do Papa Rio quinto para o mesmo Rey da Persia, e com os bons successos que por esta parte de Europa se ouuefã contra o Turco que em Asia se terã sabido occasiã he grande para se fhaetem aoms officios com este Rey exortandoo e animandoo a se elle esforçar mais a apartar o Turco por aquella parte em que confina colã seus estados, mas parece-me milhor deixar em vossa eleição a dexte embaixador para que deveis escolher pessoa de qualidade e partes vello e praticando se deue ver. D'algo como o que mandou o Senhor Rey meu sobrinho, nã entra pessoa de talento e capaz para representar bem este officio e o saber fazer milhor, espor elle lhe mandareis as minhas

cartas e outras vossas que respondeão ás que escreueo a Matias de Albuquerque cujas copias soube que vieraõ depois de feita a outra Instruçãõ em que vos digo que não sabia que fossem vindas, e ao dito embaixador dareis Instruçãõ do que hade fazer que será tudo encaminhado ao intento que entenderéis deste Capitullo e de tudo o mais que nesta materia vos mandar dar em qualquer outra Instruçãõ antes de vossa partida.

VII. Sobre a materia da pimenta (que conserve em sy muitas coussas, compra, guarda, e cabedal dela para se aver da bondade que conuém e estar prestes ao tempo necessario para se carregar sem esperarem as náos por ella) mandey dar hũa Instruçãõ particular ao Vissorrey Dom Duarte de Menesses vosso sogro, que Deos perdoe, e depois outra ao Vissorrey Matias de Albuquerque, e vemdo eu agora as copias delas para o que sobre isso vos ounerse de mandar, entendi que muitas das cousas apontadas na dita Instruçãõ (que taõbem se vio pello meo Governadores destes Reinos sendo vós presente) se tinhaõ alterado em outro modo, e asy me pareceo que deuia de reduzir esta materia á sustancia dela que he encomendaruolla taõ particularmente como ella per sy mesma o mostra e conforme ao que sobre isto vos digo em outra Instruçãõ taõ breuemente como nesta o faço, e para vos tornardes a inteirar do que já vistes na dita Instruçãõ que leuou Matias de Albuquerque, vos será com esta dada a copia dela pello Secretario Diogo Velho.

VIII. Nos Regimentos particulares que vós e os capitães destas náos em que his leuaes para a viagem alea dos Regimentos ordinarios dela se contem que no que toca a tomarem Santa Helena, ou não, segnirão a ordem que lhe derdes da minha parte per Instruçõs asynadas por vós e feitas pello Secretario do estado, entendendo-se isto taõbem com o Vissorrey Matias de Albuquerque ou com a pessoa que vier por capitão mór das ditas náos, e inda que as ditas Instruçõs sejaõ particullares ou por mais ou men seruiço deysaristo para se vossas, e não se suber logo aqui o que nisto ordene, pelo que vos encomen-

do que tenhaes cuidado de dar a dita instrucção a todos os capitães das ditas náos entrando taõdem nisso o dito Matias de Albuquerque ou quem vier por capitão mór dellas, como dito he, na qual lhe direis da minha parte que eu ey por meu serviço e mando que elles tomem Santa Helena demandando esta Ilha com o apercebimento com que pelas ditas Instruções lhes mando que venhaõ depois de passarem o Cabo de Boa Esperança, e que na dita Ilha esperem huã náos por outras até todo o mes de Mayo, e que daly em diante fação sua viagem conforme a dita minha Instrucção vindo todas as que se aly acharem juntas, e os ditos capitães daraõ seus conhecimentos ao pé das copias das ditas vossas Instruções de como lhe foraõ entregues, os quaes conhecimentos me enuiareis com as vias em todas as náos, em cada huã o conhecimento do capitão della.

IX. Da fortaleza do morro de Chaul conuem tratar-se se se deve conservar, ou não, e posto que Matias de Albuquerque me não escreva sobre este ponto nada, que creio seria pollo aver por materia clara, bem quisera que ainda por isso o fizera, e não sendo ella pera ficar em duvidas me pareceo mandarlhos o que nisso ey por meu serviço, que he fortificar-se aquella fortaleza que se tomou aos inimigos, e aver nella sempre capitão, soldados, e bombardeiros, sobreordenado o dito capitão ao de Chaul, a cuja conta ficaraõ as menagens dambas as fortalezas dandolha a elle o capitão de Morro conforme a clausula dos pleitos e menagens que me fazem a mim, e creio que asy appareis feito isto quando chegardes; mas em caso que asy não seja o ordenareis nesta forma e modo fazendosse muito fundamento da fortificação do dito morro, pois della se pode defender a barra e offender a cidade a que fica por padrasto, que he rezaõ concludente para o que nisto mando que se faça; e não falta quem diga com experiencia de muitos annos da India encarecendo isto que avendose de derrubar a dita fortaleza do morro ou a da cidade, que a do morro he a que precede.

X. A este preposallo de fortificação vindo qu

cessario he fazeremse com toda a consideração as do es-
tado da India tendo por fronteiras amigos tão poderosos me
parece que sempre se tem muito que se equiparar na In-
dia hum engenheiro e fortificador muito pratico e ex-
perimentado nesta profissão, e mandado para isso bus-
car a Italia ou aonde o buner de mais talento, como se
fará para se vos poder enviar, e os haão quei ver se nem
quanto de qua não fôr suspendereis a vida do enge-
nheiro João Baptista Cairato posto de qua, haeis pessoa
que o possa ajudar nisto, pois não pode ser logo a que
se pretende; e porque o mthor João Baptista ha annos
que serve será rezão que ou elle faça merço, ou que
folgue mais de ficar até elle ir successor, e da qual eu ou-
ver por bem letrareis recado para lhe dades resposta
e lho dizeades da minha parte que me agorey por seruido
de elle continuar com o que até agora tem feito por pouco
tempo mais.

XI. Eu tenho asentado por alguns respositos do mtho
meu serviço, importantes, e necessarios á conservação
do tratto e comercio da India em Beneficilio dos meus vas-
sallos naturaes desta Coroa que se evite e extinga de todo
o tratto que comecou aver das Portuguezes com o dito es-
tado da India, como ja o mandey de annos passados per
minhas promissões feitas pela Coroa de Castella e agora
de nouo mando passar outras pela mesma via para se
comprenta in o rigor que em tal caso com as
quaes tráo por vias em touas as circumstancias, e ha de
las vos sera entregue com esta Instrução, e comendados
muito encarecidamente que fazeis ter grande vigilancia
para que da parte dos Portuguezes se cumpram oia de-
seja inteiramente, e me avisareis no que mais fazem
os Castelhanos para em tudo se proceder como tambem
a meu serviço.

Esta Instrução vai escrita em cinco meos folhas
com esta asynada. Ao pé de cada hum por Miguel
de Moura, meu escrivão da puridade do meu con-
selho de estado hum dos Governadores de El Rey.

Escrita em Lisboa a sete de março de 596. E eu o Secretário Diogo Velho a fiz escrever.

XII. E das victorias que se houerom contra o Turco em Ungria se vos dará hũa Relação, a qual na India fareis tralluzir em lingua da Persia, e a entregareis ao Embaixador que houerdes de enuiar áquelle Reino para que a possa lá mostrar. (a)

REY,

Miguel de Moura.

Instrução particular que Vossa Magestade manda dar ao Conde Almirante Visorrey da India sobre algumas materias importantes dela. — Para Vossa Magestade ver toda. — 2.ª via.

(Livro 4.º fl. 731 — 5.ª via fl. 617)

209.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Por ser informado que se tinha lanchado muita moeda de Xarafins na Cidade de Goa com muita ligã, mandey nas vias dos annos passados que se não faturasse mais, e ultimamente ao Visorrey Mathias de Albuquerque que ordenasse o mais conveniente meo que pudesse hauer para de todo se extinguirem estes Xarafins; e hora me escreue a cidade de Goa que por se entender que se devia recolher todos por conta de minha fazenda e ficar com ella a perda que nelles houvesse se não acabara de temer assento nesta materia, e porque conuem fundirse com a consideração que ella pede, vos encomendo que volto ás rezões que ha para não ficar esta perda com minha fazenda, e assi ouidas as da Cidade torneis resolução neste negocio, e per nenhum caso o talant que se lancha mais esta moeda posto que de todo se não extinga, e entenda a cidade, e geralmente toda a povoação que nisto agora de nouo vos mando pelle escandalo e perda comum que toca a todos.

(a) Esta Relação não apparece.

II. E assi me diz a mesma Cidade que por respeito da muita copia de homens da nação que ha naquelle estado não podem usar de seus commercios tão liuremente como dantes fazião, pediudome que os mandasse embarcar pera este Reyno conforme a prouisaõ que sobre isso manday passar nos annos passados, e porque por rezaõ dos contratos que se fazem neste Reyno para essas partes e por outras cousas de meu serviço não conuem mandallos vir pera este Reyno tão geralmente, senão somente aquelles que se entender que são prejudiciaes a meu serviço, encomendouos que os não façaes embarcar a todos geralmente, mas quando entenderdes que ha alguns prejudiciaes, e que conuem a serviço de Deus e meu mandallos pera o Reyno, o tratareis com o Arcebispo de Goa e com os Inquisidores, e se parecer a todos que deuem ser embareados os que assi forem prejudiciaes, os obrigareis a isto, e doutra maneira não.

III. E assi me dizem que o Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho (que Deus tem) mandara tomar determinação na forma em que deusão correr os arrandamentos de minhas rendas nesse estado, e que está o feito disto concluido em mão do Licenciado Antonio Fernandez Masciel, Juiz dos feitos, pello que vos encomendo vos informeis destes autos, e façaes tomar nelles determinação em Relação, e a sentença que neste caso se der antes de se pôr ao processo nem de se publicar me enviareis em copia assinada pellos Juizes todos para eu a ver e mandar nisso o que for serviço.

IV. Tambem dizem que os cargos de escomenda dos horfaõs daquella cidade foram sempre providos pella Camera della, e que de alguns annos a esta parte se provêm pellos Viso Reis daquelle estado; pello que vos encomendo que muito particularmente vos informeis das rezões que a cidade tinha para prover estes cargos, e das que houve pera o não fazerem de tantos annos a esta parte, para que com a informação que disto fizerdes e me enviardes mandar responder a cidade como for meu serviço.

V. Tambem me escrevem que por a prisão da fortaleza ser apertada e doentia entendem que será bem comum daquelle cidade fazeresse hum tronquo nella como o ha na cidade de Lisboa pera os presos da obrigação da mesma cidade, a que me não pareceo de uelhe deferir sem primeiro ter informaçã vossa, e communicardes isto na Relação dessa cidade, de que me avisareis, e achando que nisto não pode haver duvida, e que em todo caso se deue fazer, se porá em effeito.

VI. E porque tambem me escrevem que ElRey Dom Mandoel men senhor e avô (que Deus tem) lhe concedera que todos os casados da mesma cidade vencessem soldos como fronteiros, e por hauer muitos annes que se quebrou e extinguiu este privilegio, lhe passauão os VisoReis daquelle estado prouisoões pera os que seruiem na Camara da mesma cidade vencessem soldo no tempo em que servissem, o que hora encontrava o nouo regimento da matricula; vendo o que sobre isso me dizem, hey por bem que estas pessoas no tempo em que somente servirem hajaõ este soldo em quanto o eu houuer por bem, e não mandar o contrario.

VII. E assi me dizem que o VisoRey Mathias d'Albuquerque com o parecer de algũs fidalgos e pessoas d'esse estado intentara cercar-se a mesma cidade sem se acabar a fortificação se que vay fazendo na Ilha, e por ser de muita importancia escolher-se o melhor disto, se não fará nesta materia novidade algũ sem primeiro vos informardes muito particularmente se acabandosse de fortificar e cercar a Ilha de Goa em que já está tanto feito como me escrevem, deuo mandar cercar a mesma cidade, ou se se deue escusar, de que me avisareis muito particularmente com as rezoões que houuer por hũ e outra parte, com hum debuxo de tudo pera vos mandar sobre esta materia o que houuer por bem que se faça, e entretanto se não leuantará mãõ da fortificação que se vay fazendo tendo nella respeito a que se não faça cousa que depote se haja de desfazer.

VIII. Tambem me escrevem que a mesma cidade

fez uma casa grande por cima dos açougues com fundamento de poder servir de Vereação, e me pedem, mande-nos desembargadores dessa Relação fazeão nollas audiencias de sua obrigação que atégora fizeram em suas casas, e por ser materia nova, vos encomendo a pratiqueis com pessoas que o entendão; e me aniseis se coñtem conceder-lhe isto que pedem, pera com vossa informação lhe mandar responder, e parecendo-vos isto necessario, e que não he materia de duvida alguma a fazeis pôr em effecto.

IX. E assim me pedem fazei mercede a hum Pero de Oliveira cidadão da mesma cidade que dizem que tem bem servido, e que por não ter possibilidade não pode atégora apresentar os papéis de seus serviços, que vos encomendo que vejaes na forma, e modo que vos tenho ordenado que tomeis conhecimento de semelhantes petições com as pessoas com que as haueis de praticar, e me aniseis do que vos parecer.

X. El Rey de Cochim me escreve sobre suas petições e requerimentos que já tinha remetido ao Viso Rey Mathias d'Albuquerque, e a que já lhe tem dado algumas repostas; e porque não ha rezaõ que me resolua nas cousas daquelle estado sem primeira se tratarem com os Viso Reis della, lhe mando hora que acuda a vós, e vos encomendo vos informeis se tem repostas nas cousas que hora o dito Rey requiere, e as em que a não tiver nem honrés ordem nas vias dos annos passados pera se lhe dar, as vejaes e me informeis com vesso parecer pera lhe mandar responder como honrer por meu serviço; e d'vades tratando com bom modo pera que elle se quiète, e para vos poderdes conformar com o que lhe escreto abtirezis hũa das cinco vias das minhas cartas pera elle, e do que nollas lhe digo sobre a fortificação de Cochim vos tratarei em outra instrução.

XI. E porque me pede mando despachar a hum Francisco da Costa e Mathews Vaz naturaes da Sanct Thomé, vereis suas petições pelo modo acima dito, e me anisareis do que parecer, não tratando do habito que

pede pera o dito Matheus Vaz, por não ser conveniente conceder-lhe, de que o fareis capaz. (a).

XII. E porque diz que ElRey Dom Sebastião meu sobrinho, (que Deus tem) mandou que se pagassem a Santopá e outros bramenes, huns treze mil e trezentos Xarafins que lhe eraõ devidos de roupas que lhe foraõ tomadas, e por atégora lhes não ser feito pagamento, me pedia lho quizesse mandar fazer; encomendouos que constandouos que he esta dívida liquida, lhe façaes fazer pagamento della no melhor modo que puder ser, e a este preposito me pareceo dizeruos que em materia de pagamentos, quando se não poderem fazer todos, deis precedencia aos de mais obrigação.

XIII. Por ser informado que os moradores da cidade de Damaõ pagavaõ huã certa pensaõ das terras daquella fortaleza a Ramo de Rana, Rey de Sarceta. Lho mandei esgarhar, e por huã carta que tine sua nas vias do anno passado, me escrevem as causas porque lhe pagaõ a dita pensaõ, de que lhe mando lora escrever vos dem conta pera neste caso verdes o que se deve fazer nesta materia, e assi lhe mandey que volla dessem da queixa que me fazem de lhe não ser acabado de pagar o dinheiro por que se vendeo huã viagem da China de que lhe fiz merce pera a fortificação daquella fortaleza de Damaõ, e assi destas cousas como de outras de que vos daraõ conta, vos encomendo lhe façaes fazer justiça e rezaõ no que a ti merem. E será rezão que a cidade de Goa, e ElRey de Cochim, e a de Damaõ, de que vos trato nesta Instruçã, scribaõ particularmente de vós como vos encomendo estes negocios sobre que me escreverom; e o mesmo modo tereis em semelhantes cousas ainda que vollo não diga nas Instruçõs ou cartas em que vos falar nellas. Escrita em Aranjuez a 8 de março 1596.

REY

(a) Assim se lê em ambas as vias, que restam, desta Instruçã.

Pera o Conde VisoRey sobre requerimentos da cidade de Goa, e d'ElRey de Cochim, e da cidade de Damão.—Pera Vossa Magestade ver—2.^a via.

(Livro 3.^o fl. 709.—5.^a via fl. 663).

210.

Conde Almirante, VissoRey, amigo. Por ter alguãs informações de pessoas de experiemcia da India des incomuenientes que resultauão ao bem dos resgates de Çofala e Rios de Cuama, e á comseruação dos mesmos resgates de se terem abertos e serem comuns como o eu tinha mamdade no anno de 93, e ser materia de mui-ta comsideraçã, me pareceo ho anno passado de 95 mamdar acudir a ella com o remedio que pedia, e vemdosse e examinamdosse as caussas que me moueraõ pera mamdar abrir estes resgates, e as que de nono me forã apresentadas pera os tornar a mamdar cerrar, e correrem como dantes, mamdey passar huã provissão feita a 7 de março do dito anno per que deroguey outra feita ao ultimo de março de 93, e mamdey que se cerrassem, e contratassem os ditos resgates com os capitaes prouidos das fortalezas de Çofala e Maçaõbique pagamdo eles á sua custa as ordinarias daquelas fortalezas, e damdo mais a minha fazenda huã contia certa de dinheiro que parecese justo ao meu VissoRey, pera o que me pareceo darlhe na mesma prouisaõ comissaõ que o pudese assi fazer e contratar com os capitaes que fossem entrar nestas fortalezas pello preço que lhe parecesse justo, como mais largamente vereis pella dita provissão, e como por ella ouue por bem reuogar a que tinha passado pera se abrirem os ditos resgates; pelo que vos emcomemdo é mamdo que façaes inteiramente cumprir a de que neste Capitulo vos trato feita a 7 de Março do anno passado de 95, e me escreuaes o que hos ditos capitaes daõ cada anno pera minha fazenda, e se vos pafeca que está este negocio bem ressoluto nesta forma, com o mais que nesta materia se vos oferecer.

II. O VissoRey Mathias d'Albuquerque me escreveo ho anno passado sobre alguãs materias tocantes aos menistros da Imquisissaõ que mamdey que se visem neste Reino no Comselho geral dela, omde se entemdeo que o mesmo tinha ele escrito ho anno atrás de 94 ao Cardeal Archeduke, meu sobrinho e irmão, como Imquisidor geral, e que ele provera logo no que vio que comvinha, de que foy a reposta nas náos do anno passado de 95, e assi nisto não ha mais que dizer que aprovar o que Mathias d'Albuquerque fez na composissaõ dos ditos ministros, e emcomendaruos a vós que proigaes no que nisto virdes que convem dandome disso conta quando ouner casos que o requeiraõ e comunicandoo particularmente ao Imquisidor geral destes Reynos (cujo cargo hagara serue o Bispo d'Elvas) que vos avissará tambem de minha parte do que for necessario.

III. Por a provissaõ de lugares de desembargadores da Relaçã de Goa ser matteria de muita importancia e em que comuem acertarse nela, vós emcomendo que vós com ho Arcebispo de Goa e Chamçarel da dita Relaçã, e em sua absemcia com o desembargador mais antigo della trateis da pronissaõ dos officios e lugares extrauagantes que ouner e estiuerner vago na dita Relaçã pera se proverem logo, a saber, os officios nos desembargadores da Casa, e os lugares de extrauagantes nos Ouidores das fortalezas mais benemeritos e de que mais experiemcia se tenha, os quaes assi prouereis conforme ao que parecer aos mais votos, e esta mesma ordem se guardará ao diante em todas as provissoẽs de cargos de justiça da dita Relaçã, que se ounerem de prouer em letrados, e no que toca aos Ouidorias das fortalezas parece que convirá ficarem alguãs em letrados como são Ormuz, Malaca, Dio, e Chaul, ou outras quaes melhor parecera vós e aos ditos Arcebispo e Chamçatel, pera se irem tirando os Ouidores delas pera desembargadores da dita Relaçã, por não ernirem nela letrados sem experiencia visto a muita defieuldade com

que se acomodaõ os que nestes Reynos estaõ occupados em cargos de letras.

IV. Per cartas do Prouincial da Companhia em que dá conta dos Relegiosos que mandou a diuersas partes sendo huã dellas ao Preste, scube conto foraõ captiuos outros dous Padres que tambem mandou ao Preste em tempo do Gouernador Manoel de Sousa Coutinho; emcomendouos que naõ sendo já resgatados trateis disso como he rezaõ que seja.

V. E tambem vos emcomendo muito que o que os Relegiosos da Companhia haõ dauẽ de minha fazenda pera ho Ospital de Goa (de que por seruiço de Deos e meu tem tomado a administraçaõ por eu assi lho mandar emcomendar) lho façaes sempre pagar com effeito aos tempos devidos, e ordeneis de se lhes aplicar alguã renda separada pera isso, e digaes ao seu Prouincial como leuães esta ordem e pera os fauorecades no que tocar ao dito Ospital de maneira que elles folgem de ter cuidado dele e naõ ajaõ por taõ pessada esta carga como mostraõ.

VI. ElRey de Bange me escreueo huã carta nas náos do anno passado na qual me dá conta de alguãs cousas e despensas que tem feitas em meu seruiço, e de algũs agrauos que diz que lhe saõ feitos pelos VissoReis desse estado e capitaens móres das armadas dele, a que lhe mandey responder remetendome a vós pera nas em que tiuer rezaõ se lhe fazer; emcomendouos que precedendo a informaçaõ com que em todas as cousas deveis proceder lhe respondaes como vos parecer mais meu seruiço com respeito de lhe dar satisfaçaõ no que puder ser.

VII. Francisco Paez, Prouedor moor dos contos de Goa, me dá conta em huã carta que me escreueo ho anno passado de alguãs cousas de meu seruiço, e porque de seu procedimento tenho boa informaçaõ, e ele tem mulla experiencia delas, vos emcomendo que o chameis e as trateis com ele perã com sua informaçaõ dardes a ordem nelas que couuem a meu seruiço; e porque diz que o VissoRey Mathias d'Albuquerque

mudou a Casa do despacho dos contos donde dantes se fazia pera ho aposento dos VissoReys, e que ás segundas feiras era presente aos despachos em que sempre aia que fazer, e que vindo ele que as partes nas petições de ponto de direito e embargos com que vem a pagar pertendiaõ lenar os autos ao Juiz dos feitos vinde conforme ao Regimento nouo se quiaõ de remeter, e como lá eraõ nũca tinhaõ fim nem se arrecadavaõ o que deviaõ, por atalhar estas dilacões mandava fazer todas as diligências que cumpriaõ a meu serviço e a bem de justiça, e que quando vay o VissoRey com ho Veedor da fazenda e Juiz dos feitos e Procurador da Coroa se despacha em final, e que por este modo se atalhaõ dilacões e desordens que dantes aia, e que estas detriminações se mandavaõ lançar em hum liuro pera ao diante em muitas cousas outras semelhantes regulando-se pelas passadas, fareis nisto o que virdes que mais cõmuem a meu serviço e á justiça das partes

VIII. E assi diz que ha alfandega de Dio e as mais rendas daquella Ilha estaõ taõ acrescentadas com a boa ordem que deu no Regimento que fez quando lá foy que montaõ por anno cento e oitenta mil xarafins, os quaes se pagaõ sem as demandas que havia nos arrendamentos passados por se meterem neles comdições perjudiciaes á minha fazenda, e que nas despesas e excessos passados cortou e tirou muitas desnecessarias que avia de maneira que a fortaleza que agora está mais prospera de rendimento e que mais ajuda ao estado he Dio, e tambem me diz que tem bein necessidade Ormuz e Malaça de se fazer nelas outro tanto, em que tambem proverei.

IX. Tambem me escreve que ha alfandega que o VissoRey agora asentou em Chaul será hũa das mais rendosas desse estado no que diz que mostrou a justiça que minha fazenda tinha nos diteltos das fazendas que vinhaõ de Cambaya que se desemcaminhaõ da alfandega de Dio vinde pertencem, e fez o Regimento pera ha de Chaul de que o VissoRey mandou o tres-

lado que tenho mandado ver pera leuardes a resolluçã disto, e no que achardes que Francisco Paez fez bem nesta materia lhe direis que me ey por bem servido dele.

X. E assi me escreue o dito Francisco Paez que dera traça pera se não furtarem em Malaca os direitos das náos da China sendo ho meyo disto não se descarregarem as fazendas em terra e se fazer o despacho pelo liuro da náó, em que tambem avia grande desordem, e que tambem dera outro meyo pera em Malaqa se não tomar o crano que pertemce a minha fazenda nem ho das partes como muitos capitaens faziaõ fingimdo necessidades, e que conforme a ordem que pera isso dera passara o VissoRey Mathias d'Albuquerque provissã per que de femdeo em meu nome que se não tomasse nenhum crano pelas rezoês que maes largamente aponta que dele sabereis, e pella importancia destas materias as comunica-reis com elle, e provereis nelas com o remedio necessario.

XI. E assi me escreue como dera traça ao VissoRey pera poder ter o cobre necessario pera ha moeda da zibeira, em que alem de minha fazenda interessar muito he hum grande meyo pera as armadas se aprestarem com ta brevidade necessaria; emcomendouos que trateis esta materia não somente com elle mas com todos que nela vos poderem dar boa informaçã e parecer, e a ponhaes em ordem. E tambem me diz que a principal destruiçã d'artilheria, poluora, e muniçoês das fortalezas daquele estado nacia dos almoxarifes, que como tinhaõ pouquo ordenado a emprestauã por dinheiro e vendiaõ a poluora e muniçoês, alem do estrago que faziaõ os capitaens que pelo que lhe tambem disto pediaõ lhe assinauã despezas de roubos manifestos; e por que ha muitos annos que se não dá remedio a isto posto que tenho passado alguãs provissoês sobre isso, vos em-carrego muito (alem de o ter feito em outras Instruçõs que leuaes) que tomeis esta materia muito a vossa conta, e façaes honrrã dela, porque já agora este he o verdadeiro entendimento dela; e ei por bem e mando qu

daqui em diante não aja nas fortalezas de Malaca, Ormuz, e Cochim almoxarifes separados d'artilheria e munições como os não ha nas mais fortalezas da India, e que os feitores das taes fortalezas sirvaõ tambem de almoxarifes, porque como são pessoas de mais calidade e vem das conta de suas feitorias e juntamente a daraõ do cargo de almoxarife, poderseá aver por eles a artillheria e munições quando lhe faltarem, e poderseelheão acrescentar em seus ordenados os quimze mil reis que os almoxarifes aviaõ de ordenado. E sobre isto mandey passar a prouisaõ que vay com esta Instruçaõ.

XII. Tambem me escreue que ho hum por cento de Ormuz, e meo por cento de Dio deuiaõ amdar anexos ao recebimento do feitor, e que o VissoRey Mathias d'Albuquerque anéxará agora por este modo o hum por cento de Ormuz, e que no de Dio se podia logo fazer, pois se harrecadava na alfamdegua juntamente com os mais direitos, porque de auer tizoureiros particullares não resultava outro proueito senaõ ha perda de leuarem ordenados grandes; pelo que ey por meu seruiço que os feitores sirvaõ juntamente de tizoureiros deste meyo e hum por cento; e em caso que estes officios ajaõ de ser prouidos pelas Cidades, fareis advertir aos da guouernamça della para que hos officiaes em que os prouerem sejaõ taes quaes connem, e o melhor seria persuadirdes os das Camaras a que venhaõ nisto pelas rezoões que para isso ha

XIII. Tambem me diz o ditto Francisco Paez que pelo Regimento nouo que mandei fazer para os Contos da Cidade de Goa defendy aos meus VissoReis que não fizessem quitas nem desem esperas do que se deuese ha minha fazenda, o qual Regimento se não guardava nesta parte, pelo que vos mando que se escussem as taes quitas e esperas, e as não faças senaõ com taõ urgentes causas e rezoões que por nenhum caso se possaõ escussar, avissandome das que para isso tiuestes, e fazendo primeiro ver as per que volas pedirem nos mes-

mos Contos pera vos resolverdes com he informaçõs e parecer dos ministros deles.

XIV. E por que sou informado que he de muito inconveniente fazersse pagamento das merces que os Viso Reis a fazem alguns pessoas á conta dos trinta mil cruzados que lhe tenho concedido pera ellas em outros nenhũs officiaes, senão no tisonreiro da alfandega de Goa com ter o Secretario do estado livro separado em que se registem as promissoes destas merces, e declarar nas costas delas como cabe a tal conta na copia dos trinta mil cruzados daquele anno, e que sem esta diligencia se não passe pela chancelaria nem leue em conta, vos emcomendo que façaes guardar esta ordem, porque he sy por de muito meu serviço, e esta regra geral, não tolhera a dispensaçã de algum caso particular que não possa correr pela dita regra, mas estes taes deuem ser muy poucos, e tambem neles se poderá dar tal ordem que esta diligencia que mamdo que preceda ao pagamento se faça todavia depois.

XV. E porque no Regimento que por mandado do Senhor Rey Dom Sebastião men sobrinho, que Deos tem, fez o Secretario Diogo Velho na India, sendo Veedor da fazenda, com outros ministros que com ele se juntaraõ está ordenado que as ordinarias de Goa se paguem no tisonreyro do estado, e he desfeito pelo mesmo Regimento que se não quebrem pagamentos pera as fortalezas, e venha o sobejo do rendimento delas depois de pagas as ordinarias das mesmas fortalezas ao dito tisonreyro do estado em larin, porque importa de ganho a minha fazenda muita cantidade de dinheiro, allera de ser isto boa ordem dela, vos emcomendo que por todos estes respeitos façaes guardar o dito Regimento, e que venha todo o dinheiro que sobejar ao dito tisonreyro do estado.

XVI. O Bispo de Cochim me emuiqu pelas nãas do anno passado hũas contas e papeis do estado em que ficava a obra da Sé noua de Goa, e do muito dinheiro que nella se tem gastado, e me uiz que fundaraõ esta igreja de maneira que parece que em muitos annos se

naõ moberá por serem as paredes muito grossas e cheas de pedras lauradas de ambas as partes de fora e dentro, e porque ha muito que dura esta obra, e se tem feito muitas despesas, e naõ se acobar he inda de moor inconveniente que naõ se fazer mais perfeita, vos emcomendo que vos informeis muito particularmente dela e do estado em que está, e que trabalheis no que a vós toca, por se acabar de todo com a breuydade que ouuer lugar damdolhe nisso todo o favor e ajuda necessaria, e comunicando o que vos aqui digo com ho Arcebispo de Goa.

XVII. Pero Homem Pereira capitão de Columbo me escreueo hũa carta per que me dá conta dos bons successos que teue naquela Ilha e me diz que hos cem mil pardãos que se tomaraõ aos inimigos e pertencem ha minha fazenda os depositou no mosteiro de São Francisco, e en-lhe escreueo que vos dê conta disso, e assi cumpre que lha tomeis de todo o que será bem que saibaes dele, com que procedereis conforme ao que achardes, de que me avisareis, porque Mathias d'Albuquerque me escreueo que sendo este tisonro (que trazia a Rainha e o Principe de Ceita Vaqa) taõ nomeado, naõ apparecera mais que estes cem mil pardãos que o dito Pero Homem fizera depositar no dito mosteiro té se determinar se pertencia a minha fazenda ou a elle e aos soldados que alli se agharaõ, e que sobre a materia deste tisonro tinha algũs aviosos em que culpauã as cabeças daquelle Reyno e principalmente a Biqa Narsinga que depois fez grandes despesas com sua gente e elefantes e graõ copia de bois de seruiço e deu largas dadiuas com que trouxe a si todos os Chingafãs, mas que por estaõ lhe naõ pareceo bolir com esta materia até se segurar tanto melhor, e que se naõ descuidaria de mandar fazer a seu tempo todas as diligencias que este caso requeria, pelo que vós emcomendo vos informeis de todas as que estinerem feitas e do estado em que está este negocio e acabareis de saber a verdade como ha importancia dele o pede, de que me avisareis.

XVIII. O Bispo de Japão me escreueo per carta de seis de janeiro de 94 estando elle no guoverno do bispado da China pela absensia do seu proprio perlado apontando alguãs rezoões pera ho offeio de Juiz dos orfaõs de Macão não amdar junto ao de Ouuidor daquela pouoação senão em hum dos moradores dela, o que mandei ver e praticar na mesa do Desembargo do Paço, e comformandome com o que nella pareceo, vos emcomendõ que ordeneis como uaquy em diante em quanto ho eu ouuer por bean e não mandar o contrario, o dito officio de Juiz dos orfaõs amde em morador da dita pouoação casado e de partes que o saiba e possa bem seruir, e não junto ao cargo de Ouuidor como até agora se fez e isto por annos, ou como vos melhor parecer, mas sempre com clausula que se possa tirar e dar a outrem quando quem o tiuer não comprir com o que nele deue.

E esta Instrução vay escrita em seis meas folhas com esta asinadas ao pee de cada hũa por Miguel de Moura, meu escriuaõ da puridade, do meu conselho do estado, hum dos guovernadores destes Reinos. Escrita em Lisboa a 9 de Março de 596. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escreuer.

XIX. E porque em outra Instrução particular vos trato do que toca ás differenças que na India houue entre os Inquisidores Ruy Sodrinho e Antonio de Barros, não fareis obra algũa pello que em hum Capitulo desta Instrução vos digo sobre isto.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que Vossa Magestade manda dar ao Comde da Vidigueira VissoRey da Imdia.—Pera Vossa Magestade ver.—2.ª via

(Livro 4.º fl. 681—5.º via fl. 641).

211.

Eu ElRey faço saber aos que esta provissão virem que por algũs respeitos de meu seruiço ei por bẽm e me praz que dahũy em diante naõ aja nas fortalezas de Ormuz, Cochim, e Malaga, nem em alguã outra do estado da India almoxarifes separados da artilheria e munições das ditas fortalezas como ate agora ouue, e que os feitores das feitorias delas siruaõ juntamente estes cargos de almoxarifes, e que ajaõ com eles cada anno os quinze mil reis que lhe saõ ordenados alem do ordenado das ditas feitorias; e mandõ ao meu VisoRey e Governador das ditas partes, que hora he e ao diante for, e aos Vereadores de minha fazenda em ellas, e a todos meus officiaes a que pertencer que cumprã e guardem esta minha provissão, e a façãõ cumprir e guardar inteiramente como se nella contem, a qual se registará nos liuros do Conselho de minha fazenda e nos da Casa da India, e assy nos liuros dos contos de Goa, e nos das feitorias das ditas fortalezas pera se saber a todo o tempo que ho ouue assy por bẽm, e quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome e passada pela chancellaria posto que por ella naõ passe sem embargo das Ordenações do 2.º Livrõ, titulo xx, que o contrario dispoem: Ambrosio de Aguiar a fez em Lisboa a nove de Março de M. D. noventa e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY..

Miguel de Moura;

Provissão per que Vossa Magestade manda que os feitores das fortalezas da India siruaõ juntamente de almoxarifes da artilheria e ajaõ ho ordenado dos ditos almoxarifes.—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 72)

212

Conde Almirante, Visorrey, amigo. Huã das importantes cousas da nauegação da India para as náos da carreira que nela amdaõ poderem com ajuda de Deos chegar a saluamento a este Reyno he a ordem que se deue dar para naõ virem sobrecarregadas, caso taõ prejudical e de taõ manifesto perigo como se tem experimentado nas muitas náos que são perdidas por se naõ goardarem os regimentos e prouisoões que sobre a carga dellas são feitas com a concideração e pratica que esta materia pede, a que naõ ha que acrescentar de nouo senaõ regurossa execuçaõ, que quando se naõ fizer por meus menistros a deuo eu mandar fazer neles, a qual naõ somente será justiça bem merecida dos culpados, mas piedade deuida a quantos inocentes da mesma culpa perecem nas náos perdidas, que he o que mais se deue sentir, sendo tambem muito grande a perda de tantas fazendas; pelo que vos encomendo e mando que tanto que chegardes á Imdia façaes vir ante vós todos estes regimentos e prouisoões, e ordeneis como se notefiquem a todos meus officiaes a que pertencer o comprimento deles como se agora de nouo se fizeraõ, ou foraõ incorporados nesta Instrução, e ao pé do registo deles em todos os liuros aomde estiuierem, registados se fará asento de como se fez esta diligencia nouamente por meu mandado, de que me emuyareis certidoões por vias, porque tenho asentado de com todo o rigor mandar daqui em diante executar as penas dos ditos regimentos, e com isto se evitará tambem parte do inconueniente de que me fizestes lembrança sobre as diferenças que ha na carga das náos antre meus ministros e os contratadores delas.

11. Ey por bem auemdo respeito ao que sobre isto me lembrastes que quando alguãas pessoas vos avisarem de aluitres de que minha fazenda receba proueito sem lhe poder vir por outra via possaes dar á pessoa que der o

tal aluitre o que vos bem parecer do que se arrecadar com efeito para minha fazenda do mesmo aluitre até a quinta parte dele somente, advertindoos que o dito aluitre não será de dinheiro ou cousa que esteja em meus livros ou em contas particulares, posto que não esteem de presente em noticia de meus officiaes salvo se com o dito aluitre ter alguã destas circumstancias a materia de que ele tratar for tão antiga ou remota que se possa aver por de todo esquecida, porque entãõ se poderia chamar aluitre: e aviso que disto se der vindo a cousa a efeito de boa arrecadação.

III. Tratasse de este anno irem á India dous letrados para os cargos de Ouidor geral do crime e Prouedor mór dos defuntos, e porque poderá ser que se não concluisse isto a tempo que se podeseem embarcar nestas náos, vos emcomendo que neste caso não achando uós nestes cargos os proprietarios deles por mim providos, vos informeis de como procedem os que tiverem as seruentias deles, e o communiqueis com o Arcebispo de Goa e com o Chanceler da Relação, e parecendo que se não deuem remotôr os deixareis servir os ditos cargos até de qua irem os que por mim forem providos deles; e quando com o parecer do dito Arcebispo e Chanceler virdes que comuem a meu serviço e á boa administração da justiça outra cousa emcarregareis as ditas seruentias aos letrados que a todos trez vos bem parecer.

IV. Aos Vissorreys vossos antecessores emcomendey nas Instruções que leuaraõ que amoestassem os fidalgos que na India se quisessem casar o não fizeesem com molheres mal nacidas como algũs o tinhaõ feito, de que receby muito desprazer; e o mesmo vos emcomendo pera fazerdes nisso todos os officios suaves e regurosos que virdes que comuem, até chegardes (quando volo ayy parecer segundo for o caso) a não occupardes em meu serviço quem se empregar tão mal contra vosso parecer e sua omrra, e dos que se descuidarem dela me aniqueis com tambem me escreuerdes o que nesta matais fizerdes.

V. Eu sou informado que nos contratos e arrendamentos de minhas rendas do estado da Índia ou de outras cousas quando os fazem meus officiaes se poem algumas condições que depois a experiencia mostra que não devera aver neles, e que quando se torna a fazer noutros contratos se usa sempre daquelas mesmas condições sem aver esta lembrança de quaõ prejudiciaes são, pelo que vos emcomendo que ordeneis aos Vedores de minha fazenda das ditas partes e a quequer officiaes delas a que isto pertencer que não aceitem lançar algum em minhas rendas que se remeta ás condições do arrendamento e contrato pasado sem elas se verem primeiro hũa por hũa e se vos dar depois conta delas, e se tirarem por vossa ordem e mandado aquellas condições que se repreuarem ou apruarem de maneira que sempre na pratica destes contratos preceda a calidade das condições a cantidade do dinheiro porque muitas vezes montaraõ ellas mais que o crescimento do arrendamento. E este Capitulo fareis trasladar no Livro das lembranças da fazenda e na dos Contos, e omde vos parecer que mais convem por advertencia e comprimento do que por elle mando que se faça.

VI. Sou informado que quando o Vissorrey Mathias d' Albuquerque detreminaua ir ao norte tinha dito que avia deixar ordenado em Goa que em sua ausencia se não fizesse negocio na Relação, e posto que não creio que isto assi fosse pois não continha que deixasse de correr o negocio ordinario da justiça não se dando despacho nas apellações que vem de partes remotas donde se navega em monções, e seria nestes tais casos mais prejudicial a dilacão que em outros em que tambem faria dano, vos emcomendo que quando acontecer ser necessario irdes fora de Goa não inoveis enão, nem sendo presente, suspenderse o negocio correio da dita Relação, em que se procederá conforme ao Regimento que lhe mandey dar.

VII. Vy o que apontastes sobre o Regimento da ma-

tricola feito pelo Vissorey Matias d'Albuquerque (de que tenho mandado que se usse por asy o aver por meu serviço) e porque ele se fez ha taõ pouco com pratica de menistros de experiencia, e depois o mandey reuer neste Reyno por outros que tambem a tem das cousas da India, e particularmente da matricola de que ha tantos annos que se trata sem se lhe acabar de dar o remedio que pede, ey por meu serviço que sem embargo do que asy apontaes em alguns capitulos do dito Regimento ele se goarde e cumpra inteiramente, e asy volo emcomendo muito, e depois de embora serdes na India e terdes mais particular emformação destas cousas, e as virdes de mais perto, me podereis escreuer o que sobre cada huã delas vos parecer praticandoas primeiro com os officiaes com que o dito Vissorey Matias de Albuquerque tratou esta materia e com os mais que emtemderdes que para ela deueis chamar, mas naõ sospemdereis por isso o comprimento do dito Regimento, e para mais vossa aduertencia e satisfação vos comonicará de minha parte o Secretario Diogo Velho (que he hum dos ditos menistros que oá viraõ o dito Regimento) as repostas que tem o que asy nele apontastes, e como está prouido no que toca ao Capitulo 45.

VIII. E quanto ao que dizeis que se mais deue prouer no dito Regimento sobre se naõ receber nas Religioes soldado algum sem presentarem aos prelados delas certidão da matricola de como fica posta verba em seu titulo da sua entrada em Religião, parece que bem será que asy se faça, e que a dita certidão se apresente ao tempo da profissão.

IX. E a prouisão que dizeis que he necessaria para os capitães de alguãs partes afastadas da India tomarem a rol todos os homens que nelas forem moradores e emuiarem os taes rões á matricola para se pôrem verbas em seus titolos, parece que será bem que se faça (posto que no dito Regimento se manda que se naõ desconte soldo a pessoa alguma sem primeiro se verificar onde e como serue) porque com isto se apurará mais a ver-

dade nesta materia, e se conseguira o efeito de se saber em que lugares residem os Portuguezes e o numero delles, e vós prouereis nisto por vossas cartas e prouisoões, e eu mandarey passar prouisoão minha do mesmo com o mais que ouuer por bem que se faça sobre o dito Regimento depois que da India me escreuerdes sobre ele conforme ao que atrás vos digo.

X. Também vy o que apontastes sobre a materia dos perdões que em sustancia he leuardes a limitação deles em segredo sem se entender que eu vola ponho pelas rezoões que se vos oferecem. E porque as que os Senhores Reis meus antecessores, que Deos tem, ordenaraõ o que se agora nisto faz, que tenho aprouado, saõ mais obrigatorias, ey por seruiço de Deos e meu, e hem da justiça que nem na cousa nem no modo aja por ora nisto mudança algũa, antes tenho por melhor sabersse o que nisto vos tenho mandado, com que sereis menos instado por cousas que naõ deueis comeeeder.

XI. Pareceome bem a lembrança que fazeis sobre os Portuguezes omiziados que andaõ lamçados em diuersas partes antre infieis, a que se pode dar remedio com perdaõ geral para da publicação dele a seis menses se virem apresentar a minhas justiça, e searem com isso perdoados naõ sendo em perjuizo de parte nem as suas culpas de casos facinorosos e atrozes, pelo que vos emcomendo que se depois de chegardes á India e vos inteirardes mais nesta materia, vos parecer o mesmo que agora, passeis o dito perdaõ com a limitação do tempo e casos em que ele hade aver lugar conforme ao assimado, o qual perdaõ será geral no que toca ás pessoas que nele se haõ de comprehender, e particular nos lugares para onde se ouuer de passar, porque a distancia deles e a calidade da terra e outras circumstancias que averá poderãõ mudar nisto algũa cousa da regra geral, e por isto me pareceo melhor cometermos este perdaõ que ir logo de cá feito.

XII. Sobre os intertimentos dos fidalgos pera ajuda de sua despesa se entenda que ha mais incomuenientes

que rezoões pola emformaçãõ que tenho das imfrutuossas despesas que eles fazem e que algũs se empenhaõ para elas e gastaraõ nisso os dotes de seus desacertados casamentos, e parece que mais comueniente seria darse a isto remedio que occasiãõ de se continuarem estas taes despesas, e para os que merecerem ussarse com eles de deferente procedimento em seu fauor terndes licença minha para em meu nome lhe poderdes fazer merce cada anno até contia de trinta mil cruzados, sendo a limitaçãõ dos tempos pasados até doze mil cruzados somente, que depois se estendeo a vinte mil, e agora he de trinta, que saõ xviiij mil cruzados mais, e segumdo as necessidades da India saõ muitas deueis ordenar a repartiçãõ por modo que todos os que as merecerem tenhaõ nelas o quinhaõ que lhes couber, e quando ouuer fidalgos de tal procedimento em suas despesas que seia rezaõ serem ajudados com inierimentos, mo escreuereis com vosso parecer para entãõ en vos mandar o que ouuer por bem.

XIII. O que apontaes sobre os lugares que nas naos se tomaõ para a pimenta que naõ cabe nos payões, de que os contratadores delas pretendem que se lhe pague o frete, e dizem que tem nisto justiça contra os Vissoreys que lhe mandaõ tomar os ditos lugares, foi bem feito fazerdes esta lembrança para se tirarem duuidas, e naõ deue aver nhuã em sempre vir toda a pimenta que couber nas naos segumdo a carga dela que em todas vier, de que se deue fazer conta pelo numero das náos e toneladas de que forem, e asy vos emcomendo que ordeneis nisto o que virdes que he mais meu seruiço, e me auiseis do que frizerdes, para com isso mandar pagar aos ditos contratadores o que se lhes deuer quando naõ forem a isso obrigados por seu contrato, e no que toca à carga das náos e modo em que se nela deue proceder para naõ virem sobrecarreguadas vos trato em esta Instruçãõ.

XIV. Posto que tambem em outra Instruçãõ vos digo o que ey por meu seruiço sobre as náos nouas que se

haõ de fazer na India, folgey com a lembrança que sobre esta materia me fazeis, e asy deueis leuar nestas náos tudo o que puder ser do que para este efeito for necessario, e huã vitola em debuxo, e outra em modelo da forma em que neste Reyno se fazem as náos que se haõ por milhores para esta carreira, e sou informado que na India ha mestres que as fazem taõ suficientes que se podem escusar irem de cá, e o dinheiro que taõbem pedis para elas naõ podeis leuar logo, mas procurar-seá que vos vá algum o anno que vem, Deos querendo, e entte tanto o buscareis domde melhor se possa tirar para cousa de tanto meu seruiço como esta he.

XV. Sobre a artelharia e munições e coussas semelhantes que pedis para a India que saõ necessarias nela, tenho mandado fazer a diligencia que sabeis para que possaõ ir nestas náos as mais que forem posiueis, mas como taõbem sabeis naõ poderá ser tudo, e nesta falta espero que supra o vosso bom cuidado, e que sendo a mayor a da artelharia poderá ter mais facil remedjo ordenando (como em outra Instrução volo emcomendo) que se cobre a espalhada e castigem os culpados na perdida, e venha cobre da China com que se funda outra de nouo, e de poluora de cá naõ ha que tratar, nem se tratou de se mandar numqua á India, antes delá se procurou sempre que viesse salitre que vos tanto tenho emcomendado, e torno a emcomendar como o farey sempre em todas as occasiões em que se oferecer salaruos nesta materia,

XVI. Do que dizeis sobre a materia das merces que os Vissoreys fazem em meu nome, e que naõ comuem que elas sejaõ aprovadas pelo Chanceler, e que grossandoas ele naõ tenhaõ efeito, emtendo que deue ser isto por eu ter mandado que todas as prouisoões que passardes passem pela chancelaria, que naõ pode deixar de ser, porque asy se faz neste Reino nas minhas prouisoões, e me ey por seruido das lembranças que de minha chancelaria me fazem sobre elas; costume muy antigo e ordem

bem necessaria que meus Visorroys denem procurar de comseruar, pois tudo isto se fmda em meu seruico a que só deuem ter respeito como creyo que vós o fareis. E quanto ao outro ponto da declaraçã que pedis que não entrem na contia que vos tenho limitada para as merces as ordinarias que se daõ aos capitaes das embarcações de minhas armadas, e este foy o respeito porque mandey acrescentar a dita contia em tanto como de doze mil cruzados a trinta como volo digo no Capitulo 12 desta Instruçã, e soposto que não se haõ de fazer estas merces senã aos que andarem no seruico e as não poderem escusar por sua pobreza, bem denem bastar trinta mil cruzados cadano bem repartidos pera entrarem neles as merces ordinarias dos ditos capitaes; e espero de vós que asy o façaes, e que de tal maneira ordeneis a arrecadação de minhas rendas e aumento delas que em vosso tempo vos deua mandar acrescentar a dita contia de que me podereis fazer lembrança quando tambem me derdes conta de ser maior o rendimento do estado.

XVII. Em huã das Instruções que leuaes sobre alguãs materias de importancia desse estado vos trato da empresa do Dacheu, e depois disso vy huã carta de Thomas Pinto que por Dom Diogo Lobo capitão de Malaca foi emuiado áquele Rey feita em Malaca ao ultimo de Janeiro de 94 em que dá conta de muitas cousas que vio naquella terra que podem ser de muito efeito para a mesma conquista, e eu lhe mamdo responder que vos dê delle conta, e asy conuem que lha pecaes, e vos informeis de tudo, e tambem do que diz que tratou com El Rey do Dacheu sobre aver de vender para minha fazenda toda a pimenta que daly se nauegua para diferentes partes que diz que seraõ quinze mil bares cadanno, cada bar de tres quintaes e meo, que he huã grande quantidade, e tambem disto tratareis no modo que virdes que conuem, e o Secretario Diogo Velho vos dará a carta do dito Thomas Pinto e a copia da minha resposta para elle para irdes melhor inteirado do que nela escreue.

E esta Instrução vay escrita em cinco meas folhas com esta asinadas ao pé de cada huã por Migel de Moura, meu escriuaõ da puridade, do meu conselho do estado, hum dos meus gouernadores destes Reynos. Escrita em Lisboa a 16 de Março de mil quinhentos nouenta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que Vossa Magestade manda dar ao Conde Almirante que ora emuia por Vissorrey da India.—Para Vossa Magestade ver.—2.^a via.

(Livro 4.^o fl. 739 —5.^a via fl. 651)

213.

Conde Almirante, VisoRey, amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. O VisoRey Mathias d'Albuquerque me escreueo o anno passado sobre alguãs materias tocantes aos menistros da Inquisição e em particular sobre as differenças que houve entre os Inquisidores Ruy Sodrinho e Antonio de Barros, e que por se naõ poderem compôr para seruirem ainbos juntamente, elle mandou a Antonio de Barros que escusasse ir á mesa até a chegada das náos, ou o Cardeal Archiduque, meu sobrinho e irmão, ordenar outra cousa, e que vencesse ordenado posto que naõ seruisse, e que fizera isto com parecer do Bispo de Cochim e maes deputados daquella Inquisição, e o mesmo tinha escrito no anno atrás de 94 ao Cardeal Archiduque o qual prouco logo nisso como lhe pareceo que conuinha, e foy a repostas nas náos do anno apssado de 95; e porque Mathias d'Albuquerque se naõ podia intrometer nas cousas do Sancto Officio, nem mandar que o dito Inquisidor naõ fosse á mesa, estranhey muito o que elle nisto fez, posto que deueo ser com bom zelo, e enconendouos que vos naõ intrometaes vós em cousas semelhantes nem em outras que toquem á Inquisição, e as deixeis

correr por seu curso e ordem ordinaria, e somente lhes dareis o fauor e ajuda que vos pedirem os officiaes delle, e que necessario for para melhor fazerem seu officio fauorecendoos e honrrandoos em tudo conforme ao que vos mando em outras Instruções que leuaes, porque disso me hauerey por muy seruido. Escrita em Aranjuez a 18 de março 1596.

REY.

Para o Conde da Vidigueira Viso Rey da India—2.ª via

(*No Sobrescripto*)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, do seu Conselho, Almirante e Visorrey da India—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 351)

214.

Conde Almirante, Visorrey, amigo. Eu mandey ver no conselho de minha fazenda hũs autos e sentenças dadas na Relação de Goa per que julgou pertencer á dita cidade o hum por cento das mercadorias e fazemdas que vem das partes do sul e se despachaõ na alfandegua de Cochim, e asy as lagimas das ditas fazemdas pertencerem aos officiaes da alfandegua de Goa, com outras petições e papeis que por parte da cidade de Cochim se apresentaraõ, per que se queixa do agrauo que diz que se lhe fez em se lhe tirar o hum por cento das ditas mercadorias que, na alfandegua da mesma cidade se despachaõ, e tambem se tomaraõ no dito eomselho emformações de pessoas praticas nestas materias de que me foi dado conta; e visto tudo por mim, vos emcomendo que façais cumprir inteiramente o que por meu Regimento te- ho mandado que todas as fazendas que vem do sul em náos e nauios que dobraõ o Cabo do Comorim vaõ á alfandegua de Goa sem descarregarem as ditas fazemdas em Cochim, e que succedendo por occasiões força-

das que as ditas náos não passem a Goa e descarreguem em Cochim não despachem sem licença e ordem vossa, e que quando o tal despacho se asy fizer seja pelos officiaes da alfandegua de Cochim, e o rendimento do hum por cento das ditas fazendas se reparta igualmente antre Goa e Cochim em quanto eu neste caso não mandar tomar outra resolução em contrario, e desta maneira parece que estas duas cidades ficaraõ compostas e sem occasiaõ de queixas, leuando Goa a metade do hum por cento por caussa das ditas náos terem obrigaçaõ de irem lá despachar, e ficando a Cochim a outra metade por o despacho se fazer na sua alfandegua, e cada huã destas cidades alegar rezoẽs para lhe aver de pertencer este direito do hum por cento, e no que toca ás lagimas dos officiaes que se pagaõ das ditas mercadorias que vem do sul, ey por bem que tambem se repartaõ igoalmente antre os de huã e outra alfandegua, em quanto servirem na de Goa os que costumãõ levar estas lagimas, e que deixando de servir nela ou morrendo pertençaõ aos officiaes da de Cochim. E porque poderá ser que acheis nesta materia algum inconueniente porque deuaes suspender esta resolução que nela tomo, em caso que asy seja (ou por parte da Cidade de Goa, ou pela de Cochim, ou por respeito del Rey de Cochim, ou de outra alguma causa) entretereis o negocio até disso me avissardes com particular emformaçaõ de tudo, ouuidas as partes, e podendo se em effeito o que vos aqui digo (em que parece que não averá duvida por ser meio acomodado para ambas as partes) se ussarã da dita repartiçaõ antre Goa e Cochim por tempo de tres annos da chegada destas náos em diante, e dentro no dito tempo se poderá milhor ver se se deue tomar nesta materia outra resolução, e poderá entre tanto quem se sentir agraviado apontar o que lhe parecer que faz a bem de sua justiça.

E esta Instruçãõ vay somente escrita nesta mea folha assinada ao pé dela por Migel de Moura, meu escrivãõ da puridade, do meu conselho do estado, hum dos meus governadores destes Reynos. Escrita em Lisboa a xxj de

Março de 596. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Instrução particular sobre se repartir antre as cidades de Goa e Cochim o rendimento do hum por cento das fazendas que vem da sul, e se despacharem na alfandega de Cochim, e que se repartaõ as lagimas entre os officiaes de huã e contra alfandegua pela maneira asima declarada.—Para Vossa Magestade ver—2.ª via.

(Livro 4.º fl. 691—5.º fl. 659)

215.

Conde almirante, Vissorrey, amigo. Pedimdo hum criado meu, caualeiro fidalgo de minha casa, que anda na India, soldo e moradia, lhe foi respondido que se não dana senão a fidalgos por merce particular quando eu avia por bem de lha fazer, ao que replicou com certidão do registo das merces de huã prouisaõ pasada a 14 de março de 588 a Thomé da Fonseca, caualeiro fidalgo de minha casa filho de Antonio da Fonseca que o dito anno foi para as ditas partes, para nelas vencer soldo e moradia; caso nouo de que não ha lembrança senão de nunca se conceder isto a criados meus que não fossem fidalgos; pelo que vos emcomendo que saibais se o dito Thomé da Fonseca vence soldo e moradia, e achando que passa ahy façais logo por verba em seu titulo no livro da matricula para não vencer senão o que conforme ao Regimento dela he concedido ás pessoas de sua qualidade e foro, e o mesmo se fará com todas as mais pessoas que não forem fidalgos de minha casa ainda que mostrem alvarás de soldo e moradia, os quaes neste caso se podem aver por subretricios, e no principio de todos os livros da matricula fareis registrar o que por esta instrução mando; e tendo o dito Thomé da Fonseca em sua mão o alvará de soldo e moradia me enviareis. Escrita em Lisboa a xxij de março de mil

quinhentos nouemta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde almirante e Vissorrey da India sobre a diligencia asima declarada acerca de não vencerem soldo e moradia pessoas que não forem fidalgos, imdã que para isso mostrem prouisoões.—3.º via.

(Livro 2.º fl. 337—5.º via fl. 345)

216.

Conde Almirante. VisoRey, amigo. No que em outra Instrução das que leuaes se vos ordena sobre a ordem que deneis dar ás náos que haõ de ir em vossa companhia pera a tornaviagem da India para o Reino, não se trata da derrota que haõ de trazer em caso que alguãs dellas inuernem, e porque se o fizerem (o que prazeraõ ao Deus que não seja, mas que todania uiraõ a saluamento) podem vir mais cedo, e se demandarem as Ilhas dos Açores, e houuerem vista dellas correrãõ risco de serem cometidas de cossairos, e a minha armada não poderá ser lá taõ cedo como ellas uiraõ, e tambem por se forrar a despesa de as mandar buscar com armada sendo incerto uirem ellas, tenho por maes conueniente a meu seruiço e á segurança das ditas náos que em caso que inuernem lhes ordeneis que uenhaõ por trinta e sete grãos sem demandar as ditas Ilhas hauer vista dellas, e eu mandarey alguns nauios de armada no mes de março do anno em que se esperarem que as vão aguardar na paragem do Cabo de Sanct Vicente, e esta ordem dareis ao VisoRey Mathias d'Albuquerque e aos capitaães das outras náos cerrada e sellada, e no sobre-scrito declarará que a não abriãõ senãõ em caso que inuernem, e que não o fazendo a entregaraõ assi-cerrada e sellada ao Secretario Diogo Velho, e será o sobre-scrito assinado por vós.

II. E considerando em quanto necessario he que os ministros da justiça, principalmente os meus desembargadores tenhaõ autoridade, e se escusem as cousas que lhe podem tirar e impedir a liberdade e izençaõ com que deuem administrar justiça a todos igualmente, e que he muito contra isto uisitareem elles na India os capitães que vão entrar em suas fortalezas e os que vem dellas, e outros officiaes e pessoas particulares, e darem cartas de fauor, houue por meu seruiço mandar lhes que não uisitassem pessoa alguã que com elles não tiuesse parentesco dentro do quarto grão, e que não dessem as ditas cartas de fauor, e sobre isso mandey passar a prouisaõ que itá nestas uias; a qual vos emcomendo que façais publicar, e encarregueis aos desembargadores que a cumprão. E porque os trajos que elles ouuerem de trazer he decente que sejaõ conformes a sua profissão, emcomendouos que lhes digaes que tragaõ lobas pretas compridas até o pé, e que não uistaõ cores, e aos que o contrario fizerem lho estranhareis muito, e lho não consentireis. Escrita na Esperança a 25 de Março de 1596.

REY.

Pera, o Conde Almirante VisoRey da India.—2.º via.
(Livro 2.º fl. 343—outra via fl. 347)

217.

Eu ElRey faço saber aos que este meu Alvará virem que por assi entender que cumpre a meu seruiço, e para melhor e mais liure administraçaõ da justiça, hey por bem e mando ao meu chanceler, e Ouvidores geraes, e maes desembargadores da Relaçã da India que não vão visitar pessoa alguã de qualquer qualidade, officio, e condiçaõ que seja a sua casa nem forá della por nenhũ respeito nem causa que para isso alleguem, e somente se poderaõ visitar os mesmos desembargadores huns a outros entre sy, e aos seus parentes dentro do quarto grão, e não a outras pessoas, e outrosy lhes mando que

naõ escreuaõ aos capitaes e officiaes das minhas fortalezas, nem a quaesquer outros officiaes da justiça e de minha fazenda das partes da India em fauor de alguã pessoa pollos inconuenientes que resultaõ de elles darem estas cartas, o que todo elles assi cumpriraõ inteiramente, e dos que o contrario fizerem me hauerey por muy desseruido, e mandarey proceder contra elles na forma que houuer por mais meu seruico, e mando ao meu VisoRey ou Governador das ditas partes, que hora he e ao diante for, que mandem publicar esta minha prouisaõ nas casas da dita Relaçãõ, e da chancelaria, e registar nos liuros dellas de verbo ad verbum para que a todos seja notorio, a qual hey por bem que valha como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada e passada por minha chancelaria sem embargo da Ordenaçãõ do segundo liuro, titulo xx, que diz que as cousas cujo effeito houuer de durar mais de um anno passem por cartas, e passando por aluarás naõ valhaõ, e valerá outro-y posto que naõ seja passada pela dita chancelaria sem embargo da Ordenaçãõ em contrario. Thomé d'Andrada o fez na Esperança a xxb de março de mil e quinhentos nouenta e seis.

REY.

Aluará pera Vossa Magestade ver—2.^a via.

Cumpra-se este Aluará delRey meu Senhor como se nelle contem. Em Goa a 22 de nouembro de 96.—
—O VisoRey.

No verso diz :

Aos uinte e tres dias do mes de nouembro de nouenta e seis anos nesta sidade de Goa e por uertude da prouisaõ atrás de Sua Magestade, a qual foi entregue em Relassaõ ao meirinho Antonio Duarte, o qual logo no dito dia com o porteiro Pero Prego com elles eu escriptaõ fomos á Rua Direita desta sidade, e o terreiro do Paço lemdo eu escriptaõ a dita prouisaõ de verbo ad verbum, e apregoando o dito porteiro em altas vozes, e de como foi apregoada, como dito he, fiz eu João Rodri-

gues escriuaõ, escriuaõ da dita vara este termo em que se assinou o dito meirinho e o porteiro. Eu escriuaõ que o escreui.—*Antonio Duarte—Pero Prego.*

Foi publicado este alluará na chancelaria per mim Bras Martins escriuaõ dela diante dos ofesiaes da mesma e outra muita gente. Oje uimte e tres de nouembro de 1596 annos—*Bras Martins.*

Registada esta ley na chancelaria no Livro dos Registos della ás fl. 81 por mim—*Pero Estrocio.*

(Livro 1.º fl. 68—5.º via fl. 64),

Eu ElRey faço saber a vós Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, que ora envio a ella por meu VisoRey, que por alguns justos respeitos que me a isso mouem ey por bem que vós e o Arcebispo da Cidade de Goa Dom Aleixo, ou a pessoa que gouernar o dito areebispado juntamente com o Doutor Pero da Silua fidalgo de minha casa, desembargador dos agrauos na Casa da Suplicação, e chanceler da Relação da dita cidade, tireis devassa de todos desembargadores da dita casa, e dos mais officiaes da justiça letrados que tiuerem seruido nas ditas partes da India cargos da justiça ou da fazenda assy na dita Relação como nas Ouvidorias das fortalezas de que foroin prouidos desde o anno em que o Conde de Santa Cruz Dom Francisco Mascarenhas tomou posse do gouerno do dito estado até o dia em que comesardes a tirar a dita deuassa; e isto de pessoas que forem viuas ainda que já naõ siruaõ nas ditas partes, ou estem aposentados, ou prouidos de outros alguns officios no Reino; e ao dito Chanceler mando que escreua por si em toda a dita devassa, e ella acabada a tresladará per vias cada huã assinada por todos tres e mas enviareis em cada não huã via, e a original ficará em poder do dito Chanceler taõbem assinada por todos, e estará em segredo até eu mandar o que ouner por bem que se della faça; e parecendo a vós e ao dito Arcebispo

e Chanceler que pera mais declaração e averiguação de alguns casos da dita devassa será necessario verdos alguns autos ou feitos que estiuerm sentenceados ou por sentencear, os mandareis pera isso trazer ante vós, e depois de vistos e tirados delles os treslados autenticos que necessarios forem, que me mandareis com as vias com o que parecer a todos, e os propios se tornaraõ aos escriptaens ou juizes em cujo poder estauaõ, e ao dito Arcebispo emcomendo se queira ajuntar comvosco pera effeito de se tirar esta devassa, pois se pretende della o seruiço de Deus e o bem do gouerno da justiça daquelle estado, o que lhe direis de minha parte. E mando a todos os dezembargadores da dita Relação, e a quaesquer outros officiaes de justiça vos obedeçaõ em tudo o que lhes mandardes pera o effeito de se tirar esta devassa como mando sem embargo de quaesquer preuilegios que tiuerem, regimentos, ou prouisoens minhas que o encontrem porque por esta vez as ey todas por derogadas, inda que aqui se não faça expressa declaração dellas, e sem embargo de qualquer Ordenação que aja em contrario e da Ordenação do segundo liuro, titulo corenta e noue, que diz que se não entenda ser por mim derogada ordenação alguã se della ou da sustancia della não fizer expressa e declarada menção. E este aluará se cumprirá como se nelle contem posto que não seia passado pela chancelaria e o effeito delle aja de durar mais de hum ano sem embargo da Ordenação em contrario. Francisco Matoso o fez em Madrid a xxxj de Março de M. D. nouenta e seis. Antonio Moniz da Fonsequa o fez escrever.

REY.

Aluará pera Vossa Magestade ver (a)

(Livro 1.º fl. 66)

(a) Ao pé da primeira pagina tem estas assignaturas :
Pero Barbosa—Jorje de Cubedo.

219.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Por ter alguãs informações de conuir muito a meu serviço tirarse de-uassa dos desembargadores e outros letrados que me seruem nas partes da India, mandey passar huã prouisaõ minha para vós e o Arcebispo de Goa, e o bacharel Pero da Silua, que ora enuio por meu Chançaler da Relaçãõ da dita cidade, a tirardes na forma declarada na dita prouisaõ que se uos entregará com esta; pelo que vos encomendo que tanto que chegardes á India deis ordem para se começar a tirar, e que se proceda nella com todo o cuidado e diligencia necessaria para se saber a verdade inteiramente como o eu confio de uós. Escrita em Acequa ao primeiro de Abril de 96.

REY.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India—5.ª via.
(Livro 2.º fl. 331)

220.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Eu fuy informado que pendendo demanda entre Nuno Velho Pereira e o Procurador de minha fazenda nas partes da India que entãõ era Simaõ Pereira, a qual importaria uinte mil pardãos pouco mais ou menos, e tendosse posta sentença em fauor de Nuno Velho hum dos juizes allegou huã Ordenaçãõ pella qual ficaua sendo claro que não tinha elle justiça, e que querendo os juizes romper a sentença e pôr outra em fauor de minha fazenda por assy ser justiça, o dito Simaõ Pereira disse como meu Procurador que o não fizessem, e que elle uiria com embargos á sentença, e que se reuogaria, e que parecendo isto bem o fizeram assy, e que depois não ueo com os embargos por ser amigo de Nuno Velho lembrandose lhe

que uiesse com elles, e que por isso passou a sentença em cousa julgada: e porque conuem a meu seruiço que se saiba a uerdade disto, uos encomendo que tanto que chegardes á India uos informeis do que neste negocio passou, fazendo uir perante uós o feito e chamando os juizes que foram na dita sentença e ouuindoos, e o que disserem lhes fareis assinar, e tomareis as mais informações e preguntareis as testemunhas que necessarias forem para se saber a uerdade, e se foy assy o que se me diz de Simaõ Pereira, e depois tratareis na mesa da Relação estando presente o chanceler Pero da Silua tudo o que achardes, e se for assy como se me tem dito, e que por culpa ou descuido de Simaõ Pereira passou a sentença em cousa julgada contra justiça, ordenareis que se reueja e para isso uos dou o poder necessário sem embargo de ser passado o tempo, e da lei noua das reuistas, e de quaesquer outras que aja em contrario, porque assy o hey por bem sem embargo da Ordenação do Lib. 2, titulo 20, que diz que se não entenda ser derogada Ordenação alguã se della e da sustancia della se não fizer expressa menção e especial derrogação; e ordenareis que se passe requisitoria por uias para Nuno Velho ser citado para a dita reuista, e enuiarmeeis o traslado dos autos e diligencias que fizerdes para eu saber o que neste negocio passou, e a culpa ou descarga que dellas resulta contra o dito Simaõ Pereira. Escrita em Acequa ao primeiro de Abril de 1596.

REY.

Para o Conde Almirante VisoRey da India—2.^a via.

(Livro 2.^o fl. 333—5.^a via fl. 349)

221.

Conde Almirante, Visortey amigo. Eu tenho assentado, como sabeis, que em cada huã das náos que daqui em diante forem para a India vão córenta mosqueteiros obrigados á mesma não para a ida e tornada, e que comesse aver efeito esta ordem nesta armada em que

his; e porque me apontastes que seria melhor ordenardes que os ditos mosqueteiros venhaõ nas ditas náos da India pera cá que he o tempo em que mais necessarios são para defensão delas, porque á ida se podem escusar soposta a muita gente que vay nas náos omde os capitaens delas podem imda fazer mais mosqueteiros que os ditos corenta em cada huã pomdo toda a gente em ordem de guerra como o lenaõ por regimento, vos emcomendo que asy o façaes comprir inteiramente, e que naõ venha não alguma dessas partes para este Reyno sem trazer os ditos corenta mosqueteiros que ordenareis que se fação dos soldados que de qua forem aquelle mesmo anno conhecidos por mais suficientes dos capitaens das ditas náos, de quem tomareis emformação disso, aos quais dareis mais soldo do ordinario, aquele que vos parecer que he justo e conveniente, de que me avisateis, e no dito numero dos corenta mosqueteiros de cada não poderaõ entrar os soldados que com vossa licença vierem da India para o Reyno, e estes taes vereis se denem aver soldos ou naõ, e se será o ordinario, ou com a vantagem que fizerdes aos outros que recebem o prejuizo de naõ ficarem na India imdo de cá determinados para isso. Escrita em Lisboa a 2 de Abril de 596.—E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

II. (a). Eu sou informado que nas náos da carreira da India quando chegaõ a ella sobejaõ muitos mantimentos que os capitaens delas tomaõ para si, ou daõ a outras pessoas, o que tambem se faz em Moçambique, pelo que uos encomendo que ordeneis como isto se naõ faça mais e se goardem os ditos mantimentos pera a tornaviagem das náos, e do que nisto fizerdes me avisareis.

REY.

Miguel de Monra.

(a) Este Capitulo em forma de *Post scriptum* he da letra do Secretario Diogo Velho.

Sobre a ordem dos corenta mosqueteiros que haõ de ir da India para este Reino em cada huã das náos desta armada—Para Vossa Magestade ver—3.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Visorrey da India—Terceira via.

(Livro 2.º fl. 335)

222.

Conde Almirante, Visorrey amigo.¶ Por entender por cartas do Visorrey Matias de Albuquerque que vieraõ nas náos do anno de 594 que os Religiosos da Companhia de Jesus que amdaõ na conuersaõ do Japaõ de alguns annos a esta parte padesiaõ grandes perseguições por defemderem e comseruarem o Evangelho que tem promulgado naquele Reyno, e os cristaõs que já tem feito nele, naõ deixando por isso de hie cultivando aquella cristandade, lhe mamdey escreuer pelas náos do anno passado que os dous mil cruzados que aviaõ de minha fazenda para sustentaçã dos Religiosos que amdaõ nesta comuerssaõ que se lhe pagauaõ, mil em Malaca, e mil no remdimento das terras de Salsete, de que lhe tinha feito esmola por tempo de cinco annos que se acabaraõ em Agosto de 93, e lhe o dito Matias d'Albuquerque hia dando até sobre isso ter recado meu, aua por bem de fazer merce aos ditos Religiosos que ouuesem os ditos dous mil cruzados por tempo de outros cinco annos que se auiaõ de comessar no dia em que se acabaraõ os primeiros cinco por que estauaõ prouidos; pelo que vos emcomendo que lhe façaes fazer bom pagamento da dita contia conforme a prouisaõ ou carta minha desta esmola e pelo tempo nela declarado.

II. Os ditos Religiosos me pedem (como pediraõ já os annos passados) que ouuesse por meu seruiço mandar que se ordenasse em Macáo huã casa sua para se

recolherem em semelhantes perseguições como esta que padecião, e que de esmolas tinhaõ já feito hum recolhimento na dita pousaçã de Macão; e posto que o Vissorrey Matias de Albuquerque tambem me escreneo o anno de 94 que lho parecia seruiço de Deos e meu comceder a estes Religiosos o que pedião, lhe mandey que tomasse particular informaçã da necessidade que ania desta casa para o efeito da comseruação daquela cristandade e quantos Religiosos deniaõ de rezedi nela em caso que me parcesse que convinha avela, e o que se lhe daria cada anno de minha fazemda para sua sustentaçã, vos emcomendo que tanto que chegardes á India vos emformeis muito particularmente desta materia e me anissey do que sobre isto achardes com vosso parecer, e eu mamdey dizer a Nicoláo Pimenta que ora vay por Visitador da Companhia daquelas partes que não vãõ com a obra deste Collegio por diante até terdes reposta minha do que ouner por bem, a qual se lhe dará depois que tiver vossa emformaçã. Escrita em Lisboa a 2 de abril de M. .D. nonenta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Sobre o pagamento dos dous mil cruzados de que Vossa Magestade tem feito esmola por tempo de cinco annos aos Religiosos da Companhia que aindaõ na converssaõ do Japaõ, e sobre o Collegio de Macão.—Para Vossa Magestade ver.—2.º via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India, do seu concelho.—Segunda via.

(Livro 2.º f. 341)

223.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey uos en-
 uio muito saudar, como aquelle que amo. Por este anno
 não poder ir pessoa provida do cargo de Veedor da fa-
 fienda de Goa, posto que se procurou, como sabeis, hey
 por bem que Antonio Giralte se detenha na India outro
 anno servindo este cargo, até que eu nomee pessoa que
 fique em seu lugar, e assi vos encomendo que lhe orde-
 neis que o faça, e que se for falecido ou ausente proue-
 jaes a serventia delle em algum fidalgo velho ou outra
 pessoa de qualidade competente, e da experiencia e maes
 partes necessarias, tendo nesta eleição tanta conta com
 a authoridade e qualidade da pessoa como com a sufficien-
 cia e confiança que o cargo requiere, como o eu de vós
 confio, e no anno que vem irá pessoa provida por mim
 delle. Escrita na Aoequa a 7 de Abril de 1596.

REY.

Pera o Conde da Vidigueira VisoRey da India—4.,
 via (sic)

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, al-
 mirante e VisoRey da India, do seu concelho.—Segunda
 via.

(Livro 2.º fl. 39)

1596.

SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL.

224.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este
 meu alvará virem que auendo eu respeito ás muitas e
 muy ordinarias e extraordinarias despesas que têm ca-
 danno este estado assy com o prouimento das fortale-

zas delle como com a compra das cousas necessárias para a ribeira de Sua Magestade, almazens, e armadas que desta cidade saem cadanno que todas se ordenaõ e fazem com o dinheiro na maõ sem do Reyno vir algum soprimto para ellas, e auendo outrosy respeito ao remedio de tudo estar a meu cargo e depender de mim, e ás muitas e grandes perdas que tem recebido os vassallos del Rey meu senhor e mercadores que residem nestas partes, e querendoo eu dar sem elles terem oppressaõ algumã, considerando que huã das millores rendas que o dito Senhor tem na India he a alfandega de Diu que este anno se arrendou perante mim e os officiaes da fazenda a Gaspar da Silua morador naquella fortaleza por tempo de tres annos por preço e contia de cento e noue mil pardãos de larins cada anno, e desejando eu que a dita renda seja certa em todos os ditos tres annos, e naõ se diminua, nem se façaõ della emprestimos e despesas fantasticas, ey por bem e mando que da feitura deste em diante se ordene e faça na casa da alfandega de Diu huã arca forte com tres fechaduras de fechos diferentes com tres chaues. que se porá na mais segura casa que ouuer na dita alfandega, e huã das chaues da dita arca terá o feytor de Sua Magestade, outra o Juiz dalfandega, e a outra o mais antigo escriuaõ da feitoria, e na dita arca se meterá cada dia o dinheiro que render a dita alfandega, e tambem se meterá o que render a alfandega de Gogalá, e todas as outras rendas que ha em Diu, que pertencem á fazenda de Sua Magestade, sem estarem em poder doutra alguã pessoa; e cada tres meses quando se ouuer de fazer pagamento do quartel das ordinarias da dita fortaleza se tirará da dita arca o dinheiro que ellas montarem somente conforme ao Regimento, e mais naõ, nem antes de se acabarem os tres meses, só penna de todo o dinheiro que se mais tirar o pagarem por suas fazendas os ditos tres officiaes que haõ de ter as tres chaues, e mais quinhentos cruzados cada hum para captaõ e accusador, e serem suspensos de seus cargos,

e a demasia que ficar depois de serem tiradas as ditas ordinarias estará na dita arca sem della se fazer despesa alguã inda que se ofereçaõ casos naõ esperados, senaõ quando o VisoRey ou Gouernador que for da India o mandar per sua prouisaõ; e o Juiz da alfandega naõ deixará tirar despacho algum de ouro, prata, ou outra qualquer sorte de fazenda que a ella for a pessoa alguma de qualquer callidade e condiçaõ que seja sem primeiro pagar os direitos na dita alfandega que dela deuer, e tanto que os pagar se meteraõ na dita arca, e o contratador naõ fará pagamento algum por escritos de fora ao feitor nem a outra alguã pessoa á conta do rendimento da dita alfandega sob penna de perder a contia dos ditos escritos para catiuos e acusador. E o que a dita alfandega grande de Diu render mais que os ditos cento e noue mil pardãos de larins cadanno os ditos officiaes que haõ de ter as tres chaues o entregaraõ no fim do anno ao dito contratador conforme á condiçaõ de seu arrendamento, e asinará como o recebe, e na dita arca averá hum liuro bem encadernado cujas folhas seraõ contadas e numeradas pello dito Juiz dalfandega, e no fim fará seu encerramento delas per elle assinado, no qual liuro o dito escriuaõ da feitoria escreuerá todo o dinheiro que entrar na dita arca per adições e assentos apartados pelos quaes a todo tempo claramente se possa ver quanto rendeo cadanno a alfandega grande de Diu, e quanto renderaõ a de Gogalá, e as outras rendas de Sua Magestade, e ao pé das ditas adições se assina- raõ todos os ditos officiaes, e pella mesma maneira se faraõ adições do dinheiro que se tirar da dita arca pella ordem e forma desta prouisaõ. Noteficoo asy ao capitaõ que ora he e ao diante for da dita fortaleza de Diu, Veador da fazenda de Sua Magestade, feitor, juiz da alfandega, contratador, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, e lhès mando que o cumpraõ e guardem, e façaõ comprir e guardar sem duuida nem embargo algum como se nelle contem, que valerá como carta posto.

que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Liuro, titulo 20, que o contrario dispoem. E será registado no Liuro da feitoria, e este proprio estará na dita arca com o liuro que nela mando que aja. Joaõ de Freitas o fez em Goa a xiiij de Janeiro de 1596. Luis da Gama o fez escrever — *O Viso Rey.*

*Confirmação desta Prouisaõ que vai registada no
Liuro dos (sic) fl. 74.*

(A'margem)

Dom Francisco da Gama &c. Faço saber aos que este meu aluará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do seruiço delRey meu Senhor e bem de sua fazenda, ey por bem e me praz de confirmar e por este confirmo o aluará escrito na outra mea folha desta folha que o VisoRey que foi Mathias d'Albuquerque mandou passar sobre a arrecadação do rendimento dalsandega da fortaleza de Diu e mais rendas que nella tem Sua Magestade. Noteficoo assy ao Veedor da fazenda do dito Senhor, Capitaõ de Diu, feitor, Juiz dalsandega da dita fortaleza, contratador, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façaõ cumprir e guardar sem duuida alguã. E este valerá como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrario despoem, e naõ passará pela chançalaria por ser do seruiço de Sua Magestade. Migel de Sá o fez em Goa a dous d'agosto de mil e seiscentos. Luis da Gama o fez escrever. — *O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl 78)

225.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que em hum capitulo do Regimento

nouo da matricula geral destas partes da India, que ordeney, e Sua Magestade confirmou por sua prouisaõ, he declarado que senaõ pague mais gente que a ordenada para o presidio de cada huã das fortalezas deste estado apresentando cada soldado certidaõ do escriuaõ da matricula do que vence, e como tem seu titulo corrente, e guardamdosse esta minha ordem na fortaleza de Ormuz os soldados ordenados a ella por sua petiçaõ me emviaraõ dizer que mandamdo elles requerer a esta corte ao escriuaõ da matricula geral suas certidoes para bem de seus pagamentos por ontras do Ouvidor de Ormuz de como ficauaõ actualmente seruimdo por naõ poderem sair da dita fortaleza, lhas naõ passou dando por rezaõ deuerem em seus titulos dinheiro á fazenda de Sua Magestade té fim do anno de nouenta e tres, e sem as ditas certidoes o feitor d'Ormuz lhe naõ queria fazer pagamento, pedindome os mandasse propher com justiça, pelo que mandei tomar informaçãõ dos officiaes da matricula do que nisto passaua, e fuy informado ser costume antigo pagarsse aos soldados da dita fortaleza de Ormuz o mantimento a razãõ de seiscentos reis por mes, naõ se pagando nas outras mais que duzentos sesemta e seis reis e dous terços, e por esta maneira eraõ maiores os quarteis do que tinhaõ de vencimento, e com a dita informaçãõ mandey que na mesa da fazenda e da Relaçãõ com os desembargadores e officiaes della se assentasse o que fosse mais seruiço de Sua Magestade e se fizesse justiça aos soldados daquele presidio; o que tudo visto se assentou por elles que se fizesse conta nos titulos dos soldados que residiraõ na dita fortaleza té fim do anno de noventa e tres a razãõ de seiscentos reis de mantimentos por mes, posto que o ordinario fosse menos, e dahi em diante vencessem o mantimento ordinario; pelo que mando ao escriuaõ da matricula geral e aos officiaes della façaõ conta aos soldados que residiraõ na dita fortaleza de Ormuz do que se verificar por seus titulos e a mais proua ordinaria que tem vencido até fim do dito

anno de nouenta e tres a ração de seiscentos reis por mes, e se lhes passem certidoes tendo dinheiro em seus titulos, e estando correntes, posto que aja outra ordem e regimento em contrario por o mesmo se conceder aos homens da guarda do capitão de Damaõ e a outras pessoas por prouisoões dos Viso Reis e Governadores passados conforme a imformação que me disse foi dada, e do dito anno de nouenta e tres em diante ajaõ o vencimento ordinario. Notefiquoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, e ao dito escriuaõ da matricula geral, mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum. Esteuaõ Nunes o fez em Goa a xbij de janeiro de 1596. Luis da Gama o fez escrever.—O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 80)

226.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluara virem que auendo eu respeito ás muitas e muy ordinarias despesas que tem este estado asy com o prouimento das fortalezas delle como com a compra das cousas necessarias para a ribeira de Sua Magestade. almazens, e armadas que desta cidade saem cada anno, que todas se ordenaõ e fazem com dinheiro na maõ sem do Reyno vir algum suprimimento para ellas, e auendo outrosy respeito ao remedio depender de mim, e por outros justos respeitos que me a isto mouem do seruiço do dito Senhor, hey por bem e me praz, e por este mando em seu nome ao capitão da fortaleza de Ormuz e a Simaõ da Costa superintendente da fazenda de Sua Magestade na dita fortaleza, e a' João Rodrigues do Souto feitor ou quem seu cargo servir, e ao almoxarife della, que este anno presente de nouenta e seis naõ mande comprar nem compre arroz algum de fardo, nem se venda o que está no deposito nem menos compre cayto, cor-

doulha feita, ferro, camaras, artelharía, fateixas, breu, taboado, nem outra alguã cousa desta sorte, e todo o rendimento da alfandega da dita fortaleza me enviem nesta primeira monçaõ que vem, auendo outrosy respeito ás muitas necessidades que ao presente este estado tem e cada dia sobreuem outras de nouo para o que se ha mister todo o dito rendimento, o que huns e outros compriraõ sem duuida nem embargo algum que a isto seja posto por asy cumprir ao seruiço de Sua Magestade. Esteuaõ Nunez o fez em Goa a xxiiij de janeiro de 1596. E este se passou por duas vias, comprido hum outro naõ averá efeito. Luis da Gama o fez escrever.— Nem se faça pagamento nenhum do dinheiro que se deua de fazendas acima nomeadas saluo as ordinarias forçadas, nem menos despesas fantasticas como Sua Magestade lhe chama, nem se compre salitre sô as mesmas penas acima.—*O Viso Rey*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 81 v)

227.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que auendo respeito a Sua Magestade mandar em seu Regimento aos Comtadores da casa da fazenda dos contos destas partes com pena de perdimento de seus cargos que naõ leuem em conta aos feitores e officiaes do recebimento nenhuma despeza nem pagamento que for feito por elles contra o dito Regimento, e que auendo excessos nos preços das cousas que se comprarem para o prouimento das fortalezas e armadas se naõ lene em conta sem primeiro o Prouedor mór dos contos verificar os taes preços; e porque o dito Regimento se naõ cumpre, e os feitores contra forma delle fazem muitas despesas e compras por mandados dos capitães das fortalezas deste estado sendo elles e seus feitores os que vemdem as mesmas cousas asy para presentes e embaixadas que mandaõ como para prouimentos que podem hem escusar contandoas por preços muy alterados de módo que vaõ estas desordens em tal cre-

eimento que se consomem e se gasta mais dinheiro em despesas extraordinarias e fantastiquas que nas ordinarias das ditas fortalezas, e querendo nisso prouer ey por bem e mandando aos ditos Contadores que nas contas que da feitura deste em diante tomarem naõ leuem em conta nenhuãs despesas que forem feitas contra forma do Regimento sem primeiro fazerem huã lista de todos os mandados, assentos, e papeis por omde se fizeraõ a qual daraõ ao dito Prouedor mór, que com os officiaes da mesa detriminará o que for serviço de Sua Magestade, ajuntandose para este efeito o Juiz dos feitos e o Procurador da Coroa (sendo necessario), e quando as taes despesas forem de calidade que se me deua dar rezaõ dellas o fará, e sem despacho da mesa se naõ leuaraõ em conta, e das cousas que se comprarem para prouimento das ditas fortalezas e armadas, ou para dar ou mandar de presentes, fará o dito contador outra lista separada em que declare a calidade e preços de cada huã, a qual dará ao dito Prouedor mór, a que mando em nome de Sua Magestade que muito particularmente se informe dos preços que valiaõ na terra ao tempo que se compraraõ, e da necessidade que avia para se comprarem, e achando que alguãs dellas se poderaõ escusar, ou que eu, o VisoRey e Gouvernador que gouernar este estado, ou Vedor da fazenda as poderaõ mandar desta cidade ou doutra parte omde custaraõ menos, e que sem lho fazerem a saber as compraraõ, se naõ levará em conta o dinheiro que se nisso despender, e constando ao dito Prouedor mór pelas diligencias que fizer que os taes prouimentos eraõ necessarios, e que naõ avia tempo para auisar-me disso ou ao dito VisoRey e Gouvernador que for da India, virifícará pelos liuros dos despachos da alfandega ou por testemunhas os preços que valiaõ na terra, e tudo o mais que se achar que leuou á fazenda de Sua Magestade fará logo pagar em dobro ao tal official sem esperar o fim da conta, e alegando elle que o fez por mandado do capitão da fortaleza dumde for feitor, ou constando que as tuas cousas foraõ compradas ao seu

feitor, fará logo carregar em receita sobre o executor o dobro do que mais custar para o arrecadar pela fazenda do dito capitão, por quanto Sua Magestade manda no Regimento aos capitães das ditas fortalezas que por nenhuma via se entrometaõ nem mandem em sua fazenda posto que tenhaõ poderes de Vedores della, e isto se cumprirá sem embargo do quaesquer assentos que os ditos Capitães fizeraõ ainda que os Vedores e superintendentes da fazenda uenhaõ nelles asinados, por quanto as prouisoões e poderes que se lhe concedem nunca se deuem entender para estrago della; e esta se notificará aos contadores e se registrará no liuro dos Regimentos dos ditos contos sob pena de o contador que o não cumprir perder o cargo para o mais não servir. Notefiquoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Prouedor mór dos contos, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer para que o cumprão e guardem, e façaõ inteiramente cumprir e guardar na maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoẽ. João de Freitas o fez em Goa a xxx de janeiro de 1596. E isto se entemderá taõbem nas contas que já estaõ nos contos de que as partes tenhaõ tirado quitação, e mandado ao Prouedor mór, e aos contadores e reuedor das contas que em todas ellas cumprão esta prouisaõ.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 83)

228.

Dom Phelipe &c. faço saber aos que esta minha carta de ley virem que avendo eu respeito a ter reservado para minha fazenda o trato da pimenta das partes da India e prohibido sob graves penas de perdimento de fazenda, embarcações, e da mesma pimenta que for achada não vir para a carga das náos que vem das ditas partes para este Reino com ella, e se ter visto por ex-

perfeição que muitas náos carregão pimenta contra minhas defesas sem serem confiscadas e julgadas por portos onde as ditas náos carregão pimenta, com o que com mais liberdade em prejuizo de minha fazenda se leua a dita pimenta para Ormuz, Mascate, e outras partes, e querendo nisto prover como cumpre a meu serviço, por esta mandado e defendo que nenhuma embarcação de qualquer porto que for carregue pimenta se não for para minhas feitorias onde se toma a pesso para a carga das náos que vem para este Reino, sob pena de ser perdida a não ou embarcação em que se achar pimenta contra minhas defesas, imda que o senhorio della não venha na dita não nem estivesse presente á carga della, nem fosse sabedor que se metia nella pimenta, nem disso tiuesse noticia o capitão ou officiaes a cujo cargo estiner a dita não, e posto que a pimenta se carregue escomdida a modo de fardos darroz, ou de copra, ou d'açafrão, ou de qualquer mercadoria ou fazenda, e imda que vá misturada com mantimentos ou com qualquer outro genero de legumes, porque por qualquer via, modo, e invemção que se carregue mais da que ordinariamente possa ser necessaria para comida dos que vão na dita não, tanto que se achar pimenta em qualquer embarcação que não for para a carga das náos deste Reino, como dito he, será perdida a dita não, anetade para quem descobrir a dita pimenta e a outra ametade para minha fazenda, sem o senhorio da tal embarcação poder alegar abeencia ou ignorancia sua ou do capitão ou officiaes a cujo cargo ella estiuer, e imda que elle nem o capitão nem os officiaes sejaõ disso sabedores, e posto que conste que fizeraõ e mandaraõ fazer todas as diligencias e exames necessarios para não ir na dita embarcação pimenta, comtudo se perderaõ as ditas embarcações em que for achada pimenta, como dito he, e as pessoas que nellas tratarem ou os senhorios das náos em que se carregar, sabendoos elles e consentindoos, emcorreraõ em pena de morte natural e em perdimento de todos seus

bens sem remisaõ alguã na forma do Regimento que he passado para o trato da pimenta. Notefiquon asy ao meu VisoRey e Governador das partes da India, e ao Vedor de minha fazenda em ellas, Onuidor geral do crime, mais officiaes e pessoas a que esta for apresentada e o conhecimento della com direito pertencer e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nella contem sem duuida nem embargo algum; e esta será apregoada na cidade de Goa pela praça e lugares publicos della para a todos ser notorio: o que por ella mando e naõ poderem em algum tempo aleguar ignorancia, e da publicaçã se passará certidaõ nas costas desta. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas reais da Coroa de Portugal ao derradeiro de Janeiro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e seu VisoRey da India &c com parecer dos desembargadores das ditas partes. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos noventa e seis. Luis da Gama o fez escrever.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 85)

229.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que eu sou informado que por se embarcarem nas náos que vaõ destas partes para o Reino maiores caixões e fardos do que he ordenado per Regimento naõ podem as ditas náos ir bem arrumadas, por cuja causa tem grandes estoruos em sua navegaçaõ, e a fazenda delRey meu senhor recebe notauel perda e a de seus vassallos, e querendo nisto prouer ey por bem e mando que toda a pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que for que embarcar ou mandar embarcar fardos para o Reino em caixas ou caixões sejaõ os ditos caixões de seis palmos de comprido e tres de alto e tres

de largo, e os fardos seraõ de cinco palmos e meio de comprido, tres de largo, e hum e meio de alto, sob pena que todos os caixões e fardos que se acharem maiores serem perdidos conforme ao Regimento. Notefiquo ahy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade da carga das náos, contratadores dellas, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle perteneer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e para que venha á noticia de todos mando que este seja apregoado pelas praças e lugares publicos desta cidade, e em Cochim; e registado nos Livros da fazenda e feitoria do dito Cochim de que se fará asento nas costas delle. Antonio da Cunha o fez em Goa a x de fevereiro 1596.—Luis da Gama o fiz escreuer.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 87)

230.

Dom Felippe Esc. aos que esta minha carta carta de ley virem faço saber que eu sou informado que na cidade de Cochim andaõ mnitos homens por ella com espingardas e arcabuzes ceuados e murreõs acesos, e com panelas de poluora sem temor das minhas justiçaes cometendo com as semelhantes cousas muitos insultos graues e inquietando a dita cidade e os moradores della, trazem consigo seus escravos com muitas armas offensiuas e defensiuas, e os ditos escravos andando sem seus senhores trazem tambem adagas, facas, e bordoẽs e outros páos com que podem fazer muito dano, e querendo eu atalhar inconvenientes taõ prejudiciaes ao seruiço de Deos e men, pola quietaçaõ daquelle cidade e povo della, por isto mesmo se usar na minha cidade de Goa, ey por bem e me praz, e por esta mando e delendo que da publicacaõ desta minha ley em diante se guarde a ordem seguinte, a saber, que nũa pessoa de qualquer qualidade e condiçaõ que seja ande na dita cidade

e seus termos, de dia nem de noite, com espingarda nem arcabuz ceuado e murraõ aceso, nem com panella de poluora, porque sendo achado será preso e perderá a dita espingarda ou arcabuz para o meyrinho que o prender, e será degradado por cinco annos para Maluco, e sendolhe prouado que com a dita espingarda, arcabuz, ou panella de poluora atirou a alguã pessoa ou pessoas, posto que não ferisse nem queimasse, será degradado por dez annos para Maluquo sem remissão, alem de perder as ditas armas; e auendo ferimento ou queimadura de pessoa alguã, ou resistindo a qualquer official de justiça com disparar a espingarda ou arcabuz, ou deitar panella de poluora, posto que não aja ferimento nem queimadura, morrerá por isso morte natural, e perderá todos seus bens para minha Coroa, e nas mesmas penas encorrerão os que para isso lhe derem fauor e ajuda, e nestes dous casos derradeiros que trato de pena de morte e degredo para Maluco se tirará deusssa pelos julgadores tanto que vier á sua noticia que os ditos casos se cometerão, e se procederá na forma acima dita contra os que nela se acharem culpados. E que nhũ cafre, nem outra pessoa alguã catiua traga arma de qualquer sorte que seja, a saber, faca, adaga, bordaõ, nem bambú, nem ripa, e poderá trazer espada somente em companhia de seu senhor, e o que for achado com as ditas cousas acima as perderá, e pagará da cadeia dous mil reis, ametade para o meyrinho ou o ministro da justiça que lhas tomar e contar, e outra ametade para huã obra pia. E que nhũ pessoa de qualquer qualidade e comdição que seja casado na dita cidade, de dia nem noite, nem solteiro, traga lança ou alabarda, ou outra arma comprida, nem arredellas, salvo hindo em companhia de sua molher e filhas, porque então as poderaõ levar e os da sua companhia, sob pena de perdimento das ditas armas e dez cruzados, ametade para o meyrinho ou ministro de justiça que lhas contar, e a outra ametade para huã obra pia, e uinte dias de prisão. E que qualquer homem captaõ que der, ou alenatar maõ para

Portuguez lhe seja decepada a mão, e degradado dous annos para as gallés. Que qualquer escravo ou pessoa outra que nos bazares e boticas tomar per força alguã cousa ás pessoas que venderem seja preso, e da cadeia pague mil reis, ametade para o official de justiça que o prender, e ametade para huã obra pia. Que a pessoa que não tiver fazenda nem for casado não leue nem traga pelos arrabaldes e termos da dita cidade armas, tirando espada e adagã, sob pena de as perder, e dez cruzados pagos da cadeia, ametade para o ministro de justiça que lhas contar, e a outra ametade para huã obra pia; as quaes penas todas poderá julgar o Ouvidor da dita cidade, e outros julgadores não. E para que a todos seja notorio sera esta minha ley apregoada na dita cidade pelas ruas e lugares publicos della, e registada na Camara de que se fará asento. Notificoo asy ao capitão e Ouvidor da dita cidade, mais justiça, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xiiij de feureiro. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de 1596.—Luis da Gama a fez escrever.—*VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 87 v.)

231.

Dom Felipe &c. aos que esta minha carta de ley virem e o conhecimento della com direito pertencer faço saber que eu ey por bem e me praz com parecer do Licenciado Lopo Alurez, Ouvidor geral do crime, e Chanceller do estado da India. que todo o quebramento que se fizer em quacequer aldeas das terras de Damaõ pelo Rama de Rana ou por seus procuradores sendo de arrendamentos de aldeas precedaõ a todos os outros

quebramentos pagandosse sempre os primeiros em tempo, e tanto que forem quebrados e notificados os senhores das ditas aldeas de como nellas são feitos os ditos quebramentos os paguem e não aos capitaães, nem a onrra nhuã pessoa sob pena de os pagarem per suas fazendas, e alem disso os capitaães que se entrometerem e arrecadarem cousa alguã antes de serem de todo pagos os ditos quebramentos pagarem por seus bens o dobro de que asy arrecadarem em suas residencias para as pessoas que tiuerem quebrados os pagamentos dos arrendamentos de suas aldeas nos foreiros de que os capitaães arretadarem. E esta minha carta de ley se registará na Camera desta Cidade e na Ouvidoria della, e se notificará ao Rama de Rana ou a seus 'procuradores, e da dita notificação se faru assento nas costas desta. Noteficoo asy ao Capitaõ de Damaõ, que ora he e ao diante for, e lles mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar eomo se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Damaõ sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xxj de Março. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do sen conselho, Viso Rey da Imdia &c. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e seis. Luis da Gama a fez escreuer.—O *Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvaras fl 89 v.)

232.

Dom Phelippe &c. aos que esta minha carta de seguro geral for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer faço saber que por justos respeitoes que me a isto mouem do seruiço de Deos e meu, bem e quietação de meus vassallos catacumenos e imfieis das fortalezas do norte que se absentaráõ por respeito da cristandade, ey por bem e me praz que todos liuremente possaõ vir viver aonde antes viauaõ, ou aonde lles a-

prouner em minhas terras seguros de se lhes fazer força ou agrano algum nem poderem ser presos nem aveçados nem constrangidos a se fazerem cristãos salvo por suas lires vontades, e mando a todas as minhas justiças os defendam e tenham debaixo de seu emparo para em nenhum tempo lhes ser feito força, antes os favoreçam e lhes façam guardar o Concilio Provincial que na cidade de Goa se celebrou, e minhas provisões; e ey outrosy por bem que contra o dito Concilio e as ditas minhas provisões pessoa alguma grande nem pequena lhes seja tomado, nem casados, nem solteiros, nem seus filhos maiores nem menores, e os cristãos e catacumenos que andarem absentes por este resprito se poderaõ vir seguramente apresentar ao Padre Gileanes Pereira, Vigario da Vara e da Igreja Matriz da cidade de Baçaim, para com elles fazer os exames necessarios e saber se querem voluntariamente ser christãos, e não querendo os pôr em sua liberdade; o que lhes asy concedo por o pedir a Mathias d'Albuquerque, do meu conselho; meu Viso Rey da India o dito Padre Vigario, e com o parecer do Licenciado Lopo Alvarez de Moura, Ouvidor geral do crime e chanceler do estado, a quem o notifiquei asy, e a todas as minhas justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumpram e guardem, e inteiramente façam cumprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum, e será apregoada na cidade de Baçaim e na povoação de Taná, e nos mais lugares da jurisdicção da dita cidade para a todos ser notorio; e poderem gozar da merce que lhes faço por esta minha carta. Dada na minha cidade de Baçaim sob o sello das minhas armas reaes da coroa de Portugal a tres de abril. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias de Albuquerque, do seu conselho, seu Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. L. Rbj (1596). Luis da Gama a fez escrever — O Viso Rey.

233.

Dom Phelipe &c. aos que esta minha carta de seguro geral for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem de seruiço de Deos e meu hey por bem e me praz que todas as pessoas que se foraõ para os inimigos na guerra passada que moveo o Melique ao estado da Imdia de lhes perdoar a pena que por isso mereciaõ excepto os abaixo nomeados, a saber. Naga Ranto, morador da Rana de Agaçaym; Zeito Naique, morador da Pacaria Vatará; Posso Naique, de Rayoly; hum filho de Dramu Naique, de Poil; Tel Naique, de Contarasa; Dramu Naique Raybata; Mal Matará, de Gaõ; Arnayque, de Poil; Benda Naique; Dambá, mouro, meloeiro; Pandimo, Tomdel de Agaçaym; Crista Matará, irmão de Naor Gatará, de Gaõ; Alobá, de Agaçaym; e Pamdimio Tandel; o qual perdaõ asy concedo por folgar de fazer mercê aos culpados, e bem e quietação das minhas terras e de meus vasallos pela informação que do caso teue Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e meu VisoRey da Imdia, e com parecer do Licenciado Lopo Alurez de Moura, Ouvidor geral do crime e chanceler do estado, a quem o notefiquo asy, e a todas as minhas justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e inteiramente façã cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Baçaim sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a tres de abril. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu VisoRey da Imdia &c. Antonio da Cunha a fez anno de MDLRbj (1596). E esta será apregoada pela praça e lugares publicos da cidade de Baçaim e terras de sua jurisdição para a todos ser notório, e da publicação se passará certidão nas costas della. Luis da Gama a fez escreuer,—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 92)

234.

Dom Felipe &c. faço saber aos que esta minha carta de ley virem e o conhecimento dela com direito pertencer como a mym me enviaraõ dizer per sua petiçaõ os Vereadores, Procuradores, e mais officiaes da Camara da cidade de Goa que os cristaõs da terra custumaõ fazer grandes gastos e excessos em seus casamentos em que ainda parece que imitaõ as cirimonias gentlicas, porque estaõ deze e quinze dias em banquetes que se daõ de parte a parte, no que elles alem de receberem muita perda tambem a tem os moradores desta cidade, porque como a maior parte destes homens saõ officiaes macanicos, carpinteiros, pedreiros, canouqueiros, e jornaleiros, e os seus banquetes durem tantos dias perdem seu jornal, e as obras que estaõ a seu cargo se acabaõ com muito vagar, pelo que inda que sejaõ pequenas as naõ querem tomar senaõ de empreitada para terem liberdade de poderem hir ás suas festas, e por este respeito as fazem mal feitas, ou fogem pelas naõ poderem fazer no tempo de seus contratos, e que como esta gente he muy envejosa, por imitarem os mais ricos vendem ás vezes o seu pedaço de chaõ e gancarias, ou se empenhaõ por sustentar esta vaidade e ruim custume, e pelas diuidas que fazem saõ presos no tromço ou fogem para a terra firme, e taõbem como os mais delles saõ demandõs, para sustentarem suas injustas demandas daõ a estes pobres dinheiro para suas festas, pelo qual os obrigaõ a jurar falso, como se tem visto e sabido per experiencia, e pedem muitas vezes joyas emprestadas para estas festas que nellas lhe furtãõ, pelo que tambem fogem; pedindome mandasse defender sob graues penas que nũa pessoa em seus casamentos fizesse festa que durasse mais que só o dia do casamento, e fóra do dito dia naõ fizessem festa nem ajuntamento de banquetes como té ora se custuma, para se euitarem os inconuenientes apontados e outros muitos que todos saõ de pouço serviço de nosso senhor e de muito prejuizo para o pouo; e visto per mym seu pedir e dizer,

ey por bem e me praz com parccer dos desembargadores da Relaçãõ, e mando, que daqui em diante os cristãos da terra desta Ilha de Goa, Bardez, e Salcete, e todas as mais a ella adjacentes naõ possaõ fazer festa em seus casamentos que dure mais que hum só dia, que será o dia em que se receberem, e passado o dito dia do casamento naõ poderaõ fazer festa alguã nem ajuntamento de banquetes sob pena que quem o contrario fizer, sendo Gancar, ser preso no tronco da dita cidade tres meses, sendo outra pessoa estar preso no tromco seis meses, o que asy ey por bem para se evitarem os gastos e despesas extraordinarias e incomuenientes que se seguem de durarem os ditos ajuntamentos tantos dias como tégora se usou. Noteficoo asy ao Ounidor geral do crime do estado da India. mais justiça, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apregoada na minha cidade de Goa, e nas ditas terras de Salssete e Bardez para a todos ser notorio e saberem o que asy mando; e se registará no liuro dos registos da Camara della, e na minha chancellaria. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xx d'agosto. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu VisoKey da India &c. Estenaõ Nunez a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e seys. Luis da Gama a fez escrever.

—*O VisoKey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 93)

235.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que auendo eu respeito ao muito que importa ao serviço de Sua Magestade e bem comum de seus vassallos que os nauios de chatins destas partes naõ naueguem pela costa do Malabar nem pola do

Norte sem cañilla pera poderem hir e vir mais seguros e não poderem ser tomados dos Malauares e doutros cossarios que de continuo nauegaõ pelo mar daquelas costas, e querendo nisto prouer, ey por, bem pelos ditos respeitos e outros justos que me a isto mouem, e mando e defendo em nome de Sua Magestade que da publicaçãõ deste em diante nhuã pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que for nauegue desta cidade pera as fortalezas que Sua Magestade tem na costa do Malauar até a cidade de Cochim, e para as do Norte até Cambaya, e dellas para esta cidade, e dos portos daquelas costas em em nathios seus ou alheos sem cañilla, sob pena de todo aquelle que o contrario fizer perder os tais nauios, as duas partes delles para a ribeira de Sua Magestade, e a terça parte para quem os acusar, e os marinheiros dos ditos nauios serem catiuos para as gallés do estado pera todo sempre, excepto aqueles que tiverem licença por mim asinada pera poderem nauegar sem cañilla; e os marinheiros que andarem nos ditos nauios de chatins neõ seraõ Canarins nem Tambõnas pela necessidade que Sua Magestade tem delles para suas armadas das quaes fogem os ditos marinheiros por os avantajados partidos que lhe fazem os chatins contra o seruiço de Sua Magestade; o que assy se comprirá sob as ditas penas. E para que a todos seja notorio e não se possa alegar ignorancia mando que este seja apregoado pelos lugares publicos desta cidade e da de Cochim, e das mais cidades e fortalezas da costa do Malauar e do Norte, e seja registado nos liuros dos registos das Camaras dellas, e da publicaçãõ se faça assento nellas. Noteficoo assy ao Licenciado Lopo Alurex de Moura, Chanceler, e Ouvidor geral do crime destas partes da India, para que mande ás ditas cidades e fortalezas o tréslado deste em forma que faça fee e a todos os mais officiaes e pessoas a que for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira como se nelle contem sem duuida nem embargo algum. E valerá.

como carta passada em nome de Sua Magestade selada de seu sello pendente posto que o efeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, titplo 20, que o contrario dispoẽ. Estenaõ Nunez o fez em Goa a ix de Outubro de 1596. Luis da Gama o fez escrever—*O Viso Rey.*

Postilla.

Ey por bem que o Ouvidor geral do crime tire sumario de testemunhas quando lhe for denunciado por parte do Procurador de Sua Magestade, ou de qualquer meirinho que algum navio nauega e trãs marinheiros contra forma desta provisã. e pelo que lhe constar do dito sumario proceda contra os culpados a requerimento dos sobreditos; o que assy comprirá posto que esta naõ passe pela chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade, e aja de durar mais de hum anno. Esteuõ Nunez a fez em Goa a bilij de Janeiro de 97. Luis da Gama a fez escrever —*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 95)

236.

Mathias d'Albuquerque faço saber aos que este meu aluará virem que auendo eu respeito ao que ElRey meu Senhor mamdou em huã sua Instruçã asinada por elle escrita n'Acequa ao primeiro dia d'abril deste anno presente de mil e quinhentos noventa e seis, derigida ao Comde Almirante que no mesmo anno Sua Magestade mandou por VisoRey destas partes da India, em cuja abseemcia o mesmo Senhor manda, como he publico e notorio, que eu dê á execuçaõ a dita Instruçã e as mais como se para mim foraõ dirigidas e passadas, e avendo outrosy respeito ao que o Procurador da Coroa diz na petiçaõ atrás escrita, e ao parecer dos desembargadores da Relaçã, ey por bem e me ptaç que se reueja o feito de que na dita petiçaõ se faz mençaõ sem embargo de ser passado o tempo em que se ouuera de pedir este al-

vará e da ley nona que ElRey meu Senhor mandou passar sobre as reuistas, e de quaesquer outras leis ou ordenações que em contrario aja espeeialmente da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que diz que se naõem-tenda renogada Ordenação alguma sem della se fazer expressa menção, porque neste caso naõ terá força alguma, e mando ao Juiz dos feitos de Sua Magestade nestas partes da Imdia passe suas cartas citatorias em forma para Nuno Velho Pereira em qualquer parte omde estiuer ser citado para no termo que lhe asinar por sy ou per seus procuradores parecer perante elle para estar a direito sobre a dita causa e reuistas com o Procurador de Sua Magestade até nella se dar final detriminação sob cominação que naõ parecendo no dito termo se proceder nella á sua renelia, o que asy comprirá o dito Juiz dos feitos com diligencia sem duuida alguma. Esteuaõ Nunez o fez em Goa a 29 de Nouembro de 596. E este valerá como carta feita em nome de Sua Magestade e passada por sua chancelaria posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem enibargo da Ordenação que o contrario dispoẽ. Luis da Gama o fez esrceuer.—*O Viso Rey.*

Petiçaõ.

Diz o Procurador da Coroa que por huã Instrução que V. S. tem manda fazer certa diligencia em huã deimanda que o seu Procurador moveo contra Nuno Velho Pereira sobre huã certa cantidade de contas que pertencem a sua fazenda, e por que a dita diligencia he feita. Pede a V. S. mande passar prouisaõ de reuista na forma que Sua Magestade manda para elle supplicante requerer sua justiça por parte de Sua Magestade.—E. R. M.

Despacho.

Ey por bem se passe aluará de reuista na forma da Instrução de Sua Magestade para se rever o feito de Nuno Velho Pereira com a fazenda do dito Senhor; e que se siga a ordem de Sua Magestade contenda na di-

ta Instrução. Em Relação a 29 de Novembro 96.—*O Viso Rey—Abreu—Silva—Caryro— Pais—do Canto—Machado—...?*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 96).

237.

Dom Felippe &c. a quantos esta carta de ley virem faço saber que eu mandey passar hũ alvará por mim asinado feito na Esperança a xxv de março deste anno presente de 96 que envie ás partes da India per que ouve por meu serviço e para miho e mais liure adinestracão da justiça que o meu Chanceler, Ouvidores geraes, e mais desembargadores da Relação delas não fossem visitar pessoa alguã a sua casa nem fora della por nhũ respeito nem causa que para iso ouvese, somente se podesem visitar os mesmos desembargadores hũs a outros e a seus parentes dentro do quarto grão, e com outras clausulas e declaraçoẽs conteũdas no dito alvará; que foy publicado na eassa da Chancellaria da India e outros lugares publicos da cidade de Goa, e considerando Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, meu Viso Rey que ora he das ditas partes, que o dito alvará não satisfazia em todo o meu intento, e compria a meu serviço que já que os ditos desembargadores não aviaõ de visitar, que taõbem conuinha não fossem visitados de pessoas alguãs asy por lhes não occuparem o tempo de seus despachos e impedir-lhes a liure administracão da justiça delles, como por outros respeitos que communicou com Dom Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa Primaz. e com outras pessoas, e conformandome com o parecer dos sobreditos, ey por bem e me praz, e por este mando que o dito meu alvará que asy mandey passar e que foy apregoadado se cumpra muito inteiramente com todas as clausulas e declaraçoẽs nelle conteũdas, e conforme a elle e esta minha carta de ley nenhuma pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que seja nieite aos ditos desembargadores em suas casas nem elles os con-

sintaõ nellas por nhuã via saluo somente seus parentes dentro do quarto grão, e huns desembargadores a outros, e elles limitaraõ ás partes tempo e audiencia conveniente para poderem tratar de suas causas somente, e fazendo o contrario. que naõ espero, de lho estranhar e de mandar proceder contra os culpados como parecer mais meu seruiço. Notefiquoo asy o dito Chanceler, Ouvidores gerais, mais desembargadores das ditas partes da India, e a todas as justicas, officiaes, e pessoas outras a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar o dito meu alvará, e esta carta de ley com todas as clausulas e declaraçoẽs nesta e no dito alvará conteudas sem duida nem embargo algum que a elle seja posto por quanto o ey asy por meu seruiço, e para que a todos seja notorio e sempre saibaõ como asy o ey por bem, mando que esta se pobrique na casa da Relaçã e da Chancelaria da India e nos lugares publicos da dita cidade de Goa. e se registre de verbo ad verbum no livro dos registos das ditas casas omde o dito alvará, está registado. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a seis de Dezembro. ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, VisoRey da India &c. Esteuaõ Nunez a fez anuo do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos. nouenta e seis. Luis da Gama a fez escreuer.—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 97 v.)

1597.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

238.

Conde Almirante, Visorrey, amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquele que amo. Bem quisera

como o tinha asentado antes e depois da vossa partida para essas partes; mandaruos este anno a elas mais naos; mais gente, e mais dinheiro, e mais armas e munições das que ordinariamente costumaõ yr cadado, para melhor poderdes acodir ás necessidades desse estado, e empregar o que o pode tirar delas; mas as que ao presente ha nestes Reynos não dar por ora lugar ao que eu nisto desejo, e espero prazendo a Deos que se faça o anno que vem, e se comesse antes disso indo no inverno algumas carauelas, como já se fez em outros, com o que ellas puderem lenar, e segundo as nouas que este anno tiver pelas naos em que fostes que quererá nosso Senhor que serão taes que tudo o que de cá for seja mais para novas empresas que para outros efeitos, e que a conquista de Seilaõ que he a cousa que mais cuidado dava pelos diferentes termos em que se tinha posto se acabaria prosperamente tornando-se a recuperar o perdido e melhorando-se com vossa chegada a melhor estado do bom em que a principio estava, e que nisto fareis o possivel e impossivel lembrandoos do que precisamente nesta materia vos encomendey e mandey, quasi tomandouosa menage de vos velardes do vosso parecer e openiaõ nela, pois eu o não aprouava, e só avia nisto por meu serviço o que leuastes por Instrução, que vos ey por repetida nesta carta particular.

II Alem das necessidades do Reyno e occasiões que nele ouue e ha de extraordinarias despesas para que faltou o rendimento das naos de que não uieraõ o anno passado mais que huã, também faltarão os cascos delas para poderem ir este anno seis pelo menos, e de quatro que com muito trabalho se apereberão (fazendose naos de galcoes que tanto se huã mister) aconteceu a huã não noua dentro no rio o desastre que sabereis, por onde não vay, e a que arribou das em que fostes que foi ter ao Brasil, com que se fazia conta que fossem cinco as deste anno, não he atégora chegnada, por onde não podem ir mais que tres, que sinto muito pelas rezoes que assim vos digo, mas espero que dessas partes tornem com

carga mais náos, e que posto que não possaõ ser das que leuastes a cargo que se fizessem, será alguã boa e noua que lá ajaç ou alguém queira armar para o Reyno que seja capaz de andar nesta carreira, e para este effeito mandarey que nestas tres náos vá alguã jente de sobre-solente da nauegaçõ, posto que tambem disto cá ha falta.

III. Imda que as mais das cousas sobre que agora vos pudera mandar escreuer leuastes por Instruções largas e particulares, vos tratarey nestas vias por outras cartas de alguãs sobre que me escreueo o anno passado o Visorrey Matias d'Albuquerque, que saõ respostas que a ele ouuera de mandar se ele ainda nessas partes estiuera, e sobre as que leuastes nas ditas Instruções vos não digo por ora mais até ter sobre as materias delas cartas vossas senão que voas torno de nouo a emcomendar reduzimdoouolas todas ao ponto de que tudo depem de que he responderdes inteiramente em meu seruiço com todos os requesitos de vossa obrigaçõ á grande comiança que de vós tenho que comprireis sempre com ella conseruando e aumentando esse estado que teve principio no descobrimento que o 4.º onde Almirante vosso visavõ dele fez, de maneira que não mereçais ter em de vós e de vossos seruiços a lembrança devida conforme a elles. Escrita em Lisboa a 30 de Janeiro de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Visorrey da India.—Para Vossa Magestade ver.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

A' Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almirante e VisoRey da India, do seu concelho.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 357)

239.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquele que amo. Sobre a materia da conquista de Ceilaõ me escreueo o Visorrey Matias d' Albuquerque muito particularmente tudo o que nela tinha socedido que correo prosperamente até o levantamento do Modeliar de que em suas cartas me dá conta, cujo accidente a pusera em outros termos diferentes até a partida das náos do anno passado, e porque com a vossa chegada sabereis tudo o que pudera ir em narrativa nesta carta, e ainda o mais que depois até emtaõ tivesse socedido, ey, por escusado referiruo lo pois não he de efeito para o que aveis de fazer para que basta o que tenastes por minhas Instruções, e sobeja o que sobre isso torno a escrever em huã carta particular que vay nestas vias.

II Tambem me escreueo o dito Visorrey como nos portos de Bengala corria o commercio ordinario para esse estado, e que antre os Portuguezes que neles abitaõ, por serem omiziados e viuerem á sua vontade, avia as mesmas reuoltas que dantes tinhaõ, e que desejando muito de os reduzir á obediencia dos capitaes e de minhas justicas o não pudera fazer; emcomendouos que trabalheis por estes homens se reduzirem a meu seruiço, e trateis do modo em que isto melhor se poderá efectuar.

III. E asy me escreue que os grandes do reyno de Pegú se levantaraõ contra seu Rey, e que não era já obedecido da coarta parte do seu reyno, e que com esta occasiaõ se senhoreara ElRey de Sinaõ da cidade de Tanaçarim e de outras muitas e portos, e que por este respeito não vaõ nhuãs náos de Portugezes a eles, e que este Rey continuou sempre com amizade desse estado, e muitos annos acodio com mantimentos á fortaleza de Malaca estamdo necessitada deles, pelo que vos emcomendo que no que puder ser ajudeis a este Rey na conservaçaõ do seu reyno em seu fauor procedendo ele com esse estado como atégora o fez.

IV. É asy me diz que os Turcos não pretendarão levar mais madeiras daquele reyno salvo alguma para o concerto de suas náos, mas que são muito favorecidos nele por ser o principal Regedor mouro que trabalha por emperar em todas as cousas desse estado; emcomendouos tenhaes muita vigilancia em não leuarem os Turcos madeira nhuã asy do reyno de Pegú como do Dachein, omde deneis dar ordem como se trate isto particularmente com ElRey do Dachein, pois mostra tanto desejo da amizade desse estado e trata dela.

V. Tambem me diz o dito Mathias d'Albuquerque que muido o Dachein com instancias que lhe ele tinha feitas com suas cartas se resolveira em largar o Bispo da China com todos os mais Portugueses que lá tinha, tirando hum irmão de Dom Francisco d'Eça que inda ficaua em seu poder; emcomendouos que trateis de sua liberdade, se já a não tiuer, e da conseruação da amizade do dito Dachein sem muitos penhores nela da vossa parte, que parece será facil de fazer, pois ele está tão disposto para isso que diz o dito Matias d'Albuquerque que o Dachein lhe mandára huã embaixada tratamdo nela com muito emcarecimento do desejo que tem de aver paz jurada antre ele e esse estado, e que vão os Portugueses com suas nuos carregar pimenta e outras drogas a seu reino, e que tenhaõ nele trato o comercio, e nisto não tenho mais que vos escrever que o acima dito, remetendome tambem ás Instruções que leuastes sobre esta materia.

VI Tambem me escreue que ao presente se não podia tratar daquella empreza do Dachein, e que o melhor meio que podia aver para se entreter no estado em que as cousas dele estão he ir continuando em forma de amizade com aquele Rey com se fazer comercio de Malaca para seus portos com toda a vegia e cautela, e com o mesmo resgoardo consentir que os Dacheins vão áquella fortaleza sem se concluirem estas pazes, nem obrigar o estado a elas; pelo que vos emcomendo que nesta forma vades continuando com a amizade do Dachein

adiuertindo que não vão os Dachens á fortaleza de Malaca em tanto numero que possaõ intentar algũa treicaõ nem vejaõ coussa que os comuide a ella, e entendiendo vós que se deue nesta materia proceder em outro modo me avissareis disso, e por me parecer porosa bem o que aponta Matias de Albuquerque vos digo no capitulo atrás que uos não penhoreis muito com o Dachem.

VII. Tambem me dá conta que tanto que chegou a Goa o capitão da naueta do Dachem que se perdeu em Surrate e lhe emuiou os papeis do socedido e carta do Bispo da China propôs o caso em conselho e se asentou que se entregasse toda a fazenda do Dachem a seus embaixadores que emtaõ estauão naquela cidade quando a fossem pedir, damdolhe a entender que por respeito das obras que o estado tinha recebido do seu Reyno e gasalhado que mandou fazer ao Bispo e aos mais Portugueses que escaparaõ em suas terras no naufragio que nelas tiueraõ, lhe daua liurementes as fazendas que deiraõ á coeta nas desse estado, o que tiue por acertado, e vos emcomendo que assy procedaes em semelhantes materias com a consideraçaõ que nelas deve aver segundo os tempos e acontecimentos.

VIII. E assy me escreue que os moradores de Macão viuem agora com mais quietação que dantes posto que entre sy tem ordinariamente brigas e deferenças que se não podem acabar, e que na monçaõ de abril mandaraõ huã prouissaõ minha per que desmendo o commercio das Indias occidentaes e Felipinas com essas orientaes por estar aquele commercio perdido, pelo que vos emcomendo tenhaes muita vigilancia em se fazer goardar a prouissaõ que sobre isto tenho passada, e nestas vias itaõ outras prouissoes minhas passadas pela coroa de Castela sobre o mesmo, conforme ás que ouuereis de leuar quando fozes, como vereia per outra carta minha ou Instrucaõ.

IX. Tambem diz que se asentara em Relaçãõ que deuia mandar vir para essa cidade o dinheiro que estaua em Macão da não que foi do Perú. de que era capitão Dom Rodrigo de Cordoua que morreu vindo para este Reyno

na mão Chagas, para se ver se era perdido conforme ás provisões da defessa daquelle commercio, e que fazendo sobre isto diligencias e muitas instancias nada aprouparia; entomendouos que procureis com muito cuidado que se cobre este dinheiro que em Macáo e quaesquer outras partes estiver, e o remetteis a este Reino por letras muito seguras e abonadas para qua se entregar ao Prouedor e officiaes da Casa da India, e serem ouvidas as partes e lhe mandard fazer justiça no que a fuerem; e para os Religiosos da Companhia de Macáo e quaesquer outras pessoas que fuerem este dinheiro em seu poder folgarem de o entregar lhes senificareis como as partes a que pertence assy o pedem e requerem, e as ditas partes me pedirão cartas particulares para vós para por sua via solecitarem a cobrança e vinda deste dinheiro para este Reyno, e posto que volas não apresentem, per este capitulo vos torné a encomendar procedaes nesta materia como se nele contem, e as pessoas a que se der este dinheiro Jaraõ fiamças abonadas ao entregarem neste Reyno ao dito Prouedor e officiaes da Cassa da India.

X. E assy me escreue que fora emformado que em Moçambique estaua a gente daquela fortaleza muito inquietta com brigas e differencas que auia antre os casados e moradores da terra, e que punhaõ culpa a Dom Pedro de Sousa capitão dela por se descuidar da pax e socorro daquelles moradores vindo tanto de sua obrigação procurala, pelo que vos encomendo que quieteis e componhaes estas differencas pelo modo que vos berti parecer, e mandeis deussar dos culpados nelas como espero que já tereis feito se passaster por aquella fortaleza. E assy escreue que o forte de Sena ficaua acabado, e folgarey de particularmente saber de que effeito he o dito forte, e se está seguro dos inimigos.

XI. Tambem me diz que se vay correndo com muita breuidade na catia da fortaleza de Mombaca, e que se abrija no meio dela hum poço em que se achata muita agua, e que El Rey de Molinda viuue naquella fortaleza, e ajuda de sua parte em tudo o que pode mostrando a

afeição que tem a meu serniço, pelo que lhe concedera alguã parte do rendimento da alfamdega da mesma fortaleza, de que me tinha dado conta; emcomendouos que vos emformeis deste poço que está feito na cava, e em caso que se possa intupir em algum cerco ou outra occassião ordenareis como se faça logo huã cisterna no lugar mais comodo para isso, e que se vá continuando com a parte do rendimento daquela alfamdega que se dá ao dito Rey de Melinde, a quem fareis a saber como eu o ey asy por bem.

XII. Tambem me escreue que na fortaleza de Mascate não ouuera aquele anne sobresalto nhum de guerra, e estava quieta, e se hiaõ continuando com as obras do baluarte que Dom Jeronimo Mascarenhas deixara comessado; emcomendouos que as façaes acabar, se já o não forem, e tenhais muita conta com a goarda e vegia desta fortaleza pela importancia dela.

XIII. E asy me diz que os Mogores possuem pacificamente o Reyno do Cinde, e que saõ bem tratados nelle os Portugueses que vaõ fazer suas veniagas, e que soubera que se fazia huã não muito grande ne-uele Reyno com tenção de se mandar dahy para o estreito, que seria total destroição das alfamdegas desse estado; emcomendouos que procureis de atalhar os desenhos desta não como creio que o tereis feito ou comessado a fazer per tal modo e com tal tenta e prudencia que não resulte dahy rompersse guerra com os Mogores, pois elles agora correm bem com esse estado, porque seria de muito trabalho tomar esta contenda de nouo, principalmente estando por dauante a conquista de Ceilaõ e as esperanças que se tem da comuersaõ do Mogor, que imda que ao preremte se ajaõ por fingidas ou incertas, poderoso he Deor para tudo quando disso for seruido; e esta consideraçaõ deveis de ter no que tratardes com os Reys do Decaõ sobre iazerem ligua contra o dito Mogor.

XIV. Tambem me diz que a fortaleza de Dio estava

de paz com os vezinhos e prospera no commercio, e que Sebastião de Sousa procede nas obrigações dela com muito tento; e porque sou informado que nesta fortaleza ha algumas desordens, de que nestas vias vos emuo hús apontamentos, vos emcomendo lhe deis o remedio que a importancia da mesma fortaleza pede para o que comuem á boa vigilancia e goarda dela com que em todos os tempos passados se teue sempre particular conta. e nos presentes pede isto muito mais; e posto que se faça a armada ordinaria com a gente da obrigação da fortaleza deuem sempre ficar nela pelo menós dozentos e cincoenta soldados de efeito, e dareis ordem como os capitães da mesma fortaleza não consintão entrar muitos estrangeiros na cidade e alfamdegua dela pelo muito perjuizo que pode resultar disso, e parecendoos que he necessaria a armada das quatro fustas que se costumaua fazer naqela fortaleza para fazerem ir a ela as náos pagar os direitos na dita alfamdega, a fareis fazer todos os annos.

XV. E assy me escreue como o trato de Cambaya para Goa se continua em tauris de Baneanes, e que se tem uisto aqele anno e os passados os gramdes proueitos que resultaõ a esse estado desta ordem que estaua dada, sobre que aponta algumas rezoões que me pareceraõ bem convenientes; pelo que vos emcomendo que nesta forma procedaes nesta materia, e quando achasseis outra cousa me podereis avissar disso não suspendendo o acima dito.

XVI. Tambem me escreue que o Principe filho do Mogor que governa aqele Reyno de Cambaia lançara fama que aua de someter os do Decaõ, e que por vezes ajuntara para este efeito exercito, e tendo-o junto lhe fora necessario acudir aos Resbutoes que corraõ as terras do Guzarate por aquella parte que confina com eles, e assy me dá conta dos successos que o mesmo Principe teue naqueles Reynos comarcas; emcomendouos que trabalheis por unir e concordar todos os Reys vassi-

nhos do Mogor contra elle com o resgoardo que atrás vos tenho escrito.

XVII, E assy me diz que teue carta de Jeronimo Xamiel. (a) Religioso da Companhia, escrita na corte do Equebar, em que lhe daa conta que depois de passar muitos trabalhos no caminho que lhe durou por terra espaço de cinco menses, chegara com os dous Religiosos que foraõ com ele á corte do Mogor que os recebera com muita festa, e que assy elle como o Principe e seus capitaes mostraraõ grande admiração da tomada do Morro, e lhes mandára que aprendesem a lingua persia com breuidade porque queria tratar com eles sem interprete as causas. (sic) que o moueraõ aos mamdar chamar; emcomendouos que animeis e ajudeis estes Religiosos para prossegirem nesta missaõ a que foraõ mandados até se comseguiro o bom efeito que se della pretemde, e por huã carta sua que escoreueraõ ao seu Prouincial da India, de que veio a copia na não São Pantaleaõ aos Religiosos da Companhia deste Reyno, emtemdy esta sua jornada muito particularmente.

XVIII. Tambem me escreue que a fortaleza de Damaõ tiuera aquele anno alguns trabalhos por causa de alguns Mogores correrem as terras do Vergi e de outros Reis vinhos, e que posto que passaraõ pelas de Damaõ não fizeraõ dano algum, mas que por se preuenir de accidentes de gente de guerra mandara inuernar áquelle fortaleza Dom Pedro Manoel com cem soldados, e me diz que não conuem porse nela alfandegua até de todo estar fechada, por alguns inconvenientes que aponta, posto que nos annos atrás me tinha escrito se assentasse alfandegua naquella fortaleza; pelo que me pareceo deueruos mandar que sobrestes no asentár desta alfandega, e emcomendaruos que com breuidade façaes acabar a fortificação da dita fortaleza.

(a) Assim está; mas os historiadores chamam a este Padre Jeronimo Xavier, e o daõ por parente de S. Francisco Xavier.

XIX. E asy me escreue que tanto que se acabou a guerra de Chaul pudera estar prospera a cidade de Baçaim e suas terras se Joaõ Gomez d'Azeuedo capitaõ dela tiuera cuidado de fazer como os foreiros das aldeas comprehessem com as obrigações que tem de canaños e de aver nos presidos das tranqueiras a gente que lhe he ordenada, aproneitando pouco alguãs cartas que sobre isso lhe escreuera e prouissoes que passou, pelo que me pareceo dizeruõs nesta que sempre será mais seguro preguntaremsse pelas culpas dos descuidos dos capitaõs das fortalezas nas residencias que derem, e que quando tiuerdes deles alguns queixumes os façaes tomar em lembrança para se juntarem aos Capitulos das ditas residencias, mas sendo as culpas taes que mereçaõ suspenderdelos de suas fortalezas o façaes com as considerações que se requerem, e mandareis ás pessoas que tem aldeas nas terras de Baçaim que cumprã com a obrigação de terem canaños com declaração que todo o tempo que os não tiuerem não possaõ aver o rendimento das tais aldeas, e se arrecadaraõ pera minha fazenda, e asy o fareis cumprir em tudo inteiramente.

XX. Também me diz que Pero d'Anhaia a quem tinha mandado ao norte com comissaõ sua para poder responder ao negocio das pazes quando os Mouros quisessem de preposito tratar delas se fora para Goa naquella conjunção e tempo, e que se asentára em conselho que o Bispo de Cochim que andaua no norte visitando as Igrejas daquellas fortalezas tratasse este negocio como o fez, e se viera a Chaul, e correria com ele no modo e forma que lhe fora encomendado até o concluir, e porque não veio a este Reyno o papel de que sobre estas pazes se fez, vos encomendo que se não saõ feitas se acabem de concluir pela importancia delas. E por que sou informado por o Visso Rey Mathias d'Albuquerque que os moradores da fortaleza de Chaul não cessã de Inpunhar a alfamdegua que mandei assemtar nela tomando agora occasião da carta que mandey escrever áquella cidade, a que deatã diferente sentido do que ela

tem, emcomendouos que per ahum caso se faça mudança naquella alfandega, e que depois de juradas as pazes mandeis proceder contra os culpados nos motins que se fizeraõ sobre esta materia, e eu mando estranhar á camara da dita cidade as desordens que nisso cometeraõ.

XXI. E asy me diz que amdara no norte o veraõ pasado Dom Alvaro d'Abranches por capitaõ mór; e que por os cossarios navegarem em cotaconloës, e sanguiçes ligeiros a que as nossas fustas naõ podem chegar quando os segem, posto que Dom Alvaro fez para isso toda a diligencia possivel, tomaraõ os Malauares alguns nauios desmandados que quiserãõ navegar sem goarda da armada; emcomendouos que ordeneis que daqui em diante naõ nauegem nhũs nauios de mercadores sehaõ em cafilas com a goarda das armadas desse estado, e que vejaes e trateis se deuem andar nas ditas armadas as mesmas embarcações em que andaõ os cossaios pera lhe empedirem seus desenhos.

XXII. Tambem me diz que o anno de 95 me escreuerá como o Idalcaõ corria em grande amizade com esse estado, e numqua quisera responder a proposito ás muitas intancias que lhe foraõ feitas por parte do Melique e do Mogor, e que por muitas vezes o persuadira per cartas e por via do seu embaixador que estaua nessa cidade tomasse o trabalho de tratar por sy os negocios do seu Reyno, como fez, de que se achou bem; emcomendouos que com o dito Idalcaõ procedaes nesta conformidade seneficamlhe o contentamento que eu recebo de seu bom procedimento pela imformação que disso tiue por Matias d'Albuquerque, e que espero que vós ma emnieis dele se melhorar tanto nisto que folge eu muito mais de o comprazer em tudo.

XXIII. E assy me escreue que o Idalcaõ despedira Antonio d'Azeuedo que estaua em sua corte por embaixador e lhe mandara dar goarda no caminho e fazer bom tratamento, mas que naõ aproueitarãõ as muitas diligencias que com ele fez para fazer ligua com os Reis

seus vizinhos contra o Mogor; e posto que nesta materia vos tenho escrito o que ey por meu serviço que façaes, vola torno de nouo a emcomendar vimdo agora a propósito d'elô fazer por cima de ter por certo que as cousas de tanta importancia naõ somente bastará emcomendarvolas huã só vez, mas que sem isto vos appareis por taõ emcarregado delas como o pede a vossa obrigação.

XXIV. Tambem me escreue como o Rey da Serra e Rainha de Olala até entaõ tinhaõ comseruado a paz com esse estado, mas que entre sy tinhaõ mui cruel guerra de algum tempo áquella parte, e que tinha escrito ao Rey do Bamgel que compusesse estas differenças, e que por nhum caso ajudase ao Rey da Serra contra a Rainha; emcomendouos que nesta materia procedaes na mesma forma ou na que achardes por mais conveniente para se conseguir este efecto

XXV. E asy me diz que eu lhe mandara escrever que era emformado que a fortaleza de Olala naõ se derrubara, e me afirma que fora arrazada por Dom Jeronimo d'Azenedo, sobre cujos serviços e merecimentos me escreue larguamente, e eu tenho emformação que me tem servido em cousas de muita sustancia e com muita satisfação e ultimamente na conquista de Ceilaõ; emcomendouos que procedaes com ele como leuastes por minha Instrução em que vos tratei de seus serviços, e tambem da obrigação que se tem á justiça.

XXVI. Tambem me escreue que o Samorim tornara o veraõ passado por seus Regedores á pratica das pazes com 'os mesmos artificios e emganos de que ussou todo o tempo atrás sem chegar á conclussaõ, e tanto que entrara o inverno pussera silencio a elas esperando nouo Visorrey; emcomendouos que nesta materia sigues a ordem que vos tenho dada nas Instruções que leuastes, sendo huã das condições das pazes quando se elas ouuerem de fazer e concluir derrubarse o forte de Canhale e acabarse a colheita que o Samorim lhe dá, e quando as pazes se naõ fixarem ou dilatarem lembrouos es-

tingirdes aquella ladroeira de Cunhale de tanto perjuizo e tanto contra a autoridade desse estado durar tanto sem ategora se lhe dar remedio.

XXVII. Eassy me diz que en lhe mandara escrever que a Camara de Cananor se queixaua que por a muita falta que ordinariamente avia-naquella fortaleza de mantimentos dissimulauaõ com os agraos que recebiaõ do Rey vesseinho e de seus vassalos; emcomendouos que tenhaes cuidado de prouer esta fortaleza e todas as mais da costa do Canará.

XXVIII. Tambem me diz que tiuera nouas que o Reyno de Ormuz ficaua quieto e que ElRey de Lara lançara mão de alguãs occasiões para mouer guerra, e que huã delas fora que o Prior de Santo Agostinho daquella fortaleza fizera por força cristaõ a hum moço filho de hum mouro seu vassalo, e que o capitaõ Diogo Lopes Coutinho se ounera neste caso e em outros de sua obrigação prudentemente, e porque sempre me averey por bem seruido de aquele Reyno estar quieto, vos emcomendo façaes comseruar os Reys vesseinhos em amizade com esse estado.

XXIX. E assy me diz que me escrevera o dito Capitaõ e Agoazil e Simaõ da Costa que ElRey de Ormuz era cada vez pior e mais tirano, e que veemderia todo o Reino por qualquer dinheiro que lhe dessem para o enterrar, e que naõ acode senaõ por força e com muito trabalho ás fortalezas da terra firme que por este respeito estaõ arriscadas, e que seria meu seruico mandar apossentar aquele Rey e emcarregar do gouerno dele ao Gazil em quãnto se naõ detremina a causa de Dom Jeronimo filho de Xeque Joete; emcomendoues que deis ordens como se conclua esta demanda de Dom Jeronimo na forma em que o tenho mandado por minhas cartas.

XXX. Tambem me escreue que o capitaõ de Ormuz mandara as cartas que escreuey ao Xá Rey da Persia por hum mouro de credito o qual achara em huã cidade junto do mar Caspio, e que festeiara muito a mi-

nha carta como eu entenderia da reposta dela que me emuiava na primeira vya, e que pela que lhe este Rey escreuera emxergara desejo de comseruar a amizade com esse estado, e lhe dizia que tiuesse prestes gassalhados para o seu embaixador que me queria emuiar; pelo que vos amcomendo que se já não for embarcado para este Reino que nestas náos ou nas primeiras que vierem depois de ele chegar lhe deis todo o fauor e bom gassalhado para poder vir a mim, porque disso terey muito contentamento.

XXXI. A prouissão que á vossa partida me deixastes pedido conforme a outra que tene o Comde d'Atungia, que Deos perdoe, a segundma vez que foi por Vissorrey a esse estado, para se não tomar resolução em cousa que nele fizesse e lhe tocasse sem primeiro ser ouuido, me parece que se pode escussar por não ser necessarea, nem ser concedida antes nem depois a outro Vissorrey, e seria exêmplo para ao diante se dar a todos; mas sem a dita prouissão eu terey lembrança do que nisto me pedis para se proceder nos casos que se oferecerem nesta materia como ouuer por meu seruiço. Escrita em Lisboa a cinco de feueireiro de 597.

REY.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.ª via.

(*No Sobrescripto*.)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Vissorrey da India, do seu doncelho.—Segunda via.

(Livro 4.º fl. 780.)

*Apontamentos que se derão a Sua Magestade
sobre coussas tocantes ao bem e conseruação
da fortaleza de Diõ. (a)*

Ho que sei daquela fortaleza he pelo uer he estar no modo em que está, he naõ estar pronida como cumpre pera sua segurança, mas antes está mui perigossa pelas rezoões que se seguem.

A esta fortaleza dá o Regimento 350 homens d'armas pera a segurança emtrando os moradores, nos quaes emtraõ 14 que se dá per contrato aos comtratadores dalfamdegua, e outros tantos ao feittor delRei, e dous aos escrivães da feitoria, e quattro ao Ouvidor, e seis ao Capittaõ do baluarte do mar pera defemçaõ dele, que todos fazem 40, os quaes os Vissos Reis por uer que poupaõ estes 40 homens á fazenda de Sua Magestade os applicaõ aos 350 ordenados á fortaleza, e any mais auerá na ditta fortaleza alguns 10 ou 12 que recebem seus soldos e mantimentos por prouisoões de fóra que os Visos Reis lhes passaraõ por serem aleijados na guerra e em outras partes, e outros por nelhos e pobres a que os capitaães não queriaõ pagar, por omde estes com os 40 tirados dos 350 ficaõ 300: destes tiraõ 220 d'armada que se dá ao contrato pera guarda e acompanhamento dalfamdega; por omde não ficaõ jamais que 80, e destes os maes deles por serem pobres, cazados, e lhes não bastar seu vencimento usã buscar sua uida em náos e nauios pelo que os donos deles daõ, ou com suas pobres veniaguas, ficando a fortaleza taõ soo que por curiosidade e pelo que me reuea com segredo mandei fazer alardo, e não achei mais cadano naquele tempo que de hũa vez 52 homens e doutra corenta e tres tirado meus criados e parentes que comigo andã e nesto tempo se acharaõ, a qual mostrei ao Veedor da fazenda da India Antonio Giralte na ditta fortaleza e tempo, e a Francisco Paes outtro anno que já foi por Veedor da fazenda.

(a) São os referidos no Cap. XIV da Carta antecedente.

No tempo que he a momsaõ que he por todo nouembro, e na outra momsaõ grande que he fevereiro e março, he a força delas naquella alfamdegua em que maes junte estrangeira se nela ajunta, e sem duvida quando o anno naõ he roym se ajuntaraõ maes de mil homens estrangeiros, Parceos, Mogores, Lauris, e d'outras nações do estreito, mui grandes lascarins e capitães, e na terra moradores auerá mais de dous mil mouros, e os maes deles marinheiros e grandes espingardeiros, e boagente de guerra e exercittada em nossa practica, a que lá chamamos Reineis como os de Surrate, e todos muito grandes inimigos nossos, e os maes destes tem muita communicacão com os Mogores, e uaõ ao estreito por mercadores e marinheiros, por omde n'uma parte e n'outra naõ deve faltar practica de nosso pouco regimento e uigilancia.

Quem tolhe a estes mouros presentes neste tempo assim ditto pronocados de huã parte ou da outra virarem comtra nós com huã traisaõ causada de uer o nosso pouco resguardo, o que Deos naõ permitta possa acomteceff, tomarem essa fortaleza, e quando nos bem socader que se fechem as portas a tempo, forçado lhe será a eles uendo sua temçaõ descuberta darem hum sacco nalfamdegua e cidade que será hum dos grandes do mundo, e sertto que pelo estado em que isto uy e está tenho por grande milagre naõ no terem emteindido!

E o mór mal que deste descobrimento nos podè sobreuir he ficar desembussado pera connosco a parte que os pronocou que deuem ser os Mogores os quais inda que amigos nossos como saõ os maes mouros da India bom he amalos com este rebusso e naõ lhe dar occasiãõ pera se lhe tirar, pois nos conuicem tanto sua amizade destes particulares Mogores que sem ela separaõ os bens todos e rendimentos de todas as alfamdeguaes da India pois do rio de Cambaia de que saõ senhores depemdem todos os tratos e mercancias de que nessas partes gozaõ os rendimentos das alfamdeguaes de Sua Magestade.

e anis e roupas que uem a este Reino, e uazaõ a todas as mercancias das partes do sul.

Por omde me parece que Sua Magestade deue pro-
uer nisto como conuem pera euittar os males e perigos
que pelo assima ditto podem soceder, e escuzando as
mais despezas possiueis, que deue mandar pagar a to-
dos os cazados que ha na terra que saõ duzentos e tan-
tos por hum alardo que fiz na ditta fortaleza; e que
estes estejaõ continos na terra e naõ fóra della sem
licemssa do capittaõ da fortaleza sob pena de serem
riscados de seus soldos sem poderem ser maes admiti-
dos a eles, o que semiraõ muito por serem mui pobres
e naõ terem de seu outra cousa, e alguns a que rele-
uar ir fóra da terra a negocios que ás vezes se naõ es-
cuzam fassam sabedor ao Capittaõ pera saber a copia
a que hade dar licença, fazendo suas escoadras e quar-
tos ás porttas da fortaleza de dia da maneira que se
faz em Urmuz, e isto he dar somente maes pera a guar-
da daquella fortaleza 120 homens que maes se pagauaõ
antiguamente amtes que os Vizosreis fossem desfal-
dando dos regimentos e metendo os outtros nomeados
na copia dos 350 como os dos comtratadores e feittor e
maes officiaes, e alejados e uelhos, por prouizoões de fora,
e tanto se encurta nesta despesa que antiguamente se
dauaõ só pera a defemsaõ da fortaleza continos 350 ho-
mens fazendosse armada de fora em outra despesa.

Tambein me pareceo rezaõ leinbrar a VV. SS. que
antigamente se fazia huã armaçaõ em Setembro de tres,
quatro nauios que costumauaõ hir esperar as nossas náos
de Meca á ponta de Curinale domde elas costumã uir
ver a terra, esta armaçaõ que oje he tirada auendo naõ
ser necessaria por uirem as náos com tempo feitto, e rio
o dizerse naõ ser de ifeitto a tal armaçaõ, e a mi me pa-
rece pela prattica e expiriemcia que da terra e daquela
jemte tenho que nenhuã outra armaçaõ he mais nece-
saria, porque he esta gemte Baniane taõ medrossa, que
saõ os principaes mercados, que sabendo somente que
ha aqueles nauios armados os obrigará a naõ se auem-

turar a perder as fiamças que tem dado de uirem ao ditto porto pagar os direitos, e sabendo que não ha nauios armados pode acommeter sem nenhuma duuida quebrar as fiamças, e para esse effeito carreguarem de maneira que importe muito mais o que podem forrar nos direitos indo a outros portos donde lhes fazem muito mais omras e quitas, que o que perdem nas fiamças que tem dado e enteresses que lá amde pagar, porque como he cousa que se lhes ade fazer por comseritto nos outros portos, por pouco que interecem os chamaraõ a sy com omras e quitas pera lhe ficarem nobreçando e aproneitaremse dos retornos que tornaraõ nas náos de cartaz quebrando esta nobreza e proueitos de nossa alfamdegua.

Quanto dos capitaães e do que se lhes tirou, sendo em o primeiro em que se cumpriraõ os regimentos que Sua Magestade mandou, não tenho que dizer, pois em minhas auções o alego, como VV. SS. veraõ, mas digo somente que se dos taes regimentos resultara crescer em alguma parte a fazenda de Sua Magestade para o teouro do stado, ou fazeremse naes armadas ou despesas em seu seruico, me pareceraõ muito bem os taes regimentos, mas como nenhuma cousa destas rezulta, me parece que he melhor deixalas correr como damtes, e não deixar criar aos ditos capitaães esas auções taõ licitas pera seus requerimentos, a qual tem todos aquellos a que se deu a dita fortaleza antes dos taes regimentos.

(Livro. 1.º fl. 171)

240.

Conde Almirante, Viso Rey amigo. Eu El Rey vos emnio muito saudar, como aquele que amo. O Vissorey Matias de Albuquerque me escreueo nas vias do anno passado que o rendimento desse estado não bastaua para as despesas ordinarias dele, e que para qualquer extraordinaria que se oferecesse não avia outro remedio senão o que deste Reyno lhe fosse, e que posto que nos annos passados ouue crescimento de pimenta não se pudera.

carregar toda por falta de náos, e porque em carta particular vos escreuo sobre estas duas materias, e a cansa porque neste anno se não pode prouer nelas, aquella carta me remeto esperando que com vossa prudencia e bom cuidado dareis o remedio necessario a huã cousa e a outra, e emtemdido tenho que o tem poudesse minhas remdas em boa arrecadação e não se fazendo delas muitas despesas que se podem escusar, e com as primeiras cartas vossas poderey melhor ressoluer o que nisto cumprir que se faça.

II. E assy me escreue que seria meu seruiço mandar dispensar com os capitaes das fortalezas desse estado pera que possam pagar a fidalgos seus parentes que andarem no seruiço seus soldos, e porque o tenho mandado proibir por alguãs resoões e emformações que tme, não hey por meu seruiço de comceder esta licença, antes vos encomendo que façais guardar inteiramente as promissoes e regimentos que sobre isto tenho mandado a essas partes, e alem dos periuizos e imcomvenientes desta materia tambem esta he huã das causas junta com outras por omde falta o rendimento desse estado para o mais necessario, que he ponto de grande consideração e obrigação para quem o gouerna.

III. E assy me diz que não ouue até então quem quisesse contratar a viagem de Maluco, porque como são duvidossas e as mais vezes por causa da guerra e outros impedimentos que não faltaõ naquela fortaleza, e se detem hum ano, fogem os mercadores destes inconvenientes, e que os capitaes prouidos das viagens que ouueraõ de entender neste negocio comumente não tem cabedal que baste, e vendo isto ey por bem que se fação estas viagens pelos capitaes prouidos delas com declaração que nhum capitão tomará nhuãs fazendas nem crano de partes por mais precissa necessidade que aja no dito gualcoõ. nem poderaõ descarregar nhuã crano na fortaleza de Malaca nem vendelo para suprimento de nhuãs necessidades que aja no dito gualcoõ, pelas grandes perdas que disso resultaõ a minha fazenda; e para

que se isto possa goardar inteiramente, vos emcomendo a mamdo que façaes dar aos ditos galeões todo o prouimento necessario para sua viagem, e assy para a fortaleza de Tidore de tal maneira que não aja falta nhuã em huã coussa e outra, e proibireis de todo os bares que se dauão por aluitre por ser materia muito danoza ao rendimento e proueito que minha fazemda deue ter da dita viagem. E este Capitulo registará o Secretario desse estado no liuro das lembranças da Secretaria como se fará com todos os outros em que vos eu mandar coussas que deuem ficar em memoria para conforme a elles se comprirem sempre.

IV. E porque me escreue que não tinha emformação do rendimento daquelle ano da alfamdegua da fortaleza de Monbaça, nem sabia se hia em crescimento, e sempre será meu serviço procurarsse que do rendimento dõla se supraõ as ordinarias da mesma fortaleza como volo emcomendey nas Instruções que leuastes, volo torno a emcomendar de nouo, e estas são as coussas que conuem que se fação para se não acrescentarem despezas nouas como tambem volo digo em outro Capitulo desta carta.

V. E assy me diz que será meu serviço arremdarsse a alfamdegua da fortaleza de Dio com comdição que não paguem os remdeiros mais que o que se montar nas ordinarias dela, e o que mais ficar da dita remda se entregue nessa cidade de Goa, e por ser coussa de que atégora se não ussou, e que pode ter inconuenientes ou ser caussa de se dar menos pela dita remda, vos emcomendo que pratiqueis esta materia com pessoas de experiencia e me avisseis com vosso parecer do que será mais meu serviço mandar ordenar nela.

VI. E porque nas náos do ano de 95 mamdey esereuer ao dito Vissorrey que era informado que os reindeiros e contratadores das remdas desse estado requeriaõ que se lhe abatessem os direitos das coussas que se compraõ para o prouimento de minhas armadas, e lhe mandey que se não fizessem os ditos contratos daqui em diante sem se declarar neles que das taes coussas se lhe

naõ abateriaõ os direitos, e ele me diz nas cartas do ano passado que numqua delas se pagaraõ nem descontaraõ direitos, vos emcomendo que mamdeis fazer esta declaração nos contratos que se fizerem, e que se naõ pagem avalias em nhuãs náos das fazendas que vierem para meus almazens e ribeira desse estado.

VII. E assy me diz que tem ordenado huã cassa dentro na fortaleza de Goa acomodada para torre do tombo junto da cassa da matricula, e que tanto que fosse acabada se entregariaõ a Diogo do Couto os liuros, cartas, e papeis como lhe tinha mandado para yr continuando a ystoria desse estado; emcomemdouos que se naõ está isto acabado o façaes fazer, e vos imformeis se este Diogo do Couto tem as partes que se requerem para este negocio, ou se ha outra pessoa de mais talento e sufficiencia, de que me avissareis. E porque o Visorrey me diz que ele manda a primeira parte do que o dito Diogo do Couto tinha escrito, que naõ veyo na não São Pantalialõ, se nas que se esperão este anno naõ vier, ordenareis que nas primeiras venha, e vós o vereis primeiro e me emuiareis vosso parecer que será muito bom por a coriossidade que me dizem que temdes na ystoria da India.

VIII. Tambem me diz que naõ tem dado suprimen-to nhum de soldos nem de outras despesas que os capitães das fortalezas fazem e pagaõ fóra do regimento, de que me ouue por seruido, vos emcomendo que assy o façaes.

IX. E naõ estamdo feita a diligencia que o dito Visorrey emcomemdou a Luis Alures Camelo que mandou por Prouedor das fortalezas do norte sobre os mamdouins que ha nelas e foraõ aforados pelos Visorreys e Gouernadores passados para se saber a que pessoas se aforaraõ e por que respeito, e a satisfação que se pode dar a quem os tem, para se tornarem arrendar por conta de minha fazenda, vos emcomendo que ordeneis como se faça, e me emuiéis o que sobre esta materia se fez naõ mo temdo já escrito nas náos que este anno se esperaõ.

X. Eu mandey escreuer ao dito Matias d'Albuquerque que que se registasse no Liuro dos contos a pronissão que tinha passado para os Visorreyes e Governadores desse estado poderem despender com os fidalgos e outras pessoas que me seruem nelas até trinta mil cruzados em merces em cada hum anno que ouue pòr bem de lhe comceder, posto que dantes fosse esta contra tanto menos que eraõ doze mil cruzados somente, e que, o Secrétario dese estado tiuesse hum Liuro separado para o registo das taes merces, e que se me enuiasse o traslado dele em cada hum anno por vias em todas as náos; pelo que vos emcomendo que assy o façaes continuar sempre e me emueis juntamente certidão autentica do que esse estado remder cada anno, por que o ey assi por meu seruiço.

XI. E porque tambem lhe mandey escreuer que se applicassem os oito mil pardãos que se daõ na fortaleza de Damaõ em cada hum anno para a fortificaçaõ dela para se com eles fazerem náos para esta carreira, e me escreue que está ainda a fortaleza em estado que são necessarios para sua fortificaçaõ, ey por bem que até se ela não acabar se não despemdaõ em outra coussa, mas tanto que for acabada se applicaraõ pera se com eles fazerem náos de que ha muita necessidade por irem faltando muito as madeiras neste Reyno, e entretanto buscareis dinheiro de outra parte para se não deixarem de fazer as ditas náos; e quando não puderem ser todas as necessarias, sejaõ pelo menos as mais que for possivel.

XII. E o dito Mathias de Albuquerque me respondeo ao que lhe mandey escreuer que tratasse se se denia ussar de poluora de espingarda na artelharia dessas partes como se qua costuma, que auia nisso incomuenientes, de que vos emformareis, e em quanto os ouuer se ussarà na artelharia da poluora que de antes se ussava até poder ser o que se qua costuma que se emtemde que he o melhor.

XIII. Tambem diz que está seruiudo o cargo de es-

criaçã da fazenda de Goa Manoel Nogueira a quem dele fez merce por alguns annos, e que por esse respeito não fora continuando nele Jorge de Lemos no tempo que ouue por bẽm que mais seruisse; a quem lhe parecia que eu deuia fazer merce do dito cargo em vida, mas bastará por ora que quando o dito Manoel Nogueira acabar de servir o tempo que leuou por sua patente sirua a dito Jorge de Lemos o de que lhe tenho feito merce pola que para isso tem que apresentará, e segundo a emformaçã que dele-tiuer antes de acabar o dito tempo lhe farey a merce que ouuer por bẽm.

XIV. E assy me escreue que Dom Frei André de Santa Maria Bispo de Cochim tinha procedido com muita satisfaçã no gouerno do arcebispado de Goa, e assy no negocio das pazes do Melique, de que resultou conclusão reinsee como comvinha a meu serviço e bẽm desse estado, e posto que na carta que lhe mando escrever lhe agradeço o que nisto tem feito, vos emcomẽdo lhe digaes tambem de minha partẽ que no bom modo em que tem procedido nestas cousas me tenho por bẽm servido dele.

XV. Tambem trata de alguns desordens do Bispo de Malagua sobre que tenho mandado prouer nas Instruçõs que leuastes, e assy não ha de nõo que vos lembrar neste particular senã que mandeis pôr em arrecadaçã dous mil cruzados que são emformado que o dito Bispo tem em seu poder do tempo que seruijo de Comissario da Bula da Cruzada nessas partes, não tendo já satisfeito a isto como he de erer que terá.

XVI. E assy me diz o dito Vissorrey que o Bispo Dom Luis Cerqueira, coadjutor e futuro socessor do Bispo de Japão, partira na monçã de abril daquelle anno pera a China pera passar em abito de Religioso particular e poder acodir á cristandade daquelas partes com sacramentos pontificaes em quanto duraua o impedimento de poder ir lá no modo que conuem a tal dignidade, que me pareceo muito acertado, e porque conuem não sakarem os ordenados destes Bispos assy por sua diñi-

dade como por amarem neste menisterio da conversação, vos emcomendo-lhe mandeis acodir bem com eles para melhor poderem continuar com suas obrigações.

XVII. Tambem me escreue que muitas vezes se offerecem materias passadas de descomposissão antre pessoas preneligiattas ecclesiasticas que saem ao publico com muito descredito por não aver Juiz competente que as possa compôr, e lhe parecia que para estas materias seria serviço de Deos irem ao Arcebispo de Goa poderes do Legado apostolico, e por mo ayy parecer o mamdo supplicar ao Santo Padre, mas já não poderá vir a reposta a tempo para ir nestas náos, e entretanto sou informado que o Arcebispo por sua dinidade pontifical e superior nesse estado pode detreminar e acomodar as cousas que se apontaõ, e ele saberá o que nisto deue e pode fazer sem escrupulo.

XVIII E porque tambem me escreue que de Ormuz lhe vieraõ grandes queixas de hum Religioso da Ordem de Santo Agostinho que foi visitar aquela terra onde causara muitas alterações que o Arcebispo de Goa mandava remedear, vos emcomendo vos emformeis se está isto feito, e não o estando digaes ao Arcebispo de minha parte lhe dê todo o remedio que puder ser, e me avisse do que achar.

XIX E ayy me diz que he necessario mandar provisão pera se logo fazer a viagem da China de que fiz merce pera as obras do Ospital de Goa, que por ser cousa tão necessaria pera a cura dos soldados que me servem nessas partes ouue por bem de a mandar passar, e vay nestas vias na forma que por ela vereis que heinda para mais efeito, e porque tambem me escreueo que por os Religiosos da Companhia largarem a administração que tinhaõ do dito Ospital ordenara que corresse por mordomos nomeando cada mes para esse efeito hum fidalgo e hum cassado da cidade de Goa, mandey tomar emformação da causa por que os ditos Religiosos largaraõ a dita administração que dizem que foi por lhe tirarem a arrecadação das rendas apli-

cadras para o dito Ospital, e lhe não acodirem com o necessario para a despesa dos doentes, pelo que vos emcomendo vos emformeis muito particularmente desta materia, e procureis como se torne a passar a administração do Ospital a estes Religiosos da maneira de que a tinham com se lhes dar o necessario para ele, porque alem do beneficio temporal da cura dos corpos tambem ficarão curando as almas que importa mais.

XX. E porque me escreve que tem dado em meu nome ao Commissario da Ordem de São Francisco alguns aluitres com que se compraraõ parte das casas que estão pugnadas ao seu comuento de Goa, sobre que ha muitos anos que mando escrever aos Vissorréys desse estado, vos emcomendo que saibaes o que nisto he feito e estando ainda por fazer algũa cousa cumpraes o que tenho mandado por minhas cartas.

XXI. Tambem me diz que os Religiosos de São Domingos de Goa viuem desconsolados por o seu comuento estar em sitio doentio, e não se poderem criar os noviços no rigor e perfeição de sua Religião por esse respeito, e que tendo feito outro mosteiro da mesma Ordem em Pamgim para o que o Vissorrey Dom Duarte de Menesses lhes dera alguns aluitres, achauão agora que se não podiaõ aproueitoar do que tinham em Pamgim por as oficinas dele estarem no alto de hum monte, e tinham asentado comprar hum sitio junto a São Pedro que lhe sirua de criação de noviços e de estudo, a que chamaõ Sanct Thomás, e pediraõ ao dito Vissorrey applicasse a este mosteiro as ordinarias que eraõ concedidas ao de Pamgim; e porque comuirá sabersse se comtem esta mudança, vos emcomendo vos emformeis das causas dela, e do que vos parecer que se nisso deve fazer, e asy nas ordinarias que pede, e me aniseis de tudo.

XXII. E por que nas vias do anno de 95 mandey ao dito Vissorrey se emformasse das ordinarias que se deviaõ dar aos Religiosos de Sancto Agostinho, e me escreve que se lhe daõ as que leuaõ as outras Religioes, e eu lhes mandei acrescentar as que tinham pelas não

do anno passado, me pareceo mandarmos avisar que não ajaõ mais outras ordinarias que as que lhe mandey acrescentar, posto que lhas tenha dadas o mesmo Visorrey.

XXIII. Tambem me escreve como a cidade de Baçaim lhe emuiara dizer me pedia lhe fizesse merce mandar desmembrar doze mil xaraõs do rendimento das aldeas de sua jurdiçaõ e de huã viagem da China para esta ajuda se acabar de todo a fortificaçaõ daquela cidade, e Matias d'Albuquerque he de parecer que eu lhe faça merce de cinco mil xaraõs para esta obra no dito rendimento, encomendouos que tomeis muito particular enformagaõ da renda que está applicada pera ella, de que me auissareis como vosso parecer para mandar nisto o que ouner por mais meu seruico.

XXIV. Eussy me diz que Amaro da Rocha que mandara ao Melique por embaixador e estava em Chant lhe escrenera como aquele Reino do Melique, estava muito revoltto e inquieto, e que o mesmo soubera de outras pessoas ditas de fea, e deziaõ que auia nele tres Reys que contendiaõ nesta pretençaõ, e porque com esta occasiaõ poderia o Mogor procurar de se apoderar daquele Reino como fez de outros, e se escreue que já o intenta, vos encomendo que trabalheis de o quietar, como steio o tereis feito depois de vossa cheguada, porque será de muito inconueniente para esse estado conquistado o dito Mogor.

XXV. Bem lembrado deneis ser de quaõ emcarecidamente vos emcaregei que emuiasseis cada anno ao Reino a mais cantidade de salure que vos fosse possivel, e das razõs e causas deste emcarecimento que vos deuo ser sempre presente, eussy volo encomendo muito particularmente, e avey por repetido este capitulo em cada huã das cartas destas vias e nas mais minhas de todos os annos. Escrita em Lisboa a cinco de feueireiro do 307.

REY.

Miguel de Moura,

Para o Conde Almirante VisoRey da India—2.^a via:

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almirante e VisoRey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 4.^o fl. 758)

241.

Eu ElRey faço saber a vós Conde da Vidigeira, do meu conselho, almirante da India e visorrey daquelas partes, que sendo eu informado per cartas do Visorrey Matias d'Albuquerque que avia muita necessidade de se acrescentar a cassa do Ospital de Goa e as enfermarias dele para se poderem nelas recolher os muitos doentes e emfe mos que ordinariamente se entraõ no dito Ospital, assy dos que adoecem nessas partes como dos que vaõ nas náos do Reyno, e poderem ser bem providos assy no espirital como no temporal, oune por bem no primeiro de março de 94 fazer merce ao dito Ospital para a dita obra de huã viagem da China, e assy o mandey escrever o mesmo anno ao dito Visorrey Matias de Albuquerque com declaraçaõ que o remanecente do procedido da dita viagem depois das ditas obras acabadas se despendeasse na obra da alfamdegua de Goa que tambem tinha necessidade de se acrescentar; e sendo ora outrossy informado que a dita viagem da China se naõ tinha imda feito, e que era necessário declararse o tempo em que se avia de fazer, e vendo eu a grande necessidade que ha de se correr com as ditas obras e se acabarem com toda a brevidade possivel, ey por bem e me praz que a dita viagem da China se faça dia.^{ta} de todos os providos delas sem embargo de suas prouizaõs e do perjuizo que podem alegar que disso recebem que naõ he considerauei a respeito do beneficio taõ geral e

commo como he o que resulta a todos do dito Ospital, e assy por esta vez o ey assi por bem, e do procedido da dita viagem se irá continuando com a obra do dito Ospital, e não se fará dele outra noua despesa por mais obrigatoria e precisa que seja porque esta he rezaõ que porora preceda a todas, e se carregará em receita com esta declaracão sobre o official a que pertencer e no livro dela se registará esta prouissão, e o que robejar depois da dita obra de todo acabada se despenderá no concerto da dita alfamdegua como dito he, nos livros da qual se registará tambem; pelo que vos mandado que na forma que se nela comtem a cumpraes e guardeis inteiramente de que se porá verba pelo Secretario desse estado na dita carta de que assina se faz menção, que foi feita ao primeiro de março do dito anno de 94; e esta valerá como carta começada em meu nome e passada por minha chancelaria posto que por ela não passe sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario despoem. Vianol de Torres o fez em Lisboa a cinco de feureiro de 597. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Que a viagem da China de que Vossa Magestade fez merce no anno de 94 pera as obras do Ospital da cidade de Goa, e do remanecente para a alfamdegua dela, se faça diante de todos os prouidos delas.—Pera Vossa Magestade ver.—2.º via.

(Livro 1.º fl. 76)

242.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. En ElRey vos emuo muito sandar, como aquele que amo. O Vissorrey matias d'Albuquerque me esoreu que não tem descoberto pelas partes de Melimdo caminho algum para o Preste Joã temdosse feito nisso todas as diligencias

que se podião desejar, e que o do mar Roxo era trabalho pelos muy ordinarios perigos que corre quem por ele navega, de que não escapára hum Religioso que os da Companhia aquelle anno mandaraõ, e porque tenho por de muito servico de Deos e meu enuiarse todos os annos socorro aos cristãos que estão no Preste João, e irem sempre áquella terra muy Religiosos, vos emcomendo muito emorrecidamente que assy o façaes eternas lembrança do que lenastes sobre Luis de Mendouça de Dio per cuja via se tem noua dos ditos orientes; mas pelas difficuldades e perigos que ha nestes socorros e desesperaçãõ a que aqueles cristãos podem vir, me tem dito que em quanto se não tomarem alguns portos dos que os Turcos ora tem na costa do Abexim, não se poderá ter comercio nem correspondencia com as terras do Preste, e agora que os ditos portos estão faltos de gente pela maior parte dela ser passada á guerra de Ungria, como me tambem escienc o dito Matias de Albuquerque, será muito facil esta impresa fazendose armada para ella, pois os ditos portos não podem ser recorridos pela falta que os Turcos tem de galés; pelo que comencem que vejaes e considereis se será possivel e conveniente fazerse agora esta armada, e se resultará dela fructo de consideraçãõ, e do que vos parecer me balisareis; e se asentardes em conselho que pôr se não passar a boticaria se deute logo pôr em effeito, e que o estado está para isso e sem outra necessilidade mais obligatoria que proceda a esta, podereis fazer o que achardes que mais convetã. Escrita em Lisboa a 5 de fevereiro de 597.

REY.

Mignel de Moura.

Para o Conde Almirante Visorrey da India. — 2.ª via.

(*No Subscripto.*)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Al-

Data		Num
10 Novembro	—	199
13 Novembro	—	200
15 Novembro	—	201
—	—	202
—	—	203

Monção do Reino

2 Janeiro	1596	204
20 Fevereiro	—	205
28 Fevereiro	—	206
1. Março	—	207
7 Março	—	208
8 Março	—	209
9 Março	—	210
—	—	211
16 Março	—	212
18 Março	—	213
21 Março	—	214
22 Março	—	215
25 Março	—	216
—	—	217
31 Março	—	218
1.º Abril	—	219
—	—	220
2 Abril	—	221
—	—	222
7 Abril	—	223

Alvarás do Vice-Rei

13 Janeiro	1596	224
17 Janeiro	—	225
23 Janeiro	—	226
30 Janeiro	—	227
31 Janeiro	—	228
10 Fevereiro	—	229
13 Fevereiro	—	230

lha fazer da costa de Melimde que vagou por falecimento de seu irmão para casamento de huã sua filha, e que podesse renunciar em outras duas filhas que mais tem duas viagens de Choromandel pera Malaca de que lhe tinha feito mercee cassam-lo todas com pessoas autas. (a) Ena minha carta para o dito Principe por cujo respeito faço estas merces ao Jacob e a Balthassar de Sousa lhas declaro para ele lhas poder dizer; de que me pareceo vos deuia avisar; e porque ele trata estas materias em segredo com os ditos Dom Antonio de Noronha e Jorge de Castro, e mostra que naõ quer nela correr per outra via, será bem que por esta mesma se lhe dê minha carta e se lhe goarde todo o segredo; e assy o ordenareis.

II. O Arcebispo de Goa me dá conta em suas cartas de alguãs cousas de importancia tocantes a esse estado, e lhe mamdo escrever que vola dê e vos faça as lembranças das mais que se lhe oferecerem. E porque do zelo e prudencia tenho muita satisfaçõ, vos encomendo o mesmo que de qua leuastes entendido, que me averey por servido que dele e delas faaes a conta que he rezazõ, e corraes ambos na communicaçõ e amizade que tenho entem lido que tendes para melhor poderdes ambos comnir com vossas obrigaçõs, cada hum com a sua.

III. E porque me escrevee que achou muitas queixas e duntas no modo da cristandade por respeito das desordens que niss avia, de que se segiaõ grandes escum-dolos e alteraçõs, e que para se atalharem ordenara huã messa em que se juntassem quatro theologos para com eles resolver estes cassos, encomendouos que o favoreças e ajudeis assy nesta materia como nas mais de sua obrigaçõ pera melhor se conseguir o efeito delas.

(a)

Verba à margem:

Ao-iton Dona Francisca de Sousa, filha do dito Balthassar de Sousa, esta mercee, e lhe foi pa cada certidaõ por quatro vias à bj doutubro de 601 para o Reyno—Antonio de Moraes.

IV. A Cidade de Goa me emuiou huns apontamentos de que nestas vias vos emuiou a copia, em que se queixaõ dos menistros de minha fazenda lhe perturbarem as liberdades e franquia que tem aquella cidade e de que ha muito tempo que ousaõ, o que tambem me esereuem por huã carta sua remetendosse aos ditos apontamentos, e por respeito de alguãs obrigações que o Visso Rey Mattias de Albuquerque pôs na alfandegua que se asentou na fortaleza de Chaul tambem recebem notavel agrauo no particular desta franquia; e a isto lhe mando responder que acudaõ a vós, e vos apresentem as caussas de seu agrauo para sobre isto ouirdes os menistros de minha fazenda, e assy o fareis emformandouos muito particularmente do que dizem sobre a dita franquia e a alfandegua de Chaul, e do que achardes me avisareis com vosso parecer. E assy me esereue que lhe não são goardadas suas liberdades e preunegios na Relação sobre o que os ouuireis, e lhes fareis fazer em tudo cumprimento de justiça entendendo a cidade de uós como nisto, e em tudo vola emcomendõ.

V. A mesma cidade me fez lembrança da fortificação de Goa que pela importancia dela tenho mandado que se vá continuando, posto que ouue alguns pareceres de se cercar primeiro a cidade que a ilha, que não approvey; emcomendouos que fapaes ir por diante esta fortificação, e a da fortaleza de Bardes, e que obrigueis ao capitão dela que axista sempre nela não saltando nunca o capitão e pessoas que estão ordenadas a ela e a que se pagaõ ordenados e mantimentos da minha fazenda; e porque tambem sou informado que será de muito efeito para a guarda da barra da dita cidade e principalmente para os navios de remo que por ela intentassem entrar fuzersse outra fortaleza na ponta de Gaspar Dias que está fronteira ha de Bardes, vos emcomendo que ouindo sobre isto o engenheiro que ficou em lugar do que para qua se embarcou nas náos do anno passado, e as mais pessoas que nestas materias possaõ ter

voto, deis ordem como se faça, para a qual sou informado que se avia de dar em cada hum anno quinhentos cruzados do rendimento da Tanadaria de Pangim que ora serue Antonio de Moraes, e que com essa condiçã fez dela merce o Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que Deos tem, a João da Costa Peleja, primeiro marido de Maria Dias sua mulher, sobre que por muitas vezes tenho escrito nas vias de todos os anos sem atégora ter particular aviso e informaçã do que nisto se faz.

VI. A dita cidade me escreue que tendo o Licenciado Antonio Fernandez Maciel, Juiz dos meus feitos, hum feito que se processou sobre as comdições e declarações com que aviaõ de correr os arrendamentos daquela cidade conforme a hum Regimento que fez o Vissorrey Dom Antão por mandado do Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que Deos tem, não consentira o Vissorrey Matias d'Albuquerque que se desse sentença nele, e mandara que viesse a este Reyno o dito feito, e porque não veio, vos emcomendo vos informeis desta materia e da caussa porque se não sentenceou, e me avisais com vosso parecer, e sendo necessario vir o dito feito a este Reyno conforme ao parecer de Matias d'Albuquerque, dareis ordem como assy se faça mostramdo á cidade que não pode receber agrauo no em que se entender que se faz justiça.

VII. Por minhas Instruções vos mamdey declarar o que avia por bem que se fizesse com os da nação que residem nessas partes, e depois fui informado que o Comde Dom Francisco Mascarenhas sendo Vissorrey delas com parecer dos desembargadores da Relação de Goa fizera ley em que lhe limitara os lugares para que somente podiaõ nauegar, pelo que vos emcomendo que vos emformeis disto e da caussa porque se não goarda, e se conuem a meu serviço e ao bem desse estado goardarse, de que me avisareis, e emtretanto fareis o que sobre esta materia vos tenho mandado.

VIII. E assy vos emformareis se está com o Melique hum João d'Aguiar, e hum Caldeira nas partes de Ma.

culapataõ, que sou informado que cada hum deles procura empecer a esse estado por todas as vias que pode, e se poderá ser averemsse á maõ para que se atalhem seus mãs intentos, o que deueis procurar pelo modo que nestas cousas se deue ter para virem a efeito.

IX. E vos emcomendo que vejaes huns apontamentos que a cidade de Goa diz lhe deu o Visorrey Matias d' Albuquerque sobre o contrato do hum por cento, e vos informeis se comuem ussarse deles, de que me auisareis.

X. E tambem me pedem lhe faça merce que ás pessoas que forem occupadas na messa da Camara se lhe pagem seus coarteis e moradias segumdo as vencerem em meus liuros, e vemdo o que sobre isto me dizem me pareceo deverlhe fazer esta merce com declaraçaõ que venceraõ seus soldos e moradias o tempo que nisto es tiuerem occupados assy como se andassem nas armadas ou innernassem nas fortalezas per vosso mandado. E assy me pedem mamde passar pronissaõ para que nhuã pessoa da naçaõ seja feitor de nhum dos capitaes das fortalezas; emformaruoseys dos emconvenientes que ha neste particular, de que me auisareis, e entre tanto prouereis nisso como vos bem parecer.

XI. A cidade de Cochim me escreueo que recebia muitos agrauos de ElRey de Cochim, e assy os cristaõs que residem em suas terras como os que nouamente se conuertem e saõ dele maltratados, e eu escreuo á cidade que vos dê disso conta; emformaruoseis da calidade deles, e se tem ela rezaõ no que escrene, e procurareis de lhe dar nisto o remedio que mais conuem fazendo lembrança a ElRey de Cochim da calidade desta materia e de quantas vezes lha tenho emcomendada per minhas cartas como agora o faço.

XII. O Bispo de Cochim me pede em huã carta que me escreueo pelas náos do ano passado lhe queira com-oeder cem mil reis em cada hum anno para seis cantores que seruem na See daquela cidade os quaes me diz que paga de seu ordenado, e que efectuandose a com-

quista de Ceilão lhe faça merce da contia que ouuer por bem na remda dos pagodes, eu lhe mamdo escrever que destas cousas vos dê conta para com vossa emformação e parecer, que vos emcomendo me emuiéis, lhe mandar responder como ouuer por meu seruiço.

XIII. Tambem me dá alguãs rezoões para se ordenarem mosteiros de freiras nesse estado, e posto que por outras rezoões e incomvenientes que se me ofereceraõ vos disse nas Instruções que levastes que o naõ ania por seruiço de Deos e meu, como já por muitas vezes o mamdey assi escrever nas vias dos annos passados, me pareceo por isto que o Bispo diz, e polo que tambem me escreue a cidade de Goa que trateis esta materia com o Arcebispo de Goa e mais Prelados das Religioens muito particularmente e assy com o dito Bispo, e o propoñhaes em conselho, e do que nisto parecer me auisareis com as rezoões que se derem para o aver de conceder ou escussar.

XIV. E porque tambem me escreue o dito Bispo que he de muito inconveniente virem escrauas nas náos para este Reyno por virem os homens embaraçados com elas, de que se pode crer que será occasião de se perderem tantas uesta viagem, vos emcomendo procureis dar a isto o remedio que conuem tratandoo outrossy em conselho sendo o Arcebispo presente, e sou informado que os Senhores Reys meus antecessores, que santa gloria ajaõ, o mandaraõ defemder por prouissoões suas que foraõ a essas partes, as quais fareis buscar e me emuiareis a copia delas.

XV. A cidade de Chaul me diz em suas cartas que por huã que tinha del Rey Dom Joaõ meu Senhor, que Deos tem, proueo muitos annos o cargo de alcaide do mar daquela fortaleza nos moradores cassados dela de tres em tres annos, e que agora o prouem os meus Visorreys por se ter perdidã a dita carta; e assy me pede que lhe mande confirmar os aluarás de caualeiros que Cosmo de Lafetá deu aos cassados e moradores daquella cidade que se acharaõ na tomada de Morro, e que tambem

lhe mande confirmar huma carta que Dom Diego de Meneses sendo Governador desse estado lhe passara para que os moradores e seus filhos pudessem gozar de todos os preuilegios, liberdades, e franquezas de que gozaõ os cassados e moradores de Goa, e eu lhe mando escrever que acudaõ a vós e vos dem conta destas cousas que requerem para com vossa emformaçaõ lhe mandar rêsponder como ouuer por meu seruiço, e vos emcomendo vos emformeis delas e me avisseis, e assy das pessoas que requerem confirmaçaõ dos aluarás de caualleiro que lhes passou Cosmo de Lafetá na tomada do Morro, que dizem que cada hum por sy naõ pode vir requerer a este Reyno, pera que em vossas cartas me avisseis dos que saõ, e com vosso parecer lhos mandar confirmar. E porque em outra carta minha das que vaõ nestas vias vos escreuo o que ey por bẽm que façaes sobre a alfamdegua que mandey assentar na mesma cidade e desordens que sobre isso cometeraõ os moradores dela, sabereis particularmente se os culpados nisto saõ alguns dos que pedem esta confirmaçaõ, e vos emcomendo procedaes na materia da dita alfamdegua como volo mando pela carta a que nesta me remeto que vos ey por repetida outra vez, e nestas vias irá a copia da carta que escreuo á dita cidade.

XVI. Nas Instruçõs que leuastes e por outra carta minha destas vias entẽderezis o que ey por bẽm que façaes sobre as emformaçõs que tũe de Dom Joaõ Ribeiro, Bispo de Malaca, e que procurasseis de se cobrarẽm dele dous mil cruzados que dizem que tem em sua mãõ da Bula da Cruzada de que foi Commissario, e por que pela armada do anno atrás tũe huã carta sua na qual me pede licença para se vir para este Reyno, e que possa fazer este caminho per via das Felipinas, e eu lhe mando escrever que depois de mandar renunciaçaõ de seu bispado para lhe poder ir successor lhe mandarei rêsponder a este nouo caminho que intenta, vós emcomendo que depois de tomada emformaçaõ de seu procedimento, como mando que o façaes, me avisseis como

renunciando primeira~~mente~~ particularmente com o Arcebispo de Goa se lhe deuo dar licença para se vir para este Reyno e emuiarlhe successor, e para poder vir por via das Felipinas como pretende, para com ella lhe mandar responder em huã cousa e outra como ouuer por mais seruiço de Deos e meu.

XVII. Frei Jeronimo, Commissario geral da Ordem de São Francisco, me escreueo como o Visso Rey Matias d'Albuquerque o obrigara a ir ressedir da Ilha de Ceilaõ por os Religiosos de sua Ordem terem a seu cargo a promulgaçaõ do Evangelho nela, e que leuantara na mesma Ilha doze Igrejas e Siminarios para que me pede ordinarias e sustentacaõ como as que se daõ a outras desse estado, e porque estas como plantas nouas deuem ser fauorecidas tanto como todas, vos emcomendo que pelo melhor modo que puder seras fauoreças e ajudeis, pois he obra tanto de minha obrigaçaõ, até se lhe ordenar alguã cousa certa na renda da mesma Ilha, que espero que muito cedo esté de todo conquistada e quieta, e para isso o melhor meyo he terse conta com tudo o que toca ao culto deuino. Escrita em Lisboa a 12 de feueiro de 597.

XVIII. Ainda que diga acima que eu mando escrever ao Bispo de Malaca que depois que mandar renunciaçaõ de seu bispado pera lhe poder ir successor lhe responderey ao que toca a se vir por via das Felipinas, me pareceo depois que em nenhum modo conuinha darse, lhe esta licença nem abrirse este caminho que está cerrado pela defessa que eu delle tenho feito, e assi lhe mando escrever que não trate disso porque o não hey por meu seruiço.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.^a via.

(*No Sobrescripto.*)

Por ElRey.

A Dom. Francisco da Gama, Conde da Vidigreja, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 4.º fl. 770)

244.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar, como aquele que amo. Francisco Paes, Prouedor mór dos contos desse estado, me emuiou hum apontamento de muitas coussas que achiou per hum tombo que fez per meu mandado em Goa que amdauão sonegadas, e que de outras se não pagauão os fóros da obriguacão delas, e que o que nisto minha fazemda perdia importaua mais de hum conto de ouro, e se queixa que o mór valhaconto que as pessoas lá tem pera não serem executados pelo que deuem he a Relaçã dessas partes a que acodem com petições quando são executados pelos menistros de minha fazenda, em que por seus despachos mamdaõ que seiaõ tornados a sua posse, e que se minha fazenda tiuer direito contra eles os venha obriguando. que era caminho para numqua se pôr em arrecadação coussa alguma que se deua a minha fazemda pelas dilações e valias que se buscuaõ pera se entreterem os negócios desta calidade. pelo que vos mamdo que logo trateis esta materia com o Arcebispo de Goa e oucaes sobre ella o dito Francisco Paes, e vejaes os ditos seus apontamentos, de que nestas vias irá a copia e se comuem para milhor arrecadação destas diuidas, e fazemdas sonegadas tratarse a detriminação e arrecadação delas perante vós e o dito Arcebispo chamamdo para isso o Juiz dos meus feitos, e o Procurador da coroa, e o dito Francisco Paes que correo com este tombo e com todas as dependencias dele, porque em tempo que os Visorreys desse estado me mandaõ pedir se lhe emue dinheiro deste Reyno para as despesas das ar-

maças e outras continuas ordinarias e extraordinarias, fica sendo mór a culpa de se perder o que tanto se deue a minha fazenda por cima de não deixar de ser grande a culpa de não se arrecadar ella bem iinda que sobejasse, e parecendo que será meu serviço procedersse na arrecadação destas diuidas breue e sumariamente o fareis e me anisareis para vos mamdar escrever o que nisto ouuer por bem que se mais faça, e vos emcomendo que das lembranças que Francisco Paes vos fizer nas couças de meu serviço tratéis e o faoreças e animeis para que continue com elas.

II. Ha muitos annos que tenho mandado por minhas cartas que não se mamdem Veedores da fazenda para as partes do norte nem do sul, e principalmente para Ormuz, pelo muito perjuizo que desso recebe minha fazenda e despesa emfrutuossa que se faz nos ordenados que leuão estas pessoas, o que tambem já defemdeo o senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que Deus tem, e porque sou informado que não se deixaõ de mamdar ás ditas partes, e que vão com nòme de superintendentes que em effeito he o mesmo que Veedores da fazenda, e iinda fica sendo este segundo caso menos desculpuel pois se pode notar nele arteficio contra a defesa, vos mamdo que per nhum caso se faça mais nem por hũa via, nem por outra, e ordeneis como o Veedor da fazenda de Goa vá visitar as fortalezas do norte que são de sua obrigação e fazer nelas os arrendamentos das alfamdegas e outras rendas mendas, e tambem poderá fazer lá os contratos dos gualerês e naujos ligeiros para as armadas, e na ausencia que por esta causa fizer de Goa emcarregareis do dito cargo pessoa de confiança e partes que ele requiere, e sendo esta seruentia por pouco tempo e diante de vos será de menos incomueniente que ir outra pessoa a esta visita.

III. E porque em Ormuz sou informado que ha cinco annos que está hum superintendente contra o que tenho mandado, e o tempo tem mostrado quão excusado he alem das outras rezcões, pois me escreue o Vissorrey

Matias d'Albuquerque que não tiuera aquelle anno nhum rendimento daquela fortaleza, vos encomendo que alem do que vos mando pelo capitulo atrás vejaes com o Arcebispo e com o Chanceler da Relação se será justo que se restituão a minha fazenda os ordenados destes superentendentes dela mal leuados pois se emuiaraõ contra minha defessa, e quem he obrigado a esta restituição de que me aqiscareis.

IV. Informar-nos-ey's como Dom Aluoro d'Abranches, procedeo com a não do Melique que me dizem que lho foi entregue com todo o recheio, e se cobrou o Vissorrey Matias d'Albuquerque os quintos dela e meia joia, e porque sou emformado que se ha esta não por injustamente tomada, e se pede o pagamento dela a minha fazenda, vos encomendo que mui particularmente vos informeis deste particular, e me aqisceis de tudo o que achardes, porque em caso que por bem das pazes aja obrigaçaõ de se restituir esta não com seu recheio se deue fazer pela fazenda de quem a levou e os qintos dela sobre que se faraõ as diligencias necessarias conforme a justiça.

V. Francisco de Brito, capitão de Goa, me escreveo que com o dito cargo tinha muitas despesas e lho faltava o pagamento de seus ordenados para as poder suprir e cumprir melhor com suas obrigações em meu serviço pelo que vos encomendo o seu bom pagamento.

VI. Pedromem Pereira, que foi capitão da fortaleza de de Columbo, me escreveo que ele emprestara vinte e quatro mil xarafins para prouimento das despesa daquella fortaleza, e porque sou informado que me tem bem servido na conquista de Ceilaõ o tempo que este tem nela, posto que Matias de Albuquerque tinha dele outra informação, vos encomendo que a tomeis, e não vos constando cousa que encontre-tomeo com ele contra procedaes com ele conforme ao que achardes, e verificamdesse a dita diuida e apresentandonos papeis attentios dela lha façaes pagar.

VII. Dom Diogo Lobo, capitão que foi de Malaca,

me estreueo que muitas vezes acontecia aos galeões da carreira de Maluco não tornarem no tempo de sua viagem por lhe falecerem os pilotos que tenão ou serem tão modernos que não sabem a dita carreira, de que resulta perderem-se muitas vezes os ditos galeões e que seria de muita utilidade para aquellas viagens irem nelles sota pilotos para quando acontecesse morrerem os pilotos, e que tambem serviria isto de se acharem mais pilotos para ellas; pelo que vos emcomendo que nisto façaes o que achardes que mais comueu.

VIII. Os desembargadores da Rolação de Goa se me queixarão por huã carta sua que o Vissorrey Matias d'Albuquerque lhe tinha feitas muitas afrontas, sendo a causa principal disso por lhe duuidarem alguãs promissoes que passou em prejuizo de minha fazenda, tendo eu mandado por huã provissão minha que não assistissem na Rolação os Vissorreys e Governadores no tempo em que se tratasse das duuidas das ditas promissoes só pena de pagarem por suas fazendas o dano que minha fazenda por isso recebesse ou as partés, e por esta materia ser de muita consideração, porque imda comoorre nela mais que injustiça e perda de fazenda (que não são pequenas cousas) para hum Vissorrey se aver por mui culpado quando se lhe prouasse tão desaduertido procedimento que imda não acabo de crer, vos emcomendo e mando que tal seia o vosso que nem com emformação não verdadeira se possa dizer isto de vós, e que aos ditos desembargadores respeités e fauoreças como a pessoas por quem corre a administração da justiça desse estado, e lhes mandeis pagar seus ordenados em parte omde sem trabalho e dilacão ajaõ deles pagamento pelo imcomueniente de que he correr isto ao contrario, e por este respeito se desculparem de buscar o remedio com pouca autoridade e muito risco da justiça; e de o assi fazerdes me averey por bem seruido de vós.

IX. O Licenciado Lopo Alures de Moura, Ouvidor geral nessas partes, me estreueo como Dom Diogo Lobo, capitão que foi de Malaca, e Dom Manuel Pereira, ca-

pitã que foi de Baçaim, e Rui Diaz da Cunha, que foi capitão de Maluco, e Nuno Fernandez de Taide, capitão que foi de Manar, não tinhão dado suas residencias, e se tinha usado nelas de alguãs cautelas contra o bem da justiça e verdade delas; encomendouos que vos informeis dele desta e de outras cousas que poderá apontar para libardades o remedio que comuein.

X. Também me diz que o Rey das Ilhas e seu irmão D.ºm Pedro posto que andaraõ muito tempo impunham do seu liuramento dizendo que os Reys e pessoas de sua qualidade se não liuraraõ tinhão seus feitos em termos para se sentenciareem, e por ser informado que não procedem bem, e que para isso se tornaraõ para Cochim onde são moradores, vos encomendo os faças entreter em Goa onde estaraõ mais quietos e podereis mais facilmente ordenar que procedaõ em sua vida e costumes como he rezaõ.

XI. E porque também me secoreu que de Dom Pedro de Snossa, capitão de Gofala e Moçambique, se queixaõ os moradores daquelas fortalezas, e ouue nelas mortas caussadas por Dom Francisco seu filho, que he caso a que se deve dar o castigo que conuein, vos encomendo que assy o façaes e mandeis devassar dele, e até não ser sentenciado pay e filho lhe não dais licença para se virem para este Reyno.

XII. Por hũa carta do Bispo de Japão entendi que posto que o Visorrey Mathias d'Albuquerque trabalhasse por atallar o comercio dos Castelhanos nas partes da China passalado para isso promissoes, se não goardaraõ pelos officiaes da justiça serem nisto remisso, pelo que vos encomendo que façaes inteiramente goardar as que sobre esta matyria tenho passadas para que de tudo se evite este comercio que também tenho mandado defender nas Philipidas como per Instrukçõs e cartas minhas o tereis entendido, e fazeis scodis a muitas doordens que ha naquelas partes nos moradores de Macã e capitão das viagens de que mando escrever ao Bispo vos dê informaçõ para com ela properdes em todas estas cousas como a'atidade delas o pede.

XIII. E tambem vos encomendo ordeneis que se não consinta entrarem por via das mesmas Felipinas nhũs Religiossos Castelhanos, nem Portugesses, nem de outra qualqer nação, para se occuparem na conversão da China e Japão, porque não conuem que se perturbe a que vão fazendo os Religiossos da Companhia, e neste tempo em que o tirano Cabucandono tem as cousas da cristandade oprimidas, e quando pelo tempo em diante for necessario entrarem naquelas partes de Japão alguns Religiossos para se ajudarem hũs aos outros, se dará ordem como vão a isto os Religiossos Franciscanos da Custodia de Malaca.

XIV, Mateus Mendez de Vasconcelos, capitão da fortaleza de Mombaça e costa de Melinde, me emuiou a traça da mesma fortaleza com hũa carta sua, e por ella vy como estava acabada da obra de pedreiros e em tão bom estado como tereis sabido, e que tinha a alfamdegua que se pôs naquela fortaleza remdido cinco mil pardões até aquele tempo; e assy me escreue que ElRey de Melinde ajudou com todos seus vassallos na dita obra com muita continuação e cuidado, e que assy nisto como em todas as mais cousas de meu serviço procedia com muita satisfação, que lhe mando agradecer pelo mesmo Mateus Mendez, e a ele que vos dê muito larga emformação de todas estas cousas, e de como os Reys vinhos e os daquela costa estão todos quietos como me tambem escreue pera de todo a terdes e prouerdes no que vos parecer que he necessario; e a ElRey de Melinde mandareis agradecer em meu nome seu bom procedimento nas cousas de meu serviço, e como vos encomendo que se tenha sempre com ele a conta que merece, e a tereis também com Mateus Mendez por me ter bem servido assy nesta fortaleza como nas cousas daquela costa de que foi encarregado. Escrita em Lisboa a 13 de Fevereiro de 597.

REY.

Miguel de Moura.

mirante e Vissorrey da Índia, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 381)

243.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos esmuito muito saudar, como aquele que amo. O Principe de Cochim me enviou com carta sua lums' apontamentos de alguas cousas que se ofrece fazer depois de succeder naquelle Reyno, que todas são de muito serviço de Deus e meu, de que vos terá dado conta Dom Antonio de Noronha, capitão de Cochim, com quem vos mandey que tratasseis a fortificação da mesma cidade, cuja pratica corria entre o dito Principe e elle e Jorge de Castro, Rector do Collegio daquela cidade, e o dito Dom Antonio me escreve que ElRey de Cochim com alguã sospeita do zelo que este Principe mostra em meu serviço o suspendeo do governo daquelle Reyno em que o tinha posto, de que me pesou por tudo, e principalmente porque seria de grande inconveniente espiaresse a pratica da fortificação que he de tamanha importancia como tendes entendido para me eu aver por muita servido de se ir continuando até se acabar com taõ bom successo como espero, mormente interuindo vós em cousa taõ necessaria e de tanto meu contentamento para folgardes e procurardes que em vosso tempo aja effecto, na qual dareis todo o fauor e ajuda aos ditos Dom Antonio e Jorge de Castro com quem a communicareis, e eu mando responder nestas vias ao Principe, e por seu respeito ouue por bem de fazer merces de cem pardãos de tença cada anno a hum Jacob oristaõ de Santhomé em quanto o servisse e acompanhasse com intento tambem de o dito Jacob o ir alumiando nas cousas de nossa santa fee, e assy nas que forem de meu serviço e beneficio desse estado: e porque o dito Principe me pede faça alguã merce a Baltassar de Soussa, capitão de Cranganor, ouue por bem

vos dá particular emformação que está de que for necessario daqui em diante, porque o passado tereis bem sabido e posto nisso o remedio necessario ouuindo tambem Dom Antonio de Noronha que seria bom que corresse em boa conformidade com Francisco de Frias, aduertindonos que não aconteça aver também entre eles diferenças, ham por parte d'ElRey de Cochim, e outro pola do Principe, que se azy fosse seria fumentarse mais o descontentamento dos dous irmãos, Rey e Principe: pelo que vos emcomendo que procureis tudo isto no melhor modo que puder ser, e que tambem por bom modo deis a entender a ElRey de Cochim por quaõ dessernido me enerei dele tratar mal os seus vassallos que se convertem á nossa santa fé, como son informado que o faz, sabendo ele que a compra e aumento dela he a causa de mais obrigação minha, e que em todos os annos lhe emcomendo, como agora tambem o faço, e que se lembre que me escreveo muitas vezes que tem cuidado de favorecer e ajudar os mesmos cristãos, e na não Sanct. Racional, que é o brio deste Reyno o anno passado, naõ tive carta sua como lho digo m que lho ora escreuo, de que vos vay a copia nestas vias, e do que sobre estas cousas fzerdes me avisareis.

III. Tambem me diz que será de meu servico mandar que no tempo em que os náos uem para este Reyno e estiuerem á carga na barra de Cochim não entre nhuã dos armadas desse estado na dito porto pelos inconvenientes que apontou que já tereis sabido por quaõ notorios são, de que tambem lhe mandey vos desse conta para em tudo prouberdes como virdes que conuem a meu servico.

IV. Por outra carta minha vos trato da ystoria dessas partes de que está emcarregado hum Diogo do Couto, de Goa, de cujo talento para isto vos mando que tomeis nova emformação e me aviseis, e vindo agora huã carta e apontamentos seus sobre a mesma mataria como por meu servico emularmos para verdes

Tudo e proueredes no que comprir (a), e me avissardes do que for necessario que eu de ca mande que se faça e em caso que acheis o dito Diogo do Couto capaz disto de que esta emcarregado lhe dareis pera isso todo o favor e ajuda; e lhe direis como vy a sua carta e lembranças e o remeti a vós para nisso proueredes, e que para o asy fazerdes vos dê conta do mais que for necessario, e que tambem me poderá fazer as lembranças que vir que con-nem.

V O Prouincial da Companhia dessas partes me emulou dizer que aos Religiosos que residem na casa que tem em Damaõ se daua cada dia á cusia de minha fazenda seis tangas larins, e que estimeraõ nesta posse até o anno de 92 em que o VissoRey Matias de Albuquerque mandou que estas tangas fossem da moeda da cidade de Goa, e que com esta mudança ficauaõ com menos ametade da sua ordinaria, pediandome lhe mandase fazer o dito pagamento na moeda em que sempre se lhe fez; pelo que vos encomendo vos emformeis particularmente desta materia ouuindo nela os ditos Religiosos, e constandouos que tem justiça no que pedem ordeneis como se lhe faça.

VI. Sou informado que a remda dos caualos que vem da fortaleza de Ormuz a Goa está em tamanha diminuição que não importa a 4.ª parte do que os annos passados remdia pelas grandes sem razões que o corrector mór dos caualos de Ormuz faz aos mercadores mouros que os trazem da Persia assy nos interesses que forçosamente lhe leua como em outras extroções que lhe faz, tomandolhe os milhores caualos que quer para sy e para outras pessoas, obriguando que os embarquem para Goa em nauios pequenos de amigos, deixando outros muitos em que podem vir repartidos, e que por virem muito apertados e não poderem trazer o mantimento e agoa necessaria para elles morrem na viagem, de que re-

(x) Notas apontamentos não chegaram até nós.

sulta. não virem já de Ormuz a cantidade de caualos que dantes vinha a Goa, e leuaremos os ditos mercadores por terra aos Reynos e lugares donde os vinhaõ buscar a ella. como mais largamente vereis pelos apontamentos que sobre isso me foraõ dados; e porque a principal occasiã disto he dar ElRey d'Ormuz este officio a mouros seus criados, o prouí em Francisco Velha que faleceo seruiudo de Capitaõ da fortaleza de Mascate, e por seu falecimento ouue por bem de fazer merce dele a huã sua filha para seu casamento; e encomendouos que vejades os ditos apontamentos, e vos emformeis particularmente disto, e constandonos que he assy o que se neles aponta, deis o remedio necessario a estas cousas, e não consintades que daquy em diante sirua mouro nhum este cargo senaõ Portuguez, e saltaõdo os prouidos por mim prouereis nele pessoas de partes e talento de que se espera o cumprimento de meu seruico e que faça justica a estes mercadores e bom tratamento. e de tudo que nisto fizerdes me avissareis. Escrita em Lisboa a 15 de feuerейra de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante VisoRey da India—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho—Segunda via.

(Livro 2.º f. 367)

*Copia de huns apontamentos sobre os caualos
que vem de Ormuz.*

Como toda a venda e compra de caualos em Ormuz e fretamento deles para a India corre somente pelo cor-

retor mór dos caualos He grande prejuizo dos mercadores e da fazenda de Sua Magestade prouer ElRey d'Urmuz este cargo polas tiranias que lá fazem aos mercadores, de que uem naõ quererem já trazer os caualos qua por nessa via, e os trazem por outras.

De todos os caualos que em Urmuz se uendem e compraõ alem daquillo que o corretor mór disse leua de ordenança aos mercadores. lhes leuaõ muitos outros interesses forçosamente, no que os agrauaõ muito.

De todos os que se uendem e compraõ aos corretores pequenos, ou as partes entre sy de fóra se consertaõ, quando diso uaõ dar conta ao corrector mór e escrever os caualos no liuro como he custume, torna a remouer os presos e acrescentando aos que compraõ e diminuindo aos que uendem, e tomando pera sy tudo o que maes acrescenta a hũs e demenne aos outros, que lhe fica na maõ ao fazer dos paguamentos, porque tambem correm por ele.

Todos os caualos que o corretor mór compra pera sy ou pera quem ele quer, que muitos os toma aos mercadores forçosamente pelos preços que quer, e o pagamento lhe faz em roupas e outras fazendas em muito maes do que ualem, no que perdem muito.

Como tomas os caualos uem d'Urmuz fretados pelo corretor mór nos navios a quem ele os quer dar auendos de repartir por todos os que estaõ no portto e pelos melhores como he necessario por os caualos poderem uir largos e bem tratados por naõ morrerem no mar, e fretados a des parçãos, os dá somente a alguns partticulares fretados a trinta. onde por hirem muitos em poucos navios muito apertados e lhes faltar tambem por isso agna e o comer ne uiagem morrem muitos no mar e outros vem qua morrer a terra, e muitas vezes acontece pelos rães navios virem asy pesados e mal negociados perderemse lá na costa e qua nesta os tomar os Malanages uindo todos os maes navios vazios e ás uezes os melhores.

He certo que por estes e outros agrauos e tiranias que

que corretores no tempo destte Rey fazem os mercadores naõ querem já trazer os caualos por nossa uia por onde sempre uieraõ e os trazem agora da Persia por terra muitos mezes de caminho muito arriscado e trabalhosso por onde numqua vieraõ caualos, e asy os querem antes per lá trazer, e uem a todos estes reinos do Baloguate nosos vesinhos que numqua tiueraõ caualos arabios senaõ por esta nia d'Urmuz e deste estado, donde se os VisosReys naõ queriaõ que lhes fossem lhes naõ hiaõ, e em sua maõ estana a chaue deles.

Vinhaõ cadanno d'Urmuz darredor de dous mil e quinhentos caualos, e remdiaõ os direitos deles nesta cidade pasante de cemto e vinte mil cruzados, (a) o melhor dinheiro que este estado tinha, e naõ chegua agnora o rendimento destes a des mil xerafins (b), nem os caualos que uem cheguam a trezentos. Cada vez uem menos e perde a fazenda de Sua Magestade nessa quebra que tiuemos pasante de cem mil pardãos por anno afora q que tambem perdem as alfandegas, principalmente a de Urmuz e deste estado no retorno do dinheiro dos caualos que hera muito empreguado em roupaa e outras fazendas que pera lá tornauaõ.

Pelo gramde prejuizo que hera á fazenda de Sua Magestade seruirem mouros em Urmuz estes cargos que tocaõ a ela os proueo já quasi todos Sua Magestade, e de pouco pera qua se proueo o de corretor mór das fazendas em Simiaõ Antunes da Costa, e a guarda do Bandel da outra banda em João de Coadros sem embargo da data deles ser do Rey d'Urmuz, e muito mais emporta á fazenda de Sua Magestade e credito deste estado este sò cargo dos caualos prouelo Sua Magestade e o naõ seruirem mouros, do que emportaõ todos os outros juntos que lhe já sam tirados,

(Livro 1.º fl. 169)

(a) Assim diz, mas parece que deve ser *pardãos*.

(b) Puzemos *xerafins*, porque com evidente erro está na copia *reis* (rs).

246.

Conde Almirante, Visso Rey amigo. Eu ElRey vos em-
 nio muito saudar, como aquêlê que amo. Em huã das car-
 tas que vos escreuo nestas vias de 12 do presente vos
 mamdo que trateis com o Arcebispo de Goa e Prelados
 das Religioes e tambem com o Bispo de Cochim se com-
 nem ou naõ aver mosteiro de freiras nessas partes e que
 depois o propoohaes em conselho, e do que parecer me
 avisseis com as rezoes que se derem para o aver de com-
 ceder ou negar; e agora vos emcomendo que tambem tra-
 teis com todas as ditas pessoas se sera melhor ordena-
 remse cassas de recolhimento para donzelas em quanto
 naõ cassarem (como a ha em Lisboa) e para mulheres
 cassadas na ausencia de seus maridos, de que outrossy
 me auissareis, sem em huã cousa e outra se dar nada
 a execucao até terdes minha resposta do que ouuer por
 bem que faça.

II. Sobre irem orfans deste Reyno para essas partes,
 como sempre se costumou, ou deixarem de ir por
 lá aver outras de pessoas de serviço que ficaõ desem-
 paradas; ha diferentes pareceres, e do que nesso butter por
 serviço de Deus e meu que se faça aos mandasey avissar
 por outra carta, e por esta me pareceo declararvos logo
 que nem por irem de cá orfans se deve impedir aos Vis-
 sores casarem os nacidos nesse estado semcho pessoas
 de calidade e taõ desemparadas que naõ tenham outro
 remedio, e darei-lhe em casamento os despachos que
 conforme a meus Regimentos e promissoes lhes podem
 dar; pelo que vos emcomendo que assy o façaes aduertin-
 douos muito nesta limitaçã de meus Regimentos e pro-
 missoes, que sou informado que ás vezes se excedem, que
 he a causa de eu naõ mandar confirmar as ditas mer-
 ces ao todo como se prometem, e tambem vos constará
 serem as ditas orfans nobres e desemparadas, como dito
 he, e filhas de criados meus, e de outros homens que
 me tehaõ bem servido nesse estado, e as mesmas aduer-
 tencias tereis nas orfans que de cá forem avendo eu

por meu serviço que vão e levando cartas minhas por que vos conste que ey por bem que entrem nestas mercês que assy podereis dar pelo modo acima dito.

III. A cidade de Goase me queixa de ás vezes lhe não serem dadas minhas cartas e muitas vezes não receberem mais que huã via delas mandandolhe eu sempre escrever por tres vias; emcomendouos que façaes ter com isso a conta que he tozaõ aduertindo disso o Secretario desse estado, e que o mesmo se faça com todas as outras cidades e pessoas a que eu escreuer, e quando vos paracer meu serviço emtenderdes o que eu escreuo em alguã carta de que esquecesse irnos a copia, a podereis mandar pedir a cuja for ou abrides huã via e emuiardela assy aberta dizendo a causa por que o fizestes, mas não se deixem de dar as cartas nem via alguã delas a quem vão.

IV O Ouvidor de Malaca Pedralures de Abrantes me escreueo por carta de 20 de feuerreiro de 95 o que o Licenciado, Diogo Caiado passou em Malaca sobre a materia dos direitos das saídas para a costa de Choramandel, e eu lhe mando escrever que para saber o que nisto conuem a meu serviço será necessario que mo escreuaes vós, a quem deue ter dada esta conta, e em caso que o não tenha feito vos avisee de tudo muito particularmente; deueis saber de ambos estes letrados e por outras emformações o que passa, e prouerdes como vos parecer que conuem, e anissardes-me de tudo.

V. Sou informado que os Vissoreis mandaõ alguãs vezes ou cassi sempre comprar para meus almazens ou para outras obrigações de minha fazenda vinhos e azeites aos capitaes mōres e capitaes que de qua vão, quer os ditos vinhos e azeites sejaõ bons ou mōs, pelo que vos emcomendo que não mandeis, nem premitaes que se faça isto assy. Escrita em Lisboa a 22 de feuerreiro de 97.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India—2.º via;

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 4.º fl. 754)

247.

Conde VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Pera alguãs cousas de meu seruiço são necessarios alguns diamantes da quantidade e sorte que vereis por huã relaçaõ que irá com esta assinada por Pero Aluares Pereira, do meu conselho e meu secretario; encomendouos muito que ordeneis que se comprem á custa de miãha fazenda do rendimento desse estado, e que venhaõ' nestas náos a bom recado, porque disso me hauerey por muy seruido. Escrita em Madrid a 24 de feueireiro 1597.

REY.

Pera o Conde da Vidigueira, VisoRey da India—1.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, seu VisoRey della, do seu conselho.—2.º via.

(Livro 2.º fl. 385)

Relaçãõ.

Os diamantes que he necessario que se tragaõ da India pera obras do seruiço de Sua Magestade são os seguintes.

Dizentos diamantes que laurados fiquem de peso de quilate até tres grãos.

Maes setenta diamantes que laurados fiquem de peso de quilate e meo.

Maes doze diamantes que laurados fiquem de peso de dous quilates e meo, e de tres quilates.

E hade ser esta pedraria grossa pera diamantes de fundo, e pode vir toda por laurar, porque quase laurará, e em caso que não se achasse de por sy toda de fundo, sendo de mistura com delgada ou de outra sorte, podemos tomar partidas della de que se possaõ tirar este grosso, ainda que haja nellas delgada e de outra sorte, porque o outro se poderá vender qua, porem hade ser tudo limpo e de boa cor, sem pontos nem raias. Em Madrid a 17 de março de 1597.—*Pedraluares Pereira.*

(Livro 2.º fl. 386.)

248.

Conde Almirante, VissoRey amigo. Eu ElRey vos emnio muito sandar, como aquelle que amo. O Arcebispo Dom Frei Aleixo de Menezes me escreueo que por os dous mil pardãos, que todos os annos se costumão tirar de minha fazenda para os vestidos que se dão aos gentios que recebem nossa santa fee quando se baptisam se darem quando se fazem baptismos geraes acontecia por esta dilacão tornarem atrás muitos dos que estanaõ despostos para o recebetem, e nemdo camanho inconveniente he não se baptisarem tanto que estaõ despostos para isso, vos encomendo e mando que deis ordem como estes dous mil pardãos se entregem ao Arcebispo, e por sua ordem se desperdaõ nos vestidos dos que se baptisarem sem esperarem pelos baptismos geraes, e que isto se goarde emmentes ele residir naquella prelazia como lho mando escrever, de quem tambem o sabereis

II. Tambem me diz que por via d'Alexandria se poderia mandar aos cristãos que estaõ no Preste algum socorro por nessas partes estarem os caminhos serrados para

te effeito, e por ter entendido que per ordem do Santo Padre se poderá isto milhor e mais facilmente fazer, lho escreverei, e vos mandarei avisar do que nesta materia se fizer, o que tambem escrevo ao Arcebispo.

III. Em cartas minhas que vos apresentaraõ alguãs pessoas em seu fauor segireis a ordem de que ja dñeis estar aduertido, que não he minha tençaõ que por elas exceda o dito fauor ao merecimento de cada hum, mas que nisso tenhaes conta assy com o seruiço como com as merces recebidas, e tambem vos aduertireis que os officios que conforme a minhas provissoes podereis dar ás orfãos que deste Reino forem por meu mandado da cassa das orfãos de Lisboa pera cessarem nessas partes, se não pratique com outras orfãos que de qua vaõ inda que leuem cartas minhas, saluo se nelas se especificar que seiaõ reguladas pelas que ounerem sido recolhidas na dita cassa das orfãos.

IV. Nestas vias vay huã prouissãõ que por alguãs emformaçoẽs que tiue me pareceo mandar passar para os meus Visorreyes e Góuernadores desse estado não poderem perdoar nem dispensar, excetuar, nem interpretar nada sobre a ley dos desaños, na qual vereis os respeitos que a isto me mōneraõ, pelos quais vos torno a mandar por esta carta que a cumpraes inteiramente e me escreuaes todos os annos o que nisto fazeis em vosso tempo; e posto que a dita ley se emuiou a essas partes logo como a fiz, e foi em todas as náos hum volume grande da impreçaõ que se dela fez, vay agora outro.

V. Por o anno passado de 96 não vyr dessas partes mais que a não São Paulatiao não vaõ deste Reino este anno presente mais que tres náos, pelo que vos mandando per outra parte que se armela outra não pera a qual vaõ já de cá os officiaes e marinhheiros que nela haõ de vir, como vereis por hum rol feito por Vasco Fernandes Cessar, "rouedor da meus almazens e armadas, o qual se comprirá inteiramente para que venhaõ na dite não as pessoas contendas nele sem embargo de quaisquer regi-

mentos e contratos que aja em contrario. Eserita em Lisboa ao primeiro de Março de 597.

VI. Não vão orfãos nestas náos por serem poucas e pequenas e faltarem gasalhados, mas tenho mandado que vão de cá conforme ao que sempre se acostumou.

VII. E dos ditos dous mil pardãos que se haõ de dar pera vestidos dos que se baptisãõ se fará recepta e despesa em titulo separado no livro do thesoureiro de Goa, e se despenderaõ e leuaraõ em conta per mandados do Arcebispo.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Visorrey.—2.ª via. (*sic*)

(*No Sobrescripto*.)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigreira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—Primeira via.

(Livro 2.º fl. 359)

249.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que sendo eu informado que nas partes da India se não acaba de entender bem a obrigação que meus vassallos que nellas me servem tem a imuiollavelmente guardarẽ minhas leis e ordenações sobre os dessaffios, sendo este caso da importancia que tenho mandado declarar pella noua lei feita em sete dias do mes de octubro de mil e quinhentos oitenta e noue que mandey que se publicasse assi neste Reino como nas ditas partes, e em todas as outras do senhorio e conquista dellas, e lembrandosse quanto comuinha pronerse nisto com muito mais rignor, me pareceo todavia que estaua tudo bastantemente provido na ditta noua ley, e que somente se denia ordenar o cumprimento della inteiramente, pollo que mando expressamente ao meu Visorrey ou Governador, que hora

he e ao diante for; do dito estado que elle não perdoe aos culpados nos dittos dessaffios por nhũ caso que seia, nem dispense com elles em modo algum pera poderem entrar em cargos em que seiaõ prouidos, porque a minha tençaõ e nontade he que a dita ley se cumpra á letra sem perdaõ, dispensaõ, eceizaõ, nem interpretaçaõ alguã, o em toda a pessoa de qualquer allydade e condiçaõ que seia, e que o ditto meu Vissorrey ou Governador não possa nestes casos ter poder algum, posto que pera tudo lho eu tenho concedido taõ largo como ho tem por minha patente; e esta prouissaõ se publicará na Relação e Chancellaria das dittas partes, e se registrará nos liuros das dittas casas, e em todas as cidades e fortallezas do estado, e a propria estará na Saceretaria delle, e vallerá como carta comessada em meu nome e pasada per minha chancelaria posto que por ella não passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. André Pereira o fez em Lisboa ao primeiro de março de mil e quinhentos noventa e sette. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Prouissaõ sobre se não poder na India perdoar, dispensar, eceituar, nem interpretar nada sobre a ley dos dessaffios.

Pera Vossa Magestade ver.—3.º via.

.(Livro 1.º fl. 80)

250

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu elRey vos enio muito sandar, como aquele que amo. Em huã carta minha que vay nestas vias (com data das primeiras) vos escreuo as causas e impedimentos por onde não puderã ir este anno mais háos nem mais gente e coustas outras pera esse estado como quissera e tinha mandado que se

enuiassem, e taõbem se trataua de irem algũs fidalgos e pessoas de callidade que inda seriaõ mais necesarias nessas partes que gente comum, que naõ faltára se estas tres náos foraõ capazes de a leuar, mas nem isto pode por ora ser; e fica em lembrança pera desagora se tratar, e com este principio dado logo estar mais certo o effeito pera seu tempo que seria o anno que vem, prazendo a Deos, ou antes disso auendo de ir carauelas no ignerno, em que se procederá conforme ao aviso que tiuer antes disso nas náos em que fostes, de que me pareceo avissarvos pera entenderdes o que he passado neste ponto, e o que nelle ey por meu seruiço que se faça. Escrita em Lisboa a bj de março de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde VisoRey da India—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dòm Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Vissorrey da Imdia, do seu conselho—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 369)

251.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos enuo muito saudar, como aquele que amo. Tenho bem entendido per imformações certas e experiencia de muitos annos que he materia fora de toda duuida que por tres causas principalmente (naõ tratando da permissaõ diuina e ocultos juizos de Deos) se perdem as naos da carreira da India acontecendo isto mais á vimda que é ida, naõ sera gente da nauegacaõ qual conuẽm, virem sobejamente carregadas de fazendas de partes, e partirem tarde; e tudo isto procede de se naõ guardarem inteira

mente meus Regimentos antigos e modernos, que posto que inda tenhaõ necessidade de se reformar (como se fará) muito mais necessaria he a reformaçãõ na pouca ou casy nhuã execuçaõ que nos que saõ já feitos fazem meus ministros, que se naõ podem escussar de nisto naõ cumprir com sua obrigaçãõ; na primeira parte da gente tenho mandado fazer particulares diligencias neste Reino, e avendosse de nomear nessas partes alguns marinheiros pera as náos que pera ca vierem por lhe faltarem, ordenareis que sejaõ os mais suficientes que se acharem, e que na carga e partida delas se guardem infalivelmente meus Regimentos, e isto, tudo vos mando taõ expressamente como se esta clausula fora posta na vossa menagem e juramento, e assy avey que disto vola ey por tomada, e ao Veedor da fazenda de Cochim avissareis do que nisto hade fazer enviandolhe a copia desta carta com a vossa porque eu lhe escreuo remetendome a vós, e entenda que a culpa que nisto tiver (que eu naõ creio) naõ ha de ter desculpa com os ministros seus inferiores, pois tudo está á sua conta, e que conforme á boa ou má que der eyde mandar proceder com elle. e que folgarey que seja com me aver delle por bem servido, e naõ com o rigor, que naõ poderá deixar de se executar sem remissaõ alguã em quem o merecer. Escrita em Lisboa a bj de março de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, VisoRey da India.—2.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante o VisoRey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 2.º ff. 377)

252.

Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que por algũs respeitos que me a isso mouem e por folgar de fazer merce aos christaõs nouamente conuertidos das terras de Salcete de Goa, e por mo elles tambem pedirem, ey por bem e me praz de lha fazer que uad paguem dizimos por tempo de quinze annos mais alem do tempo per que lhe já concedy esta merce, os quaes quinze annos começaraõ de correr do dia em que se acabarem os derradeiros della; pello que mando ao meu VisoRey ou Governador das partes da India, que ora he e ao diante for, e ao Vedor de minha fazenda, e a quaesquer outros officiaes asy de justiça como da fazenda em ellas, a que este aluará for mostrado e o conhecimento delle pertencer que o cumprãõ, guardem, e façãõ inteiramente cumprir e guardar como se nelle contem; o qual ey por bem que valha como carta, e que naõ passe pella chancelaria sem embargo das Ordenações em contrario, e este se lhes passou por tres vias de que esta he a segunda, comprido hum o outro naõ averá effeito. Belchior Pinto o fez em Lisboa a sete de março de quinhentos nouenta e sete. Janalvarez Soares o fez escrever

REY

Pero Guedes.

Aluará per que Vossa Magestade ha por bem pellos respeitos acima declarados de fazer merce aos Christaõs nouamente conuertidos das terras de Salcete de Goa que naõ paguem dizimos por tempo de quinze annos mais alem do tempo per que lhe já concedeo esta merce, os quaes quinze annos começaraõ de correr do dia em que se acabarem os derradeiros della, como acima he declarado, e que este valha como carta, e que naõ passe pela Chancelaria, e vay por tres vias de que esta he a segunda.

(Livro 1.º fl. 78)

253.

Conde Almirante, Visorey amigo. Eu ElRey vos en-
 uio muito sandar, como aquelle que amo. He de tanta
 importancia vir dessas partes a mais pimenta que pu-
 der ser, e que nunca seja menos de vinte até trinta mil
 quintaes, mormente quando ha tantos annos que a este
 Reino chega taõ pouca sendo taõ necessaria esta carga
 para as necessidades de la e de qua, que me pareceo
 alem do que vos escreno per outras cartas nestas náos
 (sobre auerdes alguã e pollo menos alguã que venha
 com carga em companhia destas tres que agora vaõ)
 que disso uos deuia auisar por terra (como já o tenho
 mandado fazer) para que quando estas náos embora lá
 chegarem possais já ter o auiso e buscadq este remedio,
 e por certo tenho de vós que inda que o dito auiso uos
 não seja chegado vencereis a difficuldade do tempo com
 o vosso particular cuidado e extraordinaria diligencia
 que conuem que ponhais em materia taõ importante e
 necessaria como vedes, e posto que bastaua a mesma
 importancia e a propria necessidade para conforme a
 ella procederdes nisto, uolo quis dizer tantas vezes por
 demonstração de por quam bem seruido me auerey de
 vós neste particular em que tenho muita confiança que
 fareis mais que o possiuel. Escrita em Lisboa a 8 de
 março de 1597.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o VisoRey—2.º via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira,
 Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho—Se-
 gunda via.

(Livro 2.º fl. 383)

.254

Conde Almirante, Visorrey amigo Eu ElRey vos emulo muito saudar, com aquele que amo. Nas cartas que vaõ nestas vias voõ digo que posto que os annos passados me resoluy em naõ aver Mosteiro de freiras nessas partes, o tornasséis a praticar pela muita instancia que de nouo se me delas agora fazia sobre este particular, e que tambem praticasseis com o Arcebispo de Goa, Bispo de Cochim, e Prelados das Religioes se seria melhor ordenar-se casa de Recolhimento para donzelas em quanto naõ cassarem, como ha em Lisboa, e para mulheres cassadas nas ausencias de seus maridos, de que me avissarieys, sem em huã troussa e outra se dár nada a execuçaõ até terdes minha resposta do que eu ouuesse por bem que se fizesse; e porque este modo de Recolhimento parece mais conveniente que Mosteiro de freiras, me pareceo tornaruos a declarar nesta carta que em caso que com parecer dos ditos Prelados e Pro-uinciaes resoluas como em materia fóra de duvida que se deue tratar do dito Recolhimento para donzelas e mulheres cassadas com maridos ausentes, o comecels a pôr logo em effeito escreuendome particularmente o que a todos nisto pareceo. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 97.

REY.

Miguel de Moura

Para o Conde Visorrey—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dpm Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselhor.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 365)

255.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar, como aquele que amo. Este anno não oune despacho de petições da India emtemdendo que asy conqinha a meu serviço e a bem das mesmas partes por não serem prouidos de coussas que lhe entraõ tão tarde como elles dizem, e todavia quissera mandar responder a alguãs pessoas que nessas partes me andaõ servindo, e por as suas petições requererem mais diligencias que as que nelas estauaõ feitas, e o tempo ser tão breue, me pareceo que se faria isto melhor o anno que vem em que terey lembrança de lhes mandar responder emuiandquos os seus despachos ou repostas conforme ao merecimento de cada hum em carta minha para lá lhas dardas, e asy o direis a todos os que pretenderem merces por seus serviços sendo eles da calidade e annos que requerem para serem admitidas suas petições, comessando principalmente este officio pelos fidalgos e pessoas de merecimento a que direis de minha parte que o teraõ ante mim vemtejado quando eu souber por vossas cartas que deixaõ de vir requerer por ficarem continuando os mesmos serviços, e em particular q direis as pessoas de que vos avissará o Secretario Diogo Velho que já cá tem suas petições; e emcomendouos muito que de todos me façaes sempre lembrança e vejaes as petições daqueles que volas lá apresentarem na forma em que de qua o leuastes pela Instrução que sobre isto vos mamdey dar. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Vissorrey—2.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 375)

256.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuo muito sandar, como aquele que amo. Os capitães destas náos leuão Instruções minhas particulares agora o Regimento geral da viagem, como taõbem as leuaraõ os capitães das naos em que fostes, e vollo mandey dar pera a ida e pera ussar delle á vinda o Visorrey Matias de Albuquerque ou quem viesse por capitão mór das ditas náos; e porque nas ditas Instruções me remetto no ponto da Ilha de Santa Ilena á ordem que avejs de dar aos ditos capitães, me pareceo escreneruos por esta que ey por meu serviço que seja a mesma que pelas Instruções que leuastes (que foraõ por vias em todas as náos) vos mandey que desseis aos capitães dellas, que em sustancia he tomarem a dita Ilha de Santa Ilena e esperarem nella huys per outras até fim de mayo. Escrita em Lisboa a 22 de março de 597

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Visorrey—2.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 3.º fl. 373)

257

Conde Almitanté, Visorey amigo. Eu ElRey vos em-
 uo muito saudar, como aquelle que amo. Nestas vias vos
 mando escrever e sabdem por terra o tenho feyto quanto
 convem a meu serviço averdes nestas partes alguma naos,
 e pello menos lina que em companhia das tres que hora
 vaõ venha a este Reino com carga de pimenta, e tenho
 por enfortaçãõ que nãõ saltaraõ, e Dom Antonio de
 Noronha capitãõ de Cochim me escreveu que offerecera ao
 Visorey Matias d'Albuquerque hũa sua muito convenien-
 te para isto e sabereis delle se a tem ainda, e vos enco-
 mendo muito que por todas as vias procureis como ve-
 nhaõ mais naos que estas tres, pois sabeis quanto isto
 importa nãõ somente a este Reino, mas tambem a esse
 estado, e das capitãõs das ditas naos ou nãõ encarre-
 gareis pessoas de validade, experiencia, e serviços das
 que necessariamente houverem de vir para o Reino, a
 que dareis regimento na conformidade do geral e parti-
 cular que de cá leuaõ os capitães das naos deste anno
 antecedentelhe o mais que vos escreveu por outra carta ao
 que toca á Ilha de Santa Elena. Escripita em Lisboa a
 22 de março de 1597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey da India.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Al-
 mitrante e VisoRey da India, de seu conselho—Segun-
 da via.

(Livro 2.º f. 389)

258.

Conde Almirante, Viessorrey amigo. Eu ElRey vos emuoio muito saudar, como aquele que amo. Do anno de 93 a esta parte são emuiadas per ordem de Dom Antonio de Matos de Noronha, Bispo d'Eluas, Commissario geral da Bula da Sancta Cruzada neste Reino, muitas Bulas a esse estado damdo pera execuçaõ da dita Cruzada os poderes apostolicos que tinha ao Arcebispo de Goa, e em sua ausencia ao Vigario geral da Ordem de São Domingos, e por o Arcebispo de Goa que entãõ era ser falecido ficou esta comisaõ ao dito Vigario geral, como mais particularmente vereis pela copia de huã informaçãõ que sobre isto me foi dada que será com esta, e por que na arrecadaçaõ do dinheiro destas Bulas se vay correndo com algum descuido, e atégora não tem vindo nhum a este Reyno do que se nelas fez, que hade vir per letras conforme ao Regimento que nisto está dado, vos encomendo que vos emformeis do Vigario geral a que isso está cometido do que nesta materia está feito, e deis ordem como o dinheiro que estiuier cobrado se emvie a este Reino per letras, e asy o que se arrecadar do Bispo de Malaca, sobre que tambem vos escreueo em outra carta que vay nestas vias, (a) E se o dito dinheiro for necessario pera a carga destas náos o empregareis nella.

II. O Goardiaõ de S. Francisco desta cidade como procurador da Custodia dessas partes me apresentou hũs apontamentos asy sobre cousas tocantes á dita Custodia como de outras que requiere ElRey de Ceilaõ, a que me pareceo não deuer deferir sem primeiro ter muito particular emformaçaõ vossa daquellas que entenderdes que deuo ter, por se ter entendido que as mais das cousas dos ditos apontamentos se não deue dar resposta pela calidade das materias de que trataõ; pelo que vos emco-

(a) O resto das palavras deste Capitulo são escriptas depois de finta a carta.

mando as trateis com pessoas d'esperiecia, e me aviseis do que achardes com vosso parecer para lhes mandar responder como ouher por serviço de Deos e meu. Escrita em Lisboa a 22 de Março de 597. (a) E das materias desta carta tratareis as que nos parecer ou todas como Arcebispo Dom Frey Aleixo.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Conde VisoRey.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 371)

Informação sobre a Bulla da Santa Cruzada.

Segunda via.—No anno de 98 esomuo Sua Magestade hua carta a Matias d'Albuquerque VisoRey da India em que emcomendava muito o fauor e ajuda que avia de dar pera a expedição da Bulla da Santa Cruzada que o Bispo d'Elvas Commissario geral empiou naquele anno naquellas partes, o qual deu pera a execucao della os poderes apostolicos que tinha ao Arcebispo de Goa, e em sua ausencia ao Vigairo geral da ordem de Sam Dominguos, que foi o que succedeo ao cargo por respeito do falecimento do Arcebispo, e este Vigairo geral he o que hoje corre com a Bulla.

E alem da ordem, regimentos, e instruções que o dito Bispo d'Elvas deu ao Comissario da India para a expedição da Bulla e arrecadação da esmola, procedida della, emcomendou Sua Magestade muito ao VisoRey que sendo lá necessarias promissões suas pera este efeito

(a) O resto das palavras desta Capitulo são scriptas depois da finta a carta.

as fizesse logo dar com muita brevidade, mandandolhe expressamente que deste dinheiro se não fizesse naquelas partes nenhuma despesa nem se emprestasse delle pera cousa alguma inda que fosse de muito seu serviço.

O mesmo escreveu também Sua Magestade ao Comisario encomendolhe quizesse aceitar a subdelegação feita nele pera este effeito pelo Bispo d'Elvas e comprasse seus regimentos e instruções literalmente que todos foraõ ordenados pera a boa expedição da Bula, e cobrança da esmola della.

Emuiaramse á India as Bullas seguintes :

Quarenta mil e uinta sincó de huã tanga por bula	40,025
Cento e oitenta e huã mil quinhentas e quatorze bulas de duas tangas por bula....	181,514
De pardão d'ouro por Bula.....	5,261

226,800

No retorno destas náos que leuaraõ estas bulas mandou o Comisario da India quatro centos e sineoenta mil reis somente, que foi a esmola que naquele pouco tempo se pôde colher em Cochim.

No anno logo seguinte de 95 vieraõ da India dous contos e quatrô centos mil reis com aviso que se não tinha ainda colhido todo o dinheiro das bulas que se repartiraõ pelas fortalezas daquelas partes por se não hir a elas senaõ com monções de tempo, o que se faria com equidade.

O anno pasado de 96 avisou o Comissario como emuiava letras de mais dinheiro nas náos capitania e Vitoria, que não cheguaõ ao Reino como se sabe.

E per esta maneira ual o dinheiro que se tem emuiado ao Reino até o presente dous contos oito centos e sineoenta mil reis..... 2:850.

Este anno presente de 97 tem o Bispo d'Elvas escrito á India que por todas as náos mandem letras do dinheiro que lá se cobrar, por ser aey conforme ao regi-

mento que lhe foi dado, e que de o não fazer asy deixou a Cruzada cobrar o que diz que mandava por não vir letira a São Paulo.

Mais lhe ajuiza que nas partes donde a Bula... .. trienio comprado faça logo tomar conta aos thezouros conforme a seus regimentos e pôr em intercaução o que por ellas constar que devesse, asy as bulas das caixas dos jubileos, commutações de votos, commutuações que fossem feitas naquellas partes, que he dinheiro destinto do particular da Bula, e fizesse logo queimar as Bulas que ficassem por despendido, e que destas contas se fação autos de que emuiará copias ao Reino por todas as nações.

Que em nenhum modo aventure o dinheiro da Cruzada em mercadorias emuiadas ao Reino semão poroleiras, porque se teve presunção que fizera naquellas partes hum emprego de perolas a pagar qua a Cruzada de trinta por cento.

Isto asima batrás he o que passa atégora na Cruzada.

(Livro 1.º ff. 181)

Apostamentos sobre cousas tocantes á Custodia da Índia e Ilha de Ceilão.

Segunda via.—Frei Guaspar da Natividade, Guardião de São Francisco de Lisboa, como Procurador geral da Custodia da Índia, apresenta o traslado autentico de huã prouisão per que Sua Magestade ouue por bem no anno de 93 que nũs Religiosos de qualquer outra Ordem não entrarem nos Reinos de Ceilão a promulgar o santo Evangelho senão os Religiosos da Ordem de São Francisco da dita Custodia da Índia, por así o aver por servisso de Deos e seu.

Dizem em sua petição que ha quarenta e quatro anos que sustentão a cristandade daquelle Ilha, e forão mui tozados e mortos nella pelos inimigos de nossa santa fer, e porque os ditos Religiosos querem impellar de Sua Santidade lhe confirme a dita prouisão pedem a Sua Ma-

gestade lhes façam merce de huã carta de fauor para o seu Agente em Roma pedir a dita confirmação, e así taõbem para que Sua Santidade lhes comseda todos os prinillegias, indultos, dispensações, e bulas de superogações que tem os Padres da Companhia a elles comsediões em particular ou geral, como he para poderem fazer os novos comsediões dentro ao 3.º mizto com o 4.º com tudo o mais que tem os ditos Padres da Companhia de aulassoes, dispensações para a gente branca, para que de tudo possaõ gozar os ditos Religiosos, por isto impor-
tar muito ao seruiço de Nosso Senhor e aumento daquella cristandade.

Apresenta mais o traslado de huã doação que El Rey de Ceilão lhes fez por que lhes comsedeu a renda dos paguodas e tudo o mais que possuiaõ os ditos paguodas avendo respeito a serem pobres e não terem renda, e que esta seriaõ para sustentamento dos Colejos que os ditos Religiosos ordenassem naquela Ilha, a qual doação foi feita no anno de 63 e no anno de 91 reafirmada de novo pello dito Rey aos ditos Religiosos, pelo que pedem a Sua Magestade lhe faça merce de lhe confirmar a dita doação.

Dizem os ditos Religiosos que Sua Magestade mandara ao Governador Manuel de Sousa Coutinho e ao Visarey Mathias d'Albuquerque que hães casas que estaõ continuadas com o Conuento de S. Francisco de Goa se derrubassem, o que se não fez até agora, pedem a Sua Magestade lhe mande passar prelição para o Conde Visorey as mande derrubar e pagar por conta da fazenda de Sua Magestade.

Dizem mais que Sua Magestade mandou ao dito Mathias d'Albuquerque que dese as ordinarias as casas da dita Custodia que de novo se fizeram por se não poderem sustentar sem ellas, e que o dito Visorey lhes não dera, pedem a Sua Magestade mande passar prelição para que lhe dem daqui em diante e se lhe pague a de-
uido dos annos passados.

E que outrosy mandara Sua Magestade que o dito Visorey mandasse levantar as cazas da ditta Custodia que estivessem cahidas e outras reedificasse de todo o necessario, e que o não tinha feito tégnora, pedem prouissã para que o Comde Visorey o fassa.

Aprezenta mais o dito Frey Gaspar, como proeurador del-Rey de Ceilaõ, os apontamentos aqui juntos, os quass se haõ de ver (sic) aos Senhores Gouernadores, em qua o dito Rey pede alguãs couzas.

Eu Dom João Perespandar, Rey de Ceilaõ, e Empe-rador de toda a Ilha, que ha quoremta e cinco anos que sou cristão, e professor da ley de Christo, prometo de morrer e viver nella á obediencia e sojeito á santa Madre Igreja de Roma.

Pesso ao Santissimo Padre com toda a umildade e reuerencia devida a taõ sagrada pessoa me reueba no numero dos filhos catholicos da santa Igreja Romana, e como a tal me lamsee a sua santissima bemseã, e com todos os roguos supplico me fauoresca com suas graças, indulgencias, e privilegios pera que ajudandonos com os altos teozoros dos ceos o senhor que nos criou possamos com a nossa gramde fraqueza servir na terra como esta está taõ longe e apartada dende com fasselidade possaõ vir os remedios de que a fragelidade humana tem tanta necessidade a cada momento, em particular alem de todas as partes desta India oriental nesta Ilha de Ceilaõ, aonde ha planta da cristandade sobre ser noua he de tantos e taõ imfinitos contrastes combatida quantos são os ritos e suprestições, costumes, e seremonias gentilicas de que ha longuos annos que esta chea. Ihe pedimos que proteja aos Prelados, Guardiaes, e Reitores, em especial aos Commissarios que nesta Ilha residem e ao diante residirem da Ordem do glorioso Padre São Francisco, de quem temos a doutrina de Santo Evangelho, de poderes bastantes com que supprã quanto se oforecer a preceza da Sé Apostolica se possivel nas necessidades doutro modo erremedeancis.

Pesso mais que os fauorescedores desta cristandade

da Ilha de Ceilaõ, seculares ou ecclesiasticos de qualquer qualidade que sejaõ, comeiguaõ indulgencias e graças particulares, e pelo contrario os molestadores della, e os que em qualquer modo que for forem molestos á cristandade e aos que no tal ministerio andaõ, sejaõ punidos e anathematizados.

E pesso mais que aquelles que nas linguas deste Reino se exercitarem a administração da cristandade, e os Relegiosos que se nellas occuparem assy para bem de seu offissio como para melhor poderem ajudar na conservação da paz e bem destes estados; Sua Santidade lhes comseda graças e indulgencias particulares e tais fahores spirituaes que a cobiza delles obrigue a todos com gosto aceitarem este trabalho e desterro da mesma natureza.

Muito pesso a Sua Santidade que avendo respeito a ser eu Rey e cristão; e tão fiel como se sabe entre tantas avexassoẽs, mande e encomende que se me não negue a reuerencia e acatamento que ha o meu estado se deue e aos da minha caza, nem aja quem impida obedecerem meus vasallos, e pagaremme os tributos e rendas a mim devidas.

Pero mais a Sua Santidade e com muita instancia rogo e requero que a sedula de testamento que tenho feito em que declaro as diuidas que deito e as esmolas que fasso ás Igrejas, os officios, e missas que quero de diguaõ por minha alma; e as obrigaçoẽs que tenho áquelles que me serviraõ e servem sem até ao prezente serem gualardonados, e tudo o mais que nelle por descargo de minha consciencia se achar que mandõ, sob graues penas e semsuras mande que se me cumpra sem faltarmada, e nas mesmas emcorraõ todos aquelles Reis, Príncipees, e Senhores que o comprimento do tal testamento impedirem ou mandarem e aconselharem que se impida por qualquer via e modo que seja, e nas ditas penas culaõ todos os joizes e officinaes de justiça, e todos aquelles que para o comprimento da minha manda poderem e deuerem sanorecer, e o não fizerem.

As cousas que a Sua Magestade pesso e requeiro, e ao Visorey da India, são as seguintes:

Primeiramente pesso que se me dem conselheiros para com elles detreminar as cousas pretemcmentes ao bom guouerno destes Reinos, e o que por elles detreminar ninguem possa desfazer, nem as cousas que d'oje a diamte der e fizer merce dellas não sendo por estes asinadas e principalmente pelo que me for dado por mestre, não tenhaõ nhũ vignor, e os conselheiros quero e pesso que d'oje por diamte pelo muito que.. (a) confio seja o primeiro hum frade da Ordem do Padre São Francisco, a quem muito devemos e todos os desta Ilha, o segundo hum fidalguo de muita confiança e prudencia que o VisoRey escolher ou Sua Magestade mandar, o terceiro hum homem escolhido dos naturaes de meu Reino que o tal cargo lhe couber e de quem nós confiemos; e isto pelo muito que ahy releua per amor dos naturaes, que numqua doutro modo seraõ bem regidos, nem se colherá delles o fruto que pretemdemos.

Pesso aos Capitaães desta fortaleza se determine a jurdição que tem, e o que deuem fazer, e no que hão de mandar, se como capitaães vassalos, ou Reis desta Ilha absolutos.

Pesso as remdas desta Ilha, a saber, dos Reinos de que directamente sou senhor, ninguem possa mandar nellas repartir, que todas se depossitem, e quero que seja em São Francisco, e que tenha tres chaues o cofre em que estiuier, huã dellas esteja em poder do Padre Guardião, a outra em minha casa, e a terceira em poder do depossitario e veador de minha fazenda, o qual pesso a Sua Magestade e ao VisoRey da India que mo eleja, e seja pessoa digna do tal cargo, para que este com o escripturaõ de seu officio por ordem do meu conselho na minha prezemssa guastem e destrebuaõ o que conuier e for nessesario para a sustentação desta fortaleza e

(a). Pela corrupção do papel falta uma palavra que parece ser *dell'es*.

estados sem os capitães e feitores de Sua Magestade interuirem nisso, o que muito comuem para se evitarem os grandes detrimetos que pode aver sendo pelo contrario.

Pesso que as rendas que meus vassallos trouxerem ás adias e pimgas (sic) liurementemente mas deixem aprezenstar, e da minha prezença e os do meu conselho se reco-lha e depossite como elles ordenarem, e que todas as mais paguas de soldados e lascarins que da minha fazenda se fizer pelos do meu conselho se faça na minha prezença, e não em outra parte alguma.

Respeitaindosse as nececidades minhas e os gastos de minha pessoa e caza, e o que a meu estado Real, se por Rey sou conhecido, se deue, pesso que conforme a isso se me alvidrem os guastos, e podendo fazer receos a outros não se me negue substeintarme se quer sem afronta e menoscabo de minha pessoa.

Pesso é requireiro ao Viso Rey da India que pella sua ordem me mande apozentar nesta fortaleza nas cazas que foraõ de Domingos da Silua, e que sem embargo nhũ mas dem satisfazendo a viuua do custo dellas como de Vossa Magestade até que possa ter com que as pague, e me prouēja de pessoas que me acompanhem e guar-da fiel que comigo assista em toda a parte onde estiuier.

E assy pesso me proneja de Secretario, e seja pessoa graue e idonea, e não da familia dos Capitães nem de calidade que lhe possa perder o respeito, nem taõ pou-co cazado nesta fortaleza, e assy muito pesso me dem per guarda mór pessoa que me guarde e de quem me comfie em caza e no campo e possa omrrarose com elle minha casa.

Como os negocios destes Reinos vão sendo grandes e pezados conuen que os Juizes que forem de minha jurdição sejaõ doctos e mui prudẽtes, capazes de me dezobriguarem da justiça que deuo substentar a todos.

Como esta Ilha tenha poucas riquezas, e as rendas principaes sejaõ dos portos, proneja o Viso Rey como nhũs direitos reaes se alienem da Coroa, e que as merces feitas

declare serem alcaidarias (*sic*) em seus ordenados detriminados que a cada hum se deya dar, e tudo o mais se arrecade para a substemtação destes estados, pois doutro modo se não poderaõ substemtar.

Posto que tenha eu feitas alguãs merces de porto de mar, não foi para alienar o senhorio delles da minha coroa, nem darlhes a jurdição da minha justiça, nem as rendas e direitos reaes a mim pertencemtes, no que peço ao VisoRey da India e a Sua Magestade como for justo prouēja declarando as fazendas de que se deue direitos á coroa, a saber, areca, sapaõ (*sic*), copra, canela, e alefantes.

Mande o VisoRey que nesta fortaleza nem em parte alguã desta Ilha capitaõ ou pessoa alguã fassa não nem embarquação de qualquer forma que seja, por se evitarem os grandissimos escandalios que ja por essa causa ouue e os pode aver maiores, e assy que nhũ homem morador ou forasteiro corte aluore alguã sob graues penas sem muita satisfacaõ de seus donos.

O atreunimento e ouzadia dos christaõs que com os Portuguezes se criaõ he taõ grande que se com regurasse castigo não forem punidos em seus delitos, será maior a perturbação que elles daraõ a esta Ilha com os furtos, forças, amotinações de que temos larga experiencia, que a de todos os inimigos que ha nem pode aver nella, pelo que passo ao VisoRey sobre isto prouēja e mande confirmar o sobre rolda (?) que tenho ordenado para correr as minhas terras e prender os que em taes emsultos forem achados sendo Portuguezes, e sendo Lascarina castigalos pela minha ordem e dos mais Regedores, e para isto aja sempre nesta fortaleza hum corregedor com alcada para em casos atrozes que suzedem poder executar o castigo devido, e pondo se vio o esquandalo se veja a justiça. Assy passo ao Viso Rey mande que as terras que são dadas á Rainha e que se chamaõ da Guabara que são da minha despeza e serunio ordinario dos que me servem e acompanhaõ ninguem emtemda nellas nem com as de que tenho feito

merce a Dom Joaõ e Dom Costantino filhos do Principe Dom Paschoal meu muito querido e leal vassalo, taõ pouquo com as de Dom Antaõ de quem muito me confio.

E do que mais virem ser necessario para a comseruação de meus estados e seruissio de Sua Magestade mediantemte o de Deos como abastantes procuradores os que tenho nomeado pessoaõ e requeiraõ e procurem assy na India diante do VizoRey della e sua Rolaçaõ, como em Portugal, e em todas as mais partes que lhe parecer ser necessario, e emcomendo em particular que do Summo Pontifice santissimo Padre me alcamssem o que assima pesso e de Sua Magestade, o que espero, e tenho muita confiança o VizoRey antes que delá seja prouido elle me prouea como teghora tem feito. Dada em Columbo a 10 de Dezembro de 1594.

(Livro 1.º fl. 175)

259.

Conde VisoRey, amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Por estar acabado o contracto da trazida da pimenta se procurou contractar de nouo, e por alguns respeitos naõ conueio acabarsse antes da partida destas náos, mas prbcurarseá para as do anno que vem, e assi he necessario que se compre por conta de minha fazenda a pimenta que houuer de vir nestas tres náos e nas maes que espero que lá façaes aprestar conforme ao que vos auisey por terra, e polla falta que houue de rendimento o anno passado na casa da India naõ vindo dessas partes maes que huã só naõ, e essa com muito pouca pimenta, e por outras necessidades e obrigações de minha fazenda naõ soy possinel enuiarsse de qua o dinheiro necessario para a compra desta pimenta e fica á vossa conta suprir esta falta como confio de vos que o sabereis fazer, e que vos empregareis nisso com tanto cuidado e industria como o requiere materia de tanta importancia a meu seruico e a minha fazenda, pois a sustancia dessas partes e do rendimento que dellas vem a minha fazenda está na pimenta, pello que vos eneo-

fiendo que procureis hauer todo o dinheiro necessario para a compra della, e que uenhaõ as náos taõ bem carregadas como se fora de qua mayor cabedal para isso do que costumava ir, e para isso vos ajudareis dos trinta e quatro mil cruzados que para este cabedal foram nas náos em que fostes (porqué ainda que eraõ corenta mil cruzados arribou ao Brazil huã das náos que leuaua seis mil delles) e procurareis alguns empréstimos de pessoas particulares, e tomareis o dinheiro que houuer dos defunctos e legados para se trazer ao Reino, e empregaloeis em pimenta, e do procedido della se pagará qua ás partes que o hõuerem de hauer, ás quaes passareis prouisoõs em meu nome assinadas por vós dirigidas ao Prouedor e officiaes da casa da India, em que se declarem as contias que se tomarem e á que pessoas se ha qua de pagar; e eu as mandarey inteiramente cumprir e pagar, e em particular tomareis sessenta e oito mil xerafins que hum procurador da cidade (sic) do Porto que anda em Lisboa mostrõu por cartas das Misericordias de Goa e Cochim que ellas tem cobrados e depositados para os enuiar á dita Misericordia do Porto de hum legado que hum defuncto lhe deixou, o qual sou informado que he de muito mayor contia, mas que está a fazenda espalhada por muitas partes, e que somente estauaõ cobrados e promptos os ditos sessenta e oito mil xerafins, e estes tomareis logo, e assi tudo o mais que deste legado se tiver cobrado, e o que delle ainda estiver por arrecadar ordenareis que se arrecade e se va empregando em pimenta no inuerno, e qua se mandará pagar á dita Misericordia do Porto inteiramente, e por estes meos e outros que vossa boa industria e desejo que tendes de meu serviço vos descobrião, espero e confio que haueris o dinheiro necessario para esta compra da pimenta, e que viraõ as náos tam bem carregadas della que me deu eu hauer de vós por tam bem servido como confio que o serey, e se nestas náos poder ir algum dinheiro, que os contractadores que tiverom o contracto do partido do meo que acabou no anno de pitenta e cinco estaõ obri-

gados a enuiar dos sobejos dos cabedaes do tempo do dito contracto, falloeis empregar em pimenta na forma que Pedro Guedes, do meu conselho do estado, e Veedor de minha fazenda, vos avisará maes em particular, e quando por todos estes meos faltasse ainda dinheiro para toda a pimenta que houuer (o que não espero, antes tenho por certo que achareis o necessario) encomendouos que dos rendimentos de minha fazenda desse estado tomeis o que se houuer mister, ainda que se falte a outras obrigações que não sejaõ tão precisas, e de qua ordenarey que se vos torne a enuiar para as despesas desse estado o mesmo e mais que do rendimento delle tirardes para esta compra, e o que principalmente deueis procurar he que as náos partaõ cedo em sua verdadeira monção pellos danos que resultaõ de partirem tarde, e que não venhaõ sobre carregadas, e que se guarde na carga dellas e nos lugares em que deuem vir as fazendas os regimentos inteiramente, porque a mayor e maes verdadeira causa da perda de tantas náos he a sobrecarga dellas, e procurareis que se armem lá alguãs náos nouas mais das que houuer feitas nessas partes, e em partioular heã que fuy informado que Dom Antonio de Noronha, Capitão de Cochim, tinha feito capax de seruir nesta carreira, e ainda que em outras cartas das que vaõ nestas vias vos trato disto, e que por terra o tenho feito, quis tornallo a repetir nesta para que entendaes o que tenho por certo que entendereis do cuidado com que deueis acudir a estas faltas de náos e de cabedal para a pimenta, e do serviço que eu espero que nisto me façaes. Escrita em Madrid a 26 de marco de 1597.

REY.

Para o Conde da Vidigueira, Viso Rey da India—2.
via.

(No Sobrescripto)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Al-

mirante e Visorrey da India, do seu conselho—Segunda
via.

(Livro 2.º fl. 363)

260.

Eu ElRey faço saber aos que este Aluara virem que por algũs respeitos que me a isso mouem hey por bem e me praz que Dom Frey Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa, tenha e haja em cada hum anno com aquella prelazia dez mil cruzados de seu dote e ordenado, com declaraçaõ que nesta contia entraraõ todo o dote e ordenado, e merces que por prouisoẽs de fóra elle de mim tem, e assios mil cruzados que lhe tenho concedido para os poder repartir pelos sacerdotes e menistros da Sé de Goa como lhe parecer, em que ao todo sou informado que se montaõ oito mil cruzados, os quaes todos entraraõ na contia dos ditos dez mil cruzados, e fiquara com a mesma obrigaçaõ de repartir pellos ditos sacerdotes e menistros os ditos mil cruzados; e hey por bem que estes dez mil cruzados sejaõ daqui em diante ordenado o dote perpetuo do Arcebispado de Goa, e que os tenhaõ e hajaõ os Arcebispos que ao diante succederem ao dito Arcebispo Dom Frey Aleixo de Meneses com a mesma obrigaçaõ de partir os ditos mil cruzados pella ditta maneira; e hey por bem que comece a vencer os ditos dez mil cruzados des o primeiro dia de Janeiro deste anno de mil e quinhentos e nouenta e sete em diante, e o que tiuer recebido quando este aluara chegar á India do ordenado e merces que menos tinha se descontará dos ditos dez mil cruzados; pello que mando ao meu VisoRey ou Governador das partes da India, que hora he e ao diante for, e ao Veejor de minha fazenda em ellas que lhe façaõ asseptar os ditos dez mil cruzados em parte aonde haja dellas bẽm pagamento em cada hum anno, e pello treslado deste alluara que será registado no liuro da despesa do thesoureiro, feitor, recebedor, ou qualquer official que lhe fizer o dito pagamento pello escriuaõ de seu cargo;

e conhecimentos do dito Arcebispo lhe será leuado em conta o que lhe pella dita maneira assi pagar cadanno, e elle será obrigado a apresentar as prouisoões do ordenado e merces que dantes tinha, e a outra dos ditos mil cruzados para repartir pellos sacerdotes e ministros da Sé de Goa para se romperem e se porem verbas nös registros dellas de como naõ haõ de hauer mais effecto por lhe eu dar hora os ditos dez mil cruzados de seu dote e ordenado, de que o meu Secretario da Índia passará sua certidão nas costas deste aluará, que quero que valha como carta e que naõ passe pella chancellaria sem embargo das Ordenações em contrario, e se lhe passou por tres vias, de que esta he a segunda, cumprida huã as outras naõ hañeão effecto. Thomé de Andrada o fez em Madrid a xxbj de março de M. D. Lxxxx e sete.

REY.

Aluará para Vossa Magestade ver.—2.º via.

(Livro 1.º fl. 82)

261.

Senhor.—ElRey nosso Senhor mãnda escreuer a V. S. per huã carta sua feita em Madrid a 26 de março deste anno de 97 sobre o forma e modo que ha por seu serviço que V. S. tenha na compra da pimenta que hade vir nestas náos e das mais que em companhia delas delá vierem o anno que vem, por este anno naõ aver contrato da trazida da pimenta, e posto que Sua Magestade tem por certo que com o bom cuidado de V. S. se suprirá a falta do dinheiro necesario para o cabedal da dita pimenta, para o que na dita carta de Sua Magestade se apontaõ os meios que se cá ofereceroã, mandou que eu de sua parte avissase tambem a V. S. do que agora direy (como o faço por ordem dos senhores Governadores por naõ aver tempo para isto ir em cartas assinaadas por Sua Magestade) e he que se pelos meios apontados na dita carta de Sua Magestade, e pelos mais que

se oferecerem a V. S. se não puder aver todo o dinheiro para a compra da pimenta necessaria para a carga de todas as náos que com ella haõ de vir a este reino o anno que vem, que V. S. dê ordem para que as pessas que quizerem mandar pimenta ao partido do meio o possuão fazer na forma ordinaria, mas que deste ultimo remedio se não usse senão quando de todo em todo a necessidade o pedir por não aver em outro modo pimenta em abastança para a carga das naos, ou por se entender claramente que não se comprando a que ouuer para se trazer para o Reyno tomará ella outro caminho por que tenha saída em prejuizo do serviço e fazenda de Sua Magestade, e dizem os Senhores Governadores que esta commissão (permetida neste caso de não aver outro remedio) deue V. S. ter em segredo ate o tempo lhe mostrar que comuem usar dela não tendo até entãõ algum aviso em contrario por cartas de Sua Magestade que lhe vão por terra; e esta uay por tres uias nestas tres naos junta á carta de Sua Magestade de que nela trato. Nosso Senhor vida e estado de V. S. acrescente por muitos annos. De Lisboa a 2 de Abril de 1597.—Bejo as mãos a V. S.—*Diogo Velho.*

(No Sobrescripto)

Ao Conde Almirante, Viso Rey da India, meu Senhor—
Segunda via.

(Livro 2.º fl. 361.)

262.

Senhor—Os contratadores do contrato da trazida da pimenta que agora acabou eraõ obrigados pelo dito contracto a emprestar aos contratadores das naos desta carreira pera o concerto que em cada hũa dellas se faz na India antes de tornarem pera o Reino quatro mil e oitocentos cruzados, e por os ditos contratadores da trazida terem acabado o tempo do seu contracto fica a obrigação

deste empréstimo com a fazenda de Sua Magestade para della o mandar fazer aos contratadores das náos. para este effeito do concerto dellas, e nas tres deste anno se montão quatorze mil e quatorcentos cruzados: e encomenda Sua Magestade a V. S. que trabalhe que os feitores dos contratadores destas náos tomem sobre ay o concerto dellas sem este anno pedirem este empréstimo, dandolhe V. S. as rezões que ha para si. persuadirem a isso, mas que quando não accitarem fazerem esta despesa será forçado V. S. acudir com este empréstimo pela melhor via que puder ser sem se tocar no cabedal da pimenta de maneira que não deixem de vir as náos com o concerto necessario para fazerem sua viagem; e não vay isto em carta de Sua Magestade por não aver tempo para isso. Nosso Senhor, &c. De Lisboa a iiii. de abril de 1597. Bejo as náos a V. S.—*Diogo Velho.*

(*No Sobrescripto*)

Ao Conde Almirante, VisoRey da India, meu Senhor
—Primeira via.

(*Libro 2.º fl. 379*)

1597.

SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREY.

263.

Dom Phelippe &c. aos que esta minha carta de ley tirem e o conhecimento della com direito pertencer fago saber que por justos resposos que me a isto move, e por se asemiar perante Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e meu VisoRey da India, pelos desembargadores da mesada Relação das ditas partes, e por bem e que praz, e por esta mando que da publicação della em diante que todo o outro em pó que correr em

Moçambique nos pagamentos devidos aos moradores da minha cidade de Goa como aos da dita fortaleza e a todos os mais seja tal que responda a oitenta e quatro xerafins por marco, e prouandosse que alguã pessoa pagou em ouro que responda menos da dita conta emorrerá em pena de perdimento da valia do dito ouro que asy pagou para catiuos e acusador repartido. igoalmente, e em tres annos de degredo para Ceilaõ, e quando alguã pessoa se queixar que lhe foi feito pagamento com ouro que responda menos conta que a desta ley, requererá ante o Ouuidor o qual mandará fazer exame delle por pessoas que mais razã tenhaõ de o entender, e achando que tem menos conta que a dos ditos oitenta e quatro xerafins por marco, fará satisfazer a parte o que faltar, e condenará ao que pagou na pena desta ley, a qual será publicada nos lugares publicos da dita fortaleza de Moçambique de que se fará asento nas costas della, e se registará no cartorio da Ouuidoria da dita fortaleza para á todos ser notorio e se saber como o asy mando com asento e parecer dos ditos desembargadores. Navegouo asy ao Capitão e Ouuidor de Moçambique, e lles mando que o cumprã e guardem, e inteiramente façã cumprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xij de Janeiro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu ViceRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e sete. Luis da Gama a fez escrever.—O ViceRey,

[Livro 1.º de Alvarás fl. 100.º]

264.

Dom Philippe &c. por que esta minha carta de ley vem e o conhecimento bom direito pertencor fazer saber que avendo eu respeito a facilidade com que os Ouuidores das fortalezas da India soliaõ com fiança os

presos por feitos crimes contra forma da Ordenação do Livro quinto, titulo 91. que o contrario manda, e por hein e me praz, e por esta minha carta de ley mando ~~um~~ parecer dos desembargadores da mesa da Relação da Índia que os Ouvidores de todas as fortalezas das ditas partes da Índia não deem sobre fiança preso algum por feito crime sob pena do Ouvidor que o der pagar dozentos xerafins se for preso por culpa que não mereça pena de sangue, e sendo por tal maleficio que sendo verdade mereça pena de sangue ou d'açoutes ou de gredo para algum lugar certo, pagará quinhentos xerafins, e se caso for que sendo asy deuesse aver pena capital pagará mil xerafins, ametade para quem o accusar, e a outra ametade para a minha ribeira da cidade de Goa, e para as despesas das obras da justiça, nas quaes penas emcorrerão os ditos Ouvidores alem de todas as mais declaradas na Ordenação acima apomada, o que asy comprirão todos os ditos Ouvidores e cada hum delles irãda que não sejam letrados, e esta mesina ley e a dita Ordenação averá lugar nos capitaes das fortalezas onde não ouuer Ouvidores, e será apregoada na minha cidade de Goa e nas mais fortalezas das ditas partes da Índia de que o Chanceler do estado mandará passar treslados em forma que fação fé para nellas se apregoar, e se fazer asento, e se registará nos cartorios dos escriptaens dos ditos Ouvidores. Notefiquo asy ao Ouvidor geral do crime da Índia, mais justiça, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem e fação cumprir e gnardar como se neste contem, sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xliij.^o de Janeiro. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e VisoRey da Índia &c. Joaõ de Freitas a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e sete. Luis da Gama o fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1.^o de Alvaras fl. 99.)

265.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por muitos (sic) respositos que me a isto mouem de seruiço delRey meu Senhor, e bem de sua fazenda, ey por bem e me praz e por este mandado que nũa cousa de qualquer sorte e qualidade que for passe desta Ilha de Goz pelo paço de Daugim nem de lá para cá sem ser vista e buscada meudamente no dito paço por onde a quizerem passár pelo Capitaõ delle ou por setis officiaes por seu mandado, sob pena que tudo o que se achar que não for buscado ser tomado por perdido ametade para quem o acusar e a outra ametade para os cativos; e para que venha á noticia de todos mando que este seja apregoado no dito paço de Daugim de que se pãssara certidaõ nas costas delle. Noteficoo assy a Manoel de Gouuea Coutinho, Capitaõ do dito paço, para que o cumpra e guarde, e inteiramente faça cumprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum sob pena de lhe ser dado em culpa em sua residencia, e não passara pela chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade. Antonio da Cunha o fez em Goz a xxj de feuerreiro de 97. Luis da Gama o fez escrever.—*O VisoRey.*

Outra como esta se passou para Benastatym no dito dia e era.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 101)

266.

Mathias d'Albuquerque, do conselho de Sua Magestade, Visorey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por asy o auer por seguico de Sua Magestade, ey por bem e me praz, e por este mando aos Ouvidores das fortalezas deste estado mandem em cada hum anno a esta cidade ao Ouvidor geral do crime q fol das fianças que auer perdidas em cada hũa das

ditas fortalezas, sob pena que fazendo o contrario se lhes dar em culpa em suas residencias, e se arrecadarem as contias das ditas fianças por suas fazendas, as quaes se tomaraõ em tal forma que por falta della não perca a fazenda de Sua Magestade a sua aução, e para que se saiba como asi o mando se registará este alvara no cartorio dos escriuaes dos ditos Ounidores, a quem o notefico assy e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e façãõ inteiramente cumprir e goardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum. João de Freitas o fez em Goa a 22 de fevereço de 597.—Luis da Gama o fez e creuer.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 101 v.)

267.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que avendo eu respeito a alguns mercaderes desembarcarem na cidade de Cochim sobre este anno contra forma das defezas que são passadas, e por isso e mando que Dom Antonio de Noronha, capitão o Vedor da fazenda de Sua Magestade na cidade de Cochim, com o Juiz da alfandega e mais officiaes della façãõ carregar todo o cobre que este anno ven da China e se desembarcou na dita cidade de Cochim em qualquer nao que lá estiver para vir para esta cidade de Goa, e não avendo em Cochim não, se embarcará o dito cobre na gale e nauios da armada de Ruy Dias de Sempayo, capitão mór do Cabo de Comorim, e em falta da dita armada se embarcãra em quaesque nauios que partirem de Cochim depois da chegada deste meu alvara, e o dito cobre vira a risco de seus proprios donos avendo respeito ao desembarcarem em Cochim tendo obrigação de o trazerem a esta cidade de Goa e de pagarem na alfandega della os ditos deudos a fazenda de Sua Magestade, e para se tomar para a Jurdição o que fosse necessario pagandose-lhe na forma da provisão que para este effeito mandey passar o anno passado, e nos ante-

gando o dito sobre as partes a quem foy entregue com fiança, se arrecadara dos fiadores a contia das fianças, e serao presos até entregarem o dito cobre a tempo que possa vir a esta cidade antes do inuérno, o que assy ey por bem com parecer dos desembargadores da Relação. Notificoo assy ao dito Capitão e Vedor da fazenda, Juiz dallfandega, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer, e lhes mandando que o cumprão e guardem, e inteiramente facão cumprir e guardar como neste he declarado sem duvida nem embargo algum. Estenão Nunes o fez em Goa a xxbj de março de 1597.—Luis da Gama o fez escrever.—*O Vice Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 102)

268.

Mathias d'Albuquerque &c. faco saber aos que este meu alvara virem que avendo en respeito á informaçõ que me foy dada que vindo hum junco del Rey de Camboja de ham dos portos de Japão por achar que El Rey de Siao tinha tomado o dito Camboja, e por não ter o dito Rey de Camboja guerra com este estado se fora reconhecer o junco e acoutar a fortaleza de Malaca, e que Francisco da Silva de Meneses Capitão della lhe tomara o dito junco com toda a prata que nele vinha e com todas as mais fazendas, artelharia, mocas e mocas que trazia, pelo que hey por bem e mando com parecer dos desembargadores da Relação que sendo caso que antes de se tomar residencia ao dito Capitão Francisco da Silva El Rey de Camboja mande á dita cidade de Malaca embaixador ou procurador seu para requerer pagamento e satisfacão do dito junco e fazendas delle, que Martin Affonso de Aledo Coutinho, que ora vey por Capitão da dita fortaleza, com ham dos Vencedores da dita cidade deste presente apao, que ora elto em Camboja para este feito pelos officiaes della, lhe fagão sem delonga pagar a contia da dita prata e delle do dito junco, artelha

ria, fazendas, moços e moças que o dito junco trazia, e que constara pelo inventario que se avia de fazer da fazenda do dito junco, e pelo sumario de testemunhas que mais razão tiverem para saber deste caso que pelo dito Martim Afonso e Vereador seraõ preguntadas, sendo primeiro citado o dito Francisco da Silua para as ver jurar pelo auto que com esta lhes será apresentado, e não conformando o Vereador eleito pela Camara com o dito Martim Afonso, os ditos officiaes della nomearaõ outro Vereador para ser terceiro nas duvidas que ambos tiverem, e o dito Martim Afonso e Vereador mandaraõ fazer execuçaõ nas náos e quaesquer outros bens do dito Francisco da Silua ate realmente pagar a valia do dito junco, prata, fazendas, moços, e moças que nelle vinhaõ, o que assy se comprirá sem embargo do dito Francisco da Silua ser ao tal tempo Capitaõ, e da Ordenaçãõ em contrario, e não vindo a Malaca embaixada ou procurador delRey de Camboja o dito Martim Afonso de Melo nem o Vereador seu adjunto não tomaraõ conhecimento deste caso porque na residência se procedera contra elle como parecer justiça assy pelas culpas que nisto cometeo como pela satisfaçaõ do dito junco, prata, fazendas, moços e moças que nelle vinhaõ. Noteficou assy ao dito Martim Afonso de Melo, Vereadores, mais officiaes e pessoas a que esta for apresentada e o conhecimento dela pertencer, e lhe mando que o cumprãõ e guardem, e façãõ cumprir e guardar com se nela contem sem duvida nem embargo algum. António da Cunha a fez em Goa a 28 de março de 1597. Luis da Gama o fez escrever.—*O VisoRey.*

Postilla.

Ex por bem que a prouisaõ atrás e acima escrita se dê a sua devida execuçaõ sem embargo de quaesquer embargos com que o dito Francisco da Silua vier, inda que sejaõ de incompetencia e isençaõ que pretenda, ter por razãõ de ser freyre e caualeiro da Ordem d'Aviz, avendo respeito á dita prouisaõ, e esta postilla ser por

fada com parecer dos desembargadores da Relação, e do Doutor Pero da Silva, Juiz das Ordens Militares destas partes da India, e Chanceller do estado. Notificou assy ao dito Martim Afonso de Melo, e Vereador adjunto, para que o cumpraõ e guardem, e façaõ inteiramente cumprir o guardar sem duvida alguã. Antonio da Cunha a fez em Goa a xij de Abril de 1597.—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 103)

269.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito aos Vereadores e officiaes da Camara da minha cidade de Goa em nome dos moradores della e das mais cidades do estado da India per sua peticaõ se queixarem a Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, meu Visorrey que ora he das ditas partes, dos respondentes que nellas residem tratarem com o dinheiro de seus mayores e com outro muito que tomavaõ a partido com que occupavaõ a mayor parte do commercio de Cambaya, Sinde, Mallaquea, China, Ormuz, Moçambique, e todos os mais portos do commercio e trato das ditas partes da India: com que aquitaõ a sy todas as fazendas para com os direyos das entradas lhe ficarem liures as saídas, e poderem fazer em sy mesmos todos os empregos das comissoes que lhe custumaõ hir deste Reino, por cuja conta e risco embarcaõ as ditas fazendas, o que tudo resultava em proueito dos ditos respondentes e de seus maiores, e em notauel perda de minha fazenda e perjuizo do bem comum por respeito dos casados e moradores da dita cidade de Goa e das mais da India que viuem dos empregos que vaõ e mandaõ fazer aos portos della para terem que vender na monçaõ das naos do Reyno, não acharem naquele tempo quem lhas quisesse comprar por os ditos respondentes terem em sy as mesmas fazendas, e se as compravaõ aos naturacs e moradores das ditas cidades era pelo preço que queriaõ, e muitas vezes

fiadas, pedindo os prouesse nisto com justiça, e considerando o dito meu Visorrey o grande perjuizo que se tinha seguido e se podia seguir ao diante de os ditos respondentes terem o tal trato, e a perda que a minha fazenda tem recebido, e os moradores das ditas cidades perecerem em seus tratos, comonicou este negocio em conselho presente Dom Frey Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa Primas, o Chanceller daquele estado, e desembargadores da Relaçã d'elle, e outros letrados theologos e juristas, asy Religiosos como seculares, onde por todos foy vista a petição da dita cidade, e outra que os ditos respondentes sobre esta mesma materia fizeraõ ao dito meu Visorrey, e conformandome com o assento que tomou o dito Visorrey com o dito Arcebispo, Chanceller, e desembargadores, e mais letrados acima apontados sobre este dito negocio, depois de bem vistas e examinadas as razões apontadas pela dita cidade e respondentes por suas petições e as mais que foraõ necessarias, e y por bem e me praz, e por esta mando por vertude do dito assento, e por assy o auer por muito seruiço de Deos e meu, e bem de minha fazenda e dos moradores das ditas cidades, que da publicação della em diante os ditos respondentes do Reyno que residem e residirem nas ditas partes naõ tratem nem possaõ tratar mais que nos portos da China, Malauca, Cambaya, e Sinde, e noutros alguns naõ, e isto com cabedal de quatro mil xerafins cada hum que lhes assy limito pela maneira seguinte, a saber, mil para Malauca, e dous mil para Cambaya e Sinde, repartidos como quizerem, ou todos os ditos dous mil em Cambaya ou no Sinde, sob pena que tratando para outros portos alem dos que lhes limito, ou pellos limitados com mayor cabedal do que lhes assy concedo, perderem o mais dinheiro com que tratarem e as fazendas que lhes vierem em retorno d'elle, ametado para as despezas de minha ribeira de Goa, e outra ametado para quem os acusar e para o resgate dos captivos, o que tudo se executara nos culpados a todo tempo

que se lhes prouar que foraõ contra esta minha carta de ley sem remissaõ. Noteficoo asy aos Ouuidores geraes do crime e ciuel das ditas partes da India e a todas as mais justicas e officiaes e pessoas das fortalezas e cidades dellas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar esta minha carta de ley da maneira que se nela contem sem duuida nem embargo algum, a qual será registada do Livro dos registos da Camara da dita Cidade de Goa e das mais da India, e apregoada pelas ruas publicas dellas para a todos ser notorio e sempre se saber como assy o ey por bem pelos ditos respeito, e outrosy se registará na Chancelaria dõde o Chancelier do estado emviará os treslados asynados por elle ás outras fortalezas e cidades. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa da Portugal a xiiij.º de abril. ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu Visorrey da India &c. Esteuaõ Nunez a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de 1597. Luis da Gama a fez escreuer.—*O VisoRey.*

Verba a margem.

Naõ he de nenhum effeito já esta ley, e ficou esta gente liberta por se passar huã prouisaõ para este effeito, pello VisoRey Ayres de Saldanha, que ficou registada ás fl. 163 do Livro 4.º—*Velho.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 105)

270.

Dom Phelippe &c. a quantos esta minha carta de ley xirem faço saber que considerando Matias d'Albuquerque, do meu conselho, e VisoRey que ora he das partes da India, a facilidade com que os Capitaes dos galeões da viagem da carreira de Maluquo deyxão fogir os presos degradados para aquella fortaleza que lhe são emtre-gues na cidade de Goa por ordem do Ouuidor geral

do crime sendo obrigados leuarem os taes presos a bom recado nos ditos galeões que são meus, por não aver outra embarcação em que possam ir, e o perjnize que tem resultado contra o bem comum do estado da India da fogida dos ditos degradados por não não somente não hirem satisfazer com a pena em que fôraõ condenados por suas culpas, mas imda por occasião de seus omisios encorrerem em outras de nouo, e virem a ser aleuantados, communicou este negocio na mesa da Relação da India com os desembarcadores della, e conformandome com o assento que sobre elle tomaraõ perante o dito meu VisoRey, ey por bem e me praz, e por esta quero e mando que os Capitaães da viagem da carreira de Maluquo seiaõ obrigados a tomar e tomem entregua dos prèsos que por ordem do dito Ouvidor geral lhe forem entregues, e os leuem a bom recado té Maluquo, omde os entregaraõ ao Capitaõ e Ouvidor daquela fortaleza presente o feitor della, e cobração certidaõ autentiqua asinada por todos elles que da torna viagem apresentaraõ ao dito Ouvidor geral para a aprouar por tal, e se saber como asy o comprio, sob pena que qualquer dos ditos capitaães da carreira que não tomar entrega dos ditos degradados, ou não trazer a dita certidaõ pela maneira que dito he, perder todas as liberdades de bares forros que por bem do regimento tiher nos ditos galeões, e se arrecadaraõ para a minha fazenda os terços e choqueis de todo o seu crano que nelles embarcarem como de qualquer outra pessoa particular, e alem da dita pena que sempre será irremissivel emcorreraõ nas mais que parecer justiça conforme a calidade do caso. Noteficoo asy ao dito Ouvidor geral do crime das ditas partes da India, e aos Capitaães dos galeões da carreira de Maluquo, e ao Capitaõ daquela fortaleza, Ouvidor, e feitor della, e a todas as mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhos mando que cumpraõ e guardem esta minha carta de ley da maneira que se nella contem sem duvida nem embargo algum; a qual se apregoará nos logares publicos da

dita cidade de Goa, e se registará na chancellaria della e no cartorio do juizo do dito Ounidor geral para a todos ser notorio e sempre se saber como aey o ey por bem e mando pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a 25 d'abril. ElRey noso Senhor o mandou por Matias d'Albuquerque, do seu conselho, e VisoRey da India &c. João de Freitas a fez anno do nascimento do nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos noventa e sete. Luis da Gama a fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 101 bis)

271.

Matthias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvara virem que auendo eu respeito a elRey meu Senhor não ser bem servido no cargo de almoxarife dos almazens da fortaleza de Malaua, e sua fazenda receber notavel perda aey nas despezas que o dito almoxarife faz como no ordenado que leua, e ser mais conveniente que o feitor da dita fortaleza sirua de tudo, pois por sua mão corre, a arrecadação de todo o dinheiro e despesa da fazenda de Sua Magestade, por todos os ditos respeito e por outros justos que me a isto moдем do serviço do dito Senhor e boa ordem de sua fazenda, aey por bem e me praz em nome de Sua Magestade que daqui em diante não aja mais o dito cargo de almoxarife, e nenhuma pessoa q sirua, nem seja metido em posse delle, por quanto por este o extingo e ey por extinguido e renogo todas as prouisoões que sobre elle são passadas, e nqeto que não valhaõ nem tenhaõ forza nem vigor algum, e que os feitores da dita fortaleza com o ordenado que tem siruaõ juntamente de almoxarife e corraõ com elle e com suas receitas e despezas para darem conta de tudo na casa dos Contos, para cujo effeito e de se saber como aey o ey por bem mando que este meu alvara se registre no liuro dos registos da dita casa dos Contos, e da dita feitoria de Malaua, e nas receitas de cada

hum dos feitores da dita fortaleza. Notefico asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Prouedor mór do Contos, e ao Capitaõ, e feitor da dita fortaleza de Malaua, Ouvidor della, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade, sellada de seu sello pendente, sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoã. Joaõ de Freitas o fez em Goa a 26 d'abril de 1587. E os feitores inda que siruaõ o cargo de almoxarife naõ venceraõ mais que o ordenado que tem com o cargo de feitor. Luis da Gama o fez escreuer.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 102 v. bis)

272.

Dom Phelippe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que avendo eu respeito a ter prohibido por meus regimentos que nenhuma pessoa tire nem embarque crauo algum nas fortalezas de Maluquo e Amboino, nem trate com elle fora da carreira da India, donde todos os annos vay hum galiaõ armado á custa de minha fazenda buscar o tal crauo, por todo elle e suas miñas (sic) me pertencer, que sempre falta para bem de sua carga ordinaria com que minha fazenda tem recebido notavel perjuizo por no mesmo anno hirem das ditas fortalezas de Maluquo e Amboino embarcações carregadas de crauo para as Manilhas donde passa a Mexico e a outros portos das Indias occidentaes contra forma dos ditos regimentos, como a experiencia o tem mostrado, e de tudo foy informado Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e VisoRey que hora he das ditas partes da India, o qual considerando a tal desordem e a notavel perda que della tem resultado a minha fazenda communicou na mesa da Relação da India com os desembarcadouros della para se dar alguma ordem conuiniente

com que se prohibisse de todo não se leuar para as Manilhas nhum crauo, e conformandome com o assento que perante elle tomaraõ os ditos desembargadores sobre esta materia, depois de bem examinado todas as circunstanCIAS della e o que cõpria mais a meu seruiço e bem de minha fazetida, ey por bem e me praz, e por esta minha carta de ley mando por todos os ditos respeitos que da publicaçãõ della em diante nhum capitaõ das ditas fortalezas de Maluquo e Amboino, nem outro official nem pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que seja, mande nem possa mandar dellas nem doutro qualquer porto de sua jurisdicãõ embarcaçãõ alguma para as Manilhas, ou para qualquer outra parte que não for para a India com crauo pouco nem muito de qualquer sorte, posto que seja com titulo de thandar com elle buscar mantimentos para as ditas fortalezas, e que aleguem outras causas para isso, sob pena de todo o capitaõ, feytor, official, ou outra pessoa particullar que contra a forma desta minha defesa mandar ou embarcar crauo algum fora da carreira da India, ou derem a isso ajuda ou consentimento per qualquer via que seja, emcorraõ em pena de morte natural, e em perdimento de todos os seus bens para a minha fazenda e coroa, que se executará nos culpados muito inteiramente da publicaçãõ desta ley em diante, a qual mando se publique nos lugares publicos da cidade de Goa, e se registre na Chancelaria della para a todos ser notorio e sempre se saber como assy e ey por bem pelos ditos respeitos, e pela tal publicaçãõ obrigarã esta ley as penas nella contendas nas ditas fortalezas de Maluco e Amboino depois de chegar a ellas o gallãõ São João em que vay por duas vias, huã para ficarem Amboino e outra para passar a Maluquo, em cujas feitorias tambem se registará, e assy ey por bem e mando por o auer por muito meu seruiço, que contra os que antes desta ley tiverem mandado crauo ás Manilhas ou qualquer parte fora da India se proceda com todas as penas que por direito merecerem, pois o fizeraõ contra forma dos regimentos que sobre isso são passados. Note

fico assy aos Ouvidores geraes do crime e crime das ditas partes da India, e aos Capitães das ditas fortalezas de Maluquo e Amboino, feitores, e Ouvidores dellas, e a todos os mais capitães, justiça, officiaes, e pessoas a que pertencer, e mando a todos em geral e a cada hum em expicial cumprado e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar esta minha carta de ley da maneira que se nella contém sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a quinze de Abril. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e seu VisoRey da India &c. João de Freitas o fez annõ do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e sete. Luis da Gama a fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1.^o de Alvarás fl. 103 v. bis)

273.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvara virem que avendo eu respeito a elRey meu senhor em suas Instruções me encomendar fizesse contratar per conta de sua fazenda cobre da China para que viesse a esta cidade cada anno tanta quantidade delle que bastasse para se fundir em arrelharis e se bater em moeda munda de bazarucos que podesse resultar do dito contrato hum certo e honesto rendimento para ajuda das ordinarias e despesas deste estado por ter reservado o contrato do cobre para sua fazenda somente, e não ter concedido té entãõ que outra pessoa alguma nelle tratasse sem sua licença ou de seu VisoRey, pelo que manderõ annos passados e este presente aprégoar pella praça e lugares publicos desta cidade se attia quem quizesse contratar o dito cobre, e encodirãõ algumas pessoas que nelle quisesãõ entender e apontarãõ algumas condicoes tanto em seu proveito e em perjuizo da fazenda de Sua Magestade que me pareceo não ser justo concederlho, e vindo eu que a fazenda do dito senhor estava impossibilitada para per conta dela se mandar trazer o cobre que era

necessario para os ditos effeitos, comuniquey este negocio
 com os officiaes da fazenda do dito Senhor, e conforman-
 do-se com o assento que elle perante mim tomaraõ
 sobre esta materia, e considerando todas as razoes que
 sobre ella foraõ dadas e suas circumstancias, por este ey
 por bem e me praz em nome del Rey meu Senhor dar
 licença a todos os mercadores em geral e a cada hum
 em especial, e a qualquer outra pessoa que quizer tra-
 zer ou mandar da China cobre e tratar nelle, o possa li-
 uremente fazer com declaracão que o traraõ ou manda-
 daraõ todo a esta cidade de Goa, e o naõ desembarcaraõ
 nem levaraõ a outra alguma parte se pena de emcorrerem
 em perdimento do dito cobre e de suas fazendas, e nas
 mais penas pesebaes que me parecer justo, e depois de
 tratado o dito cobre pagaraõ na alfandega desta cidade
 em cobre os ditos que deuerem do dito cobre, e any das
 outras mercadorias e fazendas que despacharem em Ma-
 laqua ou nesta cidade, e depois que tiverem pagos os ditos
 direitos sendo necessario mais algum cobte para o setulco
 de Sua Magestade, os ditos mercadores e pessoas cotras
 o dafar pelo preço que na terra valer com se lhes pagar
 primeiro a valla delle da fazenda de Sua Magestade, e
 todo o mais cobre que lhe sobejar depois de terem pa-
 gos os ditos na forma deste alãã o poderã os ditos
 mercadores e pessoas levar liuremente para suas casas
 sem per hum caso lhe ser tomado para Sua Magestade
 sem primeiro se lhes pagar a valla delle, como dho he,
 nem lhe ser feita outra alguma força ou agrado, e com
 estas condições e declarações que inteiramente se las
 guardallas sus sobreditos que tratarem em cobre, qm o
 concedo geralmente a dita licença. Notifico a y ab
 vedor da fazenda de Sua Magestade, capitão mor da
 Ouna, capitão da Fortaleza de Malacca, Jorã da alfandega,
 feitor della, mais justices, ojuices e pessoas a
 que pertencer, e lhes mando que o cumprado e guardem,
 e inteiramente fagaõ cumprir e guardar como se nele
 contem sem duvida nem embargo algum, e qm he a
 pregação pelas ruas publicas desta cidade e na de Ma-

laqua e China, e registada nos liuros de suas Camaras, feitorias, e alfandegas para a todos ser notorio e se saber como asy o hey por bem pelos ditos respeitos, e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenação do Liuro 2.^o titulo 20, que o contrario despõe. Antonio da Cunha o fez em Goa a xb de abril de 1597. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.^o de Alvaras fl. 108 v.)

274.

Dom Felipe &c a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ter mandado por minhas prouisoões e defesas sob graues penas que nenhuma pessoa trate em pimenta nem a leue pera outros portos mais que para as minhas fortalezas da India para no pezo dellas se vender para a carga das náos, e alguas pessoas contra forma das ditas defesas e sem temor das penas nellas contendas mandaõ e leuaõ da fortaleza e cidade de Malaqua e seus portos para a China muita cantidade de pimenta, como foy informado Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e VisoRey que ora he da India, que para se dar algum meo conueniente com que se prohibisse de todo trato taõ perjudicial a minha fazenda o comonicou na mesa da Relação das ditas partes com os desembargadores della, e tendo eu outroy respeito ao assento que elles tomaraõ perante o dito meu VisoRey sobre esta materia, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicação della em diante que nũa pessoa de qualquer callidade e condicão que seja leue nem mande da dita fortaleza de Malaqua e seus portos pera a China pimenta alguma, e toda a que ouuer embarque para a India ou Cochim, onde a poderaõ vender liurementemente na forma da prouisaõ que o dito meu VisoRey tem passada sobre ella, sob pena de perder a pimenta que asy mandar ou leuar pera a China e a embarcação em que for achada, e em correr nas mais penas que per direito merecer e em contem nas di-

tas prouisoẽs e defesas, e huãs e outras se executaraõ nos culpados inteiramente, pera cujo effeito mando outrosy ao Ouvidor da dita fortaleza de Malaqua e ao de Machão que todos os annos tire devassa dos que contra esta ley leuaõ ou mandaõ pimenta para a China, e na forma della e das ditas defesas proceda contra os culpados, e a pimenta e embarcaçaõ que perderem sera ametade pera as despesas da minha ribeira de Goa e a outra pera quem o aquisar e pera o resgate dos catiços. Noteficoo assy ao Ouvidor geral do crime e civil do estado da India, e ao Capitaõ da dita fortaleza de Malaqua, capitaõ mor da China, Ouvidores daquelas cidades, e a todas as mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e goardar da maneira que se nela contem sem duuida nem embargo algum que a elle seja posto por quanto o ey assy por muito meu serviço, a qual sera apregoada pelas ruas publicas da dita cidade de Malaqua e da de Machao, e registada nos liuros dos registos de suas Camaras, feytorias, e Ouvidorias para a todos ser notorio e sempre se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xbj de Abril. ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e VisoRey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1597. Luis da Gama a fez escrever.—
O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 105 v. bis)

275.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta da ley virem faço saber que por justos respeito que me a isto monem do serviço de Deos e meu, e quietaçaõ dos moradores da cidade de Machao na China, e se evitarem muitas desordens e insultos que nela se cometem, e por assy

o asentarem os desembargadores da Relação da Índia em mesa perante Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e Viso Rey que era he della, e por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicação della em diante não haja de qualquer qualidade e condição que seja, que na dita cidade de Machão resedir ou a ella for ter, nem outro algum escravo de qualquer outra nação, forro ou cativo, traga nem possa trazer cativa grande nem pequena, inda que seja em companhia de seu senhor, sob pena de todo o que com ella for achado contra forma desta minha ley tendo senhor ser cativo para as minhas galés da Índia para sempre, e sendo livre ser degradado por dez annos para as mesmas galés, e perder a cativa que lhe for achada para o meirinho que o tomar com ella, e hũa couza e outra se executará nos culpados, muito inteiramente e sem remissão, e para a todos ser notorio e sempre se saber como assy o mando e defendo esta sera apregoada pelas ruas publicanda dita cidade de Machão, e registada no livro dos registos da Ouvidoria della. Noteficoo assy ao Ouvidor geral do crime da Índia, e ao Capitão mór, e Ouvidor da Machão, e a todas as mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contiep sem dnuia nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das armas reais da Coroa de Portugal a dezassis de Abril. El Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e Viso Rey da Índia &c. Antonio Barbosa a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1597. Luis da Gama a fez escrever. — O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 110 v.)

276:

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que esta meu alvará virem que auendo eu respeito á fortaleza de

Amboyne não ter rendimento, nem nella se fizerem ta-
tas despesas que tenha necessidade de correr por fei-
tores, e a nũa d'elles tegna ter d'ello conta desde o tem-
po que se fundou, e não aver della mais proveito, e so-
mente os ditos feitores servirem de leuarem ordenados
escusados e fazerem despesas extraordinarias em dano da
fazenda de Sua Magestade, e por se assy assentar peran-
te mim pelos officiaes della, ey por bem e me praz que
da feitura deste em diante na fortaleza de Amboyne
não aja mais feitor de Sua Magestade como até o presen-
te ouya, e que os capitães della assy o que ora serua
como os que pelo tempo em diante forem viruaõ tambem
de feitores como se faz em outras fortalezas da India
e sobre elles se carreguem em recepta o prouimento que
for desta cidade de Goa, ou da de Malaqua e tudo o mais
que pertencer á fazenda de Sua Magestade, e o dito Ca-
pitão tãra as despesas com o escripto da feitoria con-
forme ao regimento, e sera obrigado a dar conta na fa-
zenda dos contos, para as quaes despesas tera hum livro
que leuara da India numerado per hum contador quando
for entrar na sua fortaleza, sob pena que não o comprin-
do não vencerá o dito capitão ordenado algum, nem
tera bates forros, e pagara a fazenda de Sua Magesta-
de toda a perda que por sua causa receber. Notifico
assy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Proui-
dor mór dos contos, e a João Cayado de Gamboa, capi-
tão de Amboyne, e a todos os mais officiaes e pessoas a
que este for apresentado o conhecimento delle pertan-
cer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e fação
comprir e guardar como se neste contem sem duvida
nem embargo algum, e valera como carta posto que o
eleito delle aja de durar mais de hum anno sem embar-
go da Ordenação do Livro 2. titulo xx, em contrario,
e se registara nos contos para obrigarem aos ditos ca-
pitães a darem a dita conta, e este proprio se carregara
em recepta sobre Christião de Mello que ora vuy por
capitão da viagem de Maluco pera o entregar ao dito
João Cayado Capitão de Amboyne com o livro da recepta

a despesa que tambem leua para elle, e ficará obrigado a trazer certidão de como lhe entregou tudo. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbij de Abril de 1597. Luis da Gama o fez escreuer.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 112)

277.

Mathias d'Albuquerque, do conselho de Sua Magestade, Visorey da India &c. faço saber aos que esta meu aluará virem que auendo eu respeito ás diligencias que fez Francisco Paez, Prouedor mór dos contos, e certidoes a este juntas per que consta que na fortaleza de Maluco carregaraõ de crano hum juncó e duas fragatas per ordem do capitaõ Tristaõ de Sousa, e por causa da carga de huã dellas faltar crano para acabar de carregar o galeaõ de Sua Magestade, de que era Capitaõ José Pinto, e as ditas cargas se fazerem sem promissão de Sua Magestade nem minha, e auendo outrosy respeito naõ embarcar os terços que pertenciaõ ao dito Senhor das ditas embarcações, e mandar ficassem na dita fortaleza para se despendarem per sua ordem, tudo contra forma do regimento de Sua Magestade, em que deu notauel perda a sua fazenda, e auendo outrosy respeito como o dito regimento defende expressamente que o capitaõ de Maluco naõ tome terços pera la os despendar por maior necessidade que aja sob pena de os pagar em dobro pela valia da India, ey por bem e me praz que se carregue em recepta sobre o executor geral o crano seguinte, a saber, cento corenta e cinco bares cento e dois cates de crano de bastaõ dos terços do junco. Nossa Senhora Boa Viagem, dos quaessaõ carregados em receita sobre o feitor Pero Lourenço oitenta e hum bares cento vinte e dois cates, e os sesenta e quatro bares que o dito capitaõ tem em sy, que os tomou como por emprestimo, como a dita receita declara, a asy mais sesenta e sete bars cento e sete cates e meo de crano de cabeça dos ter-

ços do crano que se carregou na fragata São Boaventura que são carregados sobre o dito feitor, e assi mais cincoenta e noua bares de crano de cabeça e cincoenta e cinco cates dos setenta e noue bares cincoenta e cinco cates dos terços da fragata Bom Jesu, por quanto os vinte bares trouxe para a Índia Jorge Coreã de Lacerda no galeão da carreira como declara a receita do dito feitor, para o dito executor ter cuidado de arrecadar pela fazenda do dito Tristão de Sousa todo o dito crano em dobro pela vallia desta cidade conforme ao dito regimento, e assi o que se liquidar que a fazenda de Sua Magestade recobee de perda nos terços e choqueis que ounera dauersse o galeão em que foi José Pinto carregara, que por causa de se carregar a fragata derradeira faltou crano para o dito galeão, e toda a fazenda que ora nesta cidade for achada será executada conforme ao regimento, o que assi se comprirá sem duvida alguma. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbiij de Abril de 1597.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 113)

278.

Dom Felipe &c. faço saber aos que esta minha ley virem que sendo informado Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India, da facillidade e atreuimento com que alguns homens sem nhũ temor de Deos, e esquecidos da propria honrra cometem outros fazendo assuadas sem respeito algum de minhas justicas, de que se seguem casos exhorbitantes com grande descredito do nome portuguez, e perturbação de meus vassallos, e perjuizo de todo o estado da India, como a todos he notorio, e querendo proner de remedio conueniente a tão evidentes males, consultou este caso com o Chanceler e mais desembargadores da Relação do dito estado, ao qual tendose toda a devida consideração pareceo que se devia fazer e promulgar a presente ley, pela qual mando que toda a pessoa que com mais de hum companheiro cometer qualquer outro

(posto que o não fira nem afronte) não sendo fidalgo seja com baraço e pregão publicamente tirado pelas ruas desta cidade de Goa ou do lugar onde cometer o tal delitto e degradado por quatro annos para as galles onde sevirá no remo, e sendo fidalgo nos meus liuros seja degradado com pregão em audiência para a Ilha de Ceilão por cinco annos, o qual degredo lhe não sera per nũ caso perdidado nem comutado para outra parte nem em todo o tempo que durar poderá emẽr em despachos e fortalezas, nem em quaesquer outras mœças que tiver té que acitualmente não tenha cumprido o dito degredo, e no tempo d'elle não vencerá soldo nem mœças, nem poderá requerer satisfação de seruitos não d'os cinco annos, para effeito do qual se porã as verbas mœças em seus titulos no liuro da matricula tanto que forem sentenciados; e isto lhe poderá oppôr as partes na entrada de seus despachos e mœças, e nestas mesmas penas segundo a differença da qualidade das pessoas em correrã aquelles que acodirem ás taes brigas em caso que se pouha da parte do acometedor e não fação demonstração verdadeira de aparrar, e asy os que forem cabeças de ranchos, e da mesma maneira todos os que per qualquer via dêrem ajuda e fauor aos dellinquentes, ou mandarem fazer o tal delitto, e mando do Ouvidor geral do crime, e a todos os mais Ouvidores, e justicás do dito estado tirem devassa do dito caso tanto que acontecer cada hum em sua jurisdição, e alem das devassas particulares tirará outrossy devassa geral em cada hum anno, e procederã contra os culpados conforme ao que mandado e ordeno por esta ley, e havendo asuada na forma da Ordenação averã os que acharem culpados nella todas as penas conteudas alem das sobreditas, e mando do dito Ouvidor geral, desembargadores da Relação, e a todos os mais Ouvidores, Juizes, e justicás, officiaes e pessoas do dito estado da India o cumpirão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar, asy e da maneira que nella se contém sem embargo de quaesquer outras leis, ordenações, prouisoões, e costumes em contrario, e da

Ordenação do Liuro 2.^o titulo 49 que diz se não entenda ser derogada Ordenação alguã se da sustancia della não for feita expressa menção ou derogação, e assy mando ao Chanceller do dito estado a faça publicar na Chancelaria e emvie com dilligencia cartas como treslado della em forma autentica sob meus sello e seu sinal pera todos os Ouvidores e justiças das fortalezas deste estado aos quaes mando a façã publicar logo nos lugares de sua jurisdição pera que a todos seja notorio, e que se registre na Secretaria do estado, e no liuro da Relação em que se custuma registrar semelhantes leis. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xiiij de Junho, ElRey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e sete. Joaõ de Abreu a fez escrever.—O Conde Almirante, VisoRey.

(Livro 1.^o de Alvarás fl. 115)

279.

Dom Felipe &c. a quantos esta Carta virem faço saber que auendo eu respeito aos grandes guastos que os meus vasallos que rezidem nas partes da India, assi fidalgos, çaualeiros criados meus, soldados, casados, cidadãos, fazem com os pagens portuguezes que trazem mais por aparato de fausto que por terem necessidade deles para seu seruiço, de maneira que pelos sustentarem a exemplo e competencia de outros se indiuidão e não podem cumprir muitas uezes com outras obrigações de mais seruiço de Deos e meu, como se tem visto por experiencia de alguns annos a esta parte, e querendo eu nisto prouer para que os ditos meus vasallos com menos custo se sustentem e tenham comodidade para outras obras mais pias, e por outros justos respeito, e por assi asemtarem na mesa da Relação das ditas partes os desembargadores dela peramto Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e meu VisoRey

da India, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçaõ dela em diante nenhum soldado, nem homem solteiro de qualquer calidade que seja, traga pagens portuguezes excepto os fidalgos e os capitaes das fortalezas e viagens posto que fidalgos naõ sejaõ, porque cada hum destes poderá trazer hum pagem portugues e mais naõ, e isto tambem se entenderá nos capitaes dos nauios de minhas armadas em quoanto atualmente andarem nelas em mea seruiço por capitaes, e os fidalgos despachados com a capitania de Goa, de Ormuz, Sofala, Malaqua, Dio, Chaul poderaõ trazer quatro pagens portuguezes cada hum dellës, e os Vedores de minha fazenda, Secretarios do estado da India, e desembargadores dous e mais naõ, sob pena de todo o que o contrario fizer e for contra esta minha ley e defesa pagar pela primeira vez cincoenta pardãos, e por a segunda cemto, ametade para quem os acusar e a outra ametade para as despesas da Relaçãõ, e alem disso ser degradado dous annos para Damaõ por cada huã das ditas vezes em que for comprehendido, e os pagens seraõ presos e averaõ a mais pena que em Relaçãõ parecer que merecem, as quais penas se executaraõ inteiramente nos culpados, e ey outrosy por bem que pessoa alguã que naõ trouxer espada naõ possa trazer adaga nem cris, nem qualquer outra arma secreta por qualquer espaço de tempo que seja, nem os ditos pagens sob pena das armas perdidas, e cincoenta cruzados, e dous annos para Ceilaõ, e pelos pagens ou mossos captiuos pagaraõ seus annos. Notefiquoo assy ao Ouvidor geral do crime do dito estado da India, e a todos os Ouvidores das fortalezas e cidades delle, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apreçoada pelos lugares publicos da cidade de Goa, e registada na chancelaria domde se enviaraõ os treslados autenticos ás ditas fortalezas e cidades do dito estado

para o mesmo efeito, e para se registarem nas suas camaras e feitorias, e para a todos ser notorio e sempre se saber como asy o mando e defemdo pelos ditos respeitos, e das ditas diligencias se passará certidão nas costas pelo official que a fizer. Dada na minha cidade de Goa sob o'sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a vinte de Junho. ElRey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e VisoRey da Imdia &c. Esteuaõ Nunez a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e sete. Joaõ de Abreu a fez escreuer.—*O Conde Almirante, VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 120)

280.

Dom Felipe &c. A quantos esta carta de ley e dafesa virem faço saber que por justos respeitos que me a isso monem do seruiço de Deos e meu, e comseruação deste estado, ey por bem e me praz, e por este mando que nhũa pessoa de qualquer calidade e comdição que seja amde em palamquim sem expressa licença do Comde da Vidigueira, Almirante e meu VisoRey que ora he das partes da India, saluo aqueles que passarem de sesemta anos, que primeiro os justificarem perante o Ouvidor geral do crime serem dos ditos sesemta anos pera sima, sob pena que quem o contrario fizer pagar com cruzados, a terceira parte para quem o acusar e as outras duas partes para os catiuos, e os palamquins com o fato perdidos, e os bois ou os moços que leuarem os taes palamquins sendo catiuos serão degradados para sempre para as gualés, e sendo forros seis annos; e outrosy mando e defemdo que nhũa pessoa de qualquer calidade que seja canalgue com gualdrapa saluo perlados, clerigos, e desembargadores, excepto Ouvidores geraes, sob pena de perdimento da caualguadura achamdoos com a dita gual-

drapa posto que não vá ninguém nela, e todos os desembargadores amdarão sempre á bastarda; e asy mamdo que ninguém tragua moços diamte de sy, tiramdo capitães das fortalezas que as servirẽm já ou estiuierem prouidos dellas, e estes poderaõ trazer dous moços somente sob pena de os perderẽm para as gualés fazemdo o contrario, e não se emtemderá esta defesa nos Vedores da fazenda, e Secretario do estado, nem Chamçarel, nem nos Ouuidores geraes do crime e ciuel, desembargadores, nem Ouuidor da cidade, que poderaõ trazer aqueles que lhes forem necessarios pera bem de administrarem justiça como menistros que são delá; e outrosy defemdo e mamdo por asy o auer por meu serviço que nenhum moço amde com armas nem bordões nem adaguas e crizes, e e achamdoos com qualquer das ditas cousas seraõ degradados por dous anos para as ditas gualés, e os donos dos taes moços paguaraõ aos meirinhos que os premderem dez ertizados, e amdamdo com seus amos poderaõ trazer suas espadas. Noteficoo assy ao Ouuidor geral do crime, e a todas as mais justiças e pessoas a que pertemcer, e lhes mamdo que o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se nesta comtem sem duvida nem embargo algum. e para que a todos seja notorio mamdo que esta carta seja apregoada pelos lugares publicos e acostumados da cidade de Goa para que ninguém em tempo algum alegue inorancia, e se fará aserito nas costas desta de sua publicação. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a vinte e hum de Junho. El Rey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, almirante e Viso Rey da India &c. João de Freitas a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e sete. João de Abreu a fez escrever—*O Conde Almirante, Viso Rey.*

281.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almirante e VisoRey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do serviço de Deos e delRey meu Senhor ey por bem e me praz, e por este mando que se notefique aos capitaães e senhorios das náos que ésta momçãõ presemte partirem para Bengala desta cidade e da de Cochim que não leuem nenhum soldado nem outra alguã pessoa Portugues sem minha especial licença por escrito, e os que conceder a tal licença daraõ os tais capitaães e senhorios das ditas náos fiança no juizo do Ouvidor geral do crime aos tornar a trazer, e por cada hum dos que leuar sem a tal licença e fiança pagará por cada hum cincoenta pardãos, e será degradado hum anno para Ceilaõ; e outro ey por bem que se notefique aos ditos capitaães e senhorios com pena de quinhentos cruzados, hum terço pera catiuos e outro para a ribeira de Sua Magestade, e outro para o acúsador, se não desamarrem desta barra sem por meu mandado se dar busca às ditas náos, e sem embargo da dita não ou nauio se busquado achardosse que leuou Portugues sem a dita licença e fiança emcorreraõ nas sobreditas penas sem remissaõ. Notefiquoo assy ao Ouvidor geral do crime que cumpra e guarde, e inteiramente faça dar á execuçãõ este meu alvará como se nelle contem sem dupida nem embargo algum. Antonio da Cunha o fez em Goa a 9 dagosto de 1597. Joãõ de Abreu o fez escrever.—*O Conde VisoRey.*

Outro como este se passou para Cochim a 9 de Agosto de 97.

Postilla.

Ey por bem que a minha prouisaõ atrás se cumpra e guarde como se nella contem em quanto eu ouuer por bem e não mandar outra cousa, e se registe no livro da Ouvidoria geral do crime, e a dita prouisaõ es-

ta pñstilla valhaõ como carta sem embargo da Orde-
nação do 2.º liuro, titulo xx; em contrario. Oje 12 da-
gosto ue. 1597. João de Abreu o fez escreuer.—O Conde
Viso Rey.

(Livro 1º de Alvarás fl. 123)

282.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almi-
rante e Viso Rey da India &c. faço saber aos que este
meu alvará virem que por eu ver quaõ necessario he aver
nas fortalezas deste estado (que todas estaõ rodeadas de
inimigos) presidios de soldados que as vigiem e guardem
de ordinario como está asemtado por regimento, para que
quando se oferecer ser necessario acudir a defendellas
e guardallas o façaõ, e por ser informado que o presidio
e guarnição de soldado que nellas residem saõ os mais
delles mestiços filhos de Portuguezes e de mulheres da
terra, casados e moradores nas ditas fortalezas, e outros
que vãõ residir nellas por terem seus quarteis e manti-
mentos certos no conto dos ordenados ás ditas fortalezas,
e outros homens da terra que nellas saõ casados e mora-
dores, os quaes se mandaõ assemtar para servirem nas
armadas, e esta ser a tenção dos VisoReis e Gouerna-
dores, e naõ para se irem apossemtar nas fortalezas para
receberem seus quarteis, donde nace aos soldados que
do Reino vem a este estado servir Sua Magestade ficia-
rem muitas vezes, principalmente nos invernos que se
recolhem das armadas, sem paga por se emeher o nume-
ro dos ditos presidios pagando aos mestiços e homens
da terra, e quefendo nisto prouer por ordem que se em-
tende que mais convem ao serviço de Sua Magestade,
e guarda das suas fortalezas, ordeno e mando que da no-
tificação desta em diante se naõ passe nenhuma certidão
da matricula para as fortalezas do estado para nellas se
pagarem aos soldados que assistirem nellas sendo mestiços
filhos de negras ou de homens da terra, nem lhe sejaõ
pagos nas ditas fortalezas soldo nem mantimento algum

ũada que sejaõ da obrigaçaõ dos capitaães e officiaes dellas, por quanto ey por bem que os ditos mestiços só possaõ vencer o tempo que amdarem nas armadas ou assistirem nas fortalezas que actualmente estiuerm de guerra e cerquo, sob pena de naõ serem descontados em seus titulos na matricula geral, nem serem leuados em conta ao feitor que lhes pagar, e se arrecadarem delle sem outro algum despacho mais que pela certidaõ que da matricula se passar da contia que se mostrar nos descontos que se fizer pelos cadernos em que vierem lançados, e o Provedor mór dos contos tamto que for a conta do feitor que os pagar logo fará carregar em receita por bem da dita certidaõ ao executor das diuidas o que nella se momtar passandolhe mandado para fazer a dita execuçaõ sem mais ser ouuido o dito feitor, e naõ se emtenderá isto nos filhos dos Portugeses de pay e may, e os officiaes da matricula sob perdimento de seus cargos naõ passaraõ as ditas certidoes aos sobreditos para receberem nas fortalezas sem apresentarem estromentos publicos justificados por testemunhas juradas como saõ filhos de pay e may Portugueses que naceraõ em Portugal, e a estes a passaraõ nas costas do dito estromento pela ordem que se custumaõ passar fazendo nellas e seus titulos declaraçãõ de como prouaraõ pelo dito estromento serem os que dito he, sob pena que o que o contrario fizer será castigado como parocer justiça alem das penas da Ordenaçãõ, e este valerá como Regimento posto que naõ passe pela chancelaria sem embargo da Ordenaçãõ do Livro 2.º titulo xx, e será registado na matricula geral e na casa da fazenda dos contos, e o Provedor mór delles mandará passar os treslados por elle asinados para as fortalezas do estado dandoos a pessoas cartas e de recado para que se obriguem a entregallos nas feitorias cobrendo certidaõ de como fiquaõ registados nellas que entregará ao dito Provedor mór dos contos sob pena que lhe elle puzer, o que tudo se comprirá sem embargo algum. Joaõ de Freitas o fez em Goa a. xbiiij.º de Setem.

bro de 597. Joaõ de Abreu o fez escreuer.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 123 bis)

283:

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu aluará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do seruiço delRey meu Senhor e bem de sua fazenda, ey por bem e me praz, e por este mando e defendo que da publicaçãõ delle em diante nhuã canella de pessoa de qualquer quallidade e comdiçãõ que sejã sayã de Ceylaõ senaõ para a India e pelo porto da fortaleza de Columbo, e naõ por outro algum porto da Ilha de Ceylaõ, sob penna de perdimento de toda a dita canella, e terça parte para quem o acusar, e as duas para a fazenda de Sua Magestade, e a embarcaçãõ que a trouxer por perdida, e o dono della degradado para as gallés do estado por tres annos, e estar á mais penna que me parecer. e este será apregoado na fortaleza de Columbo e nos lugares de sua jurisdicãõ para a todos ser natorio, e ninguem pretender ignorancia, e se registará no liuro da feitoria para o feitor de Sua Magestade ter cuidado de mandar dar á execuçãõ ou se arrecadar por sua fazenda o que naõ arrecadar dos comprehendidos. Noteficoo assy ao capitaõ geral da conquista da Ilha de Ceylaõ, e ao da fortaleza de Columbo, feitor, mais officiaes e pessoas que pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e façaõ comprir e goardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do Livro 2.º titulo 20, em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxx de Setembro de 1597. E esta naõ passará pela chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade. Joaõ de Abreu a fez escreues.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 124 v.)

284.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por justos respeitoes que me a isto mouem do serviço delRey meu senhor, ey por bem e me praz, e por este mando em seu nome a Jorge Florim d'Almeida que serue de Veedor da fazenda da Ilha de Ceylaõ e á pessoa que o dito cargo seruir pelo tempo em diante, e a todas as justiças e officiaes de Sua Magestade a que o conhecimento deste pertencer que fação dar á execuçaõ a ordem que o dito Jorge Florim tem dado per regimento acerqua do modo em que hade correr o despacho dallfandega da dita Ilha de Ceylaõ; ey outrosy por bem que sirnaõ na dita allfandega os officiaes que o dito Jorge Florim tem prouido, e isto tudo em quanto elle naõ mandar outra cõsa, e pela mesma maneira se goardaraõ os regimentos que der e tem dado para a fortaleza de Columbo que somente aos moradores christaõs e casados que viuem na dita fortaleza se guardem no que toca a naõ pagar direitos conforme a prouisaõ que tem delRey de Ceylaõ D. Joaõ auendo respeito á muyta pobreza dos ditos cristãos e moradores, e continuaçaõ no serviço de Sua Magestade, e por elles merecerem ser ajudados e fauorecidos, o que tudo se goardará como dito he em quanto naõ der outra ordem de mais serviço do dito Senhor. Noteficoo assy ao Capitaõ geral da conquista da Ilha de Ceylaõ, e ao da fortaleza de Columbo, Veedor da fazenda, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e goardem e fação comprir e goardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do Livro 2.^o titulo 20 em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxx de Setembro de 1597. E este se registará no liuro da feitoria de Columbo para se ver e saber cõmo assy o mando e ey por bem pur serviço de Sua Magestade. E esta naõ passará pela chancelaria por ser dõ serviço da Sua Ma-

gestade. João d'Abreu o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*
(Livro 1.º de Alvarás fl. 125)

285

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que se
e meu alvará virem que auendo eu respeito á facilidade
de com que os Capitaães providos da viagem de Ceylaõ
soltão e deixaõ fogir os presos degradados que lhe saõ
entregues pelo Ouvidor geral do crime das partes da
India sendo as náos em que se embarcaõ de Sua Ma-
gestade, ey por bem e me praz visto o assento que sobre
este caso se tomou pelos desembargadores da mesa da
Relaçã que o Capitaõ que ora vay para Ceylaõ fazer a
dita viagem, e os que ao diante forem tomem entrega
de todos os presos degradados que forem para o dito
Ceylaõ para lá os entregar ao Ouvidor de Columbo, de
que traraõ certidaõ do dito Ouvidor de como lhos em-
tregou pera lá cõprirem seus degredos na forma de
suas cartas de guia, e naõ rēcebendo os ditos capitaães
os ditos degradados quando lhos leuarem ás náos, ou naõ
assinando o termo da entrega, ou naõ trazendo certidaõ
ao Ouvidor geral do crime de como os entregou em
Columbo ao Ouvidor da dita fortalleza, em pena de
qualquer destas culpas se arrecadaraõ para a fazenda da
Sua Magestade os fretes das fazendas que nas ditas náos
trouxerem de Ceilaõ e Cochim, e emcorreraõ mais em
pena de cinco annos de degredo para Damaõ, e para
que este meu alvará se cumpra e se dê á devida execu-
çã como per elle mando se notificará aos ditos capitaães
antes que partaõ desta cidade de que se fará termo da
dita notificação nas costas deste dito alvará. a quem o
notifico assy, e ao Ouvidor geral do crime das ditas par-
tes da India, mais justiçaes, officiaes e pessoas a que per-
tencer, e lhes mando que o cumpraõ e goardem, e façaõ
inteiramente cumprir e goardar da maneira que se neste
contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como
carta sem embargo da Ordenaçã em contrario do 2.

Livro, titulo xx, e posto que não passe pela Chancelaria por ser do serviço, Esteuão Nunez o fez em Goa a ij de outubro de bolRbij (1597). João d'Abreu o fez escrever. — O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 126)

286.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley yrem faço saber que aqumdo eu respeito aos males e inconvenientes, que se seguem dos escritos e recados de desafio que os homens leuão aos desafiados contra as leis de Deos nosso Senhor e minhas e em taõ grande perjuizo do bem comũ, e por assy se assemtar pelos desembargadores da Relação peramte Dom Francisco da Gama, Comde da Vidigeira, almirante e meu VisoRey da Imdia, ey por bem e me praz, e por esta mando e defemdo que da publicação desta minha ley em diante que toda a pessoa de qualquer calidade e condição que seja que leuar escrito ou recado de desafio a qualquer outra pessoa, posto que alegne que não sabia o que dizia o dito escrito,, e posto outrosy que o dito desafio não aja efeito, encorta nas mesmas penas que a Ordenação no Liuro 5.º titulo 9.º dá aos que actualmente vão a desafio e são padrinhos nelle, como também emcorreraõ nas mais penas que mandey acrescentar nas leis e prouisoẽs que sobre os ditos desafios saõ passadas, e mando ás minhas justiças que façãõ tirar disto denassa, e dos que leuão os escritos e recados, e esta minha ley será apregoada nesta cidade nos lugares publicos della, e o chançaler do esdo mandará passar trelados autorisados pera as fortalezas delle. Notefiquo assy ao Ouvidor geral do crime mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que a cumpiraõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sellõ das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a omze de outubro. ElRey nosso Senhor o mandou por Dom

Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, almirante e Viso Rey da Índia &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil e quinhentos noventa e sete. *O Conde Almirante, Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 127)

287.

Dom Fellipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por me escreuer o Bispo de Cochim que era de muito inconueniente virem escrauas nas náos para, estes Reynos da India por virem os homens embarcados com ellas; de que se podia crer que seria occasiã de se perderem tamtas nesta viagem, e por ser informado que os Senhores Reis meus amtepassados, que santa gloria ajaõ, o mandaraõ defender por proibiciõs suas que foraõ a essas partes, encomendey a Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueyra, almirante e Viso Rey da Índia, procurasse dar a isto o remedio que conuem tratandoõ em conselho sendo o Arcebispo de Goa Primás presente, o que o dito Viso Rey fez chamãdo para este efeito ao dito conselho ao dito Arcebispo e muitos perlados de Religioẽs, Chanceller, e desembargadores da Relaçã das partes da Índia, e outras pessoas graues e letrados, aos quaes todos propondolhe o caso pareceo, por se evitarem occasiões de peccados que nãcia de virem escrauas nas ditas náos para este Reyno, que se denia fazer esta ley pela qual ordeno e mando que nũa pessoa de qualquer callidade e comdiçã que seja embarque nem tragua da India nas ditas náos escrauas que passarem de cinco annos de idade exceopto os homens cazados que consigo trouxerem suas mulheres em gasalhados onde onesta e comodamente possaõ outrosy vir as ditas escrauas, porem os sobre ditos homens casados somente as poderaõ trazer com licença dos meus Viso Reis ou Gouernadores das ditas partes da India que considerando a callidade e posses delles e os gasalhados que trouxerem lho darã a dita licença taxan-

dolhe o numero das ditas escravas tendo nisso a consideração devida como espero, e toda a outra pessoa que a trouxer passando da dita idade de cinco annos, ou forem achadas embarcadas nas ditas náos para este effeito, pelo mesmo caso fiquem liures, e as pessoas que as embarcarem paguem por cada huã cem cruzados, e na mesma pena encorrerão aqueles que em seus galhados ás consentirem, e mando ao Ouvidor geral da India que partindo alguma náao ou náos para este Reyno, e ao Ouvidor de Cochim, dem e mandem dar varejos nas ditas naos para verem se achão nellas embarcadas as ditas escravas, e alem disso cada hum em sua jurdição tire devassa do caso e procedaõ contra os culpados á condemnação da dita pena pecuniaria declarando outroyr por suas sentenças as tais escravas por liures, e mando ao dito Chanceller e desembargadores das ditas partes, e a todos os Ouvidores, Juizes, e justiças que cumpraõ e goardem, e façaõ inteiramente cumprir e goardar esta ley como nella se contem, e mando outroyr ao Chanceller do estado da India que na Chancelaria della a faça publicar, e envie logo cartas com o traslado dela sob meu selo e seu sinal, e faça registrar no Livro da dita Relação. Dada na minha Cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a vinte e cinco de Outubro. ElRey nosso senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, almirante e VisoRey da India &c. Gomez Rodrigues de Santa Cruz a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e sete. Joaõ d'Abreu a fez escreuer.—*O Conde Almirante, Viso-Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 128)

288.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por assy o auer por meu serviço, e he assentar pellos desembargadores da mesa da Relação

das partes da India perante o meu Viso Rey dela, e'y por leu, mando e ordeno que os pagodes que vem de fora não corraõ se não forem de corenta e tres pontas (sic) como foy a sua primeira instituicaõ que se chamaõ de Agrá, e he a mesma valia que tem os Samtomes qua á sua semelhança foraõ instituidos, auendo respeito á informaçã que se temo, e os que corriaõ ora serem de menos pontas (sic) e que cada vez se demenciaõ mais por os mercadores gentios, mouros, e outras pessoas estrangeiras os fazem a sua vontade e por sua propria authoridade da banda dalem leuando ouro bom e legitimo da minha cidade de Goa para o dito efeito, que he em grande prejuizo dos vassallos meus e perda de minha fazenda e quebra da paz da moeda da dita cidade, porque com a dita occasiaõ se leua muito ouro bom, e logo da dita banda dalem o refandem e fazem de má ley, e convertem os ditos pagodes de menos pontas (sic) da sua primeira instituicaõ, e os tornaõ trazer para com elles pagarem as mercaderias que compraõ dandoos em mór vallia do que valem por razã da demenuicaõ das ditas pontas (sic) e bondade do dito ouro; pelo que e por outros justos respeito, tratandosse primeiro este negocio no conselho da fazenda e na dita Relaçã e officiaes da Casa da moeda, e com outras pessoas duntas e de experiencia e zellosas do bem comum, se ordenou que se defendesse que não cõfessẽm os ditos pagodes se não fossem das ditas corenta e tres pontas, (sic) como dito he, e mando que sendo achado de menos sejaõ perdidos para a minha fazenda as duas partes e a outra para o tomador e acusador, e as pessoas em cujas mãos ou casas se acharem encorraõ nas penas em que incorrerem os que sãõ achados passando ouro para fõra conforme a ley do estado sobre isto feita segundo a differença dos dous casos nela declarados, e para que a todos seja notorio e não aja poder alegar ignorancia será esta minha carta de ley apregoada na cidade de Goa pelos logares costumados; e se registrará no Livro da Camara della, de que se fará dõento nas cozas della. Notifico assy ao Chanceler do estado da India,

e a todas as mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e goardem, e fação inteiramente comorir e goardar da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das armas reaes da Coroa de Portugal a xxix de outubro. El Rey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India &c. Joaõ de Frêilias a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1597. Joaõ d'Abreu a fez escrever.—O Conde Almirante, Viso Rey

(Livro 1.º de Alvaras fl. 13Q)

289.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de perdão geral for apresentada e o conhecimento dela com direito pertencer, faço saber que em huã Instrução que mandey escrever ao meu Viso Rey das partes da India o anno de quinhentos nduenta e seys, escrita em Lisboa a quinze de março do dito anno, em que vão declaradas alguãs cousas de meu seruiço que naquelas partes mando se faça, esta o Capitulo XI, a letra do qual he o seguinte :

(Aqui o Capitulo XI do Documento 212 deste *Fasciculo*, advertindo-se que a data que o tal Documento traz nas duas *vias* originaes, que delle restam, he a de 16, e naõ 15 de março).

E querendo Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, almirante, meu Viso Rey que ora he das ditas partes da India, tanto que a ella chegou pôr logo em efeito o que pelo dito Capitulo lhe mando por ter informação que do Cabo de Comorym té á ponta de Dia handaõ muitos Portuguezes omiziados em terras de monros e nas fortalezas e cidades do estado da India, escondidos das minhas justiças por culpas que cometeraõ té o fim do anno de quinhentos nonenta e seys com temor de serem presos por ellas em tanto desserviço de Deos e meu pello per

go em que estaõ de perderem as vidas e as almas, traí-
ton em meu nome de lhes dar perdaõ geral na for-
ma abaixo declarada com o parecer do Licenciado Al-
varo Monteiro do Camto, Ouvidor geral do crime do es-
tado da India, e auendo eu a tudo respeito e a outros
justos que me a isto motem do serviço de nosso Senhor
e meu; ey por bem e me praz por virtude do dito Ca-
pitolo de perdoar a todos os Portugueses que do dito
Cabo de Comorim té a ponta de Dio andarem omezia-
dos em terras de mouros, fortalezas e cidades do dito
estado da India, toda a pena da justiça ordinaria que
conforme a direito merecem pelos casos e delitos que
cometeraõ té o dito tempo em que naõ aja mais partes
que a justiça exceto os seguintes, lesa magestade deu-
ina ou humana, sodomia, aleitiosia, morte atreçoada ou
por dinheiro, ou de official da justiça sobre seu officio,
moeda falsa, e falsidade, e em todos os 'mais casos auerá
lugar este perdaõ naõ sendo todavia em perjuizo das
partes, e os escuso do liuramento com declaraçaõ que
vistas as suas culpas se lhe dará huã pena arbitraria e
muito modificada com tanto que os que estiucrem da
banda do norte se venhaõ apresentar ante o dito Ou-
vidor geral do crime dentro em tres meses depois da
publicaçãõ deste perdaõ, e os que estiucrem da banda
do sul nos limites acima declarados se apresentaraõ em
quoatro mezes, e os que estiucrem na ilha de Goa e em
suas adjacntes, e nas terras do Idalxá se apresen-
taraõ tambem em dous meses, e para em quanto se
naõ vierem apresentar, e naõ poderem ser presos nas
fortalezas do dito estado da India poderseaõ apre-
sentar logo ou tamto que a elas recolherem ante os
Ouvidores das ditas fortalezas se os ouuerem, e
naõ os auendo aos capitães delas dentro no dito
termo que asi lemito aos ditos omiziados, e posto que te-
nhaõ partes poderaõ aparecer perante o dito Ouvidor ge-
ral depois de se lhe apresentarem e ante as mais jus-
tiças minhas sem receo de serem presos pera no dito
tempo procurarem de auer perdaõ das ditas partes, e

auendoo. se cumprirá este perdaõ do modo acima declarado, e ficaraõ perdondos, como dito he, e não auendo o dito perdaõ das partes se poderaõ ir para onde quizerem em termo de dous meses não estando as barras fechadas, e para que a todos seja notorio mando que esta carta seja apregoada nos lugares publicos da minha cidade de Goa, de que se fará termo diso, e outrosy nas ditas fortalezas, para o qual effeito o Chamçarel do estado da India imuiará a elas os treslados com os selos das minhas armas Reaes. asinados por elle. Noteficoo assy ao dito Ouvidor geral do orime, e a todos os mais Ouvidores, juizes, justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o compraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar em toda e por toda assy e da maneira que se nela contem sem duvida nem embargo algum que a elo ponhaõ, por quanto o ey assy por bem pelos respeitos asima declarados, e outros justos que me a isto mouem. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das armas Reaes da Coroa de Portugal a trinta doutubro. ElRey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c Gomes Rodrigues de Samta Cruz a fez ano do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e sete. João d'Abreu o fez escreuer.—*O Comde Almirante, VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 131.)

290.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante, VisoRey da India &c. faço saber aos que este alvara virem que por assy aver por serviço de Sua Magestade e bem de sua fazenda, ey por bem e me praz que official algum da alfandega desta cidade despache nenhũa fazenda ainda que sejaõ procuradoras bastantes das partes e a sua propria se despachará não estando estes presentes, e sendo culpas se abstrairão os far-

dos e se contaraõ as pesas delles, e sendo caros pelo mesmo modo, sob pena de perdimento de seus outgos posto que os tenhaõ em vida, e de quatro anos para Ceylaõ, e para que saibaõ como asy o mando ser-lheha este noteficado, e ficará registado no livro do registo da dita alfandega. Notefico asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Juiz da dita alfandega, mais officiaes e pessoas a que pertencer para que o cumpraõ, e façaõ inteiramente cumprir e goardar da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum. Bertolameu Velho o fez em Goa a bj de nouembro de 1597. Joaõ de Abreu o fez escreuer. E os mesmos exames se faraõ nas mais fazendas.—O Conde Viso-Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 134)

291.

Dom Framoisko &c. aos que este meu alnará vi-rem que auemdo eu respeito aos officiaes da fazenda de Sua Magestade e a outros alguns que seruem na fortaleza de Ormuz, que vemcem ordenado da fazenda do dito senhor, pagarselhes quoarteis e mantimentos de fóra per titulos alheos e matricolas que apreSENTaõ contra forma do Regimento de Sua Magestade somente por estar em uso e custume o que lhe pagaõ, e por os capitães da dita fortaleza o mandarem por particulares respeitos auemdo elles pela obriguacão que tem de o-lharem pela fazenda de Sua Magestade para que se naõ despenda mal de euitar e atalhar esta desordem tanto em perjuizo e deservicão do dito Senhor e de sua fazenda, e queremdo eu pôr nisto cobro de modo que naõ vá a-vaunte hum uso taõ máo, ey por bem e me praz, ordeno e mando em nome de Sua Magestade que daqui em diante se naõ pague aos ditos officiaes os ditos quarteis posto que o mandem os capitães, e mando ao feitor de Sua Magestade da dita fortaleza, que ora he e ao diante forem, naõ façaõ os taes pagamentos sob pena que de-

zendo o contrario lhe não ser leuado em conta o que asi pagar, e para que se saiba o que asy mando e ordeno se registrará este no Livro da fazenda do dito feitor Noteficoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, superemtemdemte dela da dita fortaleza, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e imteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo 20 em contrario. Gomes Rodrigues da Santa Cruz o fez em Goa a bj de nouembro 597. Joaõ d'Abreu o fez escreuer.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 134 v.)

292.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por asi o auer por seruico de Sua Magestade e bem de sua fazenda por se evitar não poderem desemoaminhar e furtarem os direitos das fazendas que da Imdia vão para a fortaleza d'Ormuz e sejaõ todas despachadas como convem pela importancia que dos tais direitos resulta á fazenda de Sua Magestade que he muita parte pera se fazesem as despesas ordinarias desta cidade, e por bem e me praz, defendo e mando em nome de Sua Magestade que de noite não andem no mar daquelle portõ junto das náos nem delias para a terra nenhuma embarcação de qualquer calidade que seja salvo ha de alongar do mar na qual andarem elle em pessoa com homens pera a vigia, que serão pessoas de confiança, e da dita vigia se não recolherá nada depois de ser o dia todo claro sob pena de toda a outra embarcação que for achada, posto que nela andem outros quaesquer officiaes asy da justiça como da fazenda, ser tomada por perdida pera Sua Magestade com toda a que nella se achar, e as tais pessoas que

nela vierem serem prezas e se proceder contra elas como for justiça, e para que a todos seja notorio sesá este, apregoado na Xabamdaria da dita fortaleza que está junto da dita alfamdega, e se registrará no Liuro do registo dela, de que se fará termo de huã e outra cousa. Noteficoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, superentendente dela, e mais officiaes e pessoas a que pertemcer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardár da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta pasada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, titulo 20 em contrario. Estenuão Nunes o fez em Goa a bj de nouembro 597. E este não pasará pela chamcelaria por ser de serviço de Sua Magestade. João d'Abreu o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1. de Alvarás fl. 135)

293.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este aluara virem que por asi o auer por serviço de Sua Magestade e bem de sua fazenda, e por euitar alguns imcomvenientes que em perjuizo do dito serviço e fazenda do dito Senhor pode auer, ey por bem e me praz, mando e ordeno em nome de Sua Magestade que daqui em diante toda a fazenda que for ter alfandega da fortaleza de Ormuz de qualquer parte que seja para despacho seja chapada por esta maneira como se faz na alfandega desta cidade, as roupas com tinta, e as sedas com lacre, e sem iso não tirarão seus donos fóra da dita alfandega sob pena que todas as fazendas que se acharem sem as tues chapas serem perdidas, as duas partes para a fazenda de Sua Magestade, e a outra parte para quem o acusar e o meirinho que fizer a tal execução, e o dono da casa em que se acharem emcorrer na pena que lhe for posta pelo Vedor da fazenda de Sua Magestade, ou Superentendente dela, que será grãue para que não aja quem agualhe, e se

possa saber das fazendas que se tiraõ da dita alfamdega sem as taes chapas, e se tomarem por perdidas como dito he, e alem diso seu dono e cujas forem terem hum casti-go grande alegando (?) cousa alguã do Regimento da dita alfandega, e para que a todos seja notorio e naõ aja poder alegar ignorancia este será apregoadõ á porta da dita alfandega e Xabamdaria, e se registara no liuro dos registos dela de que se fará termo nas costa delle de huã e outra cousa. Notificoo assy ao capitão da dita fortaleza d'Ormuz, Vedor da fazenda, supertemdemte, Ouvidor, juiz da alfandega, feitor, mais officiaes e pessoas a que pertencer que o cumpraõ e guardem, e façãõ inteiramente comprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem duvida nem embargo algum que a elo seja posto por quoamto o ey asy por bem por seruiço de Sua Magestade, e valerá como carta pasada em nome do dito Senhor sem embargo da Ordenaçãõ em contrario. Bertolameu Velho ho fez em Goa a bj de nouembro 597. Joãõ d'Abreu o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1º de Alvarás fl. 136)

294,

Dom Francisco &c. faço saber aos que este alvará virem que avendo respeito ao máo huso e foro em que os capitães dos navios que na fortaleza d'Ormuz se fazem e ordenaõ para andarem d'armada estaõ de muitos annos a esta parte de naõ quererem emtregar quando se desarmaõ as moniçoẽs que lhe sobejaõ, e fazem delas o que querem, que importa hum pedaço, e he perda para a fazenda de Sua Magestade, e falta que pode aver das ditas moniçoẽs, naquela fortaleza, e querendo eu prouer nisto de modq que naõ aja destragnarse tanto a munde as ditas moniçoẽs e se gastem elas no seruiço de Sua Magestade, ey por bem e me praz, e por este mando ao amiraxife da dita senhor em a dita fortaleza da Ormuz, que ora he e aq diante for, que tanto que os taes capitães forem prouidos por huã armazãõ anandote do

armar outra vez para irem d'armada merecer (rie) os não proujeja de monções e outras cousas sem primeiro entre-garem ao dito almoxarife os sobejos da primeira arma-ção, e satisfazerem no almazem o que así ficarem deuen-do, posto que o capitão o mande, e aja cousa em con-trário do que así mande e ordeno por serviço de Sua Ma-gestade, sob pena que fazendo o dito almoxarife outra cousa e ir fora deste comprehisso lhe não ser levado nada em conta, e para se saber disto será este registado no Livro da receita do dito almoxarife. Noteficoo así ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, supretendente da dita fortaleza, mais officiaes e pessoas a que pertem-cer para que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que dito he sem duida-nem embargo algum, e ualera como carta sem embargo da Ordenação em contrario. Bartolameu Velho o fez em Goa a 15 de novembro 597. E este não pasará pela chancela-ria por ser do serviço de Sua Magestade. João d'Abreu o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 136 v.)

295.

Dom Francisco &c. aos que este meu aldará virem-fa-ço saber que eu sou informado como os capitães da fortaleza de Ormuz todos os annos metem nos almazens de Sua Magestade por todos os modos vinte mil cruza-dos em arroz, sifa, fatexas, cordoalha, madeira, salitre, e outras muitas cousas que sabem que Sua Magestade tem necessidade para o prouimento de suas armadas, só a fim de o venderem ao dito Senhor pelo preço que elles poem e querem pelo grande proveito e interesse que disto lhes resulta, e querendo eu atalhar cousa (?) em tanto perju-izo do serviço do dito Senhor e defraude de sua fazenda, y por bem e me praz, e mando ao feitor de Sua Ma-jestade da dita fortaleza, que ora he e ao diante for, não compre as sobreditas cousas aos ditos capitães senão em extrema necessidade, e quando as não uauer ha ter-

ra, e se possa comprar por preços licitos, sob pena que fazendo o dito feitor o contrario lhe não ser levado em conta a despeza que fizer na tal compra, e para este effeito se registrará este no liuro de sua receita. Nosíccoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, superintendente da dita fortaleza, feitor della, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e goardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta pasada em nome de Sua Magestade, selada de seu sello pemedante sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, titulo 20, que o contrario despoem. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a vij de nouembro de 597. João d'Abreu o fez escrever. E este não pasará pela chancelaria por ser do serviço de Sua Magestade. E isto se não entenderá no arroz, dando-o pelo preço que valer na terra ordinariamente.—O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 135 v.)

Dom Francisco &c. faço saber ao Vedor da fazenda de Sua Magestade nestas partes da India e desta cidade de Goa que o dito Senhor no Regimento que a estas partes mandou em que trata muitas cousas de seu serviço as folhas 13 delle está o Capitulo 36, a letra do qual he o seguinte:

—Ey por bem e mando por alguns respeitoes que me a isso mouem que nenhum feitor meu compre arroz, a suquere, salitre, orraqua, azeite, nem outra cousa alguma de mantimentos a nenhum Portuguez que as ditas cousas tenha para vender, porque não ey por meu serviço que o faça sob pena de quem o asy fizer perqua o cargo pelo mesmo cargo, e seja por nós posta outra pessoa em seu lugar até eu prouer, e para que a todos seja notorio esta defesa o mandareis publicar e apregoar, e leréis mi-

ta lembrança de o Vedor da minha fazenda fazer mandar em seus tempos comprar as taes cousas, e fazer os prouimentos dellas nos lugares donde se trazem, e asy o que for necessario para prouimento das fortalezas e de minhas armadas.==

E por quanto cumpre que de todo se cumpra e guarde com efeito o que Sua Magestade pelo dito Capitulo manda e ha por seu seruiço se faça asy nesta cidade como nas mais e fortalezas deste estado como cousa tão importante. e prejudicial a sua fazenda de os ditos officiaes comprarem as ditas cousas prohibidas no dito capitulo, ey por bem e me praz que ele se cumpra muito inteiramente, e o dito Vedor da fazenda, que ora he e pelo tempo em diante for, o faça cumprir asi nesta cidade como nas mais e fortalezas acima declaradas pera se executar nos culpados a mesma pena que Sua Magestade lhes dá de suspensões de seus cargos, e para este efeito e de eu os asy prouer como ho dito senhor manda mando aos Ouvidores della ho fação a saber ao dito Vedor da fazenda pera elle me dar rezaõ delo, sob pena de o não cumprindo assy se lhes dar em culpa nas suas residencias, e pera que seja isto notorio a todos será este apregoado nesta dita cidade e as mais acima declaradas pelos lugares publicos delas pera as quomex o dito Vedor da fazenda pasará os treslados autorizados assinados por elle por ser cousa de sua jurdição, e se registará nos liuros dos registos das Camaras dellas, de que de huã e outra cousa se fará asemptos pelos officiaes a que pertemcer, Noteficoo asy ao dito Vedor da fazenda, e Ouvidores a que pertemcer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum que a elo seja posto. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 12 de novembro 597. E este não pasará pela chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade. João d'Abreu o fez escrever.—*O Conde Viso Rey..*

(Livro 1.º de Alvaras R. 137 v.)

297.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este alvará virem que no Regimento que Sua Magestade mandou a estas partes em muitas cousas que manda se fação de seu serviço ás folhas 12 está o Capitulo 33 para eu como os VisoReys e Governadores deste estado cumprir e fazerem cumprir; a letra he o seguinte:

— Emcomendouos que façaes inteiramente cumprir e guardar o que tenho mandado acerca de nhũ capitão de náu, nanio, galé, ou outras embarcações se pagarem de fazenda alguma minha que na tal embarcação trouxer, asi de presas que se fação como de qualquer outra cousa de diuida, que a elle capitão seja deuida de soldo ou de outra alguã cousa que lhe deua, nem asi mesmo a pessoa que com elle for, porque não ey por meu serviço que por este modo se faça, e toda a fazenda minha que receber entregará aos feitores e officiaes a que por vós ou pelo Vedor da fazenda lhe for mandado, para da mão dos taes officiaes se despende nasquellas cousas que per vossos mandados ou do Vedor da fazenda for ordenado, e por algum outro modo não farão a dita despesa, e fazendoa lhe não será leuada em conta, e ey por bem que pelo mesmo caso perca a capitania da náu ou nanio em que andar; e para que a todos seja notorio vos mando que aey o façaes publicar; e porque isto foy já por muitas vezes mandado pelos senhores Reis meus antecessores e por mim, vos emcomendo e mando-vos imformeis disto muito particularmente, e façaes proceder contra as pessoas que não comprirão com he rigor e castigo que o caso requiere para ser exemplo aos mais, e se cumprir sempre inteiramente. —

Porque seja certo que té o presente não duno ter leu brança de se cumprir he assim comtendo, e Sua Magestade tanto emcomenda e ha por seu serviço se faça, e querendo eu com efeito faze-lo, para que se saiba pelo tempo em diante como per comisaõ e mandado de Sua Magestade o fiz, e para que os ditos VisoReys e Governadores

dores fação o mesmo, ey por bem e me praz em nome do dito Senhor que em todo se cumpra e guarde muy inteiramente o comteudo no Capíttillo asima pela mesma ordem e modo que por Sua Magestade está mandado sob as penas nelle declaradas, e para este effeito se registará este aluará nos Liuros das lembranças que está na caza dos comtos e no do registo da fazenda para se ter lembrança de se proceder contra os que emcorrerem neste encomiso, e para que venha á sua noticia, e não posaõ alegar ignorancia, se apregoará tambem nesta cidade pelos lugares publicos della, de que se fará termo de tudo nas costas delle, e mando ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, que ora he e pelo tempo em diamte for, que deste caso tenhaõ muito particular lembrança para que não aja descuido de se fazer o que Sua Magestade manda, e os taes capitaães que asy o não comprirem se-rem apenados pelas ditas penas, e para de tudo me dar informaçãõ para eu prouer niso como me parecer e for mais servico de Sua Magestade, a quem ho notefico asy, e a todas as mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem em todo e por todo, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste comtem sem duuida nem embargo algum que a ello seja posto. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 12 de nouembro de 597. Joaõ de Abreu o fez escrever.—*O Conde VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 138 v.)

298.

Dom Phelippe por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçãõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, e dos Reinos de Maluquo &c. a quantos esta minha carta de Rey virem faço saber em como o Conde da Vidigueira, Almirante VisoRey das partes da India, em seis de nouembro des-

te presente anno de quinhentos nouenta e sete na mesa da Relaçãõ dellas presente os desembargadores propôs com alguãs rēzoẽs se podia ser mandar geralmente que todas as fazendas de Cambaia posto que estejãõ em franquia se despachem nãlfandega da minha cidade de Goa, e naõ pasem a Cochim sem o dito despacho, pera o que se vio o Regimento da dita alfandega e o contrato feito com o Rey do dito Cochim sobre a alfandega daquella Cidade, e pelos ditos desembargadores com o dito VisoRey se assentou, que as fazendas das pessoas que pelo dito contrato deuem direito ao dito Rey de Cochim nãlfandega da dita cidade se deixassem hir liuremente pera ella estando dentro nos limites da franquia em quanto eu naõ mandar o contrario, e que tamhem as pessoas que conforme ao dito contrato denem direitos a minha fazenda na dita alfandega de Cochim nesta mossaõ do anno presente se lhes naõ podia obrigar a despacharem nãlfandega da dita minha cidade de Goa por quanto a franquia he liure pelo Regimento della, e por tal aesta boa fee mandaraõ vir de Cambaya as ditas fazendas, mas que auendo respeito a ser notorio que no dito Cochim se desemcaminhaõ e roubaõ os direitos devidos á dita minha fazenda sem se arrecadarem na forma que se devem, se passase esta dita carta de ley pera que se defenda o abaixo declarado, e na forma que se verá: e visto, por mim o assento dos ditos desembargadores que perante o dito Conde assentaraõ na dita Relaçãõ por ser assi meu seruiço, e se naõ usurparem os meus direitos meos, ey por bem e me praz e defendo que as pessoas que por bem do dito contrato feito com El-Rey de Cochim sobre a alfandega da dita cidade denaõ nella direitos a minha fazenda das suas naõ possaõ passar desta dita cidade de Goa sem primeiro nãlfandega della pagarem os direitos das fazendas que trouxerem ou mandaram vir de Cambaya, sob pena que achandose as suas fazendas daqui para Cochim sem certidãõ do dito despacho serem perdidas, metade pera o acusador, e a outra metade pera a minha fazenda, e o nauio ou em-

barcação em que forem carregadas será perdido pera a minha ribeira de Goa, e pello mesmo modo será perdido todo o nauio de Portugues em que andar carrane(sic) gentio ou mouro, e as fazendas das pessoas que pella ordem asima declarada me deuein em Cochim os direitos viraõ em embarcações em que não venhaõ das psoas que deuaõ direitos a ElRey de Cochim, sob as pennas asima declaradas por se evitarem os roubos e conluios que ha em baldear as taes fazendas, e não descarregarem tudo no mesmo porto, e esta defesa se entenderá do dia da publicação della em diante, e comprirá como nella se contem, e pera que as ditas pessoas não posão alegar ignorancia lhes dou hum mes de tempo pera dentro nelle comprirem o asima dito, o qual passado, e não o comprindo, emcorrerão nas ditas penas, e pera que venhaõ á noticia de todos será esta apregoada nesta cidade de Goa pelos lugares publicos della, e se registará nalfandega della, de que se fará assento nas costas della de huã e outra coussa. Noteficoe assi ao Vedor de minha fazenda, e lhes mando que assi o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuidarem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas Reaes da Coroa de Portugal a dezasete de nouembro. ElRey o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante, e VisoRey da India &c. Gomes Rodrigues de Santa Cruz a fez anno do nasimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e sete. Joaõ d'Albren a fez escreuer.—O Conde Almirante, VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 140)

299.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por assi cumprir ao seruico

delrey meu senhor hirem as naos que ora vão pera o Reino acomodadas de gente de modo que se possaõ defender dos cosairos em caso que os achem, e o dito senhor mandar expressamente por suas cartas, ey por bem e me praz, e por este mando ao Capitaõ Vedor da fazenda da cidade de Cochim, e ao Ouvidor della costrarjaõ as pessoas a quem dey licença pera hirem pera o Reino hirem nas propias náos que lhes nomeei como veraõ pollas licenças que pera isso lhes concedi, porque o intento que tiue em lhas dar foy pera as defenderem dos ditos cosairos achandoos, e por este respeito os eu despemssar nas taes licenças defemdemdome Sua Magestade naõ desse este anno a pessoa alguã, e cumprir assy a seu seruiço, e conforme ao que me elle manda por outra sua carta que vão as ditas náos acomodadas de gente que as defenda. Noteficoo, assy ao dito Capitaõ Vedor da fazenda de Cochim, e Ouvidor, mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que fação inteiramente cumprir e guardar este meu alvará sem duuida nem embargo algum, e este naõ passará pella Chancellaria por ser do seruiço de Sua Magestade sem embargo da Ordenaçãõ em contrario. Esteuaõ Nunes o fez em Goa a xxj de nouembro de 1597. Joaõ d'Abreu o fez escrever. E este será publicado em Cochim pera vir á noticia de todos, e da publicaçaõ se fará termo para irem por vias a Sua Magestade.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 142)

300.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorey da India &c. faço saber a vós Dom Antonio de Noronha, Capitaõ da Cidade de Cochim, e Vedor da fazenda da carga das náos, que Sua Magestade em hũa Instruçãõ que emviou o anno passado de noventa e seis, no Capitulo 13, que trata sobre os lugares que nas náos do Reino se tomãõ pera a pimenta

que não cabe nos payões, e outras cousas que se tratao de seu serviço e mo emcomenda, he huã dellas que não aja nhuã duvida o hir pera o Reino sempre toda a pimenta que couber nas náos segundo a carga dellas que em todas vier, de que se dene fazer conta pelo numero das ditas náos e toneladas de que for m, emcomendandome que ordenase nisto o que fosse mais seu serviço, de que o avisaria do que tinesse feito pera com isso mandar pagar aos contratadores o que lhes deuer dos ditos lugares quando não forem obrigados por seu contrato (a); e visto por mim o que Sua Magestade declara pelo dito Capitulo, e ser sua tençaõ que as náos do Reino leuem cada huã dellas sua carga por em cheio da pimenta que está contratada, pois he tanto de seu serviço hir toda a copia della sem falta, ey por bem e vos mando que tomeis pera este effeito nas ditas náos todos os lugares necessarios, e disso mandeis fazer assento da valia delles asinados por vós e os mais officiaes que entendaõ deste mister, que me enviareis pera conforme a isso enuiar a Sua Magestade, como pelo dito Capitulo manda. Notificoucho assy pera que o cumprais inteiramente sem duvida nem embargo algum, posto que não passe pola Chancelaria por ser do serviço de Sua Magestade. Gomes Rodrigues de Santa Cruz, o fez em Goa a 24 de nouembro de 597.—Joaõ d'Abreu o fez escrever.—O *Conde VisoRey*:

(Livro 1.º de Alvarás fl. 142 v.)

301.

Em Goa a 9 de dezembro de 597 passou alvará com o parecer dos desembargadores da mesa da Relaçõ, per que ouue por bem e por este mandou em nome de Sua Magestade que os prouidos das Capitãias e quaesquer outros cargos da India se lhes não ponha o cumprimento em suas patentes sem primeiro amostrarem

folha corrida por todos os escriuães desta Cidade, por que conste que não tem culpa obrigatoria á justiça, e não sendo o prouido morador nesta Cidade, também apresentará folha corrida do luguar aonde tiver residido mais de seis annos. (a)

(Livro 1.º de Alvarás fl. 143 v.)

302.

Dom Francisco da Gama &c. aos que este aluará virem que auendo eu respeito aos gastes que quazi ordinariamente se fazem na fortaleza de Diu do dinheiro do meo por cento que está applicado para a fabrica della, que he differente do dinheiro que se carrega sobre o feitor de Sua Magestade, ey por bem e mando que ho thesoureiro mande logo fazer huã arca forte e de boa ferragem com quatro chaves, huã das quaes terá o Prouisor da Misericordia, e outra o Juiz d'alfandegua, e outra o dito thesoureiro do dito meo por cento, e outra Francisco d'Abreu, e nela auerá huã liuro de receita e despesa em que se carregará o dinheiro que remder cada semana; a qual arca estará na casa da Santa Misericordia da dita cidade, e as despesas que se fizerem do dito dinheiro seraõ pera pagamento das ferias e obras da dita fortificaçãõ somente e não pera outra alguã despesa, e as obras que por esta maneira se ouuerem de fazer se faraõ por ordem do capitaõ da dita fortaleza, e poderá ser vedor dellas o feitor de Sua Magestade que estiver per carta, e apomtador das obras será o dito Francisco d'Abreu posto que o dito thesoureiro tenha outro escriuaõ, porque pela boa informaçãõ que tenha delle ey por bem e me praz que ele somente tenha o dño officio de apomtador e não outro algum, e das despesas que se fizerem se fará titolo apartado no dito liuro que não saira da dita arqua senaõ para se fazerem os asemtos necesarios nelle, e este se registrará

(a) Só este extracto está no Livro.

no liuro da receita do dito fester, e este proprio se terá em boa guarda na dita arquã com ho dito liuro para a todo tempo se saber como se fez por meu mandado, que huns e outros asi comprireis sob pena de cincoenta pardãos pera catiuos e acusador, e valerá como Carta
..... (a).

(Livro 1.º de Alvarás fl. 144)

1598.

PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

303.

Conde Almirante, Vissorrey, amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquele que amo. Por estar o Principe, meu sobre todos muito amado e muito prezado filho, muy homem, lounores a Deos, e ser já tempo que nos ajudemos, pois ele o fez qual se podia deseiar, e para sua mayor emformação e melhor espediente dos negoceos, e poder com mais pressa correr o despacho deles sem que aja dilação pelo impedimento da minha mão direita que tem caussado a gota, detreminey os dias passados que daly em diante ele assina-se por mim todas as cartas, prouisoões, e despachos de estado que se fizessem por os meus Secretarios sem mudança do estilo que se custuma ter neles em cousa algũa outra que ser o seu sinal em lugar do meu, que he o mesmo, e por lha escusar o trabalho de mais assinatura naõ asinará por ora as prouisoões e despachos que se fizerem pelos escrivães e ministros dos tribunaes por onde correm, que leuaraõ o meu sinal do caixete, de que me pareceo avissarmos para asy o terdes entendido, e que as vossas cartas e despachos haõ de vir com os sobre es-

(a) Assim está incompleto este Alvará, que he de Dezembro de 1597, ou Janeiro de 1598.

eritos pera mim como atéqui se fazia, sem por causa do sinal do Principe meu filho se fazer nisso mudança alguma do que sempre nisto se costumou, e de tudo isto avisareis o Arcebispo de Goa e mais prelaídos desse estado, chanceler, e desembargadores da Relação, capitães das fortalezas, e camaras dos lugares delas, omde as ha, e a todos os menistros ecclesiasticos e seculares dessas partes, e fidalgos que nelas me servem, que tem obrigaçõ de me escrever. Escrita em Lisboa a 5 de Janeiro de 1598.

PRINCIPLE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India.—2.º via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e Visorrey da India.

(Livro 2.º - fl. 448)

304.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuito muito saudar, como aquele que amo. Com a vinda das náos do anno passado e pelas vias que nelas vieraõ do Visorrey Matias d'Albuquerque entemdy. como não creis inda chêguado a Goa nem a Cochim, e que se entendia que emuernarieis em Moçaõbique, e muito me pezo de não terdes melhor viagem, e espera em Deos que antes destas náos partirem terey recado vosso por terra de terdes passado á India, e procedido no que a ela vos mandey, conforme á grande confiança que de vós faço.

II. O dito Visorrey me escreve como de muitos annos o Mogor tráz pensamento de se fazer senhor universal dessas partes da India esperando occasião para mais a seu saluo pôr em effeito seus desejos, como a foi tanto que soube das guerras cruéis que avia no Reyno do Melique, divulgandosse por todas aquellas par-

tes hum grande exercito que trazia com que suspendeo os animos de todos, do que diz o Vissorrey que se preñhio muitos dias antes procurando fazer ligua entre o Melique, Idalxá, Cotamaluco, e os maes Reys daquelle destrito. mandand'lhe para esse efeito embaixadores, e que finalmente fora ao norte para com sua ida suspender a vinda dos Mogores até estes Reys terem tempo para ajuntar sua gente. e de o assy fazer com este intento soposta a importancia do caso me ouue por muito bem seruido, e vos emcomendo muito emparecidamente que com muito cuidado procureis de unir estes Reys para em hum corpo impedirem os desenhos do dito Mogor como cousa em que tanto vay á quietação e comseruação desse estado, aduertindonos que nesta ligua procedaes com o tento e consideração que conueem, assy para se ela perpetuar como pera se não ofender e escandelizar o Mogor, nem se lhe dar occasião para ele voltar as armas contra as fortalezas desse estado, e em outra carta destas vias vos escreueo tambem sobre as cousas do Mogor, porque materia he para se falar sempre nela.

III. E assy me escreue sobre o bom-modo em que o Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menesses procede em sua obrigação pastoral, e em todas as mais cousas de men-seruiço, como tambem o tanto entendido de outras muitas cartas de pessoas desse estado, de que fine muito contentamento, assy pelo que isto importa ao seruiço de Deos e meu, como por ele corresponder bem em tudo isto á confiança da sua eleição, e porque o dito Vissorrey me faz lembrança que será seruiço de Deos e meu que o Arcebispo e Bispos dessas partes, e seus Vigairos pússão constringer aos Caudalleiros das Ordens militares que compraõ com as obrigações da Igreja, ou mostrem como tem cumprido com elas, sem embargo dos preuilegios das ditas Ordens, vendo a qualidade deste caso, o ey así por seruiço de Deos e meu, e o direis ao dito Arcebispo, e aos mais prelados ordinarios desse estado, para que eles daqui em diante assy o fação por sy e por

gens Vigairos, e o que sobre isto vos escreuo communicareis aos fidalgos e pessoas de calidade para que com seu bom exemplo o deem a outros que deles o denem tomar.

IV. E posto que manda responder ás cartas que tiene de Dom Frey André de Santa Maria, Bispo de Cochim, e lhe agradeço o bom modo em que procedeo o tempo em que governou o arcebispado de Goa, e lhe mandey escrever o mesmo pela armada do anno de 96, vos emcomendo que de minha parte lhe signifiquéis o contentamento que disto tiene, e de saber com quanto zelo proceda nas cousas de sua obriguacão, e nas de meu serviço, e lhas emcomemdeis de minha parte.

V. Tambem me escreue o dito Visorrey que Dom João Ribeiro, Bispo de Malaca, tem cometido grandes desordens naquele bispado, e que a cidade se mandou queixar a ele delas, e ao Arcebispo de Goa, e que buscava algum remedio para o fazer vir áquella cidade de Goa, e que tem por muito necessario ao serviço de Deus e meu mandar-se outro Prelado áquella bispado; e posto que sobre esta materia tenho bastantemente respondido pelas armadas dos annos de 96, e 97, por outra carta minha vos avisarey de que mais nisto ouuer, e o mandarey tambem escrever mais particularmente ao Arcebispo de Goa, por que por ser materia eclesiastica e de hum Bispo, a ele toga isto mais diretamente.

VI. Diz o dito Matias d'Albuquerque que tem particular cuidado de mandar continuar com os pagamentos dos Cabidos dessa cidade de Goa, Cochim, e Malaca, como lho mandey escrever, e este mesmo cuidado vos emcomendo tenhaes de sempre terem bem pagos, e que nesta forma procedays nos pagamentos dos Bispos da China, e Japão, e do Bispo seu coadjutor, e tenhaes era seu tratamento com elles a conta que he rezão, como se deve a prelados que representam o estado dos apostolos, e folgey de saber como o tirano daquellas partes estava para domestico, e que a cristandade da Índia vay cada vez em maior crecimento, e que os menistros que se empayão nela cumprem com sua obriguacão, que por ser tan

to da minha vola encomendo da maneira que de mim por minhas Instruções o tendes entendido.

VII. Tambem trata das desordens com que diz que corre Antonio de Barros, Imquissidor desse estado, asy em sua obrignação como nas cousas de minha jurdição metendosse nela com muito escandolo, e me he feito lembrança que sera serviço de Deos ter o Arcebispo de Goa a superintendencia da Casa do Santo officio dessas partes; e por ser materia de muita consideração a talho mandado ver, e em outra carta vos mandarey escrever o que se deve fazer, e asy com Jeronimo Pedrosso, Promotor da Imquissição, que son informado que ha muitos annos que serve este cargo com muita satisfação.

VIII. E asy me diz que o Commissairo geral da Ordem de São Francisco dá de cada vez nouas mostras de sua vertude, religião, e letras, e que tem montado muito no serviço de Deos com seu exemplo e vida, e que separou nas terras de Bardes o collegio dos catecumenos e dos orfaõs do collegio dos frades, em que fizera grande obra, e me lembra que devo mandar que em Salcete de Baçaim e Cranganor, onde ha renda pera collegios, se faça o mesmo, mandamdo eu ajudar a obra deles com declaração que em nhum tempo os ditos Religiosos não averão os tais collegios para sua abitação, e ao Arcebispo de Goa escrevo se informe se he conuiniente fazersse a tal separação, e achando que he nesessaria se ponha logo em ordem repararemsse os ditos collegios como o Visorey aponta.

IX. E asy trata na dita carta que por os Religiosos de São Domingos uinerem muito desconsolados no convento de Goa onde resedião, por lhe adoecerem e morrerem muitos, fizeraõ outro mosteiro a que passeraõ nome Santo Thomas, a que devia mandar ajudar com algum aluitre ou mercee, e vindo o que nisto me diz, e emformação que tenho deste mosteiro ser muito doentio, vos encomendo os ajudeis com algum aluitre, ou outra cousa que não seja tirada de minha fazenda, com declaração

que os ditos Religiosos se passem logo todos do mosteiro de São Domingos para a noua casa de Santo Thomás, e deixem a outra em que até ora viuerão, pois he tão doentia, e morrem tantos nella, como se diz, de maneira que não tenhaõ duas casas em Goa.

X. Tambem me diz que os Religiosos da Companhia cumprem com sua obrigaçãõ no que estã a seu cargo, e que fora de muito fructo a vissitaçãõ que o Arcebispo de Goa fez nas terras de Salsete em que residem os mesmos Religiosos, posto que tem prelados prudentes e doctos a que dera de minha parte os agardcimentos do seu bom procedimento nas cousas de sua obrigaçãõ, e por ter entendido que estes Religiosos tem bom cuidado da cura dos doentes do Ospital de Goa, vos encomendo que de minha parte lhe digaes que ey por muito seruiço de Deos e meu terem eles a administraçãõ delo, para o que sendo necessario se emuiará licença do seu Geral, mas que em quanto não for, não deixem de continuar com esta tão pia e necessaria obra, e que de vossa parte procureis de se prouer o dito Ospital de tudo o necessario de maneira que não tenhaõ occasiãõ de por mal provido o tornarem a largar.

XI. E por a lembrança que me faz que os Religiosos de Sancto Agostinho são pobres, e que lhe deuo mandar acrerentar suas ordinarias (e me fez tambem o anno de 96) ouue nisto por bem o que tereis visto nas vias do anno passado.

XII. E assy me diz que sera seruiço de Deos encomendar aos prelados de São Francisco, São Domingos, e Santo Agostinho destes Reinos que mandem Religiosos de virtude a essas partes, por os que lá tinnão o abito não terem a criaçãõ e paries que se requerem para com seu exemplo melhorarem as vidas e costumes, e se empregarem na comuerçaõ, e já tenho mandado escripto aos prelados destas Ordens do Reyno que ordenem que os Religiosos que forem a essas partes da India não tornem delas, e que assy lho declarem logo pelos incomuenientes que disto resulta, de que suis-

sareis tambem aos prelados que lá residem, e avendo nisto alguã mudança daqui até á partida destas náos, vos avissarei disso.

XIII. Tambem me escreue que o Arcebispo de Goa passada a festa do Natal daquele anno de 96 hia visittar as fortalezas do norte, e que para fazer esta visittação lhe mandou fazer prestes huã escussa gualé, por ser embarcação segura, de que me oune por seruido, e vos emcomendo que desta mesma maneira procedaes nas embarcaçoẽs do Arcebispo as vezes que tornar a visittar.

XIV. E asy me diz que tem feitas muitas lembranças com suas cartas sobre a materia de minha fazenda desse estado, e que a sustancia dela não he taõ certa nem segura como a deste Reyno por alguãs rezoẽs que aponta, e que se não faz pouco em se comprir com as despesas ordinarias, quanto mais em se fazerem conquistas e fortalezas novas em seu tempo, e em se acudir a outros accidentes desse estado sem lhe irem ajudas deste Reyno, e vemdo en huã lista do que remde esse estado da India (feita por hum menistro meu de entendimento e experiencia.) me constou em conformidade de outras emformaçoẽs que tambem tephõ, que importa em cada um anno o rendimento desse estado hum conto trezentos setenta e cinco mil párdãos de trezentos reis o parilão, que he bastante rendimento, ainda que fora menos, para se acudir ás despesas e accidentes dele, pello que vos emcomendo trateis de vir a boa arrecadação todo este rendimento, que com isso se acrescentará, e tenhaes muita conta com a despesa dele, e que dele façais fundamento que aveis de prouer todas as coussas desse estado, não esperando dinheiro nhum deste Reino, que pelas necessidades presentes não se pode nem deve esperar dele, nem seria comuiniente que prometendo a India tanto de sy, não somente para se sustentar, mas para acudir ao Reino, eia o consumisse.

XV. E posto que o dito Visorrey me escreue que

não ha quem queira arrendar o direito dos caualos, sobre o que diz que fez muitas diligencias, vos emcomendo que procureis que se arrendem, como já volo tenho mandado pelas Instruções que leuastes, pois com isso se entende o crescimento que pode aver nesta renda..

XVI. E assy me diz que por não aver quem quisesse entender no cobre da China por contrato, senão com muita quebra de minha fazenda, fazendosse piseo todas as diligencias que lhe foraõ possiveis, dera licença que trouxessem cobre da China, e que nele pagassem os direitos das fazendas em Malaqua e em Goa, e que por aquela via ouuera mais cobre do que lhe prometiaõ por contrato, e por esta materia ser de tanta utilidade e tão emcomendada por mim, aprova este modo em que o Viso Rey procedeo para aver este cobre, porque além de parecer o mais certo, se paga tambem a minha fazenda direitos dele, e vos emcomendo muito emparecidamente que procureis que em todos os annos se tragua a Goa por este modo ou por outro mais proveitoso, se o ouuer, e venha a Goa o que se pagar em Malaqa.

XVII. E tambem diz que atégora não ouuera quem quisesse contratar as viagens de Maluco senão com notuel perda de minha fazenda, e porque tenho informação que de se contratarem pode resultar muito a minha fazenda, vos emcomendo que procureis que se contratem, como já por muitas vezes o tenho mandado.

XVIII. Tambem me avisa como no anno passado fizera contrato com Nuno da Cunha, que hia entrar na fortaleza de Moçaõbique, e que por condição do mesmo contrato se avia de extinguir a alfandega daquela fortaleza; e que somente se avia de pagar nela hum por cento para as obras da fortificação, como dantes se pagava, e porque nas naos da armada do anno de 96 por algũa informações que tiue de começar esta alfandega já a render para as despesas da mesma fortaleza, mandey que se fosse continuando com ela, vos emcomendo que assy o façaes, e vades proseguindo com a obra da mesma fortaleza de Moçabaça, cuja alfandega tam-

hem sou informado que comesse já de ir remdendo alguma cousa para pagamento das ordinarias dela.

XIX. E asy me escreue que na alfandegua de Ormuz não ouuera naquele anno rendimento algum por não terem vindo a ella as cafilas da Persia e Baçorá, e porque esta alfandegua he a mais importante desse estado e de mór rendimento, vos emcomendo me avisseis da causa porque não vieraõ estas cafilas, e procureis, por todos os modos possiveis, para que acudaõ a ella como dantes.

XX. Tambem me diz que comuem muito a meu serviço a fortaleza de Mascate ser sogeita á de Ormuz, e que os prouidos dela dem menagem aos Capitaes de Ormuz, porque como hade ser socorrida nos accidentes que tiper pelos mesmos Capitaes de Ormuz, lhe acodiariaõ com mais cuidado e diligencia, e venda o que sobre isto me escreue, e como o principal fundamento disso he não se poderem defender os Capitaes de Mascate por sy só nos accidentes que tiuerem, me pareceo que isto se remedearia bastantemente com estar alguma gente de goarniçaõ naquela fortaleza, pagna dos rendimentos da fortaleza de Ormuz para se e quassar esta nonidade e satisfação que he forçado que se dê aos prouidos de Mascate, pelo que vos emcomendo e mando que trateis esta materia em conselho e me avisseis do que nele se assentar que mais conuem a meu serviço que nela faça, e em quanto não tiuerdes outra resposta minha prouereis nisto de maneira que fique aquella fortaleza de Mascate segura, e assentandosse no dito conselho que se sogeita ao Capitaõ de Ormuz. tratareis entaõ da satisfação que nessas partes se deve dar aos prouidos dela, avissandome de tudo muito particularmente, e emuiandome hum rol das pessoas que nesse estado estijerem prouidos desta Capitania de Mascate.

XXI. E asy me diz que a cidade de Baçaim em nome dos foreiros dela pretendeo que se lhe fizesse quita e abatimento no foro dos annos da guerra que deuia, e lhes tinha respondido que mandassem requerer sua justiça na mesa da fazenda de Goa, onde se lhe faria inteiramente, e me pareceo mandar aprouar o modo em que nisso procedeo.

XXII. Tambem me diz que a cassa que tinha começada na fortaleza de Goa para servir de torre do tombo estava acabada, e mandara entregar as chaves dela a hum Diogo do Couto, e que o secretario desse estado lhe entregara os liuros das menagens e acordos que tinha em seu poder, e que os mais papeis, instruções, e cartas que costumavaõ estar em poder dos Vissores se ordenara por asento dos desembargadores feito na Relação de Goa que se sobreestivesse nesta entrega pelas rezoões que sobre isto apontaraõ, e por outra carta minha vos mandarey escrever a ordem que ouuer por bem que se tenha em se cobrarem e goardarem os taes papeis.

XXIII. O dito Matias d'Albuquerque me avizou que mandara registrar nos liuros da matricula e nos dos contos a prouisaõ por que mandey que daly em diante se não comprisse nhuã per que se concedesse soldo e moradia a algum criado meu que não fosse fidalgo em meus liuros, e encomendouos que façais goardar inteiramente o que por ela mando.

XXIV. E asy me diz que Francisco do Souto, mestre dessa ribeira de Goa, serve o dito cargo com diligência, e espera lhe mande acrescentar o ordenado de sesenta mil reis que tem com ele, e que por não se poder sustentar os Vissores desse estado lhe deraõ mais corenta mil reis cada anno, e uendo eu a boa informação que dele me deraõ, ey por bem que aja os ditos corenta mil reis por prouisaõ de fora, de ajuda de custo, que se lhe passarã cada anno sem se tratar nela que he de ordenado, por não ficar isto em exemplo a seus successores que averaõ somente o primeiro ordenado que o dito officio tem.

XXV. Tambem me escreve que a alfandega de Cochim não rende o que basta nem para pagamento das ordinarias que nela estaõ asentadas, e que por isso manda pagar o mantimento do Bispo daquela cidade em outras partes, que tenho por bem feito, e avissarmoeis da causa deste pouco rendimento; e asy diz que a alfandega de Malaca fora aquelle anno arrendada em oi-

tenta e seis mil pardãos amdamdo os annos passados em setenta e quatro; e que ounera aquele crescimento por naquelas partes não aver guerra, mas que por muito que renda nhum dinheiro se emuiana da dita alfandegua a Goa, e todo se consumia per ordem do capitaõ e officiaes daquela fortaleza, e por ser materia a que conuem darse remedio, uos emcomendo e mando ordeneis como em todo o caso o rendimento daquela alfandegua vá a Goa ficando somente nella o que montar nas ordinarias da mesma fortaleza, e se não despemda outro dinheiro algum sem ordem vossa e dos Vissorreys desse estado, e façais logo tomar conta muito estreita e particular das coussas em que se despemdeo o dito rendimento, e se cobre o mal gastado, ou o que se deuer por quem for obrigado ao pagar, e de tudo isto me dâreis particularmente conta. Escrita em Lisboa a oito de Janeiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 430)

305.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuiio muito saudar, como aquele que amo. Em huã das cartas destas vias vos digo no Capitulo 12 dela que mandey escreuer aos Prouinciaes das Ordens de São Francisco, São Domingos, e Santo Agostinho deste Reino que ordenassem que os seus Religiosos que fossem a essas partes da India não tornassem delas, e que asy

Ilio declarassem logo quando de quá partisem pelos inconvenientes que disto resultauão, de que avisaríeis-tambem os prelados que lá residem, e que avendo nisto alguã mudança até á partida destas náos, vos avissaria disso, como o faço por esta carta, e he que depois da outra feita me pareceo que não comvinha declarar-se por ora aos frades que de qua forem que não haão de tornar, senão deixar aos prelados de quá e de lá que nisto procedaão com eles no modo que lhes melhor parecer, tendo todavia este intento; e isto tratareis com os prelados das ditas Ordens dessas partes como-niquamdeo primeiro com o Arcebispo de Goa. Escrita em Lisboa a 8 de Janeiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigeira do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 446)

306.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que por o asy aver por meu serviço, melhor governo, e mais conveniente despacho para os fidalgos e outros criados meus e pessoas de serviços da India poderem entrar nas merces que por eles me fizeram sem esperarem muito a vagante dos muitos prouidos primeiro, ey por bem que daqui em diante não aja despacho de partes para a India senão de cinco em cinco annos, salvo se antes do dito tempo acabado eu mandar Visorrey ás ditas partes; porque o anno em que ele for não deixará de aver der-

paço, imda que entãõ não seja chegado o termo dos ditos cinco annos, e quando se tratar do dito despacho em qualquer dos tempos assima declarados se comerá primeiro pelos que ficarem servindo nas ditas partes, que pelos que delas vierem requerer a este Reyno, porque asy he rezaõ que seja, e que aja mais lembrança dos que por serem ausentes e estarem servindo acrecentaõ com isso mais o seu merecimento; e este se publicará neste Reyno em minha chancelaria e na Relação de Goa, e se registará nos liuros de minha fazenda e da Casa da India, e nos da dita Relação de Goa, e se lançará na cassa do tombo dela, e valerá como se fosse carta comendada em meu nome e passada pela chancelaria sem embargo da Ordenação do 2.º liuro, titulo xx, que o contrayro dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a 8 de Janeiro de 1598. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Sobre não aver despacho da India de partes senaõ de cinco em cinco annos, ou anno em que for Vissorrey a elas.—Para Vossa Magestade ver.—2.ª via.

(Livro 1.º fl. 91)

307.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emocio muito saudar, como aquele que amo. Por huã carta d' Vissorrey Matias de Albuquerque das vias do anno passado emtemdy como ElRey de Melinde viue na Ilha de Monbaça, e que posto que cumpre inteiramente com sua obrigação em meu serviço se mostra descontente por estar fera da terra omde naceo, e pretemde o Reyno de Pemba por ser falecido o Rey dele, e diz Matias d'Albuquerque que procura ylo detendo até vossa chegada para estar

mais certo de sua amizade que cuida numqua faltara nele em quanto viuer, pelo que vos emcomendo que vos informeis disto muito particularmente. e que naõ avendo do Reyno que pretende sucessor direito, ordeneis como ele aja a posse dele, se assy he que lhe pertence, porque pela boa emformaçaõ que dele tenho e do seu bom procedimento me averey por servido do que nisto fizerdes, de que me avissareis.

II. Tambem diz que o Preste Joaõ e a Emperatriz sua molher lhe escreuerão duas cartas, mas que naõ ha quem as saiba ler, e que achando quem o fizesse me emuiaria o treslado delas, e que se naõ descuidava de mandar todos os annos quinhentos pardãos aos Portugueses que estaõ naquele Reyno, mas que naõ seria possiuel correr neste prouimento por Luis de Mendonça, a quem tinha detreminado ocupar neste negocio, porque hia entrar na capitania de Barcelor do que lhe eu tinha feito merce; e porque a materia he taõ pia como tereis entendido, e de que terey muito contentamento, vos emcomendo muito emcarecidamente que naõ podendo correr isto por Luis de Mendonça, deis toda a outra boa ordem que for possiuel em cousa taõ importante e necessaria ajudandouos para isso da emformaçaõ e emdustria do dito Luis de Mendonça, que imda que seja ausente bem será que o oucaes no que fez tantos annos, e o que mais eu ouner por bem que façais nesta materia volo mandarey escrever por outra carta nestas vias.

III. E assy me diz que por cartas que tene do capitão e Guazil de Ormuz tinha sabido que o Xá Rey da Persia estaua prospero e quieto em seus Reynos e com saude, com tambem mo beneficiaua por hũa sua carta que me emuiou por vias para a mandar ver, e que o presente que o anno atrás lhe mandaua com a carta que lhe escreuy arribara a Cochim, e lho tornaua a mandar com a mesma carta aquele anno, e que o Mogor mandara a este Rey seu embaixador e fora dele mal recebido, que saõ tudo coussas que folgei muito de saber, de que se segue quanto conuem comseruar-se a amizade

do Xá Rey da Persia como tereis entendido, pelo que vos emcomendo vades continuando com ella como cousa que tanto importa, e me avisels sempre de suas cousas e sucessos, e lhe emuieis a minha carta que lhe agora escreuo em resposta da sua de que vos irá a copia para com ella vos conformardes no que tambem lhe ouuerdes de escrever

IV. Tambem diz que ElRey de Ormuz e seu procedimento he cada vez pior, e que o Guazil serue bem, e que diz que não pode mostrar quaõ afeiçoado he a meu seruiço por respeito do mesmo Rey e pelo parentesco que tem com ele, e porque sobre estas cousas vos tenho mandado escrever pela armada do anno passado o que tereis visto, vos emcomendo que conforme a minhas cartas procedaes, e me avisseis, e senefiqueis ao Guazil que me ey por bem seruido de seu procedimento, se achardes que he ele imda agora tal que mereça este meu recado.

V. E assy escreue que Cide Bem Bareca. arabio, cabeça da cabilda dos Cizares, amda em diferença com os Turcos, e se aproueita de toda a ocassiaõ que tem pera lhe dar muito que entender, e se isto imda agora asy for, rezaõ será que deis o favor que puder ser a este mouro contra os Turcos da maneira que sem de vossa parte aver cabedal que se arrisque se possa conseguir o que disto deueis pretender para meu seruiço.

VI. Tambem me dá conta que o Mogor esteue mui mal tratado de huã ferida que lhe deu huin veado por huã rilha, e que de suas cousas ao presente não tinha opiniaõ de nouo contra o que me tinha escrito, e que nelas avia de estar até ver outras que tivessem mais força que as em que se ele fundaua, e que os Religiosos da Companhia que estauaõ em sua corte o avisavaõ de tudo, e que cumprem inteiramente com sua obrigaçã no seruiço de Deos e meu, pelo que dera as graças ao Prouinoial da Companhia conforme ao que vos tinha emcomendado fizesseis nas vias das náos em que fostes, e que ao Mogor todo o mundo lhe parecia pouco, e que tudo o que

nele ha' cuida que he seu e que se lhe deue, e que dera agora em mandar fazer quinhentos nauios de remo em que pretendia mandar ver o mar de Ormuz e aquella terra, de que tinha auisado Antonio d'Azeuedo, que foi entrar naquella fortaleza, para procurar saber a certeza disto por via de hum feitor seu que tem no Reyno do Cinde e dos mais Portuguezes que andaõ nele, e conformẽ as nouas que tiuesse o avissar; e que o filho segundo do Mogor que estaua sobre a fortaleza de Damanager que he a principal do Reino do Melique, a que acodira valerosamente Chamdebeby, se retirou e recolheo para o Reino de Barara, onde inda estaua sem poder aver nhuã fortaleza do Melique, e do que nisto fez o Visorrey me ey por bem seruido, e vos emcomendo que procureis por todas as vias ter aviso certo dos desenhos do Mogor por ser caso da importancia que vedes, e que comserueis a amizade de Chamdebeby e dos moradores do Reino do Yzamaluco, ordenando, preuenindo, e fazendo nesta matèria tudo o necessario conforme ao cuidado que ela sempre deue dar em quanto naõ tomar outro termo, como seria separandosse o poder do Mogor, ou o que Deos for seruido em beneficio desse estado.

VII. E asy me diz que o Ydalcão vay dando de cada vez mais mostras de sua verdadeira amizade com esse estado, e que dando huã não de meus vassallos á cosia das suas terras mandara que se entreguasse toda a fazenda dela com muita fidelidade e diligencia, e que aqueles Reys se naõ acabauaõ de confederar hũs com outros contra o Mogor como ele o procuraua por suas openiões e pontos, mas que ele naõ perde occasião sobre a ligna que mandou tratar com eles por embaixadores e por suas cartas, e que os Reys da cõsta do Canará e Balalas naõ acodem com as pareas e mais obrigações que tem conformẽ a elas, mas que manda nisso fazer as lembranças e officios necessarios, e tudo o que sobre estas cousas me escreue tenho por de meu seruiço, e vos emcomendo que vades por diante nesta preuenção de unir os Reys

daquelas partes contra o Mogor conforme ao que vos tenho mandado por minhas cartas.

VIII. Tambem me escreue o Visorrey que o Samorim naquele anno mais apertadamente que em nhum outro procuraua pazes com esse estado, e que em demonstração de seu bom animo dera liberdade a hum Religiosso da Companhia que foi catiuo na gualé de Dom Fernando Lobo, e que promete de a dar a todos os Portuguezes e cristãos que estiuermem em seus Reynos e senhórios, e de dar neles lugar pera se fazerem Igrejas, e para em Calecú ou Panane se fazer huã fortaleza no lugar e sitio que melhor parecesse, e faria derrubar a fortaleza de Cunhale, e entregaria alguãs peças de artilharia, e daria arrefens a comprir tudo isto; e por o dito Religiosso da Companhia certificar que o Samorim deseiaua estas pazes ordenara que para a pratica delas fosse áquele Rey outro Religiosso da Companhia que entende e fala muito bem a lingoa, com o qual o Samorim falasse só e sem outra pessoa estar presente, e que tem entendido pelo proueito que lhe pode vir da amizade desse estado deseja que se concluaõ as pazes não admitindo em nhum dos particulares delas nhum dos seus regedores, que como são mouros que ele tem por imigos desse Estado arrecea que se não possaõ concluir tratamdosse com eles, e que sobre esta materia praticara larguamente com Dom Aluoro de Abranches quando o mandara por capitão mór do Malauar, e que alem do que lhe dera por regimento mandara tambem outro Religiosso da Companhia de credito e autoridade antre os Malauares para tentar a verdade deste negócio, de que esperanz por oras a resolução, que se viesse a tempo emuiaria com as vias, e senão mo escrereria por terra e considerando eu a importancia desta materia, vos emcomendo que trabalheis por se concluirem estas pazes se ja não forem feitas, melhoramdoas na melhor forma que puder ser e seguramdoas muito nelas, e tratando inda mais do desfazimento de Cunhale que do fazimento de nouas fortalezas, posto que bom será a concessão de tudo.

IX. E así diz que El Rey de Cochim cada vez se mostra menos afeicoado ás cousas de n'ossa santa fé estro-uandoas com tanta cautela e disimulaçã que não se possa claramente entender que he ele nisto parte, e que também fauorece pouco as cousas de meu serviço com a meema cautela, mas que nas occasiões que se oferecem lhe escreue com todo o respeito denido, e o mesmo tem a seus requerimentos e cartas, e lhe emuiara a que lhe mandy escrever na via que se abrio, e mandara também ao Principe seu sucessor a que hia para ele, como o qual corria mais familiarmente e se fiaua dele em tudo, a que o Principe respondia com a mesma confiança e amor, e posto que deste Rey ha muito tempo que me fazem queixas, vos emcomendo trabalheis de irdes temporizando com'ele e comseruando sua amizade, e em expecial a do Principe de maneira que se lhe não dê occasiã de queixa (com que por ventura ele folgaria para desculpa de outras cousas) e se façã as de meu serviço em que ele interuier.

X. Também diz que o Cotubuxa, Rey de Masulapataõ, mandara avia dous annos seu embaixador para se jurarem pazes, de que se fez asento, e que para ele as jurar em seu Reyno pedira a Matias de Albuquerque lhe mandase huã pessoa, e lhe emuiara hum Francisco Ferreira d'Almeida, que vindo as dilacões, entendendo que sua estada naquela corte avia de ser vagarossa pelo menos em quanto fossem e viessem as náos que tinha mandado a Meqa, se tornára com assaz perigo, e que despois soubera que aquelle Rey tinha detreinado de mandar outro embaixador para dar satisfacão do passado, e que ussava destas manhas para de todo se não quebrar com ele. E que El Rey Dom. João de Ceilaõ he bom cristão, mas demasiadamente prodigo, e não tem entendimento para governar a sy nem a seus vasillos, mas que tinha mandado que se lhe fizesse toda a cortezia denida ao nome de Rey cristão, e que sua mulher era tirana e pouco fiel, e que tem hús sobrinhos de que arrecea

que pelo tempo em diante dêem algum trabalho a esse estado, o que iria atalhando quanto lhe fosse possível; e do modo em que procedeo com estes Reys me ey por bem servido, e vos encomendo que sendo os sobrinhos desta Rainha inquietos, e de que se possa ter algũa suspeita os façaes ir para a cidade de Goa, ou deis nisto a ordem que virdes que mais comuem. Escrita em Lisboa a 15 de Janeiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VissoRey da India.—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante e VisoRey da India:

(Livro 2.º fl. 488.)

308.

Eu ElRey faço saber aos que esta minha prouissaõ virem que por alguns respeito de serviço do Deos e meu e bem da justiça, ey por bem que daqui em diante todas as residencias que se tomarem aos capitães das fortalezas da India, se emuiem depois de vistas e despachadas na Relaçã de Goa, a messa do desembargo do paço deste Reyno por tres vias nas primeiras naõs, para nela se verem conforme ao que nisto tenho ordenado pelos ditos respeito; e mando ao meu Vissorrey e Governador das partes da India, que ora he e ao diante for, e ao Chanceler, e mais desembargadores da dita Relaçã de Goa que cumpraõ e goardem inteiramente esta prouissaõ, que se registará nos liuros da dita messa do desembargo do paço, e nos da dita Relaçã de Goa, e valerá.

como carta comessada em meu nome e passada por minha chancelaria posto que por ela não passe sem embargo das Ordenações do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres a fez em Lisboa a xv de Janeiro de mil e quinhentos nouenta e oitó. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Sobre as residencias que se tomarem aos Capitaes das fortalezas da India se emuiarem depois de vistas e despachadas na Relaçã de Goa a este Reino ao desembargo do paço.—Para Voassa Magestade ver—2.º via.

(Livro 1.º fl. 85)

309.

Reverendo Bispo, amigo. Eu ElRéy vos emuió muito saudar. Receby duas cartas vossas, de dous, e seis de Janeiro do anno passado de 97, e vy-o de que por elas me daes conta, e lembrança que tendes de me avisar das coussas de meu seruico, e tiue contentamento de me dizerdes que as de Ceilaõ ficauã no melhor estado que nymqua tiueraõ, por seu morto o aleuantado Domingos Correa, com que se quietaraõ os Reynos de Colta e Ceitanaqua, que saõ a maior parte daquela Ilha, e tambem me escreueis que, como aqueles Reynos estivessem pacificos, seria necessario neles mais Religiosos, porque não bastauã os da Ordem de São Francisco desse estado, se deste Reyno não fossem muitos, para promulgarem o Evangelho naqueles Reynos, e agradeçonos a lembrança que sobre isto me fazeis, e eu tenho ordenado aos ministros desta Ordem que procurem de mandar nas naos da armada, deste anno os mais Religiosos que poder ser para este tão necessario e devido e feito, e na armada do anno passado mandey escrever ao VisoRey e aos Supe-

riores das Ordens desse estado que ordenassem como os Religiosos que tivessem a seu cargo promulgar o Evangelho e doutrinar os já convertidos á nossa santa fé soubessem a lingua das terras omde andassem occupados nesta obra, e lho torno a mandar escreuer na armada deste anno.

II. E quanto a Dom Joaõ Rey de Ceilaõ dar aos Religiosos de Saõ Francisco a remda dos pagodes daquela ilha ha muitos annos por huã pronisaõ sua que eles pretendem que lhe eu confirme, e dizeis que não será serviço de Deos e meu confirmarse, senaõ mandar fazer esmola aos obreiros desta cristandade do que lhe for necessario para seu mantimento pela remda dos mesmos pagodes, pareceome muito bem esta vossa lembrança, e conforme a ela mando ao Conde Visso Rey que proceda nisto, e que me avise da despesa que fizestes na visitaçaõ do arcebispado de Goa no tempo que o gouernastes, de que lhe dareis conta para por esse respeito vos fazer a merce que ouuer por bem.

III. E tambem aprono a lembrança que me fazeis pera o Santo Padré deuer de comceder que aja Leguado seu nesse estado, pera o que com muita rezaõ apontaes a Dom Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa, pelas muitas partes que nele comcorrem; e por ser materia já uista por mim, a mandei apresentar ao Santo Padre, e vimdo a sua repostas a tempo irá nas náos desta armada.

IV. Os liuros que pedis para o coro da vossa Sé e assy os misaës e breuarios tenho mandado se vos emuiem, e o Secrétario Diogo Velho vos avissará dos que saõ, e por que pessoa e não vaõ, e para mandar confirmar a prouisaõ que passou o Vissorrey Matias de Albuquerque pera na feitoria dessa cidade de Cochim se pagarem aos Clerigos do vosso bispado seus ordenados, será necessario que a emueis ao dito Secretario pera se ver, e vos mandar responder como parecer que mais couem.

V. Agradeçouos o zelo e cuidado com que procurastes de

se averem os quinhentos cristãos de Santhomé para me irem servir na conquista de Ceilaõ para cujo soldo me escreueis que vos mandou o Visorrey Matias de Albuquerque oito mil pardãos, e que não ounera isto effeito por faltara ajuda que ElRey de Cochim a isto não deu, e folgei de saber quaõ diferentemente o Principe de Cochim procede nas cousas da cristandade e nas de meu serviço, e eu lho agradeço na carta que lhe mando escreuer por esta armada.

VI. Com o vosso aviso de ser falecido o Arcebispo da Serra Mar Abram tenho dado ordem na promissaõ desta prelazia que he de minha apresentação como todas as desses partes, sobre que tenho escrito ao Santo Padre, e o que nisto se ordenar (que imda agora quando se esta carta faz se não sabe que effeito terá) entendeis do Arcebispo de Goa, a quem o mandarey escrever antes da partida destas nãos.

VII. E sobre a inquietação que dizeis que vos dá a Misericordia dessa cidade de Cochim por os Irmaõs dela terem nela aos Domingos e dias de Nossa Senhora missas cantadas, a que aode a gente que he obrigada a ir á Sé, mando escreuer ao Arcebispo de Goa que tome informação deste caso e o componha no melhor modo que a ele e a vós parecer. Escrita em Lisboa a 15 de Janeiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Bispo de Cochim—2.ª via.

(No Sobrescripto.)

Por ElRey.

Ao Reuerendo Dom Frei André de Sancta Maria, Bispo de Cochim, do seu conselho—Segunda via.

(Livro 7.º A. 102)

310.

Eu ElRey faço saber aos que este alvará virem que por eu ser informado que os capitaes das fortalezas da India occupaõ geralmente nas feitorias de suas fazendas pessoas da naçaõ dos cristãos novos e gentios, per cujos meios as fazem, de que resultaõ muitos inconuenientes em perjuizo de meu seruiço e do bem das partes, ey por bem e mando que da publicaçaõ deste na India em diante nhum dos ditos capitaes de qualquer fortaleza que seja por nhum caso tenha feitores da naçaõ nem gentios, e mando que nas residencias que se haõ de tomar aos ditos capitaes se perguntem nelas por este caso, e que contra os que nele forem comprehendidos se proceda logo com as penas dos que naõ cumprem minhas defesas e mandados, que se executaraõ neles sem apelaçaõ nem agrauo, nem poderaõ perdoar a dita pena nem parte dela, nem dispensar em cousa alguã desta prouissãõ os meus Visorreys e Governadores da India por nhum caso que seja, aos quaes mando que na forma que se nesté contem o cumprã e goardem, e façaõ cumprir e goardar inteiramente, porque assy o ey por meu seruiço, e que tenhaõ cuidado de tanto que as ditas residencias forem tomadas, me avisarem do que por elas se achar nestes cassos para eu alem das ditas penas mandar proceder com as mais que ouuer por bem contra os ditos capitaes, e este se registará nos liuros da Relaçã de Goa, e se ajuntará aos capitulos dos cassos de que se hade tomar residencia aos ditos capitaes conteúdos na prouissãõ que tenho mandado ás ditas partes, e se registará tambem nos liuros de minha fazenda deste Reino, e da casa da India, e das feitorias dela, e huã das vias dele se lançará na torre do tombo de Goa, e valerá como carta começada em meu nome e passada por minha chancelaria posto que per ela naõ passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez

em Lisboa a 16 de Janeiro de 1598. E eu o Secretario Diogo Velho o fez escrever

PRINCIPE.

Miguel de Moura,

Sobre os Capitaes das fortalezas da India não terem por seus feitores pessoas da nação nem gentios:—Pera Vossa Magestade ver—2.ª via.

(Livro 1.º fl. 89)

311.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emvio muito saudar, como aquele que amo. Eu sou informado que os Vissorreys e capitaes das fortalezas desse estado cobrão algũa vezes os rendimentos dele, e ordenão por sua via as despesas que os mous tisqueiros e feitores haõ de fazer por obrigaçaõ de seus cargos, a-veindos-lhes para isso de carregar em receita os taes rendimentos de que eles haõ de dar conta, de que resultaõ muitos inconvnientes, e faltarem os ditos rendimentos para as obrigaçoẽs de minhas armadas e fortalezas, pelo que vos emcomendõ e mandõ que daqui em diante, cesse esta desordem tanto contra meu serviço e boa arrecadaçaõ de minha fazenda, e que deixeis liuremente receber aos tisqueiros e feitores os rendimentos que sobre eles carregã, e quando neles fizerem o que não deuem prouereis nisto com o castigo que merecerem, e os suspenderẽis quando comprir, prouendo os ditos cargos em pessoas de confiança, e este he o caminho ordinario com que se deue dar remedio a estas coussas, e não com se inuarem outras extraordinarias e escandalossas.

II. Multo vos emcomendo que procureis que se acabe a fortificaçaõ de Goa, e que nisto só se despenda o dinheiro do hum por cento que estãer arrecadado ou se for arrecadando, por ser materia de tanta consideraçaõ e importância que não he necessario emcarecela, e presente vos deue ser que a-veindose isto sempre por taõ neces-

sario nos tempos passados se deuem ponderar os futuros.

III. E porque sou informado que os embaixadores do Daquem se partiraõ dessa cidade de Goa mal contentes assy de não leuarem reposta do que pretendiaõ das pazes, como por se não darem por bastantemente prouidos no tempo que hay estiueraõ, tiue disso descontentamento, e vindo como tem dado mostras de desejar a amizade desse estado, vos emcomendo que tenhaes muita conta com este Rey e respeiteis todas suas cousas, porque não conuem telo por imigo descoberto, mormente em tempo que as náos de Olanda vaõ ter áquelas partes, como vos já tenho mandado escrever por outras cartas antes da data desta.

IV. Tenho entendido que por respeitos particulares sendo algũs deles de pouco momento, os Visorreys deixaõ de ocupar nas armadas e outras cousas que se oferecem os fidalgos que tem partes e esforço para me bem servirem nelas, emcarregando destas cousas a mestizos e a pessoas nãdas nessas partes, de que resultaõ muitos inconuenientes, pelo que vos emcomendo muito em carecidamente que esta seja huã das cousas de que mayor cuidado tenhaes, entendendo que disimulando as per que se pode passar, e castigando as que o merecerem, he gouerno de menos escrupulo, e que ocupeis e fauoreças os homens de merecimento e partes conforme ao talento de cada hum, mudandoos de huã cousas para outras quando asy for necessario, para se escusarem occasiões, e atalharem inconuenientes que poderiaõ as vezes resultar mais disto que das faltas dos mesmos homens, que inda quando ha muitos, he prudencia servir de todos, quanto mais avendo nessas partes taõ poucos que se deuem nelas comseruar. Escrita em Lisboa a 26 de Janeiro de 1598.

PRINCIPE:

Miguel de Moura

Para o Conde Almirante, Visorrey da India, 2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e Viso Rey da India.

(Livro 2.º fl. 428)

312.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu El Rey vos emuo muito sandar, como aquele que amo. O Arcebispo de Goa me escreueo que alguns Religiosos de São Francisco entranaõ das Felipinas no Japaõ, e posto que os annos atrás tinha mandado que o naõ fizessem, vendo agora que juntamente me escreue o dito Arcebispo que foraõ lá bem recebidos do tirano, e tratanaõ com os Religiosos da Compahia de Jesu de repartirem entre sy as terras em que aviaõ de promulgar o Sancto Evangelho, me parece que os que saõ entrados no Japaõ deuem ficar lá debaixo da obediencia do Custodio de Malaca, e que daqui em diante naõ vaõ outros maes das Felipinas, e que da dita Custodia de Malaca se emniem os que ounerem de ir, e mando pedir ao Santo Padre o mande asy por seu Breve, porque inda que isto se pudera ordenar por via do Geral de São Francisco como Prelado supremo de todas as Prouiucias da sua Ordem, ficará asy mais firme por Breue apostolicó.

II. Tambem me escreue o dito Arcebispo que lhe parece seruiço de Deos e bem da cristandade daquelas partes naõ se entregarem as emprezas dela a huã só Religiaõ de tal maneira que naõ seudo ela capaz de acudir a tudo, naõ entrem nelas as outras, porque naõ será justo que se percaõ as almas e se naõ dilate o Evangelho por muitas partes, pelo que hey por bem que daqui em diante vos com o dito Arcebispo e com os Inquisidores dessas partes façaes repartiaõ das prouincias antre os Religiosos para este effeito, e que quando parecer que em algũ delas deuem entrar mais Ordens que huã, se ordene asy:

repartimdoas por distritos entre os Religiosos que ouuerem de entrar, para que cada huã Ordem acuda ao seu, e desta maneira se acodirá a necessidade que cada provincia tiuer, e encomendouos que façais esta repartição na forma que neste capitulo vos digo, e ordeneis que se diga aos dños Religiosos que apremdão as linguas das terras ou Igrejas que tiuerem a seu cargo, como já o tenhõ mandado nas vias do anno passado, com cominaçaõ que se o não fizerem se lhes tiraraõ as ordinarias que tem de minha fazenda, por se ter entendido que sem isto se não applicaraõ a aprendelas, sendo cousa a que já deueraõ ter satisfeito sem esperar serem aduertidos de materia clara e de tanto sua obriguacaõ que a não podem ignorar.

III. O VissoRey Matias d'Albuquerque me escreueo que ele tiuera cartas do Preste Joaõ que me não enuiaua por não achar quem as traduzisse em Portuguez, e porque isto mesmo poderá acontecer outras vezes asy nas cartas do Preste como em alguãs, de outros Princepes daquelas partes, me pareceo mandaruos aduertir que as cartas que tiuerdes para me emular (ou para mim, ou para vós, ou para outrem) não deixem de vir por não aver quem as treslade em portuguez, porque não faltaõ cá pessoas que o saibaõ bem fazer, e poderia ser de muito inconueniente a dilaçaõ de por esta causa me não serem enuiadas as ditas cartas, de que lá pode ficar huã copia até que se ache quem as traduza, e virem nas vias as proprias cartas.

IV. E vendo o que o dito Arcebispo me escreue sobre a falta que tem os Christãos Portuguezes que estão nas terras do Preste Joaõ de sacerdote para lhes administrar os sacramentos, que diz que lhe anda procurando, vos emcomendo ordeneis como seiaõ prouidos com este Religioso vista a necessidade que dele tem; e porque também me escreue que padecem muitas necessidades, ey por bem que daqui em diante se lhe emulem mil pardãos desmola para ajuda de sua mantença, posto que até aqui ounessem quinhentos pardãos somente, porque ey

neles este acrecentamento portão bem empregado como averey todos os mais fauores que lhes fizerdes pela conta que he rezaõ que se tenha com o seu desemparo sendo christãos e Portuguezes, e vereis sempre as suas cartas (de que cá me são emuiadas alguãs por via de Luis de Mendoça de Dio) e lhes fareis responder a elas animandoos e consolandoos com a lembrança que deles tenho.

V. O dito Arcebispo me escreue que os VisoReys desse estado tem passadas alguãs prouissoes em fauor dos infieis no que toca a seus pagodes e sirimonias, e por serem em perjuizo da cristandade dessas partes, ey por bem que se reuejaõ pelo dito Arcebispo e pelos Inquisidores e theologos que residem nessas partes, para as que forem escrupulossas se derogarem, e vos emcomendo façaes goárdar a prouissaõ que sobre esta materia mandey passar.

VI. E porque diz que por ser gastado o dinheiro que se deu pela viagem da China de que o Senhor Rey Dom Anrrique meu tio, que Deos tem, fez merce para a obra da Sé nona, e o Visorrey Matias de Albuquerque lhe tirar os sonogados e descaminhados que tinhaõ para a dita obra, se não trabalhaua nela agora, ey por bem que daqui em diante os tornem a auer para o mesmo efeito, e vos emcomendo ordeneis como se não faça deles outra nhuã despesa. Escrita em Lisboa a 26 de Janeiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Condé Almirante, Vissorrey da India.—2.ª via.
(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Condé da Vidigueira, do seu conselho, Almirante e Vissorrey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º f. 470)

313.

Conde Almirante, Visorey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar, como aquelle que amo. A cidade de Malaca me escreueo que o Visorey Mathias d'Albuquerque os obrigara pagar direitos por sayda das fazendas que daquella cidade hyaõ para S. Thomé, Pegu, Bengalla, e outras partes, pedindome fossem escusos dos taes direitos, e porque sem uossa informação se lhes naõ pode responder a isto, vos encomendo saibaes por que prouisaõ ou mandado se puse raõ estes direitos, e as causas que ouue para isso, e o que poderaõ importar a minha fazenda, e o dano que recebem os moradores daquella cidade em lhe serem postos, e de tudo me auisareis muito particularmente com uosso parecer.

II. E assy me escreue a Camara da ditta cidade sobre mandar levantar a defesa do comercio desse estado para as Felipinas, que lhe estranho na reposta disto, porque naõ ha que trattar de deixar de hauer effeito a ditta defesa, em que se procedeo com fundamentos claros da importancia de que he para o seruiço de Deos e meu, e bem desse estado; pello que de nouo vos encomendo e mando que façaes cumprir a ditta defesa inteiramente; e porque a mesma Camara me escreue que os Capitaães de Malaca sem embargo da defesa correm com o dito comercio, mandey passar a prouisaõ que vay nestas uias para cada anno se tirar de uossa deste caso conforme a ella, de que tereis particular cuidado, e me escreuereis cada anno o que nisto se fizer.

III. Tambem dizem que os feitores dos Capitaães da mesma fortaleza tiraõ em tres annos cincoenta, sessenta mil cruzados das licenças, das drogas e fazendas que se pesaõ na alfandega della, em que o tendimento da ditta alfandega recebe muy notavel danno, e que os officiaes della saõ opprimidos e mandados pellos ditos feitores, e porque he materia esta a que conuem darse

logo remedio, vos encomendo que precedendo a informaçã necessaria lho deis pello modo, e com a breuidade que requiere.

IV. E assy me escreue que sera meu seruiço mandar deste Reyno huã não em direitura a Malaca a carregar de pimenta, como os annos atrás se fazia, e por ser informado que as alfaudegas de Goa e Cochim ficã perdendo os direitos das drogas que nellas deixariaõ de entrar, se de Malaca vierem direito ao Reino, e que indo a Cochim e a Goa se carregaõ nas naos deste Reyno, com já terem pago seus direitos nas ditas alfandegas, e vem as naos juntas, e com menos risco que a que parte só de Malaca, com viagem incerta de quando pode chegar a Santa Helena e ás Ilhas dos Assores, vos encomendo que trateis este negocio mui particularmente com pessoas de experiencia, e me auiseis com vosso parecer. Escritta em Lisboa a 10 de febreiro de 598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.º via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 400)

314.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. En ElRey vos emuo muito saudar, como aquelle que apõ Estando com muito desejo de ter nouas vossas e esperando que querendo Deos chegariaõ por terra, quando mais tarlassem, por todo janeiro, foi ele seruido que assy fosse com as vossas cartas de Manbaca de oito de Abril do anno passado, com que se confirmou a mesma no-

ura que avia poucos dias que viera por Fraindes aonde
foi de Veneza; e receby taõ grande contentamento como
era rezaõ que q eu tiuesse de terdes passado a viagem a
saluamento (inda que com os trabalhos e perda de gente,
de que me daes conta) que me pareceo significaruolo
por esta carta particular, sem nela vos tratar de maes
cousas, e por outra vos mandarey responder á dita
vossa carta de Monbaça, que irá nestas vias, das quaes
estaus já feita muita parte quando me foi dada, e es-
pero que com a vossa boa chegada a Goa tereis pro-
uido nas cousas de meu serviço de tal maneira que
no tempo que tiuestes (de maio, em que serieis na In-
dia, até dezembro, em que denieis procurar qre partis-
sem as náos que este anno se esperaõ) averia tanto me-
lhoramento em tudo, que disse me possaes mandar nas
mesmas náos taes novas que as deua eu ter por muito
boas. Escrita em Lisboa a 10 de feuerceiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Viso Rey da India.—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigeira, do
seu conselho, Almirante e Viso Rey da India—Segun-
da via.

(Livro 2.º fl. 458)

315.

Conde Almirante, Viso Rey amigo. Eu ElRey vos
emiuo muito sandar, como aquele que amo. Por outra
carta vos escreuo sobre a ley e prematica, que mandey
fazer do modo de falar, e escreuer, para da publicacão
dela em diante se ussar em meus Reynos e senhurias,
de que nas vias destas náos iraõ treslades autenticos a-
selados do meu selo, e asinados pelo Chanceler mór, se-

gunco forma da dita ley, deregidos ao Ouvidor geral desse estado, e aos Ouvidores das fortalezas dele, e tambem vay o treslado de huã minha prouissão passado na mesma forma sobre se não pôrem nas cartas e quaesquer aluarás e prouissoes, que forem asinadas por mim, ou feitas em meu nome, na mesma lauda em que estiuer o meu sinal asentos alguns, certidoes, registos, juramentos, posses, nem mandados, e que tudo se faça nas costas das taes cartas, prouissoes, ou aluarás, como mais largamente isto com outras cousas na dita prouissão he declarado, a qual fareis outrosy cumprir juntamente com a dita ley e prematica dos estilos de falar e escreuer; de que me pareceo mandaruos avisar por esta carta; e alem dos ditos treslados autenticos iraõ tambem nestas vias mais copias impressas de ambas as ditas prouissoes, para com mais facilidade e diligencia ser notorio a todos o que por elas tenho ordenado. Escrita em Lisboa a x de feureiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VisoRey da India—2.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India..

(Livro 2.º fl. 412)

Ley dos estilos de escreuer, e falar.

Dom Philippe per graça de Deos Rey de Pórtugal, dos Algarues, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçãõ, e commercio da Ethicpia, Arabia, Persia, e India, &c. Faço saber aos que esta minha Ley virem, que sendo eu informado das grandes desordens, e abusos que se tem introduzido no

modo de falar, e escrever, e que vão continuamente em crescimento, e tem chegado a muyto excessos, de que tem resultado muytos inconuenientes, e que conueria muyto a meu serviço, e ao bem, e sossego de meus vassallos, reformar os estilos de falar, e escrever, e reduzi-los a ordem, e termo certo, e praticandoo, e tratandoo com pessoas do meu Conselho, e outras de lettra, e de experiencia, ordeney de prouer nisto na forma, e maneira ao diante declarada.

✠ Primeiramente, posto que se podia escusar nesta Ley tratar-se de mim, nem de outras pessoas Reaes, todavia, para que melhor se guarde, e cumpra o que toca a todos: Ordeno, e mando que no alto das cartas, ou papeis que se me escreverem se ponha, *Senhor*, sem outra cousa, e no fim dellas, *Deos guarde a Catholica pessoa de Vossa Magestade*: e no fim da lauda em que se rematar a carta, se porá o sinal de quem a escrever, sem outra cousa alguma; e no sobrescripto se porá, *A El Rey n sso Senhor*. E os Duques e Marquesses, e seus filhos primogenitos sómente poderão por no sobrescripto, *A El Rey meu Senhor*: e o mesmo sobrescripto poderão pôr todos os mais filhos dos Duques alem do primogenito que tiuerem parentesco com a Coroa Real dentro do quatro grão, contando conforme a direito Canonico. E quando não tiuerem o dito parentesco, ou não estinerem dentro do dito grão, não poderão por o dito sobrescripto, nem o poderá pôr outra alguma pessoa de qualquer qualidade, dignidade e condição que seja.

Que aos Principes herdeiros, e successores destes Reynos, se escreua pello mesmo modo, mudando a *Magestade* em *Alteza*: e no remate, e fim da carta se dirá, *Deos guarde V Alteza*.

Que com as Raynhas destes Reynos se guarde o mesmo estilo, e ordem que com os Reys. E com as Princesas dellas o mesmo que está dito, que se hade ter com os Principes.

Que aos Infantes e ás Infantes se fale, e escreua por *Alteza*, e se lhes escreua no alto da carta, *Senhor*, e no fim della

Deos guarde Vossa Alteza: e no sobrescripto, Ao Senhor Iffante N. ou á Senhora Iffante N. Porem quando se escrever, ou disser absolutamente, Sua Alteza, se hade tribuir somente ao Principe herdeiro, e successor destes Reynos.

Que aos genros, e cunhados dos Reys destes Reynos, e a suas noras, e cunhadas, se faça o mesmo tratamento que aos Iffantes: e que a nenhũa outra pessoa se possa fallar, nem escrever por *Alteza*.

Que aos filhos, e filhas legitimos dos ditos Iffantes se ponha no alto da carta. *Senhor, e no sobrescripto, Ao Senhor Dom N. ou á Senhora Dona N. e se lhe escreva, e fale por Excelencia.*

Que a nenhũa outra pessoa por grande estado, officio, ou dignidade que tenha, se fale por *Excelencia*, de palaura, nem por escripto, senaõ aquellas pessoas a quem os Senhores Reys meus antecessores, e eu tiuermos feito merce que se chamem, e falem por *Excelencia*. como elles, e eu a temos feito ao Duque de Bragança, nem se falará assi mesmo, nem escreverá a nenhũa pessoa por *Senhoria Illustrissima, nem Reuerendissima*, e ao Arcebispo de Braga, como a Primás, se poderá falar, e escrever por *Senhoria Reuerendissima*.

Que aos Arcebispos, e Bispos, e aos Duques, e a seus filhos que eu mandar cobrir, e aos Marquezes, e Condes, e ao Prior do Crato, sejaõ obrigados todas as pessoas de meus Reynos a escreverlhes, e falarlhes por *Senhoria*, e naõ a outra pessoa alguã.

Que aos Visoreys, ou Governadores, que ora saõ, e pello tempo forem destes Reynos (que naõ tiuerem comigo o parentesco contheudo nas promessas feitas aos ditos Reynos) sejaõ todas as pessoas delles obrigados a escrever, e fallar por *Senhoria* em quanto servirem os ditos cargos.

Que ao Regedor da Justiça da Casa da Suplicaçaõ, e Governador da Relaçã do Porto, Vedores da Fazenda, e Presidentes do Desembargo do Paço, e Mesa da Consciencia e Ordens, no tempo em que estiuerm em seus

tribunaes, falem por *Senhoria* todas as pessoas que nelles entrarem, e o mesmo fayaõ nas petições, e papeis que se lhes escreverem, e ounerem de apresentar, estando assi mesmo nos seus Tribunaes, e quando estipereem fora delles se lhes naõ poderá fallar, nem escrever por *Senhoria*.

Que aos Embaixadores que tiuerem assento na minha Capella, e a qualquer outra pessoa, que por algum respeito eu mandar cobrir, se possa escrever, e falar por *Senhoria*, o que se naõ poderá fazer com outra pessoa algũa.

Que nas partes da India escrenaõ, e falem por *Senhoria* ao Visorey, ou Governador, dellas, todas as pessoas que lá andarem.

Que no estilo de escrever hũas pessoas a outras, se guarde geralmente sem excepção algũa a ordem seguinte. Começará a carta, ou papel pella razão, ou pello negocio sobre que se escrever sem pôr debaixo da Cruz no alto, nem ao principio da regra nenhum titulo, nem letra, nem cifra que o signifique: e acabará a carta dizendo, *Deos Guarde Vossa Senhoria*, ou *vossa merce*, ou *Deos vos guarde*, e logo a data do lugar, e do tempo, e após ella o final sem outra cortesia no meo.

E toda a pessoa que tiuer titulo de Duque, Marques, ou Conde, Visconde, ou Baraõ, quando fizer o seu sinal nas cartas, e em quaesquer outros papeis, e escripturas, declarará o titulo que tiuer, e o nome do lugar donde e tiuer.

Que nos sobrescriptos se ponha ao Prelado a dignidade Ecclesiastica que tiuer, e ao Duque, Marques, ou Conde, Visconde, ou Baraõ a de seu titulo, e aos fidalgos, e outras pessoas seus nomes, e apelidos, e a cada hum dos nomeados neste capitulo a dignidade, ou grão de letras, que tiuerem, e aos que forem criados meus, o foro que em minha casa tiuerem.

Que desta ordem se naõ possa exceptuar, nem exceptue o vassalo escreuendo ao senhor, nem o criado a seu amo, porem os officiaes das Camaras das Cidades, Villas, e Lugares, que escreverem aos senhores deles que tiuerem

doaçãõ minha para se poderem chamar senhores dos taes lugares, põraõ nos sobrescritos das cartas: *A. N.—Da camara da sua vila de N.*

E os pais aos filhos, e os filhos aos pais, e os irmãos aos irmãos, poderaõ alem do nome proprio acrescentar o natural, e tambem antre o marido, e a mulher declarar o estado do matrimonio, se quizerem.

Que ás mulheres se faça o mesmo tratamento por escrito, e de palaura, que conforme ao que está dito se ha de fazer a seus maridos.

Que aos Geraes, e Prouinciaes das Ordens se possa falar, e escrever por *Paternidade*, e aos mais Religiosos por *Reuerencia*, e no sobrescripto se lhes poderá pôr alem do nome, o officio, ou grão de letras que tambem tinerem, mas em presença dos Geraes não se chamará *Paternidade* a ninguem senão a elles.

Outrosi pôr alalhar os excessos que se vão introduzindo, pondo coroneis nos escudos de Armas, e sinetes, e réposteiros as pessoas que os não podem pôr, ordeno, e mando que nenhuma pessoa possa pôr coroneis nos taes sellos, ou reposteiros, nem em outra parte alguã em que ouuer Armas, excepto os Duques, e seus filhos, Marqueses, e Condes, pondoos porem regulados conforme á calidade do titulo de cada hum, que mandarei declarar por Rey de Armas Portugal, a quem para isso se dará ordem, tomandose delle, e doutras pessoas praticas na nobreza as informações necessarias.

E os que não cumprirem, e guardarem inteiramente em todo, ou em parte o contheudo nesta minha Ley, encorrerãõ pella primeira vez em dez mil reis, amétade pera o accusador, e a outra para captinos, e pella segunda em vinte mil reis repartidos pella ditta maneira, e isto as pessoas que tinerem calidade de fidalgos até cavaleiros, e as outras pessoas de menor calidade encorrerãõ em pena dez cruzados pella primeira vez, e hum anno de degredo fora do lugar e termo, e pella segunda em vinte cruzados, e hum anno de degredo pera Africa: e sendo comprehendidos mais vizes, seraõ condenados em môres pe-

nas, segundo o arbitrio do julgador, tendo respeito ás calidades das pessoas culpadas, e á continuação de sua culpa, alem do desprazer que eu por isso receberey, com que mandarey prouer no que for necessario, que sendo a mór pena de todas, he de crer que não auerá quem dê occasiã a isso; e mando a todas as justiças destes meus Reynos, e Senhorios, que tenhaõ particular cuidado de executar as ditas penas naquelles que não cumprirem inteiramente esta Ley. E para que a todos seja notoria, mando ao Chanceller Mór que a publique em minha Chancellaria, e enuie logo o traslado della sob meu sello, e seu sinal, a todos os Corregedores, e Ouvidores das Comarcas dos ditos meus Reynos, e Senhorios, aos quaes mando que tambem a publiquem nos lugares onde estiuerm, e a façã publicar em todos os mais de suas Correições, e Ouvidorias, e enuiem disso suas certidoes ao Chanceller Mór, e registarscha no liuro da Mesa do Desembargo do Paço, e nos liuros das Relações das Casas da Suplicação, e do Porto. E esta propria se lançará na torre do tombo. Joã Falcã a fez em Lisboa a 16 de Setembro de mil e quinhentos nouenta e sete. E eu o Secretario Lopo Soarez a fiz escrever. (a)

Provisão.

Eu ElRey faço saber aos que esta minha Prouisaõ virem, que poreu ser informado dos desconsertos, e indecencias, com que nas Cartas, e Prouisoes minhas se lançaõ algũs assentos, e certidoes de verbas, posses, juramentos, e registos, e outras diligencias: e querendo nisso prouer, ey por bem, e mando, que em todas as Cartas, e quaesquer outros Aluarás, ou Prouisoes, que forem assinadas por mim, ou feitas em meu nome, se não possaõ pôr na mesma lauda, em que estiuier o meu sinal, assentos algũs, ou certidoes de verbas, registos, juramentos, posses, nem mandados que se cumpiraõ,

nem de quaesquer outras diligencias: e que todos estes se façã nas costas das taes Cartas, Prouisoẽs, ou Alvarãs: e que nas ditas certidoẽs, e assentos se naõ possaõ nomear por Senhores quaesquer Ministros, que derem as ditas posses, e juramentos, ou fizerem as ditas diligencias, nem as pessoas com que se fizerem, e que outrosi em quaesquer autos, ou escripturas publicas se naõ nomeem pessoas algũas por Senhores, nem os officiaes ante quem os taes autos ou escripturas se fizerem, o que todos assi cumpriraõ, e guardaraõ inteiramente, sob pena de suspensã de seus officios até minha merce, e de vinte cruzados, ametade pera o acusador e a outra ametade pera os raptiuos, pela primeira vez, e quando algũa encorrerem nesta pena outras vezes, alem della procederaõ os julgadores contra elles, com as penas que mais lhe parecer, segundo seu arbitrio, tendo respeito á continnação dos culpados. E pera que ninguem possa allegar ignorancia do contheudo nesta Prouisaõ, mando ao Chanceller Mór que a faça publicar na Chancellaria, e que enuie os treslados della sob meu sello, e sen sinal, a todos os julgadores de meus Reynos, e Senhorios, aos quaes mando que tenhaõ muito cuidado de a fazer cumprir, e guardar como nelle se conthem, e registrar-seha nos liuros do Desembargo do Paço, e das casas da Suplicaçaõ e do Porto, e valerá como carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, posto que o effeito della aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ do segundo Liuro, titulo vinte, que o contrairo dispoem. Francisco Matoro a fez em Madrid a iij de Agosto de mil quinhentos e nouenta e sete. Antonio Moniz Dafonseca o fez escreuer. (a)

316.

Conde Almirante, Vissorrey, amigo. Eu ElRey vos emulo muito sandar, como aquele que amo. Por até o pre-

sente se não pôder ordenar pessoa das partes e talento que se deseja para me servir no cargo de Veedor da fazenda em Cochim, me pareceo mandar agora escrever a Dom Antonio de Noronha, capitão daquela cidade (a que o Viso Rey Matias de Albuquerque proueo do dito cargo, de que me obtie por seruido) fosse continuando neste até mandar de cá pessoa que o sirua pela importancia de que he prouetse aquele cargo em pessoa de muita confiança, e em que comcorra as partes necessarias, e em tempo que o cabedal para a compra da pimenta vay por conta de minha fazenda; pelo que vos encomendo muito emparecidamente que em tudo o que para este effeito for necessário lhe deis toda ajuda e fauor, com que espero que se consigua o intento de partirem as naos com boa carga da pimenta, e não sobrecarreguadas de outras fazendas, e tão cudo que com ajuda de Deos venhão a saluamento a este Reyno. Escrita em Lisboa a 19 de feuerreiro de mil quinhentos nouenta e oito.

PRINCIPE.

Miguel de Moura,

Para o Conde Almirante, Viso Rey da India.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por El Rey:

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante, e Viso Rey da India,—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 410.)

317.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu El Rey vos emuo muito saudar, como aqele que amo. Nas vias do anno passado me deu o Viso Rey Matias de Albuquerque conta dos letrados que occupou em Ouidiões das fortalezas deste estado, e por elas entendi que alguns deles não forão cá aprouados para meu ser-

nição, e que outros não leraõ no Desembargo do Paço, e que um deles era Cristaõ nouo; e juntandosse a isto o que escrenestes a Miguel de Moura (para disso me dar conta) que não comuinha passarem e essas partes letrados Cristaõs novos (que entendo que õ direis (sic) por não serem a falta de outros admetidos a cargos de letras) vos emcomendo e mando que por nhum caso que seja emcarregueis das Ouvidorias das fortalezas a homens da nação por mais suficientes que sejaõ nas letras, nem a outros letrados (posto que Cristaõs velhos) que não mostrarem como foraõ aprouados pelo Desembargo do Paço para meu seruiço, porque de menos emconveniente será seruirem estes cargos homens não letrados (como se fez em outros tempos) tendo outras partes boas, que letrados que as não têm; e emformaruoseis (se e ja não tiuerdes feito) do que nisto ha, a que acodireis com o remedio necesario em falta dos letrados que de cá não forem, ou nao chegarem a essas partes dos que este anno se embarcarem por meu mandado, que entenderéis por outra carta minha depois que se tomar detreminação com eles, e de tudo o que nisto passar e fizerdes me dareis conta.

II. A Camara da cidade de Cochim me escreueo sobre o que ela fizera nos nauios da armada em que Dom Antonio de Noronha foi buscar os paços que pelejaraõ com a gualé de Dom Fernando Lobo; e a este preposito da despesa que a cidade fez no apercebimento dos ditos nauios me fala no ditiueiro do hum por cento, pedimdo-me que se lhe não tire; e porque não acabo de entender o que propriamente isto he, vos emformareis disso, de que me avisareis, e nas coussas em que tiver rezaõ lhe dareis favor e ajuda entendendo de vós como asy volo escreuy. Escrita em Lisboa a 19 de feuerreiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visso Rey da India.—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, de seu Conselho, Almirante e VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 486)

318.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que eu sou informado que fazendo os Visorreyes e Gouvernadores da India merce a seus parentes e criados de algũas fazendas de partes, a que chamaõ aluitres, sobre o que ha ordinariamente demandas, mandaõ se naõ dê sentença no caso sem eles estarem presentes, de que se seguem os inconvenientes que se sabem a meu serviço e á boa administração da justiça que conuem se faça liuremente, pelo que ey por bem e mando que daqui em diante quando se sentencarem algũas caussas desta calidade, ou qualquer outra na Relação de Goa, em que sejaõ partes parentes dos VisoReys e Gouvernadores em terceiro grão de consanginidade ou afepidade inclusive, ou de criados seus, que atualmente os servirẽ ou tenhaõ servido, naõ sejaõ eles presentes ao despacho dos taes feitos ; e asy hei per bem que quando na dita Relação se asentar que algũas cartas e prouisoẽs assinadas pelos ditos VisoReys e Gouvernadores naõ podem passar pela chancelaria por caussa das grossas ou duuidas postas pelo Chanceler da dita Relação, que nelas se detreminem por justas, naõ passem pela dita chancelaria, posto que os ditos Visorreyes e Gouvernadores o mandem depois expresamente sem embargo da duuida ou grossa do dito Chanceler, e em caso que o dito Chanceler as passe, que naõ he de crer que faça contra esta defessa e sua obrigaçaõ, mando que naõ valhaõ nem tenhaõ força, nem se faça por elas obra algũa ; e outrosy naõ valeraõ as taes cartas e prouisoẽs se depois da dita grossa ou duuida se passar nelas que se cumprãõ sem passarem

pela chancelaria: e esta se registara nos liuros de minha fazenda, e nos da dita Relação de Goa, e chancelaria, e contos dela, e valerá como carta comecada em meu nome e passada pela chancelaria, posto que por ela não passe, sem embargo das Ordenações do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a 20 de feuerreiro de 1598. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escreuer.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Provisão sobre o que nela he declarado.—Para Vossa Magestade ver toda—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 476)

319.

Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que sendo eu informado como na India se mouem sempre demandas ante os prouidos por minhas cartas e prouisoões e dos senhores Reys meus antecessores, que estão em gloria, sobre duuidas, faltas, e defeitos que arguem huns a outros que tem as taes cartas e prouissoões, de que se seguem muitos inconuenientes a meu seruiço, e notanel dano e despesça das partes, em que conuem prouerse, ey por bem e mando que toda a patente ou prouisaõ em que se disser que não passe pela chancelaria, mas sem derogar a Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrairo dispoem, e asy em que na sobescrição debaixo se não fizer expressa menção da sustancia dela, o VisoRey e Governador das ditas partes, que ora he e ao diante for, possa dispensar nas tais duuidas, faltas, e defeitos, com parecer do chanceler da Relação de Goa, e suprilos por prouisaõ por ele asinada sem ser necessario virsee o dito suprimimento requerer a este Reyno, e asy ei por bem que em caso que os prouidos de viagens das ditas

partes, que com elas forem deste Reyno, as achem fazendo aos que depois deles foraõ prouidos delas, e tiuerem mais que huã,entrem nelas os prouidos primeiro em tempo sem esperar que o que tiuer feito a viagem em que o achar acabe de fazer as outras que mais tiuer; e que a prouisaõ que mandey passar em dezanoue de março de quinhentos e nouenta sobre a preferencia de quem deuia entrar primeiro nos cargos e officios das ditas partes se cumpra e goarde inteiramente como se nela contém; e esta e a outra se registaraõ ambas nos liuros da Relaçãõ, Contos, e matricula das ditas partes; e mando ao dito Vissorey e Governador delas que as cumpra e as faça goardar intêiramente, e esta se registará taõbem nos liuros de minha fazemda e cassa da India, e valerá como carta começada em meu nome, e passada por minha chancelaria, posto que por ela naõ passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Liuro, titolo xx, que o contrairo dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a vinte de feueireiro de 1598. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Prouisaõ sobre as coussas nela declaradas—Para Vossa Magestade ver toda—2.ª via.

(Livro 1.º fl. 783)

320.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar, como aquele que amo. Diogo do Couto, que tem a cargo a cassa do tombo de Goa, e a ystoria dessas partes, me escreueo nas náos do anno passado que imda que o Vissorrey Matias de Albuquerque lhe naõ tinha dado os papeis e cartas necessárias pera a ystoria da Imdia conforme a minha prouisaõ,

me euuiava o primeiro liuro do tempo do Governador Fernão Teles e do em que foi Vissorrey dessas partes o Conde de Santa Cruz, e que hia proseguindo a ystoria do João de Barros fazendo a 4.ª Decada do tempo dos Governadores Lopo Vaz de Saõpaio, e Nuno da Cunha, e tinha começado a quinta, que continha os tempos do Viso Rey Dom Garcia de Noronha, e do Governador Dom Esteuaõ da Guama, e que este anno emviaria duas Decadas, e dahy por diante cada annò hum volume, e me emuiava huns apontamentos tocantes á dita cassa do tombo em que tratava das cousas de que vos deve ter dado conta, e se inda o não tiuer feito, lhe direis que volos apresente; e o Viso Rey Matias de Albuquerque me escreveu em carta de 23 de dezembro de 96 que a casa para o dito tombo estava acabada, e as chaues dela entregues ao dito Diogo do Couto, e que tambem lhe eraõ entregues pelo Secretario do Estado os liuros das menagens, e dos acordos, que tinha em seu poder acabados, e que sobre a entrega dos mais papeis, instruções, cartas, e prouisoões, que costumavaõ estar em poder do Vissorrey, se ordenou per asento feito na Relação de Goa que se sobrestiuesses, porque em alguãs delas poderia eu tratar de materias que inda que estiuesses dadas á execução seria em segredo, ou se deixaria de pôr por obra por alguãs pessoas serem ausentes, ou por outros respeitos de meu serviço, as quaes parecia que não comvinha serem publicas nem irem á mão de Diogo do Couto, e que deviaõ estar em poder do Viso Rey, ou do Secretario, andando por entrega de hum sucesor a outro; e que tambem comvinha mandar eu dar regimento a este guarda do tombo para ele saber como avia de proceder com os liuros e papeis que lhe fossem entregues, e em cujo nome avia de passar as certidões: e que parecia grande inconveniente serem em meu nome, como o fazia o goarda mór da torre do tombo deste Reyno; e vendo eu tudo isto por huã e outra parte, me parece que esta materia se deve regular pelo intento que nela se tem, sem de hum extremo se vir a outro, como seria de não avendo atégora guarda de papeis nesse es-

tado, virsse a formar huã torre do tombo como a de Lisboa, e meteremse nela os papeis que aly não tem lugar, que são os que se entendeo na Relação que não conuinha que aly estivessem, conforme ao que me escreueo Matias d'Albuquerque que fica nesta carta referido. Pelo que vos emcomendo que ouçaes o dito Diogo do Couto a quem mando escrever que vos lhe dareis a ordem de como hade proceder, e vejaes os seus apontamentos que já vos deue ter dado conforme aos que me emuiou, e pratiqueis os individuos desta materia com o Ascebispo de Goa, e com quem mais vos parecer, vendo tambem a Prouisaõ que mamdey passar ao dito Diogo do Couto, e lhe façaes entregar todos aquellas escrituras que não forem cartas das vyas, nem Insiruçõs, senão outras cousas perpetuas, que conuem estarem bem goardadas assy pelo que toca a meu seruiço, como ao bem das partes das quaes quando se ouuerem de dar algũs treslados ou certidoẽs será por vosso expreso mandado, e vereis se as dene passar o dito Diogo do Couto, ou os officiaes que, não avendo cassa do tombo, ouueraõ de ter as ditas escrituras em sua mãõ, e ordenareis regimẽto ao dito Diogo do Couto de que usará em quanto lhe não for outro asinado por mim. e para isso me emuiareis nas primeiras nãos a copia do que lhe asy derdes, escrevendome sobre tudo isto muito particularmente. para com isso vos ir resposta do que ouner por meu seruiço..

II. E as estruçõs e cartas que vos escreuo e tiuer emuiado aos Vissorreis e Gouernadores antes de vós estaraõ a bom recado e fechadas em mãõ do Secretario desse Estado, o qual as entreguará por inuentario ao Secretario que lhe succeder de maneira que amdaraõ sempre a todo bom recado na Secretaria, lugar proprio e decente para semelhantes materias, e quando para a escritura da ystoria que está emcarreguada ao dito Diogo do Couto, ele tiuer necessidade de algũs capitulos das ditas cartas, ou das que vos escreuerem meus capitaẽs, volas pedirá, e vereis se se lhe deuem e podem dar, e se fará nisso o

que asentardes com o resgoardo e comsideraçãõ que estas materias pedem; porque cousas averá que imda que se ajaõ de escrever, naõ seria imda cheguado o tempo de se averem de reuelar em ystoria; e em tudo dareis toda ajuda e fauor ao dito Diogo do Couto para bem poder prosegir esta ystoria da India, e tereis cuidado de o fazer aplicar a ela de modo que sempre todos os annos se me emue o maes que nisto puder fazer, sendo primeiro visto por vos, cuja coriosidade, que sou ymformado que tendes da ystoria da India, será tambem de effeito para procederdes com o dito Diogo do Couto no modo que conuem. (a) E o liuro que me escreueo que mandava, naõ vèo nas náos do anno passado.

III. A Cidade de Damaõ me pede pela carta que me escreueo nas náos do anno passado lhe dê licença para mamdar a este Reyne huã pessoa a requerer suas cousas, por nesse estado se lhe naõ deferir a elas, o que ey por bem que possa fazer, e asy lho mando escrever, e vos emcomendo lhe deis licença para a dita pessoa se embarcar nas primeiras náos.

IV. Tambem me escreue a mesma cidade que o que se disera contra Francisco Paes, Pronedor mór dos contos de Goa, que por dissimular com o que avia de pagar ElRey de Cerceta em hum contrato que se fez com ele lhe dera huns cinco mil pardãos, e que naõ fora asy, e os recebera Pero da Silueira, capitaõ que entaõ era da mesma cidade, que fora o que correra com este emgano e dissimulaçãõ; pelo que vos emcomendo vos emformeis deste negocio mui particularmente, e façaes proceder contra os culpados como for justiça, e me auisseydes de tudo.

V. E porque sou imformado que o dito Diogo do Couto naõ he taõ sufficiente como o entendy pela primeira emformaçãõ que dele me foi dada, e que tem falta em seu nacimiento, o que tudo deueis já ter sabido. depois

(a) As palavras, que se seguem neste Capitulo, saõ de outra letra, e escriptas depois de concluida a carta.

de chegardees á India, polo que sobre esta materia vos escreuy nas vias do anno passado, aduirtiruoiseis nestes particulares que praticareis com o Arcebispo de Goa, e achando ambos que naõ comueem entregarse nem a casa do tombo, nem a escretura da ystoria, ou pelo menos alguã destas coussas ao dito Diogo do Couto, ireis disimulando com ele no melhor modo que vos parecer até me avissardes, e vos mandar o que ouuer por meu seruiço, e avendo ele de ter o cargo de goarda da casa do tombo, vereis se na prouisaõ que lhe foi deste Reyno para isso falta o juramento, que fui avissado que naõ tinha, e lho fareis dar em forma conforme a obriguacaõ do cargo. Escrita em Lisboa a 3 de Março de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Visorrey da India—2.^a via.

(No. Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.—Segunda via.

(Livro. 2.^o fl. 464)

321.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuiuo muito saudar, como aquele que amo. Porque emhuã vossa carta que me emuiastes por terra, e feita em Monbaça a 8 d'abril do anno passado, a que vos inando responder por outra, me pedis que mande se vos emufe de Veneza hum mestre de fazer galés, e hum remolar, sobre que tinheis escrito ao meu Embaixador que aly resside, se fica dando ordem para que ele os emcaminhe, e vos avisse; e o engenheiro que tambem pedis na mesma carta tenho mandado que vá nas náos deste anno, posto que ha tanta falta de homens desta profissão que

inda não está certo poder ir este anno, mas não yndo logo se terá disso lembrança para ir depois.

II. O Arcebispo de Goa me escreueo huã carta particular sobre as cousas do Bispo de Malaqua em resposta de outra minha sobre esta matéria, e porque o mais conueniente remedio que se pode dar a elas he uir-se ele para este Reyno, lhe mando escreuer nestas vias que o faça nas primeiras náos, e a minha carta vay ao dito Arcebispo para lha emcaminhar e fazer com ele o officio de que vos dará conta; pelo que vos emcomendo procureis que o dito Bispo se embarque para este Reyno, e para este effeito lhe dareis todo o fauor e ajuda necessaria e embarcaçãõ conueniente na não em que vier.

III. Hum Frei Bertolameu, Religiosso Domenico, me deu huns apontamentos sobre se deuidirem e separarem as Religioes da Imdia das Prouincias deste Reyno, que por ser materia de muita consideraçãõ mando escreuer ao dito Arcebispo que vos dê conta dela para que a trateis ambos e me aviseis do que parecer como vos emcomendo que façaes, e sobre os particulares disto me remeto ao dito Arcebispo.

IV. A materia da Alfandoga de Chaul he de tanta consideraçãõ e importancia, e ha tantas rezoes por huã e outra parte que fazem mais difficilissima a resoluçãõ dela, e posto que em outras cartas minhas vos mando escreuer o que sobre esta alfandega ey por bem que se faça, me páreco dizermos nesta que se á vossa chegada áquele estado achastes posta a dita alfandega em parte ou em todo, ou se pôs depois, a conserueis no estado em que a achastes ou estiner á chegada destas náos sem acrescentar nem diminuir coisa alguã, e se não estiner posta a.suspendereis por modo que se não entenda que eu volo mandey, se não que ou foi descuido, ou tomastes sobre vós a dilaçãõ disto, e avissarmeeis do que sobre esta materia e dependencias dela vos parecer conforme aos que leuastes por minhas Instruções, e depois vos mandey escreuer o anno passado, e para a dita Cidade de Chaul vaõ nestas vias duas cartas minhas hua em resposta das

suas, e outra sobre esta materia com alguma reprehensão do roym modo em que nela procederaõ, e que para se poder entender o que apontaõ me poderaõ emuiar seu procurador, e que entre tanto se conformem com o que estiuier feito e ordenado por vós na materia da dita alfandega, das quaes cartas vos vaõ as copias pera lhe serem dadas ambas, ou huma primeiro que a outra, como vos parecer, e naõ somente empedireis (sic) a vimda do dito seu procurador que me emuiarem, mas antes procurareis que venha, por lhes naõ parecer que se procede com eles sem serem ouvidos.

V. E porque sou informado que os Embaixadores do Dacheim que andauaõ em Goa esperando reposta das pazes que pretende ter com o estado, se tornaraõ descontentes no tempo que o VisoRey Matias de Albuquerque foi ao norte, me parece que será meu seruico emuiardes-lhe huã embaixada conforme ao estado em que estiuier, e á emformação que tiuerdes da armada dos Olandesses que vay para essas partes, de que vos mando aviar per outras cartas minhas, e se pretendem fazer algum comercio naquela Ilha de Samatra, naõ vos parecendo que conuem mais outra coussa, de que me avissareis, e entre tanto procedereis como em conselho asentardes que mais importa a meu seruico. Escrita em Lisboa a cinco de Março de 1598.

VI. (a) Sobre o Bispo de Malaca de que vos trato no segundo capitulo desta carta, se offerece dizeruos mays que elle me escreueo huã muito longa, como o ja fez outros annos, sobre differentes cousas desse estado, humas que tocaõ ao ecclesiastico, outras á justiça, e outras á fazenda, e sobre algãs dellas vos escreuy o anno passado; pello que hey por escusado repetiremse outra vez, e que tambem naõ será necessario referiremse as que agora me torna a escrever, porque delle vos podeis informar de tudo antes de sua embarcação para este reyno, ou o tereis já feito sendo elle chegado a Goa,

(a) Este capitulo he acrescentado de outra letra.

onde pode ser que já estará, e na dita sua carta me pede licença para se vir para o Reyno com a mesma instância com que ma pediu os annos passados, de que me pareceo auisaños para que saybaes quaõ disposto está para isso, e o penhoreys, se asy for necessario, com o que me tem escrito, de maneira que em todo caso elle venha sem entemder que me mouo a isso pello que se contem no dito segundo capitulo desta carta.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VisoRey da India.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante, e VisoRey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 468.)

322.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emvio muito saudar, como aquele que amo. ElRey de Melinde me escreueo nas náos do anno passado sobre requerimentos seus antigos mostrando queixa de não ter cartas minhas escreuendome todos os annos, as quaes me não foraõ dadas, e asy lhe mando responder, e conuem que disso se tenha cuidado se ele volas emuia para virem nas vias, e diz mais que antes e depois de feita a fortaleza na Ilha de Monbaça lhe pareceu sempre que se podia escusar por não ser de nhum efeito, e ser de muita despesa, e que os capitães dela tolhem a navegaçãõ aos Portugessés e Mouros, que he causa de se levantarem alguãs cidades daquela costa; e que da merce que lhe fiz da terça parte dos rendimentos da alfandega,

se pagão as despesas que fez na conquista dos seus rebeldes, e me pede lhe renove a patente da irmandade que seu antecessor teve, e que possa conhecer de todos os cassos civeis e crimes entre os mouros, e que as suas náos possam ir liuremente a minhas fortalezas e seiaõ liures de direitos, e possa mandar huã a Meca, asy como he permitido aos Reys mouros da India, e que os capitães da costa não fação sem ele nhũs negoceos tocantes a ella, e que parecendome que todavia deue avera dita fortaleza lhe confirme por minha prouissão a merce que lhe tenho feita da terça parte do rendimento da dita alfandegua, e que lhe faça merce da Ilha de Pemba que lhe pertence por direito, e não a quem agora a tem, que faz tiranias aos ponos e não tem erdeiro forçado, e lhe confirme todas as merces que eu e os Reys meus antecessores fizeraõ a elle e a seus antecessores, e que aja por bem de tirar aos Reys daquela costa os tributos que lhe pôs Thomé de Sousa Coutinho quando a ella foy, por estarem taõ pobres que o não podem pagar, e que a prouissão desta merce se derija a elle para elle o declarar aos imteresados, e lhe faça merce de huã viagem da China para com o procedido dela elle e seus filhos me poderem melhor servir; e o VisoRey Matias d' Albuquerque me escreue nas suas cartas de 23 de Dezembro de 96 que aquella fortaleza de Monbaça estava quieta; mas descontentes Portugesses e Mouros do máo procedimento de Antonio Godinho de Andrade, Capitão dela, e que posto que na Rolação pareceo que estas culpas se deviaõ goardar para a residencia, a elle lhe parecia que eu deuia mandar que quando nõtauelmente os capitães forem escandalossos ou fizerem afrontas a meus officiaes fossem logo suspensos para se irem liurar a Goa, e se aduertisem os capitães mōres da costa que não reseruasse para sy o comercio e trato dela como se fosse in solidum concedido para o capitão da fortaleza, a qual tinha por acabar a caua por se fazer em rocha e pedra viva, e que ElRey de Melinde veyia na mesma Ilha, mas que se entendia dele que sentia estar fora da

terra donde nasceo e se criou, e que pretendia o Reyno de Pemba, e que o hia entretendo neste requerimento até vossa chegada.

II. Parece-me relatar-vos nesta carta o que entendi asy pelas d'ElRey de Melimde, com polas de Matias d'Albuquerque, posto que tambem se pudera escusar pois fostes ter a Mombaça depois das ditas cartas feitas, e esta he huã das cousas dese estado de que agora deueis ter mais pratica, pois vistes com os olhos a todas estas, de que espero que este anno me emuiays taõ particular e certa emformaçãõ que me possa eu resolver nelas; mas em caso que o não tenhaes feito sobre tudo me escrevereys nestas náos, e a ElRey de Melimde emuiareis a minha carta de que vay a copia de fora para vossa emformaçãõ; e lhe escreverdes tambem na conformidade dela animandoo no seu bom procedimento, e emcomendandolho de nouo, e dandolhe esperanças de conforme a ele eu mandar ter conta com suas cousas, é do que em tudo isto fizerdes me avissareis.

III. O que atrás vos digo que me escreneo Matias de Albuquerque acerca do modo em que se deue proceder com os capitães de Mombaça que notoreamente fizerem o que não deuem sem se esperar que acabem o tempo de suas capitánias, deixo a vós para nisso prouerdes como virdes que conuenem a meu serviço, e poderia aver hum termo nisso, o qual seria amoestardelos por vossas cartas com cominaçãõ de não avemilo logo ememda acodirdes com o remedio que cumprir, que será suspendelos se emtenderdes que as culpas passadas com a outra de nouo de se não emendarem delas com a vossa amoestação requererem este rigor, porque esperar pelo tempo da residencia não deue ser senão para cousas duvidosas e que se não possaõ prouar senão nela.

IV. Pelo que me escrevestes sobre esta capitania avendoa por de mais sustancia do que por ventura cá se me podia ter dito, tenho asentado de a não prover até ver o que sobre isso me escreneis mais em particular nas

naos. que se este anno esperaõ, a que vos remeteis e tambem mandey que as portarias que inda naõ fossem dadas a alguãs pessoas que com a dita capitania estaõ despachadas se suspemdesem por ora, e asy foi bem feito avissardesme deste particular, como o será fazerdes o mesmo de todos os outros que se vos offerecerem. Escrita em Lisboa a 7 de março de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VissoRey da India.—2.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante e VisoRey da India. Segunda via.

(Livro 2.^o fl. 454)

323.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuoio muito saudar, como aquele que amo. Francisco Paes, Pronedor mór dos contos dessas partes, por obrigação de seu cargo, é daque eu nele lhe pus com lhe mandar me avisasse das cousas tocantes a minha fazenda em que lhe parecesse que devia mandar proner, o fez particularmente nas náos do anno passado de 97, as quaes em instancia saõ as seguintes.

II. Que pelas alfandegas de Cochim e de Chaul (como por dous canos) se diminuem os rendimentos dalfandega de Goa, omde coñuem que os aja como em cabeça desse estado para as neccsidades dele.

III. Que deuo mandar aos prelados dos Religioẽs desse estado aduirtaõ a seus subditos que se naõ entreme-

taõ em aconselhar sobre os direitos reaes, porque sem entenderem os fundamentos dizem e aconselhaõ que de huã fazenda se deuem huns direitos somente, posto que se leuem a diuersas alfandegas, o que he contra a verdade, rezaõ e justiça, e meu seruico.

IV. Que o contrato feito com Nuno da Cunha sobre as minas de Çofala se deue emmendar, porque pelas diligencias que fez consta que minha fazenda está enganada em dozentos e cincoenta mil pardãos afora os vinte e cinco mil que importa o trato do marfim que fica ao capitaõ e seus ordenados, mormente que da prouisaõ porque se contrataraõ as minas se entendeo que naõ avia de aver alfandega em Moçaõbique, o que he contra rezaõ e justiça, e forma da dita prouisaõ, e que deuo mandar que os corenta mil pardãos que Nuno da Cunha dá pelo contrato vaõ para esse estado, porque se gastaõ em Moçaõbique em ordinarias que se podem pagar com dez ou doze mil de emprego da India.

V. Que o Bispo de Malaca escomunga os officiaes daquela fortaleza e os moradores sobre o pagamento de seus ordenados, e se entremete na jurdiçaõ e gouerno secular, e que se deue ordenar que os Bispos desse estado naõ possam escomungar por mais que por dozentos mil reis do seu primeiro dote, e naõ pelo mais acrescentamento de que lhe faço mercee e esmola.

VI. Que em Baçaim, Ormuz, e Malaca deuem servir os feitores de almoxarifees como em D. porque os almoxarifes são os que destroem a artelharia e moniçoẽs, e naõ dão conta.

VII. E que pela mesma rezaõ naõ deixe de aver em Ormuz e Dio tisonreiro do hum por cento. e que os VisoReys naõ deuem ter o dinheiro que vem das fortalezas, e rendimentos dalfandegua de Goa, direitos de canaões e terras de Salsete, e se meta no tisonro, debaixo de chaues por se evitarem innitos inconuenientes.

VIII. Que a conquista de Ceilaõ consume e impossibilita esse estado para qualquer guerra que ouner, e que he causa dos cossarios serem senhores do mar

esse atreuerem a cometer a armada do Cabo do Camoim.

IX. Que aquelle anno vieraõ de Maluco dous gualleões carregados de crão de cabeça que importaraõ a minha fazenda mais de cem mil pardãos, e que isto se deuia á ordem que ele deu com a qual se guardou o regimento que sobre isto mandey dar, que estaua esquecido.

X. Que deno mandar se naõ aforem aldeas nem acrecentem vidas, senaõ as que se acabarem e vagarem no tempo do gouerno de cada VisoRey, e que, assy averá vagantes que se dem aos que seruem, e crecerà o foro a quarta parte nas Aldeas, que rendem muito.

XI. E que naõ conuem que se façaõ merces de direitos de cavalos, e que as merces que cabem nos trinta mil pardãos que os VissoReys podem dar se registem em liuro separado.

XII. E que a ida do VissoRey Matias de Albuquerque ao norte foi de muito gasto e pouco credito, e que naõ conuem que os VissoReys saiaõ de Goa senaõ a descercar huã fortaleza que naõ tenha outro remedio.

XIII. Que as fortalezas do Canará acodem com muita pimenta e boa, e que estaõcou aquelle anno por naõ darem os mercadores dinheiro para ela como saõ obrigados, e que comuem a meu seruiço e bem comum naõ deixar de aver sempre os contratos que qua no Reyno se fazem, em especial o da pimenta e náos, porque o cabedal que de qua vay chama as drogas de todas as partes.

XIV. Que no regimento que mandey dar aos contos de Goa se extengio o cargo de Recebedor dos Restes, e se criou em seu lugar o de executor das diuidas que se haõ de cobrar para minha fazenda, e que se deuia prouer em Martim Rodrigues Pannels de poluora, homem abonado e de confiança, a quem Manoel de Souza Coutinho e Matias de Albuquerque o tiraraõ, tendo nisso auisaõ, pois servia de Recebedor dos Restes.

XV. E me emuiou huã lista do que remde o estado da Índia pela qual monta o que vay em receita aos meus officiaes desse estado hum conto d'ouro trezentos setenta e cinco mil pardãos, e que sendo a receita tanto mór que a despesa não basta para suprir os gastos pelas desordens do gouerno e oubiça dos capitaes pelas caussas que aponta, e que connem não meterem os capitaes mão em minha fazenda.

XVI. E que o VisoRey Matias d'Albuquerque não aprouara o conselho que lhe ele daua de se pôr certa clausula, no arrendamento de Malacca, com que se atalhauão a muitos inconuenientes, e que era emcargos a minha fazenda em perto de trinta mil pardãos de sarrafagens das moedas de Ormuz e Dio, de que este anno mandaria papeis para se arrecadarem na casa da Índia da fazenda do dito VisoRey, e que no anno de 95 fizesse tornar a minha fazenda trinta mil pardãos de prezas em que o VisoRey não tinha justiça.

XVII. E outras mais cousas aponta o dito Francisco Paes, e huã delas he tersse mal goardado o que mandei sobre não aver Vedores da fazenda nem Superintendentes dela nas fortalezas, e que Simão da Costa fora outra vez emcarreguado deste cargo contra minha particular defessa alem da geral, e que compria a meu serviço mandar passear alguãs prouisoões que em numero eraõ doze, de que vos não trato nesta carta, porque dele o sabereis, e tambem aponta rezoões para eu não dener confirmar o contrato da alfamdega de Cochim, pelas quaes lhe perguntareis.

XVIII. De tudo o que atrás fica dito tirado das cartas e papeis do dito Francisco Paes, posto que sumarea e breuemente, entenderéis que fala em muitas materias e alguãs delas de mais importancia que outras para se dener tratar delas muito de preposito, e por serem taes imda que se pudera acomular ao que ele aponta emformações tomadas neste Reyno, ouue por mais meu serviço tratar da vossa primeiro que de todas, e cometeruos estas coussas para que chameis Francisco Paes, que he

de crer vos terá já dado conta delas, e o ouçaes particularmente como vos emcomendo que o façais, e por nhum caso emtenda de vós por palauras nem por modo algum que deixaes de receber muito bem as suas lembranças assy estas como as mais que fizer, porque inda que nem todas as de meus menistros fossem acertadas, seria acertado serem elles acceitos aos meus Vissorreys e Governadores, que he ponto de consideração e consequencia. e de bom exemplo para os superiores animarem os inferiores, como eu espero de vós que o dareis qual deueis a meu seruiço, e assy volo emcomendo muito particularmente.

XIX. Antre estas coussas apontadas por Francisco Paes vos adiuertireis que aquellas que tem regras certas por promissoes e mandados meus de ordens e defessas não tendes para que me consultar o que se nelas fará, senão darlhe o efeito e execução que lhe falta, em que consiste o remedio das desordens sobre que cadanno se escreuem tantas cartas de que as vias vão cheas, e tudo isto se resolve em tão breues palauras como nas deste capitulo.

XX. Os dinheiros mal leuados arrecademse, e façaes restetuição a minha fazenda, e as vossas cartas desto sejaõ com ella ficar satisfeita.

XXI. O que se não fez ostando tantas vezes mandado tomay per honrà (como a defensão de que tendes dado menagem) comprirse em vosso tempo, e não poder ninguem dizer que o não fazeis. Nisto creio e espero de vós o effecto do preposito com que de cá partiestes, e por isso volo escreuo por este modo, e este remate avey por posto não somente nesta carta, mas em todas as minhas para vós. Escrita em Lisboa a 10 de Março de 1593.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.ª via,
(Livro 4.º fl. 592)

324.

Condé Almirante, Vissorrev amigo. Eu ElRey vos emio muito sandar, como aquele que amo. Frei Grisotimo da Madte de Deos, guardião do Conuento de Saõ Francisco de Ceilaõ, me escreneo huã carta largua e particular que veio nas náos do anno pasado de 97, feita em Columbo a 27 de Nouembro de 96, em que me da conta de muitas coussas daquella Ilha. e postò que na mesma carta me diz que delas vos faria lembrança como chegasses, e asy o deue ter feito, e vos prouido em todas como conuem a seruiço de Deose meu, e a vossa obriguação nelè, me pareceo todãuia mandaruolas relatar breuemente nesta carta; e saõ as seguintes.

II. Que teue a seu cargo em quanto foi goardiaõ de Ceilaõ, Dom. Joaõ, Rey daquela Ilha, e que como testemunha de vista me aviesaua dos desernicos de Deos e meus que aly se faziaõ, e dos agrauos que recebia aquele Rey, e que Dom. Jeronimo d'Azeuedo e Thomé de Sousa, Capitaõ de Columbo, deixauaõ perecer a melicia, e a naõ exercitauaõ senaõ quamdó mais naõ podiaõ; e aqueriaõ pera sy o que podiaõ ajuntar, e naõ pera o bem da guerra, tomando ao dito Rey suas terras, e os bens a seus vassalos. e que se o tomaraõ para a guerra o ouuera ElRey por bem empreguaõ, mas que tudo tomava o dito Dom. Jeronimo, e o consumia sem aver receita, e que os feitores e escriuaes eraõ seus criadós, que naõ faziaõ receitas senaõ do que elle queria, e que hum deles estava prezo por cercear moeda, e que sendo o VisoRey Matias d'Albuquerque avissado destes excessos, naõ acodia a eles e os disimulaua.

III. E que avissara ao dito Dom. Jeronimo da treisção que o Modeliar ordenaua ao dito Rey; e lhe fizera certo seu aleuantamento e traças apresentandolhe testemunhas, e que sobornado com dadiuas do leuantado naõ somente disimulou a treisção, mas lhe descobria quanto se dezia dele, e quem lho dizia, e as coussas que tinha

entendidas que pertencião ao governo daquela Ilha; e que estrouara com rogos ao dito Rey que não matase o dito leuantado antes do aleuantamento; e que podendo ter os presídios prouidos de mantimentos trataua de mercadorias ocupando com elas as embarcações que os aviaõ de leuar, e que por falta dos ditos mantimentos se perdera tudo, e succederaõ tantas mortes, afrontas, cruezas, e destruições de igrejas, e que com tudo isto o dito Viso Rey o tornara a admitir na mesma capitania esquecido do exemplo que se fizera em Dom Jorje de Castro por largar Chalé, sendo diferente fidalgo e velho.

IV. E que remdendo as terras e aldeas daquela Ilha (conforme ao que diz o dito Rey) nouecentos mil cruzados estamdo para a parte debaixo tudo quieto e em paz, e os portos do mar trinta mil cruzados avemdo franquia, e outros tantos o trato d'arequa, em que o dito Dom Jeronimo e Thomé de Sousa tratauaõ defendendo aos outros o trato dela, prejudicando ao Rey nos direitos que se lhe pagauaõ em Columbo, por nos mais portos os arrecadar Dom Jeronimo, e que todas estas rendas se consumiaõ, e nada vinha a lume delas, em que eu deuia prouer mandamdo que se depositase para as neccsidades da guerra, tiramdo a administração delas aos capitães, e que corressem por outrem, e que o mesmo me pedia o mesmo Rey, a quem eu tinha rezaõ de fazer esta merce, por ser seu erdeiro.

V. E que comuinha muito mamdar eu ter gramde conta com a pescaria das pedras preciosas, que se costuma fazer naquella Ilha só por mandado del Rey, e que aulla oito annos que se não fazia, e que deuia mandar assistir huã pessoa de muita consciencia, e que não fosse nunca o capitaõ, e que Dom Jeronimo amdaua para a fazer, e que se a fizesse se soubesse dela.

VI. E que as mais das cousas do estado Real eraõ furtadas e vendidas, e que hum dos dous robis, que era tamanho como hum ovo de galinha pequeno, que valia tanto como o mesmo Reino, se dizia que o dera o primeiro leuantado a hum Português, e que o menor se dizia

tambem que o tinha a mulher deste segundo levantado, ou ficará em Camdea; e que era necessario lançarse esta mulher fóra daquele Reyno, que fora já mulher do primeiro levantado, e que ElRey o não pudera fazer por Dom Jeronimo, Thomé de Sousa, e outros, a favorecerem por peitas que recebiam dela; e que o dito Dom Jeronimo não obedecia ás prouisoões que o Vissorrey mandaua para se fazer certa cousa, que não declara na dita carta, que era bem daquela conquista, e que aquire muito perasy, e tomava as terras delRey, e mandaua para vender os elefantes per que lhe dauão 14 mil cruzados, não o podendo fazer, por serem do estado daquela coroa, e me pertencerem a mim.

VII. Que o dito Dom Jeronimo, e Thomé de Sousa mandauão dar tratos d'agua e de cimza pelos narizes a muitos inocentes, a fim de tirarem deles dinheiro e lhe mostrarem tissouros, de que morrerão muytos cristãos, e huã mulher prenhe, a que Thomé de Sousa tomara trezentos portugeses d'ouro, o que impedia muito a cristandade daquelas partes por os gentios duvidarem da verdade que se lhes pregua vindo quanto em contrairo obraõ os capitaes, e que aquele Reyno e o Rey se queixaõ destas desordens e tiranias, e os capitaes zombaõ disso e injuriaõ ao mesmo Rey sendo cristão, não se tratando asy o de Cochim, tanto inferior em tudo, e que vay disimulando com estes agrauos por lhe não darem peçonha, como já se lhe deu em tempo de Diogo de Melo Coutinho, e que vay muito em este Rey viuer alguns annos mais.

VIII. E que mandando o dito Rey matar alguns treedores, Dom Jeronimo os defende por dinheiro que lhe dão, e que o dito Matias d'Albuquerque não acodia a isso por mostrar que fora acertada a eleição que fizera dele, e que se eu não mandasse acodir a isto não poderia aver efeito o que tanto importava, como era ser eu senhor do dito Reyno com o qual se segurava esse estado, por ser requissimo de aljofar, canela, ferro, aço, cristal, pedraria, e de outras muitas cousas como he notorio.

IX. E que me fazia estas lembranças como goardiaõ de Ceilaõ, he olheiro e procurador daquelle Rey e da cristandade do mesmo Reyno, e por lho mandar o dito Rey, asy que naõ pedia mais senaõ que lhe mandasse fazer justiça dos muitos agrauos que lhe tinhaõ feito Dom Jeronimo e Thomé de Sousa, e das tiranias que eraõ feitas a seus vassallos.

X. Culpas saõ estas que prouadas merecem a emenda e castigo que elas pedem, e asy tenho por certo (como no principio desta carta vos digo) que tereis procedido nesta materia e depedencias dela conforme a vossa obriguaçaõ, e que bastaria a emformaçaõ de hum Religiosso Prelado, que se naõ persuadiria a me escreuer estas cousas sem muito fundamento, para tirardes por elas até o cabo, e asy creço que nas nãos que se esperaõ este anno terey cartas vossas sobre tudo, mas por cima disso volo emcomeindo por esta quaõ emcarecidamente pode ser, e que o chameis e ouçaes com resgoardo de maneira que se naõ saiba que este Religiosso interuem nestas emformaçoẽs, porque naõ seria rezaõ se lhe pagassem taõ mal que ficasse ele com desconsolaçaõ e outros com escandolo, e tratareis muyto de prepossito da satisfaçaõ e quietacaõ del Rey Dom Joaõ de Ceilaõ (como por outras cartas volo emcomeindo) e do castigo dos culpados, e tambem dos dous robis de que trata o dito goardiaõ, e ou pertençaõ a minha fazenda, ou a outrem, os avereis para mim, e quando se detreminar por justiça que eraõ alheos se pagariaõ a seus donos e mos emuiareis, aduertindouos a este prepossito que as cousas desta calidade quando os meus Vissoorreys e capitaes souberem delas, para meu seruico as deuem procurar, e disto tereis taõ particular euidado como tenho por certo, e o mesmo entenderays por quizesquer outras cousas que (imda que sejaõ de menos preço e momento) vos parecer pela calidade ou novidade delas que se deuem comprar para mim, e emuiardemas, e entre as ditas cousas poderá vyr alguã boa cantidade de ambar e almiscar escolhido, alcatifas, e porcolanas muito finas, e do que nisto fizer-

des e emuiardes aviassareis em particular a Migel de Moura para me disse dar conta, e ele vos escreuerá tam-
bem de minha parte. Escrita em Lisboa a 10 de março
de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Visorrey da India—2.º via]

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira,
do seu conselho, Almirante e Visorrey da India.—Se-
gunda via.

(Livro 2.º fl. 402)

325.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos
emuio muito sandar, como aquele que amo. O Bispo do
Japaõ, Dom Pedro Martins, me escreueo nas vias do an-
no passado por cartas feitas em Macão de 4 de Janeiro de
96 que em todas aquellas partes tiramdo Namgasaque os
Religiossos da Companhia que lá amdaõ pregaõ, e se
diz missa publicamente, e que se emtemde que o tira-
no dissimula, e que aquele anno se fizeraõ de nonocin-
co ou seis mil cristaõs, e que muitos dos principaes da-
quelas partes se emtendia que o seriaõ por morte deste
tirano polo serem já em oculto, e que tinha dado licença
que se fizessem cristaõs os do pouo, mas naõ os nobres,
e que leuantaraõ muitas igrejas derrubadas, e desestia da
guetra de Choray por se temer de todos.

II. E asy me diz que posto que na Imdia todos eraõ
de parecer que ele naõ entrase em Japaõ senaõ depois
de tudo quieto, todavia estana de caminho para acodir
aquelas ovelhas, e que iria aforrado sem homra nem pom,

pa episcopal, e que o anno seguinte iria o Bispo seu coadjutor por se não arriscarem ambos em huã não.

III. Tambem diz que em Japaõ amdaõ oito frades capuchos contra os Breues do Sancto Padre e minhas prouisoões, per que se defemde a entrada de huns Religiosos na terra omde amdamos da outra Ordem, e que pediraõ dez mil cruzados de esmola a huma Senhora da terra ameassandoa com grandes penas na outra vida se os naõ desse, e disseraõ mais alguãs cousas de que se caussaraõ muitas perturbações, e que a Macáo leuaõ os capitaes prouidos na viagem da China prouissoes para deitarem fora daquela pouoação os cristaos novos e outras pessoas que lhe parecerem perjudiciaes, e que tudo isto comuertiaõ em peitas que recebem.

IV. E que se os capitaes fazem mal seus officios era porque os que lhe tomaõ residencia saõ homens de pouca confiança e pobres, e que por qualquer coussa que recebem as naõ tiraõ como deue ser.

V. O Licenciado Jussé Paes, Juiz dos feitos, me escreueo pelas naõs do anno passado que fora a Malaca como Ouvidor geral a devassar dos que vaõ e mandaõ á Manikha, e assy dos que empediaõ naõ se pagassem os direitos dos que vaõ daquela fortaleza para Santhomé e Negapataõ, e que o Bispo e Clerezia e cildadoes dela pertenderaõ estrouar esta devassa com requerimento e ameassas, e que sem embargo disso a tirou, e a deu ao Vissorrey Matias d'Albuquerque para ma emuiar e prouer nesta materia para que as taes fazendas pagassem direitos, e porque o Bispo e cidadãos desistiraõ dos protestos que faziaõ, cuida que tndo isto ficou quieto.

VI. Diz que ao cargo de Juiz dos feitos de que o Vissorrey o proveo vindo de Malaca pertence conhecer dos culpados no sacco da não do Melique que deu na costa de Baçaim, e que hum Simaõ Pinhaõ condemnado em huã copia de dinheiro para minha fazenda fogira da cadea para este Reyno, sobre o qual se faz cá diligencia pera se prender, e fui emformado que naõ se embarcara, e

que ficara em Cochim, pelo que se deue fazer com ele diligencia, se já não for feita.

VII. Tambem diz que corre nos feitos dos culpados no sacco de Jafanapataõ antre os quaes he Amdré Furtado de Mendoça, e que a caussa de não ser já sentenciado não he culpa sua nem do Vissorrey que o não empedio.

VIII. Tambem diz que hum Manoel de Sousa deixou nossa sancta fé, e se foi para os mouros, cuja fazenda arrecadou o Inquissidor Antonio de Barros, que correo com este negocio pertencendo esta arrecadação ao tis-soureiro do fisco com se fazer primeiro inventario, e porque a todas estas cousas comuem acodir, vos emcomendo que vos emformeis muito particularmente delas, e lhes deis o remedio que for necessario, de que me avissareis. (a) E sobre a primeira parte do terceiro capitulo desta carta vos escreuo por outra nestas vias.

IX. Luis da Gama, que foi Secretario desse estado no tempo do VisoRey Matias de Albuquerque, me escreueo nas náos do anno passado sobre alguãs lembranças de meu seruiço, de que lhe mandado vos dê conta como o deue ter já feito, e emcomendouos que não sendo vimdo para o Reyno o chameis e ouçaes nelas para prouerdes nas que vos parecer que o podeis fazer, e me avissardes das outras de que emtemderdes que deueis esperar minha reposta, e o fauoreçaes e ocupeis no que se offercen, e quando se vier para este Reyno lhe fareis dar embarcação e guaralhado.

X. A cidade de Baçaim me escreueo que por a guerra que o Melique fez tiueraõ muitas perdas e danos em suas fazendas, e que a avexaõ pelos foros que pagão, e porque por outra carta minha vos mando escrever que por ter emtemdido que o VisoRey Matias de Albuquerque lhe tinha escrito que fossem a Goa requerer sua justiça, os mandasseis ouuir na dita cidade, e fazer

(a) O resto deste Capitulo he acrescentado depois de concluida a carta.

comprimento dela no que a tiuesse, não se oferece nisto mais que remeterme neste ponto á dita minha carta.

XI. E asy me diz que os goardas daquelas terras de Baçaim trataõ somente de seu proueito, e que per este respeito os moradores delas se comcertaõ com os ladroẽs e lhe pagaõ tributo pelos não roubarem, e que a guarda da Saibana se não deue prouer por satisfação de seruiços senaõ por merecimentos e talento das pessoas, e que por terem pouco ordenado comem os capitaẽs os ordenados dos soldados e piaẽs e asy não tem gente com que se defendaõ, e em tudo isto prouereis como virdes que mais conuem.

XII. E porque tambem trata sobre lhe deuer fazer merce no redimento da imposição daquela cidade para a fortaleza dela, vos emcomendo que no que comprir a esta fortificação lhe deis todo o fatur e ajuda, sabendo primeiro que coussas são applicadas para ela e se bastaõ, e das em que tiuerdes duuida me avissareis não deixando de se proseguir a dita fortificação ou por huã via ou por outra pelo perjuizo que poderia resultar da dilação. Escrita em Lisboa a 10 de Março de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VisoRey da India—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

(Livro 2.º fl. 406)

326.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquele que amo. O Capitaõ mór

e capitães das cinco náos desta armada leuaõ alem dos regimentos ordinarios da viagem. Instruções minhas particulares pera a ida e vinda na forma em que as leuaõ os capitães das náos do anno passado (como por ellas tereis visto, e tambem tornareys a ver as que agora leua o dito capitão mór e capitães deste anno) nas quaes he declarado que na viagem á tornada, acerqua de tomarem Santa Ylena ou não, seguirãõ a ordem que lhes derdes per instruções assinadas por vós que vos pedirãõ de minha parte, e que eu vos mando escreuer que lhas deis, no que ey por men seruiço que façaes o mesmo que vos escreuy que ordenasteis ás náos do anno passado, que he esperarem em Santa Ylena huãs por outras até fim do mes de maio, e assy volo escreuy nas vias do anno passado em carta de 22 de março, e posto que antigamente se costumase esperarem as náos menos tempo em Santa Ylena huãs por outras que não passaua de 20 de maio, bem se vyo o anno passado de quanto efeito foi largarse mais este termo até fim de maio, pois foi isso causa de a não Vencimento, que tardou mais que as outras, vir em companhia das que primeiro chegaraõ á dita ilha, e porque nella se emcontrou a dita não com as de cossaios Olamdesses que vinhaõ das partes do sul, e he de crer que os que tornarem a cometer aquella viagem viraõ sempre demandar Santa Ylena, assy pela necessidade de aly tomarem agoa, como por verem se se podem encontrar com alguã não da India, conuem agora mais que nunca que ellas venhaõ com todo o apercebimento e resguardo como quem poue achar aly inimigos ou virem eles depois; e sobre isto tereis pratica com o capitão mór, e capitães destas náos juntandoo todos e chamandoo com eles outras pessoas, de pratica e experiencia da carreya da India, e aduertireis o dito capitão mór e capitães que tambem em outras partes da viagem antes e depois de chegarem a Santa Ylena se poderiaõ encontrar com os mesmos inimigos e terem a melhor deles, com muito bom successo tendo a conta

que confio com o seu apercebimento, no qual procedereys com este intento de maneira que venha em cada não a gente necessaria para sua defensão e toda armada e em ordem de poder bem pelejar em qualquer parte onde for necessario, e o que nisto fizerdes me escrevereys muito particularmente. Escrita em Lisboa a 10 de Março de 1598.

II. (a) E alem das instruções que assy derdes aos ditos capitães conforme a esta lhe dareis outras segundas separadas das primeiras (como as que o Visorey Matias de Albuquerque per meu mandado deu aos capitães das quatro náos que vierão o anno passado) em que lhe digaes que em caso que invernem á vinda para este Reyno sem dobrar o Cabo de Boa Esperança elles fação seu caminho para o Reyno (no tempo em que para elle se costuma nauegar) por altura de trinta e sete grãos sem per nenhuma via demandarem as Ilhas dos Açores nem hanerem vista dellas, porque poderia ser chegarem a ellas tanto mais cedo que não fosse possivel ser nellas a minha armada, e na paragem do Cabo de S. Vicente haverá alguns navios que lhe dem guarda quando demandarem aquella costa, e estas segundas instruccões virão asselladas e trarão nas cubertas declarações assinadas por vós que se não abraão senão em caso que imvernem, e que não se hanendo de abrir por não innernarem, as entreguem cerradas ao Secretario Diogo Velho, como o fizeram os capitães das náos do anno passado, e de tudo o que nisto fizerdes me avisareis nas vias,

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visso Rey da India.—2.ª via.

(No Subscripto)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, do

(a) Este Capitulo foi escrito depois com outra letra.

seu Conselho, Almirante e Viso Rey da India.—Segunda via.

Nestas vias vai outra carta sobre esta materia, que se hade ver juntamente com esta.

(Livro 2.º fl. 473)

327.

Conde Almirante, Visorey amigo. Eu El Rey uos em-
uio muito saudar, como aquelle que amo. Por outra
carta uos escreuo sobre a uinda do Bispo de Malaca, e
que o ouçaes em algumas cousas de que pellas suas me
deu conta, e posto que debayxo desta clausula as
hey por incluidas todas, me pareceo que se uos denia
expecificar huã queixa sua de que enuiou autos em que
se contem a resistencia que Francisco Ferreira, pro-
curador do numero naquella cidade, fez ás justiças ec-
clesiasticas que o queriaõ prender por culpas muy gra-
ues em que dizem soy comprehendido nas nistações, e
que o Ouuidor da cidade Pedralurez d'Abrantes sendo
requerido pello Bispo naõ deu a ajuda do braço secular
que era obrigado, e que a deraõ os officiaes da Camara
para o tal delinquentie escapar outra vez das maõs
das justiças ecclesiasticas, e que se presumia que com
favor de Francisco da Sylva, Capitaõ da fortaleza, soy
o dito Francisco Ferreira d'asuada com maõ armada a
casa do Bispo para o prender e embarcar, e lhe disseraõ
e fizeraõ todos muitas injurias desobredando as excomu-
nhões e mandados do dito Bispo, e porque se ysto assy
fosse, seria justo que se castigasse com o rigor que mere-
ce, uos encommendo que sabida a uerdade façaes pro-
ceder contra os culpados como for iusticia. e sayba o
Bispo de nós como nollo assy mando, e do que se he-
zer me adixareys, e ao Arcebispo de Goa communicareis
isto, e que passando estas cousas assy resguardo se po-
ste dar ás informações de Malaca contra o Bispo; mas
naõ para elle deixar de uir, como nollo escreuo na outra

carta, por assy comprir para tudo, e ser conforme ao que me elle tem pedido. Escrita em Lisboa a 11 de Março de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Viso Rey da India.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por El Rey.

A. Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigreira, do seu Conselho, Almirante, e Viso Rey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 456.)

Copia para o Conde, que hade yr nas vias (a)

Per Carta de Domingos Toscano pera Sua Magestade de 24 de fevreiro de 97.

O Bispo de Malaca tem dado muitas opresões por querer ser absoluto em tudo, e ter usurpado a jurdição de Vossa Magestade. Da inquisição me foi mandado do Arcebispo que prendesse a Izabel Ferreira que elle tinha em sua casa, e a mandasse presa á cidade de Goa, e o Arcebispo e Viso Rey o tinhão mandado chamar por suas cartas, o que elle não quis comprir, e vendo eu que passaria a monção me foi forçado, sendo elle dia de Santo Estevão na freiguezia, illa prender com todo o resguardo, o que fiz como Vossa Magestade será informado, com toda a quietação e ourra, mas não foi bastante que dandolhe rebato, não deixasse a missa estando ao evangelho, vindo pelas ruas com muitas armas, negros,

(a) Pomos aqui este papel, por tratar de materia connea com a da Carta antecedente, e não acharmos aquella em que elle veio que talvez fosse da monção seguinte.

os clérigos, e eu que me recolhia á fortaleza com ella, era elle já comigo, de que puderaõ succeder trabalhos se me não recolhera tam depressa, e tendoa metida na camara do capitaõ a quizera elle tirar, e o pedia afincadamente que lha dessem, e porque he muito apaixonado não tem respeito a nhuã pessoa, dizendo que não conhesia nhũ senhorio venhaõ o do Papa, pello que logo se detriminou e embarcou para a cidade de Goa trabalhando que não mandasse Izabel Ferreira este anno, pello que ella ficou até vinda desta não da China em que agora a embarquei como era mandado, elle vai danado contra este pouo, avendo de tornar creio será necessario fugiremlhe, porque não viue de rezaõ nem de justiça senaõ de querer e poder e força. Agora está esta cidade quieta, e em tudo se faz o serviço de Deos e de vossa Magestade; a alfandega rende ate agora seienta e quatro mil cruzados á fazenda de Vossa Magestade, e renderá muito mais sem o preçaõ nhuã de vasalos de Vossa Magestade avendo quem o lhe por ella, e como saõ partes longincas, os feitores saõ supremos e fazem seus proueitos, e a fazenda de Vossa Magestade presse, e nunca ha dinheiro para se pagarem as ordinarias não avendo armadas no mar; das maes cousas dará o capitaõ conta a Vossa Magestade; eu faço todas as lembranças ao Viso Rey do serviço de Vossa Magestade.

(Livro 2.º fl. 444)

328.

Eu El Rey faço saber aos que esté atuará virem que eu sou informado que depois de ter mandado defender per muitos respeitos de serviço de Deos e meu, e bem do estado da Imdia, o comércio dele para as Felipinas e das ditas Felipinas para outros lugares do mesmo estado, se não goarda esta minha defessa taõ inteiramente como nela he declarado, de que me averia por mui des-servido se así fosse, que não acabo de crer, pelo que mamdo ao meu Visorrey e Governador da Imdia, que

ora he e ao diante for, que faça tirar devassa cada anno das pessoas culpadas no dito commercio, e proceder contra elles breve e sumariamente, como for justiça, fazendo-se com effeito execucao nos culpados pelas penas de sua condemnacao e em especial se perguntará na dita devassa se em correcao na dita culpa os capitães de Malaca depois da dita defessa, ora tenham acabado seu tempo, ou estejam ainda actualmente na dita capitania, ou a situao depois pelo tempo em diante, e nos capitulos de sua residencias se acrescentará este para nelas se perguntar por este caso em particular alem das devassas que conforme a esta pronhao mando que se tirem cada anno. E esta se registará nos livros da Rolacao e contos de Goa, e nos de minha fazenda, e casa da India, e valerá como se fosse carta começada em meu nome e passada por minha chancelaria, posto que por ela não passe sem embargo das Ordenacoes do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. Mahuel de Torres o fez em Lisboa a 12 de Março de 1595. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

PRINCIPLE.

Miguel de Moura.

Sobre a devassa que Vossa Magestade manda que se tire cada anno na India do caso acima declarado. Perç Vossa Magestade ver.—2.ª via

(Livro 4.º fl. 592)

329.

Conde Almirante, Vicesorrey amigo. Eu, El Rey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Por parte dos cristãos novamente convertidos me foi pedido lhes fizesse merce de os escusar de pagarem dizimos, e porque por minhas promissoes ouue por bem que por tempo de quimze annos os não pagassem, que depois lhe mandey reformar, ey por bem que os ditos cristãos já convertidos e os que novamente se converterem não paguem dizimos em sua vida, para com esta occasiao se persoa-

direm melhor os gentios a se converterem a nossa sancta fé e receberem a água do sancto baptismo.

II. Foime apresentado que devia mandar obrigar aos mouros e gentios que pagassem dizimos, pelo que vos emcomendo que consulteis esta materia com o Arcebispo de Goa, e com alguns theologos informandonos muito particularmente se os foros e tributos que elles pagão das terras que trazem são de tal qualidade que sofram pagarem alem deles os dizimos, e se he assy como sou informado que lhe foraõ antigamente dadas estas terras pelos Rey's da India com os foros e tributos que ora pagão separando-se delas outras terras para a sustentacão dos pagodes de seus ydolos e de seus sacerdotes, e achamdo-se ser isto assy, se se podem cobrar estes dizimos dos mouros e gentios que tiverem as ditas terras, informandouos tambem se ha inda as que se separaraõ para os pagodes, e o que rendem, e quem as tem, e com que titulo; e de tudo o que se achar e vos parecer me remiaredes hũa relacão por vias por todos assinada para eu ver e tomar final asiento e resoluçãõ no que nesta materia se ouuer de fazer dali por diante.

III. E porque por cartas do Viso Rey Matias de Albuquerque e do Arcebispo de Goa entemdy que os Imquisidores dessas partes se entremetiãõ nas couzas de minha jurdiçãõ, mandey avisar disto ao Bispo d'Eluas, Imquisidor mór destes Reynos, para lhes escrever o não fizessem pelos incomuenientes que disso podião resultar, o qual escreue aos ditos Imquisidores sobre esta materia, e que tratem somente do que conuem a seus officios, e vos emcomendo que assy como he rezaõ que elles se não entremetão nestas materias, que nas que forem de sua obrigacão os ajudeis e fauorçoes para melhor poderem cumprir com ella, e ordeneis que assy elles como os mais ministros do sancto officio sejaõ bem pagos de seus ordenados, e se tenha com eles a conta que he rezaõ e de uida aos carregos que servem. Escrita em Lisboa a 16 de Março de 1598.

E sobre a ultima parte deste Capitulo acima tenho mandado escrever já algumas vezes nas vias dos annos passados.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—2.ª via.

(*No. Sobrescripto*.)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigueira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 484)

330.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquele que amo. Eu huã das cartas que vão nestas vias vos mando escrever sobre as Instrucções que aveis de dar ao capitão mór e capitães das náos desta armada para a torna viagem conforme as dos annos passados, e no fim da dita carta depois da datta dela vos trato de outra Instrucção que também lhes aveis de dar para em caso que emuernem sem passar o Cado de Boa Esperança, cuja sostancia he que da passagem das Ilhas dos Açores para este Reyno naueguem sem as tomar por altura de trinta e sete grãos, e porque depois de a dita carta feita torney a mandar praticar esta derradeira parte dela. e tomey nela outra resolução, vola declaro por esta carta, e vos emcomendo que na dita vossa segunda Instrucção (que será feita na forma e modo que na dita carta se contém) dignaes de minha parte ao dito Capitão mór e capitães destas náos, que em caso que innuernem (com que não possam passar o anno que vem ao Reyno) naueguem para elle sem tomar as Ilhas dos Açores por altura de corenta e hum para corenta e dous grãos, que he ao contrario do que na dita carta vos

dizia que viessem por 37 grãos, e em tudo o mais seguissem a ordem da dita carta, salvo neste só ponto, como dito he. Escrita em Lisboa a 17 de Março de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Viso Rey da India.—2.º via.
(Livro 2.º fl. 472)

331.

Conde Almirante, Vissorrey amigo, eu El Rey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Depois de vos ter escrito nestas vias o que vereis sobre a materia do os Olandesses nauégarem para as partes do sul desse estado, donde vieraõ o anno passado, me pareceo que posto que creio que com o aviso que vos viria de Malaca desta viagem dos ditos Olandesses tereis provido com enviar logo áquellas partes armada bastante para os consumir se tratassem de lá tornâr, como sou informado que o procuraõ proseguir, seria muito meu serviço mandar este anno huã não a Malaca, e que fora melhor serem duas se as ouuera (porque tirar duas das cinco que saõ as que este anno vaõ, não me pareceo que comuinha) e que Cosmo de Lafetá (que este anno torna a essas partes, como volo escrevo por outra carta em resposta da lembrança que sobre ele me fazeis na vossa de Monbaça) denia ir na dita não de Malaca emcarreguado de acudir a esta necessiade tão presente; e de tanta importancia como he o castigo dos ditos Olandesses, que vos deue dar o ouidado que deueis a meu serviço, com que avereis que não vos falta huã não de cinco que puderaõ chegar todas á barra de Goa, senão que avendo vós de reforçar as partes do sul nesta tão importante necessiade, temdes já nelas o socorro da dita não, e com hum bom capitaõ e gento que leua, com mais brevidade do que podia aver tomando a dita não primeiro Goa que Malaca, e para terdes inteira informaçã do que liã

mando que faça remetido tudo á vossa ordem irá com esta carta a copia (assinada pelo Secretario Diogo Velho) da Instrução que lhe mandey dar (a) ; pelo que vos encomendo que na conformidade dela e do mais que vos parecer que comuem a meu serviço sem terdes nisto outro algum respeito senão comprirse inteiramente com o mesmo meu serviço, ajudeis, fauoreças, e animeis Como de Lafetá imuiamdo-lhe tanto que estas náos cheguarem na monção de Setembro tudo aquilo que virdes que lhe será necessario de nauios, gente, e monições, ordens, e recados, alem do que tiuerdes pronido, temdo por certo, que este será hum dos mais particulares serviços que me podeis fazer em vosso tempo, para que de todo se estingua e acabe a nouidade desta nauegação de tanto perjuizo a meu serviço e a esse estado, em que não he necessario dizeruos mais que o que esta materia por sy mesma fala. Escrita em Lisboa a 17 de Março de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Visorrey da India—2.^a via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e Visorrey da India.—Segunda via.

(Livro 2.^o fl. 462)

332.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito sandar, como aquele que amo. Antes de ter as vossas cartas de Monbaça mandey fazer huã para o Vi-

(a) Não apparece este papel.

soRey Matias de Albuquerque posto que esperava que Deos vos tiuese leuado a saluamento a essas partes, e porisso todas as cartas e despachos destas vias a vós fossem derigidos, para em caso (o que Deos não permitise) que não fosses cheguado á India, ele ficase no governo dela até eu nisso prouer, a qual carta não deixa de ir nestas vias, porque estando feita não se perde nisso nada; e querera Deos, como nele espero, que não aja caso pe-que ela seja necessaria, e que todas as quatro vias dela me tornareis a emuiar cerradas, como vos emcomendo que o façaes; e pareceome dizeruos, o que nisto passa para o entemderdes quando virdes as ditas cartas. pera que acontecendo caso (o que Deos não mande) que aja de abrir estas vias Matias de Albuquerque se tire ele da duuida que teue nas outras vias das náos em que fostes quando lhe foraõ dadas. Escrita em Lisboa a 30 de Março de 598.

Asino esta carta per ordem dos senhores Governadores, por não aver tempo. pera se hir asinar por Sua Magestade.—*Diogo Velho.*

Para o Conde Almirante, VisoRey da India.—2.ª via.

(*No Sobrescripto.*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 478)

333.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuiou muito sandar, como aquele que amo. Sobre a carga das náos quando vem da India para este Reino vós tenho escrito particularmente em outras cartas que vão nestas vias; e imda que o não fizera, a mesma materia falla. per sy, mas entendendo agora depois de as ditas cartas:

feitas o que constou de huã devassa que tirou o Licenciado Gilianes da Silveira, Juiz das causas da India e Guiné, me pareceo meu serviço avisarmos da relação que disto me foi feita, que he que na carga das quatro náos que vieraõ o anno passado ouue muita culpa da parte do Vedor da fazenda naõ somente em vir pouca pimenta podendo as náos trazer mais nos lugares deputados para ella, mas em elle naõ acodir aos roubos que os goardias faziaõ ás partes e que queixamdosse o adirnaõ(?) da não São Felipe ao dito Vedor da fazenda de alguã destas cousas lhe responden que contentasse os goardias, e que o dito Vedor da fazenda dana nas náos a fidalgos e a pessoas que vinhaõ para o Reyno para despensas certos guasalhados na ponte que eraõ reservados para soldados pobres, a que se tirava para os que tenhaõ mais favor na repartição dos ditos guasalhados, e que nesta desordem se naõ compria a defesa que sobre este particular estava feita pelo Senhor Rey Dom Emrique, meu tio, que Deos tem; e posto que eu naõ acabo de crer que Dom Antonio de Noronha tiuese taõ pouca aduertencia em cousas de tanta importancia, bem será que lha façaes, se depois de vos emformardes particularmente do que nisto passou achardes que ele tem esta culpa, e em quanto naõ tenho esta emformação por vós, inda que conste da devassa, lhe escreuo sobre esta materia por termos geraes remetendome ao que vós nela lhe direis de minha parte, que será precedendo a diligencia acima declarada.

II. A cidade de Damaõ me pede confirmação dos preuilegios que diz lhe concederaõ os Vissoreys passados para se poder chamar cidade, e ussar dos que tem a cidade d'Evora, e antes de lhe mandar responder me pareceo ter enformação e parecer vosso sobre isto, pelo que vos emcomendo mo emvieys.

III. Antonio d'Azeuedo, que Deos perdoe, me escreueo da Ormuz (quando aly estava por capitão, por carta de sete de febreiro do anno passado de 97, que veio

por terra) os annos que tinera de corte do Mogor, que tereis bem sabido, e imda que se não deve aver por certo que elle se resolua em empreza por mar, devese crer que a desejará e procurará quanto lhe for possível; e así o mais seguro he preucnir pera tudo, como o escreneo ao capitão de Ormuz (sem o nomear na carta pelo seu nome, porque não sei agora quem estará naquela fortaleza) e sobre isto vos não digo mais porque vós sabeis como nisto deveis proceder por meu seruiço

IV. Tambem me escreneo o dito Antonio d'Azenedo sobre o máo tratamento que achou no Reyno do Timor (quando por aly passou) que se fazia aos Portugeses, e que tinha anisado o Visorey Matias de Albuquerque do que ordenou para remedio desta avexação de que esperava sua reposta; emcomendouos que saibais o que nisto passa e se fez, para prouerdes em tudo como virdes que mais conuém,

V. Por outra carta vos escreneo como mando nua nua a Malacca e nela Cosmo de Lafetá para os efeitos que pela dita carta vereis; e nesta me pareceo dizernos mais como mando que pela via das Felipinas se dem sendo necessario toda ajuda que puder ser para se bem conseguirem os ditos efeitos. Escrita em Lisboa a 30 de Março de 1598.

Asino esta carta por ordem dos Senhores Governadores, por não aver tempo pera se hir asinar por Sua Magestade.—*Diogo Velho.*

Para o Conde Almirante, VisoRey da India—2.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gusma, Conde da Vidigueira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

(*Livro 2.º f. 524*)

334.

Mandou Sua Magestade tomar alguãs emformações sobre a fortificação da Ilha de Sancta Ilena, por ser demandada de alguns annos a esta parte de cossarios, e se deuer, tratar da segurança dos seus portos para as náos da Índia, e porque nesta materia averá alguã contrariedade de pareceres, os manda Sua Magestade comunicar a Vossa S. e vaõ para isto com esta carta (a) que por seu mandado faço, por não aver já tempo para ir em carta asinada por Sua Magestade, que escreueo aos Senhores Governadores que disto avissassem a Vossa S.ª para que veja e comunique isto com pessoas praticas daquelle Ilha, que nesse estado não faltaraõ, e que ordene Vossa S.ª ao Capitão mór e capitães destas náos nas instruções (que conforme a outra carta de Sua Magestade lhe hade dar pera a torna viagem) que quando chegarem a Santa Ilena vejaõ toda aquella Ilha, e os portos e aguadas que tem em que se possa surgir, e tragaõ huã relaçõ deles e huã pranta da Ilha para Sua Magestade ver tudo com o que Vossa S.ª lhe escrever sobre esta materia. Deos guarde a V. S. de Lisboa a 30 de Março de 1598.—*Diogo Velho.*

2.ª via.

(*No. Sobrescripto.*)

Ao Conde Almirante, VisoKey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 480.)

335.

ElRey nosso Senhor he informado que de poucos anos a esta parte (como de dez ou omze para cá) mudãas náos da carreira da India quando partem de Cochim a derrota que antiguamente sempre trouxeraõ pelo canal das Ilhas de Maldiva, e nauegaõ agora em partindo

(a) Não apparecem.

contra o sul demandando a ponta de Guale na Ilha de Ceilaõ, e que seria melhor tornarem a derrota antiga dos canais das Ilhas de Maldina, o que Sua Magestade mandou ver e praticar com pilotos e outras pessoas que nesta materia tem diferentes pareceres, e os que são de opiniaõ que he melhor a derrota moderna, dizem que ella se tomou por se liurarem dos baixos dantre as Ilhas, a que se responde pola outra parte que isto tem remedio com aver boa vegia, e que o caminho por ellas he mais curto e sem as tromentas que ha nos mates cruzados da noua derrota em que se achão as náos muito pessadas com a carga de que ainda não tem aliuiado nada, e que alguãs delas comessão por esta causa no principio de sua nauegaçaõ abrir, por omte quando chegaõ ao Cabo de Boa Esperança ficaõ menos capazes de resistir ao mór trabalho e perigo de toda a viagem que cassi sempre aly ha, que he causa de imvernarem ou se perderem, podendoosse presumir que alguãs que tem desaparecido se perderiaõ antes de chegar ao Cabo, e que quando isto acontece ás que nauegaõ pelos canais das Ilhas de Maldina se salva muitas vezes a gente, e finalmente se sabem nouas do seu acontecimento, e nesta duuida de rezoõs por ambas as opinioẽs em que se apontaõ outras mais que V. S. lá deue entemder, quer Sua Magestade que V. S. as pratique todas com pessoas de experiencia desta carreira asy fidalgos como homens do mar, sendo tambem presentes o capitão mór e capitaõs, mestres, e pilotos destas náos, e o que se resolver se ponha em efeito vimdo estas náos ou pelos canaes de antre as Ilhas de Maldina conforme a derrota antiga, ou indo demandar a ponta de Guale em Ceilaõ, como agora fazem, e que V. S. o declare por instruçãõ aos capitaõs das ditas náos na que lhe hade dar pera a torna viagem conforme ao que Sua Magestade escreue a V. S. que faça.

II. Tambem emcomenda Sua Magestade a V. S. que quando as náos estiuerm no porto de Cochim e Goa,

depois de lá chegarem até a partida delas para o Reyno tenhaõ pessoas obriguadas á guarda delas afora os officiaes das náos, porque he informado que ha nisto muitos descuidos de grande perjuizo, de que podem resultar outros maiores.

III. E que faltando letrados para as ouvidorias das fortalezas da India dos que de quá forem providos nelas, ou de outros aprouados pelo desenbargo do Paço e admetidos nele para o serviço de Sua Magestade, se prouejão as ditas ouvidorias em quanto não ouuer outro remedio em homens não letrados de talento e partes suficientes para estes cargos, como antiguamente se fazia, por que he Sua Magestade informado que ha na India letrados cristãos nonos e outros reprovados que se admitem por falta dos aprouados a cargos em que não deuerão entrar se ouuerão letrados que os precessem.

IV. He Sua Magestade informado que a Companhia impetrou hum Breue para não irem a Japão Religiosos de outras Ordens mais que da sua, e porque Sua Magestade escreue nestas vias a V. S. e ao Arcebispo de Goa o que nisto ha por serviço de Deos e seu permitindo-se que os Religiosos Franciscos possaõ aly hir na forma das cartas de Sua Magestade, lhe parece que se não dene ussar do dito Breue, em que manda fazer diligencia para saber se quando se inpetrou se deu disso conta a Sua Magestade, como deuera ser, que he outro ponto de consideração, e me mandou que por não aver tempo de isto ir em carta sua avisasse V. S. do que nisto ha de fazer conforme ao que assim fica dito. Deos guarde a V. S. de Lisboa a 30 de Março de 1598.—*Diogo Velho.*

(*No Sobrescripto*)

Ao Conde Almirante, VisoRey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 417)

336.

El Rey nesso Senhor escreue a V. S. nestas vias como o cabedal pera a compra da pimenta da carga destas náos vay este anno prouido per conta de sua fazenda; mas não se declara na carta isto mais em particular, por inda se não ter entendido em que modo se faria a repartição do dito cabedal; e estando agora as náos pera partir não ha tempo pera esta declaração ir em carta de Sua Magestade que venha a tempo assinada de Madrid, e assi por seu mandado e com ordem dos Senhores Governadores auiso disto a V. S. como faço de algũs cousas que lhe escreue per outras cartas.

II. Entendesse pella conta que se fez na Casa da India que os vinte mil quintaes de pimenta (que quando menos podem vir nestas cinco náos) podem custar a rezaõ de doze xerafins e meo por quintal, hum por outro, em que se montaõ nos vinte mil quintaes dosentos e cincoenta mil xerafins, pera os quays uão nestas náos por conta da fazenda de Sua Magestade cento e vinte e seis mil cruzados de dez Reales o cruzado, a rezaõ de cincoenta por cento.

III. E assy vão mais vinte mil cruzados de dez Reales o cruzado, pera com elles se perfazerem os trinta mil cruzados que se haõ de emprestar aos contratadores das náos pera concerto dellas, ao mesmo respeito de cincoenta por cento.

IV. Que soma todo cento e corenta e seis mil cruzados de dez Reales o cruzado, os quays uão repartidos nas ditas cinco náos pella maneira seguinte:

Na náo Capitaina trinta e seis mil e quinhentos cruzados, a saber, trinta hum mil e quinhentos cruzados pera o cabedal da pimentá de cinco mil quintaes que nella se podem carregar, e cinco mil cruzados pera o empréstimo das naos.

Na náo Conceição outros trinta seis mil e quinhentos cruzados repartidos pella maneira asima.

E na náó Nossa Senhora da Paz corenta tres mil e oitocentos cruzados, a saber, trinta sete mil e oitocentos cruzados pera cabedal de seis mil quintaes de pimenta que nella se podem earregar, e seis mil cruzados pera o emprestimo do concerto das náos.

Na náó São Simão dezoito mil duzentos e sincoenta cruzados, a saber, quinze mil setecentos e cincoenta crudados pera o cabedal de dous mil e quinhentos quintaes de pimenta que nella se podem carregar, e dous mil e quinhentos cruzados pera concerto das náos.

Na náó Sam Matteus dez mil novecentos e cincoenta cruzados, a saber, noue mil quatrocentos e sincoenta cruzados pera o cabedal de mil e quinhentos quintaes de pimenta que nella se podem carregar, e mil e quinhentos cruzados para o emprestimo do concerto das náos.

As quais cinco adições fazem soma dos ditos cento corenta seis mil cruzados de dez Reales o cruzado, como atrás fica ditto.

V. E ainda que pella carta geral da casa da India se entenderão estas somas e repartições, he materia de calidade pera V. S. ser auisado della por carta de Sua Magestade, e por isso em falta de não poder ser como no principio desta digo, se lhe faz esta de sua parte, os quais cabedaes uão entregues aos mestres das náos sobre quem ha de uir tambem a carga da pimenta, conforme ao que se custuma quando estas cargas se fazem per conta da fazenda de Sua Magestade. em que os mestres ficão sendo feitores da embarcação da pimenta, pera o qual negocio ofereço(sic) a Sua Magestade mandar nestas náos huã pessoa de confiança e partes a cuja conta fosse este cabedal, e viesse a dita pimenta comprada carregada, e beneficiada por elle, o que deixou de ser por não se afigurar alguã desconfiança aos ministros per que isto corresse nesse estado, e que indo isto particularmente emcomendado a V. S. seria de mais efeito que ordenandosse por qualquer outra uia, e que V. S. auisasse ao Vedor da fazenda de Cochim de como nisto conuem que proceda como

Sua Magestade delle confia, ao qual se hade entregar o dito cabedal segundo ordenança, e metesse neste cargo logo debaixo das chaues para isso ordenadas, sem por nhũ caso se bolir em huã só moeda delle inda que seja por emprestimo, e com presuposto de se tornar logo antes de ser necessario, e que indo alguã não ou náos a Goa, e não estando naquella cidade ho Vedór da fazenda de Cochim, se entregue o cabedal da tal não ou náos ao Vedor da fazenda de Goa pera elle fazer outra tal entrega ao do Cochim a que pertence.

VI. Sobre o cabedal da não Sam Simaõ, que uai em direitura a Mallaca, se procederá conforme a ordem que pera isso se dara a Cosmo de Lefetá. que uai por Capitãõ nella, de que por outra carta ou no fim desta avisarey V. S. e elle tambem o fará depois que chegar a Malaca conforme a relaçaõ (sic) que se tomar com a dita não de uir pera o Reino com carga, ou ficar em Mallaca, ou se enuiar á India. Deos guarde V. S. de Lisboa 30 de março de 598.—*Dingo Velho.*

(*No Sobrescripto*)

Ao Conde Almirante. Viso Rey da Imdia.—Segunda via.

(Livro 2.º fl 450)

337.

Por estarem as vias cerradas, e eu não ser lembrado se as coussas que nesta direi vaõ nellas, pareceo aos Senhores Governadores que era melhor duplicaremse que deixar V. S. de ser avisado da resoluçaõ que Sua Magestade nelas tem tomado, sobre que lhe escreueo em suas cartas pera se fazerem outras pera V. S.

II. Foi Sua Magestade enformado dos inconuenientes que aua sobre a materia da pimenta que vai ás fortalezas de Ormuz e Mascatto, e que requerem remedio com que se atalhase esta desordem, e tomadas as enformações necessarias se resolveo Sua Magestade em deuer

mandar executar as penas que sobre isto estão postas, e samente relenarem-se os culpados de algũa pena de morte se por isso se lhes dá, e que o principal remedeo que isto terá he mandar Sua Magestade que aja armada no estreito pera visitar as náos e nauios que vão pera aquellas fortalezas, e así pera o estreito de Mecca, e que na fortaleza de Mascatte deue aver pessoa particular que busque os nauios que forem ter a ella pera se não poder leuar por terra.

III. E que sobre os cartazes que se dão na fortaleza de Ormuz pera Maçua e outros lugares da Persia, posto que se entende que vão a Baçorá, e se dissimullaõ pelo muito proveito que disso resulta á fazenda de Sua Magestade, parece a Sua Magestade que se não deuem prohibir por ora por algũas razões que pera isso se apontaõ, mas que V. S. o veja e pratique, e avise Sua Magestade da enformaçaõ que tiver com seu parecer.

IV. Agora á partida destas náos veyo das Ilha da Madeira, aonde foi ter, o roteiro da viagem que os Olandeses fizeraõ ás partes do sul, do qual se tiraraõ os pontos mais importantes de que pareceo aos Senhores Governadores que V. S. deuia ser avissado, e vão com esta carta em todas as quatro vias destas náos; e no primeiro capitulo que trata da bahia de Antaõ Gil na Ilha de São Lourenço lhes parece que V. S. se deue aduertir de quando ouuer occasiaõ pera isso mandar ali fazer algũa dilligencia, e que do que se trata no ultimo capitulo de culpas cometidas pelos Portuguezes na Jaoa maior deue V. S. ter já enformaçaõ e mandado acodir a isso, e proceder contra os culpados, e em especial com o nomeado no ultimo capitulo, mas que todavia o lembraõ e aduirtem disso a V. S. da parte de Sua Magestade a quem escrevem sobre isso, e de como se faz este officio com V. S.; e outra copia como a que aqui vay que se tirou do dito roteiro se deu a Cosmo de Lafetá pera por sua parte fazer nesta materia o que lhe foi ordenado, e avisar a V. S.

V. Taõbem aviso da parte de Sua Magestade que he

necessario que mande nas primeiras náos ou o mais brevemente que puder ser a traça de todas as fortalezas desse estado pera Sua Magestade as ver, e aver quâ noticia do sitio e forma delas quando se offerecer tratar-se de alguma, como agora quando se tratou com 'osmo de Lafetá do forte que dizem a Sua Magestade que he necessario fazer-se em Mallaqa pera defenzaõ do porto, de que ele dará conta a V. S. e quando as traças se não pudrem fazer logo todas juntas pela distancia das fortalezas, e as não ouner feitas em Goa, as irá V. S. mandando huã agora e outras depois, así como se forem acabando.

VI. E porque Sua Magestade he informado que por o cargo de escriuaõ da matricula desse estado ser de tanta emportancia como se tem entendido, e que como por elle se faz a principal despesa do rendimento delle, seria seu serviço prouver-se em vida e não cada tres annos, posto que na dita matricula aja quatro contadores de experiencia pera fazerem os descontos e contas dos soldos e ordenados que se pagaõ por ella; e antes de Sua Magestade tomar nesta materia resoluçaõ, quer que Vossa S. a trate e pratique com pessoas que a bem entendãõ, e tome dela as informações necessarias, e avise a Sua Magestade com seu parecer pera nisto mandar o que ouner por mais seu serviço. Nosso Senhor guarde a V. S. De Lisboa a cinco d'abril de 93.—*Diogo Velho.*

(*No Sobrescripto*)

Ao Conde Almirante, VisoRey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 425)

Extracto do Roteiro da viagem dos Holandeses (a)

Neste Roteiro da viagem que fizeraõ os Holandeses á Jaoa. ha de consideraçaõ.

(a) He o papel de que falla o Cap. IV desta Carta.

A Bahya de Antaõ Gil da Ilha de S. Lourenço a qual está em altura de 16 grãos na costa de leste da dita Ilha, e he muy grande e capaz, tendo de largo 10 legoas e dentro alguã Ilhas pequenas, e entre ellas huã maior muito alta detrás da qual ha bom fundo pera surgir; he esta ilha pouoada, tem muitas fruitas, laranjas, limoões, e cidras, e galinhas, vacas, carneiros, e cabritos, do alto da serra dese huã ribeyra de agoa e por ella acima hum quarto de legoa está huã pouoaçãõ de duzentos casas, e outras menores.

Fóra desta Bahya está a ilha de Santa Maria, na qual acharaõ os Holandeses as mesmas fruitas e mantimentos, e muito peixe.

No estreito que fica entre a Jaoa menor e a ilha de Bale encontraraõ taõ grande corrente de agoa ao norte, que com grande trabalho desembarcaraõ.

Da ilha de Bale fizeraõ sempre o caminho a oessueste sem encontrarem terra, pello que naõ pode ser a Jaoa grande taõ larga como a fazem as ordinarias descripções daquellas partes, naõ sendo até agora descuberta a costa do sul desta ilha da Jaoa mayor.

Chegados á cidade de Bantaõ na Jaoa mayor (na qual carregaraõ o que trouxeraõ) acharaõ nella muitos Portugueses que os agasalharaõ e banquetearaõ, e deraõ informação da pimenta que hauia na terra, e da novidade que se esperaua pera carregarem suas náos, e entre estes Portugueses ouue hum por nome Pedro de Attaide, de Malacá, o qual os auison de tudo o que se trataua na ditta cidade contra elles, e aconselhou que com breuidade tomassem carga antes que os Jaos effeituassem seus máos intentos, os quaes pode ser que puzeraõ em execução, e que naõ jornaraõ estes Olandeses á sua terra se este Portuguez naõ fora, e outros que no Roteiro se naõ nomeaõ.

1598.

SEGUNDA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

338.

Dom Francisquo da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c. Faço saber aos que este aluará virem que auendo respeito aner oje em dia nas partes do norte muitas fianças perdidas que estaõ em mortorio de muitos annos a esta parte sem se pôr cobro niso nem fazeremse diligencia pera se arrecadarem pera a fazenda de Sua Magestade. e querendo niso proner pelo que cumpre ao seruiço do dito Senhor e bem da dita sua fazenda, ey por bem e me praz que o Licenciado Ruy Machado Barbosa, que naquellas partes do norte anda por Ouvidor geral com alçada, conheça das causas das ditas fianças sumariamente abreuviando os termos dellas, e as que julgar que pertencem á fazenda de Sua Magestade mandeas pôr logo em arrecadação, e avissandome da contia dellas para nisso mandar o que ouuer que he mais seruiço do dito Senhor. Noteficoo assi ao dito Ouvidor geral para que o cumpra, e faça cumprir inteiramente sem duuida ou embargo algum, posto que naõ passe pola chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade. Bertolameu Velho o fez em Goa a 18 de Janeiro de 598.—*O Conde VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 145)

339.

Dom Francisquo da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c Mando a vós Antonio Pires d'Aguiar, Ouvidor de S. Thomé, que tanto que este virdes que logo tireis a deuasa que se mandou tirar dos Rapossos, e das insolencias e coussas mal feitas que

fazem na terra, e se são perjudiciaes nella, e dos mais que o são, e dos que fazem carcere privado em suas casas, e se Antonio de Sousa prendeo o adigar (?) da terra, e se os ditos Rapossos e suas cunhadas feriraõ aos piaõs do capitaõ, e tirada a dita deuasa com todo o segredo possivel emviaõlaeys a esta corte cerrada e mutrada per pessoa segura, e sem sospeita pera na Relação ser vista pelos desembargadores della; e assi preguntareis e sabereis do Ouvidor passado que foi da deuasa que tirou dos ditos Rapossos por mandado do VissoRey Mathias d'Albuquerque, e fareis muito por abrenhades a vós (a) e envialaeis tambem com a outra fazendo niso todas as diligencias necessarias para que appareça: e se saber a culpa que niso ouue. Cumprio assi sem duvida alguã, posto que não seja passada pela chancelaria sem embargo da Ordenação em contrario. Bertolameu Velho o fez em Goa a 18 de Janeiro de 598. O *Conde VisoRey*.

(Livro 1.º do Alvaras fl. 145 v.)

340.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VissoRey da India &c. mando a vós o Licenciado Francisco de Campos Tauares, Ouvidor da cidade de Cochim, que tanto que este virdes com toda brevidade possivel vades tirar deuasa do capitaõ do Coulaõ pellos capitulos que vos seraõ dados com este, e sobre todos preguntareis por todas as cousas que fez e faz contra serviço de Sua Magestade, e seu regimento, e em perjuizo de pouo, e sua avexação. e esta deuasa não escusará que se lhe tome residencia a seu tempo, a qual tirada emviaõlaeis serrada e mutrada a esta corte á Relação pera nella pellos desembargadores se detreminar o que for justiça. Comprio assy sem

(a) Assim está no registo; mas parece que a verdadeira llecção deve ser=*por a haverdes a vós*=

dunida algũa posto que não vá passado pola chance-laria, e sem embargo da Ordenaçã em contrario. Bertolamen Velho a fez em Goa a 18 de Janeiro de 598. —O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 146)

341.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este aluará virem que eu sou informado que na armada do Malauar andão algũas pessoas que forão degradados para Ceylaõ por casos e culpas que cometerão sem quererem ir cumprir seus degredos, e porque cumpre ao serviço de Sua Magestade e bem da justiça que o fação, ey por bem e me praz que Dom Luis da Gama, capitão mór da dita armada, mande apregoar por ella este aluará, para que todos os sobreditos degradados vão cumprir seus degredos ao dito Ceylaõ, e se embarquem em companhia de Dom Francisco da Gama, Capitão de Guale, sob pena que não o fazendo terem o dito degredo em dobro, e seraõ leuados em ferros para lá, e da dita publicaçã se fará termo nas costás deste que o dito Capitão mór enviará ao juizo do Ouvidor geral do crime do estado para se proceder e se executar a pena seyma contra os que não cumprirem o que assey mando. Noteficeo assey ao dito Capitão mór, e mais justiçaes, officiaes e pessoas a que pertencer pera que o compraõ, e fação inteiramente cumprir e goardar da maneira que dito he sem dunida nem embargo algum. Bertolamen Velho o fez em Goa a 26 de Janeiro de 598. —E outrosy perderaõ as fianças que tiuerem dadas. —O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 146 v.)

342.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c, faço saber aos que

este meu Alvará virem que por justos respeito que me a isto mouem do seruiço de Deos e de Sua Magestade ey por bem e mando que nhum Christão de qualquer calidade e condiçaõ que seja vá por terra de Cochim pera Santomé ou Negapataõ, nem venha das ditas partes pera o dito Cochim por terra sem licença minha por escrito, ou de Dom Antonio de Noronha, capitaõ que ora he da dita cidade e quem fizer o contrario emcorreçaõ em pena de cem cruzados para accusador e captiuos, e hum anno de degredo pera a conquista de Ceylaõ; e este será publicado na dita cidade de Cochim e pouoçaõ de Sam Thomé e Negapataõ pera a todos ser notorio. Noteficoo assi ao dito Dom Antonio de Noronha, Ouuidorès, e mais juizes a que este for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, pera que o cumprã e goardem, e façãõ inteiramente cumprir e goardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo. João de Freitas o fez em Goa a 18 de fenereiro de 598. Aluoro Monteiro do Canto a fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 148)

343.

Dom Francisquo da Gama. Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India &c. faço saber aos que este meu Alvará virem que em poder de Jadu Malemo, Ba-neane, se depositaraõ por mandado de Mathias de Albuquerque, Viso Rey que soy deste estado, setecentos e corenta e dous xerafins e huã tanga e corenta e dous reia procedidos de hum caixaõ de coral de hum mouro por nome Pusay, que faleceo nestas partes em terra de Sua Magestade, o qual deposito o Licenciado Ruy Machado Barbosa, Ouuidor geral do cinel, passou por minha ordem a poder de Pero Rodrigues de Lisboa, como parece dos autos que estãõ em poder de Francisco Lopes, escrivãõ do Juiz dos feitos de Sua Magestade, e ora quando respeito ao dito Senhor ter applicado o dinheiro

de abintestados pera as obras de Sé noua desta cidade, e auer mais de seis annos que he falecido o dito mouro sem constar de erdeiros seus na forma de direito, ey por bem e me praz que os ditos setecentos corenta e dous xerafins huã tanga corenta e dous reis sejaõ entregues a Dom Frey Aleixo de Meneses, Arcebispo Primaz, administrador da dita Sé noua, com declaraçaõ que pera segurança dos erdeiros, se em algum tempo vierem, dará primeiro fiança a lhes entregar o dito dinheiro sendo-lhe julgado por sentença, e depois de o ter recebido o fará carregar em receita com as declaraçoẽs necessarias sobre a pessoa que corre com a despesa das ditas obras, e com este, e con. a obrigaçaõ de fiança e conhecimento do dito Arcebispo Primaz, que tudo se ajuntará, nos autos da dita deposito, ey por desabrigado delle a Pero Rodrigues de Lisboa, depositario da dita conta. Notificaõ assy ao Juiz dos feits da Sua Magestade, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se nella contem sem duvida nem embargo algum. Joãõ de Freitas a fez em Goa a 18 de feuerreiro a 598. Alvaro Monteiro do Ganto a fez crecreuer.—*O Conde VisoRey*

(Livro 1 de Alvarás fl. 147)

344.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c faço saber aos que este alvara virem que eu sou informado que estando prouido por regimento que todas as fazendas do Cabo de Comorim venhaõ a esta cidade de Goa pera nalfandega della pagarem os direitos denidos a Sua Magestade, os mercadores descarregaõ em Cochim muitas fazendas das naos de Malaca e da China a fim de pagar menos direitos ao dito Senhor, e as despachaõ nalfan-

déa daquella cidade sem o Juiz e officiaes della lhô impedirem, como são obrigados; e querendo atalhar a perda que a fazenda de Sua Magestade recebe nos factores dos despachos da dita alfandega, e por outros justos respeitoes que de nouo acrescerão aos que o dito Regimento considerou, ey por bem e por este mando e defendo que nhuã pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja descarreguem no dito Cochim fazenda das náos que de Malaca e da China aly chegarem em tempo que ajaõ de partir para passar a esta cidade, sob pena das ditas fazendas pagarem os direitos em dobro per entrada nalfandega desta cidade, alem dos que deue-rem por saida, e a seus dones naõ ficará direito algum pera repetirem da fazenda de Sua Magestade os que já lhe teriam pago no dito Cochim, e os officiaes que na dita alfandega derem despacho das taes fazendas emcorrerão em pena de perdimento de seus cargos, e pagaráõ cada hum cem cruzados pera o ospital desta cidade, como o Regimento declara; e isto se naõ entenderá nas fazendas que verdadeiramente constar que das ditas partes vieraõ per conta e risco de casados de Cochim, porque as taes se poderaõ descarregar e despachar na dita alfandega na forma ordenada, saluo cobre e crano que vierem no galeaõ de Maluquo, a que os dítos officiaes naõ daraõ despacho algum posto que sejaõ de casados sô as ditas penas, por quanto o dito crano hade passar todo a esta cidade pera segurança dos terços e choqueis que deue, e o cobre pera se comprar ás partes pera fundir em artelharia, e bater em moeda, e sendo caso que alguã das ditas náos da China e Malaca naõ possaõ passar a Goa por de todo ser acabada a monçaõ, se poderaõ descarregar em Cochim e nalfandega se recolherão as fazendas que trouxer, mas naõ se despacharáõ outras senaõ as que forem de casados da dita cidade como dito he, e a todas as mais pessoas que deuem direitos a Sua Magestade se naõ dé despacho sem especial mandado meu, o que assi se cumprirá sob as penas aly declaradas assi a respeito dos mercadores como dos officiaes dalfan-

dega, e do dito meu mandado, (per virtude do qual se fizer o tal despacho) se fará menção nas certidoas que se passarem ás partes, porque não trazendo esta declaração mando aos officiaes da alfandega desta cidade as não guardem, e sem embargo dellas arrecadem os direitos em dobro das ditas fazendas pello modo que atrás declaro; e esta se publicara nos lugares publicos na cidade de Cochim, e se registara na alfandega della, e na desta cidade pera se saber o que assi mando e ordeno. Notifico assy ao Vedor da fazenda geral da India, Juiz dos feitos de Sua Magestade, Juizes e mais officiaes das ditas alfandegas pera que o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar muito inteiramente o que dito he sem duvida nem embargo algum. Bertolameu Velho o fez em Goa a 23 de feuerreiro de 598. Alvaro Monteiro do Canto a fez escrever.—O *Conde Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 148 v.)

345.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India &c faço saber aos este algaré virem que por justos respeito do seruico de Sua Magestade que me a isto mouem ey por bem que o liuro da receita e despesa dos tisonreiros do dinheiro do hum por cento da dita cidade de dez annos a esta parte (a) pera por ella se saber o que rendeo no dita tempo e o que está despendido, e em que se despendeo, os quaes entregará ao capitão da primeira, não que vier para esta cidade, e em falta os enviara na galle de Dom Diogo Continho dentro em hum caixaõ fechado com declaração de quantos liuros são pera quã se entregarem á mesma pessoa que eu pera iso ordenar, e estando os ditos liuros, ou alguns delles dentro na

(a) Assim está no registo, mas claramente se vê que falta pulcras, e fica o sentido incompleto.

Camara da dita cidade, mando aos Vereadores della os entreguem ao dito Ouvidor pera este effeito, e tendo ella alguma duvida a mandaraõ alegar a esta corte e sem embargo della se comprirá o que assi mando. Notifico assi aos ditos Versadores, Procuradores, e mais officiaes da dita cidade, e ao tisqueiro, do dito hum por cento pera que o cumpraõ, façaõ cumprir e guardar da maneira que dito he sem duvida nem embargo algum. Bertolameu Velho a fez em Goa a xxij de febreiro de 598. Alvaro Monteiro do Canto a fez escreuer.—
O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 149 v.)

346.

Dom Francisco da Gama &c. faco saber aos que esta meu aluará virem, que avendo eu respeito aos VisoReys e Governadores deste estado por suas prouisoões terem applicado o dinheiro dos abimtestados para as obras da Sé noua desta cidade de Goa, e Sua Magestade por seu aluará feito em Lisboa a doze de março do anno de oitenta e tres mandar que se cumpraõ todas as ditas prouisoões pelo modo nellas declarado, ey por bem e me praz que o Promotor mor dos defuntos faça entregar ao feitor que ora he de Sua Magestade nesta dita cidade de Goa, e aos que pelo tempo em diante forem todo o dinheiro de abimtestados que por qualquer via na forma de direito pertencerem á fazenda do dito Senhor, o qual dinheiro o dito feitor fará carregar sobre sy em receita pelo escriptaõ de seu cargo no liuro que para esse effeito mandei fazer, de que passara conhecimentos em forma para a conta dos Promotores e officiaes a que pertencer, e tanto que assy lhe for carregada qualquer adiaõ do dito dinheiro de abimtestados sem mais com elle entender o dito feitor o entregará logo á pessoa que o Arcebispo Primaz tiver ordenado pera correr com as despesas das obras da dita Sé que primeiro apresentar carta ou prouisaõ do seu promotor, e qual sera

registada no mesmo liuro, e nelle ao pé de esda uma receita a dita pessoa asinará conhecimento feito pelo escriuaõ da feitoria de como recebeo o dinheiro da dita receita, para por este modo a todo tempo constar quanto tem recebido e que o podia receber, e tudo o que o dito feitor lhe entregar na forma que requiere este meu aluará, que taõbem será registado no dito liuro, lhe será leuado em conta pelos seus conhecimentos feitos ao pé das receitas, como dito he. Notifico assy ao Vedor da fazenda geral, Provedor mór dos defuntos, feitor, e mais officiaes e pessoas a que pertencer para que o guardem e cumprãõ, e façãõ cumprir e guardar taõ inteiramente como se neste contem sem duuida nem embargo algum, o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade, selhada de seu sello pendente, posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçãõ do Liuro 2.º, titulo xx, que o contrario dispõe. Gnomez Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 28 de feuerreiro de 98. Aluaro Monteiro do Canto o fez escrever.—O Conde VisoRay.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 153)

347.

Dom Francisco da Gama &c. faco saber aos que este meu aluará virem que eu sou informado que em Diu custumãõ os senherios das náos arrecadar logo os fretes das fazendas que carregãõ para Ormuz, o qual além de ser opressãõ para os mercadores que por esse respeito navegaõ menos fazendas, he taõbem occasiãõ dos donos das ditas náos as sobrecarregarem, e não trazem taõ aparelhadas do necessario como convem para seguranca da viagem; e querendo atalhar o perjuizo que deeste máo costume resulta contra o serviço de Sua Magestade e bem de seus vassallos, ey por bem e por este mando e defendo que das fazendas que em Diu se carregarem para Ormuz em qualquer náõ que seja se não arrecade mais que metade dos fretes em Diu (sendo

disso os mercadores contentes) e a outra metade se não poderá arrecadar senão depois da não em que forem carregadas as fazendas ser chegada a saluamento á dita fortaleza de Ormuz, posto que os mercadores digão que de sua liure vontade querem pagar logo todo o frete en. Diu, sob pena de quem o contrario fizer por cada vez cem pardãos de cinco larin, metade para o accusador, e a outra metade para a ribeira de Sua Magestade desta cidade de Goa, e se sem embargo da dita pena contra forma desta defesa receber mais em Diu que a metade do dito frete pelo modo declarado, o dono das ditas fazendas lhe não será obrigado a pagar fiute algum dellas, e lhe poderá repetir em juizo dentro de dous annos tudo o que lhe tiver pago; e este será apregoado nos lugares publicos de Diu, e se registará nos livros da sandega e feitoria da fortaleza. Notefiquo asy ao capitaõ da dita fortaleza, ouvidor, juiz da sandega, feitor, e mais officiaes e pessoas a que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, o qual valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do 2.º Liuro, titulo xx, que e contrario dispoẽ. Luis Gonçalues o fez em Goa a 6 de março de MDLRbiiij. (1598). Alvaro Monteiro de Canto o fez escrever—O Conde Viso Rey,

(Livro 1.º de Alvarás fl. 151)

348.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que tanto que enegaõ á fortaleza de Diu as fazendas que haõ de ir para Ormuz, Mequa, e outras partes os nacedõs (sic) e senhorios das náos custumaõ por-lhe logo a sua marqua para se auerem de carregar na sua não, e que depois de posta em nenhuma outra se recebem as taes fazendas asy marcadas, nem outro algum nacedõ as

airene a entender com ellas; e para atalhar a vexação que recebem os mercadores neste costume, pelo qual lhe he forçado pagarem de frete quanto lhe pedirem quem marcou a sua fazenda, ou não a navegar, ey por bem e por este mando e defendo que nenhuma pessoa, christão nem gentio, de qualquer nação, calidade, e condição que seja, ponha marca alguma em fazenda alheia sem consentimento de seu dono, e sem primeiro estar concertado com elle no preço do frete, sob pena de quem o contrario fizer emcorrerá por cada vez em pena de cem pardãos de cinco larin pagos do tronco, ametade para o accusador e ametade para a ribeira de Sua Magestade desta cidade de Goa, e se sem embargo da dita pena carregar na sua não fazendas marcadas contra a forma desta defesa, o dono dellas lhe não será obrigado a pagar frete algum, e tendolho pago lho poderá repetir em juizo dentro de dous annos; e este se publicará nos lugares publicos da dita fortaleza de Diu, e se registará nos liuros dalfandega e feitoria della. Notefiquo assy ao capitão da dita fortaleza, Juiz da dita alfandega, feitor, e Ouvidor della, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, e o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade, sellada de seu sello pendente sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, titulo 20, que o contrario dispõe. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 6 de março de 1598. Aluare Monteiro do Canto o fez escrever—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 152)

349.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber que avendõ respeito a na hida que os Mogos (sít) fizeraõ ao Reino do Pegú soceder aos Portugeses que lá estauaõ o ruyrn successo que tiueraõ de perdas de suas fazendas e vidas,

em tanto descredito deste estado, como he notorio, por atalha: ao mais que lhes pode succeder, e ao perigo certo a que se arrisquaõ por sua muita cobiça, ey por seruiço de Sua Magestade e em seu nome defemdo e mando que nenhum Purtuges nem christaõ de qualquer calidade e condiçaõ que seja vá ao dito Pegú em não nem naúio, nem outra alguã embarcaçaõ sua nem alhea da cidade de Cochim, São Thomé, Negapataõ, nem das mais fortalezas e lugares deste estado, nem de Bemgala, nem de nenhũa outra parte em quanto eu naõ mandar o contrario por outro alvará que reuoge este, que será depois de o dito Reino de Pegú estar de todo quieto, e se acabar a guerra dos Mogos (sic), sob pena que quem o contrario fizer, e for em alguma cousa contra esta defesa, perderá em dobro a valia da embarcaçaõ e fazemda que lhe for achada, ou se prouar que leuou ou mandou ao dito Pegú, a terça parte para o acusador, e as duas para a fazenda de Sua Magestade, e alem disso emcorrerá nas penas de caso maior, ás quaes se executaraõ nos culpados sem remiçaõ alguma, e para que a todos seja notorio, e naõ possaõ alegar ignorancia será este apregoado nesta cidade de Goa, e na de Cochim, e no dito São Thomé, e Negapataõ, e Bemgala, e na fortaleza de Manar, e em todas as mais, para o qual efeito emviará o Chanceler do estado os tres lados desta defeza sellados com o sello das armas reaes assinados por elle aos ditos lugares, e mando aos capitães e ouvidores das sobreditas cidades, fortalezas, e povoaçoẽs mandem fazer em cada huma dellas a dita diligencia, e disso passem certidoẽs autenticas na forma ordinaria, que emviaraõ a esta corte ao juizo do Ouvidor geral do crime para a todo tempo se proceder contra os ditos culpados, como dito he. Notefiquão assy ao dito Ouvidor geral, capitães e ouvidores acima declarados, e mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertncer, para que o cumprãõ e guardem, e façãõ inteiramente cumprir e guardar sem duvida nem embargo algum; e valerá como carta posto que o efeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ do 2.º Livro, título

xx, em contrario. Esteuaõ Nunes o fez em Goa e 8 d'abril de 1598. Alvaro Mõtelro do Canto o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 154)

350.

Dom Francisco da Gama, Comde da Vidigeira, Almirante e Viso Rey da India &c. faço saber aos que este aluará virem como o Doutor Pero da Silua, Chanceler deste estado, e o Licenciado Ruy Machado Barbosa, Ouvidor geral do crime, e o Licenciado José Paes, juiz dos feitos, em Relaçãõ assentaraõ perante mim que todos os degradados de Ceilaõ se embarquem nesta monçaõ presente deste abril na não que pera lá vay, sob pena que naõ imdo, perderem suas fiamças, e lhe serem dobrados os degredos, e emcorrerem nas mais penas que per direito merecerem, e outrossy as pessoas que forem perdoadas pello dito perdaõ geral com condiçaõ de irem a Ceilaõ, se embarquem nesta dita monçaõ, sob pena de de lhe naõ valer o dito perdaõ, e isto se naõ entenderá nas pessoas que tiverem espaço ou soprimento meu, pelo que mando que se cumpra e guarde inteiramente o dito assento; e para que a todos seja notorio será este apregoado nesta cidade pelos lugares publicos e acostumados de que se fará termo nas costas delle. Notefiquoos assy ao dito Ouvidor geral do crime, mais justicias, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ comprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algũa. Gonçes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 18 de abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 155)

351.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do serviço de Sua Magestade, bem e proueito da sua fazenda, ey por bem e me praz, defemdo e mando em nome de Sua Magestade que nenhuã embarcaçã vá de Negapataõ a Perá sem primeiro ir despachar nalfandega de Malaqua, e pagar á fazenda de Sua Magestade nella os direitos das fazendas que levar, e despachar nella per saida as que ouer de tirar, como he costume, sob pena de toda a pessoa que o contrario fizer perder a embarcaçã e fazendas que nella se acharem para catiuos e acusador, e de se proceder contra elle os que naõ saõ obedientes. (a.) aos mandados de seus principaes; e para que a todos seja notorio e naõ possaõ alegar ignorancia será este apregoado em Malaqua e na dita pouoaçã do Negapataõ, e se registará na dita alfandega, de que se fará termo nas costas delle. Noteficoo assy a todas as justiças de Sua Magestade, e lhes mandando que o cumpraõ e guardem e façaõ inteiramente cumprir e guardar da maneira que se neste contem, sem duvida nem embargo algum, o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenaçã do Liuro 2.º titulo xx, que o contrario dispoẽ. João de Freitas o fez em Goa a xx dabril de 598. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 155 v.)

352.

A xx dabril de 98 passou alvará avendo respeito a alguns omisiados que andaõ por terras dos infieis, e outros nas armadas naõ se poderem vir apresentar no juizo da Ouvidoria geral do crime para se liurarem das culpas

(a.) Assim está no registo; mas deve ler-se—e de se proceder contra elle como contra os que naõ saõ obedientes—

que tem na forma do perdaõ geral no tempo que lhes foi asinalado, e por assy o aver por serviço de Deos e de Sua Magestade, ouue por bem que os ditos omisiados se possaõ vir apresentar no dito juizo por todo este mes de abril thé quinze de maio que vem, e vindo no dito termo gosaraõ do dito perdaõ; e para a todos ser notorio será este apregoado nesta cidade pelos lugares publicos (a).

(Livro 1.º de Alvarás fl. 156)

353.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este aluará viã rem que por justos respeitos que me a isto mouem do serviço de Sua Magestade, ey por bem e mando que do porto da cidade de Cochim não parta para Bengala embarcação alguã se não for não d'alto bordo, na qual não e em cada huã das que daly partir se poderaõ embarcar dez Portugeses casados e maradores na dita cidade, e estes com licença por escrito do capitaõ da dita cidade, e d'outra maneira não, e o capitaõ ou senhorio da dita não dará fiança de mil pardãos perante o Ouvidor da dita cidade a levar e tornar a trazer na propria não os ditos dez casados, ou certidaõ de como algum delles he falecido, para sua descarga, e se obrigará a não levar outra alguã pessoa, de que se fará termo por elle asinado, e antes que as ditas náos partaõ o Ouvidor as irá buscar, e não consentirá ir em cada huã mais que os ditos dez homens, como dito he, e partidas, ou quando as ditas náos tornarem á dita cidade tirará o dito ouvidor deusssa para saber se emcorreraõ nesta defesa. e procederá contra os culpados como for justiça damdo em todo a sua deuida execução este meu aluará. Noteficoo assy ao dito Ouvidor, mais justiçaes, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem como se neste contem sem duuida nem embargo algum. Antonio da Cu-

nha o fez em Goa a 22 d'abril de 1598. E para vir á notícia de todos, e naõ aver quem alegue ignorancia este será apregoado pelos lugares publicos e acostumados da dita cidade de Cochim, de que se fará termo nas costas. Luis da Gama o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 156)

354.

Dom Francisco &c. aos que este aluará virem faço saber que por assi o aver por seruiço de Sua Magestade, bem e prouito de sua fazenda, e y por hem e me praz que daqui em diante as embarcações que vaõ com fazendas ao porto de Negumbo da costa de São Thomé, Choramandel, Negapataõ, e de quoaesquer outras partes, vaõ primeiro a Columbo pagar os direitos á fazenda de Sua Magestade das taes fazendas, de que apresentaraõ certidaõ dos officiaes da feitoria, e apresentandoas naõ seraõ obrigados aos pagar em Negumbo por entrada senaõ por saida; e fazendo o contrario seraõ as ditas embarcações e fazendas perdidas, ametade pera a fazenda de Sua Magestade, e a outra pera ho acusador, e pera que a todos seja notorio mando que se apregoe este aluará nas ditas pouoações para omde se emuiará o treslado delle justificado pelo Ouvidor de Columbo, e se registará na dita feitoria de que se fará termo. Notefiquoo asy a todos os capitaes, e ao dito Ouvidor, mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario despoem. Luis Gonçaves o fez em Goa a xxlij de abril de 598. Luis da Gama o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 157)

355.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que esta aluará virem que eu ey por bem e me praz por justos respeitos do serviço de Sua Magestade com parecer dos desembargadores da mesa da Relação que os Portuguezes que estão comdenados per sentença para sempre para as gallés, em que entrará Francisco da Moura Lobo, vão degradados para sempre para Maluquo, tirado Jorge Deniz, que por rezaõ particular que para iso ha vá degradado para sempre para a conquista de Ceylaõ, e os degradados por dez annos para as gallés vão para sempre para a dita conquista, e os que forem degradados por menos tempo vão cumprir na dita conquista o seu degredo em dobro, e isto sem embargo de suas sentenças os comdenarem para as gallés por quoaesquer palavras que nelas aja, sob pena que todo o degradado que for achado fóra da dita conquista morra morte natural remesinel (*sic*), e para efeito de se cumprir todo o sobredito se trasladará este aluará nos feitos de seus liuramentos para o Ouvidor geral do crime conforme a elle fazer declaração do degredo que amde ir cumprir e para omde vão, e outrosy mandará o dito Ouvidor geral noteficar aos ditos degradados do que asy ey por bem para que não posão alegar ignorancia, e da dita noteficação se fará termo, a quem o notefico asy, e a todas as mais justiçaes, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste comtem sem duvida nem embatgo algum. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a xxiiij de abril de 1598. Luis da Gama o fez escreuer. — O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 157v.)

356.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira; Almirante e Viso Rey da India &c. faço saber aos que

este aluará virem que auendo eu respeito aos desem-
bargadores destas partes da India em Relaçã assen-
tarem perante mim que Manoel Barreto da Silva, Ca-
pitaõ de Manar, mande pello Juiz ordinario daquella
fortaleza noteficar ao Padre Gregorio dos Reis, Vigario
da Vara, venha a esta corte por todo o mez de outu-
bro deste anno presente pera nella me dar rezaõ das
causas que teue para proceder comtra Francisco Ram-
gel Castelobramquo, Ouvidor da dita fortaleza de Ma-
nar, e por lhe impedir sernir seu cargo, e perturbar a
juridiçaõ de Sua Magestade, e da dita notificaçaõ e
reposta que o Vigario a ella der mamdará o Juiz fazer
termo pelo escriuaõ do judicial de que imuiará o tres-
lado em modo que faça fé ao Juiz dos feitos de Sua
Magestade, pelo que mando ao dito capitaõ o faça
cumprir e guardar da maneira que neste se contem
sem duuida nem embargo algum. Joaõ de Freitas o fez
em Goa a 23 de abril de 1598. Luis da Gama o fez
escreuer. E sendo presente o Ouvidor da dita fortaleza
elle fará esta diligencia, e em sua auzencia o Juiz or-
dinario.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 160)

357.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos este
meu aluará virem que auendo eu respeito ao muito que
importa ao seruico de Sua Magestade estarem os alma-
zens que tem nesta cidade prouidos de artilharia para
o prouimento das ordinarias armadas que neste estado
traz contra imigos de nosa santa fee, e para fortificaçaõ
he defemsaõ das fortalezas que Sua Magestade tem
nestas partes da India, e a muita necessidade que ha
de cobre, e as mais rezoẽs em que se fando o Viso
Rêy que foy Matias d'Albuquerque para dar licença em
abril do anno passado de nouemta e sete pera todos os
mercadores e pessoas outras poderem tratar em cobre

da China para estas partes na forma que declara a dita
promissaõ, e, por bem de a confirmar, e por esta com-
firmo, e dou. licença a qualquer pessoa que quizer posa
trazer ou mandar trazer da China cobre, e tratar nelle
liurementemente com declaraçãõ que o trazaõ ou mandaraõ todo
a esta cidade de Goa, e o naõ desembarcaraõ nem leua-
raõ a outra parte alguã sob pena d'emcorrer no perdi-
mento do cobre e da sua fazenda, e nas mais penas
pessoaes que parecer justiça, e depois de trazido o
dito cobre e outras mercadorias pagaraõ na alfandega
desta cidade em cobre os direitos que deuerem do dito
cobre e das outras mercadorias e fazendas que des-
pacharem em Malaqua ou nesta cidade, e depois que
tiuerem pagos os direitos na forma que dito he, sendo
necessario mais algum cobre para o serviço de Sua Ma-
gestade, os ditos mercadores e pessoas outras o daraõ
pelo preço que nesta terra valer com se lhe pagar pri-
meiro da fazenda de Sua Magestade a valia do dito
cobre, e todo o mais cobre que lhe sobejar depois de
pagarem os direitos o poderaõ os ditos merca-
dores e pessoas outras levar liurementemente para suas ca-
sas sem per nhum caso lhe ser tomado por Sua Ma-
gestade sem primeiro se lhe pagar a valia delle, como
dito he, nem lhe ser feito força ou agrauo algum antes
muitos fauores, e com estas condiçoẽs e declaraçoẽs
ey por confirmada a dita promissaõ e licença. Notifi-
quoaõsy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade,
capitaõ mor da China, capitaõ da fortaleza de Malaqua,
feitor dela, juizes das alfandegas, mais justiças, ofi-
ciaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que
o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e
guardar como se neste contem sem duvida nem em-
barço algum, o qual sera apregoadõ pelas ruas publi-
cas desta cidade, e em Malaqua, e na China para a
tódos ser notorio, e se registara nos liuros das camaras,
feitorias, e alfandegas para se saber como asy o ey
por bem pelos ditos respeitois, e este valera como carta
pasada em nome de Sua Magestade sem embargo

da Ordenação do 2.º Livro, título 20, em contrário. Antonio da Cunha o fez em Goa a 24 de abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 159)

358.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este aluará virem que por justos respeitoes que me a isto mouem do seruiço de Sua Magestade ey por bem e me praz que nenhuã pessoa de qualquer calidade e comdição que seja possa por sy nem interpostas pessoas fazer na Ilha de Ceylaõ canela alguã sem especial licença de Sua Magestade e minha, sob pena de quem o contrario fizer perder toda a canela que lhe for achada, e outrosy ey por bem que depois que a não da carreira partir do porto de Ceylaõ para esta cidade com a sua carga nenhuã outra embarcação de qualquer sorte que seja carrega canela no dito Ceylaõ nem a leue pera fora, e sendo caso que a canela das pessoas que tiuerem licença de Sua Magestade ou minha não caiba na não da carreira por não ser capaz, a que sobejar se meterã em outra não ou qualquer outra embarcação para Cochim, e depois de partidas as ditas duas embarcações leuara (sic) da dita Ilha de Ceylaõ nhuã canela pera fora, porque sou informado que se leua aos portos dos inimigos onde Sua Magestade não tem alfandegas, sob pena da embarcação que for achada com canela ser perdida, e a canela que nela se achar, ametade pera a fazenda de Sua Magestade, e a outra pera o acusador, e pera que a todos seja notorio será este apregoado na cidade de Cochim e em Columbo, e nos mais lugares onde for necessario, e se registará nos livros das feitorias dela, do que se fará termo nas cartas deste. Notifico asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Capitão de Cochim e Columbo, e a todos os maes capitães oupidores, justicias, officiaes, e pessoas a que pertence

e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, o qual valerá como carta pasada em nome de Sua Magestade selada do seu selo, porem sem embargo da Ordenação do Luro 2.º titulo 28.º que o contrario despoem. João de Freitas o fez em Goa, a 24 de abril de 598. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 160 v.)

359.

Dom Francisco da Gama, &c. faco saber aos que este alvará virem, que avendo eu respeito ao muito que importa ao serviço de Deos e de Sua Magestade que os doentes que ao hospital da fortaleza de Columbo se vão curar sejam bem curados, e lhes não falte o necesario para sua saúde, e para o dito ospital de todo se alenantar para bom recolhimento dos ditos doentes, ey por bem e me praz que todo o rendimento da alfandega da dita fortaleza se despenda na cura dos ditos doentes, e o que sobejar se gaste na obra do dito ospital, e para este effeito mando ao feitor daquela fortaleza, que ora he e pelo tempo em diante for, que tanto que a dita alfandega for remdendo ás somas por certidão assinada pelos officiaes della emrege a conta que for aos mordomos do dito ospital, ou a pessoa que o Provedor da Misericordia tiver ordenado para correr com esta obra, de que cobrará conhecimento em forma para sua conta pelos quaes e este alvará que será registado no livro da receita do dito feitor se lhe letará esta conta na que der de seu cargo, o que se niso montar. Noteisquoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, e ao dito feitor, e mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem, sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, em contrario. Escrivão Nuno o

fez em Goa a 25 d'abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 163.)

360.

Dom Francisco da Gama &c. Faço saber aos que este meu alvará virem que auemdo eu respeito ao muito que importa ao serviço de Deos e de Sua Magestade que o ospital da fortaleza de Golumbo de todo se conserte e se aleuante.....

..... (a)
que valerá como carta sem embargo da Ordenação do Livro 2.º título xx, que o contrario dispõe. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 25 d'abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—*O Conde Viso Rey*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 163 v.)

361.

Dom Francisco da Gama &c. Faço saber aos que este alvará virem que por justos respeitos que me a isto; monem do serviço de Sua Magestade ey por bem e me praz que o Licenciado Ruy Machado Barbosa, Ouvidor geral do crime, vá pessoalmente ou mande pessoa de confiança ás náos e embarcações que nesta monção presente partem da barra para Bengala e mais lugares do Cabo de Comorim pera fora omde não ouner fortalezas de Sua Magestade noteficar asy aos capitães e senhórios das ditas náos e embarcações que não leuem Portuguezes alguns de qualquer calidade que seja, salvo os que tiuerem licença minha por escrito, e os capitães das ditas náos e embarcações darão fiança de mil par-dãos a não leuarem outras pessoas senão as que tiuerem a dita licença, e se obrigarão aq tornar a trazer sendo

(a) A falta de uma folha no livro deixou o registo desta Provisão truncado.

viuos, ou certidão de como faleceraõ, e da dita noteficação (sic), este aluara a o dito termo se registara no Livro das fianças para se proeeder contra os culpados. Notefiquoo aey ao dito Ouvidor geral pera que o cumpra e guarde, e faça comprir e guardar como se neste comtem sem duuida nem embargo algum; e para vir á noticia de todos este aluara será apregoado pelos lugares pubricos desta cidade, de que se fará termo nas costas, e aey por bem que se pze desta pronisaõ todo o tempo do meu gouerno. Luis da Gama o fez escreuer. — *O Conde Viso Rey (a)*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 158.)

362.

Dom Felipe &c. aos que esta minha carta virem faço saber que auendo eu respeito aos Vereadores, Procurador, e mais officiaes da minha cidade de Goa me emviarem dizer por sua peticaõ que eu mandara passar huã ley em vinte e noue de outubro do anno passado de nouenta e sete, per que defendera que naõ entrassem nella Pagodes pelos respeitoos que entaõ pareceraõ justos e necessarios; e que a experiencia tinha mostrado ser a dita defesa em muito prejuizo do pouo como se via das rezoões que apresentauaõ, me pediaõ mandasse naõ se fizesse obra pela dita defeza, e que os ditos Pagodes corresseem como dantes, e visto por mim seu pedir e dizer mandey que os desembargadores da mesa da Relaçãõ vissem a dita peticaõ, e conformandome com seu parecer, ey por bem que de hoje por diante naõ se use nem pratique a dita ley, e a derogo, e por esta a ey por nulla e derogada, e mando que os ditos Pagodes corraõ aey e da maneira que dantes corriaõ na dita cidade, auendo respeito ao tempo toz mostrado naõ ser prejuizo do bem common, nem da minha saemta, correrem os ditos Pagodes por mueda pello

(a) O registo elamitte a data, mas he de Abril de 1808.

presso e valia que damtes tinhad. Notefiquoo assy ao Chappalei do estado, Oduitor geral do crime, mais justicias, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mandando que a cumprad e guardem, e inteiramente façao cumprir e guardar como se nesta conlem, sem duvida, nem embargo algum, e esta se apregoara na praca e lugares publicos da cidade de Goa para a todos ser notorio. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a quatro de mayo. El Rey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de MDLXviij. (1598). Luis da Gama a fez escrever.—O Conde Almirante Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 163 bis.)

1599.

MONÇÃO DO REINO.

363.

Eu El Rey faco saber aos que este aluará virem que por justas razões que me a isso mouem fundados em informações de muito meu serviço, ey por bem e mando que da publicação desta minha prouisaõ na India em diante Capitaõ algum das fortalezas nem outro menistro meu daquelas partes ou officios das Camaras dos lugares e pousagões delas que por meus regimentos puderem prouer seruentras de cargos da justica ou da minha fazenda ou da república, não possaõ por nhum caso dar as taes fortalezas por muito nem pouco tempo a pessoas da nação dos Cristaos nouas, e que os capitães e officiaes que o contrario fizerem (o que não steio deles) incorraõ nas penas que emcorrem aqueles que não compram minhas desleitas e mandados, que se executará nelle sem apelação nem agrauo, nem poderão os meus Viso-Reys e Governadores da India por nhum caso que seja perdoar a dita pena, nem par-

te dela, nem dispensar em cousa alguma desta prouisaõ, e mando que nas residências que se tomarem aos ditos Capitaes se pergunte nelas por este particular que se ajuntam para isso aos capitulos delas, e que dos outros ministros e officiaes se tire deussas se saõ culpados neste caso, e mando aos ditos Vissores e Governadores que em tudo cumprão e goardem esta minha prouisaõ, e a façãõ cumprir e goardar inteiramente como se nella contém, e tenham cuidado de me avisar dos capitães, ministros, e officiaes que se acharem comprehendidos neste caso para eu alem das ditas penas mandar proceder contra eles com as mais que ouper por bem; e esta se registará nos liuros de minha fazenda deste Reyno e casa da India, e nos da Relação de Goa, e feitorias das ditas partes, e huã das vias dela se lançará na torre do tombo de Goa, e valerá como carta começada em meu nome, e passada pela chancelaria, posto que por ela não passe sem embargo das Ordenações do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrairo dispoem. Mafuel de Torres o fez em Lisboa a xx de nouembro de 1598 (a). E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Sobre os capitaes das fortalezas da India, ministros, e officiaes daquelas partes não prouerem hã seruentia

(a.) Este Documento, e os seguintes, dos n.ºs 364 p. 365 foram primeiramente escriptos deixando-se em branco o dia e mez, e pondo-se o anno de 1599; mas depois por letra diversa da do texto do Documento se encheo a lacuna do dia e do mez; e emendou o anno de 1599 em 1598. De alguns logares do texto se conhece que verdadeiramente foram escriptos a depois de entrado o anno de 1599.

Não se facili saber hoje qual fosse a causa destas lacunas e emendas, que todavia não influem sobre a validade e veracidade dos Documentos.

dos cargos da justiça, fazenda, e republica. Aha pes.
sua da nação, sob as penas acima declaradas.

Para Vossa Magestade ver.—2.ª via.

(Livro 1.º fl. 87)

364.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos em-
nio muito saudar, como aquele que amo. Pelas tres náos
que o anno passado de 98 vieraõ dessas partes da India,
em que de cá foi por capitaõ mór Dom Afonso de No-
ronha, e veio o Vissorrey Matias de Albuquerque, rece-
by as vias de vossas cartas, e por elas vy o que tinheis
feito depois de vossa chegada, e que procuraveis de
proceder em tudo conforme a vossa obrigaçaõ e á muita
e particular confiança que de vós tenho, que muito vos
agradeço esperando de vós que asy o façaes sempre.

II. Tiue contentamento do que me dizeis sobre o bom
procedimento do Arcebispo de Goa Dom Frei Aleixo
de Meneses, como já o tinha entendido de todos os an-
nos passados depois que de quã foi, e asy o receby de
saber como tinha vissitado todo seu arcebispado, e que á
pártida destas náos ficaua pera ir vissitar a cristandade
da Serra de Amgamale; e porque tenho emtemdido que
nestas vissitações tem despendido muito, e que tambem
avia de fazer despesa na visitaçaõ que hia fazer, ey
por bem por todos estes respeitos de lhe fazer merce de
cinco mil pardãos por huã vez, e vos emcomendo lhos
façaes logo pagar com effeito.

III. E vos agradeço o cuidado que me dizeis que ten-
des de se fazer pagamento aos Inquisidores desse esta-
do de seus ordenados, e vos emcomendo que asy vades
procedendo com eles, e foi bem feita a aduertencia que
fizestes a Antonio de Barros, hum dos Inquisidores, so-
bre os seiscentos pardãos que mandou gastar do dinhei-
ro do fisco no concerto das obras da casa do Sancto
Officio.

IV. E quanto ao que me dizeis que averia quatro an-

pos qua ElRey de Melimde reside na cidade de Monbaça, e se entemde dele que procede em meu seruico com cuidado e fidelidade, e que achastes que tinha a a terça parte do rendimento dalfandegua daquela cidade, e que alem disso lhe comsedereis alguãs liberdades justas, emcomendonos que me emueis a copia das ditas liberdades, e que sempre assy o façaes, de quaesquer coussas que comcederdes que forem desta calidade, sem esperardes que eu volo mande, como agora faço; e eu lhe mando escrever por huã carta minha que vay nestas vias que quamdo me forem apresentados os papeis de suas pretenções lhe farey com vossa emformaçã e parecer a merce que ouuer lugar, e posto que em outra carta vossa me dizeis que esta alfandegua de Monbaça vay em crescimento, e por o tempo adiante pode remder muito mais, e que seria meu seruico ficarem lhe somente nela os mil e quinhentos cruzados cadano que lhe ora remde esta terça parte, e vejo o respeito que nesta vossa lembrança temdes a meu seruico, todavia vemdo que tem bem e lealmente servido, não será justo darselhe occasiã de queixa, e assy hey por bem que aja em sua uida a terça parte do rendimento da dita alfandegua de Monbaça posto que renda maes que os mil e quinhentos cruzados, e darlheys a entender a vontade que lhe tenho como nisto lha mostro.

V. E asy me daes conta que por faltarem Reys na Ilha da Pemba da linha dos que a possuiã em tempo que Francisco Barreto governou aquella costa, ele tomára posse desta Ilha, e pusera nella hum Rey com nome de vassallo e obrigaçã de pagar certas parças, e que hum filho seu dera grande ajuda quando se fez a fortaleza de Monbaça, e que arreceandosse no anno de 95 que poderia vir Turcos a ella, se viera meter na dita Ilha com a melhor gente que tinha e com muitos mantimentos, e que tendo escrito ao Arcebispo de Goa lhe mandasse quem os baptisasse o matakaõ os seus com peçonha, e que por lhe não ficarem filhos, recolheris hum irmaõ seu que leugreis com vasco e indio, e ordenareis o governo da-

queila Ilha por regedores que a tinhaõ quieta, e que por este moço ser bom sogeito e dar mostras de se conuertira a fôrça sancta fé, que fazendoo, detreminauéis casalo, e fazelo Rey da dita Ilha de l'emba, e que naõ se conuertendo vos parece que deno fazer merce daquela Ilha a ElRey de Melinde, e vindo como o Rey irmão deste moço foi morto com peçonha por se queter fazer christão, ey por bem que ele seja Rey desta Ilha, posto que se naõ faça christão, tratandosse com ele que o seja pelos modos que nestas cousas se deuem ter, porque sendo sen, irmão benemerito pelos seruiços que tinha feitos, é por morrer por aquelle modo, naõ hẽ justo que este Rey no passe a outro estranho.

VI. E sobre o que dizeis que ElRey da Persia hẽ moço e pouto afeiçoado a guerra, e que depois que o Turco fora roto polo Emperador meu tio largára duas cidades a este Rey de que a principal era a de Tabriz, e lhe mandara hum embaixador com hum grande presente que fora dele bem recebido, e partira da corte do mesmo Rey muito satisfeito, e que por terdes este aviso emcomendareis muito emtarregradamente a Dom Antonio de Lima, que entãõ partira para Ormuz, procurasse quanto lhẽ fosse possiuel por impedir esta communicaçãõ, e a que tambem pretendia ter com o mesmo Rey o Mogor, que lhe mandara outro embaixador com pessas ricas, e que até naõ saberdes em certo por cartas do dito Dom Antonio como achata as cousas da Persia detreminareis sobreestãr com a embaixada que vos mandey lhe emuiaseis. o que tambem deixastes de fazer por naõ achardes em Goa o seu embaixador nem outro nhum recado, como se esperaua. Parece-me que tendes procedido em tudo isto como connem a meu seruiço, e creio que conforme ao que mais ounesse nesta materia tereis feito o que ela requeresse. de que espero aviso com as primeiras cartas que me escreuerdes.

VII. Folgei de saber por vossas cartas que tirheis entendido que ElRey de Ormuz compria com sua obrigaçãõ em meu seruiço, e receby desprazer de inda durarem

as diferenças entre ele e o Guazil, ao que dizeis que mandastes áquella fortaleza o Lecenceado Francisco Monteiro, desembargador da Relação de Goa, emcarreguandolhe que procurasse de os compôr para a terra ficar mais quieta e eu melhor servido, o que me pareceo aprouvaros, e tudo o mais que nisto fizestes, e emcomendavos que tenhaes cuidado de tudo o que nisto comprir, e de me emviar a emformação que achar este desembargador, e avisardes-me do que com ela mais fizerdes.

VIII. Nas cousas do Mogor não pode deixar de aver muitas variadaes conforme aos intentos que tem nelas, e a dos muitos navios que os annos passados se entendeo que mandava fazer, posto que parecia de pouca fundamento, folgei de saber por vossas cartas que já o não prosegia, e assy o que mais se deue arrecear-se as suas empresas de terra, e não desistir, como dizeis, dos Reynos do Decão, por a gente de seu filho Xamorado ir a vanta do Reyno de Varara, e que vos dissera o embaixador do Ydalcá, que ha muitos annos que reside em Goa, que o Mogor tinha mandado embaixador ao seu Rey, e que vos avissaria do que soubesse de suas pretensões e como estas cousas são de tanta importancia não será necessario emcomendardolas para que tenhaes muita vigilancia nelas, e procureis que o Mogor não leue seus intentos avante, porque por muy certo tenho que vos será tão presente, como vedes, a consideração de vizinhança de hum imigo tão poderasso, e que tanto procura de o ser de cada vez mais.

IX. Tambem me dizeis que o Reyno de Melique está muito enfraquecido por causa das guerras que teve e inconstancias que se conhecem em Chamdebaby e no amo do Rey menino que governa aquele Reyno, pelo que se cuida que não poderá resistir ao Mogor muito tempo, e defender-se do Idalcão, que dá a entender que intenta meter de posse daquelle Reyno hum dos pretendores delo, e com esta dissimulação procurar de o aver para sy, e que o Melique vos mandara hum carta, e que posto que tem commercio, e está em paz com esse estado, não

são juradas as pazes que se quebrarão com a guerra passada, pelo que vos emcomendo trabalheis por as concluir de todo, e que se jurem, e que nas cousas do Mogor procedaes na forma que vos mandey escrever nas vias dos annos de 97 e 98, e emtendereis destas.

X. Bem he que façaes conta de o Ydalxá correr bem com esse estado, posto que não vos mandasse até estaõ visstar, como he costume, e que corraes com ele nas lembranças necessarias do muito que importa ligar-se com os Reys vizinhos e defenderem-se todos do Mogor, e de efeito será que o Rey de Musalapataõ vos mandasse visstar por seu embaixador com mostras de desejar de conseruar a amizade que tem com esse estado, e foi bem feito emuiardes-lhe o capitaõ para o seu porto que vos ele pedio.

XI. O que dizeis que a Rainha de Baticalá ha muitos annos que não paga as pareas que lhe obriguada por a ter posto em grande aperto hum Naique aleuamtado, vasalo que foi del Rey de Narsingua, que dá mostras de senhorear todos aqueles Reys vizinhos, e que por ser materia de muito perjuizo para a fortaleza de Onor procuraeis de ter muito amende aviso de todas suas cousas contrainando seus desenhos, vos emcomendo que assey o façaes. pelo que importa á segurança daquela fortaleza e ás mais cousas que desta materia podem depemder.

XII. Tambem me daes conta que o Samorim vos significara o contentamento das pazes que erão feitas com elle, e quanto deseiaua que fosse crescendo a sua amizade com esse estado com promessas de entregar Cunhale, e que tinheis entemido que fauorece os Religiosos e pessoas que vão a Calecú, o que lhe mandareis agradecer pelo capitaõ mór da armada do Malauar, e fazer lembrança da obriguação em que está pelo contrato das pazes, o que tudo tenho por acertado, como o será aver tal firmeza e continuacão nestas pazes, que não aja nelle a sospeita dos tempos passados, em que sempre se deseiarão com o Malauar para se poder melhor acodir ás outras necessidades desse estado mais afastadas.

XIII. Dizels que não estaes satisfeito do procedimento delRey de Cochim nas materias da cristandade a que mostra grande aborrecimento e aos menistros que correm com ella, e que procura com todas suas forças destituir o Arceediago da Serra de Angamale da communicação dos Religiosos da Companhia: pera se não reduzir á Igreja Romana, temendo que se ouuer esta redução fiquem os Cristãos da Santhomé, que são muitos em numero, mais emcaminhados em meu serviço, e que posto que lhe escreuestes sobre esta matéria, duuidaes que aja nella melhoria, mas que não deixareis de lhe fazer sempre as advertencias necessarias; e tambem me dizeis que o Principe em tudo se mostra muito ao contrario da natureza de seu tio pelo gosto com que publicamente favorece e agasalha aos cristãos, posto que não manifesta isto tanto como deseja pelas espias que trás junto dele ElRey de Cochim, e lhe mandareis a carta que lhe escreuy, e da vossa parte hum presente, e o persuadieis a se melhorar em seus bons intentos, e esperaveis que socedendo naquello Reyno avia a cristandade de receber dele muito fauor, e eu muitos serviços; e receby muito contentamento de o Principe de Cochim ir continuando no seu bom procedimento dos annos passados, e de o asy enfermardes que he demonstração do seu animo, e de que se pode esperar muito melhoramento nas cousas daquelle Reyno depois que succeder nelle. E asy tenho por muito acértado os bons officios que com elle fizestes, com o qual procedereis na mesma forma daqui em diante, e com ElRey de Cochim como volo tenho mandado escrever nas vias do anno passado, dissimulando huas cousas, e vintilando outras, e fazendo em todas o que virdes que mais convem conforme aos successos delas, deste tio e sobrinho, tendo muita consideração a se elles não desauirem nem descontentarem hum do outro, que sera de grande perjuizo para tudo.

XIV. Tambem me dizeis que a Rainha de Coulaõ, procede bem nesse estado, e vos fizera queixas por sua carta do capitão daquela fortaleza, o que tinheis remedado, e

a persuadiis a continuar com o que fazia em meu serviço, e que fazendo El Rey de Trauancor hum pagode perto daquela fortaleza, entendendo vós que lhe podia prejudicar, lhe mandareis fazer sobre isso as lembranças necessárias, com que distira da obra. E assy, me dizeis que he morto Dom Joaõ Rey de Ceilaõ que residia na cidade de Columbo, e que por seu falecimento tomara Dom Jeronimo d'Azenedo posse daquelle Reyno em meu nome, e em tudo o que nestas materias se fez me ey por bem servido, aduertindouos, como já o deveis saber, que o dito Rey Dom Joaõ muitos annos antes de seu falecimento me fez Moaçãõ do dito seu Reyno, que eu acceitey, e a mandey lançar na torre do tombo, de que tamhem deve aver escreturas autenticas dessas partes; pelo que conforme a isto procedereis em tudo o que tocar ao mesmo Reyno avendo por tão meu *in solidum*, no que pertencia ao dito Rey Dom Joaõ, como são todos os outros de minha coroa, e quando se dele tratar em quaisquer escreturas e papeis assy ordenareis que se faça continuandosse com a posse que dele he já tomada, de que fareis fazer autos com toda a solenidade, se já não forem feitos, que me emuiareis por vias em todas as náos, e outros taes se lançaraõ na torre do tombo de Goa, e ordenareis como no lugar onde o dito Rey faleceo se façaõ hnãs exequias com a solenidade que puder sei.

XV. E assy me dizeis que procurastes de vos informar em Moçãõbique da guerra que Dom Pedro de Sousa, Capitaõ de Sofala, foi fazer ao Tondo, para o deitar fóra dos Rios de Cuama, e que achareis que no recontro que tiuera com este negro se reiton com perda de soldados e artelharía, e com pouco credito seu, e que querendo vós prouer nesta desordem o achareis linre a sentençaõ em sua residencia; e porque tendo El Rey meu Senhor, que está em gloria, mandado por huã prouisaõ sua que todas as residencias que se tomassem aos capitães desse estado se emuiassem a este Reyno depois de despachadas na Relaçãõ de Goa, e nas náos que vie-

não o anno passado não vejo esta de Dom Pedro de Sousa, nem n'huã outra, vos emcomendo que guardéis inteiramente a dita prouisaõ, e me emuiers todos os annos as ditas residencias depois de sentenciados na Relação, e me escreueas a causa que ouue para assy se não fazer este anno, e em especial no que tocara ao dito Dom Pedro, pois o seu caso sobte que me escreuestes ajudana a lembrar isto.

XVI. Tambem me daes conta como na corte do Mogor estão dous Religiosos da Companhia, e que posto que até agora não fizessem froito, vos parecia necessaria sua assistência nela para avissarem de tudo daquelle Rey como o fazem, o que aprouo por estas rezoës que daes, de que tenho outras emformações na mesma conformidade, e tambem se deue principalmente considerar que o froito que atégora se não mostrou poderá aver quando Deus disse for seruido, que será quando ouuer para isso menos esperanças humanas, e assy será acertado tratares com o Provincial da Companhia que falecendo estes Religiosos, ou sendo necessario mandalos vir, emue outros de maneyra que sempre aly os aja como agora ha.

XVII. Foi bem feito ordenardes a Dom Antonio de Lima quando foi entrar na fortaleza de Ormuz que não deixasse passar a esse estado Venezzeanos, Armenios, nem outra gente estrangeira, por eu o ter assy mandado, e bem será que vades continuando com sempre lembrardes ao dito Dom Antonio as coussas de Ormuz, e em especial as que tocarem á guarda e defenssaõ daquelle fortaleza.

XVIII. Tambem me dizeis que tiuestes aviso por dous Portuguezes como o Preste Joaõ, chamado Imperador da Ethiofia, era falecido de doença, e vos pediaõ que acodisse a mil almas descendentes dos Portuguezes que todo este tempo estineraõ a cargo de hum Religioso da Companhia, que tambem era morto, por cujo falecimento falta do Preste se temia que os naturaes executassem neles o antigo odio que lhes tinhaõ, e que tiheis assentado com o Arcebispo de Goa mandar lá hum cle-

rigo natural da terra em quanto não fossem os da Companhia para lhe administrar os sacramentos, e lhe emuiar-des por via de Luis de Mendoça os 500 cruzados que lhe mando dar cada ano. E porque he rezaõ que se acuda a estes cristaõs que estaõ no Preste, vos emcomendo que muito particularmente tenhaes conta com eles, e os fa-uoreçaes e animeis em tudo o que ouuer lugar, e saibaõ eles qanto volo tenho emcomendado, porque com isso se comelaraõ tanto como com lhe acodirdes. E porque dous Abexins que vieraõ por terra daquelas partes emuiados pelo Preste, e por os Portugesses que lá residem, me apresentaraõ huns apontamentos e petiçaõ que vaõ nestas vias, em que dizem que dos descendentes dos Por-tugesses averá tres mil almas crinstans (a), volos torno de nono a emcomendar, e assy os ditos Abexins que iraõ nestas náos, e por constar por eles que os Turcos tem nos portos da Ilha de Masuá e de Arquicó muito pouca gente, parece que se assy for será facil deitalos delas com qualquer armada que aly se emuiar, pois não tem gualés nem navios com que se defender, o que tam-bem será de muito efeito para se quebrantar o credito do Turco por aquelas partes, e se poder acodir áquela cris-tandade com menos trábaho, e dar animo ao Preste como sempre se procurou em todos os tempos passados, dando principio a esta obra o Senhor Rey Dom Manuel, meu vis-sauõ, e continuandoa El Rey Dom Joaõ, meu tio, que san-cta gloria ajaõ, de que ficou memoria nos antecessores dos ditos Portugesses que agora lá estaõ, que foraõ em com-panhia de Dom Christouaõ da Gama, vossõ tio; pelo que vos emcomendo que com a breuidade que puderdes sem fazer falta a outras obrigaçoẽs mais precisas emueis hnã armada para este feito de numero de navios que vos parecer, e com tal capitaõ mór como conuem, apres-tandoa com segredo para tomar os Turcos desapereebi-dos, e entre tanto que a não mandardes podereis socorrer

(a) Não apparecem estes apontamentos.

aqueles cristãos e enniardes Religiosos pela via de B. rna e Magadaxo, como se trata nos ditos apontamentos sem lhe tratardes nada da armada, cujo segredo deue de durar até a fazer vela, polo que assim vos digo. Escrita em Lisboa a xxi de nouembro de 1598. (a)

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—2.ª via

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 419)

365.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos em-
nho muito saudar, como aquele que amo. Em huã de
vossas cartas das vias que vieraõ o anno passado me da-
es conta como minha fazenda desse estado está imposs-
bilitada pera á custa dela se poderem casar as orfãs que
vaõ deste Reyno, e por estarem todos os cargos prouidos
por muitos annos, que he causa de se naõ acomodarem os
homens a casarem com elas, de que resultaõ ás mesmas
orfãs os danos que apontaes, e que fica sendo tambem
impedimento para se naõ poderem casar as muitas que
ha na India, filhas de homens benemeritos em meu ser-
uiço, que como naturaes será maes facil acomodalas, e
seus parentes folgaraõ de lhe buscar pessoas que se a-
comodem melhor, e me pedis seja seruido de mandar que
naõ vaõ deste Reyno orfãs; e porque nas vias do anno
de 97 vos tenho mandado escrever o que ey por meu
seruiço que façaes sobre o casamento e emparo das or-

faus naturaes desse estado, me remeto áquellas cartas, e suposto o que dizeis, de que já tinha algumas informações, mandarey que deste Reyno não vão nhuas pelas rezões que sobre isto apontaes.

II. E o que dizeis que tanto que as náos chegaraõ á barra de Goa aduertireis os menistros a cuja conta está prouereim os Religiosos dessas partes das ordinarias de vinho e azeite, de que lhe faço merce em cada hum anno, para o não comprarem ao capitaõ mor e capitaõs delas, e que imda que os prouenistes neste modo elles o fizeraõ por serem melhores, e que por ataiharles esta occasiaõ de mormuraçaõ ficaueis em concerto com estes Religiosos para lhe dardes a dinheiros estas ordinarias, aprono isto que ordenastes.

III. Ao Arcebispo de Goa, e ao Bispo de Cochim quando forem visitar seus bispados fareis dar embarcações para isso, e assy os dous mil pardãos de que tenho feito merce ao dito Arcebispo para se despendearem em vestidos dos que se baptizaõ, e vos emcomendo que em humã cousa e outra não aja falta.

IV. Tive contentamento de me escoreuerdes que goardaes inteiramente a Prouisaõ que he passsda, per que vos defendo que não perdoeis nem despenseis com os que emcorrerem nas penas postas na ley dos desafios que logo mandareis publicar, e tenho por acertado a declaraçã que fizestes na mesma ley com parecer da Relaçã que emcorreriaõ nas mesma penas os que leuasem escritos ou recados, posto que não fosse com bastante clareza, de que dizeis que resultou passarse o inuerno com quietaçã, o que vos aprono, e mandey que desta declaraçã se fizesse prouissã para todos meus Reynos e senhorios que se vos emuiará nestas vias, e que o contendo nela se lancasse na copilaçã noua das Ordenaçõs.

V. E no que toca a se vos não ter mandado de meus almazens os officiaes e gento do mar para a náõ que se avia de armar nessas partes, nem as vitolas das náos que nelas mando fazer, lembrança ha disso, e para este effeito se estáõ ordenando para irem nas primeiras náos, e assy

a mais gente do mar de sobressalente que se puder achar, da qual ha muita falta principalmente agora que hañ de ir mais náos que em nhum dos annos passados.

VI. E assy me daes conta que o Vigario geral de São Domingos que serue de Commissario da Bula da Cruzada, vos disera que tinha emuiado a este Reyno alguã contia de dinheiro nas náos dos annos passados que cá não chegaraõ, e que de presente não tinha nhum para poder mandar, e que esperaua ir ao norte tomar conta aos tisoureiros, e que tudo o que recolhesse entregaria a quem vós ordenasseis, e que empregareis a contia que dêsse em pimenta, o que ey por acertado, e vos emcomendo que assy vades procedendo nesta materia, e me auiseis em que modo se emuiou o dito dinheiro que cá não chegou, se por letras, ou empregado em fazenda, e a cujo risco veyo.

VII. E no que dizeis que antes da chegada das náos a essas partes em que vos escreuy que não concedesseis bares de crauo a nhuã pessoa contra forma do Regimento, estauẽr taõaduertido nisso que não quizeris confirmar alguns que estauã dados antes de vossa chegada, me ey por muito bem seruido de vós, e volo torno de nouo a encomendar, e porque no dito Regimento em que se defende que se não dem, se declara que em caso que se concedaõ alguãs licenças de bares se avaliem a dinheiro e se descontem da contia que está concedida aos Vissoreys para repartirem em merces, o que não basta para se evitar esta desordem, ey por bem que em lugar desta defessa se declare que os Vissorreys e Governadores que derem os taes bares os pagem de sua fazenda, e que nas cartas geraes que se emuiarem aos contos deste Reyno e casa da India se avisse disto declarandosse as contias dos bares que assy derem, e assy o fareis pôr no dito Regimento omde se tresladará este capitulo, e se registará nos contos dessas partes, de que nas primeiras vias me emuiareis certidões de como assy fica feito.

VIII. E quanto ao que dizeis que achistes arrendada a alfamdega de Dio, e que aueis por meu serviço continuarsse com estes arrendamentos por os rendeiros passados satisfazerem por emcheo o que eraõ obrigados, vos emcomendo que minhas rendas desse estado se deem a rendeiros abonados e com boas fianças e se declare em todos que as cousas que se comprarem para meus almazens e ribeira naõ pagem direitos alguns, nem se desconte aos rendeiros a valia deles.

IX. E tenho por de muito meu serviço dizerdesme que estaes advertido em naõ dardes suprimimento de soldos e outras despesas, como tenho defesso, mas que depois de vossa chegada, dereis alguãs de pouca importancia a tres pessoas que me nomeaes por serem feitas antes do nouo Regimento per que o defendo, que vos emcomendo guardeis inteiramente sem exceiçaõ alguã, e foi bem feito terdes mandado registrar a prouisaõ dos trinta mil cruzados que ey por bem que se possaõ despende em merces no liuro dos contos, e vos emcomendo me emueis em todos os annos certidaõ do que esse estado rende em cada hum deles, que me escreueis que tinheis mandado ordenar pelo Proueder mór dos contos, o que virá em distincõs bem declaradas com declaraçaõ do crescimento que ouuer em cada renda no nouo arrendamento que dela se fizer, e averado abatimento, que naõ creio, das causas que para isso ouue.

X. E no que toca aos dous mil pardãos que o Bispo de Malaca deue do tempo que foi Commissario da Bula da Cruzada, e que pede se lhe descontem do que lhe for deuido de seus ordenados, ey por bem que se faça o dito desconto com declaraçaõ que estes dous mil pardãos naõ fiquem lá, e os emueis por letra a este Reyno para se entregarem ao Commissario geral a quem toca a recadaçaõ deles.

XI. E assy me dizeis que tratareis de se vender a viagem da China de que tenho feito merces para as obras da cidade de Goa, e que tanto que ounesse dinheiro da procedido dela mandarieis continuar com elas, e que

quando chegareis a esse estado estana paga a terça parte das cassas que mandey que se comprasem para os Religiosos de Saõ Francisco, e que as mais mandareis avaliar e satisfazer, o que vos emcomendo façaes assy, e em especial procureis que se faça a obra do Hospital de Goa com toda a breuidade que for possivel, e me auisseeis se está acabado, ou quando o poderá ser de todo.

XII. Tambem me daes conta que quando chegareis a esse estado achareis desfeito de todo o Colegio que os Religiosos de Saõ Domingos tinhaõ em Pamgim, e o de Sanct Thomas, que avia dous annos que começaraõ, em grande crescimento, e que vos parecera esta obra muy necessaria por ser tão doentio o conuento de Goa que se não tiuerem em que possaõ convalecer estes Religiosos o mais do tempo estaraõ doentes, ey por bem que aja este Colegio as ordinarias que se dauaõ ao de Pamgim.

XIII. E assy vy e que me dizeis sobre o officio de corretor dos caualos de Ormuz deuer ser prouido por aquele Rey em vassalo seu, e não em Portuges, e pelas rzoões que sobre isto apontaes, ey por meu seruiço que se sirua este cargo por mouro vasalo do mesmo Rey, e não se proueja em Portuges, e em caso que esteja prouido dele alguã pessoa lhe dareis satisfação dele equivalente antes de se lhe tirar.

XIV. Tambem me dizeis que emuiareis pelas náos que na monçaõ dagosto de 97 foraõ a Bemguala copias autenticas do perdaõ geral que concedy ás pessoas que andaõ naquelas partes, e esperaueis que com isso se reduzissem ao seruiço de Deos e meu, o que vos emcomendo procureis por todas as vias que vos parecerem necessarias, tendo a mesma lembrança dos meos Portugesses que estinerem em quaisquer outras partes fora do meu seruiço, porque sou informado que avendõ bom cuidado desta reduçaõ não faltará gente nussas partes, assy como tambem não faltará nelas dinheiro podendo minhas rendas em boa arrecadaçaõ.

XV. E posto que me dizeis que não tendes inda noti-

cia das cousas de Pegú, e que tanto que souberdes o estado delas, e o em que lhe podeis valer, fareis nisto o que vos tenho mandado, e que estaveis advertido pera que os Turcos não leuem madeira daquelle Reyno nem do Dachem, e que inda que não estão em tanta reputação naquelas partes vos não descubriais de atalhar seus reyna intentos, vos torno de novo a encomendar estas cousas, e que particularmente tenhaes muito cuidado das do Réyno de Pegú que pela importancia de que são folguey de saber que estaveis tão pronto para lhe dar remedio.

XVI. E ao que toca ás do Reyno do Dachem de que me daes conta que as dereis por regimento a Lourenço de Brito por quem escreuereis áquelle Rey persuadindoo a continuar com a amissade que deseja ter com esse estado, por terdes entendido que se foraõ seus embaixadores de Goa pouco favorecidos e mal agassalhados, e receaeis que se tivesse estriado na amizade que pretendia, mas que esperaeis de emuaminhar este particula de maneira que se tornasse a reduzir aos primeiros principios; materia he esta de muito meu serviço e das importantes que pode aver nesse estado, e como tal vola encomendo muito emparecidamente, e que vades continuando nisto na forma que me escreueis, de que me avissareis lembrandonos da diligencia que aveis de fazer no Dachem no tempo em que o commercio desse estado com aquelle Reyno correr liuremente para as cousas que ao diante se podem ofrecer que desagora se deuein ante-
tever.

XVII. E assy me dizeis que das cousas da China somente temdes sabido que o Ouvidor que está naquelas partes não proceda bem, e que detreminaeis mandalo vir pera a India, e que as prouisoões que eu avia de emuiar para de todo se proibir o commercio das Indias occidentaes com esse estado vos não foraõ, mas que não foreisso parte para deixardes de cumprir o que vos tinha mandado, porque cada vez se lha entendendo mais quanto ficava sendo este commercio em prejuizo de mi-

na fazenda e do bem de meus vassallos dessas partes, e por entender que bastaõ as que ja foraõ pueradas sobre esta materia, assy por esta coroa de Portugal como pela de Castela, vos encomendo que as façaes comprir inteiramente, e avendo nisto alguma falta por parte dos menistros castelhanos, que naõ he de orer, me avisareis particularmente disso.

XVIII Tambem me dizeis que os fortes de Cerna e Tete saõ de importancia, e que naõ estaõ fortificados, mas que logo enviareis a Nuno da Cunha as cousas necessarias para os prover como conuem, e que ele vos pedia licença com muita instancia para poder ir dar hum castigo ao Tondo, porque depois que desbaratou a Dom Pedro de Sousa ficara demasiadamente insolente, e que se cuida que depois de destruido poderaõ ficar a esse Estado as minas de prata, e com pouca despesa; mas que arreceaeis que por falta de gente se naõ pudesse pôr isto em effeito, e porque esta materia assy como tem rezoas por huã parte tem inconvenientes por outra, vos encomendo a pouhaas em conselho, e façaes o que nele se assentar que será mais meu serviço conformando-vos com o estado em que as cousas dessas partes estiverem, porque quando se naõ pode acodir a toda se deue dar precedendia de huã a outras acodiado logo ás mais necessarias, e deixando as que inda tem tempo para quando ele as depusser melhor.

XIX. E assy me daes conta que a fortaleza de Mascate tem defronte de sy hum padrao muito alto, e que os Turcos poderaõ subir sem os da fortaleza lho poderem impedir, e bateja daly com facilidade, pelo que sendo Dom Jeronimo Mascarenhas capitão de Ormuz ordena- ra hum forte nele por o naõ occuparem os inimigos, e que vistes sabido que na monção em que se esperavaõ gualdes de Turcos se hã meter nele o felter daquella fortaleza com alguns amigos, e que vos affirmavaõ que se pela parte em que podem desembarcar os Turcos se portar ao piqueto o lugar por onde se sobe ao padrao, posto que se de- ide despozar, se occuparia nuncas forte hum por-

zidio ordinario, e ficaria aquella fortaleza mais segura; mas que sobre esta materia tomeis as emformações necessarias e me avisareis do que se tivesse por mais conueniente, e ordenareis como este forte estivesse bastantemente provido de gente; e tudo isto me parece muito bem, assy o que tinheis feito como o que esperaveis fazer, e para me resolver no que ouner por mais meu serviço, espero pelas primeiras cartas vossas em que me deueis dar mais larga conta desta materia depois de feita a diligencia em que ficaveis detremido.

XX. E no que toca á fortaleza de Dio em que me dizeis que está a gente que tem por ordenança, e que esperaveis por hum Luis Alures. Camelo, que seria de Superentendente de minha fazenda no norte, para antes da chegada das náos o mandardes áquella fortaleza, e terdes emformaçã de todas as cousas locantes a ela, e que o capitão da mesma fortaleza vos avissara de aver alguns parós de Malauares naquella costa que desemmynhauaõ as embarcações que hiaõ para a alfandegua dela, pelo que mandareis dous navios d'armada que vindo com alguns navios emcontraraõ com duas gualiotas de tarquete e hum paró, que tomaraõ ambos os navios e matareaõ nelas perto de cincoenta Portugesses, tũe desprazer deste desastre, mormente por me parecer que os ditos dous navios naõ deidiaõ ir bem providos, pois duas gualiotas e hum paró os tomaraõ em que se arrisca mais que a perda nos mesmos navios, que tambem naõ he pequena; pelo que vos emcomendo que tenhaes adueriencia que este caso pede pera que naõ aconteçaõ mais semelhantes desastres, e quanto á fortaleza de Dio bem sabeis quanta conta se deue ter com ella, e naõ trateis de superemendentes de minha fazenda nas fortalezas tendo eu defesso que os naõ aja que o mesmo he que Veedores da fazenda.

XX. Tambem me dizeis que pela ordem que leuastes para naõ nauegarem os navios de chatins senaõ armados e em casila tinheis passado sobre isso hum provimento que estava apregoada, e que por os navios que de ordinario

amdação nas armadas desse estado serem menos ligeiros que os dos inimigos, dizeis a Luis da Silva capitão mór da armada do norte alguns sangireis que eraõ do mesmo porte, feição, e ligeireza, e de que se tinha já usado o anno atrás, e se achou serem de muito efeito, o que tudo folgei de saber, e não ha duvida senão que muitas cousas deixaõ de ter remedio porque se lhe não procura de proposito.

XXII. E asy me dizeis que depois que chegastes a esse estado continuareis em persuadir ao Ydalcão quanto lhe compinha deixar os regualos e passatemplos a que era afeiçãoado, e tratar do governo do seu Reyno mostrando-lhe por rezoões caõ certa estaya sua ruina se não fagorecesse as cousas do Melique, ao que vos respondera com agardecimentos, e mandara logo tomar mostras da gente de seu Reyno, e posto que achara muita, até então não tinha saído de Vissapor, e que os seus vassallos vesinhos dessa Ilha de Goa corriaõ bem com ella, e que vos não descuidariéis de procurar a uniaõ destes Reys, e muito vos agradeço o vosso bom enuidado em todas estas cousas em que ele he bem empregado, por que muitas se governaõ e dispoem melhor por estes modos prudentes e suaves que por outros de que se colhe menos fructo.

XXIII. E foi bem feito ordenardes como os officiaes da Camera da cidade de Goa vencessem soldo o tempo que nela servissem na forma em que volo tenho mandado, e folgei de eles entenderem a merce que nisso lhes faço, e de me dizerdes caõ prontos estaõ os moradores da mesma cidade para meu serviço, e que ficais advertido pera os capitães das fortalezas não terem feitores dos da nação, em que avia muitos mais inconvenientes dos que se podiaõ apontar, e vos parecia que se podia disso passar precisaõ acrescentando nella que os capitães os não possaõ ocupar nos officios da justiça e fazenda e da republica, o que ey por bem que ey se faya compassandosse na dita precisaõ por esta derradeira parte que he a primeira, porque se eu deffendo não

serem os da nação feitores dos Capitães, muito mais se lhe deve defender não serem officiaes mees; e assy a dita prouisaõ irá nestas vias, e a fareis cumprir, e vos emcomendo me enuieys por escrito estes incomvenientes de que trataes (a.). A prouisaõ que acyma digo que vai nestas vias he para se não poderem dar seruentias de officios a algumas a pessoas da nação, e não vay nella o outro caso d'elles não serem feitores dos capitaes, porque disso he já passada prouisaõ feita a 16 de Janeiro de 98.

XXIV. E assy me dizeis que os moradores de Cochitã não procedem nas cousas que tocaõ á alfamdegua daquelle cidade de modo para se lhe deuer deferir ás queixas que tem de El Rey de Cochim, a quem elas seruerã e respeito de maneira que parecem mais vassallos senõ que meus, e que procuranẽs remedear seus agrãos, e os que este Rey faz aos nouamente conuertidos, porque não cessaua de impedir por todos os meios a conuersão, como o tinheis entendido por cartas de Dom Antonio de Noronha e de Christouã de Castro, e Jorge de Castro, Religiosos da Companhia, a quem tinheis escrito largo sobre esta materia conforme ao que vos mandey escrever, que por ser de muita importancia vos emcomendo procureis de lhe dar o remedio necessario, e por modo que se não escandalize este Rey, mas que com satisfaçã sua damposse lhe no que se uerezaõ se consigua isto que dele se pretende.

XXV. Tambem me dizeis que propussereis em conselho o que vos mandey escrever sobre se fazer em Guaymoreteiro de freiras, ou Recolhimento de donzellas, e folgei de ver o assento que se a isto tomou, e que o Arcebispo Dom Frei Aleixo tem tomado esta obra á sua conta, e vos emcomendo que de vossa parte ponhais os meios possiveis como me escreueis que o arcebispo de fazer.

XXVI. E assy me daes conta como Frei Jeronimo do Espirito Sancto acabou os tres annos de Custodio da Ordem de São Francisco, e que comecou a servir de

(b.) As palavras que se seguem neste capitulo são postas depois da conclusão da carta.

Commissário geral da mesma Ordem com exemplo e vertude, e tinha posto as cousas desta em muita reformaçã, e que fôra a Cella e cumprira bem com a obrigação de seu cargo, e que hia continuando em mandar Religiosos todas as vezes que se offerecia necessidade d'elles, e que ao capitão geral e Veedor da fazenda naquella conquista tinheis emcatregado o empato e fauor destes Religiosos, e que lhe deixassem possuir certas aldeas que fôraõ dos pagodes de que lhe passara patente Dom Jeronimo d'Azevedo, e tenho por acertado vosso procedimento em cassy todas estas cousas de que me dais conta, mas vendo o que me escreueis sobre o dito Dom Jeronimo ter dado a remda dos pagodes a estes Religiosos, naõ hey por bem que a tenham nem outras cousas que em effeito sejam remdas, por ser contra sua regra, mas averaõ as ordinarias esmolas que costumã e deuem aver, e em caso que ja estem em posse das ditas aldeas as largaraõ logo, e naõ consentireis que tenham remda alguma, e elles se deuem consolar muito com esta resoluçã sendo taõ propria de sua proficaõ.

XXVII. E ao que dizeis que communicastes com o Archebispo de Goa e com Francisco Paes. Prouedor mór do contos, os apontamentos que vos emettey nas vias do anno passado, e que se ficauã fazendo as diligencias necessarias para se tomar asento na arrecadaçã de minha fazenda, e que Francisco Paes corria bem com as obrigaçõs de seu cargo, e lhe agradeceis as lembranças que vos fazia, posto que esperauis mais dele: folgei de saber o estado em que isto ficaua, e vos encomiando que tireis pelas diuidas de que trataõ os ditos apontamentos, de que espero me tentaes avisado quando esta receberdes, e que deis ao dito Prouedor mór dos contos o fauor necessario para bem cumprir com sua obrigaçã.

XXVIII. Tambem folgei de saber que a advertencia que fizeraõ Dom Diego Lobo sobre iram nas galloes de Maluco capitulos de pioresca muito necessarias, e que avendoas o farião assy.

XXIX. E no que toca a El Rey das Ilhas e seu irmão ficarem em Goa, e que inda não estauão liures, e que procurando vós por saber do Ouvidor geral do crime o estado de suas cousas, vos dissera que eraõ taõ exorbitantes e escandalossas, as que tinhaõ feito em Cochim, que seia melhor não se tratar delas, e que entendieis que se poderiaõ remedear em parte com os terdes em Goa, como vós tinha mandado, e fareis nisto o que virdes que mais couuier. Escrita em Lisboa a xxi de novembro de 1598. (a)

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 438)

366.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar, como aquele que amo. Em huã de vossas cartas para mim de 15 de Dezembro de 97 em que trataes da conquista de Ceilaõ me dizeis que emformandouos do particular desta empresa de que vos tenho emcarregado com tanto emparecimento assy nas Instruções que leuastes como no que vos mandey dizer por Miguel de Moura e depois vos escreuy, procuraeis emearminhar esta materia de modu que fosse en bom seruido nela, e que vos ficaua isto mais a cargo que todas as cousas desse estado, e que detreminaeis meter nela todo o cabedal posto que com a guerra que o Mogor viaha continuanda nos reynos do Decaõ em que estava muito avante pela pouca defençã do Reyno de

Melique e desamçoõs dele, e naõ quizerem os Reys ve-
zinhos unir-se por mais que o tinheis procurado, naõ
seria conveniente tirar desse estado grande poder,
mas que por cima de tudo isto tinheis asentado de con-
tinuar de preposito esta conquista, e mandar por ge-
ral dela André Furtado de Mendoça por suas partes e
experiencia, e por os naturaes daquelas partes o teme-
rem pelo bom successo que teue em Jafapapataõ, e por
ser bemquisto dos soldados, e para Dom Jeronimo d'Aze-
vedo que lá estaua se poder vir descansar por o pedir
com muita instancia, e ser algum tanto aspero aos sol-
dados, e que detreminauis mandar com o mesmo An-
dré Furtado quinhentos soldados Portugesses afóra os
que lá estauaõ, e da gente dos Topazes cristãos da Ser-
ra a mais que se pudesse fazer, e o dinheiro que fosse
possivel, imda que tudo era menos do que André Fur-
tado pedia, mas muito mais do que Dom Jeronimo apon-
taua para continuar a conquista, e que todas as pes-
soas de importancia e esperiencia daquela Ilha vos dezi-
aõ que naõ comuinha dar assaltos grandes e com muita
gente por terra por ser montuosa e incapaz de exercito
formado, antes era melhor conselho proseguir a conqui-
sta com continua guerra e lenta-lançando mão das oca-
sioens conforme ao que dessem de sy, e com isto ir
cansando e quebrando os animos aos Chingalás, e que
por este modo com pouco risco e com facilidade se po-
deria sogetar aquella Ilha; e muito vos agradeço o que
tendes feito nesta materia, e as consideraçõs e descar-
gos deste vosso procedimento dela que de novo vos tor-
no muito a encomendar remetendome a tudo o que nisto
vos tenho expressamente mandado como atrás volo re-
firo, e por os bons successos que Dom Jeronimo d'Azevedo
tem anido nesta conquista, experiennia que dela tem, e
bom modo com que nisto tem usado, e naõ mais consensu
de que foi encarregado, ey por meu serviço que vá
continuada a mesma empreza, e que se naõ for ido
a ella André Furtado deixei ficar Dom Jeronimo nela,
e lhe simpliei a gente e prouimento necessarios e confor-

me a conto vós mandou pedir, e sendo partido André Furtado fareis com ele o mesmo, e com Dom Jeronimo terais a conta que por seus serviços merece.

12. E porque tenho por informado que o Modeliar Dom Fernando, que ouve a victoria de que tratais na dita carta que me escrevestes, tem bem servido, e por bem de lhe fazer muiro do abito da Ordem de Nosso Senhor Jeau Christo numha aldea em Ceilaõ que lhe renda cada anno quinhentos pardões, e que lá se lance o abito, e para isso irá prouida nestas vias, e da aldea lhe mandareis passar a necessaria assinada por vós em que irá incorporado este Capitolo. Escrita em Lisboa a 10 de Dezembro de 1598.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante Viso Rey da India.—2.ª via.

(No Sobrescrito)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 492)

367.

Conde Almirante, Viso Rey amigo. En El Rey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Por alguns cartas desse estado se me dá conta que elle está muito falta de fidalgos de experiencia por serem mortos huns e anerem vindo outros para este Reino, que he causa de os Viso Reis occuparem em materias de importancia fidalgos mancebos com pouca ou nada experiencia, e de outras pessoas que a tem da callidade e parte que sempre serão admitidas a este estado pelo que vos hei comendo que trateis esta materia com o Arcebispo da

Goa e algumas pessoas que a vós e a elle parecer, e entendendo que me deuo servir destas pessoas nas causas que couberem na sua callidade e experiencia, e que disso se conseguirá o bom efeito das mesmas causas, os occupéis nellas, porque sou informado que assi se fará nos tempos attas com muita satisfação do que compete a esse estado.

II. A Camara de Goa me pede que lhe mande confirmar hum assento que se fez nella em tempo do Governador Antonio Moniz Barreto sobre as pennas dadas aos moradores della que não aceitassett servir os cargos da mesma Camara, que dizem que o dito Governador lhe confirmou; e antes de lhe conceder esta confirmação me pareceo que deua de preceder outra informação, que vos encomendo que tomeis, para com ella e vosso parecer lhe mandar responder a este particullar, e ey por bem que em quanto ma enuiaes, e eu vos não mandar o contrario; se use do dito assento.

III. A mesma cidade me escreue que lhe foi concedido hum privilegio para que todas suas causas que nella se moverem venhão a mim por agrauo, e que de alguns annos a esta parte se introduzirão na casa da moeda della hums novos direitos; e porque em haã cousa e outra me pareceo lhe não dever mandar responder sem vosso parecer, vos encomendo que vos informeis do que sobre estas cousas requerem, e me avizeis. Escrita em Lisboa a 19 de Dezembro de 1598.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da Índia.—2.ª viz.

(Nô Sobrescripto)

Por El Rey.

Ao Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Alcaide-mor e Visorrey da Índia, do seu consêlho.—Segunda via.

(Livro 2.º f. 482)

368.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar, como aquele que amo. A cidade de Damaõ me apresentou por sua carta as sem rezoões e injustiças que dizem que lhe eraõ feitas por Christouaõ de Tauera, capitão daquela fortaleza, de que vos tinhaõ dado conta, e porque de muitos annos a esta parte, e em especial do tempo em que nela estene por capitão Dom Luis de Meneses sou informado que vaõ continuando estes desordens tanto contra o serviço de Deos e meu, vos emcomendo deis nisto o remedio que conuem, e taes podem elas ser que seja rezaõ naõ se goardar o castigo delas pera o tempo em que os capitães derem suas residencias, por que assy como he de muito inconueniente verem os que succedem nesta fortaleza que se suspende o castigo de taes delitos, será de exemplo castigarensse logo.

II. E tambem me daõ conta como a fortificação da fortaleza está em muito bons termos, e que esperaõ ajudeis a despesa da obra dela com o resto do dinheiro que se fez da viagem da China, de que lhe foi mercee para a dita fortificação que dizem está depositada no mosteiro de São Francisco, o que vos emcomendo muito particularmente, e que lhe deis para isto todo o fador e ajuda que comuem com a lembrança de ser fronteira de hum taõ poderoso imigo como he o Mogor.

III. O Licenciado Però da Silva, Chanceler da Relação de Goa, me escreueo que os officiaes da Camara dela prouem alguns officios em meu nome em parras que os seruem sem irem tomar juramento na chancelaria, e entende que a mesma cidade os naõ pode prouer, e lhe mando responder que vos dê disão conta como e deue ter feito, para que vistas as prouisoões e privilegios da dita cidade, que sempre está bem que se lhe guardem (no que for justiça e rezaõ) trateis disto em Relação sendo o dito Chanceler presente, e com vossa emfior.

usação e parecer que me emuiareis mandarey misto o que ouuer por meu seruiço.

IV. Thomé de Soussa d'Arronches, que está seruido de capitão da fortaleza de Columbo, me escreueo que por se darem muitas licenças para se tirar canela daquella Ilha recebia tanta perda nos proueitos pertencentes áquella capitania, que não poderia comprír com a obrigação dos mil e quinhentos quintaes de canela que estaua obrigado a dar por o contrato que tinha feito com minha fazenda; emcomendouos que o ouças sobre isto, e no que tiuer rezaõ e justiça lha façaes goardar, e me aviseis se se detreminou que a tinha ou não.

V. O Prouedor e Irmaõs da Misericordia de Goa me pedem: lhe mande fazer pagamento de alguãs diuidas que minha fazenda deue nesse estado a pessoas que por sua morte as deixaõ áquella cassa para as despenderem por suas almas, e em especial mande que se lhe pagem quatrocentos mil reis que em cada hum anno dizem que aviaõ em soldos; e porque pelo Regimento nouo da matricula o defendo, lhe mamdo respomder que vos dem conta disto para me informardes do modo em que dizem que podem aver os ditos quatrocentos mil reis sem se quebrar o dito Regimento, e tambem me pedem que o dinheiro das condemnações dessas partes que se mandar aplicar para o resguate dos catiños deste Reyno se dê para o resguate dos que se catinaõ em minhas armadas desse estado, pelo que vos emcomendo que de huã coussa e outra vos emformeis e me avisseis com vosso parecer.

VI. André Furtado vos deue ter dado conta do que me escreueo sobre a materia dos taurins de Canbala, que parece de importancia, e assy vos emcomendo que trateis do remedio dela, e me aviseis do que nisto fizerdes.

VII. Defemdereis em Relação aos Desembargadores que não fação certidoes de abonação a pessoa alguã secular nem ecclesiastica, e ás mesmas pessoas direis tambem que as não dem, porque não he esta o modo porque

me deuem ser apresentados seus seruiços, senaõ o que vós sobre eles me escreuerdes.

VIII. A Camara da Cidade de Columbo da Ilha de Ceilaõ me escreueo sobre Dona Isabel, molher d'ElRey Dom Joaõ de Ceilaõ, de que tambem tiue huã carta, e porque naõ sey o estado em que ela e suas cousas estaõ, lhe naõ mando respomder com outra minha, nisto fareis o que bem vos parecer, e se entemderdes que deue ter repossta, lha mandareys de minha parte escrevendo-lhe vós com pessoa que faça esta uisitação dizendo-lhe o officio que mando fazer pela alma do Rey defunto, sobre que vos escreuo em outra carta, e com as cousas de sua molher tereis a conta que vos parecer que conuem. Escrita em Lisboa a 27 de Dezembro de 1598.

REY:

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—3.^a via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—2.^a via.

(Livro 2.^o fl. 414)

369.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que eu ey por seruiço de Deos e meu que todo o dinheiro que ouuer nas casas das Misericordias das partes da India ou Prouedorias dos defuntos delas de abintestados a que em dez annos naõ sairem erdefiros, asy do dinheiro que já tiuerem em poder como do que cebrarem daqui em diante, se entregue ao thesourelro ou recebedor das obras da Sé de Goa em quanto ellas durarem para ajuda de

poderem correr as ditas obras, de que se lhe fará receita com declaração que a todo o tempo que parecer pessoa a que pertença a erança do dito dinheiro se lhe entregará de qualquer outro que ouuer da fabrica das ditas obras; e esta prouissão se encorporará nas ditas receitas de que se passaraõ conhecimentos em forma aos officiaes a quem pertencer, e mando ao meu Vissorrey e Gouernador da India, que ora he e ao diante for, que faça cumprir e guardar inteiramente esta prouisaõ como se nella contem, e valerá como se fosse carta começada em meu nome, e passada por minha chancelaria, posto que por ella naõ passe sem embargo da Ordenaçã do 2.º Liuro, Tit. xx, que o contrario dispoem. Joaõ de Torres a fez em Lisboa a xxbij de dezembro de mil quinhentos noventa e oito.

REY.

Miguel de Moura.

Prouisaõ sobre se entregar o dinheiro dos abintestados da India pera ajuda das obras da Sé de Goa com a declaração que se nella contem.—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 93)

370.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emnio muito sandar, como aquele que amo. Nas vias do anno passado de 98 (que hiaõ nas náos que naõ partiraõ o dito anno, e vaõ nestas, como já vós tenho escrito nestas segundas vias em que me remeto ás outras) vos tratana das Instruçõs que avieis de dar ao capitão mór e capitães das ditas náos para a torna viagem, por que nas que leuanaõ particulares lhe mandana que na dita viagem á tornada eourega de tomarem Santa Ylena ou naõ, segiesem a ordem que lhe deseis, e por que esta mesma Instruçã lhes mando dar agora, para a viagem deste anno de 99, me remeto ao que vos assy to-

nho escrito nas ditas vias de 98 como se agora volo tornara a referir nesta carta que he somente para vos aduertirdes que neste ponto me remeto, como dito he, ás ditas minhas cartas. Escrita em Lisboa a 12 de Janeiro de 1599.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e Vissorrey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 495)

371.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que sendo eu informado de alguãs cousas que conuinha a meu seruisso proueremse nos Contos da India pera boa arrecadação de minha fazenda nelles, as mandey ver e praticar neste Reino por alguns menistros della, e semdome de tudo feito rellação, ey por meu seruico o seguinte.

1. Que sobre materia dos ditos Contos se naõ possa intentar suspeissaõ alguã ao Prouedor mór nem a uhum official delles, por que así comuem a meu seruico, e se uza e practica neste Reino por meus regimentos e prouissoes.

2. Que alem do Contador que o regimento dos Contos ordena pera reuer as contas e prouer as ementas dellas aja outro dos mais antigos e de mais sufficiencia pera que ambos reuejaõ as ditas contas, e prouenjaõ as ementas.

3. Que o Contador que por bem do Regimento dos ditos Contos ouuer de assistir na massa do despacho del-

se seja sempre o mais antigo tendo a sufficiencia que comuem, ou entre em seu lugar o contador que mais sufficiencia tiver inda que não seja tão antigo.

4. Que o Prouedor mór dos ditos Contos repartta as contas delles como se custuma fazer nas contas dos Contos do Reino, e que as contas que forem dadas contra forma do Regimento se tornem de nouo a tomar e reuer, e se ponha em arrecadação tudo o que se achar que se leuou em conta contra forma do dito regimento, posto que tenha suprimmentos e despachos em contrario.

5. Que as contas de Belchior de Lemos e Jorge da Costa, que foraõ feitores de Bassim, e as de Simão Caõ, que foi feitor de Damaõ, se estinerem inda por acabar e reuer, como sou informado, se acabem e reuejaõ logo com effeito, e se ponha em arrecadação tudo o que se achar que nellas se deue a minha fazenda, e escolha para isso o Prouedor mór os Contadores que melhor o saibão fazer, e o mesmo se fará em quoaesquer outras comtas que agnora ou ao diante estiuerm no mesmo estado, ou se entender que ha nellas algũa coussa que requeira reuista.

6. E mando ao meu Vissorrey e ao Vedor da fazenda que reside em Goa, e Prouedor mór dos Contos, que asi o cumpraõ e façaõ inteiramente guoardar, e esta promissaõ se registará nos liuros da dita fazenda, e Contos, e valerá como cartta, e se cumprirá posto que não seja passada pela Chancelaria sem embargo das Ordenações do segundo Liuro que o contrario dispoem. Antonio da Rocha a fez em Lisboa a omze de Janeiro de 99.

Vay comcertada esta provisao da seista via que ElRey noso Senhor mandou escrever ao Senhor Comde Visorrey com as que vão asinadas por elle nas primeiras nãos per mim o Secretario Diogo Velho por mandado de Sua Magestade.—*Diogo Velho.* (a)

Sobre as cousas acima declaradas tocantes aos Contos da India, e boa arrecadação da fazenda de Sua

Magestade nellas.—Pera Vossa Magestade ver toda!
(Livro 1.º fl. 21)

372.

Eu ElRey faço saber aos que este Aluará virem que eu sou informado que na cidade de Goa e nas outras cidades e fortalezas e lugares das partes da Índia os escravos captiuvos são castigados por seus senhores com muito rigor, dandolhe graues e penossos tromentos por modos crueis e exquesitos, de que muitos morem no mesmo tormento, ou depois delles vem a morrer, e que por encobrirem o mal que fazem, os enterraõ em casas e quintaes, de que ha grande escandalo, e querendo pro- uer de remedio competente pera tantos homisidios e de- sumanidade se evitarem, e se castigarem os delinquentes como por direito merecem, ey por bem e mandô ao meu Vissorrey do estado da Índia, que ora he e ao di- ante for, que em cada hum anno fação tirar devassa geral de todas as pessoas que com os ditos castigos e tromentos, ou por qualquer outro modo matarem seus escravos, quer sejaõ cristaõs, quer mouros ou gentios, as quaes devassas tiraraõ na cidade de Goa o Chancarel da Relaçã que na dita cidade reside, e nas outras cidades, lugares, e fortalezas as tiraraõ os Ouvidores dellas, e a- chando culpados procederá contrá elles conforme as Or- denações e leis do Reino, dandolhe as penas que confor- me a ellas tem os que mataõ pessoas liures, e isto con- tra todas as pessoas culpadas de qualquer estado e con- diçã que forem, assi homens como mulheres; e os ditos Vissorreis teraõ cuidado de saber se o Chancarel e Ou- vidores tiraraõ as taes devassas, e nas residencias que se lhes tomarem se saberá se as tiraraõ, e achando que niso foraõ negligentes ou remissos procederá contra os cul- pados, e os castigará como for direito; e outrosy mando a todas as justicas do dito estado que sendo informados que alguãs pessoas trataõ os ditos escravos com crue- lidade regarosa intoleranel, ou os mataõ de fome, ou lhe

fazem injurias insufriveis e vergonhosas, e quasi andes de os ditos escrauos disso, e achando ser assy, constançeão aos senhores delles aos vender a pessoas que os tratem bem como deuem, com condiçaõ que não tornem nunca mais ao poder dos ditos senhores, e o conhecimento que tomarem as ditas justiças neste caso será sumario e breue, e entretanto que a verdade judicialmente se julgar os ditos escrauos serão tirados do poder de seus senhores, ha custa dos quaes se lhe dará alimentos até se determinar finalmente se deuem ser constangidos a vendellos ou não. E este meu Aluará quero que valha, e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, per mym assinada, e passada pela Chancelaria sem embargo da Ordenaçã do segundo Livro, titelo vinte, que diz que as cousas cujo efeito quierem (*sic*) de durar mais de hum anno passem per cartas, e passando por aluarás não valhaõ; o qual se registará no livro da Relaçã da Casa da dita cidade de Goa, publicandosse nos lugares publicos della pera que venha a noticia de todos. Francisco Matozo o fez em Madrid a vinte seis de Janeiro de M. D. noventa e nove. Antonio Moniz da Fonseca o fez escrever.

REY,

Aluará pera Vossa Magestade ver. — 3.º via (a)

(Livro 1.º fl. 95)

1600.

MONÇÃO DO REINO.

373.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos emuo muito saudar. Pelas informações que tiuo de ser morto o Arcebispo da da Serra de Anguamale, e ser muyto necessario prouesse naquella Igreja de Prelado Catholico, antes que lhe pu-

(a) Em baixo da primeira pagina tem estas assignaturas — Pero Barboza — Francisco Nogueira.

desse ir outro prouido pelo Patriarca d'Armenia, mandey pedir ao Sancto Padre que extinguisse naquella Igreja a dinidade e titolo de Arcebispo, e a reduzisse a Bispado sufreganeo ao Arcebispo de Goa, e prouesse neste Bispado a minha apresentaçã a Francisco Rodriguez, Religiosso da Companhia, que fui emformado que tinha as partes necessarias por estar entre os cristãos da dita Serra de Angamale, e saber a sua lingua e escreturas, e lhas rer enmendadas, e se entender que será bem recebido deles, e que pudesse ser consagrado na India por hum Bispo somente, como vereis pelas Letras, que vão nestas vias, deregidas a Dom Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa, e ouue por bem que o dito Bispo aja duzentos mil reis de dote pera a dita Igreja á custa de minha fazenda, de que lhe mandey passar a prouissãõ que vay nestas vias, e por ser esta materia de tanto serviço de Deos é meu, e em prol daquela cristandade, vos emcomendo que a fauoreçaes e ajudeis em tudo o que a vós tocar como comfio que fareis. Escrita em Lisboa a 18 de Março de 1600.

REY.

Para o VissoRey da India.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Aires de Saldanha, do seu conselho, Visorrey da India.—1.^a via.

(Livro 1.^o fl. 97—3.^a via Livro 7.^o fl. 2)

1600.

374.

Doaçãõ do Princepe de Cochim ao ViceRey Ayres de Saldanha pera cercar a cidade de Cochim.

Eu o Principe Odone (sic) do Reyno de Cochim e seus limites, que ora em auzencia de meu Thio Tharmarmo gouerno este Reyno como herdeiro d'elle e futuro suces-

sor, dou e concedo licença ao muito alto e muito poderoso Rey Dom Phelipe, meu Irmaõ, em nome de seu Viso Rey Ayres de Saldanha que ele possa cercar a cidade de Cochim toda em roda por mar e por terra, e por segurança da mesma cidade e de meus Reynos, a qual licença concedo liuremente e sem constrangimento algum, mais que pela boa amizade e firme entre mim e El Rey meu Irmaõ, e dou minha fee e palavra Real de nunca em nenhum tempo por mym nem por dito meo Thio, nem meus herdeiros hir contra esta doação que faço, havendo outroy respeito a huma certa Instrueção que mostrou o dito Viso Rey da India de El Rey meu Irmaõ pela qual diz que cumpre a seu serviço e ao bem do meu Reyno cercar-se para impedimento do asento que os Inguezes querem fazer neste Estado, e impedir com isso e nos tolher o comercio da pimenta que tanto he em defraude de nossos estados. Dada nesta Cidade de Cochim de soma aos treze dias do mez de Dezembro do anno de mil seiscentos.

E assim lhe concedo licença ao dito Viso Rey para que possa fazer huma Igreja na barra de Paliporto de pedra e cal, e despejar della os mouros, para que assim fiquem os christãos mais fauorecidos e ajudados de mim.

Ao pe estavam dous sinaes da letra Malavar, hum do Principe, e outro do seo Regedor mór, como se vê desta justificação.

O Licenciado Francisco de Campos Tavares, desembargador da Casa da Suplicação, e Ouvidor Geral do crime e civil coim alçada por Sua Magestade nesta Cidade de Santa Cruz de Cochim, a todos os Corregedores, Ouvidores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas do dito Senhor de todos os seus Reinos e Senhorios que esta minha certidão de justificação virem, faço saber que o sinal ao pé da Doação atraz e assim escripta he de Codorno (sic) Rey que ora he de Cochim, e qual sinal he o .. (?) .. cercado, e outro de letra Malavar em comprido, do seu Regedor mór do dito Reyno Pandarê Parano; e que assim

certifico por me constar da feo do escrivaõ que esta fez, pelo que hey os ditos minas por justificados, e por certeza dello mandey passar a presente sellada do sello das a. mas Reaes da Corõa de Portugal, e assinada por mim em quinze de Dezembro de mil seiscentos annos. Bras Luis, escrivaõ da Ouvidoria a fez — *Francisco de Campos.* (a)

375.

Anno de posse que o Viso Rey Ayres de Saldanha tomou da Doaçõ que fez o Rey de Cochim para a obra dos muros e fortificaçõ da mesma cidade

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos annos aos quinze do mez de Dezembro do dito anno nesta cidade de Santa Cruz de Cochim o Senhor Ayres de Saldanha, do Conselho de Sua Magestade, e Viso Rey da India, e os Vereadores e mais officiaes da Camara da dita cidade, e bem assim Garcia de Mello Capitaõ della, e o Reverendo Frei Nicolão da Cruz Presidente e Governador do Bispado, e os mais Prefados e fidalgos que presentes se acharaõ, e o Regedor mor d' El Rey de Cochim Pandara Paramo, foraõ juntamente ao sitio assinado para effeito de se fazer baluarte, e se principiarem por elle os muros pela banda do mar da dita cidade, e logo aly o dito Regedor mor em nome d' El Rey de Cochim, e por virtude da doaçõ que fez a Sua Magestade para o tal effeito, mandou se abrires o dito alicerse, o que se fez, e com sua propia maõ deitou a primeira pedra para o alicerse do dito baluarte juntamente com o Senhor Viso Rey, tomando posse em nome de Sua

(a) Este documento não pertence á serie dos outros que compoem este *Fasciculo*, mas por tratar da mesma, que muitas vezes nellestem sido tratada, o ponho aqui. — *Achémel* — n'um caderno de translaes tirados da Torre do Tombo de India, authepticados pelo Guardamór della, Sargador Luis dos Santos Passanha, em 6 de Janeiro de 1758.

Magestade da entrega que o dito Regedor lhe fazia em nome de ElRey de Cochim, conforme a doaçaõ que fizera ao dito Senhor. e por elle ao Capitaõ, Prelados, e fidalgos, e officiaes da Camara abaixo. assinados, e satisfeito se começou a obra; e o dito Senhor VisoRey mandou a mim Amaro da Rocha, Secretario do Estado, que fizesse este assento por me achar presente, ao pé do qual o VisoRey, Cidade, Capitaõ, Prelados, e fidalgos se asinaraõ. Amaro da Rocha, Secretario do Estado, que o escrevy.—*VisoRey*—*Fr. Nicoláo*—*Fr. Ignacio de Castelbranco*, Custodio, Comissario geral—*Fr. Hieronimo de Saõ Domingos*, Vigario geral—*Fr. Pedro da Cruz*, Provincial—*Garcia de Mello*—*Nicoláo da Cunha*—*Dom Jorge de Castelbranco*—*Dom Diogo de Vasconcellos de Menezes*—*Francisco de Campos Tavares*—*Antonio Ichipon*, (sic) Reitor da Companhia de Jeau—*Pedro de Almeida*—*Thomé de Sousa d'Arronches*—*Francisco de Miranda Henriques*—*Dom Nuno Alvares Pereira*—*Ruy de Mello*—*Dom Diogo Coutinho*—*Domingos Moniz Barreto*—*André Furtado de Mendonça*—*Belchior Malheiro*—*Rodrigo de Abreu*—*Francisco Barbosa*—*Pantalião Alvares*—*Francisco Correa*.

A qual Provisaõ (sic) vay conforme a propria, e concertada comigo Amaro Fernandes, escriptaõ da Torre do Tombo, e asinada pelo Guarda mór della, Diogo do Couto. Antonio Gomes a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e seis, em Goa aos vinte e sete de Janeiro do dito anno. Eu Amaro Fernandes a fiz escrever e sobrescrevi.—*Diogo do Couto.* (a)

FINE

DO TERCEIRO FASCICULO.

INDICE DOS DOCUMENTOS

DO 2.º FASCICULO.

Data		Num
27 Fevereiro	1568	1
15 Fevereiro	1583	2
11 Fevereiro	1594	3
14 Março	—	4
16 Março	—	5
17 Março	—	6
19 Março	—	7
24 Março	—	8
11 Fevereiro	1585	9
20 Fevereiro	—	10
22 Fevereiro	—	11
16 Março	—	12
—	—	13
—	—	14
16 Março	—	15
—	—	16
30 Março	—	17
2 Abril	—	18
13 Janeiro	1586	19
11 Janeiro	—	20
7 Fevereiro	—	21
2 Março	—	22
10 Janeiro	1587	23
21 Janeiro	—	24
6 Fevereiro	—	25
12 Fevereiro	—	26
2 Março	—	27
8 Março	—	28
6 Março	—	29
13 Março	—	30
21 Março	—	31
21 Janeiro	1588	32
—	—	33

Data		Num
28 Janeiro	34
5 Fevereiro	35
(1) Fevereiro	36
23 Fevereiro	37
23 Fevereiro	38
26 Fevereiro	39
1.º Março	40
12 Março	41
14 Março	42
—	43
—	44
16 Março	45
—	46
(1) Março	47
22 Março	48
25 Março	49
—	50
29 Março	51
29 Janeiro	1589	52
28 Janeiro	53
24 Janeiro	54
6 Fevereiro	55
—	56
—	57
—	58
—	59
16 Fevereiro	60
—	61
22 Fevereiro	62
7 Março	63
8 Março	64
11 Março	65
10 Março	66
28 Março	67
—	68
31 Março	69
35 Março	70

Data

Nº

—	—	71
26	Março	72
—	—	73
1.º	Abril	74
19	Março	75

Menção do Reino

12	Janeiro	1591	76
—	—	—	77
(?)	Janeiro	—	78
8	Fevereiro	—	79
16	Fevereiro	—	80
—	—	—	81
19	Fevereiro	—	82
22	Fevereiro	—	83
20	Março	—	84
26	Março	—	85
27	Março	—	86
—	—	—	87
28	Março	—	88

Alvarás do Vice-Rei

21	Maio	1591	89
21	Junho	—	90
28	Junho	—	91
—	—	—	92
7	Julho	—	93
3	Agosto	—	94
6	Agosto	—	95
24	Agosto	—	96
19	Outubro	—	97
13	Outubro	—	98
19	Outubro	—	99
20	Outubro	—	100
6	Novembro	—	101
2	Dezembro	—	102
1	?	—	103

Data		Núm.
	Menção do Reino	
18 Janeiro	1592	104
	Alvarás do Vice-Rei	
12 Fevereiro	1592	105
10 Março	—	106
—	—	107
—	—	108
7 Abril	—	109
20 Abril	—	110
24 Abril	—	111
12 Maio	—	112
23 Julho	—	113
30 Julho	—	114
26 Novembro	—	115
10 Dezembro	—	116
	Menção do Reino.	
15 Fevereiro	1593	117
—	—	118
10 Março	—	119
14 Março	—	120
—	—	121
15 Março	—	122
31 Março	—	123
—	—	124
1 ^a Abril	—	125
2 Abril	—	126
6 Agosto	—	127
	Alvarás do Vice-Rei	
8 Março	1593	128
20 Março	—	129
30 Março	—	130
17 Abril	—	131
22 Junho	—	132

Data		Num
28	Julho	133
17	Agosto	134
20	Agosto	135
6	Outubro	136
18	Outubro	137
3	Novembro	138

Monção do Reino

3	Fevereiro	1594	139
1.º	Março	—	140
3	Março	—	141
—	—	—	142
—	—	—	143
—	—	—	144
5	Março	—	145
—	—	—	146
9	Março	—	147
—	—	—	148
11	Março	—	149
12	Março	—	150
14	Março	—	151
—	—	—	152
26	Março	—	153

Alvarás do Vice-Rei

4	Janeiro	1594	154
18	Março	—	155
4	Março (?)	—	156
18	Maio	—	157
27	Agosto	—	158
29	Agosto	—	159
11	Outubro	—	160
12	Novembro	—	161

Monção do Reino

18	Fevereiro	1595	162
—	—	—	163

Data		Num
22 Fevereiro	—	164
24 Fevereiro	—	165
25 Fevereiro	—	166
—	—	167
26 Fevereiro	—	168
27 Fevereiro	—	169
28 Fevereiro	—	170
	—	171
	—	172
7 Março	—	173
—	—	174
26 Fevereiro	—	175
8 Março	—	176
13 Março	—	177
15 Março	—	178
—	—	179
21 Março	—	180
—	—	181
27 Março	—	182
28 Março	—	183

Alvarás do Vice-Rei

11 Março	1595	184
	—	185
	—	186
19 Março	—	187
13 Abril	—	188
14 Abril	—	189
18 Abril	—	190
29 Maio	—	191
23 Junho	—	192
1.º Julho	—	193
13 Outubro	—	194
14 Outubro	—	195
25 Outubro	—	196
26 Outubro	—	197
2 Novembro	—	198

Data		Num
21 Março	—	231
3 Abril	—	232
—	—	233
20 Agosto	—	234
9 Outubro	—	235
29 Novembro	—	236
6 Dezembro	—	237

Monção do Reino

30 Janeiro	1597	238
5 Fevereiro	—	239
—	—	240
—	—	241
—	—	242
12 Fevereiro	—	243
13 Fevereiro	—	244
15 Fevereiro	—	445
25 Fevereiro	—	246
24 Fevereiro	—	247
1.º Março	—	248
—	—	249
6 Março	—	250
—	—	251
7 Março	—	252
8 Março	—	253
15 Março	—	254
—	—	255
22 Março	—	256
—	—	257
—	—	258
26 Março	—	259
—	—	260
2 Abril	—	261
4 Abril	—	262

Alvarás do Vice-Rei

13 Janeiro	1597	263
14 Janeiro	—	264

Data

N.ºm

21 Fevereiro	265
22 Fevereiro	266
26 Março	267
28 Março	268
14 Abril	269
15 Abril	270
—	271
—	272
—	273
16 Abril	274
—	275
17 Abril	276
18 Abril	277
14 Junho	278
20 Junho	279
21 Junho	280
9 Agosto	281
18 Setembro	282
20 Setembro	283
—	284
3 Outubro	285
11 Outubro	286
25 Outubro	287
29 Outubro	288
30 Outubro	289
6 Novembro	290
—	291
—	292
—	293
—	294
7 Novembro	295
12 Novembro	296
—	297
18 Novembro	298
21 Novembro	299
24 Novembro	300

Data		Núm.
9 Dezembro	301
?	302
Menção do Reino		
5 Janeiro	1598	303
8 Janeiro	304
—	305
—	306
15 Janeiro	307
—	308
—	309
16 Janeiro	310
26 Janeiro	311
—	312
10 Fevereiro	313
—	314
—	315
18 Fevereiro	316
—	317
20 Fevereiro	318
—	319
3 Março	320
5 Março	321
7 Março	322
10 Março	323
—	324
—	325
—	326
11 Março	327
12 Março	328
16 Março	329
17 Março	330
—	331
20 Março	332
—	333
—	334

Data

Num

— ———	—	335
— ———	—	336
5 Abril	—	337

Alvarás do Vice-Rei

18 Janeiro	1598	338
— ———	—	339
— ———	—	340
26 Janeiro	—	341
18 Fevereiro	—	342
— ———	—	343
23 Fevereiro	—	344
— ———	—	345
28 Fevereiro	—	346
5 Março	—	347
6 Março	—	348
8 Abril	—	349
18 Abril	—	350
20 Abril	—	351
— ———	—	352
22 Abril	—	353
23 Abril	—	354
— ———	—	355
— ———	—	356
24 Abril	—	357
— ———	—	358
25 Abril	—	359
— ———	—	360
1 Abril	—	361
4 Maio	—	362

[Mencão do Reino]

20 Novembro	1593	363
21 Novembro	—	364
— ———	—	365
10 Dezembro	—	366
19 Dezembro	—	367

Data		Núm
27 Dezembro	—	368
—	—	369
12 Janeiro	1599	370
11 Janeiro	—	371
26 Janeiro	—	372
18 Março	1600	373
	<i>Varios documentos</i>	
15 Dezembro	1600	374
—	—	375

THE ASIATIC SOCIETY
Calcutta—700 010

